SISTEMA GERENCIADOR DE PUBLICAÇÕES LEGAIS

DIÁRIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO NORTE

FEMURN
FEDERAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO NORTE

Rio Grande do Norte , 23 de Setembro de 2026 • Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte • ANO XVII | Nº 3883

Expediente:
Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte – FEMURN

DIRETORIA
BIÊNIO 2025-2027.

PRESIDENTE:JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO – Prefeito de Portalegre/ RN

1º Vice-Presidente:VAGO

2º Vice-Presidente: FERNANDO ANTÔNIO BEZERRA - Prefeito de Acari/ RN

3º Vice-Presidente: JUSSARA SALES DE SOUZA – Prefeita Municipal de Extremoz/ RN

4º Vice-Presidente: AUGUSTO CÉSAR EMMANUEL PINHEIRO E ALVES - Prefeito de Tangará/ RN

5º Vice-Presidente: LEONARDO TEIXEIRA DA CUNHA - Prefeito de São Miguel do Gostoso/ RN

Secretário Geral: ARTHUR RODRIGUES DO VALE - Prefeito de Governador Dix-Sept Rosado/ RN

2ª Secretária: MARINA TEODORO DA TRINDADE- Prefeita de Pedro Avelino/ RN
Tesoureiro Geral (1º Tesoureiro): CLEITOM JÁCOME DA COSTA – Prefeito de Venha Ver/RN

2º Tesoureiro: FRANCISCO ANDRÉ REGIS JÚNIOR- Prefeito de Itaú/ RN

1º Conselheira Fiscal: MARIA ELCI MAFALDO DE PAIVA FERNANDES - Prefeita de Major Sales/ RN

2º Conselheira Fiscal: MARIA ERENIR FREITAS DE LIMA- Prefeita de Maxaranguape/ RN

3º Conselheiro Fiscal: JOSÉ NILDO GALDINO- Prefeito de Lagoa de Velhos/RN

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DA SERRA DE SANTANA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DA SERRA DE SANTANA - CONISA
PORTARIA Nº 016/2026, EM 22 DE SETEMBRO DE 2026.

O Presidente do CONISA, no uso de suas atribuições e considerando as dificuldades enfrentadas pelos municípios consorciados no período da estiagem das chuvas, onde necessário se faz a adoção de medidas para o enfrentamento da situação,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder à Servidora Superintendente do CONISA, **Simone Michelle Guimarães,** 1 (uma) diária sem pernoite no valor de R$ 420,00 (quatrocentos e vinte reais), para custear despesas com viagem a ser realizada para participar de reunião administrativa na sede central da CAERN em Natal/RN, previamente agendada, visando dirimir com o pessoal dos setores técnicos e operacionais sobre a atual situação do fornecimento de água para os municípios consorciados, que enfrentam dificuldades em razão do reduzido volume disponibilizado, assim como as perspectivas para a sua regularização e, principalmente, quanto as causas da insuficiência no abastecimento, volume de água atualmente disponibilizado, medidas de planejamento para o enfrentamento das dificuldades decorrentes da estiagem e medidas emergenciais a serem adotadas para minimização do problema.a cidade do Natal/RN no dia 25 de setembro de 2026 e

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Publique-se.

Lagoa Nova, 22 de setembro de 2026.

FRANCISCO MACEDO DA SILVA
Presidente

Publicado por:
Simone Michelle Guimaraes
Código Identificador:18745592

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DA SERRA DE SANTANA - CONISA
PORTARIA Nº 017/2026, EM 22 DE SETEMBRO DE 2026.

A Superintendente do CONISA, no uso de suas atribuições e considerando as dificuldades enfrentadas pelos municípios consorciados no período da estiagem das chuvas, onde necessário se faz a adoção de medidas para o enfrentamento da situação,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder ao Presidente do CONISA, **Francisco Macedo da Silva,** 1 (uma) diária sem pernoite no valor de R$ 630,00 (seiscentos e trinta reais), para custear despesas com viagem a ser realizada para a cidade do Natal/RN no dia 25 de setembro de 2026 e participar de reunião administrativa na sede central da CAERN em Natal/RN, previamente agendada, visando dirimir com o pessoal dos setores técnicos e operacionais sobre a atual situação do fornecimento de água para os municípios consorciados, que enfrentam dificuldades em razão do reduzido volume disponibilizado, assim como as perspectivas para a sua regularização e, principalmente, quanto as causas da insuficiência no abastecimento, volume de água atualmente disponibilizado, medidas de planejamento para o enfrentamento das dificuldades decorrentes da estiagem e medidas emergenciais a serem adotadas para minimização do problema.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Publique-se.

SIMONE MICHELLE GUIMARÃES
Superintendente

Publicado por:
Simone Michelle Guimaraes
Código Identificador:2D7763FF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO SERIDÓ RN (CIM SERIDO)

PRESIDÊNCIA
PORTARIA Nº 010/2026 - CIM-SERIDÓ

Dispõe sobre a publicação dos Editais de Concursos Públicos nº 001/2026 a 009/2026, destinados ao provimento de cargos no âmbito dos Municípios consorciados ao Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Região do Seridó do Rio Grande do Norte - CIM-SERIDÓ e Câmaras Municipais a estes vinculados, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA REGIÃO DO SERIDÓ DO RIO GRANDE DO NORTE - CIM-SERIDÓ, no uso das atribuições

legais, estatutárias e regimentais que lhe são conferidas, em observância aos acordos de cooperação técnica firmados entre o CIM SERIDÓ e os Municípios e as Câmaras Municipais participantes, bem como aos princípios que regem a Administração Pública e às disposições da Constituição Federal e da legislação aplicável,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar públicos os Editais de Concursos Públicos nº 001/2026 a 009/2026, destinados ao provimento de cargos no âmbito dos Municípios consorciados ao CIM-SERIDÓ e Câmaras Municipais a estes vinculados, assim discriminados:

I - Edital nº 001/2026: Câmara Municipal de Acari (RN);
II - Edital nº 002/2026: Câmara Municipal de Cerro Corá (RN);
III - Edital nº 003/2026: Câmara Municipal de Santana do Seridó (RN);
IV - Edital nº 004/2026: Câmara Municipal de São João do Sabugi (RN);
V - Edital nº 005/2026: Prefeitura Municipal de Acari (RN);
VI - Edital nº 006/2026: Prefeitura Municipal de Jucurutu (RN);
VII - Edital nº 007/2026: Prefeitura Municipal de Santana do Seridó (RN);
VIII - Edital nº 008/2026: Prefeitura Municipal de São Fernando (RN);
IX - Edital nº 009/2026: Prefeitura Municipal de Timbaúba dos Batistas (RN).

§ 1º Os concursos públicos referidos nos incisos I a IX deste artigo serão regidos pelas disposições constantes dos respectivos instrumentos convocatórios, seus anexos, eventuais retificações e demais atos deles decorrentes, observada a legislação aplicável.

§ 2º As regras específicas relativas aos cargos, quantitativos de vagas, cadastro de reserva, requisitos, remuneração, jornada de trabalho, etapas de seleção, critérios de classificação, prazos e demais condições de participação constarão dos respectivos editais.

Art. 2º A inscrição do candidato é válida exclusivamente para o concurso público correspondente ao edital em que tenha realizado a inscrição e efetuado o pagamento da respectiva taxa, quando exigível.

Parágrafo único. A participação em mais de um concurso do CIM-SERIDÓ exige inscrição e pagamento individualizados para cada certame, ressalvadas as hipóteses de isenção previstas no respectivo edital.

Art. 3º O planejamento, a organização e a execução dos concursos públicos de que trata esta Portaria serão realizados pelo Instituto IGEDUC, nos termos dos respectivos editais e dos instrumentos jurídicos pertinentes.

§ 1º A supervisão geral dos certames ficará sob a responsabilidade do CIM-SERIDÓ, no âmbito das atribuições que lhe competem.

§ 2º Sem prejuízo da supervisão prevista no § 1º deste artigo, as administrações das respectivas Prefeituras Municipais e Câmaras Municipais poderão realizar o acompanhamento e a fiscalização dos atos relacionados ao concurso público correspondente.

§ 3º A atuação das entidades participantes observará as competências e responsabilidades estabelecidas nos respectivos instrumentos administrativos, contratuais e editais de abertura.

Art. 4º Eventuais retificações, alterações, complementações ou atualizações referentes aos Editais nº 001/2026 a 009/2026 serão devidamente publicadas e incorporadas aos respectivos instrumentos convocatórios.

§ 1º As alterações deverão identificar, de forma expressa, os itens, subitens, anexos, datas, prazos ou demais disposições objeto de modificação.

§ 2º As retificações e demais atos subsequentes deverão observar os princípios da publicidade, legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência e transparência administrativa.

Art. 5º O inteiro teor dos Editais nº 001/2026 a 009/2026 estará disponível a partir de 24 de setembro de 2026, para consulta pública nos seguintes canais:

I - sítio eletrônico do Instituto IGEDUC, no endereço eletrônico https://igeduc.org.br/;
II - sítio eletrônico oficial do CIM-SERIDÓ, no endereço eletrônico https://cimserido.com.br/; e
III - nos sítios eletrônicos oficiais das respectivas entidades consorciadas participantes, conforme o certame correspondente.

§ 1º Nos canais indicados no caput e nos incisos deste artigo também poderão ser disponibilizadas as retificações, atualizações, comunicados, resultados, convocações e demais atos relacionados aos respectivos concursos públicos.

§ 2º A divulgação nos meios oficiais e eletrônicos indicados observará as disposições previstas em cada edital e a legislação aplicável.

Art. 6º O conteúdo integral dos Editais nº 001/2026 a 009/2026 e de seus respectivos anexos integra esta Portaria, para todos os efeitos administrativos e legais, no que couber.

§ 1º Compete aos candidatos acompanhar regularmente as publicações referentes ao concurso público de seu interesse.

§ 2º Os candidatos deverão observar rigorosamente:

I - os prazos estabelecidos no respectivo edital;
II - os requisitos exigidos para o cargo pretendido;
III - os procedimentos relativos à inscrição e às etapas do certame;
IV - os locais, datas e horários definidos para realização das avaliações e demais etapas; e
V - as demais disposições, orientações, comunicados, retificações e atos regularmente publicados durante a execução do concurso público.

Art. 7º Os casos omissos e as situações não previstas nesta Portaria serão apreciados pelo CIM-SERIDÓ, no âmbito de suas competências, observadas as disposições dos respectivos editais e a legislação aplicável.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Currais Novos/RN, 22 de setembro de 2026.

IVANILDO ARAÚJO DE ALBUQUERQUE FILHO
Presidente do CIM-SERIDÓ

Publicado por:
Valker Wanderley de Araújo Bernardo
Código Identificador:2574C873

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN

DIRETORIA
EDITAL Nº 001/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RIO GRANDE DO NORTE – COPIRN
EDITAL Nº 001/2026
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

O **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RIO GRANDE DO NORTE – COPIRN**, por intermédio da Comissão de Elaboração, Análise, Acompanhamento e Execução do Processo

Seletivo Simplificado, constituída pela Portaria nº 029/2026, de 10 de setembro de 2026, torna pública a abertura de PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, destinado à seleção de profissionais para atuação junto à Coordenadoria de Orçamento e Finanças do COPIRN, para as funções de Contador e Assistente Administrativo, mediante as condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.
O presente Processo Seletivo será conduzido pela Comissão designada pela Portaria nº 029/2026, observando-se os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, transparência, razoabilidade e igualdade de condições entre os candidatos, bem como a legislação aplicável e, no que couber, as normas do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte relativas aos procedimentos de admissão de pessoal.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
1.1. O presente Processo Seletivo Simplificado tem por finalidade selecionar profissionais para atendimento das necessidades da Coordenadoria de Orçamento e Finanças do COPIRN, nas condições estabelecidas neste Edital.
1.2. O Processo Seletivo será organizado, acompanhado e executado pela Comissão constituída pela Portaria nº 029/2026.
1.3. A seleção será realizada em duas etapas:
I – **Análise Curricular e da Experiência Profissional**; e
II – **Entrevista**.
1.4. A análise curricular será realizada exclusivamente com base nos documentos apresentados pelo candidato dentro do período de inscrição.
1.5. Serão convocados para a entrevista **até 05 (cinco) candidatos por vaga**, observada a ordem de classificação obtida na análise curricular.
1.6. Havendo empate na última posição que assegure a convocação para entrevista, serão convocados todos os candidatos que tenham obtido a mesma pontuação.
1.7. A participação no Processo Seletivo implica conhecimento e aceitação integral das regras estabelecidas neste Edital.
1.8. O Processo Seletivo observará, no que couber, as disposições da Resolução nº 008/2012 do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte – TCE/RN, suas alterações e demais normas supervenientes aplicáveis aos atos de admissão de pessoal.

2. DAS FUNÇÕES, VAGAS E REQUISITOS
2.1. CONTADOR
Vagas: 01 (uma), além de cadastro de reserva.
Requisito de formação: Graduação em Ciências Contábeis.
Requisito profissional: Registro regular perante o Conselho Regional de Contabilidade – CRC.
Experiência: Experiência profissional comprovada em contabilidade pública.
Remuneração: R$ 3.694,75.
Auxílio-alimentação: R$ 609,00.
Jornada: 40 horas semanais.
2.2. ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
Vagas: 01 (uma), além de cadastro de reserva.
Escolaridade: Ensino médio completo.
Experiência: Experiência profissional comprovada em atividades administrativas relacionadas à contabilidade pública, orçamento, finanças ou rotinas administrativas do setor público.
Remuneração: R$ 2.472,52.
Auxílio-alimentação: R$ 609,00.
Jornada: 40 horas semanais.
2.3. Os candidatos classificados além do número de vagas formarão cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
2.4. A formação do cadastro de reserva não gera direito subjetivo à contratação, ficando eventual convocação condicionada à necessidade administrativa, disponibilidade orçamentária e financeira e demais requisitos legais.

3. DAS ATRIBUIÇÕES
3.1. CONTADOR
Compete ao **Contador** desenvolver atividades relacionadas à contabilidade pública no âmbito do COPIRN, **com especial atuação no processamento, conferência, acompanhamento e controle da folha de pagamento**, incluindo os registros e procedimentos contábeis, fiscais e previdenciários dela decorrentes; executar, acompanhar e orientar os registros contábeis, orçamentários, financeiros e patrimoniais; elaborar demonstrativos, relatórios, balancetes e demais documentos contábeis; acompanhar obrigações fiscais, tributárias e previdenciárias; realizar conciliações e conferências; auxiliar na elaboração e no acompanhamento dos instrumentos de planejamento e orçamento; atuar nas prestações de contas; acompanhar e atender às demandas dos órgãos de controle; prestar apoio técnico à Coordenadoria de Orçamento e Finanças; e executar outras atividades compatíveis com sua formação profissional e com as necessidades do COPIRN.
3.2. ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
Compete ao Assistente Administrativo prestar apoio às atividades desenvolvidas pela Coordenadoria de Orçamento e Finanças, especialmente na organização e tramitação de documentos e processos, alimentação e conferência de informações, organização de arquivos, elaboração de documentos administrativos, apoio às rotinas contábeis, financeiras e orçamentárias, atendimento às demandas internas e demais atividades administrativas compatíveis com a função.

4. DA CONTRATAÇÃO
4.1. Os candidatos aprovados serão convocados de acordo com a ordem de classificação e a necessidade administrativa do COPIRN.
4.2. O contrato terá duração de 1(um) ano, admitida eventual prorrogação somente nas hipóteses e limites autorizados pela legislação aplicável.
4.3. A contratação estará condicionada à comprovação dos requisitos exigidos neste Edital, à aptidão do candidato e à apresentação dos documentos necessários à formalização do vínculo.
4.4. A aprovação fora do número de vagas previstas gera apenas expectativa de contratação durante o período de validade do Processo Seletivo.

5. DAS INSCRIÇÕES
5.1. As inscrições serão **gratuitas e realizadas exclusivamente por meio eletrônico**, no período de **21 de setembro de 2026 a 24 de setembro de 2026**, encerrando-se às **23h59 do dia 24 de setembro de 2026**.
5.2. A inscrição será realizada mediante preenchimento de formulário eletrônico disponibilizado pelo COPIRN através da plataforma **Google Forms**, no endereço eletrônico: https://forms.gle/54mM8yS1cpxjYP3x7.
5.3. O candidato deverá preencher integralmente o formulário e anexar, em formato legível, todos os documentos necessários à comprovação dos requisitos, formação e experiência profissional declarados.
5.4. O candidato deverá anexar:
a) documento oficial de identificação com fotografia;
b) CPF;
c) comprovante da escolaridade exigida para a função;
d) currículo profissional atualizado;
e) documentos comprobatórios da experiência profissional;
f) diplomas e certificados apresentados para fins de pontuação;
g) para a função de Contador, comprovante de registro profissional regular perante o CRC; e
h) demais documentos eventualmente especificados no formulário de inscrição.
5.5. A inscrição somente será considerada concluída após o envio eletrônico do formulário.
5.6. É de inteira responsabilidade do candidato verificar se os documentos anexados estão completos e legíveis antes da conclusão da inscrição.
5.7. Não será considerada, para efeito de pontuação, informação constante exclusivamente do currículo que não esteja acompanhada da respectiva comprovação documental.
5.8. Encerrado o período de inscrição, não será permitida a apresentação de novos documentos com a finalidade de criar direito à pontuação ou aumentar pontuação anteriormente obtida.

6. DA COMPROVAÇÃO DA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL
6.1. A experiência profissional deverá ser comprovada por documento idôneo que permita identificar o candidato, a instituição ou empregador, o período de exercício e, sempre que necessário, as atividades desempenhadas.

6.2. Poderão ser utilizados para comprovação, conforme a natureza do vínculo, carteira de trabalho, contrato, certidão, declaração, atestado de capacidade ou documento equivalente emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado.
6.3. As declarações e atestados deverão conter informações suficientes para permitir à Comissão verificar a efetiva correspondência da experiência apresentada com as atividades da função pretendida.
6.4. Para a função de Contador será especialmente considerada a experiência relacionada à contabilidade pública, incluindo atividades de execução contábil, orçamentária, financeira e patrimonial, prestação de contas e atendimento a órgãos de controle.
6.5. Para a função de Assistente Administrativo será considerada a experiência administrativa relacionada às rotinas de contabilidade pública, orçamento, finanças e atividades administrativas desenvolvidas no setor público.
6.6. A Comissão poderá realizar diligência exclusivamente para esclarecer informação constante de documento tempestivamente apresentado, não sendo admitida a utilização da diligência para permitir a juntada posterior de documento destinado à obtenção de pontuação.

7. DA PRIMEIRA ETAPA – ANÁLISE CURRICULAR
7.1. A primeira etapa consistirá na análise da formação, qualificação e experiência profissional comprovadas pelo candidato.
7.2. A Análise Curricular terá caráter **classificatório**, com pontuação máxima de **70 (setenta) pontos**.
7.3. CONTADOR
Critério: Experiência comprovada em contabilidade pública.
Pontuação: 10 pontos por ano completo.
Máximo: 40 pontos.
Critério: Pós-graduação relacionada à Contabilidade Pública, Administração Pública, Orçamento, Finanças Públicas ou área correlata.
Pontuação: 10 pontos.
Máximo: 10 pontos.
Critério: Cursos de capacitação relacionados à Contabilidade Pública, Orçamento, Finanças ou Controle.
Pontuação: Conforme documentação apresentada.
Máximo: 10 pontos.
Critério: Experiência específica em prestação de contas, sistemas de contabilidade pública ou atendimento a órgãos de controle.
Pontuação: Conforme documentação apresentada.
Máximo: 10 pontos.
TOTAL: 70 pontos.
7.4. ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
Critério: Experiência comprovada em atividades administrativas relacionadas à contabilidade pública.
Pontuação: 10 pontos por ano completo.
Máximo: 40 pontos.
Critério: Cursos relacionados à Administração Pública, Contabilidade Pública, Orçamento ou Finanças.
Pontuação: Conforme documentação apresentada.
Máximo: 20 pontos.
Critério: Experiência administrativa adicional no setor público relacionada às atribuições da função.
Pontuação: Conforme documentação apresentada.
Máximo: 10 pontos.
TOTAL: 70 pontos.
7.5. Não será permitida a utilização do mesmo período de experiência profissional para obtenção cumulativa de pontuação em critérios incompatíveis entre si.
7.6. Concluída a análise curricular, os candidatos serão classificados em ordem decrescente de pontuação.
7.7. Serão convocados para a entrevista os **05 (cinco) candidatos mais bem classificados por vaga**, incluindo-se todos os candidatos empatados na última posição de convocação.

8. DA SEGUNDA ETAPA – ENTREVISTA
8.1. A entrevista terá caráter classificatório e valerá até **30 (trinta) pontos**.
8.2. As entrevistas serão realizadas nos dias **1º e 2 de outubro de 2026**, em horários e local a serem divulgados no ato de convocação.
8.3. A entrevista buscará aferir aspectos diretamente relacionados às atribuições da função pretendida, evitando-se critérios estranhos à capacidade profissional do candidato.
8.4. Serão utilizados os seguintes critérios:
Critério: Conhecimento das atividades inerentes à função.
Pontuação máxima: 10 pontos.
Critério: Conhecimento e experiência relacionados à contabilidade pública e às rotinas da Coordenadoria.
Pontuação máxima: 10 pontos.
Critério: Capacidade de análise e solução de situações práticas relacionadas à função.
Pontuação máxima: 5 pontos.
Critério: Clareza, objetividade e domínio das experiências profissionais apresentadas no currículo.
Pontuação máxima: 5 pontos.
TOTAL: 30 pontos.
8.5. Os critérios serão aplicados uniformemente aos candidatos concorrentes à mesma função.
8.6. A Comissão registrará a pontuação atribuída a cada candidato em ficha própria de avaliação.
8.7. O candidato que não comparecer à entrevista na data e horário determinados será eliminado do Processo Seletivo.

9. DA NOTA E CLASSIFICAÇÃO FINAL
9.1. A nota final corresponderá à soma das pontuações obtidas nas duas etapas:
NOTA FINAL = ANÁLISE CURRICULAR + ENTREVISTA
9.2. A pontuação máxima será de **100 (cem) pontos**, sendo 70 (setenta) pontos correspondentes à análise curricular e 30 (trinta) pontos correspondentes à entrevista.
9.3. Os candidatos serão classificados em ordem decrescente da nota final.

10. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE
10.1. Em caso de empate na classificação final, serão observados, sucessivamente:
I – maior pontuação na experiência profissional relacionada à contabilidade pública;
II – maior pontuação na Análise Curricular;
III – maior pontuação na entrevista;
IV – maior tempo de experiência diretamente relacionada às atribuições da função; e
V – maior idade, ressalvados os critérios de preferência legalmente estabelecidos.

11. DA PUBLICAÇÃO DOS RESULTADOS
11.1. O Edital, resultados, convocações, decisões sobre recursos, resultado definitivo, homologação e demais atos relevantes serão publicados no **Diário Oficial** e divulgados no **site oficial do COPIRN**.
11.2. A divulgação realizada no site oficial do COPIRN terá caráter complementar, objetivando ampliar o acesso às informações do Processo Seletivo.
11.3. Para todos os efeitos previstos neste Edital, especialmente para o início da contagem dos prazos recursais, prevalecerá a **data e o horário da publicação do respectivo ato no Diário Oficial**.

12. DOS RECURSOS
12.1. Será admitida a interposição de recurso contra:
I – o resultado preliminar da Análise Curricular; e
II – o resultado preliminar da classificação final.
12.2. O prazo para interposição de recurso será de **24 (vinte e quatro) horas**, contado da publicação do respectivo resultado no Diário Oficial.
12.3. O recurso será apresentado exclusivamente por meio eletrônico, através do formulário ou endereço indicado pelo COPIRN no respectivo resultado.
12.4. O candidato deverá indicar de maneira objetiva o item questionado e apresentar as razões de sua insurgência.
12.5. Não será admitida, na fase recursal, a apresentação de documento que deveria ter acompanhado a inscrição com a finalidade de obter nova pontuação.

12.6. A Comissão apreciará os recursos apresentados tempestivamente, podendo manter ou rever a decisão ou pontuação questionada.
12.7. O resultado do julgamento dos recursos será publicado no Diário Oficial e divulgado no site oficial do COPIRN.

13. DO CRONOGRAMA
O Processo Seletivo Simplificado observará o seguinte cronograma:
Publicação do Edital no Diário Oficial e divulgação no site do COPIRN
23/09/2026 – quarta-feira
Inscrições e envio eletrônico dos documentos
23/09 a 25/09/2026, até às 23h59
Análise Curricular e documental pela Comissão
28/09 a 30/09/2026
Publicação do resultado preliminar da Análise Curricular
01/10/2026 – quinta-feira
Recurso contra o resultado preliminar da Análise Curricular
24 horas contadas da publicação no Diário Oficial
Análise e julgamento dos recursos
02/10/2026 – sexta-feira
Publicação do resultado dos recursos, resultado definitivo da Análise Curricular e convocação para entrevista
06/10/2026 – terça-feira
Realização das entrevistas
07 e 08/10/2026 – quarta e quinta-feira
Publicação do resultado preliminar final
13/10/2026 – terça-feira
Recurso contra o resultado preliminar final
24 horas contadas da publicação no Diário Oficial
Análise e julgamento dos recursos finais
14/10/2026 – quarta-feira
Publicação do resultado definitivo e encaminhamento para homologação
15/10/2026 – quinta-feira

13.1. Os prazos de recurso serão contados a partir da efetiva publicação do respectivo ato no Diário Oficial.
13.2. Eventual alteração do cronograma será formalizada pela Comissão, publicada no Diário Oficial e divulgada no site oficial do COPIRN.
13.3. Eventual alteração deverá preservar a igualdade de condições entre os candidatos e os prazos já iniciados, quando aplicável.

14. DA CONVOCAÇÃO E DOS DOCUMENTOS PARA CONTRATAÇÃO
14.1. Após a homologação, os candidatos serão convocados de acordo com a ordem de classificação e a necessidade administrativa.
14.2. O candidato convocado deverá apresentar, no prazo estabelecido pelo COPIRN, os documentos exigidos para admissão, incluindo, conforme aplicável:
I – documento oficial de identificação;
II – CPF;
III – comprovante de regularidade eleitoral;
IV – comprovante de quitação com as obrigações militares, quando aplicável;
V – documentos comprobatórios da escolaridade e habilitação profissional exigidas;
VI – registro no respectivo conselho profissional, quando exigido;
VII – comprovante de residência;
VIII – declaração quanto à acumulação ou não de cargos, empregos ou funções públicas;
IX – declaração de bens, quando exigível;
X – documentação necessária ao cadastro funcional; e
XI – demais documentos legalmente exigidos para formalização da contratação.
14.3. A ausência de comprovação de requisito essencial exigido para a função impedirá a contratação, assegurada ao candidato a observância do procedimento administrativo cabível.

15. DA HOMOLOGAÇÃO E VALIDADE
15.1. Concluídas as etapas e apreciados os recursos, a Comissão elaborará o resultado definitivo e encaminhará o Processo Seletivo à autoridade competente para homologação.
15.2. O resultado homologado será publicado no Diário Oficial e divulgado no site oficial do COPIRN.
15.3. O Processo Seletivo terá validade de 1 ano, contada da publicação da homologação, observadas as disposições legais aplicáveis.

16. DO TRATAMENTO DOS DADOS E DOCUMENTOS
16.1. Os dados pessoais e documentos apresentados pelos candidatos serão utilizados para as finalidades relacionadas à inscrição, avaliação, classificação, controle, contratação e demais atos necessários à realização do Processo Seletivo, observada a legislação aplicável.
16.2. O candidato declara ciência de que os documentos apresentados integrarão os registros administrativos relacionados ao certame e poderão ser utilizados para atendimento das obrigações legais, administrativas e de controle a que o COPIRN esteja submetido.
16.3. A divulgação pública dos resultados deverá limitar-se às informações necessárias à transparência e publicidade do certame, preservando-se dados pessoais cuja divulgação não seja necessária.

17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
17.1. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações relativas ao Processo Seletivo no Diário Oficial e as divulgações realizadas no site oficial do COPIRN.
17.2. A inscrição do candidato implica conhecimento e aceitação integral das disposições deste Edital.
17.3. A inexatidão de informação ou falsidade documental poderá, após a devida apuração, resultar na eliminação do candidato, sem prejuízo das demais consequências legalmente cabíveis.
17.4. Todos os documentos, avaliações, recursos, decisões, resultados, atas e demais atos produzidos durante o Processo Seletivo deverão permanecer vinculados aos respectivos autos administrativos.
17.5. A Comissão poderá promover diligências destinadas a esclarecer situações ou documentos apresentados no prazo regular, desde que não resultem na concessão de oportunidade para apresentação extemporânea de documento destinado à obtenção de pontuação.
17.6. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.
17.7. O presente Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Natal/RN, 22 de setembro de 2026.

WERBERT BENIGNO DE OLIVEIRA MOURA
Presidente da Comissão

POLYANA DELGADO GUARÁ
Membro da Comissão

KAMILA MAYARA DOS SANTOS MARINHO GRILO
Membro da Comissão

ANEXO I
CRONOGRAMA
Publicação do Edital no Diário Oficial e divulgação no site do COPIRN
23/09/2026 – quarta-feira
Inscrições e envio eletrônico dos documentos
23/09 a 25/09/2026, até às 23h59
Análise Curricular e documental pela Comissão
28/09 a 30/09/2026
Publicação do resultado preliminar da Análise Curricular
01/10/2026 – quinta-feira
Recurso contra o resultado preliminar da Análise Curricular
24 horas contadas da publicação no Diário Oficial
Análise e julgamento dos recursos
02/10/2026 – sexta-feira
Publicação do resultado dos recursos, resultado definitivo da Análise Curricular e convocação para entrevista
06/10/2026 – terça-feira
Realização das entrevistas
07 e 08/10/2026 – quarta e quinta-feira
Publicação do resultado preliminar final
13/10/2026 – terça-feira
Recurso contra o resultado preliminar final
24 horas contadas da publicação no Diário Oficial

Análise e julgamento dos recursos finais
14/10/2026 – quarta-feira
Publicação do resultado definitivo e encaminhamento para homologação
15/10/2026 – quinta-feira

ANEXO II
QUADRO DE PONTUAÇÃO

A pontuação da Análise Curricular será limitada a **70 (setenta) pontos**, observados os critérios previstos no item 7 deste Edital.
A entrevista será limitada a **30 (trinta) pontos**, observados os critérios previstos no item 8.
A pontuação máxima final será de **100 (cem) pontos**.

ANEXO III
FICHA DE AVALIAÇÃO DA ENTREVISTA
Candidato: _____
Função: _____
Data: //2026

CRITÉRIO	PONTUAÇÃO MÁXIMA	PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA
Conhecimento das atividades inerentes à função	10	
Conhecimento/experiência em contabilidade pública e rotinas da Coordenadoria	10	
Capacidade de análise e solução de situações práticas	5	
Clareza, objetividade e domínio da experiência curricular	5	
TOTAL	**30**	

Observações da Comissão:

Assinaturas dos avaliadores:

_____

ANEXO IV
FORMULÁRIO DE RECURSO
Nome do candidato: _____
Função: _____
Resultado objeto do recurso: _____
Item/pontuação questionada: _____
Fundamentação do recurso:

Pedido:

ANEXO V
ATRIBUIÇÕES DAS FUNÇÕES

As atribuições das funções de **Contador** e **Assistente Administrativo** são aquelas previstas no item 3 deste Edital, sem prejuízo de outras atividades compatíveis com a respectiva função e com as necessidades da Coordenadoria de Orçamento e Finanças do COPIRN, observados os limites legais e profissionais aplicáveis.

CONTRATO Nº xxx/2026.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RIO GRANDE DO NORTE E A (NOME DA CONTRATADA).

O CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RIO GRANDE DO NORTE – COPIRN, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Dr. Abelardo Calafange, nº 1828, Nova Descoberta, inscrito no CNPJ sob n.º 12.120.272/0001-04, neste ato representado pela seu Presidente, Antônio Marcos Freire, brasileiro, portador do CPF nº 393.411.194-72, RG n.º 1.386.210 – ITEP/RN, doravante denominando CONTRATANTE e (NOME DA CONTRATADA), residente na Rua, nº, Bairro, CEP:, cidade, inscrita no CPF: 000.000.000-00, RG: nº 0.000.000, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente contrato de prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições abaixo pactuadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
O presente contrato tem como objeto a prestação de serviços de Assistente administrativo ou contábil ou Contador, nas atividades do Setor Financeiro do Consórcio Público Intermunicipal do RN - COPIRN.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
A contratação objeto deste contrato tem origem no disposto na alínea "c", II, § 1º da cláusula décima terceira do 1º aditamento ao contrato de consórcio público, bem como a alínea "i", inciso VI do artigo 2º da Lei nº 8.745/93 em sua atual redação.

CLÁUSULA TERCEIRA – SUBCONTRATAÇÃO:
Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR CONTRATUAL:
Fica estabelecido o valor global de R$ 0.000,00 (valor por extenso) da prestação dos serviços previstos neste instrumento com o pagamento mensal de R$ 0.000,00 (valor por extenso).

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA:
O prazo de vigência contratual será de 01 (hum) ano, contados a da data de assinatura, podendo ser renovada por igual período, mediante reajuste pelo IGPM, desde que presentes as necessidades elencadas nas justificativas.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes da execução deste contrato, serão custeadas com recursos orçamentários do Contratante, assim classificado:
01.001.10.122.0100.2001 – Manutenção e Funcionamento do COPIRN
0001 – Rio Grande do Norte.
Elemento de Despesa: 3190.04 – Contratação por tempo determinado
Fonte: 18800000 – Recursos próprios dos Consórcios

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:
a) Apresentar ao CONTRATANTE o Plano de Trabalho a ser cumprido;
b) Executar fielmente este Termo de Referência,
c) Apoiar tecnicamente o Setor Financeiro no que diz respeito a manutenção das informações administrativas do setor;
d) Cadastrar processos administrativos e de pagamento no Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil;
e) Fazer os lançamentos das receitas orçamentárias realizadas mensalmente;
f) Emitir notas de empenho, dotações orçamentárias, reforço ou anulação de saldo do empenho quando for necessário;
g) Emitir arquivo remessa e retorno dos pagamentos realizados mensalmente através de ordem bancária;
h) Gerar relação de empenhos, de liquidações, de pagamentos e eventuais anulações executadas e folha de pagamento;
i) Fazer o envio do anexo 14 ao TCE dentro do prazo estabelecido;
j) Realizar o fechamento mensal das contas cadastradas no sistema financeiro;
k) Acompanhar recebimento de repasses de convênio, emitir declarações do recebimento e enviar aos municípios consorciados;
l) Acompanhar o recebimento dos valores dos contratos de rateio, emitir recibos e enviar aos municípios consorciados.
Contador
I – Obrigações gerais e financeiras
a) Apresentar ao CONTRATANTE o Plano de Trabalho a ser cumprido;
b) Executar fielmente este Termo de Referência;
c) Apoiar tecnicamente o Setor Financeiro no que diz respeito à manutenção das informações administrativas do setor;
d) Cadastrar processos administrativos e de pagamento no Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil;
e) Fazer os lançamentos das receitas orçamentárias realizadas mensalmente;
f) Emitir notas de empenho, dotações orçamentárias, reforço ou anulação de saldo do empenho quando for necessário;
g) Emitir arquivo remessa e retorno dos pagamentos realizados mensalmente através de ordem bancária;

h) Gerar relação de empenhos, de liquidações, de pagamentos e eventuais anulações executadas e folha de pagamento;
i) Fazer o envio do anexo 14 ao TCE dentro do prazo estabelecido;
j) Realizar o fechamento mensal das contas cadastradas no sistema financeiro;
k) Acompanhar recebimento de repasses de convênio, emitir declarações do recebimento e enviar aos municípios consorciados;
l) Acompanhar o recebimento dos valores dos contratos de rateio, emitir recibos e enviar aos municípios consorciados.
II – Obrigações contábeis
m) Executar a escrituração contábil do CONTRATANTE, de forma analítica e em ordem cronológica, observando a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000, a Lei nº 11.107/2005, o Decreto nº 6.017/2007, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e as normas do Conselho Federal de Contabilidade;
n) Elaborar mensalmente os balancetes orçamentário, financeiro e patrimonial, encaminhando-os ao CONTRATANTE até o prazo por este fixado;
o) Elaborar as demonstrações contábeis anuais (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais e Demonstração dos Fluxos de Caixa) e as respectivas notas explicativas;
p) Realizar as conciliações bancárias mensais de todas as contas do CONTRATANTE, apontando e regularizando eventuais divergências;
q) Realizar a conciliação e o controle contábil dos bens patrimoniais, dos estoques e das obrigações do CONTRATANTE, inclusive depreciação, amortização e exaustão, quando aplicável;
r) Acompanhar a execução orçamentária e financeira, alertando o CONTRATANTE sobre saldos de dotação, risco de insuficiência orçamentária e desequilíbrio entre receitas e despesas;
s) Elaborar as peças de planejamento e orçamento de responsabilidade do CONTRATANTE (PPA, LDO e LOA, quando cabível), bem como as propostas de créditos adicionais e suas fundamentações;
t) Elaborar e publicar, nos prazos legais, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal, quando exigíveis, assegurando a consistência com os dados contábeis;
u) Alimentar e transmitir, nos prazos legais, as informações contábeis e fiscais exigidas pelo Tribunal de Contas do Estado, pelo SICONFI/Secretaria do Tesouro Nacional e demais órgãos de controle, informando o CONTRATANTE sobre pendências e prazos;
v) Elaborar e consolidar a prestação de contas anual do CONTRATANTE e fornecer aos municípios consorciados as informações necessárias à consolidação das respectivas contas, na forma da legislação aplicável;
w) Registrar e controlar contabilmente os convênios, contratos de rateio, contratos de programa e demais ajustes, de modo a permitir a identificação da origem e da aplicação dos recursos.
III – Obrigações relativas à folha de pagamento
x) Elaborar mensalmente a folha de pagamento dos servidores, empregados e demais agentes vinculados ao CONTRATANTE, com base nas informações de frequência, afastamentos e demais eventos funcionais fornecidos pelo setor competente;
y) Calcular vencimentos, salários, gratificações, adicionais, descontos legais e judiciais, férias, décimo terceiro salário, rescisões e demais verbas, observada a legislação aplicável ao regime de contratação do pessoal;
z) Emitir os contracheques e as relações analítica e sintética da folha, encaminhando-os ao CONTRATANTE no prazo por este estabelecido, de modo a viabilizar o pagamento na data legal;
aa) Gerar o arquivo de remessa para pagamento da folha por ordem bancária, conferir o arquivo de retorno e apontar inconsistências;
ab) Apurar as contribuições previdenciárias (patronal e dos segurados), o FGTS e o imposto de renda retido na fonte, emitindo as respectivas guias e informando ao CONTRATANTE os valores e os vencimentos;
ac) Transmitir, nos prazos legais, as informações ao eSocial, à EFD-Reinf e aos demais sistemas exigidos, e comunicar ao CONTRATANTE pendências, inconsistências e retificações necessárias;
ad) Calcular e informar as provisões de férias, décimo terceiro salário e encargos, para fins de escrituração contábil e planejamento financeiro;
ae) Integrar a folha à contabilidade, fornecendo os dados necessários ao empenho, à liquidação e ao registro das despesas com pessoal e encargos;
af) Acompanhar os limites de despesa com pessoal da Lei Complementar nº 101/2000, alertando o CONTRATANTE em caso de risco de descumprimento;
ag) Manter atualizados os cadastros funcionais e as tabelas de cálculo, aplicando tempestivamente as alterações decorrentes de lei, ato normativo, acordo ou convenção coletiva e decisão judicial;
ah) Elaborar e fornecer os documentos de admissão, movimentação, afastamento e desligamento de pessoal, bem como declarações e informes de rendimentos solicitados;
ai) Controlar e processar consignações em folha, vale-transporte, auxílios e demais benefícios, repassando aos beneficiários e às entidades consignatárias as informações necessárias;
aj) Prestar ao Tribunal de Contas do Estado, nos prazos e formatos exigidos, as informações relativas a pessoal e à folha de pagamento.
IV – Assessoramento, controle e disposições gerais
ak) Apurar, escriturar e orientar o cumprimento das demais obrigações acessórias e tributárias do CONTRATANTE, inclusive retenções na fonte decorrentes da execução orçamentária, ressalvadas as previstas no Bloco III;
al) Prestar assessoramento contábil e de pessoal ao CONTRATANTE, respondendo a diligências, notificações e requisições dos órgãos de controle interno e externo, da Justiça do Trabalho e dos órgãos previdenciários e fiscais, e acompanhando auditorias e inspeções relacionadas ao objeto;
am) Elaborar cálculos e fornecer informações e documentos necessários à defesa do CONTRATANTE em processos judiciais e administrativos relativos ao objeto, referentes ao período de vigência do contrato;
an) Apresentar ao CONTRATANTE, quando solicitado, relatório de atividades e de situação contábil, com indicação de inconsistências, pendências e medidas recomendadas;
ao) Indicar profissional habilitado, com registro ativo no Conselho Regional de Contabilidade, como responsável técnico pela execução dos serviços, dependendo qualquer substituição de comunicação prévia ao CONTRATANTE;
ap) Disponibilizar profissional para atendimento ao setor competente, presencial ou remotamente, conforme periodicidade e condições fixadas no Plano de Trabalho;
aq) Cumprir o calendário mensal de entrega de informações e documentos, comunicando por escrito ao CONTRATANTE, com antecedência razoável, qualquer omissão ou atraso que possa comprometer o pagamento da folha ou o cumprimento de obrigações legais;
ar) Manter a guarda, a organização e a integridade dos registros e documentos contábeis e da folha de pagamento, pelos prazos legais, entregando-os ao CONTRATANTE ao término do contrato, com backup completo da base de dados;
as) Manter sigilo sobre as informações a que tiver acesso e observar a Lei nº 13.709/2018 (LGPD) no tratamento de dados pessoais, inclusive os dados funcionais dos servidores;
at) Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato quanto ao seu próprio pessoal, não se estabelecendo vínculo empregatício ou funcional entre este e o CONTRATANTE;

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:
a) Disponibilizar no local de trabalho, sala adequada e equipamentos necessários ao cumprimento e boa execução das atividades profissionais, dispondo de telefone, internet e impressora;
b) Prestar esclarecimento pertinente ao objeto do contrato que venham a ser formalmente solicitados pela CONTRATADA;
c) Efetuar o pagamento da CONTRATADA de acordo com o prazo e forma estabelecidos neste documento;
d) Emitir o aceito do objeto contratado após verificação das especificações, rejeitando o que não estiver de acordo por meio de notificação à CONTRATADA.
e) Viabilizar material e condições necessárias para o desenvolvimento dos trabalhos.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO:

O pagamento dos serviços será efetuado em 12 (doze) parcelas mensais, no valor de R$ 0.000,00 (valor por extenso) cada, pelo **CONTRATANTE**, na conta bancária da **CONTRATADA,** até o décimo dia útil (10ª) do mês subsequente, mediante o envio da Nota Fiscal e Certidões de Regularidade Fiscal (Trabalhista, Tributos Federais, Estaduais e Municipais) válidas. Dados Bancários:
Banco: Agência 0000-0; Conta Corrente: 00.000-0

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO:
Este instrumento contratual poderá ser rescindido de comum acordo entre as partes, ou unilateralmente, por descumprimento ou inadimplência de quaisquer de suas cláusulas, caso ocorram quaisquer fatos elencados na Lei Federal nº 14.133/2021 .

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:
Pelo atraso injustificado na execução do contrato ou pela sua inexecução total ou parcial, a **CONTRATADA** ficará sujeita às seguintes penalidades:
I - Advertência; e
II - Multa; e
III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE** por prazo estabelecido na nova lei nº 14.133/2021, observando a gravidade dos fatos; e
IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir ao **CONSÓRCIO** pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.
Parágrafo Primeiro - O atraso injustificado na execução do objeto sujeitará a **CONTRATADA**, sempre juízo das sanções administrativas estabelecidas no art.155 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, às seguintes multas:
I – Até 0,3% (três décimos de por cento) ao dia, sobre o valor global deste Contrato até o limite de 30 (trinta) dias; e
II – Até 5% (cinco por cento), cumulativamente, sobre o valor global deste Contrato, após 30 (trinta) dias, podendo ainda a **CONTRATANTE**, a seu critério, cancelar a nota de empenho, fazer uso da garantia prestada pela empresa e impor outras sanções legais cabíveis.
Parágrafo Segundo – Para os casos de inexecução de obrigação contratual ou legal, não previstos nos parágrafos anteriores, a **CONTRATANTE** aplicará multa correspondente a até 10% (dez por cento) do valor global estimado deste instrumento, em razão da gravidade apurada.
Parágrafo Terceiro - A multa, aplicada após regular processo administrativo, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, será paga diretamente na **CONTRATANTE**, descontada das faturas emitidas pela **CONTRATADA**.
Parágrafo Quarto - Não ocorrendo quitação total da multa, administrativamente, na forma do parágrafo anterior, será o valor remanescente cobrado judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:
As PARTES CONTRATANTES, por estarem de comum acordo, elegem o foro da comarca de Natal/RN, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para ser resolvida qualquer lide do presente contrato.
E, por estarem justos, certo se contratados, assinam o presente instrumento contratual em duas vias de igual forma e teor, na presença de testemunhas abaixo nomeadas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – PUBLICAÇÃO
Incumbirá à CONTRATANTE providenciara publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FORO (art.92, §1º)
É competente o Foro da Comarcada Natal/RN, para dirimir qualquer dúvida que possa surgir na execução do presente Contrato.

Natal/RN, xx de xxxxx de 2026.

Contratante
COPIRN
CNPJ/MF 12.120.272/0001-04
ANTÔNIO MARCOS FREIRE
Presidente

Contratada
(Nome Da Contratada)
CPF: 000.000.000-00

Publicado por:
Kamila Mayara Dos Santos Marinho Grilo
Código Identificador:85BDDF6E

DIRETORIA
PORTARIA Nº 030/2026

Portaria Nº 030/2026
Natal, 21 de setembro de 2026.

O **Presidente** do Consórcio Público Intermunicipal do Rio Grande do Norte – COPIRN, no uso das suas atribuições legais conferidas pelo Estatuto da referida Associação Pública e, ainda, sem prejuízo da observância ao disposto na Lei 8.745/93, no que couber,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Coordenador de Planejamento, Gestão e Inovação, **FRANCISCO ALVES DA COSTA SOBRINHO**, sob o CPF: **019.906.914-04**, o pagamento de 1.1/2 (uma e meia) diária no valor de R$ 600,00 (seiscentos reais), na forma do preconizado na RESOLUÇÃO Nº 001/2025 – COPIRN de 25 de abril de 2025, realizartratadas as questões referentes à retomada e prosseguimento das ações do Projeto de Educação em Saúde Ambiental – Combate ao Mosquito *Aedes aegypti*, desenvolvido por meio de convênio Nº 0621/2026 entre o COPIRN e a FUNASA, no período de 22 e 23/09/2026.

Art. 2º - Determinar a Coordenadoria de Orçamento e Finanças, que seja efetuado o pagamento do valor autorizado.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

ANTÔNIO MARCOS FREIRE
Presidente

Publicado por:
Kamila Mayara Dos Santos Marinho Grilo
Código Identificador:17C77445

DIRETORIA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2025 – COPIRN, 96ª ETAPA

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN – COPIRN

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2025 – COPIRN, 96ª ETAPA, REFERENTE AO CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE SAÚDE.

CENTRO DE DIAGNÓSTICO LABORATORIAL PROEXAME LTDA - CNPJ: 35.114.439/0001-20 **(**Apodi, 2ª Região**)**

Natal, 22 de setembro de 2026.

ANTONIO MARCOS FREIRE
Presidente
CPF/MF nº 393.411.194-72

Publicado por:
Kamila Mayara Dos Santos Marinho Grilo
Código Identificador:554C32FE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARI

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO CONTRATUAL – CONTRATO Nº 146/2024 - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 007/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARI/RN
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 146/2024
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 007/2024
CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO
CNPJ Nº 13.549.741/0001-78
CONTRATADO: MOACIR DE LIMA FILHO – ME (M & G ASSESSORIA)
CNPJ: 17.219.610/0001-83
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA AOS PROGRAMAS E SERVIÇOS NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE ACARI/RN.
OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA, POR MAIS 12 (DOZE) MESES, BEM COMO O REAJUSTE FINANCEIRO APLICANDO O ÍNDICE IPCA-E POR OCORRÊNCIA DA ANUALIDADE
VIGÊNCIA: PRORROGADA ATÉ 20/08/2027.
FUNDAMENTO LEGAL: ART. 107 DA LEI Nº 14.133/21
VALOR DO REAJUSTE: FICA ACRESCIDO O VALOR DE R$ 1.515,60 (UM MIL, QUINHENTOS E QUINZE REAIS E SESSENTA CENTAVOS) AO CONTRATO Nº 146/2024, CORRESPONDENTE AO REAJUSTE DE 4,7977% (QUATRO VÍRGULA SETENTA E NOVE POR CENTO) CALCULADO PELO IPCA-E, DOS ÚLTIMOS 12 (DOZE MESES). O VALOR TOTAL DO CONTRATO ATUALIZADO PASSA PARA R$ 33.105,36 (TRINTA E TRÊS MIL, CENTO E CINCO REAIS E TRINTA E SEIS CENTAVOS).
FUNDAMENTO LEGAL: ARTIGO 25, $ 7º E 8º, INCISO I, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/21.

ACARI/RN, EM 17 DE AGOSTO DE 2026.

ALBERTINA DA GUIA LOPES DE ARAÚJO -
Secretária Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social - Contratante

MOACIR DE LIMA FILHO –
Responsável Pela Contratada

Publicado por:
Virgínia Lélia Cunha Galvão
Código Identificador:DCB08F79

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO BEZERRA

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL N° 877 / 2026

Acrescenta o inciso XIV ao parágrafo único do art. 47 da Lei Municipal nº 581, de 2017, que dispõe sobre a modernização da Estrutura Administrativa e Organizacional da Prefeitura Municipal de Afonso Bezerra/RN, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE AFONSO BEZERRA, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - O parágrafo único do art. 47 da Lei Municipal nº 581, de 2017, passa a vigorar acrescido do inciso XIV, com a seguinte redação:

"Art. 47 - À Secretaria Municipal de Educação e Cultura compete:
(...)
Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Educação e Cultura terá em sua estrutura:
(...)
XIV – Coordenadoria de Alfabetização – Séries Iniciais."

Art. 2º - A Coordenadoria de Alfabetização – Séries Iniciais passa a integrar a estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEMEC.

Art. 3º - A criação da Coordenadoria de que trata esta Lei não implica, por si só, a criação de cargo, função, gratificação ou aumento de despesa com pessoal, permanecendo sua organização e funcionamento vinculados à estrutura administrativa existente da Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEMEC.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta Lei, caso existentes, correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento municipal.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Afonso Bezerra/RN, em 22 de setembro de 2026.

HAROLDO JOSÉ BEZERRA DA PAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Railson Monaé Sá Faustino da Silva
Código Identificador:949DAE70

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL N° 879 / 2026

Altera o inciso II do art. 12 da Lei Municipal nº 841, de 2025, que institui a Política de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de Afonso Bezerra/RN, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE AFONSO BEZERRA, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O inciso II do art. 12 da Lei Municipal nº 841, de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12. (...)

II – Seis representantes de entidades e organizações da sociedade civil e seus respectivos suplentes, escolhidos mediante processo público, democrático e participativo, observados critérios de representatividade, diversidade, pluralidade, autonomia e atuação na promoção da Segurança Alimentar e Nutricional e do Direito Humano à Alimentação Adequada, na forma estabelecida em regulamento próprio do Conselho".

Art. 2º. As demais disposições da Lei Municipal nº 841, de 2025, permanecem inalteradas.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Afonso Bezerra/RN, em 22 de setembro de 2026.

HAROLDO JOSÉ BEZERRA DA PAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Railson Monaé Sá Faustino da Silva
Código Identificador:49D27AFF

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 878 / 2026

Institui a Política Municipal de Alfabetização de Crianças de Afonso Bezerra/RN – Pró-Alfa Afonso Bezerra, em regime de colaboração, e dá outras providências.

CAPÍTULO I
DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS EM REGIME DE COLABORAÇÃO

Art. 1º Em consonância com a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Plano Nacional de Educação, o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA, instituído pelo Decreto Federal nº 11.556, de 12 de junho de 2023, e as demais normas educacionais vigentes, fica instituída a Política Municipal de Alfabetização de Crianças de Afonso Bezerra/RN – Pró-Alfa Afonso Bezerra, no âmbito da Rede Pública Municipal de Ensino, em regime de colaboração com a União e o Estado do Rio Grande do Norte.

Parágrafo único. A Política Municipal de Alfabetização tem por finalidade garantir o direito à alfabetização de todas as crianças matriculadas na Rede Pública Municipal de Ensino de Afonso Bezerra, considerando as especificidades da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Art. 2º A Política Municipal de Alfabetização de Crianças será coordenada estrategicamente pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, que deverá promover a articulação das ações, programas, projetos e estratégias destinados à garantia do direito à alfabetização.

CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS

Art. 3º São princípios da Política Municipal de Alfabetização de Crianças de Afonso Bezerra/RN:
I – colaboração entre a União, o Estado e o Município, mediante contínua interlocução, cooperação mútua, confiança e transparência institucional;
II – protagonismo do Município no planejamento, implementação, acompanhamento e avaliação das ações destinadas à garantia do direito à alfabetização das crianças da Rede Pública Municipal de Ensino;
III – garantia do direito à alfabetização como elemento estruturante para a construção de trajetórias escolares bem-sucedidas;
IV – concepção de educação integral, considerando o educando em suas diferentes dimensões intelectual, física, emocional, social e cultural, no interior de um projeto coletivo que envolva escola, família e demais parceiros;
V – mobilização e engajamento da comunidade escolar e da sociedade, mediante estratégias de comunicação, acompanhamento e controle social;
VI – enfrentamento das desigualdades educacionais, buscando garantir, na perspectiva da equidade educacional, o acesso, a permanência, a aprendizagem e o sucesso na alfabetização, considerando as diferenças sociais, econômicas, territoriais, raciais, de gênero e as necessidades educacionais específicas;
VII – planejamento estratégico com foco nas necessidades da sala de aula, dos professores, das escolas e dos estudantes, respeitando a liberdade, promovendo a tolerância e valorizando a diversidade;
VIII – formação continuada como componente essencial à profissionalização dos profissionais da educação, integrada à valorização de suas experiências e reconhecendo-os como protagonistas na construção do conhecimento;
IX – perspectiva discursiva de alfabetização e suas inter-relações com os processos de letramento, considerando o papel das interações, da mediação pedagógica e da ludicidade nos processos de aprendizagem das crianças, compreendendo a alfabetização como processo de apropriação da linguagem escrita que envolve cultura escrita, sistema de escrita alfabética, leitura, produção de textos escritos e oralidade; e
X – reconhecimento da importância da avaliação educacional e da ampliação da compreensão dos profissionais sobre seus processos e instrumentos, utilizando seus resultados para subsidiar decisões pedagógicas e garantir a aprendizagem das crianças.

CAPÍTULO III
DA IMPLEMENTAÇÃO

Art. 4º Constituem diretrizes para a implementação da Política Municipal de Alfabetização de Crianças de Afonso Bezerra/RN:
I – reconhecimento da autonomia municipal e da responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação na coordenação e implementação da política pública de alfabetização, observadas as competências dos demais entes federados;
II – reconhecimento do protagonismo do Município na oferta da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, com especial atenção aos processos de alfabetização;
III – fortalecimento do regime de colaboração entre o Município, o Estado e a União, com foco na promoção da equidade educacional;
IV – enfrentamento das desigualdades educacionais, buscando garantir, na perspectiva da equidade, o acesso, a permanência, a aprendizagem e o sucesso na alfabetização, considerando as diferenças sociais, econômicas, territoriais, raciais, de gênero e as necessidades educacionais específicas;
V – centralidade dos processos de ensino e aprendizagem e das necessidades concretas das escolas, professores e estudantes;
VI – desenvolvimento de ações de formação continuada destinadas a professores, coordenadores pedagógicos, gestores escolares, técnicos e demais profissionais da educação envolvidos com a alfabetização.

Art. 5º São objetivos da Política Municipal de Alfabetização de Crianças de Afonso Bezerra/RN:
I – instituir programas, projetos e ações destinados a fomentar a alfabetização das crianças, considerando as especificidades da Educação Infantil e a consolidação desse processo até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;
II – estabelecer mecanismos de gestão e governança que orientem, apoiem, acompanhem, monitorem e avaliem a implantação, implementação e desenvolvimento da política municipal de alfabetização;
III – garantir formação continuada aos profissionais da educação que atuam na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, com foco na alfabetização até o 2º ano e na recomposição das aprendizagens dos estudantes matriculados nos 3º, 4º e 5º anos que ainda não tenham consolidado as aprendizagens essenciais;
IV – assegurar, progressivamente, estrutura física, serviços, recursos pedagógicos, materiais didáticos e condições de acessibilidade necessários aos processos de ensino e aprendizagem relacionados à alfabetização;
V – implementar estratégias para identificação, reconhecimento, valorização, premiação e divulgação de práticas pedagógicas e de gestão exitosas desenvolvidas por profissionais e unidades escolares da Rede Pública Municipal de Ensino;
VI – implementar processos sistemáticos de avaliação diagnóstica, formativa e somativa nos anos iniciais do Ensino Fundamental, articulados aos sistemas de avaliação municipais, estaduais e nacionais;
VII – promover o acompanhamento sistemático dos indicadores de alfabetização e aprendizagem da Rede Pública Municipal de Ensino;
VIII – utilizar os resultados das avaliações externas e internas como instrumentos de planejamento, intervenção pedagógica, recomposição das aprendizagens e tomada de decisões educacionais;
IX – fortalecer a participação das famílias e da comunidade escolar nas ações de alfabetização; e
X – promover ações que contribuam para a melhoria dos indicadores educacionais do Município, assegurando o direito de aprender de todas as crianças.

CAPÍTULO IV
DA ORGANIZAÇÃO ESTRATÉGICA

Art. 6º A Política Municipal de Alfabetização de Crianças será implementada pela Secretaria Municipal de Educação, em articulação com as unidades escolares, profissionais da educação, famílias, comunidade e demais órgãos e instituições parceiras, respeitadas as competências de cada ente federativo.

Art. 7º As estratégias de implementação da Política Municipal de Alfabetização serão operacionalizadas por meio de programas e ações integradas, em sintonia com o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA, com a política estadual de alfabetização e com as diretrizes curriculares vigentes, organizadas nos seguintes eixos estruturantes:
I – Gestão e Governança;
II – Formação de Professores e Gestores;
III – Material Didático Complementar e Recursos Pedagógicos;
IV – Avaliação e Monitoramento; e
V – Reconhecimento Educacional e Incentivos.

Art. 8º Para a gestão, acompanhamento e avaliação das estratégias necessárias à consecução dos objetivos da Política Municipal de Alfabetização, poderá ser instituído, por ato do Poder Executivo, o Núcleo Municipal de Alfabetização, vinculado à Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. O Núcleo Municipal de Alfabetização terá suas competências, composição e funcionamento definidos em ato regulamentar do Poder Executivo Municipal.

CAPÍTULO V
DAS ESTRATÉGIAS DE IMPLEMENTAÇÃO

Art. 9º Para a implementação da Política Municipal de Alfabetização de Crianças, a Secretaria Municipal de Educação adotará, entre outras, as seguintes estratégias:
I – articulação entre os diferentes instrumentos e sistemas de avaliação utilizados pela Rede Municipal de Ensino;
II – acompanhamento sistemático dos indicadores de alfabetização e aprendizagem;
III – utilização dos resultados das avaliações para subsidiar decisões pedagógicas e de gestão;
IV – assistência técnica e pedagógica às unidades escolares;
V – formação continuada de professores, gestores, coordenadores pedagógicos e técnicos educacionais;
VI – disponibilização e utilização de materiais didáticos complementares e recursos pedagógicos;
VII – fortalecimento dos ambientes alfabetizadores e dos espaços destinados à leitura;
VIII – desenvolvimento de ações de recomposição das aprendizagens dos estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental;
IX – acompanhamento da participação dos estudantes nas avaliações externas;
X – desenvolvimento de estratégias específicas para estudantes com deficiência, transtornos do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação e demais necessidades educacionais específicas;
XI – incentivo à participação das famílias nas ações de leitura, escrita e alfabetização; e
XII – reconhecimento e divulgação de práticas pedagógicas e de gestão exitosas.

CAPÍTULO VI
DA AVALIAÇÃO E DO MONITORAMENTO

Art. 10. A Secretaria Municipal de Educação promoverá o acompanhamento sistemático dos resultados de aprendizagem e dos indicadores de alfabetização da Rede Pública Municipal de Ensino, articulando informações provenientes das avaliações internas e externas.

Art. 11. Os resultados das avaliações diagnósticas, formativas e somativas deverão ser utilizados como instrumentos de planejamento e intervenção pedagógica, com vistas à:
I – identificação das aprendizagens consolidadas e das aprendizagens ainda não consolidadas;
II – elaboração de estratégias de intervenção pedagógica;
III – recomposição das aprendizagens;
IV – acompanhamento da evolução dos estudantes;
V – definição de ações de formação continuada; e
VI – planejamento das políticas educacionais municipais.

Art. 12. O Município poderá utilizar, para fins de acompanhamento e monitoramento da política de alfabetização, dados e resultados provenientes de instrumentos e sistemas oficiais, incluindo, entre outros, avaliações e plataformas vinculadas ao CNCA, SIMAIS ALFA, PARC/CAEd e demais sistemas oficiais adotados pelos entes federados.

CAPÍTULO VII
DO RECONHECIMENTO EDUCACIONAL E DOS INCENTIVOS

Art. 13. Fica instituído, no âmbito da Política Municipal de Alfabetização de Crianças, o Programa Municipal de Reconhecimento às Boas Práticas na Alfabetização Afonso-bezerrense, destinado à valorização, reconhecimento e disseminação de práticas pedagógicas e de gestão que contribuam para a garantia do direito à alfabetização.

Art. 14. O Programa Municipal de Reconhecimento às Boas Práticas na Alfabetização Afonso-bezerrense poderá contemplar:
I – reconhecimento público de professores e demais profissionais da educação;
II – certificação das unidades escolares e profissionais participantes;
III – divulgação de práticas pedagógicas exitosas;
IV – realização de eventos, seminários, mostras e espaços de socialização de experiências;
V – premiação de profissionais e unidades escolares, observada a legislação vigente; e
VI – concessão de incentivos financeiros, quando previstos em lei específica e observada a disponibilidade orçamentária e financeira do Município.

Art. 15. Os critérios, categorias, indicadores, procedimentos de avaliação, formas de reconhecimento, valores de eventual premiação e demais aspectos do Programa Municipal de Reconhecimento às Boas Práticas na Alfabetização Afonso-bezerrense serão estabelecidos em regulamento próprio.

Parágrafo único. A instituição de eventual premiação financeira deverá observar a legislação orçamentária, financeira e de responsabilidade fiscal aplicável ao Município.

CAPÍTULO VIII
DA GESTÃO E DO REGIME DE COLABORAÇÃO

Art. 16. A Secretaria Municipal de Educação será o órgão responsável pela coordenação, acompanhamento e execução das ações da Política Municipal de Alfabetização de Crianças, podendo estabelecer articulações e parcerias com:
I – Secretaria de Estado da Educação;
II – Ministério da Educação;
III – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME;
IV – instituições de ensino superior;
V – órgãos e entidades públicas;
VI – organizações da sociedade civil; e
VII – demais instituições que possam contribuir para a consecução dos objetivos da política.

Art. 17. O Município poderá celebrar acordos de cooperação, termos de parceria, convênios e demais instrumentos juridicamente cabíveis destinados ao desenvolvimento das ações da Política Municipal de Alfabetização, observada a legislação vigente.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18. A Política Municipal de Alfabetização de Crianças de Afonso Bezerra/RN deverá ser implementada de forma articulada com as demais políticas educacionais municipais, estaduais e nacionais,

buscando assegurar continuidade, integração e sustentabilidade das ações.

Art. 19. Esta Lei será regulamentada pelo Poder Executivo Municipal no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, contado da data de sua publicação.

Art. 20. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento municipal, observada a disponibilidade orçamentária e financeira e a legislação aplicável.

Art. 21. O Poder Executivo poderá editar os atos necessários à implementação e ao funcionamento da Política Municipal de Alfabetização de Crianças de Afonso Bezerra/RN.

Art. 22. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Afonso Bezerra/RN, em 22 de setembro de 2026.

HAROLDO JOSÉ BEZERRA DA PAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Railson Monaé Sá Faustino da Silva
Código Identificador:9B18B05B

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 880 / 2026

Altera a Lei Municipal nº 867/2026, de 28 de maio de 2026, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária do Município de Afonso Bezerra para o exercício de 2027, para incluir ações e prioridades voltadas à garantia dos direitos de crianças e adolescentes.

O PREFEITO MUNICIPAL DE AFONSO BEZERRA, Estado do Rio Grande do Norte, Haroldo José Bezerra da Paz, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal nº 867/2026, de 28 de maio de 2026 (LDO 2027), passa a vigorar acrescido das seguintes ações e prioridades, voltadas à garantia dos direitos de crianças e adolescentes:
I – Saúde e Nutrição: fortalecimento das ações de atenção à saúde da criança e do adolescente, incluindo pré-natal, puericultura, imunização, vigilância alimentar e nutricional e prevenção da desnutrição e da obesidade infantil;
II – Educação: ampliação e qualificação da oferta de educação infantil, alfabetização na idade certa, busca ativa escolar e combate à evasão e ao abandono escolar;
III – Proteção Contra as Violências: fortalecimento da rede de proteção contra violências, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, incluindo a articulação intersetorial dos órgãos de proteção e a notificação compulsória;
IV – Proteção Social: manutenção, ampliação e qualificação dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, incluindo o fortalecimento da proteção social básica e especial, a gestão do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família e a articulação intersetorial da rede de proteção social.

Art. 2º. Fica incluído o art. 4º na Lei Municipal nº 867/2026, de 28 de maio de 2026, com a seguinte redação:
"Art. 4º. A Fica estabelecida como prioridade da Administração Pública Municipal, para o exercício financeiro de 2027, a execução das ações da Política Municipal de Assistência Social, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, assegurando a manutenção, ampliação e qualificação dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais."

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento do exercício de 2027, observadas as disposições da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e da Lei Federal nº 4.320/1964.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Afonso Bezerra/RN, em 22 de setembro de 2026

HAROLDO JOSÉ BEZERRA DA PAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Railson Monaé Sá Faustino da Silva
Código Identificador:11B152FB

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 060/2026 (ORIUNDO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 37/2026) PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3403/2026

EXTRATO DE CONTRATO 060/2026 (ORIUNDO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 37/2026) PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3403/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICÍPAL DE AFONSO BEZERRA/RN - CNPJ: 08.294.688/0001-71, **CONTRATADA**: Cecilio Machado da Silva Filho, com registro no CPF 012.***.***-92.
OBJETO Contratação de serviços advocatícios e assessoria jurídica, para atender as demandas dos usuários do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação – SMASTH, no patrocínio de demandas cíveis.
VALOR GLOBAL: R$ 27.000,00 (Vinte e sete mil reais).
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará da data de sua assinatura até 07/09/2027.
BASE LEGAL: Art. 74, inciso III da Lei Federal n° 14.133/2021
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:
ÓRGÃO: 04 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 04.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
FUNÇÃO: 08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL
SUB-FUNÇÃO: 244 – ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
PROGRAMA: 0009 – MAIS ASSISTÊNCIA
PROJ./ATIV.: 2036 – MANUT DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física
FONTE: 1.720.0000 – Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP – Lei 9.478/1997.
FONTE: 1.500.0000 – Recursos não Vinculados de Impostos.
Assinaturas em 08/09/2026, **Pela Contratante:** Haroldo José Bezerra da Paz, CPF nº 049.***.***-00 e **Pela Contratada**: Cecilio Machado da Silva Filho - CPF: 012.***.***-92.

Publicado por:
Luiz Felipe Viera Moreno
Código Identificador:DD48031F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEXANDRIA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 421, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 421, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALEXANDRIA/RN, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 7º, inciso I e 45, inciso IV, ambos da Lei Orgânica Municipal, consubstanciado no artigo 84, *caput*, da Lei Municipal n.º 819, de 1º de julho de 2003.

R E S O L V E:

Art. 1o – CONCEDER a Servidora **YANE CAROLINE ALVES DE ANDRADE**, Matrícula n.º 263, ocupante do cargo de Nutricionista, lotada na Secretaria Municipal de Educação, FÉRIAS ANUAIS REMUNERADAS, por um período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 02/02/2025 a 01/02/2026, a serem gozadas de 1º a 30 de outubro de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO NOÉ ARNAUD, sede da Prefeitura Municipal de Alexandria/RN, em 22 de setembro de 2026.

RAIMUNDO FERREIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

MARIA BEATRICE MOREIRA SOUSA
Secretária da Administração e dos Recursos Humanos

Publicado por:
Marcos Alberto da Silveira Mesquita
Código Identificador:705AB8E8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 422, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 422, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALEXANDRIA/RN, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 7º, inciso I e 45, inciso IV, ambos da Lei Orgânica Municipal, consubstanciado no artigo 84, *caput*, da Lei Municipal n.º 819, de 1º de julho de 2003.

R E S O L V E:

Art. 1o – CONCEDER ao (a) Servidor (a) **MARIA DULCIVANIA DE ALMEIDA SILVA**, Matrícula n.º 537-1, ocupante do Emprego Público de Agente Comunitária de Saúde, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde, FÉRIAS ANUAIS REMUNERADAS, por um período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 11/07/2025 a 10/07/2026, a serem gozadas de 1º a 30 de outubro de 2026.

Art. 2º - Fica autorizado o pagamento do adicional de 1/3 (um terço) sobre a respectiva remuneração, de acordo com os artigos 83 e 85 da aludida legislação municipal.

Art. 3o – Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO NOÉ ARNAUD, sede da Prefeitura Municipal de Alexandria/RN, em 22 de setembro de 2026.

RAIMUNDO FERREIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

MARIA BEATRICE MOREIRA SOUSA
Secretária da Administração e dos Recursos Humanos

Publicado por:
Marcos Alberto da Silveira Mesquita
Código Identificador:036808D0

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO DO RODRIGUES

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO - CREDENCIAMENTO Nº 009-2026 - CHAMADA PÚBLICA - SERVIÇOS DE VIDEOMONITORAMENTO

AVISO DE CREDENCIAMENTO/CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 009/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0151/2026

A Prefeitura Municipal de Alto do Rodrigues/RN, torna público para conhecimento dos interessados o **Credenciamento/Chamamento Público Eletrônico Nº 009/2026**, cujo objeto é: **"credenciamento para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de implantação, instalação, configuração, integração e manutenção de sistema de videomonitoramento urbano inteligente, incluindo equipamentos, materiais, infraestrutura de comunicação, sala de monitoramento, licenciamento de software e recursos de inteligência artificial, com reconhecimento facial e leitura de placas veiculares, bem como serviços de manutenção preventiva e corretiva, substituição de componentes e suporte técnico, destinados ao monitoramento de pontos estratégicos do Município de Alto do Rodrigues/RN, visando reforçar a segurança pública e ampliar a capacidade de prevenção, monitoramento e resposta a ocorrências"**. O edital e seus anexos encontram-se a disposição dos interessados no site: www.portaldecompraspublicas.com.br, no site oficial do município http://170.79.153.44:9367/comprasedital/ e na sede da Prefeitura Municipal de Alto do Rodrigues/RN, setor de licitações, no horário das 08h às 14h de segunda a sexta feira, por meio de pendrive. O recebimento das propostas e documentação de habilitação será aberta a partir das 19h00 (horário de Brasília) do dia 22 de setembro de 2026. Esclarecimentos sobre o certame poderão ser solicitados pelos e-mails: cplaltodorodrigues@gmail.com e cpl@altodorodrigues.rn.gov.br.

Alto do Rodrigues/RN, 22 de setembro de 2026.

GERSON LAURENTINO DE SOUZA NETO
Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Publicado por:
Francisco Das Chagas Barreto da Costa
Código Identificador:6CA13D2C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGICOS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 068/2026

PORTARIA Nº 068/2026, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre a Exoneração de Cargo de provimento em comissão específica e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ANGICOS, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 74, inciso XII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido a Senhora **THAYANNE DE OLIVEIRA TRINDADE,** portadora do **CPF nº 1**.***.***-20 e RG Nº 003.***.**9 ITEP/RN**, do cargo de Subcoordenadora de Abastecimento Farmacêutico/CC4, junto a Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor no ato de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a partir do dia 01 de setembro de 2026.

Publique-se. Cumpra-se.

Palácio Prefeito Espedito Alves, Gabinete do Prefeito Municipal de Angicos/RN, 22 de setembro de 2026.

MIGUEL PINHEIRO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Maria da Costa Pinheiro
Código Identificador:425EDE61

SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 020/2026 – DISP. NLLC PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 910049/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUN. DE ANGICOS/RN CNPJ nº 08.085.409/0001-60
CONTRATADA: NMQ COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - CNPJ. n° 10.893.377/0001-70

OBJETO: Aquisição de motor turbo 68KW /91HP para retroescavadeira 3CX - JCB - VIN: 9B9214T44BBDT4164, pertencente a frota do município de Angicos/RN.

VALOR TOTAL: R$ 59.999,00 (cinquenta e nove mil novecentos e noventa e nove reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: (2026)
Órgão: 02 – PODER EXECUTIVO
Unidade: 02.005 - SEC. MUNIC.TRANSPORTE E OBRAS PÚBLICAS
Função: 15 - URBANISMO
Subfunção: 452 – SERVIÇOS URBANOS
Programa: 0001 - GESTÃO COM RESPONSABILIDADE, EFICIENTE E TRANSPARENTE
Projeto/Atividade: 2017 - Manutenção das Ativ. da Sec. Municipal de Transportes e Obras Públicas
Elemento de Despesa: 3.3.90.30– MATERIAL DE CONSUMO
Fontes de Recursos: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos
17040000 - Transferência da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais
17050000 - Transferência dos Estados Referente a Royalties do Petróleo e Gás Natural
17200000 - Transferências da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP-Lei 9.478/1997

Órgão: 02 – PODER EXECUTIVO
Unidade: 02.005 - SEC. MUNIC.TRANSPORTE E OBRAS PÚBLICAS
Função: 15 - URBANISMO
Subfunção: 452 – SERVIÇOS URBANOS
Programa: 0001 - GESTÃO COM RESPONSABILIDADE, EFICIENTE E TRANSPARENTE
Projeto/Atividade: 2017 - Manutenção das Ativ. da Sec. Municipal de Transportes e Obras Públicas
Elemento de Despesa: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PJ
Fontes de Recursos: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos
17200000 -Transferências da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP-Lei 9.478/1997

Órgão: 02 – PODER EXECUTIVO
Unidade: 02.005 - SEC. MUNIC.TRANSPORTE E OBRAS PÚBLICAS
Função: 15 - URBANISMO
Subfunção: 452 – SERVIÇOS URBANOS
Programa: 0001 - GESTÃO COM RESPONSABILIDADE, EFICIENTE E TRANSPARENTE
Projeto/Atividade: 2017 - Manutenção das Ativ. da Sec. Municipal de Transportes e Obras Públicas
Elemento de Despesa: 4.4.90.52 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Fontes de Recursos: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 75, Inc. II da Lei Federal 14.133/2021.

Angicos/RN, 22 de setembro de 2026.

MIGUEL PINHEIRO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diego Alax Pinheiro Alexandre
Código Identificador:D186552B

SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 020/2026

Ref. Processo Administrativo 910049/2026
Interessado: Secretaria Municipal de Obras
Assunto: **Aquisição de motor turbo 68KW /91HP para retroescavadeira 3CX - JCB - VIN: 9B9214T44BBDT4164, pertencente a frota do município de Angicos/RN.**

Analisando minuciosamente as peças que compõem o processo administrativo em questão, observei que foram atendidos os princípios da legalidade, da probidade administrativa e do interesse público, assim **HOMOLOGO** o processo sob referência e, em consequência, **ADJUDICO** o objeto respectivo a empresa **NMQ COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - CNPJ. n° 10.893.377/0001-70**, situado na Avenida Marechal Mascarenhas de Morais nº 1485, Imbiribeira - Recife/PE CEP: 51.150-000; uma vez que ela foi a empresa que apresentou a melhor proposta para a administração no valor Total de **R$ 59.999,00 (cinquenta e nove mil novecentos e noventa e nove reais).**

DETERMINO que se proceda, com DISPENSA DE LICITAÇÃO, com fundamento no **Artigo 75, Inc. II da Lei Federal 14.133/2021**, a visando a **Aquisição de motor turbo 68KW /91HP para retroescavadeira 3CX - JCB - VIN: 9B9214T44BBDT4164, pertencente a frota do município de Angicos/RN**, a fim de atender, nos termos da Solicitação Inicial, as necessidades e demandas do **Município de Angicos/RN** e, na oportunidade**,** que se dê publicidade na forma regulamentar e, em seguida, encaminhe-se o processo ao setor competente para as providências de estilo.

Angicos/RN, 22 de setembro de 2026.

MIGUEL PINHEIRO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diego Alax Pinheiro Alexandre
Código Identificador:93264D83

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE AREZ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 183/2026

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE AREZ, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 57, V da Lei Orgânica do Município – LOM. RESOLVE:

Art. 1º ***Acatar*** o requerimento formulado pela servidora Juliana Teixeira de Menezes, matrícula 96884-6, concedendo licença prêmio pelo período de 3 (três) meses, de acordo com a Lei Complementar Nº 003/97.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 08.09.2026.

Arez/RN, 22 de setembro de 2026.

BERGSON IDUINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
CPF nº 379.417.984-68

Publicado por:
Hugo Galvão da Cunha
Código Identificador:07F6E6C6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 184/2026

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE AREZ, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 57, V da Lei Orgânica do Município – LOM. RESOLVE:

Art. 1º ***Acatar*** o requerimento formulado pelo servidor Wagner Augusto de Aguiar, matrícula 84076-9, concedendo licença prêmio pelo período de 3 (três) meses, de acordo com a Lei Complementar Nº 003/97.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 14.09.2026.

Arez/RN, 22 de setembro de 2026.

BERGSON IDUINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
CPF nº 379.417.984-68

Publicado por:
Hugo Galvão da Cunha
Código Identificador:A374CE29

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 185/2026

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE AREZ, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 57, V da Lei Orgânica do Município – LOM. RESOLVE:

Art. 1º ***Acatar*** o requerimento formulado pela servidora Maria José da Silva, matrícula 81250-1, concedendo licença prêmio pelo período de 3 (três) meses, de acordo com a Lei Complementar Nº 003/97.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 14.09.2026.

Arez/RN, 22 de setembro de 2026.

BERGSON IDUINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
CPF nº 379.417.984-68

Publicado por:
Hugo Galvão da Cunha
Código Identificador:A2271A8B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 186/2026

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE AREZ, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 57, V da Lei Orgânica do Município – LOM. RESOLVE:

Art. 1º ***Acatar*** o requerimento formulado pela servidora Maria Isabel Cristina da Silva Viana, matrícula 96754-8, concedendo licença prêmio pelo período de 3 (três) meses, de acordo com a Lei Complementar Nº 003/97.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 08.09.2026.

Arez/RN, 22 de setembro de 2026.

BERGSON IDUINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
CPF nº 379.417.984-68

Publicado por:
Hugo Galvão da Cunha
Código Identificador:5BBB3521

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 187/2026

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE AREZ, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 57, V da Lei Orgânica do Município – LOM. RESOLVE:

Art. 1º ***Acatar*** o requerimento formulado pelo servidor Geovane Chacon de Carvalho, matrícula 9572-9, concedendo licença prêmio pelo período de 3 (três) meses, de acordo com a Lei Complementar Nº 003/97.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 08.09.2026.

Arez/RN, 22 de setembro de 2026.

BERGSON IDUINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
CPF nº 379.417.984-68

Publicado por:
Hugo Galvão da Cunha
Código Identificador:960882AD

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 188/2026

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE AREZ, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 57, V da Lei Orgânica do Município – LOM. RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a Sra. Debora Raquel Borges de Santana Lima**,** portador do CPF nº 095.531.864-59, do cargo de **Coordenadora Pedagógica**, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 30.08.2026.

Arez/RN, 22 de setembro de 2026.

BERGSON IDUINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
CPF nº 379.417.984-68

Publicado por:
Hugo Galvão da Cunha
Código Identificador:DA7C98D6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 189/2026

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE AREZ, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 57, V da Lei Orgânica do Município – LOM. RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Sra. Nailza Dionisia de Bastos**,** portador do CPF nº 040.342.124-11, para o cargo de **Coordenadora Pedagógica**, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 05.09.2026.

Arez/RN, 22 de setembro de 2026.

BERGSON IDUINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
CPF nº 379.417.984-68

Publicado por:
Hugo Galvão da Cunha
Código Identificador:38C4E8AF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 252, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026.

Nomeia os membros que constituirão o Comitê de Crise do município de Baraúna e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Baraúna, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º- Nomear os membros que constituirão o Comitê de Crise do município de Baraúna/RN.

Kalydja Aristeia De Oliveira Filgueira – Representante da prefeitura Municipal
Melquezedeque José Rebouças Bezerra – Representante da Câmara dos Vereadores
Erivania Da Silva Melo– Representante da Secretaria Municipal de Agricultura
Bevania Silva Costa– Representante da Secretaria Municipal de Saúde
Jose Flavio Matias Pereira – Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrário.

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE
e CUMPRA-SE.

Centro Administrativo Francisco Bezerra Sobrinho
Gabinete da Prefeita
Baraúna- RN, 22 de setembro de 2026.

MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:0E9E1ADC

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 253, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026.

Designar fiscal de contrato de Contratação de Pessoa Jurídica para o fornecimento de gás liquefeito de petróleo (GLP) e recipientes (vasilhames) vazios, destinados ao suprimento das necessidades operacionais e administrativas das secretarias do Município de Baraúna/RN dá outras providências.

A Prefeita do Município de Baraúna, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais:
RESOLVE:

Art. 1º- Designar o senhor **GABRIEL MAYCON MIRANDA DOS SANTOS, CPF: 700.xxx.xxx-14**, para **FISCAL DE CONTRATO DE CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA O FORNECIMENTO DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) E RECIPIENTES (VASILHAMES) VAZIOS, DESTINADOS AO SUPRIMENTO DAS NECESSIDADES OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVAS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO BARAÚNA/RN.** Referente **ao PREGÃO ELETRONICO N° 017/2026, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 03070001/2026**

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrário.
REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE
e CUMPRA-SE.

Centro Administrativo Francisco Bezerra Sobrinho
Gabinete da Prefeita
Baraúna- RN, 22 de setembro de 2026.

MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:6DFF5C8C

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO DE TROCA DE MARCA CONTRATO 07/2024 - DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA E A EMPRESA DROGAFONTE LTDA – CNPJ: 08.778.201/0001-26

Pelo presente Instrumento Público, os signatários, de um lado a **O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 12.512.241/0001-07, com sede na Rua Hermenegildo Montenegro, SN, Centro, CEP: 59.695-000, Baraúna-RN, representado neste ato pela Gestora do Fundo Municipal de Saúde, Sra. **BEVANIA SILVA COSTA**, brasileira, divorciada, inscrita no CPF: 067.084.894-81, doravante denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado a Pessoa Jurídica: **CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, CNPJ: 12.418.191/0001-95; com sede na Rod BR 101, n° 131, KM 131, no Bairro Várzea do Ranchinho, Camboriú/SC, neste ato representado pelo Sr. **ADRIANO RODRIGUES DA SILVA**, inscrito no CPF: 143.XXX.XXX-33, denominado simplesmente **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente termo, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE CONTROLE ESPECIAL DA PORTARIA Nº 344/98, DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DA FARMÁCIA BÁSICA, E DO HOSPITAL E MATERNIDADE FRANCISCO BEZERRA SOBRINHO DO MUNICÍPIO DE BARAÚNA/RN.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA

2.1 Em atenção ao pedido protocolado pela empresa **CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, CNPJ: 12.418.191/0001-95, a Secretaria Municipal de Saúde, a Procuradoria Geral do Município opinou pelo pedido de aditivo para substituição da marca dos produtos dos itens no Termo de contrato da referida empresa, conforme o contido nos autos do processo físico referente ao Pregão Eletrônico nº 002//2026, Processo Administrativo nº 27110001/2025.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO

3.1. Fica substituída a marca do produto, conforme especificado abaixo:

DESCRIÇÃO	MARCA CONTRATADA	MARCA ACEITA PARA ALTERAÇÃO
FENOBARBITAL 40mg sol oral 20ml	CRISTALIA	UNIÃO QUÍMICA

4. CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O prazo de vigência deste Termo Aditivo é o mesmo do contrato original, iniciando-se na data de sua assinatura.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CLÀUSULAS DO CONTRATO ORIGINAL

5.1. Ficam ratificadas em todos os termos e condições as demais cláusulas do contrato aditado, ficando este Termo fazendo parte integrante e complementar do contrato original, a fim de que juntos produzam um só efeito.

5.2. E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor.

Baraúna/RN, 16 de setembro de 2026.

Prefeitura Municipal de Baraúna/RN	Conquista Distribuidora de Medicamentos e Produtos Hospitalares LTDA
BEVANIA SILVA COSTA	***ADRIANO RODRIGUES DA SILVA***
Gestora do Fundo Municipal de Saúde	Representante Legal
Contratante	Contratada

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:8D818FC5

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO FERNANDES

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO OU PREGOEIRO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2026 - PROCESSO Nº 192/2026

O Prefeito Constitucional de Bento Fernandes/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas a legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, e depois de cumpridas as exigências e condições estipuladas pelo ato convocatório e transcorridos os direitos e os prazos para interposição de recursos administrativos, como preceituam as disposições constantes da Lei Federal nº 14.133/2021 e legislação complementar, de conformidade com o julgamento emitido pelo Setor de Licitações/Agente de Contratação, **ADJUDICO** o processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico nº 10/2026, tendo como proponentes vencedoras as seguintes licitantes:
I - VANINHA UTILIDADES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **58.421.861/0001-23**, vencedora dos itens **0001, 0003, 0005, 0006, 0007, 0008, 0009, 0010, 0011, 0012, 0013, 0014, 0015, 0016, 0017, 0018, 0019, 0020, 0021, 0022, 0023, 0024, 0025, 0026, 0027, 0030, 0031, 0036, 0042 e 0044**, perfazendo o valor total de **R$ 25.105,41** (vinte e cinco mil cento e cinco reais e quarenta e um centavos).
II - Z NORTE COMERCIO E SERVICO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **46.027.640/0001-96**, vencedora dos itens **0002, 0028, 0029, 0032, 0033, 0034, 0035, 0043 e 0045**, perfazendo o valor total de **R$ 11.956,00** (onze mil novecentos e cinquenta e seis reais).
III - LUBE GESTAO E VENDAS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **54.319.950/0001-02**, vencedora do item **0004**, perfazendo o valor total de **R$ 1.175,00** (mil cento e setenta e cinco reais).
IV - AK INOVACOES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **53.696.164/0001-61**, vencedora dos itens **0037, 0038, 0039 e 0040**, perfazendo o valor total de **R$ 15.935,70** (quinze mil novecentos e trinta e cinco reais e setenta centavos).
V - CORMED WINNER LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **52.890.701/0001-47**, vencedora do item **0041**, perfazendo o valor total de **R$ 2.400,00** (dois mil e quatrocentos reais).
O valor global adjudicado corresponde a **R$ 56.572,11** (cinquenta e seis mil quinhentos e setenta e dois reais e onze centavos), por terem as licitantes apresentado as propostas mais vantajosas para a Administração Pública Municipal, tendo transcorridas as fases de lances e de análise dos documentos de habilitação, conforme Ata da Sessão Pública anexa.

Bento Fernandes/RN, 22 de setembro de 2026.

JOLLEMBERG SOARES DANTAS
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Tiago Varela da Camara
Código Identificador:C62D5FBF

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO OU PREGOEIRO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2026 - PROCESSO Nº 192/2026

O Prefeito Constitucional de Bento Fernandes/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas a legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, de acordo com os atos praticados pelo Agente de Contratação/Setor de Licitações, consubstanciado no que fundamenta a Lei Federal nº 14.133/2021 e legislação complementar, torno público para conhecimento dos interessados, após a análise das propostas e documentação de habilitação, que trata o processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico sob o nº 10/2026, tendo como proponentes vencedoras as licitantes abaixo relacionadas. Constata-se que foi em toda sua tramitação atendida à legislação pertinente.
I - VANINHA UTILIDADES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **58.421.861/0001-23**, vencedora dos itens **0001, 0003, 0005, 0006, 0007, 0008, 0009, 0010, 0011, 0012, 0013, 0014, 0015, 0016, 0017, 0018, 0019, 0020, 0021, 0022, 0023, 0024, 0025, 0026, 0027, 0030, 0031, 0036, 0042 e 0044**, perfazendo o valor total de **R$ 25.105,41** (vinte e cinco mil cento e cinco reais e quarenta e um centavos).
II - Z NORTE COMERCIO E SERVICO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **46.027.640/0001-96**, vencedora dos itens **0002, 0028, 0029, 0032, 0033, 0034, 0035, 0043 e 0045**, perfazendo o valor total de **R$ 11.956,00** (onze mil novecentos e cinquenta e seis reais).
III - LUBE GESTAO E VENDAS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **54.319.950/0001-02**, vencedora do item **0004**, perfazendo o valor total de **R$ 1.175,00** (mil cento e setenta e cinco reais).
IV - AK INOVACOES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **53.696.164/0001-61**, vencedora dos itens **0037, 0038, 0039 e 0040**, perfazendo o valor total de **R$ 15.935,70** (quinze mil novecentos e trinta e cinco reais e setenta centavos).
V - CORMED WINNER LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **52.890.701/0001-47**, vencedora do item **0041**, perfazendo o valor total de **R$ 2.400,00** (dois mil e quatrocentos reais).
Desse modo, satisfazendo à Lei e ao Mérito, **HOMOLOGO** o processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico sob o nº 10/2026, às proponentes acima relacionadas, no valor global de **R$ 56.572,11** (cinquenta e seis mil quinhentos e setenta e dois reais e onze centavos), por terem apresentado as propostas mais vantajosas para a Administração Municipal.
Notifico e convoco as empresas supracitadas, vencedoras do certame, para no prazo de cinco dias úteis assinarem o Termo Contratual, que terá suas cláusulas e condições reguladas pela Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores.

Bento Fernandes/RN, 22 de setembro de 2026.

JOLLEMBERG SOARES DANTAS
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Tiago Varela da Camara
Código Identificador:1175CA54

GABINETE DO PREFEITO
CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

Município de Bento Fernandes/RN, 08.110.884/0001-495, torna público que recebeu do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA a LP, sob o 2025-247004/TEC/LP-0144, com prazo de validade de 5 (CINCO) ano, em favor do empreendimento implantação de **Creche Tipo I, padrão FNDE,** a ser instalada em área total de 2.400,00 m², com 1.541,14 m² de área construída, composta por 2 (dois) blocos edificados, identificados como Bloco A e Bloco B, contando com pátio coberto, áreas externas e espaços destinados a atividades recreativas, incluindo playground, entre outros ambientes de apoio. O empreendimento está localizado nas coordenadas de referência em UTM (Zona 25M), Datum SIRGAS 2000: 188.404,22 mE; 9.369.530,00 mN.

JOLLEMBERG SOARES DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Batista do Nascimento Viana
Código Identificador:848A73AC

GABINETE DO PREFEITO
CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

Município de Bento Fernandes/RN, 08.110.884/0001-495, torna público que recebeu do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA a LP, sob o 2025-

247010/TEC/LP-0145, com prazo de validade de 5 (CINCO) ano, em favor do empreendimento implantação **Escola em tempo integral, Padrão FNDE** a ser implantada em uma área total de 3.589,390 m², composta por 10 blocos distintos, identificados de "A" a "I", contando com circulação coberta e áreas externas, como playground, jardins, pátios, entre outros. Localizada nas coordenadas de referência em UTM (Zona 25M), Datum SIRGAS 2000:188.385,75 mE; 9.369.516,00 mN.

JOLLEMBERG SOARES DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Batista do Nascimento Viana
Código Identificador:918B2CD6

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO EXECUTIVO Nº 090

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
MUNICÍPIO DE BENTO FERNANDES
GABINETE DO PREFEITO E PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

DECRETO EXECUTIVO Nº 090, DE 18 DE SETEMBRO DE 2026.

EMENTA: Altera o Decreto Executivo nº 089, de 01 de setembro de 2026, que estabelece medidas extraordinárias de contingenciamento de despesas públicas no Município de Bento Fernandes/RN.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE BENTO FERNANDES, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições legais e constitucionais conferidas pelo art. 70, incisos IV, VI e XVI, da Lei Orgânica do Município de Bento Fernandes, e com amparo no art. 37, *caput*, e art. 167 da Constituição da República Federativa do Brasil, bem como nas disposições cogentes da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

DECRETA:

Art. 1º O Art. 8º do Decreto Executivo nº 089, de 01 de setembro de 2026, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

*"**Art. 8º** .....*

§ 3º A suspensão prevista no caput deste artigo poderá ser afastada em casos específicos e devidamente justificados, mediante ato expressamente motivado do Chefe do Poder Executivo, no qual fique demonstrado o relevante interesse público e a ausência de prejuízo ao alcance das metas de equilíbrio fiscal." (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, mantendo-se inalteradas as demais disposições do Decreto Executivo nº 089, de 01 de setembro de 2026

Gabinete do Prefeito Constitucional de Bento Fernandes/RN, aos 18 dias de setembro de 2026.

JOLLEMBERG SOARES DANTAS
Prefeito Constitucional de Bento Fernandes/RN

Publicado por:
João Batista do Nascimento Viana
Código Identificador:05BDE596

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 187/2026 - GP

PORTARIA N° 187/2026 - GP Bento Fernandes/RN, em 25 de agosto de 2026.

Dispõe sobre a designação de servidora para exercer a função de Articuladora do Selo UNICEF no Município de Bento Fernandes/RN e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BENTO FERNANDES, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a Sra. JANAINA SILVA DE ANDRADE CPF nº 068.417.074-43, para exercer a função de ARTICULADORA DO SELO UNICEF no Município de Bento Fernandes/RN, competindo-lhe atuar na articulação, mobilização e acompanhamento das ações relacionadas à implementação da metodologia do Selo UNICEF no âmbito municipal.

Art. 2º A Articuladora deverá promover a articulação entre as Secretarias Municipais, órgãos públicos, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Tutelar, sociedade civil e demais instituições envolvidas nas ações do Selo UNICEF, observadas as orientações e diretrizes estabelecidas pelo UNICEF.

Art. 3º Compete ainda à Articuladora acompanhar o desenvolvimento das ações, metas, atividades e demais compromissos assumidos pelo Município no âmbito do Selo UNICEF, mantendo o Poder Executivo Municipal informado quanto ao seu andamento.

Art. 4º A presente designação não implica, por si só, alteração de vencimentos ou criação de vantagem remuneratória, salvo disposição legal específica.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

.***JOLLEMBERG SOARES DANTAS***
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Batista do Nascimento Viana
Código Identificador:848A5677

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
PORTARIA N° 188/2026 - GP

PORTARIA N° 188/2026 - GP
Bento Fernandes/RN, 25 de agosto de 2026.

Dispõe sobre concessão de Licença Especial à servidora do quadro efetivo e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BENTO FERNANDES, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, conforme determina o art. 70 da Lei Orgânica do Município,
RESOLVE:
Art. 1º- ConcederLicença Especiala servidora municipal **ZILDENIR INACIO DA SILVA**, ocupante do cargo deProfessora – PROFESSOR N III, matrícula nº**1300571-1**, pertencente ao quadro efetivo da Secretaria Municipal de Educação, no período de**27/08/2026 a 24/11/2026**, referente ao período aquisitivo de**02/06/2002 a 02/06/2007**, nos termos doart. 106 da Lei Municipal nº 255, de 21 de março de 1997.
Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia27/08/2026, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.
.

JOLLEMBERG SOARES DANTAS
Prefeito Constitucional de Bento Fernandes/RN

Publicado por:
João Batista do Nascimento Viana
Código Identificador:C624B8CF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
PORTARIA N° 191/2026 - GP

PORTARIA N° 191/2026 - GP

Bento Fernandes/RN, 15 de setembro de 2026.

Dispõe sobre concessão de Licença Especial à servidora do quadro efetivo e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BENTO FERNANDES, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, conforme determina o art. 70 da Lei Orgânica do Município,
RESOLVE:
Art. 1º- ConcederLicença Especialа servidora municipal, **FRANCISCA ELIENE SILVA DE SOUZA**, ocupante do cargo de **AUX. DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS - NIII - J**, matrícula nº**1300636-1**, pertencente ao quadro efetivo da Secretaria Municipal de Educação, no período de**14/09/2026 a 12/12/2026**, referente ao período aquisitivo de**10/06/2017 a 10/06/2022**, nos termos doart. 106 da Lei Municipal nº 255, de 21 de março de 1997.
Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia14/09/2026, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.
.

JOLLEMBERG SOARES DANTAS
Prefeito Constitucional de Bento Fernandes/RN

Publicado por:
João Batista do Nascimento Viana
Código Identificador:E3FFD464

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
PORTARIA N° 194/2026 - GP

PORTARIA N° 194/2026 - GP

Concede desistência de Licença para Tratar de Interesses Particulares, sem remuneração, à servidora municipal Ebenilde Leonina da Costa Silva e Souza.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BENTO FERNANDES, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais aplicáveis,

CONSIDERANDO o requerimento formulado pela servidora municipal **EBENILDE LEONINA DA COSTA SILVA E SOUZA**, solicitando a desistência da Licença sem remuneração que lhe foi concedida por meio da Portaria nº 077/2026 – GP, de 09 de abril de 2026;

CONSIDERANDO o disposto no art. 128, § 4º, da Lei Municipal nº 255, de 21 de março de 1997;
RESOLVE:

Art. 1º – CONCEDER à servidora municipal EBENILDE LEONINA DA COSTA SILVA E SOUZA, CPF 030.780.674-08, a desistência da Licença sem remuneração concedida por meio da Portaria nº 077/2026 – GP, de 09 de abril de 2026, ficando, a partir da publicação desta Portaria, cessados os efeitos da referida licença.

Art. 2º – Determinar o retorno da servidora às suas atividades funcionais, observadas as disposições legais e administrativas pertinentes.

Art. 3º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bento Fernandes/RN, 22 de setembro de 2026.

JOLLEMBERG SOARES DANTAS
Prefeito Constitucional de Bento Fernandes/RN

Publicado por:
João Batista do Nascimento Viana
Código Identificador:12EF5650

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE
EXTRATO DO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 85/2025

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 85/2025
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 003/2024 - PROCESSO Nº. 2686/2024
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE/RN, CNPJ: 08.142.655/0001-06
CONTRATADO: AGIL CONSTRUÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI CNPJ**:** 19.657.875/0001-99
OBJETO: aditivo de valor do contrato N° 85/2025, que tem como objeto Contratação de empresa destinada a execução dos serviços de pavimentação de estrada vicinal, com construção de passagem molhada - trecho de acesso às comunidades de guarani e lagoinha - zona rural deste município de Boa Saúde - RN, nos termos do Contrato de Repasse OGU nº 914369/2021 - Operação 1078131-60 – Programa Agropecuária Sustentável.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Projeto atividade - 1021
Natureza da despesa - 44.90.51
Fonte de recurso – 15000000 - 17000000
Fundamento Legal: lei Nº 14.133/2021
Assinaturas: pela contratante João Maria Mesquita e pela Contratada Bruno Rodrigo Ferreira da Rocha
DATA: 22 de setembro de 2026

JOÃO MARIA MESQUITA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Lizandra do Nascimento de Morais
Código Identificador:1987A10B

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE
LEVANTAMENTO DE PREÇOS MERCADOLÓGICOS

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO MUNICIPAL DE BOA SAÚDE
CNPJ: 08.142.655/0001-06

LEVANTAMENTO DE PREÇOS MERCADOLÓGICOS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE/RN, considerando os princípios fundamentais da legalidade, impessoalidade, publicidade, transparência pública e competitividade, visando a realização da melhor contratação possível para o objeto pretendido;

CONSIDERANDO a necessidade de cumprimento das diretrizes estabelecidas pela Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos);

TORNA PÚBLICO o interesse em contratar os serviços abaixo descritos, solicitando aos eventuais interessados a apresentação de propostas de preços, com o objetivo de levantamento de valores de mercado para a futura abertura de licitação.

OBJETO:

Contratação de serviço profissional por pessoa jurídica especializada em Business Intelligence para apoio na gestão da Atenção Primária à saúde através de soluções, para atendimento das necessidades públicas.

DESCRIÇÃO E QUANTIDADES:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	Serviço especializado em Business Intelligence com pacote tecnológico incluso, utilização de inteligência artificial, treinamento e desenvolvimento profissional e gerencial, Assessoria e Consultoria.	Mês	12
2	Análise técnica detalhada dos relatórios voltados aos indicadores de saúde conforme notas técnicas vigentes.	Unid	120
3	Aplicação para registro de visitas domiciliares e cadastramento de usuários de Saúde pelos Agentes Comunitário de Endemias - ACE e acompanhamento de famílias vinculadas ao território que possua integração com o sistema ESUS AB ao Prontuário Eletrônico do Cidadão.	Unid	12
4	Software que disponibilize a Integração e auditoria das informações ambulatoriais da atenção primária com Sistema complementar de Gestão da Saúde que permita a informatização do atendimento ao cidadão.	Unid	12
5	Aplicação que disponibilize uma sala de situação e o monitoramento de informações e índices de desempenho vinculados a atenção primária com Painel de Monitoramento Inteligente	Unid	12
6	Robô (Coordenador virtual) com utilização de inteligência artificial para auditoria e análise de informações em saúde relacionada aos indicadores das Equipes de Saúde da família, Equipes de saúde bucal, Equipes multidisciplinares	Unid	12
7	Painel Eletrônico de Chamada por Voz integrado aos demais sistemas e para todas as unidades de saúde da atenção primária à saúde do município.	Unid	12
8	Licença de uso de Painel Eletrônico de Chamada por Voz integrado aos demais sistemas e para todas as unidades de saúde da atenção primária à saúde do município.	Unid	12
9	Treinamento voltado a utilização de prontuário eletrônico e monitoramento de informações em saúde para tomada de decisões.	Unid	12
10	Serviço de implantação voltado a utilização de ferramentas tecnológicas na atenção primária.	Unid	12

INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

As propostas apresentadas servirão exclusivamente para levantamento preliminar de preços e para a definição da modalidade licitatória adequada;
Serão aceitas apenas propostas de empresas cuja atividade seja compatível com o objeto desta contratação;

Pedidos de esclarecimentos e envio de propostas deverão ser encaminhados para o e-mail: setordecomprasboasaude@gmail.com, aos cuidados do Chefe do Setor de Compras;
As propostas devem ser enviadas em formato PDF (Portable Document Format), devidamente assinadas, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

Descrição detalhada do objeto;
Valor unitário e valor total por extenso; Número do CNPJ e/ou CPF do proponente;
Endereço físico e eletrônico, telefone e e-mail para contato;

Data de emissão da proposta;

Nome completo e identificação do responsável pela emissão.
VALIDADE DAS PROPOSTAS:
As propostas deverão ter validade mínima de 60 (sessenta) dias.

PRAZO PARA ENVIO:
As propostas deverão ser encaminhadas até às 17h do dia 25 de setembro de
2026.

Publique-se.

Boa Saúde/RN, em 21 de setembro de 2026.

LENIANA DA SILVA
Chefe do Setor de Compras

Publicado por:
Leniana da Silva
Código Identificador:2E8395FB

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE
(*) REPUBLICADO POR INCORREÇÃO, PUBLICAÇÃO ANTERIOR: DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE– EDIÇÃO Nº 3881, DIA 21/09/2026 EXTRATO DO TERMO ADITIVO PE 030/2025

(*) REPUBLICADO POR INCORREÇÃO, PUBLICAÇÃO ANTERIOR: DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE– EDIÇÃO Nº 3881, DIA 21/09/2026
EXTRATO DO TERMO ADITIVO PE 030/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇO 037/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N° 030/2025 - PROCESSO Nº. 981/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE/RN, CNPJ: 33.340.565/0001-77 **CONTRATADO**: J R SILVA DE LIMA **CNPJ:** 23.024.332/0001-01 **OBJETO**: O objeto do presente instrumento é a prorrogação da vigência da ata de registro de preço N° 037/2025, que tem como objeto aquisição parcelada de gêneros alimentícios para atender as necessidades da administração pública do município de boa saúde com entregas semanais, quinzenais e/ou de acordo com a necessidade de consumo das secretarias.
Vigência: de 19 de setembro de 2026 à 19 de setembro de 2027
Fundamento Legal: lei 14.133/2021
Assinaturas: pela contratante João Maria Mesquita e pela Contratada Jose Regivaldo Silva de Lima
DATA: 22 de setembro de 2026

JOÃO MARIA MESQUITA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Lizandra do Nascimento de Morais
Código Identificador:C4C82BE3

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE
(*) REPUBLICADO POR INCORREÇÃO, PUBLICAÇÃO ANTERIOR: DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE– EDIÇÃO Nº 3881, DIA 21/09/2026 EXTRATO DO TERMO ADITIVO PE 030/2025

(*) REPUBLICADO POR INCORREÇÃO, PUBLICAÇÃO ANTERIOR: DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE– EDIÇÃO Nº 3881, DIA 21/09/2026
EXTRATO DO TERMO ADITIVO PE 030/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇO 036/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N° 030/2025 - PROCESSO Nº. 981/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE/RN, CNPJ: 33.340.565/0001-77 **CONTRATADO**: C J DE ARAÚJO PESSOA ME **CNPJ:** 29.303.584/0001-56 **OBJETO**: O objeto do presente instrumento é a prorrogação da vigência da ata de registro de preço N° 036/2025, que tem como objeto aquisição parcelada de gêneros alimentícios para atender as necessidades da administração pública do município de boa saúde com entregas semanais, quinzenais e/ou de acordo com a necessidade de consumo das secretarias.
Vigência: de 19 de setembro de 2026 à 19 de setembro de 2027
Fundamento Legal: lei 14.133/2021
Assinaturas: pela contratante João Maria Mesquita e pela Contratada Carla Jeane de Araújo Pessoa

DATA: 22 de setembro de 2026

JOÃO MARIA MESQUITA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Lizandra do Nascimento de Morais
Código Identificador:E912063C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BODÓ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2026 - SRP

A Prefeitura Municipal de Bodó, através da Comissão de Licitação, torna público que se encontra aberto licitação através do Pregão Eletrônico nº 22/2026, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL A AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, PARA A EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NAS DIVERSAS SECRETARIAS E ÓRGÃOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BODÓ/RN. O edital com seus anexos encontram-se a disposição dos interessados no site: www.portaldecompraspublicas.com.br e e-mail: cpl@bodo.rn.gov.br, podendo ser solicitado de segunda a sexta feira em dias úteis. A sessão eletrônica será aberta às09h01 (horário de Brasília) do dia 05/10/2026.Esclarecimentos sobre o certame poderão ser solicitados diretamente no Portal de Compras Públicas ou pelo e-mail acima citado.

Bodó/RN, 22 de setembro de 2026.

CELUZIA BEATRIZ ALBINO TAVARES
Pregoeira

Publicado por:
Celuzia Beatriz Albino Tavares
Código Identificador:C077C546

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 053/2023

CONTRATANTE: Município de Bodó/RN, inscrito no CNPJ: **01.612.374/0001-20**.

CONTRATADO: STAR CONECT TELECOM LTDA-ME
CNPJ: 10.475.182/0001-00

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 053/2023 oriundo do Pregão eletrônico nº 05/2023 para o período de **27/09/2026** à **26/09/2027** cujo o objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento de sinais de internet para atender as secretarias do Município de Bodó/RN
Fundamentação Art. 57, II da Lei Federal nº 8.666/1993

Bodó/RN, 22 de setembro de 2026.

HORISON JOSÉ DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Cristina Medeiros Ferreira
Código Identificador:ACB08C77

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE PESQUISA MERCADOLÓGICA - CIRURGIA OFTALMOLÓGICA

A prefeitura municipal de Bodó/RN, solicita que sejam fornecidos os preços unitários e totais dos itens abaixo especificados para fins de levantamento preliminar de preços e verificação da modalidade de licitação cabível.

Sua resposta, de acordo com os preceitos legais integrará um processo administrativo de serviço/compra, reservando-se a entidade, o direito de adquirir apenas parte dos itens discriminados, ou rejeitar todos desde que haja conveniência para esta municipalidade.

Nos preços cotados deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, fretes, seguro e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto.

Objeto: Contratação de pessoa física ou jurídica para realização de cirurgia oftalmológica, para atender as necessidades da secretaria de saúde do município de bodó/RN.

Validade mínima da proposta: 60 dias.
A proposta deverá ser enviada para o e-mail: pesquisa@bodo.rn.gov.br até o dia 28/09/2026.

Bodó/RN, 22 de setembro de 2026.

VIVIANY LOUIZE COSTA DE MEDEIROS
Setor de Pesquisa Mercadológica
Membro da Equipe de Planejamento

ANEXO I - MODELO DA PROPOSTA

PESSOA JURÍDICA:

EMPRESA: _____
ENDEREÇO: _____
BAIRRO: _____**CIDADE:** _____
CEP: _____
CNPJ N°: _____ **CONTATO:** (___) _____

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	VALOR UNT. (R$)	VALOR TOTAL (R$)
01	Prestação de serviço médico especializado para realização de cirurgia oftalmológica de Vitrectomia Posterior com Infusão de Perfluorocarbono e Endolaser, incluindo todos os custos necessários à adequada execução do procedimento, tais como honorários médicos, equipe cirúrgica, anestesia, materiais e insumos médicos hospitalares utilizados, taxas hospitalares, medicamentos, internação quando necessária e acompanhamento pós-operatório, conforme prescrição, indicação médica especializada e demais necessidades inerentes à realização do procedimento.	SERVIÇO	1		
TOTAL:					

POR ESTA PROPOSTA, DECLARAMOS INTEIRA SUBMISSÃO AOS PRECEITOS LEGAIS EM VIGOR, ESPECIALMENTE AOS DA LEI FEDERAL Nº 14.133/21.

_____/RN, _____ DE _____ DE 2026.

_____
REPRESENTANTE DA PROPOSTA
CPF: _____

Publicado por:
Dayane Guedes Miranda de Assunção
Código Identificador:A7AA03C3

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 329 DE 22 DE SETEMBRO 2026

Dispõe sobre a designação de Secretária Municipal para responder, interinamente e cumulativamente, pela Secretaria Municipal de Governo, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Bodó, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições constitucionais legais, que lhe são conferidas por lei.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a Sra. Dayane Guedes Miranda de Assunção, inscrita no CPF sob nº 076.###.###-07, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Administração, para responder interinamente pela Secretaria Municipal de Governo, exercendo cumulativamente as atribuições de ambas as secretarias, por tempo indeterminado.

Art. 2º - A acumulação das atribuições previstas no artigo anterior não implicará qualquer acréscimo ou alteração na remuneração da nomeada, que permanecerá percebendo exclusivamente os subsídios correspondentes ao cargo de Secretária Municipal de Administração.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a 25/08/2026, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Dê Ciência, Publique-se e Cumpra-se.

HORISON JOSÉ DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dayane Guedes Miranda de Assunção
Código Identificador:9AF7E771

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 330 DE 22 DE SETEMBRO 2026/GP

Concessão de férias aos servidores que se especifica e dá outras providencias.

O Prefeito Municipal de Bodó, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições legais e de conformidade com a Lei Complementar 001/2009.

Resolve:

Art. 1º- Conceder férias regulamentares aos servidores abaixo relacionados, conforme lotações especificadas:

Nome	Exercício	Lotação
ELAINE CRISTINA DE SOUZA SIMOES	2025	SEMUS
FRANCISCO JAILSON DE OLIVEIRA	2025	SEMOB
MARIA DA PAZ JULIÃO DE MEDEIROS	2025	SEMUS
JOSÉ ALDO SANTOS	2025	SEMUS
DAMIÃO DA SILVA	2025	SEMFIN
MANOEL FERREIRA NETO	2025	SEMUS

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação, revogando-se as disposições ao contrário.
Publique-se:
Cumpra-se:
Bodó RN, 22 de setembro de 2026.

HORISON JOSÉ DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dayane Guedes Miranda de Assunção
Código Identificador:7C3A986E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 331 DE 22 DE SETEMBRO 2026/GP

O Prefeito de Bodó, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º -Fica concedido o ADICIONAL DE INSALUBRIDADE EM GRAU MÁXIMO (40%), ao(a) servidor(a) público(a) municipal JONAS CALIXTO DE OLIVEIRA FILHA, Motorista F40-1, efetivo, de acordo com a Lei nº 032/1998, em cumprimento ao processo judicial**0800038-18.2025.8.20.5127.**

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições ao contrário.

Registre-se, Dê Ciência, Publique-se e Cumpra-se.

Bodó RN, 22 de setembro de 2026.

HORISON JOSÉ DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dayane Guedes Miranda de Assunção
Código Identificador:86857F18

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJINHO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA 022/2026

AVISO DE DISPENSA N° 022/2026

À PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJINHO/RN, através do seu agente de contratação, torna público que realizará uma dispensa de licitação, acima epigrafada conforme OBJETO: prestação de serviços de manutenção de central de gases medicinal do hospital Maria das Neves, por menor preço. Com início de recebimento de propostas no dia 24 de setembro de 2026, e o encerramento do recebimento da proposta será no dia 28 de setembro de 2026, onde as propostas deverão ser encaminhadas no e-mail: pmblicitacoes.contratos@gmail.com, Esclarecimentos poderão ser obtidos no horário das 08:00 às 13:00 horas, na sede da Prefeitura Municipal de Brejinho/RN, Endereço: Praça Presidente Castelo Branco, nº 207, Centro, Brejinho/RN ou pelo e-mail: pmblicitacoes.contratos@gmail.com. Brejinho/RN, 22 de setembro de 2026.

JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Helton Luiz da Silva Dias
Código Identificador:68A356C3

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIÇARA DO NORTE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 019/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAIÇARA DO NORTE/RN

CNPJ: 01.612.375/0001-75

CONTRATADO: DISTRIBUIDORA SATURNO LTDA, inscrito no **CNPJ: 29.140.323/0001-62,** com endereço na Rua das Grampolas, 32B, Jardins, São Gonçalo do Amarante/RN, CEP: 59.293-135.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente Termo Aditivo objetiva a alteração contratual administrativo nº 3003001/2026, com impacto financeiro no valor de 25% (vinte por cento) nos termos do art. 124, inciso I, letra "B", da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.
E por estarem justos e contratados, firmam o presente aditivo, em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam os seus efeitos legais.

Caiçara do Norte/RN, 17 de setembro de 2026

ALCÉLIO FERNANDES BARBOSA
Prefeito

Publicado por:
Rayssa Souza da Silva
Código Identificador:9782A2F4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 205/2026-GP-PMCN

Conceder pagamento de diárias à Servidora Pública do município de Caiçara do Norte, estado do Rio Grande do Norte.

O Prefeito do Município de Caiçara do Norte, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 46 da Lei Orgânica Municipal 07 de novembro de 1997, e,

CONSIDERANDO *a Lei Ordinária Municipal Nº 291, que Estabelece normas para o pagamento de diárias aos agentes públicos e dá outras providências;*

CONSIDERANDO *a Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de dezembro de 2020, na sua subseção V, que dispõem da composição do processo de realização das despesas de Diárias.*

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder o pagamento de 1/2 (meia) diária à servidora **EDIVÂNIA PEREIRA SILVESTRE**, Coordenadora Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, CPF: 027.650.744-45, Matrícula nº 081-7, ao preço unitário de R$: 200,00 (duzentos reais), totalizando um valor de R$ 100,00 (cem reais) para custear despesas com alimentação e transporte em Pedra Pretal/RN, no dia 25 de setembro do corrente ano.

Justificativa: • Participar do Formação do Selo Nacional Criança Alfabetizada, a ser realizada no dia 25 de setembro de 2026, no horário das 08h30min às 16h30min, no município de Pedra Preta/RN, conforme programação em anexo.

Art. 2º - Os valores deverão ser depositados em conta bancária do titular de acordo com os dados cadastrais.

Art. 3°- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Município, revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se,
publique-se e
cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Caiçara do Norte/RN, em 22 de setembro de 2026.

ALCÉLIO FERNANDES BARBOSA
Prefeito

Publicado por:
Edson Ramon de Freitas Tavares
Código Identificador:721AF6BE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIÇARA DO RIO DO VENTO

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 187/2026

CONCEIÇÃO DE MARIA GOMES LISBOA ROCHA, PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CAIÇARA DO RIO DO VENTO/RN, no uso de suas atribuições conferidas pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a servidora **EMANUELLE CRISTINA DA CAMARA BARBOSA**, portadora do CPF de n° ***.605.284-**, do cargo de provimento em comissão de ASSESSORA ADMINISTRATIVA, lotada na Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação e Assistência Social de Caiçara do Rio do Vento/RN.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de agosto de 2026.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Caiçara do Rio do Vento/RN, em 21 de setembro de 2026.

CONCEIÇÃO DE MARIA GOMES LISBOA ROCHA
Prefeita Constitucional

Publicado por:
Jose Ilton Felipe
Código Identificador:6852D1C0

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 188/2026

CONCEIÇÃO DE MARIA GOMES LISBOA ROCHA, PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CAIÇARA DO RIO DO VENTO/RN, no uso de suas atribuições conferidas pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO a Lei Ordinária Municipal n° 540/2025 de 01 de fevereiro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Sra. **EMANUELLE CRISTINA DA CAMARA BARBOSA**, portadora do CPF de n° ***.605.284-**, do cargo de provimento em comissão de ASSESSORA ADMINISTRATIVA, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento de Caiçara do Rio do Vento/RN.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 10 de setembro de 2026.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Caiçara do Rio do Vento/RN, em 22 de setembro de 2026.

CONCEIÇÃO DE MARIA GOMES LISBOA ROCHA
Prefeita Constitucional

Publicado por:
Jose Ilton Felipe
Código Identificador:17D5ED49

GABINETE DA PREFEITA
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 23/2026

A Prefeita Constitucional do Município de Caiçara do Rio do Vento/RN, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal declara **INEXIGÍVEL** o procedimento licitatório nos termos do Art. 74, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, para custear despesa relativa a **contratação de concessionária autorizada FIAT para execução de serviços de manutenção corretiva, com fornecimento de peças, materiais,insumos e mão de obra destinados ao reparo de veículo pertencente à frota municipal**, no valor total R$ 12.313,00 (doze mil, trezentos e treze reais) em favor de AUTOBRAZ COMERCIO DE VEICULOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 70.166.350/0001-08, processo administrativo nº 175/2026.
Publique-se.
Caiçara do Rio do Vento/RN, 22 de setembro de 2026.

CONCEIÇÃO DE MARIA GOMES LISBOA ROCHA
Prefeita

Publicado por:
Conceicao de Maria Gomes Lisboa Rocha
Código Identificador:903C5CB3

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAICÓ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 043/2026

Ref. Processo Administrativo MC/RN nº 2026.06.10.0036

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 043/2026

A Prefeitura Municipal de Caicó/RN, através do Pregoeiro da Comissão Permanente de Contratação, devidamente instituído pelo Senhor Prefeito Municipal através da Portaria Municipal nº 187/2026, no uso de suas atribuições legais, vem PUBLICAR a abertura do **Processo Licitatório MC/RN 2026.06.10.0036, na** modalidade **Pregão Eletrônico SRP nº 043/2026**, tipo MENOR PREÇO, adjudicação POR ITEM, destinado ao **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO GRADATIVA DE MATERIAIS GRÁFICOS,** visando atender as necessidades das Secretarias Municipais. Edital disponível no Endereço: Av. Coronel Martiniano, 993, Centro – Caicó/RN ou http://www.portaldecompraspublicas.com.br. Data de início das Propostas: a partir de 23/09/2026 às 08h00 exclusivamente através do site http://www.portaldecompraspublicas.com.br. Abertura da sessão pública: 05/10/2026 às 08h01. Informações Gerais: Acessar o site http://www.portaldecompraspublicas.com.br para retirar o edital.

Caicó/ RN, 22 de setembro de 2026.

TIAGO GLAYDSON DA SILVA SANTOS
Pregoeiro

Publicado por:
Lucivan Francisco Dos Santos
Código Identificador:E95D2DF5

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 131/2026.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 131/2026. PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 038/2026 - Processo Adm. n.° 2026.07.07.0050

ORGÃO GERENCIADOR: Município de Caicó/RN - Prefeitura Municipal; **OBJETO**: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO À CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE RECARGA E PINTURA DE EXTINTORES, visando atender as necessidades das Secretarias Municipais; **DATA DA ASSINATURA:** 17 de setembro de 2026; **VIGÊNCIA**: um ano a contar da data de sua subscrição; **MODALIDADE LICITATÓRIA**: Pregão Eletrônico SRP; **FORNECEDOR REGISTRADO:** I V DE MEDEIROS ALVARES, inscrita no CNPJ n° 36.290.121/0001-62; **VALOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**: R$ 39.823,50 (trinta e nove mil, oitocentos e vinte e três reais e cinquenta centavos).

Caicó/RN, 17 de setembro de 2026

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal de Caicó

Publicado por:
Tiago Glaydson da Silva Santos
Código Identificador:A3F9507C

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO CHAMADA PÚBLICA ELETRÔNICA N° 002/2026

Ref. Processo Administrativo PMC/RN nº 2026.06.17.0091

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO CHAMADA PÚBLICA ELETRÔNICA N° 002/2026 – PROC. ADMIN. MC/RN N° 2026.06.17.0091

A Prefeitura Municipal de Caicó/RN, através do Prefeito Municipal, Sr. Judas Tadeu Alves dos Santos, **torna público**, para conhecimento de todos os interessados, a adjudicação e a homologação do processo licitatório de **CHAMADA PÚBLICA ELETRÔNICA N° 002/2026 – PROC. ADMIN. MC/RN N° 2026.06.17.0091** que possui por objeto a **Chamada Pública Eletrônica para formalização de dispensa de licitação, visando a aquisição de produtos da agricultura familiar destinados ao fornecimento de merenda escolar dos alunos da rede municipal de ensino, no município de Caicó/RN**, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação. As atas da licitação com os respectivos produtos, quantidades, valores e fornecedores, encontram-se a disposição dos interessados no site www.portaldecompraspublicas.com.br e no Centro Administrativo, situado na Avenida Coronel Martiniano, 993, Centro, Caicó/RN, CEP: 59.300-000, em horário de expediente.

Caicó/RN, 22 de setembro de 2026.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Stéphanie Cristina Alves Santos
Código Identificador:B5B6B05D

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 041/2026

Ref. Processo Administrativo MC/RN nº 2026.05.28.0084

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 041/2026

A Prefeitura Municipal de Caicó/RN, através da Agente de Contratação/Pregoeira da Comissão Permanente de Contratação da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, devidamente instituída pelo Senhor Prefeito Municipal através da Portaria Municipal n.º 834/2025, no uso de suas atribuições legais, vem PUBLICAR a abertura do **Processo Licitatório MC/RN 2026.05.28.0084, na** modalidade **Pregão Eletrônico SRP nº 041/2026**, tipo MENOR PREÇO, adjudicação POR ITEM, destinado ao **REGISTRO DE PREÇO PARA PÓSSÍVEL AQUISIÇÃO DE MADEIRAS EM GERAL E DERIVADOS,** visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação - SEMED. Edital disponível no Endereço: Av. Coronel Martiniano, 993, Centro – Caicó/RN ou http://www.portaldecompraspublicas.com.br. Data de início das Propostas: a partir de 22/09/2026 às 08h00 exclusivamente através do site http://www.portaldecompraspublicas.com.br. Abertura da sessão pública: 02/10/2026 às 08h01. Informações Gerais: Acessar o site http://www.portaldecompraspublicas.com.br para retirar o edital.

Caicó/ RN, 22 de setembro de 2026.

STÉPHANIE CRISTINA ALVES SANTOS
Pregoeira

Publicado por:
Stéphanie Cristina Alves Santos
Código Identificador:12FB42F3

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 024/2026 - INEX. 031/2026

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 024/2026
PROC. ADMINIST SMSC/RN N° 2026.04.23.0050– INEXIGIBILIDADE Nº 031/2026

CREDENCIANTE: Município de Caicó – RN; **CREDENCIADO: INSTITUTO DE RADIOLOGIA DE CAICÓ LTDA**, CNPJ Nº 09.376.435/0001-00; **OBJETO:** Credenciamento de Pessoa Física e/ou Pessoa Jurídica, com valores obtidos com remuneração através da Tabela SUS e Tabela Diferenciada fixada pelo Município, para prestação de serviços especializados de Média Complexidade, tais como: Ultrassonografias Simples e de Fluxo Obstétrico com Dopller Colorido; Ecodopller Venoso dos Membros Inferiores e Superiores; Eletroneuromiografias; Exames de Anatomia Patológica Ambulatorial e Hospitalar e Imunohistoquímica; Consultas Especializadas em Urologia, Endocrinologia, Angiologia, Endocrinologia, Angiologia, Ortopedia, Gastroenterologia, Ginecologia, Oncologia, Cardiologia,

Reumatologia, Psiquiatria, Dermatologia e outras especialidades que venham a ser necessárias; além de Exames Laboratoriais de Análises Clínicas diversos, tendo em vista que o Município não dispõe de todos os serviços, especialistas e nem de equipamentos suficientes para atender as demandas pactuadas com esta municipalidade; VIGÊNCIA: 17 de agosto de 2026 a 08 de maio de 2027; **SUBSCRITORES**: Judas Tadeu Alves dos Santos – pelo Credenciante e Túlio Ramalho Pereira Dias – pela Credenciada.

Caicó/ RN, 22 de setembro de 2026.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Pereira de Araújo Neto
Código Identificador:ADC297CF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 539 / 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ (RN), usando de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município, art. 57, inciso V e de conformidade com o Ofício nº 546/2026 – RH/SMS;

R E S O L V E:

Art. 1º - DESIGNAR a servidora **ALINE PEREIRA DE AZEVEDO**, Veterinária, Inscrita no CPF nº XXX.002.044-XX, para atuar como Responsável Técnica do Centro de Controle de Zoonoses - CCZ, na Secretaria Municipal de Saúde de Caicó.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos, a contar de 01 de setembro de 2026, revogadas as disposições em contrário e em especial a Portaria nº 489/2025.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 22 de setembro de 2026.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

CINTHIA DE LELIS ARAÚJO SANTOS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:115B4798

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 531 / 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, usando de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, Art. 57, inciso V, e *nos* termos do artigo 76 e 77, do Capítulo XI, alínea e), da Lei Municipal nº 425/68 – Estatutos dos Servidores Municipais.

R E S O L V E:
Art.1º - **DECLARAR** vacante o cargo de Professora PEM-LP/EII, antes ocupado pela servidora **MARIA DAS GRAÇAS MEDEIROS GERMANO**, matricula nº 1.1892/1, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, em virtude de aposentadoria.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos, a contar de 19 de setembro de 2026, revogadas as disposições em contrário.
PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 22 de setembro de 2026.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

CINTHIA DE LELIS ARAÚJO SANTOS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:F7195F8E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 532 / 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, usando de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, Art. 57, inciso V e de conformidade com o Processo nº 2026.07.22.0043;

R E S O L V E:

Art. 1° - **REVOGA** a Portaria nº 477/2024, de 19 de agosto de 2024, que concedeu redução da jornada de trabalho de 50% (cinquenta por cento), a funcionária, **FRANCIVANDA SALES CABRAL**, Agente Comunitário de Saúde, matrícula n° 1.4122/1, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, pelo prazo máximo de 02(dois) anos, em conformidade com art. 3º, § 2º da Lei nº 5.321, de 12 de maio de 2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 22 de setembro de 2026.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

CINTHIA DE LELIS ARAÚJO SANTOS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:296B1D75

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 533 / 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, usando de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, Art. 57, inciso V, e *nos* termos do artigo 76 e 77, do Capítulo XI, alínea e), da Lei Municipal nº 425/68 – Estatutos dos Servidores Municipais.

R E S O L V E:
Art.1º - **DECLARAR** vacante o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais - ASG, antes ocupado pela servidora **TONIA CELIA DE MEDEIROS SILVA**, matricula nº 1.2222/1, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, em virtude de aposentadoria.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos, a contar de 21 de setembro de 2026, revogadas as disposições em contrário.
PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 22 de setembro de 2026.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

CINTHIA DE LELIS ARAÚJO SANTOS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:786AE501

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 534 / 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, usando de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 57, inciso V, e de conformidade com os autos do **Processo n° 2026.07.27.0034;**

R E S O L V E:

Art. 1º - **CONCEDER,** Licença Prêmio por um período de 03 (três) meses a funcionária, **MARIA MARILENE DA SILVA**, Auxiliar de Serviços Gerais - ASG, matrícula nº 1.0909/1, lotada no Gabinete do Prefeito - Subprefeitura de Laginhas.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 22 de setembro de 2026.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

CINTHIA DE LELIS ARAÚJO SANTOS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:F4AD49D6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 535 / 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, usando de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 57, inciso V, e de conformidade com os autos do **Processo n° 2026.08.27.0043;**

R E S O L V E:

Art. 1º - **CONCEDER,** Licença Prêmio por um período de 03 (três) meses a funcionária, **HELDA MARIA FERNANDES DE MEDEIROS**, Auxiliar de Serviços Gerais - ASG, matrícula nº 1.5180/1, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 22 de setembro de 2026.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

CINTHIA DE LELIS ARAÚJO SANTOS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:A64D83BC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 536 / 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, usando de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 57, inciso V, e de conformidade com os autos do **Processo n° 2026.08.17.0025;**

R E S O L V E:

Art. 1º - **CONCEDER,** Licença Prêmio por um período de 03 (três) meses a funcionária, **MARIA VERONICA MAIA PEREIRA**, Professora PEM-LP/EII, matrícula nº 1.1591/1, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 22 de setembro de 2026.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

CINTHIA DE LELIS ARAÚJO SANTOS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:1C8D8A12

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 537 / 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, usando de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 57, inciso V, e de conformidade com os autos do **Processo n° 2026.08.18.0002;**

R E S O L V E:

Art. 1º - **CONCEDER,** Licença Prêmio por um período de 03 (três) meses a funcionária, **ANA MARIA BATISTA DE ARAÚJO**, Professora PEM-LP/EII, matrícula nº 1.1909/1, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 22 de setembro de 2026.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

CINTHIA DE LELIS ARAÚJO SANTOS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:890B665B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 538 / 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, usando de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 57, inciso V, e de conformidade com os autos do **Processo n° 2026.07.07.0007;**

R E S O L V E:

Art. 1º - **CONCEDER,** Licença Prêmio por um período de 03 (três) meses ao funcionário, **JERRI ARAÚJO AGRIPINO**, Auxiliar de Serviços Gerais - ASG, matrícula nº 1.5081/1, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 22 de setembro de 2026.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

CINTHIA DE LELIS ARAÚJO SANTOS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:5330C52A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO REDONDO

FUNDO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE CAMPO REDONDO - CAMPOPREV
ATO/PORTARIA Nº 006/2026

Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição
Regra de Transição – Professor Pedágio 100% com Integralidade - Art. 21, § 1º da Lei Municipal nº 532/2021

Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição em favor da servidora MARIA DAS GRAÇAS CAMPELO DA COSTA.

A DIRETORA PRESIDENTE DO CAMPOPREV - FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CAMPO REDONDO, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso pleno de suas atribuições legais, outorgadas pela Lei Municipal nº 443/2016, de 09 de dezembro de 2016,

Resolve:

Art. 1º - Conceder o benefício de Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição (Regra de Transição – Professor Pedágio 100% com Integralidade) à servidora **MARIA DAS GRAÇAS CAMPELO DA COSTA**, portadora do RG nº 699.630 ITEP/RN, inscrita no CPF nº 413.***.***-87, titular do cargo *PROFESSOR ESPECIALIZAÇÃO* III-J, Matrícula Funcional nº 329/1, lotada na Secretaria de Educação do Município de Campo Redondo/RN, nos termos do *art. 21, incisos I, II, III, IV e § 1º, com proventos calculados em conformidade com o § 2º, inciso I e § 3°, inciso I, da Lei Municipal nº 532, de 10 de novembro de 2021*, acrescidos, ainda, da seguinte vantagem:

05 (cinco) quinquênios correspondentes a 25% (vinte e cinco por cento), nos termos do *art. 135, inciso VI da Lei Municipal nº 010/98, de 14 de maio de 1998.*

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Redondo/RN, 15 de setembro de 2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

FLÁVIA CLAUDJANE DA SILVA FLORÊNCIO
Diretora Presidente

De Acordo:

RONALDO ANTUNES DA SILVA LIMA
Assistente Administrativo

***REPUBLICADO POR INCORREÇÃO**

Publicado por:
Flavia Claudjane da Silva Florencio
Código Identificador:4FCA0CE4

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS

SECRETARIA DE GOVERNO
PORTARIA SEG Nº 232/2026-GP*REPUBLICADA DE INCORREÇÃO

EMENTA: *Dispõe sobre a concessão de readaptação de função a servidor público municipal e dá outras providências.*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CARAUBAS**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município – LOM e outras disposições legais,

CONSIDERANDO a existência de requerimento formulado por servidor(a) público(a) municipal, **solicitando a readaptação para outra de função,** em face as suas condições atuais de saúde;
CONSIDERANDO que a Procuradoria Geral do Município pugnou em seu parecer pela procedência do pedido, opinando pela concessão do benefício pleiteado, em face do que aduz a legislação que rege a categoria;
CONSIDERANDO o pleito em tela, consistente em direito subjetivo do requerente, e por ser de caráter potestativo, inexiste discricionariedade por parte do administrador quando da análise de matérias como essa.
CONSIDERANDO que os atos administrativos devem ser respaldados pela legalidade, motivação e finalidade pública,

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER à servidora **CALÍNGIA KÁTIA DE OLIVEIRA SALES FERNANDES,** professora, com matrícula funcional sob o nº 402, nos termos aduzidos no Art. 40, § 1º da Lei Municipal n° 910/09, **readaptação em outra função,** pelo período **90 (noventa) dias**, contadas a partir de **18 de setembro de 2026** até **16 de dezembro de 2026.**

Art. 2º Ficará a servidora afastada de suas funções, devendo após o término do benefício, apresentar-se a Secretaria Municipal do Desenvolvimento da Educação e do Desporto para fins de definição da sua lotação funcional.

Art. 3º Fica facultado à servidora, em situação justificada de permanência da necessidade, que está ingresse com solicitação de prorrogação do benefício, através de requerimento à Secretaria Municipal de Administração, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias do prazo de término da vigência atual.

Art. 4º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Palácio Jonas Gurgel, Gabinete do Prefeito, Em Caraúbas, 17 de setembro de 2026.

Registre-se, Publique-se e Comunique-se.

PAULO GIVAGO BARRETO ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:C3F52509

SECRETARIA DE GOVERNO
PORTARIA SEG Nº 236/2026-GP

EMENTA: *Dispõe sobre a concessão de licenças especiais a servidores públicos municipais e dá outras providências.*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CARAUBAS**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas Lei Orgânica do Município – LOM e outras disposições legais,

CONSIDERANDO a existência de requerimentos formulados pelos servidores públicos municipais, solicitando as concessões de licenças especiais, e a constatação do cumprimento do exercício de 10 (dez) anos ininterruptos em funções públicas, a contar das formalizações de suas admissões, considerando licenças anteriormente gozadas, se for o caso;
CONSIDERANDO que a Procuradoria Geral do Município pugnou em seu parecer pela procedência do pedido, em face do que aduz a legislação que rege a categoria;
CONSIDERANDO o pleito em tela, consistente em direito subjetivo dos requerentes, e por ser de caráter potestativo, inexiste discricionariedade por parte do administrador quando da análise de matérias como essa.
CONSIDERANDO que os atos administrativos devem ser respaldados pela legalidade, motivação e finalidade pública,

R E S O L V E:
Art. 1º CONCEDER aos servidores municipais abaixo relacionados, nos termos aduzidos na Lei Municipal n° 593/2002, **licenças especiais,** pelo período de **100 (cem) dias**, contadas a partir de **08 de setembro de 2026** a **16 de dezembro de 2026**.

NOME DO SERVIDOR	MATRÍCULA
ANA LÚCIA DE PAIVA ALVES	522
MARIA LUCILENE DE ALMEIDA CHAVES	297
MARIA ELIZABETH CÂMARA	307
ANTÔNIA DANUSA MAIA FREITAS CÂMARA	222

Art. 2º Durante o período de vigência das licenças, os servidores farão *jus* as suas remunerações habituais correspondentes aos cargos que ocupam.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, **REVOGANDOEXPRESSAMENTE A PORTARIA SEG Nº 224/2026** e retroagindo seus efeitos ao dia 08/09/2026.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Jonas Gurgel, Gabinete do Prefeito, Em Caraúbas, 22 de setembro de 2026.

Registre-se, Publique-se e Comunique-se.

PAULO GIVAGO BARRETO ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:E9B3A691

SECRETARIA DE GOVERNO
PORTARIA SEG Nº 237/2026-GP

EMENTA: D*esigna servidor para atuar como Fiscal de Contrato(s) decorrente(s) do Pregão Eletrônico nº 028/2026, processo administrativo nº 728039/2026 - Secretaria Municipal de Políticas do Campo e Meio Ambiente.*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CARAUBAS**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;
CONSIDERANDO o disposto no artigo 117 §§ 1º, 2º e 3º da Lei Federal 14.133/21;
CONSIDERANDO o disposto no artigo 27, inciso X da Lei Orgânica Municipal;
CONSIDERANDO a necessidade de maior agilidade e eficiência na fiscalização dos contratos firmados com a administração municipal,

R E S O L V E:
Art. 1º – Designar o(a) servidora **HANNYA JAYRELLE DE OLIVEIRA FRANÇA, Auxiliar Administrativa,** lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer a função de **Fiscal de Contratos do Pregão Eletrônico nº 028/2026, processo administrativo nº 728039/2026,** referente a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços médico-veterinários, com disponibilização de unidade móvel de esterilização cirúrgica (castramóvel), destinados a realização de procedimentos de castração cirúrgica em animais de pequenos portes das espécies canina e felina, incluindo os serviços correlatos necessários a execução dos procedimentos, visando atender as demandas da secretaria municipal de políticas do campo e meio ambiente, a ser exercido conjuntamente com o titular da Secretaria Municipal de Saúde..
Art. 2º - O servidor designado fiscalizará se os fornecimentos foram efetuados e atenderam aos objetivos contratados, bem como manterá registro das ocorrências relacionadas com a execução do(s) contrato(s), determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
Art. 3º - O servidor designado deverá certificar-se da regularidade dos pagamentos efetuados e atestar a conferência dos mesmos mediante assinatura das notas, recibos duplicatas e documentos equivalentes.
Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.
Palácio Jonas Gurgel, Gabinete do Prefeito, Em Caraúbas, 22 de setembro de 2026.

Registre-se, Publique-se e Comunique-se.

PAULO GIVAGO BARRETO ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:107967BE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS

GABINETE DO PREFEITO
DECISÃO ADMINSTRATIVA

"TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO 7588/2026 COM VISTAS A APURAÇÃO DE DESCUMPRIMENTO A ORDEM DE FORNECIMENTO Nº 1906/2026 CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN E A EMPRESA I9PLASTIC INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA**".**

O Prefeito Municipal de Carnaúba dos Dantas/RN, no uso de suas atribuições legais, com fulcro nos artigos 57 e 58 da lei Orgânica Municipal e:
CONSIDERANDO que a empresa **I9PLASTIC INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA,** inscrito(a) no CNPJ sob o nº 47.491.167/0001-66, não atendeu a ordem de fornecimento nº 1906/2026, oriundo licitação nº 27/2026, na modalidade Pregão Eletrônico;
CONSIDERANDO o risco de dano ao erário;
CONSIDERANDO as reiteradas notificações emitidas pela autoridade responsável, sem que houvesse saneamento das irregularidades por parte da contratada.
RESOLVE:
Abrir processo administrativo, nos moldes da lei 14.133/21, com vistas a apurar a responsabilidade da Empresa **I9PLASTIC INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA,** inscrito(a) no CNPJ sob o nº 47.491.167/0001-66, com sede na Rua Jayme Rivas Gomes, nº 55 – Terra Preta, – Mairiporã/SP -, CEP. 07661- 680, celebrado entre as partes de acordo com a licitação nº 27/2026, na modalidade Pregão Eletrônico, quando do descumprimento aos termos do fornecimento da ordem 1906/2026;
Designar servidores deste Município para reger o processo e apurar as responsabilidades decorrentes dos possíveis erros de fornecimento e eventual dano ao erário;
Notificar a empresa supramencionada para que a mesma tome conhecimento do curso do presente procedimento e exerça o contraditório e ampla defesa, prestando as informações, que se mostrem necessárias no prazo de 03 dias corridos;
O prazo para a conclusão dos trabalhos será de 60 dias corridos.

Palácio Municipal Valdemar Cândido de Medeiros, Carnaúba dos Dantas/RN, 22 de setembro de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria da Paz Dantas
Código Identificador:0328154F

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1423, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026.

RECONHECE O MOVIMENTO DA CAVALGADA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 150, Inciso I - do Regimento Interno da Câmara Municipal de Carnaúba dos Dantas/RN, e por proposta do Edil **BÁRBARA DE MEDEIROS DANTAS**,
FAZ SABER que a Câmara Municipal de Carnaúba dos Dantas/RN, aprovou e ele sanciona a seguinte lei:
Art. 1º Fica reconhecido o **MOVIMENTO DA CAVALGADA**, em suas múltiplas manifestações realizadas no âmbito do Município de Carnaúba dos Dantas/RN, como **PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL** do Município, compreendendo as cavalgadas de caráter religioso, festivo e tradicional, tais como a Cavalgada de Nossa Senhora das Vitórias, a Cavalgada de São Francisco e demais expressões congêneres voltadas à vaqueirama e à cultura sertaneja local.
Art. 2º O reconhecimento de que trata esta Lei tem por finalidade preservar, valorizar, difundir e incentivar a continuidade do movimento da cavalgada como expressão da identidade cultural, da memória coletiva e das tradições do povo carnaubense.
Art. 3º O Poder Executivo poderá apoiar, fomentar e viabilizar a realização das cavalgadas, em parceria com entidades públicas e privadas, associações culturais, esportivas e religiosas, bem como com a comunidade em geral, observada a disponibilidade orçamentária.
Art. 4º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei, estabelecendo normas complementares necessárias à sua plena execução.
Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Municipal Valdemar Cândido de Medeiros, Carnaúba dos Dantas/RN,22 de setembro de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:5B83E055

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
PORT. DE DIÁRIA Nº 838/2026 – SMS

O GESTOR DO FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, conforme Portaria Nº 011/2025-GP, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor e conforme Base Legal: art. 10 e 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE de 15 de dezembro de 2020 e Lei Municipal nº 885/2015, que dispõe sobre concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais e dá outras providências:

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao Sr. ALEXANDRE JOSÉ AZEVEDO MEDEIROS, matrícula: 1087, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, exercendo o cargo de motorista no Hospital Municipal Estelita dos Santos Dantas, **meia diária**, na importância de R$ 20,00 (vinte reais), no valor unitário de R$ 40,00 (quarenta reais), com objetivo de suprir as despesas durante a viagem à cidade de Caicó/RN, realizando o transporte de paciente para o Hospital de Oncologia do Seridó, no dia 11/09/2026.

Art. 2° - O servidor beneficiário de que trata o art. 1°, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de Dezembro de 2020.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

LUÍS EDUARDO DANTAS
Gestor do Fundo de Saúde
Matrícula Nº 18325

Publicado por:
Maria Eugênia Dantas
Código Identificador:446468A2

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
PORT. DE DIÁRIA Nº 839/2026 – SMS

O GESTOR DO FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, conforme Portaria Nº 011/2025-GP, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor e conforme Base Legal: art. 10 e 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE de 15 de dezembro de 2020 e Lei Municipal nº 885/2015, que dispõe sobre concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais e dá outras providências:

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao Sr. DIEGO DIAS DA NOBREGA, matrícula: 1164, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, exercendo o cargo de motorista no Hospital Municipal Estelita dos Santos Dantas, **meia diária**, na importância de R$ 40,00 (quarenta reais), no valor unitário de R$ 80,00 (oitenta reais), com objetivo de suprir as despesas durante a viagem à cidade de Natal/RN, realizando o transporte de paciente para o Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel, no dia 11/09/2026.

Art. 2° - O servidor beneficiário de que trata o art. 1°, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de Dezembro de 2020.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

LUÍS EDUARDO DANTAS
Gestor do Fundo de Saúde
Matrícula Nº 18325

Publicado por:
Maria Eugênia Dantas
Código Identificador:FBB5847F

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
PORT. DE DIÁRIA Nº 840/2026 – SMS

O GESTOR DO FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, conforme Portaria Nº 011/2025-GP, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor e conforme Base Legal: art. 10 e 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE de 15 de dezembro de 2020 e Lei Municipal nº 885/2015, que dispõe sobre concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais e dá outras providências:

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao Sr. CARLOS EDUARDO SANTOS, matrícula: 18207, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, exercendo o cargo de motorista no Hospital Municipal Estelita dos Santos Dantas, **meia diária**, na importância de R$ 40,00 (quarenta reais), no valor unitário de R$ 80,00 (oitenta reais), ficando o servidor autorizado a viajar para a cidade de Natal/RN, realizando o transporte de paciente para o Hospital Universitário Onofre Lopes – HUOL/UFRN, no dia 12/09/2026.

Art. 2° - O servidor beneficiário de que trata o art. 1°, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de Dezembro de 2020.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

LUÍS EDUARDO DANTAS
Gestor do Fundo de Saúde
Matrícula Nº 18325

Publicado por:
Maria Eugênia Dantas
Código Identificador:389F0780

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
PORT. DE DIÁRIA Nº 841/2026 – SMS

O GESTOR DO FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, conforme Portaria Nº 011/2025-GP, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor e conforme Base Legal: art. 10 e 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE de 15 de dezembro de 2020 e Lei Municipal nº 885/2015, que dispõe sobre concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais e dá outras providências:

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao Sr. HARISON KLENYO DE ARAUJO BEZERRA, matrícula: 1163, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, exercendo o cargo de motorista no Hospital Municipal Estelita dos Santos Dantas, **meia diária**, na importância de R$ 40,00 (quarenta reais), no valor unitário de R$ 80,00 (oitenta reais), ficando o servidor autorizado a viajar para a cidade de Natal/RN, realizando o transporte de paciente para a Maternidade Escola Januário Cicco – MEJC/UFRN, no dia 12/09/2026.

Art. 2° - O servidor beneficiário de que trata o art. 1°, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de Dezembro de 2020.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

LUÍS EDUARDO DANTAS
Gestor do Fundo de Saúde
Matrícula Nº 18325

Publicado por:
Maria Eugênia Dantas
Código Identificador:449A3C55

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
PORT. DE DIÁRIA Nº 842/2026 – SMS

O GESTOR DO FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, conforme Portaria Nº 011/2025-GP, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor e conforme Base Legal: art. 10 e 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE de 15 de dezembro de 2020 e Lei Municipal nº 885/2015, que dispõe sobre concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais e dá outras providências:

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao Sr. RAFAEL BATISTA DA SILVA, matrícula: 18402, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, exercendo o cargo de motorista no Hospital Municipal Estelita dos Santos Dantas, **meia diária**, na importância de R$ 100,00 (cem reais), no valor unitário de R$ 200,00 (duzentos reais), ficando o servidor autorizado a viajar para a cidade de Campina Grande/PB, realizando o transporte de paciente para o Hospital de Emergência e Trauma Dom Luiz Gonzaga Fernandes, no dia 13/09/2026.

Art. 2° - O servidor beneficiário de que trata o art. 1°, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de Dezembro de 2020.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

LUÍS EDUARDO DANTAS
Gestor do Fundo de Saúde
Matrícula Nº 18325

Publicado por:
Maria Eugênia Dantas
Código Identificador:124BA736

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
PORT. DE DIÁRIA Nº 843/2026 – SMS

O GESTOR DO FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, conforme Portaria Nº 011/2025-GP, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor e conforme Base Legal: art. 10 e 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE de 15 de dezembro de 2020 e Lei Municipal nº 885/2015, que dispõe sobre concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais e dá outras providências:

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao Sr. DIEGO DIAS DA NOBREGA, matrícula: 1164, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, exercendo o cargo de motorista no Hospital Municipal Estelita dos Santos Dantas, **meia diária**, na importância de R$ 40,00 (quarenta reais), no valor unitário de R$ 80,00 (oitenta reais), com objetivo de suprir as despesas durante a viagem à cidade de Natal/RN, realizando o transporte de paciente vinda de alta hospitalar do Hospital Infantil Varela Santiago, no dia 14/09/2026.

Art. 2° - O servidor beneficiário de que trata o art. 1°, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de Dezembro de 2020.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

LUÍS EDUARDO DANTAS
Gestor do Fundo de Saúde
Matrícula Nº 18325

Publicado por:
Maria Eugênia Dantas
Código Identificador:E5130971

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
PORT. DE DIÁRIA Nº 844/2026 – SMS

O GESTOR DO FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, conforme Portaria Nº 011/2025-GP, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor e conforme Base Legal: art. 10 e 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE de 15 de dezembro de 2020 e Lei Municipal nº 885/2015, que dispõe sobre concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais e dá outras providências:
RESOLVE:
Art. 1° - Conceder ao Sr. ALYSSON EMANUEL FELIPE DOS SANTOS, matrícula: 18398, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, exercendo o cargo de motorista, **meia diária**, na importância de R$ 20,00 (vinte reais), no valor unitário de R$ 40,00 (quarenta reais), ficando o servidor autorizado a viajar para a cidade de Caicó/RN, realizando o transporte de paciente para o Centro Especializado em Reabilitação – CER III, no dia 14/09/2026.

Art. 2° - O servidor beneficiário de que trata o art. 1°, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de Dezembro de 2020.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

LUÍS EDUARDO DANTAS
Gestor do Fundo de Saúde
Matrícula Nº 18325

Publicado por:
Maria Eugênia Dantas
Código Identificador:59BBA907

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
PORT. DE DIÁRIA Nº 845/2026 – SMS

O GESTOR DO FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, conforme Portaria Nº 011/2025-GP, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor e conforme Base Legal: art. 10 e 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE de 15 de dezembro de 2020 e Lei Municipal nº 885/2015, que dispõe sobre concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais e dá outras providências:

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao Sr. SÉRGIO AUGUSTO BARBOSA DA SILVA, matrícula: 18312, lotado na Secretaria Obras, Serviços Urbanos e Transportes Públicos, exercendo o cargo de Coordenador de Transportes, **meia diária**, na importância de R$ 60,00 (sessenta reais), no valor unitário de R$ 120,00 (cento e vinte reais), ficando o servidor autorizado a viajar para a cidade de Caicó/RN, realizando o transporte de paciente para o Hospital de Oncologia do Seridó, no dia 15/09/2026.

Art. 2° - O servidor beneficiário de que trata o art. 1°, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de Dezembro de 2020.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

LUÍS EDUARDO DANTAS
Gestor do Fundo de Saúde
Matrícula Nº 18325

Publicado por:
Maria Eugênia Dantas
Código Identificador:34A29219

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
PORT. DE DIÁRIA Nº 846/2026 – SMS

O GESTOR DO FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, conforme Portaria Nº 011/2025-GP, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor e conforme Base Legal: art. 10 e 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE de 15 de dezembro de 2020 e Lei Municipal nº 885/2015, que dispõe sobre concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais e dá outras providências:

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao Sr. VICENTE PAULO DANTAS, matrícula: 18364, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, exercendo o cargo de motorista, meia diária, na importância de R$ 20,00 (vinte reais), no valor unitário de R$ 40,00 (quarenta reais), ficando o servidor autorizado a viajar para a cidade de Caicó/RN, realizando o transporte de paciente para o Hospital de Oncologia do Seridó, no dia 15/09/2026.

Art. 2° - O servidor beneficiário de que trata o art. 1°, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de Dezembro de 2020.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

LUÍS EDUARDO DANTAS
Gestor do Fundo de Saúde
Matrícula Nº 18325

Publicado por:
Maria Eugênia Dantas
Código Identificador:F391D2F1

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
PORT. DE DIÁRIA Nº 847/2026 – SMS

O GESTOR DO FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, conforme Portaria Nº 011/2025-GP, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor e conforme Base Legal: art. 10 e 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE de 15 de dezembro de 2020 e Lei Municipal nº 885/2015, que dispõe sobre concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais e dá outras providências:

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao Sr. ALYSSON EMANUEL FELIPE DOS SANTOS, matrícula: 18398, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, exercendo o cargo de motorista, **meia diária**, na importância de R$ 20,00 (vinte reais), no valor unitário de R$ 40,00 (quarenta reais), ficando o servidor autorizado a viajar para a cidade de Caicó/RN, realizando o transporte de paciente para o Centro Médico Tiago Dias, no dia 15/09/2026.

Art. 2° - O servidor beneficiário de que trata o art. 1°, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de Dezembro de 2020.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

LUÍS EDUARDO DANTAS
Gestor do Fundo de Saúde
Matrícula Nº 18325

Publicado por:
Maria Eugênia Dantas
Código Identificador:1344FDFB

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
PORT. DE DIÁRIA Nº 848/2026 – SMS

O GESTOR DO FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, conforme Portaria Nº 011/2025-GP, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor e conforme Base Legal: art. 10 e 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE de 15 de dezembro de 2020 e Lei Municipal nº 885/2015, que dispõe sobre concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais e dá outras providências:

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao Sr. JOSÉ DE MOURA DANTAS, matrícula: 18449, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, exercendo o cargo de motorista, **meia diária**, na importância de R$ 20,00 (vinte reais), no valor unitário de R$ 40,00 (quarenta reais), ficando o servidor autorizado a viajar para a cidade de Caicó/RN, realizando o transporte de paciente para o Centro Médico Tiago Dias, no dia 15/09/2026.

Art. 2° - O servidor beneficiário de que trata o art. 1°, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de Dezembro de 2020.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

LUÍS EDUARDO DANTAS
Gestor do Fundo de Saúde
Matrícula Nº 18325

Publicado por:
Maria Eugênia Dantas
Código Identificador:5DAEF1FF

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
PORT. DE DIÁRIA Nº 849/2026 – SMS

O GESTOR DO FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, conforme Portaria Nº 011/2025-GP, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor e conforme Base Legal: art. 10 e 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE de 15 de dezembro de 2020 e Lei Municipal nº 885/2015, que dispõe sobre concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais e dá outras providências:

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao Sr. SÉRGIO AUGUSTO BARBOSA DA SILVA, matrícula: 18312, lotado na Secretaria Obras, Serviços Urbanos e Transportes Públicos, exercendo o cargo de Coordenador de Transportes, **uma diária e meia**, na importância de R$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais), no valor unitário de R$ 300,00 (trezentos reais), ficando o servidor autorizado a viajar para a cidade de Recife/PE, realizando o transporte de paciente para o Hospital São Marcos, entre os dias 16/09/2026 e 18/09/2026.

Art. 2° - O servidor beneficiário de que trata o art. 1°, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de Dezembro de 2020.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

LUÍS EDUARDO DANTAS
Gestor do Fundo de Saúde
Matrícula Nº 18325

Publicado por:
Maria Eugênia Dantas
Código Identificador:45250C9C

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
PORT. DE DIÁRIA Nº 850/2026 – SMS

O GESTOR DO FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, conforme Portaria Nº 011/2025-GP, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor e conforme Base Legal: art. 10 e 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE de 15 de dezembro de 2020 e Lei Municipal nº 885/2015, que dispõe sobre concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais e dá outras providências:

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao Sr. ALYSSON EMANUEL FELIPE DOS SANTOS, matrícula: 18398, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, exercendo o cargo de motorista, **meia diária**, na importância de R$ 20,00 (vinte reais), no valor unitário de R$ 40,00 (quarenta reais), ficando o servidor autorizado a viajar para a cidade de Caicó/RN, realizando o transporte de paciente para o Centro Especializado em Reabilitação – CER III, no dia 16/09/2026.

Art. 2° - O servidor beneficiário de que trata o art. 1°, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de Dezembro de 2020.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

LUÍS EDUARDO DANTAS
Gestor do Fundo de Saúde
Matrícula Nº 18325

Publicado por:
Maria Eugênia Dantas
Código Identificador:926A33DB

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
PORT. DE DIÁRIA Nº 851/2026 – SMS

O GESTOR DO FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, conforme Portaria Nº 011/2025-GP, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor e conforme Base Legal: art. 10 e 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE de 15 de dezembro de 2020 e Lei Municipal nº 885/2015, que dispõe sobre concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais e dá outras providências:

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao Sr. JOSÉ DE MOURA DANTAS, matrícula: 18449, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, exercendo o cargo de motorista, **meia diária**, na importância de R$ 20,00 (vinte reais), no valor unitário de R$ 40,00 (quarenta reais), ficando o servidor autorizado a viajar para a cidade de Caicó/RN, realizando o transporte de paciente para o Centro Médico Tiago Dias, no dia 16/09/2026.

Art. 2° - O servidor beneficiário de que trata o art. 1°, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de Dezembro de 2020.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

LUÍS EDUARDO DANTAS
Gestor do Fundo de Saúde
Matrícula Nº 18325

Publicado por:
Maria Eugênia Dantas
Código Identificador:221599F8

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
PORT. DE DIÁRIA Nº 852/2026 – SMS

O GESTOR DO FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, conforme Portaria Nº 011/2025-GP, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor e conforme Base Legal: art. 10 e 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE de 15 de dezembro de 2020 e Lei Municipal nº 885/2015, que dispõe sobre concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais e dá outras providências:

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao Sr. VICENTE PAULO DANTAS, matrícula: 18364, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, exercendo o cargo de motorista, **meia diária**, na importância de R$ 20,00 (vinte reais), no valor unitário de R$ 40,00 (quarenta reais), ficando o servidor autorizado a viajar para a cidade de Caicó/RN, realizando o transporte de paciente para o Centro Especializado em Reabilitação – CER III, no dia 16/09/2026.

Art. 2° - O servidor beneficiário de que trata o art. 1°, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de Dezembro de 2020.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

LUÍS EDUARDO DANTAS
Gestor do Fundo de Saúde
Matrícula Nº 18325

Publicado por:
Maria Eugênia Dantas
Código Identificador:3882A84D

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
PORT. DE DIÁRIA Nº 853/2026 – SMS

O GESTOR DO FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, conforme Portaria Nº 011/2025-GP, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor e conforme Base Legal: art. 10 e 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE de 15 de dezembro de 2020 e Lei Municipal nº 885/2015, que dispõe sobre concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais e dá outras providências:

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao Sr. ALYSSON EMANUEL FELIPE DOS SANTOS, matrícula: 18398, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, exercendo o cargo de motorista, **meia diária**, na importância de R$ 20,00 (vinte reais), no valor unitário de R$ 40,00 (quarenta reais), ficando o servidor autorizado a viajar para a cidade de Caicó/RN, realizando o transporte de paciente para o Centro Especializado em Reabilitação – CER III, no dia 17/09/2026.

Art. 2° - O servidor beneficiário de que trata o art. 1°, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de Dezembro de 2020.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

LUÍS EDUARDO DANTAS
Gestor do Fundo de Saúde
Matrícula Nº 18325

Publicado por:
Maria Eugênia Dantas
Código Identificador:8DF7A829

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
PORT. DE DIÁRIA Nº 854/2026 – SMS

O GESTOR DO FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, conforme Portaria Nº 011/2025-GP, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor e conforme Base Legal: art. 10 e 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE de 15 de dezembro de 2020 e Lei Municipal nº 885/2015, que dispõe sobre concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais e dá outras providências:

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao Sr. VICENTE PAULO DANTAS, matrícula: 18364, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, exercendo o cargo de motorista, **meia diária**, na importância de R$ 20,00 (vinte reais), no valor unitário de R$ 40,00 (quarenta reais), ficando o servidor autorizado a viajar para a cidade de Santa Cruz/RN, realizando o transporte de paciente para a Maternidade e Hospital Universitário Ana Bezerra – HUAB/UFRN, no dia 17/09/2026.

Art. 2° - O servidor beneficiário de que trata o art. 1°, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de Dezembro de 2020.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

LUÍS EDUARDO DANTAS
Gestor do Fundo de Saúde
Matrícula Nº 18325

Publicado por:
Maria Eugênia Dantas
Código Identificador:51216A8A

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
PORT. DE DIÁRIA Nº 855/2026 – SMS

O GESTOR DO FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, conforme Portaria Nº 011/2025-GP, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor e conforme Base Legal: art. 10 e 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE de 15 de dezembro de 2020 e Lei Municipal nº 885/2015, que dispõe sobre concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais e dá outras providências:

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder a Sra. JAINARA JÉSSICA DE LIRA, matrícula: 18487, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, exercendo o cargo de motorista, **meia diária**, na importância de R$ 40,00 (quarenta reais), no valor unitário de R$ 80,00(oitenta reais), ficando a servidora

autorizada a viajar para a cidade de Natal/RN, realizando o transporte de paciente para o Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel, no dia 18/09/2026.

Art. 2° - A servidora beneficiária de que trata o art. 1°, desta Portaria, fica obrigada à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de Dezembro de 2020.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

LUÍS EDUARDO DANTAS
Gestor do Fundo de Saúde
Matrícula Nº 18325

Publicado por:
Maria Eugênia Dantas
Código Identificador:4CA142A9

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
PORT. DE DIÁRIA Nº 856/2026 – SMS

O GESTOR DO FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, conforme Portaria Nº 011/2025-GP, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor e conforme Base Legal: art. 10 e 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE de 15 de dezembro de 2020 e Lei Municipal nº 885/2015, que dispõe sobre concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais e dá outras providências:

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder a Sra. JAINARA JÉSSICA DE LIRA, matrícula: 18487, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, exercendo o cargo de motorista, **meia diária**, na importância de R$ 40,00 (quarenta reais), no valor unitário de R$ 80,00(oitenta reais), ficando a servidora autorizada a viajar para a cidade de Natal/RN, realizando o transporte de paciente para Hospital Universitário Onofre Lopes – HUOL/UFRN, no dia 19/09/2026.

Art. 2° - A servidora beneficiária de que trata o art. 1°, desta Portaria, fica obrigada à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de Dezembro de 2020.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

LUÍS EDUARDO DANTAS
Gestor do Fundo de Saúde
Matrícula Nº 18325

Publicado por:
Maria Eugênia Dantas
Código Identificador:96FB9FB7

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
PORT. DE DIÁRIA Nº 857/2026 – SMS

O GESTOR DO FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, conforme Portaria Nº 011/2025-GP, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor e conforme Base Legal: art. 10 e 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE de 15 de dezembro de 2020 e Lei Municipal nº 885/2015, que dispõe sobre concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais e dá outras providências:

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder a Sra. JAINARA JÉSSICA DE LIRA, matrícula: 18487, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, exercendo o cargo de motorista, **meia diária**, na importância de R$ 40,00 (quarenta reais), no valor unitário de R$ 80,00(oitenta reais), ficando a servidora autorizada a viajar para a cidade de Natal/RN, realizando o transporte de paciente para o Hospital Pediátrico Maria Alice Fernandes, no dia 20/09/2026.

Art. 2° - A servidora beneficiária de que trata o art. 1°, desta Portaria, fica obrigada à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de Dezembro de 2020.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

LUÍS EDUARDO DANTAS
Gestor do Fundo de Saúde
Matrícula Nº 18325

Publicado por:
Maria Eugênia Dantas
Código Identificador:D0306C9D

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
PORT. DE DIÁRIA Nº 858/2026 – SMS

O GESTOR DO FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, conforme Portaria Nº 011/2025-GP, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor e conforme Base Legal: art. 10 e 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE de 15 de dezembro de 2020 e Lei Municipal nº 885/2015, que dispõe sobre concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais e dá outras providências:

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao Sr. JOSÉ DE MOURA DANTAS, matrícula: 18449, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, exercendo o cargo de motorista, meia diária, na importância de R$ 20,00 (vinte reais), no valor unitário de R$ 40,00 (quarenta reais), ficando o servidor autorizado a viajar para a cidade de Caicó/RN, realizando o transporte de paciente para o Centro Médico Tiago Dias, no dia 17/09/2026.

Art. 2° - O servidor beneficiário de que trata o art. 1°, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de Dezembro de 2020.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

LUÍS EDUARDO DANTAS
Gestor do Fundo de Saúde
Matrícula Nº 18325

Publicado por:
Maria Eugênia Dantas
Código Identificador:34E31832

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
PORT. DE DIÁRIA Nº 859/2026 – SMS

O GESTOR DO FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, conforme Portaria Nº 011/2025-GP, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor e conforme Base Legal: art. 10 e 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE de 15 de dezembro de 2020 e Lei Municipal nº 885/2015, que dispõe sobre concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais e dá outras providências:

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao Sr. JOSÉ DE MOURA DANTAS, matrícula: 18449, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, exercendo o cargo de motorista, **meia diária**, na importância de R$ 20,00 (vinte reais), no valor unitário de R$ 40,00 (quarenta reais), ficando o servidor autorizado a viajar para a cidade de Caicó/RN, realizando o transporte de paciente para o Centro Especializado em Reabilitação – CER III, no dia 18/09/2026.

Art. 2° - O servidor beneficiário de que trata o art. 1°, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de Dezembro de 2020.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

LUÍS EDUARDO DANTAS
Gestor do Fundo de Saúde
Matrícula Nº 18325

Publicado por:
Maria Eugênia Dantas
Código Identificador:CDA1CD30

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
PORT. DE DIÁRIA Nº 860/2026 – SMS

O GESTOR DO FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, conforme Portaria Nº 011/2025-GP, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor e conforme Base Legal: art. 10 e 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE de 15 de dezembro de 2020 e Lei Municipal nº 885/2015, que dispõe sobre concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais e dá outras providências:

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao Sr. JOSÉ DE MOURA DANTAS, matrícula: 18449, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, exercendo o cargo de motorista, **meia diária**, na importância de R$ 20,00 (vinte reais), no valor unitário de R$ 40,00 (quarenta reais), ficando o servidor autorizado a viajar para a cidade de Currais Novos/RN, realizando o transporte de paciente para a Clínica Ceom, no dia 21/09/2026.

Art. 2° - O servidor beneficiário de que trata o art. 1°, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de Dezembro de 2020.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

LUÍS EDUARDO DANTAS
Gestor do Fundo de Saúde
Matrícula Nº 18325

Publicado por:
Maria Eugênia Dantas
Código Identificador:FB8AC131

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
PORT. DE DIÁRIA Nº 861/2026 – SMS

O GESTOR DO FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, conforme Portaria Nº 011/2025-GP, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor e conforme Base Legal: art. 10 e 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE de 15 de dezembro de 2020 e Lei Municipal nº 885/2015, que dispõe sobre concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais e dá outras providências:

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao Sr. VICENTE PAULO DANTAS, matrícula: 18364, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, exercendo o cargo de motorista, meia diária, na importância de R$ 20,00 (vinte reais), no valor unitário de R$ 40,00 (quarenta reais), ficando o servidor autorizado a viajar para a cidade de Caicó/RN, realizando o transporte de paciente para o Hospital de Oncologia do Seridó, no dia 21/09/2026.

Art. 2° - O servidor beneficiário de que trata o art. 1°, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de Dezembro de 2020.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

LUÍS EDUARDO DANTAS
Gestor do Fundo de Saúde
Matrícula Nº 18325

Publicado por:
Maria Eugênia Dantas
Código Identificador:CA679657

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
PORT. DE DIÁRIA Nº 862/2026 – SMS

O GESTOR DO FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, conforme Portaria Nº 011/2025-GP, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor e conforme Base Legal: art. 10 e 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE de 15 de dezembro de 2020 e Lei Municipal nº 885/2015, que dispõe sobre concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais e dá outras providências:

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder a Sra. ANDREZA LETÍCIA DE ARAÚJO, matrícula: 18330, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, exercendo o cargo de Coordenadora de Sistemas de Saúde Pública, **duas meias diárias**, na importância de R$ 120,00 (cento e vinte reais), no valor unitário de R$ 120,00 (cento e vinte reais), ficando a servidora autorizada a viajar para a cidade de Caicó/RN, para participar da 7ª Jornada de Oncologia do Seridó, nos dias 23/09/2026 e 24/09/2026.

Art. 2° - A servidora beneficiária de que trata o art. 1°, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de Dezembro de 2020.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

LUÍS EDUARDO DANTAS
Gestor do Fundo de Saúde
Matrícula Nº 18325

Publicado por:
Maria Eugênia Dantas
Código Identificador:5EA191D6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA – SMS – Nº 66/2026 DE 23 DE SETEMBRO DE 2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PORTARIA – SMS – Nº 66/2026 DE 23 DE SETEMBRO DE 2026.

A Secretária Municipal de Saúde de Ceará Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica do Município, e Lei Municipal nº 2.056 de 28 de maio de 2021.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder à servidor **JEREMIAS ADELINO ALVES,** Matrícula nº 932745-2, ocupante do cargo de **Enfermeiro,** pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Saúde, Licença Prêmio referente ao 1º Período;

Art. 2º O período da referida licença fluirá a contar de **01 de outubro de 2026 a 29 de dezembro de 2026;**

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Sala dos Despachos do Gabinete da Secretária Municipal de Saúde, em Ceará Mirim/RN, 23 de setembro de 2026.

LUANA MARIA ALMEIDA FERNANDES BEZERRA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Flavio Henrique Alves da Silva
Código Identificador:2D860E62

SAAE
EXTRATO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO -PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2026

Processo Administrativo n° 9.725/2026

O SAAE de Ceará-Mirim/RN, através do seu Diretor Geral, Sr. Willi Lopes do Nascimento Júnior, torna público, para conhecimento de todos os interessados, a ADJUDICAÇÃO e a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2026, que tem por objeto o Registro de Preços para eventual e futura aquisição de materiais de expediente, papelaria, organização, arquivamento, informática de pequeno porte e materiais de apoio administrativo, destinados ao atendimento das necessidades dos diversos setores do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE de Ceará-Mirim/RN, em favor das empresas relacionadas a seguir: COMERCIAL J.A LTDA, inscrita no CNPJ nº 01.653.918/0001-00, sagrou-se vencedora dos itens 01, 02, 04, 05, 06, 07, 13. 14, 15, 18, 19, 21, 22, 27, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 40, 44, 45, 46, 47, 49, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 63, 68, 72 e 73, com valor total de R$ R$ 23.073,50 (vinte e três mil, setenta e três reais e cinquenta centavos); DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGRESTE MERIDIONAL, inscrita no CNPJ n° 40.876.269/0001-50, sagrou-se vencedora dos itens a seguir: 16, 28, 41, 42, 43, 48 e 65, com valor total de R$ 4.410,85 (quatro mil, quatrocentos e dez reais e oitenta e cinco centavos); PAPELARIA SANTA DULCE LTDA, inscrita no CNPJ n° 19.210.207/0001-19, sagrou-se vencedora dos itens 02, 08, 09, 10, 11, 12, 17, 20, 26, 36, 39, 50, 51, 56 e 62, com valor de R$ 32.541,35 (trinta e dois mil, quinhentos e quarenta e um reais e trinta e cinco centavos); VANINHA UTILIDADES LTDA, inscrita no CNPJ n° 58.421.861/0001-23, sagrou-se vencedora dos itens 23, 24, 25, 29, 61, 64, 66, 67, 69, 70 e 71, com valor de R$ 1.875,55 (mil, oitocentos e setenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos). As atas da licitação e demais documentos pertinentes com os respectivos itens, quantidades, valores e licitantes, encontram-se a disposição dos interessados no site www.portaldecompraspublicas.com.br.

Ceará-Mirim/RN, 22 de setembro de 2026.

WILLI LOPES DO NASCIMENTO JÚNIOR
Diretor Geral

Publicado por:
Elmano Campos Tito
Código Identificador:259D39F0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 080/2026

Pregão Eletrônico nº: 009/2026
Processo Administrativo nº: 5.611/2026

Órgão Gerenciador: Fundo Municipal de Saúde de Ceará-Mirim/RN (CNPJ: 11.810.526/0001-53).

Fornecedor Registrado: A4 CLÍNICA MÉDICA E ODONTOLÓGICA LTDA (CNPJ: 50.827.730/0001-39).

Objeto: Registro de preços visando aquisição futura e parcial de insumos odontológicos destinados ao atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) nas Unidades Básicas de Saúde (UBSs) e no Centro de Referência Odontológica do Município de Ceará-Mirim/RN.

Lotes Registrados: Lote 02: R$ 272.400,00 Lote 10: R$ 78.347,10
Valor Total Registrado: R$ 350.747,10 (trezentos e cinquenta mil, setecentos e quarenta e sete reais e dez centavos).

Vigência: 12 (doze) meses a contar de sua assinatura.
Base Legal: Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 2.377/2016 e Decreto Federal nº 7.892/2013.

Assinaturas:
P/ Órgão Gerenciador: Luana Maria Almeida Fernandes Bezerra (Secretária Municipal de Saúde).
P/ Fornecedor: Alecxandra Silva de Souza (Representante Legal).

Publicado por:
Esther Praxedes Silva de Araujo
Código Identificador:F58CFF83

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 081/2026

Pregão Eletrônico nº: 009/2026
Processo Administrativo nº: 5.611/2026

Órgão Gerenciador: Fundo Municipal de Saúde de Ceará-Mirim/RN (CNPJ: 11.810.526/0001-53).
Fornecedor Registrado: DENTAL SARMENTO COMERCIO LTDA (CNPJ: 34.904.903/0001-19).

Objeto: Registro de preços visando aquisição futura e parcial de insumos odontológicos destinados ao atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) nas Unidades Básicas de Saúde (UBSs) e no Centro de Referência Odontológica do Município de Ceará-Mirim/RN.
Lotes Registrados: Lote 06: R$ 292.838,00
Valor Total Registrado: R$ 292.838,00 (duzentos e noventa e dois mil, oitocentos e trinta e oito reais).

Vigência: 12 (doze) meses a contar de sua assinatura.
Base Legal: Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 2.377/2016 e Decreto Federal nº 7.892/2013.

Assinaturas:
P/ Órgão Gerenciador: Luana Maria Almeida Fernandes Bezerra (Secretária Municipal de Saúde).
P/ Fornecedor: Afonso Alves Cabral Santos Junior (Representante Legal).

Publicado por:
Esther Praxedes Silva de Araujo
Código Identificador:150EEA5A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 082/2026

Pregão Eletrônico nº: 009/2026
Processo Administrativo nº: 5.611/2026

Órgão Gerenciador: Fundo Municipal de Saúde de Ceará-Mirim/RN (CNPJ: 11.810.526/0001-53).

Fornecedor Registrado: EMIGE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA (CNPJ: 71.505.564/0001-24).

Objeto: Registro de preços visando aquisição futura e parcial de insumos odontológicos destinados ao atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) nas Unidades Básicas de Saúde (UBSs) e no Centro de Referência Odontológica do Município de Ceará-Mirim/RN.

Lotes Registrados: Lote 03: R$ 289.346,00 Lote 08: R$ 26.558,20
Valor Total Registrado: R$ 315.904,20 (trezentos e quinze mil, novecentos e quatro reais e vinte centavos).

Vigência: 12 (doze) meses a contar de sua assinatura.
Base Legal: Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 2.377/2016 e Decreto Federal nº 7.892/2013.

Assinaturas:
P/ Órgão Gerenciador: Luana Maria Almeida Fernandes Bezerra (Secretária Municipal de Saúde).
P/ Fornecedor: Tarciane Vilaça Figueiredo (Representante Legal).

Publicado por:
Esther Praxedes Silva de Araujo
Código Identificador:90C6FC32

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 083/2026

Pregão Eletrônico nº: 009/2026
Processo Administrativo nº: 5.611/2026

Órgão Gerenciador: Fundo Municipal de Saúde de Ceará-Mirim/RN (CNPJ: 11.810.526/0001-53).

Fornecedor Registrado: NACIONAL COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI (CNPJ: 18.588.224/0001-21).

Objeto: Registro de preços visando aquisição futura e parcial de insumos odontológicos destinados ao atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) nas Unidades Básicas de Saúde (UBSs) e no Centro de Referência Odontológica do Município de Ceará-Mirim/RN.

Lotes Registrados:Lote 01: R$ 87.992,00 Lote 04: R$ 251.747,00 Lote 05: R$ 788.683,70 Lote 07: R$ 831.820,60 Lote 09: R$ 267.713,80
Valor Total Registrado: R$ 2.227.957,10 (dois milhões, duzentos e vinte e sete mil, novecentos e cinquenta e sete reais e dez centavos).
Vigência: 12 (doze) meses a contar de sua assinatura.

Base Legal: Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 2.377/2016 e Decreto Federal nº 7.892/2013.

Assinaturas:
P/ Órgão Gerenciador: Luana Maria Almeida Fernandes Bezerra (Secretária Municipal de Saúde).
P/ Fornecedor: Maria da Conceição Moura Nascimento (Representante Legal).

Publicado por:
Esther Praxedes Silva de Araujo
Código Identificador:C8DEDA92

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO N.º 01 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 068/2025

Origem: Pregão Eletrônico n.º 016/2025 – Processo Administrativo n.º 8202/2025
Órgão Gerenciador: Município de Ceará-Mirim/RN, através da Secretaria Municipal de Saúde (CNPJ nº 11.810.526/0001-53).
Detentora da Ata: GIULLITE B MEDEIROS ME (CNPJ nº 21.437.704/0001-04).
Objeto: Registro de preços visando futura e eventual aquisição de forma parcelada, de medicamentos de "A" a "Z" para suprir as necessidades das ações judiciais e pessoas atendidas pelo setor de demandas especiais, distribuição à população carente do município.
Objeto do Aditivo: Prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços nº 068/2025 por mais 12 (doze) meses.
Vigência: De 25/08/2026 a 25/08/2027 (ou rescisão antecipada na hipótese de conclusão de novo processo licitatório para o mesmo objeto).
Fundamentação Legal: Art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 2.377/2016 e Decreto Federal nº 7.892/2013.
Data de Assinatura: Ceará-Mirim/RN, 10 de agosto de 2026.
Assinaturas:
LUANA MARIA ALMEIDA FERNANDES BEZERRA – Secretária Municipal Interina de Saúde (Pelo Órgão Gerenciador) GIULLITE BRENNER MEDEIROS – Sócio Administrador / GIULLITE B MEDEIROS ME (Pela Empresa Detentora)

Publicado por:
Esther Praxedes Silva de Araujo
Código Identificador:2FEBD930

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO N.º 02 AO CONTRATO Nº 091/2024

CONTRATANTE: Município de Ceará-Mirim/RN, através do Fundo Municipal de Saúde (CNPJ nº 12.113.794/0001-89).
CONTRATADA: Jatobá Laboratório de Anatomia Patologia e Citológica Ltda (CNPJ nº 11.823.880/0002-01).

ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 021/2023.
OBJETO: Contratação de empresa especializada na realização de exames anatomopatológicos (biópsia), de peças cirúrgicas para atender as necessidades do Hospital Municipal Dr. Percílio Alves de Oliveira, neste município.

OBJETIVO DO ADITIVO: Reequilibrar os valores contratuais e prorrogar o prazo de vigência.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, no período de 07/10/2026 a 07/10/2027, ou de forma antecipada caso haja conclusão de novo processo licitatório.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993.
RATIFICAÇÃO: Ficam mantidas as demais cláusulas do Contrato nº 091/2024 que não foram alteradas por este Termo Aditivo.

SIGNATÁRIOS:
Pelo Contratante: Luana Maria Almeida Fernandes Bezerra (Secretária Municipal de Saúde)
Pela Contratada: Gabriella Suianny Maciel de Abreu (Representante Legal)

Publicado por:
Esther Praxedes Silva de Araujo
Código Identificador:62CBFF59

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO N.º 03 AO CONTRATO N.º 058/2023

Processo: Dispensa de Licitação n.º 020/2023
Contratante: Secretaria Municipal de Saúde de Ceará-Mirim/RN (CNPJ nº 11.810.526/0001-53)
Contratado: Eduardo de Vasconcelos Bezerra (CPF nº 106.690.914-80)

Objeto do Contrato: Locação de imóvel localizado no Povoado de Gravatá, destinado ao funcionamento do Anexo da UBS – Unidade Básica de Saúde de Lagoa do Cosmo.
Objeto do Aditivo: Prorrogação do prazo de vigência contratual por mais 12 (doze) meses, no período de 09/08/2026 a 08/08/2027.
Fundamentação Legal: Art. 57, Inciso II da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.
Data de Assinatura: Ceará-Mirim/RN, 27 de julho de 2026.
Assinaturas:
LUANA MARIA ALMEIDA FERNANDES BEZERRA – Secretária Municipal de Saúde (Pela Contratante)
EDUARDO DE VASCONCELOS BEZERRA – Locador (Pelo Contratado)

Publicado por:
Esther Praxedes Silva de Araujo
Código Identificador:E5234329

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO-CORÁ

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 048/2021 TOMADA DE PREÇOS N° 003/2021

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 048/2021
TOMADA DE PREÇOS N° 003/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO CORÁ
CNPJ: 08.173.502/0001-26
CONTRATADA: M CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA
CNPJ: 02.823.335/0001-35

OBJETO: Fica prorrogada a vigência do Contrato nº 048/2021 por mais 12 (doze) meses, com novo termo final em 23 de setembro de 2027, para: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM ÁREAS ESPECÍFICAS DO MUNICÍPIO DE CERRO CORA/RN, bem como reajuste em 4,22% (quatro virgula vinte e dois por cento) do valor mensal.

FUNDAMENTO LEGAL: O presente termo aditivo decorre de autorização do Prefeito Municipal e encontra amparo legal no Artigo 57 e 65, da Lei Federal Nº 8666/21, referente ao Processo Licitatório nº 31030783/2021, referente a Tomada de Preços n° 003/2021.

Cerro Corá/RN, em 22 de setembro de 2026.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE –
Prefeito

BRUNO VICTOR AMARAL DE OLIVEIRA –
Representante Legal da Empresa

Publicado por:
Klinton Kennendy Ramos da Silva
Código Identificador:A87D85D4

GABINETE DO PREFEITO
REPUBLICAÇÃO PORTARIA Nº 704/2026 - GP ERRO FORMAL

PORTARIA Nº 704/2026 - GP Cerro Corá/RN, 21 de setembro de 2026.

> "CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SENHORA, ARISTEIA DANTAS DE MEDEIROS OLIVEIRA, FUNCIONÁRIA DO MUNICÍPIO DE CERRO CORÁ/RN".

MACIEL DOS SANTOS FREIRE, Prefeito do Município de Cerro Corá, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, dispostas pela Lei Orgânica Municipal e Estatuto do Servidor Público Municipal de Cerro Corá/RN.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença prêmio por assiduidade a senhora, **ARISTEIA DANTAS DE MEDEIROS OLIVEIRA**, ocupante do cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO N4**, matrícula n° 0005177, inscrita no CPF n° XXX.412.664-XX, lotada no Centro Municipal de Educação Infantil Jarniele Alves da Silva, junto a Secretaria Municipal de Educação, de acordo com art. 76 da Lei n° 477/2003 – Estatuto do Servidor Público Municipal.

Art. 2º - A licença prêmio terá vigência de **21 de setembro de 2026 a 19 de dezembro de 2026.**

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua assinatura.

Cientifique-se;
Publique-se e;
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Klinton Kennendy Ramos da Silva
Código Identificador:89AE4657

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº. 705/2026/SEMAG

> Concede diária ao Servidor da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN que especifica e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Cerro Corá – RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do município.

RESOLVE:

Art. 1 – Conceder ao servidor (a) **Bruno Rodrigues Silva,** matricula nº. 0019798 – Assessor de Controle de Atividades – CC6 – Conforme Portaria nº. 026/2026, CPF: XXX.675.234-XX, a concessão de **1 e1/2 (uma e meia)** diárias com pernoite, para se deslocar a capital o estado durante o período (dias), **24 a 25 de setembro de 2026,** OBJETIVO: Participar da Oficina de Entrevista do Cadastro Único, destinada aos Coordenadores/as e entrevistadores/as do Cadastro Único. **LOCAL:** UERN - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - Campus Avançado – Av. Dr. João Medeiros Filho, Potengi 3419 - NATAL/RN.

Art. 2 – O referido pagamento será no valor **R$ 150,00 (Cento e cinquenta reais),** correspondente a **1 e 1/2 (uma e meia)**, diárias com pernoite, e de acordo com o **Art. 60, da Lei Orgânica do Município e de Conformidade com o Decreto nº. 414/2024 de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3 – Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Márcia Santos Felisberto
Código Identificador:A08F84EA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº. 706/2026/SEMAG

Concede diária ao Servidor da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN que especifica e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Cerro Corá – RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do município.

RESOLVE:

Art. 1 – Conceder ao servidor (a) **Paulo Adrimário de Souza,** matricula nº. 0019089 – Conselheiro (a) tutelar – Conforme Portaria nº. 010/2024, CPF: XXX.157.774-XX, a concessão de **1 e 1/2 (uma e meia)** diárias com pernoite, para se deslocar a cidade de Caicó/RN, no período (dias) **30 de setembro a 01 de outubro de 2026,** OBJETIVO - Participar de curso de formação para conselheiros tutelares, que terá oficinas com a temática: SINASE e SAÚDE MENTAL. LOCAL: Ministério Público de Caicó, Cidade Judiciária-531, Rua Advogado Dr. Manoel Dias, n°99- Maynard, Caicó/RN, 59300-000.

Art. 2 – O referido pagamento será no valor **R$ 150,00 (Cento e cinquenta reais),** correspondente a **1 e 1/2 (uma e meia)**, diárias com pernoite, e de acordo com o **Art. 60, da Lei Orgânica do Município e conformidade com o Decreto nº. 414/2024 de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3 – Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Márcia Santos Felisberto
Código Identificador:7659EC1E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº. 707/2026/SEMAG

Concede diária ao Servidor da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN que especifica e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Cerro Corá – RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do município.

RESOLVE:

Art. 1 – Conceder ao servidor (a) **Maria Ozanir Pereira de Medeiros,** matricula nº. 0018643 – Conselheiro Tutelar – Conforme Portaria nº. 010/2024, CPF: XXX.374.634-XX, a concessão de **1 e 1/2 (uma e meia)** diárias com pernoite, para se deslocar a cidade de Caicó/RN, no período (dias) **30 de setembro a 01 de outubro de 2026,** OBJETIVO - Participar de curso de formação para conselheiros tutelares, que terá oficinas com a temática: SINASE e SAÚDE MENTAL. LOCAL: Ministério Público de Caicó, Cidade Judiciária-531, Rua Advogado Dr. Manoel Dias, n°99- Maynard, Caicó/RN, 59300-000.

Art. 2 – O referido pagamento será no valor **R$ 150,00 (Cento e cinquenta reais),** correspondente a **1 e 1/2 (uma e meia)**, diárias com pernoite, e de conformidade com o **Art. 60 da Lei Orgânica do Município e Decreto n°. 414/2024 de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3 – Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Márcia Santos Felisberto
Código Identificador:AE0D9A81

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº. 708/2026/SEMAG

Concede diária ao Servidor da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN que especifica e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Cerro Corá – RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do município.

RESOLVE:

Art. 1 – Conceder ao servidor (a) **Francisco Canário Filho,** matricula nº. 0013978 – Conselheiro (a) tutelar – Conforme Portaria nº. 010/2024, CPF: XXX.613.504-XX, a concessão de **1 e 1/2 (uma e meia)** diárias com pernoite, para se deslocar a cidade de Caicó/RN, no período (dias), **30 de setembro a 01 de outubro de 2026,** OBJETIVO - Participar de curso de formação para conselheiros tutelares, que terá oficinas com a temática: SINASE e SAÚDE MENTAL. LOCAL: Ministério Público de Caicó, Cidade Judiciária-531, Rua Advogado Dr. Manoel Dias, n°99- Maynard, Caicó/RN, 59300-000.

Art. 2 – O referido pagamento será no valor **R$ 150,00 (Cento e cinquenta reais),** correspondente a **1 e 1/2 (uma e meia)**, diárias com pernoite, e de acordo com o **Art. 60, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Decreto nº. 414/2024 de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3 – Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Márcia Santos Felisberto
Código Identificador:E58A97CE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº. 709/2026/SEMAG

Concede diária ao Servidor da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN que especifica e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Cerro Corá – RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do município.

RESOLVE:

Art. 1 – Conceder ao servidor (a) **Maria Aparecida Soares,** matricula nº. 0019070 – Conselheiro (a) tutelar – Conforme Portaria

nº. 010/2024, CPF: XX.754.214-XX, a concessão de **1 e 1/2 (uma e meia)** diárias com pernoite, para se deslocar a cidade de Caicó/RN, no período (dias) **30 de setembro a 01 de outubro de 2026,** OBJETIVO - Participar de curso de formação para conselheiros tutelares, que terá oficinas com a temática: SINASE e SAÚDE MENTAL. LOCAL: Ministério Público de Caicó, Cidade Judiciária-531, Rua Advogado Dr. Manoel Dias, n°99- Maynard, Caicó/RN, 59300-000.

Art. 2 – O referido pagamento será no valor **R$ 150,00 (Cento e cinquenta reais),** correspondente a **1e 1/2 (uma e meia)**, diárias com pernoite, e de conformidade com o **Art. 60, da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 414/2024 de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3 – Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Márcia Santos Felisberto
Código Identificador:D1211D39

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº. 710/2026/SEMAG

Concede diária ao Servidor da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN que especifica e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Cerro Corá – RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do município.

RESOLVE:

Art. 1 – Conceder ao servidor (a) **Angela Maria Simões da Silva,** matricula nº. 0019097 – Conselheiro (a) tutelar – Conforme Portaria nº. 010/2024, CPF: XXX.136.064-XX, a concessão de **1 e 1/2 (uma e meia)** diárias com pernoite, para se deslocar a cidade de Caicó/RN, no período (dias) **30 de setembro a 01 de outubro de 2026,** OBJETIVO - Participar de curso de formação para conselheiros tutelares, que terá oficinas com a temática: SINASE e SAÚDE MENTAL. LOCAL: Ministério Público de Caicó, Cidade Judiciária-531, Rua Advogado Dr. Manoel Dias, n°99- Maynard, Caicó/RN, 59300-000.

Art. 2 – O referido pagamento será no valor **R$ 150,00 (Cento e cinquenta reais),** correspondente a **1 e 1/2 (uma e meia)**, diárias com pernoite, e de conformidade com o **Art. 60, da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 414/2024 de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3 – Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Márcia Santos Felisberto
Código Identificador:B943BF9D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZETA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 218/2026-GP

Conceder Licença-Maternidade à servidora Município de Cruzeta/RN e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE Cruzeta, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos legais aplicáveis,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 7º, inciso XVIII, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO as disposições do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

CONSIDERANDO o processo administrativo nº 135/2026.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença-Maternidade à Servidora **SANDRA CARLA DOS SANTOS SILVA MEDEIROS**, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS DIVERSOS, matrícula 3707-1 pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, no período de 21/09/2026 a 19/03/2027.

Art. 2º Durante o período da licença de que trata esta Portaria, serão assegurados todos os direitos e vantagens inerentes ao cargo, na forma da legislação vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, e tem seus efeitos retroativos à 21 de setembro de 2026.

Registre-se, publique-se e cumpra-se o presente ato.

Cruzeta /RN, em 22 de setembro de 2026.

BALFRAN KATSSON DANTAS DE MEDEIROS
Secretário Municipal de Administração e de Tributação

JOAQUIM JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito

Publicado por:
Balfran Katsson Dantas de Medeiros
Código Identificador:6B0D5B34

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90017/2026.

OBJETO: Registro de preço para futura e eventual aquisição de gás oxigênio medicinal para atender a demanda dos serviços de saúde.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 105/2026 – Órgão gerenciador: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN.
DETENTORA: TELEGAS COMERCIO E SERVICO HOSPITALAR LTDA - CNPJ nº 16.737.759/0001-91, saiu vencedor(a) nos item(ns):

Item 01 pelo valor unitário de R$ 30,00 (trinta reais) e a quantidade de 12.000 M³.

VIGÊNCIA: 23/09/2026 a 22/09/2027

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:E3AC55DE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2026 - SRP

ADJUDICO E HOMOLOGO pelo presente Termo, para que surta os seus efeitos legais, o julgamento da Comissão Permanente de Licitação - CPL, referente aoPregão Eletrônico nº 90009/2026, que tem por objeto a **Aquisição de Materiais de Construção, Hidráulicos, Pinturas e Ferramentas**, realizada em 23 de abril de 2026 (quinta-feira), nos termos do artigo 71, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores.

R&R COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUCAO E ELETRICO LTDA, CNPJ Nº 07.204.967/0001-34, saiu vencedor(a) nos item(ns):

Item 09 pelo valor unitário de R$ 120,00 (cento e vinte reais) e a quantidade de 1.200 unidades;
Item 14 pelo valor unitário de R$ 14,50 (quatorze reais e cinquenta centavos) e a quantidade de 150 unidades;
Item 15 pelo valor unitário de R$ 30,00 (trinta reais) e a quantidade de 50 unidades;
Item 20 pelo valor unitário de R$ 1,90 (um real e noventa centavos) e a quantidade de 300 unidades;
Item 21 pelo valor unitário de R$ 0,80 (oitenta centavos) e a quantidade de 500 unidades;
Item 22 pelo valor unitário de R$ 0,80 (oitenta centavos) e a quantidade de 400 unidades;
Item 24 pelo valor unitário de R$ 12,35 (doze reais e trinta e cinco centavos) e a quantidade de 300 unidades;
Item 25 pelo valor unitário de R$ 31,65 (trinta e um reais e sessenta e cinco centavos) e a quantidade de 200 unidades;
Item 27 pelo valor unitário de R$ 33,57 (trinta e três reais e cinquenta e sete centavos) e a quantidade de 50 unidades.
Item 29 pelo valor unitário de R$ 99,00 (noventa e nove reais) e a quantidade de 200 unidades;
Item 30 pelo valor unitário de R$ 26,15 (vinte e seis reais e quinze centavos) e a quantidade de 4.500 unidades;
Item 38 pelo valor unitário de R$ 112,00 (cento e doze reais) e a quantidade de 200 unidades;
Item 39 pelo valor unitário de R$ 183,00 (cento e oitenta e três reais) e a quantidade de 10 unidades;
Item 40 pelo valor unitário de R$ 20,00 (vinte reais) e a quantidade de 500 metros;
Item 41 pelo valor unitário de R$ 21,55 (vinte e um reais e cinquenta e cinco centavos) e a quantidade de 600 metros;
Item 42 pelo valor unitário de R$ 3,96 (três reais e noventa e seis centavos) e a quantidade de 3.500 metros;
Item 44 pelo valor unitário de R$ 32,14 (trinta e dois reais e quatorze centavos) e a quantidade de 400 unidades.
Item 45 pelo valor unitário de R$ 10,20 (dez reais e vinte centavos) e a quantidade de 400 unidades;
Item 46 pelo valor unitário de R$ 15,98 (quinze reais e noventa e oito centavos) e a quantidade de 400 unidades;
Item 47 pelo valor unitário de R$ 20,00 (vinte reais) e a quantidade de 500 unidades;
Item 49 pelo valor unitário de R$ 7,06 (sete reais e seis centavos) e a quantidade de 8.200 sacos;
Item 50 pelo valor unitário de R$ 3,52 (três reais e cinquenta e dois centavos) e a quantidade de 2.000 sacos;
Item 51 pelo valor unitário de R$ 2,90 (dois reais e noventa centavos) e a quantidade de 1.000 sacos;
Item 52 pelo valor unitário de R$ 13,00 (treze reais) e a quantidade de 200 quilos;
Item 54 pelo valor unitário de R$ 10,54 (dez reais e cinquenta e quatro centavos) e a quantidade de 1.000 unidades.
Item 55 pelo valor unitário de R$ 17,20 (dezessete reais e vinte centavos) e a quantidade de 100 unidades;
Item 56 pelo valor unitário de R$ 25,00 (vinte e cinco reais) e a quantidade de 500 unidades;
Item 61 pelo valor unitário de R$ 91,20 (noventa e um reais e vinte centavos) e a quantidade de 50 unidades;
Item 62 pelo valor unitário de R$ 97,50 (noventa e sete reais e cinquenta centavos) e a quantidade de 50 unidades;
Item 63 pelo valor unitário de R$ 239,00 (duzentos e trinta e nove reais) e a quantidade de 20 unidades;
Item 66 pelo valor unitário de R$ 60,00 (sessenta reais) e a quantidade de 200 unidades;
Item 70 pelo valor unitário de R$ 2.720,00 (dois mil e setecentos e vinte reais) e a quantidade de 70 unidades;
Item 71 pelo valor unitário de R$ 47,00 (quarenta e sete reais) e a quantidade de 2.000 unidades.
Item 72 pelo valor unitário de R$ 2,40 (dois reais e quarenta centavos) e a quantidade de 1.000 unidades;
Item 73 pelo valor unitário de R$ 48,75 (quarenta e oito reais e setenta e cinco centavos) e a quantidade de 6.000 metros quadrados;
Item 74 pelo valor unitário de R$ 16,70 (dezesseis reais e setenta centavos) e a quantidade de 5.000 metros quadrados;
Item 75 pelo valor unitário de R$ 12,62 (doze reais e sessenta e dois centavos) e a quantidade de 5.000 metros quadrados;
Item 76 pelo valor unitário de R$ 51,35 (cinquenta e um reais e trinta e cinco centavos) e a quantidade de 3.500 litros;
Item 77 pelo valor unitário de R$ 41,35 (quarenta e um reais e trinta e cinco centavos) e a quantidade de 500 unidades;
Item 80 pelo valor unitário de R$ 19,00 (dezenove reais) e a quantidade de 300 unidades;
Item 81 pelo valor unitário de R$ 203,00 (duzentos e três reais) e a quantidade de 300 unidades.
Item 82 pelo valor unitário de R$ 44,86 (quarenta e quatro reais e oitenta e seis centavos) e a quantidade de 2.000 unidades;
Item 83 pelo valor unitário de R$ 27,12 (vinte e sete reais e doze centavos) e a quantidade de 300 unidades;
Item 85 pelo valor unitário de R$ 4,60 (quatro reais e sessenta centavos) e a quantidade de 450 unidades;
Item 86 pelo valor unitário de R$ 110,00 (cento e dez reais) e a quantidade de 2.000 unidades;
Item 87 pelo valor unitário de R$ 31,30 (trinta e um reais e trinta centavos) e a quantidade de 500 unidades;
Item 88 pelo valor unitário de R$ 2,75 (dois reais e setenta e cinco centavos) e a quantidade de 250 unidades;
Item 89 pelo valor unitário de R$ 9,35 (nove reais e trinta e cinco centavos) e a quantidade de 500 unidades;
Item 90 pelo valor unitário de R$ 37,00 (trinta e sete reais) e a quantidade de 500 unidades.
Item 91 pelo valor unitário de R$ 6,35 (seis reais e trinta e cinco centavos) e a quantidade de 8.000 pacotes;
Item 92 pelo valor unitário de R$ 9,50 (nove reais e cinquenta centavos) e a quantidade de 3.000 unidades;
Item 93 pelo valor unitário de R$ 0,79 (setenta e nove centavos) e a quantidade de 300 unidades;
Item 95 pelo valor unitário de R$ 2,98 (dois reais e noventa e oito centavos) e a quantidade de 300 unidades;
Item 96 pelo valor unitário de R$ 1,98 (um real e noventa e oito centavos) e a quantidade de 300 unidades;
Item 104 pelo valor unitário de R$ 46,00 (quarenta e seis reais) e a quantidade de 500 unidades;
Item 105 pelo valor unitário de R$ 243,30 (duzentos e quarenta e três reais e trinta centavos) e a quantidade de 170 unidades;
Item 110 pelo valor unitário de R$ 15,00 (quinze reais) e a quantidade de 300 unidades.
Item 112 pelo valor unitário de R$ 52,37 (cinquenta e dois reais e trinta e sete centavos) e a quantidade de 300 unidades;
Item 113 pelo valor unitário de R$ 51,00 (cinquenta e um reais) e a quantidade de 200 unidades;
Item 114 pelo valor unitário de R$ 194,00 (cento e noventa e quatro reais) e a quantidade de 200 unidades;
Item 115 pelo valor unitário de R$ 121,00 (cento e vinte e um reais) e a quantidade de 200 unidades;
Item 116 pelo valor unitário de R$ 140,00 (cento e quarenta reais) e a quantidade de 200 unidades;
Item 117 pelo valor unitário de R$ 100,00 (cem reais) e a quantidade de 150 unidades.

J S SANTOS MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA, CNPJ Nº 07.399.514/0001-00, saiu vencedor(a) nos item(ns):

Item 01 pelo valor unitário de R$ 39,00 (trinta e nove reais) e a quantidade de 100 unidades;
Item 02 pelo valor unitário de R$ 37,00 (trinta e sete reais) e a quantidade de 100 unidades;
Item 04 pelo valor unitário de R$ 18,00 (dezoito reais) e a quantidade de 60 unidades;
Item 05 pelo valor unitário de R$ 28,00 (vinte e oito reais) e a quantidade de 50 unidades;
Item 06 pelo valor unitário de R$ 12,00 (doze reais) e a quantidade de 2.500 sacos;
Item 07 pelo valor unitário de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais) e a quantidade de 2.000 unidades;
Item 12 pelo valor unitário de R$ 20,00 (vinte reais) e a quantidade de 6.000 metros quadrados;
Item 13 pelo valor unitário de R$ 19,99 (dezenove reais e noventa e nove centavos) e a quantidade de 5.000 metros quadrados;
Item 16 pelo valor unitário de R$ 78,00 (setenta e oito reais) e a quantidade de 100 unidades;
Item 18 pelo valor unitário de R$ 26,00 (vinte e seis reais) e a quantidade de 200 unidades.
Item 28 pelo valor unitário de R$ 165,00 (cento e sessenta e cinco reais) e a quantidade de 100 unidades;
Item 31 pelo valor unitário de R$ 289,99 (duzentos e oitenta e nove reais e noventa e nove centavos) e a quantidade de 300 unidades;
Item 64 pelo valor unitário de R$ 28,00 (vinte e oito reais) e a quantidade de 50 unidades;
Item 65 pelo valor unitário de R$ 18,00 (dezoito reais) e a quantidade de 200 unidades;
Item 78 pelo valor unitário de R$ 99,00 (noventa e nove reais) e a quantidade de 200 metros quadrados;
Item 94 pelo valor unitário de R$ 33,00 (trinta e três reais) e a quantidade de 4.000 unidades;
Item 97 pelo valor unitário de R$ 3,00 (três reais) e a quantidade de 500 unidades;
Item 100 pelo valor unitário de R$ 9,00 (nove reais) e a quantidade de 400 unidades.
Item 103 pelo valor unitário de R$ 17,00 (dezessete reais) e a quantidade de 200 unidades;
Item 107 pelo valor unitário de R$ 6,59 (seis reais e cinquenta e nove centavos) e a quantidade de 670 unidades;
Item 108 pelo valor unitário de R$ 1,30 (um real e trinta centavos) e a quantidade de 300 unidades;
Item 111 pelo valor unitário de R$ 65,00 (sessenta e cinco reais) e a quantidade de 20.000 metros quadrados.

SUPERART QUIMICA LTDA, CNPJ Nº 51.679.708/0001-51, saiu vencedor(a) nos item(ns):

Item 53 pelo valor unitário de R$ 105,00 (cento e cinco reais) e a quantidade de 1.500 unidades.

BAUER COMERCIO E LICITACOES LTDA, CNPJ Nº 45.740.175/0001-73, saiu vencedor(a) nos item(ns):

Item 98 pelo valor unitário de R$ 52,25 (cinquenta e dois reais e vinte e cinco centavos) e a quantidade de 200 unidades;
Item 106 pelo valor unitário de R$ 6,80 (seis reais e oitenta centavos) e a quantidade de 1000 unidades.

NEMAC MAQUINAS LTDA, CNPJ Nº 04.962.732/0001-13, saiu vencedor(a) nos item(ns):

Item 58 pelo valor unitário de R$ 200,00 (duzentos reais) e a quantidade de 1.500 unidades;
Item 60 pelo valor unitário de R$ 430,00 (quatrocentos e trinta reais) e a quantidade de 100 unidades.

ESTHER DE LIMA NOBREGA SANTOS, CNPJ Nº 25.094.357/0001-07, saiu vencedor(a) nos item(ns):

Item 03 pelo valor unitário de R$ 12,99 (doze reais e noventa e nove centavos) e a quantidade de 100 quilos;
Item 08 pelo valor unitário de R$ 10,99 (dez reais e noventa e nove centavos) e a quantidade de 200 quilos;
Item 10 pelo valor unitário de R$ 74,99 (setenta e quatro reais e noventa e nove centavos) e a quantidade de 700 unidades;
Item 11 pelo valor unitário de R$ 9,99 (nove reais e noventa e nove centavos) e a quantidade de 700 unidades;
Item 32 pelo valor unitário de R$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) e a quantidade de 100 unidades;
Item 33 pelo valor unitário de R$ 445,00 (quatrocentos e quarenta e cinco reais) e a quantidade de 60 unidades;
Item 34 pelo valor unitário de R$ 16,49 (dezesseis reais e quarenta e nove centavos) e a quantidade de 300 unidades;
Item 35 pelo valor unitário de R$ 40,09 (quarenta reais e nove centavos) e a quantidade de 40.000 sacos;
Item 36 pelo valor unitário de R$ 549,00 (quinhentos e quarenta e nove reais) e a quantidade de 500 milheiros;
Item 37 pelo valor unitário de R$ 599,00 (quinhentos e noventa e nove reais) e a quantidade de 1.000 milheiros;
Item 43 pelo valor unitário de R$ 2,25 (dois reais e vinte e cinco centavos) e a quantidade de 2.000 metros;
Item 48 pelo valor unitário de R$ 130,00 (cento e trinta reais) e a quantidade de 1.000 metros cúbicos;
Item 57 pelo valor unitário de R$ 230,00 (duzentos e trinta reais) e a quantidade de 500 unidades;
Item 59 pelo valor unitário de R$ 340,00 (trezentos e quarenta reais) e a quantidade de 230 unidades;
Item 67 pelo valor unitário de R$ 34,99 (trinta e quatro reais e noventa e nove centavos) e a quantidade de 200 unidades;
Item 68 pelo valor unitário de R$ 329,00 (trezentos e vinte e nove reais) e a quantidade de 100 unidades;
Item 69 pelo valor unitário de R$ 1.699,00 (um mil seiscentos e noventa e nove reais) e a quantidade de 70 unidades;
Item 79 pelo valor unitário de R$ 32,99 (trinta e dois reais e noventa e nove centavos) e a quantidade de 300 unidades.
Item 109 pelo valor unitário de R$ 120,00 (cento e vinte reais) e a quantidade de 1.500 metros cúbicos.

WBNJ LICITARN LTDA, CNPJ Nº 43.455.634/0001-41, saiu vencedor(a) nos item(ns):

Item 17 pelo valor unitário de R$ 5,75 (cinco reais e setenta e cinco centavos) e a quantidade de 200 unidades;
Item 19 pelo valor unitário de R$ 1,71 (um real e setenta e um centavos) e a quantidade de 300 unidades;
Item 102 pelo valor unitário de R$ 11,86 (onze reais e oitenta e seis centavos) e a quantidade de 200 unidades.

WILTON DA COSTA SANTOS, CNPJ Nº 09.319.988/0001-20, saiu vencedor(a) nos item(ns):

Item 23 pelo valor unitário de R$ 0,65 (sessenta e cinco centavos) e a quantidade de 300 unidades;
Item 26 pelo valor unitário de R$ 18,90 (dezoito reais e noventa centavos) e a quantidade de 100 unidades;
Item 84 pelo valor unitário de R$ 1,04 (um real e quatro centavos) e a quantidade de 250 unidades.
Item 99 pelo valor unitário de R$ 5,50 (cinco reais e cinquenta centavos) e a quantidade de 400 unidades;
Item 101 pelo valor unitário de R$ 7,36 (sete reais e trinta e seis centavos) e a quantidade de 500 unidades.

Currais Novos/RN, 22 de setembro de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Izabelle de M. Gomes
Código Identificador:B8ADCB3B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE CANCELAMENTO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
PROTOCOLO 22.781/2026 PROCESSO 4.785/2026

O Município de Currais Novos/RN, informa o CANCELAMENTO do processo que visa a contratação referente à aquisição de material de iluminação e ornamentação natalina, por meio de contratação direta,

publicado no dia 11 de agosto de 2026, no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, Edição n° 3853.

Currais Novos/RN, 22 de setembro de 2026.

JOYCE KAROLINE DA SILVA SANTOS
Assessora de Atividade Operacional
Matrícula n° 35297

Publicado por:
Joyce Karoline da Silva Santos
Código Identificador:CF8FCE25

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE CONVOCAÇÃO PARA DESEMPATE
PROTOCOLO 8.800/2026 PROCESSO 2.357/2026

O Município de Currais Novos/RN, convoca as empresas 46.623.543 JOSÉ FLÁVIO CARDOSO DA SILVA – CNPJ (46.623.543/0001-66) e CENTRO NORTE – SINALIZAÇÃO VIÁRIA COMERCIAL E SERVIÇOS- CNPJ (09.525.549/0001-74), para apresentarem novas propostas referente a aquisição de materiais de sinalização viária, compreendo cones, balizadores, placas de sinalização vertical, tintas para demarcação viária, barreiras pantográficas e tachões refletivos, destinados à implantação, manutenção e reforço de sinalização nas vias públicas do Município de Currais Novos/RN, devido ao empate na pesquisa mercadológica n° 78/2026 – ITEM 05. As referidas empresas deverão enviar a proposta com valor atualizado ou a negativa de negociação por meio do endereço eletrônico cotacoespmcn2025.02@gmail.com, em até **03 dias úteis**. A pessoa responsável pelo preenchimento da cotação, devera assiná-la e informar o prazo de validade mínimo de proposta de 60 (sessenta) dias.

Currais Novos/RN, 22 de setembro de 2026.

GERIVALDA ALVES DANTAS
Diretora do Departamento de Compras
Matrícula nº 2761p

Publicado por:
Joyce Karoline da Silva Santos
Código Identificador:58EE893B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1292, DE 2 DE SETEMBRO DE 2026.

O Coordenador Geral da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Decreto nº 4.616, de 03 de maio de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor supracitado o pagamento da diária de viagem, de acordo com o Decreto nº 5.212, de 31/10/2022, conforme instruções vigentes:

PROTOCOLO: 26.994/2026			
SERVIDOR: Rodolpho Luiz da Silva Azevedo	MATRÍCULA: 2215		
CARGO: Coordenador de Transporte Institucional	LOTAÇÃO: Gabinete Municipal		
ÓRGÃO SOLICITANTE: Gabinete Municipal			
DESTINO: Natal/RN			
PREVISÃO DE SAÍDA: 02/09/2026	HORA: 8h	PREVISÃO DE RETORNO: 02/09/2026	HORA: 21h30min
Nº DIÁRIAS: ½ (meia) diária	VALOR UNIT: R$ 160,00 (Cento e sessenta reais)	VALOR TOTAL: R$ 80,00 (Oitenta reais)	
DESCRIÇÃO DO DESLOCAMENTO: Viagem a Natal/RN, transportando o prefeito Lucas Galvão da Cruz para agenda administrativa junto ao Governo do Estado do Rio Grande do Norte.			

Parágrafo primeiro: Fica o recebimento do valor condicionado à comprovação efetiva da realização da diária, sob pena de devolução do montante total ou da diferença.

Parágrafo segundo: Fica determinada a adoção das providências necessárias ao cumprimento desta concessão.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 2 de setembro de 2026.

FRANCISCO FERNANDES DIAS DE MEDEIROS
Secretário Adjunto de Administração
Matrícula nº 33448

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:B384AA17

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1305, DE 4 DE SETEMBRO DE 2026.

O Coordenador Geral da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Decreto nº 4.616, de 03 de maio de 2017;

RESOLVE:
Art. 1º. Conceder ao servidor supracitado o pagamento da diária de viagem, de acordo com o Decreto nº 5.212, de 31/10/2022, conforme instruções vigentes:

PROTOCOLO Nº 27.426/2026			
SERVIDOR: José Gildson Medeiros da Silva	MATRÍCULA: 42.714		
CARGO: Assessor de controle de atividade	LOTAÇÃO: Gabinete Municipal		
ÓRGÃO SOLICITANTE: Gabinete Municipal			
DESTINO: São Gonçalo do Amarante/RN			
PREVISÃO DE SAÍDA: 05/09/2026	HORA: 8h	PREVISÃO DE RETORNO: 05/09/2026	HORA: 14h
Nº DIÁRIAS: ½ (meia) diária	VALOR UNIT: R$ 160,00 (Cento e sessenta reais)	VALOR TOTAL: R$ 80,00 (Oitenta reais)	
DESCRIÇÃO DO DESLOCAMENTO: Viagem a São Gonçalo do Amarante/RN com destino ao Aeroporto Internacional de Natal, para realizar o deslocamento da atleta de karatê Aparecida Luana da Silva Rodrigues, que seguirá para Rio de Janeiro/RN para participar de competição esportiva.			
OBS: Autorização de condução de veículo, por meio da Portaria nº 0622, de 11 de março de 2025.			

Parágrafo primeiro: Fica o recebimento do valor condicionado a comprovação efetiva da realização da diária, sob pena de devolução do montante total ou da diferença.

Parágrafo segundo: Fica determinada a adoção das providências necessárias ao cumprimento desta concessão.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.
Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 4 de setembro de 2026.

FRANCISCO FERNANDES DIAS DE MEDEIROS
Secretário Adjunto de Administração
Matrícula nº 33448

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:5E91710F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1307, DE 8 DE SETEMBRO DE 2026.

O Coordenador Geral da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Decreto nº 4.616, de 03 de maio de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor supracitado o pagamento da diária de viagem, de acordo com o Decreto nº 5.212, de 31/10/2022, conforme instruções vigentes:

PROTOCOLO Nº 27.516/2026			
SERVIDOR: Franciélio Lopes Mata		MATRÍCULA: 2607	
CARGO: Motorista		LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social	
ÓRGÃO SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social			
DESTINO: Natal/RN			
PREVISÃO DE SAÍDA: 08/09/2026	HORA: 3h	PREVISÃO DE RETORNO: 08/09/2026	HORA: 18h
Nº DIÁRIAS: ½ (meia) diária	VALOR UNIT: R$ 160,00 (Cento e sessenta reais)	VALOR TOTAL: R$ 80,00 (Oitenta reais)	
DESCRIÇÃO DO DESLOCAMENTO: Viagem a Natal/RN conduzindo a criança Ana Laura Silva para realizar consulta no Hospital Onofre Lopes.			

Parágrafo primeiro: Fica o recebimento do valor condicionado à comprovação efetiva da realização da diária, sob pena de devolução do montante total ou da diferença.

Parágrafo segundo: Fica determinada a adoção das providências necessárias ao cumprimento desta concessão.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.
Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 8 de setembro de 2026.

FRANCISCO FERNANDES DIAS DE MEDEIROS
Secretário Adjunto de Administração
Matrícula nº 33448

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:561480B6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1309, DE 8 DE SETEMBRO DE 2026.

O Coordenador Geral da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Decreto nº 4.616, de 03 de maio de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor supracitado o pagamento da diária de viagem, de acordo com o Decreto nº 5.212, de 31/10/2022, conforme instruções vigentes:

PROTOCOLO Nº 27.575/2026			
SERVIDOR: Nilo Domingos da Silva		MATRÍCULA: 2219	
CARGO: Motorista		LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos	
ÓRGÃO SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Saúde			
DESTINO: Caicó/RN			
PREVISÃO DE SAÍDA: 08/09/2026	HORA: 9h	PREVISÃO DE RETORNO: 08/09/2026	HORA: 15h
Nº DIÁRIAS: 75% de ½ (Setenta e cinco por cento de meia) diária	VALOR UNIT. R$ 80,00 (Oitenta reais)	VALOR TOTAL: R$ 60,00 (Sessenta reais)	
DESCRIÇÃO DO DESLOCAMENTO: Viagem realizada para internamento no Hosp Telecila Freitas na cidade de Caicó/RN.			

Parágrafo primeiro: Fica o recebimento do valor condicionado a comprovação efetiva da realização da diária, sob pena de devolução do montante total ou da diferença.

Parágrafo segundo: Fica determinada a adoção das providências necessárias ao cumprimento desta concessão.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.
Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 8 de setembro de 2026.

FRANCISCO FERNANDES DIAS DE MEDEIROS
Secretário Adjunto de Administração
Matrícula nº 33448

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:F60226A9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1310, DE 9 DE SETEMBRO DE 2026.

O Coordenador Geral da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Decreto nº 4.616, de 03 de maio de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor supracitado o pagamento da diária de viagem, de acordo com o Decreto nº 5.212, de 31/10/2022, conforme instruções vigentes:

PROTOCOLO Nº 27.750/2026			
SERVIDOR: Franciélio Lopes Mata		MATRÍCULA: 2607	
CARGO: Motorista		LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social	
ÓRGÃO SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social			
DESTINO: Caicó/RN			
PREVISÃO DE SAÍDA: 09/09/2026	HORA: 5h	PREVISÃO DE RETORNO: 09/09/2026	HORA: 14h50min
Nº DIÁRIAS: 75% de ½ (Setenta e cinco por cento de meia) diária	VALOR UNIT: R$ 80,00 (Oitenta reais)	VALOR TOTAL: R$ 60,00 (Sessenta reais)	
DESCRIÇÃO DO DESLOCAMENTO: Viagem a Caicó/RN conduzindo o senhor José Soares para realizar perícia na Justiça Federal.			

Parágrafo primeiro: Fica o recebimento do valor condicionado à comprovação efetiva da realização da diária, sob pena de devolução do montante total ou da diferença.

Parágrafo segundo: Fica determinada a adoção das providências necessárias ao cumprimento desta concessão.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 9 de setembro de 2026.

FRANCISCO FERNANDES DIAS DE MEDEIROS
Secretário Adjunto de Administração
Matrícula nº 33448

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:E535D960

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1313, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.

O Coordenador Geral da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Decreto nº 4.616, de 03 de maio de 2017;

RESOLVE:
Art. 1º. Conceder ao servidor supracitado o pagamento da diária de viagem, de acordo com o Decreto nº 5.212, de 31/10/2022, conforme instruções vigentes:

PROTOCOLO Nº 27.868/2026	
SERVIDOR: Franciélio Lopes Mata	MATRÍCULA: 2607
CARGO: Motorista	LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social
ÓRGÃO SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social	

DESTINO: Caicó/RN			
PREVISÃO DE SAÍDA: 10/09/2026	HORA: 5h	PREVISÃO DE RETORNO: 10/09/2026	HORA: 15h30min
Nº DIÁRIAS: 75% de ½ (Setenta e cinco por cento de meia) diária	VALOR UNIT: R$ 80,00 (Oitenta reais)	VALOR TOTAL: R$ 60,00 (Sessenta reais)	
DESCRIÇÃO DO DESLOCAMENTO: Viagem a Caicó/RN conduzindo a senhora Maria Daguia para realizar perícia na Justiça Federal.			

Parágrafo primeiro: Fica o recebimento do valor condicionado à comprovação efetiva da realização da diária, sob pena de devolução do montante total ou da diferença.

Parágrafo segundo: Fica determinada a adoção das providências necessárias ao cumprimento desta concessão.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.
Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 10 de setembro de 2026.

FRANCISCO FERNANDES DIAS DE MEDEIROS
Secretário Adjunto de Administração
Matrícula nº 33448

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:F346987B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1318, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

O Coordenador Geral da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Decreto nº 4.616, de 03 de maio de 2017;

RESOLVE:
Art. 1º. Conceder ao servidor supracitado o pagamento da diária de viagem, de acordo com o Decreto nº 5.212, de 31/10/2022, conforme instruções vigentes:

PROTOCOLO Nº 27.992/2026			
SERVIDOR: Franciélio Lopes Mata	MATRÍCULA: 2607		
CARGO: Motorista	LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social		
ÓRGÃO SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social			
DESTINO: Parnamirim/RN			
PREVISÃO DE SAÍDA: 11/09/2026	HORA: 5h	PREVISÃO DE RETORNO: 11/09/2026	HORA: 16h
Nº DIÁRIAS: ½ (meia) diária	VALOR UNIT: R$ 160,00 (Cento e sessenta reais)	VALOR TOTAL: R$ 80,00 (Oitenta reais)	
DESCRIÇÃO DO DESLOCAMENTO: Viagem a Parnamirim/RN conduzindo familiares de jovens que cumprem medida socioeducativa para visita na Case/Pitimbu.			

Parágrafo primeiro: Fica o recebimento do valor condicionado à comprovação efetiva da realização da diária, sob pena de devolução do montante total ou da diferença.

Parágrafo segundo: Fica determinada a adoção das providências necessárias ao cumprimento desta concessão.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 11 de setembro de 2026.

FRANCISCO FERNANDES DIAS DE MEDEIROS
Secretário Adjunto de Administração
Matrícula nº 33448

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:9A5C57D0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1319, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

O Coordenador Geral da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Decreto nº 4.616, de 03 de maio de 2017;

RESOLVE:
Art. 1º. Conceder ao servidor supracitado o pagamento da diária de viagem, de acordo com o Decreto nº 5.212, de 31/10/2022, conforme instruções vigentes:

PROTOCOLO Nº 28.070/2026			
SERVIDOR: José Gildson Medeiros da Silva	MATRÍCULA: 42.714		
CARGO: Assessor de controle de atividade	LOTAÇÃO: Gabinete Municipal		
ÓRGÃO SOLICITANTE: Gabinete Municipal			
DESTINO: São Gonçalo do Amarante/RN			
PREVISÃO DE SAÍDA: 12/09/2026	HORA: 5h	PREVISÃO DE RETORNO: 12/09/2026	HORA: 13h
Nº DIÁRIAS: ½ (meia) diária	VALOR UNIT: R$ 160,00 (Cento e sessenta reais)	VALOR TOTAL: R$ 80,00 (Oitenta reais)	
DESCRIÇÃO DO DESLOCAMENTO: Viagem a São Gonçalo do Amarante/RN com destino ao Aeroporto Internacional de Natal, para realizar o translado de retorno da atleta de karatê Aparecida Luana da Silva Rodrigues, após sua participação em competição esportiva realizada no Rio de Janeiro/RJ.			
OBS: Autorização de condução de veículo, por meio da Portaria nº 0622, de 11 de março de 2025.			

Parágrafo primeiro: Fica o recebimento do valor condicionado a comprovação efetiva da realização da diária, sob pena de devolução do montante total ou da diferença.

Parágrafo segundo: Fica determinada a adoção das providências necessárias ao cumprimento desta concessão.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 11 de setembro de 2026.

FRANCISCO FERNANDES DIAS DE MEDEIROS
Secretário Adjunto de Administração
Matrícula nº 33448

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:F996D447

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1322, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026.

O Coordenador Geral da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Decreto nº 4.616, de 03 de maio de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor supracitado o pagamento da diária de viagem, de acordo com o Decreto nº 5.212, de 31/10/2022, conforme instruções vigentes:

PROTOCOLO Nº 28.122/2026			
SERVIDOR: Franciélio Lopes Mata	MATRÍCULA: 2607		
CARGO: Motorista	LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social		
ÓRGÃO SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social			
DESTINO: Natal/RN			
PREVISÃO DE SAÍDA: 14/09/2026	HORA: 3h	PREVISÃO DE RETORNO: 14/09/2026	HORA: 14h30min
Nº DIÁRIAS: ½ (meia) diária	VALOR UNIT: R$ 160,00 (Cento e sessenta reais)	VALOR TOTAL: R$ 80,00 (Oitenta reais)	

DESCRIÇÃO DO DESLOCAMENTO: Viagem a Mossoró/RN conduzindo a criança Rebeca Laura Martiniano para realizar consulta especializada com Geneticista na Liga.

Parágrafo primeiro: Fica o recebimento do valor condicionado à comprovação efetiva da realização da diária, sob pena de devolução do montante total ou da diferença.

Parágrafo segundo: Fica determinada a adoção das providências necessárias ao cumprimento desta concessão.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.
Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 14 de setembro de 2026.

FRANCISCO FERNANDES DIAS DE MEDEIROS
Secretário Adjunto de Administração
Matrícula nº 33448

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:1E8C02B8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1323, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026.

O Coordenador Geral da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Decreto nº 4.616, de 03 de maio de 2017;

RESOLVE:
Art. 1º. Conceder ao servidor supracitado o pagamento da diária de viagem, de acordo com o Decreto nº 5.212, de 31/10/2022, conforme instruções vigentes:

PROTOCOLO Nº 28.283/2026			
SERVIDOR: Franciélio Lopes Mata		MATRÍCULA: 2607	
CARGO: Motorista		LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social	
ÓRGÃO SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social			
DESTINO: Caicó/RN			
PREVISÃO DE SAÍDA: 15/09/2026	HORA: 5h	PREVISÃO DE RETORNO: 15/09/2026	HORA: 14h20min
Nº DIÁRIAS: 75% de ½ (Setenta e cinco por cento de meia) diária	VALOR UNIT: R$ 80,00 (Oitenta reais)	VALOR TOTAL: R$ 60,00 (Sessenta reais)	
DESCRIÇÃO DO DESLOCAMENTO: Viagem a Caicó/RN conduzindo o senhor Gustavo Gourlat para realizar perícia na Justiça Federal.			

Parágrafo primeiro: Fica o recebimento do valor condicionado à comprovação efetiva da realização da diária, sob pena de devolução do montante total ou da diferença.

Parágrafo segundo: Fica determinada a adoção das providências necessárias ao cumprimento desta concessão.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 15 de setembro de 2026.

FRANCISCO FERNANDES DIAS DE MEDEIROS
Secretário Adjunto de Administração
Matrícula nº 33448

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:616614F6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1336, DE 18 DE SETEMBRO DE 2026.

O Coordenador Geral da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Decreto nº 4.616, de 03 de maio de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor supracitado o pagamento da diária de viagem, de acordo com o Decreto nº 5.212, de 31/31/2022, conforme instruções vigentes:

PROTOCOLO Nº: 28.800/2026			
SERVIDOR: Edward Feitosa Lima Santos	MATRÍCULA: 42218		
CARGO: Coordenador de Inovação	LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Inovação		
ÓRGÃO SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Inovação.			
DESTINO: Natal/RN			
PREVISÃO DE SAÍDA: 18/09/2026	HORA: 6h	PREVISÃO DE RETORNO: 19/09/2026	HORA: 18h
Nº DIÁRIAS: 1 diária	VALOR UNIT. R$ 160,00 (Cento e sessenta reais)	VALOR TOTAL: R$ 160,00 (Cento e sessenta reais)	
DESCRIÇÃO DO DESLOCAMENTO: Viagem para participar do evento GO!RN no Centro de Convenções de Natal-RN, localizado na Av. Senador Dinarte Medeiros Mariz, s/n – Ponta Negra, Natal – RN, 59090-002.			

Parágrafo primeiro: Fica o recebimento do valor condicionado a comprovação efetiva da realização da diária, sob pena de devolução do montante total ou da diferença.

Parágrafo segundo: Fica determinada a adoção das providências necessárias ao cumprimento desta concessão.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 18 de setembro de 2026.

FRANCISCO FERNANDES DIAS DE MEDEIROS
Secretário Adjunto de Administração
Matrícula nº 33448

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:5D188CD7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1337, DE 18 DE SETEMBRO DE 2026.

O Coordenador Geral da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Decreto nº 4.616, de 03 de maio de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor supracitado o pagamento da diária de viagem, de acordo com o Decreto nº 5.212, de 31/10/2022, conforme instruções vigentes:

PROTOCOLO Nº 28.795/2026			
SERVIDOR: Ana Rafaela dos Santos Silva	MATRÍCULA: 42706		
CARGO: Assessora de Controle de Atividades	LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Inovação.		
ÓRGÃO SOLICITANTE Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Inovação.			
DESTINO: Natal/RN			
DATA DE SAÍDA: 18/09/2026	HORA: 6h	DATA DE RETORNO: 19/09/2026	HORA: 18h
Nº DIÁRIAS: 1 Diária	VALOR UNIT. R$ 160,00 (Cento e sessenta Reais)	VALOR TOTAL: R$ 160,00 (Cento e sessenta Reais)	
DESCRIÇÃO DO DESLOCAMENTO: Viagem para participar do evento GO!RN no Centro de Convenções de Natal-RN, localizado na Av. Senador Dinarte Medeiros Mariz, s/n – Ponta Negra, Natal – RN, 59090-002.			

Parágrafo primeiro: Fica o recebimento do valor condicionado a comprovação efetiva da realização da diária, sob pena de devolução do montante total ou da diferença.

Parágrafo segundo: Fica determinada a adoção das providências necessárias ao cumprimento desta concessão.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 18 de setembro de 2026.

FRANCISCO FERNANDES DIAS DE MEDEIROS
Secretário Adjunto de Administração
Matrícula nº 33448

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:F887A226

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
EXTRATO DE CONTRATO Nº 571/2026

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN
CONTRATADO(A): FABRICIA SILVA ARAUJO, CNPJ 26.852.898/0001-10
OBJETO: Prestação de serviços de instalação e manutenção de aparelhos de ar condicionado.
VALOR: R$ 466,67 (quatrocentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos) o serviço de instalação de aparelho de ar condicionado (inverter ou convencional) com capacidade de 9.000 à 18.000 BTUS, obedecendo ao limite máximo de 90 serviços; R$ 200,00 (duzentos reais) o serviço de manutenção e limpeza em aparelho de ar condicionado (inverter ou convencional) com capacidade de 9.000 à 18.000 BTUS, obedecendo ao limite máximo de 60 serviços;
VIGÊNCIA: 07 de julho de 2026 a 31 de outubro de 2026
BASE LEGAL: art. 74, inciso IV, da Lei Federal n° 14.133/2021

Currais Novos/RN, 07 de julho de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

JORIAN PEREIRA DOS SANTOS
Secretário Municipal de Educação

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:96DD6E62

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
EXTRATO DE CONTRATO Nº 574/2026

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN
CONTRATADO(A): IELMA DANTAS GOMES LISBOA, CPF N° 096.817.974-69 e LENICE RAYANE DE LIMA OLIVEIRA, CPF N° 071.500.844-78
OBJETO: Aquisição de produtos do gênero alimentício provenientes da agricultura familiar e empreendedores rurais para a rede municipal de ensino.
VALOR: Item Cenoura pelo valor unitário de R$ 8,79 (oito reais e setenta e nove centavos), obedecendo ao limite máximo de 450 kg; o item Chuchu pelo valor unitário de R$ 5,82 (cinco reais e oitenta e dois centavos), obedecendo ao limite máximo de 300 kg; o item Couve-flor pelo valor unitário de R$ 11,46 (onze reais e quarenta e seis centavos), obedecendo ao limite máximo de 250 unidades e o item Laranja Pera pelo valor unitário de R$ 7,27 (sete reais e vinte e sete centavos), obedecendo ao limite máximo de 250 kg.
VIGÊNCIA: 14 de julho de 2026 a 31 de dezembro de 2026.
BASE LEGAL: art. 74, inciso IV, da Lei Federal n° 14.133/2021, e art. 14, § 1°, da Lei n° 11.947/2009.

Currais Novos/RN, 14 de julho de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

JORIAN PEREIRA DOS SANTOS
Secretário Municipal de Educação

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:DF420173

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 569/2026

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN
CONTRATADO(A): ELIEDSON JOSE MEDEIROS DE OLIVEIRA, CPF: 096.625.914-94
OBJETO: Prestação de serviços de Tratorista, para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Abastecimento.
VALOR MENSAL: R$ 2.000,00 (dois mil reais)
VIGÊNCIA: 13 de julho de 2026 a 31 de dezembro de 2026
BASE LEGAL: art. 75, inciso VIII, da Lei Federal n° 14.133/2021

Currais Novos/RN, 13 de julho de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

CLAYPER DE MATOS SALUSTIANO
Secretário Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Abastecimento.

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:D0D58C9B

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 581/2026

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN
CONTRATADO(A): FRANCISCO CARLOS PEREIRA, CPF: 054.436.254-38
OBJETO: Contratação de motorista de veículos pesados (caminhão).
VALOR MENSAL: R$ 2.350,00 (dois mil e trezentos e cinquenta reais)
VIGÊNCIA: 05 de agosto de 2026 a 31 de dezembro de 2026
BASE LEGAL: art. 75, inciso VIII, da Lei Federal n° 14.133/2021

Currais Novos/RN, 05 de agosto de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

CLAYPER DE MATOS SALUSTIANO
Secretário Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Abastecimento

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:499D8CD8

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
NOTIFICAÇÃO Nº 57/2026

EMITIDA POR: SEMAD/GESTÃO DE CONTRATOS
SOLICITADA POR: SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

Á
H.C. CORDEIRO - ME.
CNPJ: 20.755.100/0001-35.

Considerando os itens solicitados na ordem de compra nº 1450/2026, oriunda do Pregão Eletrônico 90039/2025, celebrada entre a Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN e a empresa H.C. CORDEIRO - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 20.755.100/0001-35.

Considerando que a ordem de compra n° 1450/2026 foi encaminhada em 07 de julho de 2026, e que a empresa já foi devidamente notificada em razão do não fornecimento dos itens solicitados, por meio da Notificação nº 52/2026 – SEMAD/GESTÃO DE CONTRATOS, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte em 2 de setembro de 2026, verifica-se que, até a presente data, a empresa permanece sem realizar a entrega dos materiais solicitados, tampouco apresentou justificativa plausível para o descumprimento da obrigação.

RESOLVE:

NOTIFICAR a empresa H.C. CORDEIRO - ME para que em até 05 (cinco) dias os itens sejam entregues ou apresente justificativa plausível. Ratificamos, ainda, que a empresa não volte a apresentar situação análoga, sob pena de adoção das medidas cabíveis.

Currais Novos/RN, 22 de setembro de 2026.

CLAYPER DE MATOS SALUSTIANO
Secretário Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Abastecimento

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:5A2FDDB7

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
NOTIFICAÇÃO Nº 58/2026

EMITIDA POR: SEMAD/GESTÃO DE CONTRATOS
SOLICITADA POR: SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

Á
SOLUÇÃO COMERCIO E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA.
CNPJ: 08.863.999/0001-04.

Considerando os itens solicitados na ordem de compra nº 383/2026, oriunda do Pregão Eletrônico 90001/2025, celebrada entre a Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN e a empresa SOLUÇÃO COMERCIO E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 08.863.999/0001-04.

Considerando que a ordem de compra n° 383/2026 foi encaminhada em 20 de fevereiro de 2026, e que a empresa já foi devidamente notificada em razão do não fornecimento dos itens solicitados, por meio da Notificação nº 48/2026 – SEMAD/GESTÃO DE CONTRATOS, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte em 2 de setembro de 2026, verifica-se que, até a presente data, a empresa permanece sem realizar a entrega dos materiais solicitados, tampouco apresentou justificativa plausível para o descumprimento da obrigação.

RESOLVE:

NOTIFICAR a empresa SOLUÇÃO COMERCIO E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA para que em até 05 (cinco) dias os itens sejam entregues ou apresente justificativa plausível. Ratificamos, ainda, que a empresa não volte a apresentar situação análoga, sob pena de adoção das medidas cabíveis.

Currais Novos/RN, 22 de setembro de 2026.

CLAYPER DE MATOS SALUSTIANO
Secretário Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Abastecimento

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:1453A6B4

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
NOTIFICAÇÃO Nº 59/2026

EMITIDA POR: SEMAD/GESTÃO DE CONTRATOS
SOLICITADA POR: SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

Á
CSM COMERCIO E SERVICOS LTDA.
CNPJ: 39.910.323/0001-58.

Considerando os itens solicitados na ordem de compra nº 386/2026, oriunda do Pregão Eletrônico 90008/2025, celebrada entre a Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN e a empresa CSM COMERCIO E SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 39.910.323/0001-58.

Considerando que a ordem de compra n° 386/2026 foi encaminhada em 20 de fevereiro de 2026, e que a empresa já foi devidamente notificada em razão do não fornecimento dos itens solicitados, por meio da Notificação nº 46/2026 – SEMAD/GESTÃO DE CONTRATOS, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte em 2 de setembro de 2026, verifica-se que, até a presente data, a empresa permanece sem realizar a entrega dos materiais solicitados, tampouco apresentou justificativa plausível para o descumprimento da obrigação.

RESOLVE:

NOTIFICAR a empresa CSM COMERCIO E SERVICOS LTDA para que em até 05 (cinco) dias os itens sejam entregues ou apresente justificativa plausível. Ratificamos, ainda, que a empresa não volte a apresentar situação análoga, sob pena de adoção das medidas cabíveis.

Currais Novos/RN, 22 de setembro de 2026.

CLAYPER DE MATOS SALUSTIANO
Secretário Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Abastecimento

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:F7864E8A

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
NOTIFICAÇÃO Nº 60/2026

EMITIDA POR: SEMAD/GESTÃO DE CONTRATOS
SOLICITADA POR: SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

Á
NATURE MAX INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS NATURAIS E COSMETICOS.
CNPJ: 37.627.260/0001-00.

Considerando os itens solicitados nas ordens de compra nº 693/2026, n° 698/2026 e n° 712/2026, oriundas do Pregão Eletrônico 90051/2024, celebrada entre a Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN e a empresa NATURE MAX INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS NATURAIS E COSMETICOS, inscrita no CNPJ sob o nº 37.627.260/0001-00.

Considerando que as ordens supracitadas foram encaminhadas em 19 de março de 2026, e que a empresa já foi notificada por não entregar os itens (NOTIFICAÇÃO Nº 50/2026 – SEMAD/GESTÃO DE CONTRATOS - publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte no dia 02/09/2026), e que, até a presente data, permanece sem realizar a entrega dos materiais solicitados.

Considerando, ainda, que a empresa apresentou manifestação, solicitando revisão das quantidades dos itens solicitados, e que, após análise da manifestação, a Secretaria solicitante, manteve a necessidade dos materiais nas quantidades solicitadas, uma vez que não há previsão de quantitativo mínimo de fornecimento no instrumento convocatório.

RESOLVE:

NOTIFICAR a empresa NATURE MAX INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS NATURAIS E COSMETICOS para que em até 05 (cinco) dias os itens sejam entregues ou apresente justificativa devidamente fundamentada, sob pena de adoção das medidas cabíveis.

Currais Novos/RN, 22 de setembro de 2026.

CLAYPER DE MATOS SALUSTIANO
Secretário Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Abastecimento

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:23885329

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS
TERMO DE ANULAÇÃO DE INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 272/2026

O Prefeito Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, com base nos autos do processo administrativo n° 3.464/2026, protocolado sob o nº 15.253/2026,

RESOLVE:

ANULAR a Inexigibilidade de Licitação n° 272/2026, para prestação de serviço de informações e restrições cadastrais de crédito - SPC, vinculada à Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças, e todos os atos dela resultantes, tendo em vista nulidade insanável encontrada, conforme parecer jurídico.

Currais Novos/RN, 01 de setembro de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:081B6D3E

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 82/2025

O Prefeito Municipal de Currais Novos/RN, no uso de suas atribuições legais, RESCINDE, com efeitos retroativos a partir de 13 de agosto de 2026, o contrato com AVANI DE MEDEIROS, INSCRITA NO CPF 028.299.974-41, de locação de imóvel residencial, situado à Rua Cipriano Pinheiro Galvão, nº 279 – bairro Manoel Salustino – Currais Novos RN, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, celebrado entre as partes supracitadas em 02 de janeiro de 2025, e aditivado em 31 de dezembro de 2025, com fundamento na Cláusula VII - da Rescisão Contratual" do referido contrato

Currais Novos, 13 de agosto de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

ALANA DE MORAES GARCIA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:1F08E9D9

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 597/2026

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN
CONTRATADO(A): VANDIELIO PEREIRA DA SILVA, CPF Nº 016.710.544-23
OBJETO: Prestação de serviço de Orientador Social (Monitor de Artes) no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).
VALOR MENSAL: R$ 1.621,00 (mil seiscentos e vinte e um reais)
VIGÊNCIA: 01 de setembro de 2026 a 31 de dezembro de 2026
BASE LEGAL: art. 75, inciso VIII, da Lei Federal n° 14.133/2021

Currais Novos/RN, 20 de agosto de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

LIDIANE GISLAYNE DA SILVA
Secretária Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:823D7A72

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DO ADITIVO 01 DO CONTRATO Nº 354/2026

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN.
CONTRATADO(A): JOENIA KARINE BEZERRA DE ARAUJO OLIVEIRA, CPF: 027.362.214-51.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
Constitui objeto do presente termo aditivo as alterações na Cláusula Terceira – Do prazo e Cláusula Segunda – Do valor do prestação de serviço como Assistente Social para o CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO
Fica alterada a Cláusula Terceira do prestação de serviço como Assistente Social para o CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social, referente ao prazo, ficando seu término prorrogado para 31 de dezembro de 2026.
A assinatura digital realizada em data posterior, desde que dentro do período de vigência contratual, ratificará todos os termos deste aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR
Fica alterada a Cláusula Segunda do prestação de serviço como Assistente Social para o CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social, referente ao valor, tendo em vista a prorrogação do prazo de vigência contratual, onde o valor global passa a ser de R$ 18.429,87 (dezoito mil quatrocentos e vinte e nove reais e oitenta e sete centavos), havendo um reajuste, diante da defasagem dos valores anteriormente praticados, passando o valor mensal para R$ 2.000,00 (dois mil reais).

CLÁUSULA QUARTA - DA FONTE DE RECURSOS
Fica alterada a Cláusula Segunda do prestação de serviço como Assistente Social para o CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social, exclusivamente quanto à fonte de recursos da dotação orçamentária, que passa a ser:
Fonte: 16600000 – Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS.

VIGENCIA: 01 de julho de 2026 a 31 de dezembro de 2026

BASE LEGAL: Lei Federal n° 14.133/2021.

Currais Novos/RN, 18 de junho de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

LIDIANE GISLAYNE DA SILVA
Secretária Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:4CD730A8

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DO ADITIVO 01 DO CONTRATO Nº 355/2026

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN
CONTRATADO(A): JEANE BEZERRA BRAGA DO NASCIMENTO, CPF 878.444.514-91

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
Constitui objeto do presente termo aditivo as alterações na Cláusula Terceira – Do prazo e Cláusula Segunda – Do valor do Prestação de serviço como Coordenadora para o CRAS – Centro de Referência de Assistência Social (Dra. Fatima Barbosa).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO
Fica alterada a Cláusula Terceira do Prestação de serviço como Coordenadora para o CRAS – Centro de Referência de Assistência Social (Dra. Fatima Barbosa), referente ao prazo, a partir de 01 de julho de 2026, ficando seu término prorrogado para 31 de dezembro de 2026.
A assinatura digital realizada em data posterior, desde que dentro do período de vigência contratual, ratificará todos os termos deste aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR
Fica alterada a Cláusula Segunda do Prestação de serviço como Coordenadora para o CRAS – Centro de Referência de Assistência Social (Dra. Fatima Barbosa), referente ao valor, tendo em vista a prorrogação do prazo de vigência contratual, onde o valor global passa a ser de R$ 21.133,43 (vinte e um mil cento e trinta e três reais e quarenta e três centavos), havendo um reajuste, diante da defasagem dos valores anteriormente praticados, passando o valor mensal para R$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais).

CLÁUSULA QUARTA - DA FONTE DE RECURSOS
Fica alterada a Cláusula Segunda do Prestação de serviço como Coordenadora para o CRAS – Centro de Referência de Assistência Social (Dra. Fatima Barbosa), exclusivamente quanto à fonte de recursos da dotação orçamentária, que passa a ser:
Fonte: 16600000 – Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS.

VIGENCIA: 01 de julho de 2026 a 31 de dezembro de 2026

BASE LEGAL: art. 74, inciso III, da Lei Federal n° 14.133/2021

Currais Novos/RN, 18 de junho de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

LIDIANE GISLAYNE DA SILVA
Secretária Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:535D53E7

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR SEVERIANO

FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE DOUTOR SEVERIANO/RN - FUNPREV
EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 022/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 013/2026

CONTRATO N° 2026.022

CONTRATANTE: FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE DOUTOR SEVERIANO/RN –FUNPREV – CNPJ.: 11.191.932/0001-85.

CONTRATADOS: MOEMA KAREN FREITAS DE MORAIS CPF: 114.XXX.XXX-70 E PEDRO GUILHERME FERNANDES CPF: 101.XXX.XXX-19.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS MÉDICOS ESPECIALIZADOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PERÍCIA MÉDICA OFICIAL E COMPOSIÇÃO DE JUNTA MÉDICA OFICIAL, DESTINADA À AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE LABORAL DOS SEGURADOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – FUNPREV.

VALOR TOTAL: O VALOR DO PRESENTE CONTRATO É NO VALOR GLOBAL DE R$ 9.000,00 (NOVE MIL REAIS) CORRESPONDENTE À REALIZAÇÃO DE ATÉ 15 (QUINZE) PERÍCIAS MÉDICAS REALIZADAS POR CADA PERITO, AO VALOR UNITÁRIO DE R$ 300,00 (TREZENTOS REAIS) POR PERÍCIA, SENDO R$ 4.500,00 (QUATRO MIL E QUINHENTOS REAIS) PARA CADA PERITO, MEDIANTE A EFETIVA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**.**

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA: A despesa correrá à conta dos recursos financeiros oriundos de receitas provenientes do Tesouro Municipal - FUNPREV, através do Exercício 2026: UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.010 – FUNPREV Fundo de previdência dos Servidores. PROJETO DE ATIVIDADE: 2.287 – MANUTENÇÃO DO FUNPREV. ELEMENTO DE DESPESA: 33903900 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ. FONTE:105.

VIGÊNCIA: A VIGÊNCIA DO CONTRATO, OBJETO DESTE PROCESSO SERÁ DE 1 (UM) ANO, CONTADOS A PARTIR DA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO, OU CONDICIONADA A EXISTÊNCIA E SALDO.

DATA DA ASSINATURA: 22 DE SETEMBRO de 2026.

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:C00BFE03

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENCANTO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ENCANTO, através do Agente de contratação torna público que realizará às **08:00**, do dia **6 de outubro de 2026**, no endereço eletrônico https://compras.m2atecnologia.com.br/, PREGÃO nº 017/2026. Objeto: **Aquisição de Pneus Nacionais, Protetores e Câmaras de ar para atender a frota de veículos da Secretaria de Educação de Encanto/RN.** O edital e seus anexos, poderão ser obtidos no endereço eletrônico https://compras.m2atecnologia.com.br/ Informações: licitacaoencanto@gmail.com

Encanto/RN, 22 de setembro de 2026

JOSAFÁ NEVES DA SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
Maria Josivania Nato da Silva
Código Identificador:9BDA77DA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE EQUADOR

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO CREDENCIAMENTO DE SERVIÇO Nº 00010/2026

Torna público que fará realizar através da Comissão de Contratação, chamamento público de serviço objetivando: Chamamento público de serviço objetivando: Credenciamento de veículos destinados ao serviço de transporte de passageiros, do tipo táxi, visando atender às demandas do Município de Equador/RN, para realização de deslocamentos institucionais de servidores, colaboradores e demais usuários autorizados, conforme rotas previamente estabelecidas, incluindo o transporte de pacientes e acompanhantes. Os interessados deverão apresentar envelope contendo a documentação e respectiva proposta até as 08:00 horas do dia 07 de Outubro de 2026, no endereço: Rua Jose Marcelino, 100 - Dinarte Mariz - Equador - RN. Neste mesmo local, data e horário será realizada a sessão pública para abertura do respectivo envelope. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Federal nº 11.878/24; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 07:30 as 13:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. E-mail: licitacaoequador@gmail.com.
Edital: http://equador.rn.gov.br/; https://www.portaldecompraspublicas.com.br/; www.gov.br/pncp.
Equador - RN, 22 de Setembro de 2026

NATÁLIA ROBERTA DE SOUZA SILVA -
Presidenta da Comissão

Publicado por:
Daniel Alves da Nóbrega
Código Identificador:5782E2AA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 397/2026 – GP EM, 22/09/2026

Ementa: Dispõe sobre a concessão de Diária(s) o(à) Servidor(a), que especifica e dá outras providências

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE FELIPE GUERRA, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e na forma do que lhe faculta a Lei Orgânica Municipal e o Decreto Executivo Municipal nº 403/2022-GP.
R E S O L V E

Art. 1º
Concessão de 02(duas) diárias, a servidora THAMIRES MAYARA DE OLIVEIRA E SILVA, CPF: XXX.XXX.654-58, cuja a finalidade é o custeio de despesas com alimentação e locomoção urbana em Natal/RN, aos dias 22 e 23 de setembro de 2026, onde irá participar da Oficina de Entrevista do Cadastro Único.
Art. 2º Fica a Secretaria Municipal de Finanças, incumbida de proceder ao pagamento da importância de R$ 400,00 **(**quatrocentos reais**)**, para atender as despesas mencionadas no caput do art. 1º desta portaria.

Parágrafo único: Para efeito de controle e comprovação da execução da despesa, após o retorno do evento, no prazo de 05 (cinco) dias, deverá o beneficiário da concessão, apresentar relatório de atividades, e sendo o caso, fazer juntada de certificado ou diploma de participação do evento.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

R E G I S T R E – S E
P U B L I Q U E – S E
E C U M P R A – S E

Felipe Guerra/RN, 22/09/2026

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amanda Layze Soares Barra
Código Identificador:1666837C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 398/2026 – GP EM, 22/09/2026

Ementa: Dispõe sobre a concessão de Diária(s) o(à) Servidor(a), que especifica e dá outras providências

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE FELIPE GUERRA, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e na forma do que lhe faculta a Lei Orgânica Municipal e o Decreto Executivo Municipal nº 403/2022-GP.
R E S O L V E

Art. 1º
Concessão de 03 (três) diárias, com 02 (duas) pernoites ao Servidor, JOÃO VALÉRIO ALVES NETO, CPF:XXX.XXX.504-47, cuja a finalidade é o custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana em São Paulo/SP, nos dias 24 A 26 de Setembro de 2026, na oportunidade irá participar do III Congresso Internacional Envelhecer com Futuro (CIEF).
Art. 2º Fica a Secretaria Municipal de Finanças, incumbida de proceder ao pagamento da importância de R$ 1.800,00 **(**mil e oitocentos reais**)**, para atender as despesas mencionadas no caput do art. 1º desta portaria.

Parágrafo único: Para efeito de controle e comprovação da execução da despesa, após o retorno do evento, no prazo de 05 (cinco) dias, deverá o beneficiário da concessão, apresentar relatório de atividades, e sendo o caso, fazer juntada de certificado ou diploma de participação do evento.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

R E G I S T R E – S E
P U B L I Q U E – S E
E C U M P R A – S E

Felipe Guerra/RN, 22/09/2026

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amanda Layze Soares Barra
Código Identificador:403CA9D3

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO DANTAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 16010001/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 91003/2026
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRANCISCO DANTAS/RN
ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FRANCISCO DANTAS/RN

OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de medicamentos injetáveis, destinados ao atendimento das demandas da Unidade Básica de Saúde do Município de Francisco Dantas/RN, conforme as especificações e condições estabelecidas no Edital e no Termo de Referência.
FORNECEDOR REGISTRADO: DENTAL DISTMED LTDA, inscrita no CNPJ nº 50.894.798/0001-30, sediada no Município de Pau dos Ferros/RN.
VALOR TOTAL REGISTRADO: R$ 169.268,00 (cento e sessenta e nove mil, duzentos e sessenta e oito reais).
VIGÊNCIA: 1 (um) ano, contado a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais normas aplicáveis.
SIGNATÁRIOS: José Adolfo da Silveira Neto, pelo Município de Francisco Dantas/RN; Ariane Paula Dantas Figueiredo, pelo Fundo Municipal de Saúde; e Walfredo Aleluia Lopes do Rêgo, pela empresa DENTAL DISTMED LTDA.

Francisco Dantas/RN, 16 de junho de 2026.

JOSÉ ADOLFO DA SILVEIRA NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Adolfo da Silveira Neto
Código Identificador:76711283

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14040001/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 91005/2026
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRANCISCO DANTAS/RN
ÓRGÃOS PARTICIPANTES: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA.
OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de aparelhos de ar-condicionado, com instalação, de diversas capacidades, destinados ao atendimento das necessidades da Prefeitura Municipal de Francisco Dantas/RN e de suas Secretarias, conforme as especificações e condições estabelecidas no Edital e no Termo de Referência.
FORNECEDOR REGISTRADO: FRIO MAXIMO REFRIGERACAO E CLIMATIZACAO LTDA-EPP, inscrita no CNPJ nº 07.986.555/0001-01, sediada no Município de Pau dos Ferros/RN.
VALOR TOTAL REGISTRADO: R$ 890.925,00 (oitocentos e noventa mil, novecentos e vinte e cinco reais).
VIGÊNCIA: 1 (um) ano, contado a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais normas aplicáveis.
SIGNATÁRIOS: José Adolfo da Silveira Neto, pelo Município de Francisco Dantas/RN; Eleqsandra Oliveira Caldas, pelo Fundo Municipal de Assistência Social; Ariane Paula Dantas Figueiredo, pelo Fundo Municipal de Saúde; e Nilvan Cesar de Oliveira, pela empresa FRIO MAXIMO REFRIGERACAO E CLIMATIZACAO LTDA-EPP.

Francisco Dantas/RN, 11 de junho de 2026.

JOSÉ ADOLFO DA SILVEIRA NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Adolfo da Silveira Neto
Código Identificador:BBB12ECA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESUMO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2026-01 E Nº 006/2026-02

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 06050001/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 91006/2026
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRANCISCO DANTAS/RN
ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FRANCISCO DANTAS/RN
OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de medicamentos destinados ao atendimento das necessidades da Unidade Básica de Saúde do Município de Francisco Dantas/RN, conforme as especificações e condições estabelecidas no Edital e no Termo de Referência.
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2026-01
FORNECEDOR REGISTRADO: DENTAL DISTMED LTDA, inscrita no CNPJ nº 50.894.798/0001-30, sediada no Município de Pau dos Ferros/RN.
VALOR TOTAL REGISTRADO: R$ 1.128.833,50 (um milhão, cento e vinte e oito mil, oitocentos e trinta e três reais e cinquenta centavos).
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2026-02
FORNECEDOR REGISTRADO: MULTIMED DENTAL LTDA, inscrita no CNPJ nº 29.894.043/0001-40, sediada no Município de Pau dos Ferros/RN.
VALOR TOTAL REGISTRADO: R$ 259.720,50 (Duzentos e cinquenta e nove mil, setecentos e vinte reais e cinquenta centavos).
VALOR GLOBAL REGISTRADO: R$ 1.388.554,00 (Um milhão, trezentos e oitenta e oito mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais)
VIGÊNCIA: 1 (um) ano, contado a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais normas aplicáveis.
SIGNATÁRIOS: José Adolfo da Silveira Neto, pelo Município de Francisco Dantas/RN; Ariane Paula Dantas Figueiredo, pelo Fundo Municipal de Saúde; Walfredo Aleluia Lopes do Rêgo, pela empresa DENTAL DISTMED LTDA; e Bruno Patricio Ferreira da Costa, pela empresa MULTIMED DENTAL LTDA.

Francisco Dantas/RN, 16 de junho de 2026.

JOSÉ ADOLFO DA SILVEIRA NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Adolfo da Silveira Neto
Código Identificador:604C1F12

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESUMO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 91003/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 16010001/2026
ÓRGÃO PROMOTOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO DANTAS/RN
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO
SISTEMA: REGISTRO DE PREÇOS
OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de medicamentos injetáveis, destinados ao atendimento das demandas da Unidade Básica de Saúde do Município de Francisco Dantas/RN, conforme as especificações e condições estabelecidas no Edital e no Termo de Referência.
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
A autoridade competente do Município de Francisco Dantas/RN, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, após examinar os atos e resultados do procedimento licitatório, resolve **ADJUDICAR** o objeto ao licitante vencedor e **HOMOLOGAR** o resultado do Pregão Eletrônico nº 91003/2026, realizado por meio da plataforma BBMNET Licitações.
LICITANTE VENCEDOR: DENTAL DISTMED LTDA, inscrita no CNPJ nº 50.894.798/0001-30, sediada no Município de Pau dos Ferros/RN.
VALOR TOTAL ADJUDICADO E HOMOLOGADO: R$ 169.268,00 (cento e sessenta e nove mil, duzentos e sessenta e oito reais).
ITEM SEM VENCEDOR: Item 10.

Francisco Dantas/RN, 16 de junho de 2026.

JOSÉ ADOLFO DA SILVEIRA NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Adolfo da Silveira Neto
Código Identificador:5EDC0532

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESUMO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 91005/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14040001/2026
ÓRGÃO PROMOTOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO DANTAS/RN
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO
SISTEMA: REGISTRO DE PREÇOS
OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de aparelhos de ar-condicionado, com instalação, de diversas capacidades, destinados ao atendimento das necessidades da Prefeitura Municipal de Francisco Dantas/RN e de suas Secretarias, conforme as especificações e condições estabelecidas no Edital e no Termo de Referência.
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
A autoridade competente do Município de Francisco Dantas/RN, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, após examinar os atos e resultados do procedimento licitatório, resolve ADJUDICAR o objeto ao licitante vencedor e HOMOLOGAR o resultado do Pregão Eletrônico nº 91005/2026, realizado por meio da plataforma BBMNET Licitações.
LICITANTE VENCEDOR: FRIO MAXIMO REFRIGERACAO E CLIMATIZACAO LTDA-EPP, inscrita no CNPJ nº 07.986.555/0001-01, sediada no Município de Pau dos Ferros/RN.
VALOR TOTAL ADJUDICADO E HOMOLOGADO: R$ 890.925,00 (oitocentos e noventa mil, novecentos e vinte e cinco reais).
Francisco Dantas/RN, 16 de junho de 2026.

JOSÉ ADOLFO DA SILVEIRA NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Adolfo da Silveira Neto
Código Identificador:4D7AAEBC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESUMO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 91006/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 06050001/2026
ÓRGÃO PROMOTOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO DANTAS/RN
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO
SISTEMA: REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de medicamentos, destinados ao atendimento das demandas da Unidade Básica de Saúde do Município de Francisco Dantas/RN, conforme as especificações e condições estabelecidas no Edital e no Termo de Referência.
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
A autoridade competente do Município de Francisco Dantas/RN, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, após examinar os atos e resultados do procedimento licitatório, resolve ADJUDICAR o objeto aos licitantes vencedores e HOMOLOGAR o resultado do Pregão Eletrônico nº 91006/2026, realizado por meio da plataforma BBMNET Licitações.
LICITANTES VENCEDORES:
DENTAL DISTMED LTDA, inscrita no CNPJ nº 50.894.798/0001-30, sediada no Município de Pau dos Ferros/RN, com valor total adjudicado e homologado de R$ 1.128.833,50 (um milhão, cento e vinte e oito mil, oitocentos e trinta e três reais e cinquenta centavos).
Itens adjudicados: 2, 3, 4, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 63, 65, 66, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 79, 82, 88, 89, 90, 92, 94, 96, 97, 98, 103, 106, 107, 108, 109, 110, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 143, 144, 145, 148, 149, 150, 152, 153, 156, 157, 158, 160, 161, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181 e 182.
MULTIMED DENTAL LTDA, inscrita no CNPJ nº 29.894.043/0001-40, sediada no Município de Pau dos Ferros/RN, com valor total adjudicado e homologado de R$ 259.720,50 (duzentos e cinquenta e nove mil, setecentos e vinte reais e cinquenta centavos).
Itens adjudicados: 1, 5, 8, 19, 20, 21, 26, 31, 38, 46, 47, 48, 49, 54, 57, 62, 64, 67, 71, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 91, 93, 95, 99, 100, 101, 102, 104, 105, 111, 112, 116, 124, 137, 142, 146, 147, 151, 154, 155, 159, 162 e 170.
VALOR TOTAL ADJUDICADO E HOMOLOGADO: R$ 1.388.554,00 (um milhão, trezentos e oitenta e oito mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais).
O Termo de Adjudicação registra a adjudicação dos 182 lotes do certame.

Francisco Dantas/RN, 16 de junho de 2026.

JOSÉ ADOLFO DA SILVEIRA NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Adolfo da Silveira Neto
Código Identificador:FE26C8BC

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS - ATA DA 0079 REUNIÃO ORDINÁRIA – ANO 2026

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS GOIANINHA/RN
ATA DA 0079 REUNIÃO ORDINÁRIA – ANO 2026

Aos dezessete dias do mês de setembro do ano de 2026, às oito horas e quinze minutos, na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social – Goianinha/RN, participaram da reunião os seguintes Conselheiros: Adriana da Silva Lopes (PRESIDENTE); Delayne Silva Madruga (Educação); Dionaldo Oliveira da Silva (Saúde); Michelle Valdivino P. C de A. Lima (Planejamento); Renata Faustino Oliveira Costa (SEMTHAS). Participou, ainda, a Assessora Técnica, Janne Celly Tibúrcio de Medeiros, para atender convocação de reunião com a seguinte pauta: 1 – Adesão ao Termo de aceite do Serviço Regionalizado de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes, modalidade Abrigo Institucional; 2 – Eleição da vice-diretoria para recomposição da Mesa Diretora; 3 - Outros assuntos. Inicialmente, a presidente do CMAS deu boas-vindas aos conselheiros presentes, verificou o quórum, e deu início a reunião, apresentando o ponto de pauta para a presente Assembleia. Tratando do primeiro ponto da pauta, referente ao Termo de aceite do Serviço Regionalizado de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes, na modalidade abrigo institucional), por meio do Termo de Compromisso a ser firmado entre a Prefeitura Municipal de Goianinha, através da SMTHAS, e a Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social do Estado do Rio Grande do Norte – SETHAS – Processo SEI RN nº 02010021.003739/2022-79. A adesão visa garantir a cobertura do Serviço Regionalizado de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por determinação judicial. A Assessora Técnica, Janne Medeiros, destacou que as situações de violência contra crianças e adolescentes tem sido recorrente no município, e mesmo com a oferta de Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, algumas situações demandam a disponibilidade do Serviço de Acolhimento Institucional. Após a explanação e discussão sobre o assunto, bem como sobre a relevância

da adesão do município ao Serviço Regionalizado de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes, a proposta foi submetida à apreciação dos presentes. A adesão foi, então, colocada em votação e aprovada por UNANIMIDADE pelos conselheiros presentes na reunião. Em relação ao segundo ponto de pauta, referente a eleição de vice-presidente para recomposição da Mesa Diretora, a presidente Adriana apresentou a necessidade de realizar uma nova eleição em razão da saída da Conselheira que ocupava o cargo. A partir do diálogo, foi aberta a plenária para os interessados em se candidatarem, deixando seus nomes à disposição. Na ocasião, apenas a Conselheira RENATA FAUSTINO colocou seu nome à disposição da plenária. Em seguida, a Presidente validou a indicação e apresentou a plenária para votação, sendo a conselheira eleita por aclamação. Não havendo mais assuntos a tratar, Eu, JANNE CELLY TIBÚRCIO DE MEDEIROS, *ad hoc* Secretária EXECUTIVA, Secretária Executiva deste Conselho, lavro a presente Ata que segue

assinada por mim e pelos demais Conselheiros presentes. Goianinha (RN), 17 de setembro de 2026.

Publicado por:
Claudia Antonia da Costa Basílio
Código Identificador:0B706EBE

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
RESOLUÇÃO 008/2026 - CMAS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS GOIANINHA/RN

RESOLUÇÃO 008/2026 - CMAS de 17 de setembro de 2026.

Dispõe sobre a aprovação da adesão do Termo de aceite do município de GOIANINHA/RN do Serviço Regionalizado de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes na modalidade abrigo institucional.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE Goianinha/RN, reunido
no dia 17 de setembro de 2026, no uso das atribuições que lhes são conferidas. RESOLVE:
Art. 1º Fica aprovada a adesão do Termo de aceite do município de Goianinha/RN do Serviço Regionalizado de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes na modalidade abrigo institucional.
Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.

Goianinha (RN), 17 de setembro de 2026.

ADRIANA DA SILVA LOPES
Presidente do CMAS

Publicado por:
Claudia Antonia da Costa Basílio
Código Identificador:CB2102FF

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
RESOLUÇÃO Nº 009/2026 – CMAS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL GOIANINHA/RN
RESOLUÇÃO Nº 009/2026 – CMAS

Dispõe sobre a aprovação da Vice-Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS para recomposição da Mesa Diretora.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, do Município de
Goianinha – RN, criado pela Lei Municipal n° 315/1996, com revogação pela Lei Municipal nº 1635/2014, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela legislação em vigor; através de seu presidente, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação municipal;
CONSIDERANDO a necessidade de recomposição da Mesa Diretora do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, em razão da vacância do cargo de Vice-Presidente;
CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do Conselho Municipal de Assistência Social, realizada em reunião ordinária/extraordinária no dia 17 de setembro de 2026, que aprovou a escolha de representante para exercer a função de Vice-Presidente;
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar a escolha da Conselheira RENATA FAUSTINO OLIVEIRA COSTA para exercer a função de Vice-Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Goianinha/RN com a finalidade de recompor a Mesa Diretora.
Art. 2º A Conselheira exercerá a função de Vice-Presidente pelo período remanescente do mandato da atual Mesa Diretora, observadas as disposições previstas no Regimento Interno do CMAS.
Art. 3º A Mesa Diretora do Conselho Municipal de Assistência Social fica recomposta nos termos desta Resolução, permanecendo inalterados os demais membros e funções.
Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Goianinha/RN, 17 de setembro de 2026.

ADRIANA DA SILVA LOPES
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

Publicado por:
Claudia Antonia da Costa Basílio
Código Identificador:070AFBA7

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GROSSOS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 126/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias de Servidores Públicos, e dá outras providencias.

A Prefeitura Municipal de Grossos, através da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento, Finanças e Tributação, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Decreto 002, de 31 de maio de 2017,

RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER a pessoa de **ALEXANDRA DA SILVA PEREIRA** CPF: 075.157.784-74, **servidora**, o valor de **R$ 400,00** (quatrocentos reais), referente 02 (duas) diárias, para custear despesas previstas no parágrafo único do Artigo 1º do Decreto nº 002/2013, com fins de participar da oficina de Entrevista do Cadastro Único – na UERN-Campus Natal, na Avenida Dr. João Medeiros Filho,3419, Potengi, Natal/RN, nos dias 24 a 25 de setembro de 2026.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Grossos/RN, aos 22 de setembro de 2026.

CINTHIA SONALE SILVA ALVES E SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mozaniel Alves de Sousa
Código Identificador:14E5E4AA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 127/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias de Servidores Públicos, e dá outras providencias.

A Prefeitura Municipal de Grossos, através da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento, Finanças e Tributação, no uso de suas

atribuições legais, e de acordo com o Decreto 002, de 31 de maio de 2017,

RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER a pessoa de **ELANE SUIANY DOS SANTOS GOMES** CPF: 111.682.464-74, **servidora**, o valor de **R$ 400,00** (quatrocentos reais), referente 02 (duas) diárias, para custear despesas previstas no parágrafo único do Artigo 1º do Decreto nº 002/2013, com fins de participar da oficina de Entrevista do Cadastro Único – na UERN-Campus Natal, na Avenida Dr. João Medeiros Filho,3419, Potengi, Natal/RN, nos dias 24 a 25 de setembro de 2026.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Grossos/RN, aos 22 de setembro de 2026.

CINTHIA SONALE SILVA ALVES E SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mozaniel Alves de Sousa
Código Identificador:705D3239

GABINETE DO PREFEITO
PUBLICAÇÃO DO EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2026

A Prefeitura Municipal de Grossos/RN, faz saber a todos interessados que realizar-se-á o Processo Licitatório nº 910026/2026, na modalidade Pregão Eletrônico Nº 13/2026, cujo objeto é oAquisição de 01 (uma) Ambulância Semi-Intensiva, tipo Unidade de Suporte Avançado (USA), devidamente equipada com equipamentos médico-hospitalares, mobiliário e acessórios necessários ao atendimento pré-hospitalar e ao transporte inter-hospitalar de pacientes, destinada ao atendimento das demandas das Unidades de Saúde do Município de Grossos/RN, visando garantir maior segurança, eficiência e qualidade na assistência aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS., com abertura marcada para o dia 09 de outubro de 2026 (sexta-feira) às 09:00 horas (Horário de Brasília). O edital e os respectivos anexos poderão serem adquiridos no sistema eletrônico, através do site : www.portaldecompraspublicas.com.br, Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP ou no, https://www.grossos.rn.gov.br. Maiores informações de 08:00 às 12:00h, pelo Fone: (84) 3327-2418, ou pelo e-mail (pmgrossos.licitacoes@gmail.com).

Grossos/RN 22 de setembro de 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA SILVA
Pregoeiro

Publicado por:
Mozaniel Alves de Sousa
Código Identificador:3AC6CD7D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE OBJETO E HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO N° 90023/2026

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, nos termos do disposto no art. 71, IV da Lei nº. 14.133/21, a autoridade superior Prefeito Constitucional, Sr. Hélio Willamy Miranda da Fonseca, ADJUDICA o objeto e HOMOLOGA a presente licitação: Processo nº 001736/000116/2026, Pregão Eletrônico nº 90023/2026.

OBJETO: Contratação de empresa especializada objetivando a aquisição de equipamentos e afins indispensáveis ao funcionamento dos dessalinizadores, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural de Guamaré/RN.

Resultado da Adjudicação/Homologação

- AGUABRAZIL TECNOLOGIA E INOVAÇÃO LTDA - CNPJ nº: 14.678.410/0001-09 - itens 01 ao 04.

PUBLIQUE-SE.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito(a) Constitucional

Publicado por:
Kleuton Ferreira Martins
Código Identificador:AB5894B4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 728/2026 – SMSDSP

Institui o Estágio de Qualificação Profissional – EQP 2026 da Guarda Municipal de Guamaré/RN, aprova o Plano de Capacitação e designa instrutores.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E PATRIMONIAL DE GUAMARÉ/RN, no uso das atribuições administrativas inerentes ao cargo,
CONSIDERANDO a necessidade de qualificação continuada dos integrantes da Guarda Municipal, com aprimoramento técnico-profissional, operacional e jurídico;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.022/2014 – Estatuto Geral das Guardas Municipais – e a legislação municipal aplicável à Guarda Municipal de Guamaré/RN;
CONSIDERANDO o Plano do Estágio de Qualificação Profissional – EQP apresentado para execução no exercício de 2026, com carga horária total de 80 (oitenta) horas/aula;
RESOLVE:
Art. 1º Instituir o Estágio de Qualificação Profissional – EQP 2026 da Guarda Municipal de Guamaré/RN, destinado à qualificação continuada do efetivo.
Art. 2º Aprovar o Plano do Estágio de Qualificação Profissional – EQP, constante do Anexo Único desta Portaria, com carga horária total de 80 (oitenta) horas/aula e início previsto para 12 de outubro de 2026.
Art. 3º Designar os Guardas Municipais ERINALDO DOS SANTOS PEREIRA, matrícula nº 2795, e ROMÁRIO BRAZ CÂMARA, matrícula nº 1406, para atuarem como instrutores das disciplinas Primeiros Socorros e Lei Lucas e APH Tático, ambas com carga horária de 10 (dez) horas/aula, conforme o Anexo Único.
Art. 4º Os demais instrutores indicados na malha curricular do Anexo Único atuarão conforme designação ou autorização administrativa competente e de acordo com o planejamento do EQP.
Art. 5º Compete ao Comando da Guarda Municipal coordenar a execução do EQP, organizar o cronograma, acompanhar frequência, avaliações, registros de conteúdo e demais providências necessárias à realização e certificação do estágio.
Art. 6º A participação dos integrantes da Guarda Municipal observará o Plano do EQP, a escala de serviço e a continuidade das atividades operacionais.
Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guamaré/RN, 22 de Setembro de 2026.

FRANCINILSON NUNES CABRAL
Secretário Municipal de Segurança, Defesa Social e Patrimonial

ANEXO ÚNICO
PLANO DO ESTÁGIO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL – EQP 2026
GUARDA MUNICIPAL DE GUAMARÉ/RN
1. JUSTIFICATIVA
O Estágio de Qualificação Profissional (EQP) está embasado nos Princípios da Legalidade, Direitos Humanos, das Garantias

Individuais e Coletivas, da Participação Social e de melhorias no atendimento ao cidadão, embasado pela Lei nº 13.022/2014 – EGGM.
O estágio objetiva atender os requisitos da qualificação continuada para guardas municipais, de acordo com a Lei nº 13.022/2014, Estatuto Geral das Guardas Municipais, no que diz respeito à qualificação.
Transmitir conhecimentos técnicos e científicos voltados para a preservação da vida humana, segurança cidadã e atendimento ao público.
Capacitar tecnicamente os integrantes da Guarda Municipal da cidade de Guamaré/RN nas áreas relativas à legislação e nas áreas de técnicas e táticas operacionais.
Capacitar os integrantes da Guarda Municipal de Guamaré/RN a agir dentro dos princípios da legalidade, proporcionalidade e necessidade, quando necessário o uso da força, através do conhecimento da legislação específica.
Estreitar os vínculos com a comunidade guamareense, propiciando uma maior sensação de segurança.

2. OBJETIVOS GERAIS

Requalificar os integrantes da GM para desempenhar, com eficiência, destreza e competência, as atividades pertinentes à função;
Aprimorar os conhecimentos dos GMs na aplicação do Direito, como parâmetro para bem desempenhar suas missões constitucionais, preservando a integridade física e moral das pessoas;
Resgatar e desenvolver habilidades voltadas para a área operacional;
Proporcionar conhecimentos que os capacitem, tecnicamente, intelectualmente e fisicamente, no uso e manuseio de equipamentos e de técnicas e táticas operacionais;
Padronizar conduta, postura e atitudes dos integrantes da Guarda Municipal de Guamaré na prestação de um serviço com qualidade;
Aprimorar e desenvolver o perfil profissional consciente dos integrantes da GM, em prol do interesse público.

3. ESTRUTURA CURRICULAR E ORIENTAÇÕES

A Estrutura Curricular do Estágio de Qualificação Profissional – EQP será composta por módulos que deverão perfazer a carga horária mínima de 80 horas/aula.
Para composição das 80 horas de estágio, o integrante da GM deverá, obrigatoriamente, cursar os módulos, a fim de atingir a citada carga horária.
Os integrantes da Guarda Municipal de Guamaré deverão cumprir a carga horária mínima do EQP anual, com início e término a ser programado e executado dentro de cada ano.
Nenhum GM será dispensado da realização do EQP anual da Guarda Municipal de Guamaré, podendo sua ausência prejudicar e/ou impossibilitar sua progressão funcional, salvo casos de doença que impossibilite sua participação, mediante comprovação médica, e/ou morte de familiar.
A presente estrutura curricular entrará em vigor a partir de 12/10/2026, com término a definir.
Os módulos serão desenvolvidos na Guarda Municipal de Guamaré, cabendo a ela a elaboração do currículo e conteúdos das aulas, voltadas ao aprimoramento técnico-profissional, técnicas operacionais, Direitos Humanos, qualidade no atendimento ao cidadão, direito, segurança urbana, atendimento ao cidadão e proteção à pessoa humana. Poderá ser realizado de forma híbrida: presencial e EAD.
Carga horária: 80 horas/aula.

4. MALHA CURRICULAR

Disciplina	Carga horária	Modalidade indicada no plano	Instrutor(es) indicado(s)
Primeiros Socorros e Lei Lucas	10 h/a	Presencial	GMs Santos e Braz
APH Tático	10 h/a	Presencial	GMs Santos e Braz
Lei Maria da Penha	10 h/a	EAD	GM Goret Sena
Noções de Direito Aplicado à Atividade Policial GM	10 h/a	EAD	Comandante GM Makysuel
Conduta Ética Profissional e Qualidade do Atendimento ao Cidadão	10 h/a	EAD	APC Alane
Policiamento Ambiental e Policiamento Comunitário Escolar	10 h/a	EAD	GM Alves
Educação para o Trânsito	10 h/a	EAD	GM Andrade
EGGM – Lei nº 13.022/2014	10 h/a	EAD	GM Adailton

5. OBJETIVOS E CONTEÚDOS DAS DISCIPLINAS

5.1 Primeiros Socorros e Lei Lucas – 10 h/a

Objetivo: Capacitar o guarda municipal para agir de forma rápida, técnica e segura diante de emergências, prestando o suporte básico necessário para manter a vítima viva até a chegada do socorro especializado.

Conteúdo programático:

Preservação da Vida e Mitigação de Danos
Garantir a Segurança da Cena
Reconhecer Emergências Cardiorrespiratórias
Controlar Hemorragias
Agir em Casos de Engasgamento
Efetuar a Estabilização Cervical de Vítimas
Realizar Triagem Rápida em Múltiplas Vítimas
Prestar Apoio Psicológico Inicial
Aplicar os Protocolos de Autossalvamento

5.2 APH Tático – 10 h/a

Objetivo: Capacitar o guarda municipal para salvar vidas, por meio da aplicação de protocolos em ambientes de alto risco e sob fogo ou ameaça ativa, sem comprometer a segurança da equipe.

Conteúdo programático:

Sobrevivência Policial e APH de Combate (APH Tático)
Aplicar os Protocolos de Autossalvamento
Garantir a Segurança em Zona Vermelha
Aplicação do Protocolo Tático de Sobrevivência e suas fases (M.A.R.C.H.)
Tomada de Decisão Baseada nas Fases do Combate
Atuar na Fase de Cuidado sob Fogo (Care Under Fire)
Atuar na Fase de Cuidado no Campo Tático (Tactical Field Care)
Extração e Evacuação Tática (TACEVAC Care)
Fortalecimento da Mentalidade de Autossalvamento (Self-Care) e Cuidados com o Parceiro (Buddy-Care)
Desenvolver Resiliência Psicológica sob Estresse Extremo
Garantir o Uso Técnico dos Equipamentos do IFAK
Coordenar o Fluxo com o Socorro Civil
Preservar a Capacidade de Combate da Equipe

5.3 Lei Maria da Penha – 10 h/a

Objetivo: Capacitar os agentes para atuar de forma humanizada, célere e integrada na prevenção, proteção e enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher no âmbito local.

Conteúdo programático:

Histórico
Excelência Operacional na Primeira Resposta e Emergência
Garantir a Incolumidade Física e Psicológica da Vítima
Dominar os Procedimentos de Prisão em Flagrante
Isolar e Preservar o Local
Atuação Especializada e Monitoramento (Patrulhas Maria da Penha)
Operacionalizar a Fiscalização das Medidas Protetivas
Identificar e Atuar no Crime de Descumprimento (Art. 24-A)
Humanização, Acolhimento e Combate à Revitimização
Compreender o Ciclo da Violência e a Vulnerabilidade
Integração com a Rede Municipal de Enfrentamento
Articular o Encaminhamento para a Rede de Proteção
Desenvolver Ações Preventivas Comunitárias
Encaminhamento à Autoridade Policial Civil

5.4 Noções de Direito Aplicado à Atividade Policial GM – 10 h/a

Objetivo: Submeter a atuação da instituição ao princípio da legalidade, garantindo que o agente exerça seu poder de polícia local com segurança jurídica, respeito aos direitos humanos e pleno conhecimento dos limites de suas atribuições constitucionais.

Conteúdo programático:

Legalidade e Legitimidade nas Ações Operacionais
Direitos e Garantias Individuais e Coletivos
Direito Constitucional Aplicado à Atividade Policial GM
Direitos e Garantias Fundamentais (Art. 5º da CF)
Segurança Pública (Art. 144 da CF)
Teoria do Crime
Excludentes de Ilicitude (Art. 23 do CP)
Legítima Defesa
Estrito Cumprimento do Dever Legal e Exercício Regular de Direito
Crimes contra a Administração Pública
Prisão em Flagrante (Art. 301 a 310 do CPP)
Busca Pessoal e Veicular (Art. 240 e 244 do CPP)
Lei de Abuso de Autoridade – Lei nº 13.869/2019
Estatuto do Desarmamento – Lei nº 10.826/2003

Lei de Drogas – Lei nº 11.343/2006
ECA – Lei nº 8.069/1990
Estatuto da Pessoa Idosa – Lei nº 10.741/2003
Poder de Polícia

5.5 Conduta Ética Profissional e Qualidade no Atendimento ao Cidadão – 10 h/a

Objetivo: Conscientizar e capacitar o agente para que sua conduta seja pautada na moralidade administrativa e na defesa dos direitos humanos, consolidando a Guarda Municipal como uma instituição civil de proteção comunitária e pacificação social.

Conteúdo programático:
Responsabilidade Social e Profissional
Impacto das Decisões
Bem Comum e Dignidade Humana
Códigos de Conduta e Deontologia
Sigilo e Confidencialidade
Dilemas Éticos e Tomada de Decisão
Pensamento Crítico
Relações Interpessoais e Clima Organizacional
Urbanidade
Valores Institucionais
Conflito de Interesses e Prevenção a Más Condutas
Ética na Atividade Operacional e Uso da Força
Estatuto Geral das Guardas Municipais – Lei nº 13.022/2014
Combate ao Preconceito Institucional
Imagem Institucional e Saúde Mental
Atendimento ao Cidadão
Uso Ético das Redes Sociais
Cuidados com a Saúde Mental e Assédio

5.6 Policiamento Ambiental e Policiamento Comunitário Escolar – 10 h/a

Objetivo: Unir a proteção aos recursos naturais e urbanos e a proximidade com a população para a resolução pacífica de conflitos.

Conteúdo programático:
Filosofia de Polícia Comunitária
Estreitamento dos Laços com a Comunidade
Mediação de Conflitos
Fiscalização, Proteção e Consciência Ambiental
Proteção do Patrimônio Ecológico Local
Combate aos Crimes Ambientais Comuns
Fiscalização Integrada
Integração entre Guarda Municipal, Meio Ambiente e Comunidade
Desenvolvimento de Ações Educativas
Prevenção Comunitária Ambiental
Segurança Jurídica e Limites Operacionais
Conhecimento do Território Municipal

5.7 Educação para o Trânsito – 10 h/a

Objetivo: Capacitar os agentes para atuarem como educadores sociais e transformadores da mobilidade urbana, promovendo cultura de paz, respeito à vida e redução de sinistros nas vias municipais.

Conteúdo programático:
Linguagem Profissional e Didática
Linguagem Acessível
Comportamento e Cultura de Segurança
Empatia no Trânsito
Combate a Condutas de Alto Risco
Integração com a Comunidade e Escolas
Campanhas Institucionais Integradas
Humanização e Legitimação da Fiscalização
Alinhamento entre Educação e Fiscalização
Mediação de Conflitos no Trânsito

5.8 EGGM – Lei nº 13.022/2014 – 10 h/a

Objetivo: Conhecer a Lei Federal nº 13.022/2014, consolidando a identidade jurídica, as competências e os limites de atuação da Guarda Municipal, alinhando sua prática aos preceitos constitucionais e aos Direitos Humanos.

Conteúdo programático:
Identidade e Princípios da Categoria
Identidade da Instituição
Princípios Mínimos de Atuação
Competências Gerais e Específicas
Relações Institucionais
Consórcios e Convênios
Operações e Capacitações Integradas
Mecanismos de Controle e Prerrogativas
Sistema de Controle
Direitos e Prerrogativas

6. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

O corpo discente será avaliado através de verificação baseada no conteúdo do estágio, expressa em nota que variará de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), aproximada a décimos e conceitos. A verificação será aplicada ao final de cada instrução/aula, sendo composta de prova objetiva para os conteúdos exclusivamente teóricos e avaliações práticas para as instruções práticas.

Nota	Conceito
0,0 a 4,9	Insuficiente
5,0 a 6,9	Regular
7,0 a 8,4	Bom
8,5 a 9,5	Muito Bom
9,6 a 10,0	Excepcional

7. INSTRUTORES

Instrutores capacitados, indicados pelo Secretário de Segurança do Município e/ou pelo Comandante da Guarda Municipal de Guamaré, com formação acadêmica, conhecimentos técnicos ou notório saber.

8. AVALIAÇÃO DOS INSTRUTORES
Domínio dos Conteúdos
Didática
Técnicas de Ensino
Pontualidade e Assiduidade

9. CONDIÇÕES DE APROVAÇÃO

Será considerado aprovado o integrante que obtiver frequência de 100% no estágio e nota igual ou superior a 7,0 (sete) pontos.

10. PÚBLICO-ALVO E QUANTIDADE DE ALUNOS

Público-alvo: todo o efetivo da Guarda Municipal de Guamaré/RN. Turma única, a fim de atender à exigência de cumprimento das 80 h/a do Estágio de Qualificação Profissional – EQP.

11. RECURSOS MATERIAIS
Sala de aula
Data Show
Quadro, apagador e lápis
Local adequado para aulas práticas
Outros recursos necessários à execução das disciplinas

12. METODOLOGIA
Aulas teóricas e expositivas, dialogadas e práticas
Dinâmicas em grupo
Simulações
Avaliações

13. RESUMO DO CRONOGRAMA

Duração do Curso: Módulo Único – 80 horas/aula.

Publicado por:
Jose Kelly Gomes Candido Camara
Código Identificador:C63401F1

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 001/2026 – COMISSÃO PARA CONDUÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – CACS – FUNDEB, PARA O

A Comissão para condução do Processo Eleitoral do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS – FUNDEB, para o mandato quadrienal 2027/2030, Portaria nº 727/2026, através do seu presidente, o Srº André Luiz Brito da Silva, CONVOCA, por meio do presente edital, todos os pais de alunos de escolas públicas de educação básica, para Assembleia Geral, que será realizada na sala de reuniões do Polo UAB, no dia 30/09/2026 às 14h com a seguinte pauta:

Eleição de 02 (dois) representantes de pais de alunos de escolas públicas de educação básica, acompanhados de seus suplentes para compor o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS – FUNDEB em cumprimento ao disposto no artigo 3º, Inciso I da Lei Municipal nº 781/2021.

Guamaré/RN, 22 de outubro de 2026.

ANDRÉ LUIZ BRITO DA SILVA
Presidente da Comissão

Publicado por:
Taiane Miranda Dos Santos Morais
Código Identificador:18546772

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 002/2026 – COMISSÃO PARA CONDUÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – CACS – FUNDEB, PARA O

A Comissão para condução do Processo Eleitoral do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS – FUNDEB, para o mandato quadrienal 2027/2030, Portaria nº 727/2026, através do seu presidente, o Srº Andre Luiz Brito da Silva, CONVOCA, por meio do presente edital, todos os diretores de escolas públicas de educação básica, para Assembleia Geral, que será realizada na sala de reuniões do Polo UAB, no dia 30/09/2026, às 15h, com a seguinte pauta:
Eleição de 01 (um) representante de diretor de escolas públicas de educação básica, acompanhado de seu suplente para compor o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS – FUNDEB em cumprimento ao disposto no artigo 3º, Inciso I da Lei Municipal nº 781/2021.

Guamaré/RN, 22 de outubro de 2026.

ANDRÉ LUIZ BRITO DA SILVA
Presidente da Comissão

Publicado por:
Taiane Miranda Dos Santos Morais
Código Identificador:33C17F82

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 003/2026 – COMISSÃO PARA CONDUÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – CACS – FUNDEB, PARA O

A Comissão para condução do Processo Eleitoral do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS – FUNDEB, para o mandato quadrienal 2027/2030, Portaria nº 727/2026, através do seu presidente, o Srº André Luiz Brito da Silva, CONVOCA, por meio do presente edital, todos os alunos de escolas públicas da educação básica, para Assembleia Geral, que será realizada na sala de reuniões do Polo UAB, no dia 01/10/2026, às 10h, com a seguinte pauta:
Eleição de 02 (dois) representantes de alunos de escolas públicas da educação básica, acompanhados de seus suplentes para compor o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS – FUNDEB em cumprimento ao disposto no artigo 3º, Inciso I da Lei Municipal nº 781/2021.

Guamaré/RN, 22 de outubro de 2026.

ANDRÉ LUIZ BRITO DA SILVA
Presidente da Comissão

Publicado por:
Taiane Miranda Dos Santos Morais
Código Identificador:088020D9

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 004/2026 – COMISSÃO PARA CONDUÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – CACS – FUNDEB, PARA O

A Comissão para condução do Processo Eleitoral do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS – FUNDEB, para o mandato quadrienal 2027/2030, Portaria nº 727/2026, através do seu presidente, o Srº André Luiz Brito da Silva, CONVOCA, por meio do presente edital, todos os representantes de organizações da sociedade civil, para Assembleia 01/10/2026, às 11h, com a seguinte pauta:
Eleição de 02 (dois) representantes das organizações da sociedade civil, acompanhado de seus suplentes para compor o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS – FUNDEB em cumprimento ao disposto no artigo 3º, Inciso I da Lei Municipal nº 781/2021.

Guamaré/RN, 22 de outubro de 2026.

ANDRÉ LUIZ BRITO DA SILVA
Presidente da Comissão

Publicado por:
Taiane Miranda Dos Santos Morais
Código Identificador:E03AF390

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
DESPACHO - RESULTADO FINAL

Processo Administrativo nº 720/2026
Concorrência Eletrônica nº 002/2026
Objeto: Contratação de empresa especializada para contratação de empresa especializada para execução de obra de engenharia voltada à ampliação da Escola Municipal Francisco Soares da Costa, localizada na Comunidade de Pedrinhas, zona rural do Município de Ipanguaçu/RN.

A agente de contratação e membros da Comissão de Contratação da Prefeitura Municipal de Ipanguaçu, Estado do Rio Grande do Norte, torna público o resultado final da Concorrência Eletrônica nº 002/2026, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para contratação de empresa especializada para execução de obra de engenharia voltada à ampliação da Escola Municipal Francisco Soares da Costa, localizada na Comunidade de Pedrinhas, zona rural do Município de Ipanguaçu/RN, sendo DECLARADA como vencedora do certame:
A empresa SERTAO ENGENHARIA SERVICOS E EMPREEDIMENTOS LTDA - CNPJ nº 3.911.832/0001-72, com valor final R$ 271.403,19 (duzentos e setenta e um mil, quatrocentos e três reais e dezenove centavos)
O presente processo será devidamente encaminhado para fins de adjudicação e homologação pela autoridade competente.
Atenciosamente,

Ipanguaçu/RN, 22 de setembro de 2026.

GICELY ASSUNÇÃO DE OLIVEIRA	***EDLAINE BARBOSA DA SILVA LOPES***	***FRANCISCO EDUARDO SIGNO DE SIQUEIRA***
Agente de Contratação	Membro	Membro

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:5E2038D2

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2026

OBJETO: Registro de Preço para futura e eventual contratação de pessoa jurídica para o fornecimento de equipamentos, materiais e infraestrutura destinados à expansão do sistema de videomonitoramento já existente no Município de Ipanguaçu/RN.

CONSIDERANDO, o que dispõe a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas atualizações posteriores;
CONSIDERANDO, que após os lances e negociações diretas com o Pregoeiro, fora conseguido valor de acordo com a prática do mercado local;
CONSIDERANDO, ainda os autos do processo licitatório referente ao Pregão Eletrônico nº 036/2026 – Processo Administrativo nº 1350/2026, encaminhado pelo Pregoeiro do Município;
Com base nas informações apresentadas, **ADJUDICO** e **HOMOLOGO** o presente procedimento de licitação, que apresentou como vencedoras do processo licitatório em tela as empresas:

SEGCAM CAMERAS COLABORATIVAS LTDA - CNPJ: 54.687.274/0001- 20, no lote único, valor Global: R$ 233.205,68 (duzentos e trinta e três mil, duzentos e cinco reais e sessenta e oito centavos).

Dê-se ciência e cumpra-se.

Ipanguaçu/RN, 22 de setembro de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS
Prefeito do Município de Ipanguaçu/RN

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:AA1E05B0

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº: 085/2026 – ADESÃO Nº. 006/2026

PROCESSO Nº: 2680/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU, inscrita no CNPJ sob o nº 08.085.318/0001-24.
CONTRATADO: O M FELIX DE MEDEIROS – ME, Inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 19.438.422/0001-71.
OBJETO: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 011/2025, oriunda do Pregão Eletrônico SRP nº 011/2025, destinada ao REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE OXIGÊNIO MEDICINAL, INCLUINDO ENTREGA E DISPONIBILIZAÇÃO DE CILINDROS EM REGIME DE COMODATO PARA ATENDER AS DEMANDAS DO FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE IPANGUAÇU – RN.
DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência do Termo de Contrato é de 12 (doze) meses contado a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante justificativa de acordo com a Lei nº 14.133/21
DO VALOR TOTAL: R$ 250.025,00 (duzentos e cinquenta mil e vinte e cinco reais)
DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

ÓRGÃO	03 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
UNIDADE	001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNÇÃO	10 - Saúde
SUBFUNÇÃO	122 – Administração Geral
AÇÃO	2007 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES FUNCIONAIS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROGRAMA	0037 - Saúde de Qualidade para Todos
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.30 - Material de Consumo
FONTE DE RECURSOS	1.500.1002 - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde 1.600.0000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Fe[...] 1.632.3210 - Emenda Parlamentar Individual - Transferências do Estado referentes a Convênio 1.600.3110 - Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares

DA FUNDAMENTAÇÃO: O presente Contrato será regido pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
Ipanguaçu/RN, 22 de setembro de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS	***ODILANI MARIA FELIX DE MEDEIROS***
Prefeito do Município de Ipanguaçu/RN	Representante Legal
Contratante	Contratado

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:FCBF89DB

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº: 086/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº. 047/2026

PROCESSO Nº: 2449/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU, inscrita no CNPJ sob o nº 08.085.318/0001-24.
CONTRATADO: CRISTIANO COSTA DE MEDEIROS, Inscrito(a) no CPF/MF sob o nº ***.***.884-08
OBJETO: contratação de pessoa física para locação de imóvel destinado ao funcionamento do depósito de resíduos sólidos do Município de Ipanguaçu/RN, atendendo às necessidades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.
.
DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato será de 12 meses**,** com início na data de sua assinatura, nos termos do artigo 3° da Lei nº 8.245, de 1991, podendo, por interesse das partes, ser prorrogado por períodos sucessivos.
DO VALOR TOTAL: R$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Órgão	02	PODER EXECUTIVO	**Unidade**	011	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
Função	18	Gestão ambiental	**Subfunção**	541	Preservação e conservação ambienta
Programa	0031	Preservar para Crescer	**Ação**	2095	IMPLANÇÃO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
Natureza da Despesa	3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física				
Fonte de Recurso	1.500.0000 - Recursos não Vinculados de Impostos				

DA FUNDAMENTAÇÃO: O presente Contrato será regido pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
Ipanguaçu/RN, 22 de setembro de 2026.

Prefeitura Municipal De Ipanguaçu/RN	Cristiano Costa De Medeiros
JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS	***CRISTIANO COSTA DE MEDEIROS***
Prefeito do Município de Ipanguaçu/RN	Representante Legal
(Contratante)	(Contratada)

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:3401FE80

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Concorrência por Menor Preço - 2/2026

Resultado da Adjudicação

Lote: 0035 - Execucao de obra de engenharia voltada a ampliacao da Escola Municipal Francisco Soares da Costa - Valor Referência: R$ 339.253,9920

Fornecedor Situação Valor Total

SERTAO ENGENHARIA SERVICOS E EMPREEDIMENTOS LTDA (43.911.832/0001-72)

Adjudicado em: 22/09/2026 - 11:47:19 - Por: Jefferson Charles de Araujo Santos

271.403,1900

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Autoridade Competente

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:13C8545D

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Concorrência por Menor Preço - 2/2026

Resultado da Homologação

LOTE 0035 - Execucao de obra de engenharia voltada a ampliacao da Escola Municipal Francisco Soares da Costa

Fornecedor	Valor Total	Situação
SERTAO ENGENHARIA SERVICOS E EMPREEDIMENTOS LTDA	271.403,1900	Homologado em 22/09/2026 11:47:45 Por: Jefferson Charles de Araujo Santos

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Autoridade Competente

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:33A1F6C4

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
PORTARIA Nº 451/2026

Dispõe sobre a nomeação de servidor(a) ocupante de cargo de livre nomeação da Prefeitura Municipal do Ipanguaçu/RN.

O Prefeito do Município de Ipanguaçu/RN, Jefferson Charles de Araújo Santos, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferido pela Lei Orgânica do Município e Lei Complementar nº 072/2025:

RESOLVE:

Art. 1º **NOMEAR, JOÃO HENRIQUE DA SILVA**, CPF:*****.030.114-90**, do cargo de provimento político em comissão de Coordenador Nível I, lotado na Secretaria Municipal Saúde.

Art. 2º- - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Ipanguaçu/RN, 23/09/2026

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:93922846

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUEIRA/RN
PORTARIA Nº 0397/2026 PROTOCOLO OPERACIONAL PADRÃO: INSERÇÃO DE IMPLANTE SUBDÉRMICO HORMONAL LIBERADOR DE ETONOGESTREL(IMPLANON) EM MULHERES DO MUNICÍPIO DE IPUEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA-RN CNPJ. 13.585.988/0001-60
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO

PROTOCOLO OPERACIONAL PADRÃO (POP):
INSERÇÃO DE IMPLANTE SUBDÉRMICO HORMONAL LIBERADOR DE ETONOGESTREL (IMPLANON®) EM MULHERES DO MUNICÍPIO DE IPUEIRA/RN.

IPUEIRA/RN 2026

PROTOCOLO OPERACIONAL PADRÃO (POP):
INSERÇÃO DE IMPLANTE SUBDÉRMICO LIBERADOR DE ETONOGESTREL (IMPLANON®).

Versão: 1.0
Data de implantação: 22 de setembro de 2026
Data de revisão: 22 de setembro de 2027
Elaboração: Secretaria Municipal de Saúde e Estratégia de Saúde da Família de Ipueira/RN

IPUEIRA/RN 2026

PORTARIA DE APROVAÇÃO PORTARIA Nº 01/2026 – SMS

Aprova o Protocolo Operacional Padrão (POP) para Inserção de Implante Subdérmico Liberador de Etonogestrel no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Ipueira/RN.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUEIRA/RN, no uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade de padronização das ações de planejamento reprodutivo e assistência à saúde da mulher no âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS).

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Protocolo Operacional Padrão para Inserção de Implante Subdérmico Liberador de Etonogestrel no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Ipueira/RN.
Art. 2º Determinar que as/os profissionais envolvidos na assistência à saúde da mulher observem e cumpram as disposições contidas neste protocolo.
Art. 3º Este protocolo deverá ser revisado periodicamente ou sempre que houver atualização das normativas do Ministério da Saúde.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ipueira/RN, 22 de setembro de 2026.

JOYCE ANDRADE DANTAS
Secretária Municipal de Saúde Município De Ipueira/RN

· CONTROLE DE REVISÕES

Versão	Data	Descrição da Alteração	Responsáveis
1.0	01/09/2026	Elaboração inicial do POP	Victor Hugo Rodrigues de Souza Araújo e Isabelle Cristina Custódio de Lima
1.1			
1.2			
2.0		Revisão geral	

· IDENTIFICAÇÃO DO DOCUMENTO
TÍTULO: Protocolo Operacional Padrão para Inserção de Implante Subdérmico Liberador de Etonogestrel

CÓDIGO: POP-SMS-SM-001
SETOR RESPONSÁVEL: Coordenação da Atenção Primária à Saúde do município de Ipueira/RN.
DATA DE ELABORAÇÃO: 20 de agosto de 2026
DATA DE APROVAÇÃO: 22 de setembro de 2026
DATA DA PRÓXIMA REVISÃO: 20 de agosto de 2027
VERSÃO: 1.0

· RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO E RESPONSÁVEL TÉCNICO:

NOME: Victor Hugo Rodrigues de Souza Araújo
CARGO/FUNÇÃO: Enfermeiro da Estratégia de Saúde da Família
REGISTRO PROFISSIONAL: COREN/RN – 601.854 - ENF
ASSINATURA:_____
DATA: 22 de setembro de 2026.

NOME: Isabelle Cristina Custódio de Lima
CARGO/FUNÇÃO: Assistente Social
REGISTRO PROFISSIONAL: CRESS 6148 – 14º Região
ASSINATURA: _____
DATA: 22 de setembro de 2026.

· APROVAÇÃO

Após análise técnica e administrativa, aprova-se o presente **Protocolo Operacional Padrão para Inserção de Implante Subdérmico Liberador de Etonogestrel**, devendo ser adotado por todos as/os profissionais envolvidos na assistência à saúde da mulher no âmbito da Ipueira/RN.

Ipueira/RN, 22 de setembro de 2026.

JOYCE ANDRADE DANTAS
Secretária Municipal De Saúde Município De Ipueira/RN

BISMARK MEDEIROS DE ARAÚJO
Coordenador De Atenção Primária À Saúde Município De Ipueira/RN

VICTOR HUGO RODRIGUES DE SOUZA ARAÚJO
Responsável Técnico Coren/RN - 601.854 - ENF

SUMÁRIO:
1. OBJETIVO..... 7
2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL..... 7
3. CONCEITO..... 8
4. BENEFÍCIOS DO MÉTODO..... 8
5. REAÇÕES ADVERSAS E EFEITOS ESPERADOS..... 8
6. PÚBLICO-ALVO..... 9
7. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE PARA INSERÇÃO 10
8. CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO E CONTRAINDICAÇÕES..... 10
9. COMPETÊNCIAS DOS PROFISSIONAIS..... 11
9.1 MÉDICO OU ENFERMEIRO HABILITADO.... 11
9.2 TÉCNICO DE ENFERMAGEM..... 11
10 FLUXO DE ATENDIMENTO..... 12
11 PROCEDIMENTO PARA INSERÇÃO..... 12
11.1 DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA:..... 12
11.2 MATERIAIS NECESSÁRIOS..... 12
11.3 TÉCNICA..... 13
12. ORIENTAÇÕES PÓS-INSERÇÃO..... 13
13. CRITÉRIOS PARA RETIRADA DO IMPLANTE. 13
14. REGISTRO E MONITORAMENTO..... 14
14.1 Devem ser registrados em prontuário..... 14
14.2 A Secretaria Municipal de Saúde deverá monitorar: 14
15. REFERÊNCIAS..... 15
ANEXO 01..... 16
ANEXO 02..... 19

1. OBJETIVO:

Padronizar o processo de designação, avaliação, implantação, acompanhamento e remoção do implante subdérmico liberador de etonogestrel no âmbito da Atenção Primária à Saúde do município de Ipueira/RN, assegurando assistência segura, qualificada e baseada em evidências científicas.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

Este protocolo fundamenta-se nos seguintes instrumentos legais:
· Constituição Federal de 1988;
· Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde);
· Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996 e a Lei nº 14.443, de 2 de setembro de 2022 (Lei do Planejamento Familiar);
· Portaria SCTIE/MS nº 13, de 19 de abril de 2021, que incorporou o implante subdérmico de etonogestrel ao SUS para grupos prioritários;
· Portaria SAES/MS nº 241, de 18 de julho de 2022, que incluiu os procedimentos de inserção e retirada do implante subdérmico de etonogestrel na Tabela de Procedimentos do SUS;
· Nota Técnica Conjunta nº 419/2025-DGCI/DESCO/SAPS/MS
· Diretrizes da Organização Mundial da Saúde (OMS) para elegibilidade de métodos contraceptivos;
· Protocolos e Diretrizes do Ministério da Saúde sobre Planejamento Reprodutivo.

3. CONCEITO:

O implante subdérmico liberador de etonogestrel 68 mg é um método contraceptivo reversível de longa duração (LARC), constituído por um pequeno bastão flexível de plástico (etileno-vinil-acetato), com aproximadamente 4 cm de comprimento e 2 mm de diâmetro, contendo 68 mg de etonogestrel, um progestagênio sintético. O dispositivo é inserido sob a pele, na região interna do braço, por profissional de saúde devidamente qualificado (BRASIL, 2025).
O método atua principalmente por meio da liberação contínua de etonogestrel na corrente sanguínea, promovendo a inibição da ovulação e alterações no muco cervical, dificultando a passagem dos espermatozoides e, consequentemente, prevenindo a gravidez.

4. BENEFÍCIOS DO MÉTODO:

O implante subdérmico apresenta os seguintes benefícios:
· Eficácia superior a 99%;
· Método reversível;
· Durabilidade de até 3 anos;
· Não depende da lembrança diária da usuária;
· Rápido retorno da fertilidade após retirada;
· Seguro durante a amamentação;
· Pode ser utilizado por mulheres com contraindicação ao estrogênio;
· Diminuição das falhas associadas ao uso incorreto de anticoncepcionais;
· Provável diminuição das cólicas menstruais;
· Provável abrandamento do fluxo menstrual.

5. REAÇÕES ADVERSAS E EFEITOS ESPERADOS
As usuárias que se enquadrarem nos critérios de elegibilidade para a inserção do implante subdérmico deverão ser previamente orientadas por profissionais de saúde capacitados quanto às possíveis alterações decorrentes do uso do método.
As alterações no padrão menstrual constituem um dos principais motivos para a retirada precoce do implante e, portanto, devem ser abordadas e discutidas previamente durante o aconselhamento contraceptivo

a. REAÇÕES MAIS FREQUENTES:
i. Metrorragia (sangramento irregular);
ii. Amenorreia (escassez menstrual);
iii. Sangramento prolongado;
iv. Cefaleia (dor de cabeça);
v. Acne;
vi. Mastalgia (dor nas mamas);
vii. Alterações de humor;
viii. Ganho ponderal;
ix. Dor no local da inserção.

b. REAÇÕES MENOS FREQUENTES:
i. Náuseas (enjoos);

ii. Tontura;
iii. Cistos ovarianos funcionais;
iv. Hematoma local;
v. Infecção no sítio de inserção.

6. PÚBLICO-ALVO:

São elegíveis para avaliação e inserção do implante:
· Mulheres em idade reprodutiva, tendo como prioridade, as mulheres de **14 a 19 anos**, em **situação de vulnerabilidade**, que possuem ou não filhos e que necessitem de contracepção eficaz para prevenção de gravidez na adolescência;
· **Mulheres das demais faixas etárias em situação de vulnerabilidade social;**
· Mulheres com contraindicação ao uso de anticoncepcionais contendo estrogênio;
· Mulheres com dificuldade de adesão a métodos de uso diário;
· Mulheres que desejem contracepção de longa duração;
· Mulheres no pós-parto;
· Mulheres em período de amamentação.

7. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE PARA INSERÇÃO
Para elegibilidade para a inserção do método, a usuária deverá:

a. CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS:
I. Residir e está devidamente cadastro na Estrátegia da Saúde da Família no município de Ipueira/RN;
II. Apresentar declaração hipossuficiência;
III. Manifestar desejo voluntário de utilizar o método;
IV. Receber aconselhamento contraceptivo;
V. Não apresentar contraindicações clínicas;
VI. Assinar Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE);
VII. Apresentar ausência de gravidez mediante teste rápido ou exame de Beta HCG realizados há, no máximo, 24 horas anteriores à inserção.

b. SITUAÇÕES PRIORITÁRIAS:
Terão prioridade, conforme disponibilidade do método:
VIII. Adolescentes de 14 a 19 anos, especialmente, em situação de vulnerabilidade social;
IX. Mulheres das demais faixas etárias em situação de vulnerabilidade social;
X. Mulheres com contraindicação ao uso de anticoncepcionais contendo estrogênio;
XI. Mulheres com histórico de gravidez não planejada;
XII. Mulheres com dificuldade de adesão a métodos convencionais;
XIII. Mulheres com doenças crônicas em que a gravidez represente maior risco;
XIV. Mulheres em amamentação.

8. CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO E CONTRAINDICAÇÕES:
A inserção do implante não deverá ser realizada nas seguintes situações:
I. Gravidez confirmada ou suspeita;
II. Câncer de mama atual;
III. Sangramento uterino sem diagnóstico esclarecido;

IV. Doença hepática grave ativa;
V. Tumores sensíveis a progestagênios;
VI. Hipersensibilidade ao etonogestrel;
VII. Condições clínicas que contraindiquem o uso de contraceptivos hormonais progestagênicos.

§ Nos casos duvidosos, a usuária deverá ser avaliada por médico(a) ou enfermeiro(a) da rede de saúde municipal.

9. COMPETÊNCIAS DOS PROFISSIONAIS:

9.1 MÉDICO OU ENFERMEIRO HABILITADO:
I. Avaliar contraindicações;
II. Avaliar critérios de elegibilidade;
III. Realizar aconselhamento contraceptivo;
IV. Prescrever o método quando indicado;
V. Inserir e retirar o implante conforme legislação e capacitação vigente;
VI. Tratar intercorrências;
VII. Registrar o procedimento em prontuário.

9.2 TÉCNICO DE ENFERMAGEM
I. Preparar materiais;
II. Auxiliar no procedimento;
III. Realizar orientações complementares.

10 FLUXO DE ATENDIMENTO
I. Acolhimento da usuária;
II. Consulta de planejamento reprodutivo;
III. Avaliação clínica;
IV. Avaliação dos critérios de elegibilidade (apresentação de documentos necessária);
V. Exclusão da gravidez;
VI. Assinatura do TCLE;
VII. Realização de testes rápidos disponíveis para a avaliação de Infeccções Sexuamente Transmissiveis (IST's);
VIII. Agendamento ou realização de inserção do implante;
IX. Orientações pós-procedimento;
X. Registro do procedimento;
XI. Seguimento na APS.

11 PROCEDIMENTO PARA INSERÇÃO

11.1 DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA:
I. Cópia de documentos pessoais (RG ou Identidade Profissional ou Carteira de Motorista);
II. Cópia de Cartão SUS (atualizado);
III. Cópia de comprovante de residência;
IV. Declaração de hipossuficiência;
V. Resultado do BHCG;
VI. TCLE devidamente assinado.

11.2 MATERIAIS NECESSÁRIOS
11.2.1 Implante subdérmico;
11.2.2 Régua maleável de medição e caneta;
11.2.3 Luvas de procedimento ou cirúrgicas;
11.2.4 Gaze estéril;
11.2.5 Clorexidina alcoólica;

11.2.6 Lidocaína 2%;
11.2.7 Seringa de 5 mL;
11.2.8 Agulha para anestesia;
11.2.9 Curativo adesivo ou esparadrapo microporoso.

11.3 TÉCNICA
1) Confirmar identidade da usuária;
2) Confirmar ausência de gravidez;
3) Conferir TCLE e anamnese;
4) Posicionar a paciente adequadamente: Deitada, com o braço não dominate flexionado no cotovelo e mão próxima a cabeça. O local é a **face interna do braço**.
5) Realizar a marcação da inserção: 8-10 cm do epicôndilo medial e 3-5 cm abaixo do sulco entre biceps e triceps, evitando inserção profunda;
6) Realizar antissepsia da pele com clorexidina;
7) Aplicar anestesia local.
8) Inserir o implante na face interna do braço não dominante conforme técnica recomendada pelo fabricante.
9) Palpar o implante após inserção.
10) Solicitar que a paciente também realize a palpação;
11) Aplicar curativo compressivo;
12) Registrar lote e validade do implante;
13) Registrar data da inserção e data prevista para retirada.

12. ORIENTAÇÕES PÓS-INSERÇÃO:
Orientar a usuária a:
· Manter o curativo por 24 horas;
· Evitar esforço excessivo com o braço nas primeiras 48 horas;
· Procurar a unidade em caso de vermelhidão, dor intensa ou secreção;
· Retornar em caso de suspeita de gravidez;

· Evitar relações sexuais desprotegidas por, no mínimo, 7 dias;
· Informar qualquer efeito adverso importante.

13. CRITÉRIOS PARA RETIRADA DO IMPLANTE

A retirada poderá ocorrer:
I. Ao término da validade (3 anos);
II. Por desejo da usuária;
III. Em caso de gravidez;
IV. Em caso de contraindicação superveniente;
V. Por efeitos adversos intoleráveis;
VI. Mediante decisão clínica fundamentada.

14. REGISTRO E MONITORAMENTO
14.1 Devem ser registrados em prontuário:
I. Data da inserção;
II. Nome do profissional;
III. Lote e validade do implante;
IV. Local da inserção;
V. Intercorrências;
VI. Data prevista para retirada.

14.2 A Secretaria Municipal de Saúde deverá monitorar:
I. Número de implantes inseridos;
II. Número de retiradas do implante;
III. Motivos de retirada;
IV. Eventos adversos notificados.

15. REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde.

BRASIL. Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996. Regula o planejamento familiar.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria SCTIE/MS nº 13, de 19 de abril de 2021. Incorpora o implante subdérmico de etonogestrel no SUS.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria SAES/MS nº 241, de 18 de julho de 2022. Inclui os procedimentos de inserção e retirada do implante subdérmico de etonogestrel na Tabela SUS.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Critérios Médicos de Elegibilidade para Uso de Métodos Contraceptivos. Genebra: OMS.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Cadernos de Atenção Primária: Saúde Sexual e Reprodutiva.

ANEXO 01

CONSULTA PARA INSERÇÃO E REMOÇÃO DE IMPLANTE SUBDÉRMICO (IMPLANON)

INFORMAÇÕES PESSOAIS
NOME COMPLETO: _____
NOME DA MÃE: **_____**
DATA DE NASCIMENTO: ___/___/___IDADE: **_____ CPF**: **_____**
RAÇA/COR: ( )Branca ( )Preta ( )Parda ( )Amarela ( )Indígena
ESCOLARIDADE: ( )Analfabeta ( )Ensino ( )Fundamental Incompleto ( )Ensino Fundamental Completo
( )Ensino Médio Completo ( )Ensino Superior Completo ( )Pós-graduação **ENDEREÇO**:**_____**
MUNICÍPIO: Ipueira **UF:** RN **TELEFONE: _____**

DADOS DA ANAMNESE	
Dados Obstétricos	**Já fez uso de anestésico (cirurgias,**
Gestação N°	**tratamento dentário)?**
Parto N°_.	( ) Sim
Qual tipo e há quanto tempo?	( ) Não
Aborto N°	( ) Não sabe
Tem comorbidades? ( )Sim. Qual? ( ) Não	**Tem alergias?** ( ) Sim ( ) Não
Faz uso de algum medicamento? ( ) Sim. Qual? _____ ( ) Não	**DUM:**
	Duração/Intensidade do fluxo:_____
Já fez exame preventivo (Papanicolau)? ( ) Sim. Quando? ( ) Não	**Presença de cólica?** ( ) Sim ( ) Não
Resultado:_____ Tratamento:_____	**Usa método contraceptivo?** ( ) Sim. Qual? ( ) Não
Sinais e sintomas de IST? ( ) Sim. Quais? ( ) Não	**Critério de elegibilidade:** ( ) 1 ( ) 3 ( ) 2 ( ) 4
Está grávida? ( ) Sim ( ) Não. Data do BHCG:	
Testes Rápidos IST? HIV ____Sífilis_____HB___HC_____R: Reagente NR: Não reagente	**Assinatura do TCLE?** ( ) Sim ( ) Não
PROCEDIMENTO	
Braço ( ) Direito ( ) Esquerdo	**Procedimento** ( ) Inserção ( ) Retirada
	Lote: _____Validade:_____
Uso de anestésico ( ) Sim. Tipo: ( ) Não	**Tipo de inserção:** ( ) Fácil ( ) Difícil ( ) Não realizada
	Identificação do implante pós-inserção (palpação) ( ) Profissional ( ) Usuária
Data da Inserção:__ /__/__	**Responsável:_____**
CUIDADOS PÓS-INSERÇÃO	
1ª Revisão (após retirada do curativo) Data: /_/	**Próximas Revisões (anual) Data:** /_/
Inspeção do local ( ) Hiperemia ( ) Edema ( ) Hematoma ( ) Outros: _____	**Inspeção do local** ( ) Hiperemia ( ) Edema ( ) Hematoma ( ) Outros:
Palpação do implante ( ) Sim ( ) Não	**Palpação do implante** ( ) Sim ( ) Não
Responsável: _____	**Duração/Intensidade do fluxo menstrual:_____**
	Satisfação com o método? ( ) Sim ( ) Não
	Responsável:_____

ANEXO 02

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) PARA INSERÇÃO DO IMPLANTE SUBDÉRMICO LIBERADOR DE ETONOGESTREL 68MG (IMPLANON)

Nome da paciente:_____
Nome da(o) responsável legal (sem obrigatoriedade): _____
Eu, _____, CPF n°_____, declaro ter recebido informações a respeito de benefícios, riscos, contraindicações e principais efeitos colaterais relacionados ao uso de implante subdérmico contraceptivo liberador de etonogestrel, indicado como método contraceptivo reversível de longa ação.

Compreendo que o implante contraceptivo é um pequeno tubo de plástico, de cerca de 4 centímetros de comprimento por 2 milímetros de largura contendo um progestagênio (hormônio), chamado etonogestrel e é colocado debaixo da pele do braço que você não escreve (braço não dominante). Quem realiza a colocação é um(a) médico(a) ou enfermeiro(a) treinado(a) e habilitado(a) para tanto.
A ação do implante é contínua por 3 anos e acontece com a liberação do hormônio etonogestrel para o sangue da mulher, e funciona principalmente de dois modos: impede a ovulação e espessa o muco do colo do útero, o que dificulta a passagem dos espermatozoides para o útero.
O implante tem eficácia superior a 99%, igual ou superior à eficácia da laqueadura tubária (5 gravidezes em 10.000 mulheres que usam o implante). Compreendi ainda que as principais vantagens do implante são:
- É um método prático e de longa duração (3 anos).
- Evita ter que tomar a pílula todos os dias.
- Não interfere com a relação sexual.
- Não interfere com a amamentação.
- Melhora as cólicas menstruais.
- Pode ser usado pelas mulheres que não podem tomar pílulas contendo estrogênio.
- Não diminui a massa óssea (osteoporose).
Também foram a mim apresentadas as desvantagens desse método:
- Irregularidades da menstruação. Na maioria dos casos, há sangramento irregular, podendo haver aumento do fluxo menstrual ou ausência de menstruação. Essas alterações são mais comuns no primeiro ano, sendo que a cada 100 mulheres, 15 podem ter sangramento mais frequente.
- Podem ocorrer algumas alterações da pele, dores de cabeça, enjoos, aumento da sensibilidade mamária e variações do humor (semelhantes às que ocorrem com outros métodos contraceptivos como a pílula).
- Podem aparecer cistos benignos nos ovários, que geralmente não necessitam de tratamento.

Foi informado a mim também que o implante pode ser colocado até 5 dias após o início da sua menstruação (para garantir que não há

gravidez). Nas puérperas (mulheres que tiveram parto recente), pode ser colocado imediatamente após o parto a depender do desejo da mulher.
É eficaz em até sete dias após a colocação. É colocado na parte interna do braço, debaixo da pele, como se fosse uma injeção. É necessária anestesia no local para inserção do implante. Pode ocorrer alguma dor, algum inchaço ou hematoma pequeno no local da colocação, mas passa rapidamente. É removido 3 anos após a sua inserção, ou antes, se a seu pedido. Para a remoção do implante, também é preciso ser aplicada a anestesia.

Os termos foram explicados e todas as dúvidas foram resolvidas pelo profissional da saúde _____ (nome do profissional da saúde que prescreve), (número de registro no conselho de classe/UF), e sua equipe.

Afirmo ter recebido informação quanto aos efeitos adversos e riscos de uso deste produto, sua frequência e gravidade, explicado de maneira que pude entender. Estou ciente que a expulsão ou migração do implante é possível e que pode ser necessária pequena intervenção cirúrgica para a sua retirada, em casos raros.

Declaro, ter recebido orientação da necessidade de acompanhamento após a implantação do dispositivo, inclusive com local e data do retorno.Recebi informações, inclusive por escrito, de qual lugar devo procurar caso eu tenha alguma complicação. Assim, estando todas as explicações acima completamente entendidas, como também, depois que tive todas as minhas dúvidas respondidas, declaro satisfação com as informações e que compreendo os benefícios, os riscos e as consequências inerentes ao procedimento de inserção de implante subdérmico contraceptivo liberador de etonogestrel, concordando com as condutas necessárias a realização deste procedimento.

Assim, autorizo o estabelecimento de Saúde_____ (nome do estabelecimento), localizado no endereço, _____município/UF de: _____a fazer uso de informações relativas ao meu prontuário que conste informações sobre o uso do implante subdérmico contraceptivo liberador de etonogestrel, desde que seja assegurado o anonimato.

_____,__ /__/__

_____
Assinatura - Paciente (ou Responsável Legal)

_____
Assinatura - Profissional de Saúde e Registro de Conselho de Classe

Publicado por:
Joyce Andrade Dantas
Código Identificador:40839347

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
AVISO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0011/2026
O Município de Ipueira/RN por meio de sua Pregoeira torna público a realização de licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, tipo **menor preço, por item,** para **contratação de empresa para aquisição de 01 (uma) retroescavadeira hidráulica, zero quilômetro, destinada ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Pesca do Município de Ipueira/RN**.A sessão pública para disputa de preços terá início às **09h00min do dia 06 de outubro de 2026 (horário de Brasília/DF)**. Os interessados quaisquer informações ou em adquirir os respectivos Edital e anexos acessarem o endereço eletrônico:www.portaldecompraspublicas.com.br.

ANA PAULA MEDEIROS COSTA
Pregoeira

Publicado por:
Ana Paula Medeiros Costa
Código Identificador:476B884E

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
DECISÃO ADMINISTRATIVA

DECISÃO ADMINISTRATIVA DE EXTINÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0051/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IPUEIRA/RN
CONTRATADA: R A DE O FILHO ENGENHARIA LTDA
CNPJ: 43.403.364/0001-25
ASSUNTO: EXTINÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO POR DESCUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE PRESTAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL
I – DOS FATOS
O Município de Ipueira/RN celebrou com a empresa R A DE O FILHO ENGENHARIA LTDA, CNPJ nº 43.403.364/0001-25, o Contrato Administrativo nº 0051/2026, decorrente da Concorrência Eletrônica nº 003/2026, tendo por objeto a contratação de empresa de engenharia para execução dos serviços destinados à reforma da Praça Municipal Francisco Quinino de Medeiros, pelo valor global de R$ 382.000,00.
O instrumento foi firmado em 24 de agosto de 2026, estabelecendo, em sua Cláusula Décima – Da Garantia de Execução do Contrato, obrigação expressa de a CONTRATADA prestar garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratual, nas modalidades admitidas pelo art. 96, §1º, da Lei nº 14.133/2021.
O item 10.6 determinou que a garantia deveria ser integralizada no prazo máximo de 10 (dez) dias, enquanto o item 10.6.1 estabeleceu expressamente que:
"O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021."
A obrigação era de pleno conhecimento da contratada. Quando do encaminhamento do contrato para assinatura, o Município solicitou expressamente a apresentação da garantia contratual.
Em resposta encaminhada em 26 de agosto de 2026, a empresa informou que o contrato se encontrava assinado e afirmou expressamente que a apólice já estava em emissão e seria encaminhada em seguida.
Apesar disso, a garantia não foi apresentada.
Diante da irregularidade, o Município expediu Notificação Administrativa em 10 de setembro de 2026, cientificando formalmente a CONTRATADA acerca do descumprimento e determinando a imediata integralização da garantia ou, alternativamente, a apresentação de justificativa formal e devidamente fundamentada.
A empresa foi ainda expressamente advertida das consequências previstas nos itens 10.6.1 e 10.7 do contrato, inclusive da possibilidade de extinção contratual caso permanecesse a inadimplência.
Entretanto, mesmo após a comunicação inicial, o reconhecimento pela própria empresa de que providenciaria a apólice e a posterior notificação administrativa formal, a garantia contratual não foi apresentada, permanecendo o descumprimento da obrigação assumida.
II – DA CONFIGURAÇÃO DO DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL
A obrigação descumprida não possui natureza meramente acessória ou facultativa.
A garantia de execução foi expressamente prevista no instrumento convocatório e incorporada ao Contrato nº 0051/2026, constituindo obrigação assumida pela empresa quando da celebração do ajuste.
A Cláusula Décima é inequívoca ao estabelecer tanto o percentual da garantia quanto o prazo para sua integralização e as consequências decorrentes de sua não apresentação.
O descumprimento persistiu mesmo após a Administração oportunizar sua regularização e cientificar formalmente a empresa das consequências decorrentes da manutenção da irregularidade.
A situação enquadra-se, portanto, no art. 137, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, que estabelece como motivo para extinção contratual o não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos.

No caso concreto, existe ainda previsão contratual específica no item 10.6.1, autorizando a extinção quando o atraso na apresentação da garantia superar 25 dias.
Não se trata, portanto, de medida fundada exclusivamente em disposição genérica da legislação, mas de consequência expressamente prevista no próprio instrumento contratual ao qual a empresa voluntariamente aderiu.

III – DA EXTINÇÃO UNILATERAL

Nos termos do art. 138, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, a extinção do contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da Administração, ressalvadas as hipóteses em que o descumprimento decorrer da própria conduta administrativa.
O §1º do mesmo artigo estabelece que a extinção unilateral deve ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzida a termo no respectivo processo.
No presente caso, não se identifica conduta da Administração que tenha impedido o cumprimento da obrigação.
Ao contrário, a empresa foi previamente cientificada da necessidade da garantia, afirmou que providenciaria a apólice e, diante da permanência da irregularidade, foi novamente notificada para regularizar a situação ou apresentar justificativa.
A manutenção do contrato sem a garantia exigida significaria afastar obrigação expressamente estabelecida no instrumento contratual e tolerar situação de inadimplemento que o próprio contrato qualificou como suficiente para autorizar sua extinção.
Mostra-se, portanto, caracterizada a hipótese de **extinção unilateral por culpa da CONTRATADA**, nos termos dos arts. 137, I, e 138, I, da Lei nº 14.133/2021, combinados com os itens 10.6, 10.6.1 e Cláusula Décima Sexta do Contrato Administrativo nº 0051/2026.

IV – DA CONTRATAÇÃO DO REMANESCENTE

A extinção do contrato não afasta a necessidade administrativa que deu origem à Concorrência Eletrônica nº 003/2026.
A reforma da Praça Municipal Francisco Quinino de Medeiros permanece necessária, devendo a Administração adotar as medidas destinadas a assegurar a continuidade e conclusão do objeto.
O art. 90, §7º, da Lei nº 14.133/2021 autoriza expressamente a Administração, em consequência da extinção contratual, a convocar os demais licitantes classificados para contratação do remanescente da obra, serviço ou fornecimento, observados os critérios dos §§2º e 4º do mesmo artigo.
Assim, deverá ser respeitada a ordem de classificação da Concorrência Eletrônica nº 003/2026, convocando-se inicialmente o próximo licitante classificado para manifestação quanto à contratação do remanescente nas condições legalmente aplicáveis.

V – DA DECISÃO

Diante de todo o exposto, considerando:

a) a obrigação contratual expressa de apresentação de garantia correspondente a 5% do valor contratado;
b) o prazo de 10 dias estabelecido no item 10.6 do contrato;
c) a previsão expressa do item 10.6.1 autorizando a extinção contratual quando o atraso superar 25 dias;
d) a ciência inequívoca da CONTRATADA acerca da obrigação, inclusive tendo informado que a apólice estava em emissão;
e) a posterior notificação administrativa para regularização;
f) a permanência do inadimplemento, sem apresentação da garantia contratual; e
g) o disposto nos arts. 137, inciso I, 138, inciso I e §1º, e 90, §7º, da Lei nº 14.133/2021;

DECIDO:

1. EXTINGUIR UNILATERALMENTE o Contrato Administrativo nº 0051/2026, celebrado com a empresa R A DE O FILHO ENGENHARIA LTDA, CNPJ nº 43.403.364/0001-25, por descumprimento de obrigação contratual, especificamente pela não apresentação/integralização da garantia de execução exigida na Cláusula Décima, caracterizando a hipótese prevista no art. 137, inciso I, da Lei nº 14.133/2021;
2. DETERMINAR a formalização do competente **Termo de Extinção Unilateral**, bem como sua juntada aos autos e publicação pelos meios legalmente exigidos;
3. DETERMINAR que seja remetida ao setor jurídico, visando a eventual apuração e aplicação de multa ou de outras sanções administrativas previstas no contrato sejam processadas em procedimento próprio, com observância do contraditório, da ampla defesa e das disposições dos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, não se confundindo automaticamente a presente extinção contratual com a aplicação de sanção administrativa;
4. DETERMINAR, diante da permanência da necessidade pública que originou a contratação, a adoção das providências para convocação do próximo licitante na ordem de classificação da Concorrência Eletrônica nº 003/2026, visando à contratação do remanescente da obra, nos termos do art. 90, §7º, c/c §§2º e 4º, da Lei nº 14.133/2021;
5. DETERMINAR que, previamente à nova contratação, sejam verificadas a aceitabilidade da contratação nas condições legalmente cabíveis, a manutenção das condições de habilitação do licitante convocado e sua regularidade perante os cadastros e certidões exigíveis;
6. DETERMINAR a ciência da presente decisão à empresa contratada e aos setores responsáveis pela fiscalização, gestão contratual, contabilidade e licitações, para adoção das providências pertinentes.
Publique-se.
Registre-se.
Cumpra-se.

Ipueira/RN, 22 de setembro de 2026.

ADEMIR JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Medeiros Costa
Código Identificador:ABD5AD7D

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
EXTRATO

EXTRATO DO TERMO DE EXTINÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0051/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2026.
CONTRATANTE**:** Município de Ipueira/RN, CNPJ nº 08.094.708/0001-60. CONTRATADA: R A DE O FILHO ENGENHARIA LTDA, CNPJ nº 43.403.364/0001-25.
OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa de engenharia para prestação de serviços visando à reforma da Praça Municipal Francisco Quinino de Medeiros, no Município de Ipueira/RN.
OBJETO DO TERMO**:** Extinção unilateral do Contrato Administrativo nº 0051/2026, em razão do descumprimento da obrigação contratual de apresentação/integralização da garantia de execução correspondente a 5% do valor contratado, mesmo após notificação administrativa para regularização. FUNDAMENTAÇÃO: arts. 137, I, e 138, I e §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021; Cláusulas Décima e Décima Sexta e itens 10.6 e 10.6.1 do Contrato nº 0051/2026. EFEITOS: A partir da publicação em diário oficial, sem prejuízo das demais providências administrativas cabíveis.
Ipueira/RN, 22 de setembro de 2026.

ADEMIR JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Medeiros Costa
Código Identificador:64EA14F3

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 84, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

Institui, divulga e regulamenta a Agenda Transversal da Criança e do Adolescente no âmbito do Plano Plurianual – PPA 2026–2029 do Município de Itaú/RN, aprova o Anexo Único e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITAÚ**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o disposto no art. 227 da Constituição Federal, que estabelece ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar, com absoluta prioridade, os direitos da criança e do adolescente;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, que dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.257, de 8 de março de 2016 – Marco Legal da Primeira Infância, que estabelece princípios e diretrizes para a formulação e implementação de políticas públicas destinadas à primeira infância;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 687, de 10 de dezembro de 2025, que instituiu o Plano Plurianual – PPA do Município de Itaú/RN para o quadriênio 2026–2029;

CONSIDERANDO a necessidade de integrar as políticas públicas municipais voltadas à promoção, proteção e garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, de forma intersetorial e articulada;

CONSIDERANDO a necessidade de conferir maior efetividade, transparência, monitoramento e controle social às ações governamentais destinadas à infância e à adolescência;

CONSIDERANDO a importância da integração entre planejamento, orçamento, execução das políticas públicas e acompanhamento dos resultados alcançados;

CONSIDERANDO as orientações metodológicas para a inclusão da Agenda Transversal da Criança e do Adolescente nos instrumentos de planejamento municipal, especialmente no âmbito do PPA 2026–2029;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída e regulamentada a Agenda Transversal da Criança e do Adolescente – ATCA, no âmbito do Plano Plurianual – PPA 2026–2029 do Município de Itaú/RN, como instrumento de planejamento, articulação, execução, monitoramento e avaliação das políticas públicas destinadas à infância e à adolescência.

Art. 2º A Agenda Transversal da Criança e do Adolescente, constante do Anexo Único deste Decreto, passa a integrar o PPA 2026–2029, observadas as disposições da legislação municipal de planejamento e orçamento.

Art. 3º A Agenda Transversal tem como finalidade promover a articulação intersetorial das políticas públicas municipais destinadas às crianças e aos adolescentes, assegurando a efetivação do princípio da prioridade absoluta e da proteção integral.

Art. 4º São objetivos da Agenda Transversal da Criança e do Adolescente:
I – fortalecer a promoção, proteção e garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes;
II – integrar ações das diferentes políticas públicas municipais relacionadas à infância e à adolescência;
III – ampliar a articulação entre as áreas de assistência social, saúde, educação, cultura, esporte, lazer, segurança alimentar, proteção e demais políticas públicas pertinentes;
IV – contribuir para a redução das desigualdades e vulnerabilidades que afetam crianças e adolescentes;
V – estabelecer mecanismos de acompanhamento dos investimentos e das ações públicas destinadas à população infantojuvenil;
VI – fortalecer a atuação articulada do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente – SGDCA;
VII – promover a participação social no planejamento, acompanhamento e avaliação das políticas públicas destinadas às crianças e aos adolescentes.

Art. 5º A Agenda Transversal da Criança e do Adolescente será integrada aos programas, objetivos, ações, entregas, indicadores e metas constantes do PPA 2026–2029 que apresentem relação direta ou indireta com a promoção e garantia dos direitos de crianças e adolescentes.

Art. 6º A Agenda Transversal deverá contemplar, no mínimo, ações e entregas relacionadas às seguintes áreas:
I – educação;
II – saúde;
III – assistência social;
IV – cultura;
V – esporte e lazer;
VI – demais áreas que contribuam para a promoção dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Art. 7º As ações integrantes da Agenda Transversal serão executadas pelos órgãos e entidades municipais responsáveis, de forma articulada e intersetorial, respeitadas suas respectivas competências.

Art. 8º O acompanhamento da Agenda Transversal será realizado de forma periódica, considerando os indicadores, metas, ações e entregas estabelecidos no Anexo Único deste Decreto.

Art. 9º Os órgãos municipais responsáveis pelas ações integrantes da Agenda Transversal deverão fornecer as informações necessárias ao acompanhamento e à avaliação dos resultados alcançados.

Art. 10 O monitoramento deverá considerar, sempre que possível:
I – o cumprimento das metas estabelecidas;
II – a execução das ações previstas;
III – os resultados e impactos das políticas públicas;
IV – os recursos públicos destinados às ações;
V – os indicadores sociais relacionados à infância e à adolescência;
VI – as dificuldades e necessidades identificadas durante a execução das ações.

Art. 11 A Agenda Transversal deverá ser objeto de revisão e atualização periódica, especialmente por ocasião do monitoramento anual do PPA, podendo ser aperfeiçoada conforme a evolução das necessidades da população infantojuvenil do Município.

Art. 12 Fica estabelecida a articulação intersetorial entre as Secretarias Municipais e demais órgãos envolvidos na execução das políticas públicas destinadas às crianças e aos adolescentes.

Art. 13 O Poder Executivo poderá instituir, por ato próprio, Comitê Intersetorial de Acompanhamento da Agenda Transversal da Criança e do Adolescente, com a finalidade de promover a articulação, o acompanhamento e o monitoramento das ações previstas neste Decreto.

Art. 14 A participação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, do Conselho Tutelar e de demais instâncias de participação e controle social deverá ser estimulada no acompanhamento e na avaliação da Agenda Transversal, respeitadas as competências legais de cada órgão.

Art. 15 As ações previstas na Agenda Transversal serão executadas com recursos consignados nas dotações orçamentárias próprias dos órgãos e entidades responsáveis, observada a disponibilidade orçamentária e financeira do Município.

Art. 16 A execução da Agenda Transversal deverá guardar compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Orçamentária Anual – LOA.

Art. 17 O Anexo Único deste Decreto, contendo a Agenda Transversal da Criança e do Adolescente – PPA 2026–2029, constitui parte integrante deste ato normativo.

Art. 18 A implementação da Agenda Transversal não implica criação de novas despesas além daquelas previstas nos instrumentos de planejamento e orçamento municipal, devendo sua execução observar a legislação vigente.

Art. 19 Os casos omissos serão dirimidos pelos órgãos municipais competentes, observada a legislação aplicável.

Art. 20 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itaú/RN, em 22 de setembro de 2026.

JOSE ROBERTO DIAS PINHEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Arlinda da Conceição Oliveira da Silva Praxedes
Código Identificador:96E0A0EE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 304/2026

Dispõe sobre a concessão de licença-prêmio a servidora pública Lindinelva Maia de Oliveira e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITAÚ**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, contidas na Lei Municipal nº 202/1992 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Itaú,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença-Prêmio pelo período de 3 (três) meses a servidora pública **LINDINELVA MAIA DE OLIVEIRA**, CPF Nº 021.***.**4-74, matrícula n° 439, ocupante do cargo Auxiliar de Serviços Diversos, lotada na Secretaria Municipal da Educação, referente ao período aquisitivo de 01/03/2018 a 28/02/2023, para gozo no período de 01/10/2026 a 31/12/2026.

Art. 2º Durante o período de licença-prêmio, a servidora fará jus à remuneração prevista na legislação aplicável.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itaú/RN, em 22 de setembro de 2026.

JOSÉ ROBERTO DIAS PINHEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Arlinda da Conceição Oliveira da Silva Praxedes
Código Identificador:2FE15947

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 305/2026

Dispõe sobre a concessão de licença-prêmio a servidora pública Albaniza Pinheiro Lima Farias e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITAÚ**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, contidas na Lei Municipal nº 202/1992 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Itaú,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença-Prêmio pelo período de 3 (três) meses a servidora pública **ALBANIZA PINHEIRO LIMA FARIAS**, CPF Nº 020.***.**4-37, matrícula n° 377, ocupante do cargo Professor Especializado, lotada na Secretaria Municipal da Educação, referente ao período aquisitivo de 01/05/2009 a 30/04/2014, para gozo no período de 01/10/2026 a 31/12/2026.

Art. 2º Durante o período de licença-prêmio, a servidora fará jus à remuneração prevista na legislação aplicável.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itaú/RN, em 22 de setembro de 2026.

JOSÉ ROBERTO DIAS PINHEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Arlinda da Conceição Oliveira da Silva Praxedes
Código Identificador:64EF8740

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 306/2026

Dispõe sobre a concessão de licença-prêmio a servidora pública Talita Araújo Costa e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITAÚ**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, contidas na Lei Municipal nº 202/1992 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Itaú,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença-Prêmio pelo período de 3 (três) meses a servidora pública **TALITA ARAÚJO COSTA**, CPF Nº 098.***.**4-58, matrícula n° 1111, ocupante do cargo Professor Doutorado, lotada na Secretaria Municipal da Educação, referente ao período aquisitivo de 01/10/2019 a 30/09/2024, para gozo no período de 01/10/2026 a 31/12/2026.

Art. 2º Durante o período de licença-prêmio, a servidora fará jus à remuneração prevista na legislação aplicável.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itaú/RN, em 22 de setembro de 2026.

JOSÉ ROBERTO DIAS PINHEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Arlinda da Conceição Oliveira da Silva Praxedes
Código Identificador:DF9AE405

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 307/2026

Dispõe sobre a concessão de licença-prêmio a servidora pública Maria Aparecida de Araújo Pinheiro e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITAÚ**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, contidas na Lei Municipal nº 202/1992 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Itaú,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença-Prêmio pelo período de 3 (três) meses a servidora pública **MARIA APARECIDA DE ARAÚJO PINHEIRO**, CPF Nº 021.***.**4-10, matrícula n° 385, ocupante do cargo Copeira, lotada na Secretaria Municipal da Educação, referente

ao período aquisitivo de 01/06/2019 a 31/05/2024, para gozo no período de 01/10/2026 a 31/12/2026.

Art. 2º Durante o período de licença-prêmio, a servidora fará jus à remuneração prevista na legislação aplicável.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itaú/RN, em 22 de setembro de 2026.

JOSÉ ROBERTO DIAS PINHEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Arlinda da Conceição Oliveira da Silva Praxedes
Código Identificador:5161D2B9

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAÍRA

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
DISPENSA DE LICITAÇÃO EMERGENCIAL Nº. 000016/2026 – PMJ/RN

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Depois de cumpridas as exigências e condições como preceitua as disposições constantes da Lei nº. 14.133/2021, de conformidade com o Despacho nº. 12, emitido pela Agente de Contratação e o Parecer Jurídico (Despacho 13), emitido pela Assessoria Jurídica do Município, **ADJUDICO** o objeto do presente pleito, a empresa **MRG SERVICE LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF n° 38.199.820/0001-27, com valor global de R$ 329.383,86 (trezentos e vinte e nove mil, trezentos e oitenta e três reais e oitenta e seis centavos), haja vista ter sido a empresa que apresentou a melhor proposta de preços.
Publique-se.
Jandaíra/RN, 22 de setembro de 2026.

REGINALDO VITORINO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marina Nayara Silva Dos Santos
Código Identificador:AC4476EC

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
DISPENSA DE LICITAÇÃO EMERGENCIAL Nº. 000016/2026 – PMJ/RN

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGO pelo presente termo, para que surta os efeitos legais, o julgamento da Agente de contratação, referente à **DISPENSA DE LICITAÇÃO EMERGENCIAL Nº. 000016/2026 – PMJ/RN**, sendo a empresa **MRG SERVICE LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF n° 38.199.820/0001-27, vencedora da contratação direta, com valor global de R$ 329.383,86 (trezentos e vinte e nove mil, trezentos e oitenta e três reais e oitenta e seis centavos), tendo como objeto a contratação de empresa especializada para execução de nova cobertura metálica da quadra poliesportiva da comunidade de aroeira direita, no município de Jandaíra/RN.
Publique-se.
Jandaíra/RN, 22 de setembro de 2026.

REGINALDO VITORINO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marina Nayara Silva Dos Santos
Código Identificador:23263BEE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 271/2026 – PMJ/RN, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 271/2026 – PMJ/RN, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026.

> "Dispõe sobre a Nomeação de Membros para Realizar a Prova de Conceito e Emitir Parecer quanto ao Atendimento as Especificações do Termo de Referências do Processo de Contratação de Serviço de sistema para implantação, licenciamento, suporte e monitoramento dos dados da saúde municipal".

A Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Desenvolvimento, no uso de suas atribuições:
RESOLVE:
Art. 1º. Nomear os Membros para realizar a Prova de Conceito e Emitir Parecer quanto ao Atendimento as Especificações do Termo de Referências do Processo de Contratação de Serviço **de sistema para implantação, licenciamento, suporte e monitoramento dos dados da saúde municipal** da Cidade de Jandaíra/RN.

Integrantes:
Raimundo Soares Júnior – Matrícula 0001677
Flávia Suyane Pinto do Nascimento – Matrícula 0007684
Marina Nayara Silva dos Santos – Matrícula 0007056
Israel Adryan Fernandes de Melo Alves - Matrícula 0007560

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário.

Jandaíra/RN, 22 de setembro de 2026.

LUAN NUNES ALEXANDRE
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Flávia Suyane Pinto do Nascimento
Código Identificador:0866417C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº272/2026 - "CONVOCAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA RELAÇÃO DE ATLETAS DA SELEÇÃO MASCULINA ADULTA DO MUNICÍPIO DE JANDAÍRA/RN".

PORTARIA Nº272/2026

> *"CONVOCAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA RELAÇÃO DE ATLETAS DA SELEÇÃO MASCULINA ADULTA DO MUNICÍPIO DE JANDAÍRA/RN".*

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE DO MUNICÍPIO DE JANDAÍRA/RN, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS:

RESOLVE:

ART. 1º. CONVOCAR E DIVULGAR A NOVA RELAÇÃO DE ATLETAS SELECIONADOS PARA REPRESENTAR O MUNICÍPIO DE JANDAÍRA/RN NA DISPUTA DO CAMPEONATO ESTADUAL DE FUTSAL 2026

POSIÇÃO: GOLEIROS

NOME: MARCOS ANTONIO LUIZ MARTINS
CPF: 131.790.534-29

NOME: THALISSON LEANDRO ISIDIO MONTEIRO
CPF: 176.483.374-01

NOME: EVERALDO SANTANA JUNIOR
CPF: 016.938.994-42

POSIÇÃO: FIXO

NOME: JAILTON FERREIRA MOREAIS DA SILVA
CPF: 109.371.894-30

NOME: CLEYDSON SANTOS DE SOUZA
CPF: 705.542.534-45

NOME: GEOVANE DA SILVA BEZERRA PINTO
CPF: 106.970.904-26

NOME: ANIELISSON ESTAVAM DA SILVA
CPF: 124.770.154-94

POSIÇÃO: ALAS

NOME: MIKAEL DE OLIVEIRA CANDIDO
CPF: 117.820.914-83

NOME: ALFE VERISSIMO DA SILVA
CPF: 138.449.734-00

NOME: ISMAEL DE OLIVEIRA CANDIDO
CPF: 700.648.994-62

NOME: JOÃO VITOR DA SILVA
CPF: 718.568.844-22

NOME: JULIO CESAR RODRIGUES DA COSTA
CPF: 131.012.564-37

POSIÇÃO: PIVÔ

NOME: FRANCISCO WENDERSON BATISTA DE MORAIS
CPF: 705.542.044-01

NOME: GERALDO GABRIEL BORGES DE SOUZA
CPF: 152.875.864-18

NOME: YURI BRYAN CARPINA DE OLIVEIRA
CPF: 084.939.774-03

ART. 2º. A PORTARIA ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO.

JANDAÍRA/RN, 22 DE SETEMBRO DE 2026.

CÉLIO ROBERTO BANDEIRA DA SILVA
Secretário Municipal de Esportes e Eventos

Publicado por:
Flávia Suyane Pinto do Nascimento
Código Identificador:DCE64A12

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº273/2026 - "CONVOCAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA RELAÇÃO DE ATLETAS DA SELEÇÃO MASCULINA ADULTA DO MUNICÍPIO DE JANDAÍRA/RN".

PORTARIA Nº273/2026

"CONVOCAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA RELAÇÃO DE ATLETAS DA SELEÇÃO MASCULINA ADULTA DO MUNICÍPIO DE JANDAÍRA/RN".

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE DO MUNICÍPIO DE JANDAÍRA/RN, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS:
RESOLVE:
ART. 1º. CONVOCAR E DIVULGAR A NOVA RELAÇÃO DE ATLETAS SELECIONADOS PARA REPRESENTAR O MUNICÍPIO DE JANDAÍRA/RN NA DISPUTA DE COMPETIÇÃO DE ATLETISMO 2026.

SEGUE LISTA:

ATLETA 01 : ELI DE SOUZA BRITO
CPF: 152.088.174-62

ART. 2º. A PORTARIA ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO.

JANDAÍRA/RN, 22 DE SETEMBRO DE 2026.

CÉLIO ROBERTO BANDEIRA DA SILVA
Secretário Municipal de Esportes e Eventos

Publicado por:
Flávia Suyane Pinto do Nascimento
Código Identificador:91E5FD95

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUÍS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº030/2026.

Institui a Janduís Alfabetiza, Política Municipal de Alfabetização de Janduís (PMAJ), estabelece princípios, diretrizes, objetivos, mecanismos de governança, monitoramento e implementação das ações voltadas à alfabetização e à recomposição das aprendizagens na Rede Pública Municipal de Ensino e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JANDUÍS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 49, IV, da Lei Orgânica Municipal;
CONSIDERANDO que a educação é um direito fundamental de todos e dever do Estado e da família, nos termos dos arts. 6º e 205 da Constituição Federal;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 9. 394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional);
CONSIDERANDO as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC);
CONSIDERANDO as metas e estratégias do Plano Nacional de Educação, do Plano Estadual de Educação do Rio Grande do Norte e do Plano Municipal de Educação de Janduís;
CONSIDERANDO o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, instituído pelo Governo Federal, e a necessidade de fortalecer a cooperação entre os entes federativos para assegurar o direito à alfabetização;
CONSIDERANDO a necessidade de consolidar uma política pública permanente, baseada em evidências, orientada pela equidade, pela inclusão, pela valorização da diversidade, pela Cultura de Paz, pela Educação em Direitos Humanos e pela promoção de uma educação antirracista:
DECRETA:
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 1º. Fica instituída a Janduís Alfabetiza, Política Municipal de Alfabetização de Janduís (PMAJ), destinada a orientar, articular, fortalecer e monitorar as ações da Rede Pública Municipal de Ensino voltadas à garantia do direito à alfabetização, ao fortalecimento da cultura escrita desde a Educação Infantil e à recomposição das aprendizagens nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.
Art. 2º. Política Municipal de Alfabetização constitui-se como política pública permanente da Secretaria Municipal de Educação e será implementada de forma articulada às demais políticas educacionais do Município, observados:
I- a Constituição Federal;
II - a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
III - a Base Nacional Comum Curricular;
IV - as Diretrizes Curriculares Nacionais;
V - o Currículo Potiguar;
VI – o Currículo da Rede Municipal de Ensino;
VII - o Plano Nacional de Educação;
VIII - o Plano Estadual de Educação;
IX - o Plano Municipal de Educação;
X - o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;

XI - as demais normas nacionais, estaduais e municipais aplicáveis à Educação Básica.

Art. 3º. Para fins deste Decreto, considera-se:

I - alfabetização: processo de apropriação do Sistema de Escrita Alfabética, articulado ao desenvolvimento das capacidades de leitura, escrita, oralidade e letramento, possibilitando ao estudante mobilizar esses conhecimentos e utilizá-los esses conhecimentos em diferentes práticas sociais;

II - cultura escrita: conjunto de práticas sociais que envolvem a leitura, a escrita, a oralidade e a produção de sentidos, vivenciadas desde a Educação Infantil por meio de experiências significativas, contextualizadas e adequadas ao desenvolvimento das crianças;

III - recomposição das aprendizagens: conjunto de ações pedagógicas planejadas, sistemáticas e permanentes destinadas a assegurar a aprendizagem das habilidades e competências essenciais não consolidadas pelos estudantes;

IV - letramento matemático: desenvolvimento das competências necessárias para compreender, interpretar, representar e utilizar conhecimentos matemáticos na resolução de situações do cotidiano e na participação crítica na vida em sociedade;

V - gestão baseada em evidências: processo de planejamento, implementação, monitoramento e avaliação das políticas educacionais fundamentado em indicadores, diagnósticos, avaliações e evidências produzidas pela Rede Municipal de Ensino;

VI - equidade educacional: assegurar as condições necessárias para que todos os estudantes tenham acesso, participação, permanência, aprendizagem e desenvolvimento integral, considerando suas diferentes necessidades, contextos e trajetórias.

Art. 4º. São finalidades da Política Municipal de Alfabetização de Janduís:

I - assegurar o direito de todas as crianças à inserção progressiva na cultura escrita desde a Educação Infantil;

II - garantir que todos os estudantes estejam alfabetizados até o final do segundo ano do Ensino Fundamental, observado o desenvolvimento integral e as diretrizes curriculares vigentes;

III - promover a recomposição das aprendizagens dos estudantes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;

IV - reduzir as desigualdades educacionais entre estudantes, escolas e territórios;

V - fortalecer práticas pedagógicas fundamentadas em evidências científicas e em avaliações educacionais;

VI - promover a equidade, a inclusão, a Educação em Direitos Humanos, a educação para as relações étnico-raciais, a valorização da diversidade e a cultura de paz como princípios estruturantes das práticas alfabetizadoras;

VII- fortalecer a formação continuada dos profissionais da educação;

VIII - consolidar mecanismos permanentes de monitoramento, avaliação e melhoria da qualidade da alfabetização na Rede Municipal de Ensino.

Art. 5º. A implementação da Política Municipal de Alfabetização – (PMAJ) observará os princípios da continuidade administrativa, da cooperação institucional, da gestão democrática, da transparência, da eficiência, da inovação pedagógica e da melhoria contínua da aprendizagem, constituindo compromisso permanente da Secretaria Municipal de Educação e das unidades de ensino.

CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO

Art. 6º. A Política Municipal de Alfabetização de Janduís, será regida pelos seguintes princípios:

I– direito à aprendizagem, assegurando que todas as crianças e estudantes tenham acesso às condições necessárias ao desenvolvimento pleno da leitura, da escrita, da oralidade, do letramento matemático e das demais aprendizagens essenciais previstas para cada etapa da Educação Básica;

II - centralidade da criança e do estudante, reconhecendo-os como sujeitos de direitos, protagonistas de seus processos de aprendizagem e desenvolvimento, respeitadas suas singularidades, potencialidades, ritmos e trajetórias;

III- equidade educacional, por meio da adoção de estratégias que reduzam desigualdades de acesso, permanência, participação e aprendizagem, assegurando atenção prioritária às crianças e aos estudantes em situação de vulnerabilidade, deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação, pertencentes aos povos indígenas, comunidades quilombolas, população negra, povos do campo e demais grupos historicamente excluídos;

IV - educação inclusiva, garantindo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem de todas as crianças e os estudantes, com eliminação de barreiras físicas, pedagógicas, comunicacionais, tecnológicas, atitudinais e institucionais;

V - educação Integral, compreendendo o desenvolvimento humano em suas dimensões intelectual, física, emocional, ética, estética, cultural, social e cidadã, reconhecendo a alfabetização como processo constitutivo da formação integral;

VI - educação para as relações étnico-raciais, assegurando práticas pedagógicas voltadas ao enfrentamento do racismo, a valorização das histórias, culturas e identidades afro-brasileiras, africanas, indígenas e quilombolas, em conformidade com a legislação vigente;

VII - educação em Direitos Humanos, promovendo o respeito à dignidade da pessoa humana, a democracia, a cultura da paz, a convivência respeitosa, a justiça social, a igualdade de oportunidades, o respeito às diferenças e a prevenção de todas as formas de violência, discriminação e intolerância;

VIII - gestão baseada em evidências, norteando o planejamento, a implementação, o monitoramento e a avaliação das ações educacionais a partir de indicadores, diagnósticos, avaliações internas e externas e demais evidências produzidas pela Rede Municipal de Ensino;

IX - valorização dos profissionais da educação, por meio de políticas permanentes de formação inicial e continuada, desenvolvimento profissional, acompanhamento pedagógico, fortalecimento das práticas educativas e incentivo à inovação;

X - gestão democrática, assegurando a participação dos profissionais da educação, estudantes, famílias, conselhos escolares, Conselho Municipal de Educação e demais segmentos da sociedade na implementação, no acompanhamento e na avaliação da Política Municipal de Alfabetização;

XI - cooperação institucional, fortalecendo o regime de colaboração entre o Município, a União, o Estado do Rio Grande do Norte, instituições de ensino superior, organismos públicos, organizações da sociedade civil e demais parceiros estratégicos;

XII - inovação e melhoria contínua, promovendo a permanente qualificação das práticas pedagógicas, da gestão educacional e dos processos de ensino e aprendizagem, com vistas à elevação da qualidade social da educação pública municipal.

Art. 7º. Os princípios previstos neste Decreto constituem referenciais obrigatórios para a formulação, implementação, monitoramento, avaliação e aperfeiçoamento das ações, programas, projetos e demais iniciativas vinculadas à Política Municipal de Alfabetização de Janduís.

Art. 8º. As decisões administrativas e pedagógicas decorrentes da implementação desta Política deverão observar, de forma integrada, os princípios estabelecidos neste Capítulo, vedada a adoção de práticas que promovam qualquer forma de discriminação, exclusão, segregação ou violação do direito à aprendizagem.

CAPÍTULO III
DA GOVERNANÇA DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO
Seção I
Da Governança

Art. 9º. A Política Municipal de Alfabetização será desenvolvida sob modelo de governança colaborativa, integrado e orientado por resultados, assegurando a articulação entre planejamento, gestão, formação, acompanhamento pedagógico, avaliação e monitoramento permanente das aprendizagens.

Art. 10. Compete à Secretaria Municipal de Educação coordenar, implementar, monitorar, avaliar e aperfeiçoar a Política Municipal de Alfabetização, observadas as diretrizes estabelecidas neste Decreto.

Parágrafo único. A coordenação da Política será exercida pelos setores competentes da Secretaria Municipal de Educação, em permanente regime de colaboração com as unidades de ensino e demais órgãos e instituições parceiras.

Seção II
Das Competências da Secretaria Municipal de Educação

Art. 11. Compete à Secretaria Municipal de Educação:

I - coordenar a implementação da Política Municipal de Alfabetização em toda a Rede Pública Municipal de Ensino;

II - estabelecer metas, indicadores e estratégias para a melhoria da alfabetização e da recomposição das aprendizagens;
III - promover políticas permanentes de formação continuada dos profissionais da educação;
IV - disponibilizar referenciais curriculares, materiais pedagógicos, instrumentos de avaliação e orientações técnicas às unidades de ensino;
V - organizar e manter sistema permanente de monitoramento dos indicadores de aprendizagem;
VI - promover avaliações diagnósticas, formativas e institucionais destinadas ao acompanhamento sistemático da aprendizagem;
VII - produzir estudos, relatórios técnicos e painéis gerenciais que subsidiem a tomada de decisão;
VIII - fomentar práticas pedagógicas inovadoras e baseadas em evidências;
IX - incentivar a cooperação técnica com instituições de ensino superior, organismos públicos e entidades parceiras;
X - promover políticas de equidade, inclusão, Educação em Direitos Humanos, Cultura de Paz e Educação para as Relações Étnico-Raciais no âmbito da alfabetização;
XI - acompanhar a execução dos planos institucionais elaborados pelas unidades de ensino;
XII - avaliar periodicamente os resultados da Política Municipal de Alfabetização e propor seu aperfeiçoamento contínuo.

Seção III

Do Comitê Municipal de Alfabetização

Art. 12. Fica instituído o Comitê Municipal de Alfabetização, de caráter consultivo, técnico e estratégico, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, com a finalidade de acompanhar, avaliar e apoiar a implementação da Política Municipal de Alfabetização.
Art. 13. Compete ao Comitê Municipal de Alfabetização:
I - acompanhar a implementação da Política Municipal de Alfabetização;
II - analisar os indicadores educacionais relacionados à alfabetização e à recomposição das aprendizagens;
III - emitir recomendações técnicas destinadas ao aperfeiçoamento das ações da PMAJ;
IV - propor estratégias de enfrentamento às desigualdades educacionais;
V - acompanhar a execução das metas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação;
VI- incentivar a disseminação de práticas pedagógicas bem-sucedidas na Rede Municipal de Ensino;
VII - colaborar na elaboração dos relatórios anuais de monitoramento da Política.
Art.14. A composição, o funcionamento, a periodicidade das reuniões e os procedimentos administrativos do Comitê Municipal de Alfabetização serão disciplinados por Portaria da Secretaria Municipal de Educação.

Seção IV

Das Competências das Unidades de Ensino

Art. 15. Compete às unidades de ensino:
I - implementar as diretrizes estabelecidas pela Política Municipal de Alfabetização;
II - elaborar Plano Institucional de Alfabetização e Recomposição das Aprendizagens, articulado ao Projeto Político-Pedagógico;
III- utilizar os resultados das avaliações internas e externas para subsidiar o planejamento pedagógico;
IV- assegurar o acompanhamento contínuo da aprendizagem das crianças e estudantes;
V - promover ações articuladas entre gestão escolar, coordenação pedagógica, docentes, famílias e comunidade;
VI - desenvolver estratégias de intervenção pedagógica destinadas às crianças e estudantes com dificuldades de aprendizagem;
VII - acompanhar os indicadores educacionais das unidades de ensino;
VIII - fomentar práticas de incentivo à leitura, à escrita, à oralidade e ao letramento matemático.

Seção V

Das Equipes Pedagógicas

Art. 16. Compete às equipes gestoras e pedagógicas das unidades de ensino:
I - coordenar o planejamento pedagógico da alfabetização;
II - acompanhar sistematicamente o desenvolvimento das aprendizagens;
III - apoiar os docentes na elaboração de estratégias pedagógicas, de acordo com cada etapa de ensino;
IV - promover espaços permanentes de estudo, reflexão e formação em serviço;
V- analisar os resultados das avaliações e orientar intervenções pedagógicas;
VI - fortalecer o trabalho colaborativo entre os profissionais da Educação Infantil, Anos Iniciais e Educação Especial;
VII - acompanhar a execução do Plano Institucional de Alfabetização.

Seção VI

Da Corresponsabilização

Art. 17. A implementação da Política Municipal de Alfabetização constitui responsabilidade compartilhada entre a Secretaria Municipal de Educação, as unidades de ensino, os profissionais da educação, os estudantes, as famílias, os Conselhos Escolares, o Conselho Municipal de Educação e as instituições parceiras, observadas as competências legais de cada órgão ou entidade.
Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Educação desenvolverá estratégias permanentes de mobilização e participação social destinadas ao fortalecimento do compromisso coletivo com a alfabetização, a recomposição das aprendizagens e a melhoria da qualidade da educação pública municipal.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO

Art. 18. A Política Municipal de Alfabetização será implementada em conformidade com as seguintes diretrizes:
I - garantir a inserção progressiva das crianças na cultura da leitura e da escrita desde a Educação Infantil, respeitando as especificidades da infância, os direitos de aprendizagem e os campos de experiências previstos na Base Nacional Comum Curricular;
II - assegurar a alfabetização de todos os estudantes até o final do segundo ano do Ensino Fundamental, por meio de práticas pedagógicas intencionais, acompanhamento contínuo e intervenções oportunas;
III - promover a recomposição das aprendizagens dos estudantes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, considerando os diferentes níveis de desenvolvimento, as evidências de aprendizagem e as necessidades individuais e coletivas;
IV- fortalecer práticas pedagógicas fundamentadas em evidências científicas, alinhadas à Base Nacional Comum Curricular, ao Currículo Potiguar e às Diretrizes Curriculares Nacionais;
V - assegurar a integração entre alfabetização, letramento, oralidade, produção escrita, leitura, cultura escrita e letramento matemático, compreendendo esses processos como dimensões indissociáveis do desenvolvimento humano;
VI - promover práticas pedagógicas inclusivas, equitativas e antirracistas, dedicadas à valorização da diversidade, da Educação em Direitos Humanos, da educação ambiental, da cidadania e da cultura de paz;
VII - fortalecer a articulação entre currículo, planejamento, avaliação, formação continuada e acompanhamento pedagógico, assegurando coerência entre as ações desenvolvidas pela Rede Municipal de Ensino;
VIII - fomentar ambientes alfabetizadores ricos em interações, múltiplas linguagens, literatura, experiências estéticas, recursos didáticos e tecnologias educacionais, favorecendo o desenvolvimento integral das crianças e estudantes;
IX - promover o uso pedagógico das avaliações e dos indicadores educacionais, norteando o planejamento, o monitoramento e a tomada de decisões em todos os níveis da gestão educacional;
X - incentivar a inovação pedagógica, a pesquisa educacional e a disseminação de práticas exitosas, fortalecendo a produção de conhecimentos no âmbito da Rede Municipal de Ensino;
XI - fortalecer a participação das famílias e da comunidade escolar, reconhecendo sua corresponsabilidade no desenvolvimento das aprendizagens;
XII - assegurar a cooperação institucional entre o Município, a União, o Estado, instituições de ensino superior e demais parceiros estratégicos, visando ao aperfeiçoamento permanente da PMAJ.
Art. 19. A implementação das diretrizes previstas neste Decreto deverá considerar:
I - os diferentes contextos socioculturais, econômicos e territoriais das unidades de ensino;

II - as especificidades da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
III - as modalidades da Educação Básica ofertadas pela Rede Municipal de Ensino;
IV - as necessidades específicas das crianças e dos estudantes a que se destina a Educação Especial;
V - as especificidades da Educação Escolar do Campo, da Educação das Relações Étnico-Raciais, da Educação Escolar Quilombola, da Educação Escolar Indígena e das demais políticas de diversidade implementadas pela Rede Municipal de Ensino.
Art. 20. As ações decorrentes da Política Municipal de Alfabetização deverão observar, de forma integrada:
I - a indissociabilidade entre cuidar, educar e brincar na Educação Infantil;
II - a garantia dos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças da Educação Infantil, previstos na BNCC;
III - a continuidade dos processos de aprendizagem entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental;
IV- a articulação entre alfabetização, desenvolvimento integral e formação cidadã;
V- o respeito às singularidades das crianças e dos estudantes e aos diferentes tempos de aprendizagem;
VI - a utilização de metodologias diversificadas, recursos pedagógicos acessíveis e estratégias de ensino capazes de favorecer a aprendizagem de todos;
VII - o compromisso permanente com a melhoria da qualidade social da educação pública municipal.
Art. 21. As diretrizes da PMAJ deverão orientar:
I - o planejamento pedagógico da Rede Municipal de Ensino;
II- a elaboração dos Projetos Político-Pedagógicos das unidades escolares;
III - os Planos Institucionais de Alfabetização e Recomposição das Aprendizagens;
IV - os programas, projetos e ações desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Educação;
V - os processos de formação continuada;
VI - os sistemas de monitoramento, avaliação e acompanhamento das aprendizagens;
VII - os instrumentos de cooperação institucional celebrados pelo Município.

CAPÍTULO V

DOS EIXOS ESTRATÉGICOS DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO

Art. 22. A implementação da Política Municipal de Alfabetização desenvolver-se-á de maneira integrada e sistêmica, por meio dos seguintes eixos estratégicos:
I - Governança e Gestão Educacional;
II - Currículo, Alfabetização e Práticas Pedagógicas;
III - Formação e Desenvolvimento Profissional;
IV- Monitoramento, Avaliação e Gestão Baseada em Evidências;
V - Equidade, Inclusão e Diversidade;
VI - Programas, Projetos e Recomposição das Aprendizagens;
VII - Participação Social e Corresponsabilização;
VIII - Inovação, Tecnologia e Cultura Digital.

Seção I

Da Governança e Gestão Educacional

Art. 23. O eixo de Governança e Gestão Educacional compreende as ações destinadas ao planejamento, coordenação, acompanhamento e aperfeiçoamento permanente da Política Municipal de Alfabetização.
Art. 24. Constituem objetivos do eixo de Governança e Gestão Educacional:
I- fortalecer a gestão pedagógica da Rede Municipal de Ensino;
II - consolidar mecanismos permanentes de planejamento estratégico;
III - estabelecer metas e indicadores de desempenho;
IV - promover a integração entre os diferentes setores da Secretaria Municipal de Educação;
V - fortalecer a autonomia pedagógica das unidades de ensino;
VI - assegurar a continuidade das ações da Política Municipal de Alfabetização.

Seção II

Do Currículo, da Alfabetização e das Práticas Pedagógicas

Art. 25. O eixo de Currículo, da Alfabetização e das Práticas Pedagógicas, destina-se à consolidação de práticas pedagógicas alinhadas ao Currículo da Rede Municipal de Ensino, fundamentadas em evidências científicas e comprometidas com o desenvolvimento integral dos estudantes.
Art. 26. Constituem objetivos do eixo de Currículo, da Alfabetização e das Práticas Pedagógicas:
I - fortalecer a cultura da leitura e escrita desde a Educação Infantil;
II - assegurar a alfabetização na idade certa;
III - promover práticas permanentes de leitura, escrita, oralidade e letramento matemático;
IV - integrar diferentes linguagens e áreas do conhecimento;
V- fomentar metodologias ativas e práticas pedagógicas inovadoras;
VI - assegurar a continuidade das aprendizagens entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental.

Seção III

Da Formação e do Desenvolvimento Profissional

Art. 27. A Secretaria Municipal de Educação manterá uma política permanente de formação e desenvolvimento profissional destinada aos gestores, supervisores pedagógicos, professores e demais profissionais da educação envolvidos na implementação desta Política.
§ 1º A formação continuada será planejada com base:
I - nas evidências produzidas pela Rede Municipal;
II - nos resultados das avaliações internas e externas;
III - nas prioridades curriculares;
IV- nas demandas das unidades de ensino;
V - nas políticas nacionais e estaduais de alfabetização.
§ 2º A formação deverá promover:
I - aperfeiçoamento das práticas pedagógicas;
II - fortalecimento da liderança pedagógica;
III - desenvolvimento de competências profissionais;
IV- compartilhamento de práticas exitosas;
V - incentivo à produção de conhecimento no âmbito da Rede Municipal de Ensino.

Seção IV

Do Monitoramento, da Avaliação e da Gestão Baseada em Evidências

Art. 28. A implementação da Política Municipal de Alfabetização será acompanhada por um sistema permanente de monitoramento e avaliação orientado por evidências.
Art. 29. O sistema compreenderá, entre outros instrumentos:
I - avaliações diagnósticas;
II - avaliações formativas;
III - indicadores educacionais;
IV- acompanhamento das aprendizagens e desenvolvimento;
V- painéis gerenciais;
VI - relatórios técnicos;
VII- planos de intervenção pedagógica;
VIII - monitoramento das metas da PMAJ.

Seção V

Da Equidade, Inclusão e Diversidade

Art. 30. As ações da Política Municipal de Alfabetização deverão promover:
I - redução das desigualdades educacionais;
II - valorização da diversidade humana;
III - práticas pedagógicas inclusivas;
IV- educação para as relações étnico-raciais;
V - educação em Direitos Humanos;
VI - acessibilidade e desenho universal para aprendizagem;
VII - enfrentamento de todas as formas de discriminação.

Seção VI

Dos Programas, Projetos e da Recomposição das Aprendizagens

Art. 31. O eixo Programas, Projetos e da Recomposição das Aprendizagens compreende o conjunto de programas, projetos, intervenções pedagógicas e estratégias institucionais destinados ao fortalecimento da alfabetização e à recomposição das aprendizagens.
Parágrafo único. As ações deste eixo deverão priorizar:
I - intervenções pedagógicas oportunas;
II - atendimento aos estudantes com defasagens de aprendizagem;
III - ampliação das oportunidades educativas;
IV - fortalecimento dos projetos de leitura;
V - desenvolvimento do letramento matemático;
VI - acompanhamento individualizado das aprendizagens.

Seção VII

Da Participação Social e da Corresponsabilização

Art. 32. A Secretaria Municipal de Educação promoverá ações permanentes destinadas ao fortalecimento da participação das

famílias, dos Conselhos Escolares, do Conselho Municipal de Educação, do Comitê Municipal de Alfabetização, das instituições parceiras e da comunidade na implementação da Política Municipal de Alfabetização, tendo como objetivos:
I - ampliar a participação das famílias;
II - fortalecer a cultura da corresponsabilidade;
III - incentivar redes colaborativas de aprendizagem;
IV - promover transparência e controle social.

Seção VIII

Da Inovação, Tecnologia e Cultura Digital

Art. 33. A Política Municipal de Alfabetização incentivará a utilização pedagógica das tecnologias digitais como instrumentos de apoio à aprendizagem, ao monitoramento e ao desenvolvimento profissional, compreendendo ações de:
I - utilização de recursos tecnológicos para apoio ao processo de alfabetização;
II - desenvolvimento de ambientes digitais de aprendizagem;
III - produção de materiais educacionais digitais;
IV- utilização de plataformas de acompanhamento pedagógico;
V- incentivo à inovação educacional;
VI - fortalecimento da cultura digital na Rede Municipal de Ensino.

CAPÍTULO VI

DA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO

Seção I

Das Estratégias de Implementação

Art. 34. A Política Municipal de Alfabetização será implementada de forma sistêmica, contínua e articulada em todas as unidades de ensino da Rede Pública Municipal de Ensino, observando os princípios, diretrizes e eixos estratégicos estabelecidos neste Decreto.
Parágrafo único. A implementação compreenderá ações integradas de gestão, currículo, formação continuada, acompanhamento pedagógico, avaliação, monitoramento e recomposição das aprendizagens.

Seção II

Do Plano Institucional de Alfabetização e Recomposição de Aprendizagens

Art. 35. Cada Unidade de Ensino elaborará seu Plano Institucional de Alfabetização e Recomposição das Aprendizagens, em consonância com:
I - a Política Municipal de Alfabetização;
II - o Projeto Político-Pedagógico;
III - o Currículo da Rede Municipal;
IV- os indicadores educacionais das unidades de ensino;
V- os resultados das avaliações internas e externas.
Art. 36. O Plano, no mínimo, deverá conter:
I - diagnóstico institucional das aprendizagens;
II- análise de indicadores educacionais;
III- metas anuais de alfabetização;
IV- estratégias pedagógicas;
V- plano de recomposição das aprendizagens;
VI - ações voltadas à equidade e inclusão;
VII - cronograma de execução;
VIII - indicadores de monitoramento;
IX- mecanismos de acompanhamento e avaliação;
X- estratégias de participação das famílias.
Parágrafo único. O Plano será revisado anualmente ou sempre que os indicadores educacionais demonstrarem a necessidade de revisão das estratégias pedagógicas.

Seção III

Da Organização do Trabalho Pedagógico

Art. 37. A organização do trabalho pedagógico deverá assegurar:
I - planejamento coletivo e colaborativo;
II - acompanhamento sistemático das aprendizagens;
III- utilização pedagógica das avaliações internas e externas;
IV- intervenções pedagógicas oportunas;
V - integração entre Educação Infantil e Ensino Fundamental;
VI- articulação entre gestão escolar, supervisão pedagógica e docentes;
VII - acompanhamento individual do percurso de aprendizagem das crianças e estudantes.

Seção IV

Das Intervenções Pedagógicas

Art. 38. As unidades escolares deverão desenvolver estratégias permanentes de intervenção pedagógica destinadas aos estudantes que apresentem dificuldades de aprendizagem, observando:
I - identificação precoce das necessidades;
II- utilização de avaliações diagnósticas;
III - elaboração de planos individualizados quando necessário;
IV - monitoramento contínuo da evolução das aprendizagens;
V - reorganização periódica das estratégias de ensino.
§ 1º As intervenções deverão ocorrer, preferencialmente, durante o processo regular de escolarização, sem prejuízo da oferta de programas específicos de recomposição das aprendizagens.
§ 2º A Secretaria Municipal de Educação poderá instituir programas complementares destinados ao fortalecimento da alfabetização e da recomposição das aprendizagens.

Seção V

Da Transição entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental

Art. 39. A transição entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental deverá constituir processo pedagógico contínuo, planejado e articulado entre as unidades de ensino e suas equipes pedagógicas.
Parágrafo único. A articulação entre as etapas deverá considerar:
I - o percurso formativo das crianças;
II - os registros pedagógicos produzidos na Educação Infantil;
III - a continuidade das experiências relacionadas à cultura da leitura e da escrita na Educação Infantil;
IV - o respeito às especificidades do desenvolvimento infantil;
V - a integração entre os profissionais das duas etapas de ensino.

Seção VI

Da Cultura, Leitura e Escrita dos Ambientes Alfabetizadores

Art. 40. As unidades de Ensino deverão promover ambientes alfabetizadores que favoreçam experiências permanentes de leitura, escrita, oralidade, produção cultural, investigação, ludicidade e letramento matemático.
Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Educação incentivará a ampliação dos espaços de aprendizagem, compreendendo bibliotecas, salas de leitura, laboratórios, ambientes digitais, espaços maker e demais recursos educacionais destinados ao fortalecimento da cultura escrita.

Seção VII

Da Cooperação Pedagógica

Art. 41. A implementação da Política Municipal de Alfabetização fundamentar-se-á na atuação colaborativa entre gestores escolares, equipes pedagógicas, professores, profissionais da educação, famílias e instituições parceiras.
Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Educação promoverá mecanismos permanentes de cooperação técnica, intercâmbio de experiências e disseminação de práticas exitosas entre as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino.

CAPÍTULO VII

DAS METAS, DOS INDICADORES E DA GESTÃO PARA RESULTADOS

Seção I

Das Metas Estratégicas

Art. 42. A Política Municipal de Alfabetização será orientada por metas estratégicas de curto, médio e longo prazo, destinadas à melhoria contínua da aprendizagem e à garantia do direito à alfabetização de todos os estudantes da Rede Pública Municipal de Ensino.
§ 1º As metas observarão:
I - os objetivos estabelecidos neste Decreto;
II - as metas do Plano Municipal de Educação;
III - os compromissos assumidos pelo Município perante os programas nacionais e estaduais de alfabetização;
IV- os indicadores educacionais produzidos pela Rede Municipal de Ensino.
§ 2º As metas serão revisadas periodicamente pela Secretaria Municipal de Educação, considerando a evolução dos resultados e as evidências produzidas pelo Observatório Municipal da Educação.

Seção II

Do Plano Municipal de Metas da Alfabetização

Art. 43. A Secretaria Municipal de Educação elaborará e manterá atualizado o Plano Municipal de Metas da Alfabetização, instrumento de planejamento estratégico destinado ao acompanhamento da implementação desta Política.

Parágrafo único. O Plano Municipal de Metas deverá contemplar, entre outros elementos:
I - objetivos estratégicos;
II - metas anuais e plurianuais;
III - indicadores de desempenho;
IV - responsáveis institucionais;
V- cronograma de execução;
VI - mecanismos de monitoramento;
VII - estratégias de apoio às unidades de ensino;
VIII - metodologia de avaliação dos resultados.

Seção III

Dos Indicadores Estratégicos

Art. 44. A implementação da Política Municipal de Alfabetização será acompanhada por indicadores educacionais que permitam avaliar a efetividade das ações desenvolvidas pela Rede Municipal de Ensino, os quais poderão contemplar, entre outros aspectos:
I - alfabetização na idade prevista;
II - desenvolvimento da fluência leitora;
III - evolução da compreensão leitora;
IV- desenvolvimento da produção escrita;
V- letramento matemático;
VI - recomposição das aprendizagens;
VII- equidade entre escolas e territórios;
VIII - frequência escolar;
IX- participação nas avaliações internas e externas;
X- formação continuada dos profissionais da educação;
XI - implementação das ações previstas nesta Política.

Seção IV

Do Monitoramento das Metas

Art. 45. O acompanhamento das metas será realizado de forma contínua pela Secretaria Municipal de Educação, utilizando os indicadores produzidos pela Rede Municipal de Ensino.
§ 1º O monitoramento deverá servir de subsídio para:
I - o planejamento pedagógico;
II - a definição de prioridades;
III - a alocação de recursos;
IV- a implementação de programas e projetos;
V - a revisão das estratégias de intervenção.
§ 2º Sempre que necessário, poderão ser estabelecidos planos específicos de melhoria para unidades de ensino, territórios ou grupos de estudantes que apresentem resultados inferiores aos indicadores definidos pela Secretaria Municipal de Educação.

Seção V

Da Melhoria Contínua

Art. 46. Os resultados produzidos pelo monitoramento da Política Municipal de Alfabetização deverão orientar processos contínuos de aperfeiçoamento institucional, assegurando:
I - revisão periódica das estratégias pedagógicas;
II - fortalecimento das políticas de formação continuada;
III - aperfeiçoamento dos processos de gestão;
IV- atualização dos instrumentos de acompanhamento;
V - disseminação de práticas exitosas;
VI- fortalecimento da cultura de planejamento, avaliação e inovação na Rede Municipal de Ensino.
Parágrafo único. A melhoria contínua constitui princípio permanente da Política Municipal de Alfabetização e deverá orientar todas as decisões administrativas e pedagógicas relacionadas à sua implementação.

CAPÍTULO VIII

DO SISTEMA MUNICIPAL DE MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E COMPANHAMENTO DA ALFABETIZAÇÃO

Art. 47. Fica instituído o Sistema Municipal de Monitoramento, Avaliação e Acompanhamento da Alfabetização de Janduís- SIMAJ, como instrumento permanente de Gestão da Política Municipal de Alfabetização, destinado ao acompanhamento da implementação desta Política, da aprendizagem das crianças e dos estudantes e da melhoria contínua da qualidade da educação.
Art. 48. O SIMAJ tem por objetivos:
I - acompanhar o desenvolvimento das aprendizagens das crianças e dos estudantes da Rede Municipal de Ensino;
II - subsidiar o planejamento e o replanejamento das ações pedagógicas;
III - produzir evidências para a tomada de decisões da gestão educacional;
IV - monitorar a execução das metas estabelecidas pela Política Municipal de Alfabetização;
V - identificar fatores que contribuam para a melhoria da aprendizagem e para a redução das desigualdades educacionais;
VI - orientar a implementação de estratégias de intervenção pedagógica e de recomposição das aprendizagens;
VII - fortalecer a cultura de avaliação, acompanhamento e melhoria contínua na Rede Municipal de Ensino.
Art. 49. O SIMAJ será composto pelos seguintes instrumentos:
I - avaliações diagnósticas;
II - avaliações formativas;
III - Simulado Municipal Criança Alfabetizada (SIMCA);
IV - avaliações de fluência leitora;
V- instrumentos de acompanhamento individual da aprendizagem;
VI - indicadores educacionais da Rede Municipal de Ensino;
VII - relatórios pedagógicos produzidos pelas unidades de ensino;
VIII - dados provenientes das avaliações estaduais e nacionais;
IX- monitoramento das habilidades essenciais;
X - acompanhamento da recomposição das aprendizagens;
XI- outros instrumentos instituídos pela Secretaria Municipal de Educação.
Art. 50. Os resultados produzidos pelo SIMCA deverão subsidiar:
I - o planejamento pedagógico das unidades de ensino;
II - a elaboração e o acompanhamento dos Planos Institucionais de Alfabetização e Recomposição das Aprendizagens;
III - a definição das ações de formação continuada;
IV - a implementação de programas e projetos voltados ao fortalecimento da alfabetização;
V - as ações de recomposição das aprendizagens;
VI - o acompanhamento das metas da Política Municipal de Alfabetização;
VII - a produção de relatórios técnicos destinados à gestão educacional.
Art. 51. O Simulado Municipal Criança Alfabetizada (SIMCA) constitui instrumento oficial da Política Municipal de Alfabetização destinado à produção de evidências sobre o desenvolvimento das aprendizagens dos estudantes da Rede Municipal de Ensino.
§ 1º O SIMCA será regulamentado pela Secretaria Municipal de Educação quanto à sua periodicidade, matriz de referência, público-alvo, procedimentos de aplicação e utilização pedagógica dos resultados.
§ 2º Os resultados do SIMCA possuirão finalidade exclusivamente pedagógica e institucional, destinando-se ao fortalecimento das práticas de ensino, do planejamento de unidades de ensino e da melhoria da aprendizagem.
Art. 52. A Secretaria Municipal de Educação elaborará, anualmente, relatório de monitoramento da Política Municipal de Alfabetização, contendo:
I - análise dos indicadores educacionais;
II - evolução das metas estabelecidas;
III - resultados das avaliações realizadas;
IV - panorama das ações de formação continuada;
V - resultados das ações de recomposição das aprendizagens;
VI- identificação de boas práticas desenvolvidas pelas unidades escolares;
VII- recomendações para o aperfeiçoamento da Política Municipal de Alfabetização.
Art. 53. As unidades escolares deverão considerar os resultados produzidos pelo Sistema Municipal de Monitoramento, Avaliação e Acompanhamento da Alfabetização como referência para subsidiar o planejamento, a avaliação institucional, a organização das intervenções pedagógicas e o acompanhamento do desenvolvimento das aprendizagens dos estudantes.

CAPÍTULO IX

DA FORMAÇÃO CONTINUADA

Art. 54. A Secretaria Municipal de Educação assegurará a oferta permanente de formação continuada aos profissionais da educação que atuam na implementação da Política Municipal de Alfabetização, como estratégia para o fortalecimento das práticas pedagógicas, a melhoria da aprendizagem e o desenvolvimento profissional.
Art. 55. A formação continuada será planejada e desenvolvida em consonância com:
I - os princípios, diretrizes e objetivos desta Política;
II - a Base Nacional Comum Curricular;

III - o Currículo da Rede Municipal de Ensino;
IV - Currículo Potiguar;
V- os resultados das avaliações internas e externas;
VI - os indicadores educacionais produzidos pela Rede Municipal de Ensino;
VII - as necessidades formativas identificadas nas unidades de ensino.
Art. 56 São objetivos da política de formação continuada:
I - fortalecer os conhecimentos científicos, pedagógicos e metodológicos relacionados à alfabetização, ao letramento, à cultura da leitura, da escrita e ao letramento matemático;
II - qualificar as práticas pedagógicas desenvolvidas na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
III - aperfeiçoar o planejamento, o acompanhamento e a avaliação das aprendizagens na Educação Infantil e dos Anos Iniciais;
IV - fortalecer práticas pedagógicas inclusivas, equitativas, antirracistas e comprometidas com a Educação em Direitos Humanos;
V - desenvolver estratégias voltadas à recomposição das aprendizagens;
VI - incentivar a inovação pedagógica, a pesquisa educacional e o compartilhamento de experiências exitosas;
VII - promover o uso pedagógico das avaliações e dos indicadores educacionais na tomada de decisões.
Art. 57. As ações de formação continuada poderão compreender, entre outras estratégias:
I- cursos presenciais e a distância;
II - jornadas pedagógicas;
III - seminários;
IV- oficinas;
V- grupos de estudo;
VI- formação em serviço;
VII- acompanhamento pedagógico;
VIII- produção e socialização de materiais pedagógicos;
IX- intercâmbio de experiências entre unidades de ensino;
X- outras estratégias definidas pela Secretaria Municipal de Educação.
Art. 58. A Secretaria Municipal de Educação promoverá ações permanentes destinadas à identificação, valorização e disseminação de práticas pedagógicas bem-sucedidas desenvolvidas pelas unidades de ensino da Rede Municipal de Ensino, visando ao fortalecimento da aprendizagem e à melhoria contínua da qualidade da educação.
Art. 59. A política de formação continuada deverá promover a articulação entre teoria e prática, considerando os resultados das avaliações, os indicadores educacionais, as evidências produzidas pela Rede Municipal de Ensino e os desafios identificados no cotidiano escolar.
Parágrafo único. As ações formativas deverão observar as especificidades da Educação Infantil, dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e das diferentes modalidades de ensino ofertadas pela Rede Municipal, respeitando os princípios da equidade, da inclusão e da valorização da diversidade.

CAPÍTULO X
DA RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS

Art. 60. A recomposição das aprendizagens constitui estratégia contínua da Política Municipal de Alfabetização, destinada a assegurar o desenvolvimento das habilidades e competências essenciais dos estudantes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental que apresentem defasagens de aprendizagem, respeitados seus diferentes ritmos, necessidades e trajetórias educacionais.
Art. 61. As ações de recomposição das aprendizagens deverão:
I - fundamentar-se em avaliações diagnósticas e no acompanhamento contínuo do desenvolvimento dos estudantes;
II - considerar as habilidades e competências essenciais previstas na Base Nacional Comum Curricular, no Currículo Potiguar e no Currículo da Rede Municipal de Ensino;
III - priorizar intervenções pedagógicas planejadas, sistemáticas e intencionais;
IV - respeitar os diferentes tempos e formas de aprendizagem;
V - promover a aprendizagem com equidade, inclusão e respeito à diversidade;
VI - articular-se ao planejamento pedagógico das unidades escolares.
Art. 62. Compete à Secretaria Municipal de Educação:
I - estabelecer diretrizes para implementação das ações de recomposição das aprendizagens;
II - disponibilizar orientações técnicas, materiais pedagógicos e instrumentos de acompanhamento;
III - promover formação continuada voltada às estratégias de recomposição das aprendizagens;
IV- acompanhar os resultados das ações desenvolvidas pelas unidades escolares;
V - apoiar tecnicamente as equipes gestoras e pedagógicas na implementação das estratégias de intervenção.
Art. 63. Compete às unidades escolares:
I - identificar os estudantes que necessitem de ações de recomposição das aprendizagens;
II - elaborar estratégias pedagógicas adequadas às necessidades identificadas;
III - acompanhar sistematicamente o desenvolvimento dos estudantes;
IV - registrar e monitorar a evolução das aprendizagens;
V - promover a articulação entre gestão escolar, supervisão pedagógica, docentes e famílias no acompanhamento das ações de recomposição.
Art. 64. As ações de recomposição das aprendizagens poderão compreender, entre outras estratégias:
I - intervenções pedagógicas durante o processo regular de ensino;
II - atividades complementares de aprendizagem;
III - atendimento em contraturno, quando houver oferta pela Rede Municipal de Ensino;
IV - organização de agrupamentos pedagógicos flexíveis;
V- utilização de recursos pedagógicos diversificados e tecnologias educacionais;
VI- projetos específicos voltados ao fortalecimento da leitura, da escrita, da oralidade e do letramento matemático.
Art. 65. O planejamento, a execução e o acompanhamento das ações de recomposição das aprendizagens deverão integrar o Plano Institucional de Alfabetização e Recomposição das Aprendizagens da unidade escolar, observando os resultados das avaliações, os indicadores educacionais e as diretrizes estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação.
Art. 66. A Secretaria Municipal de Educação monitorará periodicamente os resultados das ações de recomposição das aprendizagens, utilizando as informações produzidas pelo Sistema Municipal de Monitoramento e Avaliação para subsidiar o aperfeiçoamento contínuo da Política Municipal de Alfabetização.

CAPÍTULO XI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 67. O acompanhamento da Política Municipal de Alfabetização observará indicadores quantitativos e qualitativos capazes de aferir:
I - os níveis de alfabetização dos estudantes;
II - a evolução das aprendizagens;
III - a recomposição das aprendizagens;
IV- a equidade entre escolas e territórios;
V - a frequência e permanência escolar;
VI - a participação nas avaliações internas e externas;
VII - a efetividade das intervenções pedagógicas;
VIII - os resultados das políticas de formação continuada;
IX- a evolução dos indicadores educacionais municipais, estaduais e nacionais.
§ 1º Os indicadores poderão ser atualizados periodicamente pela Secretaria Municipal de Educação, observadas as diretrizes da Política Municipal de Alfabetização de Janduís - PMAJ.
§ 2º A definição de novos indicadores deverá considerar evidências científicas, referenciais nacionais e necessidades identificadas na Rede Municipal de Ensino.
Art. 68. A Secretaria Municipal de Educação divulgará periodicamente informações consolidadas sobre a execução da PMAJ, assegurando transparência, publicidade e controle social.
Parágrafo único. Sempre que possível, os resultados serão apresentados em painéis públicos, relatórios técnicos e documentos institucionais, preservando-se os dados pessoais e as informações protegidas pela legislação vigente.
Art. 69. A PMAJ será submetida a processo permanente de avaliação institucional, destinado a verificar sua efetividade, eficiência, impacto e capacidade de promover a melhoria contínua da aprendizagem.
§ 1º A avaliação institucional considerará, entre outros aspectos:
I - cumprimento das metas;
II- qualidade da implementação;
III - evolução dos indicadores educacionais;
IV- resultados das avaliações;
V - percepção das unidades de ensino.

§ 2º. Os resultados das avaliações subsidiarão a revisão periódica da Política Municipal de Alfabetização de Janduís e orientarão o planejamento das ações da Secretaria Municipal de Educação.
Art. 70. A implementação da PMAJ observará os princípios da gestão democrática, da cooperação institucional, da transparência, da eficiência administrativa, da melhoria contínua da aprendizagem e da garantia do direito à educação de qualidade para todos os estudantes da Rede Pública Municipal de Ensino.
Art. 71. A Secretaria Municipal de Educação expedirá os atos normativos complementares necessários à execução deste Decreto, especialmente aqueles destinados a disciplinar:
I - os procedimentos de monitoramento e avaliação da Política Municipal de Alfabetização de Janduís;
II - a organização e o funcionamento do Comitê Municipal de Alfabetização;
III - os instrumentos de acompanhamento das aprendizagens;
IV- o funcionamento do Simulado Municipal Criança Alfabetizada (SIMCA);
V - a elaboração, o acompanhamento e a avaliação dos Planos Institucionais de Alfabetização e Recomposição das Aprendizagens das unidades escolares;
VI - os programas, projetos e demais ações necessárias à implementação desta Política.
Art. 72. A PMAJ será implementada em articulação com as demais políticas educacionais do Município, observando o Plano Municipal de Educação, o Currículo da Rede Municipal de Ensino, o Currículo Potiguar, o Projeto Político-Pedagógico das unidades escolares e os demais instrumentos de planejamento e gestão da educação municipal.
Art. 73. A Secretaria Municipal de Educação promoverá a revisão periódica da PMA, considerando:
I - a evolução dos indicadores educacionais;
II - os resultados das avaliações internas e externas;
III - as evidências produzidas pelo Sistema Municipal de Monitoramento e Avaliação;
IV - as atualizações da legislação educacional;
V - as contribuições das unidades escolares, dos profissionais da educação, das famílias e das instituições parceiras.
Parágrafo único. A revisão da PMAJ terá por finalidade assegurar sua atualização permanente, o aperfeiçoamento das ações desenvolvidas e a melhoria contínua da qualidade da educação pública municipal.
Art. 74. Os casos omissos e as situações excepcionais decorrentes da aplicação deste Decreto serão solucionados pela Secretaria Municipal de Educação, observadas as normas constitucionais, legais e regulamentares aplicáveis, cabendo ao Secretário Municipal de Educação expedir as portarias complementares necessárias à sua execução.
Art. 75. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Janduís/RN, 16 de setembro de 2026.

ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:358D1D81

GABINETE DO PREFEITO
JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA
Nº 95/2026 EMPENHO Nº 119/2026

CONSIDERANDO a previsão do Art. 141 e incisos, da Lei nº. 14.133/21, especialmente sobre a necessidade de observância da ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, e a possibilidade de alteração mediante prévia justificativa, com a comunicação ao órgão de controle interno e ao Tribunal de Contas.
CONSIDERANDO o teor da Resolução nº. 011/2024 – TCE, de 16 de maio de 2024, bem como o Decreto Municipal nº. 022/2017, de 18 de setembro de 2017, disciplinando, igualmente, a obrigatoriedade de observância da ordem cronológica, com a possibilidade de alteração, segundo as previsões extraídas do conteúdo de ambas as normas.
CONSIDERANDO a natureza do contrato de fornecimento de combustível e que a descontinuidade teria o condão de gerar impactos negativos ao interesse público, principalmente diante da essencialidade de utilização de combustíveis nos mais diversos seguimentos.
Por estes motivos, justifica-se a alteração da ordem cronológica para o pagamento dos valores devidos à **R C F SILVA - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 24.594.640/0002-16,** relativamente aos empenhos de nº **366/2026, 367/2026, 369/2026, 370/2026 e 371/2026**, no valor de **R$ 15.402,78 (quinze mil, quatro centos e dois reais e setenta e oito centavos), referente** às **Notas Fiscais de nº 3883, 3886, 3884, 3887 e 3885**, possibilitando a continuidade no fornecimento, de modo a preservar a manutenção dos serviços públicos com a utilização de transportes diversos.
A adoção da presente medida é justificada dada a essencialidade dos serviços públicos prestados a partir do fornecimento de combustíveis por parte da pessoa jurídica acima indicada, motivo pelo qual, à manutenção da estrutura em comento é essencial para o bom funcionamento da Municipalidade, motivo pelo qual prossegue-se com esta medida para que surta os efeitos jurídicos e legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

Janduís/RN, 22 de setembro de 2026.

ADRIANO ARAÚJO DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:9E4812DC

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº755/2026.

ALTERA O ART. 1º DA LEI Nº 744, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2026, PARA RETIFICAR A DATA DE FUNDAÇÃO DA UNIDADE DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JANDUÍS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º. O art. 1º da Lei nº 744, de 11 de fevereiro de 2026, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 1º. Fica reconhecida a denominação do Jardim Escola Municipal Tia Alice, fundada em 01 de agosto de 1985, cuja alteração nominal se efetiva em consonância com o art. 2º desta Lei".
Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Janduís/RN, 22 de setembro de 2026.

ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:AF93267F

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº756/2026.

ALTERA A LEI Nº. 752/2026, QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – COMPIR, E DO FUNDO MUNICIPAL PARA PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DO MUNICÍPIO DE JANDUÍS/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JANDUÍS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º. A Lei nº. 752/2026, passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 4º. O Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial será composto por 8 (oito) integrantes e respectivos suplentes, dos quais 50% (cinquenta por cento) serão representantes do Poder Público e 50% (cinquenta por cento) serão representantes da sociedade civil

organizada, com mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução.
Art. 5º. A representação do Poder Público será composta por 04 (quatro) titulares e 04 (quatro) suplentes, que deverão ser servidores públicos municipais indicados pelo Chefe do Poder Executivo, sendo 1 (um) titular e 1 (um) suplente integrantes de cada um dos seguintes Departamentos:
I - Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico;
II - Secretaria Municipal de Assistência Social, Habitação e Promoção Humana;
III - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;
IV - Fundação de Cultura Mestre Dadá.
Art. 6º. A representação da sociedade civil organizada será composta por 4 (quatro) titulares e 4 (quatro) suplentes, sendo 1 (um) titular e 1 (um) suplente indicados por cada um dos seguintes segmentos:
I - Representantes da sociedade civil de entidades e movimentos sociais;
II - Representantes da sociedade civil de lideranças religiosas de matriz africana;
III - Representantes da sociedade civil de juventude negra;
IV - Representantes da sociedade civil de mulheres negras do movimento LGBTQIA+ negro.
Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Janduís/RN, 22 de setembro de 2026.

ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:957EDAC3

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº757/2026.

ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 382, DE 16 DE AGOSTO DE 2010, PARA ADEQUAR A BASE DE CÁLCULO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE – ACS E DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS – ACE À LEGISLAÇÃO FEDERAL, ALTERA A TABELA DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JANDUÍS/RN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, faz saber que o Poder Legislativo aprovou e ele sanciona a presente Lei:
Art. 1º. Fica alterada a redação do art. 2º da Lei Municipal nº 621, de 26 de julho de 2022, passando a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 2º Aos Agentes Comunitários de Saúde e aos Agentes de Combate às Endemias será concedido, em razão dos riscos inerentes às funções desempenhadas, e, somado aos vencimentos, o adicional de insalubridade de 20% (vinte por cento), sobre o salário base, previsto no art. 1º da presente Lei".
Art. 2º. O art. 8º da Lei Municipal nº 382, de 16 de agosto de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 8º O adicional de insalubridade de que trata esta Lei será calculado sobre o salário mínimo nacional vigente, ressalvadas as hipóteses em que legislação específica estabeleça base de cálculo diversa.
(...)
c) Aos Agentes Comunitários de Saúde – ACS e aos Agentes de Combate às Endemias – ACE, que exerçam trabalho de forma habitual e permanente em condições insalubres, fica assegurada a percepção do adicional de insalubridade, calculado sobre o respectivo salário-base, observados os percentuais estabelecidos nesta Lei e o disposto no art. 9º-A, § 3º, da Lei Federal nº 11.350, de 5 de outubro de 2006."
Art. 3º. A Tabela do Adicional de Insalubridade constante do Anexo da Lei Municipal nº 382/2010, passa a vigorar na forma do Anexo Único desta Lei, ficando incluída a função de Digitador, com adicional de insalubridade correspondente a 20% (vinte por cento) do salário mínimo nacional vigente, observadas as condições e requisitos estabelecidos na Lei Municipal nº 382/2010.
Art. 4º. Fica revogado a Lei Municipal nº 331, de 14 de novembro de 2008.
Art. 5º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente, suplementadas, se necessário.
Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.
Janduís/RN, 22 de setembro de 2026.

ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO
TABELA DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

FUNÇÃO	ADICIONAL DE INSALUBRIDADE
Agente de Combate às Endemias – ACE	20% do salário-base
Agente Comunitário de Saúde – ACS	20% do salário-base
ASG – I (Secretaria de Saúde)	20% do salário mínimo
Atendente de Enfermagem	20% do salário mínimo
Auxiliar de Laboratório	40% do salário mínimo
Assistente Social (Secretaria de Saúde)	10% do salário mínimo
Bioquímico	40% do salário mínimo
Copeira	10% do salário mínimo
Cozinheira	20% do salário mínimo
Digitador	20% do salário mínimo
Enfermeiro	20% do salário mínimo
Fisioterapeuta	20% do salário mínimo
Gari	20% do salário mínimo
Guardas II (Secretaria de Saúde)	20% do salário mínimo
Médico	20% do salário mínimo
Motorista II (Secretaria de Saúde)	20% do salário mínimo
Nutricionista	10% do salário mínimo
Odontólogo	40% do salário mínimo
Auxiliar de Consultório Dentário	20% do salário mínimo
Operador de Raio-X	40% do salário mínimo
Recepcionista (Secretaria de Saúde)	20% do salário mínimo
Sepultador	20% do salário mínimo
Topógrafo	20% do salário mínimo
Tratorista	20% do salário mínimo
Veterinário	40% do salário mínimo

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:90D31616

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 183/2025 – DILATAÇÃO DE PRAZO,

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 183/2025 – DILATAÇÃO DE PRAZO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUÍS-RN E A EMPRESA: 13.755.884 ALEX SANDRO FERREIRA DE MEDEIROS, NA FORMA ABAIXO:

Cláusula Primeira – Das Partes
Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUÍS - RN**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **08.349.003/0001-47**, com sede na Rua do Sul, 139,Birro Onézimo Maia, Janduís - RN, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. **ELVÉCIO GURGEL DE SALES**, doravante denominada CONTRATANTE, e do outro lado a Pessoa Jurídica: **13.755.884 ALEX SANDRO FERREIRA DE MEDEIROS - CNPJ-13.755.884/0001-36**,com endereço na **RUA ELPIDIO GURGEL, 17 , 12 DE JUNHO, Janduis/RN CEP:59690000**, neste ato representada pelo **Sr. ALEX SANDRO FERREIRA DE MEDEIROS**, portador do CPF **nº 053.868.794-05** tem entre si justos e acordados a celebração do Contrato nº 183/2025, sujeitando-se as partes às normas da Lei das Licitações Consolidadas, nº 14.133 e alterações posteriores:

Cláusula Segunda – Do Objeto
Dilatação de prazo aplicado ao contrato nº 183/2025, pelo período de 12 (doze) meses, referente a Dispensa de licitação nº 59/2025, que tem

como objeto: Contratação de pessoa jurídica para futura e eventual prestação de serviços de locação de som de pequeno porte para a utilização em eventos festivos, seminários, conferências, palestras e atividades conforme calendário das unidades administrativas, atendendo as demandas da Prefeitura Municipal de Janduís, Secretarias Municipais e demais Órgãos Vinculados.

Cláusula Terceira – Da Fundamentação Legal: Artigo 107, da lei 14.133/21 e alterações posteriores, em consonância com as cláusulas consignadas no contrato inicial. O presente Termo Aditivo entra em vigência a partir da data de sua assinatura de 21/09/2026 a 21/09/2027.

Cláusula Quarta – Justificativa
A formalização do aditivo da prestação dos serviços justifica – pela necessidade de atender às demandas da Prefeitura Municipal de Janduís, Secretarias Municipais e demais Órgãos Vinculados, mediante a locação de equipamentos de som de pequeno porte para a realização de eventos festivos, seminários, conferências, palestras e demais atividades previstas no calendário institucional, garantindo adequada sonorização e suporte às ações promovidas pelo Município.

Cláusula Quinta – Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo – Esse Termo Aditivo entra em vigência a partir da data de sua assinatura.

Cláusula Sexta – Da Publicação e do Registro
A eficácia deste Termo fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente aditivo, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam os seus efeitos legais.

Janduís-RN, 18 de setembro de 2026

Prefeitura Municipal de Janduís
CNPJ: 08.349.003/0001-47
ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal Contratante

13.755.884 Alex Sandro Ferreira de Medeiros
CNPJ: 13.755.884/0001-36
ALEX SANDRO FERREIRA DE MEDEIROS
Contratado

Publicado por:
Julio Everton Gurgel da Silva
Código Identificador:41E8AB52

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
EXTRATOS DE CONTRATOS

Processo Administrativo: nº 073/2026. **Credenciamento Eletrônico:** nº 003/2026. **Inexigibilidade:** nº 00010/2026. **Contratante:** Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas/RN, CNPJ nº 08.096.604/0001-95. **Objeto:** credenciamento eletrônico de empresa para execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças, produtos e acessórios originais, nos veículos de pequeno, médio e grande porte e máquinas pertencentes à frota municipal, próprios, cedidos, conveniados e locados, da Prefeitura de Jardim de Piranhas/RN. **Vigência:** da assinatura até 18 de setembro de 2027, admitida prorrogação nas hipóteses legais e contratuais. **Fundamento:** Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 11.878/2024 e demais normas aplicáveis. **Data da assinatura:** 18 de setembro de 2026. **Contratos, empresas credenciadas, lotes e valores estimados: Contrato nº 00120/2026 - - Contratada:** VIP TRUCK CENTER COMERCIO VAREJISTA DE PECAS LTDA, CNPJ nº 08.706.374/0001-39. **Lotes contratados:** 03, 04, 05, 06, 07 e 08. **Valor contratual estimado:** R$ 2.320.400,00. **Contrato nº 00121/2026 - Contratada:** TOP PEÇAS VIDRO CENTRO AUTOMOTIVO LTDA EPP, CNPJ nº 23.303.897/0001-28. **Lotes contratados:** 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07 e 08. **Valor contratual estimado:** R$ 2.856.439,50. **Contrato nº 00122/2026 - Contratada:** TRUCK DIESEL CAIACOS OFICINA MECANICA PESADA LTDA, CNPJ nº 23.820.576/0001-09. **Lotes contratados:** 05, 06, 07 e 08. **Valor contratual estimado:** R$ 1.672.500,00. **Contrato nº 00123/2026 - Contratada:** A B AUTO CENTER LTDA, CNPJ nº 26.784.016/0001-26. **Lotes contratados:** 01, 02, 03 e 04. **Valor contratual estimado:** R$ 1.183.939,50. **Contrato nº 00124/2026 - Contratada:** DELLA VIA CENTER CAR LTDA, CNPJ nº 52.528.253/0001-36. **Lotes contratados:** 01, 02, 03 e 04. **Valor contratual estimado:** R$ 1.183.939,50. **Contrato nº 00125/2026 - Contratada:** 57.855.482 FABBY STEFFANY SIMOES PEREIRA, CNPJ nº 57.855.482/0001-89. **Lotes contratados:** 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07 e 08. **Valor contratual estimado:** R$ 2.856.439,50. **Observação:** Os valores contratuais são estimados, e a execução ocorrerá conforme a necessidade da Administração e os critérios de distribuição previstos no edital.

ROGÉRIO SOARES.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Roberto de Sousa Rocha
Código Identificador:F61E1DE9

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO PARCIAL - CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 003/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 073/2026 - INEXIGIBILIDADE Nº 010/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JARDIM DE PIRANHAS/RN, no uso de suas atribuições legais, considerando a regularidade dos atos praticados no processo e as informações constantes do Portal de Compras Públicas, torna pública a HOMOLOGAÇÃO PARCIAL do Credenciamento Eletrônico nº 003/2026, referente às empresas relacionadas abaixo.**Objeto:** contratação de empresa para execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças, produtos e acessórios originais, nos veículos de pequeno, médio e grande porte e máquinas pertencentes à frota municipal, próprios, cedidos, conveniados e locados, da Prefeitura de Jardim de Piranhas/RN.

EMPRESA HOMOLOGADA	CNPJ	LOTES	VALOR TOTAL ESTIMADO
57.855.482 FABBY STEFFANY SIMOES PEREIRA	57.855.482/0001-89	01 a 08	R$ 2.856.439,50
DELLA VIA CENTER CAR LTDA	52.528.253/0001-36	01 a 04	R$ 1.183.939,50
A B AUTO CENTER LTDA	26.784.016/0001-26	01 a 04	R$ 1.183.939,50
TOP PEÇAS VIDRO CENTRO AUTOMOTIVO LTDA EPP	23.303.897/0001-28	01 a 08	R$ 2.856.439,50
TRUCK DIESEL CAIACOS OFICINA MECANICA PESADA LTDA	23.820.576/0001-09	05 a 08	R$ 1.672.500,00
VIP TRUCK CENTER COMERCIO VAREJISTA DE PECAS LTDA	08.706.374/0001-39	03 a 08	R$ 2.320.400,00

O EDITAL DE CREDENCIAMENTO CONTINUA ABERTO ATÉ 30 DE JULHO DE 2027, ÀS 10H. A presente homologação possui caráter parcial e não encerra o procedimento. Durante esse período, novas empresas interessadas poderão solicitar seu credenciamento mediante a apresentação da documentação exigida por meio do Portal de Compras Públicas. A contratação das credenciadas observará as necessidades da Administração, a distribuição das demandas e os demais critérios estabelecidos no instrumento convocatório.**Ressalva:** os valores indicados possuem natureza estimativa e não representam garantia de contratação ou faturamento, ficando a execução condicionada às necessidades da Administração e aos critérios de distribuição estabelecidos no Edital.**HOMOLOGO** o resultado parcial do Credenciamento Eletrônico nº 003/2026 em favor das empresas acima relacionadas, nos lotes e valores estimados indicados, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Jardim de Piranhas/RN, 17 de setembro de 2026.

ROGÉRIO SOARES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto de Sousa Rocha
Código Identificador:49FEC9D8

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
RESULTADO DE CHAMAMENTO PÚBLICO – CREDENCIAMENTO 003/2026 - INEXIGIBILIDADE Nº 010/2026

OBJETO: CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA (COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS, PRODUTOS E ACESSÓRIOS ORIGINAIS), NOS VEÍCULOS DE PEQUENO, MÉDIO, GRANDE PORTE E MÁQUINAS PERTENCENTES À FROTA MUNICIPAL (PRÓPRIOS, CEDIDOS, CONVENIADOS E LOCADOS) DA PREFEITURA DE JARDIM DE PIRANHAS–RN. CREDENCIADOS nos termos do instrumento convocatório: DELLA VIA CENTER CAR LTDA; FABBY STEFFANY SIMÕES PEREIRA; A B AUTO CENTER LTDA; TOP PEÇAS VIDROS CENTRO AUTOMOTIVO LTDA; TRUCK DIESEL CAIACOS OFICINA MECANICA PESADA LTDA e VIP TRUCK CENTER COMERCIO VAREJISTA DE PECAS LTDA. Informações: das 07:00 as 13:00 horas dos dias úteis, no endereço: Av. Gov. Dix–sept Rosado, 144 - Centro - Jardim de Piranhas - RN.Telefone: (84) 34232240. E-mail: licitajp@gmail.com. Jardim de Piranhas-RN, 07 de agosto de 2026

ROBERTO DE SOUSA ROCHA
Presidente da Comissão

Publicado por:
Roberto de Sousa Rocha
Código Identificador:EB062A96

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DO SERIDÓ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO REAJUSTADO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2026

Nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e da demais legislação aplicável, a Prefeitura Municipal de Jardim do Seridó/RN, por meio do Setor de Licitação, torna público, para conhecimento dos interessados, o **Pregão Eletrônico nº 041/2026- SRP**, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CASTRAÇÃO CIRÚRGICA E MICROCHIPAGEM EM CÃES E GATOS, POR MEIO DE UNIDADE MÓVEL DE ESTERILIZAÇÃO ANIMAL (CASTRAMÓVEL), NA ZONA URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ/RN**. O edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site www.portaldecompraspublicas.com.br, pelo e-mail cplmjs2021@gmail.com, no PNCP (www.pncp.gov.br) ou na sede da Prefeitura Municipal de Jardim do Seridó/RN, no horário das 07h às 13h, de segunda a sexta-feira. A sessão eletrônica será aberta às 08h01min (horário de Brasília) do dia **08 de outubro de 2026**. Esclarecimentos sobre o certame poderão ser solicitados pelo sítio eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.

Jardim do Seridó/RN, 22 de setembro de 2026.

JOSÉ FERNANDES DE OLIVEIRA NETO
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Myria Lucia de Oliveira Azevedo
Código Identificador:9848BE2B

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 223/2026 PREGÃO ELETRÔNICO N° 028/2026 SRP– PROC. ADMIN. MJS/RN N° 506.009/2026

PROMITENTE CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ/RN - Prefeitura Municipal, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.086.662/0001-38; **PROMITENTE CONTRATADA**: **EMGESA EMPRESA DE GERENCIAMENTO DE SOBRESSALENTES E AUTOMACAO EIRELI**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 32.005.178/0001-11; **OBJETO:** Aquisição de novos equipamentos de informática para suprir a demanda das Secretarias Municipais de Jardim do Seridó/RN; **DATA DA ASSINATURA:** 21 de setembro de 2026; **VIGÊNCIA**: 21 de setembro de 2026 e termo final em 21 de setembro de 2027; **MODALIDADE LICITATÓRIA**: Pregão Eletrônico; **VALOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO:** R$ 2.228,70 (Dois mil duzentos e vinte e oito reais e setenta centavos) **SUBSCRITORES:** Jarina Maria da Cunha Batista, inscrito no CPF/MF sob o nº 053.***.***-42 pelo Contratante e João Saraiva Junior, inscrito no CPF/MF sob o nº 305.***.***-14 pela Contratada.

Jardim do Seridó/RN, em 22 de setembro de 2026.

JARINA MARIA DA CUNHA BATISTA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Myria Lucia de Oliveira Azevedo
Código Identificador:A346B1ED

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 242/2026 – DISPENSA ELETRÔNICA Nº 026/2026 – PROCESSO DE DESPESA Nº 630.063/2026

CONTRATANTE: Município de Jardim do Seridó/RN – Prefeitura Municipal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.086.662/0001-38; **CONTRATADA:** COMERCIAL NOVA ERA LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº 49.997.888/0001-78, **OBJETO:** AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR, LUBRIFICANTES E ACESSÓRIOS NOVOS (ITENS FRACASSADOS EM LICITAÇÃO ANTERIOR) PARA OS VEÍCULOS DA FROTA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE JARDIM DO SERIDÓ/RN; **DATA DA ASSINATURA:** 22 de setembro de 2026; **VIGÊNCIA:** Início em 22 de setembro de 2026 e termo final em 22 de setembro de 2027; **MODALIDADE LICITATÓRIA**: Dispensa Eletrônica; **VALOR DO CONTRATO:** R$ 1.973,25 (Um mil novecentos e setenta e três reais e vinte e cinco centavos); **SUBSCRITORES:** Dásio José Costa da Silva, inscrito no CPF/MF sob o nº 241.***.***-04 – pelo Contratante e Izabel Tracz de Paula Louro, inscrita no CPF/MF sob o nº 411.***.***-00, – pela Contratada.

Jardim do Seridó/RN, 22 de setembro de 2026.

DÁSIO JOSÉ COSTA DA SILVA
Secretário Municipal de Transporte

Publicado por:
Myria Lucia de Oliveira Azevedo
Código Identificador:BC61E06A

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2026

I – RELATÓRIO
Trata-se de impugnação apresentada pelo **INSTITUTO QUEM AMA CASTRA OS ANIMAIS,** inscrita no CNPJ sob o nº **43.725.844/0001-02**, em face do Edital do Pregão Eletrônico nº 041/2026, cujo objeto consiste no Registro de Preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de castração cirúrgica e microchipagem em cães e gatos, mediante Unidade Móvel de Esterilização Animal – Castramóvel, no Município de Jardim do Seridó/RN.
Em síntese, a impugnante questiona: a) o momento estabelecido para apresentação da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART homologada perante o CRMV/RN; b) o prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentação dos documentos previstos nos subitens 3.4.5 e 9.27, requerendo a aceitação de protocolos de solicitação perante órgãos externos; c) a nomenclatura exigida no CRLV para caracterização da Unidade Móvel; e d) a abrangência da

Licença/Alvará Sanitário exigida para o Castramóvel. Ao final, requer a retificação do instrumento convocatório e, sendo promovidas alterações, sua republicação com reabertura dos prazos.
Considerando que os questionamentos alcançam requisitos técnicos e o modelo de execução estabelecidos no Termo de Referência, os autos foram encaminhados ao Núcleo de Planejamento de Licitações, que emitiu manifestação técnica concluindo pelo acolhimento parcial da impugnação, inclusive apresentando as alterações a serem promovidas nos itens pertinentes do instrumento convocatório.
É o relatório.

II – ADMISSIBILIDADE

Nos termos do art. 164 da Lei nº 14.133/2021:
"Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame."
Verifica-se que a impugnação foi apresentada dentro do prazo estabelecido no edital, sendo, portanto, tempestiva.
Diante disso, conhece-se da impugnação, porquanto presentes os pressupostos de admissibilidade.

III – MÉRITO

1. Da ART homologada perante o CRMV/RN

A impugnante questiona os subitens 3.4.5.1 e 9.27.1, que estabelecem a apresentação, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contado da convocação para assinatura do contrato, da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART do Médico-Veterinário Responsável Técnico devidamente homologada perante o CRMV/RN.
Sustenta que a exigência, no momento estabelecido, seria materialmente incompatível com o modelo de execução previsto no item 6.2 do Termo de Referência, uma vez que as datas e os locais das ações somente serão definidos posteriormente pela Secretaria Municipal de Saúde, por ocasião da emissão da Nota de Empenho. Alega, ainda, que o art. 3º, § 1º, da Resolução CFMV nº 1.596/2024 determina que a ART indique expressamente o local e as datas das ações.
A alegação merece acolhimento.
Conforme manifestação do Núcleo de Planejamento, o item 6.2 do Termo de Referência prevê execução parcelada, cabendo à Secretaria Municipal de Saúde definir, mediante Nota de Empenho, as datas, os locais e os quantitativos de cada ação, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis.
Por sua vez, a regulamentação profissional considerada na elaboração do instrumento exige que a ART específica da ação itinerante contenha justamente o local e as datas das ações. Assim, exigir sua homologação antes de a própria Administração definir essas informações criaria incompatibilidade entre a exigência documental e o modelo de execução estabelecido.
A correção não significa afastar a ART, mas apenas adequar o momento de sua apresentação. Conforme definido tecnicamente, para a assinatura do contrato será exigida a comprovação de inscrição e regularidade do Médico-Veterinário Responsável Técnico perante o CRMV de sua jurisdição. A ART específica da ação itinerante, devidamente homologada perante o CRMV/RN, deverá ser apresentada após a emissão da Nota de Empenho que definir as datas e os locais e antes do início efetivo da execução dos serviços.
A alteração assegura coerência entre as obrigações contratuais e o modelo de execução, em consonância com os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e segurança jurídica previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.
Portanto, a impugnação é PROCEDENTE neste ponto, devendo ser retificados os subitens 3.4.5.1 e 9.27.1.

2. Do prazo de 15 dias úteis e da pretendida aceitação de protocolos

A impugnante sustenta que o prazo de 15 (quinze) dias úteis seria insuficiente para obtenção dos documentos perante CRMV/RN, Vigilância Sanitária e DETRAN, em razão dos trâmites administrativos próprios desses órgãos. Requer, por isso, que seja admitida a apresentação de protocolo tempestivo de solicitação enquanto não expedidos os documentos definitivos.
O pedido não merece acolhimento quanto à substituição do Alvará Sanitário e do CRLV por protocolos.
Inicialmente, quanto à ART, a incompatibilidade temporal apontada foi solucionada no tópico anterior, mediante alteração do momento de sua apresentação.
Em relação à Licença/Alvará Sanitário e ao CRLV, entretanto, a manifestação técnica concluiu pela manutenção do prazo de até 15 (quinze) dias úteis e pela necessidade de apresentação dos documentos definitivos e vigentes.
Conforme consignado pelo Núcleo de Planejamento, o protocolo demonstra apenas que foi iniciado determinado procedimento administrativo perante o órgão competente, não comprovando, por si só, a concessão da licença sanitária ou a regularização da adaptação veicular. Tais documentos têm por finalidade demonstrar que a Unidade Móvel se encontra efetivamente regular sob os aspectos sanitário e veicular necessários à prestação dos serviços.
Além disso, não foi demonstrado que as empresas que ordinariamente atuam no segmento estejam impossibilitadas de possuir previamente a licença sanitária e a regularização do veículo utilizado em sua atividade. Segundo a manifestação técnica, tais documentos constituem pressupostos operacionais relacionados à estrutura empregada na prestação do serviço.
A invocação do Acórdão nº 1.214/2013-TCU-Plenário pela impugnante também não conduz à substituição automática dos documentos exigidos por simples protocolos. A situação concreta deve ser examinada considerando a natureza e a finalidade de cada exigência, não sendo possível atribuir genericamente ao protocolo os mesmos efeitos do ato administrativo definitivo.
Dessa forma, INDEFERE-SE o pedido de aceitação genérica de protocolos em substituição à Licença/Alvará Sanitário e ao CRLV, permanecendo o prazo de até 15 (quinze) dias úteis para apresentação desses documentos definitivos e vigentes, conforme manifestação do setor técnico.

3. Da nomenclatura constante do CRLV

A impugnante questiona os subitens 3.4.5.3 e 9.27.3, requerendo que seja admitido CRLV no qual o veículo esteja registrado sob a classificação "ESPECIAL", inclusive "ESPECIAL ÔNIBUS", "ESPECIAL OUTROS" ou nomenclatura oficial equivalente, desde que regularmente adaptado para a finalidade pretendida.
A alegação merece acolhimento.
Segundo manifestação do Núcleo de Planejamento, os órgãos estaduais de trânsito podem utilizar nomenclaturas cadastrais distintas para veículos adaptados como unidades móveis, não se mostrando adequado restringir a aceitação exclusivamente às expressões literais "unidade móvel" ou "especial/saúde" quando o documento oficial comprovar a regular adaptação e o licenciamento do veículo para a finalidade exigida.
A finalidade da exigência é assegurar que o Castramóvel esteja regularmente adaptado e licenciado perante o órgão de trânsito competente, e não impor determinada expressão textual quando houver nomenclatura oficial equivalente.
Exigir exclusivamente uma expressão literal poderia resultar na exclusão de empresa cujo veículo esteja regularmente adaptado, vistoriado e registrado, apenas em razão da terminologia adotada pelo órgão de trânsito, contrariando a razoabilidade e o formalismo moderado que devem orientar o procedimento licitatório.
Assim, serão aceitos CRLVs com alteração de característica para "unidade móvel", "especial/saúde" ou nomenclatura oficial equivalente registrada perante o órgão de trânsito competente, desde que o documento demonstre a regular adaptação do veículo para a finalidade de Unidade Móvel.
Portanto, a impugnação é PROCEDENTE neste ponto, devendo ser ajustados os subitens 3.4.5.3 e 9.27.3.

4. Da Licença/Alvará Sanitário da Unidade Móvel

A impugnante requer confirmação de que a Licença/Alvará Sanitário da Unidade Móvel expedida pela autoridade sanitária competente do município de origem ou sede de registro do Castramóvel seja aceita para atendimento dos subitens 3.4.5.2 e 9.27.2.
O pleito merece acolhimento parcial, nos termos da manifestação técnica.
O instrumento convocatório exige Licença/Alvará Sanitário vigente para a Unidade Móvel de Esterilização Animal, expedido pelo órgão de vigilância sanitária competente, não estabelecendo que o documento deva ser originariamente expedido pela Vigilância Sanitária do Município de Jardim do Seridó/RN.

O Núcleo de Planejamento esclareceu que a licença sanitária expedida pelo órgão competente da sede ou município de origem da Unidade Móvel será admitida para atendimento da exigência editalícia. Contudo, essa aceitação não afasta o dever da contratada de observar as normas e eventuais exigências sanitárias aplicáveis à execução dos serviços no Município de Jardim do Seridó/RN.

Dessa forma, será ajustada a redação dos subitens 3.4.5.2 e 9.27.2 para explicitar a aceitação da Licença/Alvará Sanitário vigente expedida pelo órgão competente da sede ou município de origem da Unidade Móvel, sem prejuízo do cumprimento das exigências e normas sanitárias aplicáveis à execução dos serviços no Município.

Não se acolhe, contudo, eventual interpretação de que a apresentação da licença de origem dispense a contratada do atendimento às demais normas sanitárias incidentes no local da execução.

Assim, a impugnação é PARCIALMENTE PROCEDENTE neste ponto.

IV – CONCLUSÃO

Ante o exposto, com fundamento no art. 164 da Lei Federal nº 14.133/2021, nas disposições do instrumento convocatório e na manifestação técnica do Núcleo de Planejamento de Licitações, **CONHEÇO da impugnação** apresentada pelo **Instituto Quem Ama Castra os Animais** e, no mérito, **DOU-LHE PARCIAL PROVIMENTO**, nos seguintes termos:

a) DEFIRO o pedido referente à ART, determinando a retificação dos subitens 3.4.5.1 e 9.27.1, para que, na formalização da contratação, seja exigida a comprovação de inscrição e regularidade do Médico-Veterinário Responsável Técnico perante o CRMV de sua jurisdição, ficando a ART específica e homologada perante o CRMV/RN para apresentação após a emissão da Nota de Empenho que estabelecer as datas e os locais da ação e antes do início efetivo dos serviços;

b) INDEFIRO o pedido de aceitação genérica de protocolos em substituição à Licença/Alvará Sanitário e ao CRLV, mantendo-se o prazo de até 15 (quinze) dias úteis para apresentação dos respectivos documentos definitivos e vigentes;

c) DEFIRO o pedido referente ao CRLV, determinando a retificação dos subitens 3.4.5.3 e 9.27.3, para admitir as classificações "unidade móvel", "especial/saúde" ou nomenclatura oficial equivalente, desde que comprovada a regular adaptação do veículo para a finalidade de Unidade Móvel;

d) DEFIRO PARCIALMENTE o pedido relativo à Licença/Alvará Sanitário, determinando a adequação dos subitens 3.4.5.2 e 9.27.2, para explicitar a aceitação do documento vigente expedido pelo órgão de vigilância sanitária competente da sede ou município de origem da Unidade Móvel, sem prejuízo do cumprimento das exigências e normas sanitárias aplicáveis à execução dos serviços no Município de Jardim do Seridó/RN.

Em razão das alterações promovidas no instrumento convocatório, especialmente quanto às condições documentais e ao momento de sua apresentação, determina-se a retificação e republicação do edital, com reabertura do prazo inicialmente estabelecido, nos termos do art. 55, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Dê-se publicidade à presente decisão e adotem-se as providências necessárias à atualização do instrumento convocatório e ao regular prosseguimento do certame.

Jardim do Seridó/RN, 22 de setembro de 2026.

JOSÉ FERNANDES DE OLIVEIRA NETO
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Milena Pereira de Medeiros
Código Identificador:A0ACDC1A

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PARECER Nº 002/2026 – CMSJS, 21 DE SETEMBRO DE 2026.

Parecer sobre as Contas da Secretaria Municipal de Saúde – 1º Quadrimestre de 2026.

I – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A análise das contas fundamenta-se na Lei Complementar nº 141/2012, que regulamenta os valores mínimos a serem aplicados em ações e serviços públicos de saúde; na obrigatoriedade de apresentação do Relatório Detalhado do 1º Quadrimestre de 2026 e nas normas e orientações do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE/RN).

II – DA DOCUMENTAÇÃO ANALISADA

Foram apresentadas as emendas parlamentares, relatório do DIGISUS e Financeiros do 1º Quadrimestre de 2026, demonstrativos de receitas e despesas com ações e serviços públicos de saúde, demonstrativos do percentual mínimo constitucional aplicado, extratos do Fundo Municipal de Saúde e demonstrativos de restos a pagar.

III – DA ANÁLISE

Após apreciação em plenário e análise técnica in loco, constatou-se que o Município cumpriu o percentual mínimo constitucional em ações e serviços públicos de saúde; que as despesas executadas estão compatíveis com o Plano Municipal de Saúde; que os recursos foram movimentados em contas específicas do Fundo Municipal de Saúde e que não foram identificadas irregularidades que comprometam a regularidade da aplicação dos recursos.

IV – CONCLUSÃO

Este Conselho Municipal de Saúde através de sua Comissão Permanente de Análises e Finanças, manifesta-se PELA APROVAÇÃO SEM RESSALVAS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ/RN, REFERENTES AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DO 1º QUADRIMESTRE DE 2026, por estarem em conformidade com a legislação vigente.

PATRÍCIA CONCEIÇÃO DE FIGUEIREDO ARAÚJO
Conselheira Municipal de Saúde

JOSELÂNIA SANTOS
Conselheira Municipal de Saúde

JOSÉ ANCHIETA R. DE MOURA JÚNIOR
Conselheiro Municipal de Saúde
Secretário Municipal de saúde

Publicado por:
Miliane de Souza Medeiros
Código Identificador:EFA97FB7

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO Nº 007/2026 – CMS DE 21 DE SETEMBRO DE 2026.

Avaliação do 1º Quadrimestre de 2026, e o Parecer de Análise das Contas do referido exercício de 2026, nos termos da Lei Complementar nº 141/2012 e das exigências do TCE/RN.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ/RN no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei Federal nº 8.080 de 19 de setembro de 1990.

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar nº 141, especialmente quanto à transparência, fiscalização, avaliação e controle das despesas com ações e serviços públicos de saúde;

CONSIDERANDO a obrigatoriedade de apresentação e apreciação do Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA), conforme previsto no art. 36 da referida Lei;

CONSIDERANDO as normas e orientações do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte quanto à análise, emissão de parecer e encaminhamento das contas do exercício financeiro;

CONSIDERANDO a apresentação, pela Secretaria Municipal de Saúde, da Avaliação do 1º Quadrimestre de 2026 e da documentação comprobatória das despesas realizadas com ações e serviços públicos de saúde;

CONSIDERANDO a análise técnica realizada e o parecer conclusivo favorável emitido por este Conselho;

RESOLVE:

Art. 1º

Aprovar a Avaliação do 1º Quadrimestre de 2026, apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde de Jardim do Seridó/RN, em conformidade com o art. 36 da Lei Complementar nº 141/2012.

Art. 2º

Aprovar o Parecer de Análise das Contas da Secretaria Municipal de Saúde, relativas ao 1º Quadrimestre de 2026, para fins de

encaminhamento ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE/RN), conforme exigências legais.

Art. 3º

Encaminhar a presente Resolução às autoridades competentes e aos órgãos de controle externo, para os devidos fins.

Art. 4º

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jardim do Seridó/RN, 21 de setembro de 2026.

Homologo a Resolução nº 007/2026 – CMS de 21 de setembro de 2026, nos termos da Lei Municipal de plenos poderes do Conselho Municipal de Saúde do Município de Jardim do Seridó-RN.

MARIA DAS GRAÇAS CIRNE
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologo a Resolução nº 007/2026 – CMS de 21 de setembro de 2026, nos termos da Lei Municipal de plenos poderes do Conselho Municipal de Saúde do Município de Jardim do Seridó-RN

JOSÉ ANCHIETA R. DE MOURA JÚNIOR
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Miliane de Souza Medeiros
Código Identificador:F71F6C7C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA

GABINETE DO PREFEITO
AGENDA TRANSVERSAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

AGENDA TRANSVERSAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Município deJosé da Penha/RNem consonância comPlanoPlurianual– PPA2026-2029

1. APRESENTAÇÃO

A Agenda Transversal da Criança e do Adolescente (ATCA) constitui instrumento de planejamento e gestão pública voltado à integração das políticas públicas destinadas à promoção, proteção e garantia dos direitos de crianças e adolescentes no município deJosé da Penha/RN.

A proposta fundamenta-se no princípio da proteção integral previsto na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), reconhecendo crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e prioridade absoluta nas ações governamentais.

A Agenda busca articular programas, ações e serviços das diversas secretarias municipais, especialmente nas áreas de Saúde, Educação e Assistência Social, garantindo planejamento intersetorial, acompanhamento de metas e fortalecimento da rede de proteção.

Sua construção está vinculada ao Plano Plurianual (PPA 2026-2029), refletindo-se também na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA).

2. DIAGNÓSTICO

Antes do planejamento das ações, faz-se necessário compreender a realidade local das crianças e adolescentes do município, identificando vulnerabilidades, potencialidades e demandas prioritárias.

Dessa forma, no que concerne aos dados populacionais de Crianças e Adolescentes, segundo dados do Censo Demográfico 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de José da Penha/RN possui população total de 5.803habitantes. A análise da estrutura etária demonstra a presença expressiva de crianças e adolescentes, estimando-se aproximadamente 1.450 pessoas na faixa de 0 a 17 anos, público prioritário das políticas de proteção integral previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Ainda de acordo com o censo de 2022 do IBGE os dados apontam para a estimativa de população por faixa etária:

Tabela – População de Crianças e Adolescentes de José da Penha/RN

Faixa Etária	População
0 a 4 anos	350
5 a 9 anos	380
10 a 14 anos	420
15 a 17 anos	300
Total 0 a 17 anos	1.450
18 e 19 anos	170
Total 0 a 19 anos	1.620

População total do município: 5.803 habitantes (Censo 2022).

Os dados evidenciam a necessidade de fortalecimento das políticas públicas voltadas à promoção dos direitos da criança e do adolescente, especialmente nas áreas de assistência social, educação, saúde, convivência familiar e comunitária, proteção contra violências e garantia de acesso a oportunidades de desenvolvimento integralconforme preconizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

•Taxas de escolarização e evasão escolar;

Segundo dados do IBGE, a taxa de escolarização de crianças e adolescentes entre 6 e 14 anos atingiu 99,05% no ano de 2024, demonstrando elevado índice de acesso à educação básica no município.

O município conta atualmente com:

•10 escolas municipais;
•1 escola estadual;
•2 bibliotecas;
•2 laboratórios de informática.

Em 2024 foram registradas:

•651 matrículas no ensino fundamental;
•216 matrículas no ensino médio.

Em 2025:

•aproximadamente 765 alunos no ensino fundamental;
•cerca de 198 alunos no ensino médio.

O IDEB de 2023 registrou:

•Nota 5,1 nos anos iniciais do ensino fundamental;
•Nota 4,1 nos anos finais.

•Atenção Primária à Saúde, Saúde Materno-Infantil e Saúde do Adolescente

Conforme dados coletados junto à Secretaria Estadual de Saúde e à Secretaria Municipal de Saúde, tendo como ano-base 2025, o município apresenta100% de cobertura da Atenção Primária à Saúde (APS), evidenciando que toda a população possui acesso aos serviços básicos de saúde. A rede municipal é composta porcinco Unidades Básicas de Saúde (UBS), organizadas emduas equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF), responsáveis pelo desenvolvimento de ações de promoção da saúde, prevenção de doenças, acompanhamento familiar e assistência integral à população.

No que se refere aos indicadores de saúde materno-infantil, foram registrados50 nascidos vivos e 2 óbitos infantis.Embora o número absoluto de óbitos seja reduzido, em municípios de pequeno porte pequenas variações podem impactar significativamente os indicadores, tornando indispensável o monitoramento contínuo dos casos, a investigação dos óbitos e o fortalecimento das ações de vigilância em saúde, da assistência pré-natal, do parto, do puerpério e do acompanhamento da criança nos primeiros anos de vida.Em relação à saúde da gestante, observa-se um cenário positivo quanto ao acesso e acompanhamento durante a gestação. O município alcançou94% de adequação do pré-natal, percentual que demonstra elevada cobertura e adesão das gestantes às consultas eprocedimentos preconizados pelo Ministério da Saúde. Esse resultado contribui para a redução de riscos maternos e infantis, favorecendo o desenvolvimento saudável da gestação e melhores desfechos no nascimento.

Quanto à gravidez na adolescência, o percentual registrado foi de6%dos nascidos vivos. Embora o índice seja relativamente baixo quando comparado a diversas realidades municipais, a ocorrência da gestação na adolescência permanece como um importante desafio para as políticas públicas, uma vez que pode repercutir na continuidade dos estudos, nas oportunidades de inserção social e profissional, além de aumentar a vulnerabilidade social e econômica das jovens e de seus filhos. Nesse contexto, torna-se fundamental a manutenção e o fortalecimento de ações intersetoriais voltadas à educação em saúde, à educação sexual, ao planejamento reprodutivo e ao acesso dos adolescentes aos serviços de saúde, promovendo o desenvolvimento integral e a garantia de seus direitos.

•Violência doméstica e violações de direitos;

Foi identificado, a partir da análise documental da rede socioassistencial, o atendimento e acompanhamento de famílias em situação de violência doméstica e vulnerabilidade social. Observou-se, contudo, a existência de subnotificações, possivelmente relacionadas à insuficiência de registros e alimentação dos sistemas de informação, o que pode dificultar a mensuração precisa da incidência de violações de direitos envolvendo crianças e adolescentes no município.

Dessa forma, evidencia-se a necessidade de fortalecimento dos mecanismos de notificação, monitoramento e articulação da rede de proteção, visando ampliar a identificação, acompanhamento e enfrentamento das situações de violência e violação de direitos.

•Trabalho infantil;

No município de José da Penha/RN, não foram identificados registros oficiais atualizados que permitam quantificar a incidência de trabalho infantil entre crianças e adolescentes residentes no território. Consultas às bases públicas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), bem como aos indicadores municipais disponíveis, não apresentaram dados específicos sobre trabalho infantil para o município. Dessa forma, não há evidências estatísticas oficiais que indiquem a existência de casos registrados ou estimativas consolidadas para essa violação de direitos em âmbito municipal.

Entretanto, a ausência de registros não deve ser interpretada como inexistência do fenômeno, mas sim como um indicativo da necessidade de fortalecimento das estratégias de vigilância socioassistencial, busca ativa, articulação intersetorial e monitoramento permanente por parte da rede de proteção à criança e ao adolescente. Considerando que o trabalho infantil permanece como uma realidade em diversas regiões do país, o município mantém o compromisso com ações preventivas, sensibilização da população, acompanhamento das famílias em situação de vulnerabilidade social e garantia do acesso de crianças e adolescentes à educação, ao lazer, à convivência familiar e comunitária e aos demais direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

•Condições socioeconômicas das famílias;

Os dados do IBGE demonstram cenário relevante de vulnerabilidade socioeconômica no município. Em 2022 arenda média mensal dos trabalhadores formais era de aproximadamente 1,6 salários mínimos;havia cerca de 478 pessoas ocupadas formalmente.O município ocupava:a 119ª posição entre os municípios do estado;a 4.595ª posição entre os municípios do país em indicadores de rendimento.Além disso:47,4% dos domicílios possuíam rendimento mensal per capita de até meio salário mínimo.Os dados revelam elevado índice de baixa renda e vulnerabilidade econômica entre as famílias do município.

•Acesso à cultura, esporte e lazer;

O município de José da Penha tem desenvolvido ações voltadas à promoção do esporte, lazer e convivência comunitária, contribuindo para o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes. Por meio da Secretaria Municipal de Esportes, são ofertadas gratuitamente diversas modalidades esportivas, garantindo oportunidades de inclusão social, fortalecimento de vínculos e incentivo a hábitos saudáveis.

Atualmente, as modalidades disponibilizadas são: futebol, futsal, karatê, muaithai, voleibol e capoeira, atendendo crianças, adolescentes e jovens do município. O acesso ocorre de forma gratuita, mediante inscrição junto à Secretaria Municipal de Esportes, possibilitando a participação de estudantes da zona urbana e rural.

Além das atividades esportivas regulares, o município realiza anualmente, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, os Jogos Escolares Municipais, evento que reúne estudantes das redes de ensino em diversas modalidades esportivas. A iniciativa promove aintegração entre escolas, o espírito de equipe, a disciplina e a valorização da prática esportiva como instrumento de desenvolvimento pessoal e social.A iniciativafortaleceo acesso ao esporte e ao lazer para crianças e adolescentes do município.

•Inclusão de crianças e adolescentes com deficiência;

No município, a inclusão de crianças e adolescentes com deficiência ocorre de forma intersetorial, envolvendo as políticas de assistência social, saúde e educação. No âmbito da assistência social, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) desenvolve atividades adaptadas e inclusivas, promovendo a participação efetiva de crianças e adolescentes com deficiência nas ações coletivas e socioeducativas. Anualmente, no mês de setembro, são realizadas campanhas e mobilizações voltadas às pessoas com deficiência, com foco na conscientização, valorização da inclusão e garantia de direitos. Além disso, ao longo de todo o ano, as atividades promovidas pelas secretarias municipais de Assistência Social, Saúde e Educação buscam assegurar acessibilidade e adaptação das ações para atender às necessidades das crianças e adolescentes PCD, favorecendo sua participação, desenvolvimento e convivência comunitária em igualdade de oportunidades.

•Situação de insegurança alimentar;

Embora não haja dados diretos sobre insegurança alimentar, os indicadores socioeconômicos demonstram significativa vulnerabilidade social, considerando que47,4% da população vive com renda per capita de até meio salário mínimo.Esse cenário pode impactar diretamente as condições de segurança alimentar das famílias, especialmente aquelas com crianças e adolescentes.Nesse contexto, a Assistência Social do município disponibiliza, por meio dos Benefícios Eventuais de Segurança Alimentar, a concessão de cestas básicas às famílias de baixa renda que se encontram em situação de vulnerabilidade e desproteção social, contribuindo para a garantia do direito humano à alimentação adequada.

No ano de 2024, foram concedidos146 Benefícios Eventuais de Segurança Alimentar (cestas básicas). Já no ano de2025, foram destinados136 benefícios, demonstrando a continuidade da oferta desse importante instrumento de proteção social às famílias em situação de necessidade temporária.

3. OBJETIVOS

Objetivo Geral

Fortalecer a garantia dos direitos de crianças e adolescentes por meio da integração das políticas públicas setoriais, promovendo desenvolvimento integral, proteção social e acesso universal aos serviços públicos.

Objetivos Específicos

•Promover a articulação intersetorial entre as políticas públicas;
•Reduzir situações de vulnerabilidade social;
•Fortalecer ações preventivas e protetivas;
•Garantir acesso e permanência na escola;
•Ampliar ações de promoção da saúde;
•Combater o trabalho infantil e a violência;
•Incentivar participação comunitária e familiar;
•Fortalecer o Sistema de Garantia de Direitos.

4. EIXOS ESTRATÉGICOS E AÇÕES SETORIAISDE ACORDO COM O PPA

EDUCAÇÃO

Ação 2.133 – Kit de Material Escolar – Educação Infantil

Objetivo:Garantir às crianças matriculadas na Educação Infantil da rede pública municipal de ensino o acesso gratuito aos materiais escolares necessários ao desenvolvimento das atividades pedagógicas, contribuindo para a promoção da igualdade de oportunidades educacionais e para a permanência e o bom desempenho escolar.

Meta:Distribuir, anualmente, kits de material escolar para 100% das crianças matriculadas na Educação Infantil da rede pública municipal de ensino, assegurando a disponibilidade dos materiais previstos e sua entrega em tempo adequado para o desenvolvimento das atividades pedagógicas.

Indicador principal:Percentual de crianças matriculadas na Educação Infantil da rede pública municipal de ensino beneficiadas com kit de material escolar.

Meta do indicador:100% das crianças matriculadas na Educação Infantil beneficiadas anualmente com kit de material escolar.

Ação 2.137 – Programa de Alimentação Escolar – Ensino Fundamental

Objetivo:Garantir alimentação escolar adequada, regular e de qualidade aos alunos do Ensino Fundamental da rede pública municipal de ensino, contribuindo para a segurança alimentar e nutricional, o desenvolvimento integral, a aprendizagem e a permanência de crianças e adolescentes na escola.

Meta:Garantir, durante o calendário letivo, a oferta regular de alimentação escolar para 100% dos alunos matriculados no Ensino Fundamental da rede pública municipal de ensino, assegurando a disponibilidade de gêneros alimentícios, insumos, utensílios, estrutura adequada de cozinha e recursos humanos necessários à preparação e à distribuição das refeições.

Indicador principal:Percentual de alunos matriculados no Ensino Fundamental da rede pública municipal de ensino atendidos regularmente com alimentação escolar.
Meta do indicador:100% dos alunos matriculados no Ensino Fundamental atendidos regularmente com alimentação escolar durante o calendário letivo.
Ação 2.154 – Programa Aluno Nota Dez
Objetivo:Incentivar e valorizar o desempenho estudantil de crianças e adolescentes da rede pública municipal de ensino, promovendo o reconhecimento dos resultados educacionais e ampliando as oportunidades de formação por meio de cursos, atividades educativas, culturais, viagens e premiações.
Meta:Reconhecer e incentivar, anualmente, o desempenho estudantil de 100% dos alunos elegíveis, conforme os critérios estabelecidos pelo Programa Aluno Nota Dez, por meio de certificação, premiações e oferta de oportunidades educacionais, culturais e de formação.
Indicador principal:Percentual de alunos elegíveis contemplados pelo Programa Aluno Nota Dez.
Meta do indicador:100% dos alunos elegíveis contemplados anualmente pelo Programa Aluno Nota Dez, conforme os critérios estabelecidos.
SAÚDE
Ação 2.82 – Manutenção da Equipe Multidisciplinar (Programa Previne Brasil)
Objetivo:Manter equipe multidisciplinar de profissionais da saúde para apoiar as Equipes de Saúde da Família, ampliando a capacidade de atendimento, acompanhamento e prevenção em saúde da população, com atenção integral às necessidades de crianças e adolescentes.
Meta:Manter 100% da equipe multidisciplinar prevista para apoio às Equipes de Saúde da Família, garantindo atendimento multiprofissional, ações de prevenção e promoção da saúde e acompanhamento de crianças e adolescentes nas Unidades Básicas de Saúde e, quando necessário, por meio de visitas domiciliares.
Indicador principal:Atender 100% das crianças e adolescentes identificados como demanda para acompanhamento pela equipe multidisciplinar.
Meta do indicador:Atender, acompanhar e desenvolver ações de promoção e prevenção em saúde para crianças e adolescentes, conforme a demanda identificada e a capacidade de atendimento da equipe multidisciplinar, durante o exercício.
Ação 2.87 – Programa Saúde na Escola – PSE
Objetivo:Desenvolver ações integradas de promoção, prevenção e educação em saúde no ambiente escolar, por meio das Equipes de Saúde da Família, de Saúde Bucal e da equipe multiprofissional, contribuindo para o desenvolvimento integral, a qualidade de vida e a proteção da saúde de crianças e adolescentes.
Meta:Realizar ações de promoção, prevenção e educação em saúde em 100% das escolas pactuadas ou previstas no Programa Saúde na Escola (PSE), contemplando crianças e adolescentes com atividades educativas, ações de saúde bucal, palestras, gincanas e outras ações voltadas ao cuidado integral.
Indicador principal:Atender 100% das crianças e adolescentes identificados como demanda para ações de promoção, prevenção e educação em saúde no âmbito do Programa Saúde na Escola (PSE), conforme a capacidade de atendimento da equipe multidisciplinar.
Meta do indicador:Atender, acompanhar e desenvolver ações de promoção, prevenção e educação em saúde para crianças e adolescentes das escolas pactuadas no PSE, incluindoações de saúde bucal e atividades educativas, conforme a demanda identificada e a capacidade de atendimento da equipe multidisciplinar, durante o exercício.
ASSISTÊNCIA SOCIAL
Ação 1.17 – Construção de Centro de Convivência
Objetivo:Construir o Centro de Convivência Vila Major Felipe, ampliando e qualificando a oferta de espaço público destinado à convivência comunitária, à integração social, à cultura, ao esporte, ao lazer e às ações socioeducativas, contribuindo para a promoção do desenvolvimento integral, da participação social e da garantia de direitos de crianças e adolescentes.
Meta:Construir e entregar 1 Centro de Convivência na Vila Major Felipe, dotado de estrutura adequada para a realização de atividades de convivência comunitária, cultura, esporte, lazer e ações socioeducativas, ampliando os espaços de atendimento e participação de crianças e adolescentes.
Indicador principal:Construir e entregar 1 Centro de Convivência na Vila Major Felipe durante o exercício.
Meta do indicador:Construir e entregar 1 Centro de Convivência na Vila Major Felipe, com estrutura adequada e em condições de funcionamento para a oferta de atividades de convivência comunitária, cultura, esporte, lazer e ações socioeducativas, durante o exercício.
Ação 2.113 – Manutenção das Atividades do Programa BPC na Escola
Objetivo:Promover a inclusão social e educacional de crianças e adolescentes com deficiência beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), fortalecendo a articulação entre as políticas de assistência social, educação, saúde e direitos humanos para garantir acesso, permanência e participação na escola.
Meta:Identificar, acompanhar e promover a inclusão escolar de 100% das crianças e adolescentes com deficiência beneficiários do BPC pertencentes ao público do programa, fortalecendo a articulação entre assistência social, educação, saúde e direitos humanos para superar barreiras de acesso, permanência e participação na escola.
Indicador principal:Percentual de crianças e adolescentes com deficiência beneficiários do BPC identificados, acompanhados e com ações de inclusão escolar realizadas.
Meta do indicador:Identificar, acompanhar e promover ações de inclusão escolar para 100% das crianças e adolescentes com deficiência beneficiários do BPC pertencentes ao público do programa, fortalecendo a articulação intersetorial entre assistência social, educação, saúde e direitos humanos, durante o exercício.
Ação 2.115 – Manutenção das Atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV/CRAS)
Objetivo:Fortalecer e assegurar a continuidade dos serviços da Proteção Social Básica, com ênfase no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), por meio da organização e qualificação das ações desenvolvidas pelo CRAS, garantindo atendimento continuado às famílias e aos usuários. Busca-se promover espaços de convivência e participação, fortalecer os vínculos familiares e comunitários, prevenir situações de vulnerabilidade e risco social e contribuir para a promoção, proteção e garantia dos direitos de crianças e adolescentes.
Meta:Assegurar a manutenção e o fortalecimento de 100% dos serviços da Proteção Social Básica, com ênfase nas ações desenvolvidas pelo CRAS e pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), garantindo a oferta contínua de atividades de convivência e participação, fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, prevenção de situações de vulnerabilidade e risco social e promoção do acesso a direitos, com atenção prioritária às crianças, aos adolescentes e às suas famílias.
Indicador principal:Percentual de ações previstas executadas pelos serviços da Proteção Social Básica, com ênfase no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), ofertados de forma contínua, contemplando ações de convivência e participação social, fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, prevenção de situações de vulnerabilidade e risco social e promoção do acesso a direitos de crianças, adolescentes e suas famílias.
Meta do indicador:Alcançar 100% de execução das ações previstas para o SCFV durante o exercício, assegurando sua oferta contínua e a realização das atividades planejadas de convivência e participação social, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, prevenção de situações de vulnerabilidade e risco social e promoção de direitos.
Ação 2.117 – Programa Primeira Infância no SUAS – Criança Feliz
Objetivo:Qualificar e fortalecer as ações de atenção à primeira infância no âmbito do SUAS, promovendo o acompanhamento de gestantes e crianças de até 3 anos, o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e o desenvolvimento integral das crianças.
Meta:Garantir o acompanhamento de aproximadamente 50 beneficiários por visitadora do Programa Primeira Infância no SUAS – Criança Feliz (PCF), conforme o público elegível e a capacidade de atendimento do município, assegurando a realização regular das visitas domiciliares, orientações às famílias, ações de fortalecimento de vínculos e promoção do desenvolvimento integral na primeira infância, com acompanhamento e qualificação continuada das visitadoras.

Indicador principal:Percentual de gestantes e crianças de até 3 anos, elegíveis e inseridas no Programa Primeira Infância no SUAS – Criança Feliz (PCF), efetivamente acompanhadas pela equipe de visitadores, considerando a capacidade de atendimento estabelecida para o município.
Meta do indicador:Acompanhar até 50 beneficiários por visitadora, conforme o público elegível e a capacidade operacional do município, assegurando a realização regular das visitas domiciliares, orientações às famílias e ações de fortalecimento de vínculos e promoção do desenvolvimento integral na primeira infância, durante o exercício.
Ressalta-se que o Município de José da Penha encontra-se em processo de adesão ao reordenamento do Programa Criança Feliz, com vistas à sua integração ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS), no âmbito da Proteção Social Básica, tendo como perspectiva a organização das ações na modalidade de Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Gestantes e Crianças de 0 a 6 anos (SPSBD-GC).
A iniciativa tem como objetivo fortalecer a atenção às famílias com gestantes e crianças na primeira infância, contribuindo para a promoção do desenvolvimento integral, o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e a prevenção de situações de vulnerabilidade e risco social. Nesse sentido, busca-se assegurar uma atuação articulada com a rede socioassistencial e com as demais políticas públicas, de modo a ampliar a proteção e a garantia dos direitos das crianças e de suas famílias.
O processo de reordenamento constitui, portanto, importante estratégia para a qualificação, integração e fortalecimento das ações de proteção social no território, favorecendo a organização da oferta socioassistencial e o aprimoramento da atuação municipal. Dessa forma,reafirma-se o compromisso do Município com a promoção da proteção integral, o fortalecimento das famílias e a garantia de condições adequadas para o desenvolvimento na primeira infância.
5. GOVERNANÇA E MONITORAMENTO
A coordenação da Agenda Transversal será realizada pelo município em articulação com:
•CMDCA;
•Secretarias Municipais;
•Conselho Tutelar;
•Rede de Proteção;
•Sociedade Civil.
O monitoramento deverá ocorrer:
•Anualmente
Serão realizadas:
•Reuniões intersetoriais;
•Avaliação dos indicadores;
•Revisão de metas;
•O CMDCA deverá acompanhar e participar do processo de monitoramento e avaliação das ações previstas nesta Agenda.
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS
A Agenda Transversal da Criança e do Adolescente representa importante instrumento de integração das políticas públicas municipais, promovendo atuação articulada entre os diversos setores governamentais e fortalecendo a proteção integral de crianças e adolescentes.
Sua efetivação exige compromisso político, planejamento contínuo, participação social e atuação intersetorial, garantindo prioridade absoluta à infância e adolescência no município deJosé da Penha/RN.
Dessa forma, a presente Agenda busca consolidar ações concretas e permanentes que contribuam para o desenvolvimento saudável, proteção social e garantia de direitos de crianças e adolescentes.
REFERÊNCIAS
NSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Cidades e Estados: José da Penha – Rio Grande do Norte. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em:https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rn/jose-da-penha.html. Acesso em: 24 jun. 2026.
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2022: População por idade e sexo – Resultados do Universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em:https://sidra.ibge.gov.br. Acesso em: 24 jun. 2026.
BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde – DATASUS. Indicadores de Mortalidade Infantil. Brasília: Ministério da Saúde, 2025. Disponível em:https://datasus.saude.gov.br. Acesso em: 24 jun. 2026.
Plano Municipal de Assistência Social do Município de José da Penha/RN, 2026-2029.

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:8601108E

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE LICENÇA

EXTRATO DE LICENÇA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA – RN
SECRETARIA: MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
FUNCIONÁRIO (A): ERISNEIDE ALVES DE OLIVEIRA
CPF/CNPJ: 023.195.442-10
MATRÍCULA: 137404-4
CARGO: PROFESSORA
REQUERIMENTO: LICENÇA PRÊMIO POR TEMPO DE SERVIÇO.
OBJETO: Concessão de Licença Prêmio por tempo de serviço, que o servidor faz jus, relativo ao período de 05 (cinco) anos, de acordo com o Estatuto dos Servidores Municipais.
DATA DO REQUERIMENTO: 17/09/2026
PERÍODO DE CONCESSÃO: 22/09/2026 a 12/12/2026

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:FDE23395

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 720/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 720/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 28 de Agosto de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). GLEIDSON DE CASTRO FEITOSA, Motorista, 1/2 (meia) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 80,00 (oitenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Mossoró/RN, a fim de transferir paciente para o Hospital Regional da Mulher Parteira Maria Correia, no dia 28 de Agosto de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:972B5F69

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 722/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 722/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 09 de Setembro de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). MARCELO MARTINS DE SOUSA, Motorista, 01 e 1/2 (uma e meia) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 240,00 (duzentos e quarenta reais), referentes a despesas decorrentes de

viagem do servidor deste município para Natal/RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no período de 09 de Setembro de 2026 a 10 de Setembro de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:AE7C20DA

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 723/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 723/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 15 de Setembro de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). MARCELO MARTINS DE SOUSA, Motorista, 01 (uma) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 160,00 (cento e sessenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Natal/RN, a fim de transportar paciente que se encontrava de alta, no dia 15 de Setembro de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:ED1100F8

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 726/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 726/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 20 de Agosto de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). LEONARDO GOMES DE OLIVEIRA, Motorista, 1/2 (meia) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 80,00 (oitenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Caraúbas/RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 20 de Agosto de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:3216A9F5

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 729/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 729/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 10 de Setembro de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). MARCELO LEITE FONTES, Motorista, 1/2 (meia) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 80,00 (oitenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Mossoró/RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 10 de Setembro de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:4DAABA31

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 730/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 730/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 14 de Setembro de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). MARCELO LEITE FONTES, Motorista, 01 (uma) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 160,00 (cento e sessenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Natal/RN, a fim de transportar paciente que se encontrava de alta, no dia 14 de Setembro de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:76879798

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 731/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 731/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 16 de Setembro de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). MARCELO LEITE FONTES, Motorista, 1/2 (meia) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 80,00 (oitenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste

município para Mossoró/RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 16 de Setembro de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:8885C652

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 732/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 732/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 14 de Setembro de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). JOSé AUGUSTO DA SILVA PEREIRA, Motorista, 1/2 (meia) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 80,00 (oitenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Mossoró/RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 14 de Setembro de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:1C4C775B

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 734/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 734/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 18 de Setembro de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). SAMUEL LEITE DE FONTES, Motorista, 1/2 (meia) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 80,00 (oitenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Pau dos Ferros/RN, a fim de conduzir os estudantes universitários deste município para realização do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE, no dia 20 de Setembro de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:310F5DCA

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 735/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 735/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 15 de Setembro de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). JOSé AUGUSTO DA SILVA PEREIRA, Motorista, 1/2 (meia) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 80,00 (oitenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Mossoró/RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 15 de Setembro de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:FFA73266

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N° 106 DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA N° 106 DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

A PRESENTE PORTARIA ESTABELECE CONCESSÃO FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE JOSÉ DA PENHA, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL;

Considerando, as disposições da Lei Municipal 034/1999, que dispõe sobre o Estatuto do Servidor Municipal e satisfeita a conclusão dos trâmites administrativos pertinente a concessão de férias;

Considerando, que a concessão do gozo de férias requerido pelo servidor não implica em oneração ou falha na prestação do serviço público em sua lotação;

Considerando, que o Município se reveste de poderes e de força para cumprir as suas finalidades, ou seja, corresponder à responsabilidade tutelar de que está investido, genérica e especificamente, para garantir a normal execução do Serviço Público, observado à oportunidade e conveniência administrativa; o bem-estar dos cidadãos e prover as ações básicas demandadas;

Considerando, que nessas situações, a administração, dentre as possibilidades de atuação juridicamente legítimas, determinará a mais oportuna e conveniente, tendo em vista o interesse público e que o Poder Judiciário não pode substituir a administração nesse juízo de valor, por tratar-se de um juízo de mérito administrativo;

RESOLVE:
Art. 1° Conceder o servidor **Adriel Filemon Farias Rego**, com matrícula n**o** **138065-6**, lotada na Secretaria Municipal de Administração, suas férias regulamentares.

Art. 2o As férias concedidas, correspondem ao período de aquisição de 02/03/2025 a 01/03/2026, com o período de gozo de 01/10/2026 a 30/10/2026, devendo retornar as suas atividades funcionais em 31/10/2026**.**

Art. 3o Determinar que o Setor Competente providencie os assentamentos correspondentes, bem como o pagamento do 1/3 de férias a que o mesmo tem direito.

Art. 4o A servidora deve aguardar em serviço a publicação da presente Portaria.

Art. 5o Esta portaria entra em vigor na data de sua de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:92CB415F

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO Nº 08070001/2026

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO Nº 08070001/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA - RN, situada no(a) Rua Prefeito Francisco Fontes, 22, Centro, José Da Penha / RN, inscrito(a) no CNPJ/MF Nº 08.357.642/0001-54, neste ato representado(a) pelo(a) Senhor(a) JAIRO DE SOUZA MAFALDO, brasileiro, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

CONSIDERANDO que MULTIMED DENTAL EIRELI, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o Nº 29.894.043/0001-40, sediado(a) na AV DA INDEPENDENCIA, 814, CENTRO , Pau dos Ferros/Rio Grande do Norte, sagrou-se vencedor do Pregão Eletrônico 001/2026, resultando no Contrato nº 08070001/2026, para a Aquisição de medicamentos injetáveis para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do município de José da Penha/RN.

CONSIDERANDO que foi encaminhado à contratada, em 04 de agosto de 2026, o documento de Pré-Empenho nº 4080001/2026, emitido pela Secretaria Municipal de Saúde, constituindo ordem de fornecimento dos bens objeto do contrato.

CONSIDERANDO que a contratada deixou de efetuar a entrega total das mercadorias até a presente data, descumprindo o prazo contratual de 05 (cinco) dias úteis estabelecido para o fornecimento, caracterizando inadimplemento das obrigações assumidas*;*

CONSIDERANDO que diante do descumprimento contratual, foram encaminhados dois e-mails a contratada, sendo o primeiro em 08 de setembro de 2026 e o segundo em 11 de setembro de 2026, por meio do qual a contratada foi regularmente notificada acerca do atraso na entrega;

CONSIDERANDO que apesar de regularmente notificada a contratada permaneceu inerte;

CONSIDERANDO que o item 11.2.4.1.1 do contrato estabelece que o atraso superior a 30 (trinta) dias na execução das obrigações contratuais autoriza a Administração a promover a rescisão unilateral do ajuste, por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, nos termos do inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas nos incisos III e IV do art. 156 da mesma Lei;

CONSIDERANDO, por fim, que restou caracterizado o inadimplemento contratual da contratada, inexistindo justificativa apta a afastar a adoção da medida de rescisão, em observância aos princípios da legalidade, da supremacia do interesse público e da continuidade da prestação dos serviços públicos.

RESOLVE:

CLAUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

Fica **RESCINDIDO UNILATERALMENTE**, por ato da Administração Pública, o Contrato nº 08070001/2026, celebrado com a empresa MULTIMED DENTAL EIRELI, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o Nº 29.894.043/0001-40, em razão do inadimplemento das obrigações contratuais assumidas, especialmente pela inexecução do objeto contratado, nos termos do inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021 e das disposições contratuais aplicáveis.

PARÁGRAFO ÚNICO. A presente rescisão produz efeitos a partir da data de sua formalização, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da contratada e da aplicação das sanções administrativas e demais consequências legais e contratuais cabíveis, inclusive aquelas previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

CLAUSULA SEGUNDA – DA APLICAÇÃO DE SANÇÕES

Sem prejuízo da rescisão, fica o fornecedor sujeito às penalidades previstas no edital da licitação e na legislação vigente (Lei nº 14.133/2021, Art. 155 e seguintes), as quais serão objeto de processo administrativo de apuração de responsabilidade específico.

CLAUSULA TERCEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Luís Gomes para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes do presente ato, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para fins de formalização da presente rescisão unilateral, o Município de José da Penha firma este Termo, em conformidade com a legislação vigente, para que produza seus legais efeitos.

José da Penha – RN, 22 de setembro de 2026.

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco de Assis Paulino e Silva
Código Identificador:68242FB6

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO Nº 22050001/2026

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO Nº 22050001/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA - RN, situada no(a) Rua Prefeito Francisco Fontes, 22, Centro, José Da Penha / RN, inscrito(a) no CNPJ/MF Nº 08.357.642/0001-54, neste ato representado(a) pelo(a) Senhor(a) JAIRO DE SOUZA MAFALDO, brasileiro, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

CONSIDERANDO que MULTIMED DENTAL EIRELI, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o Nº 29.894.043/0001-40, sediado(a) na AV DA INDEPENDENCIA, 814, CENTRO , Pau dos Ferros/Rio Grande do Norte, sagrou-se vencedor do Pregão Eletrônico 001/2026, resultando no Contrato nº 22050001/2026, para a Aquisição de medicamentos básicos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do município de José da Penha/RN.

CONSIDERANDO que foi encaminhado à contratada, em 19 de agosto de 2026, o documento de Pré-Empenho nº 19080006/2026, emitido pela Secretaria Municipal de Saúde, constituindo ordem de fornecimento dos bens objeto do contrato.

CONSIDERANDO que a contratada deixou de efetuar a entrega das mercadorias até a presente data, descumprindo o prazo contratual de 05 (cinco) dias úteis estabelecido para o fornecimento, caracterizando inadimplemento das obrigações assumidas*;*

CONSIDERANDO que diante do descumprimento contratual, foram encaminhados dois e-mails a contratada, sendo o primeiro em 08 de setembro de 2026 e o segundo em 11 de setembro de 2026, por meio do qual a contratada foi regularmente notificada acerca do atraso na entrega;

CONSIDERANDO que apesar de regularmente notificada a contratada permaneceu inerte;

CONSIDERANDO que o item 11.2.4.1.1 do contrato estabelece que o atraso superior a 30 (trinta) dias na execução das obrigações contratuais autoriza a Administração a promover a rescisão unilateral do ajuste, por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, nos termos do inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas nos incisos III e IV do art. 156 da mesma Lei;

CONSIDERANDO, por fim, que restou caracterizado o inadimplemento contratual da contratada, inexistindo justificativa apta a afastar a adoção da medida de rescisão, em observância aos princípios da legalidade, da supremacia do interesse público e da continuidade da prestação dos serviços públicos.

RESOLVE:

CLAUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

Fica **RESCINDIDO UNILATERALMENTE**, por ato da Administração Pública, o Contrato nº 22050001/2026, celebrado com a empresa MULTIMED DENTAL EIRELI, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o Nº 29.894.043/0001-40, em razão do inadimplemento das obrigações contratuais assumidas, especialmente pela inexecução do objeto contratado, nos termos do inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021 e das disposições contratuais aplicáveis.

PARÁGRAFO ÚNICO. A presente rescisão produz efeitos a partir da data de sua formalização, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da contratada e da aplicação das sanções administrativas e demais consequências legais e contratuais cabíveis, inclusive aquelas previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

CLAUSULA SEGUNDA – DA APLICAÇÃO DE SANÇÕES

Sem prejuízo da rescisão, fica o fornecedor sujeito às penalidades previstas no edital da licitação e na legislação vigente (Lei nº 14.133/2021, Art. 155 e seguintes), as quais serão objeto de processo administrativo de apuração de responsabilidade específico.

CLAUSULA TERCEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Luís Gomes para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes do presente ato, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para fins de formalização da presente rescisão unilateral, o Município de José da Penha firma este Termo, em conformidade com a legislação vigente, para que produza seus legais efeitos.

José da Penha – RN, 22 de setembro de 2026.

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco de Assis Paulino e Silva
Código Identificador:10122C03

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCURUTU

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
DECRETO Nº 1.526, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

DECRETO Nº 1.526, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

Aprova o Projeto de Loteamento "Portal da Oiticica", localizado à margem esquerda da Rodovia RN-118, no sentido Jucurutu-Caicó, nesta Cidade de Jucurutu, pertencente à empresa LOTEAMENTO PORTAL DA OITICICA LTDA (CNPJ 61.077.876/0001-20), autoriza o seu registro no Primeiro Ofício, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUCURUTU, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE,
Considerando competir-lhe, privativamente, representar o Município nas suas relações políticas, jurídicas e administrativas; exercer, com auxílio dos Secretários Municipais, a direção superior da administração; e exercer outras atribuições e pratica, no interesse do Município, quaisquer outros atos que não estejam, explícita ou implicitamente, reservados a outro Poder pela Constituição Federal, pela Constituição Estadual ou pela Lei Orgânica do Município, à luz do disposto dos incisos I, III e X, do art. 49 da Lei Orgânica do Município;
Considerando que o Projeto do Loteamento "Portal da Oiticica", pertencente à empresa **LOTEAMENTO PORTAL DA OITICICA LTDA (CNPJ 61.077.876/0001-20)**, constante do Processo Administrativo nº 121, de 14 de maio de 2024 preenche as exigências da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, assim como do Plano Diretor do Município;

Considerando o **TERMO DE COMPROMISSO E CAUÇÃO Nº 121/2024-7,** de cópia anexa, pelo qual foi concedido pelo Município a aprovação e autorização de registro do Projeto de Loteamento, ainda que sem execução das obras de infraestrutura básica referente à iluminação pública, energia pública e domiciliar a que se refere o § 5º do art. 2º da Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, mediante caução de 30 (trinta) lotes, numerados de A1 a A30, compreendendo a Quadra A e de 30 (trinta) lotes, numerados de B1 a B30, compreendendo a Quadra B, e fixação de prazo de 200 (duzentos) dias para sua execução pela **LOTEADORA**, sob pena de incorporação daqueles ao patrimônio municipal para fazer face à execução daquelas obras pelo Município,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aprovado o projeto de Loteamento "Portal da Oiticica", localizado à margem esquerda da Rodovia RN-118, no sentido Jucurutu-Caicó, pertencente à empresa LOTEAMENTO PORTAL DA OITICIDA LTDA (CNPJ 61.077.876/0001-20), cujos documentos constam do Processo Administrativo nº 121/2024, de 14 de maio de 2024.

Art. 2º Em consequência da aprovação a que se refere o artigo anterior, é autorizado o Cartório de Registro Imobiliário a proceder o competente registo para os devidos fins, inclusive com o TERMO DE COMPROMISSO E CAUÇÃO Nº 121/2024-7 anexo, firmado entre o Município e a empresa LOTEAMENTO PORTAL DA OITICICA LTDA (CNPJ 61.077.876/0001-20).

Art. 3º É atribuída competência à Secretaria Municipal de Infraestrutura, Saneamento e Serviços Urbanos para fiscalizar o cumprimento do projeto de loteamento de que trata o presente Decreto, inclusive no que se refere às áreas públicas que passarão ao domínio do Município, bem como à Secretaria Municipal de Finanças, Tributação e Planejamento quanto procedimentos de natureza tributária.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jucurutu, 22 de setembro de 2026

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renilson Henrique de Brito
Código Identificador:892B2DA0

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
REF. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 044/2026 – CONCORRÊNCIA Nº 007/2026 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONSTRUÇÃO DA SEDE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DE JUCURUTU/ RN.

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito Municipal de Jucurutu/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente no que determina o artigo 71, inciso IV, da Lei Federal n°. 14.133/2021,

RESOLVE:

Conforme o julgamento proferido pela Agente de Contratação deste Município, e diante da legalidade dos atos praticados durante o seu processamento, **ADJUDICAR** o objeto do procedimento licitatório, em favor da empresa licitante vencedora **EMPREENDIMENTOS CONSTRUCOES E COMERCIO DA CONSTRUCAO LTDA –** CNPJ: 07.275.651/0001-33, com o valor global de **R$ 475.304,05** (quatrocentos e setenta e cinco mil, trezentos e quatro reais e cinco centavos), e **HOMOLOGAR** o presente certame.

Jucurutu/ RN, 22 de setembro de 2026

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Jânat Érika Fernandes de Medeiros
Código Identificador:B93847BD

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
TERMO DE COMPROMISSO E CAUÇÃO Nº 121/2024-7

TERMO DE COMPROMISSO E CAUÇÃO Nº 121/2024-7

Pelo presente, o **MUNICÍPIO DE JUCURUTU, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (CNPJ 08.095.283/0001-04)**, com sede na Praça João Euzébio de Medeiros nº 14, nesta Cidade de Jucurutu, representado pelo seu Prefeito Municipal **IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA (CPF ...)**, de um lado, doravante denominado **MUNICÍPIO**; e a empresa **LOTEAMENTO PORTAL DA OITICICA LTDA (CNPJ 61.077.876/0001-20)**, com sede na Rua Coronel João Damasceno nº 269, Centro, também nesta Cidade de Jucurutu, representada pelo sócios com poderes de representação conferidos pela Cláusula VI do Contrato Social de Constituição de Sociedade Empresária Limitada, de outro lado, doravante denominada **LOTEADORA**, proprietária do terreno urbano localizado no Sítio "Caieira", nesta Cidade de Jucurutu, Estado do Rio Grande do Norte, medindo uma área de 41.009,4936m² (quarenta e um mil e nove, vírgula quatro, nove, três e seis metros quadrados), com inscrição municipal nº 1.0001.002.04.0001.0012.5 sequencial 1.005187.2, devidamente registrado no Cartório do Primeiro Ofício, firmam o presente **TERMO DE COMPROMISSO E CAUÇÃO Nº 121/2024-7**, conforme as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A **LOTEADORA** se obriga a dar ao **MUNICÍPIO** como garantia das obras de infraestrutura básica referente a iluminação pública, energia elétrica pública e domiciliar a que se refere o § 5º do art. 2º e diante da permissibilidade do art. 9º, ambos da Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 30 (trinta) lotes, numerados de A1 a A30 e 30 (trinta) lotes, numerados de B1 a B30, compreendendo as Quadras A e B, com área de total de 160,00m² (cento e sessenta metros quadrados) cada do Loteamento Portal da Oiticica, pertencente à **LOTEADORA;**

PARÁGRAFO ÚNICO – O Cartório do Primeiro Ofício, responsável pelo registro de imóveis deverá averbar a garantia de que trata o caput no registro do Loteamento Portal da Oiticica pertencente à **LOTEADORA**;

CLÁUSULA SEGUNDA – Os lotes a que se referem a **CLÁUSULA PRIMEIRA** não poderão ser comercializados pela **LOTEADORA**, enquanto não concluídas as obras de infraestrutura básica referente a iluminação pública, energia elétrica pública e domiciliar a que se refere o § 5º do art. 2º da Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, para o que será estipulado o prazo máximo de 200 (duzentos) dias;

CLÁUSULA TERCEIRA – Não sendo as obras concluídas no prazo estipulado na **CLÁUSULA SEGUNDA** caberá ao **MUNICÍPIO** executá-las, para cujo investimento serão utilizados os recursos da venda dos lotes incorporados ao patrimônio municipal, acrescidos da Taxa de Administração de 15% (quinze por cento), calculados sobre o valor total das obras, a ser suportado pela **LOTEADORA**.

CLÁUSULA QUARTA – O presente **TERMO DE COMPROMISSO E CAUÇÃO Nº 121/2024-7** vai assinado pelas partes e testemunhas, devendo cópia ser juntada ao Decreto de aprovação do Loteamento "Portal da Oiticica", de propriedade da LOTEADORA.

Jucurutu, 17 de setembro de 2026

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal

LOTEAMENTO PORTAL DA OITICICA LTDA
CNPJ 61.077.876/0001-20

Publicado por:
Renilson Henrique de Brito
Código Identificador:4C1F30F9

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES
PORTARIA Nº 256, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 256, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de progressão horizontal (mudança de letra) a servidores do Magistério Municipal e de outras providências;

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUCURUTU, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 49, inciso II, da Lei Orgânica do Município.

Considerando o Art, 9º da Lei Municipal nº 655/2009 que dispõe sobre o Plano de Cargo, Carreira e Remuneração do Magistério Municipal de Jucurutu;
Considerando os Requerimentos Administrativos apresentados e analisados;
RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Progressão Horizontal (mudança da letra B para a letras C) a servidora **Carla Simone Ivo de Araújo Lopes**, Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura**,** com acréscimo na remuneração equivalente a 3% sobre o salário básico atualmente percebido, a contar de 1º de outubro de 2026.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com seus efeitos a partir de 01 de outubro de 2026.
Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES, da Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN, em 22 de setembro de 2026.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal de Jucurutu

RENILSON HENRIQUE DE BRITO
Secretário Municipal de Recursos Humanos Patrimônio e Serviços Auxiliares

Publicado por:
Renilson Henrique de Brito
Código Identificador:5D66B821

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES
PORTARIA Nº 257, DE 22 SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 257, DE 22 SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre Concessão de Licença Prêmio e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUCURUTU, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 49, inciso II, da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1° - CONCEDER uma licença prêmio de 90 dias a servidora efetiva **CAMILA CARLA DANTAS SOARES,** CPF: 065.***.344-**, ocupante do cargo de Fiscal Sanitário Enfermeiro, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, conforme disposto no Art. 92 da Lei Complementar nº 04/2006, que instituiu o Regime Jurídico Único dos Servidores Municipais.

Art. 2º - Fica compreendido o período da Licença Prêmio de 90 (noventa) dias a partir de **05 de outubro de 2026 a 02 de janeiro de 2027.**

Art. 3º - A servidora deverá se apresentar ao seu local de trabalho no 1º dia útil após o fim desta Licença Prêmio, independentemente de convocação, para desempenhar suas funções laborais.

Art. 4º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com seus efeitos a partir de 05 de outubro de 2026.
Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES, da Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN, em 22 de setembro de 2026.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal

RENILSON HENRIQUE DE BRITO
Secretário Municipal de Recursos Humanos
Patrimônio e Serviços Auxiliares

Publicado por:
Renilson Henrique de Brito
Código Identificador:87A3B7EC

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES
PORTARIA Nº 258, DE 22 SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 258, DE 22 SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre Concessão de Licença Prêmio e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUCURUTU, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 49, inciso II, da Lei Orgânica do Município.
RESOLVE:

Art. 1° - CONCEDER uma licença prêmio de 90 dias a servidora efetiva **DAMIANA DA CONCEIÇÃO DA SILVA,** CPF: 897.***.354-**, ocupante do cargo de Técnica em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, conforme disposto no Art. 92 da Lei Complementar nº 04/2006, que instituiu o Regime Jurídico Único dos Servidores Municipais.

Art. 2º - Fica compreendido o período da Licença Prêmio de 90 (noventa) dias a partir de **01 de outubro de 2026 a 29 de dezembro de 2026.**

Art. 3º - A servidor deverá se apresentar ao seu local de trabalho no 1º dia útil após o fim desta Licença Prêmio, independentemente de convocação, para desempenhar suas funções laborais.

Art. 4º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com seus efeitos a partir de 01 de outubro de 2026.
Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES, da Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN, em 22 de setembro de 2026.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal

RENILSON HENRIQUE DE BRITO
Secretário Municipal de Recursos Humanos
Patrimônio e Serviços Auxiliares

Publicado por:
Renilson Henrique de Brito
Código Identificador:922D50E9

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIÁ

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 466/2026

Dispõe sobre o Sistema Municipal de Esporte e Lazer, cria o Conselho Municipal de Esporte e Lazer e o Fundo Municipal de Esporte e Lazer do Município de Jundiá/RN, e dá outras providências.

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu, Prefeito do Município de Jundiá, Estado do Rio Grande do Norte, sanciono a seguinte Lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei regula, no Município de Jundiá/RN e em conformidade com a Constituição da República Federativa do Brasil, especialmente o art. 217, e com a Lei Orgânica do Município, o Sistema Municipal de Esporte e Lazer – SMEL, que tem por finalidade promover o desenvolvimento humano, social e econômico, com pleno exercício dos direitos ao esporte e ao lazer.

Parágrafo único. O Sistema Municipal de Esporte e Lazer – SMEL articula-se com as políticas e sistemas correlatos da União e do Estado do Rio Grande do Norte e se constitui no principal articulador, no âmbito municipal, das políticas públicas de esporte e lazer, estabelecendo mecanismos de gestão compartilhada com os demais entes federados e a sociedade civil.

TÍTULO I
DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

Art. 2º A política municipal de esporte e lazer estabelece o papel do Poder Público Municipal na gestão do esporte e do lazer, explicita os direitos ao esporte e ao lazer que devem ser assegurados a todos os munícipes e define pressupostos que fundamentam as políticas, programas, projetos e ações formuladas e executadas pela Prefeitura Municipal de Jundiá, com a participação da sociedade, no campo do esporte e do lazer.

CAPÍTULO I
DO PAPEL DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL NA GESTÃO DO ESPORTE E LAZER

Art. 3º O esporte e o lazer constituem direitos fundamentais e sociais, devendo o Poder Público Municipal prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício, no âmbito do Município de Jundiá/RN.

Art. 4º O esporte e o lazer são vetores de desenvolvimento humano, social e econômico, devendo ser tratados como áreas estratégicas para

o desenvolvimento sustentável, para a melhoria da saúde coletiva, para o fortalecimento de vínculos comunitários e para a promoção da cultura de paz no Município de Jundiá/RN.

Art. 5º É responsabilidade do Poder Público Municipal, com a participação da sociedade, planejar e fomentar políticas públicas de esporte e lazer; assegurar o acesso democrático às práticas esportivas e recreativas; promover a valorização do esporte comunitário, escolar e de rendimento (quando houver); e estabelecer condições para o desenvolvimento da economia do esporte e do lazer, considerando em primeiro plano o interesse público, a inclusão e a equidade territorial.

Art. 6º A atuação do Poder Público Municipal no campo do esporte e do lazer não se contrapõe ao setor privado, com o qual deve, sempre que possível, desenvolver parcerias e buscar a complementaridade das ações, evitando superposições, desperdícios e conflitos de agenda e de uso de equipamentos públicos.

Art. 7º Cabe ao Poder Público Municipal planejar e implementar políticas públicas para:

I – assegurar os meios para o desenvolvimento do esporte e do lazer como direito de todos os cidadãos, com liberdade de organização associativa e respeito às regras de segurança e convivência;

II – universalizar o acesso a bens, serviços, equipamentos e oportunidades de prática esportiva e recreativa;

III – contribuir para a construção da cidadania, da disciplina social, do respeito às diferenças e da convivência comunitária por meio do esporte e do lazer;

IV – reconhecer, proteger, valorizar e promover a diversidade de modalidades, práticas corporais e manifestações recreativas presentes no Município;

V – combater discriminação e preconceito de qualquer espécie, garantindo ambiente seguro e inclusivo;

VI – promover a equidade social e territorial do desenvolvimento esportivo e recreativo;

VII – qualificar e garantir a transparência da gestão pública do esporte e do lazer;

VIII – democratizar os processos decisórios, assegurando participação e controle social;

IX – estruturar e regulamentar a economia do esporte e do lazer no âmbito local, quando pertinente, observada a legislação vigente;

X – consolidar o esporte e o lazer como vetores do desenvolvimento sustentável e da saúde;

XI – intensificar intercâmbios, cooperação técnica, jogos amistosos, festivais e circuitos esportivos;

XII – contribuir para a promoção da cultura de paz e prevenção de violências, especialmente por meio de práticas esportivas comunitárias e escolares.

Art. 8º A política municipal de esporte e lazer deve ser transversal, estabelecendo relação estratégica com as demais políticas públicas, em especial educação, saúde, assistência social, juventude, direitos humanos, segurança pública, turismo, meio ambiente, mobilidade urbana e desenvolvimento econômico.

Art. 9º Os planos e projetos de desenvolvimento, na sua formulação e execução, devem considerar os fatores esportivos e recreativos e, na sua avaliação, critérios que envolvam oportunidades de saúde, educação, participação comunitária, bem-estar, inclusão, acessibilidade, dignidade e respeito aos direitos humanos, conforme indicadores sociais.

CAPÍTULO II
DOS DIREITOS AO ESPORTE E AO LAZER

Art. 10º Cabe ao Poder Público Municipal garantir a todos os munícipes o pleno exercício dos direitos ao esporte e ao lazer, entendidos como:

I – direito ao acesso e à participação em práticas esportivas e recreativas, de forma livre e segura;

II – direito à formação e iniciação esportiva, especialmente no ambiente escolar e comunitário;

III – direito ao uso democrático e ordenado dos equipamentos públicos destinados ao esporte e ao lazer, conforme normas locais;

IV – direito à participação nas decisões de política pública de esporte e lazer, por meio das instâncias de participação social previstas nesta Lei;

V – direito à inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência, pessoas idosas e demais grupos com barreiras de acesso;

VI – direito ao intercâmbio esportivo regional, estadual e nacional, respeitadas as condições e possibilidades do Município.

CAPÍTULO III
DAS DIMENSÕES DO ESPORTE E DO LAZER

Art. 11. O Poder Público Municipal compreende o esporte e o lazer em dimensões complementares – (I) educativa e formativa; (II) cidadã e inclusiva; e (III) econômica e de desenvolvimento – como fundamento da política municipal de esporte e lazer.

SEÇÃO I
DA DIMENSÃO EDUCATIVA E FORMATIVA

Art. 12. A dimensão educativa e formativa do esporte e do lazer compreende a iniciação e a formação esportiva, a valorização de práticas corporais saudáveis e o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, tais como cooperação, disciplina, respeito às regras e trabalho em equipe.

Art. 13. Cabe ao Poder Público Municipal promover e apoiar programas de iniciação esportiva, escolinhas, jogos escolares, festivais e outras ações de caráter educativo, em articulação com a rede de ensino e com entidades comunitárias, observadas as competências legais.

SEÇÃO II
DA DIMENSÃO CIDADÃ E INCLUSIVA

Art. 14. Os direitos ao esporte e ao lazer integram os direitos humanos e devem orientar as políticas públicas do setor, assegurando acesso universal e equitativo.

Art. 15. Cabe ao Poder Público Municipal assegurar o acesso de todos os cidadãos ao esporte e ao lazer por meio da democratização das condições de prática, da oferta de formação e de eventos comunitários, da expansão de equipamentos e da redução de barreiras territoriais e sociais.

Art. 16. O direito à participação e acessibilidade deve ser assegurado às pessoas com deficiência, com a garantia de condições de acessibilidade física e comunicacional e oportunidades de desenvolver e utilizar seu potencial esportivo, recreativo e de socialização.

Art. 17. O estímulo à participação da sociedade nas decisões de política pública de esporte e lazer deve ser efetivado por meio da criação e articulação de conselhos, conferências (quando instituídas) e outros mecanismos de escuta e controle social.

SEÇÃO III
DA DIMENSÃO ECONÔMICA E DE DESENVOLVIMENTO

Art. 18. Cabe ao Poder Público Municipal criar condições para o desenvolvimento do esporte e do lazer como espaço de inovação, bem-estar e geração de oportunidades, fomentando a cadeia ocal do esporte (serviços, eventos, comércio e turismo esportivo, quando aplicável), promovendo a desconcentração de atividades e a circulação responsável de recursos no território.

Art. 19. O Poder Público Municipal deve fomentar a economia do esporte e do lazer como:

I – sistema de serviços e eventos, materializado em atividades e cadeias que envolvam formação, organização de competições, logística, arbitragem, comunicação e consumo responsável;

II – elemento de dinamização econômica e social, capaz de mobilizar redes comunitárias e gerar trabalho e renda, observadas as normas aplicáveis;

III – conjunto de valores e práticas que se referenciam na identidade local e na inclusão social, compatibilizando desenvolvimento com bem-estar coletivo.

Art. 20. As políticas públicas no campo da economia do esporte e do lazer devem compreender as práticas esportivas como portadoras de valores sociais e educativos, não restritas ao seu valor mercantil.

TÍTULO II
DO SISTEMA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER – SMEL
CAPÍTULO I
DAS DEFINIÇÕES E DOS PRINCÍPIOS

Art. 21. O Sistema Municipal de Esporte e Lazer – SMEL se constitui em instrumento de articulação, gestão, fomento e promoção de políticas públicas, bem como de informação e formação na área do esporte e do lazer, tendo como essência a coordenação e cooperação intergovernamental com vistas ao fortalecimento institucional, à democratização dos processos decisórios e à obtenção de

economicidade, eficiência, eficácia e efetividade na aplicação dos recursos públicos.

Art. 22. O Sistema Municipal de Esporte e Lazer – SMEL fundamenta-se na política municipal de esporte e lazer expressa nesta Lei e nas diretrizes estabelecidas no Plano Municipal de Esporte e Lazer – PMEL, para instituir um processo de gestão compartilhada com os demais entes federativos e com a sociedade civil.

Art. 23. São princípios do Sistema Municipal de Esporte e Lazer – SMEL:

I – diversidade de modalidades e práticas esportivas e recreativas;

II – universalização do acesso a bens, serviços e equipamentos de esporte e lazer;

III – cooperação entre os entes federados e entre agentes públicos e privados atuantes no setor;

IV – integração e interação na execução de políticas, programas, projetos e ações;

V – complementaridade nos papéis dos agentes esportivos e recreativos;

VI – democratização dos processos decisórios com participação e controle social;

VII – ampliação progressiva dos recursos orçamentários para o esporte e o lazer, conforme disponibilidade fiscal e planejamento.

CAPÍTULO II
DOS OBJETIVOS

Art. 24. O Sistema Municipal de Esporte e Lazer – SMEL tem como objetivo formular e implantar políticas públicas de esporte e lazer, democráticas e permanentes, pactuadas com a sociedade civil e com os demais entes federados, promovendo o desenvolvimento humano, social e econômico, com pleno exercício dos direitos ao esporte e ao lazer e acesso aos bens e serviços correlatos, no âmbito do Município.

Art. 25. São objetivos específicos do Sistema Municipal de Esporte e Lazer – SMEL:

I – estabelecer processo democrático de participação na gestão das políticas e dos recursos públicos do setor;

II – assegurar partilha equilibrada dos recursos e oportunidades entre territórios e públicos prioritários, observadas as capacidades do Município;

III – articular e implementar políticas que promovam a interação do esporte e do lazer com outras áreas;

IV – promover intercâmbio e cooperação técnica para formação, capacitação e circulação de bens e serviços do setor;

V – criar instrumentos de gestão para acompanhamento e avaliação das políticas públicas de esporte e lazer desenvolvidas no âmbito do SMEL;

VI – estabelecer parcerias entre setor público e privado na gestão e promoção do esporte e do lazer, quando pertinente.

CAPÍTULO III
DA ESTRUTURA
SEÇÃO I
DOS COMPONENTES

Art. 26. Integram o Sistema Municipal de Esporte e Lazer – SMEL:

I – coordenação:

a) Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos – SMECD.

II – instâncias de articulação, pactuação e deliberação:

a) Conselho Municipal de Esporte e Lazer – CMEL.

III – instrumentos de gestão:

a) Plano Municipal de Esporte e Lazer – PMEL;

b) Sistema Municipal de Financiamento ao Esporte e Lazer – SMFEL;

c) Sistema Municipal de Informações e Indicadores de Esporte e Lazer – SMIIEL;

d) Programa Municipal de Formação na Área de Esporte e Lazer – PROMFEL;

e) outros que venham a ser constituídos, conforme regulamento.

Parágrafo único. O SMEL estará articulado com os demais sistemas municipais e políticas setoriais, especialmente educação, saúde, assistência social, juventude, direitos humanos, turismo, meio ambiente, mobilidade e segurança, conforme regulamentação.

SEÇÃO II
DA COORDENAÇÃO DO SMEL

Art. 27. A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos – SMECD é órgão superior subordinado diretamente ao Prefeito e se constitui no órgão gestor e coordenador do Sistema Municipal de Esporte e Lazer – SMEL.

Art. 28. São atribuições da SMECD, no âmbito do esporte e do lazer:

I – formular e implementar, com participação da sociedade civil, o Plano Municipal de Esporte e Lazer – PMEL;

II – implementar o SMEL, articulando atores públicos e privados, integrando e organizando a rede de equipamentos esportivos e recreativos;

III – promover planejamento e fomento das atividades esportivas e de lazer, com visão integrada do território;

IV – valorizar práticas esportivas e recreativas que expressem a diversidade local;

V – manter articulação com entes públicos e privados visando cooperação técnica e operacional;

VI – assegurar o funcionamento do SMFEL e promover ações de fomento ao desenvolvimento do esporte e do lazer;

VII – descentralizar equipamentos e ações, democratizando o acesso;

VIII – estruturar e realizar cursos de formação e qualificação nas áreas de iniciação esportiva, arbitragem, organização de eventos e gestão;

IX – estruturar calendário municipal de eventos esportivos e recreativos;

X – desenvolver estudos e diagnósticos para subsidiar políticas e programas;

XI – operacionalizar as atividades do CMEL;

XII – exercer outras atividades correlatas.

Art. 29. À SMECD, como órgão coordenador do SMEL, compete:

I – exercer a coordenação geral do Sistema;

II – emitir recomendações e orientações de gestão, observadas as deliberações do CMEL;

III – colaborar para o desenvolvimento de indicadores e parâmetros quantitativos e qualitativos do setor;

IV – subsidiar a formulação e implementação de políticas transversais do esporte e lazer;

V – apoiar metodologias de classificação de programas e ações do setor no âmbito do PMEL;

VI – elaborar e implementar o PROMFEL.

SEÇÃO III
DAS INSTÂNCIAS DE ARTICULAÇÃO, PACTUAÇÃO E DELIBERAÇÃO

Art. 30. Constitui instância de articulação, pactuação e deliberação do Sistema Municipal de Esporte e Lazer – SMEL o Conselho Municipal de Esporte e Lazer – CMEL.

SUBSEÇÃO I
DO CONSELHO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER – CMEL

Art. 31. Fica criado o Conselho Municipal de Esporte e Lazer – CMEL, órgão colegiado deliberativo, consultivo e normativo, integrante da estrutura básica da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos – SMECD, com composição paritária entre Poder Público e Sociedade Civil, constituindo-se espaço permanente de participação social institucionalizada no âmbito do SMEL.

§ 1º O CMEL tem como atribuição elaborar, acompanhar, fiscalizar e avaliar as políticas públicas de esporte e lazer, consolidadas no Plano Municipal de Esporte e Lazer – PMEL, bem como deliberar sobre diretrizes gerais de aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Esporte e Lazer – FMEL, observada a legislação vigente.

§ 2º O Presidente do Conselho Municipal de Esporte e Lazer – CMEL será o titular da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos – SMECD, ou representante por ele formalmente designado.

§ 3º O CMEL elegerá, entre seus membros, o Secretário-Geral, na forma do Regimento Interno.

§ 4º O Presidente do CMEL é detentor do voto de minerva, na forma do Regimento Interno.

Art. 32. O CMEL será constituído por 4 (quatro) membros titulares e igual número de suplentes, com a seguinte composição:

I – Membros titulares e suplentes representantes do Poder Público:

a) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos – SMECD;
b) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde ou, na inexistência, órgão municipal equivalente.
II – Membros titulares e suplentes representantes da Sociedade Civil, distribuídos em duas categorias:
a) 1 (um) representante do segmento "Esporte Geral";
b) 1 (um) representante do segmento "Futebol".

§ 1º Os representantes do Poder Público serão designados pelos respectivos órgãos.
§ 2º Os representantes da Sociedade Civil serão eleitos conforme Regimento Interno, mediante chamamento público.
§ 3º Nenhum membro representante da sociedade civil, titular ou suplente, poderá ser detentor de função de confiança vinculada ao Poder Executivo do Município, conforme regulamento.
§ 4º O mandato dos conselheiros da sociedade civil será de 2 (dois) anos, renovável uma vez, por igual período, na forma do regulamento.
Art. 33. O CMEL é constituído pelas seguintes instâncias:
I – Plenário;
II – Grupos de Trabalho.
Art. 34. Ao Plenário, instância máxima do CMEL, compete:
I – propor diretrizes gerais, acompanhar e fiscalizar a execução do PMEL;
II – estabelecer normas e diretrizes pertinentes às finalidades e objetivos do SMEL;
III – definir parâmetros gerais para aplicação dos recursos do FMEL, conforme prioridades do PMEL;
IV – acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos do FMEL;
V – apreciar diretrizes orçamentárias da área de esporte e lazer, quando provocadas;
VI – aprovar o regimento interno do Conselho.

SEÇÃO IV
DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO

Art. 35. Constituem instrumentos de gestão do SMEL:
I – Plano Municipal de Esporte e Lazer – PMEL;
II – Sistema Municipal de Financiamento ao Esporte e Lazer – SMFEL;
III – Sistema Municipal de Informações e Indicadores de Esporte e Lazer – SMIIEL;
IV – Programa Municipal de Formação na Área de Esporte e Lazer – PROMFEL.
Parágrafo único. Os instrumentos de gestão se caracterizam como ferramentas de planejamento, inclusive técnico e financeiro, e de qualificação dos recursos humanos.

DO PLANO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER – PMEL

Art. 36. O Plano Municipal de Esporte e Lazer – PMEL, instituído por lei própria, tem duração decenal e é instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da Política Municipal de Esporte e Lazer na perspectiva do SMEL.
Art. 37. A elaboração do PMEL é de responsabilidade da SMECD e instituições vinculadas, com base em diagnósticos e em participação social conduzida conforme regulamento, desenvolvendo Projeto de Lei a ser submetido ao CMEL e, posteriormente, encaminhado à Câmara Municipal.
Parágrafo único. O PMEL deverá conter:
I – diagnóstico do desenvolvimento do esporte e lazer;
II – diretrizes e prioridades;
III – objetivos gerais e específicos;
IV – estratégias, metas e ações;
V – prazos de execução;
VI – resultados e impactos esperados;
VII – recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários;
VIII – mecanismos e fontes de financiamento;
IX – indicadores de monitoramento e avaliação.

DO SISTEMA MUNICIPAL DE FINANCIAMENTO AO ESPORTE E LAZER – SMFEL

Art. 38. O Sistema Municipal de Financiamento ao Esporte e Lazer – SMFEL é constituído pelo conjunto de mecanismos de financiamento público do esporte e do lazer, no âmbito do Município de Jundiá/RN, que devem ser diversificados e articulados.

Parágrafo único. São mecanismos de financiamento público do esporte e do lazer no Município:
I – Orçamento público do Município, estabelecido na Lei Orçamentária Anual – LOA;
II – Fundo Municipal de Esporte e Lazer – FMEL, definido nesta Lei;
III – outros mecanismos que venham a ser criados, conforme legislação.

SUBSEÇÃO I
DO FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER – FMEL

Art. 39. Fica criado o Fundo Municipal de Esporte e Lazer – FMEL, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos – SMECD, como fundo de natureza contábil e financeira, com prazo indeterminado de duração, de acordo com as regras definidas nesta Lei e regulamento.
Art. 40. O FMEL se constitui no principal mecanismo de financiamento das políticas públicas de esporte e lazer no Município, com recursos destinados a programas, projetos e ações implementados de forma descentralizada, em regime de colaboração e cofinanciamento com a União e com o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, quando houver.
Parágrafo único. É vedada a utilização de recursos do FMEL com despesas de manutenção administrativa geral do Município e de suas entidades, ressalvadas as despesas de gestão do próprio Fundo nos limites e condições desta Lei e de regulamento.
Art. 41. São receitas do FMEL:
I – dotações consignadas na LOA do Município e seus créditos adicionais;
II – transferências federais e/ou estaduais à conta do Fundo;
III – contribuições, doações e legados, nos termos da legislação;
IV – produto do desenvolvimento de suas finalidades institucionais, tais como arrecadação de preços públicos pela cessão de bens municipais sujeitos à administração da SMECD, quando houver previsão legal;
V – subvenções e auxílios de entidades de qualquer natureza;
VI – saldos de exercícios anteriores;
VII – outras receitas legalmente incorporáveis que lhe vierem a ser destinadas.
Art. 42. O FMEL será administrado pela SMECD, na forma estabelecida em regulamento, e apoiará projetos de esporte e lazer, preferencialmente por meio de chamamentos e seleção pública, conforme disponibilidade e regras aplicáveis.

Art. 43. Os custos referentes à gestão do FMEL com planejamento, acompanhamento, avaliação e divulgação de resultados não poderão ultrapassar 5% (cinco por cento) de suas receitas, observados limites fixados pelo CMEL e por ato administrativo competente.
Art. 44. O apoio do FMEL poderá exigir contrapartida, conforme edital ou instrumento, sendo possível sua dispensa em programas e públicos prioritários definidos em regulamento.

DO SISTEMA MUNICIPAL DE INFORMAÇÕES E INDICADORES DE ESPORTE E LAZER – SMIIEL

Art. 45. Cabe à SMECD desenvolver o Sistema Municipal de Informações e Indicadores de Esporte e Lazer – SMIIEL, com a finalidade de gerar informações, cadastros e indicadores da realidade local do esporte e do lazer, a partir de dados coletados pelo Município.
§ 1º O SMIIEL é constituído por bancos de dados referentes a bens, serviços, infraestrutura, investimentos, produção, acesso, consumo, agentes, programas, instituições e gestão do esporte e lazer, entre outros, e deverá estar disponível ao público, observado o regramento de proteção de dados pessoais e sigilos administrativos.
§ 2º O processo de estruturação do SMIIEL poderá ter como referência modelos estaduais e nacionais, quando disponíveis.

Art. 46. O SMIIEL tem como objetivos:
I – coletar, sistematizar e interpretar dados, fornecer metodologias e estabelecer parâmetros para mensuração do setor e das necessidades sociais, permitindo formulação, monitoramento e avaliação do PMEL e suas revisões;

II – disponibilizar estatísticas, indicadores e informações para caracterização de demanda e oferta, apoiando gestores públicos e privados no Município;
III – facilitar o monitoramento e avaliação das políticas públicas, assegurando ao poder público e à sociedade civil o acompanhamento do desempenho do PMEL.

DO PROGRAMA MUNICIPAL DE FORMAÇÃO NA ÁREA DE ESPORTE E LAZER – PROMFEL

Art. 47. Cabe à SMECD elaborar, regulamentar e implementar o Programa Municipal de Formação na Área de Esporte e Lazer – PROMFEL, em articulação com instituições educacionais e parceiros, tendo como objetivo capacitar gestores públicos, conselheiros e agentes comunitários do setor, responsáveis pela formulação e implementação das políticas públicas de esporte e lazer.
Art. 48. O PROMFEL deve promover:
I – qualificação técnico-administrativa e capacitação em política pública de esporte e lazer;
II – formação em áreas técnicas e operacionais, como arbitragem, organização de eventos, iniciação esportiva, lazer comunitário, segurança e inclusão.

TÍTULO III
DO FINANCIAMENTO

CAPÍTULO I
DOS RECURSOS

Art. 49. O FMEL é a principal fonte de recursos do Sistema Municipal de Esporte e Lazer.
Parágrafo único. O orçamento do Município constitui, também, fonte de recursos do SMEL.
Art. 50. O financiamento das políticas públicas de esporte e lazer estabelecidas no PMEL far-se-á com recursos do Município, do Estado e da União, além dos demais recursos que compõem o FMEL, quando houver repasses e instrumentos aplicáveis.

CAPÍTULO II
DA GESTÃO FINANCEIRA

Art. 51. Os recursos financeiros do esporte e lazer serão depositados em conta específica e administrados pela SMECD, sob fiscalização do CMEL, observado o ordenamento jurídico aplicável.
Art. 52. O Município deverá tornar públicos os valores e a finalidade dos recursos recebidos de outros entes federados para o esporte e lazer, conforme normas de transparência e controle.

TÍTULO IV
DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 53. O Município de Jundiá/RN poderá celebrar instrumentos de cooperação e adesão a programas e sistemas correlatos, na forma do regulamento e da legislação aplicável.
Art. 54. Sem prejuízo de outras sanções cabíveis, constitui crime de emprego irregular de verbas ou rendas públicas, previsto no art. 315 do Código Penal, a utilização de recursos financeiros do SMEL e do FMEL em finalidades diversas das previstas nesta Lei.
Art. 55. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Jundiá/RN, 22 de setembro de 2026

CARLOS ANTÔNIO DE SOUZA
Prefeito Municipal de Jundiá/RN

Publicado por:
João André Ferreira Filho
Código Identificador:797F44D3

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 467/2026

INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL NO MUNICÍPIO DE JUNDIÁ/RN, REVOGA A LEI MUNICIPAL Nº 395, DE 26 DE ABRIL DE 2022, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUNDIÁ, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DA POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Município de Jundiá/RN, a normativa de Educação em Tempo Integral, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, destinada às unidades escolares integrantes da Rede Municipal de Ensino.

§ 1º A Educação Integral em Tempo Integral compreenderá a oferta de jornada escolar ampliada, articulada à concepção de Educação Integral, assegurando o desenvolvimento integral dos estudantes em suas dimensões cognitiva, física, emocional, social, ética, cultural, ambiental e cidadã.

§ 2º A implementação de Educação Integral em Tempo Integral observará a legislação nacional, as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral, as normas de ensino Municipal, o Plano Municipal de Educação e demais atos normativos aplicáveis.

Art. 2º A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral terá como princípios:
I – A promoção e defesa dos direitos humanos, da equidade, da diversidade e da inclusão social;
II – A garantia do acesso, da permanência, da aprendizagem e do desenvolvimento integral dos estudantes;
III – A justiça curricular e a superação das desigualdades educacionais;
IV – A articulação entre os conhecimentos escolares, os saberes comunitários, culturais, científicos, artísticos, tecnológicos, ambientais e sociais;
V – A corresponsabilidade entre o Município, a família, a comunidade escolar, a sociedade e os demais entes federativos;
VI – A articulação intersetorial das políticas públicas de educação, saúde, assistência social, cultura, esporte, lazer, meio ambiente, segurança alimentar e nutricional e proteção dos direitos da criança e do adolescente;
VII – A valorização da diversidade cultural, territorial, étnico-racial e linguística e o respeito às especificidades da educação do campo, da educação escolar quilombola, da educação especial e das demais modalidades da Educação Básica;
VIII – A promoção da sustentabilidade socioambiental e da educação para a cidadania;
IX – A gestão democrática e participativa;
X – A valorização e o desenvolvimento profissional dos trabalhadores da educação;
XI – A articulação entre escola, família, território e comunidade;
XII – O monitoramento e a avaliação permanente da política educacional.

CAPÍTULO II
DA JORNADA ESCOLAR EM TEMPO INTEGRAL

Art. 3º A Educação Integral em Tempo Integral será ofertada com jornada escolar mínima de 7 (sete) horas diárias ou 35 (trinta e cinco) horas semanais, de forma regular e permanente, observadas as especificidades de cada etapa e modalidade da Educação Básica.

§ 1º Integram a jornada escolar e compõem o processo educativo os tempos destinados à alimentação, higiene, socialização e convivência, desde que assegurada sua intencionalidade pedagógica, infraestrutura adequada e acompanhamento por profissionais qualificados.

§ 2º A organização da jornada deverá superar a fragmentação entre turno e contraturno, assegurando unidade pedagógica e curricular durante todo o período de permanência do estudante na escola.

Art. 4º A oferta da Educação Integral em Tempo Integral poderá ocorrer:
I – Em escolas exclusivas de tempo integral, nas quais todas as turmas e matrículas funcionem em jornada ampliada;
II – Em escolas mistas, nas quais coexistam turmas em jornada parcial e turmas em jornada ampliada.

Parágrafo único. Nas escolas exclusivas de tempo integral, todos os estudantes regularmente matriculados estarão obrigatoriamente submetidos à jornada de Educação Integral em Tempo Integral estabelecida nesta Lei, devendo cumprir a carga horária mínima de 7 (sete) horas diárias ou 35 (trinta e cinco) horas semanais, ressalvadas as situações excepcionais previstas na legislação educacional aplicável.

CAPÍTULO III
DO CURRÍCULO E DA ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

Art. 5º A Educação Integral em Tempo Integral será organizada a partir de proposta curricular integrada, articulada à Base Nacional Comum Curricular – BNCC, ao currículo municipal e às especificidades sociais, culturais, territoriais e educacionais do Município.

§ 1º O currículo deverá promover a integração entre os componentes curriculares e as diferentes áreas do conhecimento, articulando teoria e prática e ampliando as experiências educativas dos estudantes.

§ 2º Poderão integrar a organização curricular, entre outras, atividades de:
I – Cultura e artes;
II – Esporte e lazer;
III – Ciência, tecnologia e inovação;
IV – Educação ambiental e sustentabilidade;
V – Educação patrimonial;
VI – Leitura, escrita e práticas de linguagem;
VII – Educação para a cidadania e direitos humanos;
VIII – Promoção da saúde e do bem-estar;
IX – Cultura digital;
X – Atividades de investigação, experimentação e projetos interdisciplinares;
XI – Práticas relacionadas ao território e à comunidade;
XII – Outras experiências educativas previstas no Projeto Político-Pedagógico das Unidades de Ensino.

Art. 6º As unidades escolares que ofertarem Educação Integral em Tempo Integral deverão revisar e manter atualizado seu Projeto Político-Pedagógico – PPP, Regimento Escolar e demais instrumentos de planejamento, incorporando os princípios, objetivos e diretrizes da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral.

Parágrafo único. A revisão dos instrumentos pedagógicos deverá assegurar a participação da comunidade escolar e considerar as características e necessidades do território.

CAPÍTULO IV
DO ACESSO, DA PERMANÊNCIA E DA EQUIDADE

Art. 7º A expansão das matrículas em tempo integral será orientada pelos princípios da equidade, qualidade, inclusão, acessibilidade e respeito à diversidade, considerando as metas estabelecidas no Plano Municipal de Educação.

Art. 8º A Secretaria Municipal de Educação de Jundiá deverá desenvolver estratégias para assegurar o acesso, a permanência, a aprendizagem e o desenvolvimento integral dos estudantes matriculados em tempo integral.

Parágrafo único. Entre as estratégias previstas no caput deverão ser consideradas ações de prevenção à infrequência, abandono e evasão escolar, busca ativa escolar, acompanhamento da frequência e articulação permanente com as famílias.

Art. 9º As unidades escolares deverão promover ações destinadas à prevenção e ao enfrentamento das diferentes formas de violência, discriminação, preconceito e exclusão, bem como ações de fortalecimento da convivência e do clima escolar.

CAPÍTULO V
DA ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL E DO TERRITÓRIO EDUCATIVO

Art. 10. A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral será desenvolvida mediante articulação intersetorial entre a Secretaria Municipal de Educação e os demais órgãos e políticas públicas municipais, estaduais e federais, sempre que necessário à garantia dos direitos dos estudantes.

Art. 11. Os espaços sociais, culturais, esportivos, ambientais e comunitários existentes no território poderão ser utilizados como espaços educativos, observadas as condições de segurança, acessibilidade, planejamento pedagógico e acompanhamento dos estudantes.

CAPÍTULO VI
DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Art. 12. A Secretaria Municipal de Educação de Jundiá assegurará condições adequadas de trabalho, formação continuada e desenvolvimento profissional aos trabalhadores da educação que atuarem na Educação Integral em Tempo Integral.

Art. 13. A organização do trabalho dos profissionais deverá observar a legislação municipal referente à carreira, jornada, remuneração, atribuições e demais direitos dos profissionais da educação. A lotação, distribuição de carga horária e composição das equipes escolares deverão considerar as necessidades pedagógicas e administrativas da oferta em tempo integral.

Art. 14. As escolas municipais que implantarem o regime de educação em tempo integral terão suas matrizes curriculares constituídas com base no currículo proposto pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e em parte diversificada, observando-se a proporção mínima fixada pela legislação educacional nacional e pelas normativas do Conselho Municipal de Educação.

CAPÍTULO VII
DA GESTÃO DEMOCRÁTICA E DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Art. 15. A implementação e o desenvolvimento da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral observarão os princípios da gestão democrática e da participação da comunidade escolar e local.

Art. 16. A Secretaria Municipal de Educação de Jundiá promoverá mecanismos de participação das famílias, estudantes, profissionais da educação, gestores escolares e comunidade local no planejamento, acompanhamento e avaliação da política.

CAPÍTULO VIII
DO PLANO MUNICIPAL DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL

Art. 17. O Município elaborará e manterá atualizado o Plano Municipal de Expansão da Educação Integral em Tempo Integral, articulado ao Plano Municipal de Educação e às metas nacionais e estaduais de educação em tempo integral.

§ 1º O Plano Municipal de Expansão deverá contemplar, no mínimo:
I – Diagnóstico da rede municipal;
II – Número atual e estimativa de novas matrículas em tempo integral;
III – Escolas, etapas e modalidades contempladas;
IV – Metas anuais de expansão;
V – Cronograma de implementação;
VI – Condições de infraestrutura física e pedagógica;
VII – Necessidade de profissionais da educação;
VIII – Alimentação escolar;

IX – Transporte escolar;
X – Recursos orçamentários e financeiros;
XI – Ações de formação continuada;
XII – Estratégias de articulação intersetorial;
XIII – Mecanismos de monitoramento e avaliação.

§ 2º O Plano Municipal de Expansão será revisado periodicamente, considerando os resultados do monitoramento, as condições da rede e as metas estabelecidas no Plano Municipal de Educação.

CAPÍTULO IX
DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

Art. 18. A Secretaria Municipal de Educação de Jundiá instituirá mecanismos permanentes de monitoramento e avaliação da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral.

§ 1º O monitoramento deverá considerar, entre outros indicadores:
I – Número e percentual de matrículas em tempo integral;
II – Frequência escolar;
III – Abandono e evasão;
IV – Aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes;
V – Equidade no acesso e permanência;
VI – Condições de infraestrutura;
VII – Alimentação e transporte escolar;
VIII – Formação e condições de trabalho dos profissionais;
IX – Execução orçamentária e financeira;
X – Cumprimento das metas do Plano Municipal de Expansão.

§ 2º Os dados utilizados no monitoramento deverão considerar, sempre que aplicável, as informações oficiais do Censo Escolar e dos sistemas oficiais de acompanhamento educacional da Secretaria Municipal de Educação de Jundiá.

CAPÍTULO X
DO FINANCIAMENTO

Art. 19. As despesas decorrentes da implementação da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral serão custeadas por dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual, observadas as disposições constitucionais e legais aplicáveis à manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 1º O Município observará, a partir do exercício de 2026, a aplicação mínima de 4% (quatro por cento) dos recursos recebidos à conta do FUNDEB na criação de matrículas em tempo integral na educação básica, nos termos da Lei Federal nº 14.113/2020 e da Resolução CIF nº 23, de 17 de março de 2026, incluídas as complementações VAAF, VAAT e VAAR, até o atingimento das metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação, observadas as normas federais aplicáveis.

§ 2º Os recursos destinados à expansão da Educação Integral poderão financiar despesas de custeio e capital, desde que observadas as regras do FUNDEB e demais normas aplicáveis, mantida a vinculação à criação ou ampliação da oferta de matrículas em tempo integral.

§ 3º O Município realizará os registros dos recursos aplicados na criação de matrículas em tempo integral nos sistemas oficiais de informações orçamentárias e educacionais, especialmente no SIOPE, conforme as normas federais vigentes.

§ 4º A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral poderá contar, ainda, com recursos provenientes de programas e transferências da União e do Estado, convênios, termos de cooperação e outras fontes legalmente admitidas.

CAPÍTULO XI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20. A Secretaria Municipal de Educação de Jundiá, em articulação com as unidades escolares e o Conselho Municipal de Educação, adotará as providências necessárias para a adequação dos Projetos Político-Pedagógicos, Regimentos Escolares, matrizes curriculares e demais instrumentos normativos da Rede Municipal de Ensino às disposições desta Lei.

Art. 21. Fica o Poder Executivo autorizado a promover as adequações orçamentárias necessárias à implementação desta Lei, observadas as normas de direito financeiro e orçamentário.

Art. 22. Fica expressamente revogada a Lei Municipal nº 395, de 26 de abril de 2022.

Art. 23. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jundiá/RN, 22 de setembro de 2026.

CARLOS ANTÔNIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
João André Ferreira Filho
Código Identificador:6879CF09

GABINETE DO PREFEITO
P063 EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA EM EDUCAÇÃO INTEGRAL

Estado do Rio Grande do Norte
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIÁ
Rua da Matriz, nº 305, Centro, Jundiá-RN
CEP: 59.188-000 – CNPJ/MF 04.214.217/0001-55
Fone: 84-3285-5036 – e-mail – pmjundiarn@hotmail.com
PORTARIA Nº 063/2026-GP DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

Nomeia a equipe técnica responsável pelo programa em educação integral, no âmbito do Município de Jundiá, Estado do Rio Grande do Norte e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JUNDIÁ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições legais;
CONSIDERANDO as disposições do art. 70 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;
CONSIDERANDO que a Educação Integral está prevista no Plano Nacional de Educação e no Plano Municipal de Educação;
CONSIDERANDO o Decreto nº 11.079, de 23 de maio de 2022 que Institui a Política Nacional para Recuperação das Aprendizagens na Educação Básica;
CONSIDERANDO a Lei 14.640 de 31 de julho de 2023 que institui o Programa Escola em Tempo Integral; e altera a Lei nº 11.273 de 06 de fevereiro de 2006, a Lei 13.415 de 16 de fevereiro de 2017 e a Lei nº 14.172 de 10 de junho 2021;
CONSIDERANDO a Resolução CNE/CEB Nº 7, DE 1º de agosto de 2026 que Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica;
CONSIDERANDO a Resolução CNE/CEB Nº 7, DE 1º de agosto de 2026 que Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica;
CONSIDERANDO a Resolução CNE/CEB Nº 2, DE 19 DE JUNHO DE 2026 que Altera a Resolução CNE/CEB nº 7, de 1º de agosto de 2025, que instituiu as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica;
CONSIDERANDO a Lei nº 0467 de 22 de setembro de 2026 que institui a Política Municipal de Educação em tempo Integral do Município de Jundiá/RN.

RESOLVE:
Art. 1º - NOMEAR, Equipe Técnica responsável pelo Programa de Educação em Tempo Integral, incumbida da elaboração e/ou revisão da Política Municipal de Educação em Tempo Integral, bem como do planejamento, acompanhamento pedagógico, organização logística, gestão de insumos e recursos, execução e monitoramento das ações necessárias à oferta da Educação em Tempo Integral com qualidade, no âmbito do Município de Jundiá, Estado do Rio Grande do Norte, em conformidade com a regulamentação da Política de Educação em Tempo Integral do Município.

MEMBRO	REPRESENTAÇÃO
Gildeane Cortez da Silva Fernandes	Dirigente Municipal de Educação, Cultura e Desportos
Arnaldo Elias Barros	Coordenador da SMECD
Gilson Pedro da Silva Nascimento	Coordenador da SMECD
Edivânia Oliveira dos Santos Estevão	Coordenadora da SMECD
Maria Helena de Souza	Coordenadora da SMECD
Maria Solidade de Araújo Sousa	Diretora da EM Paulino Francisco de Souza
Mara Iza de Oliveira Bezerra do Nascimento	Diretora da EM Menino Jesus
Lidiane Lúcia Meireles Paulino	Diretora da Manoel Martins de Meireles
Maria Josenilda dos Santos Cordeiro	Vice-diretora da EM João Batista da Cruz
Francisco de Assis de Abreu	Diretor EM Iberê Ferreira de Souza
Erineide Dias de Souza Paulo	Professora
Daíze Lúcia de Meireles	Professora
Erinaldo Dias Figueiredo	Professor
Ivanilma Alves Félix	Setor de Finanças
Manoel Eugênio Chacon	Motorista

Art. 2º - A Equipe Municipal ficará responsável pela gestão do cumprimento, para elaboração e/ou revisão da Política Municipal de Educação em Tempo Integral,
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogado as disposições em contrário.

CARLOS ANTÔNIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
João André Ferreira Filho
Código Identificador:32AE20D9

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE PEDRAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 269/2026 - MEMBROS CONSEA

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 269 DE 22 DE SETEMBRO DE 2026.

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – CONSEA DO MUNICÍPIO DE LAGOA DE PEDRAS/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE LAGOA DE PEDRAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os membros, titulares e respectivos suplentes, para comporem o **Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA**, no âmbito do Município de Lagoa de Pedras/RN, conforme composição abaixo:
I – SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, HABITAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E SEGURANÇA ALIMENTAR
Titular: Graziela Aguiar Teixeira – Coordenadora de Gestão do SUAS
Suplente: Auricelia de Oliveira Bento – Assessora Técnica
II – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Titular: Daiana Izaías da Silva – Nutricionista
Suplente: Selma Fernandes de Jesus – Auxiliar Administrativo
III – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Titular: Olga Maria de Pontes da Silva Pereira – Nutricionista
Suplente: Pamella Alyne de Oliveira Dantas – Nutricionista
IV – MEMBROS DA SOCIEDADE CIVIL
a) Representantes dos usuários do Programa do Leite Potiguar:
Titular: Maria Verônica Nunes da Silva
Suplente: João Batista do Nascimento Junior
b) Representantes do grupo de idosos:
Titular: Francisca Maria da Costa Carvalho
Suplente: Maria da Glória Macedo de Medeiros
c) Representantes dos responsáveis dos membros do grupo de crianças:
Titular: Maria das Vitórias Silva
Suplente: Marília Venâncio da Silva
d) Representantes do Conselho de Alimentação Escolar:
Titular: Katiane Marques Marques Duarte
Suplente: Geise Pereira Goncalves
e) Representantes dos usuários do Cadastro Único:
Titular: Maria da Conceição Bernardo da Silva Ferreira
Suplente: Edileide Meendonça
f) Representantes das igrejas:
Titular: Maria Gorete de Oliveira Gomes
Suplente: Ricardo da Silva Rocha

Art. 2º Os membros ora nomeados terão por finalidade assegurar a participação intersetorial das diferentes áreas da Administração Pública Municipal e da sociedade civil nas ações de Segurança Alimentar e Nutricional – SAN, contribuindo para a articulação, planejamento, acompanhamento e implementação das políticas públicas relacionadas à temática.

Art. 3º A participação dos membros no Conselho observará as disposições da legislação municipal aplicável e as normas que regulamentam o funcionamento do CONSEA Municipal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Publiquem, Registrem, Cumpram.

Lagoa de Pedras/RN, 22 de setembro de 2026.

JANAINA MARIA DE OLIVEIRA SANTOS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ruzem Raimundo Modesto da Silva
Código Identificador:15520F4C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 270/2026 - MEMBROS CAISAN

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 270, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026.

NOMEIA OS MEMBROS DA CÂMARA INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – CAISAN MUNICIPAL DE LAGOA DE PEDRAS/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE LAGOA DE PEDRAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os membros, titulares e respectivos suplentes, para comporem a **Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN Municipal**, no âmbito do Município de Lagoa de Pedras/RN, conforme composição abaixo:
I – GABINETE CIVIL
Titular: Rondinelli Barbosa de Oliveira – Chefe de Gabinete Civil
Suplente: José Ryan da Silva – Diretor de Comunicação Social
II – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Titular: Juliana Mara Cordeiro de Oliveira – Secretária Municipal de Administração
Suplente: Alexandre Tomaz do Nascimento – Secretário Adjunto de Administração
III – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ARTICULAÇÃO POLÍTICA, INTERIORIZAÇÃO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS
Titular: Salin Sales do Nascimento Dantas – Secretário Municipal de Planejamento
Suplente: José Victor da Silveira Dantas – Secretário Adjunto de Planejamento
IV – SECRETARIA DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Titular: Missival Leoterio de Paiva – Secretário Municipal de Finanças
Suplente: Alicya Sibele do Nascimento Macedo Xavier – Secretária Adjunta de Finanças
V – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E AQUICULTURA
Titular: José Humberto Fontoura – Secretário Municipal de Agricultura
Suplente: Alexandre Pedro Dantas – Diretor de Fiscalização
VI – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, OBRAS, URBANISMO, MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
Titular: Najla Gabriely Galvão Bernardo – Secretária Municipal de Infraestrutura
Suplente: José Jean da Silva Dantas – Secretário Adjunto de Infraestrutura
VII – SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, HABITAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E SEGURANÇA ALIMENTAR
Titular: Gerlaine do Nascimento Dantas – Secretária Municipal de Assistência Social
Suplente: Auricélia de Oliveira Bento – Assessora Técnica
VIII – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Titular: Meryselma Tomaz Paulino de Almeida – Secretária Municipal de Educação
Suplente: Daiana Izaias da Silva – Nutricionista
IX – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Titular: Eliane Porto de Moura – Secretária Municipal de Saúde
Suplente: Claudio Alex Martins Fernandes – Secretário Adjunto de Saúde
Art. 2º A CAISAN Municipal terá por finalidade promover a articulação, o planejamento, o acompanhamento e a implementação das ações e políticas públicas relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional – SAN, assegurando a participação intersetorial das diferentes áreas da Administração Pública Municipal.
Art. 3º A atuação dos membros da CAISAN Municipal observará as disposições da legislação municipal aplicável e demais normas pertinentes à Segurança Alimentar e Nutricional.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Publiquem, Registrem, Cumpram.

Lagoa de Pedras/RN, 22 de setembro de 2026.

JANAINA MARIA DE OLIVEIRA SANTOS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ruzem Raimundo Modesto da Silva
Código Identificador:680631D0

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE VELHOS

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 061/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2026
OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de arbitragem para atender a demanda de eventos esportivos do município de Lagoa de Velhos/RN.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE VELHOS/RN
CNPJ: 08.159.162/0001-89
CONTRATADO: RUCENNING DIEGO CORDEIRO DA SILVA
CNPJ: 58.579.983/0001-42
ENDEREÇO: Rua Macário Pinheiro da Silva, nº 1001, Potengi, São Tomé/RN, CEP: 59400-000

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD.	V. UNIT.	V. TOTAL
01	SERVIÇOS DE ARBITRAGEM DE FUTEBOL: EQUIPE COMPOSTA POR 01 ARBITRO PRINCIPAL, 02 ARBITROS ASSISTENTES E 01 4º ARBITRO	JOGOS	40	530,00	21.200,00
02	SERVIÇOS DE ARBITRAGEM DE FUTSAL: EQUIPE COMPOSTA POR 02 ARBITROS E 01 ANOTADOR	JOGOS	90	400,00	36.000,00
03	SERVIÇOS DE ARBITRAGEM DE FUTEVOLEI: EQUIPE COMPOSTA POR 02 ARBITROS E 01 ANOTADOR	JOGOS	15	200,00	3.000,00
04	SERVIÇOS DE ARBITRAGEM DE VOLEIBOL: EQUIPE COMPOSTA POR 02 ARBITROS E 01 ANOTADOR	JOGOS	15	200,00	3.000,00
VALOR TOTAL ESTIMADO				**R$ 63.200,00**	

VALOR GLOBAL ESTIMADO: R$ 63.200,00 (Sessenta e três mil e duzentos reais).
MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº 033/2026.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso II da Lei Federal 14.133/2021. **VIGÊNCIA DO CONTRATO:** 21 de setembro de 2026 a 21 de setembro de 2027
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Unidade Orçamentária: 02.11.01 – Secretaria Municipal de Esporte e Turismo
Projeto Atividade: 27.812.0001.2077 – Promoção de Eventos Esportivos
Natureza da despesa: 3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos
Fonte de recurso: 17050000 - Transferências dos Estados Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais

Lagoa de Velhos/RN, 21 de setembro de 2026.

Assinam Pelas Partes:
PELA CONTRATANTE: José Nildo Galdino
PELA CONTRATADA: Rucenning Diego Cordeiro da Silva

Publicado por:
João Maria Damascena
Código Identificador:A8DA20D0

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026-SRP AVISO DE INTERPOSIÇÃO DE IMPUGNAÇÃO E SUSPENSÃO DA SESSÃO PÚBLICA

A Pregoeira do Município de Lagoa Nova/RN comunica aos interessados que as empresas MAXIMA SEGURANÇA SERVIÇO DE APOIO LTDA — CNPJ 11.197.707/0001-56, SITONIO DE ARAÚJO – ME — CNPJ 04.031.812/0001-55 e NATAL TECNOLOGIA E SEGURANÇA LTDA — CNPJ 02.201.535/0001-56 protocolaram pedidos de impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico nº 020/2026 e Termo de Referência, cujo objeto é a contratação de plataforma de monitoramento, incluindo, manutenção preventiva e corretiva, gravação, armazenamento, gerenciamento, combinada à câmeras em sistema de Videomonitoramento 100% em nuvem com acessos via ambiente Cloud Computing, e acesso web e via aplicativos para sistemas IOS e ANDROID. Por se tratar de questionamento de cunho técnico, e considerando a necessidade de análise por parte do setor de planejamento das questões e que necessitam de análise, fica suspensa a sessão pública inicialmente agendada, até posterior deliberação. Os documentos pertinentes ao processo licitatório estão disponíveis para consulta no Portal de Compras Públicas www.portaldecompraspublicas.com.br
Lagoa Nova/RN, em 22 de setembro de 2026.

RENATA SABRINA SILVA DE MENEZES
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Renata Sabrina Silva de Menezes
Código Identificador:19E85DFA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0437/2026 - GP

Portaria nº 0437/2026 – GP

Lagoa Nova / RN, 22 de setembro de 2026.

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SENHOR(A) JEOVA INACIO DA CRUZ CAMPELO, FUNCIONÁRIO(A) DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN".

IRANILDO ACIOLE DA SILVA, Prefeito do Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, dispostas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar nº 002/2007.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença prêmio ao senhor(a) **Jeová Inácio da Cruz Campelo,** matrícula nº **637**; Cargo: **ACS**, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com a Lei complementar nº 002/2007 de 18 de dezembro de 2007, que dispõe sobre o Estatuto do Servidor Municipal de Lagoa Nova/RN.

Art. 2º - A licença prêmio terá vigência de **03 de novembro de 2026 a 31 de janeiro de 2027.**

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Cientifique-se;
Publique-se e;
Cumpra-se.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Vinícius Guimarães Victor
Código Identificador:26E15721

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0438/2026 - GP

Portaria nº 0438/2026 – GP

Lagoa Nova / RN, 22 de setembro de 2026.

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SENHOR(A) ANA CRISTIANE DE SOUSA ARAUJO, FUNCIONÁRIO(A) DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN".

IRANILDO ACIOLE DA SILVA, Prefeito do Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, dispostas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar nº 002/2007.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença prêmio a senhor(a) **Ana Cristiane de Sousa Araújo,** matrícula nº **738**; Cargo: **ASG**, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com a Lei complementar nº 002/2007 de 18 de dezembro de 2007, que dispõe sobre o Estatuto do Servidor Municipal de Lagoa Nova/RN.

Art. 2º - A licença prêmio terá vigência de **05 de outubro de 2026 a 02 de janeiro de 2027.**

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Cientifique-se;
Publique-se e;
Cumpra-se.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Vinícius Guimarães Victor
Código Identificador:53BC72C0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0439/2026 - GP

Portaria nº 0439/2026 – GP
Lagoa Nova / RN, 22 de setembro de 2026.

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SENHOR(A) ANA CRISTIANE DE SOUSA ARAUJO, FUNCIONÁRIO(A) DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN".

IRANILDO ACIOLE DA SILVA, Prefeito do Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, dispostas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar nº 002/2007.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença prêmio ao senhor(a) **Maria do Céu Aciole da Costa,** matrícula nº **021**; Cargo: **Agente administrativo**, lotado(a) na Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, de acordo com a Lei complementar nº 002/2007 de 18 de dezembro de 2007, que dispõe sobre o Estatuto do Servidor Municipal de Lagoa Nova/RN.

Art. 2º - A licença prêmio terá vigência de **13 de outubro de 2026 a 10 de janeiro de 2027 .**

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Cientifique-se;
Publique-se e;
Cumpra-se.

(Assinado Eletronicamente)
IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Vinícius Guimarães Victor
Código Identificador:16D529DC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 065/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 065/2026

"CONVOCA APROVADOS EM PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN EDITAL 002/2025 PARA COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE NECESSIDADE DE PESSOAL A TÍTULO PRECÁRIO, PARA ATENDER À NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Município de Lagoa Nova - RN, através da Secretaria Municipal de Administração e Recurso Humanos, tendo em vista a homologação do resultado do Processo Seletivo Simplificado ao Provimento de contratação de profissionais por prazo determinado, o Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, por meio da Prefeitura Municipal de Lagoa Nova – RN, situada na Avenida Silvio Bezerra de Melo, nº 363, Centro, Lagoa Nova - RN, no uso de suas atribuições legais, torna público a realização de Processo Seletivo Simplificado – PSS – EDITAL 002/2025, para a contratação por tempo determinado de profissionais para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público do município, nos termos do artigo 37, Inciso IX, da Constituição Federal, e na Lei Municipal N° 804/2023 e demais legislações municipais correlatas, com base no Termo de Ajustamento de Gestão Nº 002/2019 Firmado Entre o Município de Lagoa Nova/RN e o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte – TCE/RN.

RESOLVE:

1 – CONVOCAR para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, os candidatos listados no ANEXO I deste edital, para que se apresente em até 05 (cinco) dias úteis após a publicação deste edital de convocação.
2 – O candidato deverá comparecer à Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, situada na Av. Dr. Silvio Bezerra de Melo, 363, Centro, das 08h às 12h, portando a convocação e os documentos listados no item 5 do Edital 002/2025. É mandatória a apresentação dos documentos originais e cópias legíveis.
3 – A ausência do candidato convocado dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis após a publicação deste edital de convocação oficial, permitirá que a Prefeitura Municipal de Lagoa Nova/RN convoque o próximo candidato qualificado e classificado na lista.
4 – O ato de contratação será anulado se o candidato não comparecer no local e prazo estipulados de 05 (cinco) dias úteis, ou se não apresentar todos os documentos requeridos pela Prefeitura Municipal de Lagoa Nova – RN, conforme o Edital 002/2025, o que resultará no direito de convocar o próximo candidato aprovado na lista.

Lagoa Nova/RN, 22 de setembro de 2026.

JOSÉ HEITOR MATIAS
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

ANEXO I
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CARGO: MOTORISTA DE AMBULÂNCIA – SMS – 40H
ÁREA: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – LEI MUNICIPAL N° 804/2023.

N.	CANDIDATO	HABILITADO
10	GILMAR QUERINO DA SILVA	SIM

Lagoa Nova/RN, 22 de setembro de 2026.

JOSÉ HEITOR MATIAS
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

Publicado por:
Anne Caroline Aciole da Costa
Código Identificador:D8AF8598

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 066/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 066/2026

"CONVOCA APROVADOS EM PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN EDITAL 001/2025 PARA COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE NECESSIDADE DE PESSOAL A TÍTULO PRECÁRIO, PARA ATENDER À NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Município de Lagoa Nova - RN, através da Secretaria Municipal de Administração e Recurso Humanos, tendo em vista a homologação do resultado do Processo Seletivo Simplificado ao Provimento de contratação de profissionais por prazo determinado, o Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, por meio da Prefeitura Municipal de Lagoa Nova – RN, situada na Avenida Silvio Bezerra de Melo, nº 363, Centro, Lagoa Nova - RN, no uso de suas atribuições legais, torna público a realização de Processo Seletivo Simplificado – PSS – EDITAL 001/2025, para a contratação por tempo determinado de profissionais para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público do município, nos termos do artigo 37, Inciso IX, da Constituição Federal, e nas Leis Municipais Nº 797/2022, N° 804/2023 e N° 886/2025; e demais legislações municipais correlatas, com base no Termo de Ajustamento de Gestão Nº 002/2019 Firmado Entre o Município de Lagoa Nova/RN e o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte – TCE/RN.

RESOLVE:

1 – CONVOCAR para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, os candidatos listados no ANEXO I deste edital, para que se apresente em até 05 (cinco) dias úteis após a publicação deste edital de convocação.
2 – O candidato deverá comparecer à Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, situada na Av. Dr. Silvio Bezerra de Melo, 363, Centro, das 08h às 12h, portando a convocação e os documentos listados no item 5 do Edital 001/2025. É mandatória a apresentação dos documentos originais e cópias legíveis.
3 – A ausência do candidato convocado dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis após a publicação deste edital de convocação oficial, permitirá que a Prefeitura Municipal de Lagoa Nova/RN convoque o próximo candidato qualificado e classificado na lista.
4 – O ato de contratação será anulado se o candidato não comparecer no local e prazo estipulados de 05 (cinco) dias úteis, ou se não apresentar todos os documentos requeridos pela Prefeitura Municipal de Lagoa Nova – RN, conforme o Edital 001/2025, o que resultará no direito de convocar o próximo candidato aprovado na lista.

Lagoa Nova/RN, 22 de setembro de 2026.

JOSÉ HEITOR MATIAS
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

ANEXO I
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO – SME – 40H
ÁREA: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – LEIS MUNICIPAIS Nº 797/2022; N° 886/2025.

N.	CANDIDATO	HABILITADO
16	JANIELY DA SILVA MEDEIROS	SIM

Lagoa Nova/RN, 22 de setembro de 2026.

JOSÉ HEITOR MATIAS
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

Publicado por:
Anne Caroline Aciole da Costa
Código Identificador:FB5404F0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO PROCESSO SELETIVO N° 001/2025 – ADITIVO Nº 001- IRANETE MARTINS DOS SANTOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
PROCESSO SELETIVO N° 001/2025 – ADITIVO Nº 001

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA, SME, COM SEDE AV. DR. SILVIO BEZERRA DE MELO, 363, CENTRO, LAGOA NOVA/RN, CEP: 59.390-000 CNPJ/MF:08.182.313/0001-10.

CONTRATADO (A): IRANETE MARTINS DOS SANTOS, BRASILEIRA, SOLTEIRA**,** PORTADORA DA CÉDULA DE IDENTIDADE Nº 001.XXX.080 - ITEP/RN, INSCRITO NO CPF SOB O Nº 785.XXX.XXX-15, DOMICILIADA NA RUA JOSÉ BERTO, N°168, BAIRRO ANTÔNIO ACIOLE – LAGOA NOVA/RN.

OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM COMO FINALIDADE PROCEDER À PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CONTRATAÇÃO REFERENTE AO CARGO DE **AUXILIAR DE ALUNO 20H** PELO PERÍODO DE 23 DE SETEMBRO DE 2026 A 22 DE MARÇO DE 2027.

BASE LEGAL: LEI MUNICIPAL Nº 797, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2022.

LAGOA NOVA/RN, 22 DE SETEMBRO DE 2026.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anne Caroline Aciole da Costa
Código Identificador:E9A1027C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO PROCESSO SELETIVO N° 001/2026 – ADITIVO Nº 001- MIKARLA MICHELLE NUNES

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
PROCESSO SELETIVO N° 001/2026 – ADITIVO Nº 001

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA, SMS, COM SEDE AV. DR. SILVIO BEZERRA DE MELO, 363, CENTRO, LAGOA NOVA/RN, CEP: 59.390-000 CNPJ/MF:08.182.313/0001-10.

CONTRATADO (A): MIKARLA MICHELLE NUNES, BRASILEIRA, DIVORCIADA, PORTADORA DA CÉDULA DE IDENTIDADE Nº 002.XXX.423 – ITEP/RN, INSCRITA NO CPF SOB O Nº 051.XXX.XXX.69, DOMICILIADA NA RUA JOSÉ CARLOS FERREIRA, N°320 – CURRAIS NOVOS/RN.

OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM COMO FINALIDADE PROCEDER À PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CONTRATAÇÃO REFERENTE AO CARGO DE **AUXILIAR DE ARQUIVO** PELO PERÍODO DE 23 DE SETEMBRO DE 2026 A 22 DE MARÇO DE 2027.

BASE LEGAL: LEI MUNICIPAL Nº 797, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2022.

LAGOA NOVA/RN, 22 DE SETEMBRO DE 2026.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anne Caroline Aciole da Costa
Código Identificador:611CF395

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO PROCESSO SELETIVO N° 002/2025 – ADITIVO Nº 001- JOANA DARC DANTAS DE OLIVEIRA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
PROCESSO SELETIVO N° 002/2025 – ADITIVO Nº 001

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA, SMS, COM SEDE AV. DR. SILVIO BEZERRA DE MELO, 363, CENTRO, LAGOA NOVA/RN, CEP: 59.390-000 **CNPJ/MF**: **11.415.626/0001-85.**

CONTRATADO(A): JOANA DARC DANTAS DE OLIVEIRA, BRASILEIRA, UNIÃO ESTÁVEL, PORTADORA DA CÉDULA DE IDENTIDADE Nº 002.XXX.766 – ITEP/RN, INSCRITA NO CPF SOB O Nº 105.XXX.XXX.24, DOMICILIADA NA RUA JOAQUIM PEREIRA GOMES, N°33, BAIRRO RADIR PEREIRA – CURRAIS NOVOS/RN.

OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM COMO FINALIDADE PROCEDER À PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CONTRATAÇÃO REFERENTE AO CARGO DE **TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL** PELO PERÍODO 23 DE SETEMBRO DE 2026 A 22 DE MARÇO DE 2027.

BASE LEGAL: LEI MUNICIPAL Nº 797, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2022.

LAGOA NOVA/RN, 22 DE SETEMBRO DE 2026.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anne Caroline Aciole da Costa
Código Identificador:2056ABB3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 041/2026 – SMADMRH

Portaria nº 041/2026 – SMADMRH Lagoa Nova/RN, 22 de setembro de 2026.

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN".

O Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, dispostas pela Lei Municipal nº 759/2022 e a Lei Complementar nº 002/2007.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder férias a Senhora**JOZINEIDE OLEGÁRIO DA SILVA,** matrícula nº: **309;** Cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO**, lotada na Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Juventude, de acordo com a Lei complementar nº 002/2007 de 18 de dezembro de 2007, que dispões sobre o Estatuto do Servidor Municipal de Lagoa Nova/RN.

Art. 2º - O período aquisitivo de férias é de **03.04.2025 a 02.04.2026** com período de gozo de: **01.10.2026 a 30.10.2026** e retorno em **31.10.2026**

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Cientifique-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

JOSÉ HEITOR MATIAS
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

Publicado por:
Anne Caroline Aciole da Costa
Código Identificador:AEB42539

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SALGADA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº. 073/2025

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº. 073/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGOA SALGADA/RN, inscrito no CNPJ sob nº. 08.162.869/0001-44. CONTRATADA: SL CONTADORES ASSOCIADOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 12.517.664/0001-01. OBJETO: Prorrogar a vigência do Contrato nº. 073/2025. VIGÊNCIA DO ADITIVO: 07/08/2026 a 06/08/2027. DATA DA ASSINATURA: 06 de agosto de 2026.

Município de Lagoa Salgada/RN –
FRANCISCO CANINDÉ FREIRE -
Prefeito Municipal /

SL Contadores Associados LTDA –
SILVIO LEÔNIDAS BATISTA DE MOURA -
Representante Legal.

Publicado por:
Luciano Jose Araujo da Silva
Código Identificador:EFE97A02

GABINETE DO PREFEITO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 0000027/2026 TERMO DE ADJUDICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 0000027/2026
TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Adjudico o objeto da DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 0000027/2026 a empresa **HEALTH LIFE SOLUÇÕES MÉDICAS E ORTOPÉDICAS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº. 57.464.289/0001-17 com valor global de R$ 9.517,44 (nove mil quinhentos e dezessete reais e quarenta e quatro centavos).
Publique-se.
Lagoa Salgada/RN, 22 de setembro de 2026.

FRANCISCO CANINDÉ FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Jose Araujo da Silva
Código Identificador:714DBF8A

GABINETE DO PREFEITO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 0000027/2026 TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 0000027/2026
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Pelo presente Termo, para que surta os seus efeitos legais, e nos termos do art. 75, inciso II da Lei Federal nº. 14.133/2021, homologo o julgamento do Agente de Contratação, referente à **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 00000027/2026**, cujo objeto é a **Aquisição de cadeiras de rodas, destinadas ao atendimento das necessidades das Secretarias Municipais de EDUCAÇÃO, Saúde e Assistência Social, visando proporcionar melhores condições de mobilidade, acessibilidade e atendimento às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida DO MUNICIPIO DE LAGOA SALGADA/RN**, em favor da empresa **HEALTH LIFE SOLUÇÕES MÉDICAS E ORTOPÉDICAS LTDA** inscrita no CNPJ sob nº. 57.464.289/0001-17, vencedora com valor global de R$ 9.517,44 (nove mil quinhentos e dezessete reais e quarenta e quatro centavos).
Publique-se.
Lagoa Salgada/RN, 22 de setembro de 2026.

FRANCISCO CANINDÉ FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Jose Araujo da Silva
Código Identificador:E9DBF25C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 030, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação amigável de direitos possessórios, área urbana destinada à abertura de via pública interligando as ruas Alzira Soriano e Abílio Torquato de Brito, no bairro Alto da Maternidade, Município de Lajes/RN, e dá outras providências.

O **PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE LAJES, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 74, inciso XII, da Lei Orgânica Municipal, e com fundamento no art. 5º, inciso XXIV, da Constituição Federal e nos arts. 2º, 5º, alínea "i", 6º e 10 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941;

CONSIDERANDO que a abertura de vias e logradouros públicos constitui hipótese legal de utilidade pública, nos termos do art. 5º, alínea "i", do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941;

CONSIDERANDO a necessidade de abertura de via urbana destinada à interligação das ruas Alzira Soriano e Abílio Torquato de Brito, no bairro Alto da Maternidade, ampliando a mobilidade, a acessibilidade, a circulação local e a integração do sistema viário municipal;

CONSIDERANDO que a área não possui matrícula imobiliária individualizada e que os direitos possessórios alegados por **Maria Ferreira de Lima Santos** encontram-se fundamentados em instrumento particular de compra e venda e nos demais documentos constantes do processo administrativo;

CONSIDERANDO que a planta, o memorial descritivo e a documentação técnica de individualização da área encontram-se devidamente anexados ao processo administrativo;

CONSIDERANDO a prevalência do interesse público e a necessidade de incorporação da área ao patrimônio municipal, com observância da prévia e justa indenização dos direitos possessórios devidamente comprovados;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação amigável dos direitos possessórios, a área urbana de **228,56 m² (0,0229 ha)**, com perímetro de **112,67 m**, sem matrícula imobiliária individualizada, cuja titularidade possessória é atribuída a **Maria Ferreira de Lima Santos**, situada no bairro Alto da Maternidade, Município de Lajes/RN, destinada à abertura de via pública para interligação das ruas Alzira Soriano e Abílio Torquato de Brito.

Parágrafo único. A área objeto da presente declaração encontra-se individualizada na planta e no memorial descritivo anexados ao processo administrativo, com as seguinte coordenadas: Inicia-se **AO NORTE:** a descrição deste perímetro no vértice P-0001, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS2000, MC-33°W, de coordenadas **N 9.369.776,738m e E 806.595,014m**; **AO LESTE:** deste segue confrontando com a propriedade de ANA MARIA DA SILVA DE SOUZA , por uma distância de 20,53m até o vértice P-0002, de coordenadas **N 9.369.756,980m e E 806.600,580m**; deste segue confrontando com a propriedade de ANA MARIA DA SILVA DE SOUZA , por uma distância de 1,38m até o vértice P-0003, de coordenadas N 9.369.757,352m e E 806.601,908m; deste segue confrontando com a propriedade de EDILENE VICTOR DE LIMA, por uma distância de 30,46m. até o vértice P0004, de coordenadas N 9.369.726,904m e E 806.602,858m; **AO SUL:** Do vértice P-0004, de coordenadas **N 9.369.726,904m e E 806.602,858m**; deste segue confrontando com a propriedade de RUA ALZIRA SORIANO, por uma distância de 4,33m até o vértice P-0005, de coordenadas N 9.369.726,577m e E 806.598,540m; **AO OESTE:** Do vértice P-0005, de coordenadas N 9.369.726,577m e E 806.598,540m; deste segue confrontando com a propriedade de MARIA FERREIRA DE LIMA SANTOS, por uma distância de 29,13m até o vértice P-0006, de coordenadas N 9.369.755,690m e E 806.597,662m; deste segue confrontando com a propriedade de MARIA FERREIRA DE LIMA SANTOS, por uma distância de 6,32m até o vértice P-0007, de coordenadas N 9.369.761,409m e E 806.594,968m; deste segue confrontando com a propriedade de MARIA FERREIRA DE LIMA SANTOS, por uma distância de 2,15m até o vértice P-0008, de coordenadas N 9.369.760,735m e E 806.592,931m; deste segue confrontando com a propriedade de MARIA FERREIRA DE LIMA SANTOS por uma distância de 6,58m até o vértice P-0009, de coordenadas N 9.369.767,222m e E 806.591,820m; deste segue confrontando com a propriedade de MARIA FERREIRA DE LIMA SANTOS, por uma distância de 6,55m até o vértice P-0010, de coordenadas N 9.369.773,687m e E 806.590,758m; **AO NORTE:** Do vértice P-0010, de coordenadas **N 9.369.773,687m e E 806.590,758m**; deste segue confrontando com a propriedade de RUA ABÍLIO TORQUATO DE BRITO, por uma distância de 5,24m até o vértice P-0001, ponto inicial da descrição deste perímetro de 112,67. Conforme planta anexa a este descritivo Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central nº 33 WGr, tendo como Datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

Art. 2º A declaração de utilidade pública tem por finalidade viabilizar a abertura e a implantação de via pública municipal, com a consequente integração ao sistema viário urbano e afetação da área ao uso comum do povo.

Art. 3º A desapropriação deverá efetivar-se mediante acordo administrativo no prazo previsto no art. 10 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, observadas a prévia avaliação, a disponibilidade orçamentária e financeira, a notificação da titular dos direitos possessórios e as demais exigências legais.

Art. 4º A indenização será justa, prévia e em dinheiro, conforme o valor apurado em laudo técnico de avaliação, e será destinada à titular dos direitos possessórios, mediante comprovação suficiente da posse e da correspondência entre os documentos apresentados e a área descrita na planta e no memorial descritivo.

§ 1º O pagamento ficará condicionado à adoção das providências administrativas, judiciais ou registrais necessárias à futura regularização da área e à sua incorporação definitiva ao patrimônio municipal.

§ 2º O termo de aquisição amigável deverá conter cláusulas de transferência dos direitos possessórios, quitação, responsabilidade pelas informações e documentos apresentados, bem como obrigação de restituição ao erário caso seja posteriormente constatada duplicidade de pagamento, inexistência dos direitos declarados ou direito preferencial de terceiro.

§ 3º Constatada dúvida fundada, oposição ou controvérsia acerca da titularidade dos direitos possessórios ou do domínio da área, o pagamento administrativo ficará suspenso até o esclarecimento da situação ou adoção das medidas judiciais cabíveis.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário, em conformidade com o Plano Plurianual – PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Orçamentária Anual – LOA.

Art. 6º Ficam a Secretaria Municipal do Gabinete Civil, a Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças, a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos e a Procuradoria-Geral do Município autorizadas a adotar, no âmbito de suas competências, as providências administrativas, orçamentárias, financeiras, técnicas, registrais e jurídicas necessárias ao cumprimento deste Decreto.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Lajes/RN, 22 de setembro de 2026.

FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janssen Anderson do Nascimento Costa
Código Identificador:237483E2

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 307, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de diárias para participação no Projeto Conexão Musical, promovido pela Secretaria Municipal de Cultura de Lajes – SECULT, e dá outras providências.

O **PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE LAJES, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO a solicitação da Secretaria Municipal de Cultura – SECULT, visando à concessão de diárias para participação no **Projeto Conexão Musical**;

CONSIDERANDO a necessidade de deslocamento dos servidores e colaborador para participação no referido evento, a ser realizado no Município de Lajes/RN;

CONSIDERANDO o disposto no **Decreto Municipal nº 004, de 29 de janeiro de 2026**, que regulamenta a concessão de diárias no âmbito do Município de Lajes/RN;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder **1,5 (uma e meia) diária**, no valor unitário de **R$ 200,00 (duzentos reais)**, totalizando **R$ 300,00 (trezentos reais) por beneficiário**, aos seguintes:

I – **JOSÉ JAEDER DE ARAÚJO SILVA**, matrícula nº **1450280**, Professor da UERN;

II – **MAGNO ALTIERI CHAVES DE SOUSA**, matrícula nº **86959**, Professor da UERN;

III – **LUIZ CARLOS DE LIMA FILHO**, matrícula nº **139791-5**, Professor da UERN;

IV – **JOSIAS RAMOS DA SILVA**, matrícula nº **150124**, Músico da Prefeitura Municipal de Santa Luzia/PB.

Art. 2º As diárias destinam-se ao custeio de despesas decorrentes do deslocamento para participação no **Projeto Conexão Musical**, a realizar-se no dia **26 de setembro de 2026**, no **Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos (CIEJA) Professora Juraci Soares de Melo**, Praça Nossa Senhora de Fátima, Alto da Beleza, Lajes/RN, CEP 59535-000.

Art. 3º O deslocamento ocorrerá no dia **25 de setembro de 2026**, com saída prevista do Município de Lajes/RN às **12h**, e retorno previsto para o dia **26 de setembro de 2026**, após o encerramento das atividades do evento, previsto para as **17h30**.

Art. 4º O valor total das despesas decorrentes da concessão das presentes diárias será de **R$ 1.200,00 (mil e duzentos reais)**, correndo à conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente.

Art. 5º Os beneficiários deverão apresentar a documentação comprobatória pertinente, na forma e prazo estabelecidos pela legislação municipal aplicável.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Lajes/RN, 22 de setembro de 2026.

FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janssen Anderson do Nascimento Costa
Código Identificador:B14DF846

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 308, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026.

Nomeia a Equipe Técnica responsável pela elaboração da primeira versão do Documento da Política Municipal de Alfabetização de Lajes/RN, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LAJES/RN, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO que o Município aderiu ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), instituído pelo Decreto Federal nº 11.556, de 12 de junho de 2023, e institucionalizado pela Lei nº 15.247, de 31 de outubro de 2025;

CONSIDERANDO que o Município aderiu à Política Territorial de Alfabetização de Crianças do Rio Grande do Norte (Pró-Alfa RN), instituída pelo Decreto Estadual nº 33.990, de setembro de 2024;

CONSIDERANDO a necessidade de promover ações voltadas à alfabetização das crianças do 1º e 2º ano e à recomposição da aprendizagem das crianças do 3º ao 5º ano, em conformidade com os fundamentos do CNCA, nos termos da Portaria MEC nº 1.774, de 1º de setembro de 2023, que instituiu a Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização – RENALFA;

CONSIDERANDO a necessidade de elaborar o Documento da Política Municipal de Alfabetização, alinhado à política territorial estadual e ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada,

CONSIDERANDO a necessidade de assessoramento, monitoramento e apoio á escolas e a secretaria de educação nas ações voltadas ao fortalecimento da alfabetização e á recomposição das aprendizagens.

R E S O L V E:

Art. 1º Ficam designados os membros da Equipe Técnica da Secretaria Municipal de Educação, sob a presidência da primeira, com a finalidade de conduzir a elaboração da primeira versão do Documento da Política Municipal de Alfabetização, alinhada à Política Territorial de Alfabetização de Crianças do Rio Grande do Norte (Pró-Alfa RN) e ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, durante o ano de 2026 e também- assessorar, monitorar e apoiar as escolas em toda e qualquer atividade relacionada á alfabetização e a recomposição das aprendizagens.

Marinalva Pinheiro da Costa Fernandes - Presidente - CPF: ##9.777.484-##

Taize Milena Andrade do Nascimento - Articuladora Municipal da RENALFA - CPF: ##0.938.954-##

Danara Yaslim da Silva Ferreira - Coordenadora Técnica do Ensino Fundamental - Anos Iniciais - CPF: ##6.026.214-##

Luana Maria Mendes de Lima D'Oliveira - Técnica da Secretaria Municipal de Educação - CPF: ##0.955.434-##

Art. 2º Compete à Equipe Técnica planejar, executar e monitorar as ações da Política Municipal de Alfabetização.

Art. 3º A participação na Equipe Técnica será considerada de relevante interesse público e não ensejará remuneração, sem prejuízo das funções ordinárias dos membros.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroagindo a março de 2026, revogadas as disposições em contrário

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Lajes/RN, 22 de setembro de 2026.

FABIANA TEIXEIRA DA SILVA PEREIRA
Secretaria Municipal de Educação

FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janssen Anderson do Nascimento Costa
Código Identificador:16E26964

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA DE DIÁRIA - EDVÂNIA SILVA TOSCANO

PORTARIA Nº 162/2026, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas, no Decreto nº 013/2022 de 19 de agosto de 2022.

R E S O L V E:

Art. 1° - Conceder a Sra. **EDVÂNIA SILVA TOSCANO**, ocupante do cargo de Coordenadora de Saúde, matrícula n° 0001384/2, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, 01(uma) diária no valor total de R$ 200,00(duzentos reais), Para Participar do Evento "Jornada de Oncologia do Seridó", em **Caicó/RN**, no dia **24 de setembro de 2026.**

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições ao contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Lajes Pintadas/RN, em 22 de setembro de 2026.

LUCIANO DA CUNHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Adriano Bezerra da Silva
Código Identificador:DE1B2D59

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA DE DIÁRIA - ESMAEL SUEL DA SILVA

PORTARIA Nº 163/2026, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas, no Decreto nº 013/2022 de 19 de agosto de 2022.

R E S O L V E:

Art. 1° - Conceder ao Sr. **ESMAEL SUEL DA SILVA**, ocupante do cargo de Subc. de Atenção Básica, matrícula n° 0004707/3, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, 01(uma) diária no valor total de R$ 200,00(duzentos reais) Para Participar do Evento "Jornada de Oncologia do Seridó", em **Caicó/RN**, no dia **24 de setembro de 2026.**

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições ao contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Lajes Pintadas/RN, em 22 de setembro de 2026.

LUCIANO DA CUNHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Adriano Bezerra da Silva
Código Identificador:66068B67

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA DE DIÁRIA - MARIA LÚCIA DE SOUZA

PORTARIA Nº 165/2026, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas, no Decreto nº 013/2022 de 19 de agosto de 2022.

R E S O L V E:

Art. 1° - Conceder a Sra. **MARIA LÚCIA DE SOUZA**, ocupante do cargo de Conselheira Tutelar, matrícula n° 0005746/2, lotado na

Secretaria Municipal de Assistência Social, 02(duas) diárias no valor total de R$ 200,00(duzentos reais) Para Participar do IV Encontro da Oficina Formativa Para Conselheiras (os) Tutelares, em **Santa Cruz/RN**, nos dias **23 e 24 de setembro de 2026.**

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições ao contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Lajes Pintadas/RN, em 22 de setembro de 2026.

LUCIANO DA CUNHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Adriano Bezerra da Silva
Código Identificador:69191C25

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA DE DIÁRIA - NIVALDO ALVES DA SILVA

PORTARIA Nº 164/2026, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas, no Decreto nº 013/2022 de 19 de agosto de 2022.

R E S O L V E:

Art. 1° - Conceder ao Sr. **NIVALDO ALVES DA SILVA**, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Saúde, matrícula n° 0000310/4, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, 01(uma) diária no valor total de R$ 350,00(trezentos e cinquenta reais) Para Participar do Evento "Jornada de Oncologia do Seridó", em **Caicó/RN**, no dia **24 de setembro de 2026.**

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições ao contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Lajes Pintadas/RN, em 22 de setembro de 2026.

LUCIANO DA CUNHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Adriano Bezerra da Silva
Código Identificador:6F24A23A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCRÉCIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA

É dispensável licitação para a despesa abaixo especificada, devidamente justificada, com fundamento no art. 75, I da lei 14.133/21, com suas alterações posteriores, e em conformidade com o parecer jurídico acostado aos autos.

PROCESSO: 21090126

NOME DO CREDOR: M. L. VALENTIM

CNPJ: 33.145.185/0001-81

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUNTENÇÃO DA PÁ CARREGADEIRA PERTENCENTE À SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, RECURSOS HÍDRICOS E DA PESCA.

VALOR TOTAL: R$ 11.330,00 (ONZE MIL E TREZENTOS E TRINTA REAIS).

LUCRÉCIA/RN, 22 DE SETEMBRO DE 2026.

KLEBERSON ALVES DOS SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Sandeji Suassuna Fernandes
Código Identificador:FE8C5A76

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 821/2026*

Constitui o Comitê de Coordenação e o Comitê Executivo para o acompanhamento, a avaliação e a atualização do Plano Municipal de Saneamento Básico.

O Prefeito do Município de Lucrécia, no uso de suas atribuições legais, notadamente o que lhe confere a Lei Orgânica do Município,
Considerando a competência do Município para definir e organizar a prestação dos serviços públicos de interesse local;
Considerando a Responsabilidade do Poder Público Municipal em formular a Política Pública de Saneamento e o respectivo Plano Municipal de Saneamento Básico, nos termos da Lei nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007, e do Decreto 7.217 de 21 de junho de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º. Constituir o Comitê de Coordenação para acompanhamento e avaliação da atualização do Plano Municipal de Saneamento Básico.
Parágrafo Único. O Comitê de Coordenação será responsável pelo acompanhamento, avaliação e aprovação das etapas e produtos atualizados durante o processo de construção do Plano Municipal de Saneamento Básico.

Art. 2º. Designar os seguintes membros e suas respectivas representações para compor o Comitê de Coordenação:

1. MARIA DA CONCEIÇÃO DE ARAÚJO OLIVEIRA; CONTROLADORIA GERAL
2. HERNANE DA SILVA SANTOS - SOCIEDADE CIVIL
3. DANTON QUEIROZ ALVES DA CUNHA - PODER EXECUTIVO
4. LORANO MATHEUS DE OLIVEIRA FONSECA - SUPERVISOR DE PLANEJAMENTO URBANO
5. INGRID EDUARDA ALVES PAIVA - SOCIEDADE CIVIL
6. KELLYSSON KENNEDY DE OLIVEIRA CARDOSO - SOCIEDADE CIVIL

Art. 3º. Constituir o Comitê Executivo para a atualização do Plano Municipal de Saneamento Básico.
Parágrafo Único: O Comitê Executivo é a instância responsável pela operacionalização do processo de atualização do Plano Municipal de Saneamento Básico, e tem como atribuições executar todas as atividades previstas no termo de referência apreciando as atividades de cada fase da elaboração do PMSB e de cada produto a ser entregue à FUNASA, submetendo-o a avaliação do Comitê de Coordenação.

Art. 4º. Designar os seguintes membros e suas respectivas representações para compor o Comitê Executivo:

1. HERNANE DA SILVA SANTOS - SOCIEDADE CIVIL
2. DANTON QUEIROZ ALVES DA CUNHA - PODER EXECUTIVO
3. LORANO MATHEUS DE OLIVEIRA FONSECA - SUPERVISOR DE PLANEJAMENTO URBANO
4. INGRID EDUARDA ALVES PAIVA - SOCIEDADE CIVIL
5. KELLYSSON KENNEDY DE OLIVEIRA CARDOSO - SOCIEDADE CIVIL
6. MARIA ADA COSTA DA CUNHA - ASSESSOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

7. JOEBSON LEITE SOARES - SUPERVISOR DE ENGENHARIA E ANÁLISE DE PROJETOS
8. RIZONETE BENIGNO DE OLIVEIRA DE ARAÚJO - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO E MEIO AMBIENTE
9. MARIA JOSÉ DUARTE LEITE – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
10. FRANCISCO EDMILSON SOARES – SECRETARIA DE AGRICULTURA, RECURSOS HÍDRICOS E DA PESCA
11. MARIA DA CONCEIÇÃO DE ARAÚJO OLIVEIRA; CONTROLADORIA GERAL
12. JOSE NICODEMOS DO AMARAL - VIGILÂNCIA EM SAÚDE
13. IVAM JEFFERSON DA COSTA MEDEIROS – GABINETE CIVIL
14. DANYELLA PEREIRA – SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
15. FRANCISCO ERIVANALDO DE OLIVEIRA - SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA, COMUNICAÇÃO E TURISMO
16. MARIA AMÉLIA AMARAL - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
17. MAGNA MARIA DO NASCIMENTO – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO
18. MARIA DO SOCORRO ARAÚJO CUNHA - SECRETARIA DE SAÚDE

Art. 5º. Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Prefeitura de Lucrécia - RN, 21 de setembro de 2026.

ANTONIO WALTER DE ARAÚJO
Prefeito

*Republicado por Incorreção.

Publicado por:
Maria Amelia Amaral
Código Identificador:FB7F5FA4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 823/2026

Dispõe sobre a Concessão de Diária ao servidor que especifica e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Lucrécia, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º– Conceder ao Prefeito Constitucional, **Antonio Walter de Araújo**, Matrícula 120672-9, lotado no Gabinete Civil, 02 (duas) diárias no valor unitário de R$ 300,00 (trezentos reais), totalizando o valor de R$ 600,00 (seiscentos reais), para custear despesas decorrentes de sua viagem à capital do Estado, Natal/RN, nos dias 18 e 19 de setembro de 2026. O objetivo da viagem é participar do evento GO!RN, promovido pelo SEBRAE/RN, voltado à inovação, tecnologia e empreendedorismo, que acontecerá no Centro de Convenções, conforme constante no Processo de Concessão de Diária (PCD).

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura de Lucrécia - RN, 22 de setembro de 2026.

ANTONIO WALTER DE ARAÚJO
Prefeito

Publicado por:
Maria Amelia Amaral
Código Identificador:41992D44

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 824/2026

Dispõe sobre a Concessão de Diária ao servidor que especifica e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Lucrécia, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º– **Conceder a servidora** Rizonete Benigno de Oliveira de Araújo, Matrícula 120686-9, ocupante do cargo de **Secretária de Infraestrutura, Urbanismo e Meio Ambiente**, lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Urbanismo e Meio Ambiente, 02 (duas) diárias no valor unitário de 200,00 (duzentos reais), totalizando o valor de R$ 400,00 (quatrocentos reais), para custear despesas decorrentes de sua viagem à capital do Estado, Natal/RN, nos dias 18 e 19 de setembro de 2026. O objetivo da viagem é participar do evento GO!RN, promovido pelo SEBRAE/RN, voltado à inovação, tecnologia e empreendedorismo, que acontecerá no Centro de Convenções, conforme constante no Processo de Concessão de Diária (PCD).

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura de Lucrécia - RN, 22 de setembro de 2026.

ANTONIO WALTER DE ARAÚJO
Prefeito

Publicado por:
Maria Amelia Amaral
Código Identificador:AEAEF40A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELINO VIEIRA

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO(LÂMPADAS DE LEDS)

Processo: Dispensa Eletrônico Nº 07/2026
Número de Contrato: 2026.09.21-0001
Objeto: Contratação de Empresa para a prestação de serviços de manutenção da iluminação pública e instalação de lâmpadas de leds em pontos pulverizados em toda a zona rural do município de Marcelino Vieira-RN.
Fundamentação:14.133/2021, Art. 72 e 75, IN nº 116, de 21 de Dezembro de 2021, e Decreto Municipal nº 37 de 10 de janeiro de 2022
Contratado/CNPJ:LÍDER EM ILUMINAÇÃO PÚBLICA E CONSULTORIA LTDA, Nº 48.794.692/0001-13
Contratante/CNPJ: Prefeitura Municipal de Marcelino Vieira/RN, 08.357.618/0001-15.
Valor Total: R$ 52.939,00 (cinquenta e dois mil, novecentos e trinta e nove reais)
Assinatura do contrato:21/09/2026.
Vigência:22/09/2026 a 22/09/2027

Publicado por:
Maria Aline de Souza
Código Identificador:7072FDD2

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINS

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 869 -2026 - DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR - REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 869, DE 18 DE SETEMBRO DE 2026 GP/PMM

Autoriza o poder executivo municipal a abrir crédito adicional suplementar no orçamento vigente, no valor de R$ 780.000,00 (setecentos e oitenta mil reais).

PUBLICAÇÃO POR RETIFICAÇÃO
TORNA SEM EFEITO a publicação realizada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte (FEMURN), na **Edição nº 3881**, veiculada em **21 de setembro de 2026**.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MARTINS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:
Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional **suplementar** ao Orçamento Fiscal do Município, nos termos dos arts. 40 e 41, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, no valor de R$ 780.000,00 (setecentos e oitenta mil reais), para atender às finalidades especificadas, conforme anexo I**:**
Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito adicional especial de que trata o art. 1º desta Lei decorrerão da anulação parcial e/ou total de dotações orçamentárias previstas na Lei Orçamentária Anual nº 853, de 24 de dezembro de 2025, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme as classificações especificadas no anexo II**:**
Art. 3º Ficam modificadas, no que couber, a Lei Municipal nº 851/2025, que dispõe sobre o Plano Plurianual 2026/2029, e a Lei Municipal nº 847/2025, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, para compatibilização com a presente Lei.
Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Martins/RN, 18 de setembro de 2026.

PAULO CÉSAR GALDINO
Prefeito Municipal

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINS	
RUA DR JOAQUIM INACIO, 102 - CENTRO Martins - RN	
C.N.P.J.: 08.153.462/0001-50	**SETEMBRO/2026**
ANEXOS A LEI MUNICIPAL Nº 869.2026	
ANEXO I - ACRÉSCIMO	
020200 SEC.MUN DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS	
2003 MANUT ATIV SEC MUN ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS	
33903000 - 15000000 Material de consumo	165.000,00
33903600 - 15000000 Outros serviços de terceiros - pessoa física	20.000,00
Soma da Ação:	**185.000,00**
Soma da Unidade:	**185.000,00**
020400 SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
2057 MANUTENÇÃO DO PNATE	
33903000 - 15530000 Material de consumo	60.000,00
Soma da Ação:	**60.000,00**
2234 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL -FUNDEB 30%	
33903000 - 15400001 Material de consumo	40.000,00
Soma da Ação:	**40.000,00**
Soma da Unidade:	**100.000,00**
020600 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
2020 MANUT ATIV SEC MUN ASSISTENCIA SOCIAL	
33901400 - 15000000 Diárias - civil	5.000,00
33903600 - 15000000 Outros serviços de terceiros - pessoa física	10.000,00
33904800 - 15000000 Outros auxílios financeiros a pessoas físicas	10.000,00
Soma da Ação:	**25.000,00**
2023 MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	
33903000 - 15000000 Material de consumo	20.000,00
Soma da Ação:	**20.000,00**
Soma da Unidade:	**45.000,00**
020700 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUARIA E PESCA	
2026 MANUT ATIV SEC MUN AGRICULTURA	
33903600 - 15000000 Outros serviços de terceiros - pessoa física	10.000,00
Soma da Ação:	**10.000,00**
Soma da Unidade:	**10.000,00**
020800 SECRETARIA MUN. DE OBRAS, TRANSPORTE E INFRA ESTRUTURA	
2027 MANUT ATIV SEC MUN OBRAS E URBANISMO	
33903000 - 15000000 Material de consumo	50.000,00
33903900 - 15000000 Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	40.000,00
Soma da Ação:	**90.000,00**
020900 SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
2028 MANUT ATIV SEC MUN DE TURISMO	
33903600 - 15000000 Outros serviços de terceiros - pessoa física	10.000,00
33903900 - 15000000 Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	50.000,00
Soma da Ação:	**60.000,00**
2181 REALIZAÇÃO DE FESTAS E EVENTOS	
33903900 - 15000000 Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	80.000,00
Soma da Ação:	**80.000,00**
Soma da Unidade:	**140.000,00**
021000 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
2145 PROGRAMA ATENÇÃO BASICA -PAP	
33903000 - 17060000 Material de consumo	50.000,00
Soma da Ação:	**50.000,00**
2195 MANUTENÇÃO DA MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE MAC	
33504300 - 16000000 Subvenções sociais	60.000,00
Soma da Ação:	**60.000,00**
2310 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM	
33504300 - 16050000 Subvenções sociais	100.000,00
Soma da Ação:	**100.000,00**
Soma da Unidade:	**210.000,00**
Total Geral:	**780.000,00**

ANEXO II - DECRÉSCIMO	
020100 GABINETE CIVIL	
2002 MANUT.ATIV DO GABINETE CIVIL	
33504300 - 15000000 Subvenções sociais	20.000,00
Soma da Ação:	**20.000,00**
Soma da Unidade:	**20.000,00**
020300 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO E FINANÇAS	
2006 MANUT ATIV SEC MUN DE TRIBUTAÇÃO E FINANÇAS	
33903900 - 15000000 Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	60.000,00
Soma da Ação:	**60.000,00**
Soma da Unidade:	**60.000,00**
020400 SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
1269 CONSTRUÇÃO , RECUP E AMPLIAÇÃO DE CRECHE	
44905100 - 15001001 Obras e instalações	50.000,00
44905100 - 15690000 Obras e instalações	10.000,00
44905100 - 15700000 Obras e instalações	10.000,00
44905100 - 15710000 Obras e instalações	10.000,00
44905100 - 17060000 Obras e instalações	10.000,00
44905100 - 17100000 Obras e instalações	10.000,00
Soma da Ação:	**100.000,00**
1271 IMPL SIST MICROGERAÇÃO/ MINIGERAÇÃO ENERGIA SOLAR EM PREDIO DO SETOR EDUCACIONAL	
44905100 - 15001001 Obras e instalações	65.000,00
44905100 - 15400001 Obras e instalações	20.000,00
Soma da Ação:	**85.000,00**
Soma da Unidade:	**185.000,00**
020500 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
1272 IMPL SIST MICROGERAÇÃO / MINIGERAÇÃO ENERGIA SOLAR EM PREDIO DO SETOR DE SAUDE	
44905100 - 15001002 Obras e instalações	40.000,00
44905100 - 16310000 Obras e instalações	10.000,00
44905100 - 16320000 Obras e instalações	10.000,00
Soma da Ação:	**60.000,00**
2204 MANUTENÇÃO DA UNIDADE MISTA DE SAÚDE	
33903000 - 15001002 Material de consumo	150.000,00
Soma da Ação:	**150.000,00**
Soma da Unidade:	**210.000,00**
020700 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUARIA E PESCA	
1120 CONSTRUÇÃO DE AÇUDES E BARRAGENS	
44905100 - 15000000 Obras e instalações	10.000,00
44905100 - 17000000 Obras e instalações	15.000,00
Soma da Ação:	**25.000,00**
Soma da Unidade:	**25.000,00**
020800 SECRETARIA MUN. DE OBRAS, TRANSPORTE E INFRA ESTRUTURA	
2027 MANUT ATIV SEC MUN OBRAS E URBANISMO	
33903000 - 17510000 Material de consumo	160.000,00
33903900 - 17510000 Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	80.000,00
Soma da Ação:	**240.000,00**
Soma da Unidade:	**240.000,00**
021000 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
2204 MANUTENÇÃO DA UNIDADE MISTA DE SAÚDE	
33903000 - 16000000 Material de consumo	40.000,00
Soma da Ação:	**40.000,00**
Soma da Unidade:	**40.000,00**
Total Geral:	**780.000,00**

PAULO CESAR GALDINO
Prefeito Municipal Mat.9000311

Publicado por:
Marcos Danilo Carvalho Gurgel
Código Identificador:D84A82DF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 357 -2026, DE 21 DE SETEMBRO DE 2026.

Designa o Assessor Jurídico Francisco Antônio de Oliveira Neto como Coordenador do Programa de Parcelamento Incentivado – PPI/2026 (REFIS 2026) e dá outras providências

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARTINS/RN**, Sr. **PAULO CÉSAR GALDINO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 864, de 18 de agosto de 2026, que instituiu o Programa de Parcelamento Incentivado de Créditos Fiscais – PPI/2026;

CONSIDERANDO o Decreto nº100, de 18 de setembro de 2026, que prorrogou para 30 de outubro de 2026 o prazo de adesão ao programa;

CONSIDERANDO a necessidade de coordenar as ações de comunicação, atendimento, cobrança e acompanhamento do programa, a fim de ampliar a recuperação dos créditos tributários do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o Assessor Jurídico **FRANCISCO ANTÔNIO DE OLIVEIRA NETO**, para exercer a função de **Coordenador do Programa de Parcelamento Incentivado – PPI/2026 (REFIS 2026)**.

Art. 2º Compete ao Coordenador:
I – coordenar o planejamento e a execução das ações do REFIS 2026, incluindo a comunicação aos contribuintes, a divulgação do programa e o atendimento;
II – articular as áreas de Tributação, Tecnologia da Informação, Comunicação, Procuradoria, Contabilidade e Tesouraria, solicitando as informações e providências necessárias;
III – acompanhar o cronograma, as metas e os indicadores do programa, promovendo reuniões periódicas de acompanhamento;
IV – orientar, no aspecto jurídico, a formalização das adesões, inclusive quanto à desistência de ações judiciais prevista na Lei nº 864/2026;
V – propor ao Prefeito as medidas necessárias ao bom andamento do programa, inclusive eventual prorrogação de prazos, nos termos da lei;
VI – apresentar ao Prefeito relatório final com os resultados de adesões e arrecadação.

Art. 3º A presente designação vigorará **até o encerramento dos trabalhos do REFIS 2026**.
Parágrafo único. Consideram-se encerrados os trabalhos com a entrega do relatório final de que trata o inciso VI do art. 2º.

Art. 4º A designação é feita sem prejuízo das atribuições do cargo de Assessor Jurídico.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, Martins/RN, 21 de setembro de 2026.

PAULO CÉSAR GALDINO
Prefeito do Município de Martins/RN

Publicado por:
Marcos Danilo Carvalho Gurgel
Código Identificador:29D7A2ED

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
AVISO DE SUSPENSÃO PREGÃO ELETRÔNICO/SRP Nº 006/2026

AVISO DE SUSPENSÃO
PREGÃO ELETRÔNICO/SRP Nº 006/2026
(Processo Administrativo n.º 083/2026)

O Município de Maxaranguape/RN, por intermédio de seu Pregoeiro Oficial, torna público para conhecimento dos interessados que a sessão pública do **Pregão Eletrônico nº 006/2026**, cujo objeto é o **Registro de Preços para a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, componentes e acessórios, quando necessário, dos equipamentos médico-hospitalares, odontológicos, eletroeletrônicos, de refrigeração e demais equipamentos pertencentes à Secretaria Municipal de Saúde de Maxaranguape/RN**, anteriormente marcada para o dia **24 de setembro de 2026**, encontra-se **TEMPORARIAMENTE SUSPENSA**, em razão da necessidade de análise técnica e jurídica de impugnação ao edital do certame, apresentada pela empresa: **Vestatech Engenharia Ltda**. pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.047.357/0001-49.

Informa-se que, após a conclusão da análise da impugnação e eventual revisão do edital, será publicada nova data para abertura do certame, bem como disponibilizada todas as informações pertinentes nos meios oficiais de divulgação do Município.

Maxaranguape/RN, 22 de setembro de 2026.

JUDSON CAMPOS OLIVEIRA DA ROCHA
Agente de Contratação/Pregoeiro
Portaria n° 001/2026

Publicado por:
Judson Campos Oliveira da Rocha
Código Identificador:63EB7C0C

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO 086/2025

Contratante: MUNICÍPIO DE MAXARANGUAPE/RN, CNPJ: 08.170.540/0001-25

Contratada: F A DOS SANTOS JUNIOR, CNPJ: 38.030.115/0001-00

Objeto: contratação de empresa especializada em capacitação, assessoria quanto ao programa do cadastro único e bolsa família, intersetorialidade, condicionalidade e pacto de gestão integrada e gestão do suas, para atender as demandas do Município de Maxaranguape/RN

VALOR: Valor Global: O valor total deste contrato 24.000,00 (vinte e quatro mil reais)

Vigência: O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir de 18/09/2026 com fim da vigência em 17/09/2027. Podendo ser prorrogável na forma da lei 14.133/21 e alterações posteriores
Data de assinatura do Termo Aditivo: 18 de setembro de 2026.
Fundamentação: Fundamenta-se na Lei 14.133/21 e em conformidade com os termos do processo administrativo nº 104/2025, Dispensa de Licitação n° 019/2025
Assinatura:
Contratante: MARIA ERENIR FREITAS DE LIMA, Prefeita Municipal, CPF nº 025.XXX.XX4-81.
Contratada: FRANCISCO ASSIS DOS SANTOS JÚNIOR, CPF nº 851.XXX.XX4-04 – Representante legal
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO **

Publicado por:
Judson Campos Oliveira da Rocha
Código Identificador:F18434EC

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA MUNICIPAL Nº. 165/2026

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 165/2026

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MAXARANGUAPE-RN, NO EXERCÍCIO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NO CAPÍTULO II, SEÇÃO VIII, § 1º DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DO MUNICÍPIO DE MAXARANGUAPE/RN.
RESOLVE:

Art.1°. Exonerar a pedido o servidor de provimento efetivo **ARMANDO AUGUSTO SIQUEIRA**, CPF nº. 010.xxx.xxx-18, do cargo de Professor Fundamental II - História, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, na Prefeitura Municipal de Maxaranguape.

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 21 de setembro de 2026.

Maxaranguape/RN, 22 de setembro de 2026.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

MARIA ERENIR FREITAS DE LIMA
Prefeita

Publicado por:
Sigmund Freud Ferreira da Silva
Código Identificador:C12E60D5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº. 166/2026

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 166/2026

Dispõe sobre a concessão de diária a servidor e dá outras providências.

O Secretário Municipal de Administração do município de Maxaranguape/RN, no exercício de suas atribuições legais, na melhor forma da Lei Orgânica do Município e em atendimento a Portaria nº. 013/2022,

Resolve:

Art. 1º. Conceder ao servidor **INACIO VALTERCIO DOS SANTOS PINHEIRO**, matrícula nº 5792, seis diárias, no valor total de R$ 7.488,00 (sete mil, quatrocentos e oitenta e oito reais), para custear despesas com hospedagem, transporte e alimentação, durante seu deslocamento, com o objetivo de participar no período de 24/09/2026 a 29/09/2026 da FEIRA INTERNACIONAL DE TURISMO DA AMERICA LATINA – FIT, a ser realizado na cidade de Buenos Aires/ARG.
Art. 2º. Conceder ao servidor **INACIO VALTERCIO DOS SANTOS PINHEIRO**, matrícula nº 5792, três diárias, no valor total de R$ 2.808,00 (dois mil, oitocentos e oito reais), para custear despesas com hospedagem, transporte e alimentação, durante seu deslocamento, com o objetivo de participar no período de 30/09/2026 a 03/10/2026 da 53ª EDIÇÃO DA ABAV EXPO, a ser realizado na cidade de São Paulo/SP.
Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Maxaranguape/RN, 22 de setembro de 2026.

REGISTRE-SE.PUBLIQUE-SE.CUMPRA-SE.

JOSÉ WALTER DE OLIVEIRA FILHO
Secretário Municipal Administração

Publicado por:
Sigmund Freud Ferreira da Silva
Código Identificador:99025838

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE Nº 27/2026

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE Nº 27/2026

PROCESSO Nº 77/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 27/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONTANHAS/RN
CNPJ: 08.354.383/0001-08
CONTRATADA: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL, ADMINISTRAÇÃO REGIONAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – SENAC-AR/RN, **CNPJ:** 03.640.285/0001-13
OBJETO: Contratação de instituição especializada para a prestação de serviços de capacitação e qualificação profissional, mediante a realização de cursos profissionalizantes destinados à população e/ou servidores do Município de Montanhas/RN, no âmbito do Programa Mais Educação SENAC RN, compreendendo planejamento, organização, disponibilização de instrutores especializados, acompanhamento técnico-pedagógico, fornecimento de material didático digital e certificação dos participantes.

VIGÊNCIA: 6 (seis) meses.
VALOR TOTAL ESTIMADO: R$ 9.597,08 (nove mil, quinhentos e noventa e sete reais e oito centavos).
BASE LEGAL: Art. 75, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021.

Montanhas/RN, 22 de setembro de 2026.

ANTÔNIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tassio Pereira da Silva
Código Identificador:98BF16B0

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 27/2026

EXTRATO DO TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 27/2026

O Prefeito Municipal de Montanhas/RN, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE declarar dispensável e faz publicar o extrato resumido do processo INEXIGIBILIDADE a seguir:

PROCESSO Nº 77/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 27/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONTANHAS/RN
CNPJ: 08.354.383/0001-08
CONTRATADA: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL, ADMINISTRAÇÃO REGIONAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – SENAC-AR/RN, **CNPJ:** 03.640.285/0001-13
OBJETO: Contratação de instituição especializada para a prestação de serviços de capacitação e qualificação profissional, mediante a realização de cursos profissionalizantes destinados à população e/ou servidores do Município de Montanhas/RN, no âmbito do Programa Mais Educação SENAC RN, compreendendo planejamento, organização, disponibilização de instrutores especializados, acompanhamento técnico-pedagógico, fornecimento de material didático digital e certificação dos participantes.

VIGÊNCIA: 6 (seis) meses.
VALOR TOTAL ESTIMADO: R$ 9.597,08 (nove mil, quinhentos e noventa e sete reais e oito centavos).
BASE LEGAL: Art. 75, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021.

Montanhas/RN, 22 de setembro de 2026.

ANTÔNIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tassio Pereira da Silva
Código Identificador:231A413E

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
RECEBIMENTO DE PROPOSTA DE PREÇO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÕES DE EXAMES PARA O MUNICÍPIO DE MONTANHAS/RN.
A Prefeitura Municipal de Montanhas/RN, através do Departamento de Compras, avisa a todas as empresas interessadas e do ramo que, nos 03 (três) dias subsequentes a esta publicação, estará recebendo Propostas de Preços, visando a obtenção de valores de referência para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÕES DE EXAMES PARA O MUNICÍPIO DE MONTANHAS/RN.**
As descrições dos itens e suas especificações constam no Termo de Referência, disponível no arquivo acessível pelo link abaixo: https://docs.google.com/spreadsheets/d/1PhdfD0sv2zpfqyqaofs1heikayaWanJm/edit?usp=sharing&ouid=104180385856408192648&rtpof=true&sd=true

Sendo assim, as empresas que desejarem apresentar propostas de preços para os itens que compõem a referida Pesquisa Mercadológica, deverão encaminhá-la para o seguinte e-mail:<**termodereferencia@montanhas.rn.gov.br**>. Também é possível entregar a Pesquisa Mercadológica *in loco*, com a equipe de apoio, na Prefeitura Municipal localizado na rua são josé, Centro, Montanhas/RN – CEP: 59.198-000, até às 12h do último dia do prazo.

Por fim, em caso de dúvidas e outros esclarecimentos, entrar em contato através do e-mail mencionado no parágrafo anterior.

Montanhas/RN, em 22 de setembro de 2026.

Publicado por:
Amanda Leandro de Farias
Código Identificador:DFCFF79D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 59/2026.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE/RN, CNPJ nº 08.365.900/0001-44.

CONTRATADA: MARIA ZENEIDE DE OLIVEIRA SALES, CNPJ nº 08.365.900/0001-44.

VALOR ESTIMADO DA DISPENSA: R$ 12.000,00(doze mil reais).

OBJETO CONTRATADO: Locação de espaço físico adequado, com piscina e estrutura de apoio, destinado à implantação e execução do Projeto Municipal de Hidroterapia da Secretaria Municipal de Saúde de Monte Alegre/RN, visando à realização de atividades terapêuticas e de reabilitação aquática para usuários do Sistema Único de Saúde – SUS..

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021, Art. 74, V (PNCP).

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO DIRETA: A Secretaria Municipal de Saúde de Monte Alegre/RN, considerando a necessidade de ampliar e qualificar a oferta de serviços de saúde à população, justifica a necessidade de locação de espaço adequado, dotado de piscina e estrutura compatível, destinado à execução do Projeto de Hidroterapia, como estratégia de promoção, prevenção, reabilitação e recuperação da saúde dos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

A hidroterapia constitui importante recurso terapêutico para o atendimento de pacientes que necessitam de atividades de reabilitação física, especialmente aqueles com limitações de mobilidade, alterações musculoesqueléticas, neurológicas e outras condições que possam se beneficiar de exercícios realizados em ambiente aquático. A utilização da água possibilita a realização de movimentos com menor impacto sobre as articulações, favorecendo a mobilidade, o fortalecimento muscular, a flexibilidade, o equilíbrio e a redução de dores, contribuindo para a melhoria da funcionalidade e da qualidade de vida dos usuários.

A implantação e manutenção do projeto demandam espaço físico apropriado e seguro, com piscina que apresente dimensões, profundidade, condições de higiene, acessibilidade e demais características necessárias ao desenvolvimento das atividades terapêuticas, além de estrutura de apoio que possibilite o atendimento adequado aos pacientes e aos profissionais responsáveis pela execução das atividades.

Considerando que o Município não dispõe, no momento, de estrutura própria que reúna as condições necessárias para a realização da hidroterapia, a locação de espaço físico com piscina apresenta-se como alternativa viável para atender à necessidade pública, permitindo a disponibilização do serviço à população sem a necessidade imediata de construção, reforma ou implantação de uma estrutura própria, medidas que demandariam maior prazo e significativo aporte de recursos públicos.

A contratação deverá contemplar espaço que atenda aos requisitos técnicos, sanitários e de acessibilidade estabelecidos pela Administração, proporcionando condições adequadas para o desenvolvimento das atividades, com segurança, conforto e dignidade aos usuários. Deverão ser observadas, ainda, as condições de manutenção, limpeza e conservação da piscina e das áreas utilizadas, de modo a garantir ambiente adequado à prestação do serviço.

A iniciativa está alinhada aos princípios e diretrizes do SUS, especialmente quanto à integralidade da assistência à saúde, à promoção da saúde e à oferta de ações de reabilitação, contribuindo para a ampliação do acesso da população municipal a serviços especializados e para a redução de limitações funcionais que possam comprometer a autonomia e a qualidade de vida dos pacientes.

A locação do espaço também poderá proporcionar maior eficiência na aplicação dos recursos públicos, considerando que a Administração poderá utilizar uma estrutura já existente, evitando, neste momento, despesas relacionadas à aquisição de terreno, elaboração de projetos, construção, instalação de piscina, aquisição de equipamentos e demais investimentos necessários à implantação de estrutura própria.

Dessa forma, a contratação mostra-se necessária para viabilizar a execução do Projeto Municipal de Hidroterapia, garantindo aos usuários do SUS acesso a uma modalidade terapêutica complementar de relevante interesse público, especialmente para pacientes encaminhados pelos serviços da Rede Municipal de Saúde e que apresentem indicação profissional para participação nas atividades.

Diante do exposto, justifica-se a necessidade de locação de espaço físico adequado, equipado com piscina e estrutura de apoio, para funcionamento do Projeto de Hidroterapia da Secretaria Municipal de Saúde de Monte Alegre/RN, visando ampliar a oferta de ações de reabilitação, promover a melhoria da funcionalidade e qualidade de vida dos usuários e assegurar a continuidade e o fortalecimento da assistência integral à saúde no âmbito municipal
A estrutura deverá conter: no mínimo 300 metros quadrados, piscina em torno de 07 metros de comprimentos por 03 de largura, dois banheiros, como no mínimo um adaptado, espaço coberto com pia e acesso para automóveis..

DATA DA ASSINATURA DO TERMO DE INEXIGIBILIADE: 22 de setembro de 2026.

A Prefeitura Municipal de Monte Alegre/RN, inscrito no CNPJ nº 08.365.900/0001-44, neste ato representado pelo Prefeito, o Senhor André Rodrigues da Silva, e no uso de suas atribuições legais, de acordo com o disposto no Art. 72, inciso VIII, da Lei Nº 14.133/2021, **AUTORIZA**, a presente Contratação Direta pelo procedimento de Inexigibilidade de Licitação, embasado no art. 74, inciso III, V, da Lei Federal n° 14.133/2021.

Ademais, em cumprimento ao disposto no artigo 72, Parágrafo Único da Lei nº 14.133/2021, **DETERMINO** que este ato seja divulgado no Diário eletrônico oficial deste órgão para que produza os efeitos legais e mantido à disposição do público nos instrumentos de transparências adotados por esta casa legislativa.

Publique-se e cumpra-se.

Monte Alegre / RN: 22 de setembro de 2026.

ANDRÉ RODRIGUES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Simões Araújo
Código Identificador:020C1FF9

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE DAS GAMELEIRAS

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 042/2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 042/2026

À vista das manifestações anteriores e, com fundamento no artigo 75, Inciso II da Lei Federal nº. 14.133/21, bem como Parecer Jurídico acostado aos autos do processo, HOMOLOGA e RATIFICA o ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO, junto a empresa MARQUE CLINICA INOVA SIMPLES (I.S.)LTDA, inscrito no CNPJ: 54.658.369/0001-15, visando a CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES EM PACIENTES DO MUNÍCIPIO DE MONTE DE GAMELEIRAS/RN, no importe global de R$ 7.400,00(sete mil reais e quatrocentos reais) mediante contratação direta, após cotações de preços, realizadas no mercado e acostadas nos autos do devido processo supramencionado.

Monte das Gameleiras/RN, 22 de setembro de 2026.

JEFERSON RODRIGUES FELIX
Prefeito Municipal

Publicado por:
Josivaldo Rodrigues Felix
Código Identificador:A9C7584D

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PORTARIA CONJUNTA Nº 138 DE 21 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA CONJUNTA Nº 138 DE 21 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICIPIO de MONTE DAS GAMELEIRAS/RN no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal e Decreto Municipal nº 094/2026.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor: JOAB RODRIGUES DE PONTES EMIDIO
CPF 703.XXX.XXX-43

Cargo/Emprego/Função: Conselheiro Tutelar

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
½ diária	Santa Cruz/RN	23 e 24/09/2026	150,00	**150,00**

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento serão: (duas meia diária visto não ter pernoite).

Viagem para participar de Oficinas da Escola de Conselhos/formação de Conselheiros(as) tutelares, parceria firmada entre a **Universidade Federal do Rio Grande do Norte** (UFRN) e o **Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania** (MDHC)**.**

Local: Laboratório de Informática da Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi (FACISA/UFRN)

Horário: 8h às 17h

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Monte das Gameleiras/RN, 21 de setembro de 2026.

JEFERSON RODRIGUES FELIX
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Marliete Maria de Morais
Código Identificador:39CB6BF7

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PORTARIA CONJUNTA Nº 139 DE 21 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA CONJUNTA Nº 139 DE 21 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICIPIO DE MONTE DAS GAMELEIRAS/RN no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal e Decreto Municipal nº 094/2026.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor: MARIA EPONINA CRIZANTO PINHEIRO DE LIMA
CPF 035.XXX.XXX-29

Cargo/Emprego/Função: Conselheira Tutelar

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
½ diária	Santa Cruz/RN	23 e 24/09/2026	150,00	**150,00**

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento serão: (duas meia diária visto não ter pernoite).

Viagem para participar de Oficinas da Escola de Conselhos/formação de Conselheiros(as) tutelares, parceria firmada entre a **Universidade**

Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e o **Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania** (MDHC)**.**

Local: Laboratório de Informática da Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi (FACISA/UFRN)

Horário: 8h às 17h

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Monte das Gameleiras/RN, 21 de setembro de 2026.

JEFERSON RODRIGUES FELIX
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Marliete Maria de Morais
Código Identificador:56F53D9F

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PORTARIA CONJUNTA Nº 140 DE 21 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA CONJUNTA Nº 140 DE 21 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICIPIO DE MONTE DAS GAMELEIRAS/RN no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal e Decreto Municipal nº 094/2026.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor: JOSEVANIA DO NASCIMENTO PONTES
CPF 075.XXX.XXX-40

Cargo/Emprego/Função: Conselheira Tutelar

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
½ diária	Santa Cruz/RN	23 e 24/09/2026	150,00	**150,00**

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento serão: (duas meia diária visto não ter pernoite).

Viagem para participar de Oficinas da Escola de Conselhos/formação de Conselheiros(as) tutelares, parceria firmada entre a **Universidade Federal do Rio Grande do Norte** (UFRN) e o **Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania** (MDHC)**.**

Local: Laboratório de Informática da Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi (FACISA/UFRN)

Horário: 8h às 17h

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Monte das Gameleiras/RN, 21 de setembro de 2026.

JEFERSON RODRIGUES FELIX
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Marliete Maria de Morais
Código Identificador:597C70F2

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PORTARIA CONJUNTA Nº 141 DE 21 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA CONJUNTA Nº 141 DE 21 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICIPIO DE MONTE DAS GAMELEIRAS/RN no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal e Decreto Municipal nº 094/2026.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor: Aderi Bernardino de Souza Filho
CPF 122.XXX.XXX-57

Cargo/Emprego/Função: Conselheiro Tutelar

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
½ diária	Santa Cruz/RN	23 e 24/09/2026	150,00	**150,00**

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento serão: (duas meia diária visto não ter pernoite).

Viagem para participar de Oficinas da Escola de Conselhos/formação de Conselheiros(as) tutelares, parceria firmada entre a **Universidade Federal do Rio Grande do Norte** (UFRN) e o **Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania** (MDHC)**.**

Local: Laboratório de Informática da Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi (FACISA/UFRN)

Horário: 8h às 17h

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Monte das Gameleiras/RN, 21 de setembro de 2026.

JEFERSON RODRIGUES FELIX
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Marliete Maria de Morais
Código Identificador:2008B4FE

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PORTARIA CONJUNTA Nº 142 DE 21 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA CONJUNTA Nº 142 DE 21 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL de MONTE DAS GAMELEIRAS/RN no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal e Decreto Municipal nº 094/2026.
RESOLVE:

Art. 1º Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor: JOSE ROBERTO PONTES VIANA
CPF 088.XXX.XXX-48
Cargo/Emprego/Função: Conselheiro Tutelar

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (RS)	Valor Total (R$)
½ diária	Santa Cruz/RN	23 e 24/09/2025	150,00	**150,00**

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento serão: (duas meia diária visto não ter pernoite).

Viagem para participar de Oficinas da Escola de Conselhos/formação de Conselheiros(as) tutelares, parceria firmada entre a **Universidade Federal do Rio Grande do Norte** (UFRN) e o **Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania** (MDHC)**.**
Local: Laboratório de Informática da Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi (FACISA/UFRN)

Horário: 8h às 17h

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Monte das Gameleiras/RN, 21 de setembro de 2026.

JEFERSON RODRIGUES FELIX
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Marliete Maria de Morais
Código Identificador:46883848

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PORTARIA CONJUNTA Nº 143 DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA CONJUNTA Nº 143 DE 22 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICIPIO de MONTE DAS GAMELEIRAS/RN no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal e Decreto Municipal nº 094/2026.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor: REGINALDO PONTES

CPF 093.XXX.XXX-90

Cargo/Emprego/Função: MOTORISTA

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (RS)	Valor Total (R$)
3 diárias	Alexandria/RN	23 a 26.09.2026	150,00	**450,00**

Descrição do Objetivo / Serviços do deslocamento

Viagem no transporte do(a) paciente Sônia Maria Bernardino ao Hospital e Maternidade Joaquina Queiroz para procedimento cirúrgico.

Rua Padre Carlos, S/N – Cascalho - Alexandria/RN, CEP 59.965-000

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Monte das Gameleiras/RN, 22 de setembro de 2026.

JEFERSON RODRIGUES FELIX
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Marliete Maria de Morais
Código Identificador:2AEFFF6E

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PORTARIA CONJUNTA Nº 144 DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA CONJUNTA Nº 144 DE 22 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICIPIO DE MONTE DAS GAMELEIRAS/RN no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal e Decreto Municipal nº 094/2026.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor: MARIA APARECIDA FREIRE DE AVELAR

CPF 705.XXX.XXX-54

Cargo/Emprego/Função: ENFERMEIRA

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (RS)	Valor Total (R$)
½ diária	São José de Mipibu/RN	23.09.2026	150,00	**75,00**

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento

Viagem para participar nas atividades do GRUPO CONDUTOR do PlanificaSUS – I Região de Saúde, voltada à Atenção Primária à Saúde (APS).

Local: Auditório da Secretaria Municipal de educação, Rua Quinze de novembro, 31 -Manoel Alves de Souza, São José de Mipibu/RN

Hora: 13h

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Monte das Gameleiras/RN, 22 de setembro de 2026.

JEFERSON RODRIGUES FELIX
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marliete Maria de Morais
Código Identificador:05313D7B

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PORTARIA CONJUNTA Nº 145 DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA CONJUNTA Nº 145 DE 22 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICIPIO DE MONTE DAS GAMELEIRAS/RN no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal e Decreto Municipal nº 094/2026.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor: SUENIA KARLA MELO DE CARVALHO

CPF 013.XXX.XXX-99

Cargo/Emprego/Função: Secretária Municipal de Saúde

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (RS)	Valor Total (R$)
½ diária	São José de Mipibu/RN	23/09/2026	250,00	**125,00**

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento

Viagem para participar nas atividades do GRUPO CONDUTOR do PlanificaSUS – I Região de Saúde, voltada à Atenção Primária à Saúde (APS).

Local: Auditório da Secretaria Municipal de educação, Rua Quinze de novembro, 31 -Manoel Alves de Souza, São José de Mipibú/RN

Hora: 13h

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Monte das Gameleiras/RN, 22 de setembro de 2026.

JEFERSON RODRIGUES FELIX
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Marliete Maria de Morais
Código Identificador:A48072CA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA

GABINETE DO PREFEITO
JUSTIFICATIVA PARA QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

A Prefeitura Municipal de Nísia Floresta/RN, nos termos da Resolução nº 011/2024 do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, que dispõe sobre as rotinas relativas à observância da ordem cronológica de pagamentos no âmbito da Administração Pública, e ainda,

CONSIDERANDO o art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), que estabelece a obrigatoriedade da observância da ordem cronológica de pagamentos, admitindo sua alteração, excepcionalmente, mediante justificativa fundamentada em relevante interesse público;

CONSIDERANDO que a Resolução nº 011/2024 – TCE/RN reconhece a possibilidade de alteração da ordem cronológica de pagamentos, desde que observados os seguintes requisitos:

- Prévia justificativa fundamentada da autoridade competente;
- Comunicação posterior ao órgão de controle interno e ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, quando cabível;
- Publicação da justificativa na imprensa oficial, assegurando a transparência e o controle dos atos administrativos;

CONSIDERANDO o Contrato Administrativo firmado entre a Prefeitura Municipal de Nísia Floresta/RN e a empresa HF PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA., inscrita no CNPJ nº 56.154.144/0001-57, decorrente da Inexigibilidade de Licitação nº 043/2026, vinculada ao Processo Administrativo nº 505.010/2026, cujo objeto consiste na contratação da apresentação artística da Banda Meu Canários, durante a programação oficial da Festa do Balão 2026, realizada no Município de Nísia Floresta/RN;

CONSIDERANDO que a Festa do Balão integra o calendário oficial de eventos do Município de Nísia Floresta/RN, constituindo importante instrumento de promoção da cultura, do turismo e do desenvolvimento econômico local, atraindo visitantes e fortalecendo a imagem institucional do Município;

CONSIDERANDO que a presente solicitação encontra fundamento no art. 141, § 1º, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021, que admite a alteração da ordem cronológica de pagamentos quando se tratar de contrato cujo objeto seja imprescindível para assegurar a continuidade das atividades finalísticas da Administração Pública;

CONSIDERANDO que, conforme dispõe a Cláusula Quinta, item 5.2, do Contrato Administrativo, o pagamento foi pactuado em duas parcelas, sendo a primeira parcela correspondente a 10% (dez por cento) do valor global do contrato, já devidamente paga, e a segunda parcela correspondente a 90% (noventa por cento) do valor global do contrato, mediante apresentação da respectiva nota fiscal;

CONSIDERANDO que a apresentação artística da Banda Meu Canários constitui uma das atrações da programação oficial da Festa do Balão 2026, sendo indispensável para o cumprimento da programação oficial do evento e para o alcance dos objetivos de promoção turística e cultural do Município;

CONSIDERANDO que a segunda parcela contratual, correspondente a 90% (noventa por cento) do valor global do contrato, encontra-se pendente de pagamento, sendo objeto da Nota Fiscal nº 67, emitida pela empresa HF PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA.;

CONSIDERANDO que a excepcionalidade da medida encontra respaldo em razões de interesse público, especialmente em razão de:

- Cumprimento das condições de pagamento previstas contratualmente;
- Regularização da obrigação financeira decorrente da execução do objeto contratado;
- Prevenção de prejuízos administrativos, financeiros e institucionais ao Município;
- Preservação da credibilidade da Administração Pública perante artistas, empresários e fornecedores contratados para eventos oficiais;
- Cumprimento das obrigações assumidas pelo Município no âmbito da programação oficial da Festa do Balão 2026.

CONSIDERANDO que o não pagamento da segunda parcela dentro das condições estabelecidas poderá caracterizar atraso no cumprimento da obrigação contratual assumida pela Administração, ocasionando eventuais prejuízos administrativos e financeiros ao Município;

Diante do exposto, e com fundamento na legislação mencionada, submete-se à autoridade competente a presente justificativa para fins de autorização da alteração da ordem cronológica de pagamentos, possibilitando a quitação da Nota Fiscal nº 67, emitida pela empresa HF PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA., referente à segunda parcela contratual, correspondente a 90% (noventa por cento) do valor global do contrato, decorrente da Inexigibilidade de Licitação nº 043/2026, vinculada ao Processo Administrativo nº 505.010/2026.

A medida visa garantir o cumprimento das obrigações contratuais assumidas pela Administração, a regularização do pagamento referente à execução do objeto contratado e a preservação do interesse público relacionado à realização da Festa do Balão 2026 e às ações de promoção turística e cultural do Município.

Nísia Floresta, 22 de setembro de 2026

CAMILA MACIEL FERREIRA
Secretária Interina Municipal de Turismo

Publicado por:
Mary Lanne Machado de Lima
Código Identificador:E67EB82B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO BRANCO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 035/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO BRANCO, RN.
CONTRATADA: DROGARIA SÃO SEVERINO (DROGARIA SAO SEVERINO LTDA) - ME CNPJ: nº 07.194.915/0001-24.
OBJETO DO CONTRATO: O presente instrumento tem por objeto aquisição de medicamentos para atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde, no âmbito do Município de Ouro Branco, que fazem uso de medicamentos (éticos, genéricos ou similares) não incluídos no rol daqueles constantes na Assistência Farmacêutica Básica, no âmbito do Município de Ouro Branco, visando atender as necessidades das secretarias municipais do Município de Ouro Branco/RN.
OBJETO DO TERMO ADITIVO: Do quantitativo de itens – Fica acrescido ao Contrato Administrativo nº 035/2026, assinado em 10 março de 2026, o percentual de 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo inicialmente contratado mantidas as mesmas condições e preços pactuados, acrescentando ao valor global do contrato a quantia de R$ 44.333,42 (quarenta e quatro mil e trezentos e trinta e três reais e quarenta e dois centavos).
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 125, da Lei Federal nº 14.133/2021.
DATA: 22 de setembro de 2026.

AMARIUDO DOS SANTOS SILVA
Prefeito Municipal

DROGARIA SÃO SEVERINO (DROGARIA SAO SEVERINO LTDA) - ME Nº 07.194.915/0001-24
Contratada

Publicado por:
Juciara Alves Ferreira
Código Identificador:326FEB39

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARELHAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
TERMO CONJUNTO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DISPENSA Nº 33/2026

Processo Administrativo Nº 4639/2026
Em cumprimento ao regime estabelecido pela Lei n° 14.133, de 01 de abril de 2021 e alterações posteriores;
OBJETO:A PRESENTE SOLICITAÇÃO VISA A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE SINALIZAÇÃO LUMINOSA DO TIPO GIROFLEX PARA INSTALAÇÃO EM VEÍCULO OFICIAL DA GUARDA, COM A FINALIDADE DE ATENDER ÀS DEMANDAS OPERACIONAIS E GARANTIR MAIOR EFICIÊNCIA, SEGURANÇA

BASE LEGAL: Art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

ADJUDICAÇÃO:

ADJUDICO o objeto da Dispensa nº 33/2026 em favor da empresa abaixo relacionada, por apresentar proposta compatível com as exigências do processo e mais vantajosa para a Administração, em favor da empresa relacionada a seguir:
GILMARA MARTINS DE PONTES, CNPJ: 13.167.781/0001-55**,** saiu vencedora no item 01 totalizando o valor de R$ 6.700,00 (seis mil e setecentos reais).

HOMOLOGAÇÃO:

HOMOLOGO, pelo presente Termo, a Dispensa de Licitação, fundamentada no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, nos termos do art. 72 da referida Lei, ficando a empresa acima citada convocada para formalização do respectivo instrumento contratual, sob pena de decadência do direito à contratação

Parelhas/RN, 22 de setembro de 2026.

TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Das Vitórias Valentim de Azevedo
Código Identificador:A7F35302

FUNDO DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE PARELHAS
PORTARIA Nº16/2026

PORTARIA Nº 16/2026

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PARELHAS, Estado do
Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições;

Considerando as disposições contidas no anexo I do Decreto n° 017/2017, de 23 de maio de 2017.
RESOLVE:
Fazer concessão de diária conforme dados abaixo, ao(a):

SERVIDOR(A): ROSALIA SILIA DE AZEVEDO VILAR			
MATRÍCULA: 120571-4			
CPF/DI: 069.881.224-78			
CARGO: NUTRICIONISTA			
LOTAÇÃO: SAD (MELHOR EM CASA)			
OBJETIVO DA VIAGEM: PARTICIPAR DA JORNADA DE OCOLOGIA DO SERÍDO			
DESTINO: CAICO RN			
PERÍODO DO AFASTAMENTO: 23 e 24 setembro de 2026			
QTDE	TIPO	Vr. Unit. (R$)	Vr. Total. (R$)
02	Sem pernoite	R$ 35,00	R$ 70,00
Total a pagar			R$ 70,00

Parelhas -RN, 22 de setembro de 2026. PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

CÍCERA PATRÍCIA GAMBARRA DANTAS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Paulo Emanoel de Azevedo Souza Araújo
Código Identificador:D9A4E65F

FUNDO DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE PARELHAS
PORTARIA Nº17/2026

PORTARIA Nº 17/2026

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PARELHAS, Estado do
Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições;

Considerando as disposições contidas no anexo I do Decreto n° 017/2017, de 23 de maio de 2017.
RESOLVE:
Fazer concessão de diária conforme dados abaixo, ao(a):

SERVIDOR(A): ANA OTILIA PEREIRA DE SOUZA DINIZ			
MATRÍCULA: 120505-7			
CPF/DI: 057.877.174-81			
CARGO: ASSISTENTE SOCIAL			
LOTAÇÃO: SAD (MELHOR EM CASA)			
OBJETIVO DA VIAGEM: PARTICIPAR DA JORNADA DE OCOLOGIA DO SERÍDO			
DESTINO: CAICO RN			
PERÍODO DO AFASTAMENTO: 23 e 24 setembro de 2026			
QTDE	TIPO	Vr. Unit. (R$)	Vr. Total. (R$)
02	Sem pernoite	R$ 35,00	R$ 70,00
Total a pagar			R$ 70,00

Parelhas -RN, 22 de setembro de 2026. PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

Publicado por:
Paulo Emanoel de Azevedo Souza Araújo
Código Identificador:053559CC

FUNDO DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE PARELHAS
PORTARIA Nº18/2026

PORTARIA Nº 18/2026

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PARELHAS, Estado do
Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições;

Considerando as disposições contidas no anexo I do Decreto n° 017/2017, de 23 de maio de 2017.
RESOLVE:
Fazer concessão de diária conforme dados abaixo, ao(a):

SERVIDOR(A): LIVIA VIVIANE DE AZEVEDO LINS			
MATRÍCULA: 120594-3			
CPF/DI: 069.055.324-28			
CARGO: PISICOLOGA			
LOTAÇÃO: HOSPITAL DR JOSE AUGUSTO DANTAS			
OBJETIVO DA VIAGEM: PARTICIPAR DA JORNADA DE OCOLOGIA DO SERÍDO			
DESTINO: CAICO RN			
PERÍODO DO AFASTAMENTO: 23 e 24 setembro de 2026			
QTDE	TIPO	Vr. Unit. (R$)	Vr. Total. (R$)
02	Sem pernoite	R$ 35,00	R$ 70,00
Total a pagar			R$ 70,00

Parelhas -RN, 22 de setembro de 2026. PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

CÍCERA PATRÍCIA GAMBARRA DANTAS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Paulo Emanoel de Azevedo Souza Araújo
Código Identificador:670B5B3C

FUNDO DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE PARELHAS
PORTARIA Nº19/2026

PORTARIA Nº 19/2026

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PARELHAS, Estado do
Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições;

Considerando as disposições contidas no anexo I do Decreto n° 017/2017, de 23 de maio de 2017.
RESOLVE:
Fazer concessão de diária conforme dados abaixo, ao(a):

SERVIDOR(A): FRANCIANE PEREIRA DA SILVA			
MATRÍCULA: 1219936-2			
CPF/DI: 096.055.384-31			
CARGO: NUTRICIONISTA			
LOTAÇÃO: HOSPITAL DR JOSE AUGUSTO DANTAS			
OBJETIVO DA VIAGEM: PARTICIPAR DA JORNADA DE OCOLOGIA DO SERÍDO			
DESTINO: CAICO RN			
PERÍODO DO AFASTAMENTO: 23 e 24 setembro de 2026			
QTDE	TIPO	Vr. Unit. (R$)	Vr. Total. (R$)
02	Sem pernoite	R$ 35,00	R$ 70,00
Total a pagar			R$ 70,00

Parelhas -RN, 22 de setembro de 2026. PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

CÍCERA PATRÍCIA GAMBARRA DANTAS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Paulo Emanoel de Azevedo Souza Araújo
Código Identificador:9E68E219

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA DE N°326/2026 - GAB/PREFEITO

PORTARIA DE N°326/2026-GAB/PREFEITO

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARELHAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições;
CONSIDERANDO o art. 99, inciso III do Estatuto dos Servidores Públicos deste Município.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Licença prêmio pelo período de três meses ao servidor Efetivo **JOSÉ NARCISIO DANTAS,**ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Diversos matrícula nº 1004697, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos e Transporte, desta Municipalidade.

Art. 2°- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a contar a partir de 01 de outubro de 2026 e com data fim 29 de dezembro de 2026.

Parelhas, 22 de setembro de 2026.

TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisliane da Silva Costa
Código Identificador:9250C4A0

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSAGEM

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 391 DE 15 DE SETEMBRO DE 2026.

LEI Nº 391 DE 15 DE SETEMBRO DE 2026.

Reorganiza o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Passagem - COMSEA, institui a Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e a Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN, cria o Fundo Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - FMSAN, dispõe sobre a Política e o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e estabelece providências para adesão do Município ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PASSAGEM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:
CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 1º Ficam instituídos e organizados, no âmbito do Município de Passagem/RN, os componentes e instrumentos municipais de Segurança Alimentar e Nutricional necessários à integração ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN:
I - a Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;
II - o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Passagem - COMSEA, instituído originariamente pela Lei Municipal nº 327/2022 e reorganizado por esta Lei;
III - a Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN Municipal;
IV - a Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;
V - o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - PLANSAN Municipal; e
VI - o Fundo Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - FMSAN.
Art. 2º A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, cabendo ao Poder Público Municipal adotar políticas e ações destinadas a respeitar, proteger, promover e prover o Direito Humano à Alimentação Adequada, observados os princípios e as diretrizes do SISAN.

Art. 3º A Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional será executada de forma intersetorial, com participação social, articulação entre órgãos públicos e sociedade civil e integração com as políticas estadual e nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Art. 4º O Poder Executivo Municipal adotará as providências administrativas necessárias à formalização e à manutenção da adesão do Município de Passagem ao SISAN, observados a Lei Federal nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, o Decreto Federal nº 7.272, de 25 de agosto de 2010, e as normas expedidas pela CAISAN Nacional.

CAPÍTULO II - DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Art. 5º A Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional é instância de participação social e de formulação de diretrizes, com as seguintes atribuições:

I - indicar ao COMSEA as diretrizes e prioridades da Política Municipal e do PLANSAN Municipal;

II - avaliar a implementação da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e o funcionamento do SISAN no âmbito municipal;

III - propor ações destinadas à garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada e ao enfrentamento da insegurança alimentar e nutricional; e

IV - fortalecer a participação da sociedade civil na formulação, execução, acompanhamento e avaliação das ações de Segurança Alimentar e Nutricional.

Art. 6º A Conferência Municipal será realizada, ordinariamente, a cada 4 (quatro) anos, mediante convocação do Chefe do Poder Executivo, e será organizada e coordenada pelo COMSEA em articulação com a CAISAN Municipal.

§ 1º O COMSEA definirá, por resolução, os parâmetros de composição, organização e funcionamento da Conferência, observadas as orientações dos órgãos estaduais e nacionais do SISAN.

§ 2º Na ausência de convocação pelo Chefe do Poder Executivo dentro da periodicidade prevista no caput, a Conferência poderá ser convocada pelo COMSEA.

§ 3º Caso não tenha sido realizada Conferência Municipal nos 4 (quatro) anos anteriores à publicação desta Lei, o Poder Executivo e o COMSEA adotarão as providências para sua convocação no primeiro calendário compatível com o processo estadual e nacional de conferências.

CAPÍTULO III - DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - COMSEA

Art. 7º O COMSEA é órgão colegiado permanente, de caráter consultivo, propositivo, fiscalizador e de controle social, vinculado administrativamente ao Gabinete da Prefeita, com a finalidade de assessorar o Poder Executivo na formulação e no acompanhamento da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

Art. 8º Compete ao COMSEA:

I - organizar e coordenar, em articulação com a CAISAN Municipal, a Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;

II - propor ao Poder Executivo, consideradas as deliberações da Conferência Municipal, as diretrizes e prioridades da Política Municipal e do PLANSAN Municipal, inclusive quanto aos requisitos orçamentários;

III - acompanhar, monitorar e avaliar, em colaboração com a CAISAN Municipal, a implementação da Política e do PLANSAN Municipal;

IV - mobilizar e apoiar entidades da sociedade civil na discussão e na implementação de ações públicas de Segurança Alimentar e Nutricional;

V - estimular a ampliação e o aperfeiçoamento dos mecanismos de participação e controle social;

VI - zelar pela efetivação do Direito Humano à Alimentação Adequada;

VII - manter articulação com outros conselhos municipais e com o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional;

VIII - propor ações emergenciais e estruturantes para populações em situação de insegurança alimentar e nutricional;

IX - acompanhar a execução dos recursos do FMSAN e emitir recomendações sobre prioridades de aplicação, sem exercer funções de ordenação de despesas ou gestão financeira;

X - instituir comissões ou grupos de trabalho, permanentes ou temporários, para estudo de matérias específicas; e

XI - elaborar e aprovar seu Regimento Interno.

Art. 9º O COMSEA será composto por 12 (doze) membros titulares e respectivos suplentes, observada a proporção de 2/3 (dois terços) de representantes da sociedade civil e 1/3 (um terço) de representantes governamentais.

I - 4 (quatro) representantes governamentais, sendo um de cada órgão municipal responsável pelas áreas de assistência social, educação, saúde e agricultura;

II - 8 (oito) representantes da sociedade civil, escolhidos dentre organizações, movimentos, entidades, associações, instituições de ensino, coletivos e demais segmentos com atuação ou interface com Segurança Alimentar e Nutricional no Município.

§ 1º A Presidência do COMSEA será exercida obrigatoriamente por representante da sociedade civil.

§ 2º Os representantes da sociedade civil serão escolhidos mediante processo público, transparente e participativo, convocado pelo COMSEA, com inscrição das entidades e segmentos interessados e regras definidas em edital ou resolução.

§ 3º Os representantes governamentais serão indicados pelo Poder Executivo Municipal, preferencialmente pelos titulares dos órgãos referidos no inciso I ou por servidores por eles formalmente indicados.

§ 4º Os membros titulares e suplentes serão designados por ato do Chefe do Poder Executivo para mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução por igual período.

§ 5º A participação no COMSEA não será remunerada, sendo considerada serviço público relevante.

§ 6º As entidades representadas no COMSEA deverão possuir atuação no Município de Passagem ou comprovada atuação territorial que alcance sua população.

Art. 10. A estrutura diretiva do COMSEA será composta por Presidente, Vice-Presidente e Secretaria-Executiva.

§ 1º O Presidente e o Vice-Presidente serão escolhidos pelo colegiado dentre os representantes da sociedade civil.

§ 2º A Secretaria-Executiva será assegurada pelo Poder Executivo, na forma do regulamento e do Regimento Interno, para suporte técnico e administrativo ao Conselho.

Art. 11. A organização, o funcionamento, as hipóteses de perda de mandato, as substituições, o quórum e a periodicidade das reuniões do COMSEA serão disciplinados em Regimento Interno, observado o disposto nesta Lei.

CAPÍTULO IV - DA CÂMARA INTERSETORIAL MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - CAISAN MUNICIPAL

Art. 12. Fica instituída a Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN Municipal, instância governamental de gestão intersetorial, vinculada ao órgão do Poder Executivo responsável pela coordenação da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

Art. 13. A CAISAN Municipal será composta pelos 4 (quatro) representantes governamentais titulares do COMSEA, facultada a participação de outros órgãos municipais, sem direito a voto, quando a matéria o recomendar.

§ 1º A Presidência da CAISAN Municipal será exercida por titular de órgão municipal com atribuições de articulação e integração intersetorial, designado pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 2º A Secretaria-Executiva da CAISAN Municipal será exercida pelo órgão que a presidir, sendo o Secretário-Executivo indicado pelo titular da pasta e designado por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 14. Compete à CAISAN Municipal:

I - elaborar, a partir das diretrizes emanadas da Conferência Municipal e do COMSEA, a Política Municipal e o PLANSAN Municipal, definindo objetivos, metas, responsabilidades, fontes de recursos e mecanismos de monitoramento e avaliação;

II - coordenar a execução da Política e do PLANSAN Municipal, promovendo articulação entre os órgãos e entidades responsáveis por ações de Segurança Alimentar e Nutricional;

III - articular as propostas do PLANSAN Municipal com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual;

IV - monitorar e avaliar, de forma integrada, a destinação e a aplicação de recursos em ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional;

V - solicitar informações aos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal necessárias ao desempenho de suas atribuições;

VI - apresentar periodicamente ao COMSEA relatórios e informações necessários ao acompanhamento e monitoramento da Política e do PLANSAN Municipal;
VII - propor medidas de aperfeiçoamento da gestão intersetorial da Segurança Alimentar e Nutricional; e
VIII - elaborar e aprovar seu Regimento Interno.
Art. 15. A organização e o funcionamento da CAISAN Municipal serão regulamentados por decreto, observado o disposto nesta Lei.
CAPÍTULO V - DA POLÍTICA E DO PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
Art. 16. A Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional será implementada por meio do PLANSAN Municipal, elaborado intersetorialmente pela CAISAN Municipal, com base nas prioridades estabelecidas pelo COMSEA e nas deliberações das Conferências de Segurança Alimentar e Nutricional.
Art. 17. O PLANSAN Municipal deverá:
I - conter diagnóstico da situação de segurança e insegurança alimentar e nutricional no Município;
II - ser quadrienal e, sempre que possível, ter vigência correspondente ao Plano Plurianual;
III - definir diretrizes, objetivos, metas, ações, responsáveis, indicadores, prazos e requisitos orçamentários;
IV - explicitar as responsabilidades dos órgãos e entidades municipais envolvidos;
V - incorporar estratégias territoriais e intersetoriais, com atenção aos grupos populacionais em situação de vulnerabilidade e insegurança alimentar e nutricional;
VI - definir mecanismos de monitoramento e avaliação; e
VII - prever mecanismos de revisão periódica, ao menos bienal, com participação da CAISAN Municipal e do COMSEA.
Art. 18. O Município assume o compromisso de elaborar e publicar o primeiro PLANSAN Municipal no prazo máximo de 12 (doze) meses contado da formalização da adesão municipal ao SISAN, sem prejuízo do início imediato de sua elaboração após a publicação desta Lei.
Parágrafo único. A programação e a execução orçamentária e financeira das ações integrantes da Política e do PLANSAN Municipal serão de responsabilidade dos órgãos e entidades competentes, observadas suas atribuições legais e a legislação orçamentária e financeira.
CAPÍTULO VI - DO FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - FMSAN
Art. 19. Fica criado o Fundo Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - FMSAN, fundo especial de natureza contábil, destinado à captação, gestão orçamentária e aplicação de recursos em ações, programas e projetos vinculados à Política e ao PLANSAN Municipal.
Art. 20. O FMSAN será vinculado administrativamente ao órgão municipal responsável pela coordenação da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, cabendo ao Poder Executivo designar sua unidade gestora e seu ordenador de despesas, na forma da legislação aplicável.
Art. 21. Constituem receitas do FMSAN:
I - dotações orçamentárias consignadas no orçamento municipal e créditos adicionais que lhe sejam destinados;
II - recursos transferidos pela União, pelo Estado ou por outros entes públicos para ações de Segurança Alimentar e Nutricional;
III - recursos oriundos de convênios, acordos, ajustes, termos de cooperação e instrumentos congêneres;
IV - doações, legados, auxílios, subvenções e contribuições de pessoas físicas ou jurídicas, observada a legislação aplicável;
V - rendimentos de aplicações financeiras de seus recursos, quando admitidos; e
VI - outras receitas legalmente destinadas ao Fundo.
Art. 22. Os recursos do FMSAN serão aplicados exclusivamente em ações, programas e projetos de Segurança Alimentar e Nutricional, observadas as prioridades do PLANSAN Municipal, o planejamento orçamentário e a legislação financeira.
§ 1º A gestão financeira e a ordenação das despesas do FMSAN competem exclusivamente à unidade gestora designada pelo Poder Executivo.
§ 2º O COMSEA exercerá o acompanhamento e o controle social da aplicação dos recursos do Fundo, mediante acesso a demonstrativos de execução e emissão de recomendações, sem prejuízo das competências dos órgãos de controle interno e externo.
§ 3º A CAISAN Municipal proporá, em articulação com os órgãos executores, as prioridades anuais de aplicação dos recursos, compatibilizando-as com o PLANSAN Municipal e com as leis orçamentárias.
Art. 23. A unidade gestora do FMSAN manterá controle contábil, orçamentário e financeiro próprio, observadas a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, e as demais normas de finanças públicas aplicáveis.
Art. 24. O Poder Executivo regulamentará o funcionamento, os procedimentos administrativos, a prestação de contas e os mecanismos operacionais do FMSAN.
CAPÍTULO VII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS
Art. 25. O Poder Executivo assegurará suporte administrativo, técnico e, dentro das disponibilidades orçamentárias, financeiro ao funcionamento do COMSEA, da CAISAN Municipal e da Conferência Municipal.
Art. 26. Os atuais membros do COMSEA permanecerão no exercício de suas funções até a designação da composição prevista nesta Lei, que deverá ocorrer no prazo máximo de 90 (noventa) dias, preservada a continuidade institucional.
Art. 27. O Regimento Interno do COMSEA será adequado a esta Lei no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado da nova composição, e o Regimento Interno da CAISAN Municipal será aprovado no prazo máximo de 90 (noventa) dias contado de sua instalação.
Art. 28. O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber, no prazo máximo de 90 (noventa) dias contado de sua publicação.
Art. 29. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário, observada a legislação fiscal e orçamentária.
Art. 30. Fica revogada a Lei Municipal nº 327, de 19 de maio de 2022.
Art. 31. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita, Passagem/RN, 22 de Setembro de 2026.

WEDNA MARIA TAVARES MENDONÇA DE ARAÚJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Eudes de Souza Alves
Código Identificador:7F589960

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 392 DE 15 DE SETEMBRO DE 2026

LEI Nº 392 DE 15 DE SETEMBRO DE 2026

Institui o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – COMDIM, cria o Fundo Municipal dos Direitos das Mulheres – FMDM e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PASSAGEM, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprova e ela sanciona a seguinte Lei:
CAPÍTULO I
DA INSTITUIÇÃO

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Passagem/RN, o **Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – COMDIM**, órgão colegiado permanente, deliberativo, consultivo, fiscalizador, propositivo e de controle social das políticas públicas destinadas à promoção, proteção, garantia e defesa dos direitos das mulheres.
Parágrafo único. O COMDIM constitui instância permanente de participação democrática da sociedade na formulação, acompanhamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas para as mulheres, observados os princípios da igualdade de gênero, da equidade, da participação social, da transversalidade das políticas públicas, da laicidade do Estado, do respeito à diversidade e da dignidade da pessoa humana.
Art. 2º O COMDIM ficará vinculado à Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação e Assistência Social para fins de apoio administrativo, técnico, material e orçamentário, preservada sua autonomia deliberativa e funcional.

Parágrafo único. A vinculação administrativa prevista no caput não implica subordinação das manifestações, recomendações e deliberações do Conselho ao órgão gestor municipal.

CAPÍTULO II
DOS OBJETIVOS

Art. 3º O COMDIM tem por finalidade promover, defender e contribuir para a garantia dos direitos das mulheres, participando da formulação, acompanha neste a avaliação das políticas públicas municipais e contribuindo para a implementação das políticas estaduais e nacionais voltadas à promoção da igualdade de gênero e ao enfrentamento de todas as formas de discriminação e violência contra mulheres e meninas.

CAPÍTULO III
DAS COMPETÊNCIAS

Art. 4º Compete ao COMDIM:

I – formular e propor diretrizes para a Política Municipal para as Mulheres;

II – acompanhar, monitorar e avaliar a execução das políticas públicas destinadas às mulheres;

III – propor programas, projetos e ações voltados à promoção da igualdade de gênero;

IV – acompanhar, no âmbito municipal, a implementação das políticas nacionais e estaduais destinadas às mulheres;

V – propor medidas destinadas à prevenção, enfrentamento e erradicação da violência doméstica, familiar, institucional, política, sexual, patrimonial, psicológica, moral, obstétrica, digital e das demais formas de violência contra mulheres e meninas;

VI – acompanhar, no âmbito de suas atribuições, a implementação da Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha, e das demais normas de proteção aos direitos das mulheres;

VII – participar da elaboração, acompanhamento e avaliação do Plano Municipal de Políticas para as Mulheres;

VIII – acompanhar a elaboração do Plano Plurianual – PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e da Lei Orçamentária Anual – LOA, podendo propor a inclusão de ações e recursos destinados às políticas públicas para as mulheres;

IX – estimular a realização de estudos, pesquisas e diagnósticos sobre a situação das mulheres no Município;

X – promover e apoiar campanhas educativas de prevenção à violência, combate à discriminação e promoção da igualdade de gênero;

XI – participar da organização das Conferências Municipais de Políticas para as Mulheres;

XII – incentivar a criação e o fortalecimento da Rede Municipal de Proteção e Atendimento às Mulheres;

XIII – acompanhar o funcionamento dos serviços de atendimento às mulheres existentes no Município;

XIV – articular ações com os órgãos municipais responsáveis pelas políticas públicas para as mulheres, outros Conselhos Municipais, Ministério Público, Defensoria Pública, Poder Judiciário, órgãos de segurança pública, universidades, entidades e organizações da sociedade civil;

XV – receber reclamações, representações, comunicações e denúncias relacionadas à violação dos direitos das mulheres, encaminhando-as aos órgãos competentes e acompanhando, quando possível, as providências adotadas, resguardados a intimidade, o sigilo e a proteção dos dados pessoais das pessoas envolvidas;

XVI – colaborar, em caráter consultivo, com o Poder Executivo na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas, programas e ações dirigidas às mulheres, especialmente nas áreas de saúde integral da mulher, assistência social, prevenção e enfrentamento da violência, atendimento às mulheres em situação de violência, educação, trabalho, emprego e renda, habitação, cultura, esporte e lazer;

XVII – elaborar e aprovar seu Regimento Interno;

XVIII – expedir resoluções no âmbito de suas atribuições;

XIX – exercer outras atribuições compatíveis com sua natureza e finalidade, observada a legislação aplicável.

§ 1º O recebimento e o encaminhamento de reclamações, representações, comunicações ou denúncias pelo COMDIM não substituem as atribuições dos órgãos legalmente competentes.

§ 2º É vedado ao COMDIM realizar investigação criminal, apuração disciplinar, interrogatório ou qualquer atividade privativa dos órgãos de persecução penal, fiscalização, controle ou responsabilização administrativa.

CAPÍTULO IV
DA COMPOSIÇÃO E DO MANDATO

Art. 5º O COMDIM será composto por **6 (seis) integrantes titulares e igual número de suplentes**, observada a paridade entre representantes do Poder Público e da sociedade civil.

I – 3 (três) representantes do Poder Público Municipal, provenientes dos seguintes órgãos:

a) Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação e Assistência Social;

b) Secretaria Municipal de Saúde;

c) Secretaria Municipal de Educação.

II – 3 (três) representantes da sociedade civil, escolhidas entre entidades, movimentos, coletivos ou organizações com atuação no Município, preferencialmente vinculadas a:

a) organizações de mulheres;

b) associações comunitárias ou de trabalhadoras rurais; e

c) organizações com atuação nas áreas de direitos humanos, assistência social, saúde, educação ou defesa dos direitos das mulheres.

§ 1º Cada integrante titular terá uma suplente.

§ 2º As representantes do Poder Público serão indicadas pelos respectivos órgãos.

§ 3º As representantes da sociedade civil serão escolhidas em assembleia pública convocada por edital.

§ 4º O edital referido no § 3º será publicado no Diário Oficial e divulgado nos meios oficiais do Município com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

§ 5º Na ausência de entidades formalmente constituídas, poderão participar do processo de escolha movimentos, coletivos e grupos comunitários com atuação comprovada no Município.

§ 6º As integrantes titulares e respectivas suplentes serão nomeadas por ato da Chefe do Poder Executivo.

Art. 6º O mandato das integrantes do COMDIM será de 2 (dois) anos, permitida uma recondução por igual período.

§ 1º A recondução das representantes da sociedade civil dependerá de novo processo de escolha, na forma desta Lei.

§ 2º As integrantes permanecerão no exercício de suas funções até a posse das respectivas sucessoras, quando necessária à preservação da continuidade das atividades do Conselho.

Art. 7º Perderá o mandato a integrante do COMDIM que:

I – renunciar;

II – deixar de integrar o órgão, entidade, movimento, coletivo ou segmento que representa;

III – faltar injustificadamente a 3 (três) reuniões consecutivas ou 5 (cinco) alternadas no período de 12 (doze) meses;

IV – praticar ato incompatível com as finalidades institucionais do Conselho;

V – utilizar a função para obtenção de vantagem indevida;

VI – violar dever de sigilo decorrente do exercício da função.

§ 1º Nas hipóteses dos incisos III a VI, deverão ser assegurados à integrante o contraditório e a ampla defesa.

§ 2º Ocorrendo vacância do mandato da titular, assumirá a respectiva suplente pelo período remanescente.

§ 3º Na impossibilidade de assunção pela suplente:

I – tratando-se de representação do Poder Público, o órgão respectivo indicará nova representante;

II – tratando-se de representação da sociedade civil, será adotado procedimento de substituição na forma prevista em regulamento e no Regimento Interno, preservada a representatividade do segmento.

CAPÍTULO V
DA ORGANIZAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO

Art. 8º O COMDIM elegerá, entre suas integrantes titulares, uma Presidente e uma Vice-Presidente.

§ 1º A Presidência e a Vice-Presidência serão exercidas na forma disciplinada pelo Regimento Interno.

§ 2º Deverá ser observada, na composição da direção do Conselho, a alternância entre representantes do Poder Público e da sociedade civil.

Art. 9º A Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação e Assistência Social disponibilizará apoio de Secretaria Executiva ao COMDIM, mediante designação de servidora, sem prejuízo das atribuições próprias de seu cargo.

Parágrafo único. A Secretaria Executiva exercerá funções exclusivamente administrativas e de apoio ao funcionamento do Conselho, não integrando a Mesa Diretora na condição de função eletiva.

Art. 10. O COMDIM reunir-se-á:
I – ordinariamente, uma vez por mês; e
II – extraordinariamente, quando convocado pela Presidente ou por, no mínimo, um terço de suas integrantes.

CAPÍTULO VI
DAS REUNIÕES E DELIBERAÇÕES

§ 1º O quórum de instalação das reuniões será de maioria absoluta das integrantes em exercício.
§ 2º As deliberações serão tomadas por maioria simples das integrantes presentes, ressalvadas as hipóteses para as quais esta Lei ou o Regimento Interno exijam quórum qualificado.
§ 3º Em caso de empate, a Presidente exercerá voto de qualidade.
§ 4º As reuniões serão públicas, ressalvadas as hipóteses que envolvam dados pessoais, informações protegidas por sigilo ou situações em que a preservação da intimidade das pessoas envolvidas recomende restrição de acesso.
§ 5º As deliberações institucionais do COMDIM serão formalizadas por resolução.

CAPÍTULO VII
DAS COMISSÕES TEMÁTICAS

Art. 11. O COMDIM poderá constituir comissões permanentes ou temporárias destinadas ao estudo, acompanhamento e proposição de medidas relacionadas às políticas públicas para as mulheres, especialmente nas áreas de:
I – enfrentamento à violência contra as mulheres;
II – saúde integral da mulher;
III – educação para a igualdade de gênero;
IV – autonomia econômica, trabalho e empreendedorismo feminino;
V – participação política das mulheres;
VI – direitos humanos e diversidade.

Parágrafo único. A composição, funcionamento e atribuições das comissões serão disciplinados pelo Regimento Interno ou pelo ato que as instituir.

CAPÍTULO VIII
DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS MULHERES – FMDM
Art. 12. Fica criado o **Fundo Municipal dos Direitos das Mulheres – FMDM**, fundo especial de natureza contábil, vinculado à Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação e Assistência Social, destinado ao financiamento de programas, projetos, serviços e ações de promoção, proteção e defesa dos direitos das mulheres.
Art. 13. O FMDM tem por finalidade assegurar recursos destinados à implementação das políticas públicas municipais para as mulheres, do Plano Municipal de Políticas para as Mulheres e das ações de prevenção e enfrentamento de todas as formas de violência contra mulheres e meninas.
Art. 14. Constituem receitas do Fundo Municipal dos Direitos das Mulheres – FMDM:
I – dotações consignadas anualmente no orçamento do Município e créditos adicionais que lhe forem destinados;
II – transferências da União, do Estado do Rio Grande do Norte e de outros entes públicos;
III – recursos oriundos de convênios, acordos, termos de cooperação, instrumentos congêneres e parcerias celebradas na forma da legislação;
IV – doações de pessoas físicas ou jurídicas, observada a legislação aplicável;
V – contribuições, subvenções, auxílios e legados legalmente admitidos;
VI – rendimentos provenientes de aplicações financeiras dos recursos do próprio Fundo;
VII – recursos provenientes de campanhas, eventos, conferências e ações de arrecadação legalmente admitidas;
VIII – recursos decorrentes de emendas parlamentares;
IX – outras receitas que lhe forem legalmente destinadas.

Art. 15. Os recursos do FMDM serão aplicados prioritariamente em:
I – programas e ações de promoção da igualdade de gênero;
II – ações de prevenção e enfrentamento da violência contra mulheres e meninas;
III – campanhas educativas e de conscientização;
IV – capacitação de profissionais integrantes da rede de atendimento às mulheres;
V – fortalecimento da Rede Municipal de Proteção e Atendimento às Mulheres;
VI – realização de pesquisas, estudos e diagnósticos sobre a condição das mulheres no Município;
VII – apoio à realização das Conferências Municipais de Políticas para as Mulheres;
VIII – ações destinadas à autonomia econômica, inclusão produtiva, qualificação profissional, trabalho, emprego, renda e empreendedorismo feminino;
IX – projetos de promoção da saúde integral das mulheres;
X – ações de estímulo à participação social e ao fortalecimento do controle social.

Art. 16. É vedada a utilização dos recursos do FMDM para:
I – pagamento de remuneração, gratificação ou jeton às integrantes do COMDIM;
II – despesas estranhas às políticas públicas destinadas às mulheres;
III – financiamento de atividades político-partidárias ou eleitorais;
IV – pagamento permanente de pessoal integrante do quadro regular da Administração Municipal, ressalvadas as hipóteses legalmente admitidas em projeto específico;
V – concessão direta de recursos a pessoas físicas sem programa público regularmente instituído e sem critérios objetivos de controle.

Art. 17. A gestão administrativa, orçamentária, financeira e contábil do FMDM será exercida pela Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação e Assistência Social.
§ 1º A ordenação das despesas caberá à autoridade legalmente competente ou formalmente designada.
§ 2º Compete ao COMDIM aprovar as diretrizes, prioridades e o plano anual de aplicação dos recursos, bem como acompanhar e fiscalizar sua execução.
§ 3º A aprovação do plano anual de aplicação pelo COMDIM não substitui os atos administrativos, contábeis, orçamentários, financeiros, licitatórios e contratuais exigidos pela legislação.
§ 4º O órgão gestor apresentará ao COMDIM relatórios quadrimestrais de execução orçamentária e financeira do Fundo.
§ 5º O FMDM terá conta bancária específica, observadas as normas aplicáveis à Administração Pública e à execução orçamentária e financeira municipal.

CAPÍTULO IX
DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL

Art. 18. O COMDIM participará da organização da Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres, em conjunto com o Poder Executivo e a sociedade civil, observadas as diretrizes nacionais e estaduais e a capacidade administrativa e orçamentária do Município.

CAPÍTULO X
DO REGIMENTO INTERNO
Art. 19. O COMDIM elaborará e aprovará seu Regimento Interno no prazo de até 90 (noventa) dias, contado da data de sua instalação.
§ 1º O Regimento Interno será aprovado por maioria absoluta das integrantes em exercício.
§ 2º O ato de aprovação do Regimento Interno será publicado no Diário Oficial do Município.

CAPÍTULO XI
DO APOIO ADMINISTRATIVO

Art. 20. O Poder Executivo assegurará ao COMDIM, por intermédio da Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação e Assistência Social, de acordo com a disponibilidade administrativa e orçamentária:
I – local adequado para realização das reuniões;
II – apoio técnico e administrativo;
III – apoio de Secretaria Executiva;
IV – equipamentos e materiais necessários ao funcionamento;

V – publicação dos atos oficiais do Conselho.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não implica criação automática de cargos, empregos ou funções públicas.

Art. 21. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário, na forma da legislação vigente.

CAPÍTULO XII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 22. O COMDIM desenvolverá suas atividades em consonância com a Constituição Federal e com a legislação e políticas públicas aplicáveis à promoção e proteção dos direitos das mulheres, especialmente:
I – a Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha;
II – a Lei Federal nº 14.192, de 4 de agosto de 2021;
III – as políticas nacionais de proteção e promoção dos direitos das mulheres;
IV – as políticas estaduais de proteção e promoção dos direitos das mulheres;
V – o Plano Municipal de Políticas para as Mulheres, quando instituído;
VI – as demais normas e instrumentos de planejamento aplicáveis à matéria.

Art. 23. O Poder Executivo adotará as providências necessárias à instalação do COMDIM no prazo de até 90 (noventa) dias, contado da publicação desta Lei.
Art. 24. O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei por decreto, especialmente quanto:
I – ao processo de escolha das representantes da sociedade civil;
II – à operacionalização administrativa, orçamentária, financeira e contábil do FMDM;
III – à elaboração e execução do plano anual de aplicação dos recursos;
IV – à prestação de contas dos recursos do Fundo;
V – às demais medidas necessárias à execução desta Lei.
Art. 25. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita, Passagem/RN, 22 de Setembro de 2026.

WEDNA MARIA TAVARES MENDONÇA DE ARAÚJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Eudes de Souza Alves
Código Identificador:CA3B02BB

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 03/2026 - SME

Institui o Horário Nobre da Leitura nas instituições da Rede Municipal de Ensino de Passagem/RN e estabelece diretrizes para sua organização e desenvolvimento.

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PASSAGEM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente,
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.696, de 12 de julho de 2018, que institui a Política Nacional de Leitura e Escrita;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência;
CONSIDERANDO as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, especialmente no que se refere ao desenvolvimento das competências relacionadas à leitura, à linguagem, ao repertório cultural e à formação integral dos estudantes;
CONSIDERANDO a Portaria nº 1.583/2023 da Secretaria de Estado da Educação do Rio Grande do Norte – SEEC/RN, que institui o Horário Nobre da Leitura nas escolas da Rede Estadual de Ensino;
CONSIDERANDO a importância da leitura para o desenvolvimento da aprendizagem, da criatividade, da autonomia, do pensamento crítico, da oralidade e da ampliação do repertório cultural dos estudantes;
CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer, no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Passagem/RN, uma política permanente de incentivo à leitura e de formação de leitores;
RESOLVE:
Art. 1º Instituir o **HORÁRIO NOBRE DA LEITURA** em todas as instituições da Rede Municipal de Ensino de Passagem/RN.
§ 1º O Horário Nobre da Leitura constitui uma ação pedagógica permanente destinada ao fortalecimento da cultura leitora, ao desenvolvimento do protagonismo dos estudantes e à formação de leitores autônomos, críticos e participativos.
§ 2º Todas as instituições da Rede Municipal de Ensino deverão dedicar, **semanalmente**, um momento específico para a realização de atividades de leitura, durante todo o ano letivo.
Art. 2º O Horário Nobre da Leitura deverá ser desenvolvido na **Educação Infantil e no Ensino Fundamental**, abrangendo todos os turnos de funcionamento das instituições da Rede Municipal de Ensino.
§ 1º A atividade deverá envolver estudantes, professores, gestores, coordenadores pedagógicos e, sempre que possível, os demais profissionais da comunidade escolar.
§ 2º Na Educação Infantil, as práticas deverão respeitar as especificidades da faixa etária, priorizando experiências lúdicas, contação de histórias, leitura de imagens, literatura infantil, oralidade e mediação de leitura.
Art. 3º Cada unidade escolar terá autonomia para estabelecer o **dia e o horário** destinados ao Horário Nobre da Leitura, observando sua organização pedagógica e garantindo que a ação seja realizada de forma regular e sistemática.
§ 1º O cronograma deverá ser elaborado pela gestão e pela coordenação pedagógica da unidade escolar e divulgado previamente aos professores, estudantes e demais profissionais.
§ 2º Sempre que possível, o Horário Nobre da Leitura deverá ocorrer simultaneamente entre as turmas de cada unidade escolar, caracterizando-se como um momento coletivo de valorização da leitura.
Art. 4º As atividades deverão contemplar uma ampla diversidade de gêneros e manifestações literárias e culturais, incluindo, entre outros:
I – literatura infantil e infantojuvenil;
II – contos e crônicas;
III – poemas e poesias;
IV – cordéis e literatura popular;
V – fábulas, lendas e parlendas;
VI – histórias em quadrinhos e tirinhas;
VII – textos dramáticos;
VIII – textos jornalísticos;
IX – biografias;
X – letras de músicas;
XI – literatura de tradição oral;
XII – obras de autores brasileiros, potiguares e locais.
Art. 5º As unidades escolares deverão incentivar especialmente a leitura e o conhecimento das obras de **autores potiguares**, valorizando a literatura, a cultura, a história e a identidade do Rio Grande do Norte, bem como incentivar o contato com produções de autores e artistas da região.
Art. 6º Para o desenvolvimento das atividades poderão ser utilizados os acervos disponíveis nas unidades escolares, inclusive obras literárias recebidas por meio do **Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD**, bibliotecas, salas de leitura, cantinhos de leitura e demais materiais pedagógicos adequados à faixa etária dos estudantes.
Art. 7º O Horário Nobre da Leitura poderá compreender diferentes estratégias de incentivo e mediação, tais como leitura individual, leitura compartilhada, leitura coletiva, leitura deleite, rodas de leitura, contação de histórias, dramatizações, saraus, recitais, encontros com escritores, apresentações literárias e outras práticas que favoreçam o prazer e o interesse pela leitura.
Art. 8º As unidades escolares deverão assegurar a **inclusão e a acessibilidade** dos estudantes com deficiência nas atividades do Horário Nobre da Leitura, mediante estratégias, recursos e materiais

acessíveis, observadas as necessidades educacionais específicas dos estudantes.
Art. 9º O Horário Nobre da Leitura terá caráter essencialmente **formativo, cultural e de incentivo à leitura**, não devendo ser utilizado exclusivamente para realização de exercícios, provas, atribuição de notas ou outras formas de avaliação quantitativa.
Art. 10. Compete à **gestão escolar e à coordenação pedagógica** de cada unidade:
I – organizar o cronograma semanal do Horário Nobre da Leitura;
II – orientar e mobilizar professores e demais profissionais;
III – acompanhar a realização das atividades;
IV – estimular práticas diversificadas de mediação de leitura;
V – incentivar a utilização dos acervos literários existentes na escola;
VI – promover ações que valorizem escritores, contadores de histórias, artistas e manifestações culturais locais e regionais.
Art. 11. Compete à **Secretaria Municipal de Educação de Passagem/RN, por meio da Coordenação Geral Pedagógica**, orientar, acompanhar e monitorar a implementação do Horário Nobre da Leitura nas instituições da Rede Municipal de Ensino, podendo expedir orientações pedagógicas complementares para sua execução.
Art. 12. As unidades escolares deverão inserir o Horário Nobre da Leitura em seu planejamento pedagógico, garantindo sua realização de forma contínua durante o ano letivo.
Art. 13. Os casos omissos e as situações excepcionais relacionados à execução desta Portaria serão analisados e deliberados pela Secretaria Municipal de Educação.
Art. 14. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Passagem/RN, 15 de setembro de 2026.

ANA LUCÉLIA CHAVES
Secretária Municipal de Educação
Passagem/RN

Publicado por:
Edilson Amâncio Lima
Código Identificador:8424345B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 028/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2026 TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Considerando a informação do setor responsável sobre a existência de disponibilidade de dotação específica no orçamento vigente, apropriada para a devida execução do objeto a ser contratado.

Considerando o parecer jurídico da Procuradoria Geral do Município que opina pela legalidade da contratação direta por meio de dispensa de licitação, nos moldes do art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021.

AUTORIZO a contratação direta por meio de Dispensa de Licitação, nos termos do Art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, objetivando:

Contratação de empresa especializada no fornecimento de equipamentos médico-hospitalares, destinado ao atendimento das necessidades da rede municipal de saúde de Patu/RN.

CREDOR: FP COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME - CNPJ nº 07.366.605/0001-40.
VALOR: R$ 26.726,80 (Vinte e seis mil, setecentos e vinte e seis reais e oitenta centavos).

Proceda-se com a publicação do ato competente na imprensa oficial.

Patu/RN, 28 de agosto de 2026.

EDNARDO BENÍGNO DE MOURA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cayo Bruno Dantas Cavalcante
Código Identificador:A4009160

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 534/2026 - ALTERA A COMPOSIÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO - CMDCA

PORTARIA 534/2026, de 16 de setembro de 2026.

Altera a Portaria nº 160/2026 da composição de membros do conselho Municipal dos direitos da criança e do adolescente – CMDCA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO-RN, MARINA TEODORO DA TRINDADE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, com fundamento no disposto no art. 37, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR os seguintes membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para o biênio 2025/2026, com prazo de encerramento na data 07/04/2027:

PODER PÚBLICO
Secretaria Municipal de Educação:
Titular: Andrea Caliana Pereira Pinto
Suplente: Eloiza Maciel Silva

Secretaria Municipal de Saúde:
Titular: Ramyres Stephane costa silva
Suplente: Gabriela Queiroz

Secretaria Municipal de assistência Social:
Titular: Joelson Felipe da Silva Fernandes
Suplente: Ivone Teodoro da Trindade

SOCIEDADE CIVIL
Representante de Igreja Católica – Segmento Religioso:
Titular: Francina Tomáz de Oliveira
Suplente: Luiza Amália Braz

Representante da Associação Educativa, Cultural de esporte e Lazer de Pedro Avelino:
Titular: Luiz Cassimiro Junior
Suplente: Raimundo Nonato da Silva

Titular: Jose Inácio da Silva Junior
Suplente: Ronivaldo Ferreira da Silva

Art. 2º - O serviço prestado pelos membros ora nomeado, será considerado de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.
Art. 3º - O mandato dos membros nomeados no art. 1º desta portaria, será de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução.
Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 16 de setembro de 2026, revogadas as disposições em contrário.
Art. 5º - Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Pedro Avelino/RN, 16 de setembro de 2026.

MARINA TEODORO DA TRINDADE
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Gustavo Henrique França de Sena
Código Identificador:232912EC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 535/2026 - EXONERAÇÃO

PORTARIA Nº 535/2026 – GP, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO (RN), **MARINA TEODORO DA TRINDADE**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:
Art. 1º EXONERAR **GILMAR RODRIGUES DE FRANÇA** do cargo de **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR**, integrante da estrutura administrativa do Município, nos termos da **Lei Municipal nº 1.034/2026**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Pedro Avelino/RN, 22 de setembro de 2026.

MARINA TEODORO DA TRINDADE
Prefeita Municipal

Publicado por:
Meireane Alves Miranda
Código Identificador:D14529F6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 003/2026 - DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA 4ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE PEDRO AVELINO/RN

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 003/2026

Dispõe sobre a convocação da 4ª Conferência Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente do município de Pedro Avelino/RN no Estado do Rio Grande do Norte, e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE PEDRO AVELINO/RN (CMDCA), DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhe confere à Lei Municipal nº 906/2023;
CONSIDERANDO a Resolução nº 276/2025 do Conselho Nacional dos Direitos da criança e do Adolescente (CONANDA);
CONSIDERANDO a Resolução nº 158/2026 do Conselho Estadual dos Direitos da criança e do Adolescente (CONSEC) do Rio Grande do Norte;
CONSIDERANDO a deliberação do seu colegiado, em reunião ordinária realizada no dia 16 de setembro de 2026;
RESOLVE:
Art. 1º - Fica convocada a 4ª Conferência Municipal dos Direitos da criança e do Adolescente, com a finalidade de promover a democracia participativa e o fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e de Adolescentes.
Art. 2º - A 4ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente terá como tema central: *"Fortalecendo o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescentes (SGDCA) e a Democracia Participativa".*
Parágrafo Único: A 4ª Conferência Municipal dos Direitos da criança e do Adolescente está organizada em seis eixos estratégicos que orientam os debates:
Eixo 1: Aprimoramento do controle social e fortalecimento da participação social.
Eixo 2: Fortalecimento dos Conselho Tutelares.
Eixo 3: Promoção da convivência familiar e comunitária.
Eixo 4: Prevenção e enfrentamento das violências.
Eixo 5: Prevenção e erradicação do trabalho infantil e proteção de adolescentes no trabalho.
Eixo 6: Aprimoramento da execução das medidas socioeducativas.
Art. 3º - Os objetivos gerais e específicos desta conferência compreendem:
I. Objetivo Geral:
Sensibilizar, conscientizar e mobilizar a sociedade do Estado do Rio Grande do Norte para o fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) visando à promoção, proteção, defesa e controle social das políticas, programas e ações voltadas à infância e adolescência, com base no respeito às diversidades e pluralidades, e no fortalecimento da Democracia Participativa.
II. Objetivos Específicos
1.Aprimoramento do controle social e fortalecimento da participação social;
2.Fortalecimento dos Conselhos Tutelares;
3.Promoção da Convivência Familiar e Comunitária;
4.Prevenção e enfrentamento das violências;
5.Prevenção e erradicação do trabalho infantil e proteção de adolescentes no trabalho;
6.Aprimoramento da execução das medidas socioeducativas.
Art. 4º. – A composição de todas as etapas da conferência deverá garantir a participação mínima de 50% de crianças e adolescentes, respeitando a diversidade e assegurando-lhes o direito de participar na condição de delegados e delegadas com poder de voz e voto.
Art. 5º. A 4ª Conferência Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente do município de Pedro Avelino/RN, será realizada no dia 04 de novembro de 2026, e suas etapas acontecerão de acordo com o cronograma nacional estabelecido na Resolução nº 276/2025 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA);
Parágrafo único. A composição de todas as etapas da conferência deverá garantir a participação mínima de 50% de crianças e adolescentes, respeitando a diversidade e assegurando-lhes o direito de participar na condição de delegados e delegadas com poder de voz e voto.
Art. 6º. A Comissão Organizadora da Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, instituída de acordo com a Resolução nº 004/2026, de 16 de setembro de 2026, contará com a seguinte composição:
a) **ANDREA CALIANA PEREIRA PINTO –** Governo
b) **RAMYRES STEPHANE COSTA SILVA –** Governo
c) **IVONE TEODORO DA TRINDADE –** Governo
d) **RAIMUNDO NONATO DA SILVA -** Sociedade Civil
e) **JOSÉ INÁCIO DA SILVA JÚNIOR -** Sociedade Civil
f) **JOSÉ AMÉRICO TEODORO JUNIOR –** Sociedade Civil
g) **LUIZ FERNANDES DE MORAIS** – 13 anos
h) **ANTÔNIO FERNANDES VARELA DA SILVA NETO** – 11 anos
i) **ANNA LETÍCIA ALVES DOS SANTOS** – 12 anos
j) **PAULO VITOR VILA BARACHO** – 12 anos
k) **ERIVAN MEDINO DA SILVA** – Comunidade Quilombola
l) **NELSON RODRIGUES JUNIOR** – Conselho Tutelar

Parágrafo Único. A Comissão Organizadora poderá convidar profissionais do setor público e privado, que desenvolvam atividades relacionadas ao tema objeto da 4ª Conferência, quando entender relevante para a consecução das suas finalidades.

Art. 7º. Caberá à Comissão Organizadora da 4ª Conferência Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente do município de Pedro Avelino/RN:
1.Planejar, coordenar e supervisionar a execução de todas as etapas da 13ª Conferência
Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente;
2.Definir a metodologia de escuta qualificada para crianças e adolescentes;
3.Realizar a mobilização do público-alvo e das redes de proteção;

4.Promover orientação técnica aos municípios para a realização de suas etapas locais e acompanhar a sistematização dos relatórios e propostas que subsidiarão a etapa estadual;
5.Assegurar o uso da educomunicação como estratégia para garantir linguagem acessível e o engajamento crítico dos participantes.
Art. 8º. Caberá à Secretaria Municipal de Assistência Social, a qual este Conselho está vinculado administrativamente, a responsabilidade orçamentária e o apoio administrativo, necessário ao funcionamento da Comissão Organizadora e para realização de todas as etapas citadas no Art.5º desta resolução.
Art. 9º. Esta Resolução não esgota o assunto, podendo ocorrer eventuais complementações e alterações que se fizerem necessárias, a partir de subsídios do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do RN (CONSEC/RN), e das deliberações do colegiado municipal, visando qualificar o processo de debate, promover e ampliar os objetivos aqui definidos.
Art. 10. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 16 de setembro de 2026.

Pedro Avelino/RN, 16 de setembro de 2026.

JOELSON FELIPE DA SILVA FERNANDES
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Gustavo Henrique França de Sena
Código Identificador:DD6304E2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 004/2026 - DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO ORGANIZADORA DA 4ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE PEDRO AVELINO/RN.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 004/2026

Dispõe sobre a criação e composição da Comissão organizadora da 4ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Pedro Avelino/RN.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE PEDRO AVELINO/RN (CMDCA), DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhe confere à Lei Municipal nº 906/2023;
CONSIDERANDO a Resolução nº 276/2025 do Conselho Nacional dos Direitos da criança e do Adolescente (CONANDA);
CONSIDERANDO a Resolução nº 158/2026 do Conselho Estadual dos Direitos da criança e do Adolescente (CONSEC) do Rio Grande do Norte;
CONSIDERANDO a deliberação do seu colegiado, em reunião ordinária realizada no dia 16 de setembro de 2026;
RESOLVE:
Art. 1º - Criar a Comissão Organizadora da 4ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Pedro Avelino/RN.
Art. 2º - A Comissão Organizadora será composta pelos (as) conselheiros (as):
a) **ANDREA CALIANA PEREIRA PINTO –** Governo
b) **RAMYRES STEPHANE COSTA SILVA –** Governo
c) **IVONE TEODORO DA TRINDADE –** Governo
d) **RAIMUNDO NONATO DA SILVA -** Sociedade Civil
e) **JOSÉ INÁCIO DA SILVA JÚNIOR -** Sociedade Civil
f) **JOSÉ AMÉRICO TEODORO JUNIOR –** Sociedade Civil
§ 1º - Os adolescentes **LUIZ FERNANDES DE MORAIS**, **ANTÔNIO FERNANDES VARELA DA SILVA NETO**, **ANNA LETÍCIA ALVES DOS SANTOS** e **PAULO VITOR VILA BARACHO** representarão as crianças e adolescentes do município de Pedro Avelino/RN nesta comissão.
§ 2º - A comisso contará com a colaboração direta de técnicos da Secretaria Municipal de Assistência Social, a qual este conselho está diretamente vinculado.
Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 16 de setembro de 2026.

Pedro Avelino/RN, 16 de setembro de 2026.

JOELSON FELIPE DA SILVA FERNANDES
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Gustavo Henrique França de Sena
Código Identificador:F3CD9CCE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇO BRANCO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 022/2026
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART.75, INCISO II DA LEI Nº 14.133/2021

OBJETO: Aquisição de kit de sonorização profissional para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação, garantindo suporte técnico às atividades pedagógicas, administrativas, culturais e institucionais desenvolvidas nas unidades escolares e demais espaços vinculados à rede municipal de ensino, proporcionando qualidade na reprodução de áudio durante eventos, reuniões, formações, apresentações e ações educativas.

DADOS DO AVISO DE DISPENSA	
PROCESSO DE DESPESA	022/2026
DATA E HORA DE INÍCIO DE RECEBIMENTO DE PROPOSTAS	Dia 23/09/2026, às 00:01h
DATA E HORA LIMITE PARA ENTREGA DA PROPOSTA DE PREÇOS DE FORMA PRESENCIAL	Até o dia 28/09/2026, às 14:00h
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	prefeituradepocobrancocpl@gmail.com
DATA E HORA LIMITE PARA ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS POR E-MAIL	Até o dia 28/09/2026, às 17:00h

O **MUNICÍPIO DE POÇO BRANCO/RN**, inscrito no CNPJ nº 08.311.904/0001-40, por intermédio do Agente de Contratação, nos termos do § 3º do artigo 73 da Lei nº 14.133/2021, **torna público aos interessados a abertura do período para o recebimento de Propostas** nos prazos constantes no Aviso da **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 022/2026**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, de acordo com as condições, critérios e procedimentos estabelecidos neste Aviso e no Termo de Referência, objetivando selecionar a Proposta mais vantajosa para a municipalidade.

ANEXO DESTE AVISO

ANEXO I – Termo de Referência.

Poço Branco/RN, em 22 de setembro de 2026.

VALÉRIO SAMPAIO CARNEIRO
Agente de Contratação

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 022/2026

1. DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO:

1.1 – Aquisição de kit de sonorização profissional para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação, garantindo suporte técnico às atividades pedagógicas, administrativas, culturais e institucionais desenvolvidas nas unidades escolares e demais espaços vinculados à rede municipal de ensino, proporcionando qualidade na reprodução de áudio durante eventos, reuniões, formações,

apresentações e ações educativas, consoante condições constantes no Termo de Referência, Anexo I deste Aviso de Dispensa.

2. REGÊNCIA LEGAL:

2.1 – As contratações através de Dispensa de Licitação no Município de Poço Branco/RN são regidas pelas seguintes normas:

a) LEI Nº 14.133/2021, artigo 75, inciso II;
b) DECRETO MUNICIPAL Nº 001/2024, de 15 de janeiro de 2024 e **DECRETO Nº 005/2024**, de 12 de março de 2024, que regulamentam a Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Poço Branco/RN e dá outras providências.

3. CONDIÇÕES GERAIS PARTICIPAÇÃO:

3.1 – Poderão participar desta Dispensa de Licitação, pessoa jurídica, regularmente estabelecida no país que atenda às condições exigidas neste Aviso e Anexo I, Termo de Referência, devendo pertencer ao ramo da atividade pertinente e compatível com o objeto pretendido.
3.2 – Não poderão participar desta Dispensa de Licitação os interessados:
a) Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente.
b) Que não atendam às condições deste Aviso e Termo de Referência;
c) Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
d) Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14º da Lei Federal n° 14.133/21;
e) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP atuando nessa condição (Acórdão n° 746/2014 - TCU Plenário);
f) Estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta pela Administração Pública Municipal, ou, ainda, penalidade imposta por qualquer órgão da Administração Pública, nas hipóteses previstas nos incisos III e IV do art. 156 da Lei n° 14.133/21.

4. DESCRIÇÃO E QUANTIDADE A SER CONTRATADO, PRAZOS E LOCAL DE EXECUÇÃO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1 – As informações relativas a descrição detalhada e quantidade a ser contratado, prazos e local de execução e dotação orçamentária estão elencadas no Termo de Referência, Anexo I deste Aviso.

5. PRAZO E FORMA DE ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

5.1 – **PRAZO DE ENTREGA DOS DOCUMENTOS**: Este Aviso de Dispensa de Licitação ficará aberto por um período de **03 (três) dias úteis**, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Município de Poço Branco/RN – DOM, Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte (FEMURN) e disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
5.2 – A Proposta de Preços e os documentos de Habilitação deverão, preferencialmente, ser encaminhados via e-mail, para o endereço eletrônico: prefeituradepocobrancocpl@gmail.com, fazendo referência no assunto do e-mail a "**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 022/2026**".
5.3 – A Proposta de Preço poderá ser entregue presencialmente, mediante protocolo no Departamento de Licitações e Contratos, no prédio sede da Prefeitura Municipal de Poço Branco/RN, na Avenida Nóbrega Machado, nº 999, Centro – Poço Branco/RN, CEP 59.560-000, de segunda à sexta, das 08:00h às 14:00h.

6. PROPOSTAS DE PREÇOS:

6.1 – A Proposta de Preços deverá ser apresentada na forma, prazo e condições estipuladas neste Aviso e seu Anexo I (Termo de Referência).
6.2 – A Proposta deverá ser redigida em papel timbrado do interessado, por meio mecânico ou informatizado, de forma clara e inequívoca, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, em estrita observância às especificações contidas neste Aviso e no Termo de Referência, assinada na última folha e rubricada nas demais pelo seu titular ou representante legal, devidamente identificado, nela constando, obrigatoriamente:
a) Razão Social, CNPJ, endereço, CEP, telefone/e-mail e pessoa para recebimento de comunicações relativas ao processo;
b) Preços de acordo com os praticados no mercado, dento do preço máximo que o Município de Poço Branco/RN se dispõe a pagar, em algarismo e por extenso, só reajustáveis na forma da lei, com valores expressos em moeda corrente nacional (R$). Ocorrendo divergência entre o preço em algarismo e o expresso por extenso, será levado em conta por extenso.
c) Prazo de validade de proposta não inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação, sendo facultado aos proponentes estender tal validade por prazo superior.
6.3 – A Proposta de Preços apresentada deverá incluir todas e quaisquer despesas necessárias para a execução do objeto desta Dispensa de Licitação, tais como: tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, fretes, seguros e demais despesas a incidir direta ou indiretamente sobre a prestação do serviço, mesmo que não estejam registrados nesse documento, devendo o preço ofertado corresponder rigorosamente às especificações do objeto, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços.
6.4 - A Proposta de Preços que não estiver em consonância com as exigências deste Aviso e/ou do Termo de Referência será desclassificada.
6.5 - Não serão aceitas Propostas que contenham preços manifestamente inexequíveis ou com valores (médio e/ou total) superiores aos fixados no item 1.1 do Termo de Referência.

7. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

7.1 – Para fins de comprovação da Habilitação Jurídica, Qualificação Técnica e Habilitação Fiscal, Social e Trabahista deverão ser apresentados junto com a Proposta de Preços, os documentos exigidos nos itens 8.2.1 a *8.2.3* do Termo de Referência com prazo vigente, à exceção daqueles que por sua natureza não contenham validade.

8. CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

8.1 – Para **PROPOSTAS DE PREÇOS**:
8.1.1 – As Propostas apresentadas em consonância com as exigências do Aviso serão classificadas e será declara vencedora a que apresentar o menor preço.
8.1.2 – Os interessados que apresentarem proposta de preços em desacordo com as exigências deste Aviso e no Termo de Referência será desclassificada.
8.2 – Documentos de **HABILITAÇÃO:**
8.2.1 – Será habilitado o proponente que atender a todas as condições e exigências contidas nos itens 8.2.1 a 8.2.3 do Termo de Referência, anexo I deste Aviso.
8.2.2 – Será inabilitada o proponente que não atender as condições exigidas no Termo de Referência, notadamente aos itens 8.2.1 a 8.2.3 do Termo de Referência.

9. OBIGAÇÕES, PENALIDADES E SANÇÕES:

9.1 – As obrigações, penalidades e sansões estão elencadas no Termo de Referência, Anexo I deste Aviso e são parte integrante independente de transcrição.

10. OBIGAÇÕES, PENALIDADES E SANÇÕES:

10.1 – O interessado não poderá alegar como justificativa para se eximir das obrigações assumidas, o desconhecimento das condições para participação desta Dispensa de Licitação.
10.2 – O presente Aviso poderá ser revogado, no todo em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.
10.3 - O presente Aviso poderá ser anulado, no todo em parte, caso ocorra ilegalidade, de oficio ou por provocação. A anulação do procedimento oriundo deste Aviso, não gera direito a indenização.

10.4 - Após a fase de classificação da proposta, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente, e desde que aceito pelo município de Poço Branco/RN.
10.5 - Ao apresentar a Proposta o interessado declara sob as penalidades da Lei, da inexistência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista, entre si e os responsáveis por esta Dispensa de Licitação, quer direta ou indiretamente.
10.6 - A apresentação de proposta pressupõe o pleno conhecimento, atendimento e aceitação integral e irretratável, por parte do interessado, das exigências e condições estabelecidas neste Aviso e no Termo de Referência.
10.7 - A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação/inabilitação do interessado que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato e/ou cancelamento da Ordem de Serviços, sem prejuízo de demais sanções cabíveis.
10.8 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Aviso, com fulcro no Art 183 da Lei Federal nº 14.133/2021, serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento, observando-se as seguintes disposições:
a) Os prazos expressos em dias corridos serão computados de modo contínuo;
b) Os prazos expressos em meses ou anos serão computados de data a data;
c) Nos prazos expressos em dias úteis, serão computados somente os dias em que ocorrer expediente administrativo no órgão ou entidade competente.
10.8.1 - Salvo disposição em contrário, considera-se dia do começo do prazo:
a) O primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização do Aviso de Dispensa de Licitação no Diário Oficial do Município de Poço Branco/RN – DOM, Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte (FEMURN) e disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Poço Branco/RN, em 22 de setembro de 2026.

VALÉRIO SAMPAIO CARNEIRO
Agente de Contratação

TERMO DE REFERENCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 853/2026.
OBJETO: Aquisição de kit de sonorização profissional para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação, garantindo suporte técnico às atividades pedagógicas, administrativas, culturais e institucionais desenvolvidas nas unidades escolares e demais espaços vinculados à rede municipal de ensino, proporcionando qualidade na reprodução de áudio durante eventos, reuniões, formações, apresentações e ações educativas.
UNIDADE REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, CULTURA E LAZER DE POÇO BRANCO/RN.

_____

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO
1.1. A estimativa das quantidades foi elaborada pelo setor demandante, com fundamento nas informações constantes no Documento de Formalização da Demanda (DFD), considerando o histórico de consumo de exercícios anteriores, as necessidades atuais da Administração e a projeção da demanda para o período de vigência da futura contratação, de forma a garantir o adequado atendimento do interesse público, a eficiência administrativa e o planejamento da contratação.
As especificações técnicas e os descritivos dos itens também foram definidos pelo setor demandante, por ser a unidade detentora do conhecimento técnico acerca das características, requisitos funcionais e peculiaridades dos bens necessários ao atendimento de suas atividades finalísticas. Dessa forma, as descrições foram elaboradas em conformidade com as necessidades efetivas da Administração, observando os princípios do planejamento, da motivação, da eficiência, da economicidade e do interesse público, previstos na Lei nº 14.133/2021, competindo ao setor demandante a responsabilidade pela definição das características técnicas indispensáveis ao objeto da contratação**,** nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

TABELA					
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**QUANT.**	**UNID.**	**V. UNIT. - ESTIMADO**	**V. TOTAL - ESTIMADO**
01	Kit de Sonorização Profissional composto por 02 (duas) caixas acústicas de 12 polegadas, sendo 01 (uma) caixa ativa e 01 (uma) caixa passiva, com potência total aproximada de 500 Watts RMS, amplificação integrada, conectividade USB e Bluetooth, entradas para microfone e instrumentos (P10), acompanhado de 02 (dois) suportes tipo pedestal/tripé para caixas acústicas e cabos P10 para interligação do sistema. Equipamento destinado à reprodução de áudio de alta qualidade em ambientes internos e externos.	02	Unid.	R$ 4.166,00	**R$ 8.332,00**
VALOR TOTAL ESTIMADO					**R$ 8.332,00**

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns.
1.3. O custo estimado total da contratação é de **R$ 8.332,00 (Oito mil, trezentos e trinta e dois reais)** conforme custos unitários apostos na tabela acima.
1.4. O prazo de vigência da contratação é de **04 (Quatro) meses**, contados da data da assinatura do contrato, na forma do art. 105 da Lei n°. 14.133/2021.
1.5. Ressalta-se que os valores estimados consignados no presente termo de referência decorrem exclusivamente da pesquisa de preços realizada pelo Setor de Compras, o qual assume integral responsabilidade pela metodologia adotada, pela composição do orçamento estimativo e pela fidedignidade das informações apresentadas, conforme detalhado no anexo específico devidamente assinado pelo responsável técnico pela elaboração, em estrita observância à legislação vigente, especialmente à Lei nº 14.133/2021, bem como às normas internas de controle e governança administrativa

2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos, encontra-se pormenorizada na necessidade do Município, registre-se que se enquadra na hipótese em que a elaboração do Estudo Técnico Preliminar – ETP é opcional, de acordo com o disposto no art. 28 do Decreto Municipal nº. 001/2024.
2.2. A necessidade da contratação, encontra-se pormenorizada nos autos, e de forma abreviada, A aquisição de kit de sonorização profissional justifica-se pela necessidade de dotar a Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Lazer de equipamentos capazes de atender, com qualidade e eficiência, às demandas relacionadas às atividades pedagógicas, administrativas, culturais, esportivas e institucionais desenvolvidas nas unidades escolares e demais espaços vinculados à Rede Municipal de Ensino.
Atualmente, as ações promovidas pela Secretaria envolvem a realização frequente de eventos educacionais, formações continuadas, reuniões, palestras, apresentações culturais, competições esportivas, solenidades, campanhas educativas, projetos pedagógicos e demais atividades que dependem de adequada estrutura de sonorização para assegurar a correta comunicação entre os participantes e o alcance dos objetivos institucionais. A inexistência ou insuficiência de equipamentos compatíveis compromete a qualidade dessas ações, dificultando a transmissão das informações, reduzindo a participação do público e impactando diretamente à execução das atividades planejadas.
A contratação permitirá que a Administração disponha de equipamentos modernos, confiáveis e compatíveis com as necessidades da Rede Municipal de Ensino, proporcionando melhor qualidade na reprodução de áudio, maior eficiência na realização dos eventos e maior autonomia na organização das atividades promovidas pelo Município, reduzindo a necessidade de contratações recorrentes de serviços de locação de equipamentos para demandas rotineiras.
Além disso, a aquisição contribuirá para o fortalecimento das políticas públicas voltadas à educação, ao esporte e à cultura, oferecendo melhores condições para o desenvolvimento de projetos e ações

institucionais, promovendo maior integração entre estudantes, profissionais da educação e comunidade escolar, bem como garantindo maior eficiência na utilização dos recursos públicos.
Dessa forma, a contratação mostra-se necessária e plenamente justificada, uma vez que possibilitará o adequado atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Lazer, contribuindo para a melhoria da infraestrutura de apoio às atividades educacionais e institucionais, em conformidade com os princípios da eficiência, da economicidade, do planejamento e da continuidade do serviço público previstos na Lei nº 14.133/2021.
2.3. Registre-se, que o Município não formalizou Plano de Contratações Anual – PCA, para este exercício.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A demanda possui quantitativo exato.
3.2. A aquisição será com fornecimento parcelado durante o período de **4 (quatro) MESES.**
3.3. O prazo de garantia dos bens será do fabricante mínimo de um ano de garantia, não podendo ser inferior àquele previsto pela Lei nº. 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), ou seja, deve cobrir todos os defeitos de fabricação e problemas relacionados ao uso normal do produto durante o período de sua predominância, inclusive peças e mão de obra.
3.4. O material a ser adquirido enquadra-se como bem comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº. 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº. 001/2024, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas, usualmente encontradas no mercado, podendo, portanto, ser licitado por meio da modalidade dispensa de licitação.
3.5. Os materiais especificados na tabela deste termo, **serão fornecidos, de acordo com a demanda da prefeitura e suas secretarias**, mediante apresentação de Ordem de Compra pela Prefeitura, a qual especificará quais dos itens acima serão solicitados, bem como seus respectivos quantitativos.
3.6. O Regime de execução, aplica-se em grupo, favorecendo a economia de escala.
3.6.1. A definição do objeto em item único mostra-se mais adequada em razão da necessidade de garantir a uniformidade da execução contratual, evitando possíveis incompatibilidades, divergências de especificações ou dificuldades de gerenciamento decorrentes da contratação de múltiplos fornecedores para um mesmo objeto.
3.6.2. Além disso, a concentração da contratação em um único fornecedor contribui para a otimização dos procedimentos administrativos, facilitando o acompanhamento, a fiscalização e a gestão contratual, bem como reduzindo riscos relacionados à coordenação entre diferentes empresas, assegurando maior eficiência e continuidade na execução do objeto pretendido.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.
4.2. Não haverá exigência garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº. 14.133/21.
4.3. Não haverá exigência de amostras, tendo em vista que envolvefornecimento de baixa complexidade.
4.4. No momento do recebimento do material, o fiscal do contrato, deverá observar os seguintes critérios:

A contratada deverá entregar o objeto em perfeitas condições: embalagens fechadas, bem conservadas, limpas e de qualidade;
Não será aceito a entrega de material danificado, rachado, arranhado ou sujo, sendo necessária a substituição domesmosem ônus para a contratante. Caso seja identificado deformidades nos produtos após a entrega, estes serão separados e devolvidos para a contratada;
Os critérios de sustentabilidade devem abranger cada fase do ciclo de vida do objeto quais sejam: produção, distribuição, uso e destinação final;
Em sujeição às normas técnicas, os materiais devem atender aos requisitos mínimos de utilidade, resistência e segurança e atender às normas técnicas aplicáveis ao objeto e divulgadas por órgãos oficiais competentes;
Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens;
Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, capacidade, fabricante, procedência e garantia, vinculam a Contratada;
O prazo de garantia dos produtos é aquele previsto na Lei nº. 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

4.5. As empresas Contratadas deverão ofertar preferencialmente produtos que atendam os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:
Serão observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares como também obedecer às normas e especificações técnicas da ABNT;
Os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
Para os itens de eletronicos, só será admitida a oferta de aparelhos elétricos em geral que possuam a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, na classe "A", nos termos da Portaria INMETRO n. 7. de 04/01/2011, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória.

5. DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

5.1. Os bens serão entregues de forma parcelada, no prazo de **10 (DEZ) DIAS CORRIDOS**, contados do recebimento da Ordem de Compra.
5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **03 (TRÊS) DIAS CORRIDOS** de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
5.3. Os bens deverão ser entregues no endereço constante em cada Ordem de Compra a ser recebida pela futura **CONTRATADA**, que será dentro da extensão territorial do Município de Poço Branco/RN.
5.4. O prazo de garantia dos bens será do fabricante, não podendo ser inferior àquele previsto pela Lei nº. 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).
5.5. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de **02 (DOIS) DIAS CORRIDOS**, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
5.6. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **02 (DOIS) DIAS CORRIDOS**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
5.7. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de **05 (CINCO) DIAS CORRIDOS**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
5.8. Na hipótese de a verificação a que se refere o Item 5.7 desse Termo de Referência, não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
5.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da execução, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
5.10. A contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos materiais que serão entregues;
5.11. Os locais para armazenamento dos materiais devem ser limpos, secos, ventilados, adequados e protegidos de impurezas, para evitar alterações na qualidade e durabilidade dos itens.

6. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL

6.1. O prazo de garantia contratual dos bens, será o prazo previsto no art. 26 do Código de Defesa do Consumidor, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
6.2. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

7. DA GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº. 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº. 14.133/2021, art. 115, *caput*).
7.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº. 14.133/2021, art. 117, *caput*).
7.2.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº. 14.133/2021, art. 117, §1º.).
7.2.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº. 14.133/2021, art. 117, §2º.).
7.3. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº. 14.133/2021, art. 121, *caput*).
7.3.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº. 14.133/2021, art. 121, §1º.).
7.4. As comunicações entre o Município e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
7.5. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a regularidade fiscal e trabalhista da contratada.

8. DA FORMA E DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei nº. 14.133/2021.
8.2. O fornecedor será selecionado por meio da realização da seleção da proposta de "**MENOR PREÇO POR GRUPO"**, devendo apresentar a seguinte documentação de habilitação:

8.2.1. **Habilitação Jurídica:**

a) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; ou
b) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br; ou
c) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; ou
d) Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: decreto de autorização para funcionamento no Brasil; ou
e) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; ou
f) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº. 5.764/1971.

8.2.1.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.2.2. **Habilitações Fiscal, Social e Trabalhista:**

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
b) Certidão de Regularidade do **FGTS** - CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;
c) Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) de Débitos relativos aos **TRIBUTOS FEDERAIS** e à **DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**, emitida pela Secretaria da Receita Federal;
d) Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) de **DÉBITO DO ESTADO** e quanto à **DÍVIDA ATIVA DO ESTADO** do domicílio ou sede do licitante;
e) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) de **DÉBITO DO MUNICÍPIO** do domicílio ou sede do licitante;
f) Certidão Negativa de **DÉBITOS TRABALHISTAS – CNDT**, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho – TST.

8.2.3. **Documentação Complementar:**

a) Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, disponível no Portal do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) (www.cnj.jus.br), por meio do link http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php?validar=form;
b) como condição para habilitação, será verificada a existência de registros impeditivos de contratação no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/CGU, disponível no link https://certidoes.cgu.gov.br/ em atendimento ao disposto no Acórdão n. 1793/2011, do Plenário do Tribunal de Contas da União;
c) as documentações indicadas nas alíneas "a" e "b" poderão ser substituídas pela Certidão/Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, do Tribunal de Contas da União (TCU), disponível no link: https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/.
d) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.
9.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Unidade: 04.001 – SEC. MUN. DE EDU. ESPORTE, CULTURA E LAZER
Ação: 2015 - Manutenção das ações das Ações da secretaria de educação, esporte, cultura e lazer
Natureza: 4.4.90.52 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE
Fonte de Recurso: 15001001 – Recursos não vinculados de impostos – despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino

9.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
10.1.1. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
10.2. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
10.2.1. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste Termo de Referência.
10.4. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.
10.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) o prazo de validade;
b) a data da emissão;
c) os dados do contrato e do órgão contratante;
d) o período respectivo de execução do contrato;
e) o valor a pagar; e
f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

10.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;
10.6.1. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista.
10.7. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
10.8. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº. 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
10.9. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista.
10.9.1. Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado seja fiscal ou trabalhista, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
10.9.2. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
10.9.3. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
10.9.4. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

11. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

11.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
11.2. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
11.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
11.4. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e no Contrato;
11.5. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;
11.6. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
11.7. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

12.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os arts. 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078/1990);
12.2. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de **03 (TRÊS) DIAS CORRIDOS**, que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto;
12.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
12.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
12.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante;
12.6. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;
12.7. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;
12.8. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
12.9. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº. 14.133/2021.

13. DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

13.1. Fica garantido a Contratada, o direito ao equilíbrio econômico-financeiro, de acordo com as hipóteses previstas na Lei nº. 14.133/2021.

14. DAS RESPONSABILIDADES PELAS INFORMAÇÕES TÉCNICAS:

A Secretaria Demandante é a única responsável pela definição da necessidade da contratação, pela elaboração e pela veracidade das informações técnicas, especificações, quantitativos, justificativas, estimativas de consumo, pesquisas e demais elementos que fundamentam este Termo de Referência, respondendo administrativa, civil e penalmente por sua exatidão.
À Equipe de Planejamento das Contratações compete a consolidação, padronização e formalização do presente Termo de Referência, nos termos da Lei nº 14.133/2021, não lhe sendo atribuída responsabilidade pela veracidade das informações técnicas fornecidas pela unidade demandante.

Poço Branco/RN, 12 de agosto de 2026.

Termo De Referência Formalizado Por:	Termo De Referência Aprovado Pelo Responsável:
JOSIELDO DA SILVA	***JOSIANDO PEREIRA ANGELO***
Equipe de Planejamento das Contratações	Secretário Municipal De Educação, Esporte, Cultura E Lazer

Publicado por:
Valerio Sampaio Carneiro
Código Identificador:9ADE4383

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 850, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 850, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor **Jaedma Maria Ribeiro**, inscrito no CPF sob o nº 852.XXX.XXX-15, matrícula funcional nº 612-3, ocupante do cargo de **Chefe do Setor de Dispensão de Medicamentos (CAF)**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico de Portalegre/RN**, 1** (uma) diária(s), no valor unitário de **R$ 230,00** (cento e vinte Reais), conforme valores estabelecidos no Decreto Nº 1086, de 08 de Janeiro de 2026 – GP/PMP.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Natal/RN**, no período de **17 de Setmebro** do corrente ano, com a finalidade de participar do Oficina de Apoio a Implantação do Sistema eSUSAF e Fortalecimento da Assistência Farmacêutica nos Municípios - Natal/RN, a ser realizado no Praia Nar Hotel, de 09h às 17h, conforme documentos em anexo.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:CEB50A8D

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 851, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 851, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor **Paulo Marcelo Marques Viana Rocha**, inscrito no CPF sob o nº 075.XXX.XXX-38, matrícula funcional nº 760, ocupante do cargo de **Motorista**, **1/2** (meia) diária(s), no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da diária integral, totalizando **R$ 60,00** (sessenta Reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Mossoró/RN**, no período de **18 de Setembro** do corrente ano, para conduzir e reconduzir munícipes em tratamento de saúde.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:3460089F

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 852, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 852, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor **Valdemar de Araújo Bezerra**, inscrito no CPF sob o nº 009.XXX.XXX-44, matrícula funcional nº 904, ocupante do cargo de Motorista, **1** (uma) diária(s), no valor unitário de R$ **160,00** (cento e sessenta reais), nos termos do art. 8º-A do Decreto Municipal nº 1086/2026, conforme valor estabelecido no Anexo Único do referido Decreto.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Natal/RN**, no período de **17 de Setembro** do corrente ano, para conduzir e reconduzir munícipes em tratamento de saúde.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:98C01344

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RAFAEL FERNANDES

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNCIO 10/2026-PE

O Agente de Contratação da Prefeitura Municipal de Rafael Fernandes/RN, no uso de suas atribuições legais e o que determina a Lei nº 10.520/2002, Lei Federal nº 14.133/21 suas alterações posteriores torna pública para o conhecimento dos interessados que realizará, licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 10/2026 – PE, objetivando a Aquisição de 01 (uma) Ambulância Tipo A (Simples Remoção), zero quilômetro, padrão Ministério da Saúde, destinada ao atendimento das demandas do Sistema Único de Saúde (SUS) no Município de Rafael Fernandes/RN.

Início das Propostas: 23/09/2026 as 9h00min.
Término das Propostas: 06/10/2026 as 09h00min.
Início da Sessão Pública: 06/10/2026 as 09h15min.
Plataforma: www.novabbmnet.com.br

O Edital contendo maiores informações encontra-se a disposição dos interessados na sede da CMRF, sito à **Rua JOSÉ MARTINS DE OLIVEIRA, Nº. 178 – BAIRRO: CENTRO – Rafael Fernandes-RN, no horário de 8:00 h às 17:00 hs** e na internet nos endereços:

www.novabbmnet.com.br

Rafael Fernandes-RN, 22/09/2026.

JOAO VICTOR NEGREIROS DA SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
João Victor Negreiros da Silva
Código Identificador:1F4ADC12

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RAFAEL GODEIRO

RAFAEL GODEIRO - PREFEITURA
LEI MUNICIPAL Nº 476 - 2026 - POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS - RAFAEL GODEIRO-RN

LEI MUNICIPAL N° 476/2026-GP

Gabinete da Prefeita de Rafael Godeiro-RN, em 22 de setembro de 2026.

Institui a Política Municipal de Alfabetização de Crianças no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Rafael Godeiro/RN, em regime de colaboração, alinhada ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA e à Política Territorial de Alfabetização de Crianças do Rio Grande do Norte – Pró-Alfa RN, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE RAFAEL GODEIRO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I - DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS EM REGIME DE COLABORAÇÃO

Art. 1º Fica instituída, no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Rafael Godeiro/RN, a Política Municipal de Alfabetização de Crianças, doravente denomidada Política Municipal de Albaetização, com a finalidade de garantir o direito de todas as crianças à alfabetização, fortalecer a continuidade das aprendizagens e promover educação pública de qualidade, com equidade e inclusão.

§ 1º A Política Municipal de Alfabetização será implementada em regime de colaboração com a União e o Estado do Rio Grande do Norte, observadas as diretrizes do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA, instituído pelo Decreto Federal nº 11.556, de 12 de junho de 2023, e posteriormente disciplinado pela legislação federal pertinente, bem como da Política Territorial de Alfabetização de Crianças do Rio Grande do Norte – Pró-Alfa RN, instituída pelo Decreto Estadual nº 33.990, de setembro de 2024.

§ 2º A Política Municipal terá como finalidade assegurar que todas as crianças sejam alfabetizadas na idade adequada, prioritariamente até o final do 2º (segundo) ano do Ensino Fundamental, bem como promover ações de recomposição das aprendizagens para os estudantes do 3º (terceiro) ao 5º (quinto) ano do Ensino Fundamental que apresentem defasagens relacionadas à alfabetização, à leitura, à escrita e aos conhecimentos matemáticos.

§ 3º As ações previstas nesta Lei serão desenvolvidas de forma articulada pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Rafael Godeiro/RN, pelas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino e pelos demais órgãos e instituições envolvidos na garantia do direito à educação.

Art. 2º A Política Municipal de Alfabetização de Crianças de Rafael Godeiro/RN fundamenta-se na garantia do direito de aprender, na equidade educacional, na valorização dos profissionais da educação, no acompanhamento contínuo das aprendizagens e na cooperação entre os entes federados, respeitando as especificidades e necessidades educacionais dos estudantes da Rede Municipal de Ensino.

CAPÍTULO II - DOS PRINCÍPIOS

Art. 3º São princípios da Política Municipal de Alfabetização de Crianças de Rafael Godeiro/RN:

I – A transparência institucional na formulação, implementação, acompanhamento e avaliação das ações voltadas à alfabetização das crianças;
II – O protagonismo do Município, em regime de colaboração com a União e o Estado do Rio Grande do Norte, no planejamento, na implementação e no acompanhamento de ações destinadas à garantia do direito à alfabetização das crianças da Rede Municipal de Ensino;
III – A garantia do direito à alfabetização como elemento estruturante para a construção de trajetórias escolares bem-sucedidas, assegurando às crianças condições adequadas para aprender, desenvolver-se e prosseguir em seu percurso educacional;
IV – A concepção de educação integral, considerando o estudante em suas diferentes dimensões: intelectual, física, emocional, social e cultural, no âmbito de um projeto educativo coletivo que envolva escola, família, comunidade e demais instituições parceiras;
V – A mobilização e o engajamento da comunidade escolar e da sociedade, mediante estratégias de comunicação, participação, acompanhamento e controle social das ações destinadas à alfabetização;
VI – O enfrentamento das desigualdades educacionais, buscando assegurar, na perspectiva da equidade, o acesso, a permanência, a participação e o sucesso das crianças no processo de alfabetização, considerando suas diferentes condições sociais, econômicas, territoriais, culturais, raciais, de gênero e demais especificidades;
VII – O planejamento estratégico e pedagógico orientado pelas necessidades das unidades escolares, das salas de aula, dos profissionais da educação e dos estudantes, com respeito à liberdade,

promoção da convivência democrática, reconhecimento e valorização da diversidade;
VIII – A formação continuada dos profissionais da educação como elemento essencial ao desenvolvimento profissional e à melhoria da qualidade das práticas pedagógicas, valorizando seus conhecimentos, experiências e saberes e reconhecendo-os como protagonistas dos processos formativos;
IX – A perspectiva discursiva da alfabetização, articulada aos processos de letramento, reconhecendo a importância das interações, da mediação pedagógica e da ludicidade nos processos de aprendizagem e compreendendo a alfabetização como processo de apropriação da linguagem escrita, que envolve, entre outras dimensões, a cultura escrita, o sistema de escrita alfabética, a leitura, a produção de textos escritos e a oralidade; e
X – O fortalecimento da cultura de avaliação e acompanhamento das aprendizagens, ampliando a compreensão dos profissionais da educação acerca dos processos, instrumentos e resultados das avaliações, de modo a subsidiar o planejamento, a intervenção pedagógica e a tomada de decisões destinadas à garantia da aprendizagem de todos os estudantes.

CAPÍTULO III - DA IMPLEMENTAÇÃO

Art. 4º Constituem diretrizes para a implementação da Política Municipal de Alfabetização de Crianças de Rafael Godeiro/RN:

I – O reconhecimento da autonomia do Município de Rafael Godeiro/RN na organização, no planejamento e na execução de suas ações educacionais, em articulação com a União e o Estado do Rio Grande do Norte, no âmbito do regime de colaboração;
II – O reconhecimento do protagonismo do Município na oferta da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, especialmente no planejamento, na implementação e no acompanhamento das ações destinadas à alfabetização das crianças e à recomposição das aprendizagens;
III – O fortalecimento do regime de colaboração entre o Município, o Estado do Rio Grande do Norte e a União, com vistas à articulação de políticas, programas, ações, recursos e estratégias que contribuam para a melhoria da alfabetização e para a promoção da equidade educacional;
IV – O enfrentamento das desigualdades educacionais, assegurando, na perspectiva da equidade, condições de acesso, permanência, participação, aprendizagem e sucesso escolar, considerando as especificidades socioeconômicas, territoriais, raciais, culturais, de gênero e as necessidades educacionais específicas dos estudantes;
V – A centralidade dos processos de ensino e aprendizagem, considerando as necessidades pedagógicas das unidades escolares, das turmas, dos professores e dos estudantes, com base em evidências, diagnósticos e resultados de aprendizagem;
VI – A promoção de ações permanentes de formação continuada destinadas aos professores, coordenadores pedagógicos, gestores escolares, técnicos da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e demais profissionais envolvidos nos processos de alfabetização e recomposição das aprendizagens;
VII – O acompanhamento sistemático das aprendizagens, por meio de avaliações diagnósticas, formativas e de resultados, com utilização pedagógica dos dados para o planejamento, a definição de intervenções e o monitoramento da evolução dos estudantes;
VIII – A adoção de estratégias de recomposição das aprendizagens, especialmente para os estudantes do 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental que apresentem defasagens em leitura, escrita e matemática;
IX – A disponibilização e a utilização de materiais didáticos, pedagógicos e complementares adequados às necessidades dos estudantes e alinhados às orientações curriculares e às ações de alfabetização desenvolvidas pelo Município; e
X – A articulação entre a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, as unidades escolares, as famílias e a comunidade, fortalecendo a corresponsabilidade pela garantia do direito à alfabetização e à aprendizagem.

CAPÍTULO IV – DOS OBJETIVOS E DIRETRIZES

Art. 5º São objetivos da Política Municipal de Alfabetização de Crianças de Rafael Goideiro/RN:

I – Instituir e fortalecer programas, projetos, estratégias e ações destinados à promoção da alfabetização das crianças, considerando as especificidades do desenvolvimento e das aprendizagens na Educação Infantil e assegurando a consolidação do processo de alfabetização, prioritariamente, até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;
II – Estabelecer uma estrutura de gestão, governança, acompanhamento e monitoramento da Política Municipal de Alfabetização, definindo responsabilidades, estratégias de articulação, mecanismos de acompanhamento e processos de avaliação de sua implementação e de seus resultados;
III – Garantir, em regime de colaboração, a formação continuada dos profissionais da educação que atuam na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, com foco na garantia da alfabetização das crianças até o 2º ano e na recomposição das aprendizagens dos estudantes matriculados no 3º, 4º e 5º anos que ainda apresentem defasagens em leitura, escrita e matemática;
IV – Assegurar, de acordo com as possibilidades e competências do Município, infraestrutura adequada, serviços, recursos didáticos, pedagógicos, tecnológicos e de acessibilidade necessários ao desenvolvimento dos processos de ensino e aprendizagem relacionados à alfabetização, considerando a faixa etária, as necessidades específicas dos estudantes e as práticas pedagógicas planejadas pelos profissionais da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental;
V – Promover estratégias para a identificação, valorização, reconhecimento, divulgação e compartilhamento de práticas pedagógicas e de gestão exitosas relacionadas à alfabetização e à recomposição das aprendizagens, desenvolvidas por profissionais e unidades escolares da Rede Municipal de Ensino, podendo ser instituídas formas de reconhecimento e premiação, observada a legislação vigente;
VI – Implementar e fortalecer processos sistemáticos de avaliação diagnóstica, formativa e somativa nos anos iniciais do Ensino Fundamental, articulados às avaliações municipais, estaduais e nacionais e alinhados, quando aplicável, aos parâmetros definidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP;
VII – Utilizar os resultados das avaliações como instrumentos para o planejamento pedagógico, a definição de intervenções, a recomposição das aprendizagens e o acompanhamento individual e coletivo dos estudantes, evitando sua utilização exclusivamente para fins classificatórios;
VIII – Assegurar ações específicas de acompanhamento aos estudantes que apresentem dificuldades no processo de alfabetização, com definição de estratégias pedagógicas diferenciadas e intervenções adequadas às necessidades identificadas; e
IX – Fortalecer a articulação entre a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, unidades escolares, profissionais da educação, famílias e comunidade, promovendo a corresponsabilidade pela garantia do direito à alfabetização e à aprendizagem de todas as crianças.

CAPÍTULO V – DA IMPLEMENTAÇÃO E DOS EIXOS ESTRUTURANTES

Art. 6º A Política Municipal de Alfabetização de Crianças de Rafael Godeiro/RN será implementada pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, em articulação com as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino e em regime de colaboração com a União e o Estado do Rio Grande do Norte, por meio de estratégias destinadas à melhoria da qualidade da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, à garantia do direito à alfabetização e ao enfrentamento das desigualdades de aprendizagem, respeitadas as especificidades de cada etapa da Educação Básica e as necessidades dos estudantes.

Art. 7º As estratégias de implementação da Política Municipal de Alfabetização serão operacionalizadas por meio de programas, projetos e ações integradas, em consonância com o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA e com a Política Territorial

de Alfabetização de Crianças do Rio Grande do Norte – Pró-Alfa RN, considerando os seguintes eixos estruturantes:

I – Gestão e Governança;
II – Formação Continuada dos Profissionais da Educação;
III – Materiais Didáticos e Pedagógicos Complementares;
IV – Avaliação e Monitoramento das Aprendizagens; e
V – Reconhecimento Educacional, Valorização de Boas Práticas e Incentivos.

Parágrafo único. Os eixos estruturantes previstos neste artigo deverão orientar o planejamento, a execução, o acompanhamento e a avaliação das ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura e pelas unidades escolares, de forma articulada às políticas educacionais estadual e nacional.

Art. 8º Para a gestão, o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação das estratégias necessárias à consecução dos objetivos da Política Municipal de Alfabetização, será instituído o Comitê Municipal de Gestão e Governança da Política de Alfabetização de Crianças de Rafael Godeiro/RN.

§ 1º O Comitê Municipal terá caráter consultivo, propositivo, articulador e de acompanhamento, competindo-lhe contribuir para o planejamento, a implementação, o monitoramento e a avaliação das ações da Política Municipal de Alfabetização.

§ 2º O Comitê Municipal será composto, preferencialmente, por representantes:

I – Da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
II – Da equipe técnica e pedagógica responsável pela Educação Infantil e pelos anos iniciais do Ensino Fundamental;
III – Das equipes gestoras das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino;
IV – Dos professores alfabetizadores atuantes nos anos iniciais do Ensino Fundamental; e
V – Dos professores atuantes na Educação Infantil da Rede Pública Municipal;
VI – Do Conselho Municipal de Educação.

§ 3º A composição, as atribuições específicas e o funcionamento do Comitê Municipal serão regulamentados por ato próprio do Poder Executivo Municipal.

§ 4º A participação no Comitê Municipal será considerada serviço público relevante, não remunerado.

Art. 9º Caberá à Secretaria Municipal de Educação e Cultura assegurar a articulação do Comitê Municipal com as instâncias de governança do Pró-Alfa RN e do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA, observadas as competências do Município e as orientações estabelecidas no âmbito do regime de colaboração.

Art. 10. Para a implementação da Política Municipal de Alfabetização de Crianças de Rafael Godeiro/RN, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura adotará, entre outras, as seguintes estratégias:

I – Promover a articulação entre os diferentes processos e sistemas de avaliação da aprendizagem, utilizando seus resultados como subsídio para a tomada de decisões no âmbito da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, das unidades escolares e do planejamento pedagógico, com foco na melhoria dos processos de ensino e aprendizagem;
II – Assegurar apoio técnico e pedagógico para a formação continuada de professores, coordenadores pedagógicos, gestores escolares e demais profissionais envolvidos com a alfabetização e a recomposição das aprendizagens;
III – Disponibilizar, de acordo com as possibilidades administrativas e orçamentárias do Município, materiais didáticos complementares, recursos pedagógicos, tecnologias educacionais e instrumentos de apoio às práticas de alfabetização;
IV – Promover ações destinadas à melhoria da infraestrutura física, pedagógica e tecnológica das unidades escolares, observadas as condições de acessibilidade e as necessidades específicas dos estudantes;
V – Fortalecer o acompanhamento pedagógico das unidades escolares e das turmas, com especial atenção aos estudantes que apresentem dificuldades no processo de alfabetização ou defasagens de aprendizagem; e
VI – Articular as ações municipais às estratégias de assistência técnica, formação, avaliação, materiais pedagógicos e demais iniciativas ofertadas pela União e pelo Estado do Rio Grande do Norte no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA e da Política Territorial de Alfabetização de Crianças do Rio Grande do Norte – Pró-Alfa RN.

CAPÍTULO VI – DA DO RECONHECIMENTO E COMPARTILHAMENTO DE BOAS PRÁTICAS

Art. 11. Para fins de reconhecimento educacional e valorização das boas práticas, o Município poderá instituir mecanismos próprios de reconhecimento destinados às unidades escolares, aos profissionais da educação, às equipes pedagógicas e a outros atores da Rede Municipal de Ensino que apresentem experiências exitosas relacionadas à alfabetização e à recomposição das aprendizagens.

§ 1º Os mecanismos de reconhecimento de que trata o caput poderão considerar, entre outros aspectos:

I – A evolução dos resultados de aprendizagem dos estudantes;
II – A redução das desigualdades educacionais; III – O desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras e inclusivas;
IV – A efetividade das ações de recomposição das aprendizagens; V – O acompanhamento e a permanência dos estudantes;
VI – A participação dos profissionais em ações de formação continuada; e
VII – O desenvolvimento de práticas de gestão pedagógica voltadas à garantia do direito à alfabetização.

§ 2º Os critérios, categorias, formas de reconhecimento, procedimentos de seleção e demais aspectos relacionados às iniciativas municipais previstas neste artigo serão definidos em regulamento próprio, observadas a legislação vigente e a disponibilidade orçamentária e financeira do Município.

Art. 12. As unidades escolares da Rede Municipal de Ensino com matrículas no 2º ano do Ensino Fundamental poderão participar do Prêmio Potiguar Escola Alfabetizadora, instituído no âmbito da Política Territorial de Alfabetização de Crianças do Rio Grande do Norte – Pró-Alfa RN, observados os critérios, indicadores, resultados de alfabetização e demais requisitos definidos pela Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e do Lazer – SEEC.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Educação e Cultura deverá apoiar, acompanhar e orientar as unidades escolares quanto aos procedimentos necessários à participação no Prêmio Potiguar Escola Alfabetizadora e em outras iniciativas de reconhecimento instituídas no âmbito municipal, estadual ou federal.

Art. 13. O Município de Rafael Godeiro/RN poderá receber, aplicar e acompanhar recursos financeiros, materiais, premiações, incentivos ou outras formas de apoio provenientes da União, do Estado do Rio Grande do Norte ou de outros instrumentos de cooperação destinados ao fortalecimento das ações de alfabetização e recomposição das aprendizagens, observada a legislação aplicável.

§ 1º Os recursos eventualmente destinados às unidades escolares em decorrência de premiações, programas ou incentivos vinculados à alfabetização deverão ser aplicados conforme as normas específicas do programa ou instrumento que os originou.

§ 2º A utilização dos recursos deverá observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, transparência e interesse público, bem como as normas de prestação de contas aplicáveis.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. A Secretaria Municipal de Educação de Rafael Godeiro/RN será o órgão responsável pela coordenação, articulação, acompanhamento e execução da Política Municipal de Alfabetização, no âmbito da Rede Municipal de Ensino, em consonância com as diretrizes do regime de colaboração estabelecido com a União e o Estado do Rio Grande do Norte.

Parágrafo único. Compete à Secretaria Municipal de Educação e Cultura promover a articulação necessária com as unidades escolares, os profissionais da educação, os conselhos municipais, as famílias, a comunidade escolar e as instâncias estaduais e federais responsáveis pelas políticas de alfabetização

Art. 15. O Poder Executivo Municipal regulamentará esta Lei, no que couber, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, contado da data de sua publicação.

Art. 16. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias consignadas à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, podendo ser suplementadas, se necessário, observadas a legislação vigente e a disponibilidade orçamentária e financeira do Município.

Parágrafo único. Para a execução das ações previstas nesta Lei, poderão ser utilizados recursos provenientes de transferências constitucionais e legais, programas e políticas educacionais da União e do Estado do Rio Grande do Norte, convênios, termos de cooperação, parcerias e outras fontes legalmente admitidas.

Art. 17. A implementação da Política Municipal de Alfabetização deverá observar as metas e estratégias previstas no Plano Municipal de Educação, no planejamento da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e nos demais instrumentos de planejamento educacional do Município.

Art. 18. Os casos omissos e as situações necessárias à operacionalização desta Política poderão ser disciplinados por atos normativos próprios do Poder Executivo Municipal e da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, respeitadas as disposições desta Lei e a legislação educacional vigente.

Art. 19. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Severino Lopes dos Reis, em 22 de setembro de 2026.

LUDMILA CARLOS AMORIM DE ARAÚJO ROSADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Flávia Karine de Paiva Batista
Código Identificador:B2397A74

RAFAEL GODEIRO - PREFEITURA
PORTARIA 124 - 2026 - CONCESSÃO DE AFASTAMENTO SEM REMUNERAÇÃO POR DOIS ANOS - FERNANDO ANTÔNIO AMARAL DE PAIVA

PORTARIA Nº. 124/2026 – GP/PMRG

Gabinete da Prefeita de Rafael Godeiro/RN, em 22 de setembro de 2026.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, SEM REMUNERAÇÃO, A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE RAFAEL GODEIRO, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais aplicáveis;
CONSIDERANDO o requerimento formulado pelo servidor **FERNANDO ANTONIO AMARAL DE PAIVA**, **matrícula funcional nº 7730**, ocupante do cargo efetivo de **Cirurgião-Dentista**, lotado na **Secretaria Municipal de Saúde**, por meio do qual **requer concessão de licença para tratar de interesses particulares**;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 221/1996 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Rafael Godeiro/RN, que disciplina os direitos, deveres, vantagens, licenças e demais situações funcionais dos servidores públicos municipais;
CONSIDERANDO que a licença para tratar de interesses particulares constitui afastamento de natureza discricionária, condicionado à apreciação da Administração Pública e à observância do interesse público;
CONSIDERANDO a análise do requerimento e a manifestação favorável constante dos autos do respectivo processo administrativo; e,
CONSIDERANDO, por fim, a inexistência de óbice administrativo à concessão do afastamento requerido, nos termos da legislação municipal vigente,

R E S O L V E:

Art. 1º – **CONCEDER** ao servidor **FERNANDO ANTONIO AMARAL DE PAIVA**, matrícula funcional nº 080286, ocupante do cargo efetivo de Cirurgião-Dentista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, **LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, SEM REMUNERAÇÃO, pelo período de 02 (dois) anos, compreendido entre 21 de setembro de 2026 e 20 de setembro de 2028**, na forma estabelecida pela Lei Municipal nº 221/1996 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Rafael Godeiro/RN.
Art. 2º – Durante o período de licença de que trata o art. 1º desta Portaria, o servidor ficará afastado do exercício de suas funções, sem percepção de vencimentos, vantagens ou quaisquer outras parcelas remuneratórias decorrentes do exercício do cargo, observadas as disposições legais aplicáveis.
Art. 3º – O período de afastamento será registrado nos assentamentos funcionais do servidor para todos os fins legais, observadas as disposições do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e da legislação previdenciária aplicável.
Art. 4º – Encerrado o período de licença, o servidor deverá reassumir imediatamente o exercício de suas funções, mediante apresentação à unidade administrativa competente, salvo eventual prorrogação ou interrupção regularmente autorizada pela Administração, na forma da legislação vigente.
Art. 5º – Compete à Secretaria Municipal de Administração e Gestão e aos demais órgãos responsáveis pelos registros funcionais adotar as providências necessárias ao fiel cumprimento desta Portaria.
Art. 6º – **Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 21 de setembro de 2026**.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Rafael Godeiro/RN, em 21 de setembro de 2026.

LUDMILA CARLOS AMORIM DE ARAÚJO ROSADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Flávia Karine de Paiva Batista
Código Identificador:9941C8B1

RAFAEL GODEIRO - PREFEITURA
TERMO DE INEXIGIBILIDADE 0162026

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 0162026

A agente de Contratação da Prefeitura Municipal de Rafael Godeiro, através, em cumprimento da ratificação procedida pelo(a) Gestor(a) da(o) MUNICIPIO DE RAFAEL GODEIRO, faz publicar o extrato resumido do processo de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO a seguir:
OBJETO.....,.....: Elaboração de projetos fotovoltaicos, análise do consumo e das instalações elétricas e realização de inspeção termográfica, conforme a necessidade de cada unidade municipal.

FAVORECIDO.....: IURI F DE BRITO, CNPJ: 39.950.454/0001-69 no valor total de R$ 21.500,00 (vinte e um mil e quinhentos reais)
VALOR.....: R$ 21500.000 (21.500,00).
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL....: Lei 14.133/2021, Art. 74, III, a e suas alterações.
DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE..: emitida pelo Agente de Contratação e ratificada pelo(a) Sr.(a) Ludmila Carlos A. de A. Rosado, na qualidade de ordenador(a) de despesas.

RAFAEL GODEIRO - RN, 22 de setembro de 2026

KELLE PATRICIA FELIPE DE OLIVEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Flávia Karine de Paiva Batista
Código Identificador:3D0658FF

RAFAEL GODEIRO - PREFEITURA
TERMO DE RATIFICAÇÃO 0162026

COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº INEX 0162026
RECONHEÇO:a Inexigibilidade de Licitação**nº INEX 0162026**, com base no **Lei 14.133/2021, Art. 74, III, a,** e suas alterações posteriores, para**Elaboração de projetos fotovoltaicos, análise do consumo e das instalações elétricas e realização de inspeção termográfica, conforme a necessidade de cada unidade municipal.**

RATIFICO: conforme descreve o Estatuto das Licitações, o Despacho do(a) Ilmo(a). Sr(a). KELLE PATRICIA FELIPE DE OLIVEIRA , Agente de Contratação, determinando que se proceda à publicação do devido extrato.

Rafael Godeiro – RN, 22 de setembro de 2026.

LUDMILA CARLOS A. DE A. ROSADO
Prefeita

Publicado por:
Flávia Karine de Paiva Batista
Código Identificador:96BDEF74

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA

GABINETE DO PREFEITO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - CREDENCIAMENTO Nº 00002/2026

Nos termos do relatório final apresentado e observado parecer da assessoria jurídica, referente ao Credenciamento nº 00002/2026, que objetiva: Credenciamento de Leiloeiro Oficial para proceder à realização de leilão público de bens móveis inservíveis de propriedade do Município de Riacho de Santana–RN, considerados obsoletos, sucateados, irrecuperáveis, inservíveis, ociosos ou de recuperação antieconômica, deste Município de Riacho de Santana–RN; ADJUDICO o objeto e HOMOLOGO a licitação, com base nos elementos constantes do processo correspondente, os quais apontam como proponentes credenciados: Francisco Doege Esteves Filho; Francisco Luã Costa e Samara Barbosa Araújo.
Riacho de Santana - RN, 22 de Setembro de 2026

DAVI CASSIO FERNANDES DA SILVA -
Prefeito

Publicado por:
Samuel Ferreira Fernandes
Código Identificador:E4CE6236

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 441/2026 RIACHO SANTANA/RN, 22 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA DE DIÁRIA N.º 441/2026 RIACHO SANTANA/RN, 22 DE SETEMBRO DE 2026.

O Prefeito Municipal de Riacho de Santana, Estado do Rio Grande do Norte, Senhor **Davi Cassio Fernandes de Silva**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 74, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Riacho de Santana.

RESOLVE,

Art. 1º - Conceder ao Senhor **PEDRO FERNANDES DE LIMA**, motorista, 1 (Uma) diária, no valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), referente as despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Natal-RN, a fim transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, nesta data.

Art. 2º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Municipal de Riacho de Santana/RN, em 22 de setembro de 2026.

DAVI CASSIO FERNANDES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Manoel Gilvam da Silva
Código Identificador:A179C357

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 442/2026 RIACHO SANTANA/RN, 22 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA DE DIÁRIA N.º 442/2026 RIACHO SANTANA/RN, 22 DE SETEMBRO DE 2026.

O Prefeito Municipal de Riacho de Santana, Estado do Rio Grande do Norte, Senhor **Davi Cassio Fernandes de Silva**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 74, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Riacho de Santana.

RESOLVE,

Art. 1º - Conceder ao Senhor **EDUARDO BATISTA DE ARAUJO**, motorista, 1/2 (Meia) diária, no valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), totalizando, portanto, R$ 75,00 (setenta e cinco reais) referente as despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Mossoró/RN, a fim transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, nesta data.

Art. 2º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Municipal de Riacho de Santana/RN, em 22 de setembro de 2026.

DAVI CASSIO FERNANDES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Manoel Gilvam da Silva
Código Identificador:CB66E6AC

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO FOGO

PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO
AVISO DE APRAZAMENTO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

O Governo do Município de Rio do Fogo, Estado do Rio Grande do Norte, através da Prefeitura Municipal, por intermédio do Agente de Contratação, designado pela portaria nº 034/2025, torna público que fica aprazada a ABERTURA da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 006/2026, tipo Menor preço, no dia 07/08/2026,

objetivando a contratação de empresa especializada para execução de serviços de reforço estrutural, recuperação, manutenção e revitalização da cobertura da quadra municipal de Vila Punaú, incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos e demais insumos necessários à adequada execução dos serviços, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Transporte do Município de Rio do Fogo/RN, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal 005/2024. A sessão pública será realizada no site www.portaldecompraspublicas.com.br, conforme informações a seguir:

RECEBIMENTO DE PROPOSTA ATÉ: 06/10/2026 – Horas: 08:00
LIMITE PARA IMPUGNAÇÃO: 01/10/2026 – Horas: 23:59
ABERTURA E ANÁLISE DAS PROPOSTAS: 06/10/2026– Horas: 10:00
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 06/10/2026– Horas: 10:01

O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, http://.riodofogo.rn.gov.br/, ou na sala de Licitações da PMRF, sito à Av. XVII de Setembro, S/N – Centro - Rio do Fogo/RN, a partir da publicação deste Aviso, no horário de expediente.

Rio do Fogo/RN, 23 de setembro de 2026

JAIRO CAVALCANTI DE CASTRO
Agente de Contratação

Publicado por:
Jairo Cavalcanti de Castro
Código Identificador:C13F0918

PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026

O Governo do Município de Rio do Fogo, Estado do Rio Grande do Norte, através da Prefeitura Municipal, por intermédio do Agente de Contratação, designado pela portaria nº 034/2025, torna público que fica marcada a ABERTURA da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 007/2026, tipo Menor preço, no dia 06/10/2026, objetivando o registro de preços para a aquisição de equipamentos de informática, para atender as diversa secretarias e aos Fundos Municipais de Saúde e de Assistência Social desse Município de Rio do Fogo/RN, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal 005/2024. A sessão pública será realizada no site www.portaldecompraspublicas.com.br, conforme informações a seguir:

RECEBIMENTO DE PROPOSTA ATÉ: 06/10/2026 – Horas : 08:00
LIMITE PARA IMPUGNAÇÃO: 01/10/2026 – Horas : 23:59
ABERTURA E ANÁLISE DAS PROPOSTAS : 06/10/2026– Horas : 13:00
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS : 06/10/2026– Horas : 13:01

O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, http://.riodofogo.rn.gov.br/, ou na sala de Licitações da PMRF, sito à Av. XVII de Setembro, S/N – Centro - Rio do Fogo/RN, a partir da publicação deste Aviso, no horário de expediente.

Rio do Fogo/RN, 23 de setembro de 2026

JAIRO CAVALCANTI DE CASTRO
Agente de Contratação

Publicado por:
Jairo Cavalcanti de Castro
Código Identificador:809123E9

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº02 DE 02 SETEMBRO DE 2026

Institui o Núcleo Gestor Municipal de Alfabetização para coordenador, articular, acompanhar e fortalecer as ações da Política Municipal de Alfabetização, do Município de Rio do Fogo/RN, dispõe sobre a sua composição, competências funcionamento e dá outras providencias.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIO DO FOGO/RN, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas,
CONSIDERANDO a Constituição Federal de 1988, especialmente os arts. 205, 206, 208, 211 e 214, que asseguram a educação como direito de todos e dever do Estado e da família e estabelecem os princípios, deveres e regime de colaboração aplicáveis à educação nacional;

Considerando a Lei Federal nº 15.388, de 14 de abril de 2026, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE, estabelece objetivos, metas e estratégias para a educação nacional e reafirma o regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para sua implementação;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, especialmente o disposto em seu art. 32, que estabelece, entre os objetivos do Ensino Fundamental, o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

CONSIDERANDO a adesão do Município de Rio do Fogo/RN ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA, instituído pelo Decreto Federal nº 11.556, de 12 de junho de 2023, e posteriormente disciplinado pela Lei Federal nº 15.247, de 31 de outubro de 2025;

CONSIDERANDO a adesão do Município à Política Territorial de Alfabetização de Crianças do Rio Grande do Norte – Pró-Alfa RN, instituída pelo Decreto Estadual nº 33.990, de 26 de setembro de 2024, fundamentada no regime de colaboração entre o Estado do Rio Grande do Norte e seus Municípios para a garantia do direito à alfabetização;

CONSIDERANDO a Portaria MEC nº 1.774, de 1º de setembro de 2023, que dispõe sobre as atribuições, a composição e o funcionamento da Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização – RENALFA, no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;

CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer, no âmbito da Rede Municipal de Ensino, ações destinadas à garantia da alfabetização das crianças nos anos iniciais do Ensino Fundamental, com prioridade para a consolidação da alfabetização até o final do 2º ano e para a recomposição das aprendizagens dos estudantes do 3º ao 5º ano;

Considerando a necessidade de assegurar a equidade educacional, a educação inclusiva, a acessibilidade e a garantia do direito à aprendizagem no processo de alfabetização, respeitada as especificidades dos estudantes e as diferentes modalidades da educação, especialmente dos estudantes público da Educação Especial, mediante a identificação e a eliminação de barreiras à aprendizagem e à participação;

CONSIDERANDO a necessidade de institucionalizar, no âmbito do Município de Rio do Fogo/RN, uma Política Municipal de Alfabetização própria, construída a partir das características, necessidades, desafios e potencialidades da Rede Municipal de Ensino, em articulação com a Política Territorial de Alfabetização de Crianças do Rio Grande do Norte – Pró-Alfa RN e com o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar participação técnica, planejamento, diagnóstico, definição de princípios, diretrizes, objetivos, metas, estratégias e mecanismos de acompanhamento e avaliação no processo de construção da referida Política;
RESOLVE:
Art. 1º Fica instituída, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Rio do Fogo/RN, o Núcleo Gestor Municipal de Alfabetização,

para coordenador, articular, acompanhar e fortalecer as ações da Política Municipal de Alfabetização, do Município de Rio do Fogo/RN, em alinhamento à Política Territorial de Alfabetização de Crianças do Rio Grande do Norte – Pró-Alfa RN e ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA.
Art. 2º o Núcleo Gestor Municipal de Alfabetização será composto pelos seguintes membros, sob a coordenação do(a) primeiro(a):
I – Lucivânia da Silva Lázaro, Coordenadora Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação e Articuladora Municipal da RENALFA;
II – Anne Carolina Santana Alves, Coordenadora Pedagógica responsável pela Educação Infantil;
III- Kátia Regia Barbosa da Silva, Coordenadora Pedagógica representante dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
IV- Anny Beatriz França Vieira, representante da Educação Especial/Inclusiva;
V – Niedja Caetano de Souza Dantas, representante do setor de Avaliação e Monitoramento;
VI – Valéria Monteiro de Oliveira, representante do setor de Comunicação, Valorização e Divulgação das ações pedagógicas.
VII – Sanay Oliveira da Silva – Representante do Conselho Municipal de Educação.
VIII- Edmar Aurélio Bezerra da Silva– Representante do Setor Administrativo/ Financeiro.

Art. 2º Compete ao Núcleo Gestor de Alfabetização Municipal coordenar, articular, orientar, acompanhar, monitorar e avaliar as ações da Política Municipal de Alfabetização, Leitura, Escrita e Letramento Matemático, promovendo a integração entre os diferentes setores da Secretaria Municipal de Educação, as unidades escolares, os profissionais da educação e demais parceiros, com vistas à garantia do direito de todas as crianças à alfabetização, à equidade educacional e à aprendizagem na idade adequada, com os princípios da equidade, da educação inclusiva e da acessibilidade, bem como com as necessidades e especificidades da Rede Municipal de Ensino.

Art. 3º Compete ao Núcleo Gestor Municipal de Alfabetização:
– Elaborar e acompanhar a Política Municipal de Alfabetização, em consonância com as políticas nacionais e estaduais.
II _ Planejar as ações de alfabetização, leitura, escrita e letramento matemático, estabelecendo metas, estratégias, indicadores e cronograma de execução.
III _ Articular os diferentes setores da Secretaria Municipal de Educação, especialmente Educação Infantil, Anos Inicial, Educação Especial, avaliação, formação continuada e gestão pedagógica.
IV _Coordenar e acompanhar programas e projetos de alfabetização, como CNCA, Renalfa, ProAlfa, ProLEEI, PARC, SimaisAlfa e demais iniciativas municipais, estaduais e federais.
V _Promover a formação continuada de professores alfabetizadores, coordenadores pedagógicos e gestores escolares, considerando as necessidades identificadas na rede.
VI _Monitorar os resultados das aprendizagens, utilizando dados de avaliações internas e externas para identificar avanços, dificuldades, desigualdades e necessidades de intervenção.
VII _Acompanhar a aprendizagem dos estudantes do ciclo de alfabetização, especialmente quanto à leitura, escrita, compreensão leitora, produção textual e conhecimentos matemáticos.
VIII _ Propor estratégias de intervenção e recomposição das aprendizagens, priorizando estudantes com maiores dificuldades de aprendizagem.
IX _Acompanhar as escolas por meio de monitoramento pedagógico, observando planejamento, práticas de alfabetização, avaliação, frequência, participação e evolução dos estudantes.
X - Orientar coordenadores pedagógicos e gestores escolares quanto ao planejamento e acompanhamento das ações de alfabetização.
XI - Organizar e analisar dados educacionais, produzindo relatórios, diagnósticos e devolutivas para subsidiar a tomada de decisões da Secretaria.
XII_ Promover a equidade educacional, identificando desigualdades de aprendizagem relacionadas ao território, condições socioeconômicas, educação do campo, raça/cor, inclusão e outras dimensões pertinentes.
XIII -Fortalecer a articulação entre Educação Infantil e Ensino Fundamental, garantindo continuidade no processo de desenvolvimento da leitura, escrita e letramento matemático.
XIV -Acompanhar a utilização dos materiais didáticos e pedagógicos destinados à alfabetização, incluindo livros, acervos, recursos complementares e espaços de leitura.
XV_ Fomentar projetos de leitura, escrita e matemática nas escolas da rede municipal.
XVI - Registrar e divulgar boas práticas de alfabetização, valorizando experiências exitosas de professores, coordenadores e escolas.
XVII -Articular parcerias com órgãos públicos, universidades, instituições formadoras e demais entidades que contribuam para a melhoria da alfabetização.
XVIII -Elaborar relatórios periódicos de acompanhamento da política de alfabetização, apresentando resultados, desafios, encaminhamentos e propostas de melhoria.
XIX - Participar da elaboração do Plano de Ação da Secretaria de Educação, assegurando que a alfabetização seja contemplada nas metas e prioridades educacionais.
XX - Acompanhar o cumprimento das metas municipais de alfabetização, propondo ajustes e novas estratégias sempre que os resultados indicarem necessidade.
XXI – desenvolver outras atividades necessárias ao cumprimento das finalidades estabelecidas nesta Portaria.

Art. 4º Os membros do Núcleo Gestor Municipal de Alfabetização atuarão em **cinco eixos de atuação**: **Gestão Pedagógica; Formação Continuada; Avaliação e Monitoramento; Materiais e Práticas Pedagógicas; Equidade e Inclusão.**

Art. 5º O Núcleo Gestor Municipal de Alfabetização deverá desenvolver seus trabalhos de forma articulada com os diferentes setores da Secretaria Municipal de Educação, podendo promover escutas, reuniões, grupos de estudo, oficinas e consultas junto a:

I – Gestores escolares;
II – Coordenadores pedagógicos;
III – Professores alfabetizadores**;**
IV – Professores dos anos iniciais;
V – Profissionais da Educação Infantil;
VI – Profissionais da Educação Especial;
VII – Famílias e comunidade escolar;
VIII – Conselho Municipal de Educação;
IX – Demais profissionais órgãos e instituições cuja participação seja considerada pertinente ao processo de elaboração da Política.

Art. 6º Os casos omissos e as situações não previstas nesta Portaria serão dirimidos pela Secretaria Municipal de Educação, ouvida a Coordenação do Comitê, quando necessário.
Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos ao dia 02 de setembro de 2026.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.
Gabinete da Secretária Municipal de Educação de Rio do Fogo/RN, em 02 de setembro de 2026.

JOÁRIA DE ARAÚJO VIEIRA
Secretária Municipal de Educação de Rio do Fogo/RN.

Publicado por:
Elizandra Dos Santos Pereira
Código Identificador:E0E0A5C6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2026 – RETIFICADO - TERMO DE RATIFICAÇÃO DE CREDENCIAMENTO DE OSC Nº 001/2026

INTERESSADA: ORGANIZAÇÃO DE SAÚDE DR. RUY MARIZ, inscrita no CNPJ sob nº. 08.086.498/0001-69.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE RUY BARBOSA/RN**, no uso de suas atribuições legais e administrativas, considerando o disposto no Edital de Credenciamento nº 001/2026 – Retificado, bem como a manifestação favorável do Secretário Municipal de Saúde, resolve ratificar o deferimento do pedido de credenciamento e qualificação da entidade acima identificada, nos seguintes termos:
CONSIDERANDO que o Edital de Credenciamento nº 001/2026 – Retificado tem por objeto a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil – OSC, para fins de habilitação à eventual e futura celebração de parceria destinada ao gerenciamento, à operacionalização e à execução de ações e serviços de saúde, mediante futuro Termo de Colaboração, no âmbito do Município de Ruy Barbosa/RN;
CONSIDERANDO que a entidade **ORGANIZAÇÃO DE SAÚDE DR. RUY MARIZ**, inscrita no CNPJ sob o nº 08.086.498/0001-69, apresentou documentação para fins de credenciamento e qualificação, recebida em 15 de setembro de 2026;
CONSIDERANDO a análise e o julgamento da documentação realizados pela Comissão de Seleção de Organizações da Sociedade Civil – OSC, que concluíram pelo atendimento das exigências previstas no Edital de Credenciamento nº 001/2026 – Retificado;
CONSIDERANDO a manifestação favorável do Secretário Municipal de Saúde de Ruy Barbosa/RN, formalizada em 22 de setembro de 2026, na qual foi acolhida a decisão da Comissão de Seleção e reconhecido o atendimento das exigências previstas no edital;
CONSIDERANDO, por fim, o encaminhamento dos autos para apreciação e ratificação pelo Prefeito Municipal, conforme previsto no item 5.1 do Edital de Credenciamento nº 001/2026 – Retificado;

RESOLVE:

RATIFICAR a manifestação favorável do Secretário Municipal de Saúde e, consequentemente, o deferimento do pedido de credenciamento e qualificação da entidade **ORGANIZAÇÃO DE SAÚDE DR. RUY MARIZ**, inscrita no CNPJ sob o nº **08.086.498/0001-69**, como **Organização da Sociedade Civil – OSC**, nos termos do Edital de Credenciamento nº 001/2026 – Retificado.
O credenciamento e a qualificação ora ratificados destinam-se à habilitação da entidade para eventual e futura celebração de **Termo de Colaboração com o Município de Ruy Barbosa/RN, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde**, visando ao gerenciamento, à operacionalização e à execução de ações e serviços de saúde, observadas as condições estabelecidas no instrumento convocatório e na legislação aplicável.
Ressalte-se que o credenciamento não implica, por si só, a celebração de Termo de Colaboração, a garantia de contratação ou a transferência automática de recursos públicos, ficando eventual parceria condicionada ao cumprimento dos requisitos legais e administrativos pertinentes, bem como à formalização do instrumento próprio, quando cabível.
Determino a publicação do presente Termo de Ratificação no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte – FEMURN, para fins de publicidade e transparência do procedimento administrativo, em observância às disposições do Edital de Credenciamento nº 001/2026 – Retificado.

Ruy Barbosa/RN, 22 de setembro de 2026.

RANIERE MOURA BARBOSA
Prefeito Municipal de Ruy Barbosa/RN

Publicado por:
Daliane de Moura Pires
Código Identificador:9C42AE58

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 046/2026 - GP

O PREFEITO MUNICIPAL DE RUY BARBOSA/RN, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR o Senhor **JOSÉ ALDAIR DA SILVA**, inscrito no CPF sob o nº 044.xxx.474-xx, para o cargo de provimento em comissão de Diretor de Esporte, lotado no órgão da Secretaria Municipal de Educação e Desportos.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ruy Barbosa/RN, em 22 de setembro de 2026.

RANIERE MOURA BARBOSA
Prefeito de Ruy Barbosa/RN

Publicado por:
Daliane de Moura Pires
Código Identificador:D38929D4

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ

GABINETE CIVIL
PUBLICADA POR RETIFICAÇÃO - PORTARIA Nº. 09.1690/2026 – GAB

Dispõe sobre a nomeação dos Membros do Núcleo de Gestão do Cuidado - NGC, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, no uso das suas atribuições legais que lhão são conferidas pelo **Art. 55, inc. V** e **VIII** da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o Ofício nº 729/2026, oriundo da Secretaria Municipal de Saúde,

R E S O L V E :

Art. 1º - Nomear os Membros do Núcleo de Gestão do Cuidado - NGC, que a partir desta data, passa a ter a seguinte composição:

Nome	Função
Márcio Américo Correia Barbosa Filho	Enfermeiro
Jayane de Souza Brito	Enfermeira
Aiany Clara da Silva Bezerra	Bioquímica

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Cruz/RN, 21 de setembro de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Confessor
Código Identificador:1CD7B15C

GABINETE CIVIL
PUBLICADO POR RETIFICAÇÃO - PORTARIA Nº 09.1677/2026 - GC/PMSC

Concessão de Férias a Servidor Público Municipal e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 55, incisos V e VIII da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o Ofício 048/2026 da Secretaeria Municipal de Tributação e Arrecadação e o requerimento do servidor**;**

CONSIDERANDO o que rege o Art. 61 da Lei Municipal nº 50/75 e o Art. 7º inciso XVII, da Constituição Federal;
RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER 30 (trinta) dias de férias regulamentares a que tem direito o Servidor Público Municipal, **NILSON BEZERRA DE LIMA NETO**, Matricula: 153735-0, Subcoordenador de Fiscalização Tributária, vinculado à Secretaria Municipal de Tributação e Arrecadação, referente ao período aquisitivo de **2025**, que serão gozadas a parti de 21 do corrente mês e ano.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de **21 de setembro de 2026**.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, 17 de setembro de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Confessor
Código Identificador:41698C3E

GABINETE CIVIL
PUBLICADO POR RETIFICAÇÃO - PORTARIA Nº 09.1678/2026 - GC/PMSC

Concessão de Férias a Servidor Público Municipal e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 55, incisos V e VIII da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o requerimento do servidor**;**

CONSIDERANDO o que rege o Art. 61 da Lei Municipal nº 50/75 e o Art. 7º inciso XVII, da Constituição Federal;
RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER 30 (trinta) dias de férias regulamentares a que tem direito o Servidor Público Municipal, **LUIZ MARCOS PEIXOTO**, Matricula: 0090433/5, Subcoordenador de Agropecuária, vinculado à Secretaria Municipal de Agricultura, referente ao período aquisitivo de **2025**, que serão gozadas durante o mês de setembro do corrente ano.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **01 de setembro de 2026**.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, 17 de setembro de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Confessor
Código Identificador:30D90A25

GABINETE CIVIL
PUBLICADO POR RETIFICAÇÃO - PORTARIA Nº 09.1679/2026 - GC/PMSC

Concessão de Férias a Servidor Público Municipal e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 55, incisos V e VIII da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o Ofício 083/2026 da Secretaeria Municipal de Técnologia da Informação**;**

CONSIDERANDO o que rege o Art. 61 da Lei Municipal nº 50/75 e o Art. 7º inciso XVII, da Constituição Federal;
RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER 30 (trinta) dias de férias regulamentares a que tem direito o Servidor Público Municipal, **DOUGLAS JEFFERSOM DA SILVA SANTOS**, Matricula: 153046-1, Coordenador Administrativo, referente ao período aquisitivo de **2025**, que serão gozadas a parti de 15 do corrente mês e ano.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **15 de setembro de 2026**.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, 17 de setembro de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Confessor
Código Identificador:377AD3A6

GABINETE CIVIL
PUBLICADO POR RETIFICAÇÃO - PORTARIA Nº 09.1680/2026 - GC/PMSC

Concessão de Férias a Servidor Público Municipal e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 55, incisos V e VIII da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o requerimento do servidor**;**

CONSIDERANDO o que rege o Art. 61 da Lei Municipal nº 50/75 e o Art. 7º inciso XVII, da Constituição Federal;
RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER 30 (trinta) dias de férias regulamentares a que tem direito o Servidor Público Municipal, **SHEILA SANTOS DA SILVA**, Matricula: 0109860-1, Agente Comunitário de Saúde, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de **2025**, que serão gozadas de **19 de outubro a 17 de novembro do corrente ano**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, 21 de setembro de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Confessor
Código Identificador:1BA7AE3E

GABINETE CIVIL
PUBLICADO POR RETIFICAÇÃO - PORTARIA Nº 09.1681/2026 - GC/PMSC

Concessão de Férias a Servidor Público Municipal e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 55, incisos V e VIII da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o requerimento do servidor**;**

CONSIDERANDO o que rege o Art. 61 da Lei Municipal nº 50/75 e o Art. 7º inciso XVII, da Constituição Federal;
RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER 30 (trinta) dias de férias regulamentares a que tem direito o Servidor Público Municipal, **ÉLYDA RAFAELA MEDEIROS LOURENÇO DE AZEVEDO**, Matricula: 0052736-1, Fonoaudióloga, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de **2025**, que serão gozadas de **21 de setembro a 20 de outubro do corrente ano**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, 21 de setembro de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Confessor
Código Identificador:E3E42452

GABINETE CIVIL
PUBLICADO POR RETIFICAÇÃO - PORTARIA Nº 09.1682/2026 - GC/PMSC

Concessão de Férias a Servidor Público Municipal e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 55, incisos V e VIII da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o requerimento do servidor**;**

CONSIDERANDO o que rege o Art. 61 da Lei Municipal nº 50/75 e o Art. 7º inciso XVII, da Constituição Federal;
RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER 30 (trinta) dias de férias regulamentares a que tem direito o Servidor Público Municipal, **NAYARA KARINE FONSECA GOMES**, Matricula: 0053112 -1, Bioquímica, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de **2025**, que serão gozadas de **01 a 30 de outubro do corrente ano**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, 21 de setembro de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Confessor
Código Identificador:74B99764

GABINETE CIVIL
PUBLICADO POR RETIFICAÇÃO - PORTARIA Nº 09.1683/2026 - GC/PMSC

Concessão de Férias a Servidor Público Municipal e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 55, incisos V e VIII da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o requerimento do servidor**;**

CONSIDERANDO o que rege o Art. 61 da Lei Municipal nº 50/75 e o Art. 7º inciso XVII, da Constituição Federal;
RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER 30 (trinta) dias de férias regulamentares a que tem direito o Servidor Público Municipal, **JOSÉ CASSIO RODRIGUES DE CARVALHO FREIRE**, Matricula: 1530208-1, Diretor Geral da Unidade de Saúde Hospitalar, Hospital Municipal Aluízio Bezerra, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de **2025**, que serão fracionadas em 3 (três) períodos:
1º Período – 28/09/2026 a 02/10/2026
2º Período – 21/10/2026 a 30/10/2026
3º Período – 16/11/2026 a 30/11/2026

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, 21 de setembro de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Confessor
Código Identificador:66047198

GABINETE CIVIL
PUBLICADO POR RETIFICAÇÃO - PORTARIA Nº 09.1684/2026 - GC/PMSC

A Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 55, incisos V e VIII da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, **ERONMATHEUS FERREIRA DE SOUZA**, CPF: 017.XXX.XXX-35, para o cargo de **Encarregado**, símbolo CC-5, vinculado a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **2 de setembro de 2026**, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, 21 de setembro de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Confessor
Código Identificador:318BCECF

GABINETE CIVIL
PUBLICADO POR RETIFICAÇÃO - PORTARIA Nº 09.1685/2026 - GC/PMSC

Concessão de Férias a Servidor Público Municipal e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 55, incisos V e VIII da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o requerimento do servidor***;***

CONSIDERANDO o que rege o Art. 61 da Lei Municipal nº 50/75 e o Art. 7º inciso XVII, da Constituição Federal;
RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER 30 (trinta) dias de férias regulamentares a que tem direito o Servidor Público Municipal, **SHIRLEI ARAUJO DE JESUS**, Matricula: 0050059-1, Auxiliar de Enfermagem, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de **2026**, que serão gozadas de **03 de novembro a 02 de dezembro do corrente ano**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, 21 de setembro de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Confessor
Código Identificador:7E7EA833

GABINETE CIVIL
PUBLICADO POR RETIFICAÇÃO - PORTARIA Nº 09.1686/2026 - GC/PMSC

A Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 55, incisos V e VIII da Lei Orgânica do Município;
RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, **RAYANNE ADRIANO DE SOUZA**, CPF: 066.XXX.XXX-62, do cargo de **Diretor Administrativo de Unidade Básica - Centro**, símbolo CC-5, da Secretaria Municipal de Saúde

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de setembro de 2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, 21 de setembro de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Confessor
Código Identificador:39241DF1

GABINETE CIVIL
PUBLICADO POR RETIFICAÇÃO - PORTARIA Nº 09.1687/2026 - GC/PMSC

A Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 55, incisos V e VIII da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, **RAYANNE ADRIANO DE SOUZA**, CPF: 066.XXX.XXX-62, para o cargo de **Encarregado**, símbolo CC-5, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **2 de setembro de 2026**, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, 21 de setembro de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Confessor
Código Identificador:AD50E39C

GABINETE CIVIL
PUBLICADO POR RETIFICAÇÃO - PORTARIA Nº 09.1688/2026 - GC/PMSC

A Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 55, incisos V e VIII da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, **RITA DE CASSIA XAVIER SOARES**, CPF:065.XXX.XXX-60, para o cargo de **Diretor Administrativo de Unidade Básica de Saúde - Centro**, símbolo CC-5, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **2 de setembro de 2026**, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, 21 de setembro de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Confessor
Código Identificador:780F0C1F

GABINETE CIVIL
PUBLICADO POR RETIFICAÇÃO - PORTARIA Nº 09.1689/2026 - GC/PMSC

A Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 55, incisos V e VIII da Lei Orgânica do Município;
RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, **JEFFERSON DA SILVA**, CPF:118.XXX.XXX-80, para o cargo de **Encarregado**, símbolo CC-5, vinculado a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **1 de setembro de 2026**, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, 21 de setembro de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Confessor
Código Identificador:C6E5F0B1

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2026

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ**, inscrita no CNPJ sob o nº 08.358.889/0001-95, localizada à Rua Ferreira Chaves, nº 40, Centro, Santa Cruz/RN, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação para registro de preços na modalidade **PREGÃO**, a se processar de **FORMA ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO POR GRUPO**, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS PARA EVENTOS REALIZADOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ/RN. O Edital está disponível no Endereço: Rua Ferreira Chaves, nº 40, Centro, Santa Cruz/RN ou http://www.portaldecompraspublicas.com.br. Data de início das Propostas: a partir de 23 de setembro de 2026 às 08h00min exclusivamente através do site http://www.portaldecompraspublicas.com.br. Abertura da sessão pública: 07 de outubro de 2026 às 09h00min. Informações Gerais: Acessar o site http://www.portaldecompraspublicas.com.br para retirar o edital.

Santa Cruz/RN, em 22 de setembro de 2026.

KARLA PATRÍCIA DOS SANTOS.
Agente de Contratação

Publicado por:
Patrícia Valéria Florentino de Pontes
Código Identificador:34BDD231

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 048/2026

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ**, inscrita no CNPJ sob o nº 08.358.889/0001-95, localizada à Rua Ferreira Chaves, nº 40, Centro, Santa Cruz/RN, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação para registro de preços na modalidade **PREGÃO**, a se processar de **FORMA ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, objetivando a AQUISIÇÃO DE CAIXAS D`ÁGUA PARA O PROGRAMA CAIXA D`ÁGUA SOCIAL DESTINADOS À INSTALAÇÃO DE RESERVATÓRIOS DE ÁGUA EM RESIDÊNCIAS DE FAMÍLIAS COMPROVADAMENTE DE BAIXA RENDA E QUE ESTEJAM INSCRITAS NO CADASTRO ÚNICO, COM O OBJETIVO DE POSSIBILITAR O ACESSO DA POPULAÇÃO VULNERÁVEL À RESERVATÓRIO DE ÁGUA POTÁVEL, COMO FORMA DE AMENIZAR SITUAÇÕES DE DESABASTECIMENTO NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ-RN. O Edital está disponível no Endereço: Rua Ferreira Chaves, nº 40, Centro, Santa Cruz/RN ou http://www.portaldecompraspublicas.com.br. Data de início das Propostas: a partir de 23 de setembro de 2026 às 08h00min exclusivamente através do site http://www.portaldecompraspublicas.com.br. Abertura da sessão pública: 07 de outubro de 2026 às 11h00min. Informações Gerais: Acessar o site http://www.portaldecompraspublicas.com.br para retirar o edital.
Santa Cruz/RN, em 22 de setembro de 2026.

KARLA PATRÍCIA DOS SANTOS.
Agente de Contratação

Publicado por:
Patrícia Valéria Florentino de Pontes
Código Identificador:6ED01F4F

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS
PROCESSO Nº. 423073/2025 EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 218/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ/RN, inscrito no CNPJ sob nº 08.358.889/0001-95. CONTRATADA(O): EDUARDO XAVIER DE ASSUNÇÃO, inscrito no CPF/MF sob o nº 622.082.764-34. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 218/2026. PRAZO DE VIGÊNCIA DO ADITIVO: 12/08/2026 à 12/08/2027. DATA DA ASSINATURA: 11 de agosto de 2026. Ana Fabrícia de Araújo Silva Rodrigues de Souza - PELO LOCADOR e Eduardo Xavier de Assunção - LOCATÁRIO.

Publicado por:
Patrícia Valéria Florentino de Pontes
Código Identificador:BC5BA0D6

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS
PROCESSO Nº. 423077/2025 EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 303/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ/RN, inscrito no CNPJ sob nº 08.358.889/0001-95. CONTRATADA(O): NACIONAL COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA inscrita no CNPJ: 18.588.224/0001-21. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 303/2025. PRAZO DE VIGÊNCIA DO ADITIVO: 21/09/2026 à 21/09/2027. DATA DA ASSINATURA: 21 de setembro de 2026. Ana Fabrícia de Araújo Silva Rodrigues de Souza - PELO CONTRATANTE e Maria da Conceição Moura Nascimento - PELA CONTRATADA.

Publicado por:
Patrícia Valéria Florentino de Pontes
Código Identificador:0892FBEC

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 08091/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 029/2026 – PROC. ADMINIST. MSM/ RN N° 2321/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTANA DO MATOS/RN, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.110.439/0001-89;

CONTRATADA: CONTI ASSESSORIA EM PLANEJAMENTO & LICITAÇÕES LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob nº 52.213.375/0001-33;

OBJETO: Aquisição Emergencial de materiais de expediente, com a finalidade de suprir as necessidades operacionais e administrativas dos diversos setores da Prefeitura Municipal, garantindo a continuidade das atividades e evitando a interrupção dos serviços essenciais. Município de Santana do Matos/RN**.**
VALOR GLOBAL: R$ 64.200,00(sessenta e quatro mil e duzentos reais).
VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de até 90 (noventa) dias, contados da data de assinatura deste Termo de Contrato, nos termos do art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, e do Termo de Referência que fundamentou esta contratação emergencial.
É vedada a prorrogação do prazo de vigência deste Termo de Contrato, por se tratar de contratação emergencial fundamentada no art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

Dotação Orçamentária:
02.003.04.122.0003.2008 – Manutenção da Secretaria Municipal de Planejamento de Administração e Finanças;
Elemento de despesa:
3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Juridica;
Fontes:
1.500.0000 – Recursos não Vinculados de Impostos;

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 75, inciso VIII da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, *verbis*:

Santana do Matos/RN, 08 de setembro de 2026.

Município de Santana do Matos/RN
CLAYLTON ÂNGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal
Contratante

Conti Assessoria em Planejamento & Licitações LTDA
HERCULES SAMUEL DE LIMA ARAUJO
Represente Legal
Contratada

Publicado por:
Monica Paula da Silva de Assis
Código Identificador:F833C80E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 278-2026 – GAB-PMSM – CONCESSÃO DE DIÁRIA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e demais normas aplicáveis, e considerando a necessidade de concessão de diárias a servidor(a) municipal para custeio de despesas com deslocamento a serviço da Administração Pública Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º *Conceder ½ (meia) diária ao servidor* ***Leonaldo de Assunção****, matrícula nº* ***3159****, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social, no valor unitário de R$ 400,00 (quatrocentos reais), totalizando o montante de R$ 200,00 (duzentos reais).*

Parágrafo único. *A diária concedida destina-se ao custeio de despesas decorrentes do deslocamento do servidor à cidade de* ***Natal/RN****, no dia* ***24 de setembro de 2026****, para participar da Assembleia Ordinária do COEGEMAS-RN, oportunidade em que serão discutidas e apresentadas orientações sobre temas de relevância para a gestão da política de assistência social, especialmente:*
I *– Processo de adesão dos municípios ao SINAPIR;*
II *– Serviços de Proteção Social Especial nos municípios e suas respectivas regulamentações;*
III *– Selo UNICEF e sua agenda transversal.*
Art. 2º *Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.*

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE, REGISTRE-SE.

Santana do Matos/RN, 22 de setembro de 2026.

CLAYLTON ANGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal de Santana do Matos

Publicado por:
Lidiane Pereira de Olivieira
Código Identificador:01A7CB24

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE CESSÃO TEMPORÁRIA DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA JS210 JCB

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS/RN, pessoa jurídica de direito público interno, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. **CLAYLTON ANGELO PINHEIRO DA SILVEIRA**, doravante denominada **CEDENTE**; e
PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDO PEDROZA/RN, pessoa jurídica de direito público interno, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. **JOÃO MARIA BRAGA**, doravante denominada **CESSIONÁRIA**;
resolvem celebrar o presente **TERMO DE CESSÃO TEMPORÁRIA DE MÁQUINA**, mediante as cláusulas e condições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo tem por objeto a cessão temporária, pela CEDENTE à CESSIONÁRIA, de uma **ESCAVADEIRA HIDRÁULICA JS210, marca JCB, número de série 307587**, de propriedade da Prefeitura Municipal de Santana do Matos/RN, para uso em serviços de interesse público do Município de Fernando Pedroza/RN.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA CESSÃO
A CEDENTE disponibilizará a máquina descrita na Cláusula Primeira à CESSIONÁRIA sempre que esta necessitar, mediante solicitação prévia, formal ou por qualquer meio de comunicação entre as administrações, indicando o local e o serviço a ser executado, observada a disponibilidade da máquina.
CLÁUSULA TERCEIRA – DA DEVOLUÇÃO
Concluído o serviço para o qual foi solicitada, a máquina retornará à sede do Município de Santana do Matos/RN, nas mesmas condições em que foi entregue, ressalvado o desgaste natural decorrente do uso normal.
CLÁUSULA QUARTA – DA GRATUIDADE
A presente cessão é realizada a título gratuito, sem qualquer ônus para a CESSIONÁRIA quanto à propriedade do bem, e sem transferência de domínio, que permanece com a CEDENTE.
CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CESSIONÁRIA
Compete à CESSIONÁRIA:
utilizar a máquina exclusivamente em serviços de interesse público do Município de Fernando Pedroza/RN;
manter operador habilitado e zelar pela boa conservação do equipamento durante o período de uso;

arcar com o combustível, lubrificantes e demais despesas de operação durante o período em que a máquina estiver em seu poder;
responsabilizar-se por danos causados à máquina ou a terceiros por mau uso, negligência ou imprudência durante o período de uso;
comunicar imediatamente à CEDENTE qualquer defeito, acidente ou ocorrência com o equipamento;
não ceder, emprestar ou transferir a máquina a terceiros.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CEDENTE
Compete à CEDENTE entregar a máquina em condições de uso, bem como manter a regularidade de sua documentação e da manutenção periódica, quando o equipamento estiver sob sua guarda.
CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA
O presente Termo vigorará por prazo indeterminado a partir de sua assinatura, podendo ser rescindido por qualquer das partes, mediante comunicação prévia por escrito, após a devolução da máquina caso esta esteja em uso.
CLÁUSULA OITAVA – DO FORO
As partes elegem o foro da Comarca de Santana do Matos/RN para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Termo.
E, por estarem de acordo, firmam o presente Termo em duas vias de igual teor e forma.

Santana do Matos/RN, 31 de Agosto de 2025

SILVEIRA:96707909487
CLAYLTON ANGELO PINHEIRO DA
Assinado digitalmente por CLAYLTON ANGELO PINHEIRO DA SILVEIRA:96707909487
Razão: Eu sou o autor deste documento

Localização:
Data: 2025.08.31 10:24:00-03'00'

Foxit PDF Reader Versão: 2025.2.0
CLAYLTON ANGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal de Santana do Matos/RN – CEDENTE

JOAO MARIA
Assinado digitalmente por JOAO MARIA BRAGA:61622877420

Localização:

BRAGA:61622877 Razão: Eu sou o autor deste documento

420

Data: 2025.08.31 10:24:59-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2025.2.0

JOÃO MARIA BRAGA
Prefeito Municipal de Fernando Pedroza/RN – Cessionária

Publicado por:
Lidiane Pereira de Olivieira
Código Identificador:873DC204

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE CESSÃO TEMPORÁRIA DE TANQUE DE 6.000 LITROS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS/RN, pessoa jurídica de direito público interno, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. **CLAYLTON ANGELO PINHEIRO DA SILVEIRA**, doravante denominada **CEDENTE**; e
PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDO PEDROZA/RN, pessoa jurídica de direito público interno, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. **JOÃO MARIA BRAGA**, doravante denominada **CESSIONÁRIA**;
resolvem celebrar o presente **TERMO DE CESSÃO TEMPORÁRIA DE EQUIPAMENTO**, mediante as cláusulas e condições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo tem por objeto a cessão temporária, pela CEDENTE à CESSIONÁRIA, de um **TANQUE DE 6.000 (seis mil) LITROS**, com eixo tandem, pneus novos (900x20), bomba de vácuo, compressor de palhetas Mepel, mangueira de carga de 4 polegadas com 5,5 metros, pico leque asperso, abertura do registro traseiro hidráulico, sifão para reter líquido, pintura interna em pó epóxi e pintura externa em pó poliéster, de propriedade da Prefeitura Municipal de Santana do Matos/RN, para uso em serviços de interesse público do Município de Fernando Pedroza/RN.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA CESSÃO
A CEDENTE disponibilizará o equipamento descrito na Cláusula Primeira à CESSIONÁRIA sempre que esta necessitar, mediante solicitação prévia, formal ou por qualquer meio de comunicação entre as administrações, indicando o local e o serviço a ser executado, observada a disponibilidade do equipamento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DEVOLUÇÃO
Concluído o serviço para o qual foi solicitado, o equipamento retornará à sede do Município de Santana do Matos/RN, nas mesmas condições em que foi entregue, ressalvado o desgaste natural decorrente do uso normal.

CLÁUSULA QUARTA – DA GRATUIDADE
A presente cessão é realizada a título gratuito, sem qualquer ônus para a CESSIONÁRIA quanto à propriedade do bem, e sem transferência de domínio, que permanece com a CEDENTE.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CESSIONÁRIA
Compete à CESSIONÁRIA:
utilizar o equipamento exclusivamente em serviços de interesse público do Município de Fernando Pedroza/RN;

manter condutor/operador habilitado e zelar pela boa conservação do equipamento durante o período de uso;
arcar com o combustível, lubrificantes e demais despesas de operação durante o período em que o equipamento estiver em seu poder;
responsabilizar-se por danos causados ao equipamento ou a terceiros por mau uso, negligência ou imprudência durante o período de uso;
comunicar imediatamente à CEDENTE qualquer defeito, acidente ou ocorrência com o equipamento;
não ceder, emprestar ou transferir o equipamento a terceiros.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CEDENTE
Compete à CEDENTE entregar o equipamento em condições de uso, bem como manter a regularidade de sua documentação e da manutenção periódica, quando o equipamento estiver sob sua guarda.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA
O presente Termo vigorará por prazo indeterminado a partir de sua assinatura, podendo ser rescindido por qualquer das partes, mediante comunicação prévia por escrito, após a devolução do equipamento caso este esteja em uso.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO
As partes elegem o foro da Comarca de Santana do Matos/RN para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Termo.
E, por estarem de acordo, firmam o presente Termo em duas vias de igual teor e forma.

Santana do Matos/RN, 31 de Agosto de 2025

CLAYLTON ANGELO PINHEIRO DA

Assinado digitalmente por CLAYLTON ANGELO PINHEIRO DA SILVEIRA:96707909487
Razão: Eu sou o autor deste documento Localização:

SILVEIRA:96707909487Data: 2025.08.31 10:24:16-03'00'

Foxit PDF Reader Versão: 2025.2.0

CLAYLTON ANGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal de Santana do Matos/RN –Cedente

JOAO MARIA

Assinado digitalmente por JOAO MARIA BRAGA:61622877420

BRAGA:6162287 Razão: Eu sou o autor deste documento
Data: 2025.08.31 10:24:40-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2025.2.0

JOÃO MARIA BRAGA
Prefeito Municipal de Fernando Pedroza/RN – Cessionári

Publicado por:
Lidiane Pereira de Olivieira
Código Identificador:774F2493

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO 2545/2026

Torna-se público que o **MUNICÍPIO DE SANTANA DO MATOS/RN**, por meio do setor responsável pelas contratações, realizará Dispensa de Licitação, com critério de julgamento **MENOR PREÇO*,*** na hipótese do art. 75***, inciso VIII,*** nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas aplicáveis, visando o interesse público de obter a proposta mais vantajosa para objeto discriminado no item 1.1.
Os interessados deverão entrar em contato para maiores informações sobre o **TERMO DE REFERÊNCIA** e entrega de propostas junto a documentação na Sede da Prefeitura Municipal, localizada à Rua Manoel Américo de Carvalho, 56, centro, Santana do Matos/RN – 59520-000, das 08h00min às 13h00min de segunda à sexta, ou poderão enviar as solicitações e propostas para o e-mail: **compras@santanadomatos.rn.gov.br**, dentro do horário estabelecido e prazo máximo de até 03 (três) dias úteis, de acordo com a tabela com os itens abaixo.

OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA
Aquisição emergencial de capas de processo, em três especificações (cartolina 240g, offset 120g e super bond 75g), destinadas à autuação e à tramitação dos processos administrativos da Prefeitura Municipal de Santana do Matos/RN, com fornecimento parcelado, nos termos do art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, em razão do esgotamento do estoque do Almoxarifado Central e do encerramento da Ata de Registro de Preços que atendia a este item, conforme quantidades e especificações constantes do quadro do item 1.2 e do item 9 do Termo de Referência.

1.2. A contratação ocorrerá conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
01	Cód. 34649 – Capa de processo tam. 47 x 32cm em cartolina 240 gramas, frente (1x0),	Unid.	50.000

	vincada e perfurada no dorso (quatro furos) – arte a ser definida no momento do pedido – cores variadas		
02	**Cód. 34650 – Capa de processo tam. 47 x 32cm em offset 120 gramas, frente (1x0), vincada – arte a ser definida no momento do pedido – cores variadas**	**Unid.**	**15.000**
03	**Cód. 34651 – Capa de processo tam. 47 x 32cm em super bond 75 gramas, cores variadas, frente (1x0), vincada – arte a ser definida no momento do pedido**	**Unid.**	**15.000**
TOTAL GERAL			**80.000**

1.2.1. Nota: os preços unitários e totais de cada item serão apresentados pelo fornecedor em sua proposta de preços, observado o valor de referência (teto) fixado no item 9 do Termo de Referência, com base nos preços registrados no Pregão Eletrônico nº 013/2023 e atualizados por pesquisa de preços, não podendo a proposta superar tais valores.

1.3. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta, Termo de referência e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA DE LICITAÇÃO.

2.1. A presente Solicitação de Cotação ficará ABERTA POR UM PERÍODO DE 03 (TRÊS) DIAS UTÉIS, a partir da data de publicação, sendo que as propostas de preços e documentos de habilitação, deverão ser encaminhados para o endereço eletrônico: **(compras@santanadomatos.rn.gov.br)**, fazendo referência ao aviso de Contratação Direta até às 17hrs do último dia, sendo facultado a previsão de entrega da documentação e proposta de preços na sede da Prefeitura Municipal, aos cuidados do Setor de Compras até às 13hs do mesmo dia.

2.1.1 Caberá ao fornecedor certificar do efetivo recebimento da proposta e documentação pelo órgão contratante, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio, caso a documentação não seja recebida dentro do prazo máximo fixado neste aviso.

2.1.2 O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no processo de Dispensa de licitação, não cabendo ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido das suas informações, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

2.2.1. Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. Que se enquadrem nas seguintes vedações:

Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

Empresa, isoladamente ou em consórcio, com responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos daLei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2. O disposto na alínea "c" aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor.

2.2.4. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.2.5. Sociedades cooperativas.

2.3. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa de Licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

INGRESSO NA DISPENSA E ENVIO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na dispensa ocorrerá com o envio de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará para e-mail: (compras@santanadomatos.rn.gov.br) ou entregar na sede da Prefeitura Municipal, devidamente protocolado, a proposta e documentos de habilitação com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento e envio das propostas.

3.3. A proposta de preços deverá ser apresentada formalmente, redigida em papel timbrado do INTERESSADO, por meio mecânico ou informatizado, de forma clara e inequívoca, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, em estrita observância às especificações contidas neste Aviso, assinada na última folha e rubricada nas demais pelo seu titular ou representante legal, devidamente identificado, nela constando, obrigatoriamente:

a) Razão Social, CNPJ, endereço, CEP, telefone/ e-mail, CPF e pessoa de contato;

b) Preços de acordo com os praticados no mercado, em algarismo e por extenso, só reajustáveis na forma da lei, com valores expressos em moeda corrente nacional (R$). Ocorrendo divergência entre o preço em algarismo e o expresso por extenso, será levado em conta este último;

c) Prazo de validade de proposta não inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação, sendo facultado aos proponentes estender tal validade por prazo superior;

3.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou os descontos ofertados, vinculam a Contratada.

3.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

3.5.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.5.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto nas demais etapas de negociações, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.7. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

3.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, produtos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.9. No envio da proposta, o fornecedor deverá, também, demonstrar Termo de Aceitação/atestado, relativo às seguintes declarações:

3.9.1. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
3.9.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
3.9.3. Que se responsabiliza pelas informações que forem disponibilizadas, assumindo-as como firmes e verdadeiras;
3.9.4. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;
3.10. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos parágrafos 1º ao 3º do art. 4º da lei 14.133/2021.

JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO.

4.1. Encerrado o prazo para envio das propostas e documentação, será verificada a conformidade da proposta classificada como mais vantajosa quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação aos praticados no mercado.
4.2. Concluído o recebimento, o resultado será registrado na ata ou mapa do procedimento da dispensa, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.
4.3. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (Noventa) dias**,** a contar da data de sua apresentação.
4.4. Será desclassificada a proposta vencedora que:
4.4.1. Contiver vícios insanáveis;
4.4.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
4.4.3. Apresentar preços inexequíveis
4.4.4. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
4.4.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
4.5. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços que:
4.5.1. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
4.5.2. Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
4.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.
4.7. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo órgão, desde que não haja majoração do preço.
4.7.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
4.7.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
4.8. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
4.9. Se a proposta vencedora for desclassificada, será examinada a proposta adicional subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
4.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será realizando concomitantemente a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta e Termo de Referência.

5. HABILITAÇÃO

5.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam no item **6. – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na ordem de classificação.

5.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União; e
b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União
5.2.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 2 de junho de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
5.2.1.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no respectivo Relatório.
5.2.1.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
5.2.1.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
5.2.2. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

5.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada de forma Online, nos documentos por ele abrangidos.
5.3.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes de forma online para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.
5.3.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

5.4. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes nas plataformas online, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, no prazo de 3 (três) dias, sob pena de inabilitação.

5.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

5.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
5.7. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

5.8. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

5.9. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

5.9.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

5.10. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

6. **DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO**

6.1. As exigências de habilitação a serem atendidas pelo fornecedor são aquelas discriminadas nos itens a seguir:

6.2. Habilitação jurídica

6.2.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

6.2.2. **Empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

6.2.3. **Microempreendedor Individual - MEI**: Certificado da Condição de **Microempreendedor** Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

6.2.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

6.2.5. Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

6.2.6. **Sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

6.2.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária** - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

6.2.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

6.3. Habilitações fiscal, social e trabalhista:

6.3.1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

6.3.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

6.3.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

6.3.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

6.3.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

6.3.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *estadual/municipal/distrital*, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

6.3.6.1. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

6.3.7. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

6.3.7.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais/Municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

6.4. Habilitação econômico-financeira:

6.4.1. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial ou execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

6.5. Qualificação técnica:

6.5.1. Apresentar 1 (um), ou mais, **ATESTADO OU DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA**, em nome da licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem que a empresa prestou ou está prestando, a contento, os serviços objeto em características compatíveis a esta Dispensa de Licitação.

7. CONTRATAÇÃO

7.1. Após a autorização ou homologação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente como Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de 3 (Três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso à sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico (e-mail), para que seja assinado e devolvido no prazo de 2 (dois) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

7.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

7.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

7.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

7.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

7.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

7.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

Der causa à inexecução parcial do contrato;

Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

Der causa à inexecução total do contrato;

Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
'Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:
Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima desta contratação, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima desta contratação, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)
Multa:
Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
O atraso superior a 25 dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
8.3 A aplicação das sanções previstas nesta contratação não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)
8.4 Todas as sanções previstas nesta contratação poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).
8.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)
8.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).
8.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez*)* dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
8.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
8.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):
a natureza e a gravidade da infração cometida;
as peculiaridades do caso concreto;
as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
os danos que dela provierem para o Contratante;
a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
8.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
8.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta contratação ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)
8.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)
8.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:
9.1.1 republicar o presente aviso com uma nova data;
9.1.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.
9.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.
9.1.3. Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
9.2. As providências dos subitens 9.1.1 e 9.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).
9.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
9.4. A EMPRESA não poderá alegar como justificativa para se eximir das obrigações assumidas, o desconhecimento das condições para participação desta Dispensa de Licitação;
9.5. Poderá esta Prefeitura Municipal, revogar o presente Aviso de Dispensa e demais anexos, no todo em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado;
9.6. A Prefeitura Municipal poderá anular o presente Aviso de Dispensa e demais anexos, no todo em parte, caso ocorra ilegalidade, de oficio ou por provocação;
9.7. A anulação do procedimento oriundo deste Aviso de Dispensa, não gera direito a indenização;
9.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
9.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
9.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
9.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.
9.12. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, o Termo de Referência e qualquer outra documentação complementar de habilitação exigida.

Santana do Matos/RN **11 de setembro de 2026.**
REPUBLICADO.

JOSÉ RICARDO VASCONCELOS GUERREIRO
Assistente de Gabinete
Mat - 3531

Publicado por:
José Ricardo Vasconcelos Guerreiro
Código Identificador:5BC0D3A0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO 2572/2026

Torna-se público que o **MUNICÍPIO DE SANTANA DO MATOS/RN**, por meio do setor responsável pelas contratações, realizará Dispensa de Licitação, com critério de julgamento **MENOR PREÇO,** na hipótese do art. 75***, inciso II,*** nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas aplicáveis, visando o interesse público de obter a proposta mais vantajosa para objeto discriminado no item 1.1.
Os interessados deverão entrar em contato para maiores informações sobre o **TERMO DE REFERÊNCIA** e entrega de propostas junto a documentação na Sede da Prefeitura Municipal, localizada à Rua Manoel Américo de Carvalho, 56, centro, Santana do Matos/RN – 59520-000, das 08h00min às 13h00min de segunda à sexta, ou poderão enviar as solicitações e propostas para o e-mail: **compras@santanadomatos.rn.gov.br**, dentro do horário estabelecido e prazo máximo de até 03 (três) dias úteis, de acordo com a tabela com os itens abaixo.

OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA
Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de hospedagem, compreendendo acomodação em hotel, pousada ou estabelecimento similar localizado no município de Santana do Matos/RN ou em municípios circunvizinhos, desde que situados dentro de um raio máximo de 70 km (setenta quilômetros) da sede do município de Santana do Matos/RN, para atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Santana do Matos/RN.

1.2. A contratação ocorrerá conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01	Hospedagem em apartamento individual, com café da manhã incluso	Diária	80		
02	Hospedagem em apartamento duplo, com café da manhã incluso	Diária	60		
03	Hospedagem em apartamento triplo, com café da manhã incluso	Diária	40		
TOTAL GERAL					

1.2. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta, Termo de referência e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA DE LICITAÇÃO.
2.1. A presente Solicitação de Cotação ficará ABERTA POR UM PERÍODO DE 03 (TRÊS) DIAS UTÉIS, a partir da data de publicação, sendo que as propostas de preços e documentos de habilitação, deverão ser encaminhados para o endereço eletrônico: **(compras@santanadomatos.rn.gov.br)**, fazendo referência ao aviso de Contratação Direta até às 17hrs do último dia, sendo facultado a previsão de entrega da documentação e proposta de preços na sede da Prefeitura Municipal, aos cuidados do Setor de Compras até às 13hs do mesmo dia.
2.1.1 Caberá ao fornecedor certificar do efetivo recebimento da proposta e documentação pelo órgão contratante, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio, caso a documentação não seja recebida dentro do prazo máximo fixado neste aviso.
2.1.2 O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no processo de Dispensa de licitação, não cabendo ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido das suas informações, ainda que por terceiros não autorizados.
2.2. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:
2.2.1. Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);
2.2.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
2.2.3. Que se enquadrem nas seguintes vedações:
Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
Empresa, isoladamente ou em consórcio, com responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos daLei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;
2.2.3.2. O disposto na alínea "c" aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor.
2.2.4. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e
2.2.5. Sociedades cooperativas.
2.3. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa de Licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.
INGRESSO NA DISPENSA E ENVIO DA PROPOSTA INICIAL
3.1. O ingresso do fornecedor na dispensa ocorrerá com o envio de sua proposta inicial, na forma deste item.
3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará para e-mail: (compras@santanadomatos.rn.gov.br) ou entregar na sede da Prefeitura Municipal, devidamente protocolado, a proposta e documentos de habilitação com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento e envio das propostas.
3.3. A proposta de preços deverá ser apresentada formalmente, redigida em papel timbrado do INTERESSADO, por meio mecânico ou informatizado, de forma clara e inequívoca, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, em estrita observância às especificações contidas neste Aviso, assinada na última folha e rubricada nas demais pelo seu titular ou representante legal, devidamente identificado, nela constando, obrigatoriamente:
a) Razão Social, CNPJ, endereço, CEP, telefone/ e-mail, CPF e pessoa de contato;
b) Preços de acordo com os praticados no mercado, em algarismo e por extenso, só reajustáveis na forma da lei, com valores expressos em moeda corrente nacional (R$). Ocorrendo divergência entre o preço

em algarismo e o expresso por extenso, será levado em conta este último;
c) Prazo de validade de proposta não inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação, sendo facultado aos proponentes estender tal validade por prazo superior;
3.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou os descontos ofertados, vinculam a Contratada.
3.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;
3.5.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
3.5.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto nas demais etapas de negociações, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
3.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
3.7. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.
3.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, produtos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
3.9. No envio da proposta, o fornecedor deverá, também, demonstrar Termo de Aceitação/atestado, relativo às seguintes declarações:
3.9.1. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
3.9.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
3.9.3. Que se responsabiliza pelas informações que forem disponibilizadas, assumindo-as como firmes e verdadeiras;
3.9.4. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;
3.10. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos parágrafos 1º ao 3º do art. 4º da lei 14.133/2021.

JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO.

4.1. Encerrado o prazo para envio das propostas e documentação, será verificada a conformidade da proposta classificada como mais vantajosa quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação aos praticados no mercado.
4.2. Concluído o recebimento, o resultado será registrado na ata ou mapa do procedimento da dispensa, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.
4.3. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (Noventa) dias**,** a contar da data de sua apresentação.
4.4. Será desclassificada a proposta vencedora que:
4.4.1. Contiver vícios insanáveis;
4.4.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
4.4.3. Apresentar preços inexequíveis
4.4.4. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
4.4.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
4.5. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços que:
4.5.1. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
4.5.2. Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
4.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.
4.7. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo órgão, desde que não haja majoração do preço.
4.7.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
4.7.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
4.8. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
4.9. Se a proposta vencedora for desclassificada, será examinada a proposta adicional subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
4.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será realizando concomitantemente a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta e Termo de Referência.

5. HABILITAÇÃO

5.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam no item **6. – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na ordem de classificação.

5.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União; e
b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União
5.2.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 2 de junho de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
5.2.1.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no respectivo Relatório.
5.2.1.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
5.2.1.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
5.2.2. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

5.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada de forma Online, nos documentos por ele abrangidos.

5.3.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes de forma online para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.
5.3.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

5.4. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes nas plataformas online, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, no prazo de 3 (três) dias, sob pena de inabilitação.

5.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

5.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
5.7. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

5.8. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

5.9. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.
5.9.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

5.10. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

6. **DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO**
6.1. As exigências de habilitação a serem atendidas pelo fornecedor são aquelas discriminadas nos itens a seguir:
6.2. Habilitação jurídica
6.2.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.
6.2.2. **Empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
6.2.3. **Microempreendedor Individual - MEI**: Certificado da Condição de **Microempreendedor** Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;
6.2.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
6.2.5. Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
6.2.6. **Sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
6.2.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária** - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
6.2.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
6.3. Habilitações fiscal, social e trabalhista:
6.3.1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
6.3.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
6.3.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
6.3.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
6.3.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
6.3.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *estadual/municipal/distrital*, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
6.3.6.1. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
6.3.7. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
6.3.7.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais/Municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.
6.4. Habilitação econômico-financeira:
6.4.1. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial ou execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede da licitante.
6.5. Qualificação técnica:
6.5.1. Apresentar 1 (um), ou mais, **ATESTADO OU DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA**, em nome da licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem que a empresa prestou ou está prestando, a contento, os serviços objeto em características compatíveis a esta Dispensa de Licitação.
7. CONTRATAÇÃO
7.1. Após a autorização ou homologação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente como Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de 3 (Três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso à sistema de processo eletrônico para esse

fim ou outro meio eletrônico (e-mail), para que seja assinado e devolvido no prazo de 2 (dois) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

7.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

7.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

7.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

7.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

7.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

7.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

Der causa à inexecução parcial do contrato;

Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

Der causa à inexecução total do contrato;

Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;

Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

‘Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima desta contratação, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima desta contratação, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

Multa:

Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

O atraso superior a 25 dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

8.3 A aplicação das sanções previstas nesta contratação não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

8.4 Todas as sanções previstas nesta contratação poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

8.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

8.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

8.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez*)* dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

a natureza e a gravidade da infração cometida;

as peculiaridades do caso concreto;

as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

os danos que dela provierem para o Contratante;

a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

8.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta contratação ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

8.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

8.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.1.1 republicar o presente aviso com uma nova data;

9.1.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.1.3. Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.2. As providências dos subitens 9.1.1 e 9.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

9.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.4. A EMPRESA não poderá alegar como justificativa para se eximir das obrigações assumidas, o desconhecimento das condições para participação desta Dispensa de Licitação;
9.5. Poderá esta Prefeitura Municipal, revogar o presente Aviso de Dispensa e demais anexos, no todo em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado;
9.6. A Prefeitura Municipal poderá anular o presente Aviso de Dispensa e demais anexos, no todo em parte, caso ocorra ilegalidade, de oficio ou por provocação;
9.7. A anulação do procedimento oriundo deste Aviso de Dispensa, não gera direito a indenização;
9.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
9.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
9.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
9.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.
9.12. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, o Termo de Referência e qualquer outra documentação complementar de habilitação exigida.

Santana do Matos/RN **11 de setembro de 2026.**
REPUBLICADO.

JOSÉ RICARDO VASCONCELOS GUERREIRO
Assistente de Gabinete
Mat - 3531

Publicado por:
José Ricardo Vasconcelos Guerreiro
Código Identificador:E7E154F8

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 315.2026

Das Partes: Município de Santana do Matos, CNPJ 08.110.439/0001-89 – CONTRATANTE e **GEISE KELLY DA SILVA**, CPF: XXX.007.474-XX, CONTRATADA.

Do Objeto: O **CONTRATANTE,** em conformidade com o inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e com a Legislação Municipal vigente, contrata os serviços da **CONTRATADA, APROVADA** no Processo Seletivo Simplificado nº01/2025 para excepcional interesse público, para exercer a função de ASSISTENTE SOCIAL, junto a Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social, exercendo suas funções no CRAS.

Do Valor Global: **R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais),** que serão pagos em parcela proporcional aos meses trabalhados durante a vigência do contrato.

Da Vigência: **21 de setembro de 2026 a 21 de setembro de 2027**

O pagamento da retribuição mensal à **CONTRATADA** será feito pelo **CONTRATANTE,** mediante folha de pagamento, com recursos da seguinte dotação orçamentária: 04 – Fundo Municipal de Assistência Social. Projeto/Atividade: 2337 – Oferta de Serviços de Proteção Social Básica (PSB): 3.1.90.04 – Contratação por tempo determinado.

Do Fundamento Legal: inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e Legislação Municipal vigente.

Da assinatura: 21 de setembro de 2026.

Signatários: CLAYLTON ÂNGELO PINHEIRO DA SILVEIRA (Prefeito Municipal – Contratante) e **GEISE KELLY DA SILVA** (Contratada).

Publicado por:
Igor Breno de Medeiros Barros
Código Identificador:B69815D6

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 176/2026 - GP

Santana do Matos/RN, 01 de setembro de 2026.

O Prefeito Municipal de Santana do Matos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei em vigor.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder VACÂNCIA a servidora municipal, Sra. **TATIANNE TRINDADE DA SILVA MENDES,** ocupante do cargo efetivo de Educador Físico, matrícula nº. 2180, CPF nº XXX.088.434-XX, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, em virtude de convocação em cargo público inacumulável com o exercido atualmente, conforme artigo 33 VIII, da Lei Municipal 344/96, ficando desimpedido para assumir cargos públicos em quaisquer dos entes federativos pelo período de 36 meses, conforme artigo 20, da lei supracitada, a partir de desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE, REGISTRE-SE.

CLAYLTON ÂNGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Igor Breno de Medeiros Barros
Código Identificador:55D74484

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO AVISO DE LICITAÇÃO PE Nº 048/2026

O Município de Santana do Seridó/RN, por meio de seu pregoeiro vem tornar público a realização da licitação Pregão Eletrônico nº 048/2026 que tem como objeto aquisição de máquina (caminhão basculante) 0 km, destinado a atender as demandas da Secretaria Municipal de Agricultura, Recursos Hídricos e Meio Ambiente, através da Plataforma www.portaldecompraspublicas.com.br, por intermédio do PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS. Abertura da Sessão: 05/10/2026 às 09:01h. O início de acolhimento das propostas comerciais ocorrerá a partir do dia 23/09/2026 às 09:00h. Maiores informações e entrega de editais no endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br, por intermédio do Portal de Compras Públicas.

Santana do Seridó, 22 de setembro de 2026.

MIZAEL OLIVEIRA DE SOUZA
Agente de Contratação/Pregoeiro.

Publicado por:
Mizael Oliveira de Souza
Código Identificador:10474DAA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PE Nº 047/2026

O Município de Santana do Seridó/RN torna pública a realização do Pregão Eletrônico nº 047/2026, cujo objeto O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para registro de preço para futura, eventual e aquisição de ar-condicionado destinados a

atender as demandas das Secretarias Municipais de Santana do Seridó/RN, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. A sessão pública ocorrerá em 05/10/2026, às 09h01, pelo site www.portaldecompraspublicas.com.br. O acolhimento das propostas terá início em 23/09/2026, às 09h00. Edital e informações disponíveis no Portal de Compras Públicas.

Santana do Seridó, 22 de setembro de 2026.

JOELAINE CARLA ALVES DANTAS –
Agente de Contratação/Pregoeira.

Publicado por:
Joelaine Carla Alves Dantas
Código Identificador:0E18CBAF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. º 0178/2026/PMSS/CD/ADM DE 22 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 0178/2026/PMSS/CD/ADM de 22 de setembro de 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ/RN, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o constante no Decreto Municipal nº 1.077 de 28 de janeiro de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o Sr. **HENRIQUE DE SOUZA AZEVEDO**, ocupante do cargo de Motorista, inscrito na matricula de n° 130209-5, para realizar viagem a capital do Estado, Natal – RN, no dia 23 de setembro de 2026, para cumprimento de atividade de interesse da Administração Municipal, consistente no deslocamento de veículo pertencente à frota municipal até oficina autorizada, para realização de revisão e manutenção preventiva, visando assegurar as adequadas condições de funcionamento, conservação e segurança do referido veículo, bem como garantir a continuidade dos serviços públicos municipais que dependem de sua utilização, conforme declarações em anexo e termos descritos na **Portaria de N° 0178/2026/PMSS/CD/ADM de 22 de setembro de 2026.**

Art. 2º - Pelo deslocamento à localidade acima referida, será concedido o pagamento de 01 (uma) diária, conforme observância nos destinos constantes da "Tabela de Diárias" que trata o Art. 3º do Decreto Municipal acima citado.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Publique-se e cumpra-se

TATIANA FÁTIMA FERREIRA DE ARAÚJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Erick Pontes Costa
Código Identificador:FDDD7A37

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTECIA SOCIAL
EDITAL N.º 001/2026 DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

EDITAL N.º 001/2026 DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santana do Seridó/RN, Lei nº 0616/2022 através do Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA, torna público Edital para seleção de projetos de entidades governamentais e não governamentais do Município de Santana do Seridó/RN.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santana do Seridó/RN- CMDCA, no uso das atribuições previstas na Lei Federal nº 8069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, e na Lei Municipal nº 0616/2022, e no exercício de sua função deliberativa e controladora das ações da Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente no Município de Santana do Seridó:

Considerando, a Lei Federal nº 8069/1990 e, a Lei Municipal nº 0616/2022, que dispõe sobre a criação dos Conselhos e Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Considerando a disponibilidades de recursos oriundos de rendimentos, doações por deduções fiscais feitas por contribuintes através do IRPF, para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santana do Seridó/RN e por parte de repasse da Prefeitura Municipal de Santana do Seridó.

Considerando a necessidade de desenvolvimento de projetos que deverão ser aprovados pelo CMDCA de Santana do Seridó, bem como o funcionamento e aplicação dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que disciplina a Forma para Seleção de Projetos que poderão ser financiados pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA/Santana do Seridó/RN no exercício de 2026;

Considerando que o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA estabeleceu, em sua Resolução nº 137/2010, atualizada pela Resolução nº 194/2017, art. 15 que a aplicação dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, deliberada pelo respectivo Conselho de Direitos, deverá ser destinado para o financiamento de ações governamentais e não-governamentais relativas a:

· Desenvolvimento de programas e serviços complementares ou inovadores, por tempo determinado, não excedendo a três anos, da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;
· Acolhimento, sob a forma de guarda, de criança e de adolescente, órfão ou abandonado, na forma do disposto no artigo 227, § 3º, VI, da Constituição Federal e do artigo 260, § 2º da Lei n° 8.069, de 1990, observadas as diretrizes do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária;
· Programas e projetos de pesquisa, de estudos, elaboração de diagnósticos, sistemas de informações, monitoramento e avaliação das políticas públicas de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;
· Programas e projetos culturais e capacitação e formação profissional continuada dos operadores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente;
· Desenvolvimento de programas e projetos de comunicação, campanhas educativas, publicações, divulgação das ações de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;
· Ações de fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, com ênfase na mobilização social e na articulação para a defesa dos direitos da criança e do adolescente.

RESOLVE:

Art. 1°. Estabelecer procedimentos e realizar processo de análise e seleção de Projetos elaborados por entidades governamentais e não governamentais do Município de Santana do Seridó/RN, que poderá ser financiado pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santana do Seridó/RN e que esteja em consonância com os eixos de ação do CMDCA/Santana do Seridó/RN.

CAPÍTULO I – DA MODALIDADE

Art. 2°. Tendo em vista o art. 15 da Resolução CONANDA nº 137/2010, poderá ser inscrita no EDITAL nº 01/2026 proposta para fortalecimento da rede de proteção, nas seguintes modalidades:
Modalidade 1: Capacitação e formação profissional dos operadores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.
Modalidade 2: Comunicação, campanhas educativas, publicações, divulgação das ações de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

Modalidade 3: Fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, com ênfase na mobilização social e na articulação para a defesa dos direitos da criança e do adolescente conforme art. 4° do ECA.
Modalidade 4: Desenvolvimento de programas/projetos culturais e serviços complementares ou inovadores, por tempo determinado, não excedendo a 3 (três) anos, da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente.
Parágrafo único. O projeto submetido à análise deverá contemplar ações direcionadas ao art. 4° da lei nº 8.069/90.

Art. 3°. A proposta submetida a presente seleção deverá indicar projeto, programas e/ou serviços que contemplem a promoção de ações em Educação de: Cultura e da informação (curso de informática) no sentido de enfrentar ou prevenir problemas (violências e/ou violações de direitos) que dificultam a trajetória escolar e social de crianças e adolescentes.

CAPÍTULO II – DA HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Art. 4° - Os projetos deverão ser apresentados por organizações governamentais e não governamentais de setores educacionais e culturais que estejam de acordo com os requisitos de habilitação do art. 6° do presente edital.
Parágrafo único. Ficam impossibilitadas de participar da Comissão de Avaliação de Projetos as Instituições com assento no CMDCA que pleiteiam projetos com recursos deste edital; cabendo as demais Instituições a apreciação e aprovação.

SEÇÃO I – DO RECEBIMENTO DE PROJETOS

Art. 5°. O Projeto e a documentação para habilitação jurídica, deverão ser entregues impressos na Casa dos Conselhos, situado na Avenida Zezé Aprígio nº 294, Centro, Santana do Seridó/RN, das 8h00 às 13h, no período de 22 de setembro a 02 de outubro 2026.

SEÇÃO II – DA HABILITAÇÃO JURÍDICA
Art. 6°. A instituição proponente deve apresentar a este conselho, no que concerne a documentação para habilitação jurídica, os seguintes documentos:
I - Fora do envelope:
a) ofício dirigido ao CMDCA solicitando submissão de proposta, colocando a proposta anexa ao mesmo;
II - No envelope lacrado com a identificação da unidade proponente (Nome da entidade, CNPJ, Endereço, Telefone e E-mail ou entidade sem fins lucrativos (associação)
a) preenchimento de formulário com os dados cadastrais da organização;
b) cópia do comprovante de registro da unidade ou do projeto, programas ou serviço neste CMDCA;
c) cópia do cartão do CNPJ atualizado, possuindo a unidade comprovando cadastro ativo;
d) certidão negativa de débito tributário de qualquer natureza junto ao órgão fazendário municipal;
e) certidão negativa quanto à dívida ativa do Estado do RN;
f) certidão negativa quanto à dívida ativa da união conjunta;
g) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
h) certidão negativa de débitos trabalhistas;
i) declaração que não tenha tido contas de parcerias julgadas irregulares ou rejeitadas pelo Tribunal ou Conselhos de Contas de qualquer esfera da Federação em decisão irrecorrível, nos últimos 08 (oito) anos;
j) cópia da ata de eleição da direção atual ou portaria de nomeação dos diretores;
k) relação nominal atualizada da direção da unidade ou da entidade sem fins lucrativos, com cópias de comprovante de residência, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF de cada um deles;
l) comprovação de que a unidade proponente ou entidade sem fins lucrativos funciona no endereço por ela declarado;
m) cópia das normas de organização interna (Estatuto, PPP, Regimento Interno e etc.);
n) apresentar autodeclararão de que possui disponibilidade de instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas;
III - Caso se verifique irregularidade formal nas certidões negativas apresentadas ou quando estiverem com prazo de vigência expirado e novas certidões não estiverem disponíveis eletronicamente, a entidade governamental ou entidade sem fins lucrativos será notificada para, no prazo de cinco dias, regularizar a documentação, sob pena de não celebração da parceria.

CAPÍTULO III – DOS RECURSOS DESTINADOS

Art. 7°. O valor financiado pelo presente edital contemplará inicialmente 02 (dois) projetos de unidades governamentais públicas municipais e entidades não governamentais.
§ 1°. O valor do financiamento para cada projeto, será de R$ 12.000,00 (doze mil reais) para curso da área de informação (curso de informática) e projeto na ordem de 8.000,00 (oito mil reais) para projeto de Alto de Natal, totalizando 20.000,00 (vinte mil reais), recursos oriundos do Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA, destinado em parcela única de acordo com os prazos estabelecidos no plano de trabalho apresentado.
§ 2°. Cada unidade entidade poderá submeter à avaliação apenas uma proposta.
§ 3°. Em caso de entrada de recursos na conta do FIA, poderão ser aprovados pelo CMDCA outros projetos que tenham sido apresentados neste edital, além da quantidade estipulada neste artigo, conforme deliberação prévia do CMDCA e no transcurso do exercício 2026.

CAPÍTULO IV - CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E ANÁLISE DOS PROJETOS
SEÇÃO I - COMISSÃO DE ANÁLISE
Art. 8°. A comissão de análise de projetos será composta paritariamente por 4 (quatro) Conselheiros Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, escolhidos e nomeados para esta finalidade.
§ 1°. Não poderão fazer parte da comissão de análise, conselheiros que atuem como profissionais nas unidades proponentes.
§ 2°. Mediante solicitação do presidente do CMDCA, este poderá reunir-se extraordinariamente, para deliberar sobre os projetos e antecipar a divulgação da aprovação dos projetos.
§ 3°. Ficará a critério do CMDCA, avaliar e emitir parecer que esclareça a qualquer reclamação encaminhada pelos proponentes, quanto à aprovação ou reprovação dos projetos a ele encaminhado. Tais contestações deverão ser encaminhadas por escrito em até 48 horas após a publicação.
§ 3°. É de responsabilidade do CMDCA/Santana do Seridó, avaliar todo e qualquer material de divulgação do projeto aprovado.

SEÇÃO II – DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Art. 9°. Para avaliação das propostas apresentadas, o CMDCA observará os seguintes critérios:
I - Estar de acordo com os princípios deste edital;
II - Estar em consonância com a legislação relacionada à criança e ao adolescente;
III - O projeto será avaliado a partir dos itens abaixo elencados, com a indicação do conceito de 1,0 (um) a 5,0 (cinco) pontos para cada item:
a) consonância do projeto com a legislação relacionada à promoção dos direitos humanos da criança e do adolescente, em especial ao Estatuto da Criança e do Adolescente.
b) clareza e coerência entre a justificativa, os objetivos e as metas propostos no Projeto, tanto nos seus aspectos quantitativos, quanto qualitativos;
c) projetos que promovam ações em Educação de: Cultura e da informação (informática) no sentido de enfrentar ou prevenir problemas (violências e/ou violações de direitos) que dificultam a trajetória escolar e social de crianças e adolescentes.
d) impacto da ação e viabilidade: os projetos devem promover resultados concretos, em termos quantitativos e qualitativos, que objetivem melhorias significativas nas condições de vida das crianças e adolescentes das comunidades atendidas;
e) envolvimento das famílias das crianças e adolescentes nos projetos.

Art. 10. O projeto será considerado aprovado pelo critério de notas, e caso haja propostas semelhantes, terão prioridades aqueles que apresentem melhor capacidade técnica.

CAPÍTULO V – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 11. Os projetos habilitados serão publicados no Diário Oficial do Município e/ou Site Oficial da Prefeitura Municipal e ficará aguardando a transferência do repasse do FIA, com a ressalva de que após a comprovação do repasse do valor será autorizado o início da execução.

Art. 12. O CMDCA/Santana do Seridó divulgará em até 05 (cinco) dias do término do prazo da apresentação do projeto o resultado da análise feita pela Comissão de Seleção, discorrendo após a publicação de resultado o prazo para empenho.

Art. 13. O Projeto deverá preencher, obrigatoriamente, os itens descritos: formulário de inscrição do projeto e Plano de Trabalho presentes em anexo a este edital.

Parágrafo único. Para avaliação do plano de trabalho, observar-se-á os seguintes critérios:
a) adequação e detalhamento da metodologia quanto à abordagem pedagógica, público-alvo, equipe do projeto e atividades a serem desenvolvidas;
b) proposta de monitoramento e avaliação de resultados e impactos;
c) adequação do orçamento, coerência entre os valores solicitados, seus objetivos e metas.

Art. 14. As crianças/adolescentes beneficiadas com projetos devem estar devidamente matriculadas na rede escolar.

Art. 15. A inclusão no projeto para aquisição de material permanente será admitida desde que relacionada no projeto em consonância com as atividades fins, sob prévia aprovação e fiscalização do CMDCA.

§ 1°. Considera-se atividade afins aquelas atividades interventivas e imprescindíveis para alcançar os objetivos gerais e específicos expressos no projeto envolvendo as crianças/adolescentes. Os eventuais contratados deverão ter comprovada experiência e qualificação compatíveis com as atividades desenvolvidas, ficando sob responsabilidade da entidade guardar esses registros por no mínimo 10 anos.
§ 2°. Não serão objetos de financiamento projetos que visem à aquisição de veículos, construção e/ou reforma de imóveis.

Art. 16. Todo e qualquer material permanente de aquisição pelo financiamento do FIA é de propriedade do FIA, caso haja descontinuidade do projeto, o material adquirido será devolvido ao CMDCA/Santana do Seridó para que seja disponibilizado para uso em outros projetos de mesmo cunho.

Art. 17. Cabe ao CMDCA/Santana do Seridó deliberar sobre as questões omissas neste edital.

Art. 18. A entidade deverá enviar ao CMDCA o relatório de atividades com registros fotográficos, execução financeira e lista de presença dos contemplados nas atividades do projeto.

Art. 19. O projeto contemplado deverá ter duração mínima de 03 (três) meses, a contar da data do repasse; e a prestação de contas será realizada parcialmente através dos relatórios de execução financeira, e completa com relatório final ao fim da execução do projeto com os devidos documentos comprobatórios (notas fiscais, recibos e etc.).

Art. 20. Cada projeto deverá conter as maneiras de como fará a divulgação do FIA sendo obrigatório as logomarcas do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA, Prefeitura Municipal, Secretaria Municipal de Assistência Social de Santana do Seridó em todo o material de divulgação.

Art. 21. O projeto apresentado ao CMDCA são bens comuns, podendo ser replicados por outras entidades em forma de tecnologia social.

Art. 22. Entidades com prestação de contas de editais anteriores em atraso não poderão concorrer a este edital.

Art. 23. Este Edital passará a vigorar na data de sua publicação no site Oficial do Município de Santana do Seridó/RN.

Santana do Seridó/RN, 22 de setembro de 2026.

EVERTON DE AZEVEDO BARRETO
Secretário do CMDCA

LUIZ BEZERRA DA CUNHA JUNIOR
Presidente do CMDCA

PLANO DE TRABALHO
1) DADOS DO PROPONENTE

Informações Bancárias

Banco:	Agência:	Conta Corrente:

Responsável pela Instituição

Nome do Responsável:	Cargo/Função:
CPF:	Doc. de Identidade/Órgão Expeditor:
Endereço Completo:	
Telefone:	E-mail:
Vigência de Mandato da Diretoria Atual:	

2) DESCRIÇÃO DO PROJETO
2.1) Objetivo Geral
Informar o que se pretende alcançar de forma clara e concisa. A especificação do objetivo geral deve responder às questões: Para quê? Para Quem? Deve ser formulado com vistas à solução de um problema.

2.2) Objetivos Específicos
Descrever as ações específicas necessárias para alcançar o objetivo geral. Utilizar verbos que representem ações específicas e concretas: construir, implantar, adquirir, contratar, capacitar, instalar, elaborar, montar, editar, confeccionar, produzir, imprimir etc. Evitar verbos de sentido abstrato, confuso, impreciso: apoiar, colaborar, fortalecer, contribuir etc. Os objetivos devem ser tangíveis, específicos, concretos, mensuráveis e atingíveis em um certo período de tempo.

2.3) Justificativa
Descrever causas e efeitos dos problemas existentes, e como se pretende resolver e/ou transformar, registrando informações pertinentes: estatísticas, indicadores, outras caracterizações, etc.
Primar pela clareza e explicitação de elementos que permitam conferir se a ação que se pretende desenvolver é compatível com as diretrizes gerais para a transferência voluntária e especificamente com as regras estabelecidas para o programa selecionado.
Descrever com clareza e sucintamente as razões que levaram à proposição.
Fundamentar a pertinência e a oportunidade do projeto como resposta a um problema ou
demanda social específica.
Informar que o projeto foi apreciado em reunião de Conselho Municipal e ou que está de acordo com diretrizes por aqueles estabelecidos, se for o caso.
Deixar claro o que se pretende resolver ou transformar e apresentar respostas para as seguintes perguntas: Qual a importância do problema para a comunidade local? Quais as alternativas para solução do problema? Por que executar o projeto? Por que ele deve ser aprovado e implementado? Qual a possível relação do projeto proposto com atividades semelhantes ou complementares entre projetos que estão sendo desenvolvidos? Quais os benefícios

econômicos, sociais e ambientais a serem alcançados pela comunidade?

2.4) Público-alvo/Beneficiários
Quantificar (número) e qualificar (descrever) as pessoas a serem beneficiadas, de fato, com o projeto, e os critérios utilizados para a seleção de beneficiários (diretos e indiretos).

2.5) Área de Abrangência
Informar qual a dimensão espacial da área de cobertura do projeto, relacionando atores
envolvidos, bairros, ruas etc. Deixar bem claro onde o projeto será aplicado/realizado.

2.6) Metodologia
Informar o conjunto dos fundamentos teóricos, as formas, as técnicas e os métodos, articulados numa sequência lógica, que serão utilizados para executar o projeto.
Descrever o passo a passo do conjunto de procedimentos a serem utilizados para que os objetivos do projeto sejam atingidos.

2.7) Capacidade Técnica e Gerencial
Discriminar as especialidades profissionais necessárias e específicas existentes e a serem
contratadas para o desenvolvimento das atividades propostas para a execução do projeto.
Especificar o campo de atuação de cada profissional, tempo mínimo de experiência
comprovada, área de formação e o tipo de qualificação a ser exigida, para o desenvolvimento
do objetivo proposto.

2.8) Resultados/Produtos Esperados/Impactos Previstos
Devem estar relacionados com as justificativas e os objetivos específicos. Registrar os
resultados que se espera obter com o projeto e a resposta do projeto aos problemas ou
demandas sociais. Descrever os benefícios e os impactos positivos e negativos que o projeto trará para a comunidade local:

2.9) Administração da Parceria
Indicar o responsável pela parceria, os indicadores para cada objetivo específico e resultado esperado. Descrever o método/estratégia de avaliação.
Registrar informações sobre as estratégias para a continuidade do projeto, auto sustentação e como manter viva a atividade e as ações relativas ao projeto. Registrar também informações a respeito do projeto ter condição de gerar renda no futuro, receitas atuais e projetadas, resumo da situação financeira.
Especificar os documentos que serão produzidos, para a devida comprovação do alcance das metas estabelecidas, e os instrumentos e indicadores que deverão ser utilizados para a avaliação dos resultados efetivamente alcançados.
Informar as especificações de relatório sintético, a ser incluído na Prestação de Contas, para registrar o grau de satisfação dos participantes e/ou beneficiários de cada evento, a ser utilizado como critério de avaliação e de comparação entre futuras propostas apresentadas.

3) OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES
Preencher indicando as obrigações de cada um dos partícipes, quando o projeto for
desenvolvido em rede.

4) METAS E ETAPAS
Cada objetivo específico deve ter uma ou mais metas, que devem estar dimensionadas conforme indicadores que permitirão evidenciar seu alcance.
Registrar as atividades necessárias para se alcançar o objetivo esperado do projeto. Para cada meta, registrar, pelo menos, uma etapa, onde serão detalhados os passos para se chegar ao alcance de cada uma delas. Não juntar em uma mesma etapa material permanente e de consumo.

5) PARÂMETROS A SEREM UTILIZADOS PARA A AFERIÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS
Definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas.

Santana do Seridó/RN, XX de xxxxxxxxx de 2026.

Instituição Proponente
Assinatura do Responsável

Publicado por:
Erick Pontes Costa
Código Identificador:63CF4169

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTECIA SOCIAL
RESOLUÇÃO 001/2026

Resolução 001/2026

Dispõe sobre Aprovação de Edital do Fundo Municipal da Infância e Adolescência- FIA no exercício de 2026. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Santana do Seridó/RN, aprova Edital nº 001/2026, que contemplará projetos de entidades Governamentais e Não Governamentais do Município de Santana de Seridó/RN.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santana do Seridó/RN - CMDCA, no uso de suas atribuições previstas na Lei Federal nº 8069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, e na Lei Municipal nº 0616/2022, e no exercício de sua função deliberativa e controladora das ações da Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente no Município de Santana do Seridó/RN, em assembleia deliberativa ocorrida em 22 de setembro de 2026.

Resolve:

Art. 1º. Aprovar Edital de nº 001/2026 na ordem de R$: 20.000,00 (vinte mil reais) recursos oriundos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para o exercício 2026.

Art. 2º. Os recursos serão direcionados para projetos que contemplará entidades Governamentais e Não governamentais do Município de Santana do Seridó/RN, sendo 01(um) projeto na área da informação (curso de informática) na ordem de R$: 12.000,00(doze mil reais) e 01 (um) projeto de Alto de Natal na ordem de R$: 8.000,00 (oito mil reais), totalizando R$: 20.000,00 (vinte mil reais) em consonância com o art. 22 da Lei nº 0616/2022 no inciso IV, que permite a aplicação de recursos do FIA em: programas, projetos, ações e formação profissional continuada dos operadores do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente. visando o fortalecimento das políticas de garantia de direitos de crianças e adolescentes

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Santana do Seridó/RN, 22 de setembro de 2026.

LUIZ BEZERRA DA CUNHA JÚNIOR
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Erick Pontes Costa
Código Identificador:6E9185CA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N º 046/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ/RN. CNPJ: 08.088.247/0001-13.

CONTRATADO: 54.976.015 ALEXANDRA DE OLIVEIRA VIEIRA ARAUJO. CNPJ: 54.976.015/0001-19.

O valor do presente contrato é da importância de R$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais).

OBJETO: Contratação de empresa de representação exclusiva para apresentação de show artístico da banda "TABERNÁCULO", nos festejos alusivos ao dia do evangélico, a ser realizado no dia 26 de setembro, em praça pública.

INEXIGIBILIDADE Nº. 027/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 3095/2026

Prazo de Vigência: 22/09/2026 a 22/10/2026.

Fundamento Legal da Lei Federal 14.133/2021.

Santana do Seridó/RN, 21 de setembro de 2026.

As despesas referentes ao objeto desta contratação, correrão às contas dos recursos do Orçamento Geral do Município, EXERCÍCIO 2026, nas seguintes dotações:
PROJETO/ATIVIDADE: 13.392.0018.2076 – Apoio E Incentivo A Eventos Culturais E Religiosos, Dia Da Juventude, Dia Do Evangélico, Festividades Do Padroeiro Municipal E Datas Culturais Ao Nível De Estado E União.
FONTE DE RECURSOS: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos.
NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica.

TATIANA FATIMA FERREIRA DE ARAUJO
CPF N° ***.290.854-**
Prefeita Municipal

Publicado por:
Murielly Karla Diniz de Medeiros
Código Identificador:D2406F37

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02025.000004/2026

Dadas as informações constantes do Processo Administrativo abaixo discriminado, reconheço a Dispensa de Licitação.

CONTRATANTE: PREFEITURA DE SÃO BENTO DO NORTE/RN,
CNPJ: 08.114.514/0001-80
CONTRATADO: SAUDE BRASIL.COMERCIO E SERVIÇO ODONTOLÓGICO E FISIOTERÁPICO LTDA
CNPJ: 27.746.681/0001-98

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a confecção de próteses dentárias destinadas aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) do Município de São Bento do Norte/RN, conforme demanda da Secretaria Municipal de Saúde.

VALOR GLOBAL: R$: 58.800,00 (Cinquenta e oito mil e oitocentos reais)

BASE LEGAL: Artigo 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 33.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

São Bento do Norte/RN, 16 de setembro de 2026.

JOÃO MARIA MONTENEGRO DA SILVA
Prefeito de São Bento do Norte /RN.

Publicado por:
Rafael Menezes Dos Santos
Código Identificador:FC3E0FFF

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 55/2026.

PROCESSO N° 02025.000004/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA DE SÃO BENTO DO NORTE/RN.
CNPJ: 08.114.514/0001-80.
CONTRATADO: SAUDE BRASIL.COMERCIO E SERVIÇO ODONTOLÓGICO E FISIOTERÁPICO LTDA
CNPJ: 27.746.681/0001-98

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a confecção de próteses dentárias destinadas aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) do Município de São Bento do Norte/RN, conforme demanda da Secretaria Municipal de Saúde.

VALOR GLOBAL: R$: 58.800,00 (Cinquenta e oito mil e oitocentos reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Órgão: 02 – PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE, **Unidade Orçamentária**: 02.025 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE; **Função:** 10 – SAÚDE; **Sub- função:** 301– ATENÇÃO BÁSICA; **Projeto Atividade:** 2171– MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS AÇÕES DA ESTRATÉGIA SAÚDE BUCAL – SB; **Elemento de Despesa:** 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA. **Fonte de Recursos**: 16000000 – Transf. Fundo de Rec. Do SUS Prov. Do Governo Federal – Bloco de Manut. Das Ações e Serviços Públicos de Saude.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 17/09/2026 a 17/09/2027.

São Bento do Norte/RN, 17 de setembro de 2026.

JOÃO MARIA MONTENEGRO DA SILVA
Prefeito
Contratante

ILLANY KARILYNE OLIVEIRA GOMES
(Representante Legal)
Contratada

Publicado por:
Rafael Menezes Dos Santos
Código Identificador:6AD5A18F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO-SRP Nº 029/2026

O município de São Fernando/RN torna público que fará licitação na modalidade pregão eletrônico SRP cujo objeto é o Registro de preços para possível aquisição gradual de gás oxigênio em cilindro para atender as demandas da secretaria municipal de saúde, bem como suprir suas unidades básicas, disponibilizando deste tratamento aos munícipes. O sistema estará aberto para o registro de propostas às 10h00min do dia 23/09/2026. A sessão acontecerá às 10h01min (horário de Brasília) do dia 05/10/2026. O edital e anexos se encontram a disposição nos sites: www.portaldecompraspublicas.com.br e PNCP. São Fernando/RN 22/09/2026

MISAC ROBSON FERNANDES
Agente de Contratação

Publicado por:
Misac Robson Fernandes
Código Identificador:E34D65C7

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 067/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 030/2026 – PROC. ADMINIST. PMSF/RN N° 2026.09.0172

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO/RN - SECRETARIA MUNICIPAL PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO.

CONTRATADA: CAATINGA IA LTDA, INSCRITO NO CNPJ N. º 64.448.626/0001-48, COM ENDEREÇO NA AVENIDA CAPITÃO JOSÉ INÁCIO N. º 695 – VITAL GALDINO – SÃO FERNANDO/RN.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, EM REGIME DE ASSINATURA MENSAL, COMPREENDENDO LICENÇA DE USO, HOSPEDAGEM EM NUVEM, COLETA E ATUALIZAÇÃO DIÁRIA AUTOMÁTICA DOS DADOS PÚBLICOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO, VERIFICAÇÃO DE INTEGRIDADE, DISPONIBILIZAÇÃO DE PAINÉIS DE GESTÃO PARA APOIO À TOMADA DE DECISÃO DO GESTOR, ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO ANALÍTICO MENSAL, MANUTENÇÃO, ATUALIZAÇÃO E SUPORTE TÉCNICO.

VIGÊNCIA CONTRATUAL: TERMO INICIAL A DATA DE SUA ASSINATURA PROLONGANDO-SE POR 12 (DOZE) MESES.

VALOR GLOBAL: R$ 21.600,00.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART. 75, INCISO II, NOS TERMOS DA LEI N. º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021.

SUBSCRITORES: GENILSON MEDEIROS MAIA – PELO CONTRATANTE E CAATINGA IA LTDA – PELA CONTRATADO.

SÃO FERNANDO/RN, 22 DE SETEMBRO DE 2026.

GENILSON MEDEIROS MAIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mateus Calista da Silva
Código Identificador:A000D928

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 030/2026

1 - De acordo.

2 - Diante da análise técnica da comissão de contratação deste município e do parecer favorável emitido pela assessoria jurídica deste município, determino que se proceda, com a **Contratação** de empresa especializada para prestação de serviços de tecnologia da informação, em regime de assinatura mensal, compreendendo licença de uso, hospedagem em nuvem, coleta e atualização diária automática dos dados públicos oficiais do município, verificação de integridade, painéis de gestão para apoio à decisão do gestor, relatório analítico mensal, manutenção e suporte técnico, junto à CAATINGA IA LTDA, inscrito no CNPJ N. º 64.448.626/0001-48, com endereço na Avenida Capitão José Inácio N. º 695 – Vital Galdino – São Fernando/RN, a fim de atender, nos termos da solicitação inicial, as necessidades e demandas do Município de São Fernando/RN – Secretaria Municipal de Planejamento e Administração, com a importância global estimada de R$ 21.600,00 (vinte e um mil e seiscentos reais).

3 - Em respeito ao disposto no art. 72 da Lei nº 14.133/2021, **AUTORIZO** a presente **CONTRATAÇÃO**, realizada com fundamento no art. 75, II da supracitada lei e, em consequência, determino à Secretaria Municipal de Finanças que emita NOTA DE EMPENHO em favor da supracitada empresa, nos termos das propostas constantes destes autos.

4 - Providencie-se, no prazo legal, a publicação do teor deste despacho e de seu contrato, por extrato, conforme estabelece o art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

São Fernando/RN, 22 de Setembro de 2026

GENILSON MEDEIROS MAIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mateus Calista da Silva
Código Identificador:5295A3F2

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
PORTARIA N.º 1436 - FMSF/2026

PORTARIA N.º 1436 - FMSF/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias e determina outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO – RN, usando das prerrogativas que lhes são conferidas enquanto ordenador de despesas; e
CONSIDERANDO que a administração pública exige dos administradores empenho e disponibilidade para atender, em tempo hábil, a demanda de problemas ocorridos diariamente;
CONSIDERANDO que a ação para atender os problemas do dia-a-dia da administração pública quando realizada fora do âmbito do município acarreta despesas com estadia e alimentação;
CONSIDERANDO as normas estabelecidas no Decreto n.º 037/2016, de 04 de Julho de 2016;

RESOLVE:
Art. 1o. – Autorizar o empenho e o pagamento de diária(s):

Quantidade	MEIA DIÁRIA		
Valor unitário em R$	120,00 (CENTO E VINTE REAIS)		
Valor total em R$	60,00 (SESSENTA REAIS)		
Destino	NATAL RN		
Data da concessão	18 DE SETEMBRO DE 2026		
Datas de afastamento	18 DE SETEMBRO 2026	Saída/origem	**04:HS DO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2026**
Meio de transporte	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	Chegada/origem	**19:45 H DO 18 DE SETEMBRO DE 2026**
Beneficiário	JARBAS WESLEY SANTOS BRAGA		
CPF n.°	105.515.274.12		
Cargo e/ou Função	MOTORISTA		

TRANSPORTAR A PACIENTE MONICA SANTOS TEIXEIRA PARA REALIZAR EXAMES MEDICOS E CONSULTA NO CENTRO CLINICO AVANÇADO, LOCALIZADO AV. GOV. JUVENAL LAMARTINE 205, TIROL-, NATAL/RN NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2026.
Art. 2o. – Publique-se e Cumpra-se.
Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, São Fernando – RN, 18 DE SETEMBRO DE 2026.

EDKÁTIA DE MEDEIROS MAIA
Secretária Municipal de Saúde e Saneamento
CPF n.°007.851.174-74

Publicado por:
José Anderson Dantas de Medeiros
Código Identificador:2F441ABE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
PORTARIA N.º 1437 - FMSF/2026

PORTARIA N.º 1437 - FMSF/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias e determina outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO – RN, usando das prerrogativas que lhes são conferidas enquanto ordenador de despesas; e
CONSIDERANDO que a administração pública exige dos administradores empenho e disponibilidade para atender, em tempo hábil, a demanda de problemas ocorridos diariamente;
CONSIDERANDO que a ação para atender os problemas do dia-a-dia da administração pública quando realizada fora do âmbito do município acarreta despesas com estadia e alimentação;
CONSIDERANDO as normas estabelecidas no Decreto n.º 037/2016, de 04 de Julho de 2016;

RESOLVE:
Art. 1o. – Autorizar o empenho e o pagamento de diária(s):

Quantidade	MEIA DIÁRIA		
Valor unitário em R$	180,00 (CENTO E OITENTA REAIS)		
Valor total em R$	90,00 (NOVENTA REAIS)		
Destino	NATAL RN		
Data da concessão	21 DE SETEMBRO DE 2026		
Datas de afastamento	21 DE SETEMBRO DE 2026	Saída/origem	**04HS DO DIA 21 DE SETEMBRO DE 2026**
Meio de transporte	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	Chegada/origem	**20:50 H DO 21 DE SETEMBRO DE 2026**
Beneficiário	MISAEL ROBSON DE ARAÚJO		
CPF n.°	061.745.964-94		
Cargo e/ou Função	COORDENADOR MUNICIPAL DE SAUDE		

***Finalidade*: ACOMPANHAR A PACIENTE SANDRA MARIA SANTOS PARA REALIZAR PROCEDIMENTO NO CENTRO CLINICO AVANÇADO, LOCALIZADO AV. GOV. JUVENAL LAMARTINE, 205 - TIROL, NATAL – RN NO 21 DE SETEMBRO DE 2026**

Art. 2o. – Publique-se e Cumpra-se.
Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, São Fernando – RN, 21 DE SETEMBRO DE 2026

EDKÁTIA DE MEDEIROS MAIA
Secretária Municipal de Saúde e Saneamento
CPF n.°007.851.174-74

Publicado por:
José Anderson Dantas de Medeiros
Código Identificador:373319A6

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
PORTARIA N.º 1437 - FMSF/2026

PORTARIA N.º 1439 - FMSF/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias e determina outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO – RN, usando das prerrogativas que lhes são conferidas enquanto ordenador de despesas; e
CONSIDERANDO que a administração pública exige dos administradores empenho e disponibilidade para atender, em tempo hábil, a demanda de problemas ocorridos diariamente;
CONSIDERANDO que a ação para atender os problemas do dia-a-dia da administração pública quando realizada fora do âmbito do município acarreta despesas com estadia e alimentação;
CONSIDERANDO as normas estabelecidas no Decreto n.º 037/2016, de 04 de Julho de 2016;

RESOLVE:

Art. 1o. – Autorizar o empenho e o pagamento de diária(s):

Quantidade	MEIA DIÁRIA		
Valor unitário em R$	80,00 (OITENTA REAIS)		
Valor total em R$	40,00 (QUARENTA REAIS)		
Destino	MOSSORÓ RN,		
Data da concessão	21 DE SETEMBRO DE 2026		
Datas de afastamento	21 DE SETEMBRO DE 2026	Saída/origem	06H DO DIA 21 DE SETEMBRO DE 2026
Meio de transporte	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	Chegada/origem	20:35 H DO DIA 21 DE SETEMBRO DE 2026
Beneficiário	JOSE DE ANCHIETA ALVES MACHADO		
CPF n.°	032.036.904-89		
Cargo e/ou Função	MOTORISTA		

FINALIDADE: TRANSPORTAR A PACIENTE CREUZA DOS SANTOS SILVA PARA REALIZAR PROCEDIMENTO MEDICO NA CLÍNICA WEST CLINICAL, LOCALIZADO RUA DUODÉCIMO ROSADO, 337 - CENTRO MOSSORÓ – RN, NO DIA 21 DE SETEMBRO DE 2026.

Art. 2o. – Publique-se e Cumpra-se.

Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, São Fernando – RN 21 DE SETEMBRO DE 2026

EDKÁTIA DE MEDEIROS MAIA
Secretária Municipal de Saúde e Saneamento
CPF n.°007.851.174-74

Publicado por:
José Anderson Dantas de Medeiros
Código Identificador:6F50FBC2

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
PORTARIA N.º 1440 - FMSF/2026

PORTARIA N. º 1440 - FMSF/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias e determina outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO – RN, usando das prerrogativas que lhes são conferidas enquanto ordenador de despesas; e
CONSIDERANDO que a administração pública exige dos administradores empenho e disponibilidade para atender, em tempo hábil, a demanda de problemas ocorridos diariamente;
CONSIDERANDO que a ação para atender os problemas do dia-a-dia da administração pública quando realizada fora do âmbito do município acarreta despesas com estadia e alimentação;
CONSIDERANDO as normas estabelecidas no Decreto n. º 037/2016, de 04 de julho de 2016;
RESOLVE:
Art. 1o. – Autorizar o empenho e o pagamento de diária (s):

Quantidade	UMA DIÁRIA		
Valor unitário em R$	220,00 (DUZENTOS E VINTE REAIS)		
Valor total em R$	220,00 (DUZENTOS E VINTE REAIS)		
Destino	CAMPINA GRANDE PB		
Data da concessão	21 DE SETEMBRO DE 2026		
Datas de afastamento	21 DE SETEMBRO DE 2026	Saída/origem	05:00 DO DIA 21 DE SETEMBRO DE 2026
Meio de transporte	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	Chegada/origem	01:35 DO DIA 22 DE SETEMBRO DE 2026
Beneficiário	FERNANDO MONTEIRO DE ARAUJO		
CPF n.°	080.680.234-23		
Cargo e/ou Função	MOTORISTA		

***Finalidade*: TRANSPORTAR O PACIENTE MARCELO JACKSON DE MEDEIROS PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTA MEDICA E EXAMES NO HOSPITAL ANTONIO TARGINO, LOCALIDADO R. DELMIRO GOUVÊIA, 442 - CENTENÁRIO, CAMPINA GRANDE - PB, NO DIA 21 DE SETEMBRO 2026.**

Art. 2o. – Publique-se e Cumpra-se.

Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, São Fernando – RN, 21 DE SETEMBRO DE 2026

EDKÁTIA DE MEDEIROS MAIA
Secretária Municipal de Saúde e Saneamento
CPF n° 007.851.174-74

Publicado por:
José Anderson Dantas de Medeiros
Código Identificador:540A084C

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
PORTARIA N.º 1441 - FMSF/2026

PORTARIA N.º 1441 - FMSF/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias e determina outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO – RN, usando das prerrogativas que lhes são conferidas enquanto ordenador de despesas; e
CONSIDERANDO que a administração pública exige dos administradores empenho e disponibilidade para atender, em tempo hábil, a demanda de problemas ocorridos diariamente;
CONSIDERANDO que a ação para atender os problemas do dia-a-dia da administração pública quando realizada fora do âmbito do município acarreta despesas com estadia e alimentação;
CONSIDERANDO as normas estabelecidas no Decreto n.º 037/2016, de 04 de Julho de 2016;

RESOLVE:
Art. 1o. – Autorizar o empenho e o pagamento de diária(s):

Quantidade	MEIA DIÁRIA		
Valor unitário em R$	80,00 (OITENTA REAIS)		
Valor total em R$	40,00 (QUARENTA REAIS)		
Destino	CURRAIS NOVOS RN		
Data da concessão	21 DE SETEMBRO DE 2026		
Datas de afastamento	21 DE SETEMBRO DE 2026	Saída/origem	**07:HS DO DIA 21 DE SETEMBRO DE 2026**
Meio de transporte	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	Chegada/origem	**18:45 H DO 21 DE SEMBRO DE 2026**
Beneficiário	JARBAS WESLEY SANTOS BRAGA		
CPF n.°	105.515.274.12		
Cargo e/ou Função	MOTORISTA		

Finalidade: TRANSPORTAR A PACIENTE ELZINEIDE OLIVEIRA DOS SANTOS PARA REALIZAR EXAMES MEDICOS E CONSULTA NO HOSPITAL DA LIGA DE CURRAIS NOVOS, LOCALIZADO RODOVIA BR-226, S/N, PAIZINHO MARIA, CURRAIS NOVOS/RN. NO DIA 21 DE SETEMBRO DE 2026.

Art. 2o. – Publique-se e Cumpra-se.

Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, São Fernando – RN, 21 SETEMBRO DE 2026.

EDKÁTIA DE MEDEIROS MAIA
Secretária Municipal de Saúde e Saneamento
CPF n.°007.851.174-74

Publicado por:
José Anderson Dantas de Medeiros
Código Identificador:7532A65E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SABUGI

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO SABUGI
PORTARIA DE DIARIAS Nº 197/2026

A Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sabugi/RN, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc.
Considerando a necessidade de que seja efetuada viagem à cidade de Natal/RN, transportando pacientes para realizar tratamento de saúde, a ser realizada no dia 18 de setembro de 2026.
RESOLVE
Art. 1º - Designar SAMUEL MAFRA DE ARAUJO (Motorista), para efetuar a viagem supra identificada e autorizar a Tesouraria do Fundo Municipal de Saúde a efetuar o pagamento de 01 (uma) diária no valor total de R$ 110,00 (cento e dez reais), para viagem a se realizar no dia 18 de setembro de 2026.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas às disposições em contrário.
Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.
São João do Sabugi/RN, 18 de setembro de 2026.

FRANCISCO RAFAEL DE MORAIS FERNANDES
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Josivan da Silva Justino
Código Identificador:0BA4BCFD

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO SABUGI
PORTARIA DE DIARIAS Nº 198/2026

A Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sabugi/RN, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc.
Considerando a necessidade de que seja efetuada viagem à cidade de Natal/RN, transportando pacientes para realizar tratamento de saúde, a ser realizada no dia 22 de setembro de 2026.
RESOLVE
Art. 1º - Designar GILMAR NOGUEIRA DE LUCENA (Motorista), para efetuar a viagem supra identificada e autorizar a Tesouraria do Fundo Municipal de Saúde a efetuar o pagamento de 01 (uma) diária no valor total de R$ 110,00 (cento e dez reais), para viagem a se realizar no dia 22 de setembro de 2026.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas às disposições em contrário.
Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.
São João do Sabugi/RN, 22 de setembro de 2026.

FRANCISCO RAFAEL DE MORAIS FERNANDES
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Josivan da Silva Justino
Código Identificador:C036E15D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU

SECRETARIA GERAL DO MUNICÍPIO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 55/2026, ART. 75, II (PNCP) DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.

O processo abaixo, originário da Prefeitura Municipal de São José de Mipibu/RN foi dispensado de licitação, consoante art. 75, II (PNCP) da Lei Federal nº 14.133/2021.

CONTRATADO	OBJETO	VALOR
UNIÃO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA CNPJ: 10.685.202/0001-78	Aquisição de materiais e equipamentos de sinalização e segurança viária (cones de sinalização refletivos e cavaletes plásticos).	R$ 37.370,00 (trinta e sete mil trezentos e setenta reais)

Fonte de Recurso: O.G.M (Orçamento Geral do Município).
São José de Mipibu/RN 22 de setembro de 2026.

MAURÍCIO JOSÉ GOMES DE MELO
Secretário Geral do Município

Publicado por:
Valquiria Késsia do Nascimentos Silva
Código Identificador:81BDEE8C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 118/2026

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU/RN**, resolve conceder com base no DECRETO EXECUTIVO Nº 009/2023, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2023, conceder 02(duas) ½ (meia) diárias ao servidor (a) abaixo descrito (a);
Art. 1º. ROSA CAETANO DA COSTA, Matrícula: 5387, com a finalidade de viajar à Natal/RN nos dias 20 e 21 de setembro de 2026 com o objetivo de participar da "Formação da Escola de Conselhos/RN – Oficinas sobre o SINASE – Sistema Nacional de

Atendimento Socioeducativo e Saúde Mental", referente a SOLICITAÇÃO DE DESPESA Nº 68/2026 da Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação e Assistência Social.
Art. 2º. O valor das 02(duas) ½(meia) diárias será no importe de R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais).
Art. 3º. Ficam revogadas as disposições contrárias.
Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na presente data, devendo ser providenciada sua publicação.

São José de Mipibu/RN, 21 de setembro de 2026.

Publique-se e Cumpra-se.

FRANCINEIDE DE FREITAS REBOUÇAS
Secretária Mun. de Administração e Finanças

Publicado por:
Williany da Silva
Código Identificador:4DFE3791

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 119/2026

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU/RN**, resolve conceder com base no DECRETO EXECUTIVO Nº 009/2023, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2023, conceder 02(duas) ½ (meia) diárias ao servidor (a) abaixo descrito (a);
Art. 1º. SEBASTIÃO DA SILVA, Matrícula: 14800, com a finalidade de viajar à Natal/RN nos dias 20 e 21 de setembro de 2026 com o objetivo de participar da "Formação da Escola de Conselhos/RN – Oficinas sobre o SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e Saúde Mental", referente a SOLICITAÇÃO DE DESPESA Nº 69/2026 da Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação e Assistência Social.
Art. 2º. O valor das 02(duas) ½(meia) diárias será no importe de R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais).
Art. 3º. Ficam revogadas as disposições contrárias.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na presente data, devendo ser providenciada sua publicação.

São José de Mipibu/RN, 21 de setembro de 2026.

Publique-se e Cumpra-se.

FRANCINEIDE DE FREITAS REBOUÇAS
Secretária Mun. de Administração e Finanças

Publicado por:
Williany da Silva
Código Identificador:FED76349

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 120/2026

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU/RN**, resolve conceder com base no DECRETO EXECUTIVO Nº 009/2023, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2023, conceder 02(duas) ½ (meia) diárias ao servidor (a) abaixo descrito (a);
Art. 1º. DANILO PAIVA DE SOUZA, Matrícula: 7510, com a finalidade de viajar à Natal/RN nos dias 20 e 21 de setembro de 2026 com o objetivo de participar da "Formação da Escola de Conselhos/RN – Oficinas sobre o SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e Saúde Mental", referente a SOLICITAÇÃO DE DESPESA Nº 70/2026 da Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação e Assistência Social.
Art. 2º. O valor das 02(duas) ½(meia) diárias será no importe de R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais).
Art. 3º. Ficam revogadas as disposições contrárias.
Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na presente data, devendo ser providenciada sua publicação.

São José de Mipibu/RN, 21 de setembro de 2026.

Publique-se e Cumpra-se.

FRANCINEIDE DE FREITAS REBOUÇAS
Secretária Mun. de Administração e Finanças

Publicado por:
Williany da Silva
Código Identificador:7BB404F0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 121/2026

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU/RN**, resolve conceder com base no DECRETO EXECUTIVO Nº 009/2023, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2023, conceder 02(duas) ½ (meia) diárias ao servidor (a) abaixo descrito (a);
Art. 1º. DAYANE DA SILVA SANTOS, Matrícula: 14940, com a finalidade de viajar à Natal/RN nos dias 20 e 21 de setembro de 2026 com o objetivo de participar da "Formação da Escola de Conselhos/RN – Oficinas sobre o SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e Saúde Mental", referente a SOLICITAÇÃO DE DESPESA Nº 71/2026 da Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação e Assistência Social.
Art. 2º. O valor das 02(duas) ½(meia) diárias será no importe de R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais).
Art. 3º. Ficam revogadas as disposições contrárias.
Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na presente data, devendo ser providenciada sua publicação.

São José de Mipibu/RN, 21 de setembro de 2026.

Publique-se e Cumpra-se.

FRANCINEIDE DE FREITAS REBOUÇAS
Secretária Mun. de Administração e Finanças

Publicado por:
Williany da Silva
Código Identificador:F0EB87C8

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO EDITAL Nº 02/2026- MANDATO TAMPÃO DA ESCOLA MUNICIPAL CÔNEGO PEDRO PAULINO

ORD.	ESCOLA	CANDIDATO(A)	CARGO	OBS	RESULTADO FINAL
1	ESCOLA MUNICIPAL CÔNEGO PEDRO PAULINO	KENNEDY MICHEL SOBRINHO DE LIMA	DIRETOR	INSCRIÇÃO ÚNICA	APTO

São José de Mipibu / RN, 21 de setembro de 2026.

Comissão de Monitoramento e Avaliação da Gestão Democrática Escolar
RISALVA ALVES BRAZÃO – TITULAR
FRANCIALDO CÁSSIO DA ROCHA – SUPLENTE -
(Representantes do Conselho Municipal de Educação – CME)
JOSÉ CARLOS DA SILVA - TITULAR
ROSA CAETANO DA COSTA – SUPLENTE
(Representantes do Conselho de Acompanhamento e Controle Social-FUNDEB)
LAELIO JORGE DA COSTA FERREIRA DE MELO – TITULAR
EDIMAR RAIMUNDO VICENTE – SUPLENTE -
(Representantes do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Municipal)
ERITANIA SILVA DE ARAÚJO- TITULAR
(Representante do Conselho de Alimentação Escolar – CAE)
VIRGÍNIA LÚCIA DE SOUZA MENINO – TITULAR
ELIS SANDRA CARDNALLE VICTOR DE LIMA – SUPLENTE
(Representantes do setor administrativo da Secretaria Municipal de Educação)
VERA DE ANDRADE FONSECA – TITULAR
(Representantes do setor pedagógico da Secretaria Municipal de Educação)
ALEXANDRE ELOI ALVES – TITULAR
RENATO SOARES GALVÃO – SUPLENTE –
(Representantes do Poder Executivo Municipal).

Publicado por:
Williany da Silva
Código Identificador:0CBE6819

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 001/2025 - PUBLICAÇÃO DE COMPLEMENTO DA CONVOCAÇÃO DOS PROFISSIONAIS APROVADOS PARA PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA E PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA – PROVAE E PROVAB

A Secretaria Municipal de Saúde do Município de São José de Mipibu RN publica CONVOCAÇÃO dos candidatos APROVADOS no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL 001/2025 para a Seleção Pública de candidatos para a concessão de Bolsas para profissionais de Nível Superior e Técnico, oriundas do "Programa Municipal de Valorização do Profissional da Atenção Especializada". Os candidatos em Situação de "CONVOCADO" deverá comparecer na sede da Secretaria Municipal de Saúde de São José de Mipibu RN, entre os dias 23 a 29 de setembro do corrente ano, no período das 08h00min às 12h30min, portando as cópias e originais das seguintes documentações para habilitação.

Documentação obrigatória (originais e cópias):
1. Cópia do CPF e original;
2. Cópia do RG e original;
3. Cópia do Comprovante de residência e original;
4. Cópia do Conselho de classe e original;
5. Declaração de Acumulação de cargo/Exercício de atividade Privada/Carga Horária (Anexo I), conforme anexo IX do Edital 001/2025;
6. Quitação com a justiça eleitoral;
7. Declaração de não ter sido condenado por crime contra o Patrimônio, contra a Administração, contra a Fé Pública, contra Costumes e os previstos na Lei 6.368 de 21/10/1976;
8. Quitação com o Serviço Militar (quando do sexo masculino);
9. Cópia da carteira de trabalho e original.

O não comparecimento no prazo estabelecido ou a ausência de qualquer documento exigido implicará desistência automática da vaga, sendo convocado o próximo candidato da lista de classificação. O candidato deverá manter-se atento às publicações oficiais no site da Prefeitura e Diário Oficial, onde serão divulgadas futuras convocações, orientações e demais atos relativos ao processo seletivo.

PROVAE			
ENFERMEIRA - CAPS			
2	93	KATIUCIA RAYANE DE ALMEIDA	CONVOCADA

São José de Mipibu RN, 23 de set. de 2026

JOÃO CARLOS SOARES
Presidente da Comissão do Processo Seletivo Simplificado - EDITAL 001/2025

Publicado por:
João Carlos Soares
Código Identificador:82E1470C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO n° 058/2026
PREGÃO ELETRÔNICO nº 025/2026
FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133/2021
PRAZO DE PUBLICIDADE: Oito (08) dias úteis
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: menor preço
ADJUDICAÇÃO: por item
MODO DE DISPUTA:aberto
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: Exclusiva para empresas enquadradas como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, para os itens com valor total até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

A Comissão de Contratação do **Município de São José do Seridó/ RN** vem a público comunicar que no **dia 23 de setembro de 2026**, nos sites: **www.pncp.gov.br, www.saojosedoserido.rn.gov.br** e **http://www.portaldecompraspublicas.com.br** será disponibilizado o Edital de Licitação, destinado ao **Registro de preços para possível aquisição gradativa de gêneros de hortifruti.**

A sessão de realização da Licitação ocorrerá no **dia 05 de outubro de 2026, às 08:00 horas (horário de Brasília)**, no site http://www.portaldecompraspublicas.com.br.
Maiores informações serão fornecidas através do e-mail: cplpmsjs@gmail.com.

São José do Seridó/ RN, 22 de setembro de 2026.

INÁCIA ALICE MEDEIROS DOS SANTOS
Presidente

JOZIELMA THAÍSA COSTA DE MEDEIROS	***MARIA FRANCINETE DE MEDEIROS***
Membro	Membro

Publicado por:
Maria Francinete de Medeiros
Código Identificador:539BE7A5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA CONJUNTA Nº 447/2026, DE 18 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS e **O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ**, nos termos do Decreto nº 319/2022, de 27 de janeiro de 2022,
RESOLVEM:

Art. 1º Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas de alimentação e hospedagem do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor: **RUBINALDO ALFREDO DA COSTA**

Cargo/Função: Motorista

Quant.	**Destino**	**Data**	**Valor Unitário (R$)**	**Valor Total (R$)**
01 de 50%	Natal/RN	18 de setembro de 2026.	310,00	155,00

TOTAL

R$ 155,00

() 100%

(x)50%
( )35%

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento
Viagem à Natal/RN, no dia 20 de setembro de 2026, com o objetivo de resolver assuntos de interesse da Secretaria Municipal de Saúde na cidade de Natal/RN, conforme anexos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, 18 de setembro de 2026.

FILIPE CAMPOS TOLENTINO
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Francinete de Medeiros
Código Identificador:101EF50C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA CONJUNTA Nº 448/2026, DE 18 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS e **O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ**, nos termos do Decreto nº 319/2022, de 27 de janeiro de 2022,

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas de alimentação e hospedagem do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor: **RUBINALDO ALFREDO DA COSTA**

Cargo/Função: Motorista

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
01 de 50%	Natal/RN	18 de setembro de 2026.	310,00	155,00

TOTAL

R$ 155,00

() 100%

(x)50%
( )35%

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento
Viagem à Natal/RN, no dia 21 de setembro de 2026, com o objetivo de resolver assuntos de interesse da Secretaria Municipal de Saúde na cidade de Natal/RN, conforme anexos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, 18 de setembro de 2026.

FILIPE CAMPOS TOLENTINO
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Francinete de Medeiros
Código Identificador:C5253A17

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA CONJUNTA Nº 449/2026, DE 21 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS E O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ, nos termos do Decreto nº 319/2022, de 27 de janeiro de 2022,

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas de alimentação e hospedagem do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor: **FELIX FRANCISCO ALVES JUNIOR**

Cargo/Função: Coordenador

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
01 de 50%	Natal/RN	21 de setembro de 2026	R$ 328,46	R$ 164,23

(

TOTAL

R$164,23

) 100%

(x) 50%
( ) 35%

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento
Viagem a Natal/RN, no dia 22 de setembro de 2026, com o objetivo de resolver assuntos de interesse da Secretaria Municipal de Saúde na cidade de Natal/RN, conforme anexos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, 21 de setembro de 2026.

FILIPE CAMPOS TOLENTINO
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patrícia Carla de Medeiros
Código Identificador:DEEFE5FD

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA CONJUNTA Nº 450/2026, DE 21 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS E O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ, nos termos do Decreto nº 319/2022, de 27 de janeiro de 2022,

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas de alimentação e hospedagem do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor: **FELIX FRANCISCO ALVES JUNIOR**

Cargo/Função: Coordenador

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
01 de 50%	Natal/RN	21 de setembro de 2026	R$ 328,46	R$ 164,23

(

TOTAL

R$164,23

) 100%

(x) 50%
( ) 35%

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento
Viagem a Natal/RN, no dia 23 de setembro de 2026, com o objetivo de resolver assuntos de interesse da Secretaria Municipal de Saúde na cidade de Natal/RN, conforme anexos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, 21 de setembro de 2026.

FILIPE CAMPOS TOLENTINO
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patrícia Carla de Medeiros
Código Identificador:C6A03789

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA CONJUNTA Nº 451/2026, DE 21 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS e **O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ**, nos termos do Decreto nº 319/2022, de 27 de janeiro de 2022,

RESOLVEM:

Art. 1º - Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas de alimentação e hospedagem do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor**: ANTONIO TRAJANO DA COSTA NETO**

Cargo/Função: Motorista

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
1 de 50%	Natal/RN	21 de setembro de 2026	R$310,00	R$ 155,00

TOTAL

R$ 155,00

( )100%

(x) 50%
( ) 35%

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento
Viagem a Natal/RN, no dia 22 de setembro de 2026, com o objetivo de resolver assuntos de interesse da Secretaria Municipal de Saúde na cidade de Natal/RN, conforme anexos**.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, 21 de setembro de 2026.

FILIPE CAMPOS TOLENTINO
Sec. Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Maria Francinete de Medeiros
Código Identificador:CFA4B741

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA CONJUNTA Nº 452/2026, DE 21 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS e **O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ**, nos termos do Decreto nº 319/2022, de 27 de janeiro de 2022,

RESOLVEM:

Art. 1º - Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas de alimentação e hospedagem do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor**: LOURDETE DOS ANJOS AZEVEDO**

Cargo/Função: Auxiliar de Enfermagem

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
1 de 50%	Natal/RN	21 de setembro de 2026	R$320,00	R$ 160,00

TOTAL

R$ 160,00

( )100%

(x) 50%
( ) 35%

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento
Viagem a Natal/RN, no dia 22 de setembro de 2026, com o objetivo de resolver assuntos de interesse da Secretaria Municipal de Saúde na cidade de Natal/RN conforme anexos**.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, 21 de setembro de 2026.

FILIPE CAMPOS TOLENTINO
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Francinete de Medeiros
Código Identificador:70B58870

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL Nº 333, DE 21 DE SETEMBRO DE 2026

FIXA O DESCONTO CONCEDIDO SOBRE O IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO – IPTU PARA O EXERCÍCIO DE 2026 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a competência do Poder Executivo para regulamentar matéria de natureza tributária e fiscal;

CONSIDERANDO que o art. 107 da Lei Complementar Municipal nº 763/2010, que instituiu o Código Tributário Municipal de São Paulo do Potengi/RN, autoriza a concessão de desconto para os contribuintes que adimplirem o Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU antes de seu vencimento;

CONSIDERANDO, assim, a necessidade de se regulamentar a cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU referente ao exercício de 2026;

CONSIDERANDO, por fim, o interesse público na arrecadação e na adimplência fiscal;

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, nos termos do art. 107 do Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº 763/2010), desconto sobre o valor do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU referente ao exercício de 2026.

Parágrafo único. O desconto será de 20% (vinte por cento) para os contribuintes que efetuarem o pagamento em cota única até o dia 18 de dezembro de 2026.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

São Paulo do Potengi/RN, 21 de setembro de 2026.

EUGÊNIO PACELLI ARAÚJO SOUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adeylton Emersom de Farias Lira
Código Identificador:012C063D

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL Nº 334, DE 21 DE SETEMBRO DE 2026

Institui e regulamenta a Agenda Transversal de Políticas Públicas no âmbito do Poder Executivo do Município de São Paulo do Potengi/RN e dispõe sobre sua governança, planejamento, execução, monitoramento, transparência e avaliação.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO DO POTENGI, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 71, incisos II, IV e VII, e o art. 93, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDOa autonomia municipal e a competência para tratar de assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual, nos termos dos arts. 18 e 30, incisos I e II, da Constituição Federal;

CONSIDERANDOos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência previstos no art. 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDOa necessidade de integrar o planejamento, a execução, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas que dependam da atuação coordenada de mais de um órgão municipal;

CONSIDERANDOque os arts. 151 a 157 da Lei Orgânica Municipal determinam a manutenção de processo permanente, integrado, participativo, transparente e sujeito a acompanhamento e avaliação;

CONSIDERANDOa necessidade de compatibilizar as ações governamentais com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei Orçamentária Anual e as normas de responsabilidade fiscal;

CONSIDERANDOque a transversalidade deve preservar as competências legais de cada órgão, os direitos dos públicos destinatários, a transparência administrativa e a proteção de dados pessoais;

DECRETA:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Poder Executivo Municipal, a Agenda Transversal de Políticas Públicas, mecanismo permanente de governança destinado a integrar o planejamento, a execução, o monitoramento e a avaliação de ações que envolvam dois ou mais órgãos ou entidades da Administração Pública Municipal.

§ 1ºA Agenda Transversal possui natureza administrativa e não substitui as competências legais dos órgãos e entidades, os planos setoriais, os conselhos de políticas públicas nem os instrumentos oficiais de planejamento e orçamento.

§ 2º Este Decreto não cria cargos, funções, órgãos ou entidades, não altera atribuições fixadas em lei e não constitui, por si só, autorização para realizar despesas, contratar, transferir recursos, conceder benefícios ou impor obrigações a particulares.

Art. 2ºSão objetivos da Agenda Transversal:
I- integrar políticas, programas, projetos, serviços e ações de interesse comum;

II- reduzir sobreposições, lacunas de atendimento e fragmentação administrativa;
III- promover equidade, inclusão, proteção integral e garantia de direitos;
IV- melhorar a qualidade do planejamento, da execução e da alocação de recursos;
V -estabelecer metas, indicadores, responsabilidades e prazos verificáveis;
VI- fortalecer a participação social, a transparência e a avaliação de resultados; e
VII- assegurar continuidade administrativa e memória institucional das ações intersetoriais.

Art. 3ºA Agenda Transversal observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento, cooperação, transversalidade, territorialidade, equidade, acessibilidade, participação social, economicidade, proteção de dados pessoais e gestão orientada por evidências e resultados.

Art. 4º As prioridades temáticas da Agenda serão definidas no Plano de Ação Anual, considerando:
I- os direitos fundamentais e as competências municipais;
II- os públicos em situação de vulnerabilidade ou sujeitos a desigualdades;
III- os diagnósticos, indicadores e demandas territoriais disponíveis;
IV- os planos municipais setoriais e as deliberações legalmente vinculantes;
V- o PPA, a LDO, a LOA e a disponibilidade orçamentária e financeira; e
VI- compromissos validamente assumidos pelo Município.

CAPÍTULO II
DA GOVERNANÇA

Art. 5ºA Agenda Transversal será coordenada pelo Gabinete do Prefeito, com apoio técnico e secretaria-executiva do órgão municipal responsável pelo planejamento governamental, observado o disposto na lei municipal de estrutura administrativa.

Parágrafo único. Ato do Prefeito poderá designar outro órgão para exercer a secretaria-executiva, desde que suas atribuições legais sejam compatíveis com a função.

Art. 6ºA governança operacional da Agenda será exercida pelo Grupo de Articulação Intersetorial, mecanismo interno de coordenação administrativa, de caráter consultivo e propositivo, integrado por:
I- um representante titular e um suplente do Gabinete do Prefeito;
II- um representante titular e um suplente de cada secretaria ou órgão envolvido nas prioridades do Plano de Ação Anual; e
III -outros agentes públicos convidados em razão da matéria, sem direito a voto quando não formalmente designados.
§ 1ºO Grupo de Articulação Intersetorial não constitui órgão colegiado autônomo ou unidade administrativa, não possui personalidade jurídica, quadro próprio, dotação orçamentária ou competência decisória originária e não altera as atribuições estabelecidas em lei.
§ 2º Os membros serão designados por portaria do Prefeito, mediante indicação dos titulares dos órgãos.
§ 3ºA participação no Grupo será considerada serviço público relevante e não será remunerada.
§ 4º Poderão participar das reuniões, como convidados, representantes de conselhos, órgãos públicos, instituições de ensino, organizações da sociedade civil e especialistas, preservadas as competências decisórias da Administração.

Art. 7º Compete ao Grupo de Articulação Intersetorial:
I- propor prioridades e aprovar tecnicamente a minuta do Plano de Ação Anual;
II- pactuar responsabilidades, prazos, metas e indicadores;
III -acompanhar a execução e recomendar medidas corretivas;
IV- promover intercâmbio de dados e informações, observada a legislação aplicável;
V- avaliar relatórios e propor revisão de ações;
VI- articular-se com conselhos e instâncias setoriais, sem lhes substituir; e
VII- elaborar seu regimento interno simplificado, a ser aprovado por ato do órgão coordenador.

Art. 8ºO Grupo reunir-se-á ordinariamente, no mínimo, uma vez a cada trimestre e, extraordinariamente, quando convocado pela coordenação.
§ 1º As reuniões e deliberações serão registradas em ata ou memória executiva, com indicação de responsáveis e prazos.
§ 2º As deliberações administrativas que excedam a competência dos representantes serão submetidas à autoridade competente.

Art. 9º Cada órgão participante designará ponto focal responsável por coordenar internamente as providências da Agenda e prestar as informações necessárias.

CAPÍTULO III
DO PLANEJAMENTO E DA EXECUÇÃO

Art. 10.A Agenda será operacionalizada por Plano de Ação Anual, aprovado pelo Prefeito ou por autoridade por ele delegada, preferencialmente até o fim do primeiro trimestre de cada exercício.
§ 1ºO Plano de Ação Anual conterá, no mínimo:
I -diagnóstico sintético e problema público enfrentado;
II -prioridade temática, objetivo e público destinatário;
III -território ou unidade de atendimento, quando aplicável;
IV- ações, entregas, responsáveis e órgãos parceiros;
V- cronograma e marcos de execução;
VI- metas, indicadores, linha de base e fonte de verificação;
VII -recursos necessários e indicação de compatibilidade orçamentária, quando houver despesa;
VIII- riscos relevantes e medidas de tratamento;
IX- mecanismos de participação e comunicação; e
X- forma e periodicidade do monitoramento.
§ 2ºO Plano poderá ser revisto mediante justificativa técnica, registro da alteração e aprovação pela autoridade competente, preservada a rastreabilidade das versões.

Art. 11. Compete aos órgãos executores:
I- inserir as ações sob sua responsabilidade no planejamento setorial;
II -executar as entregas nos prazos pactuados;
III- manter registros e evidências adequados;
IV- alimentar os instrumentos de monitoramento;
V- comunicar tempestivamente riscos, atrasos e necessidade de revisão; e
VI- adotar providências corretivas dentro de sua competência.

Art. 12.A execução observará as competências legais de cada órgão, os planos setoriais e as normas aplicáveis às políticas públicas envolvidas.

CAPÍTULO IV
DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

Art. 13.O monitoramento será contínuo e compreenderá, no mínimo, a verificação de entregas, metas, indicadores, prazos, execução orçamentária quando aplicável, riscos e providências corretivas.

Art. 14.A secretaria-executiva consolidará as informações em relatório semestral de acompanhamento e relatório anual de resultados.
§ 1º Os relatórios identificarão, de modo objetivo, resultados alcançados, pendências, justificativas, riscos, providências, responsáveis e prazos atualizados.
§ 2º Sempre que possível, os indicadores serão desagregados por território e por características relevantes do público, desde que isso não permita identificação indevida nem produza tratamento discriminatório.

Art. 15.A avaliação poderá ensejar manutenção, correção, ampliação, integração, suspensão ou encerramento de ação, mediante decisão motivada da autoridade competente e observância dos vínculos legais, contratuais e orçamentários existentes.

CAPÍTULO V
DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL E DAS PARCERIAS

Art. 16.A participação social poderá ocorrer por consultas, audiências, oficinas, conferências, escutas territoriais, reuniões com conselhos e outros mecanismos adequados ao público e à matéria.
§ 1ºA participação será planejada com linguagem acessível, divulgação adequada e, quando pertinente, medidas de acessibilidade e proteção especial de crianças, adolescentes e pessoas vulneráveis.
§ 2ºA Agenda respeitará as competências deliberativas, consultivas, fiscalizatórias e de controle social atribuídas por lei aos conselhos municipais.

Art. 17.A cooperação com órgãos de outros entes, instituições de ensino, entidades privadas ou organizações da sociedade civil dependerá de instrumento jurídico adequado e do cumprimento da legislação aplicável, especialmente, conforme o caso, das Leis Federais nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Parágrafo único.A participação em reuniões ou atividades consultivas não gera direito à contratação, repasse de recursos, remuneração ou exclusividade.

CAPÍTULO VI
DA TRANSPARÊNCIA E DA PROTEÇÃO DE DADOS

Art. 18. Serão divulgados no sítio eletrônico oficial, em formato acessível e observado o interesse público, o Plano de Ação Anual, os relatórios de acompanhamento e os resultados da Agenda, ressalvadas as informações legalmente protegidas.

Art. 19.O tratamento e o compartilhamento de dados pessoais observarão a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e deverão:
I- possuir finalidade pública específica e base legal adequada;
II- limitar-se aos dados necessários à execução, ao monitoramento ou à avaliação;

III- observar medidas de segurança, controle de acesso e responsabilização;
IV- priorizar dados anonimizados ou agregados na divulgação pública; e
V- resguardar, com especial rigor, dados pessoais sensíveis e dados de crianças e adolescentes.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINAIS

Art. 20. As ações da Agenda serão executadas à conta das dotações próprias dos órgãos responsáveis e ficarão condicionadas à disponibilidade orçamentária e financeira, ao PPA, à LDO, à LOA e à legislação fiscal.
§ 1ºA inclusão de ação na Agenda não dispensa estimativa de impacto, declaração do ordenador, procedimento de contratação, instrumento de parceria, autorização legislativa ou qualquer outra exigência legal aplicável.
§ 2ºA criação ou expansão de ação governamental que acarrete aumento de despesa observará, quando cabível, os arts. 15, 16 e 17 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 21.A coordenação poderá expedir orientações técnicas e modelos padronizados para a execução deste Decreto, sem inovar na ordem jurídica nem alterar competências estabelecidas em lei.

Art. 22. As situações omissas serão resolvidas pelo órgão coordenador, ouvida a Procuradoria-Geral do Município quando houver questão jurídica relevante.

Art. 23. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Paulo do Potengi/RN, 21 de setembro de 2026.

EUGÊNIO PACELLI ARAÚJO SOUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adeylton Emersom de Farias Lira
Código Identificador:F7E161F3

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 209/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI, no uso das atribuições constitucionais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a licença sem remuneração, pelo período de 2 (dois) anos, dando início em 22 de setembro de 2026 a 20 de setembro de 2028, a servidora **ALDEILZA ALVES DA COSTA DE MELO**, CPF 018. *** - *** - 24, Matrícula 0092513-1, ocupante cargo Efetivo Assistente Social, lotada no quadro da Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação, Assistência Social e Cidadania, não fazendo jus aos vencimentos e vantagens do seu cargo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data.

Leia-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em São Paulo do Potengi/RN, 22 de setembro de 2026.

EUGÊNIO PACELLI ARAÚJO SOUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiana Ferreira do Nascimento Rosa
Código Identificador:9D2E9F86

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 0117/2026

PORTARIA N° 0117/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO/RN LINDBERGH FERNANDES DE ARAUJO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

Considerando o Decreto Municipal 005/2025, que regulamenta a concessão de diárias no município de São Pedro/RN

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 01 (uma) Diária, sem pernoite, no Valor de R$100,00 (cem Reais), totalizando o valor total de RS 100,00 ao Senhor Francisco de Assis Pereira Filho, Matrícula 1257, Coordenador do Bolsa Família, para participar de Oficina de Entrevista do Cadastro Único, evento que ocorrerá no dia 23 de setembro de 2026, Natal/RN, UERN.

Art. 2º As diárias serão concedidas conforme a necessidade do serviço.

Art. 3º O valor das diárias será determinado conforme a tabela anexa, de acordo com a localidade de destino e as condições de hospedagem e alimentação, respeitando os limites estabelecidos pelo Decreto Municipal 005/2025.

Art. 4º As diárias poderão ser pagas de forma antecipada mediante autorização do Prefeito.

Art. 5º O servidor que não utilizar as diárias concedidas ou que retornar antes do prazo estabelecido deverá devolver o valor não utilizado, sob pena de ser responsabilizado pela diferença.

Art. 6º A concessão de diárias poderá ser revogada a qualquer momento, caso se verifique que o deslocamento não é mais necessário ou que as condições para a concessão não foram cumpridas.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

São Pedro/RN, 22 de setembro de 2026.

LINDBERGH FERNANDES DE ARAUJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Isis da Silva Franco
Código Identificador:481CFD15

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0116/2026

PORTARIA N° 0116/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO/RN LINDBERGH FERNANDES DE ARAUJO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

Considerando o Decreto Municipal 005/2025, que regulamenta a concessão de diárias no município de São Pedro/RN

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 01 (uma) Diária, sem pernoite, no Valor de R$100,00 (cem Reais), totalizando o valor total de RS 100,00 à Senhora Edivânia Albino da Silva Lima, Matrícula 1254, Assistente Social, para participar de Curso de Capacitação do Cadastro Único, evento que ocorrerá no dia 23 de setembro de 2026, Natal/RN.

Art. 2º As diárias serão concedidas conforme a necessidade do serviço.

Art. 3º O valor das diárias será determinado conforme a tabela anexa, de acordo com a localidade de destino e as condições de hospedagem e alimentação, respeitando os limites estabelecidos pelo Decreto Municipal 005/2025.

Art. 4º As diárias poderão ser pagas de forma antecipada mediante autorização do Prefeito.

Art. 5º O servidor que não utilizar as diárias concedidas ou que retornar antes do prazo estabelecido deverá devolver o valor não utilizado, sob pena de ser responsabilizado pela diferença.

Art. 6º A concessão de diárias poderá ser revogada a qualquer momento, caso se verifique que o deslocamento não é mais necessário ou que as condições para a concessão não foram cumpridas.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

São Pedro/RN, 22 de setembro de 2026.

LINDBERGH FERNANDES DE ARAUJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Isis da Silva Franco
Código Identificador:EE5685A4

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE REPUBLICAÇÃO - REDESIGNAÇÃO DA SESSÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 74849177-2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026

O Município de São Tomé/RN, por intermédio do Prefeito, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, a REPUBLICAÇÃO do aviso referente ao Pregão Eletrônico nº 010/2026, com Sistema de Registro de Preços - SRP, regido pela Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, cujo objeto é a **OBTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL COMUM, ÓLEO DIESEL S10), mediante o critério de MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR ITEM sobre o preço de referência da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP**, conforme condições estabelecidas no Edital e no Termo de Referência.

O inteiro teor do Edital e de seus anexos permanece disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, www.gov.br/pncp/pt-br, no Portal de Compras Públicas, www.portaldecompraspublicas.com.br, e no sítio eletrônico oficial do Município de São Tomé/RN, saotome.rn.gov.br/editais/, além de poder ser consultado na sede da Prefeitura Municipal, situada na Praça Antônio Assunção, nº 114, Centro, CEP 59.400-000, São Tomé/RN, no horário das 08h00min às 14h00min.

Fica REDESIGNADA a sessão pública para abertura e disputa, anteriormente prevista para o dia 24/09/2026, às 10h00min, **passando a realizar-se no dia 14/10/2026, às 09h00min**, horário de Brasília/DF, por meio do Portal de Compras Públicas, www.portaldecompraspublicas.com.br. O recebimento das propostas terá início em 23/09/2026, às 09h00min, e será encerrado em 14/10/2026, às 08h59min. Permanecem inalteradas as demais condições do instrumento convocatório. A presente republicação deverá ser divulgada na mesma forma da divulgação inicial, observado o art. 55, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo das regras de publicidade previstas no art. 54 da mesma Lei.

São Tomé/RN, 22 de setembro de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:E12D30E6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 397/2026/ GAB/PREF, 22 DE SETEMBRO DE 2026.

Concede diária(s) a JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS e dá outras providencias.

A CHEFE DE GABINETE DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos dos Decretos nº 025/2019 e 040/2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida 1 (uma integral) diária a servidora **JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS**, Mat. 1067, ocupante da função de **PREFEITA** deste Município, para custear despesas durante viagem realizada à Cidade de NATAL/RN, para tratar de assuntos do interesse do Município, no dia 22 de setembro 2026, totalizando o valor de R$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais).

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e Cumpra-se.

São Vicente/RN, 22 de setembro de 2026

MARIA SOCORRO DE LIMA
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:71A278F3

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS ELETRÔNICO Nº 009/2026

De acordo com o que determina o Inciso IV, do Art. 71 da Lei 14.133/2021, a(s) AUTORIDADE(S) COMPETENTE(S), ADJUDICA ao(s) licitante(s) vencedor(es) do(s) respectivo(s) Item(ns), conforme indicado no quadro abaixo:

Resultado da Adjudicação

Item 0001
Descrição: SCANNER DE MESA DIGITAL DIGITALIZAR OS DOIS LADOS DE UM DOCUMENTO EM UMA MESMA LEITURA; COM PAINEL DE OPERAÇÃO INTEGRADO AO EQUIPAMENTO, COM VISOR QUE PERMITA A CONFIGURAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DAS DIGITALIZAÇÕES; ALIMENTAÇÃO VERTICAL, SCANNER DUPLEX COLORIDO DE UMA PASSAGEM; ALIMENTADOR AUTOMÁTICO DE DOCUMENTOS COM CAPACIDADE PARA 100 FOLHAS QUE PERMITE PROCESSAR PILHAS DE DOCUMENTOS RAPIDAMENTE; DIGITALIZA PÁGINAS EM VELOCIDADES DE ATÉ 35 PPM/ 70 IPM²; RESOLUÇÃO ÓPTICA: 600 DPI; RESOLUÇÃO INTERPOLADA: 1.200 DPI; PROFUNDIDADE DE BIT DE COR: RGB: 30 BITS DE ENTRADA

/ 24 BITS DE SAÍDA; CARACTERÍSTICAS DO SCANNER: ALIMENTAÇÃO VERTICAL (FACE PARA BAIXO); SENSOR ÓPTICO: SENSOR DE IMAGEM DE CONTATO COLORIDO (CIS); ÁREA MÁXIMA DE DIGITALIZAÇÃO: A 200 DPI: MÁX. 21,6 CM X 609,6 CM (8,5" X 240") MÍN. 5,1 CM X 5,1 CM (2" X 2"); PESO DO PAPEL:27 G/M2 – 413 G/M2; FONTE DE LUZ: LED RGB DE 3 CORES; VELOCIDADE DE DIGITALIZAÇÃO: PRETO E BRANCO, COLORIDO, ESCALA DE CINZA, 300 DPI: 35 PPM (SIMPLEX)/70 IPM (DUPLEX)1; INTERFACES: USB 3.2 DE ALTA VELOCIDADE; CICLO DE TRABALHO DIÁRIO: ATÉ 4.000 PÁGINAS. ACOMPANHA CABO DE ALIMENTAÇÃO, USB, MANUAL E CD DE INSTALAÇÃO. GARANTIA MÍNIMA DE 1 ANO. BIVOLT
Quantidade: 13
Unidade de Fornecimento: Unidade
Valor Final: 2.040,00
Valor Total: 26.520,00
Adjudicado em: 22/09/2026 - 09:25:29
Nome da Empresa: HKA TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA (19.729.347/0001-06)
Modelo: DR-C340

Item 0002
Descrição: 0002392 - GPS PORTATIL COM TRANSFLECTIVO, TFT DE 65K CORES; A PROVA D`AGUA IPX7; DURACAO DE 16 HORAS DE BATERIA; INTERFACE MINI USB DE ALTA VELOCIDADE E COMPATiVEL COM NMEA 0183; MAPAS PRE-CARREGADOS (TOPOACTIVE; ROTEAVEL); CAPACIDADE DE ADICIONAR MAPA; ROTEAMENTO AUTOMATICO (ROTEAMENTO CURVA A CURVA NAS ESTRADAS) PARA ATIVIDADES AO AR LIVRE; INCLUI RECURSOS HIDROGRAFICOS DETALHADOS (COSTAS, MARGENS DE LAGOS/RIOS, ZONAS uMIDAS E RIACHOS PERENES E SAZONAIS); INCLUI PONTOS DE INTERESSE PESQUISAVEIS ??(PARQUES, ACAMPAMENTOS, MIRANTES PANORAMICOS E LOCAIS PARA PIQUENIQUE); EXIBE PARQUES NACIONAIS, ESTADUAIS E LOCAIS, FLORESTAS E AREAS SELVAGENS; MEMORIA DE 16GB E ARMAZENAMENTO DE MEMORIA EXTERNA (CARTAO MICROSDMAXIMO DE 32 GB); WAYPOINTS/FAVORITOS/LOCAIS (5000); FAIXAS (200); REGISTRO DA TRILHA DE NAVEGACAO (10.000 PONTOS, 200 TRILHAS SALVAS); ROTAS DE NAVEGACAO (200, 250 PONTOS POR ROTA;ROTEAMENTO AUTOMATICO DE 50 PONTOS); RECEPTOR DE ALTA SENSIBILIDADE; GPS; GLONASS; GALILEU; QZSS; ALTiMETRO BAROMETRICO; BuSSOLA COM 3 EIXOS COM COMPENSACAO DE INCLINACAO; BuSSOLA GPS (EM MOVIMENTO); SUPORTE DE FREQUENCIA MULTIBANDA; NOTIFICACOES INTELIGENTES NO COMPUTADOR DE MAO; CONTROLE REMOTO VIRB; NAVEGACAO PONTO A PONTO; CALCULO DE AREA; INFORMACOES SOBRE SOL E LUA; ADEQUADO PARA GEOCACHING; MAPAS PERSONALIZADOS COMPATiVEIS (500 BLOCOS DE MAPAS PERSONALIZADOS); CONEXOES CONECTIVIDADE SEM FIO (BLUETOOTH®, ANT+®)ACOMPANHANDO 1 (UM) CABO UBS E GARANTIA MINIMA DE 1 (UM) ANO.
Quantidade: 7
Unidade de Fornecimento: Unidade
Valor Final: 4.013,41
Valor Total: 28.093,87
Adjudicado em: 22/09/2026 - 09:25:29
Nome da Empresa: J RAFAEL DOS SANTOS COMERCIO E SERVICOS LTDA (50.614.681/0001-56)
Modelo: GPS Portátil Garmin GPSMAP 65s

Item 0003
Descrição: 0002393 - CASE HD EXTERNO POSSUI TECNOLOGIA PLUG AND PLAY SUPORTA A CONEXAO DE HDS SATA DE 2,5" (HD DE NOTEBOOK) E 3,5" (HD DE COMPUTADOR) COMPATiVEL COM CARTOES DE MEMORIA: CF, SD, XD, MS (MINI SD, T-FLASH E MICRO SD) DUAS CONEXOES USB PARA UTILIZACAO COMO HUB INTERFACE DE CONEXAO COM COMPUTADOR USB 2.0 E E-SATA TAXA DE TRANSFERENCIA DE DADOS 3 GB/S NA E-SATA, 400 MB/S EM USB 2.0 E 12 MB/S EM USB 1.1, SISTEMAS OPERACIONAIS COMPATiVEIS: WINDOWS 98, ME, WINDOWS 2000, XP, VISTA, WINDOWS 7, WINDOWS 8, WINDOWS 10E MAC OS DIMENSOES DA 18 CM DE LARGURA, 9,5 CM DE ALTURA E 11 CM DE PROFUNDIDADE PESO LiQUIDO 250 GRAMAS ACOMPANHA - 1 X CABO DE DADOS USB X MINI USB; - 1 X FONTE DE ALIMENTACAO DE ENERGIA 110/220 (BIVOLT); - 1 CABO DE FORCA;
Quantidade: 10
Unidade de Fornecimento: Unidade
Valor Final: 34,00
Valor Total: 340,00
Adjudicado em: 22/09/2026 - 09:25:29
Nome da Empresa: ISLEY FONSECA DAMASCENO DE ARAUJO (70.307.939/0001-89)
Modelo: EXBOM

Item 0004
Descrição: MULTIFUNCIONAL TANQUE DE TINTA; WIRELESS - IMPRESSORA, COPIADORA, SCANNER; ALTO RENDIMENTO 4.500 PÁGINAS EM PRETO E 7.500 PÁGINAS EM CORES; ADF DE ALTA PRODUTIVIDADE; 30 PÁGINAS | 4,5 IPM; CONECTIVIDADE COMPLETA: USB, WI-FI, WI-FI DIRECT, ETHERNET; MODO CRIAÇÃO DE TINTA PRETA: COMBINA AS TINTAS COLORIDAS PARA CONTINUAR IMPRIMINDO; TECNOLOGIA DE IMPRESSÃO: TECNOLOGIA JATO DE TINTA MICROPIEZO DE 4 CORES; VELOCIDADE MÁXIMA: 33 PPM EM PRETO E 15 PPM EM CORES; VELOCIDADE DE IMPRESSÃO ISO: 10 PPM EM PRETO, 5 PPM EM CORES (A4/CARTA); RESOLUÇÃO MÁXIMA DE IMPRESSÃO: 5760 X 1440 DPI; VOLTAGEM : BIVOLT AUTOMATICO; SCANNER: BASE PLANA COM SENSOR DE LINHAS CIS DE COR E ADF; VELOCIDADE: 12 SEGUNDOS POR PÁGINA EM PRETO E 29 SEGUNDOS POR PÁGINA EM CORES (200 DPI), 4.5 IPM (ADF); RESOLUÇÃO SCANNER: 1200 X 2400 DPI; ÁREA MÁXIMA DE DIGITALIZAÇÃO: A4 (297 X 216 MM); PROFUNDIDADE DE COR: 48 BITS DE COR; DIGITALIZAR PARA PDF; VELOCIDADE DE CÓPIA: 33 CPM EM PRETO, 15 CPM EM CORES (A4/CARTA); VELOCIDADE DE CÓPIA ISO: 7,7 CPM EM PRETO, 3,8 EM CORES (A4/CARTA); RESOLUÇÃO: 300 X 600 DPI; ALIMENTADOR AUTOMÁTICO DE FOLHAS: 30 FOLHAS; TAMANHO MÁXIMO DO PAPEL:: LEGAL (216 X 356 MM); TAMANHOS DE PAPEL: A4, A6, CARTA, MEIA CARTA, LEGAL, EXECUTIVO, OFICIO 9, DEFINIDO PELO USUÁRIO (89 X 127 MM - 215,9 X 1200 MM), ENVELOPES; TIPOS DE PAPEL: COMUM, PAPEL FOSCO, PAPEL BRILHANTE, SEMI BRILHANTE E AUTO-ADESIVO; GRAMATURA: DE 64 A 90 G/M2; NTERFACE: USB 2.0 DE ALTA VELOCIDADE / WIRELESS / WI-FI DIRECT / ETHERNET; VISOR LCD COLORIDO DE NO MINIMO 1,44 POLEGADAS; ACOMPANHA 1 KIT DE GARRAFAS DE TINTA ORIGINAIS, CABO DE ALIMENTAÇÃO, CABO USB, CD DE INSTALAÇÃO NO MINIMO 1 ANO DE GARANTIA
Quantidade: 42
Unidade de Fornecimento: Unidade
Valor Final: 1.450,00
Valor Total: 60.900,00
Adjudicado em: 22/09/2026 - 09:25:29
Nome da Empresa: MATHEUS NUNES LIMA (41.186.111/0001-11)
Modelo: L3250

Item 0005
Descrição: 0002395 - COMPUTADOR DESKTOP 12 GERACAO INTEL® CORE I3-12100 (4-CORE, 8-THREAD, CACHE DE 12MB, 3.3GHZ ATE 4.3GHZ), SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 11 PRO, MEMORIA DE 8GB DDR4 (1X8GB) 3200MHZ; EXPANSiVEL ATE 64G (2 SLOTS UDIMM), SSD DE 256GB PCIE NVME M.2, PARTE FRONTAL DO GABINETE, POSSUINDO 4 PORTAS USB 2.0, 4 PORTAS USB 3.2 DE 1 GERACAO, 1 ENTRADA GLOBAL PARA HEADSET, 1 PORTA DE SAiDA DE AUDIO, 1 PORTA ETHERNET RJ-45, 1 PORTA PARA FONTE DE ALIMENTACAO CA, 1 PORTA HDMI 1.4B, 1

PORTA DISPLAYPORT 1.4. COM INSTALACAO DO PACOTE OFICCE E TODOS OS PROGRAMAS PADROES PARA SEU FUNCIONAMENTO BASE, GARANTIA DE NO MINIMO 12 MESES E TODAS AS DEPESAS DECORRENTES DA MANUTENCAO DA GARANTIA SAO DE RESPOSABILIDADE DO FORNECEDOR (CONFIGURACOES MiNIMAS).
Quantidade: 33
Unidade de Fornecimento: Unidade
Valor Final: 2.275,83
Valor Total: 75.102,39
Adjudicado em: 22/09/2026 - 09:25:29
Nome da Empresa: MAMUTH TECNOLOGIA DISTRIBUIDORA LTDA (57.601.436/0001-53)
Modelo: AXPRO STANDARD

Item 0006
Descrição: NOTEBOOK COM PROCESSADOR 13ª GERAÇÃO INTEL® CORE™ I5, SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 11 PRO, PORTUGUÊS, TELA FULL HD DE 15.6" (1920 X 1080) WVA OU IPS, MEMÓRIA DE 16GB, SSD DE 512GB PCIE NVME M.2; O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR, NO MÍNIMO, 03 (TRÊS) PORTAS USB, SENDO ADMTIDAS, INTERFACES USB 3.2 OU SUPERIORES, INCLUÍNDO USB TIPO "A" E/OU USB TIPO "C", DESDE QUE MANTENHAM COMPATIBILIDADE E FUNCIONALIDADE PARA CONEXÃO DE PERIFERÍCOS; 1 CONECTOR DE ÁUDIO, 1 PORTA HDMI 1.4, CÂMERA HD DE 720P A 30 FPS COM MICROFONE ÚNICO INTEGRADO, ALTO-FALANTES ESTÉREO, 2 DE 2 W = 4 W NO TOTAL, WIRELESS 802.11AC 1X1 WI-FI, PLACA DE REDE WIRELESS COM BLUETOOTH, BATERIA INTEGRADA, RECARREGÁVEL, COM CAPACIDADE MINIMA DE 54WH (WATT/HORA), COM INSTALAÇÃO DO PACOTE OFICCE E TODOS OS PROGRAMAS PADRÕES PARA SEU FUNCIONAMENTO BASE, GARANTIA DE NO MINIMO 12 MESES E TODAS AS DEPESAS DECORRENTES DA MANUTENÇÃO DA GARANTIA SÃO DE RESPOSABILIDADE DO FORNECEDOR (CONFIGURAÇÕES MÍNIMAS DO EQUIPAMENTO).
Quantidade: 46
Unidade de Fornecimento: Unidade
Valor Final: 3.390,00
Valor Total: 155.940,00
Adjudicado em: 22/09/2026 - 09:25:29
Nome da Empresa: K J DE M ANDRADE LTDA (49.385.374/0001-61)
Modelo: ASUS

Item 0007
Descrição: 0002397 - PROJETOR MULTIMiDIA. RESOLUCAO NATIVA WXGA (1280 X 800 PIXELS) OU SUPERIOR. CONTRASTE DINAMICO DE 15.000:1 OU SUPERIOR. FORMATO DE IMAGEM 16:10 OU 16:9. TECNOLOGIA DE PROJECAO: LCD DE 3 CHIPS. LUMINOSIDADE: MiNIMO DE 3.800 LuMENS (DE ACORDO COM AS NORMAS ANSI E/OU ISO 21118 E/OU IDMS). LAMPADA UHE OU UHP COM VIDA uTIL MiNIMA DE 5000 HORAS NO MODO DE OPERACAO NORMAL. FOCO MANUAL OU DIGITAL. ZOOM DIGITAL MiNIMO DE 4 VEZES OU ZOOM OTICO MiNIMO DE 1,2 VEZES. CORRECAO EFEITO TRAPEZIO VERTICAL DE, NO MiNIMO, ±30. ADAPTAVEL PARA PROJECAO FRONTAL E TETO. CAPACIDADE DE REPRODUZIR IMAGENS NOS TAMANHOS ENTRE 60" E 300". RUiDO MENOR OU IGUAL A 39 DECIBEIS EM OPERACAO NORMAL. ALTO-FALANTE DE 1 WATT OU SUPERIOR. CONECTIVIDADE MiNIMA: VGA (DSUB 15 PINOS), HDMI E USB. DEVERA ESTAR DE ACORDO COM A NBR 14136:2012 - PADRAO BRASILEIRO PARA TOMADAS E PLUGUES ELETRICOS. DEVERA VIR ACOMPANHADO DOS SEGUINTES ACESSORIOS: CONTROLE REMOTO, CABO PARA CONEXAO AO COMPUTADOR E CABO DE ENERGIA. TENSAO DE ALIMENTACAO 220V. O PRODUTO DEVERA VIR ACOMPANHADO DE MANUAL DE INSTRUCOES EM PORTUGUES. DEVERA POSSUIR GARANTIA DE, NO MiNIMO, 12 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. NAO SERAO ACEITOS EQUIPAMENTOS QUE TENHAM SIDO DESCONTINUADOS PELO FABRICANTE. NAO SERAO ACEITOS EQUIPAMENTOS QUE NAO POSSUAM ASSISTENCIA TECNICA NO BRASIL, DEVENDO A ASSISTENCIA SER AUTORIZADA, CREDENCIADA OU CERTIFICADA PELO PROPRIO FABRICANTE.
Quantidade: 11
Unidade de Fornecimento: Unidade
Valor Final: 1.600,00
Valor Total: 17.600,00
Adjudicado em: 22/09/2026 - 09:25:29
Nome da Empresa: MULTMAIS COMERCIO DE INFORMATICA E ELETRODOMESTICOS LTDA (42.092.696/0001-73)
Modelo: GET50000LUMENS

Item 0008
Descrição: 0002398 - LEITOR DE CODIGO DE BARRA CCD OS2 LEITOR AUTOMATICO DE CODIGOS DE BARRAS POR PROXIMIDADE; ERGONOMICO; FONTE DE LUZ: LEDS, LUZ VERMELHA VISiVEL, 632NM; SENSOR: LINEAR; VISUAL (LED); SONORO (BEEP), COMUNICACAO: USB; VELOCIDADE: 100 VARREDURAS/SEG; DISTANCIA DE LEITURA: ATE 200MM; CODIGOS DE BARRAS: DANFES, BOLETOS BANCARIO (FEBRABAN) - TODOS OS UPC / EAN / JAN - EAN128 CODE - CODE39 - CODE39 FULL ASCII - CODE32 / ITALIAN PHARMACY - CODE128 - CODABAR/NW7 - INTERLEAVE 25 - INDUSTRIAL 25 - MSI/PLESSEY - CODE 93 - GS1 DATABAR; ACOMPANHA MANUAL E CABO USB; GARANTIA MiNIMA DE 1 ANO.
Quantidade: 7
Unidade de Fornecimento: Unidade
Valor Final: 173,80
Valor Total: 1.216,60
Adjudicado em: 22/09/2026 - 09:25:29
Nome da Empresa: 65.882.713 GUSTAVO BARROS DE FARIAS (65.882.713/0001-71)
Modelo: Leitor De Código De Barras Exbom 2d Com

Item 0009
Descrição: 0002399 - ESTABILIZADOR 500VA POTENCIA DE 500VA. ENTRADA: 110/220V. SAiDA: 110V. CARACTERiSTICAS: ESTABILIZADOR MICRO PROCESSADO COM 4 ESTAGIOS DE ESTABILIZACAO, FILTRO DE LINHA INTEGRADA COM PROTETOR CONTRA SURTOS; PORTA FUSiVEL EXTERNO COM 1 UNIDADE RESERVA; 4 TOMADAS ELETRICAS DE SAiDA. GARANTIA DE NO MiNIMO 12 MESES.
Quantidade: 40
Unidade de Fornecimento: Unidade
Valor Final: 138,00
Valor Total: 5.520,00
Adjudicado em: 22/09/2026 - 09:25:29
Nome da Empresa: MULTMAIS COMERCIO DE INFORMATICA E ELETRODOMESTICOS LTDA (42.092.696/0001-73)
Modelo: COLOTECK500VA

Item 0010
Descrição: 0002262 - ROTEADOR WIRELESS GIGABIT 10/100/1000 DUAL BAND MU-MIMO AC1300 EC225-G5, PORTAS FULL GIGABIT, BANDAS DE 2.4 GHZ E 5 GHZ FUNCIONAM EM VELOCIDADES WI-FI AC1300
Quantidade: 28
Unidade de Fornecimento: Unidade
Valor Final: 189,00
Valor Total: 5.292,00
Adjudicado em: 22/09/2026 - 09:25:29
Nome da Empresa: MULTMAIS COMERCIO DE INFORMATICA E ELETRODOMESTICOS LTDA (42.092.696/0001-73)
Modelo: MERCURSYS

Item 0011
Descrição: 0002263 - FONTE DE ALIMENTACAO ATX 400W OU SUPERIOR P/ COMP. DESKTOP
Quantidade: 38
Unidade de Fornecimento: Unidade
Valor Final: 157,90
Valor Total: 6.000,20

Adjudicado em: 22/09/2026 - 09:25:29
Nome da Empresa: KATIA CILENE DOS SANTOS GOMES 03079802438 (38.446.921/0001-55)
Modelo: 400W

Item 0012
Descrição: 0002264 - MEMORIA DDR3 4GB PARA COMPUTADOR DESKTOP
Quantidade: 24
Unidade de Fornecimento: Unidade
Valor Final: 79,00
Valor Total: 1.896,00
Adjudicado em: 22/09/2026 - 09:25:29
Nome da Empresa: MULTMAIS COMERCIO DE INFORMATICA E ELETRODOMESTICOS LTDA (42.092.696/0001-73)
Modelo: YON

Item 0013
Descrição: 0002265 - MEMORIA DDR3 4GB PARA NOTEBOOK
Quantidade: 27
Unidade de Fornecimento: Unidade
Valor Final: 89,00
Valor Total: 2.403,00
Adjudicado em: 22/09/2026 - 09:25:29
Nome da Empresa: FORMATO DIGITAL COMERCIO E COMUNICACAO MULTIMIDIA LTDA (31.070.939/0001-56)
Modelo: DDR3 4GB 1333MHz Notebook KD13S9/4G

Item 0014
Descrição: 0002266 - MEMORIA DDR4 4GB PARA COMPUTADOR DESKTOP
Quantidade: 23
Unidade de Fornecimento: Unidade
Valor Final: 173,00
Valor Total: 3.979,00
Adjudicado em: 22/09/2026 - 09:25:29
Nome da Empresa: MULTMAIS COMERCIO DE INFORMATICA E ELETRODOMESTICOS LTDA (42.092.696/0001-73)
Modelo: YON

Item 0015
Descrição: 0002267 - MEMORIA DDR4 4GB PARA NOTEBOOK
Quantidade: 28
Unidade de Fornecimento: Unidade
Valor Final: 174,80
Valor Total: 4.894,40
Adjudicado em: 22/09/2026 - 09:25:29
Nome da Empresa: MULTMAIS COMERCIO DE INFORMATICA E ELETRODOMESTICOS LTDA (42.092.696/0001-73)
Modelo: YON

Item 0016
Descrição: 0002268 - PEN DRIVE 64GB ARMAZENAMENTO COM INTERFACE USB 2.0 OU SUPERIOR
Quantidade: 51
Unidade de Fornecimento: Unidade
Valor Final: 59,00
Valor Total: 3.009,00
Adjudicado em: 22/09/2026 - 09:25:29
Nome da Empresa: FORMATO DIGITAL COMERCIO E COMUNICACAO MULTIMIDIA LTDA (31.070.939/0001-56)
Modelo: CRUZER BLADE 64GB

Item 0017
Descrição: 0002269 - TECLADO USB AVANCADO: TECLADO ABNT2, PRETO; COM APOIO; TECLADO SUPERMACIO (INDICADO PARA PORTADOR DE LER)
Quantidade: 50
Unidade de Fornecimento: Unidade
Valor Final: 26,20
Valor Total: 1.310,00
Adjudicado em: 22/09/2026 - 09:25:29
Nome da Empresa: KATIA CILENE DOS SANTOS GOMES 03079802438 (38.446.921/0001-55)
Modelo: 0014

Item 0018
Descrição: 0002272 - HD EXTERNO PORTATIL 1TB CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO: 1TB; MEMORIA CACHE: 64 MB; VELOCIDADE DE TRANSFERENCIA DE DADOS: 4,8GB/S; CONEXOES USB 3.0; SISTEMA OPERACIONAL: WINDOWS; INCLUI CABO USB; GARANTIA DE 12 MESES;
Quantidade: 17
Unidade de Fornecimento: Unidade
Valor Final: 330,00
Valor Total: 5.610,00
Adjudicado em: 22/09/2026 - 09:25:29
Nome da Empresa: KATIA CILENE DOS SANTOS GOMES 03079802438 (38.446.921/0001-55)
Modelo: 1TB

Item 0019
Descrição: 0002277 - MONITOR LED 21,5 TELA: LED WIDESCREEN; TAMANHO: 21,5; VOLTAGEM: BIVOLT; GARANTIA DE 12 MESES.
Quantidade: 34
Unidade de Fornecimento: Unidade
Valor Final: 287,00
Valor Total: 9.758,00
Adjudicado em: 22/09/2026 - 09:25:29
Nome da Empresa: 65.882.713 GUSTAVO BARROS DE FARIAS (65.882.713/0001-71)
Modelo: Monitor Office 21.5" TCN Oneview Full HD

Item 0020
Descrição: 0002278 - NOBREAK BIVOLT 1200 VA VOLTAGEM 110/220
Quantidade: 21
Unidade de Fornecimento: Unidade
Valor Final: 544,99
Valor Total: 11.444,79
Adjudicado em: 22/09/2026 - 09:25:29
Nome da Empresa: FAP TECNOLOGIA E SOLUCOES LTDA (55.935.697/0001-84)
Modelo: CR ENERGIA

Item 0021
Descrição: 0002282 - WEBCAM COM FOCO AUTOMATICO HD E A CORRECAO DE LUZ EMBUTIDOS ADAPTAM O ViDEO AS CONDICOES, RESOLUCAO 1080P A 30 QPS / HD 720P A 30 QPS COM TAXA DE QUADROS DE 30 FRAMES POR SEGUNDO TENDO DOIS MICROFONES INTEGRADOS CAPTURAM O AUDIO DE TODOS OS ANGULOS.
Quantidade: 18
Unidade de Fornecimento: Unidade
Valor Final: 144,90
Valor Total: 2.608,20
Adjudicado em: 22/09/2026 - 09:25:29
Nome da Empresa: LICITA SHOP COMERCIO E SERVICOS LTDA (50.958.011/0001-57)
Modelo: SIGMA-W640A

Item 0022
Descrição: 0002283 - HD INTERNO DE 1T P/ COMP. DESKTOP
Quantidade: 15
Unidade de Fornecimento: Unidade
Valor Final: 342,00
Valor Total: 5.130,00
Adjudicado em: 22/09/2026 - 09:25:29
Nome da Empresa: MULTMAIS COMERCIO DE INFORMATICA E ELETRODOMESTICOS LTDA (42.092.696/0001-73)
Modelo: WD1TB

Item 0023
Descrição: 0002284 - HD INTERNO DE SSD 256 GB P/ COMP. DESKTOP
Quantidade: 30

Unidade de Fornecimento: Unidade
Valor Final: 276,00
Valor Total: 8.280,00
Adjudicado em: 22/09/2026 - 09:25:29
Nome da Empresa: FORMATO DIGITAL COMERCIO E COMUNICACAO MULTIMIDIA LTDA (31.070.939/0001-56)
Modelo: KDS256G-L21 256GB

Item 0024
Descrição: 0002285 - CABECA DE IMPRESSAO COLORIDA P/ IMPRESSORA CANON G3110
Quantidade: 37
Unidade de Fornecimento: Unidade
Valor Final: 222,27
Valor Total: 8.223,99
Adjudicado em: 22/09/2026 - 09:25:29
Nome da Empresa: KATIA CILENE DOS SANTOS GOMES 03079802438 (38.446.921/0001-55)
Modelo: G3110

Item 0025
Descrição: 0002286 - CABECA DE IMPRESSAO BLACK P/ IMPRESSORA CANON G3110
Quantidade: 37
Unidade de Fornecimento: Unidade
Valor Final: 250,00
Valor Total: 9.250,00
Adjudicado em: 22/09/2026 - 09:25:29
Nome da Empresa: KATIA CILENE DOS SANTOS GOMES 03079802438 (38.446.921/0001-55)
Modelo: G3110

Item 0026
Descrição: 0002287 - HD INTERNO DE 1T P/ NOTEBOOK
Quantidade: 8
Unidade de Fornecimento: Unidade
Valor Final: 400,00
Valor Total: 3.200,00
Adjudicado em: 22/09/2026 - 09:25:29
Nome da Empresa: MULTMAIS COMERCIO DE INFORMATICA E ELETRODOMESTICOS LTDA (42.092.696/0001-73)
Modelo: WD1TB

Item 0027
Descrição: 0002288 - HD INTERNO DE SSD 512 GB P/ NOTEBOOK
Quantidade: 26
Unidade de Fornecimento: Unidade
Valor Final: 484,00
Valor Total: 12.584,00
Adjudicado em: 22/09/2026 - 09:25:29
Nome da Empresa: FORMATO DIGITAL COMERCIO E COMUNICACAO MULTIMIDIA LTDA (31.070.939/0001-56)
Modelo: KDS512G-L21 512GB

Item 0028
Descrição: 0002408 - MOUSE OPTICO COM FIO USB - Mouse optico com conexao USB, sistema plug and play (dispensa instalacao de drivers), com resolucao minima de 1.200 DPI. Deve possuir design ergonomico e compacto, adequado para uso prolongado, alem de cabo com comprimento minimo de 1,20 metro, proporcionando maior liberdade de movimento. Compativel com sistemas operacionais usuais de mercado.
Quantidade: 29
Unidade de Fornecimento: Unidade
Valor Final: 8,90
Valor Total: 258,10
Adjudicado em: 22/09/2026 - 09:25:29
Nome da Empresa: KATIA CILENE DOS SANTOS GOMES 03079802438 (38.446.921/0001-55)
Modelo: 0106

Item 0029
Descrição: 0002409 - MOUSE OPTICO SEM FIO USB - Mouse optico sem fio com conexao USB, tecnologia plug and play (dispensa instalacao de drivers), com resolucao minima de 1.200 DPI. Deve operar na frequencia 2.4 GHz, assegurando conexao estavel e alcance adequado. Equipado com 3 botoes, design ergonomico para uso confortavel e prolongado, e alimentacao por 1 pilha AA (nao inclusa). Compativel com sistemas operacionais usuais de mercado.
Quantidade: 43
Unidade de Fornecimento: Unidade
Valor Final: 22,00
Valor Total: 946,00
Adjudicado em: 22/09/2026 - 09:25:29
Nome da Empresa: KATIA CILENE DOS SANTOS GOMES 03079802438 (38.446.921/0001-55)
Modelo: 095

SÃO VICENTE/RN, 22 DE SETEMBRO DE 2026

JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS
Município de São Vicente/RN
CNPJ: 08.308.470/0001-29
Prefeita Municipal

FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JUNIOR
Fundo Municipal de Saúde
CNPJ(MF) 11.261.481/0001-05
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

GABRIELA BEATRIZ DANTAS SOARES DE SOUZA
Fundo Municipal de Assistência Social
CNPJ(MF) 14.851.152/0001-02
Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:6B886A58

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS ELETRÔNICO Nº 009/2026

De acordo com o que determina o Inciso IV, do Art. 71 da Lei 14.133/2021, a(s) AUTORIDADE(S) COMPETENTE(S), HOMOLOGA ao(s) licitante(s) vencedor(es) do(s) respectivo(s) Item(ns), conforme indicado no quadro abaixo:

Resultado da Homologação

Item 0001
Descrição: SCANNER DE MESA DIGITAL DIGITALIZAR OS DOIS LADOS DE UM DOCUMENTO EM UMA MESMA LEITURA; COM PAINEL DE OPERAÇÃO INTEGRADO AO EQUIPAMENTO, COM VISOR QUE PERMITA A CONFIGURAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DAS DIGITALIZAÇÕES; ALIMENTAÇÃO VERTICAL, SCANNER DUPLEX COLORIDO DE UMA PASSAGEM; ALIMENTADOR AUTOMÁTICO DE DOCUMENTOS COM CAPACIDADE PARA 100 FOLHAS QUE PERMITE PROCESSAR PILHAS DE DOCUMENTOS RAPIDAMENTE; DIGITALIZA PÁGINAS EM VELOCIDADES DE ATÉ 35 PPM/ 70 IPM²; RESOLUÇÃO ÓPTICA: 600 DPI; RESOLUÇÃO INTERPOLADA: 1.200 DPI; PROFUNDIDADE DE BIT DE COR: RGB: 30 BITS DE ENTRADA / 24 BITS DE SAÍDA; CARACTERÍSTICAS DO SCANNER: ALIMENTAÇÃO VERTICAL (FACE PARA BAIXO); SENSOR ÓPTICO: SENSOR DE IMAGEM DE CONTATO COLORIDO (CIS); ÁREA MÁXIMA DE DIGITALIZAÇÃO: A 200 DPI: MÁX. 21,6 CM X 609,6 CM (8,5" X 240") MÍN. 5,1 CM X 5,1 CM (2" X 2"); PESO DO PAPEL:27 G/M2 – 413 G/M2; FONTE DE LUZ: LED RGB DE 3 CORES; VELOCIDADE DE DIGITALIZAÇÃO: PRETO E BRANCO, COLORIDO, ESCALA DE CINZA, 300 DPI: 35 PPM (SIMPLEX)/70 IPM (DUPLEX)1; INTERFACES: USB 3.2 DE ALTA VELOCIDADE; CICLO DE TRABALHO DIÁRIO: ATÉ 4.000 PÁGINAS. ACOMPANHA CABO DE ALIMENTAÇÃO, USB, MANUAL E CD DE INSTALAÇÃO. GARANTIA MÍNIMA DE 1 ANO. BIVOLT

Quantidade: 13
Unidade de Fornecimento: Unidade
Valor Final: 2.040,00
Valor Total: 26.520,00
Homologado em: 22/09/2026 - 09:25:51
Nome da Empresa: HKA TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA (19.729.347/0001-06)
Modelo: DR-C340

Item 0002
Descrição: 0002392 - GPS PORTATIL COM TRANSFLECTIVO, TFT DE 65K CORES; A PROVA D`AGUA IPX7; DURACAO DE 16 HORAS DE BATERIA; INTERFACE MINI USB DE ALTA VELOCIDADE E COMPATiVEL COM NMEA 0183; MAPAS PRE-CARREGADOS (TOPOACTIVE; ROTEAVEL); CAPACIDADE DE ADICIONAR MAPA; ROTEAMENTO AUTOMATICO (ROTEAMENTO CURVA A CURVA NAS ESTRADAS) PARA ATIVIDADES AO AR LIVRE; INCLUI RECURSOS HIDROGRAFICOS DETALHADOS (COSTAS, MARGENS DE LAGOS/RIOS, ZONAS uMIDAS E RIACHOS PERENES E SAZONAIS); INCLUI PONTOS DE INTERESSE PESQUISAVEIS ??(PARQUES, ACAMPAMENTOS, MIRANTES PANORAMICOS E LOCAIS PARA PIQUENIQUE); EXIBE PARQUES NACIONAIS, ESTADUAIS E LOCAIS, FLORESTAS E AREAS SELVAGENS; MEMORIA DE 16GB E ARMAZENAMENTO DE MEMORIA EXTERNA (CARTAO MICROSDMAXIMO DE 32 GB); WAYPOINTS/FAVORITOS/LOCAIS (5000); FAIXAS (200); REGISTRO DA TRILHA DE NAVEGACAO (10.000 PONTOS, 200 TRILHAS SALVAS); ROTAS DE NAVEGACAO (200, 250 PONTOS POR ROTA;ROTEAMENTO AUTOMATICO DE 50 PONTOS); RECEPTOR DE ALTA SENSIBILIDADE; GPS; GLONASS; GALILEU; QZSS; ALTiMETRO BAROMETRICO; BuSSOLA COM 3 EIXOS COM COMPENSACAO DE INCLINACAO; BuSSOLA GPS (EM MOVIMENTO); SUPORTE DE FREQUENCIA MULTIBANDA; NOTIFICACOES INTELIGENTES NO COMPUTADOR DE MAO; CONTROLE REMOTO VIRB; NAVEGACAO PONTO A PONTO; CALCULO DE AREA; INFORMACOES SOBRE SOL E LUA; ADEQUADO PARA GEOCACHING; MAPAS PERSONALIZADOS COMPATiVEIS (500 BLOCOS DE MAPAS PERSONALIZADOS); CONEXOES CONECTIVIDADE SEM FIO (BLUETOOTH®, ANT+®)ACOMPANHANDO 1 (UM) CABO UBS E GARANTIA MINIMA DE 1 (UM) ANO.
Quantidade: 7
Unidade de Fornecimento: Unidade
Valor Final: 4.013,41
Valor Total: 28.093,87
Homologado em: 22/09/2026 - 09:25:51
Nome da Empresa: J RAFAEL DOS SANTOS COMERCIO E SERVICOS LTDA (50.614.681/0001-56)
Modelo: GPS Portátil Garmin GPSMAP 65s

Item 0003
Descrição: 0002393 - CASE HD EXTERNO POSSUI TECNOLOGIA PLUG AND PLAY SUPORTA A CONEXAO DE HDS SATA DE 2,5" (HD DE NOTEBOOK) E 3,5" (HD DE COMPUTADOR) COMPATiVEL COM CARTOES DE MEMORIA: CF, SD, XD, MS (MINI SD, T-FLASH E MICRO SD) DUAS CONEXOES USB PARA UTILIZACAO COMO HUB INTERFACE DE CONEXAO COM COMPUTADOR USB 2.0 E E-SATA TAXA DE TRANSFERENCIA DE DADOS 3 GB/S NA E-SATA, 400 MB/S EM USB 2.0 E 12 MB/S EM USB 1.1, SISTEMAS OPERACIONAIS COMPATiVEIS: WINDOWS 98, ME, WINDOWS 2000, XP, VISTA, WINDOWS 7, WINDOWS 8, WINDOWS 10E MAC OS DIMENSOES DA 18 CM DE LARGURA, 9,5 CM DE ALTURA E 11 CM DE PROFUNDIDADE PESO LiQUIDO 250 GRAMAS ACOMPANHA - 1 X CABO DE DADOS USB X MINI USB; - 1 X FONTE DE ALIMENTACAO DE ENERGIA 110/220 (BIVOLT); - 1 CABO DE FORCA;
Quantidade: 10
Unidade de Fornecimento: Unidade
Valor Final: 34,00
Valor Total: 340,00
Homologado em: 22/09/2026 - 09:25:51
Nome da Empresa: ISLEY FONSECA DAMASCENO DE ARAUJO (70.307.939/0001-89)
Modelo: EXBOM

Item 0004
Descrição: MULTIFUNCIONAL TANQUE DE TINTA; WIRELESS - IMPRESSORA, COPIADORA, SCANNER; ALTO RENDIMENTO 4.500 PÁGINAS EM PRETO E 7.500 PÁGINAS EM CORES; ADF DE ALTA PRODUTIVIDADE; 30 PÁGINAS | 4,5 IPM; CONECTIVIDADE COMPLETA: USB, WI-FI, WI-FI DIRECT, ETHERNET; MODO CRIAÇÃO DE TINTA PRETA: COMBINA AS TINTAS COLORIDAS PARA CONTINUAR IMPRIMINDO; TECNOLOGIA DE IMPRESSÃO: TECNOLOGIA JATO DE TINTA MICROPIEZO DE 4 CORES; VELOCIDADE MÁXIMA: 33 PPM EM PRETO E 15 PPM EM CORES; VELOCIDADE DE IMPRESSÃO ISO: 10 PPM EM PRETO, 5 PPM EM CORES (A4/CARTA); RESOLUÇÃO MÁXIMA DE IMPRESSÃO: 5760 X 1440 DPI; VOLTAGEM : BIVOLT AUTOMATICO; SCANNER: BASE PLANA COM SENSOR DE LINHAS CIS DE COR E ADF; VELOCIDADE: 12 SEGUNDOS POR PÁGINA EM PRETO E 29 SEGUNDOS POR PÁGINA EM CORES (200 DPI), 4.5 IPM (ADF); RESOLUÇÃO SCANNER: 1200 X 2400 DPI; ÁREA MÁXIMA DE DIGITALIZAÇÃO: A4 (297 X 216 MM); PROFUNDIDADE DE COR: 48 BITS DE COR; DIGITALIZAR PARA PDF; VELOCIDADE DE CÓPIA: 33 CPM EM PRETO, 15 CPM EM CORES (A4/CARTA); VELOCIDADE DE CÓPIA ISO: 7,7 CPM EM PRETO, 3,8 EM CORES (A4/CARTA); RESOLUÇÃO: 300 X 600 DPI; ALIMENTADOR AUTOMÁTICO DE FOLHAS: 30 FOLHAS; TAMANHO MÁXIMO DO PAPEL:: LEGAL (216 X 356 MM); TAMANHOS DE PAPEL: A4, A6, CARTA, MEIA CARTA, LEGAL, EXECUTIVO, OFICIO 9, DEFINIDO PELO USUÁRIO (89 X 127 MM - 215,9 X 1200 MM), ENVELOPES; TIPOS DE PAPEL: COMUM, PAPEL FOSCO, PAPEL BRILHANTE, SEMI BRILHANTE E AUTO-ADESIVO; GRAMATURA: DE 64 A 90 G/M2; NTERFACE: USB 2.0 DE ALTA VELOCIDADE / WIRELESS / WI-FI DIRECT / ETHERNET; VISOR LCD COLORIDO DE NO MINIMO 1,44 POLEGADAS; ACOMPANHA 1 KIT DE GARRAFAS DE TINTA ORIGINAIS, CABO DE ALIMENTAÇÃO, CABO USB, CD DE INSTALAÇÃO NO MINIMO 1 ANO DE GARANTIA
Quantidade: 42
Unidade de Fornecimento: Unidade
Valor Final: 1.450,00
Valor Total: 60.900,00
Homologado em: 22/09/2026 - 09:25:51
Nome da Empresa: MATHEUS NUNES LIMA (41.186.111/0001-11)
Modelo: L3250

Item 0005
Descrição: 0002395 - COMPUTADOR DESKTOP 12 GERACAO INTEL® CORE I3-12100 (4-CORE, 8-THREAD, CACHE DE 12MB, 3.3GHZ ATE 4.3GHZ), SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 11 PRO, MEMORIA DE 8GB DDR4 (1X8GB) 3200MHZ; EXPANSiVEL ATE 64G (2 SLOTS UDIMM), SSD DE 256GB PCIE NVME M.2, PARTE FRONTAL DO GABINETE, POSSUINDO 4 PORTAS USB 2.0, 4 PORTAS USB 3.2 DE 1 GERACAO, 1 ENTRADA GLOBAL PARA HEADSET, 1 PORTA DE SAiDA DE AUDIO, 1 PORTA ETHERNET RJ-45, 1 PORTA PARA FONTE DE ALIMENTACAO CA, 1 PORTA HDMI 1.4B, 1 PORTA DISPLAYPORT 1.4. COM INSTALACAO DO PACOTE OFICCE E TODOS OS PROGRAMAS PADROES PARA SEU FUNCIONAMENTO BASE, GARANTIA DE NO MINIMO 12 MESES E TODAS AS DEPESAS DECORRENTES DA MANUTENCAO DA GARANTIA SAO DE RESPOSABILIDADE DO FORNECEDOR (CONFIGURACOES MiNIMAS).
Quantidade: 33
Unidade de Fornecimento: Unidade
Valor Final: 2.275,83
Valor Total: 75.102,39
Homologado em: 22/09/2026 - 09:25:51
Nome da Empresa: MAMUTH TECNOLOGIA DISTRIBUIDORA LTDA (57.601.436/0001-53)

Modelo: AXPRO STANDARD

Item 0006
Descrição: NOTEBOOK COM PROCESSADOR 13ª GERAÇÃO INTEL® CORE™ I5, SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 11 PRO, PORTUGUÊS, TELA FULL HD DE 15.6" (1920 X 1080) WVA OU IPS, MEMÓRIA DE 16GB, SSD DE 512GB PCIE NVME M.2; O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR, NO MÍNIMO, 03 (TRÊS) PORTAS USB, SENDO ADMTIDAS, INTERFACES USB 3.2 OU SUPERIORES, INCLUÍNDO USB TIPO "A" E/OU USB TIPO "C", DESDE QUE MANTENHAM COMPATIBILIDADE E FUNCIONALIDADE PARA CONEXÃO DE PERIFERÍCOS; 1 CONECTOR DE ÁUDIO, 1 PORTA HDMI 1.4, CÂMERA HD DE 720P A 30 FPS COM MICROFONE ÚNICO INTEGRADO, ALTO-FALANTES ESTÉREO, 2 DE 2 W = 4 W NO TOTAL, WIRELESS 802.11AC 1X1 WI-FI, PLACA DE REDE WIRELESS COM BLUETOOTH, BATERIA INTEGRADA, RECARREGÁVEL, COM CAPACIDADE MINIMA DE 54WH (WATT/HORA), COM INSTALAÇÃO DO PACOTE OFICCE E TODOS OS PROGRAMAS PADRÕES PARA SEU FUNCIONAMENTO BASE, GARANTIA DE NO MINIMO 12 MESES E TODAS AS DEPESAS DECORRENTES DA MANUTENÇÃO DA GARANTIA SÃO DE RESPOSABILIDADE DO FORNECEDOR (CONFIGURAÇÕES MÍNIMAS DO EQUIPAMENTO).
Quantidade: 46
Unidade de Fornecimento: Unidade
Valor Final: 3.390,00
Valor Total: 155.940,00
Homologado em: 22/09/2026 - 09:25:51
Nome da Empresa: K J DE M ANDRADE LTDA (49.385.374/0001-61)
Modelo: ASUS

Item 0007
Descrição: 0002397 - PROJETOR MULTIMiDIA. RESOLUCAO NATIVA WXGA (1280 X 800 PIXELS) OU SUPERIOR. CONTRASTE DINAMICO DE 15.000:1 OU SUPERIOR. FORMATO DE IMAGEM 16:10 OU 16:9. TECNOLOGIA DE PROJECAO: LCD DE 3 CHIPS. LUMINOSIDADE: MiNIMO DE 3.800 LuMENS (DE ACORDO COM AS NORMAS ANSI E/OU ISO 21118 E/OU IDMS). LAMPADA UHE OU UHP COM VIDA uTIL MiNIMA DE 5000 HORAS NO MODO DE OPERACAO NORMAL. FOCO MANUAL OU DIGITAL. ZOOM DIGITAL MiNIMO DE 4 VEZES OU ZOOM OTICO MiNIMO DE 1,2 VEZES. CORRECAO EFEITO TRAPEZIO VERTICAL DE, NO MiNIMO, ±30. ADAPTAVEL PARA PROJECAO FRONTAL E TETO. CAPACIDADE DE REPRODUZIR IMAGENS NOS TAMANHOS ENTRE 60" E 300". RUiDO MENOR OU IGUAL A 39 DECIBEIS EM OPERACAO NORMAL. ALTO-FALANTE DE 1 WATT OU SUPERIOR. CONECTIVIDADE MiNIMA: VGA (DSUB 15 PINOS), HDMI E USB. DEVERA ESTAR DE ACORDO COM A NBR 14136:2012 - PADRAO BRASILEIRO PARA TOMADAS E PLUGUES ELETRICOS. DEVERA VIR ACOMPANHADO DOS SEGUINTES ACESSORIOS: CONTROLE REMOTO, CABO PARA CONEXAO AO COMPUTADOR E CABO DE ENERGIA. TENSAO DE ALIMENTACAO 220V. O PRODUTO DEVERA VIR ACOMPANHADO DE MANUAL DE INSTRUCOES EM PORTUGUES. DEVERA POSSUIR GARANTIA DE, NO MiNIMO, 12 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. NAO SERAO ACEITOS EQUIPAMENTOS QUE TENHAM SIDO DESCONTINUADOS PELO FABRICANTE. NAO SERAO ACEITOS EQUIPAMENTOS QUE NAO POSSUAM ASSISTENCIA TECNICA NO BRASIL, DEVENDO A ASSISTENCIA SER AUTORIZADA, CREDENCIADA OU CERTIFICADA PELO PROPRIO FABRICANTE.
Quantidade: 11
Unidade de Fornecimento: Unidade
Valor Final: 1.600,00
Valor Total: 17.600,00
Homologado em: 22/09/2026 - 09:25:51
Nome da Empresa: MULTMAIS COMERCIO DE INFORMATICA E ELETRODOMESTICOS LTDA (42.092.696/0001-73)
Modelo: GET50000LUMENS

Item 0008
Descrição: 0002398 - LEITOR DE CODIGO DE BARRA CCD OS2 LEITOR AUTOMATICO DE CODIGOS DE BARRAS POR PROXIMIDADE; ERGONOMICO; FONTE DE LUZ: LEDS, LUZ VERMELHA VISiVEL, 632NM; SENSOR: LINEAR; VISUAL (LED); SONORO (BEEP), COMUNICACAO: USB; VELOCIDADE: 100 VARREDURAS/SEG; DISTANCIA DE LEITURA: ATE 200MM; CODIGOS DE BARRAS: DANFES, BOLETOS BANCARIO (FEBRABAN) - TODOS OS UPC / EAN / JAN - EAN128 CODE - CODE39 - CODE39 FULL ASCII - CODE32 / ITALIAN PHARMACY - CODE128 - CODABAR/NW7 - INTERLEAVE 25 - INDUSTRIAL 25 - MSI/PLESSEY - CODE 93 - GS1 DATABAR; ACOMPANHA MANUAL E CABO USB; GARANTIA MiNIMA DE 1 ANO.
Quantidade: 7
Unidade de Fornecimento: Unidade
Valor Final: 173,80
Valor Total: 1.216,60
Homologado em: 22/09/2026 - 09:25:51
Nome da Empresa: 65.882.713 GUSTAVO BARROS DE FARIAS (65.882.713/0001-71)
Modelo: Leitor De Código De Barras Exbom 2d Com

Item 0009
Descrição: 0002399 - ESTABILIZADOR 500VA POTENCIA DE 500VA. ENTRADA: 110/220V. SAiDA: 110V. CARACTERiSTICAS: ESTABILIZADOR MICRO PROCESSADO COM 4 ESTAGIOS DE ESTABILIZACAO, FILTRO DE LINHA INTEGRADA COM PROTETOR CONTRA SURTOS; PORTA FUSiVEL EXTERNO COM 1 UNIDADE RESERVA; 4 TOMADAS ELETRICAS DE SAiDA. GARANTIA DE NO MiNIMO 12 MESES.
Quantidade: 40
Unidade de Fornecimento: Unidade
Valor Final: 138,00
Valor Total: 5.520,00
Homologado em: 22/09/2026 - 09:25:51
Nome da Empresa: MULTMAIS COMERCIO DE INFORMATICA E ELETRODOMESTICOS LTDA (42.092.696/0001-73)
Modelo: COLOTECK500VA

Item 0010
Descrição: 0002262 - ROTEADOR WIRELESS GIGABIT 10/100/1000 DUAL BAND MU-MIMO AC1300 EC225-G5, PORTAS FULL GIGABIT, BANDAS DE 2.4 GHZ E 5 GHZ FUNCIONAM EM VELOCIDADES WI-FI AC1300
Quantidade: 28
Unidade de Fornecimento: Unidade
Valor Final: 189,00
Valor Total: 5.292,00
Homologado em: 22/09/2026 - 09:25:51
Nome da Empresa: MULTMAIS COMERCIO DE INFORMATICA E ELETRODOMESTICOS LTDA (42.092.696/0001-73)
Modelo: MERCURSYS

Item 0011
Descrição: 0002263 - FONTE DE ALIMENTACAO ATX 400W OU SUPERIOR P/ COMP. DESKTOP
Quantidade: 38
Unidade de Fornecimento: Unidade
Valor Final: 157,90
Valor Total: 6.000,20
Homologado em: 22/09/2026 - 09:25:51
Nome da Empresa: KATIA CILENE DOS SANTOS GOMES 03079802438 (38.446.921/0001-55)
Modelo: 400W

Item 0012
Descrição: 0002264 - MEMORIA DDR3 4GB PARA COMPUTADOR DESKTOP
Quantidade: 24
Unidade de Fornecimento: Unidade
Valor Final: 79,00
Valor Total: 1.896,00
Homologado em: 22/09/2026 - 09:25:51

Nome da Empresa: MULTMAIS COMERCIO DE INFORMATICA E ELETRODOMESTICOS LTDA (42.092.696/0001-73)
Modelo: YON

Item 0013
Descrição: 0002265 - MEMORIA DDR3 4GB PARA NOTEBOOK
Quantidade: 27
Unidade de Fornecimento: Unidade
Valor Final: 89,00
Valor Total: 2.403,00
Homologado em: 22/09/2026 - 09:25:51
Nome da Empresa: FORMATO DIGITAL COMERCIO E COMUNICACAO MULTIMIDIA LTDA (31.070.939/0001-56)
Modelo: DDR3 4GB 1333MHz Notebook KD13S9/4G

Item 0014
Descrição: 0002266 - MEMORIA DDR4 4GB PARA COMPUTADOR DESKTOP
Quantidade: 23
Unidade de Fornecimento: Unidade
Valor Final: 173,00
Valor Total: 3.979,00
Homologado em: 22/09/2026 - 09:25:51
Nome da Empresa: MULTMAIS COMERCIO DE INFORMATICA E ELETRODOMESTICOS LTDA (42.092.696/0001-73)
Modelo: YON

Item 0015
Descrição: 0002267 - MEMORIA DDR4 4GB PARA NOTEBOOK
Quantidade: 28
Unidade de Fornecimento: Unidade
Valor Final: 174,80
Valor Total: 4.894,40
Homologado em: 22/09/2026 - 09:25:51
Nome da Empresa: MULTMAIS COMERCIO DE INFORMATICA E ELETRODOMESTICOS LTDA (42.092.696/0001-73)
Modelo: YON

Item 0016
Descrição: 0002268 - PEN DRIVE 64GB ARMAZENAMENTO COM INTERFACE USB 2.0 OU SUPERIOR
Quantidade: 51
Unidade de Fornecimento: Unidade
Valor Final: 59,00
Valor Total: 3.009,00
Homologado em: 22/09/2026 - 09:25:51
Nome da Empresa: FORMATO DIGITAL COMERCIO E COMUNICACAO MULTIMIDIA LTDA (31.070.939/0001-56)
Modelo: CRUZER BLADE 64GB

Item 0017
Descrição: 0002269 - TECLADO USB AVANCADO: TECLADO ABNT2, PRETO; COM APOIO; TECLADO SUPERMACIO (INDICADO PARA PORTADOR DE LER)
Quantidade: 50
Unidade de Fornecimento: Unidade
Valor Final: 26,20
Valor Total: 1.310,00
Homologado em: 22/09/2026 - 09:25:51
Nome da Empresa: KATIA CILENE DOS SANTOS GOMES 03079802438 (38.446.921/0001-55)
Modelo: 0014

Item 0018
Descrição: 0002272 - HD EXTERNO PORTATIL 1TB CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO: 1TB; MEMORIA CACHE: 64 MB; VELOCIDADE DE TRANSFERENCIA DE DADOS: 4,8GB/S; CONEXOES USB 3.0; SISTEMA OPERACIONAL: WINDOWS; INCLUI CABO USB; GARANTIA DE 12 MESES;
Quantidade: 17
Unidade de Fornecimento: Unidade
Valor Final: 330,00
Valor Total: 5.610,00
Homologado em: 22/09/2026 - 09:25:51
Nome da Empresa: KATIA CILENE DOS SANTOS GOMES 03079802438 (38.446.921/0001-55)
Modelo: 1TB

Item 0019
Descrição: 0002277 - MONITOR LED 21,5 TELA: LED WIDESCREEN; TAMANHO: 21,5; VOLTAGEM: BIVOLT; GARANTIA DE 12 MESES.
Quantidade: 34
Unidade de Fornecimento: Unidade
Valor Final: 287,00
Valor Total: 9.758,00
Homologado em: 22/09/2026 - 09:25:51
Nome da Empresa: 65.882.713 GUSTAVO BARROS DE FARIAS (65.882.713/0001-71)
Modelo: Monitor Office 21.5" TCN Oneview Full HD

Item 0020
Descrição: 0002278 - NOBREAK BIVOLT 1200 VA VOLTAGEM 110/220
Quantidade: 21
Unidade de Fornecimento: Unidade
Valor Final: 544,99
Valor Total: 11.444,79
Homologado em: 22/09/2026 - 09:25:51
Nome da Empresa: FAP TECNOLOGIA E SOLUCOES LTDA (55.935.697/0001-84)
Modelo: CR ENERGIA

Item 0021
Descrição: 0002282 - WEBCAM COM FOCO AUTOMATICO HD E A CORRECAO DE LUZ EMBUTIDOS ADAPTAM O ViDEO AS CONDICOES, RESOLUCAO 1080P A 30 QPS / HD 720P A 30 QPS COM TAXA DE QUADROS DE 30 FRAMES POR SEGUNDO TENDO DOIS MICROFONES INTEGRADOS CAPTURAM O AUDIO DE TODOS OS ANGULOS.
Quantidade: 18
Unidade de Fornecimento: Unidade
Valor Final: 144,90
Valor Total: 2.608,20
Homologado em: 22/09/2026 - 09:25:51
Nome da Empresa: LICITA SHOP COMERCIO E SERVICOS LTDA (50.958.011/0001-57)
Modelo: SIGMA-W640A

Item 0022
Descrição: 0002283 - HD INTERNO DE 1T P/ COMP. DESKTOP
Quantidade: 15
Unidade de Fornecimento: Unidade
Valor Final: 342,00
Valor Total: 5.130,00
Homologado em: 22/09/2026 - 09:25:51
Nome da Empresa: MULTMAIS COMERCIO DE INFORMATICA E ELETRODOMESTICOS LTDA (42.092.696/0001-73)
Modelo: WD1TB

Item 0023
Descrição: 0002284 - HD INTERNO DE SSD 256 GB P/ COMP. DESKTOP
Quantidade: 30
Unidade de Fornecimento: Unidade
Valor Final: 276,00
Valor Total: 8.280,00
Homologado em: 22/09/2026 - 09:25:51
Nome da Empresa: FORMATO DIGITAL COMERCIO E COMUNICACAO MULTIMIDIA LTDA (31.070.939/0001-56)
Modelo: KDS256G-L21 256GB

Item 0024
Descrição: 0002285 - CABECA DE IMPRESSAO COLORIDA P/ IMPRESSORA CANON G3110
Quantidade: 37
Unidade de Fornecimento: Unidade

Valor Final: 222,27
Valor Total: 8.223,99
Homologado em: 22/09/2026 - 09:25:51
Nome da Empresa: KATIA CILENE DOS SANTOS GOMES 03079802438 (38.446.921/0001-55)
Modelo: G3110

Item 0025
Descrição: 0002286 - CABECA DE IMPRESSAO BLACK P/ IMPRESSORA CANON G3110
Quantidade: 37
Unidade de Fornecimento: Unidade
Valor Final: 250,00
Valor Total: 9.250,00
Homologado em: 22/09/2026 - 09:25:51
Nome da Empresa: KATIA CILENE DOS SANTOS GOMES 03079802438 (38.446.921/0001-55)
Modelo: G3110

Item 0026
Descrição: 0002287 - HD INTERNO DE 1T P/ NOTEBOOK
Quantidade: 8
Unidade de Fornecimento: Unidade
Valor Final: 400,00
Valor Total: 3.200,00
Homologado em: 22/09/2026 - 09:25:51
Nome da Empresa: MULTMAIS COMERCIO DE INFORMATICA E ELETRODOMESTICOS LTDA (42.092.696/0001-73)
Modelo: WD1TB

Item 0027
Descrição: 0002288 - HD INTERNO DE SSD 512 GB P/ NOTEBOOK
Quantidade: 26
Unidade de Fornecimento: Unidade
Valor Final: 484,00
Valor Total: 12.584,00
Homologado em: 22/09/2026 - 09:25:51
Nome da Empresa: FORMATO DIGITAL COMERCIO E COMUNICACAO MULTIMIDIA LTDA (31.070.939/0001-56)
Modelo: KDS512G-L21 512GB

Item 0028
Descrição: 0002408 - MOUSE OPTICO COM FIO USB - Mouse optico com conexao USB, sistema plug and play (dispensa instalacao de drivers), com resolucao minima de 1.200 DPI. Deve possuir design ergonomico e compacto, adequado para uso prolongado, alem de cabo com comprimento minimo de 1,20 metro, proporcionando maior liberdade de movimento. Compativel com sistemas operacionais usuais de mercado.
Quantidade: 29
Unidade de Fornecimento: Unidade
Valor Final: 8,90
Valor Total: 258,10
Homologado em: 22/09/2026 - 09:25:51
Nome da Empresa: KATIA CILENE DOS SANTOS GOMES 03079802438 (38.446.921/0001-55)
Modelo: 0106

Item 0029
Descrição: 0002409 - MOUSE OPTICO SEM FIO USB - Mouse optico sem fio com conexao USB, tecnologia plug and play (dispensa instalacao de drivers), com resolucao minima de 1.200 DPI. Deve operar na frequencia 2.4 GHz, assegurando conexao estavel e alcance adequado. Equipado com 3 botoes, design ergonomico para uso confortavel e prolongado, e alimentacao por 1 pilha AA (nao inclusa). Compativel com sistemas operacionais usuais de mercado.
Quantidade: 43
Unidade de Fornecimento: Unidade
Valor Final: 22,00
Valor Total: 946,00
Homologado em: 22/09/2026 - 09:25:51
Nome da Empresa: KATIA CILENE DOS SANTOS GOMES 03079802438 (38.446.921/0001-55)
Modelo: 095

SÃO VICENTE/RN, 22 DE SETEMBRO DE 2026

JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS
Município de São Vicente/RN
CNPJ: 08.308.470/0001-29
Prefeita Municipal

FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JUNIOR
Fundo Municipal de Saúde
CNPJ(MF) 11.261.481/0001-05
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

GABRIELA BEATRIZ DANTAS SOARES DE SOUZA
Fundo Municipal de Assistência Social
CNPJ(MF) 14.851.152/0001-02
Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:15C64A87

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 027/2026/SMARH, DE 21 DE SETEMBRO DE 2026.

Concede diária(s) a AGUINELDA DANTAS DE MEDEIROS FERNANDES e dá outras providencias.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos dos Decretos nº 025/2019 e 040/2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida 3/4 (três quartos) diária a servidora **AGUINELDA DANTAS DE MEDEIROS FERNANDES**, Mat. 247, ocupante da função de **ADMINISTRADOR** deste Município, para custear despesas durante viagem realizada à Cidade de NATAL/RN, no dia 21/09/2026, para tratar de assuntos do interesse do município, totalizando o valor de R$ 262,50 (duzentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e Cumpra-se.

São Vicente/RN, 21 de setembro de 2026.

ANDRÉ LUIZ SALES SOARES DE MARIA
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:1B4259B6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ELÓI DE SOUZA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 101/2026, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SENADOR ELÓI DE SOUZA/RN, do Município de Senador Elói de Souza/RN, no exercício de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do Município c/c com os artigos 1º e 2º, da Lei Complementar nº 030/2022,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao sr **ADAÍRES HORTÊNCIO DA COSTA**, inscrito no CPF sob nº 671.415.XXX-XX, ocupante do cargo eletivo de **CONSELHEIRO TUTELAR**, ajuda de custo, no valor de R$ 100,00 (cem reais), para custear quanto a alimentação/despesa, no evento denominado **"OFICINAS FORMATIVAS – ESCOLA DE CONSELHOS",** realizadas na cidade de Santa Cruz/RN, entre os dias 23 e 24 de setembro de 2026.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º. Publique-se, dê ciência e cumpra-se.

SENADOR ELÓI DE SOUZA/RN, 22 de setembro de 2026.

KERGINALDO MEDEIROS DE ARAÚJO JÚNIOR
Prefeito Municipal de Senador Elói de Souza /RN

Publicado por:
Hudson Araujo Lucas
Código Identificador:7C629B96

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 102/2026, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SENADOR ELÓI DE SOUZA/RN, do Município de Senador Elói de Souza/RN, no exercício de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do Município c/c com os artigos 1º e 2º, da Lei Complementar nº 030/2022,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder à sra. **DANIELE DA SILVA**, inscrita no CPF sob nº XXX.400.XXX-16, ocupante do cargo eletivo de **CONSELHEIRA TUTELAR**, ajuda de custo, no valor de R$ 100,00 (cem reais), para custear quanto a alimentação/despesa, no evento denominado **"OFICINAS FORMATIVAS – ESCOLA DE CONSELHOS",** realizadas na cidade de Santa Cruz/RN, entre os dias 23 e 24 de setembro de 2026.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º. Publique-se, dê ciência e cumpra-se.

SENADOR ELÓI DE SOUZA/RN, 22 de setembro de 2026.

KERGINALDO MEDEIROS DE ARAÚJO JÚNIOR
Prefeito Municipal de Senador Elói de Souza /RN

Publicado por:
Hudson Araujo Lucas
Código Identificador:95932A6D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 103/2026, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SENADOR ELÓI DE SOUZA/RN, do Município de Senador Elói de Souza/RN, no exercício de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do Município c/c com os artigos 1º e 2º, da Lei Complementar nº 030/2022,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao sr **SÓCRATES FÉLIX DE LIMA**, inscrito no CPF sob nº XXX.713.XXX-80, ocupante do cargo eletivo de **CONSELHEIRO TUTELAR**, ajuda de custo, no valor de R$ 100,00 (cem reais), para custear quanto a alimentação/despesa, no evento denominado **"OFICINAS FORMATIVAS – ESCOLA DE CONSELHOS",** realizadas na cidade de Santa Cruz/RN, entre os dias 23 e 24 de setembro de 2026.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º. Publique-se, dê ciência e cumpra-se.

SENADOR ELÓI DE SOUZA/RN, 22 de setembro de 2026.

KERGINALDO MEDEIROS DE ARAÚJO JÚNIOR
Prefeito Municipal de Senador Elói de Souza /RN

Publicado por:
Hudson Araujo Lucas
Código Identificador:BAF57ED1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 104/2026, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SENADOR ELÓI DE SOUZA/RN, do Município de Senador Elói de Souza/RN, no exercício de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do Município c/c com os artigos 1º e 2º, da Lei Complementar nº 030/2022,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder à sra. **JANAILDA DARC FERREIRA ALVES**, inscrita no CPF sob nº 065.317.XXX-XX, ocupante do cargo eletivo de **CONSELHEIRA TUTELAR**, ajuda de custo, no valor de R$ 100,00 (cem reais), para custear quanto a alimentação/despesa, no evento denominado **"OFICINAS FORMATIVAS – ESCOLA DE CONSELHOS",** realizadas na cidade de Santa Cruz/RN, entre os dias 23 e 24 de setembro de 2026.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º. Publique-se, dê ciência e cumpra-se.

SENADOR ELÓI DE SOUZA/RN, 22 de setembro de 2026.

KERGINALDO MEDEIROS DE ARAÚJO JÚNIOR
Prefeito Municipal de Senador Elói de Souza /RN

Publicado por:
Hudson Araujo Lucas
Código Identificador:2B9874E5

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR GEORGINO AVELINO

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 08/2026

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 08/2026
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO - SRP

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DA FARMÁCIA BÁSICA, VISANDO ATENDER AS DEMANDAS DOS USUÁRIOS DA REDE PÚBLICA DE SAÚDE MUNICIPAL

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Considerando o que dispõe a Lei Federal nº 14.133/21. Considerando ainda os autos do processo licitatório acima identificado, em particular o disposto na Ata Final da Sessão dos Trabalhos Licitatórios e no Resultado por Fornecedor. ADJUDICAMOS o presente procedimento de licitação em favor das empresas vencedoras:

1- CACTOS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALAR LTDA - CNPJ: **42.591.738/0001-10**,

saiu vencedor na disputa dos lotes: **LOTE I: ANTI-HIPERTENSIVOS, ANTICOAGULANTES E ANTIDIABÉTICOS e LOTE VI - ANTIPARKINSONIANOS, ANTIRREUMÁTICO, ANTIVERTIGINOSOS, BIFOSFONATOS E ESTATINAS**, totalizando o valor de **R$ 255.000,00** (duzentos e cinquenta e cinco mil reais)

2- PHOSPODONT LTDA - CNPJ: **04.451.626/0001-75**, saiu vencedor na disputa dos lotes: **LOTE II - ANALGÉSICO, ANESTÉSICO, ANTIINFLAMATÓRIO E RELAXANTES MUSCULARES; LOTE IV - BRONCODILATADORES, ANTIÁCIDOS, ANTITUSSÍGENOS, ANTIALÉRGICOS E EXPECTORANTES; LOTE V - VITAMINAS, PROBIÓTICOS E FITOTERÁPICOS e LOTE VII - ANTIFÚNGICOS, ANTIMICOTICO E ANTIPARASITÁRIOS**, totalizando o valor de **R$ 561.131,00** (quinhentos e sessenta e um mil, cento e trinta reais)

3- SAUDE POTIGUAR COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA - CNPJ: **42.877.232/0001-72**, saiu vencedor na disputa do lote: **LOTE III – ANTIBIÓTICOS,** totalizando o valor de **R$ 245.937,50** (duzentos e quarenta e cinco mil, novecentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos)

VALOR GLOBAL ESTIMADO: **R$ 1.062.068,50** (um milhão, sessenta e dois mil, sessenta e oito reais e cinquenta centavos). Senador Georgino Avelino/RN, 15 setembro de 2026. ANTONIO MARCOS FREIRE- PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Considerando o que dispõe a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e o Decreto Federal 10.024/2019. Considerando ainda os autos do processo licitatório acima identificado, em particular o Termo de Adjudicação expedido pela autoridade competente do Município. HOMOLOGAMOS o presente procedimento de licitação em favor da empresa, a seguir descrita:

1- CACTOS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALAR LTDA - CNPJ: **42.591.738/0001-10**, saiu vencedor na disputa dos lotes: **LOTE I: ANTI-HIPERTENSIVOS, ANTICOAGULANTES E ANTIDIABÉTICOS e LOTE VI - ANTIPARKINSONIANOS, ANTIRREUMÁTICO, ANTIVERTIGINOSOS, BIFOSFONATOS E ESTATINAS**, totalizando o valor de **R$ 255.000,00** (duzentos e cinquenta e cinco mil reais)

2- PHOSPODONT LTDA - CNPJ: **04.451.626/0001-75**, saiu vencedor na disputa dos lotes: **LOTE II - ANALGÉSICO, ANESTÉSICO, ANTIINFLAMATÓRIO E RELAXANTES MUSCULARES; LOTE IV - BRONCODILATADORES, ANTIÁCIDOS, ANTITUSSÍGENOS, ANTIALÉRGICOS E EXPECTORANTES; LOTE V - VITAMINAS, PROBIÓTICOS E FITOTERÁPICOS e LOTE VII - ANTIFÚNGICOS, ANTIMICOTICO E ANTIPARASITÁRIOS**, totalizando o valor de **R$ 561.131,00** (quinhentos e sessenta e um mil, cento e trinta reais)

3- SAUDE POTIGUAR COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA - CNPJ: **42.877.232/0001-72**, saiu vencedor na disputa do lote: **LOTE III – ANTIBIÓTICOS,** totalizando o valor de **R$ 245.937,50** (duzentos e quarenta e cinco mil, novecentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos)

VALOR GLOBAL ESTIMADO: **R$ 1.062.068,50** (um milhão, sessenta e dois mil, sessenta e oito reais e cinquenta centavos). Senador Georgino Avelino/RN, 15 setembro de 2026. ANTONIO MARCOS FREIRE- PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DA ARP – PESRP Nº 08/2026
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Senador Georgino Avelino/RN.
CONTRATADAS:

1- CACTOS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALAR LTDA - CNPJ: **42.591.738/0001-10**, saiu vencedor na disputa dos lotes: **LOTE I: ANTI-HIPERTENSIVOS, ANTICOAGULANTES E ANTIDIABÉTICOS e LOTE VI - ANTIPARKINSONIANOS, ANTIRREUMÁTICO, ANTIVERTIGINOSOS, BIFOSFONATOS E ESTATINAS**, totalizando o valor de **R$ 255.000,00** (duzentos e cinquenta e cinco mil reais)

2- PHOSPODONT LTDA - CNPJ: **04.451.626/0001-75**, saiu vencedor na disputa dos lotes: **LOTE II - ANALGÉSICO, ANESTÉSICO, ANTIINFLAMATÓRIO E RELAXANTES MUSCULARES; LOTE IV - BRONCODILATADORES, ANTIÁCIDOS, ANTITUSSÍGENOS, ANTIALÉRGICOS E EXPECTORANTES; LOTE V - VITAMINAS, PROBIÓTICOS E FITOTERÁPICOS e LOTE VII - ANTIFÚNGICOS, ANTIMICOTICO E ANTIPARASITÁRIOS**, totalizando o valor de **R$ 561.131,00** (quinhentos e sessenta e um mil, cento e trinta reais)

3- SAUDE POTIGUAR COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA - CNPJ: **42.877.232/0001-72**, saiu vencedor na disputa do lote: **LOTE III – ANTIBIÓTICOS,** totalizando o valor de **R$ 245.937,50** (duzentos e quarenta e cinco mil, novecentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos)

VALOR GLOBAL ESTIMADO: **R$ 1.062.068,50** (um milhão, sessenta e dois mil, sessenta e oito reais e cinquenta centavos). Senador Georgino Avelino/RN, 15 setembro de 2026. ANTONIO MARCOS FREIRE- PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS FINANCEIROS: Orçamento Geral do Município – OGM, para o exercício 2026. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses. ASSINATURAS: ANTONIO MARCOS FREIRE– p/Contratante e, CACTOS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALAR LTDA, PHOSPODONT LTDA e SAUDE POTIGUAR COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA – p/Contratada. DATA: Senador Georgino Avelino/RN, 18 de setembro de 2026.

ANTONIO MARCOS FREIRE-
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Larissa Medeiros Freire Ferreira
Código Identificador:4F83B95E

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
QUARTO ADITIVO AO CONTRATO Nº 20220148

O Município de SENADOR GEORGINO AVELINO, através da PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR GEORGINO AVELINO, inscrita no CNPJ sob o nº 08.168.478/0001-37, com sede na Rua Santo Antônio, 144, Centro, representado por ANTONIO MARCOS FREIRE, PREFEITO MUNICIPAL, doravante denominado CONTRATANTE, e VALERIA COSTA DE SOUZA 08140314471, inscrita no CNPJ 40.292.917/0001-21, com sede na R SANTA LUZIA, 138, CARNAUBA, Senador Georgino Avelino-RN, CEP 59168-000, representada por VALERIA COSTA DE SOUZA, já qualificados no contrato inicial, determinaram por meio deste, alterar o referido contrato, consubstanciado nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo objetiva a prorrogação do prazo de vigência do contrato até 23 de Setembro de 2027, nos termo do art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente da presente alteração correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo entra em vigor a partir da data de sua publicação.

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente aditivo, em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam os seus efeitos legais.

SENADOR GEORGINO AVELINO - RN, 22 de Setembro de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR GEORGINO AVELINO
CNPJ(MF) 08.168.478/0001-37
Contratante

VALERIA COSTA DE SOUZA 08140314471
CNPJ 40.292.917/0001-21
Contratada

Publicado por:
Larissa Medeiros Freire Ferreira
Código Identificador:3E8B69B6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO MEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AVISO DE DISPENSA DISPENSA ELETRÔNICA 016/2026
PROCESSO Nº 1275/2026

AVISO DE DISPENSA
DISPENSA ELETRÔNICA 016/2026
PROCESSO Nº 1275/2026

O agente de contratação da Prefeitura Municipal de Serra do Mel – RN, nomeado através da Portaria nº 034/2025, de 02 de janeiro de 2025, torna público a quem interessar que estará promovendo o recebimento de documentos de "proposta "e "Habilitação" a partir das **08h:00min do dia 24/09/2026 (horário de Brasília)** até as **08h:00min do dia 29/09/2026**, através da Dispensa **Eletrônica nº 016/2026, Processo nº 1275/2026**. A sessão eletrônica iniciará as **08h:01min do dia 29/09/2026**, e se encerrará as **14:01min** do dia **29/09/2026**, Aquisição de materiais necessários para a instalação de câmeras de segurança nas Unidades Básicas de Saúde do Município de Serra do Mel/RN.

Abertura das propostas e recebimento dos lances: a partir das 08h:01min do dia **29 de setembro de 2026**, no endereço eletrônico: https://www.portaldecompraspublicas.com.br.
Termo de Referência na íntegra: à disposição dos interessados através dos https://www.portaldecompraspublicas.com.br.

Serra do Mel – RN, 22 de setembro de 2026.

PAULO HENRIQUE CIRINO
Port: 034/2025
Agente de Contratação

Publicado por:
Francisco Nildo da Silva
Código Identificador:B8438D05

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AVISO DE DISPENSA DISPENSA ELETRÔNICA 017/2026
PROCESSO Nº 1367/2026

AVISO DE DISPENSA
DISPENSA ELETRÔNICA 017/2026
PROCESSO Nº 1367/2026

O agente de contratação da Prefeitura Municipal de Serra do Mel – RN, nomeado através da Portaria nº 034/2025, de 02 de janeiro de 2025, torna público a quem interessar que estará promovendo o recebimento de documentos de "proposta "e "Habilitação" a partir das **08h:00min do dia 25/09/2026 (horário de Brasília)** até as **08h:00min do dia 30/09/2026**, através da Dispensa **Eletrônica nº 017/2026, Processo nº 1367/2026**. A sessão eletrônica iniciará as **08h:01min do dia 30/09/2026**, e se encerrará as **14:01min** do dia **30/09/2026**, Aquisição de materiais necessários para a instalação de câmeras de segurança nas Unidades Básicas de Saúde do Município de Serra do Mel/RN.

Abertura das propostas e recebimento dos lances: a partir das 08h:01min do dia **30 de setembro de 2026**, no endereço eletrônico: https://www.portaldecompraspublicas.com.br.
Termo de Referência na íntegra: à disposição dos interessados através dos https://www.portaldecompraspublicas.com.br.

Serra do Mel – RN, 22 de setembro de 2026.

PAULO HENRIQUE CIRINO
PORT: 034/2025
Agente de Contratação

Publicado por:
Francisco Nildo da Silva
Código Identificador:99AC6A17

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 238, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 238, de 22 de setembro de 2026

CONCEDER diária (s) para custear despesas de viagem para o (a) Servidor Público designado, e dá outras providencias.

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,
R E S O L V E:
Art. 1º - Conceder Diária para Participação da Reunião da CIR Itinerante 2ª Região de Saúde, que acontecerá no município de Felipe Guerra - RN, no dia 23/09/2026, no endereço: Auditório Otto de Brito Guerra - Auditório da Assistência Social, para a secretaria de saúde Anacelia Freitas do Nascimento, CPF nº 022.784.754-79, Matrícula nº 1522.
A presente solicitação visa custear a diária e o deslocamento da Secretária Municipal de Saúde para participação da Reunião da CIR Itinerante 2ª Região de Saúde, que acontecerá no município de Felipe Guerra - RN, no dia 23/09/2026, no endereço: Auditório Otto de Brito Guerra - Auditório da Assistência Social.
A reunião da Comissão Intergestores Regional (CIR) da 2ª Região de Saúde do Rio Grande do Norte (que tem polo em Mossoró) atua como um espaço de cogestão e pactuação entre os gestores municipais de saúde da região e a Secretaria de Estado da Saúde Pública (Sesap)
O que é discutido na CIR da 2ª Região
• Organização de filas cirúrgicas: Alinhamento de fluxos e pactuações para cirurgias eletivas.

• Especialidades médicas: Discussão sobre o acesso e o encaminhamento para consultas especializadas.
• Consórcios e redes de atendimento: Estratégias para fortalecer a governança regional do SUS, fluxos de regulação e parcerias com referências locais (como a Liga Mossoroense de Estudos e Combate ao Câncer).

As reuniões ocorrem de forma itinerante ou centralizada nos municípios que integram a região para aproximar os secretários municipais de saúde e debater gargalos logísticos e assistenciais locais
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Serra do Mel/RN, 22 de Setembro de 2026

EVA ARITANA DA COSTA MAIA DE AZEVEDO
Secretária de Administração e Planejamento
Matricula: 794

Publicado por:
Eva Aritana da Costa Maia Azevedo
Código Identificador:1E62B6BB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 239, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 239, de 22 de setembro de 2026

CONCEDER diária (s) para custear despesas de viagem para o (a) Servidor Público designado, e dá outras providencias.

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,
R E S O L V E:
Art. 1º - Conceder percentual de 30% sob o valor de 2 (duas) diárias civis para o Conselheiro (a) Tutelar Francisca Eliza de Oliveira, CPF: 032.642.944-19, para a CAPACITAÇÃO "ESCOLA DE CONSELHOS", a qual se realizará no dia 28 E 29 de setembro de 2026, em Mossoró/RN.
A capacitação torna-se imprescindível, pois marca-se assim, um intento focado nos anseios do movimento da infância, em se ver representado por meio do Conselho Tutelar, para a defesa de direitos de crianças e adolescentes, fazendo o ECA ser legitimado e aplicado. Por essa razão, o Conselho mantém como finalidade o cumprimento zeloso das medidas de proteção aos fundamentos do Estatuto (ECA, art. 4°). Dessa forma, é preciso a capacitação tendo em vista que o conselho orienta a sociedade, tomando providências e protegendo as crianças, adolescentes e suas respectivas famílias em situações de fragilidade familiar e/ou social.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Serra do Mel/RN, 22 de Setembro de 2026

EVA ARITANA DA COSTA MAIA DE AZEVEDO
Secretária de Administração e Planejamento
Matricula: 794

Publicado por:
Eva Aritana da Costa Maia Azevedo
Código Identificador:841B338D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 240, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 240, de 22 de setembro de 2026

CONCEDER diária (s) para custear despesas de viagem para o (a) Servidor Público designado, e dá outras providencias.

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,
R E S O L V E:
Art. 1º - Conceder percentual de 30% sob o valor de 2 (duas) diárias civis para o Conselheiro (a) Tutelar Mayara Benigno de Oliveira Moura Medeiros, CPF: 093.130.334-61, para a CAPACITAÇÃO "ESCOLA DE CONSELHOS", a qual se realizará no dia 28 E 29 de setembro de de 2026, em Mossoró/R
A capacitação torna-se imprescindível, pois marca-se assim, um intento focado nos anseios do movimento da infância, em se ver representado por meio do Conselho Tutelar, para a defesa de direitos de crianças e adolescentes, fazendo o ECA ser legitimado e aplicado. Por essa razão, o Conselho mantém como finalidade o cumprimento zeloso das medidas de proteção aos fundamentos do Estatuto (ECA, art. 4°). Dessa forma, é preciso a capacitação tendo em vista que o conselho orienta a sociedade, tomando providências e protegendo as crianças, adolescentes e suas respectivas famílias em situações de fragilidade familiar e/ou social.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Serra do Mel/RN, 22 de Setembro de 2026

EVA ARITANA DA COSTA MAIA DE AZEVEDO
Secretária de Administração e Planejamento
Matricula: 794

Publicado por:
Eva Aritana da Costa Maia Azevedo
Código Identificador:9391E4CF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 241, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 241, de 22 de setembro de 2026

CONCEDER diária (s) para custear despesas de viagem para o (a) Servidor Público designado, e dá outras providencias.

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,
R E S O L V E:
Art. 1º - Conceder percentual de 30% sob o valor de 2 (duas) diárias civis para a Conselheiro (a) Tutelar Maria Heloisa da Silva, CPF: 702.962.094-14, para a CAPACITAÇÃO "ESCOLA DE CONSELHOS", a qual se realizará no dia 28 E 29 de setembro de 2026, em Mossoró/RN
A capacitação torna-se imprescindível, pois marca-se assim, um intento focado nos anseios do movimento da infância, em se ver representado por meio do Conselho Tutelar, para a defesa de direitos de crianças e adolescentes, fazendo o ECA ser legitimado e aplicado. Por essa razão, o Conselho mantém como finalidade o cumprimento zeloso das medidas de proteção aos fundamentos do Estatuto (ECA, art. 4°). Dessa forma, é preciso a capacitação tendo em vista que o conselho orienta a sociedade, tomando providências e protegendo as crianças, adolescentes e suas respectivas famílias em situações de fragilidade familiar e/ou social.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Serra do Mel/RN, 22 de Setembro de 2026

EVA ARITANA DA COSTA MAIA DE AZEVEDO
Secretária de Administração e Planejamento
Matricula: 794

Publicado por:
Eva Aritana da Costa Maia Azevedo
Código Identificador:D20E8F1F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 242, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 242, de 22 de setembro de 2026

CONCEDER diária (s) para custear despesas de viagem para o (a) Servidor Público designado, e dá outras providencias.

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,
R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder percentual de 30% sob o valor de 2 (duas) diárias civis para o Conselheiro (a) Tutelar Francisco Carlos de Lemos, CPF: 094.891.634-65, para a CAPACITAÇÃO "ESCOLA DE CONSELHOS", a qual se realizará no dia 28 E 29 de setembro de 2026, em Mossoró/RN.
A capacitação torna-se imprescindível, pois marca-se assim, um intento focado nos anseios do movimento da infância, em se ver representado por meio do Conselho Tutelar, para a defesa de direitos de crianças e adolescentes, fazendo o ECA ser legitimado e aplicado. Por essa razão, o Conselho mantém como finalidade o cumprimento zeloso das medidas de proteção aos fundamentos do Estatuto (ECA, art. 4°). Dessa forma, é preciso a capacitação tendo em vista que o conselho orienta a sociedade, tomando providências e protegendo as crianças, adolescentes e suas respectivas famílias em situações de fragilidade familiar e/ou social.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Serra do Mel/RN, 22 de Setembro de 2026

EVA ARITANA DA COSTA MAIA DE AZEVEDO
Secretária de Administração e Planejamento
Matricula: 794

Publicado por:
Eva Aritana da Costa Maia Azevedo
Código Identificador:114C8AD9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
REAVISO DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA ELETRÔNICA 009.1/2026

REAVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRENCIA ELETRÔNICA 009.1/2026

O agente de contratação da Prefeitura Municipal de Serra do Mel – RN, nomeado através da Portaria nº 033/2025, de 02 de janeiro de 2025, torna público a quem interessar que estará promovendo o recebimento de documentos de "proposta "e "Habilitação" a partir das **08h:00min do dia 25/09/2026 (horário de Brasília)** até as **08h:00min do dia 09/10/2026**, através da **Concorrência Eletrônica nº 009.1/2026**. A sessão eletrônica iniciará as **08h:01min do dia 09/10/2026**, para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS REMANESCENTES DA CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE BASICA DE SAUDE-UBS PORTE 1, NA VILA GOIAS, ZONA RURAL DO MUICIPIO DE SERRA-RN**.** Abertura das propostas e recebimento dos lances: a partir das 08h:01min do dia **10 de outubro** de 2026. Edital na íntegra: à disposição dos interessados através dos sites: http://licitafacil.tce.rn.gov.br/#/, https://www.portaldecompraspublicas.com.br.

Serra do Mel – RN, 22 de setembro de 2026.

FRANCISCO NILDO DA SILVA
Port: 033/2025
Agente de Contratação

Publicado por:
Francisco Nildo da Silva
Código Identificador:FFE2A0A1

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E COMUNICAÇÃO
TERMO AUTORIZATIVO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 1135/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1135/2026

INEXIGIBILIDADE 1135/2025
Unidade Requisitante: SEC.MUN.INFRA-EST.ABAST. E SANEAMENTO
Objeto: Aquisição de assinatura do ORÇAFASCIO - Software para Engenharia a ser utilizado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura Abastecimento e Saneamento.
Fundamento Legal:
Lei 14.133/2021, Art. 74, I (PNCP)

AUTORIZO aINEXIGIBILIDADE 1135/2025, materializada no Termo de Referência e demais documentos constantes nos autos, para contratação da **3F LTDA** - CNPJ: 23.484.444/0001-45 saiu vencedor(a) no(s) item(ns): 72652; totalizando o valor de **R$ 5.395,00 (cinco mil e trezentos e noventa e cinco reais)**.
Considerando o fundamento legal do disposto no parágrafo único doLei 14.133/2021, Art. 74, I (PNCP), determino a divulgação em sítio eletrônico oficial, para que produza os efeitos legais.

Serra do Mel/RN, 22 de Setembro de 2026.

HUDSON KÊNIO DE MOURA AZEVEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
André Lima de Azevedo
Código Identificador:44D6C651

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E COMUNICAÇÃO
TERMO AUTORIZATIVO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 1310/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1310/2026

INEXIGIBILIDADE 1310/2026
Unidade Requisitante: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
Objeto: Contratação da atração musical "RAMON E RAFAEL", para realização de show no dia 08 de outubro de 2026, integrando a programação do evento "FESTA DA PADROEIRA NOSSA SENHORA APARECIDA", que compõe o calendário cultural, instituído pela Lei Municipal nº 1088/2025, de Serra do Mel..
Fundamento Legal:
Lei 14.133/2021, Art. 74, II (PNCP)

AUTORIZO aINEXIGIBILIDADE 1310/2026, materializada no Termo de Referência e demais documentos constantes nos autos, para contratação da **SOM DO ALTO PRODUCOES LTDA** - CNPJ: 60.161.604/0001-41 saiu vencedor(a) no(s) item(ns): 72953; totalizando o valor de **R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)**.

Considerando o fundamento legal do disposto no parágrafo único doLei 14.133/2021, Art. 74, II (PNCP), determino a divulgação em sítio eletrônico oficial, para que produza os efeitos legais.

Serra do Mel/RN, 22 DE SETEMBRO DE 2026.

HUDSON KÊNIO DE MOURA AZEVEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
André Lima de Azevedo
Código Identificador:FBE3FD65

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NEGRA DO NORTE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITACOES
ATO AUTORIZATIVO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 029/2026

Analisando minuciosamente as peças que compõem o processo administrativo em questão, observei que foram atendidos os princípios da legalidade, da probidade administrativa e do interesse público, assim **HOMOLOGO** o processo sob referência e, em consequência, **ADJUDICANDO** o objeto respectivo ao senhor **Francisco das Chagas Sobrinho**.

DETERMINO que se proceda, com **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, e fundamento no art. 79, inciso I da Lei nº 14.133/21, a visando o **CREDENCIAMENTO DE ARTISTAS LOCAIS (PESSOA FÍSICA/JURÍDICA) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS EM EVENTOS PROMOVIDOS PELO MUNICÍPIO DE SERRA NEGRA DO NORTE/RN** e, na oportunidade, que se dê publicidade no Portal Nacional de Contratações Públicas (**PNCP**) e, em seguida, encaminhe-se o processo ao setor competente para a devida contratação.

Serra Negra do Norte-RN, 22 de setembro de 2026.

ACÁCIO SÂNZIO DE BRITO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Yan Souza Lopes
Código Identificador:4033E423

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITACOES
MUNICIPIO DE SERRA NEGRA DO NORTE EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 008/2026 CONTRATO Nº 151/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1352/2026

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SERRA NEGRA DO NORTE-RN, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ 08.096.372/0001-75.

CONTRATADO: FRANCISCO DAS CHAGAS SOBRINHO, inscrito no CPF sob o nº 106.***.***-84.

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE ARTISTAS LOCAIS (**PESSOA FÍSICA/JURÍDICA**) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS EM EVENTOS PROMOVIDOS PELO MUNICÍPIO DE SERRA NEGRA DO NORTE/RN.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.005 – SEC. MUN. DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
AÇÃO: 2006 – MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDÍCA.
FONTE DE RECURSOS: 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.005 – SEC. MUN. DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
AÇÃO: 2006 – MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA.
FONTE DE RECURSOS: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.014 – SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E TURISMO
AÇÃO: 2133 – INCENTIVO AS ATIVIDADES TURÍSTICAS E FESTAS POPULARES
NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDÍCA.
FONTE DE RECURSOS: 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.014 – SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E TURISMO
AÇÃO: 2133 – INCENTIVO AS ATIVIDADES TURÍSTICAS E FESTAS POPULARES
NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA.
FONTE DE RECURSOS: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.008 – SEC. MUN. DE EDUCACAO E CULTURA
AÇÃO: 2035 – INCENTIVO AS ATIVIDADES CULTURAIS
NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.36 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA.
FONTE DE RECURSOS: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.008 – SEC. MUN. DE EDUCACAO E CULTURA
AÇÃO: 2035 – INCENTIVO A ATIVIDADES CULTURAIS
NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDÍCA.
FONTE DE RECURSOS: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.015 – SEC. MUN. TRABALHO, HABITACAO E ASSISTENCIA SOCIAL
AÇÃO: 2102 – MANUTENCAO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITACAO E ASSISTENCIA SOCIAL
NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDÍCA.
FONTE DE RECURSOS: 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.015 – SEC. MUN. TRABALHO, HABITACAO E ASSISTENCIA SOCIAL
AÇÃO: 2102 – MANUTENCAO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITACAO E ASSISTENCIA SOCIAL
NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA.
FONTE DE RECURSOS: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.007 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
AÇÃO: 2026 – MANUTENCAO DO BLOCO DOS SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA
NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDÍCA.
FONTE DE RECURSOS: 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.007 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
AÇÃO: 2026 – MANUTENCAO DO BLOCO DOS SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA
NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA.
FONTE DE RECURSOS: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos

PRAZO E VIGÊNCIA DO CONTRATO: O Contrato Administrativo terá o prazo de vigência de acordo com o credenciamento, com data inicial na sua assinatura e vigência final de 01 (**um**) ano a partir da disponibilidade do edital, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021

Serra Negra do Norte-RN, em 22 de setembro de 2026.

ACÁCIO SÂNZIO DE BRITO
Prefeito Municipal

FRANCISCO DAS CHAGAS SOBRINHO
Pelo Contratado

Publicado por:
Yan Souza Lopes
Código Identificador:94839768

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITACOES
REF. AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 631/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2026

CONVOCAÇÃO

Vimos através deste, comunicar as empresas vencedoras e habilitadas no PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 631/2026, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA AQUISIÇÃO GRADATIVA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA. E AFINS, pertencentes as Secretarias Municipais do Município de SERRA NEGRA DO NORTE/RN**. Com as empresas **NUZIA LEILA DUTRA DA SILVA DANTAS** e **SANTO ANTONIO INFORMATICA LTDA,** que o Excelentíssimo Prefeito Municipal, Senhor Acácio Sânzio de Brito requereu a assinatura das Atas de Registro de Preços.

Assim, como forma de dar celeridade, convocamos o fornecedor adjudicatário do processo licitatório para realizar a assinatura eletrônica da Ata de Registro de Preços (ARP) na plataforma Top Solutions. O prazo para a assinatura é de 5 (**cinco**) dias úteis a contar da data do recebimento das informações e orientações mínimas para o procedimento de assinatura. Orientamos que efetuem o login com as credenciais fornecidas e sigam as instruções na plataforma para garantir a validade do registro. O não cumprimento do prazo estipulado poderá acarretar medidas cabíveis. Agradecemos a colaboração de todos os participantes neste processo licitatório.

A Administração convocará regularmente o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e nas condições estabelecidas, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei (artigo 90 da Lei federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021). O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente quando não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta (artigo 155, inciso VII da Lei federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021).

Serra Negra do Norte/ RN, 22 de setembro de 2026.

AURÉLIO VIEIRA DE BRITO
Sec. Mun. de Administração e Planejamento
Portaria nº 002/2025

Publicado por:
Yan Souza Lopes
Código Identificador:35E083AF

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 337/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SERRA NEGRA DO NORTE, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em observância ao Decretos Municipais n° 642/2023, 695/2025 e 723/2025,

RESOLVE:
Art. 1º. Conceder as diárias abaixo discriminadas, destinadas à cobertura de custos de alimentação e pousada do respectivo servidor, durante o deslocamento, a serviço dessa entidade, a saber:

Servidor(a): Daniel de Araújo Guedes			
Cargo/função: Motorista	**CPF:** 009.XXX.484-14	**Quantidade:** 1 (uma)	
Destino: Natal	**Data:** 17/09/2026	**Valor Unitário(R$):** 150,00	**Valor Total (R$):** 150,00
(X) Valor Integral ( ) 50% (cinquenta por cento) do Valor		**TOTAL:** R$ 150,00	
Descrição do Objetivo/Serviços de deslocamento: Conduzir o paciente J.C.S.G. e sua acompanhante para realizar cateterismo no HUOL na cidade de Natal-RN. Informo que o condutor, foi acionado por volta das 21:42h do dia 16/09/2026, pela enfermeira plantonista no decorrer do plantão no Hosp. Maria Cândida de Medeiros Mariz, para realizar a referida viagem no dia 17/09/2026. Por esse motivo não houve tempo hábil legal para enviar a solicitação da diária. Portanto, solicito em caráter indenizatório.			

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Serra Negra do Norte/RN, 21 de setembro de 2026.

MARIA DE FÁTIMA BRITO
Secretária Municipal de Saúde
Portaria nº 003/2025

Publicado por:
Odilange Rande Medeiros de Souza
Código Identificador:A2275989

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 338/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SERRA NEGRA DO NORTE, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em observância ao Decretos Municipais n° 642/2023, 695/2025 e 723/2025,

RESOLVE:
Art. 1º. Conceder as diárias abaixo discriminadas, destinadas à cobertura de custos de alimentação e pousada do respectivo servidor, durante o deslocamento, a serviço dessa entidade, a saber:

Servidor(a): Daniel de Araújo Guedes			
Cargo/função: Motorista	**CPF:** 009.XXX.484-14	**Quantidade:** 1 (uma)	
Destino: Natal	**Data:** 22/09/2026	**Valor Unitário(R$):** 150,00	**Valor Total (R$):** 150,00
(X) Valor Integral ( ) 50% (cinquenta por cento) do Valor		**TOTAL:** R$ 150,00	
Descrição do Objetivo/Serviços de deslocamento: Conduzir o paciente E.A. e sua acompanhante para realizar tratamento oncológico na Policlínica CECAN na cidade de Natal-RN.			

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Serra Negra do Norte/RN, 22 de setembro de 2026.

MARIA DE FÁTIMA BRITO
Secretária Municipal de Saúde
Portaria nº 003/2025

Publicado por:
Odilange Rande Medeiros de Souza
Código Identificador:551CC2C4

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 339/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SERRA NEGRA DO NORTE, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em observância ao Decretos Municipais n° 642/2023, 695/2025 e 723/2025,

RESOLVE:
Art. 1º. Conceder a diária abaixo discriminada, destinada à cobertura de custos de alimentação e pousada do respectivo servidor, durante o deslocamento, a serviço dessa entidade, a saber:

Servidor(a): Hélio Araújo do Nascimento			
Cargo/função: Motorista	**CPF:** 035.XXX.244-36	**Quantidade:** ½ (meia)	
Destino: Caicó	**Data:** 21/09/2026	**Valor Unitário(R$):** 80,00	**Valor Total (R$):** 40,00
( ) Valor Integral (X) 50% (cinquenta por cento) do Valor		**TOTAL:** R$ 40,00	
Descrição do Objetivo/Serviços de deslocamento: Conduzir D.D. para o Hospital Telecila Freitas e M.A.S. para a Clínica Santé. Ressarcimento.			

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Serra Negra do Norte/RN, 22 de setembro de 2026.

MARIA DE FÁTIMA BRITO
Secretária Municipal de Saúde
Portaria nº 003/2025

Publicado por:
Odilange Rande Medeiros de Souza
Código Identificador:CAD7A2EE

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 109/2026

Dispõe sobre a concessão de férias à servidora pública e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SERRA NEGRA DO NORTE, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal nº 806/2022 e com fulcro no art. 97 da Lei Complementar Municipal nº 525/2011,
RESOLVE:
Art. 1º. Conceder férias, nos termos do art. 97 da Lei Complementar Municipal nº 525/2011, ao Servidor Municipal **Anna Lígia Mariz de Brito** (Mat. 3662), ocupante do cargo em comissão de Diretora da Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo 2025/2026, com fruição da seguinte maneira:
I – 10 (dez) dias entre os dias 08 de setembro de 2026 e 17 de setembro de 2026;
II – 10 (dez) dias entre os dias 09 de novembro de 2026 e 18 de novembro de 2026; e
III – 10 (dez) dias entre os dias 22 de dezembro de 2026 e 31 de dezembro de 2026.
Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 08 de setembro de 2026, revogadas as disposições em contrário.
Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Serra Negra do Norte/RN, 22 de setembro de 2026.

ACÁCIO SÂNZIO DE BRITO
Prefeito

Publicado por:
Odilange Rande Medeiros de Souza
Código Identificador:3B639BE0

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E RECURSOS HUMANOS
AVISO DE COTAÇÃO

AVISO DE COTAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Serrinha/RN, através do setor de pesquisa mercadológica, avisa a todos os interessados que no período de 23/09/2026 à 25/09/2026 estará recebendo proposta de preços para reestruturação de rede. As especificações do objeto, itens e condições de entrega e pagamento estão detalhadas no Termo de Referência/Projeto Básico, deve ser solicitado pelo e-mail: setordepesquisas.pmser@gmail.com . As propostas deverão ser enviadas até às 17h00min do último dia do prazo, exclusivamente para o mesmo e-mail.

Serrinha/RN, 22 de setembro de 2026.

JOEL PEREIRA DA SILVA
Setor de Pesquisa de Preços

Publicado por:
Reinan Martins do Nascimento
Código Identificador:C4B5CB04

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E RECURSOS HUMANOS
AVISO DE COTAÇÃO

AVISO DE COTAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Serrinha/RN, através do setor de pesquisa mercadológica, avisa a todos os interessados que no período de 23/09/2026 à 25/09/2026 estará recebendo proposta de preços para manutenção dos equipamentos/materiais permanentes da Secretaria Municipal de Saúde. As especificações do objeto, itens e condições de entrega e pagamento estão detalhadas no Termo de Referência/Projeto Básico, deve ser solicitado pelo e-mail: setordepesquisas.pmser@gmail.com . As propostas deverão ser enviadas até às 17h00min do último dia do prazo, exclusivamente para o mesmo e-mail.

Serrinha/RN, 22 de setembro de 2026.

JOEL PEREIRA DA SILVA
Setor de Pesquisa de Preços

Publicado por:
Reinan Martins do Nascimento
Código Identificador:B4222115

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS

GABINETE DO PREFEITO
TERMO AUTORIZATIVO E EXTRATO DE DISPENSA N.º 00101/2026

TERMO AUTORIZATIVO DE DISPENSA
Dispensa de Licitação n.º 00101/2026

O Município de Serrinha dos Pintos/RN, através de seu Prefeita Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em especial a Lei 14.133/2021, considerando tudo o que consta do Processo Administrativo de Dispensa de Licitação nº 00101/2026, vem emitir o presente Termo Autorizativo de Dispensa de Licitação, amparada no Art. 75, Inciso II, da Lei Federal de nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, visando a Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de anestesia para realização de exame Bera, destinado a paciente Maya Silva Balbino, Município de Serrinha dos Pintos/RN, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, pelo valor de R$ 500,00 (QUINHENTOS REAIS), em favor de CLINICA DE ANESTESIOLOGIA DE MOSSORO LTDA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº.07.275.740/0001-80 .

Assim, nos termos da legislação supracitada, autorizo a presente contratação, determinando que se proceda a devida publicação dos atos.

Serrinha dos Pintos/RN, 22/09/2026

ROSÂNIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita Municipal

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
n.º 00101/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 140900101/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 00101/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO SERRINHA DOS PINTOS/RN.
CONTRATADO: CLINICA DE ANESTESIOLOGIA DE MOSSORO LTDA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº.07.275.740/0001-80
OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de anestesia para realização de exame Bera, destinado a paciente Maya Silva Balbino, Município de Serrinha dos Pintos/RN, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.
VALOR TOTAL: 500,00 (QUINHENTOS REAIS).

FUNDAMENTAÇÃOLEGAL: Art. 75, Inciso II, da Lei Federal de nº. 14.133/2021.
Serrinha dos Pintos/RN, 22/09/2026

ROSÂNIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA-
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:F5941B81

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ANULAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0019/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2408019/2026

TERMO DE ANULAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0019/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO	Nº 2408019/2026
MODALIDADE	Pregão Eletrônico nº 0019/2026 – Sistema de Registro de Preços
OBJETO	Registro de preços para eventual aquisição de 01 (um) trator agrícola novo
FASE ATUAL	Análise da proposta – certame não adjudicado

O(A) **PREFEITO(A) MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS/RN**, ROSÂNIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 71, inciso III e § 3º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e na Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal, acolhendo o Parecer Jurídico da Assessoria Jurídica Municipal de 18 de setembro de 2026, que integra a motivação deste ato, e

CONSIDERANDO que o Pregão Eletrônico nº 0019/2026 **encontra-se na fase de análise da proposta**, não tendo havido adjudicação, homologação, assinatura de Ata de Registro de Preços, emissão de empenho ou de ordem de fornecimento;
CONSIDERANDO que o Termo de Referência definitivo ampliou materialmente a solução estudada no DFD nº 109 e no Estudo Técnico Preliminar, sem a correspondente revalidação do planejamento, da Análise de Riscos e da pesquisa de preços, em desconformidade com os arts. 18, § 1º, e 23 da Lei nº 14.133/2021;
CONSIDERANDO que o risco de assistência técnica e de disponibilidade de peças, classificado como crítico na Análise de Riscos, não foi convertido em critérios objetivos de execução, comprometendo a aferição da vantajosidade quanto ao ciclo de vida do objeto (art. 11, inciso I, da Lei nº 14.133/2021);
CONSIDERANDO que a correção dessas inconsistências após o conhecimento da proposta alteraria as condições da competição, configurando **ilegalidade insanável** no certame em curso;
RESOLVE:
Art. 1º ANULAR o Pregão Eletrônico nº 0019/2026, a partir da aprovação do Termo de Referência definitivo, tornando sem efeito o edital e todos os atos subsequentes.
Art. 2º A anulação possui natureza de controle preventivo de legalidade, **não constituindo sanção** à licitante 5A Máquinas Ltda., que apresentou proposta compatível com o edital, e, não tendo havido adjudicação nem contratação, não gera direito à contratação ou à indenização.
Art. 3º Os autos retornam à Secretaria Municipal de Agricultura para revisão integrada do ETP, da Análise de Riscos, da pesquisa de preços e do Termo de Referência, com vistas à realização de novo procedimento licitatório.
Art. 4º Da presente decisão cabe recurso no prazo de **3 (três) dias úteis**, contado da intimação, nos termos do art. 165, inciso I, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021.
Art. 5º Publique-se no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, na plataforma **Banco Nacional de Compras** e no **Diário Oficial do Município**, intimando-se os licitantes.
Serrinha dos Pintos/RN, 22 de setembro de 2026.

ROSÂNIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:9F5C83B1

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEVERIANO MELO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Aviso de Homologação e Adjudicação. Modalidade: Dispensa nº 210801/2026. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços referente a obra de construção de quiosque e vestiário de acordo com projeto em anexo, na quadra da comunidade de Boa vista, para atender as necessidades da Secretária Municipal de Esporte e Juventude de Severiano Melo/RN.. Vencedor(es):

Fornecedor	Item	Valor total (R$)
101 - CONSTRUTORA JF ENGENHARIA LTDA	1	130.821,70

- Valor total de R$ 130.821,70. Conforme ata de sessão anexada aos autos.

Homologo a Licitação na forma da Lei nº 14.133/21 – JACINTO LOPES DE CARVALHO. 08/09/2026.

SEVERIANO MELO - RN, 08/09/2026

Publicado por:
José Hudson de Almeida
Código Identificador:851A73CC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº: 170901/2026
OBJETO: Aquisição de 1 (um) Veiculo de 7 lugares para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Severiano Melo/RN.
ORIGEM: Adesão de Ata de Registro de Preços 04/2026AD.
CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde 14.231.159/0001-21
CONTRATADA(O): SOCEL TERRASAL VEICULOS LTDA 13.536.641/0001-07
VALOR TOTAL: R$ 169.950,00
VIGÊNCIA: 17/09/2026 a 31/12/2026
ORIGEM DOS RECURSOS: 835 - 3 . 3002 . 10 . 122 . 22 . 2.56 . 0 . 449052 - Equipamentos e Material Permanente
DATA DA ASSINATURA: 17 de setembro de 2026

Publicado por:
José Hudson de Almeida
Código Identificador:7FB136B5

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÍTIO NOVO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNANÇA, GESTÃO E PLANEJAMENTO.
DECRETO MUNICIPAL Nº 016/2026 DE 21 DE SETEMBRO DE 2026.

DECRETO MUNICIPAL Nº 016/2026-GC/PMSN, DE 21 DE SETEMBRO DE 2026.

Retifica erro material relativo à denominação de logradouro constante dos Decretos Municipais nº 014/2026- GC/PMSN, de 02 de setembro de 2026, e nº 015/2026-GC/PMSN, de 15 de setembro de 2026, e dá outras providências.

A **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SÍTIO NOVO, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que o Decreto Municipal nº 014/2026-GC/PMSN, de 02 de setembro de 2026, declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de imóvel urbano administrativamente

relacionada a **FRANCISCO CRISTIAN DE MEDEIROS SOUZA**, destinada à implantação, consolidação e melhoria de acesso público à área de bosque existente no perímetro urbano;

CONSIDERANDO que o Decreto Municipal nº 015/2026-GC/PMSN, de 15 de setembro de 2026, declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação, imóvel urbano administrativamente relacionado a **MARIA JOSÉ BARBOSA**, necessário à implantação e melhoria da infraestrutura de acesso ao Complexo Turístico e Cultural do Município;

CONSIDERANDO que, após conferência dos elementos cadastrais e documentais relacionados aos imóveis, constatou-se erro material na denominação do logradouro, tendo constado nos referidos atos a expressão "Rua José Ferreira Lima", quando a denominação correta do logradouro onde se situam os imóveis é "Rua Sebastião Ferreira Lima";

CONSIDERANDO que a divergência constatada é exclusivamente nominativa, não afetando a identidade física dos imóveis, suas áreas, dimensões, coordenadas geográficas, limites, confrontações materiais, localização espacial, finalidade pública ou quaisquer outros elementos essenciais das desapropriações;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar perfeita correspondência entre os atos administrativos, a documentação cadastral, os documentos apresentados pelos interessados e os títulos que serão submetidos ao Registro de Imóveis competente;

CONSIDERANDO, por fim, que a correção de erro material não implica alteração do conteúdo substancial dos atos originários, mas apenas sua adequação à realidade fática e cadastral;

DECRETA:

Artigo 1º - Fica RETIFICADO o Decreto Municipal nº 014/2026-GC/PMSN, de 02 de setembro de 2026, para corrigir a denominação do logradouro nele indicada.
§ 1º Em todas as referências constantes da ementa, "considerandos", dispositivos, parágrafos, incisos e Anexo Único do Decreto Municipal nº 014/2026-GC/PMSN, onde se lê:
"Rua José Ferreira Lima"
leia-se:
"Rua Sebastião Ferreira Lima".
§ 2º A retificação de que trata este artigo alcança, especialmente:
I – a identificação da localização do imóvel constante da ementa;
II – as referências ao logradouro constantes dos considerandos;
III – o caput e os demais dispositivos que indiquem a localização da área;
IV – a referência ao acesso público entre o logradouro e a área de bosque;
V – o item 1 – IDENTIFICAÇÃO do Anexo Único;
VI – a confrontação Norte constante do item 2 – LIMITES E CONFRONTAÇÕES do Anexo Único.

Artigo 2º - Fica RETIFICADO o Decreto Municipal nº 015/2026-GC/PMSN, de 15 de setembro de 2026, para corrigir a denominação do logradouro nele indicada.
§ 1º Em todas as referências constantes da ementa, "considerandos", dispositivos, parágrafos, incisos e Anexo Único do Decreto Municipal nº 015/2026-GC/PMSN, onde se lê:
"Rua José Ferreira Lima"
leia-se:
"Rua Sebastião Ferreira Lima".
§ 2º A retificação de que trata este artigo alcança, especialmente:
I – a identificação da localização do imóvel constante da ementa;
II – a localização do imóvel constante dos considerandos;
III – o artigo 1º;
IV – a confrontação Norte prevista no artigo 2º, inciso I;
V – o item 1 – IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL do Anexo Único;
VI – a confrontação Norte constante do item 2 – LIMITES E CONFRONTAÇÕES do Anexo Único;
VII – a descrição perimétrica constante do item 4 – DESCRIÇÃO PERIMÉTRICA do Anexo Único.

Artigo 3º - Para todos os fins administrativos, jurídicos e registrais, os imóveis objeto dos Decretos Municipais nº 014/2026-GC/PMSN e nº 015/2026-GC/PMSN serão considerados situados na:
RUA SEBASTIÃO FERREIRA LIMA, S/N, CENTRO, SÍTIO NOVO/RN, CEP 59.440-000.

Artigo 4º - A presente retificação possui natureza exclusivamente corretiva de erro material de denominação do logradouro, permanecendo integralmente inalterados todos os demais elementos dos Decretos Municipais nº 014/2026-GC/PMSN e nº 015/2026-GC/PMSN, especialmente:
I – a declaração de utilidade pública;
II – a finalidade das desapropriações;
III – as áreas de 250,00 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) de cada imóvel;
IV – as dimensões constantes dos respectivos levantamentos;
V – as coordenadas geográficas dos vértices;
VI – as confrontações físicas dos imóveis, ressalvada exclusivamente a correção nominativa do logradouro situado ao Norte;
VII – a identificação dos interessados;
VIII – os valores de avaliação, quando constantes dos respectivos atos;
IX – as autorizações administrativas previstas nos atos originários;
X – os prazos e demais efeitos jurídicos decorrentes das declarações de utilidade pública.

Artigo 5º - A retificação promovida por este Decreto não implica revogação, substituição ou nova declaração de utilidade pública, permanecendo válidos e eficazes os Decretos Municipais nº 014/2026-GC/PMSN e nº 015/2026-GC/PMSN desde suas respectivas publicações, com a denominação do logradouro corrigida na forma deste ato.

Artigo 6º - Os órgãos e setores municipais responsáveis pela instrução dos respectivos processos administrativos deverão:
I – juntar cópia deste Decreto aos processos de desapropriação correspondentes;
II – considerar, em todos os expedientes posteriores, a denominação correta Rua Sebastião Ferreira Lima;
III – providenciar a correção ou substituição das peças administrativas que ainda contenham a denominação incorreta;
IV – solicitar aos responsáveis técnicos, quando necessário, a retificação das plantas, memoriais descritivos, laudos, ARTs e demais documentos técnicos que ainda façam referência à Rua José Ferreira Lima;
V – encaminhar este Decreto, juntamente com os atos originários, ao Registro de Imóveis competente sempre que necessária a comprovação da correção da denominação do logradouro.

Artigo 7º - Ficam ratificados todos os demais termos dos Decretos Municipais nº 014/2026-GC/PMSN, de 02 de setembro de 2026, e nº 015/2026-GC/PMSN, de 15 de setembro de 2026, que não tenham sido expressamente alterados por este Decreto.

Artigo 8º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio Municipal de Sítio Novo/RN, em 21 de setembro de 2026.

ANDREZZA BRASIL SOUTO BEZERRA
Prefeita Municipal

ANEXO ÚNICO
QUADRO CONSOLIDADO DE RETIFICAÇÃO

Ato	Redação incorreta	Redação correta
Decreto Municipal nº 014/2026-GC/PMSN	Rua José Ferreira Lima	Rua Sebastião Ferreira Lima
Decreto Municipal nº 015/2026-GC/PMSN	Rua José Ferreira Lima	Rua Sebastião Ferreira Lima

Publicado por:
Jose Genilson da Silva
Código Identificador:B10AF59B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE ANANIAS

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

EXTRATO DE CONTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

ORIGEM: CREDENCIAMENTO Nº 0001/2026
CREDENCIANTE: MUNICIPIO DE TENENTE ANANIAS/RN PREFEITURA MUNICIPAL, INSCRITA NO CNPJ (MF) Nº 08.357.667/0001-58
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DE TENENTE ANANIAS-IPSTA
CNPJ(MF) Nº 19.940.565/0001-87
CREDENCIADOS:
TERMO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 012026
EMPRESA: BANCO BRADESCO S.A
CNPJ(MF) Nº 60.746.948/0001-12
OBJETO: O PRESENTE TERMO DE OBJETO: CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS, INCLUSIVE COOPERATIVAS DE CRÉDITO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONSISTENTES NO PROCESSAMENTO DO PAGAMENTO DA FOLHA DE PESSOAL E OUTRAS INDENIZAÇÕES DOS SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DE TENENTE ANANIAS/ RN , EM CONFORMIDADE COM O ART. 79 INCISO I DA LEI 14.133/2021
DOTAÇÃO:

09 272 0011 2155 0000 – MANUTENÇÃO DO IPSTA – INST. PREVIDENCIÁRIOS
3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURIDICA

DATA DA ASSINATURA: 13 DE AGOSTO DE 2026
VIGÊNCIA: 24 (VINTE E QUATRO) MESES
PROCEDIMENTO: CHAMADA PÚBLICA/CREDENCIAMENTO
VALOR TOTAL DO TERMO DE CREDENCIAMENTO: CONFORME ITEM 17.1 DO EDITAL, PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS NÃO HAVERÁ ÔNUS.
ASSINANTES:
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DE TENENTE ANANIAS-IPSTA
CNPJ(MF) Nº 19.940.565/0001-87
JOSÉ IRAN PINTO - PRESIDENTE
BANCO BRADESCO S.A
CNPJ(MF) Nº 60.746.948/0001-12

Publicado por:
Aristoteles Barreto de Araujo Sarmento
Código Identificador:0E1402E2

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 720260040

TERMO DE RATIFICAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 720260040
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 7/2026-0040
OBJETO: Aquisição de materiais personalizados, institucionais e de identificação, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação, visando à identificação funcional, à padronização institucional, à organização e identificação dos ambientes educacionais e ao desenvolvimento das atividades promovidas pela Secretaria.

A PREFEITA MUNICIPAL DE TENENTE ANANIAS/RN, no uso de suas atribuições legais, considerando a regular instrução do Processo Administrativo nº 720260040, RECONHECE a Dispensa de Licitação fundamentada no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, e RATIFICA a contratação da empresa J D CAMPELO DA SILVA GRÁFICA (GRÁFICA ARTLASER ALEXANDRIA), inscrita no CNPJ sob o nº 67.251.576/0001-00, para o fornecimento de materiais personalizados, institucionais e de identificação destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação, conforme especificações, quantitativos, valores e demais condições estabelecidas no Termo de Referência e na proposta apresentada.
VALOR GLOBAL RATIFICADO: R$ 22.990,00 (vinte e dois mil, novecentos e noventa reais).
As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:
12.122.0008.2013.0000 – Manutenção da Secretaria Municipal de Educação.
A contratação encontra-se devidamente instruída, tendo a empresa apresentado a proposta de menor preço, no valor global de R$ 22.990,00, compatível com os valores apurados pela Administração, bem como manifestado interesse em fornecer os materiais nas condições estabelecidas no Termo de Referência e comprovado o atendimento aos requisitos de habilitação exigidos para a contratação.
Diante da regularidade da instrução processual e do atendimento às condições estabelecidas pela Administração, RATIFICO a presente contratação direta e determino a adoção das providências necessárias à sua formalização e à publicação do presente ato, na forma da legislação vigente.
Tenente Ananias/RN, 22 de setembro de 2026.

DAYANE DA SILVA BATISTA JACOME
Prefeita Municipal de Tenente Ananias/RN

Publicado por:
Jose Verissimo de Oliveira Queiroz
Código Identificador:9C7A55E1

GABINETE DA PREFEITA
DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FMAS)

RESOLUÇÃO CMAS Nº 001/2026

Dispõe sobre a aprovação da Prestação de Contas do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) referente ao Exercício Financeiro de 2024.

O **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS DE TENENTE ANANIAS/RN**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, e a Lei Municipal nº 2496/1996 e a Lei Municipal nº 215/2017, e em conformidade com a deliberação da Reunião ordinária realizada em 30 de janeiro de 2026,
CONSIDERANDO o papel do CMAS como órgão colegiado de caráter permanente e deliberativo, responsável pelo controle social da Política Pública de Assistência Social no âmbito municipal;
CONSIDERANDO a apresentação e a análise técnica dos relatórios de execução físico e financeiro do Fundo Municipal de Assistência Social referentes ao exercício financeiro de 2024;
RESOLVE:
Art. 1º APROVAR a Prestação de Contas do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) referente ao Exercício Financeiro de 2024.
Art. 2º A aprovação de que trata o artigo anterior abrange os recursos aplicados nas ações, programas, projetos e serviços socioassistenciais executados ao longo do ano de 2024.
Art. 3º Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial, retroagindo seus efeitos a 31 de janeiro de 2026.

Tenente Ananias– RN, 22 de setembro de 2026.

JOSÉ NILSON MAIA
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS
Tenente Ananias/ RN

Publicado por:
Jose Iran Pinto
Código Identificador:9B99F816

GABINETE DA PREFEITA
DISPÕE SOBRE A REPROGRAMAÇÃO DOS SALDOS DE RECURSOS ORIUNDOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FNAS)

RESOLUÇÃO CMAS Nº 002/2026

Dispõe sobre a reprogramação dos saldos de recursos oriundos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) destinados ao Fundo Municipal de Assistência Social de Tenente Ananias/RN

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS DE TENENTE ANANIAS/RN, em Assembleia Geral realizada no dia 30 de janeiro de 2026, no uso da competência que lhe confere a Lei Federal 8.742, de 07 de dezembro de 1993, e no art. 24 da Lei Municipal nº 215/2017;
CONSIDERANDO que os gestores ao final de cada exercício financeiro têm a competência de reprogramar os saldos relativos aos recursos existentes nas contas vinculadas ao Fundo Municipal de Assistência Social, oriundos das aplicações da gestão anterior a fim de executá-los nos exercícios subsequentes;
CONSIDERANDO o Art. 11 da Portaria nº 625 de 12 de agosto de 2010, que recomenda que "o saldo dos recursos financeiros repassados pelo FNAS aos fundos de assistência social municipais, estaduais e do Distrito Federal, existente em 31 de dezembro de cada ano, poderá ser reprogramado, dentro de cada nível de proteção social, básica ou especial, para o exercício seguinte, desde que o órgão gestor tenha assegurado à população, durante exercício em questão, os serviços socioassistenciais cofinanciados, correspondentes a cada piso de proteção, sem descontinuidade";
CONSIDERANDO que os saldos existentes serão utilizados/reprogramados nas ações correspondentes aos Blocos de Financiamento e aos Grupos de Programas;
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar a reprogramação financeira de saldos oriundos existentes nas contas do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS, no dia 31 de dezembro de 2025, conforme apresentado pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Tenente Ananias, para utilização no exercício de 2026;
Art. 2º O Conselho decide deliberar APROVAÇÃO INTEGRAL no disposto referido do Relatório de Reprogramação dos Saldos 2025.
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial, retroagindo seus efeitos a 30 de janeiro de 2026.

Tenente Ananias, 22 de setembro de 2026

JOSÉ NILSON MAIA
Presidente

Publicado por:
Jose Iran Pinto
Código Identificador:BFA36AEE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ

SEC. MUN. DE ADM, INF. E REC. HUMANOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 084/2026 – PMTLC/FMS/SMS.

Contratante: **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TENENTE LAURENTINO CRUZ**.

Contratado: **LORRANNY SANTOS BRITO**

Objeto: O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS** por **TEMPO DETERMINADO** para desempenhar suas obrigações, atribuições e os direitos a serviço da Secretaria Municipal de Saúde, tendo em vista a necessidade de caráter contínuo e pela carência de tal profissional no município.

Valor Mensal: O Contratante pagará mensalmente ao Contratado (a), pelo trabalho desenvolvido com dedicação, eficácia e pontualidade, e em jornada com duração prevista na ***CLÁUSULA SEGUNDA*** o valor de **R$** 1.621,00 (mil seiscentos e vinte e um reais), sendo incluído nesse valor 20% (R$ 324,20) do salário a título de insalubridade, totalizando o montante de 1.945,20 (mil novecentos e quarenta e cinco reais e vinte centavos). E de consequência fica autorizado o desconto do INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social.

Vigência: De 01 de setembro de 2026 a 30 de setembro de 2026

Data da Assinatura: 01 de setembro de 2026

Tenente Laurentino Cruz/RN, 22 de setembro de 2026.

GELIANE GARCIA SANTOS
CPF Nº. 082.xxx.xxx-33
Secretária Municipal de Saúde
Contratante

LORRANNY SANTOS BRITO
CPF Nº. 115.xxx.xxx-32
Contratado

Publicado por:
Maria da Vitoria Araujo
Código Identificador:DD6AD6BC

SEC. MUN. DE ADM, INF. E REC. HUMANOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 085/2026– PMTLC/SMA.

Contratante: **PREFEITURAMUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ-RN**

Contratado: **VLADEMIR BARBOSA DE MEDEIROS**

Objeto: O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de **ZOOTECNISTA** por **TEMPO DETERMINADO** para desempenhar suas obrigações, atribuições e os direitos junto a **Secretária Municipal de Agropecuária Meio Ambiente, Abast. e Rec. Hídricos/SMA**, tendo em vista a necessidade de caráter contínuo e pela carência de tal profissional no município.

Valor Mensal: O Contratante pagará mensalmente ao Contratado (a), pelo trabalho desenvolvido com dedicação, eficácia e pontualidade, e em jornada com duração prevista na ***CLÁUSULA SEGUNDA,*** o valor de **R$** 1.900,00 (mil e novecentos reais). E de consequência fica autorizado o desconto do INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social.

Vigência: De 10 de setembro de 2026 a 31 de dezembro de 2026.

Data da Assinatura: 10 de setembro de 2026

Tenente Laurentino Cruz/RN, 22 de setembro de 2026.

FRANCISCO MACÊDO DA SILVA
CPF: 045.xxx.xxx-08
Contratante

VLADEMIR BARBOSA DE MEDEIROS
CPF: 048.xxx.xxx-85
Contratado

ELLYSON SOUZA DE OLIVEIRA
CPF Nº. 113.xxx.xxx-37
Secretário Mun. de Agropecuária, Meio Ambiente, Abast. e Rec. Hídricos

Publicado por:
Maria da Vitoria Araujo
Código Identificador:B4C4FE46

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
DESPACHO DE AUTORIZAÇÃO DA DISPENSA

(Lei nº 14.133/21, Art. 72, VIII)

Objeto do despacho: autorização da Dispensa e ratificar o Termo de Dispensa, adjudicando o objeto e homologando da licitação.

Assunto: Prestação de serviços de formação continuada destinados aos profissionais da Rede Municipal de Ensino de Tibau/RN, a serem executados durante a I Ciclo de Formação Docente Continuada da rede municipal de ensino do município de Tibau, cujo tema central será: "Educar com Sentidos: Acolhimento, Equidade e Inteligência Emocional na Prática Pedagógica.
CONSIDERANDO que se encontram presentes o Documento de Formalização de Demanda, Despacho dispensando a confecção dos Estudos Técnicos Preliminares, Termo de Referência, Minuta de Contrato, pesquisa mercadológica, indicação de dotação orçamentária e minuta do Aviso de Dispensa;
CONSIDERANDO que o Aviso de Dispensa foi divulgado no PNCP e no Portal da Transparência;
CONSIDERANDO que o Termo de Dispensa indicou que foi selecionado o autor da proposta mais vantajosidade, além do atendimento dos requisitos do art. 72 e 75 da Lei nº 14.133/21;
CONSIDERANDO o Parecer Jurídico favorável à contratação direta;
AUTORIZO a realização da Dispensa de Licitação, com base na Lei nº 14.133/21, art. 72, VIII, e RATIFICO o Termo de Dispenda. Consequentemente, **ADJUDICO** o objeto da contratação e **HOMOLOGO** a contratação direta, nos termos do art. 71, IV
À Secretaria de Administração para as providências determinadas.

Tibau/RN, 22 de setembro de 2026

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Constitucional

Publicado por:
Josias Venâncio da Silva Júnior
Código Identificador:952058E5

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 342/2026, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 342/2026, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026.

Torna sem efeito a concessão de diárias objeto da Portaria nº 300/2026, em razão da não realização do deslocamento, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE TIBAU-RN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação municipal vigente,
CONSIDERANDO os termos da Portaria nº **300/2026,** de 04 de setembro de 2026, que autorizou o afastamento e concedeu diárias ao(à) servidor(a) **JANAYNA K. SILVA MEDEIROS**;
CONSIDERANDO a não ocorrência do fato gerador, motivada pelo cancelamento do deslocamento oficial programado para o município de **NATAL-RN**;
CONSIDERANDO que não houve o desembolso financeiro por parte do erário municipal, restando pendente apenas o trâmite orçamentário,
R E S O L V E:
Art. 1º TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº **300/2026**, de 04 de setembro de 2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios - FEMURN em 04 de setembro de 2026, que concedeu **01 UMA DIÁRIA** ao(à) servidor(a) **JANAYNA K. SILVA MEDEIROS**, ocupante do cargo de **CONSELHEIRO TUTELAR.**
Art. 2º Determinar ao Setor de Contabilidade e Finanças que proceda ao **cancelamento definitivo do empenho** e de qualquer ordem de pagamento emitida para este fim, arquivando-se o respectivo processo administrativo de concessão sem ônus para o Município.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.
Tibau/RN, 22 de setembro de 2026.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:9D4B83C9

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 343/2026, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 343/2026, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026.

Torna sem efeito a concessão de diárias objeto da Portaria nº 301/2026, em razão da não realização do deslocamento, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE TIBAU-RN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação municipal vigente,
CONSIDERANDO os termos da Portaria nº **301/2026,** de 04 de setembro de 2026, que autorizou o afastamento e concedeu diárias ao(à) servidor(a) **ARMANDO ERMINIO NETO**;
CONSIDERANDO a não ocorrência do fato gerador, motivada pelo cancelamento do deslocamento oficial programado para o município de **NATAL-RN**;
CONSIDERANDO que não houve o desembolso financeiro por parte do erário municipal, restando pendente apenas o trâmite orçamentário,
R E S O L V E:
Art. 1º TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº **301/2026**, de 04 de setembro de 2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios - FEMURN em 04 de setembro de 2026, que concedeu **01 UMA DIÁRIA** ao(à) servidor(a) **ARMANDO ERMINIO NETO**, ocupante do cargo de **CONSELHEIRO TUTELAR.**
Art. 2º Determinar ao Setor de Contabilidade e Finanças que proceda ao **cancelamento definitivo do empenho** e de qualquer ordem de pagamento emitida para este fim, arquivando-se o respectivo processo administrativo de concessão sem ônus para o Município.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.
Tibau/RN, 22 de setembro de 2026.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:D9AF3D76

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 344/2026, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 344/2026, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026.

Torna sem efeito a concessão de diárias objeto da Portaria nº 340/2026, em razão da não realização do deslocamento, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE TIBAU-RN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação municipal vigente,
CONSIDERANDO os termos da Portaria nº **340/2026,** de 17 de setembro de 2026, que autorizou o afastamento e concedeu diárias ao(à) servidor(a) **ARMANDO ERMINIO NETO**;
CONSIDERANDO a não ocorrência do fato gerador, motivada pelo cancelamento do deslocamento oficial programado para o município de **NATAL-RN**;
CONSIDERANDO que não houve o desembolso financeiro por parte do erário municipal, restando pendente apenas o trâmite orçamentário,
R E S O L V E:
Art. 1º TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº **340/2026**, de 17 de setembro de 2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios - FEMURN em 17 de setembro de 2026, que concedeu **01 UMA DIÁRIA** ao(à) servidor(a) **ARMANDO ERMINIO NETO**, ocupante do cargo de **CONSELHEIRO TUTELAR.**
Art. 2º Determinar ao Setor de Contabilidade e Finanças que proceda ao **cancelamento definitivo do empenho** e de qualquer ordem de pagamento emitida para este fim, arquivando-se o respectivo processo administrativo de concessão sem ônus para o Município.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.
Tibau/RN, 22 de setembro de 2026.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:419DAF93

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 345/2026, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 345/2026, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026.

Torna sem efeito a concessão de diárias objeto da Portaria nº 341/2026, em razão da não realização do deslocamento, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE TIBAU-RN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação municipal vigente,
CONSIDERANDO os termos da Portaria nº **341/2026,** de 17 de setembro de 2026, que autorizou o afastamento e concedeu diárias ao(à) servidor(a) **JANAYNA K. SILVA MEDEIROS**;
CONSIDERANDO a não ocorrência do fato gerador, motivada pelo cancelamento do deslocamento oficial programado para o município de **NATAL-RN**;
CONSIDERANDO que não houve o desembolso financeiro por parte do erário municipal, restando pendente apenas o trâmite orçamentário,
R E S O L V E:
Art. 1º TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº **341/2026**, de 17 de setembro de 2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios - FEMURN em 17 de setembro de 2026, que concedeu **01 UMA DIÁRIA** ao(à) servidor(a) **JANAYNA K. SILVA MEDEIROS**, ocupante do cargo de **CONSELHEIRO TUTELAR.**
Art. 2º Determinar ao Setor de Contabilidade e Finanças que proceda ao **cancelamento definitivo do empenho** e de qualquer ordem de pagamento emitida para este fim, arquivando-se o respectivo processo administrativo de concessão sem ônus para o Município.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.
Tibau/RN, 22 de setembro de 2026.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:18ABE022

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR

(Lei nº 14.133/2021, Art. 72, V, VI e VII)

Unidade Gestora: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Objeto: Prestação de serviços de formação continuada destinados aos profissionais da Rede Municipal de Ensino de Tibau/RN, a serem executados durante a I Ciclo de Formação Docente Continuada da rede municipal de ensino do município de Tibau, cujo tema central será: "Educar com Sentidos: Acolhimento, Equidade e Inteligência Emocional na Prática Pedagógica.

Trata-se de procedimento administrativo instaurado para Prestação de serviços de formação continuada destinados aos profissionais da Rede Municipal de Ensino de Tibau/RN, a serem executados durante a I Ciclo de Formação Docente Continuada da rede municipal de ensino do município de Tibau, cujo tema central será: "Educar com Sentidos: Acolhimento, Equidade e Inteligência Emocional na Prática Pedagógica., cujo valor da proposta formulada pela empresa 51845572 LUCAS SULLIVAM MARQUES LEITE , CNPJ nº 51.845.572/0001-02 foi de R$ 6.000,00 (seis mil reais)

1. Enquadramento da dispensa de licitação:

O processo foi conduzido com observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, tendo sido adotada a modalidade de dispensa de licitação em razão do valor, com base no art. 75, inciso II e no Decreto Federal nº 12.343/2024, pois:

Ÿo somatório do valor da proposta com o que já foi despendido no exercício financeiro de 2026 pela unidade gestora para objetos de mesma natureza **não extrapola o valor de R$ 65.492,11** (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos);

Ÿo **Aviso de Dispensa foi divulgado no PNCP**, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados.

Foi aberto prazo para recebimento de propostas junto a fornecedores do ramo, conforme registro nos autos, publicado no PNCP e Portal da Transparência do Município de Tibau, na qual foi(ram) enviada(s) a(s) proposta(s) diretamente por e-mail. No período estipulado, a(s) empresa(s) apresentou(ram) proposta(s), atendendo integralmente às especificações técnicas do objeto e ao prazo estabelecido, conforme certidão de recebimento de proposta anexa aos outos.

2. Justificativa do Preço

Na fase de planejamento, foi elaborado orçamento estimativo, por meio de programa próprio, obedecendo as diretrizes da Lei nº 14.133/21, art. 23.

O valor ofertado pela empresa está compatível com o preço de referência apurado mediante pesquisa de mercado, mitigando riscos de superfaturamento ou de preço inexequível e e garantindo a economicidade da contratação.

3. Justificativa da Escolha do Fornecedor

Foi publicado Aviso de Dispensa no PNCP, atendendo ao prazo mínimo de 3 (três dias úteis, dando publicidade ao interesse em obter propostas de eventuais interessados. Em seguida, selecionou-se a proposta da empresa 51845572 LUCAS SULLIVAM MARQUES LEITE por ser a mais vantajosa pelo critério do MENOR PREÇO.

4. Comprovação dos requisitos de habilitação

A empresa enviou documentação que comprova o preenchimento dos requisitos de habilitação. Adicionalmente, consultou-se o cadastro unificado do CEIS/CNEP, em atendimento da Lei nº 14.133/21, art. 91, § 4º.

5. Conclusão
Diante do exposto, com base na Lei n. 14.133/2021, art. 72 e 75, II, restam demonstradas a legalidade e a vantajosidade da contratação direta da empresa, garantindo-se a economicidade, a eficiência e a continuidade dos serviços públicos prestados à população.

Siga para Autoridade Superior analisar, previamente a Parecer Jurídico.

Tibau/RN, 03 de setembro de 2026

FABIOLA DA SILVA FERNANDES
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Josias Venâncio da Silva Júnior
Código Identificador:435C4BE6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU DO SUL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 042/2026

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 042/2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

CONTRATANTE: Município de Tibau do Sul/ Prefeitura Municipal
CONTRATADA: GERLIANE PATRICIA DE SOUZA SILVA , inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº: 30.647.007/0001-60
OBJETO: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA E MUSICAL DO CANTOR PADRE JOSÉ CARLOS ARCELINO, A SER REALIZADO DURANTE OS FESTEJOS DO PADROEIRO DE NOSSA SENHORA APARECIDA.
FUNDAMENTO LEGAL: ART. 74, INCISO II, DA LEI Nº 14.133/21.
VALOR GLOBAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 15.000,00 (quinze mil reais)

NATÁLIA KELLER M. G. MONTEIRO
Secretária Municipal de Culturas e Economia Criativas

VALDENÍCIO JOSÉ DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jailma de Oliveira F. C. de Lima
Código Identificador:567ED3CB

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE Nº 068/2026

EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE Nº 068/2026

SECTRETARIA MUNICIPAL DE CULTURAS E ECONOMIA CRIATIVAS
CONTRATANTE: Município de Tibau do Sul/ Prefeitura Municipal - CNPJ: 08.168.775/0001-82
CONTRATADA: FELIPE X CERINO ASSESSURIA ESPORTIVA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº: 28.459.211/0001-06
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ASSESSORIA TÉCNICA CULTURAL, A SER CUSTEADA COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC (PNAB).FUNDAMENTO LEGAL: ART. 75, INCISO II, DA LEI Nº 14.133/21.
VALOR GLOBAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 6.686,00 (Seis mil seiscentos e oitenta e seis reais)

NATÁLIA KELLER M. G. MONTEIRO
Secretária Municipal de Culturas e Economia Criativas

VALDENÍCIO JOSÉ DA COSTA
Prefeito Municipal

***REPUBLICADO POR INCORREÇÃO**

Publicado por:
Jailma de Oliveira F. C. de Lima
Código Identificador:BD238BB2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2026 - SRP

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2026 - SRP

O Município de Tibau do Sul/RN, através da Prefeitura Municipal**, torna público através** do Pregoeiro e Equipe de Apoio, devidamente nomeados por Portarias nº 012/2025 e 205/2025, no uso de suas atribuições legais, torna público para o conhecimento dos interessados que será realizado licitação na modalidade **PREGÃO,** na forma **ELETRÔNICA**, **DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE, COM OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS DESTINADOS ÀS BANDAS ESCOLARES E À ORQUESTRA DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA DE TIBAU DO SUL/RN ,** cujas especificações encontram-se detalhadas no ANEXO I – Termo de Referência, conforme descrito neste Edital e seus Anexos, devendo ser observadas as seguintes disposições: **ABERTURA DAS PROPOSTAS: Dia 06/10/2026**, às **09h00min**. **LOCAL/SITE:** www.portaldecompraspublicas.com.br. **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). O Edital estará disponível a partir do dia 24/09/2026 para consulta e retirada de cópia no sítio: www.portaldecompraspublicas.com.br.
Tibau do Sul/RN, 22 de setembro de 2026.

EWERTON WELLINGTON DA COSTA SILVA
Pregoeiro Oficial da PMTS.

Publicado por:
Ítala Maiara Marinho de Mederos
Código Identificador:6DAA4150

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 145/2026- DISPENSA Nº 78/2026

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA DISPONIBILIZAÇÃO, HOSPEDAGEM E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DEINFORMAÇÃO E-SUS PEC EM AMBIENTE EM NUVEM.
Contratante: Município de Timbaúba dos Batistas-RN
Contratada: WEB PRO SAUDE INFORMATICA E TECNOLOGIA LTDA, CNPJ: 29.221.485/0001-25 representada por ALEPH SILVA DE JESUS.
Valor Total: R$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais).
Vigência: 12 MESES.
Assinaturas: Ivanildo Araújo de Albuquerque Filho e ALEPH SILVA DE JESUS.

Data da Assinatura: 22 de setembro de 2026

Timbaúba dos Batistas, 22 de setembro de 2026.

IVANILDO ARAÚJO DE ALBUQUERQUE FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wellington Batista Dos Santos
Código Identificador:37AE86F1

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 903004/2026 DISPENSA Nº 78/2026

ATO DE RATIFICAÇÃO

CONTRATADO(A):WEB PRO SAUDE INFORMATICA E TECNOLOGIA LTDA, CNPJ/CPF nº29.221.485/0001-25
CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS, Estado do Rio Grande do Norte, CNPJ nº 08.096.596/0001-87, localizado à Rua Rui Barbosa, nº 48, Centro, CEP 59.320-0000.
OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA DISPONIBILIZAÇÃO, HOSPEDAGEM E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DEINFORMAÇÃO E-SUS PEC EM AMBIENTE EM NUVEM.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei 14.133/2021, Art. 75, II (PNCP)
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:R$7.599,96 (sete mil, quinhentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos)
VALOR CONTRATADO:R$3.600,00 (três mil e seiscentos reais)
ECONOMIA:R$3.999,96 (três mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos)
RATIFICAÇÃO EM:22 de setembro de 2026

Timbaúba dos Batistas, 22 de setembro de 2026

IVANILDO ARAÚJO DE ALBUQUERQUE FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wellington Batista Dos Santos
Código Identificador:FC92D53D

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 922.001/2026 DISPENSA Nº 79/2026

ATO DE RATIFICAÇÃO

CONTRATADO(A):PODICLINIC COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS LTDA, CNPJ/CPF nº56.990.767/0001-60
CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS, Estado do Rio Grande do Norte, CNPJ nº 08.096.596/0001-87, localizado à Rua Rui Barbosa, nº 48, Centro, CEP 59.320-0000.
OBJETO:AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA ASSISTIVA, COMPREENDENDO CADEIRAS DE RODAS PARA LOCOMOÇÃO E CADEIRAS DE BANHO PARA HIGIENE E ACESSIBILIDADE, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS/RN.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei 14.133/2021, Art. 75, II (PNCP)
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:R$7.966,65 (sete mil, novecentos e sessenta e seis reais e sessenta e cinco centavos)
VALOR CONTRATADO:R$7.750,00 (sete mil, setecentos e cinquenta reais)
ECONOMIA:R$216,65 (duzentos e dezesseis reais e sessenta e cinco centavos)
RATIFICAÇÃO EM:22 de setembro de 2026

Timbaúba dos Batistas, 22 de setembro de 2026

IVANILDO ARAÚJO DE ALBUQUERQUE FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wellington Batista Dos Santos
Código Identificador:74271D0B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOUROS

GABINETE CIVIL
PORTARIA N° 705/2026 - GABINETE CIVIL

CONCEDE DIÁRIA ESTADUAL À SERVIDOR DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Constitucional do Município de Touros, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições que o confere a Lei Municipal nº 909/2023, alterada pela Lei Municipal 978/2025.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a Sra. **MARICELIA VICENTE DANTAS PEDRO**, Coordenadora do Cadastro Único para Programas Sociais do Município de Touros/RN, Matrícula de nº 2329-1, inscrito no CPF/MF sob nº XXX.308.XXX-00, 1 (uma) e ½ (meia) diária Estadual, ao valor unitário de R$ 400,00 (quatrocentos reais), totalizando o valor de R$ 600,00 (seiscentos reais), conforme determina a Lei Municipal n° 909/2023, alterada pela Lei Municipal 978/2025**,** em seu artigo 1°, para custear despesas com deslocamento, alimentação e hospedagem, nos dias 24 e 25 de setembro de 2026, onde participará da Oficina de Entrevista de Cadastro Único, que acontecerá na UERN – Campus Avançado, Av. Dr. João Medeiros Filho, n° 3419, Potengi, Natal/RN.

Art. 2º. Determinar ao Secretário Municipal de Finanças, que verifique a disponibilidade orçamentária e financeira, que após constatada, proceda com o pagamento do valor neste ato autorizado.

Art. 3º. Esta portaria entra vigor na data de sua publicação com integralidade de efeitos.

Registrem, publiquem e Cumpram.

Republicado por Incorreção.

Touros/RN, 21 de setembro de 2026.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Prefeito Municipal de Touros-RN

Publicado por:
Leticia Karine Lourenco Vieira
Código Identificador:709797DC

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMARIZAL

CPL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 076/2026 – PE Nº 009/2026

NUMERO CONTRATO: 076/2026

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UMARIZAL.

CONTRATADA: **D7MAIS COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP.**

OBJETO: **Contratação de empresa para aquisição de equipamentos e material permanente para Centro de Urgência e Emergência Dr Guaracy Onofre, através do Fundo Municipal de Saúde deste município. Conforme Emenda Parlamentar nº 71210009/2026**.

VALOR TOTAL de R$ 12.080,00 (doze mil e oitenta reais).

PROGRAMA DE TRABALHO: 02.000 - Poder Executivo – 07.002 – Fundo Municipal de Saúde – 10.301.0008.2122 – Manutenção do Centro de Saúde Dr Guaracy Onofre - 3000.00 - Despesas Capital 44.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente, Fonte, 17063110 – Transferência da União Decorrentes de Emendas Parlamentares – Seguridade.

VIGÊNCIA: 21 de setembro de 2026 a 21 de setembro de 2027.

DATA DA ASSINATURA: 21 de setembro de 2026.

Publicado por:
Matheus Henrique de Amorim Paiva
Código Identificador:5DFF1E9F

CPL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 077/2026 – PE Nº 009/2026

NUMERO CONTRATO: 077/2026

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UMARIZAL.

CONTRATADA: **INOVA DIGITAL LTDA - EPP.**

OBJETO: **Contratação de empresa para aquisição de equipamentos e material permanente para Centro de Urgência e Emergência Dr Guaracy Onofre, através do Fundo Municipal de Saúde deste município. Conforme Emenda Parlamentar nº 71210009/2026**.

VALOR TOTAL de R$ 6.050,43 (seis mil e cinquenta reais e quarenta e trs centavos).

PROGRAMA DE TRABALHO: 02.000 - Poder Executivo – 07.002 – Fundo Municipal de Saúde – 10.301.0008.2122 – Manutenção do Centro de Saúde Dr Guaracy Onofre - 3000.00 - Despesas Capital 44.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente, Fonte, 17063110 – Transferência da União Decorrentes de Emendas Parlamentares – Seguridade.

VIGÊNCIA: 21 de setembro de 2026 a 21 de setembro de 2027.

DATA DA ASSINATURA: 21 de setembro de 2026.

Publicado por:
Matheus Henrique de Amorim Paiva
Código Identificador:BF7A6EE8

CPL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 078/2026 – PE Nº 009/2026

NUMERO CONTRATO: 078/2026

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UMARIZAL.

CONTRATADA: **MEDICAL IMPORT LTDA - EPP.**

OBJETO: **Contratação de empresa para aquisição de equipamentos e material permanente para Centro de Urgência e Emergência Dr Guaracy Onofre, através do Fundo Municipal de Saúde deste município. Conforme Emenda Parlamentar nº 71210009/2026**.

VALOR TOTAL de R$ 14.000,00 (quatorze mil reais).

PROGRAMA DE TRABALHO: 02.000 - Poder Executivo – 07.002 – Fundo Municipal de Saúde – 10.301.0008.2122 – Manutenção do Centro de Saúde Dr Guaracy Onofre - 3000.00 - Despesas Capital 44.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente, Fonte, 17063110 – Transferência da União Decorrentes de Emendas Parlamentares – Seguridade.

VIGÊNCIA: 21 de setembro de 2026 a 21 de setembro de 2027.

DATA DA ASSINATURA: 21 de setembro de 2026.

Publicado por:
Matheus Henrique de Amorim Paiva
Código Identificador:E499BEE8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA

CHEFIA DE GABINETE
MANIFESTAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE

MANIFESTAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE (INTENÇÃO DE REVOGAÇÃO DA LICITAÇÃO)

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08001.000031/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026
OBJETO: Contratação de empresa especializada para aquisição de equipamentos de sistema de monitoramento das Escolas da rede Municipal de Ensino do Município de Upanema/RN, incluindo o fornecimento de material, mão de obra e instalação.
Vistos, etc.

1. RELATÓRIO
Trata-se do Pregão Eletrônico nº 009/2026, tipo menor preço por item, promovido pela Prefeitura Municipal de Upanema/RN por meio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, tendo por objeto a contratação de empresa especializada para aquisição de equipamentos de sistema de monitoramento (CFTV) das Escolas da rede Municipal de Ensino do Município de Upanema/RN, incluindo o fornecimento de material, mão de obra e instalação, dividido em 9 (nove) itens correspondentes a cada unidade escolar, com valor total estimado de R$ 180.666,67 (cento e oitenta mil, seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos).
O edital foi publicado, com início do recebimento de propostas em 17/04/2026, limite de impugnação em 04/05/2026 e abertura da sessão pública em 07/05/2026. Realizada a fase de lances e de habilitação, sagrou-se vencedora, para a totalidade dos itens, a empresa FLEXX Comércio e Serviços Ltda., pelo valor global de R$ 106.000,00 (cento e seis mil reais).
Ainda na fase interna, registre-se que o certame já havia sido objeto de impugnação, sob a alegação de nulidade por indeterminação absoluta do objeto, em razão da ausência de especificações técnicas próprias no Termo de Referência (Anexo I), obscuridade que teria persistido mesmo após pedido de esclarecimento formulado por licitante interessado.
A impugnação foi julgada improcedente pela Comissão, que, em vez de disponibilizar o Anexo I – TR devidamente formalizado, limitou-se a juntar aos autos o Estudo Técnico Preliminar como documento substitutivo das especificações e quantitativos por unidade escolar.
Irresignada com o resultado do julgamento, a empresa SEGCAM – Câmeras Colaborativas Ltda. apresentou intenção de recurso e, posteriormente, recurso administrativo em face da aceitação e classificação da proposta da empresa FLEXX Comércio e Serviços Ltda., alegando, em síntese, "a existência de inconsistências técnicas e documentais relevantes que comprometem o julgamento objetivo, a vinculação ao instrumento convocatório e a validação efetiva da conformidade da proposta apresentada", recurso que foi encaminhado à Procuradoria-Geral do Município para emissão de parecer jurídico.
Por meio da Decisão Administrativa, esta autoridade, acolhendo o Parecer Jurídico da Procuradoria-Geral do Município, deu provimento parcial ao recurso administrativo interposto pela empresa SEGCAM – Câmeras Colaborativas Ltda., reconhecendo expressamente que a proposta da recorrida "não foi acompanhada de catálogo, ficha técnica ou documentação oficial equivalente apta a permitir a verificação objetiva da compatibilidade dos equipamentos ofertados com as especificações técnicas constantes do Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência", tornando sem efeito, exclusivamente para fins de diligência técnica complementar, a classificação da proposta da empresa FLEXX Comércio e Serviços Ltda., e determinando, nos itens IV e V do dispositivo, que fosse promovida diligência formal junto à licitante e realizada "análise técnica fundamentada acerca da compatibilidade integral dos equipamentos ofertados com todas as especificações constantes do Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência", com elaboração de relatório conclusivo e motivado.
Sobreveio aos autos o Relatório Técnico Conclusivo, subscrito pelo servidor José Araújo Costa Júnior, Coordenador de Informática, no qual constou, como metodologia empregada, o confronto entre "o Edital, Termo de Referência, Estudo Técnico Preliminar, proposta da licitante, catálogos técnicos apresentados em diligência, Parecer Jurídico e Decisão Administrativa", concluindo-se pelo integral atendimento das especificações mínimas exigidas e pela ausência de óbices técnicos à manutenção da classificação da proposta da empresa FLEXX Comércio e Serviços Ltda.
Com base nesse relatório, a sessão pública do certame foi finalizada em 21/08/2026, mantendo-se, sem alterações, a habilitação e a classificação da empresa FLEXX Comércio e Serviços Ltda., com o consequente encaminhamento do processo para adjudicação.

2. FUNDAMENTAÇÃO
Desde a fase interna do certame, o instrumento convocatório apresentou deficiência de instrução quanto às especificações técnicas do objeto: o Anexo I – Termo de Referência não continha, de forma autônoma e completa, a descrição técnica e os quantitativos por unidade escolar, o que motivou impugnação ao edital e questionamento formal de licitante interessado ("onde está o documento Anexo TR da licitação com a quantidade e especificações das câmeras"). Em vez de sanar o vício mediante republicação de Anexo I próprio e tecnicamente suficiente, a Comissão limitou-se a juntar aos autos o Estudo Técnico Preliminar como documento substitutivo, solução que não supre a exigência de definição precisa, suficiente e clara do objeto exigida pelo art. 6º, XXIII, e pelo art. 18 da Lei nº 14.133/2021.
A imprecisão do instrumento convocatório refletiu-se ao longo de toda a fase de julgamento: diversas propostas foram desclassificadas por divergências técnicas pontuais em relação às exigências do Termo de Referência (a exemplo da capacidade de discos rígidos suportados pelo DVR e da ausência de prazo de garantia expresso), ao passo que a própria proposta vencedora, na fase inicial, foi aceita e classificada sem a apresentação de catálogo, ficha técnica ou documento equivalente apto a comprovar objetivamente o atendimento às especificações mínimas.
Tal oscilação de critérios entre os licitantes é sintoma de instrumento convocatório tecnicamente insuficiente para assegurar julgamento

objetivo, na forma exigida pelo art. 5º e pelo art. 11, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.
Reexaminando-se a instrução processual, constata-se que, no efetivo encaminhamento dos autos ao setor técnico responsável (Coordenadoria de Informática) para a elaboração do relatório determinado nos itens IV e V da Decisão Administrativa de 16/06/2026, não foi remetida ao responsável técnico a proposta comercial inicialmente apresentada pela licitante FLEXX Comércio e Serviços Ltda., tendo sido encaminhados ao setor técnico, na ocasião, tão somente os catálogos e fichas técnicas e a nova proposta, juntados pela empresa em sede de diligência.
O conjunto dessas circunstâncias, compromete, de forma global, a confiabilidade, a objetividade e a segurança jurídica do julgamento realizado, não sendo prudente nem recomendável a manutenção do certame ou a mera correção pontual de um dos vícios apontados. Impõe-se, portanto, a revisão técnica do Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência, com nova definição do objeto, das especificações mínimas e dos critérios objetivos de aceitação das propostas, previamente à realização de novo procedimento licitatório.
Trata-se, assim, de fato superveniente, devidamente comprovado nos autos, pertinente e suficiente, apto a justificar a revogação do certame por razões de interesse público, nos termos do art. 71, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021, segundo o qual a autoridade competente deverá revogar a licitação em razão de interesse público.
Por fim, o §3º do art. 71 da Lei nº 14.133/2021 determina que, "nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados", razão pela qual a consumação do ato revocatório fica condicionada à observância do prazo e das providências fixadas no dispositivo desta manifestação.
3. DISPOSITIVO
Diante do exposto, com fundamento no art. 71, da Lei Federal nº 14.133/2021, esta autoridade competente:
MANIFESTA-SE
pela intenção de **REVOGAR**, por motivo de conveniência e oportunidade o Pregão Eletrônico nº 009/2026 (Processo Administrativo nº 08001.000031/2026);
E DETERMINA:
I – A abertura de prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da respectiva notificação, para que os licitantes participantes do certame apresentem, querendo, manifestação prévia acerca da presente intenção de revogação, nos termos do art. 71, §3º, da Lei nº 14.133/2021;
II – A notificação imediata de todas as empresas participantes do Pregão Eletrônico nº 009/2026, com a devida publicidade do presente ato;
III – Que, decorrido o prazo do item I, com ou sem manifestação dos interessados, os autos retornem conclusos a esta autoridade para decisão final quanto à revogação do certame;
IV – Caso confirmada a revogação, a remessa dos autos ao setor de planejamento competente para a revisão técnica do Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência, com redefinição precisa do objeto, das especificações mínimas e dos critérios objetivos de aceitação e julgamento das propostas, como condição para a eventual deflagração de novo procedimento licitatório.
Publique-se.
Cumpra-se.
Upanema/RN, 22 de setembro de 2026.

RENAN MENDONÇA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:B36A115D

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 0470/2026, DE 21 DE SETEMBRO DE 2026 - GPMU.

PORTARIA Nº 0470/2026, DE 21 DE SETEMBRO DE 2026 - GPMU.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Upanema, Estado do Rio Grande do Norte, Sr. RENAN MENDONÇA FERNANDES, no uso de suas atribuições, que lhe confere o Art. 76, inciso XI, da Lei Orgânica Municipal e,
Considerando o que preceitua o art. 67, §1º, I, alínea "e" do Regime Jurídico Único de Upanema, cumulado com o art. 116, da Lei Municipal nº 706/2021;

Resolve:

Art. 1º - Conceder ao servidor **FRANCISCO JOSE PINHEIRO DE FIGUEIREDO**, CPF n° 663.806.424-04, ocupante do cargo efetivo de Visitador Sanitário, matricula nº 694, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, gratificação por jornada especial no percentual de 40% sobre o salário base, conforme dispõe o art. 116 da Lei Municipal n.º 706, de 25 de janeiro de 2021.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições contrárias.
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

RENAN MENDONÇA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:F309DA94

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 0471/2026, DE 21 DE SETEMBRO DE 2026 - GPMU.

PORTARIA Nº 0471/2026, DE 21 DE SETEMBRO DE 2026 - GPMU.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Upanema, Estado do Rio Grande do Norte, Sr. RENAN MENDONÇA FERNANDES, no uso de suas atribuições, que lhe confere o Art. 76, inciso XI, da Lei Orgânica Municipal e,
Considerando o que preceitua o art. 67, §1º, I, alínea "e" do Regime Jurídico Único de Upanema, cumulado com o art. 116, da Lei Municipal nº 706/2021;

Resolve:

Art. 1º - Conceder ao servidor **FRANCISCO JOSE DA SILVA**, CPF n° 010.380.154-56, ocupante do cargo efetivo de Visitador Sanitário, matricula nº 693, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, gratificação por jornada especial no percentual de 40% sobre o salário base, conforme dispõe o art. 116 da Lei Municipal n.º 706, de 25 de janeiro de 2021.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições contrárias.
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

RENAN MENDONÇA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:B9D345AC

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 0472/2026, DE 21 DE SETEMBRO DE 2026 - GPMU.

PORTARIA Nº 0472/2026, DE 21 DE SETEMBRO DE 2026 - GPMU.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Upanema, Estado do Rio Grande do Norte, Sr. RENAN MENDONÇA FERNANDES, no uso de suas atribuições, que lhe confere o Art. 76, inciso XI, da Lei Orgânica Municipal e,
Considerando o que preceitua o art. 67, §1º, I, alínea "e" do Regime Jurídico Único de Upanema, cumulado com o art. 116, da Lei Municipal nº 706/2021;

Resolve:

Art. 1º - Conceder ao servidor **ALEXANDRE MAGNO BEZERRA DA SILVA**, CPF n° 013.546.194-47, ocupante do cargo efetivo de Visitador Sanitário, matricula nº 705, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, gratificação por jornada especial no percentual de 40% sobre o salário base, conforme dispõe o art. 116 da Lei Municipal n.º 706, de 25 de janeiro de 2021.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições contrárias.
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

RENAN MENDONÇA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:1F5D1F5D

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 0473/2026, DE 21 DE SETEMBRO DE 2026 - GPMU.

PORTARIA Nº 0473/2026, DE 21 DE SETEMBRO DE 2026 - GPMU.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Upanema, Estado do Rio Grande do Norte, Sr. RENAN MENDONÇA FERNANDES, no uso de suas atribuições, que lhe confere o Art. 76, inciso XI, da Lei Orgânica Municipal e,
Considerando o que preceitua o art. 67, §1º, I, alínea "e" do Regime Jurídico Único de Upanema, cumulado com o art. 116, da Lei Municipal nº 706/2021;

Resolve:

Art. 1º - Conceder ao servidor **SEBASTIAO ERIONEBEZERRA FERNANDES**, CPF n° 029.612.474-54, ocupante do cargo efetivo de Visitador Sanitário, matricula nº 677, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, gratificação por jornada especial no percentual de 40% sobre o salário base, conforme dispõe o art. 116 da Lei Municipal n.º 706, de 25 de janeiro de 2021.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições contrárias.
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

RENAN MENDONÇA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:E5694B3D

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 0474/2026, DE 21 DE SETEMBRO DE 2026 - GPMU.

PORTARIA Nº 0474/2026, DE 21 DE SETEMBRO DE 2026 - GPMU.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Upanema, Estado do Rio Grande do Norte, Sr. RENAN MENDONÇA FERNANDES, no uso de suas atribuições, que lhe confere o Art. 76, inciso XI, da Lei Orgânica Municipal e,
Considerando o que preceitua o art. 67, §1º, I, alínea "e" do Regime Jurídico Único de Upanema, cumulado com o art. 116, da Lei Municipal nº 706/2021;

Resolve:

Art. 1º - Conceder ao servidor **MARIA LUCINEIDE RIBEIRO DA SILVA ARAUJO**, CPF n° 480.524.344-91, ocupante do cargo efetivo de Visitador Sanitário, matricula nº 428, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, gratificação por jornada especial no percentual de 40% sobre o salário base, conforme dispõe o art. 116 da Lei Municipal n.º 706, de 25 de janeiro de 2021.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições contrárias.
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

RENAN MENDONÇA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:773B0D8F

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 0475/2026, DE 21 DE SETEMBRO DE 2026 - GPMU.

PORTARIA Nº 0475/2026, DE 21 DE SETEMBRO DE 2026 - GPMU.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Upanema, Estado do Rio Grande do Norte, Sr. RENAN MENDONÇA FERNANDES, no uso de suas atribuições, que lhe confere o Art. 76, inciso XI, da Lei Orgânica Municipal e,
Considerando o que preceitua o art. 67, §1º, I, alínea "e" do Regime Jurídico Único de Upanema, cumulado com o art. 116, da Lei Municipal nº 706/2021;

Resolve:

Art. 1º - Conceder ao servidor **JOSUE HELIO DECARVALHO**, CPF n° 034.085.914-82, ocupante do cargo efetivo de Visitador Sanitário, matricula nº 702, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, gratificação por jornada especial no percentual de 40% sobre o salário base, conforme dispõe o art. 116 da Lei Municipal n.º 706, de 25 de janeiro de 2021.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições contrárias.
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

RENAN MENDONÇA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:2608937D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ASSUNTO: REVOGAÇÃO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO POR PERDA SUPERVENIENTE DA FINALIDADE DO OBJETO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05001.000417/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026
ASSUNTO: REVOGAÇÃO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO POR PERDA SUPERVENIENTE DA FINALIDADE DO OBJETO
DECISÃO ADMINISTRATIVA

I – RELATÓRIO
Trata-se de processo administrativo licitatório instaurado com a finalidade de promover a Permissão de Uso Onerosa, em caráter precário, de área pública medindo 300,00 m², localizada na Praça de Eventos Vereador Luiz Fernandes Filho, destinada à instalação e exploração comercial de estrutura temporária do tipo camarote, durante as festividades alusivas aos 73 anos de Emancipação Política do Município de Upanema/RN, no dia 10 de setembro de 2026, conforme especificações constantes do Termo de Referência, Planta de Localização e Memorial Descritivo.
Conforme consta dos documentos que instruem os autos, a utilização da área pública estava vinculada especificamente à realização das festividades do dia 10 de setembro de 2026, constituindo-se essa circunstância temporal elemento essencial à finalidade da contratação.
O Estudo Técnico Preliminar igualmente registra que a contratação tinha por finalidade possibilitar a exploração comercial de espaço público destinado à instalação de camarote durante a programação comemorativa dos 73 anos de Emancipação Política do Município de Upanema/RN, no dia 10 de setembro de 2026.
É o relatório.
II – DA FUNDAMENTAÇÃO
A Lei Federal nº 14.133/2021 estabelece, em seu art. 71, inciso II, que, encerradas as fases de julgamento e habilitação e exauridos os recursos administrativos, compete à autoridade superior, entre outras providências, revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade.
O § 2º do mesmo dispositivo estabelece que o motivo determinante para a revogação deverá resultar de fato superveniente devidamente comprovado, enquanto o § 3º prevê a necessidade de assegurar a prévia manifestação dos interessados nos casos de revogação.
No caso concreto, verifica-se a ocorrência de fato superveniente objetivo e devidamente verificável: a data prevista para a realização do evento já transcorreu.
Com efeito, o Pregão Eletrônico nº 020/2026 foi instaurado para viabilizar a exploração comercial de camarote durante evento específico, previsto para ocorrer em 10 de setembro de 2026. A própria documentação que instrui o processo delimita expressamente o objeto àquela data.
Assim, ultrapassada a data de realização do evento, não subsiste a finalidade administrativa que justificou a instauração do certame, tornando-se materialmente inviável a utilização da área pública para a finalidade originalmente pretendida.
Tem-se, portanto, situação de perda superveniente da finalidade e da utilidade do objeto licitado, uma vez que eventual prosseguimento do certame, neste momento, não produziria o resultado administrativo originalmente planejado.
Ressalte-se que a presente decisão não decorre da constatação de vício ou ilegalidade no procedimento licitatório, mas de circunstância superveniente relacionada à própria finalidade temporal da contratação.
A revogação, nesse contexto, mostra-se medida adequada aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento, razoabilidade e interesse público, evitando-se a prática de atos administrativos destituídos de finalidade concreta.
Registre-se, ainda, que o próprio Estudo Técnico Preliminar estabeleceu que a vigência da cessão onerosa seria vinculada ao período do evento, concluindo-se com o prazo final de desmontagem da estrutura na área objeto da permissão.
Dessa forma, diante do transcurso da data de 10 de setembro de 2026, resta caracterizada a perda superveniente da utilidade do objeto licitado, circunstância que justifica a revogação do certame, nos termos do art. 71, inciso II e § 2º, da Lei nº 14.133/2021.
III – DA DECISÃO
Diante do exposto, REVOGO o Pregão Eletrônico nº 020/2026, integrante do Processo Administrativo nº 05001.000417/2026, cujo objeto consiste na Permissão de Uso Onerosa, em caráter precário, de área pública medindo 300,00 m², localizada na Praça de Eventos Vereador Luiz Fernandes Filho, destinada à instalação e exploração comercial de estrutura temporária do tipo camarote, durante as festividades alusivas aos 73 anos de Emancipação Política do Município de Upanema/RN, no dia 10 de setembro de 2026.
A presente revogação fundamenta-se na perda superveniente da finalidade e da utilidade do objeto licitado, em razão do transcurso da data de realização do evento para o qual a permissão de uso foi especificamente destinada, configurando fato superveniente devidamente comprovado nos autos.
DETERMINO:
1. O encerramento do procedimento licitatório, em razão da perda superveniente da finalidade do objeto;
2. A ciência da presente decisão aos eventuais licitantes e interessados que tenham participado do certame, assegurando-se, quando cabível, o direito de manifestação previsto no art. 71, § 3º, da Lei nº 14.133/2021;
3. A adoção das providências necessárias para a publicação da presente decisão nos meios oficiais pertinentes, inclusive no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, quando aplicável;
4. Após cumpridas as formalidades legais, o arquivamento dos autos, ressalvada a possibilidade de instauração de novo procedimento caso sobrevenha necessidade administrativa distinta e devidamente justificada.
Publique-se.
Registre-se.
Cumpra-se.
Upanema/RN, 22 de setembro de 2026.

RENAN MENDONÇA FERNANDES
Prefeito Municipal de Upanema/RN

Publicado por:
Antonio Carlos Viana Balbino
Código Identificador:A4C40D47

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
PORTARIA Nº 011/2026 – SMAS DE 21 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 011/2026 – SMAS DE 21 DE SETEMBRO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Upanema, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor,

Resolve:

Art. 1º. CONCEDER duas diárias, (uma com pernoite e uma sem pernoite), no valor de R$ 300,00 (trezentos reais), a Srª. Maiara Niedja de Aquino Diniz, Coordenadora do Cadastro Único e Programa Bolsa Família de Upanema/RN, para fazer face às despesas com locomoção à cidade de Natal/RN, conforme a seguir:

Objeto do deslocamento: Oficina de Entrevista do Cadastro Único.
Local de destino: Natal/RN
Período do Afastamento: 24 e 25 de Setembro de 2026
Art. 2º - A servidora beneficiária de que trata o art. 1º, desta Portaria, fica obrigada à prestação de contas nos termos ao art. 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de Dezembro de 2020.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se Publique-se Cumpra-se

Upanema/RN, 21 de setembro de 2026.

JAKSON DIEGO DOS SANTOS BEZERRA
Secretário Municipal de Assistência Social de Upanema/RN

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:D1D1E677

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO LOA 2027

Estado do Rio Grande do Norte
Prefeitura Municipal de Várzea
Rua Coronel Felipe Jorge, N° 20 - CEP 59.185-000
CNPJ (MF): 08.168.940/0001-04

EDITAL DE CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA – LOA 2027

A Prefeitura Municipal de Várzea/RN, através da Secretaria Municipal de Finanças, e nos termos do §5º do Art. 165 da Constituição Federal e no Parágrafo Único do Art. 48 da Lei nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), alterada pela Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009, CONVOCA todos os membros e autoridades desta municipalidade para se fazerem presentes na Audiência Pública a ser realizada no dia 08 de outubro de 2026, às 10 horas, no Auditório da Câmara Municipal de Várzea, para apresentação e discussão do Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2027.
Essa audiência iniciará com a primeira chamada às 10h, e a segunda e última chamada às 10h30min.
Contamos com a sua presença.

Várzea/RN, 21 de setembro de 2026.

GETÚLIO LUCIANO RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diego Avelino Ferreira
Código Identificador:2470E376

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VENHA VER

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 14, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

Institui, divulga e regulamenta a Agenda Transversal da Criança e do Adolescente no âmbito do Plano Plurianual – PPA 2026–2029 do Município de Venha-Ver/RN e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Venha-Ver, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e constitucionais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 227 da Constituição Federal, que estabelece a prioridade absoluta dos direitos da criança e do adolescente;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente;
CONSIDERANDO a necessidade de conferir efetividade, operacionalidade, transparência e controle social às ações intersetoriais destinadas às crianças e adolescentes,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída e oficialmente divulgada a Agenda Transversal da Criança e do Adolescente no âmbito do Plano Plurianual – PPA 2026–2029 do Município de Venha-Ver/RN, como instrumento estruturante de planejamento, gestão e monitoramento das políticas públicas destinadas à infância e adolescência.

Art. 2º A Agenda Transversal da Criança e do Adolescente tem como finalidade assegurar a proteção integral, o desenvolvimento pleno e a prioridade absoluta às crianças e adolescentes, por meio da articulação intersetorial das políticas públicas municipais.

Art. 3º A execução da Agenda Transversal da Criança e do Adolescente deverá observar, obrigatoriamente:
O princípio da intersetorialidade;
A integração entre planejamento, orçamento e execução;
A territorialização das ações;
Os princípios da prioridade absoluta e da proteção integral.

Art. 4º A Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Comunitário atuará como órgão articulador intersetorial da Agenda Transversal, sem prejuízo das competências legais e administrativas das demais secretarias municipais.

Art. 5º São órgãos executores e corresponsáveis pela implementação da Agenda Transversal, no âmbito de suas atribuições:
Secretaria Municipal de Saúde;
Secretaria Municipal de Educação e Desporto;
Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Comunitário;
Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento;
Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Meio Ambiente;
Comunicação Social;
Gabinete do Prefeito e demais órgãos da Administração Pública Municipal

Art. 6º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA exercerá o acompanhamento, monitoramento e controle social da Agenda Transversal da Criança e do Adolescente, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente e da legislação municipal vigente.

Art. 7º A Agenda Transversal da Criança e do Adolescente deverá ser considerada obrigatoriamente:
Na elaboração das Leis Orçamentárias Anuais – LOA;
Na revisão e avaliação anual da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO;
Nos relatórios de gestão e prestação de contas das secretarias envolvidas.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Venha-Ver/RN, em 22 de setembro de 2026.

CLEITOM JÁCOME DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Allan de Freitas Nunes
Código Identificador:4174E4B6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 133/2026-GP

Dispõe sobre a concessão de férias a servidor da administração pública direta do município de Venha-Ver/RN.

O Prefeito Municipal de Venha-Ver, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 15 (quinze) dias de férias a servidora **Idalyany Kely Gomes**, matrícula nº 130303-1, cargo efetivo de Psicóloga, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º As férias, referentes ao exercício de 2025/2026, serão usufruídas no período de 21 de setembro de 2026 a 02 de outubro de 2026, devendo o servidor retornar ao exercício de suas funções no dia 05 de outubro de 2026.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Venha-Ver/RN, em 21 de setembro de 2026.

CLEITOM JÁCOME DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Allan de Freitas Nunes
Código Identificador:D3813AF5

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA CRUZ

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 020/2026
CONTRATANTE: Município de Vera Cruz/RN, inscrito no CNPJ nº 08.362.915/0001-59.
CONTRATADA: AL ALIMENTOS E CONSTRUCAO SOCIEDADE LTDA, inscrita no CNPJ nº 49.286.100/0001-15.
OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de borracharia, destinados à manutenção preventiva e corretiva da frota municipal de Vera Cruz/RN.
VALOR GLOBAL: R$ 64.980,00 (sessenta e quatro mil, novecentos e oitenta reais).
VIGÊNCIA: Da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2026.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Transportes; Projeto/Atividade: Manutenção das Ações da Secretaria de Transportes; Natureza da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; Fonte: 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 e Dispensa de Licitação nº 020/2026.
DATA DA ASSINATURA: 11 de setembro de 2026.

JOSÉ JÚNIOR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
Contratante

AL ALIMENTOS E CONSTRUCAO SOCIEDADE LTDA
CNPJ nº 49.286.100/0001-15
Contratada

Publicado por:
Ane Micaela Freitas Bessa
Código Identificador:9BA58851

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 020/2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 020/2026

À vista das manifestações anteriores e, com fundamento no artigo 75, Inciso II da Lei Federal nº. 14.133/2021, bem como Parecer Jurídico acostado aos autos do processo, AUTORIZO E RATIFICO a dispensa de licitação para contratação da AL ALIMENTOS E CONSTRUCAO SOCIEDADE LTDA, inscrita no CNPJ nº. 49.286.100/0001-15, para Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de borracharia, destinados à manutenção preventiva e corretiva da frota de municipal de Vera Cruz/RN, no importe global de R$ 64.980,00 (sessenta e quatro mil, novecentos e oitenta reais), mediante contratação direta, após cotações de preços, realizadas no mercado e acostadas nos autos do devido processo supramencionado.

Vera Cruz/RN, 11 de setembro de 2026.

JOSÉ JÚNIOR DE OLIVEIRA
Gabinete do Prefeito Municipal

Publicado por:
Ane Micaela Freitas Bessa
Código Identificador:8B3F8A57

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 021/2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 021/2026

À vista das manifestações anteriores e, com fundamento no artigo 75, Inciso II da Lei Federal nº. 14.133/2021, bem como Parecer Jurídico acostado aos autos do processo, AUTORIZO E RATIFICO a dispensa de licitação para contratação da 23.862.131 BEATRIZ LIMA CLEMENTINO, inscrita no CNPJ nº. 23.862.131/0001-83, para Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços técnicos de apoio à gestão e fiscalização de contratos administrativos, compreendendo orientação quanto aos procedimentos de acompanhamento da execução contratual, organização e padronização dos registros de fiscalização, controle de prazos e obrigações contratuais, acompanhamento de vigências, aditivos e demais ocorrências relacionadas à execução dos contratos, bem como suporte na elaboração de instrumentos, relatórios e rotinas de controle, visando ao aprimoramento dos mecanismos de acompanhamento e controle das contratações da Prefeitura Municipal de Vera Cruz/RN, no importe global de R$ 62.400,00 (Sessenta e dois mil quatrocentos reais), mediante contratação direta, após cotações de preços, realizadas no mercado e acostadas nos autos do devido processo supramencionado.

Vera Cruz/RN, 15 de setembro de 2026.

JOSÉ JÚNIOR DE OLIVEIRA
Gabinete do Prefeito Municipal

Publicado por:
Ane Micaela Freitas Bessa
Código Identificador:8E7EDDA8

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 014/2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 014/2026

À vista das manifestações anteriores e, com fundamento no artigo 74, Inciso III, alínea "c" da Lei Federal nº. 14.133/21, bem como Parecer Jurídico acostado aos autos do processo, HOMOLOGA e RATIFICA o ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, junto a CONECTA SOLUCOES EMPRESARIAIS EIRELI, Inscrita no CNPJ nº 37.805;725/0001-67, visando a Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços técnicos especializados de assessoria e consultoria em controle interno no município de Vera Cruz/RN, no valor global de R$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais) mediante contratação direta.

Vera Cruz/RN, 10 de setembro de 2026.

JOSÉ JÚNIOR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ane Micaela Freitas Bessa
Código Identificador:B9C30641

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PORTARIA Nº 2186/2026, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026.

DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE GESTOR E FISCAL DAS

CONTRATAÇÕES DECORRENTES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 074/2026.

O Prefeito Municipal De Viçosa/RN, vem, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve observar os princípios previstos no art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

CONSIDERANDO o disposto no art. 117 da Lei Federal nº. 14.133/2021, que exige da Administração Pública o dever de acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante devidamente designado;

CONSIDERANDO, que os órgãos públicos devem manter fiscal formalmente designado durante toda a vigência dos contratos/convênios celebrados pela entidade;

CONSIDERANDO a importância de a Administração Pública adotar procedimentos administrativos que permitam a gestão mais eficiente e efetiva dos contratos administrativos;

CONSIDERANDO, finalmente, a necessidade de padronizar os procedimentos de acompanhamento e fiscalização dos contratos mantidos por este órgão público,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar, os servidores abaixo relacionados, para gerenciar, acompanhar e fiscalizar a execução e o adequado cumprimento das cláusulas estabelecidas na Ata de Registro de Preços nº 074/2026, celebrada entre a Prefeitura Municipal de Viçosa/RN e a empresa D A R T NUNES GONDIM ME, inscrita no CNPJ sob o nº 23.974.437/0001-21, cujo objeto é o Registro de Preços para a Aquisição de gêneros alimentícios destinados a manutenção do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE das instituições vinculadas a Rede Municipal de Ensino de Viçosa/RN.

I – Nadja Natália Santos, Matrícula n.º 190.684-4, na qualidade de Gestora da Ata de Registro de Preços;

II – Michel da Costa Soares, Portaria n° 023/2025-PMV/GP, na qualidade de Fiscal da Ata de Registro de Preços.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

Prefeitura Municipal de Viçosa
CNPJ/MF nº 08.158.198/0001-48
VICTOR RAMON ALVES
Prefeito

Publicado por:
Francisco Caninde de Sousa Nunes
Código Identificador:2306E008

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PORTARIA Nº 2187/2026, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026.

DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE GESTOR E FISCAL DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 073/2026.

A Secretária Municipal de Saúde, vem, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve observar os princípios previstos no art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

CONSIDERANDO o disposto no art. 117 da Lei Federal nº. 14.133/2021, que exige da Administração Pública o dever de acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante devidamente designado;

CONSIDERANDO, que os órgãos públicos devem manter fiscal formalmente designado durante toda a vigência dos contratos/convênios celebrados pela entidade;

CONSIDERANDO a importância de a Administração Pública adotar procedimentos administrativos que permitam a gestão mais eficiente e efetiva dos contratos administrativos;

CONSIDERANDO, finalmente, a necessidade de padronizar os procedimentos de acompanhamento e fiscalização dos contratos mantidos por este órgão público,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar, os servidores abaixo relacionados, para gerenciar, acompanhar e fiscalizar a execução e o adequado cumprimento das cláusulas estabelecidas na Ata de Registro de Preços Nº 073/2026, celebrado entre o Fundo Municipal De Saúde De Viçosa/RN, a empresa OXIBORGES DISTRIBUIDORA DE GASES INDUSTRIAIS E MEDICINAIS, inscrita no CNPJ sob o nº 48.702.159/0001-84, cujo objeto é a Registro de preços para a Contratação de empresa especializada para o fornecimento e recarga contínua de oxigênio medicinal, na forma gasosa, com grau de pureza mínimo de 99,5%, visando garantir o funcionamento ininterrupto dos serviços de urgência, emergência e atendimentos ambulatoriais nas unidades de saúde do Município..

I – Nadja Natália Santos, Matrícula n.º 190.684-4, na qualidade de Gestor da Ata de Registro de Preços;

II – Michel da Costa Soares, Portaria n° 023/2025-PMV/GP, na qualidade de Fiscal da Ata de Registro de Preços;

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

VANDA MARIA BEZERRA DE CAMPOS BATISTA
Secretária Municipal de Saúde
Fundo Municipal de Saúde de Viçosa/RN
CNPJ/MF nº 11.313.552/0001-76

Publicado por:
Francisco Caninde de Sousa Nunes
Código Identificador:EA2216CB

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PORTARIA Nº 2188/2026, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026.

DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE GESTOR E FISCAL DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 071/2026 E Nº 072/2026.

O Prefeito Municipal De Viçosa/RN, vem, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve observar os princípios previstos no art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

CONSIDERANDO o disposto no art. 117 da Lei Federal nº. 14.133/2021, que exige da Administração Pública o dever de acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante devidamente designado;

CONSIDERANDO, que os órgãos públicos devem manter fiscal formalmente designado durante toda a vigência dos contratos/convênios celebrados pela entidade;

CONSIDERANDO a importância de a Administração Pública adotar procedimentos administrativos que permitam a gestão mais eficiente e efetiva dos contratos administrativos;

CONSIDERANDO, finalmente, a necessidade de padronizar os procedimentos de acompanhamento e fiscalização dos contratos mantidos por este órgão público,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar, os servidores abaixo relacionados, para gerenciar, acompanhar e fiscalizar a execução e o adequado cumprimento das cláusulas estabelecidas nas Atas de Registro de Preços nº 071/2026 e nº 072/2026, celebrada entre a Prefeitura Municipal de Viçosa/RN e as empresas D A R T NUNES GONDIM ME, inscrita no CNPJ sob o nº 23.974.437/0001-21, e MIRAGEM ATACAREJO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 11.939.808/0001-55, cujo objeto é o Registro de Preços para a Aquisição de gêneros alimentícios destinados ao atendimento das demandas das diversas Secretarias Municipais de Viçosa/RN, visando garantir o adequado funcionamento dos serviços públicos e o atendimento das necessidades
institucionais do Município..

I – Nadja Natália Santos, Matrícula n.º 190.684-4, na qualidade de Gestora da Ata de Registro de Preços;

II – Michel da Costa Soares, Portaria n° 023/2025-PMV/GP, na qualidade de Fiscal da Ata de Registro de Preços.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

Prefeitura Municipal de Viçosa
CNPJ/MF nº 08.158.198/0001-48
VICTOR RAMON ALVES

Publicado por:
Francisco Caninde de Sousa Nunes
Código Identificador:4C16CE02

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL FLORÂNIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA DE DIÁRIAS N.º 060/2026 – SMAS

Dispõe sobre a concessão de diária à Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, que especifica e dá outras providências.

A Secretaria Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o Decreto Municipal nº 20/2026, de 07 de julho de 2026, que dispõe sobre a concessão de diárias no âmbito da Administração Pública Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade de deslocamento da Sra. **JESSICA JEANE DE MELO**, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, ao município de **Lagoa Nova/RN**, no dia **23 de setembro de 2026**, para participar da **Primeira Peregrinação da Terceira Idade**, como parte da programação dos festejos de São Francisco de Assis, padroeiro do município de Lagoa Nova/RN;

CONSIDERANDO a importância da participação da Presidente do CMAS, enquanto representante do Conselho Municipal de Assistência Social e do controle social da Política de Assistência Social, no acompanhamento das ações de convivência, participação social e garantia de direitos da pessoa idosa;

R E S O L V E:

Art. 1º – Conceder à Sra. **JESSICA JEANE DE MELO**, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, **01 (uma) meia diária, sem pernoite**, para cobertura de despesas com alimentação e locomoção urbana, em virtude de seu deslocamento ao município de **Lagoa Nova/RN**, no dia **23 de setembro de 2026**, para participar da Primeira Peregrinação da Terceira Idade, acompanhando os idosos do Grupo Conviver.

Art. 2º – Em razão do deslocamento, fica autorizada a concessão de **01 (uma) meia diária, no valor de R$ 100,00 (cem reais)**, destinada ao custeio de despesas com alimentação e locomoção urbana.

Art. 3º – A beneficiária fica obrigada a apresentar o relatório de viagem, acompanhado dos respectivos comprovantes de despesa e de participação na atividade, no prazo de até **10 (dez) dias úteis** após o seu retorno.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Palácio das Flores – Prefeitura Municipal de Florânia/RN, em 22 de setembro de 2026.

SAINT CLAY ALCÂNTARA SILVA DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tasia Albuquerque Assunção
Código Identificador:C06B7DD7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA DE DIÁRIAS N.º 061/2026 – SMAS

Dispõe sobre a concessão de diária à Pedagoga do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, que especifica e dá outras providências.

A Secretaria Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o Decreto Municipal nº 20/2026, de 07 de julho de 2026, que dispõe sobre aconcessão de diárias no âmbito da Administração Pública Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade de deslocamento da Sra. **TELMA TOSCANO CRUZ**, Pedagoga do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, ao município de **Lagoa Nova/RN**, no dia **23 de setembro de 2026**, para acompanhar o **Grupo de Idosos Conviver** na **Primeira Peregrinação da Terceira Idade**, como parte da programação dos festejos de São Francisco de Assis, padroeiro do município de Lagoa Nova/RN;

CONSIDERANDO a importância do acompanhamento e participação da equipe do CREAS nas atividades destinadas à pessoa idosa, contribuindo para o fortalecimento das ações de convivência, participação social e garantia de direitos;

R E S O L V E:

Art. 1º – Conceder à Sra. **TELMA TOSCANO CRUZ**, Pedagoga do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, **01 (uma) meia diária, sem pernoite**, para cobertura de despesas com alimentação e locomoção urbana, em virtude de seu deslocamento ao município de **Lagoa Nova/RN**, no dia **23 de setembro de 2026**, para acompanhar o **Grupo de Idosos Conviver** na Primeira Peregrinação da Terceira Idade.

Art. 2º – Em razão do deslocamento, fica autorizada a concessão de **01 (uma) meia diária, no valor de R$ 100,00 (cem reais)**, destinada ao custeio de despesas com alimentação e locomoção urbana.

Art. 3º – A beneficiária fica obrigada a apresentar o relatório de viagem, acompanhado dos respectivos comprovantes de despesa e de participação na atividade, no prazo de até **10 (dez) dias úteis** após o seu retorno.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.
Palácio das Flores – Prefeitura Municipal de Florânia/RN, em 22 de setembro de 2026.

SAINT CLAY ALCÂNTARA SILVA DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tasia Albuquerque Assunção
Código Identificador:E91C0823

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE POTIGUAR (CIMOP)

DIRETORIA EXECUTIVA DO CIMOP
RREO - ANEXO XIV DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA(LRF, ART. 48) 14.PDF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE POTIGUAR	RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**JULHO-AGOSTO/2026**
	R$ 1,00
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	**Até o Bimestre**
RECEITAS	
Previsão Inicial	12.928.200,00
Previsão Atualizada	12.928.200,00
Receitas Realizadas	3.073.358,04
Déficit Orçamentário	188.183,98
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	0,00
DESPESAS	
Dotação Inicial	12.928.200,00
Créditos Adicionais	0,00
Dotação Atualizada	12.928.200,00
Despesas Empenhadas	3.841.106,78
Despesas Liquidadas	3.261.542,02
Despesas Pagas	3.071.997,74
Superávit Orçamentário	
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	**Até o Bimestre**
Despesas Empenhadas	3.841.106,78
Despesas Liquidadas	3.261.542,02
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**Até o Bimestre**
Receita Corrente Líquida	4.341.695,23
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	4.341.695,23
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	4.341.695,23
RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	**Até o Bimestre**
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	0,00
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)	0,00
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	**Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)**	**Resultado Apurado Até o Bimestre (b)**	**% em Relação à Meta (b/a)**	
Resultado Primário (Sem RPPS) - Acima da Linha	0,00	-22.794,07	0.00	
Resultado Nominal (Sem RPPS) - Abaixo da Linha	0,00	-1.139,70	0.00	
RESTOS A PAGAR A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	**Inscrição**	**Cancelamento Até o Bimestre**	**Pagamento Até o Bimestre**	**Saldo a Pagar**
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	219,10	0,00	0,00	219,10
Poder Executivo	219,10	0,00	0,00	219,10
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	73.032,92	0,00	2.500,00	70.532,92
Poder Executivo	73.032,92	0,00	2.500,00	70.532,92
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	73.252,02	0,00	2.500,00	70.752,02
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	**Valor Apurado Até o Bimestre**	**Limites Constitucionais Anuais**		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	**% Aplicado Até o Bimestre**	
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	0,00	25,00	0,00	
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	0,00	70,00	0,00	
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	0,00	50,00	0,00	
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	0,00	15,00	0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	**Valor Apurado Até o Bimestre**		**Saldo não realizado**	
Receita de Operação de Crédito	0,00		0,00	
Despesa de Capital Líquida	0,00		8.244.999,00	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	**Exercício**	**10º Exercício**	**20º Exercício**	**35º Exercício**
Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias				
Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário				
Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias				
Despesas Previdenciárias				

Resultado Previdenciário			
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	**Valor Apurado Até o Bimestre**		**Saldo não realizado**
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00		0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	**Valor Apurado Até o Bimestre**	**Limites Constitucionais Anuais**	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	**% Aplicado Até o Bimestre**
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	0,00	15,00	0,00
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	**Valor Apurado no Exercício Corrente**		
Total das Despesas / RCL (%)	0,00		

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO	*SUELDO LINO DE ANDRADE*
Presidente Mat.7	CRC - 012763-O/8-RN Mat.03

Publicado por:
Maria Bernadete Nunes Rego Gomes
Código Identificador:E0208404

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 140001.2026

O Município de APODI/RN, por intermédio da Prefeitura Municipal, CNPJ/MF Nº: 08.349.011/0001-93, com sede na Praça Francisco Pinto, 56, Centro, Apodi/RN – CEP: 59.700-000, neste ato representada por seu Prefeito Constitucional, o Sr. LUIS SABINO DA COSTA NETO, brasileiro, portador do CPF/MF n. 052.734.434-66, residente e domiciliado na Rua Pedro Torres, nº 350, Zona Urbana, neste município, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 14/2026**, **publicado na Femurn – Imprensa Oficial do Município nos dias 29/04/2026 e Imprensa Nacional/PNCP 28/04/2026**, processo administrativo n.º **2034001612/2026**, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto **REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS DE INFORMÁTICA, incluindo componentes para manutenção preventiva e corretiva de equipamentos tecnológicos, destinados às Secretarias e unidades da Administração Pública Municipal de Apodi/RN, garantindo compatibilidade, qualidade e funcionalidade, de forma a assegurar a continuidade dos serviços administrativos e a eficiência operacional.**, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital e seus Anexos**..** do edital de Licitação nº 14/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor: **Nordeste Solar Comercio e Servicos Ltda**		
CNPJ: **46.757.249/0001-47**	Telefone:	Email:
Endereço: **Rua Governador Dix Sept Rosado, 41 , Nossa senhora da Conceição, Apodi/RN, CEP: 59700-000**		
Representante: **LEIDIVANIA ARAUJO DO NASCIMENTO BRITO** - CPF: **045.354.854-70**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
1	0002010 - Fonte de Alimentação ATX 200W para PC Bivolt 115V/230V	FORTREK	UNIDADE	68,000000	95,000	6.460,00
2	0005698 - Fonte, 650W ou 500W, 80 Plus Bronze, PFC Ativo, Com Cabo, cor:Preto	AITEK	UNIDADE	58,000000	393,000	22.794,00
3	0002012 - 8165 - HD 1TB SATA3 ST1000DM010: Interface: SATA 6Gb/s Performance: Taxas de transferência SATA suportadas (Gb / s): 6.0/3.0/1.5 Taxa média de dados, leitura/gravação: 156 Máx. Taxa de dados, leitura/gravação OD: 210 Cache: 64 MB RPM: 7200	TOSHIBA	UNIDADE	34,000000	650,000	22.100,00
4	0002013 - 3136 - HD EXTERNO 1TB: HD externo 1TB 5400 RPM USB 3.0 - HDTB210XKBA	TOSHIBA	UNIDADE	25,000000	648,000	16.200,00
5	0002014 - 2069 - HD Externo, 2TB, USB 3.0, Preto	TOSHIBA	UNIDADE	25,000000	797,000	19.925,00
6	0002016 - 8176 - Mouse com fio USB Design Ambidestro e Facilidade Plug and Play	MAXPRINT	UNIDADE	100,000000	17,500	1.750,00
7	0005699 - Nobreak SMS Lite, 1500VA, 4 Tomadas, Entrada Bivolt e Saida 115V	SMS	UNIDADE	25,000000	2.199,000	54.975,00
8	0005700 - Transformador 5000va 110/220 ou 220/110	POWER TRAFO	UNIDADE	25,000000	292,000	7.300,00
9	0002019 - Transformador 2000va bivolt 110/220v 220/110v Até 1400w	TAFOTRON	UNIDADE	25,000000	215,000	5.375,00
10	0001592 - 8179 - Placa mãe DDR3 1155	GT	UNIDADE	29,000000	239,000	6.931,00
11	0001594 - 9745 - Processador Core I3 3250 3.5 MHZ LGA 1155	INTEL	UNIDADE	29,000000	199,000	5.771,00
12	0002020 - Memória RAM, 8GB, 1600MHz, DDR3,	CRUCIAL	UNIDADE	29,000000	289,000	8.381,00
13	0005701 - PLACA MÃE COM Socket LGA1700 para processadores Intel Core 14ª e 13ª gerações, Intel Core 12ª geração, Pentium Gold e Celeron* - Suporta Intel Turbo Boost Technology 2.0 e Intel Turbo Boost Max Technology 3.0*** Consulte www.asus.com para obter a lista de CPUs suportadas. ** O suporte à Tecnologia Intel Turbo Boost Max 3.0 depende dos tipos de CPU.	BIOSTAR	UNIDADE	30,000000	786,000	23.580,00
14	0005702 - Processador Intel Core I3 - 14100, 3.5 GHz, (4.7GHz Turbo), Cache 12MB, 8 Threads, LGA 1700 - Bx8071514100	INTEL	UNIDADE	20,000000	1.395,000	27.900,00
15	0005703 - Processador Intel Core I5 14400, 14ª Geração 3.5 Ghz, 4.7 Ghz Turbo, Cache 20mb, LGA1700 - Bx8071514400	INTEL	UNIDADE	20,000000	1.754,000	35.080,00
16	0005704 - Processador Intel® Core™ i7 -13700K cache de 30 M, até 5,40 GHz	INTEL	UNIDADE	20,000000	2.699,000	53.980,00
17	0002024 - Memória RAM DDR4, 8GB 3200MGhz	CRUCIAL	UNIDADE	25,000000	379,000	9.475,00
18	0005705 - Toner Compatível Pantum Elgin Tl -5120x Bp5100dn Bp5100dw 15k	BYQUALY	UNIDADE	100,000000	135,000	13.500,00
19	0005706 - Cartucho de Cilindro Compatível com Pantum DL -5120 DL5120 | BP5100DN BP5100DW BM5100 | Importado 30k	BYQUALY	UNIDADE	100,000000	179,000	17.900,00
20	0002028 - Adaptador Wifi-5 Dual Band 1300mbps 2.4/5ghz 5g Usb 3.0	TP LINK	UNIDADE	50,000000	129,000	6.450,00
21	0001603 - 11936 - Bateria para Nobreak SELADA 7A 12V.	INTELBRAS	UNIDADE	80,000000	159,000	12.720,00
22	0002029 - Filtro de Linha, com Fusível de proteção 5 Tomadas	MULTI	UNIDADE	70,000000	41,000	2.870,00
23	0002030 - 11938 - Memoria DDR4 para Notebook: Especificações: Capacidade: 8GB, Tipo: DDR4 SO-DIMM de 260 pinos, Velocidade: 3200 MHz, Latência CAS: 16 Voltagem: 1,2 V.	CRUCIAL	UNIDADE	50,000000	399,000	19.950,00
24	0001606 - 9742 - Pen Drive 8GB	KAPBOM	UNIDADE	47,000000	30,000	1.410,00
25	0001607 - 9743 - Pen Drive 16GB	KAPBOM	UNIDADE	58,000000	41,000	2.378,00
26	0002031 - 11939 - Pen Drive 32GB: Especificações: Capacidade: 32GB Cor: Preto e Prata Velocidade de Leitura: Até 13 Mbps Velocidade de Taxa de transferência: Até 48 Mbps, Velocidade de Gravação: Até 5 Mbps	KAPBOM	UNIDADE	56,000000	49,000	2.744,00
27	0001609 - 11940 - Carregador para Notebook	Get Multicharge	UNIDADE	50,000000	129,000	6.450,00

28	0002032 - 11942 - Cabo de Força: Especificações: Cabo para ligar a fonte do computador à rede elétrica Padrão Nobo tomada de 3 pinos com selo de aprovação Inmetro Bitola de 3 x 0,75mm Comprimento: 1.5 mosetr Norma do Inmetro: NBR14136	MD9	UNIDADE	50,000000	14,800	740,00
29	0002033 - 11943 - Cabo VGA: Especificações: Comprimento: 1.5 metros Este cabo é utilizado para transmitir imagens de equipamentos com saída 15 pinos (HDB15 ou VGA) para monitores ou televisores com entrada de 15 pinos (HDB15 ou VGA). Cabos com esta conexão são utilizados para transferência de imagem de um equipamento para um monitor em sinal analógico (qualidade em baixa resolução). Este cabo é utilizado apenas para transmissão de imagem. O som não é transmitido com ele.	MD9	UNIDADE	52,000000	13,700	712,40
30	0002034 - 11944 - Cabo HDMI: Especificações: Cor do cabo: Preto Cor dos conectores: Dourado Tipo de sinal: Digital Função: Transmissão de imagem e som Versão: 1.4 Tamanho: 1,50 metros	GET	UNIDADE	50,000000	15,000	750,00
31	0001614 - 11945 - Cabo de Rede Cat 5E 100% Cobre. Caixa c/ 305m. Especificações: Tipo: Cabo LAN Ambiente de Instalação: Interno Ambiente de Operação: Não agressivo	Condutti	UNIDADE	5,000000	789,000	3.945,00
32	0001615 - 11946 - Bateria para placa mãe em Litio 3V.	ELGIN	UNIDADE	70,000000	3,800	266,00
33	0001616 - 11947 - Conector RJ45	WURTH	UNIDADE	1000,000000	1,480	1.480,00
34	0002037 - 11948 - Gabinete ATX: Dimensões: 350 x 315 x 165 mm Refrigeração: Cooler Traseiro: 80 mm Cooler Lateral: 80 mm ou 120 mm Espaço interno: 310 x 156 x 346 mm; para motherboard Mini e Micro ATX Placa de vídeo: Suportável até 220 mm de altura Abas para slot de expansão: 4 x PCI Portas frontais: 1 x Microfone, 1 x Fone, 2 x USB 1.1 Posição da fonte: Superior.	HAYOM	UNIDADE	20,000000	239,000	4.780,00
35	0002038 - 11949 - Switch 08 portas: Especificações: Padrões e Protocolos: IEEE 802.3i/802.3u/ 802.3ab/802.3x Interface: 8 Portas RJ45 10/100/1000Mbps, Auto Negociação / Auto MDI / MDIX Quantidade de Ventoinhas: Sem Cooler Método de Transferência : Armazena e Encaminha Tabela de Endereçamento Mac: 4K Funções Avançadas: Tecnologia TP-Link Green, 802.3X Flow Control, Back Pressure Taxa de Encaminhamento de Pacotes: 11.9 Mpps Memória de Buffer de Pacote: 1.5 Mb Jumbo Frame: 16 KB Capacidade de Comutação: 16 Gbps Certificação: FCC, CE, RoHs Max Heat Dissipation: 13.299 BTU/h Consumo de Energia: Máximo: 3.9W	TP LINK	UNIDADE	20,000000	189,000	3.780,00
36	0002039 - Roteador Wi-Fi 6, Dual Band 2.4/5 GHz, conecta até 60+ dispositivos, até 180M² de cobertura, Portas Full Gigabit, MU-MIMO, Beamforming	TP LINK	UNIDADE	30,000000	229,000	6.870,00
37	0005707 - Mouse Wireless: Conectividade sem fio confiável Alcance sem fio de 10 metros 12 meses de vida útil da pilha* Instalação fácil Compatibilidade universal: Windows, Mac, Chrome .	LOGITECH	UNIDADE	20,000000	70,000	1.400,00
38	0002041 - 11952 - Teclado Wireless: Especificações: Conexão automática, conecte a entrada USB e comece a usar possui design elegante além de manter suas mãos em uma posição agradável. Compatibilidade: Windows Teclado: Alimentação 1 Pilha AAA Dimensões (mm) 435 x 135 x 23 Teclas macias e silenciosas Teclas de perfil baixo: Proporcionam uma digitação silenciosa e confortável	MULTI	UNIDADE	68,000000	118,000	8.024,00
39	0005708 - Refil de tinta ORIGINAIS para impressora tipo ecotank: Refil original HP nas cores: preto ou amarelo ou ciano ou magenta.	HP	UNIDADE	100,000000	60,000	6.000,00
40	0005709 - Refil de tinta para impressora Ecotank: Refil Original Epson, nas cores: Preto ou Amarelo ou Ciano ou Magenta.	EPSON	UNIDADE	200,000000	60,000	12.000,00
41	0002044 - 8911 - Toner Hp 85a Ce285a Preto Original: Linha LaserJet; Modelo 85A; Formato Toner; Cor da tinta Preto; Modelo detalhado CE285A; Tipo de cartucho Original. Cartucho de Toner Original para Impressoras: Toner para Impressora HP P1102 Toner para Impressora HP M1132 Toner para Impressora HP M1212 Toner para Impressora HP 1132MFP Toner para Impressora HP 1212MFP Toner para Impressora HP 1102 Toner para Impressora HP P1102W Toner para Impressora HP P1100 Toner para Impressora HP 1100 Garantia Legal de 03 Meses.	BYQUALY	UNIDADE	185,000000	44,000	8.140,00
42	0002045 - 8919 - Toner HP CB435A 35A 435A CB435AB | LaserJet P1005 LaserJet P1006 | original: Cartucho de Toner HP CB-435A utilizado em: HP LaserJet P-1005, P-1006. Rendimento médio de 1.500 páginas, considerando 5% de cobertura no papel A4. Toner original, com ótima qualidade de impressão. Garantia de 03 meses para defeito de fabricação. Marca: HP.	BYQUALY	UNIDADE	200,000000	47,000	9.400,00
43	0002046 - 8912 - Cartucho Toner Hp Original Q2612-A 12-A: Utilizado em: Laserjet HP 1018 Laserjet HP 1020 Laserjet HP 1022 Laserjet HP 3015 Laserjet HP 3020 Laserjet HP 3030 Laserjet HP 3050 Laserjet HP 3052 Laserjet HP 3055 Laserjet HP M-1005 Laserjet HP 1022N Laserjet HP 1022NW Laserjet HP M1319F.	BYQUALY	UNIDADE	66,000000	60,000	3.960,00
44	0002047 - 8913 – Cartucho Original Toner Impressora Hp Color Laserjet Pro Cp1025 - A83: Compatível com: HP-M125a; 1132 - Mfp - M176n; M177fw	BYQUALY	UNIDADE	125,000000	59,000	7.375,00
45	0001628 - 8916 - Toner Compatível Tn1000 Tn1060 - 1212w 1602w 1617nw Dcp1602	BYQUALY	UNIDADE	30,000000	57,000	1.710,00
46	0005710 - Toner para impressora hp M125 - CZ172A / CF283A: Cartucho de Toner para HP M125, M125A, CZ172A multifuncional que copia, digitaliza, é fácil de instalar e oferece a melhor qualidade para Impressão de documentos. O Cartucho de Toner utilizado é o HP CF283A ou 83A. Este toner é compatível com este modelo de impressora e possui o melhor custo -benefício.	BYQUALY	UNIDADE	43,000000	57,000	2.451,00
47	0002050 - 8914 - Cartucho De Toner Original Para Samsung Mlt-d104s: Compatível com a máquina ML-1665, ML-1660, ML-1860, ML-1865, ML-1865W, SCX-3200, SCX-3217, SCX-3205, SCX-3205W.	BYQUALY	UNIDADE	47,000000	84,000	3.948,00
48	0005711 - Toner Compatível HP P2035 | P2055 | P2055X | CE505A | 05A – Preto. Cartucho de Toner HP CE505A | HP 05A Compatível. Produto novo. Com rendimento médio de 2.300 impressões com cobertura de 5% para folhas A4. Para uso em: Impressora P 2035, P 2035n, P 2050, P 2055d, P2055DN, P 2055X. Garantia até o fim do Toner.	BYQUALY	UNIDADE	42,000000	89,000	3.738,00
49	0001633 - 8187 - Tela Notebook Led 14.0" Np-R425	BRINGIT	UNIDADE	14,000000	737,000	10.318,00
50	0005712 - Cooler p/ processador LGA 1155/1150/1151/1200/1700 Especificações: - Dimensão do fan: 92 x 25 mm - Tipo de rolagem: Rolamento hidráulico - Tensão nominal: 12VDC - Tensão operacional: 10,8~ 13,2 VCC - Tensão iniciada: 7VDC - Corrente nominal: 0.20±10%A - Entrada de energia: 2.4W - Velocidade do ventilador: 2200 ± 10% RPM - Max. Fluxo de ar: 42.35CFM - Ruído: 26.3 dBa	GT	UNIDADE	50,000000	50,000	2.500,00
51	0002053 - SSD 240GB, SATA III, 2.5", Leitura: 500MB/s, Gravação: 350MB/s, Preto - /240G	HIKSEMI	UNIDADE	50,000000	318,000	15.900,00
52	0002054 - SSD, 480GB, SATA III, 2.5", Leitura: 500MB/s, Gravação: 450MB/s, Preto - /480G	PATRIOT	UNIDADE	50,000000	645,000	32.250,00
53	0002055 - SSD NV2, 250GB, M.2 2280 PCIe, NVMe, Leitura: 3000 MB/s e Gravação: 1300 MB/s, Azul - /250G	KNUP	UNIDADE	50,000000	438,000	21.900,00
54	0002056 - SSD, 960GB, SATA III, 2.5", Leitura: 500MB/s, Gravação: 450MB/s, Preto - /960G	WD	UNIDADE	50,000000	968,000	48.400,00
55	0002057 - Teclado USB, ABNT2, Cabo de 120 CM	MULTI	UNIDADE	50,000000	34,000	1.700,00
56	0001640 - 12440 - Toner Elgin NT-PB211 Pantum, Preto para Impressoras P2500NW, M6550NW. Rendimento padrão de até 1,600 páginas.	ELGIN	UNIDADE	200,000000	229,000	45.800,00
57	0002059 - Kit Fusor Original P/ Hp Rm1-7733 P1102 Unidade Fusora M1132 M1212	EVOLUT	UNIDADE	10,000000	185,000	1.850,00
58	0002060 - Álcool Isopropílico Galão de 5 Litros	FROSTBITE	UNIDADE	1,000000	199,000	199,00
59	0002061 - Cabeça de impressão Original Epson L3110 - L3210	EPSON	UNIDADE	100,000000	424,000	42.400,00
60	0002062 - ESTAÇÃO RETRABALHO DIGITAL C/ 4 BOCAIS HK-939 – HIKARI	HIKARI	UNIDADE	1,000000	1.327,000	1.327,00
61	0002063 - ESTAÇÃO SOLDA ANALÓGICA ESD HK 936A HIKARI	HIKARI	UNIDADE	1,000000	599,000	599,00
62	0005713 - Fonte de alimentação dc 5a 4 dígitos duplo hf-3205s - hikari21n156	HIKARI	UNIDADE	1,000000	1.299,000	1.299,00
63	0005714 - Suporte yaxun esponja metal para limpeza da ponta ferro solda	YAXUN	UNIDADE	1,000000	77,000	77,00
64	0002066 - FERRAMENTAS PRECISÃO 38 PEÇAS YAXUN	YAXUN	UNIDADE	1,000000	109,000	109,00
65	0002067 - JOGO DE ESPÁTULAS PARA ELETRÔNICOS COM 3 PEÇAS	VONDER	UNIDADE	1,000000	89,000	89,00
66	0002068 - CHAVES FENDA E PHILLIPS 5 PEÇAS 150-160S GEDORE	GEDORE	UNIDADE	1,000000	99,000	99,00
67	0005715 - ASPIRADOR DE PÓ E ÁGUA WAP GTW INOX 12 1400W 220V (Para manuntenção e limpeza de equipamentos de informática)	WAP	UNIDADE	1,000000	999,000	999,00
68	0006400 - Refil de tinta para impressora tipo ECOTANK: Refil COMPATÍVEL nas cores: preto ou amarelo ou ciano ou magenta. Especificações: Tinta para Hp Gt53/gt52	MASTERPRINT	UNIDADE	30,000000	13,000	390,00
69	0006401 - Refil de tinta para impressora Ecotank EPSON: Refil COMPATÍVEL, nas cores: Preto ou Amarelo ou Ciano ou Magenta. Especificações: Refil de tinta EPSON T544122 L3110/L3210/L3150/L3250/L5190	MASTERPRINT	UNIDADE	50,000000	11,000	550,00
70	0006402 - Toner Tn1060 Preto Para Hl1212 Hl1202 Dc1602 Dc1617 ORIGINAL Brother	BROTHER	UNIDADE	80,000000	269,000	21.520,00
71	0006403 - Toner COMPATÍVEL Pantum Elgin NT -PB211, Preto para Impressoras P2500NW, M6550NW. Rendimento padrão de até 1,600 páginas.	BYQUALY	UNIDADE	50,000000	119,000	5.950,00
VALOR GLOBAL R$						**762.043,40**

A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

O órgão gerenciador será PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI.

Participantes: **DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.**

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)

Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1
Dos limites para as adesões
As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.
A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.
Vedação a acréscimo de quantitativos
É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Diário Oficial dos Municípios (FEMURN), podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;
Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
Aceitarem cotar os bens com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
Mantiverem sua proposta original.
Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital;* e
Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no Diário Oficial dos Municípios (FEMURN) e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:
Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
O remanejamento somente poderá ser feito:
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

DAS PENALIDADES

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL*.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02(duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes

Apodi RN, 21 de setembro de 2026.
.

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal Pelo órgão executor.

Nordeste Solar Comercio E Servicos LTDA. CNPJ: 46.757.249/0001-47
Rep. Por:
LEIDIVANIA ARAUJO DO NASCIMENTO BRITO,
CPF: 04535485470.
Fornecedor 1.

Publicado por:
Antonio Francisco de Oliveira
Código Identificador:4771A721

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA TERMO DE CONTRATO Nº 0131/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13010001/2026

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E PESSOA JURIDICA: B. GOMES BEZERRA LTDA, CNPJ: 03.647.696/0001-30; PARA FORNECIMENTO CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente contrato celebram de um lado o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 12.512.241/0001-07, com sede na Rua Hermenegildo Montenegro, SN, Centro, CEP: 59.695-000, Baraúna-RN, representado neste ato pela Gestor(a) do Fundo Municipal de Saúde, Sra. **BEVANIA SILVA COSTA, brasileira, divorciada, inscrita no CPF: 067.XXX.XXX-8**1, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a Pessoa Jurídica: **B. GOMES BEZERRA LTDA, CNPJ:** 03.647.696/0001-30; com sede na **R EMILIO CASTELAR - CEP: 59618150 - UF: RN - Município: Mossoró**, neste ato representado pelo Sr. **BERTONY GOMES BEZERRA**, inscrito(a) no CPF sob nº 067.XXX.XXX-01, doravante denominada **CONTRATADA,** conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta o Processo Administrativo nº 13010001/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Pregão Eletrônico nº 004/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
O objeto do presente instrumento é **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA VISANDO A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DOS PACIENTES DA FARMÁCIA BÁSICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BARAÚNA/RN,** nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Objeto da contratação:

CONTRATADA (FORNECEDOR): B. GOMES BEZERRA LTDA.
CNPJ / CPF: 03.647.696/0001-30
ENDEREÇO COMERCIAL: R EMILIO CASTELAR - CEP: 59618150 - UF: RN - Município: Mossoró
TELEFONE DE CONTATO: (84) 3316-4116

Código	Produto / Descrição	Modelo	Marca/Fabricante	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
0021	ATENOLOL 25 MG COMPRIMIDO	PRATI	PRATI	UND	40.000	R$ 0,04	**R$ 1.600,00**
0025	AZITROMICINA 500 MG COMPRIMIDO	PHARLAB	PHARLAB	UND	60.000	R$ 0,79	**R$ 47.400,00**
0039	CAPTOPRIL 25 MG COMPRIMIDO	GEOLAB	GEOLAB	UND	50.000	R$ 0,03	**R$ 1.500,00**
0040	CAPTOPRIL 50 MG COMPRIMIDO	PRATI	PRATI	UND	50.000	R$ 0,07	**R$ 3.500,00**
0065	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 10 MG COMPRIMIDO	BELFAR	BELFAR	UND	20.000	R$ 0,07	**R$ 1.400,00**
0068	CLORIDRATO DE PROPRANOLOL 40 MG COMPRIMIDO	HIPOLABOR	HIPOLABOR	UND	20.000	R$ 0,05	**R$ 1.000,00**
0088	GLIBENCLAMIDA 5 MG COMPRIMIDO	MEDQUÍMICA	MEDQUÍMICA	UND	40.000	R$ 0,04	**R$ 1.600,00**
0109	LACTULOSE SUPLEMENTO ALIMENTAR EM XAROPE 667 MG/ML	MAYBEN	MAYBEN	FR	600	R$ 4,99	**R$ 2.994,00**
0141	NOVALGINA SOLUÇÃO ORAL 50 MG/ML	FARMACE	FARMACE	FR	1.000	R$ 1,64	**R$ 1.640,00**
TOTAL							**R$ 62.634,00**

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência;
O Edital da Licitação;
A Proposta do contratado;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E RENOVAÇÃO:
O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021, pois se enquadra como fornecimento contínuo, visto ser decorrente de necessidade permanente e/ou prolongada da Administração Pública Municipal.
A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de fornecimento do objeto tem natureza continuada;

Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do fornecimento;
Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.
O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS:
O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO:
Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR:
O valor total da contratação é de R$ **62.634,00** (Sessenta e dois mil e seiscentos e trinta e quatro reais)
No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO:
O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE:
Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:
São obrigações do Contratante:
Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
Cientificar o setor de representação judicial da Administração Pública para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:
O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
Manter preposto aceito pela Administração no local da entrega do material para representá-lo na execução do contrato.
A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os materiais nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao do fornecimento dos materiais, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local do fornecimento do material.
Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local do fornecimento do material.e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021; E,
Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:
As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO:
Não haverá exigência de garantia contratual da execução.
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:
Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
Der causa à inexecução parcial do contrato;
Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
Der causa à inexecução total do contrato;
Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Multa:
Moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 12.1, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 12.1, de 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
Para infração descrita na alínea "b" do subitem 12.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 12.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato.
Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 12.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:
A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
A natureza e a gravidade da infração cometida;
As peculiaridades do caso concreto;
As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
Os danos que dela provierem para o Contratante;
A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)
O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)
As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL:
O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
Das indenizações e multas.
A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
O CONTRATANTE poderá ainda:
nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.
O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União e recursos do Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:
03.001 SECRETARIA MUN. DE SAÚDE
AÇÃO:
2022 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
2905 Manutenção do Fornecimento de Medicamentos Gratuitos pela Farmácia Básica
NATUREZA:
3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
FONTE:
15001002 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS – DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
16000000 TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROV. DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUT. DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS:
Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES:
Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante,salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.
CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO:
Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO:
Fica eleito o Foro da Comarca de Baraúna/RN, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Baraúna/RN, 17 de setembro de 2026.

Fundo Municipal Da Saúde De Baraúna/RN	B. Gomes Bezerra LTDA
BEVANIA SILVA COSTA DOS SANTOS	***BERTONY GOMES BEZERRA***
Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Baraúna/RN	Representante Legal
Contratante	Contratada

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:12B8C6DB

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA TERMO DE CONTRATO Nº 0132/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13010001/2026

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE** E PESSOA JURIDICA: **CIRUFARMA COMERCIAL LTDA**, CNPJ: **40.787.152/0001-09**; PARA FORNECIMENTO CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente contrato celebram de um lado o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 12.512.241/0001-07, com sede na Rua Hermenegildo Montenegro, SN, Centro, CEP: 59.695-000, Baraúna-RN, representado

neste ato pela Gestor(a) do Fundo Municipal de Saúde, Sra. **BEVANIA SILVA COSTA, brasileira, divorciada, inscrita no CPF: 067.XXX.XXX-8**1, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a Pessoa Jurídica: **CIRUFARMA COMERCIAL LTDA, CNPJ:** 40.787.152/0001-09; com sede na **RUA PRESIDENTE QUARESMA,1105 - CEP: 59031100 - UF: RN - Município: Natal**, neste ato representado pelo Sr. **VICENTE DE PAULO AVELINO SOBRINHO**, inscrito(a) no CPF sob nº 105.XXX.XXX-72, doravante denominada **CONTRATADA,** conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta o Processo Administrativo nº 13010001/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Pregão Eletrônico nº 004/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
O objeto do presente instrumento é **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA VISANDO A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DOS PACIENTES DA FARMÁCIA BÁSICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BARAÚNA/RN,** nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Objeto da contratação:

CONTRATADA (FORNECEDOR): CIRUFARMA COMERCIAL LTDA
CNPJ / CPF: 40.787.152/0001-09
ENDEREÇO COMERCIAL: RUA PRESIDENTE QUARESMA,1105 - CEP: 59031100 - UF: RN - Município: Natal
TELEFONE DE CONTATO: (84) 3213-6910

Código	Produto / Descrição	Modelo	Marca/Fabricante	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
0019	ANLODIPINO 5 MG COMPRIMIDO	GEOLAB	GEOLAB	UND	30.000	R$ 0,03	**R$ 900,00**
0035	BROMOPRIDA 4 MG/ML	AIRELA	AIRELA	FR	5.000	R$ 2,42	**R$ 12.100,00**
0057	CLORETO DE SÓDIO 0,9% (9 MG/ML) SOLUÇÃO NASAL	NATULAB	NATULAB	FR	500	R$ 1,00	**R$ 500,00**
TOTAL							**R$ 13.500,00**

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência;
O Edital da Licitação;
A Proposta do contratado;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E RENOVAÇÃO:
O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021, pois se enquadra como fornecimento contínuo, visto ser decorrente de necessidade permanente e/ou prolongada da Administração Pública Municipal.
A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de fornecimento do objeto tem natureza continuada;
Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do fornecimento;
Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.
O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS:
O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO:
Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR:
O valor total da contratação é de R$ **R$ 13.500,00** (treze mil e quinhentos reais)
No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO:
O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE:
Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:
São obrigações do Contratante:
Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
Cientificar o setor de representação judicial da Administração Pública para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:
O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
Manter preposto aceito pela Administração no local da entrega do material para representá-lo na execução do contrato.
A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os materiais nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao do fornecimento dos materiais, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local do fornecimento do material.
Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local do fornecimento do material.e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021; E,
Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:
As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO:
Não haverá exigência de garantia contratual da execução.
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:
Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
Der causa à inexecução parcial do contrato;
Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
Der causa à inexecução total do contrato;
Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Multa:
Moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato.
Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:
A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
A natureza e a gravidade da infração cometida;
As peculiaridades do caso concreto;
As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
Os danos que dela provierem para o Contratante;
A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)
O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)
As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL:
O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
Das indenizações e multas.
A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
O CONTRATANTE poderá ainda:
nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.
O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União e recursos do Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:
03.001 SECRETARIA MUN. DE SAÚDE
AÇÃO:
2022 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
2905 Manutenção do Fornecimento de Medicamentos Gratuitos pela Farmácia Básica
NATUREZA:
3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
FONTE:
15001002 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS – DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
16000000 TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROV. DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUT. DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS:
Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES:
Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante,salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.
CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO:
Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO:
Fica eleito o Foro da Comarca de Baraúna/RN, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Baraúna/RN, 17 de setembro de 2026.

Fundo Municipal Da Saúde De Baraúna/RN	Cirufarma Comercial LTD
BEVANIA SILVA COSTA DOS SANTOS	***VICENTE DE PAULO AVELINO SOBRINHO***
Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Baraúna/RN	Representante Legal
Contratante	Contratada

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:41897433

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA TERMO DE CONTRATO Nº 0133/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13010001/2026

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE** E PESSOA JURIDICA: **CIRÚRGICA MONTEBELLO LTDA**, CNPJ: **08.674.752/0001-40**; PARA FORNECIMENTO CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente contrato celebram de um lado o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 12.512.241/0001-07, com sede na Rua Hermenegildo Montenegro, SN, Centro, CEP: 59.695-000, Baraúna-RN, representado neste ato pela Gestor(a) do Fundo Municipal de Saúde, Sra. **BEVANIA SILVA COSTA, brasileira, divorciada, inscrita no CPF: 067.XXX.XXX-8**1, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a Pessoa Jurídica: **CIRÚRGICA MONTEBELLO LTDA, CNPJ:** 08.674.752/0001-40; com sede na **RUA PRESIDENTE QUARESMA,1105 - CEP: 59031100 - UF: RN - Município: Natal**, neste ato representado pelo Sr. **JORGE LUIZ A. P. DE OLIVEIRA**, inscrito(a) no CPF sob nº 666.XXX.XXX-87, doravante denominada **CONTRATADA,** conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta o Processo Administrativo nº 13010001/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Pregão Eletrônico nº 004/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
O objeto do presente instrumento é **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA VISANDO A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DOS PACIENTES DA FARMÁCIA BÁSICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BARAÚNA/RN,** nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Objeto da contratação:

EMPRESA**: CIRURGICA MONTEBELLO LTDA**						
CNPJ: **08.674.752/0001-40**						
ENDEREÇO: Rua RodoviaBr-101Sul, Km 80, S/N, Gp A, B, C, D, Jardim Jordão, Jaboatão Dos Guararapes/PE, Cep: 54.320-230						
REPRESENTANTE LEGAL: **JORGE LUIZ AZEVEDO PEREIRA DE OLIVEIRA**						
E-MAIL: licitacao@cirurgicamontebello.com.br TELEFONE: (81) 3035-9050						
COD.	**PRODUTO**	**MODELO**	**MARCA**	**QTD**	**VALOR UNT.**	**VALOR TOTAL**
0004	ACICLOVIR 400 MG COMPRIMIDO	GRUPO NC- EMS	GRUPO NC- EMS	10.000 UND	R$ 0,56	**R$ 5.600,00**
0010	ALENDRONATO DE SÓDIO 70 MG COMPRIMIDO	GRUPO NC- EMS	GRUPO NC- EMS	10.000 UND	R$ 0,24	**R$ 2.400,00**
0017	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTASSIO 500 MG + 125 MG COMPRIMIDO	GRUPO NC- EMS	GRUPO NC- EMS	10.000 UND	R$ 0,81	**R$ 8.100,00**
0018	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTASSICO 50 MG/ML + 12,5 MG/ML PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL	GRUPO NC- EMS	GRUPO NC- EMS	400 FR	R$ 10,86	**R$ 4.344,00**
0028	BENZOILMETRONIDAZOL 40 MG/ ML SUSPENSÃO ORAL	GRUPO NC- EMS	GRUPO NC- EMS	500 FR	R$ 5,20	**R$ 2.600,00**
0032	BROMEXINA XAROPE 4 MG/5ML	GRUPO NC- EMS	GRUPO NC- EMS	4.000 FR	R$ 5,71	**R$ 22.840,00**
0033	BROMEXINA XAROPE 8 MG/5ML	GRUPO NC -EMS	GRUPO NC -EMS	4.000 FR	R$ 5,79	**R$ 23.160,00**
0043	CARVEDILOL 6,25 MG COMPRIMIDO	GRUPO NC- EMS	GRUPO NC- EMS	20.000 UND	R$ 0,06	**R$ 1.200,00**
0054	CLARITROMICINA 500 MG COMPRIMIDO	GRUPO NC- EMS	GRUPO NC- EMS	8.000 UND	R$ 1,47	**R$ 11.760,00**
0069	CLORIDRATO DE ONDANSETRONA 8 MG COMPRIMIDO	GP NC-LEGRAND	GP NC-LEGRAND	5.000 UND	R$ 0,24	**R$ 1.200,00**
0070	CLORIDRATO DE VERAPAMIL 80 MG COMPRIMIDO	GRUPO NC- EMS	GRUPO NC- EMS	5.000 UND	R$ 0,23	**R$ 1.150,00**
0082	ESPIRONOLACTONA 25 MG COMPRIMIDO	GRUPO NC- EMS	GRUPO NC- EMS	40.000 UND	R$ 0,17	**R$ 6.800,00**
0083	ESOMEPRAZOL 40 MG COMPRIMIDO	GRUPO NC- EMS	GRUPO NC- EMS	10.000 UND	R$ 1,16	**R$ 11.600,00**
0089	GLICLAZIDA 30 MG COMPRIMIDO	GRUPO NC- EMS	GRUPO NC- EMS	10.000 UND	R$ 0,11	**R$ 1.100,00**
0098	GLICLAZIDA 60 MG COMPRIMIDO	GRUPO NC- EMS	GRUPO NC- EMS	10.000 FT	R$ 0,22	**R$ 2.200,00**
0104	IBUPROFENO 50MG/ML SUSPENSÃO/USO ORAL USO ADULTO E PEDIÁTRICO ACIMA DE 6 MESES	GRUPO NC-EMS	GRUPO NC-EMS	2.000	R$ 2,09	**R$ 4.180,00**
0130	METRONIDAZOL 400 MG COMPRIMIDO	GP NC-LEGRAND	GP NC-LEGRAND	30.000	R$ 0,31	**R$ 9.300,00**
0139	NIMESULIDA SUSPENSÃO ORAL GOTAS 50 MG/ ML	GRUPO NC- EMS	GRUPO NC- EMS	400	R$ 1,66	**R$ 664,00**
VALOR TOTAL						**R$ 120.198,00**

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência;

O Edital da Licitação;
A Proposta do contratado;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E RENOVAÇÃO:
O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021, pois se enquadra como fornecimento contínuo, visto ser decorrente de necessidade permanente e/ou prolongada da Administração Pública Municipal.
A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de fornecimento do objeto tem natureza continuada;
Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do fornecimento;
Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.
O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS:
O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO:
Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR:
O valor total da contratação é de **R$ 120.198,00** (cento e vinte mil e cento e noventa e oito reais)
No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO:
O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE:
Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:
São obrigações do Contratante:
Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
Cientificar o setor de representação judicial da Administração Pública para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
Manter preposto aceito pela Administração no local da entrega do material para representá-lo na execução do contrato.
A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os materiais nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao do fornecimento dos materiais, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local do fornecimento do material.
Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local do fornecimento do material.e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021; E,
Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:
As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO:
Não haverá exigência de garantia contratual da execução.
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:
Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
Der causa à inexecução parcial do contrato;
Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
Der causa à inexecução total do contrato;
Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Multa:
Moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 12.1, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 12.1, de 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
Para infração descrita na alínea "b" do subitem 12.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 12.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato.
Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 12.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:
A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
A natureza e a gravidade da infração cometida;
As peculiaridades do caso concreto;
As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
Os danos que dela provierem para o Contratante;
A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)
O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)
As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL:
O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
Das indenizações e multas.
A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
O CONTRATANTE poderá ainda:
nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.
O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União e recursos do Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:
03.001 SECRETARIA MUN. DE SAÚDE
AÇÃO:
2022 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
2905 Manutenção do Fornecimento de Medicamentos Gratuitos pela Farmácia Básica
NATUREZA:
3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
FONTE:
15001002 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS – DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
16000000 TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROV. DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUT. DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS:
Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES:
Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante,salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.
CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO:
Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO:
Fica eleito o Foro da Comarca de Baraúna/RN, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Baraúna/RN, 17 de setembro de 2026.

Fundo Municipal Da Saúde De Baraúna/RN	Cirúrgica Montebello LTDA
BEVANIA SILVA COSTA DOS SANTOS	***JORGE LUIZ A. P. DE OLIVEIRA***
Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Baraúna/RN	Representante Legal
Contratante	Contratada

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:4C909636

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA TERMO DE CONTRATO Nº 0134/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13010001/2026

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E PESSOA JURIDICA: CIRURGICA RC LTDA, CNPJ: 57.700.108/0001-04; PARA FORNECIMENTO CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente contrato celebram de um lado o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 12.512.241/0001-07, com sede na Rua Hermenegildo Montenegro, SN, Centro, CEP: 59.695-000, Baraúna-RN, representado neste ato pela Gestor(a) do Fundo Municipal de Saúde, Sra. **BEVANIA SILVA COSTA, brasileira, divorciada, inscrita no CPF: 067.XXX.XXX-8**1, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a Pessoa Jurídica **CIRURGICA RC LTDA, CNPJ 57.700.108/0001-04**; com sede na **R DONA MARIA DE SOUZA -CEP: 54400260 - UF: PE - Município: Jaboatão dos Guararapes**, neste ato representado pelo Sra. **REBECA DE SOUZA CARDOSO CAVALCANTI**, inscrito(a) no CPF sob nº **057.XXX.XXX-67**, doravante denominada **CONTRATADA,** conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta o Processo Administrativo nº 13010001/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Pregão Eletrônico nº 004/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
O objeto do presente instrumento é **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA VISANDO A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DOS PACIENTES DA FARMÁCIA BÁSICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BARAÚNA/RN,** nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Objeto da contratação:

CONTRATADA (FORNECEDOR): CIRURGICA RC LTDA
CNPJ / CPF: 57.700.108/0001-04
ENDEREÇO COMERCIAL: R DONA MARIA DE SOUZA -CEP: 54400260 - UF: PE - Município: Jaboatão dos Guararapes
TELEFONE DE CONTATO: (81) 99517-0791

Código	Produto / Descrição	Modelo	Marca/Fabricante	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
0049	CETOCONAZOLSHAMPOO 20 MG/G (2%)	Nativita	Nativita	FR	500	R$ 5,80	**R$ 2.900,00**
0134	METRONIZADOL + NISTATINA GELVAGINAL 100MG/G	Prati	Prati	BNG	5.000	R$ 9,90	**R$ 49.500,00**
0137	NIMESULIDA 100 MG COMPRIMIDO	Cimed	Cimed	UND	50.000	R$ 0,06	**R$ 3.000,00**
0138	NITRATO DE MICONAZOL CREMEM VAGINAL 20MG/G	Hipolabor	Hipolabor	BNG	5.000	R$ 3,95	**R$ 19.750,00**
0164	SUCCINATO DE METOPROLOL 100 MG COMPRIMIDO	Biosintetica	Biosintetica	UND	8.000	R$ 0,47	**R$ 3.760,00**
TOTAL							**R$ 78.910,00**

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência;
O Edital da Licitação;
A Proposta do contratado;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E RENOVAÇÃO:
O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021, pois se enquadra como fornecimento contínuo, visto ser decorrente de necessidade permanente e/ou prolongada da Administração Pública Municipal.
A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de fornecimento do objeto tem natureza continuada;
Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do fornecimento;
Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.
O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS:
O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO:
Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR:
O valor total da contratação é de **R$ 78.910,00** (setenta e oito mil e novecentos e dez reais)
No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO:
O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE:
Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:
São obrigações do Contratante:
Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
Cientificar o setor de representação judicial da Administração Pública para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:
O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
Manter preposto aceito pela Administração no local da entrega do material para representá-lo na execução do contrato.
A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os materiais nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao do fornecimento dos materiais, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local do fornecimento do material.
Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local do fornecimento do material.e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021; E,
Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:
As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO:
Não haverá exigência de garantia contratual da execução.
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:
Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
Der causa à inexecução parcial do contrato;
Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
Der causa à inexecução total do contrato;
Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Multa:
Moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato.
Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:
A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
A natureza e a gravidade da infração cometida;
As peculiaridades do caso concreto;
As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
Os danos que dela provierem para o Contratante;
A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)
O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)
As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL:
O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
Das indenizações e multas.
A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
O CONTRATANTE poderá ainda:
nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.
O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União e recursos do Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:
03.001 SECRETARIA MUN. DE SAÚDE
AÇÃO:
2022 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
2905 Manutenção do Fornecimento de Medicamentos Gratuitos pela Farmácia Básica
NATUREZA:
3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
FONTE:
15001002 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS – DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

16000000 TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROV. DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUT. DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS:
Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES:
Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante,salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.
CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO:
Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO:
Fica eleito o Foro da Comarca de Baraúna/RN, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Baraúna/RN, 17 de setembro de 2026.

Fundo Municipal Da Saúde De Baraúna/RN	Cirurgica RC LTDA
BEVANIA SILVA COSTA DOS SANTOS	***REBECA DE SOUZA CARDOSO CAVALCANTI***
Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Baraúna/RN	Representante Legal
Contratante	Contratada

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:B5BDFF60

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA TERMO DE CONTRATO Nº 0135/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13010001/2026

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E PESSOA JURIDICA: CLM FARMA COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ: 40.274.237/0001-85; PARA FORNECIMENTO CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente contrato celebram de um lado o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 12.512.241/0001-07, com sede na Rua Hermenegildo Montenegro, SN, Centro, CEP: 59.695-000, Baraúna-RN, representado neste ato pela Gestor(a) do Fundo Municipal de Saúde, Sra. **BEVANIA SILVA COSTA, brasileira, divorciada, inscrita no CPF: 067.XXX.XXX-8**1, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a Pessoa Jurídica **CLM FARMA COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ 40.274.237/0001-85**; com sede na **Rua Jacinto Godoy - CEP: 99700384 - UF: RS - Município: Erechim**, neste ato representado pelo Sra. Carla Eva Prichoa, inscrito(a) no CPF sob nº **997.XXX.XXX-49**, doravante denominada **CONTRATADA,** conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta o Processo Administrativo nº 13010001/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Pregão Eletrônico nº 004/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
O objeto do presente instrumento é **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA VISANDO A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DOS PACIENTES DA FARMÁCIA BÁSICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BARAÚNA/RN,** nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Objeto da contratação:

CONTRATADA (FORNECEDOR): CLM FARMA COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ / CPF: 40.274.237/0001-85
ENDEREÇO COMERCIAL: Rua Jacinto Godoy - CEP: 99700384 - UF: RS - Município: Erechim
TELEFONE DE CONTATO: (54) 99627-6865

Código	Produto / Descrição	Modelo	Marca/Fabricante	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
0001	ACETILCISTEINA 20 MG/ML XAROPE	natubras	natubras	FR	2.000	R$ 4,06	**R$ 8.120,00**
0006	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100 MG COMPRIMIDO	brasterapica	brasterapica	UND	40.000	R$ 0,04	**R$ 1.600,00**
0084	FLUCONAZOL 150 MG CÁPSULA	vitamedic	vitamedic	UND	20.000	R$ 0,42	**R$ 8.400,00**
TOTAL							**R$ 18.120,00**

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência;
O Edital da Licitação;
A Proposta do contratado;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E RENOVAÇÃO:
O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021, pois se enquadra como fornecimento contínuo, visto ser decorrente de necessidade permanente e/ou prolongada da Administração Pública Municipal.
A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de fornecimento do objeto tem natureza continuada;
Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do fornecimento;
Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.
O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS:
O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO:
Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR:
O valor total da contratação é de **R$ 18.120,00** (dezoito mil e cento e vinte reais)
No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO:
O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE:
Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:
São obrigações do Contratante:
Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
Cientificar o setor de representação judicial da Administração Pública para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:
O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
Manter preposto aceito pela Administração no local da entrega do material para representá-lo na execução do contrato.

A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os materiais nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao do fornecimento dos materiais, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local do fornecimento do material.
Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local do fornecimento do material.e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021; E,
Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:
As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO:
Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:
Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
Der causa à inexecução parcial do contrato;
Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
Der causa à inexecução total do contrato;
Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Multa:
Moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 12.1, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 12.1, de 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
Para infração descrita na alínea "b" do subitem 12.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 12.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato.
Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 12.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:
A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
A natureza e a gravidade da infração cometida;
As peculiaridades do caso concreto;
As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
Os danos que dela provierem para o Contratante;
A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)
O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)
As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL:
O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
Das indenizações e multas.
A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
O CONTRATANTE poderá ainda:
nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.
O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União e recursos do Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:
03.001 SECRETARIA MUN. DE SAÚDE
AÇÃO:
2022 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
2905 Manutenção do Fornecimento de Medicamentos Gratuitos pela Farmácia Básica
NATUREZA:
3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
FONTE:
15001002 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS – DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
16000000 TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROV. DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUT. DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS:
Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES:
Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante,salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.
CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO:
Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO:
Fica eleito o Foro da Comarca de Baraúna/RN, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Baraúna/RN, 17 de setembro de 2026.

Fundo Municipal Da Saúde De Baraúna/RN	Cirurgica RC LTDA
BEVANIA SILVA COSTA DOS SANTOS	***CARLA EVA PRICHOA***
Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Baraúna/RN	Representante Legal
Contratante	Contratada

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:18224BA5

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA TERMO DE CONTRATO Nº 0136/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13010001/2026

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E PESSOA JURIDICA: CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ: 12.418.191/0001-95; PARA FORNECIMENTO CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente contrato celebram de um lado o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 12.512.241/0001-07, com sede na Rua Hermenegildo Montenegro, SN, Centro, CEP: 59.695-000, Baraúna-RN, representado neste ato pela Gestor(a) do Fundo Municipal de Saúde, Sra. **BEVANIA SILVA COSTA, brasileira, divorciada, inscrita no CPF: 067.XXX.XXX-8**1, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a Pessoa Jurídica **CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ 12.418.191/0001-95**; com sede na **ROD BR 101 - CEP: 88349175 - UF: SC - Município: Camboriú**, neste ato representado pelo **Sr. ADRIANO RODRIGUES DA SILVA**, inscrito(a) no CPF sob nº **143.XXX.XXX-33**, doravante denominada **CONTRATADA,** conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta o Processo Administrativo nº 13010001/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Pregão Eletrônico nº 004/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
O objeto do presente instrumento é **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA VISANDO A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DOS PACIENTES DA FARMÁCIA BÁSICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BARAÚNA/RN,** nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Objeto da contratação:

EMPRESA**: CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**						
CNPJ: **12.418.191/0001-95**						
ENDEREÇO: **ROD BR 101 - CEP: 88349175 - UF: SC - Município: Camboriú**						
REPRESENTANTE LEGAL: **ADRIANO RODRIGUES DA SILVA**						
E-MAIL: TELEFONE: **(47) 3366-7867**						
COD.	**PRODUTO**	**MODELO**	**MARCA**	**QTD**	**VALOR UNT.**	**VALOR TOTAL**
0037	ESCOPALAMINA 6,67 MG/ML + DIPIRONA 333,4 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS	GENÉRICO	HIPOLABOR	4.000 FR	R$ 5,34	**R$ 21.360,00**
0149	PARACETAMOL SOLUÇÃO ORAL 200 MG/ML	PARACETAMOL	FARMACE	5.000 FR	R$ 1,05	**R$ 5.250,00**
0151	PERMETRINA LOÇÃO CREMOSA 50 MG/G (5%) PERMENATI (SEM PENTE FINO)	PERMENATI	NATIVITA	600 FR	R$ 3,08	**R$ 1.848,00**
0159	SECNIDAZOL 1.000 MG COMPRIMIDO SECNIMAX	SECNIMAX	GLOBO PHARMA	15.000 UND	R$ 0,85	**R$ 12.750,00**
VALOR TOTAL						**R$ 41.208,00**

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência;
O Edital da Licitação;
A Proposta do contratado;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E RENOVAÇÃO:
O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021, pois se enquadra como fornecimento contínuo, visto ser decorrente de necessidade permanente e/ou prolongada da Administração Pública Municipal.
A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de fornecimento do objeto tem natureza continuada;
Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do fornecimento;
Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.
O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS:
O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO:
Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR:
O valor total da contratação é de **R$ 41.208,00** (quarenta e um mil e duzentos e oito reais)
No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO:
O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE:
Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:
São obrigações do Contratante:
Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
Cientificar o setor de representação judicial da Administração Pública para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:
O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
Manter preposto aceito pela Administração no local da entrega do material para representá-lo na execução do contrato.
A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os materiais nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao do fornecimento dos materiais, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local do fornecimento do material.
Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local do fornecimento do material.e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021; E,
Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:
As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO:
Não haverá exigência de garantia contratual da execução.
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:
Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
Der causa à inexecução parcial do contrato;
Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
Der causa à inexecução total do contrato;
Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Multa:
Moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato.
Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:
A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
A natureza e a gravidade da infração cometida;
As peculiaridades do caso concreto;
As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
Os danos que dela provierem para o Contratante;
A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)
O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)
As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL:
O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
Das indenizações e multas.
A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
O CONTRATANTE poderá ainda:
nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.
O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União e recursos do Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:
03.001 SECRETARIA MUN. DE SAÚDE
AÇÃO:
2022 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
2905 Manutenção do Fornecimento de Medicamentos Gratuitos pela Farmácia Básica
NATUREZA:
3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
FONTE:
15001002 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS – DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

16000000 TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROV. DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUT. DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS:
Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES:
Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante,salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.
CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO:
Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO:
Fica eleito o Foro da Comarca de Baraúna/RN, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Baraúna/RN, 17 de setembro de 2026.

Fundo Municipal Da Saúde De Baraúna/RN	Conquista Distribuidora De Medicamentos E Produtos Hospitalares LTDA
BEVANIA SILVA COSTA DOS SANTOS	***ADRIANO RODRIGUES DA SILVA***
Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Baraúna/RN	Representante Legal
Contratante	Contratada

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:48D416A6

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA TERMO DE CONTRATO Nº 0137/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13010001/2026

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE** E PESSOA JURIDICA: **DIMEVA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**, CNPJ: **76.386.283/0001-13**; PARA FORNECIMENTO CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente contrato celebram de um lado o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 12.512.241/0001-07, com sede na Rua Hermenegildo Montenegro, SN, Centro, CEP: 59.695-000, Baraúna-RN, representado neste ato pela Gestor(a) do Fundo Municipal de Saúde, Sra. **BEVANIA SILVA COSTA, brasileira, divorciada, inscrita no CPF: 067.XXX.XXX-8**1, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a Pessoa Jurídica **DIMEVA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ 76.386.283/0001-13**; com sede na **RUA JOSÉ FRARON - CEP: 85503320 - UF: PR - Município: Pato Branco**, neste ato representado pelo **Sr. Luiz Augusto Varnier**, inscrito(a) no CPF sob nº **396.XXX.XXX-04**, doravante denominada **CONTRATADA,** conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta o Processo Administrativo nº 13010001/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Pregão Eletrônico nº 004/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
O objeto do presente instrumento é **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA VISANDO A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DOS PACIENTES DA FARMÁCIA BÁSICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BARAÚNA/RN,** nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Objeto da contratação:

EMPRESA**: DIMEVA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**						
CNPJ: **76.386.283/0001-13**						
ENDEREÇO: **RUA JOSÉ FRARON - CEP: 85503320 - UF: PR - MUNICÍPIO: PATO BRANCO**						
REPRESENTANTE LEGAL: **Sr. Luiz Augusto Varnier**						
E-MAIL: TELEFONE: **(46) 3224 - 3767**						
COD.	**PRODUTO**	**MODELO**	**MARCA**	**QTD**	**VALOR UNT.**	**VALOR TOTAL**
0008	ALBENDAZOL 40 MG/ML SUSPENSÃO ORAL ALBEL/ MS 1542300440063	ALBEL	GEOLAB	4.000 FR	R$ 1,19	**R$ 4.760,00**
0056	CIPROFIBRATO 100 MG COMPRIMIDO GEN C/30/ MS 1097402570020	GEN C/30	BIOLAB	30.000 UND	R$ 0,28	**R$ 8.400,00**
0059	CLORIDRATO DE CLINDAMICINA 300 MG COMPRIMIDO GEN C/16/ MS 1049713320018	GEN C/16	UNIÃO QUÍMICA	8.000 UND	R$ 0,89	**R$ 7.120,00**
0110	LEVOFLOXACINO 500 MG COMPRIMIDO GEN C/10/ MS 1004311760021	GEN C/10	EUROFARMA	5.000 UND	R$ 0,60	**R$ 3.000,00**
0140	NORFLOXACINO 400 MG COMPRIMIDO GEN C/420/ MS 11717007300 29	GEN C/420	PHARMASCIENCE	5.000 UND	R$ 0,37	**R$ 1.850,00**
0142	ÓLEO MINERAL USO ORAL OU TÓPICO 100%	ÓLEO MINERAL	IMEC	1.000 FR	R$ 3,03	**R$ 3.030,00**

0150	PASTA D`ÁGUA PASTA AGUA 100GR/ NOT SIMPLIFICADA	PASTA AGUA	UNIPHAR	1.000 FR	R$ 4,90	**R$ 4.900,00**
0152	PERMETRINA LOÇÃO 10 MG/G (1%) PIOLIXINA 1% 60ML/ MS 1353100020084	PIOLIXINA 1%	IFAL	600 FR	R$ 2,44	**R$ 1.464,00**
0163	SUCCINATO DE METOPROLOL 50 MG COMPRIMIDO GEN C/30/ MS 1438102800136	GEN C/30	CIMED	8.000 UND	R$ 0,39	**R$ 3.120,00**
0170	SULFATO FERROSO 40 MG COMPRIMIDO ANEMIFER C/600/ NOT SIMPLIFICADA	ANEMIFER	PHARMASCIENCE	60.000 UND	R$ 0,04	**R$ 2.400,00**
0174	VI-FERRIN COMPRIMIDO QUELATO DE FERRO 300MG ÁCIDO FÓLICO 5 MG CIANOCOBALAMINA 15MG	VI-FERRIN	ELOFAR	8.000 UND	R$ 0,97	**R$ 7.760,00**
VALOR TOTAL						**R$ 47.804,00**

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência;
O Edital da Licitação;
A Proposta do contratado;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E RENOVAÇÃO:
O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021, pois se enquadra como fornecimento contínuo, visto ser decorrente de necessidade permanente e/ou prolongada da Administração Pública Municipal.
A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de fornecimento do objeto tem natureza continuada;
Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do fornecimento;
Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.
O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS:
O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO:
Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR:
O valor total da contratação é de **R$ 47.804,00** (quarenta e sete mil e oitocentos e quatro reais)
No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO:
O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE:
Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:
São obrigações do Contratante:
Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

Cientificar o setor de representação judicial da Administração Pública para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:
O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
Manter preposto aceito pela Administração no local da entrega do material para representá-lo na execução do contrato.
A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os materiais nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao do fornecimento dos materiais, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local do fornecimento do material.
Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local do fornecimento do material.e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021; E,
Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:
As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO:
Não haverá exigência de garantia contratual da execução.
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:
Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
Der causa à inexecução parcial do contrato;
Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
Der causa à inexecução total do contrato;
Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Multa:
Moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato.
Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:
A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
A natureza e a gravidade da infração cometida;
As peculiaridades do caso concreto;
As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
Os danos que dela provierem para o Contratante;
A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)
O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL:
O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
Das indenizações e multas.
A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
O CONTRATANTE poderá ainda:
nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.
O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União e recursos do Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:
03.001 SECRETARIA MUN. DE SAÚDE
AÇÃO:
2022 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
2905 Manutenção do Fornecimento de Medicamentos Gratuitos pela Farmácia Básica
NATUREZA:
3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
FONTE:
15001002 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS – DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
16000000 TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROV. DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUT. DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS:
Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES:
Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante,salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.
CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO:
Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO:
Fica eleito o Foro da Comarca de Baraúna/RN, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Baraúna/RN, 17 de setembro de 2026.

Fundo Municipal Da Saúde De Baraúna/RN	Dimeva Distribuidora De Medicamentos LTDA
BEVANIA SILVA COSTA DOS SANTOS	***LUIZ AUGUSTO VARNIER***
Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Baraúna/RN	Representante Legal
Contratante	Contratada

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:804CE326

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA TERMO DE CONTRATO Nº 0138/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13010001/2026

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E PESSOA JURIDICA: DISTRIMIX DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ: 01.417.694/0001-20; PARA FORNECIMENTO CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente contrato celebram de um lado o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 12.512.241/0001-07, com sede na Rua Hermenegildo Montenegro, SN, Centro, CEP: 59.695-000, Baraúna-RN, representado neste ato pela Gestor(a) do Fundo Municipal de Saúde, Sra. **BEVANIA SILVA COSTA, brasileira, divorciada, inscrita no CPF: 067.XXX.XXX-8**1, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a Pessoa Jurídica **DISTRIMIX DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ** : **01.417.694/0001-20**; com sede na **AV. PRESIDENTE TANCREDO NEVES, 2103 - CEP: 35300571 - UF: MG - Município: Caratinga**, neste ato representado pelo **Sr. FLAVIANO FERREIRA PENNA FILHO**, inscrito(a) no CPF sob nº **038.XXX.XXX-33**, doravante denominada **CONTRATADA,** conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta o Processo Administrativo nº 13010001/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Pregão Eletrônico nº 004/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
O objeto do presente instrumento é **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA VISANDO A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DOS PACIENTES DA FARMÁCIA BÁSICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BARAÚNA/RN,** nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Objeto da contratação:

EMPRESA**: DISTRIMIX DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**						
CNPJ: **01.417.694/0001-20**						
ENDEREÇO: **AV. PRESIDENTE TANCREDO NEVES, 2103 - CEP: 35300571 - UF: MG - MUNICÍPIO: CARATINGA**						
REPRESENTANTE LEGAL: **FLAVIANO FERREIRA PENNA FILHO**						
E-MAIL: TELEFONE: **(33) 4042 - 1550**						
COD.	**PRODUTO**	**MODELO**	**MARCA**	**QTD**	**VALOR UNT.**	**VALOR TOTAL**
0005	ACICLOVIR 500MG/G CREME 10G ACICLOVIR 500MG/G CREME 10G	ACICLOVIR	PRATI	1.000 BNG	R$ 2,41	**R$ 2.410,00**
0009	ALBENDAZOL 400 MG COMPRIMIDO ALBENDAZOL 400 MG COMPRIMIDO	ALBENDAZOL	PRATI	10.000 UND	R$ 0,46	**R$ 4.600,00**
0012	ALOPURINOL 300 MG COMPRIMIDO ALOPURINOL 300 MG COMPRIMIDO	ALOPURINOL	PRATI	4.000 UND	R$ 0,24	**R$ 960,00**
0036	BROMOPRIDA 10 MG COMPRIMIDO BROMOPRIDA 10 MG COMPRIMIDO	BROMOPRIDA	PRATI	10.000 UND	R$ 0,13	**R$ 1.300,00**
0047	CETOCONAZOL 200 MG COMPRIMIDO CETOCONAZOL 200 MG COMPRIMIDO	CETOCONAZOL	PRATI	15.000 UND	R$ 0,24	**R$ 3.600,00**
0077	DEXAMETASONA 1MG/G CREME DEXAMETASONA 1MG/G CREME	DEXAMETASONA	PRATI	2.000 BNG	R$ 1,64	**R$ 3.280,00**
0103	IBUPROFENO 600 MG COMPRIMIDO IBUPROFENO 600 MG COMPRIMIDO	IBUPROFENO	PRATI	50.000 UND	R$ 0,13	**R$ 6.500,00**
0169	SULFATO DE SALBUTAMOL 0,4 MG/ ML XAROPE SULFATO DE SALBUTAMOL 0,4 MG/ ML XAROPE	SULFATO DE SALBUTAMOL	PRAT	300 FR	R$ 1,81	**R$ 543,00**
VALOR TOTAL						**R$ 23.193,00**

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência;
O Edital da Licitação;
A Proposta do contratado;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E RENOVAÇÃO:
O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021, pois se enquadra como fornecimento contínuo, visto ser decorrente de necessidade permanente e/ou prolongada da Administração Pública Municipal.
A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de fornecimento do objeto tem natureza continuada;
Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do fornecimento;
Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.
O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS:
O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO:
Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR:
O valor total da contratação é de **R$ 23.193,00** (vinte e três mil e cento e noventa e três reais)
No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO:
O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE:
Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:
São obrigações do Contratante:
Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
Cientificar o setor de representação judicial da Administração Pública para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:
O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
Manter preposto aceito pela Administração no local da entrega do material para representá-lo na execução do contrato.
A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os materiais nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao do fornecimento dos materiais, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local do fornecimento do material.
Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local do fornecimento do material.e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021; E,
Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:
As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO:
Não haverá exigência de garantia contratual da execução.
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:
Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
Der causa à inexecução parcial do contrato;
Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
Der causa à inexecução total do contrato;
Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Multa:
Moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 12.1, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 12.1, de 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
Para infração descrita na alínea "b" do subitem 12.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 12.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato.
Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 12.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:
A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
A natureza e a gravidade da infração cometida;
As peculiaridades do caso concreto;
As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
Os danos que dela provierem para o Contratante;
A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)
O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)
As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL:
O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
Das indenizações e multas.
A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

O CONTRATANTE poderá ainda:
nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.
O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União e recursos do Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:
03.001 SECRETARIA MUN. DE SAÚDE
AÇÃO:
2022 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
2905 Manutenção do Fornecimento de Medicamentos Gratuitos pela Farmácia Básica
NATUREZA:
3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
FONTE:
15001002 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS – DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
16000000 TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROV. DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUT. DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS:
Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES:
Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante,salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.
CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO:
Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO:
Fica eleito o Foro da Comarca de Baraúna/RN, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Baraúna/RN, 17 de setembro de 2026.

Fundo Municipal Da Saúde De Baraúna/RN	Distrimix Distribuidora De Medicamentos LTDA
BEVANIA SILVA COSTA DOS SANTOS	***FLAVIANO FERREIRA PENNA FILHO***
Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Baraúna/RN	Representante Legal
Contratante	Contratada

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:66D01626

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA TERMO DE CONTRATO Nº 0139/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13010001/2026

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E PESSOA JURIDICA: DROGAFONTE LTDA, CNPJ: 08.778.201/0001-26; PARA FORNECIMENTO CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente contrato celebram de um lado o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 12.512.241/0001-07, com sede na Rua Hermenegildo Montenegro, SN, Centro, CEP: 59.695-000, Baraúna-RN, representado neste ato pela Gestor(a) do Fundo Municipal de Saúde, Sra. **BEVANIA SILVA COSTA, brasileira, divorciada, inscrita no CPF: 067.XXX.XXX-8**1, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a Pessoa Jurídica: **DROGAFONTE LTDA, CNPJ:** 08.778.201/0001-26; com sede Rua: Rodovia Br-101, Norte S/Nº - KM 56.6 - Jardim Paulista, Paulista - PE - CEP: 53409-260, neste ato representado pela Sra. **ADRYANO LUCCAS MEDEIROS DE ASSIS**, inscrito(a) no CPF sob nº 072.XXX.XXX-35, doravante denominada **CONTRATADA,** conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta o Processo Administrativo nº 13010001/2026 e em

observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Pregão Eletrônico nº 004/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
O objeto do presente instrumento é **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA VISANDO A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DOS PACIENTES DA FARMÁCIA BÁSICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BARAÚNA/RN,** nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Objeto da contratação:

EMPRESA**: Drogafonte Ltda**						
CNPJ: **08.778.201/0001-26**						
ENDEREÇO: **Rod BR 101-Norte, KM 56,6 -CEP: 53409260 - UF: PE - Município: Paulista**						
REPRESENTANTE LEGAL: **ADRYANO LUCCAS MEDEIROS DE ASSIS**						
E-MAIL: TELEFONE: **(81) 2102-1821**						
COD.	**PRODUTO**	**MODELO**	**MARCA**	**QTD**	**VALOR UNT.**	**VALOR TOTAL**
0002	ÁCIDO FOLICO 5 MG COMPRIMIDO CPR	CPR	HIPOLABOR-MG (MG)	40.000 UND	R$ 0,04	**R$ 1.600,00**
0011	ALOPURINOL 100 MG COMPRIMIDO CPR	CPR	PRATI DONADUZZI-PR (PR)	4.000 UND	R$ 0,13	**R$ 520,00**
0014	AMBROXOL 15 MG/5ML XAROPE INFANTIL FR	FR	FARMACE-CE (CE)	4.000 FR	R$ 2,23	**R$ 8.920,00**
0020	ANLODIPINO 10 MG COMPRIMIDO CPR	CPR	BRAINFARMA (GO)	30.000 UND	R$ 0,05	**R$ 1.500,00**
0023	ATORVASTATINA CALCICA 20 MG COMPRIMIDO CPR	CPR	CIMED (MG)	20.000 UND	R$ 0,14	**R$ 2.800,00**
0024	ATORVASTATINA CALCICA 40 MG COMPRIMIDO CPR	CPR	CIMED (MG)	10.000 UND	R$ 0,34	**R$ 3.400,00**
0041	CARVEDIOL 25 MG COMPRIMIDO CPR	CPR	CIMED (MG)	20.000 UND	R$ 0,12	**R$ 2.400,00**
0048	CETOCONAZOL 20MG/G CREME BIS	BIS	HIPOLABOR-MG (MG)	5.000 BNG	R$ 2,57	**R$ 12.850,00**
0053	CIPROFLOXACINO 500 MG COMPRIMIDO CPR	CPR	PRATI DONADUZZI-PR (PR)	40.000 UND	R$ 0,17	**R$ 6.800,00**
0064	CLORIDRATO DE METFORMINA 850 MG COMPRIMIDO CPR	CPR	GEOLAB-GO (GO)	40.000 UND	R$ 0,11	**R$ 4.400,00**
0072	COMPLEXO B COMPRIMIDO CPR	CPR	AIRELA (SC)	80.000 UND	R$ 0,04	**R$ 3.200,00**
0078	DICLOFENACO SODICO 50 MG COMPRIMIDO CPR	CPR	GEOLAB-GO (GO)	40.000 UND	R$ 0,05	**R$ 2.000,00**
0080	DIPIRONA 500 MG/ML GOTAS FR	FR	FARMACE-CE (CE)	5.000 FR	R$ 1,12	**R$ 5.600,00**
0085	FOSFATO SÓDICO DE PREDNISOLONA 3 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FR	FR	HIPOLABOR-MG (MG)	6.000 UND	R$ 4,49	**R$ 26.940,00**
0087	FUROSEMIDA 40 MG COMPRIMIDO CPR	CPR	HIPOLABOR-MG (MG)	30.000 UND	R$ 0,05	**R$ 1.500,00**
0099	GUACO (MIKANIA GLOMERATA SPRENG.) 0,5 ML/ 5 ML SOLUÇÃO ORAL FR	FR	NATULAB (BA)	1.000 FR	R$ 2,12	**R$ 2.120,00**
0101	HIDROXIDO DE ALUMINIO SUSPENSÃO ORAL 61,5 MG/ML FR	FR	NATULAB (BA)	2.000 FR	R$ 2,57	**R$ 5.140,00**
0105	IBUPROFENO 100 MG/ML	FR	GEOLAB-GO (GO)	5.000 FR	R$ 2,22	**R$ 11.100,00**
0108	JANUVIA 100 MG (SITAGLIPTINA) COMPRIIDO CPR	CPR	BRAINFARMA (GO)	4.000 UND	R$ 2,27	**R$ 9.080,00**
0111	LEVOTIROXINA 25 MG COMPRIMIDO CPR	CPR	MERCK (RJ)	10.000 UND	R$ 0,24	**R$ 2.400,00**
0112	LEVOTIROXINA 50 MG COMPRIMIDO CPR	CPR	MERCK (RJ)	10.000 UND	R$ 0,28	**R$ 2.800,00**
0114	LEVOTIROXINA 100 MG COMPRIMIDO CPR	CPR	MERCK (RJ)	10.000 UND	R$ 0,24	**R$ 2.400,00**
0115	LORATADINA 10 MG COMPRIMIDO CPR	CPR	CIMED (MG)	20.000 UND	R$ 0,07	**R$ 1.400,00**
0116	LORATADINA XAROPE 1 MG/ML FR	FR	AIRELA (SC)	4.000 FR	R$ 3,14	**R$ 12.560,00**
0121	MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA 2 MG COMPRIMIDO CPR	CPR	GEOLAB-GO (GO)	10.000 UND	R$ 0,05	**R$ 500,00**
0122	MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA 0,4 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FR	FR	CIMED (MG)	5.000 FR	R$ 1,69	**R$ 8.450,00**
0123	MALEATO DE ENALAPRIL 5 MG COMPRIMIDO CPR	CPR	1FARMA/CIMED (MG)	8.000 UND	R$ 0,05	**R$ 400,00**
0129	METRONIDAZOL 250 MG COMPRIMIDO CPR	CPR	PRATI DONADUZZI-PR (PR)	30.000 UND	R$ 0,18	**R$ 5.400,00**
0136	NIFEDIPINO 10 MG COMPRIMIDO CPR	CPR	BRAINFARMA/NE O QUIMICA (GO)	5.000 UND	R$ 0,08	**R$ 400,00**
0147	PARACETAMOL 500 MG COMPRIMIDO CPR	CPR	HIPOLABOR-MG (MG)	40.000 UND	R$ 0,06	**R$ 2.400,00**
0153	PREDNISOLONA 3MG/ML SOLUÇÃO ORAL FR	FR	HIPOLABOR-MG (MG)	3.000 FR	R$ 4,50	**R$ 13.500,00**
0154	PREDNISONA 20 MG COMPRIMIDO CPR	CPR	BRAINFARMA (GO)	50.000 UND	R$ 0,14	**R$ 7.000,00**
0155	PREDNISONA 5 MG COMPRIMIDO CPR	CPR	BRAINFARMA (GO)	40.000 UND	R$ 0,06	**R$ 2.400,00**
0158	PROMETAZINA 25 MG COMPRIMIDO CPR	CPR	CRISTALIA-SP (SP)	50.000 UND	R$ 0,12	**R$ 6.000,00**
0160	SIMETICONA 75 MG/ ML SOLUÇÃO ORAL FR	FR	HIPOLABOR-MG (MG)	3.000 FR	R$ 1,29	**R$ 3.870,00**
0167	SULFADIAZINA DE PRATA 10MG/G (1%) CREME BIS	BIS	PRATI DONADUZZI-PR (PR)	1.000 BNG	R$ 4,27	**R$ 4.270,00**
0168	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL PÓ PARA SOLUÇÃO ORAL ENV	ENV	NATULAB (BA)	2.000 SCH	R$ 0,70	**R$ 1.400,00**
VALOR TOTAL						**R$ 189.420,00**

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência;
O Edital da Licitação;
A Proposta do contratado;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E RENOVAÇÃO:
O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021, pois se enquadra como fornecimento contínuo, visto ser decorrente de necessidade permanente e/ou prolongada da Administração Pública Municipal.
A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de fornecimento do objeto tem natureza continuada;
Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do fornecimento;
Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.
O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS:
O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO:
Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR:
O valor total da contratação é de **R$ 189.420,00** (cento e oitenta e nove mil e quatrocentos e vinte reais)
No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO:
O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE:
Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:
São obrigações do Contratante:
Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
Cientificar o setor de representação judicial da Administração Pública para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:
O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
Manter preposto aceito pela Administração no local da entrega do material para representá-lo na execução do contrato.
A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os materiais nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o

acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao do fornecimento dos materiais, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local do fornecimento do material.
Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local do fornecimento do material.e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021; E,
Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:
As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO:
Não haverá exigência de garantia contratual da execução.
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:
Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
Der causa à inexecução parcial do contrato;
Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
Der causa à inexecução total do contrato;
Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Multa:
Moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 12.1, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 12.1, de 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
Para infração descrita na alínea "b" do subitem 12.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 12.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato.
Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 12.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:
A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
A natureza e a gravidade da infração cometida;
As peculiaridades do caso concreto;
As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
Os danos que dela provierem para o Contratante;
A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)
O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)
As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL:
O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
Das indenizações e multas.

A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
O CONTRATANTE poderá ainda:
nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.
O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União e recursos do Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:
03.001 SECRETARIA MUN. DE SAÚDE
AÇÃO:
2022 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
2905 Manutenção do Fornecimento de Medicamentos Gratuitos pela Farmácia Básica
NATUREZA:
3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
FONTE:
15001002 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS – DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
16000000 TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROV. DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUT. DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS:
Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES:
Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante,salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.
CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO:
Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO:
Fica eleito o Foro da Comarca de Baraúna/RN, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Baraúna/RN, 17 de setembro de 2026.

Fundo Municipal Da Saúde De Baraúna/RN	Drogafonte LTDA
BEVANIA SILVA COSTA DOS SANTOS	***ADRYANO LUCCAS MEDEIROS DE ASSIS***
Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Baraúna/RN	Representante Legal
Contratante	Contratada

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:5592D132

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA TERMO DE CONTRATO Nº 0140/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13010001/2026

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E PESSOA JURIDICA: F. WILTON CAVALCANTE MONTEIRO EIRELI, CNPJ: 07.055.280/0001-84; PARA FORNECIMENTO CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente contrato celebram de um lado o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 12.512.241/0001-07, com sede na Rua Hermenegildo Montenegro, SN, Centro, CEP: 59.695-000, Baraúna-RN, representado neste ato pela Gestor(a) do Fundo Municipal de Saúde, Sra. **BEVANIA SILVA COSTA, brasileira, divorciada, inscrita no CPF: 067.XXX.XXX-8**1, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a Pessoa Jurídica: **F. WILTON CAVALCANTE MONTEIRO EIRELI, CNPJ:** 07.055.280/0001-84; com sede na **RUA EDMAR FRANCISCO PEREIRA Nº 508 BAIRRO: AEROPORTO - CEP:**

59607240 - UF: RN - Município: Mossoró, neste ato representado pela Sra. **FRANCISCO WILTON CAVALCANTE MONTEIRO**, inscrito(a) no CPF sob nº 913.XXX.XXX-00, doravante denominada **CONTRATADA,** conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta o Processo Administrativo nº 13010001/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Pregão Eletrônico nº 004/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
O objeto do presente instrumento é **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA VISANDO A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DOS PACIENTES DA FARMÁCIA BÁSICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BARAÚNA/RN,** nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Objeto da contratação:

CONTRATADA (FORNECEDOR): F. WILTON CAVALCANTE MONTEIRO EIRELI
CNPJ / CPF: 07.055.280/0001-84
TIPO DA EMPRESA: Ltda/Eireli - LC123: Não
ENDEREÇO COMERCIAL: RUA EDMAR FRANCISCO PEREIRA Nº 508 BAIRRO: AEROPORTO - CEP: 59607240 - UF: RN - Município: Mossoró
TELEFONE DE CONTATO: (84) 3321-5054

Código	Produto / Descrição	Modelo	Marca/Fabricante	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
0013	AMBROXOL 30 MG/5ML XAROPE ADULTO	FARMACE	FARMACE	FR	4.000	R$ 2,62	**R$ 10.480,00**
0015	AMOXICILINA 500 MG COMPRIMIDO	TEUTO	TEUTO	UND	80.000	R$ 0,22	**R$ 17.600,00**
0029	BENSILATO DE CLOPIDOGREL 75 MG COMPRIMIDO	ACCORD	ACCORD	UND	20.000	R$ 0,32	**R$ 6.400,00**
0030	BETAMETASONA + MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA (KOID D)	CIMED	CIMED	FR	5.000	R$ 3,79	**R$ 18.950,00**
0042	CARVEDILOL 12,5 MG COMPRIMIDO	BIOSINTÉTICA	BIOSINTÉTICA	UND	20.000	R$ 0,08	**R$ 1.600,00**
0044	CARVEDILOL 3,125 MG COMPRIMIDO	BIOSINTÉTICA	BIOSINTÉTICA	UND	20.000	R$ 0,08	**R$ 1.600,00**
0045	CEFALEXINA 500 MG COMPRIMIDO	TEUTO	TEUTO	UND	50.000	R$ 0,51	**R$ 25.500,00**
0046	CEFALEXINA 250MG/5ML PÓ PARA SUSPENSÃO	TEUTO	TEUTO	FR	5.000	R$ 6,02	**R$ 30.100,00**
0050	CETOPROFENO 150 MG COMPRIMIDO	EUROFARMA	EUROFARMA	UND	40.000	R$ 0,70	**R$ 28.000,00**
0063	CLORIDRATO DE METFORMINA 500 MG COMPRIMIDO	PRATI	PRATI	UND	40.000	R$ 0,13	**R$ 5.200,00**
0074	DEXAMETASONA XAROPE 0,5 MG/ 5 ML	FARMACE	FARMACE	FR	5.000	R$ 2,18	**R$ 10.900,00**
0075	DEXAMETASONA 4 MG COMPRIMIDO	TEUTO	TEUTO	UND	30.000	R$ 0,16	**R$ 4.800,00**
0079	DIPIRONA 500 MG COMPRIMIDO	GREENPHARMA	GREENPHARMA	UND	100.000	R$ 0,14	**R$ 14.000,00**
0100	HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG COMPRIMIDO	MEDQUIMICA	MEDQUIMICA	UND	40.000	R$ 0,03	**R$ 1.200,00**
0102	IBUPROFENO 300 MG COMPRIMIDO	VITAMEDIC	VITAMEDIC	UND	50.000	R$ 0,10	**R$ 5.000,00**
0125	MALEATO DE ENALAPRIL 20 MG COMPRIMIDO	CIMED	CIMED	UND	40.000	R$ 0,06	**R$ 2.400,00**
0135	METRONIZADOL 100MG/G GEL USO VAGINAL	TEUTO	TEUTO	BNG	5.000	R$ 6,00	**R$ 30.000,00**
0145	NEOMICINA POMADA 3,5MG/G	PRATI	PRATI	BNG	1.000	R$ 3,70	**R$ 3.700,00**
0148	PARACETAMOL 750 MG COMPRIMIDO	BELFAR	BELFAR	UND	40.000	R$ 0,10	**R$ 4.000,00**
0171	SULFATO FERROSO 125 MG/ ML USO ORAL	NATULAB	NATULAB	FR	1.000	R$ 0,99	**R$ 990,00**
0173	VITAMINA C 200 MG/ ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS	AIRELA	AIRELA	FR	5.000	R$ 1,39	**R$ 6.950,00**
0175	TORAGESIC 100 MG COMPRIMIDO	EUROFARMA	EUROFARMA	UND	10.000	R$ 0,74	**R$ 7.400,00**
0177	XARELTO 10 MG COMPRIMIDO	EUROFARMA	EUROFARMA	UND	8.000	R$ 0,29	**R$ 2.320,00**
TOTAL							**R$ 239.090,00**

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência;
O Edital da Licitação;
A Proposta do contratado;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E RENOVAÇÃO:
O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021, pois se enquadra como fornecimento contínuo, visto ser decorrente de necessidade permanente e/ou prolongada da Administração Pública Municipal.
A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de fornecimento do objeto tem natureza continuada;
Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do fornecimento;
Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.
O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS:
O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO:
Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR:
O valor total da contratação é de **R$ 239.090,00** (duzentos e trinta e nove mil e noventa reais)
No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO:

O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE:
Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:
São obrigações do Contratante:
Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
Cientificar o setor de representação judicial da Administração Pública para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:
O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
Manter preposto aceito pela Administração no local da entrega do material para representá-lo na execução do contrato.
A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os materiais nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao do fornecimento dos materiais, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local do fornecimento do material.
Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local do fornecimento do material.e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021; E,
Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:
As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO:
Não haverá exigência de garantia contratual da execução.
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:
Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
Der causa à inexecução parcial do contrato;
Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
Der causa à inexecução total do contrato;
Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Multa:
Moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato.
Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:
A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
A natureza e a gravidade da infração cometida;
As peculiaridades do caso concreto;
As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
Os danos que dela provierem para o Contratante;
A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)
O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)
As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL:
O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
Das indenizações e multas.
A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
O CONTRATANTE poderá ainda:
nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.
O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União e recursos do Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:
03.001 SECRETARIA MUN. DE SAÚDE
AÇÃO:
2022 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
2905 Manutenção do Fornecimento de Medicamentos Gratuitos pela Farmácia Básica
NATUREZA:

3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
FONTE:
15001002 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS – DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
16000000 TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROV. DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUT. DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS:
Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES:
Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante,salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.
CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO:
Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO:
Fica eleito o Foro da Comarca de Baraúna/RN, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Baraúna/RN, 17 de setembro de 2026.

Fundo Municipal Da Saúde De Baraúna/RN	F. Wilton Cavalcante Monteiro EIRELI
BEVANIA SILVA COSTA DOS SANTOS	***FRANCISCO WILTON CAVALCANTE MONTEIRO***
Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Baraúna/RN	Representante Legal
Contratante	Contratada

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:6F3CA660

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA TERMO DE CONTRATO Nº 0141/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13010001/2026

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E PESSOA JURIDICA: GIULLITE B MEDEIROS, CNPJ: 21.437.704/0001-04; PARA FORNECIMENTO CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente contrato celebram de um lado o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 12.512.241/0001-07, com sede na Rua Hermenegildo Montenegro, SN, Centro, CEP: 59.695-000, Baraúna-RN, representado neste ato pela Gestor(a) do Fundo Municipal de Saúde, Sra. **BEVANIA SILVA COSTA, brasileira, divorciada, inscrita no CPF: 067.XXX.XXX-8**1, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a Pessoa Jurídica: **GIULLITE B MEDEIROS, CNPJ:** 21.437.704/0001-04; com sede na **AV RIO BRANCO, 1477 BAIRRO: SANTA CECILIA CIDADE: JARDIM DE PIRANHAS/RN CEP: 59.324-000**, neste ato representado pela Sra. **GIULLITE BRENNER MEDEIROS**, inscrito(a) no CPF sob nº 049.XXX.XXX-71, doravante denominada **CONTRATADA,** conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta o Processo Administrativo nº 13010001/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Pregão Eletrônico nº 004/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
O objeto do presente instrumento é **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA VISANDO A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DOS PACIENTES DA FARMÁCIA BÁSICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BARAÚNA/RN,** nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Objeto da contratação:

CONTRATADA (FORNECEDOR): GIULLITE B MEDEIROS
CNPJ / CPF: 21.437.704/0001-04
TIPO DA EMPRESA: ME - LC123: Sim
ENDEREÇO COMERCIAL: AV RIO BRANCO - CEP: 59324000 - UF: RN - Município: Jardim de Piranhas
TELEFONE DE CONTATO: (84) 99601-4033

Código	Produto / Descrição	Modelo	Marca/Fabricante	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
0061	CLORIDRATO DE HIDRALAZINA 25 MG COMPRIMIDO cpr	cpr	NOVARTIS	UND	8.000	R$ 0,39	**R$ 3.120,00**
0062	CLORIDRATO DE HIDRALAZINA 50 MG COMPRIMIDO cpr	cpr	NOVARTIS	UND	8.000	R$ 0,53	**R$ 4.240,00**
0067	CLORIDRATO DE PROPRANOLOL 10 MG COMPRIMIDO CPR	CPR	MEDLEY	UND	1.000	R$ 0,15	**R$ 150,00**
0176	XARELTO 2,5 MG COMPRIMIDO cpr	cpr	BAYER	UND	8.000	R$ 2,71	**R$ 21.680,00**
TOTAL							**R$ 29.190,00**

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência;
O Edital da Licitação;
A Proposta do contratado;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E RENOVAÇÃO:
O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021, pois se enquadra como fornecimento contínuo, visto ser decorrente de necessidade permanente e/ou prolongada da Administração Pública Municipal.
A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de fornecimento do objeto tem natureza continuada;
Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do fornecimento;
Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.
O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS:
O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO:
Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR:
O valor total da contratação é de R$ **29.190,00** (vinte e nove mil e cento e noventa reais)
No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO:
O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE:
Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:
São obrigações do Contratante:
Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
Cientificar o setor de representação judicial da Administração Pública para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:
O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
Manter preposto aceito pela Administração no local da entrega do material para representá-lo na execução do contrato.
A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os materiais nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao do fornecimento dos materiais, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local do fornecimento do material.
Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local do fornecimento do material.e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021; E,
Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:
As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO:
Não haverá exigência de garantia contratual da execução.
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:
Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
Der causa à inexecução parcial do contrato;
Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
Der causa à inexecução total do contrato;
Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Multa:
Moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 12.1, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 12.1, de 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
Para infração descrita na alínea "b" do subitem 12.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 12.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato.
Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 12.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:
A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
A natureza e a gravidade da infração cometida;
As peculiaridades do caso concreto;
As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
Os danos que dela provierem para o Contratante;
A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)
O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)
As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL:
O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
Das indenizações e multas.
A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
O CONTRATANTE poderá ainda:
nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.
O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União e recursos do Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:
03.001 SECRETARIA MUN. DE SAÚDE
AÇÃO:
2022 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
2905 Manutenção do Fornecimento de Medicamentos Gratuitos pela Farmácia Básica
NATUREZA:
3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
FONTE:
15001002 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS – DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
16000000 TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROV. DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUT. DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS:
Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES:
Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante,salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.
CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO:
Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO:
Fica eleito o Foro da Comarca de Baraúna/RN, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Baraúna/RN, 17 de setembro de 2026.

Fundo Municipal Da Saúde De Baraúna/RN	Giullite B Medeiros
BEVANIA SILVA COSTA DOS SANTOS	***GIULLITE BRENNER MEDEIROS***
Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Baraúna/RN	Representante Legal
Contratante	Contratada

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:16FDDD6B

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA TERMO DE CONTRATO Nº 0142/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13010001/2026

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E PESSOA JURIDICA: ONMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ: 34.707.920/0001-66; PARA FORNECIMENTO CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente contrato celebram de um lado o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 12.512.241/0001-07, com sede na Rua Hermenegildo Montenegro, SN, Centro, CEP: 59.695-000, Baraúna-RN, representado neste ato pela Gestor(a) do Fundo Municipal de Saúde, Sra. **BEVANIA SILVA COSTA, brasileira, divorciada, inscrita no CPF: 067.XXX.XXX-8**1, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a Pessoa Jurídica: **ONMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ:** 34.707.920/0001-66; com sede na **RUA DOS CURSILHISTAS, N° 000215 - GALPÃO 02 – DOM AVELAR - CEP: 41315-002 - SALVADOR/BA**, neste ato representado pela Sra. **MARIA YONE MENDES GOMES RAMOS**, inscrito(a) no CPF sob nº 563.XXX.XXX-15, doravante denominada **CONTRATADA,** conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta o Processo Administrativo nº 13010001/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Pregão Eletrônico nº 004/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
O objeto do presente instrumento é **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA VISANDO A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DOS PACIENTES DA FARMÁCIA BÁSICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BARAÚNA/RN,** nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Objeto da contratação:

EMPRESA**: ONMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**						
CNPJ: **34.707.920/0001-66**						
ENDEREÇO: **RUA DOS CURSILHISTAS - CEP: 41315002 - UF: BA - Município: Salvador**						
REPRESENTANTE LEGAL: **MARIA YONE MENDES GOMES RAMOS**						
E-MAIL: TELEFONE: **(71) 3211-7598**						
COD.	**PRODUTO**	**MODELO**	**MARCA**	**QTD**	**VALOR UNT.**	**VALOR TOTAL**
0118	LEVODOPA + BENSERAZIDA 100 MG + 25 MG COMPRIMIDO PROLOPA BD	PROLOPA BD	ROCHE/RECIPHARM	6.000 UND	R$ 1,29	**R$ 7.740,00**
0119	LEVODOPA + BENSERAZIDA 200 MG + 50 MG COMPRIMIDO PROLOPA 250MG	PROLOPA 250MG	ROCHE/RECIPHARM	6.000 UND	R$ 2,59	**R$ 15.540,00**
0157	PROLOPA 250 MG COMPRIMIDO PROLOPA 250MG	PROLOPA 250MG	ROCHE/RECIPHARM	5.000 UND	R$ 2,59	**R$ 12.950,00**
VALOR TOTAL						**R$ 36.230,00**

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência;
O Edital da Licitação;
A Proposta do contratado;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E RENOVAÇÃO:
O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021, pois se enquadra como fornecimento contínuo, visto ser decorrente de necessidade permanente e/ou prolongada da Administração Pública Municipal.
A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de fornecimento do objeto tem natureza continuada;
Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do fornecimento;
Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.
O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS:
O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO:
Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR:
O valor total da contratação é de R$ **36.230,00** (trinta e seis mil e duzentos e trinta reais)
No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO:
O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE:
Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:
São obrigações do Contratante:
Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
Cientificar o setor de representação judicial da Administração Pública para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:
O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
Manter preposto aceito pela Administração no local da entrega do material para representá-lo na execução do contrato.
A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os materiais nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao do fornecimento dos materiais, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local do fornecimento do material.
Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local do fornecimento do material.e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021; E,
Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:
As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO:
Não haverá exigência de garantia contratual da execução.
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:
Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
Der causa à inexecução parcial do contrato;
Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
Der causa à inexecução total do contrato;
Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Multa:
Moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato.
Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
A natureza e a gravidade da infração cometida;
As peculiaridades do caso concreto;
As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
Os danos que dela provierem para o Contratante;
A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)
O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)
As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL:
O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
Das indenizações e multas.
A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
O CONTRATANTE poderá ainda:
nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.
O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União e recursos do Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:
03.001 SECRETARIA MUN. DE SAÚDE
AÇÃO:
2022 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA

2905 Manutenção do Fornecimento de Medicamentos Gratuitos pela Farmácia Básica
NATUREZA:
3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
FONTE:
15001002 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS – DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
16000000 TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROV. DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUT. DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS:
Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES:
Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante,salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.
CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO:
Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO:
Fica eleito o Foro da Comarca de Baraúna/RN, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Baraúna/RN, 17 de setembro de 2026.

Fundo Municipal Da Saúde De Baraúna/RN	Onmed Distribuidora De Medicamentos LTDA
BEVANIA SILVA COSTA DOS SANTOS	***MARIA YONE MENDES GOMES RAMOS***
Gestora Do Fundo Municipal De Saúde De Baraúna/Rn	Representante Legal
Contratante	Contratada

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:2FA4E208

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA TERMO DE CONTRATO Nº 0143/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13010001/2026

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E PESSOA JURIDICA: PANORAMA COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E FARMACEUTICOS LTDA, CNPJ: 01.722.296/0001-17; PARA FORNECIMENTO CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente contrato celebram de um lado o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 12.512.241/0001-07, com sede na Rua Hermenegildo Montenegro, SN, Centro, CEP: 59.695-000, Baraúna-RN, representado neste ato pela Gestor(a) do Fundo Municipal de Saúde, Sra. **BEVANIA SILVA COSTA, brasileira, divorciada, inscrita no CPF: 067.XXX.XXX-8**1, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a Pessoa Jurídica: **PANORAMA COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E FARMACEUTICOS LTDA, CNPJ:** 01.722.296/0001-17; com sede na **Av. Presidente Costa e Silva, 2382 - Bairro Mondubim - CEP: 60752-694 - Fortaleza - Ceará**, neste ato representado pelo Sr. **JOSÉ SALES SILVEIRA D'ALMEIDA**, inscrito(a) no CPF sob nº 619.XXX.XXX-87, doravante denominada **CONTRATADA,** conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta o Processo Administrativo nº 13010001/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Pregão Eletrônico nº 004/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
O objeto do presente instrumento é **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA VISANDO A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DOS PACIENTES DA FARMÁCIA BÁSICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BARAÚNA/RN,** nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Objeto da contratação:

CONTRATADA (FORNECEDOR): PANORAMA COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E FARMACEUTICOS LTDA
CNPJ / CPF: 01.722.296/0001-17
ENDEREÇO COMERCIAL: AVENIDA PRESIDENTE COSTA E SILVA - CEP: 60752694 - UF: CE - Município: Fortaleza
TELEFONE DE CONTATO: (85) 3256-8005 TELEFONE DE CONTATO: (84) 3217-5960

Código	Produto / Descrição	Modelo	Marca/Fabricante	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
0022	ATENOLOL 50 MG COMPRIMIDO	EMS	EMS	UND	40.000	R$ 0,05	**R$ 2.000,00**
0094	FRALDAS GERIÁTRICAS P BE LIFE	BE LIFE	BE LIFE	PC	600	R$ 9,79	**R$ 5.874,00**
0095	FRALDAS GERIÁTRICAS M SOFT CARE	SOFT CARE	SOFT CARE	PC	600	R$ 8,94	**R$ 5.364,00**
0096	FRALDAS GERIÁTRICAS G SOFT CARE	SOFT CARE	SOFT CARE	PC	600	R$ 8,94	**R$ 5.364,00**
0097	FRALDAS GERIÁTRICAS XG SOFT CARE	SOFT CARE	SOFT CARE	PC	600	R$ 8,94	**R$ 5.364,00**
0107	IVERMECTINA 6 MG COMPRIMIDO	EMS	EMS	UND	25.000	R$ 0,25	**R$ 6.250,00**

0113	LEVOTIROXINA 75 MG COMPRIMIDO	MERCK	MERCK	UND	8.000	R$ 0,35	**R$ 2.800,00**
0131	NISTATINA 100.000 UI/ML SUSPENSÃO ORAL	PRATI	PRATI	FR	600	R$ 4,60	**R$ 2.760,00**
0133	NAPROXENO 550 MG COMPRIMIDO	NEO QUIMICA	NEO QUIMICA	UND	30.000	R$ 0,87	**R$ 26.100,00**
0162	SUCCINATO DE METOPROLOL 25 MG COMPRIMIDO	CIMED	CIMED	UND	8.000	R$ 0,31	**R$ 2.480,00**
TOTAL							**R$ 64.356,00**

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência;
O Edital da Licitação;
A Proposta do contratado;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E RENOVAÇÃO:
O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021, pois se enquadra como fornecimento contínuo, visto ser decorrente de necessidade permanente e/ou prolongada da Administração Pública Municipal.
A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de fornecimento do objeto tem natureza continuada;
Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do fornecimento;
Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.
O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS:
O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO:
Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR:
O valor total da contratação é de R$ **64.356,00** (Sessenta e quatro mil e trezentos e cinquenta e seis reais)
No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO:
O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE:
Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:
São obrigações do Contratante:
Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
Cientificar o setor de representação judicial da Administração Pública para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:
O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
Manter preposto aceito pela Administração no local da entrega do material para representá-lo na execução do contrato.
A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os materiais nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao do fornecimento dos materiais, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local do fornecimento do material.
Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local do fornecimento do material.e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021; E,
Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:
As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO:
Não haverá exigência de garantia contratual da execução.
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:
Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
Der causa à inexecução parcial do contrato;
Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
Der causa à inexecução total do contrato;
Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Multa:
Moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato.
Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:
A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
A natureza e a gravidade da infração cometida;
As peculiaridades do caso concreto;
As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
Os danos que dela provierem para o Contratante;
A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)
O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)
As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL:
O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
Das indenizações e multas.
A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
O CONTRATANTE poderá ainda:
nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.
O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União e recursos do Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:
03.001 SECRETARIA MUN. DE SAÚDE
AÇÃO:
2022 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
2905 Manutenção do Fornecimento de Medicamentos Gratuitos pela Farmácia Básica
NATUREZA:
3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
FONTE:
15001002 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS – DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
16000000 TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROV. DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUT. DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS:
Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES:
Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante,salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.
CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO:
Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.
CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO:
Fica eleito o Foro da Comarca de Baraúna/RN, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Baraúna/RN, 17 de setembro de 2026.

Fundo Municipal da Saúde de Baraúna/ RN	Panorama Comercio de Produtos Medicos e Farmaceuticos LTDA
BEVANIA SILVA COSTA DOS SANTOS	***JOSÉ SALES SILVEIRA D'ALMEIDA***
Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Baraúna/RN	Representante Legal
Contratante	Contratada

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:F1313503

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS

SECRETARIA DE GOVERNO
RGF - ANEXO II DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

MUNICIPIO DE CARAÚBAS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Exercício: **2026**			
2º Quadrimestre/2026				
RGF - Anexo 2 (LRF, art 55, inciso I, alínea "b")				
DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2026		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	34.662.627,22	33.416.415,69	31.848.375,88	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	34.662.627,22	33.416.415,69	31.848.375,88	0,00
Emprestimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	6.027.777,85	5.768.518,61	5.509.259,37	0,00
Internos	6.027.777,85	5.768.518,61	5.509.259,37	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de dívidas	28.634.849,37	27.647.897,08	26.339.116,51	0,00
De Tributos	733.686,37	651.795,37	569.904,37	0,00
De Contribuições Previdênciárias	18.465.811,43	17.793.079,10	17.030.847,45	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	9.435.351,57	9.203.022,61	8.738.364,69	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	9.681.622,32	15.064.395,51	18.267.306,98	0,00
Disponibilidade de Caixa	9.681.622,32	15.064.395,51	18.267.306,98	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	13.841.500,94	17.382.224,16	20.533.912,08	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	3.298.042,21	1.870.059,08	1.614.964,59	0,00
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	861.836,41	447.769,57	651.640,51	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL (III) = (I - II)	24.981.004,90	18.352.020,18	13.581.068,90	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	114.580.078,63	118.206.949,77	128.302.186,19	0,00
(-) Tranferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1°, da CF) (V)	2.092.201,00	2.192.201,00	2.524.402,00	0,00
RECEITAS CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	112.487.877,63	116.014.748,77	125.777.784,19	0,00
% DA DC SOBRE A RCL AJUSTADA (I/VI)	30,81	28,80	25,32	0,00
% DA DCL SOBRE A RCL AJUSTADA (III/VI)	22,21	15,81	10,58	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <%>	134.985.453,16	139.217.698,52	150.933.341,03	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	121.486.907,84	125.295.928,67	135.840.006,93	0,00
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2026		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RP NÃO PROCESSADO	4.447.764,48	1.587.800,65	1.160.524,27	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00

PAULO GIVAGO BARRETO ALVES	***RENATA LEANDRO FERREIRA***	***FRANCISCO MARINALDO DUARTE***	***HUDSON SALDANHA DE LIMA***
###.531.114-##	###.384.874-##	###.209.334-##	###.124.394-##
Prefeito Municipal	Contador(A)	Controlador(A)	Secretário De Finanças

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:D8F47908

SECRETARIA DE GOVERNO
RGF - ANEXO III DEMONSTRATIVO GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS

MUNICIPIO DE CARAÚBAS		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Demonstrativo das Garantias e Contragarantias		Exercício: **2026**		
2º Quadrimestre/2026				
RGF - Anexo 3 (LRF, art 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, S 1º)				
GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2026		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00

ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	114.580.078,63	118.206.949,77	128.302.186,19	0,00
(-) Tranferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1°, da CF) (VII)	2.092.201,00	2.192.201,00	2.524.402,00	0,00
RECEITAS CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	112.487.877,63	116.014.748,77	125.777.784,19	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V / VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <%>	24.747.333,08	25.523.244,73	27.671.112,52	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do $1 do art. 59 da LRF) - <%>	22.272.599,77	22.970.920,26	24.904.001,27	0,00
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2026		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AOS ESTADOS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DOS MUNICÍPIOS (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
MEDIDAS CORRETIVAS:				

PAULO GIVAGO BARRETO ALVES	*RENATA LEANDRO FERREIRA*	*FRANCISCO MARINALDO DUARTE*	*HUDSON SALDANHA DE LIMA*
###.531.114-##	###.384.874-##	###.209.334-##	###.124.394-##
Prefeito Municipal	Contador(A)	Controlador(A)	Secretário De Finanças

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:DAC8113A

SECRETARIA DE GOVERNO
RGF - ANEXO IV DEMONSTRATIVO OPERAÇÃO DE CRÉDITO

MUNICIPIO DE CARAÚBAS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Demonstrativo das Operações de Crédito	Exercício: **2026**	
2º Quadrimestre/2026		
RGF - Anexo 4 (LRF, art 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")		
OPERAÇÃO DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência(a)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda aTermo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dividas (LRF, art. 29, $1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda aTermo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dividas (LRF, art. 29, $1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	128.302.186,19	0,00
(-) Tranferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1°, da CF) (V)	2.524.402,00	0,00
RECEITAS CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	125.777.784,19	0,00
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	20.124.445,47	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do $1º do art. 59 da LRF) - <%>	18.112.000,92	14,40
OPERAÇÃO DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	8.804.444,89	7,00
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência(a)
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

PAULO GIVAGO BARRETO ALVES	*RENATA LEANDRO FERREIRA*	*FRANCISCO MARINALDO DUARTE*	*HUDSON SALDANHA DE LIMA*
###.531.114-##	###.384.874-##	###.209.334-##	###.124.394-##
Prefeito Municipal	Contador(A)	Controlador(A)	Secretário De Finanças

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:91125146

SECRETARIA DE GOVERNO
RGF - ANEXO VI DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

MUNICIPIO DE CARAÚBAS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - PODER EXECUTIVO	Exercício: **2026**	
2º Quadrimestre/2026		
LRF, art 48 - Anexo 6		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	**VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE**	
Receita Corrente Líquida	128.302.186,19	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	125.777.784,19	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	120.239.530,19	
DESPESA COM PESSOAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Despesa Total com Pessoal - DTP	47.895.911,36	39,83
Limite Máximo (inciso I, II e III, art. 20 da LRF)	64.929.346,30	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	61.682.878,99	51,30
Limite de Alerta (inciso II do parágrafo 1º do art. 59 da LRF)	58.436.411,67	48,60
DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Dívida Consolidada Líquida	13.581.068,90	10,58
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	150.933.341,03	120,00
GARANTIAS DE VALORES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Total das Garantias Concedidas		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	27.671.112,52	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Operações de Crédito Internas e Externas		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	20.124.445,47	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	8.804.444,89	7,00
RESTOS A PAGAR	**RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO**	**DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO**
Valor Total		

PAULO GIVAGO BARRETO ALVES	*RENATA LEANDRO FERREIRA*	*FRANCISCO MARINALDO DUARTE*	*HUDSON SALDANHA DE LIMA*
###.531.114-##	###.384.874-##	###.209.334-##	###.124.394-##
Prefeito Municipal	Contador(A)	Controlador(A)	Secretário De Finanças

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:F5E13313

SECRETARIA DE GOVERNO
RREO - ANEXO IV DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS

MUNICIPIO DE CARAÚBAS			Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias			Exercício: **2026**		
Bimestre: 4/2026					
RREO - Anexo 4 (LRF, Art 53, inciso II)					
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS					
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)					
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00		0,00		
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00		0,00		
Ativo	0,00		0,00		
Inativo	0,00		0,00		
Pensionista	0,00		0,00		
Receita de Contribuições Patronais	0,00		0,00		
Ativo	0,00		0,00		
Inativo	0,00		0,00		
Pensionista	0,00		0,00		
Receita Patrimonial	0,00		0,00		
Receitas Imobiliárias	0,00		0,00		
Receitas de Valores Mobiliários	0,00		0,00		
Outras Receitas Patrimoniais	0,00		0,00		
Receita de Serviços	0,00		0,00		
Outras Receitas Correntes	0,00		0,00		
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00		0,00		
Receita de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)1	0,00		0,00		
Demais Receitas Correntes	0,00		0,00		
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00		0,00		
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00		0,00		
Amortização de Empréstimos	0,00		0,00		
Outras Receitas de Capital	0,00		0,00		
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (IV) = (I + III - II)	0,00		0,00		
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Benefícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**				
VALOR	0,00				
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**				
VALOR	0,00				
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	**APORTES REALIZADOS**				
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00				
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00				
Outros Aportes para o RPPS	0,00				
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00				
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**SALDO ATUAL**				
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00				
Investimentos e Aplicações	0,00				
Outros Bens e Direitos	0,00				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		
MUNICIPIO DE CARAÚBAS			Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias			Exercício: **2026** Pág.: 2/3		
Bimestre: 4/2026					
RREO - Anexo 4 (LRF, Art 53, inciso II)					
FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)					
RECEITAS CORRENTES (VII)	0,00		0,00		
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00		0,00		
Ativo	0,00		0,00		
Inativo	0,00		0,00		
Pensionista	0,00		0,00		
Receita de Contribuições Patronais	0,00		0,00		
Ativo	0,00		0,00		
Inativo	0,00		0,00		
Pensionista	0,00		0,00		
Receita Patrimonial	0,00		0,00		
Receitas Imobiliárias	0,00		0,00		
Receitas de Valores Mobiliários	0,00		0,00		
Outras Receitas Patrimoniais	0,00		0,00		
Receita de Serviços	0,00		0,00		
Outras Receitas Correntes	0,00		0,00		
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00		0,00		
Demais Receitas Correntes	0,00		0,00		
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	0,00		0,00		
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00		0,00		
Amortização de Empréstimos	0,00		0,00		
Outras Receitas de Capital	0,00		0,00		
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)	0,00		0,00		
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Benefícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX – X)2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	**APORTES REALIZADOS**				
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00				
Recursos para Formação de Reserva	0,00				
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**SALDO ATUAL**				
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00				
Investimentos e Aplicações	0,00				
Outros Bens e Direitos	0,00				
ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS **RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS**	PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		
Receitas Correntes	0,00		0,00		
TOTAL DAS RECEITAS DAADMINISTRAÇÃO RPPS (XII)	0,00		0,00		
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
		Até o Bimestre	Até o Bimestre		No Exercício
	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)
Despesas Correntes (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DAADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII+XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MUNICIPIO DE CARAÚBAS			Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias			Exercício: **2026** Pág.: 3/3		
Bimestre: 4/2026					
RREO - Anexo 4 (LRF, Art 53, inciso II)					
RESULTADO DAADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

BENS E DIREITOS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	**SALDO ATUAL**
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
Contribuições dos Servidores	0,00	0,00
Demais Receitas Previdenciárias	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO(XIX)=(XVII-XVIII)2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

PAULO GIVAGO BARRETO ALVES	***RENATA LEANDRO FERREIRA***	***FRANCISCO MARINALDO DUARTE***	***HUDSON SALDANHA DE LIMA***
###.531.114-##	###.384.874-##	###.209.334-##	###.124.394-##
Prefeito Municipal	Contador(A)	Controlador(A)	Secretário De Finanças

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:709E726E

SECRETARIA DE GOVERNO
RREO - ANEXO VI DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL

MUNICIPIO DE CARAÚBAS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Relatório Resumido de Execução Orçamentária - Demonstrativo do Resultado Primário e Nominal	Exercício: **2026**
Bimestre: 4/2026	
RREO - Anexo 6 (LRF, art 53, inciso III)	
ACIMA DA LINHA	

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2026 RECEITAS REALIZADAS
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	106.656.461,00	86.572.383,36
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	6.476.463,00	6.508.257,31
IPTU	179.320,00	91.377,61
ISS	2.634.647,00	3.702.342,30
ITBI	139.870,00	102.343,60
IRRF	3.151.433,00	2.354.155,26
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	371.193,00	258.038,54
Receitas de Contribuições	610.915,00	1.035.739,55
Receita Patrimonial	822.071,00	1.290.852,84
Aplicações Financeiras (II)	804.139,00	1.290.852,84
Outras Receitas Patrimoniais	17.932,00	0,00
Transferências Correntes	96.778.657,00	77.680.911,41
Cota-Parte do FPM	32.220.063,00	22.807.833,07
Cota-Parte do ICMS	10.965.876,00	9.521.792,83
Cota-Parte do IPVA	798.714,00	581.241,66
Cota-Parte do ITR	6.169,00	1.197,86
Transferências da LC 61/1989	10.974,00	41.263,17
Transferências do FUNDEB	20.150.377,00	19.051.748,46
Outras Transferências Correntes	32.626.484,00	25.675.834,36
Demais Receitas Correntes	1.968.355,00	56.622,25
Outras Receitas Financeiras(III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	1.968.355,00	56.622,25
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I – (II + III)]	105.852.322,00	85.281.530,52
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	5.748.906,00	6.072.173,68
Operações de Crédito (VIII)	44.830,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens	89.660,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	89.660,00	0,00
Transferências de Capital	5.614.416,00	6.072.173,68
Convênios	5.427.799,00	2.191.904,68
Outras Transferências de Capital	186.617,00	3.880.269,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias(XII)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	5.704.076,00	6.072.173,68
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	111.556.398,00	91.353.704,20
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	111.556.398,00	91.353.704,20

DESPESAS PRIMÁRIAS	Até o Bimestre/2026					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS)	106.521.287,10	87.716.514,41	76.566.262,51	73.182.008,97	1.579.641,73	1.395.908,65	1.383.732,12

(XVIII)							
Pessoal e Encargos Sociais	45.742.549,12	38.496.092,78	35.047.801,48	34.016.809,55	257.533,34	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	1.366.035,00	1.175.670,86	942.669,63	921.988,05	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	59.412.702,98	48.044.750,77	40.575.791,40	38.243.211,37	1.322.108,39	1.395.908,65	1.383.732,12
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	105.155.252,10	86.540.843,55	75.623.592,88	72.260.020,92	1.579.641,73	1.395.908,65	1.383.732,12
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	18.485.952,86	13.108.782,48	8.884.289,04	7.324.380,11	70.199,18	1.896.520,61	1.896.520,61
Investimentos	14.245.480,86	9.281.605,02	5.920.037,70	4.399.864,67	20.199,18	1.896.520,61	1.896.520,61
Inversões Financeiras	150.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00	50.000,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	150.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00	50.000,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	4.090.472,00	3.677.177,46	2.814.251,34	2.774.515,44	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	14.395.480,86	9.431.605,02	6.070.037,70	4.549.864,67	70.199,18	1.896.520,61	1.896.520,61
RESERVA DE CONTIGÊNCIA (XXIX)	616.301,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	120.167.033,96	95.972.448,57	81.693.630,58	76.809.885,59	1.649.840,91	3.292.429,26	3.280.252,73
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	120.167.033,96	95.972.448,57	81.693.630,58	76.809.885,59	1.649.840,91	3.292.429,26	3.280.252,73
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]							9.613.724,97
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]							9.613.724,97
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO							VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência							-5.997.238,00

JUROS NOMINAIS	VALOR CORRENTE
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	1.290.852,84
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	942.669,63
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	9.961.908,18

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/2025 (a)	Até o Bimestre/2026 (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	34.662.627,22	31.848.375,88
DEDUÇÕES (XL)	9.681.622,32	18.267.306,98
Disponibilidade de Caixa	9.681.622,32	18.267.306,98
Disponibilidade de Caixa Bruta	13.841.500,94	20.533.912,08
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	3.298.042,21	1.614.964,59
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	861.836,41	651.640,51
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	24.981.004,90	13.581.068,90
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)		11.399.936,00

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Ficais da LDO para o exercício de referência	-1.129.178,70
AJUSTE METODOLÓGICO	VALOR CORRENTE
VARIA O DO SALDO RPP = (XLIV) = (XLIb - XLIa)	-1.683.077,62
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00
OUTROS AJUSTES (XLIX)	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV + XLVI + XLVII + XLVIIIXI) +/- (XLIX)]	9.716.858,38
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	9.368.675,17
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	5.720.259,96
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	5.720.259,96
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00
Nota:	
1 - Cabe destacar que a nomenclatura dos itens do demonstrativo que trazem a expressão "COM FONTES RPPS" indica que devem ser consideradas nestes itens, conforme o caso, os valores das receitas arrecadadas **apenas com as fontes específicas do RPPS** ou os valores das despesas custeadas **somente com as fontes específicas do RPPS.**	
2 - Por sua vez, quando é utilizada a expressão "COM RPPS" na nomenclatura do item Resultado Primário - Acima da Linha, significa que o valor apurado do referido resultado primário corresponde ao **valor total consolidado do ente, incluindo os valores das receitas e despesas do seu RPPS.**	

PAULO GIVAGO BARRETO ALVES	***RENATA LEANDRO FERREIRA***	***FRANCISCO MARINALDO DUARTE***	***HUDSON SALDANHA DE LIMA***
###.531.114-##	###.384.874-##	###.209.334-##	###.124.394-##
Prefeito Municipal	Contador(A)	Controlador(A)	Secretário De Finanças

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:D1543A03

SECRETARIA DE GOVERNO
RREO - ANEXO VIII DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MDE

MUNICIPIO DE CARAÚBAS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Relatório Resumido de Execução Orçamentária - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	Exercício: **2026**
Bimestre: 4/2026	
RREO - Anexo 8 (LDB, art.72)	
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)	

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	6.105.270,00	6.250.218,77
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	179.320,00	91.377,61
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	139.870,00	102.343,60
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	2.634.647,00	3.702.342,30
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	3.151.433,00	2.354.155,26
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	44.012.555,00	40.772.995,47
2.1- Cota-Parte FPM	32.220.063,00	28.091.127,52
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	29.081.963,00	26.416.473,63
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d, e e f	3.138.100,00	1.674.653,89
2.2- Cota-Parte ICMS	10.965.876,00	11.902.240,84
2.3- Cota-Parte IPI-Exportação	10.974,00	51.578,87
2.4- Cota-Parte ITR	6.169,00	1.497,22
2.5- Cota-Parte IPVA	798.714,00	726.551,02
2.6- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7- Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	10.759,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	50.117.825,00	47.023.214,24
4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - Equivalente a 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)[1]	8.174.891,00	7.819.666,88
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	4.354.565,25	3.936.135,25

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
6- TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	20.257.511,00	19.311.396,62
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	17.171.299,00	15.245.581,06
6.1.1- Principal	17.082.097,00	14.985.932,90
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	89.202,00	259.648,16
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.2 - FUNDEB - Complementação da União - VAAF + (FUNDEB ETI - Fonte 546)	37.657,00	72.131,28
6.2.1- Principal	37.657,00	72.131,28
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	2.623.555,00	3.045.747,94
6.3.1- Principal	2.605.623,00	3.045.747,94
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	17.932,00	0,00
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR	425.000,00	947.936,34
6.4.1- Principal	425.000,00	947.936,34
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)	8.907.206,00	7.166.266,02

RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	2.027.719,33
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	2.027.719,33
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	0,00
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)	21.339.115,95

DESPESAS COM RECUROS DO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre(d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre(e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre(f)	INSC. EM REST. A PAGAR NÃO PROC.(g)
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	22.142.764,36	19.115.966,88	18.631.097,42	17.749.786,14	0,00

10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	19.883.625,41	16.941.532,14	16.704.896,97	15.897.355,39	0,00
10.1.1- Educação Infantil	6.631.653,62	5.536.103,73	5.440.838,43	5.197.103,80	0,00
10.1.2- Ensino Fundamental	13.251.971,79	11.405.428,41	11.264.058,54	10.700.251,59	0,00
10.1.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2- OUTRAS DESPESAS	2.259.138,95	2.174.434,74	1.926.200,45	1.852.430,75	0,00
10.2.1- Educação Infantil	1.177.768,06	1.131.655,72	1.071.705,79	1.038.989,39	0,00
10.2.2- Ensino Fundamental	1.081.370,89	1.042.779,02	854.494,66	813.441,36	0,00
10.2.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB

DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre(d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre(e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre(f)	INSC. EM REST. A PAGAR NÃO PROC.(g)	INSC. EM REST. A PAG. NÃO PROC. (SEM DISP.DE CX)[7]. (h)	DESPESAS LIQUIDADAS / EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (I)[5 9]
11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	17.491.742,95	17.009.150,79	16.201.609,21	0,00	0,00	0,00
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	14.391.529,61	14.154.882,52	13.347.340,94	0,00	0,00	0,00
11.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF + (FUNDEB ETI - Fonte 546)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	2.491.681,46	2.253.354,84	2.253.354,84	0,00	0,00	0,00
11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB -	608.531,88	600.913,43	600.913,43	0,00	0,00	0,00

Complementação da União - VAAR 12- OUTRAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE INDICADORES.						
12.1 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	15.912.947,83	15.676.312,66	14.868.771,08	0,00	0,00	0,00
12.2 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM CRIAÇÃO DE MATRÍCULAS EM EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL (ETI).	328.446,49	140.123,44	140.123,44	0,00	0,00	0,00
13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	1.990.090,02	1.931.844,12	1.931.844,12	0,00	0,00	0,00
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	233.510,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal[2]	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO(k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	%APLICADO[10] (m)
15- MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA				
15.1 - MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	12.854.422,20	15.676.312,66	15.676.312,66	85,37
15.2 - MÍNIMO DE 4% DO FUNDEB COM CRIAÇÃO DE MATRÍCULAS EM EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL (ETI).	772.455,86	140.123,44	140.123,44	0,73
16- PERCENTUAL DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL (INDICADOR IEI)	1.454.649,22	1.931.844,12	1.931.844,12	63,43
17- MÍNIMO DE 15% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL	456.862,19	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)[3]	VALOR MAXIMO PERMITIDO(n)	VALOR NÃO APLICADO(o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE(p)	VR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO(q)	% NÃO APLICADO(r)
18- TOTAL DA RECEITA RECEBIDA E NÃO APLICADA NO EXERCÍCIO	1.931.139,66	2.302.245,83	2.302.245,83	371.106,17	11,92

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)[3]	VLR. SUPERÁVIT PERMITIDO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR(t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLIC. ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE NO EXERCÍCIO ATUAL (x)
19- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	2.560.020,86	2.027.719,33	1.450.462,01	173.761,92	403.495,40	577.257,32

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre(d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre(e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre(f)	INSC. EM REST. A PAGAR NÃO PROC.(g)
20-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	6.116.187,70	4.272.424,43	3.678.311,24	3.477.952,58	0,00
20.1- Educação Infantil	1.578.614,00	595.770,24	339.444,05	261.352,32	0,00
20.2- Ensino Fundamental	1.689.097,94	1.097.210,17	919.718,63	832.276,18	0,00
20.3- Educação de Jovens e Adultos	38.031,00	20.990,49	17.464,87	7.858,98	0,00
20.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.5- Administração Geral	2.810.444,76	2.558.453,53	2.401.683,69	2.376.465,10	0,00
20.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)[6]	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre(d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre(e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre(f)	INSC. EM REST. A PAGAR NÃO PROC.(g)
21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	28.258.952,06	23.388.391,31	22.309.408,66	21.227.738,72	0,00
21.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	9.388.035,68	7.263.529,69	6.851.988,27	6.497.445,51	0,00
21.1.1- Creche	5.071.600,22	3.966.789,70	3.697.884,67	3.478.170,01	0,00
21.1.2- Pré-escola	4.316.435,46	3.296.739,99	3.154.103,60	3.019.275,50	0,00
21.2- ENSINO FUNDAMENTAL	18.870.916,38	16.124.861,62	15.457.420,39	14.730.293,21	0,00

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR
22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	3.678.311,24
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	7.819.666,88
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)	371.106,17
25- (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO ATUAL = L19(x)	577.257,32
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS[4]	0,00
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af))	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 - 24 - 25 - 26 - 27)	10.549.614,63

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL[2] [5]	VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	11.755.803,56	10.549.614,63	22,43

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE[8]	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	705.189,16	544.281,79	436.459,55	0,00	268.729,61
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	335.052,05	280.079,65	173.078,50	0,00	161.973,55
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	337.877,11	231.942,14	231.178,05	0,00	106.699,06
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR) + (FUNDEB ETI - Fonte 546)	32.260,00	32.260,00	32.203,00	0,00	57,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	3.320.671,00	2.617.482,96
31.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	2.058.000,00	1.728.820,58
31.1.1- Salário-Educação	1.192.964,00	1.098.992,19
31.1.2- PDDE	0,00	0,00
31.1.3- PNAE	388.572,00	375.329,25

31.1.4 - PNATE	225.128,00	223.572,50
31.1.5- Outras Transferências do FNDE	251.336,00	30.926,64
31.2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.262.671,00	888.662,38
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00

31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.5- RECEITA DE PRECATÓRIOS - FUNDEF E FUNDEB	0,00	0,00
31.6- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)[6]	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre(d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre(e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre(f)	INSC. EM REST. A PAGAR NÃO PROC.(g)
32- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	5.741.950,82	3.888.336,70	2.663.707,57	2.501.929,48	0,00
32.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.930.329,00	1.613.751,49	810.470,89	733.674,56	0,00
32.2- ENSINO FUNDAMENTAL	2.163.381,82	1.028.726,49	848.824,93	771.218,12	0,00
32.3- ENSINO MÉDIO	600.118,00	441.389,21	388.328,21	388.328,21	0,00
32.4- ENSINO SUPERIOR	880.407,00	736.852,87	550.695,04	545.466,43	0,00
32.5- ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	12.424,00	11.787,15	10.066,41	7.920,07	0,00
32.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL	2.060,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8- OUTRAS	153.231,00	55.829,49	55.322,09	55.322,09	0,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre(d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre(e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre(f)	INSC. EM REST. A PAGAR NÃO PROC.(g)
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	34.000.902,88	27.276.728,01	24.973.116,23	23.729.668,20	0,00
33.1- Despesas Correntes	31.950.633,26	25.702.636,89	24.292.008,36	23.063.657,81	0,00
33.1.1- Pessoal Ativo	24.154.188,12	20.010.943,11	19.478.167,09	18.646.097,96	0,00
33.1.2- Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3-Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.4- Outras Despesas Correntes	7.796.445,14	5.691.693,78	4.813.841,27	4.417.559,85	0,00
33.2- Despesas de Capital	2.050.269,62	1.574.091,12	681.107,87	666.010,39	0,00
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2- Outras Despesas de Capital	2.050.269,62	1.574.091,12	681.107,87	666.010,39	0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	1.573.819,82	94.876,84
35- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	19.311.396,62	1.098.992,19
36- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	18.013.167,19	1.058.904,63
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRAATÉ O BIMESTRE	2.872.049,25	134.964,40
38- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	2.814.931,86	18.504,33
39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	3.509.622,27	0,00
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	2.177.358,84	153.468,73
1 Os valores informados devem corresponder ao efetivamente transferido. Os percentuais correspodem ao disposto na legislação.		
2 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.		
3 Art. 25, § 3º, Lei 14.113/2020: "Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.		
4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.		
5 Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.		
6 As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e nas subfunções atípicas deverão ser rateadas para essas áreas de atuação.		
7 Valor inscrito em RPNP sem disponibilidade de caixa, que não será considerado na apuração dos indicadores e limites. Para as linhas 15, 16 e 17, deverá ser comparado o total inscrito em RPNP com a disponibilidade de caixa por fonte de recursos. Para a linha 14, deverá ser verificada a diferença entre a disponibilidade nas Fontes do Fundeb e os RPNP referentes a essas despesas. Para a linha 18, deverá ser verificada a diferença entre as disponibilidades na Fonte VAAT e os RPNP dessas despesas.		
8 Controle da execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite mínimo dos exercícios anteriores		
9 Nesta coluna não devem se informados valores inferiores a 0 (zero).		
10 Essa coluna não deve conter percentual superior a 100%. Caso isso ocorra, em razão de valores informados na coluna (i), os percentuais devem ser ajustados para 100%.		

PAULO GIVAGO BARRETO ALVES	***RENATA LEANDRO FERREIRA***	***FRANCISCO MARINALDO DUARTE***	***HUDSON SALDANHA DE LIMA***
###.531.114-##	###.384.874-##	###.209.334-##	###.124.394-##
Prefeito Municipal	Contador(A)	Controlador(A)	Secretário De Finanças

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:3B2C4087

SECRETARIA DE GOVERNO
RREO - ANEXO XII DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

MUNICIPIO DE CARAÚBAS			Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Relatório Resumido de Execução Orçamentária - Demonstrativo das Receitas de Impostos e Despesas Próprias com Saúde			Exercício: **2026**	
Bimestre: 4/2026				
RREO - ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35)				
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Período (b)	% (b/a)x100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	6.105.270,00	6.105.270,00	6.250.218,77	102,37
Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano - IPTU	179.320,00	179.320,00	91.377,61	50,95
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	139.870,00	139.870,00	102.343,60	73,17
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.634.647,00	2.634.647,00	3.702.342,30	140,52
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	3.151.433,00	3.151.433,00	2.354.155,26	74,70
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUICIONAIS E LEGAIS (II)	51.079.619,00	51.079.619,00	39.098.341,58	76,54
Cota-Parte FPM	36.352.454,00	36.352.454,00	26.416.473,63	72,66
Cota-Parte ITR	7.711,00	7.711,00	1.497,22	19,41
Cota-Parte IPVA	998.392,00	998.392,00	726.551,02	72,77
Cota-Parte ICMS	13.707.344,00	13.707.344,00	11.902.240,84	86,83
Cota-Parte IPI-Exportação	13.718,00	13.718,00	51.578,87	375,99
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00

TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	57.184.889,00	57.184.889,00	45.348.560,35	79,30

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)x100	Até o Bimestre (e)	% (e/c)x100	Até o Bimestre (f)	% (f/c)x100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	2.511.518,00	2.769.579,84	2.375.281,66	85,76	2.145.911,35	77,48	2.093.403,71	75,58	0,00
Despesas Correntes	2.470.576,00	2.769.466,84	2.375.281,66	85,76	2.145.911,35	77,48	2.093.403,71	75,58	0,00
Despesas de Capital	40.942,00	113,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	2.977.804,00	4.015.968,12	3.623.520,93	90,22	2.916.137,87	72,61	2.629.778,32	65,48	0,00
Despesas Correntes	2.956.011,00	4.015.968,12	3.623.520,93	90,22	2.916.137,87	72,61	2.629.778,32	65,48	0,00
Despesas de Capital	21.793,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	180.366,00	116.917,00	81.406,60	69,62	44.723,10	38,25	44.723,10	38,25	0,00
Despesas Correntes	180.366,00	116.917,00	81.406,60	69,62	44.723,10	38,25	44.723,10	38,25	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	177.990,00	156.902,00	133.271,47	84,93	122.946,26	78,35	109.870,00	70,02	0,00
Despesas Correntes	173.507,00	156.902,00	133.271,47	84,93	122.946,26	78,35	109.870,00	70,02	0,00
Despesas de Capital	4.483,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	319.859,00	337.051,23	312.419,85	92,69	272.166,90	80,74	263.916,57	78,30	0,00
Despesas Correntes	314.859,00	337.051,23	312.419,85	92,69	272.166,90	80,74	263.916,57	78,30	0,00
Despesas de Capital	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	2.805.123,00	2.626.724,64	2.491.360,14	94,84	1.996.779,62	76,01	1.974.346,57	75,16	0,00
Despesas Correntes	2.789.994,00	2.626.724,64	2.491.360,14	94,84	1.996.779,62	76,01	1.974.346,57	75,16	0,00
Despesas de Capital	15.129,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	8.972.660,00	10.023.142,83	9.017.260,65	89,96	7.498.665,10	74,81	7.116.038,27	70,99	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	9.017.260,65	7.498.665,10	7.116.038,27
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Desp. Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do % Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exerc.Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	9.017.260,65	7.498.665,10	7.116.038,27
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)	6.802.284,05	6.802.284,05	6.802.284,05
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)	6.802.284,05	6.802.284,05	6.802.284,05
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)1	2.214.976,60	696.381,05	313.754,22
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00	0,00	0,00
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	19,88	16,53	15,69

CONTROLE DO VLR REF. AO % MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERC. ANTERIORES P/FINS DE APLIC. DOS RECURSOS VINCULADOS CONF. ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	**LIMITE NÃO CUMPRIDO**				
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (Não Aplicado) (I) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2025 (saldo final = XIXd)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2024 (X-1) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO[2]	**Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)**	**Valor aplicado em ASPS no exercício (n)**	**Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0**	**Total inscrito em RP no exercício (p)**	**RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIIId)**	**Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)**	**Total de RP pagos (s)**	**Total de RP a pagar (t)**	**Total de RP cancelados ou prescritos (u)**	**Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u))**
Empenhos de 2025	6.802.284,05	7.498.665,10	696.381,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	696.381,05
Empenhos de 2024	0,00	0,00	0,00	581.840,12	0,00	581.840,12	525.938,34	55.901,78	0,00	0,00
Empenhos de 2023	0,00	0,00	0,00	176.265,55	0,00	176.265,55	6.883,45	169.382,10	0,00	0,00
Empenhos de 2022	7.015.866,05	9.531.565,11	2.515.699,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.515.699,07
Empenhos de 2021 e anteriores	6.077.281,11	9.122.642,50	3.045.361,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.045.361,39
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI) (soma dos saldos negativos da coluna "v")										
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) (valor informado no demonstrativo do exercício anterior)										0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012)										

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º E 2º DA LC 141/2012	**RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS**				
	Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (Não Aplicado)[1] (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2025 a serem compensados (XXIV) (saldo inicial = XXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2024 a serem compens. (XXV) (saldo inicial igual ao saldo final do demonst. do exerc. anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancel. ou prescritos em exerc. anteriores a serem compens. (XXVI) (saldo inicial igual ao saldo final do demonst. do exerc. anteriores)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Período (b)	% (b/a)x100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARAA SAÚDE (XXVIII)	17.155.563,00	17.155.563,00	15.721.894,99	91,64
Proveniente da União	16.967.277,00	16.967.277,00	15.721.894,99	92,66
Proveniente dos Estados	188.286,00	188.286,00	0,00	0,00
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	17.155.563,00	17.155.563,00	15.721.894,99	91,64

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	11.081.941,00	13.935.298,14	10.110.573,51	72,55	8.479.596,44	60,84	8.318.466,11	59,69	0,00
Despesas Correntes	10.532.346,00	13.687.804,35	10.010.736,05	73,13	8.383.063,15	61,24	8.236.272,76	60,17	0,00
Despesas de Capital	549.595,00	247.493,79	99.837,46	40,33	96.533,29	39,00	82.193,35	33,21	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	5.793.153,00	7.787.142,51	5.547.705,36	71,24	3.222.048,25	41,37	3.045.480,30	39,10	0,00
Despesas Correntes	2.720.153,00	5.171.419,51	2.987.905,36	57,77	2.373.421,17	45,89	2.196.853,22	42,48	0,00
Despesas de Capital	3.073.000,00	2.615.723,00	2.559.800,00	97,86	848.627,08	32,44	848.627,08	32,44	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	367.432,00	437.225,00	197.177,50	45,09	158.076,55	36,15	131.562,16	30,09	0,00
Despesas Correntes	365.949,00	435.742,00	197.177,50	45,25	158.076,55	36,27	131.562,16	30,19	0,00
Despesas de Capital	1.483,00	1.483,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	47.010,00	47.010,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	47.010,00	47.010,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	665.141,00	565.821,00	369.196,55	65,24	316.676,15	55,96	316.676,15	55,96	0,00
Despesas Correntes	559.141,00	509.821,00	369.196,55	72,41	316.676,15	62,11	316.676,15	62,11	0,00
Despesas de Capital	106.000,00	56.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	143.315,00	96.472,00	78.575,00	81,44	72.818,00	75,48	71.453,50	74,06	0,00
Despesas Correntes	121.332,00	96.472,00	78.575,00	81,44	72.818,00	75,48	71.453,50	74,06	0,00
Despesas de Capital	21.983,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	18.097.992,00	22.868.968,65	16.303.227,92	71,28	12.249.215,39	53,56	11.883.638,22	51,96	0,00

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	13.593.459,00	16.704.877,98	12.485.855,17	74,74	10.625.507,79	63,60	10.411.869,82	62,32	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	8.770.957,00	11.803.110,63	9.171.226,29	77,70	6.138.186,12	52,00	5.675.258,62	48,08	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	547.798,00	554.142,00	278.584,10	50,27	202.799,65	36,59	176.285,26	31,81	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	225.000,00	203.912,00	133.271,47	65,35	122.946,26	60,29	109.870,00	53,88	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	985.000,00	902.872,23	681.616,40	75,49	588.843,05	65,21	580.592,72	64,30	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	2.948.438,00	2.723.196,64	2.569.935,14	94,37	2.069.597,62	75,99	2.045.800,07	75,12	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	27.070.652,00	32.892.111,48	25.320.488,57	76,98	19.747.880,49	60,03	18.999.676,49	57,76	0,00

1 - Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

2 - Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados. A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados.

PAULO GIVAGO BARRETO ALVES	*RENATA LEANDRO FERREIRA*	*FRANCISCO MARINALDO DUARTE*	*HUDSON SALDANHA DE LIMA*
###.531.114-##	###.384.874-##	###.209.334-##	###.124.394-##
Prefeito Municipal	Contador(A)	Controlador(A)	Secretário De Finanças

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:74DAEE79

SECRETARIA DE GOVERNO
RREO - ANEXO XIV DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

MUNICIPIO DE CARAÚBAS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido de Execução Orçamentária	Exercício: **2026**
Bimestre: 4/2026	
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)	
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	**Até o Bimestre**
RECEITAS	
Previsão Inicial	112.405.367,00
Previsão Atualizada	112.405.367,00
Receitas Realizadas	92.644.557,04
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	5.720.259,96
DESPESAS	
Dotação Inicial	112.405.367,00
Dotação Atualizada	125.623.540,96
Despesas Empenhadas	100.825.296,89
Despesas Liquidadas	85.450.551,55
Despesas Pagas	80.506.389,08
Superávit Orçamentário	7.194.005,49
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	**Até o Bimestre**
Despesas Empenhadas	100.825.296,89
Despesas Liquidadas	85.450.551,55
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**Até o Bimestre**
Receita Corrente Líquida	128.302.186,19

Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	125.777.784,19
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	120.239.530,19
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	**Até o Bimestre**
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	
Receitas Previdenciárias Realizada	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)	
Receitas Previdenciárias Realizada	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL	**Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)**	**Resultado Apurado Até o Bimestre (b)**		**% em Relação à Meta (b/a)**
Resultado Primário (Sem RPPS) - Acima da Linha	-5.997.238,00	9.613.724,97		160,30
Resultado Nominal (Sem RPPS) - Abaixo da Linha	-1.129.178,70	11.399.936,00		-1.009,57
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	**Inscrição**	**Cancelamento Até o Bimestre**	**Pagamento Até o Bimestre**	**Saldo a Pagar**
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	3.298.042,21	45.413,24	1.649.840,91	1.602.788,06
Poder Executivo	3.296.442,21	45.413,24	1.648.240,91	1.602.788,06
Poder Legislativo	1.600,00	0,00	1.600,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	4.447.764,48	6.987,48	3.280.252,73	1.160.524,27
Poder Executivo	4.337.614,48	6.987,48	3.170.102,73	1.160.524,27
Poder Legislativo	110.150,00	0,00	110.150,00	0,00
TOTAL	7.745.806,69	52.400,72	4.930.093,64	2.763.312,33
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	**Valor Apurado Até o Bimestre**		**Limite Constitucional Anual**	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	**% Aplicado Até o Bimestre**
Mínimo Anual de <18% /25%> das Rec. de Impostos na Manut. e Desenvolvimento do Ensino	10.549.614,63		25,00	22,43
Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	15.676.312,66		70,00	85,37
Percentual Complementação da União ao FUNDEB - (VAAT) Vinculado à Educação Infantil	1.931.844,12		0,00	63,43
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesas de Capital	0,00		15,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	**Valor Apurado no Exercício**		**Saldo não realizado**	
Receita de Operação de Crédito	0,00		0,00	
Despesa de Capital Líquida	0,00		0,00	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA E DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES	**Exercício**	**10º Exercício**	**20º Exercício**	**35º Exercício**
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias				
Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário				
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões e Inativos Militares				
Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas com Pensões e Inativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Associado às Pensões e aos Inativos Militares	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	**Valor Apurado no Exercício**		**Saldo a Realizar**	
Receita de Alienação de Ativos	0,00		0,00	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00		0,00	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	**Valor Apurado Até o Bimestre**		**Limite Constitucional Anual**	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	**% Aplicado Até o Bimestre**
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	7.498.665,10		15,00	16,53
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADOS DE PPP	**Valor Apurado no Exercício Corrente**			
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	0,00			
PAULO GIVAGO BARRETO ALVES	***RENATA LEANDRO FERREIRA***	***FRANCISCO MARINALDO DUARTE***	***HUDSON SALDANHA DE LIMA***	
###.531.114-##	###.384.874-##	###.209.334-##	###.124.394-##	
Prefeito Municipal	Contador(A)	Controlador(A)	Secretário De Finanças	

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:6A6FC7D9

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZETA

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO
RGF 02-2026 PMC ANEXO 2

MUNICIPIO DE CRUZETA	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Exercício: **2026** -			
2º Quadrimestre/2026				
RGF - Anexo 2 (LRF, art 55, inciso I, alínea "b")				
DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2026		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	1.545.362,81	1.498.355,94	1.458.193,36	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	1.113.254,18	1.066.247,31	1.026.084,73	0,00

Emprestimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	1.197.392,37	1.197.392,37	1.197.392,37	0,00
Internos	1.197.392,37	1.197.392,37	1.197.392,37	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de dívidas	-65.238,45	-100.705,94	-135.043,08	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdênciárias	-343.906,04	-379.373,53	-413.710,67	0,00
De Demais Contribuições Sociais	276.811,11	276.811,11	276.811,11	0,00
Do FGTS	1.856,48	1.856,48	1.856,48	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	-18.899,74	-30.439,12	-36.264,56	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	432.108,63	432.108,63	432.108,63	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	10.672.068,52	19.334.249,11	22.108.430,58	0,00
Disponibilidade de Caixa	10.672.068,52	19.334.249,11	22.108.430,58	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	12.950.542,58	19.950.523,05	22.285.087,04	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	2.241.185,78	422.002,18	173.364,56	0,00
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	37.288,28	194.271,76	3.291,90	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL (III) = (I - II)	-9.126.705,71	-17.835.893,17	-20.650.237,22	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	44.238.673,10	63.917.189,68	70.279.661,30	0,00
(-) Tranferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1°, da CF) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTE LÍQUIDAAJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE	44.238.673,10	63.917.189,68	70.279.661,30	0,00
ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)				
% DA DC SOBRE A RCLAJUSTADA (I/VI)	3,49	2,34	2,07	0,00
% DA DCL SOBRE A RCLAJUSTADA (III/VI)	-20,63	-27,90	-29,38	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <%>	53.086.407,72	76.700.627,62	84.335.593,56	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	47.777.766,95	69.030.564,86	75.902.034,20	0,00
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2026		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RP NÃO PROCESSADO	5.626.263,13	2.954.483,13	791.804,69	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00

Publicado por:
Joao Maria Alves de Assuncao
Código Identificador:936DC4FE

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO
RGF 02-2026 PMC ANEXO 3

MUNICIPIO DE CRUZETA		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Demonstrativo das Garantias e Contragarantias		Exercício: **2026**		
2º Quadrimestre/2026				
RGF - Anexo 3 (LRF, art 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, S 1º)				
GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2026		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	54.481.881,11	63.917.189,68	70.279.661,30	0,00
(-) Tranferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1°, da CF) (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	54.481.881,11	63.917.189,68	70.279.661,30	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V / VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <%>	11.986.013,84	14.061.781,73	15.461.525,49	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do $1 do art. 59 da LRF) - <%>	10.787.412,46	12.655.603,56	13.915.372,94	0,00
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2026		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AOS ESTADOS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DOS MUNICÍPIOS (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
MEDIDAS CORRETIVAS:				

Publicado por:
Joao Maria Alves de Assuncao
Código Identificador:1063B4DE

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO
RGF 02-2026 PMC ANEXO 4

MUNICIPIO DE CRUZETA	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Demonstrativo das Operações de Crédito	Exercício: **2026**	
2º Quadrimestre/2026		
RGF - Anexo 4 (LRF, art 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")		
OPERAÇÃO DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência(a)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda aTermo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dividas (LRF, art. 29, $1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda aTermo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dividas (LRF, art. 29, $1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	70.279.661,30	0,00
(-) Tranferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1°, da CF) (V)	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	70.279.661,30	0,00
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	11.244.745,81	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do $1º do art. 59 da LRF) - <%>	10.120.271,23	14,40
OPERAÇÃO DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	4.919.576,29	7,00
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência(a)
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

Publicado por:
Joao Maria Alves de Assuncao
Código Identificador:25A7379D

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO
RGF 02-2026 PMC ANEXO 6

MUNICIPIO DE CRUZETA	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - PODER EXECUTIVO	Exercício: **2026**	
2º Quadrimestre/2026		
LRF, art 48 - Anexo 6		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	**VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE**	
Receita Corrente Líquida	70.279.661,30	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	70.279.661,30	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	70.279.661,30	
DESPESA COM PESSOAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Despesa Total com Pessoal - DTP	22.128.019,12	31,49
Limite Máximo (inciso I, II e III, art. 20 da LRF)	37.951.017,10	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	36.053.466,25	51,30
Limite de Alerta (inciso II do parágrafo 1º do art. 59 da LRF)	34.155.915,39	48,60
DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Dívida Consolidada Líquida	-20.650.237,22	-29,38
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	84.335.593,56	120,00
GARANTIAS DE VALORES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Total das Garantias Concedidas		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	15.461.525,49	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Operações de Crédito Internas e Externas		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	11.244.745,81	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	4.919.576,29	7,00

RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO
Valor Total		

Publicado por:
Joao Maria Alves de Assuncao
Código Identificador:C7AD4F5F

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO
RREO 04-2026 PMCRUZETA ANEXO 04

MUNICIPIO DE CRUZETA			Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias			Exercício: **2026**		
Bimestre: 4/2026					
RREO - Anexo 4 (LRF, Art 53, inciso II)					
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS					
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)					
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		
RECEITAS CORRENTES (I)	9.283.531,00		6.647.758,52		
Receita de Contribuições dos Segurados	2.514.141,00		1.293.150,61		
Ativo	2.497.411,00		1.030.359,13		
Inativo	16.730,00		262.791,48		
Pensionista	0,00		0,00		
Receita de Contribuições Patronais	3.493.125,00		3.014.441,93		
Ativo	3.493.125,00		3.014.441,93		
Inativo	0,00		0,00		
Pensionista	0,00		0,00		
Receita Patrimonial	1.205.143,00		1.241.270,05		
Receitas Imobiliárias	0,00		0,00		
Receitas de Valores Mobiliários	1.205.143,00		1.241.270,05		
Outras Receitas Patrimoniais	0,00		0,00		
Receita de Serviços	0,00		0,00		
Outras Receitas Correntes	2.071.122,00		1.098.895,93		
Compensação Financeira entre os Regimes	1.494.063,00		1.093.541,57		
Receita de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)1	290.600,00		0,00		
Demais Receitas Correntes	286.459,00		5.354,36		
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00		0,00		
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00		0,00		
Amortização de Empréstimos	0,00		0,00		
Outras Receitas de Capital	0,00		0,00		
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (IV) = (I + III - II)	8.992.931,00		6.647.758,52		
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Benefícios	8.624.063,00	7.199.887,05	5.474.524,46	5.474.524,46	0,00
Aposentadorias	8.279.063,00	6.883.957,01	5.262.355,73	5.262.355,73	0,00
Pensões por Morte	345.000,00	315.930,04	212.168,73	212.168,73	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	406.468,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	406.468,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	9.030.531,00	7.199.887,05	5.474.524,46	5.474.524,46	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)2	-37.600,00	-552.128,53	1.173.234,06	1.173.234,06	0,00
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**				
VALOR	0,00				
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**				
VALOR	253.000,00				
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	**APORTES REALIZADOS**				
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00				
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00				
Outros Aportes para o RPPS	0,00				
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00				
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**SALDO ATUAL**				
Caixa e Equivalentes de Caixa	73.743,89				
Investimentos e Aplicações	16.042.499,51				
Outros Bens e Direitos	0,00				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		
MUNICIPIO DE CRUZETA			Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias			Exercício: **2026**		
Bimestre: 4/2026					
RREO - Anexo 4 (LRF, Art 53, inciso II)					
FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)					
RECEITAS CORRENTES (VII)	0,00		0,00		
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00		0,00		
Ativo	0,00		0,00		
Inativo	0,00		0,00		
Pensionista	0,00		0,00		
Receita de Contribuições Patronais	0,00		0,00		
Ativo	0,00		0,00		
Inativo	0,00		0,00		
Pensionista	0,00		0,00		
Receita Patrimonial	0,00		0,00		

Receitas Imobiliárias	0,00		0,00		
Receitas de Valores Mobiliários	0,00		0,00		
Outras Receitas Patrimoniais	0,00		0,00		
Receita de Serviços	0,00		0,00		
Outras Receitas Correntes	0,00		0,00		
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00		0,00		
Demais Receitas Correntes	0,00		0,00		
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	0,00		0,00		
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00		0,00		
Amortização de Empréstimos	0,00		0,00		
Outras Receitas de Capital	0,00		0,00		
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)	0,00		0,00		
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Benefícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX – X)2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	**APORTES REALIZADOS**				
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00				
Recursos para Formação de Reserva	0,00				
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**SALDO ATUAL**				
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00				
Investimentos e Aplicações	0,00				
Outros Bens e Direitos	0,00				
ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS					
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		
Receitas Correntes	762.485,00		0,00		
TOTAL DAS RECEITAS DAADMINISTRAÇÃO RPPS (XII)	762.485,00		0,00		
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Despesas Correntes (XIII)	740.635,00	518.340,95	341.184,81	341.184,81	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	460.000,00	392.960,00	250.285,02	250.285,02	0,00
Demais Despesas Correntes	280.635,00	125.380,95	90.899,79	90.899,79	0,00
Despesas de Capital (XIV)	21.850,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DAADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII+XIV)	762.485,00	518.340,95	341.184,81	341.184,81	0,00
MUNICIPIO DE CRUZETA	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil				
Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias	Exercício: **2026** Pág.: 3/3				
Bimestre: 4/2026					
RREO - Anexo 4 (LRF, Art 53, inciso II)					
RESULTADO DAADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)2	0,00	-518.340,95	-341.184,81	-341.184,81	0,00
BENS E DIREITOS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	**SALDO ATUAL**				
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00				
Investimentos e Aplicações	0,00				
Outros Bens e Direitos	0,00				
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO					
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		
Contribuições dos Servidores	0,00		0,00		
Demais Receitas Previdenciárias	0,00		0,00		
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	0,00		0,00		
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO(XIX)=(XVII-XVIII)2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Publicado por:
Joao Maria Alves de Assuncao
Código Identificador:1734EC18

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO
RREO 04-2026 PMCRUZETA ANEXO 06

MUNICIPIO DE CRUZETA		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Relatório Resumido de Execução Orçamentária - Demonstrativo do Resultado Primário e Nominal		Exercício: **2026**
Bimestre: 4/2026		
RREO - Anexo 6 (LRF, art 53, inciso III)		
ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2026 RECEITAS REALIZADAS
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	57.528.918,00	45.711.780,94

Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.679.705,00	2.000.304,72
IPTU	624.559,00	164.252,84
ISS	898.689,00	660.230,12
ITBI	112.090,00	48.173,06
IRRF	820.703,00	1.084.950,86
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	223.664,00	42.697,84
Receitas de Contribuições	625.689,00	382.600,16
Receita Patrimonial	488.166,00	1.693.579,07
Aplicações Financeiras (II)	436.304,00	1.691.924,10
Outras Receitas Patrimoniais	51.862,00	1.654,97
Transferências Correntes	52.337.511,00	41.631.761,37
Cota-Parte do FPM	23.949.396,00	11.403.916,70
Cota-Parte do ICMS	3.418.732,00	2.689.953,59
Cota-Parte do IPVA	475.122,00	234.579,99
Cota-Parte do ITR	2.006,00	765,98
Transferências da LC 61/1989	6.692,00	11.707,21
Transferências do FUNDEB	7.004.703,00	8.518.411,87
Outras Transferências Correntes	17.480.860,00	18.772.426,03
Demais Receitas Correntes	1.397.847,00	3.535,62
Outras Receitas Financeiras(III)	8.365,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	1.389.482,00	3.535,62
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I – (II + III)]	57.084.249,00	44.019.856,84
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	8.541.647,00	5.406.488,47
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	1.504.369,00	1.241.270,05
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	1.639.201,00	1.180.535,64
Operações de Crédito (VIII)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens	85.013,00	66.039,85
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	85.013,00	66.039,85
Transferências de Capital	1.470.539,00	1.108.735,79
Convênios	814.736,00	250.000,00
Outras Transferências de Capital	655.803,00	858.735,79
Outras Receitas de Capital	83.649,00	5.760,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias(XII)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	83.649,00	5.760,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	1.639.201,00	1.180.535,64
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	67.265.097,00	50.606.880,95
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	58.723.450,00	45.200.392,48

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2026					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO LIQUIDADOS	PROCESSADOS PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	46.628.499,63	36.682.174,33	28.835.244,01	28.737.325,52	2.064.687,54	1.038.259,54	1.038.259,54
Pessoal e Encargos Sociais	24.188.586,36	19.865.095,08	14.833.400,18	14.827.598,21	1.609.132,93	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	273.764,00	240.177,06	211.933,27	211.933,27	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	22.166.149,27	16.576.902,19	13.789.910,56	13.697.794,04	455.554,61	1.038.259,54	1.038.259,54
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	46.354.735,63	36.441.997,27	28.623.310,74	28.525.392,25	2.064.687,54	1.038.259,54	1.038.259,54
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	9.707.916,00	7.718.228,00	5.815.709,27	5.815.709,27	730,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	12.403.754,37	2.285.748,11	1.528.208,14	1.525.306,32	3.133,68	3.792.548,90	3.792.548,90
Investimentos	10.506.011,37	1.428.605,01	1.077.678,14	1.077.678,14	3.133,68	3.792.548,90	3.792.548,90
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	1.897.743,00	857.143,10	450.530,00	447.628,18	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	10.506.011,37	1.428.605,01	1.077.678,14	1.077.678,14	3.133,68	3.792.548,90	3.792.548,90
RESERVA DE CONTIGÊNCIA (XXIX)	379.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	85.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	67.033.263,00	45.588.830,28	35.516.698,15	35.418.779,66	2.068.551,22	4.830.808,44	4.830.808,44
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	57.240.247,00	37.870.602,28	29.700.988,88	29.603.070,39	2.067.821,22	4.830.808,44	4.830.808,44
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]						8.288.741,63	
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]						8.698.692,43	
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO						VALOR CORRENTE	
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência						783.245,00	

JUROS NOMINAIS	VALOR CORRENTE
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	1.691.924,10
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	211.933,27
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	10.178.683,26
ABAIXO DA LINHA	
CÁLCULO RESULTADO NOMINAL	SALDO

	Em 31/Dez/2025 (a)	Até o Bimestre/2026 (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	179.263,56	92.094,11
DEDUÇÕES (XL)	10.672.068,52	22.108.430,58
Disponibilidade de Caixa	10.672.068,52	22.108.430,58
Disponibilidade de Caixa Bruta	12.950.542,58	22.285.087,04
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	2.241.185,78	173.364,56
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	37.288,28	3.291,90
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	-10.492.804,96	-22.016.336,47
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)		11.523.531,51
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL		VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Ficais da LDO para o exercício de referência		822.199,43
AJUSTE METODOLÓGICO		VALOR CORRENTE
VARIA O DO SALDO RPP = (XLIV) = (XLIb - XLIa)		-2.067.821,22
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)		0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)		0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)		0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)		0,00
OUTROS AJUSTES (XLIX)		0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV + XLVI + XLVII + XLVIIIXI) +/- (XLIX)]		9.455.710,29
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)		7.975.719,46
INFORMAÇÕES ADICIONAIS		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS		0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais		0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS		253.000,00

Nota:

1 - Cabe destacar que a nomenclatura dos itens do demonstrativo que trazem a expressão "COM FONTES RPPS" indica que devem ser consideradas nestes itens, conforme o caso, os valores das receitas arrecadadas **apenas com as fontes específicas do RPPS** ou os valores das despesas custeadas **somente com as fontes específicas do RPPS.**

2 - Por sua vez, quando é utilizada a expressão "COM RPPS" na nomenclatura do item Resultado Primário - Acima da Linha, significa que o valor apurado do referido resultado primário corresponde ao **valor total consolidado do ente, incluindo os valores das receitas e despesas do seu RPPS.**

Publicado por:
Joao Maria Alves de Assuncao
Código Identificador:C691F162

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO
RREO 04-2026 PMCRUZETA ANEXO 08

MUNICIPIO DE CRUZETA	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Relatório Resumido de Execução Orçamentária - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	Exercício: **2026**	
Bimestre: 4/2026		
RREO - Anexo 8 (LDB, art.72)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	2.456.041,00	1.957.606,88
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	624.559,00	164.252,84
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	112.090,00	48.173,06
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	898.689,00	660.230,12
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	820.703,00	1.084.950,86
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	27.851.948,00	17.703.619,45
2.1- Cota-Parte FPM	23.949.396,00	14.045.563,78
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	23.020.901,00	13.208.236,83
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d, e e f	928.495,00	837.326,95
2.2- Cota-Parte ICMS	3.418.732,00	3.349.239,20
2.3- Cota-Parte IPI-Exportação	6.692,00	14.634,03
2.4- Cota-Parte ITR	2.006,00	957,45
2.5- Cota-Parte IPVA	475.122,00	293.224,99
2.6- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7- Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	30.307.989,00	19.661.226,33
4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - Equivalente a 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)[1]	5.384.690,60	3.362.695,98
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	2.192.306,65	1.542.048,09
FUNDEB		
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
6- TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	7.013.068,00	8.677.301,34
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	6.962.879,00	6.534.104,34
6.1.1- Principal	6.954.514,00	6.375.214,87
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	8.365,00	158.889,47
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.2 - FUNDEB - Complementação da União - VAAF + (FUNDEB ETI - Fonte 546)	16.729,00	0,00
6.2.1- Principal	16.729,00	0,00
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	33.460,00	1.758.611,64
6.3.1- Principal	33.460,00	1.758.611,64
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	384.585,36
6.4.1- Principal	0,00	384.585,36
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)	1.569.823,40	3.012.518,89
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)		VALOR
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT		229.279,61
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR		229.279,61

8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS		0,00
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)		8.906.580,95

DESPESAS COM RECUROS DO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre(d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre(e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre(f)	INSC. EM REST. A PAGAR NÃO PROC.(g)
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	9.299.856,31	8.704.517,09	7.385.573,16	7.346.308,70	0,00
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	7.147.918,00	7.093.996,10	6.173.745,88	6.173.745,88	0,00
10.1.1- Educação Infantil	2.704.349,00	2.689.764,10	1.882.786,23	1.882.786,23	0,00
10.1.2- Ensino Fundamental	4.443.311,00	4.404.232,00	4.290.959,65	4.290.959,65	0,00
10.1.3- Educação de Jovens e Adultos	258,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2- OUTRAS DESPESAS	2.151.938,31	1.610.520,99	1.211.827,28	1.172.562,82	0,00
10.2.1- Educação Infantil	640.856,76	413.553,45	292.218,04	292.218,04	0,00
10.2.2- Ensino Fundamental	1.511.081,55	1.196.967,54	919.609,24	880.344,78	0,00
10.2.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre(d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre(e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre(f)	INSC. EM REST. A PAGAR NÃO PROC.(g)	INSC. EM REST. A PAG. NÃO PROC. (SEM DISP.DE CX)[7]. (h)	DESPESAS LIQUIDADAS / EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (I)[5 9]
11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	8.704.517,09	7.385.573,16	7.346.308,70	0,00	0,00	0,00
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	6.653.385,05	5.782.340,40	5.743.075,94	0,00	0,00	0,00
11.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF + (FUNDEB ETI - Fonte 546)	157.520,60	137.940,60	137.940,60	0,00	0,00	137.940,60
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	1.893.611,44	1.465.292,16	1.465.292,16	0,00	0,00	0,00
11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12- OUTRAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE INDICADORES.						
12.1 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	7.093.996,10	6.173.745,88	6.173.745,88	0,00	0,00	0,00
12.2 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM CRIAÇÃO DE MATRÍCULAS EM EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL (ETI).	100.000,00	80.260,34	80.260,34	0,00	0,00	0,00
13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	1.417.780,06	1.166.396,58	1.166.396,58	0,00	0,00	0,00
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	281.312,24	85.048,97	85.048,97	0,00	0,00	0,00

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal[2]	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO(k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	%APLICADO[10] (m)
15- MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA				
15.1 - MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	5.804.901,19	6.173.745,88	6.173.745,88	74,45
15.2 - MÍNIMO DE 4% DO FUNDEB COM CRIAÇÃO DE MATRÍCULAS EM EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL (ETI).	347.092,05	80.260,34	80.260,34	0,93
16- PERCENTUAL DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL (INDICADOR IEI)	825.844,03	1.166.396,58	1.166.396,58	66,33
17- MÍNIMO DE 15% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL	263.791,75	85.048,97	85.048,97	4,84

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)[3]	VALOR MAXIMO PERMITIDO(n)	VALOR NÃO APLICADO(o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE(p)	VR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO(q)	% NÃO APLICADO(r)
18- TOTAL DA RECEITA RECEBIDA E NÃO APLICADA NO EXERCÍCIO	867.730,13	1.291.728,18	1.291.728,18	423.998,05	14,89

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)[3]	VLR. SUPERÁVIT PERMITIDO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR(t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLIC. ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE NO EXERCÍCIO ATUAL (x)
19- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	1.244.140,15	229.279,61	0,00	0,00	229.279,61	229.279,61

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE **IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)**	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre(d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre(e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre(f)	INSC. EM REST. A PAGAR NÃO PROC.(g)
20-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	1.801.194,69	872.087,25	762.413,36	728.128,24	0,00
20.1- Educação Infantil	581.237,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.2- Ensino Fundamental	401.255,69	145.481,99	138.487,08	138.487,08	0,00
20.3- Educação de Jovens e Adultos	82.130,00	25.600,00	25.600,00	25.600,00	0,00
20.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.5- Administração Geral	736.572,00	701.005,26	598.326,28	564.041,16	0,00
20.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)[6]	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre(d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre(e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre(f)	INSC. EM REST. A PAGAR NÃO PROC.(g)

21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	11.101.051,00	9.576.604,34	8.147.986,52	8.074.436,94	0,00
21.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	3.926.442,76	3.103.317,55	2.175.004,27	2.175.004,27	0,00
21.1.1- Creche	528.765,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.1.2- Pré-escola	3.397.677,76	3.103.317,55	2.175.004,27	2.175.004,27	0,00
21.2- ENSINO FUNDAMENTAL	7.174.608,24	6.473.286,79	5.972.982,25	5.899.432,67	0,00

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR
22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	762.413,36
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	3.362.695,98
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)	423.998,05
25- (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO ATUAL = L19(x)	229.279,61
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS[4]	0,00
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af))	3.650,00
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 - 24 - 25 - 26 - 27)	3.468.181,68

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL[2] [5]			VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS			4.915.306,58	3.468.181,68	17,64
RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE[8]	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	1.451.320,10	1.444.412,21	1.308.962,57	3.650,00	138.707,53
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	481.314,21	474.643,33	444.954,64	3.650,00	32.709,57
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	914.558,28	914.321,27	861.100,32	0,00	53.457,96
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR) + (FUNDEB ETI - Fonte 546)	55.447,61	55.447,61	2.907,61	0,00	52.540,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	2.413.425,00	836.893,59
31.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	1.121.060,00	773.692,39
31.1.1- Salário-Educação	399.001,00	488.973,69
31.1.2- PDDE	0,00	0,00
31.1.3- PNAE	286.916,00	216.812,20
31.1.4 - PNATE	119.619,00	30.316,96
31.1.5- Outras Transferências do FNDE	315.524,00	37.589,54
31.2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.292.365,00	63.201,20
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.5- RECEITA DE PRECATÓRIOS - FUNDEF E FUNDEB	0,00	0,00
31.6- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)[6]	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre(d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre(e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre(f)	INSC. EM REST. A PAGAR NÃO PROC.(g)
32- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	1.585.570,00	645.782,69	530.693,67	526.344,85	0,00
32.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	114.938,00	86.385,36	64.208,24	64.208,24	0,00
32.2- ENSINO FUNDAMENTAL	1.448.432,00	555.426,33	462.514,43	458.165,61	0,00
32.3- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.5- ENSINO PROFISSIONAL	17.278,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8- OUTRAS	4.922,00	3.971,00	3.971,00	3.971,00	0,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre(d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre(e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre(f)	INSC. EM REST. A PAGAR NÃO PROC.(g)
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	12.686.621,00	10.222.387,03	8.678.680,19	8.600.781,79	0,00
33.1- Despesas Correntes	10.857.311,69	9.708.276,84	8.359.387,82	8.281.489,42	0,00
33.1.1- Pessoal Ativo	7.754.397,00	7.307.496,10	6.344.430,28	6.344.430,28	0,00
33.1.2- Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3-Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	26.520,00	26.029,00	17.924,00	17.924,00	0,00
33.1.4- Outras Despesas Correntes	3.076.394,69	2.374.751,74	1.997.033,54	1.919.135,14	0,00
33.2- Despesas de Capital	1.831.309,31	515.555,64	319.292,37	319.292,37	0,00
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2- Outras Despesas de Capital	1.831.309,31	515.555,64	319.292,37	319.292,37	0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	253.437,33	377.013,70
35- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	8.677.301,34	488.973,69
36- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	8.210.316,63	292.401,23
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRAATÉ O BIMESTRE	720.422,04	573.586,16
38- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	(703.446,32)	0,00
39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	16.793,39	0,00
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	182,33	573.586,16

1 Os valores informados devem corresponder ao efetivamente transferido. Os percentuais correspodem ao disposto na legislação.

2 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

3 Art. 25, § 3º, Lei 14.113/2020: "Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.

4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

5 Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

6 As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e nas subfunções atípicas deverão ser rateadas para essas áreas de atuação.

7 Valor inscrito em RPNP sem disponibilidade de caixa, que não será considerado na apuração dos indicadores e limites. Para as linhas 15, 16 e 17, deverá ser comparado o total inscrito em RPNP com a disponibilidade de caixa por fonte de recursos. Para a linha 14, deverá ser verificada a diferença entre a disponibilidade nas Fontes do Fundeb e os RPNP referentes a essas despesas. Para a linha 18, deverá ser verificada a diferença entre as disponibilidades na Fonte VAAT e os RPNP dessas despesas.

8 Controle da execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite mínimo dos exercícios anteriores

9 Nesta coluna não devem se informados valores inferiores a 0 (zero).
10 Essa coluna não deve conter percentual superior a 100%. Caso isso ocorra, em razão de valores informados na coluna (i), os percentuais devem ser ajustados para 100%.

Publicado por:
Joao Maria Alves de Assuncao
Código Identificador:95CBCD21

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO
RREO 04-2026 PMCRUZETA ANEXO 14

MUNICIPIO DE CRUZETA	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido de Execução Orçamentária	Exercício: **2026**
Bimestre: 4/2026	
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)	
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	**Até o Bimestre**
RECEITAS	
Previsão Inicial	69.205.770,00
Previsão Atualizada	69.205.770,00
Receitas Realizadas	53.540.075,10
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	0,00
DESPESAS	
Dotação Inicial	68.952.770,00
Dotação Atualizada	68.951.770,00
Despesas Empenhadas	46.686.150,44
Despesas Liquidadas	36.179.161,42
Despesas Pagas	36.078.341,11
Superávit Orçamentário	17.360.913,68
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	**Até o Bimestre**
Despesas Empenhadas	46.686.150,44
Despesas Liquidadas	36.179.161,42
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**Até o Bimestre**
Receita Corrente Líquida	70.279.661,30
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	70.279.661,30
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	70.279.661,30
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	**Até o Bimestre**
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	
Receitas Previdenciárias Realizada	6.647.758,52
Despesas Previdenciárias Empenhadas	7.199.887,05
Despesas Previdenciárias Liquidadas	5.474.524,46
Despesas Previdenciárias Pagas	5.474.524,46
Resultado Previdenciário	1.173.234,06
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)	
Receitas Previdenciárias Realizada	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL	**Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)**	**Resultado Apurado Até o Bimestre (b)**		**% em Relação à Meta (b/a)**
Resultado Primário (Sem RPPS) - Acima da Linha	783.245,00	8.698.692,43		1.110,59
Resultado Nominal (Sem RPPS) - Abaixo da Linha	822.199,43	11.523.531,51		1.401,54
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	**Inscrição**	**Cancelamento Até o Bimestre**	**Pagamento Até o Bimestre**	**Saldo a Pagar**
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	2.241.915,78	0,00	2.068.551,22	173.364,56
Poder Executivo	2.241.915,78	0,00	2.068.551,22	173.364,56
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	5.626.263,13	3.650,00	4.830.808,44	791.804,69
Poder Executivo	5.589.940,13	3.650,00	4.794.485,44	791.804,69
Poder Legislativo	36.323,00	0,00	36.323,00	0,00
TOTAL	7.868.178,91	3.650,00	6.899.359,66	965.169,25
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	**Valor Apurado Até o Bimestre**		**Limite Constitucional Anual**	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	**% Aplicado Até o Bimestre**
Mínimo Anual de <18% /25%> das Rec. de Impostos na Manut. e Desenvolvimento do Ensino	3.468.181,68		25,00	17,64
Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	6.173.745,88		70,00	74,45
Percentual Complementação da União ao FUNDEB - (VAAT) Vinculado à Educação Infantil	1.166.396,58		0,00	66,33
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesas de Capital	85.048,97		15,00	4,84
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	**Valor Apurado no Exercício**		**Saldo não realizado**	
Receita de Operação de Crédito	0,00		0,00	
Despesa de Capital Líquida	0,00		0,00	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA E DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES	**Exercício**	**10º Exercício**	**20º Exercício**	**35º Exercício**
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias				
Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário				
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões e Inativos Militares				
Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas com Pensões e Inativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Associado às Pensões e aos Inativos Militares	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	**Valor Apurado no Exercício**		**Saldo a Realizar**	
Receita de Alienação de Ativos	0,00		0,00	

Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	**Valor Apurado Até o Bimestre**	**Limite Constitucional Anual**	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	**% Aplicado Até o Bimestre**
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	3.138.671,85	15,00	16,67
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADOS DE PPP	**Valor Apurado no Exercício Corrente**		
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	0,00		

Publicado por:
Joao Maria Alves de Assuncao
Código Identificador:0D33619C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTO DE PREÇO Nº 138/2025

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS, RN
DETENTORA: WILTON DA COSTA SANTOS – CNPJ nº 09.319.988/0001-20.
OBJETO DA ARP: aquisição de Gêneros Alimentícios Refrigerados
OBJETO DO TERMO ADITIVO: Fica prorrogada, por mais 12 (doze) meses, a vigência da Ata de Registro de Preços nº 138/2025, exclusivamente em relação aos itens abaixo relacionados os quais demonstraram-se vantajosos para a Administração, conforme análise de vantajosidade constante dos autos do processo, passando sua vigência a compreender o **período de 11 de agosto de 2026** a **10 de agosto de 2027.**

ITENS	DESCRIÇÃO	UNID	QNT	MARCA	VALOR UNIT. R$	VALOR TOTAL R$
1	0076415 - BEBIDA LÁCTEA 1000 ML (SABOR GRAVIOLA) - Bebida Láctea, fermentada, acondicionado em sacos plásticos atóxicos, limpos, não violados, resistentes, que garantam a integridade do produto até o momento do consumo. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto.	LITRO	600	SANTO EXPEDITO	4,80	2.880,00
2	0076416 - BEBIDA LÁCTEA 1000 ML (SABOR MORANGO) - Leite pasteurizado, soro fresco de leite, açúcar, preparado de frutas, aroma natural, conservado, espessamente e fermento lácteo, com consistências minerais e vitaminas. Embaladas em sacos, limpos, não violados, resistentes, que garantam a integridade do produto até o momento do consumo. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF.	UND	11.000	SANTO EXPEDITO	4,80	52.800,00
3	0076417 - BEBIDA LÁCTEA 1000ML (SABOR AMEIXA) - Bebida Láctea, fermentada, acondicionado em sacos plásticos atóxicos, limpos, não violados, resistentes, que garantam a integridade do produto até o momento do consumo. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto.	LITRO	4.600	SANTO EXPEDITO	4,80	22.080,00
6	0055044 - CARNE BOVINA DE SOL 2ª. Curada, seca, embalada a vácuo, em sacos plásticos transparentes e atóxicos, limpos, não violados, resistentes, que garantam a integridade do produto até o momento do consumo. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote data de fabricação, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF. O produto deverá apresentar validade mínima de 30 (trinta) dias a partir da data de entrega na unidade requisitante.	KG	6.500	FRIGOTIL	37,00	240.500,00
8	0076420 - CARNE BOVINA MOÍDA (Tipo Músculo), sem pelanca, sem gordura, sem sebo, congelada, Aspecto: próprio da espécie, não amolecida nem pegajosa. Cor: própria da espécie, sem manchas esverdeadas ou pardacentas. Odor: próprio. Embalada em sacos plásticos transparentes e atóxicos, limpos, não violados, resistentes e que garantam a integridade do produto até o momento do consumo. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote data de fabricação, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF.	KG	16.000	FRIGOTIL	24,50	392.000,00
9	0033536 - CARNE BOVINA MOÍDA DE 1ª (KG) – Tipo acém paleta, colchão mole ou chã de dentro. Produto entregue deve ser moído e congelado, deve apresentar características organolépticas próprias, contendo o mínimo de gordura, nervos ou peles visíveis. Acondicionado em sacos plásticos transparentes, hermeticamente fechados e resistentes (sem furos). Obedecendo ao prazo de validade e registro em órgão Federal competente. Devem conter as informações nutricionais apropriadas.	KG	2.000	FRIGOTIL	24,50	49.000,00
14	0076423 - COXA E SOBRECOXA DE FRANGO - Apresentar-se congeladas, livre de parasitos e de qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração, odor e sabor próprios em porções individuais em saco plástico transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote data de fabricação, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF.	KG	23.000	BELA VIDA	11,50	264.500,00
17	0076425 - FRANGO (FILÉ DE PEITO) (KG) – Filé de peito de frango, de primeira qualidade, congelado, embalagem em filme PVC transparente ou saco plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, de acordo com as Portarias do Ministério da	KG	11.000	OI	23,00	253.000,00

	Agricultura.					
27	0076431 - PEITO DE FRANGO (KG) - Apresentar-se congelado. Embalados em bandejas de isopor e lacrados com plástico resistente ou, embaladas por saco plástico transparente, atóxico, limpo, não violado, resistente, que garantam a integridade do produto. Acondicionados em caixas lacradas. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF.	KG	22.500	LANGUIRU	16,80	378.000,00
VALOR TOTAL						**R$ 1.654.760,00**

FUNDAMENTO LEGAL: art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.
DATA: 09 de setembro de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal
Gerenciador

WILTON DA COSTA SANTOS
Detentora

Publicado por:
Judson Marcelino Santos de Oliveira
Código Identificador:1A4DBE0B

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTO DE PREÇO Nº 138/2025

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS, RN
DETENTORA: H&G SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA, INSCRITA NO CNPJ Nº 55.219.559/0001-07. – CNPJ nº 55.219.559/0001-07.
OBJETO DA ARP: aquisição de Gêneros Alimentícios Refrigerados
OBJETO DO TERMO ADITIVO: Fica prorrogada, por mais 12 (doze) meses, a vigência da Ata de Registro de Preços nº 136/2025, exclusivamente em relação aos itens abaixo relacionados os quais demonstraram-se vantajosos para a Administração, conforme análise de vantajosidade constante dos autos do processo, passando sua vigência a compreender o período de **11 de agosto de 2026** a **10 de agosto de 2027.**

ITENS	DESCRIÇÃO	UNID	QNT	MARCA	VALOR UNIT. R$	VALOR TOTAL R$
15	0009015 - FÍGADO BOVINO (KG)	KG	500	FRIBOI	14,88	7.440,00
30	0033581 - POLPA DE FRUTA - Sabor Acerola, congelada, embalagem plástica de 1000g, hermeticamente fechada e sem perfurações no ato da entrega, com registro no Ministério da Agricultura e Abastecimento.	KG	200	D FRUT	4,97	994
31	0033582 - POLPA DE FRUTA - Sabor Cajá, congelada, embalagem plástica de 1000g, hermeticamente fechada e sem perfurações no ato da entrega, com registro no Ministério da Agricultura e Abastecimento.	KG	200	D FRUT	7,99	1.598,00
32	0033636 - POLPA DE FRUTA - Sabor Caju, congelada, embalagem plástica de 1000g, hermeticamente fechada e sem perfurações no ato da entrega, com registro no Ministério da Agricultura e Abastecimento.	KG	200	D FRUT	4,97	994
33	0033583 - POLPA DE FRUTA - Sabor Goiaba, congelada, embalagem plástica de 1000g, hermeticamente fechada e sem perfurações no ato da entrega, com registro no Ministério da Agricultura e Abastecimento.	KG	200	D FRUT	4,97	994
34	0033585 - POLPA DE FRUTA - Sabor Manga, congelada, embalagem plástica de 1000g, hermeticamente fechada e sem perfurações no ato da entrega, com registro no Ministério da Agricultura e Abastecimento.	KG	200	D FRUT	4,97	994
36	0033587 - POLPA DE FRUTA - Sabor Uva, congelada, embalagem plástica de 1000g, hermeticamente fechada e sem perfurações no ato da entrega, com registro no Ministério da Agricultura e Abastecimento.	KG	200	D FRUT	7,42	1.484,00
38	0063539 - Queijo tipo Coalho (KG). Elaborado com leite de vaca integral pasteurizado, coalho e sal. Textura firme e macia, cor branca. Produto de fabricação nacional, sem registro de irregularidades junto à ANVISA e certificado pelo Ministério da Agricultura - SIF. Entregar junto com a amostra a marca e a relação de ingredientes da composição. Isento de glúten e gordura trans.	KG	800	CAICÓ	35,97	28.776,00
40	0033590 - QUEIJO TIPO MUSSARELA (FATIADO) (KG) - fatiado de primeira qualidade. - Embalado em saco plástico transparente com registro nos órgãos competentes e contendo informações nutricionais, data de fabricação e prazo de validade. Pesando aproximadamente 30g a fatia.	KG	1.000	NATVILLE	35,97	35.970,00
VALOR TOTAL						**R$ 79.244,00**

FUNDAMENTO LEGAL: art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.
DATA: 10 de setembro de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal
Gerenciador

H&G SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA
Detentora

Publicado por:
Judson Marcelino Santos de Oliveira
Código Identificador:69B52DB5

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENCANTO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
TERMO DE ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2026

Após o regular processamento da licitação na modalidade Pregão nº 016/2026, referente ao Processo Administrativo nº 03080001/2026, e considerando o relatório final do(a) Agente de Contratação/Comissão de Contratação que declarou o(s) licitante(s) vencedor(es), o Sr. ALBERONE

NERI DE OLIVEIRA LIMA, na qualidade de Autoridade Superior do(a) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ENCANTO, no uso de suas atribuições legais, resolve, ADJUDICAR, com fundamento na primeira parte do inciso IV do Art. 71 da Lei nº 14.133/2021, o(s) objeto(s) da licitação ao(s) seguinte(s) licitante(s) vencedor(es), conforme detalhado no quadro abaixo.

RESULTADO DA ADJUDICAÇÃO

18.010.260/0001-03 - PRO SAUDE DISTRIBUIDORA LTDA
1 - LOTE I - MEDICAMENTOS

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTD.	UND.	V. REF.	V. UNIT.	V. TOTAL
90	ÁCIDO TRANEXÂMICO, 50 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	HIPOLABOR	1.000,00	Unidade	4,90	3,60	3.600,00
91	TRAMADOL CLORIDRATO, 50 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 2ML	CRISTALIA	600,00	Unidade	3,40	3,30	1.980,00
92	MORFINA, SULFATO, 10MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 2ML	CRISTALIA	600,00	Unidade	8,28	8,18	4.908,00
93	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, 5 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 2ML	FARMACE	1.200,00	Unidade	1,03	0,70	840,00
94	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA COM DIPIRONA SÓDICA, 4MG + 500MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL - 1ML	HIPOLABOR	1.000,00	Unidade	1,75	1,34	1.340,00
95	DIAZEPAM, 10 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, 2ML	SANTISA	1.000,00	Unidade	1,42	1,29	1.290,00
96	PIRACETAM, 200 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 5ML	SANOFI	500,00	Unidade	3,43	2,01	1.005,00
97	FITOMENADIONA, 10 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 1ML	HIPOLABOR	1.000,00	Unidade	3,01	2,09	2.090,00
98	ETILEFRINA CLORIDRATO, 10MG/ML, INJETÁVEL - AMPOLA 1ML	UNIÃO QUIMICA	1.000,00	Unidade	2,71	2,09	2.090,00
99	EPINEFRINA, 1MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 1ML	HYPOFARMA	900,00	Unidade	1,43	1,00	900,00
100	CIMETIDINA, 150 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPÓLA 2 ML	HYPOFARMA	1.000,00	Unidade	1,77	1,05	1.050,00
101	AMICACINA SULFATO, 250 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2 ML	TEUTO	1.000,00	Unidade	6,86	4,00	4.000,00
102	AMICACINA SULFATO, 50 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	TEUTO	1.000,00	Unidade	5,82	3,80	3.800,00
103	ACIDO ASCORBICO, 100MG/ML, INJ - AMPOLA 5 ML	FARMACE	1.000,00	Unidade	1,45	1,00	1.000,00
104	CEFTRIAXONA SÓDICA, 1 G, ENDOVENOSO (FRASCO-AMPOLA)	BLAU	600,00	Unidade	5,56	4,19	2.514,00
105	CEFTRIAXONA SÓDICA, 1 G, INTRAMUSCULAR, (FRASCO-AMPOLA)	TEUTO	600,00	Unidade	14,08	8,90	5.340,00
106	BENZILPENICILINA, BENZATINA, 600.000UI, INJETÁVEL - FRASCO AMPOLA	TEUTO	1.300,00	Unidade	9,11	7,19	9.347,00
107	BENZILPENICILINA, BENZATINA, 1.200.000UI, INJETÁVEL - FRASCO AMPOLA	TEUTO	1.300,00	Unidade	8,76	6,50	8.450,00
108	VITAMINAS DO COMPLEXO B, VITAMINAS: B1,B2,B6,B12 E PP, SOLUÇÃO INJETÁVEL - 2ML AMPOLA	HYPOFARMA	1.000,00	Unidade	1,69	1,09	1.090,00
109	OCITOCINA, 5 UI/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 1ML	BLAU	900,00	Unidade	3,89	3,00	2.700,00
110	LIDOCAÍNA CLORIDRATO, 2%, INJETÁVEL - 5ML	HYPOFARMA	600,00	Ampola	3,34	2,19	1.314,00
111	LIDOCAÍNA CLORIDRATO, 2%, GELÉIA, 30 G	PHARLAB	900,00	BIS	6,27	4,00	3.600,00

112	HIDROCORTISONA, 500MG, INJETÁVEL FRASCO-AMPOLA	BLAU	500,00	Unidade	6,96	5,13	2.565,00
113	HIDROCORTISONA, SAL ACETATO, 100 MG, PÓ LIÓFILO P/ INJETÁVEL - FRASCO AMPOLA	BLAU	500,00	Unidade	4,65	3,19	1.595,00
114	GENTAMICINA, 80 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2ML	HYPOFARMA	1.000,00	Unidade	1,50	1,09	1.090,00
115	FUROSEMIDA, 10 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2ML	TEUTO	1.200,00	Unidade	0,97	0,80	960,00
116	FENOTEROL BROMIDRATO,0,25 MG/ML, SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO - FRASCO 20ML	TEUTO	500,00	Unidade	8,91	5,40	2.700,00
117	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, 20 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, 1ML	HIPOLABOR	1.000,00	Unidade	1,96	1,29	1.290,00
118	ERGOMETRINA MALEATO, 0,2 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 1ML	UNIÃO QUIMICA	1.000,00	Unidade	3,66	2,59	2.590,00
119	DIPIRONA SÓDICA, 500 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2 ML	SANTISA	2.000,00	Unidade	1,30	0,85	1.700,00
120	DICLOFENACO, SAL SÓDICO, 25MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 3 ML	FARMACE	1.200,00	Unidade	1,23	0,90	1.080,00
121	DEXAMETASONA, 4 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, 2,50ML	FARMACE	1.000,00	Unidade	1,37	1,00	1.000,00
122	CEFALOTINA SÓDICA, 1 G, INJETÁVEL (FRASCO - AMPOLA)	BLAU	800,00	Unidade	5,91	4,29	3.432,00
123	BROMETO DE IPRATRÓPIO SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO 0,25 MG/ML, 20ML	HIPOLABOR	500,00	Unidade	1,86	1,29	645,00
124	ATROPINA SULFATO, 0,25 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 1ML	FARMACE	1.500,00	Unidade	1,89	1,09	1.635,00
125	AMINOFILINA, 24 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 10ML	FARMACE	1.000,00	Unidade	7,29	4,00	4.000,00
126	HALOPERIDOL, 5 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	CRISTALIA	1.000,00	Unidade	6,40	6,39	6.390,00
127	AMPICILINA, 1 G, INJETÁVEL	BLAU	500,00	Unidade	6,58	4,29	2.145,00
128	CLORIDRATO DE CETAMINA SOLUÇÃO INJETÁVEL - 50MG/ML 10ML	CRISTALIA	200,00	FR	190,96	106,50	21.300,00
129	XILAZINA CLORIDRATO, 20 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, USO VETERINÁRIO	SYNTEC	200,00	FR	60,35	40,00	8.000,00
130	PERÓXIDO DE HIDROGÊNIO (ÁGUA OXIGENADA) 40 VOLUMES	ASC	30,00	LITROS	21,33	12,49	374,70
131	FENOBARBITAL 100MG/ML INJETÁVEL AMPOLA 2ML	CRISTALIA	1.000,00	Ampola	7,38	7,37	7.370,00
132	GENTAMICINA, 40 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2ML	HYPOFARMA	800,00	Unidade	1,51	1,19	952,00
133	TENOXICAM 20MG INJETÁVEL 2 ML	GENOM	800,00	Unidade	10,08	7,00	5.600,00
134	HEPARINA SÓDICA 5.000UI/ML INJETÁVEL 5ML	CRISTALIA	500,00	Unidade	39,07	21,50	10.750,00
135	FENTANILA 50MG/ML INJETÁVEL	HIPOLABOR	600,00	Unidade	5,12	4,01	2.406,00
136	PROMETAZINA 50MG/2ML INJETÁVEL 2ML	HIPOLABOR	1.000,00	Unidade	4,66	3,82	3.820,00
137	METRONIDAZOL 5MG/ML INJ.	FARMACE	400,00	FR	8,14	5,09	2.036,00
139	PROFOLOL EMULSÃO INJETÁVEL	TEUTO	100,00	Unidade	24,67	22,50	2.250,00
140	OXIDO NITROSO GASOSO	ALGGASES	20,00	Unidade	103,33	79,89	1.597,80

141	CLORETO DE SUXAMETÔNIO SOL. INJ.	BLAU	20,00	Unidade	29,65	28,40	568,00
142	NITROPRUSSIATO DE SÓDIO 25MG/ML INJ.	HYPOFARMA	100,00	Unidade	32,87	29,00	2.900,00
143	FOSFATO DE CLINDAMICINA 150MG/ML INJ.	HYPOFARMA	500,00	Unidade	5,67	4,02	2.010,00
144	CLORIDRATO DE VANCOMICINA 500MG INJ.	TEUTO	500,00	Unidade	9,46	5,80	2.900,00
145	ENOXAPARINA 40MG, 60MG OU 80MG INJ.	CRISTALIA	500,00	Unidade	35,70	19,50	9.750,00
146	BICARBONATO DE SÓDIO 8,4% INJ.	SAMTEC	150,00	Unidade	1,57	1,00	150,00
147	CLORETO DE CÁLCIO 10% INJ.	CRISTALIA	150,00	Unidade	7,08	5,00	750,00
148	SULFATO DE MAGNÉSIO 10% INJ.	SAMTEC	100,00	Unidade	3,19	2,69	269,00
162	HIDROGEL POMADA	MISSNER	100,00	Unidade	28,96	16,00	1.600,00
163	CLORIDRATO DE HIDRALAZINA 20MG/ML INJ.	CRISTALIA	200,00	Unidade	11,77	10,52	2.104,00
166	LIDOCAÍNA COM VASOCONSTRITOR 2% INJ.	HYPOFARMA	600,00	Unidade	12,91	9,00	5.400,00
167	TENOXICAM 40MG INJETÁVEL 2 ML	GENOM	1.000,00	Unidade	14,39	12,50	12.500,00
168	SULFATO DE SALBUTAMOL 100MCG SPRAY	TEUTO	50,00	Unidade	20,65	14,50	725,00
173	CLOREXIDINA SOLUÇÃO ALCOOLICA 2%	VIC PHARMA	30,00	Unidade	29,33	20,00	600,00
174	CLOREXIDINA SOLUÇÃO AQUOSA 2%	VIC PHARMA	30,00	Unidade	34,21	20,00	600,00
175	CLOREXIDINA DEGERMANTE TÓPICO	VIC PHARMA	30,00	Unidade	30,65	20,00	600,00
212	BROMOPRIDA 5MG/ML INJ.	HIPOLABOR	1.500,00	Unidade	1,96	1,24	1.860,00
213	GLICOSE, 5%, SOLUÇÃO INJETÁVEL - FRASCO 10 ML	EQUIPLEX	1.500,00	Unidade	1,59	0,89	1.335,00
214	ETOMIDATO 2MG/ML INJ.	CRISTALIA	200,00	Unidade	25,71	25,70	5.140,00
218	ONDANSETRONA 1% INJ.	HIPOLABOR	1.500,00	Unidade	1,69	1,09	1.635,00
220	OMEPRAZOL 40MG, INJETÁVEL	BLAU	250,00	Unidade	11,45	7,00	1.750,00
221	CLORIDRATO DE NALOXONA 0,4MG/ML	CRISTALIA	50,00	Unidade	18,70	17,65	882,50
223	CLINDAMICINA 150MG/ML	HYPOFARMA	250,00	Unidade	6,08	3,80	950,00
VALOR TOTAL							222.500,00

Adjudicado para PRO SAUDE DISTRIBUIDORA LTDA inscrita no CNPJ/MF: 18.010.260/0001-03, pelo melhor valor de R$ 222.500,00 (duzentos e vinte e dois mil, quinhentos reais), em 22/09/2026.
50.894.798/0001-30 - DENTAL NUNES LTDA
2 - LOTE II - MATERIAL

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTD.	UND.	V. REF.	V. UNIT.	V. TOTAL
1	AGULHA, HIPODÉRMICA, 25 X 6, CORPO EM AÇO INÓX SILICONIZADO, BISEL CURTO TRIFACETADO, CONECTOR EM PLÁSTICO LUER, PROTETOR PLÁSTICO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	MEDIX	50,00	Caixa	11,02	5,51	275,50
2	ÁLCOOL 70% GEL - 500ML	ITAJA	200,00	FR	10,41	5,21	1.042,00
3	ALCOOL ETIL 99% 1 LITRO	PROLINK	200,00	Unidade	12,37	6,19	1.238,00
4	ÁLCOOL ETÍLICO, HIDRATADO, 70% (70°GL), LÍQUIDO 1 LITRO	ITAJA	500,00	Unidade	8,92	4,46	2.230,00

5	ALGODÃO, HIDRÓFILO, EM MANTAS, ALVEJADO, PURIFICADO, ISENTO DE IMPUREZAS, ENROLADO EM PAPEL APROPRIADO, NÃO ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL 500G - ROLO	NEVOA	200,00	Pacote	16,52	8,26	1.652,00
6	ALGODÃO, HIDRÓFILO, EM MANTAS, ALVEJADO, PURIFICADO, ISENTO DE IMPUREZAS, ENROLADO EM PAPEL APROPRIADO, NÃO ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL 250G - ROLO	NEVOA	100,00	Pacote	12,19	6,10	610,00
7	IODOPOLIVIDONA SOLUÇÃO HIDROALCOÓLICA USO TÓPICO 1 LITRO	VICPHARMA	100,00	Unidade	61,34	30,67	3.067,00
8	COMPRESSA DE GAZE ROLO 9,1CM X 9,1CM 13 FIOS	FORTCLEAN	120,00	Rolo	31,97	15,99	1.918,80
9	COMPRESSA DE GAZE 7,5CM X 7,5CM COM 500 UNIDADES	FORTCLEAN	6.000,00	Pacote	14,59	7,30	43.800,00
10	EQUIPO MACROGOTAS COM INJETOR LATERAL	MEDIX	1.000,00	Unidade	1,18	0,59	590,00
11	ESPARADRAPO ANTI-ALERGICO 10CM X 4,5M	CRAL	800,00	Unidade	9,19	4,60	3.680,00
12	ESPARADRAPO TECIDO IMPERMEAVEL 45MM, 10M	CRAL	800,00	Unidade	12,99	6,50	5.200,00
13	MÁSCARA, ANTIALÉRGICO, DESCARTÁVEL ÚNICO, CAIXA COM 100 UNIDADES	SSPLUS	300,00	Caixa	10,87	4,40	1.320,00
14	LUVA DE PROCEDIMENTO (G) C/100 UNIDADES	MEDIX	300,00	Caixa	31,30	15,65	4.695,00
15	LUVA DE PROCEDIMENTO (M) C/100 UNIDADES	MEDIX	400,00	Caixa	31,30	15,65	6.260,00
16	LUVA DE PROCEDIMENTO (P) C/100 UNIDADES	MEDIX	500,00	Caixa	31,30	15,65	7.825,00
17	LUVA DE PROCEDIMENTO (PP) C/100 UNIDADES	MEDIX	300,00	Caixa	31,30	15,65	4.695,00
18	LUVA CIRURGICA ESTERIL Nº 7,5	MEDIX	1.500,00	Par	1,74	0,87	1.305,00
19	LUVA CIRURGICA ESTERIL Nº 7,0	MEDIX	2.000,00	Par	1,77	0,89	1.780,00
20	LUVA CIRURGICA ESTERIL Nº 6,5	MEDIX	2.000,00	Par	1,82	0,91	1.820,00
21	ATADURA CREPOM 10CM	FORTCLEAN	1.000,00	Unidade	0,52	0,26	260,00
22	ATADURA, CREPOM, 100% ALGODÃO, 20 CM, 125 CM, EM REPOUSO, 13 FIOS UN/CM², EMBALAGEM INDIVIDUAL - ROLO	FORTCLEAN	600,00	Unidade	1,00	0,50	300,00
23	ATADURA CREPOM 15CM	FORTCLEAN	800,00	Unidade	1,10	0,55	440,00
24	SERINGA DESCARTAVEL 20ML COM AGULHA	SR	5.000,00	Unidade	1,31	0,66	3.300,00
25	SERINGA DESCARTAVEL 10ML COM AGULHA	SR	5.000,00	Unidade	0,72	0,36	1.800,00
26	SERINGA DESCARTAVEL 5ML COM AGULHA	SR	4.000,00	Unidade	0,39	0,20	800,00
27	SERINGA DESCARTAVEL 3ML COM AGULHA	SR	6.000,00	Unidade	0,41	0,21	1.260,00
28	SERINGA DESCARTAVEL 1ML COM AGULHA	SR	10.000,00	Unidade	0,38	0,19	1.900,00
29	APARELHO DE GLICEMIA	ONCALLPLUS	15,00	Unidade	51,73	25,87	388,05
30	FITA PARA GLICEMIA COM 50 UNIDADES	ONCALLPLUS	300,00	Caixa	25,13	12,57	3.771,00
31	SORO FISIOLOGICO 0,9% 500ML	FARMACE	1.500,00	Unidade	8,26	4,13	6.195,00
32	SORO FISIOLOGICO 0,9% 250ML	FARMACE	800,00	Unidade	6,65	3,33	2.664,00

33	SORO FISIOLOGICO 0,9% 100ML	FARMACE	500,00	Bolsa	4,42	2,21	1.105,00
34	SORO GLICOSADO 5% 500ML	FARMACE	500,00	Unidade	7,63	3,82	1.910,00
35	SORO RINGER SIMPLES COM 500ML	FARMACE	200,00	Unidade	7,68	3,84	768,00
36	ABAIXADOR DE LINGUA MADEIRA, DESCARTAVEL PCT C/ 100	THEOTO	250,00	Pacote	8,26	4,13	1.032,50
37	CATETER PARA OXIGENIO TIPO OCULOS	MARKMED	100,00	Unidade	2,01	1,01	101,00
38	SONDA URETRAL Nº 14	MARKMED	2.000,00	Unidade	0,97	0,49	980,00
39	SONDA URETRAL Nº 12	MARKMED	2.000,00	Unidade	1,01	0,51	1.020,00
40	SONDA URETRAL Nº 10	MARKMED	2.000,00	Unidade	0,85	0,43	860,00
41	SONDA URETRAL Nº 08	MARKMED	2.000,00	Unidade	0,88	0,44	880,00
42	AGUA DESTILADA COM 5 LITROS	SANAFARMA	100,00	Galão	21,06	9,40	940,00
43	PAPEL GRAU CIRURGICO 15CM	CIEX	100,00	Unidade	76,33	38,17	3.817,00
44	PAPEL GRAU CIRURGICO 10CM	CIEX	100,00	Unidade	58,29	29,15	2.915,00
45	DETERGENTE ENZIMÁTICO COM 1 LITRO	PROLINK	100,00	Unidade	26,73	13,37	1.337,00
46	COLETE PERFURO CORTANTE DE 13 LITROS	CRAL	200,00	Unidade	7,67	3,84	768,00
47	EQUIPO MACROGOTAS SIMPLES	MEDIX	1.000,00	Unidade	0,89	0,45	450,00
48	CATGUT 2-0 COM AGULHA CAIXA COM 24 UNIDADES	DONATI	20,00	Caixa	112,91	56,46	1.129,20
49	PAPEL GRAU CIRURGICO 30CM X 100M SEM FILME	CIEX	40,00	Unidade	203,91	101,96	4.078,40
50	SORO RINGER COM LACTATO COM 500ML	FARMACE	250,00	Unidade	7,81	3,91	977,50
51	CAMPO OPERATÓRIO FENESTRADO ESTÉRIL 50X50 PACOTE COM 50 UNIDADES	FORTCLEAN	40,00	Pacote	75,84	37,92	1.516,80
52	SONDA NASOGRASTICA Nº 14	MARKMED	120,00	Unidade	1,90	0,95	114,00
53	SONDA NASOGRASTICA Nº 10-	MARKMED	120,00	Unidade	1,09	0,55	66,00
54	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 12	MARKMED	200,00	Unidade	1,56	0,78	156,00
55	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 08	MARKMED	200,00	Unidade	0,92	0,46	92,00
56	SONDA FOLEY 2 VIAS Nº 18	MEDIX	200,00	Unidade	4,02	2,01	402,00
57	SONDA FOLEY 2 VIAS Nº 16	MEDIX	200,00	Unidade	3,79	1,90	380,00
58	SONDA FOLEY 2 VIAS Nº 14	MEDIX	150,00	Unidade	3,83	1,92	288,00
59	ÁCIDO GRAXOS ESSENCIAIS - OLÉO DE GIRASSOL CICATRIZANTE 200ML	CASEX	500,00	Unidade	7,25	3,63	1.815,00
60	PAPEL PARA IMPRESSORA DE ELETROCARDIÓGRAFO 216mmx30metros	TECNOPRINT	100,00	Rolo	39,13	19,57	1.957,00
61	ESCOVA CERVICAL PCT COM 100 UNIDADES	CRAL	80,00	Pacote	32,98	16,49	1.319,20
62	TENCIOMETRO + ESTETOSCOPIO KIT	ACCUMED	20,00	Kit	84,89	42,45	849,00
63	COLETOR UNIVERSAL 50ML	CRAL	3.000,00	Unidade	0,72	0,36	1.080,00
64	LÂMINA DE BISTURI Nº 12 CAIXA COM 100 UNIDADES	MEDIX	30,00	Caixa	34,50	17,25	517,50

65	LÂMINA DE BISTURI Nº 15 CAIXA COM 100 UNIDADES	MEDIX	30,00	Caixa	34,32	17,16	514,80
66	LÂMINA DE BISTURI Nº 23 CAIXA COM 100 UNIDADES	MEDIX	20,00	Caixa	35,35	17,68	353,60
67	LÂMINA DE BISTURI Nº 24 CAIXA COM 100 UNIDADES	MEDIX	50,00	Caixa	34,01	17,01	850,50
68	COLCHÃO USO HOSPITALAR PVC ATÓXICO, INDEFORMÁVEL, 190CM, 80CM, INFLÁVEL, TIPO CAIXA DE OVO	ASHER	30,00	Unidade	278,13	139,07	4.172,10
69	SCALP Nº 27	MEDIX	1.500,00	Unidade	0,30	0,15	225,00
70	SCALP Nº 23	MEDIX	1.200,00	Unidade	0,38	0,19	228,00
71	SCALP Nº 21	MEDIX	1.500,00	Unidade	0,33	0,17	255,00
72	ESPECULO VAGINAL DESCARTAVEL TAM G	CRAL	2.000,00	Unidade	1,90	0,95	1.900,00
73	ESPECULO VAGINAL DESCARTAVEL TAM M	CRAL	3.000,00	Unidade	1,93	0,97	2.910,00
74	ESPECULO VAGINAL DESCARTAVEL TAM P	CRAL	2.000,00	Unidade	1,74	0,87	1.740,00
75	ESPATULA DE AYRES EM MADEIRA PACOTE COM 100 UNIDADES	THEOTO	100,00	Pacote	15,28	7,64	764,00
76	LÂMINA FOSCA CAIXA COM 50 UNIDADES	CRAL	200,00	Caixa	9,56	4,78	956,00
77	FITA PARA AUTOCLAVE	CIEX	200,00	Rolo	7,55	3,78	756,00
78	TOUCA DESCARTAVEL PACOTE COM 100 UNIDADES	SSPLUS	100,00	Pacote	10,18	5,09	509,00
79	FIO NYLON 2-0 CAIXA C/ 24 ENVELOPE	MEDIX	50,00	Caixa	39,89	19,95	997,50
80	FIO NYLON 3-0 CAIXA C/ 24 ENVELOPE	MEDIX	50,00	Caixa	39,78	19,89	994,50
81	FIO NYLON 4-0 CAIXA C/ 24 ENVELOPE	MEDIX	50,00	Caixa	38,40	19,20	960,00
82	FIO NYLON 5-0 CAIXA C/ 24 ENVELOPE	MEDIX	50,00	Caixa	39,07	19,53	976,50
83	GEL P/ ULTRASSOM 1KG	MULTIGEL	60,00	Quilograma	9,43	4,73	283,80
84	SONDA ENDOTRAQUEAL N. 5.0 C/ BALÃO	SOLIDOR	100,00	Unidade	6,44	3,22	322,00
85	SONDA ENDOTRAQUEAL N. 7.5 C/ BALÃO	SOLIDOR	100,00	Unidade	6,89	3,45	345,00
86	CATETER Nº 27	SOLIDOR	600,00	Unidade	1,36	0,68	408,00
87	CATETER Nº 24	SOLIDOR	600,00	Unidade	1,24	0,62	372,00
88	GARROTE AUTOMATICO	CRAL	30,00	Unidade	8,91	4,46	133,80
89	GLICOSE, 5%, SOLUÇÃO INJETÁVEL, SISTEMA FECHADO - FRASCO 500 ML	FARMACE	1.000,00	Unidade	9,46	4,73	4.730,00
138	LUVA CIRURGICA ESTERIL Nº 8,0	MEDIX	240,00	Par	1,66	0,83	199,20
149	PROPÉS DESCARTÁVEL	MEDIX	2.000,00	Par	0,25	0,13	260,00
150	SONDA GÁSTRICA LEVINE 14 FR	MARKMED	100,00	Unidade	2,07	1,04	104,00
151	SONDA GÁSTRICA LEVINE 16 FR	MARKMED	100,00	Unidade	1,95	0,98	98,00
152	SONDA GÁSTRICA LEVINE 18 FR	MARKMED	120,00	Unidade	2,17	1,09	130,80
153	DRENO PENROSE ½ POLEGADA	CIRURGICA BRASIL	100,00	Unidade	2,61	1,31	131,00

154	DRENO PENROSE ¾ POLEGADA	CIRURGICA BRASIL	100,00	Unidade	2,61	1,31	131,00
155	SONDA RETAL 14 FR	MARKMED	100,00	Unidade	1,64	0,82	82,00
156	SONDA RETAL 16 FR	MARKMED	100,00	Unidade	1,82	0,91	91,00
157	FIO DE SUTURA VICRYL USP 2-0	VICRYL	200,00	Unidade	12,43	6,22	1.244,00
158	FIO DE SUTURA VICRYL USP 3-0	VICRYL	200,00	Unidade	14,04	7,02	1.404,00
159	INDICADOR CLASSE 2 BOWIE-DICK	2I	30,00	Unidade	25,60	12,80	384,00
160	INDICADOR QUÍMICO TESTE AUTOCLAVE	MAQUIRA	4.000,00	Unidade	5,70	2,85	11.400,00
161	INDICADOR BIOLÓGICO TESTE AUTOCLAVE	MAQUIRA	1.000,00	Unidade	19,88	9,94	9.940,00
164	COLETOR DE PERFUROCORTANTE 13L	CRAL	40,00	Unidade	9,08	4,54	181,60
165	COLETOR DE PERFUROCORTANTE 20L	CRAL	100,00	Unidade	12,50	6,25	625,00
169	COMPRESSAS CIRURGICAS	FORTCLEAN	50,00	Pacote	70,74	35,37	1.768,50
170	MASCARAS NÃO REINALANTES	PROTEC	20,00	Unidade	28,24	14,12	282,40
171	CATETER PERIFIX, PONTA ROMBA, 1000MM 20G	BBRAUN	500,00	Unidade	3,77	1,89	945,00
172	PULSEIRAS DE IDENTIFICAÇÃO HOSPITALAR	VISION	1.000,00	Unidade	0,67	0,34	340,00
176	CLAMP UMBILICAL DESCARTAVEL ESTÉRIL	MEDIX	150,00	Unidade	1,24	0,62	93,00
177	AGULHA LEBEL, MESOTERAPIA 32G, 0,23MM X 4MM	UNIQMED	1.000,00	Unidade	4,51	2,26	2.260,00
178	PUNCH CIRÚRGICO TAMANHO 6	UNIQMED	300,00	Unidade	22,63	11,32	3.396,00
179	PUNCH CIRÚRGICO TAMANHO 7	UNIQMED	300,00	Unidade	20,60	10,30	3.090,00
180	PUNCH CIRÚRGICO TAMANHO 8	UNIQMED	500,00	Unidade	23,46	11,73	5.865,00
181	PUNCH CIRÚRGICO TAMANHO 9	UNIQMED	500,00	Unidade	23,81	11,91	5.955,00
182	LANCETAS PARA MEDIÇÃO DE GLICOSE	GTECH	7.000,00	Unidade	0,11	0,06	420,00
183	SONDA NASOENTERAL DOBBHOFF 6MM (NÃO SERIA 6FR?)	TAYLOR	50,00	Unidade	17,00	8,50	425,00
184	SONDA NASOENTERAL DOBBHOFF 7MM (8 FR)	TAYLOR	10,00	Unidade	18,59	9,30	93,00
185	SONDA NASOENTERAL DOBBHOFF 8MM (10 FR)	TAYLOR	15,00	Unidade	18,59	9,30	139,50
186	SONDA NASOENTERAL DOBBHOFF 9MM (12 FR)	TAYLOR	70,00	Unidade	17,38	8,69	608,30
187	BOLSA COLETORA DE URINA, ESTÉRIL, SISTEMA FECHADO, 2L	MEDIX	500,00	Unidade	4,36	2,18	1.090,00
188	COLETOR DE URINA/SECREÇÃO, SISTEMA ABERTO,DESCARTÁVEL, 2L	MARKMED	2.000,00	Unidade	0,61	0,31	620,00
189	EQUIPO POLIFIX 2 VIAS, ACESSO VENENO	MEDIX	1.500,00	Unidade	1,51	0,76	1.140,00
190	FORMALDEIDO SOLUÇÃO TAMPONADA 10% 1L	ACS	2.000,00	FR	31,12	15,56	31.120,00
191	CATETER AGUHADO 14G	SOLIDOR	200,00	Unidade	1,20	0,61	122,00
192	CATETER AGUHADO 16G	SOLIDOR	500,00	Unidade	1,66	0,83	415,00

193	CATETER AGUHADO 18G	SOLIDOR	5.000,00	Unidade	1,69	0,85	4.250,00
194	CATETER AGUHADO 20G	SOLIDOR	5.000,00	Unidade	1,69	0,85	4.250,00
195	CATETER AGUHADO 22G	SOLIDOR	5.000,00	Unidade	1,69	0,85	4.250,00
196	CATETER AGUHADO 24G	SOLIDOR	5.000,00	Unidade	1,15	0,58	2.900,00
197	SONDA FOLEY 2 VIAS Nº 12	MEDIX	100,00	Unidade	4,25	2,13	213,00
198	SONDA FOLEY 2 VIAS Nº 20	MEDIX	100,00	Unidade	4,15	2,08	208,00
199	SONDA FOLEY 2 VIAS Nº 22	MEDIX	100,00	Unidade	4,24	2,12	212,00
200	MASCARA N95	SR	100,00	Unidade	1,90	0,95	95,00
201	ESCOVA COM CLOREXIDINA 2%, DESCARTÁVEL	VICPHARMA	1.500,00	Unidade	3,52	1,76	2.640,00
202	SOLUÇÃO GLICERINADA 12%, 500ML	EQUIPLEX	500,00	Unidade	13,08	6,54	3.270,00
203	AGULHA 13X0,45MM	MEDIX	5.000,00	Unidade	0,10	0,05	250,00
204	AGULHA 20X0,55MM	MEDIX	5.000,00	Unidade	0,10	0,05	250,00
205	AGULHA 25X0,8MM	MEDIX	5.000,00	Unidade	0,08	0,04	200,00
206	AGULHA 30X0,7MM	MEDIX	5.000,00	Unidade	0,11	0,06	300,00
207	AGULHA 40X1,2MM	MEDIX	5.000,00	Unidade	0,14	0,07	350,00
208	AGULHA 40X0,8MM	MEDIX	5.000,00	Unidade	0,16	0,08	400,00
209	EXTENSOR CONECTOR MULTIVIAS - 2 VIAS (mesma coisa que EQUIPO POLIFIX 2 VIAS, ACESSO VENENO)	MEDIX	1.500,00	Unidade	0,99	0,50	750,00
210	ÁGUA BIDESTILADA 10L	SANAFARMA	50,00	Galão	25,25	12,63	631,50
211	AVENTAL DESCARTÁVEL	FORTCLEAN	50,00	Pacote	24,15	12,08	604,00
215	FIO GUIA PARA INTUBAÇÃO	CIRURGICA BRASIL	10,00	Unidade	26,93	13,47	134,70
216	TERMÔMETRO DIGITAL	DELLAMED	30,00	Unidade	11,84	5,92	177,60
217	TUBO CIRURGICO DE SILICONE	CIRURGICA BRASIL	100,00	Unidade	45,02	22,51	2.251,00
219	CATGUT 3-0 COM AGULHA CAIXA COM 24 UNIDADES	DONATI	30,00	Caixa	110,12	55,06	1.651,80
222	OXIMETRO DIGITAL	DELLAMED	10,00	Unidade	77,54	38,77	387,70
224	CATGUT 5-0 COM AGULHA CAIXA COM 24 UNIDADES	DONATI	30,00	Caixa	110,28	55,14	1.654,20
VALOR TOTAL							299.233,35

Adjudicado para DENTAL NUNES LTDA inscrita no CNPJ/MF: 50.894.798/0001-30, pelo melhor valor de R$ 299.233,35 (duzentos e noventa e nove mil, duzentos e trinta e três reais e trinta e cinco centavos), em 22/09/2026.

ALBERONE NERI DE OLIVEIRA LIMA
Prefeito Municipal
Matrícula Nº 1632442

Publicado por:
Maria Josivania Nato da Silva
Código Identificador:38D81F2F

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2026

Aos vinte e dois dias do mês de setembro de dois mil e vinte e seis, tendo em vista o resultado do processo licitatório na modalidade Pregão nº 016/2026, e considerando o Termo de Adjudicação já exarado por esta mesma autoridade, o Sr. ALBERONE NERI DE OLIVEIRA LIMA, na qualidade de Autoridade Superior do(a) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ENCANTO, após reanálise da conformidade do procedimento, resolve, HOMOLOGAR, com fundamento na parte final do inciso IV do Art. 71 da Lei nº 14.133/2021, o resultado do presente certame licitatório, ratificando a validade de todos os atos praticados e confirmando em definitivo a adjudicação previamente realizada.

RESULTADO DA HOMOLOGAÇÃO

18.010.260/0001-03 - PRO SAUDE DISTRIBUIDORA LTDA
1 - LOTE I - MEDICAMENTOS

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTD.	UND.	V. REF.	V. UNIT.	V. TOTAL
90	ÁCIDO TRANEXÂMICO, 50 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	HIPOLABOR	1.000,00	Unidade	4,90	3,60	3.600,00
91	TRAMADOL CLORIDRATO, 50 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 2ML	CRISTALIA	600,00	Unidade	3,40	3,30	1.980,00
92	MORFINA, SULFATO, 10MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 2ML	CRISTALIA	600,00	Unidade	8,28	8,18	4.908,00
93	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, 5 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 2ML	FARMACE	1.200,00	Unidade	1,03	0,70	840,00
94	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA COM DIPIRONA SÓDICA, 4MG + 500MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL - 1ML	HIPOLABOR	1.000,00	Unidade	1,75	1,34	1.340,00
95	DIAZEPAM, 10 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, 2ML	SANTISA	1.000,00	Unidade	1,42	1,29	1.290,00
96	PIRACETAM, 200 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 5ML	SANOFI	500,00	Unidade	3,43	2,01	1.005,00
97	FITOMENADIONA, 10 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 1ML	HIPOLABOR	1.000,00	Unidade	3,01	2,09	2.090,00
98	ETILEFRINA CLORIDRATO, 10MG/ML, INJETÁVEL - AMPOLA 1ML	UNIÃO QUIMICA	1.000,00	Unidade	2,71	2,09	2.090,00
99	EPINEFRINA, 1MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 1ML	HYPOFARMA	900,00	Unidade	1,43	1,00	900,00
100	CIMETIDINA, 150 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPÓLA 2 ML	HYPOFARMA	1.000,00	Unidade	1,77	1,05	1.050,00
101	AMICACINA SULFATO, 250 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2 ML	TEUTO	1.000,00	Unidade	6,86	4,00	4.000,00
102	AMICACINA SULFATO, 50 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	TEUTO	1.000,00	Unidade	5,82	3,80	3.800,00
103	ACIDO ASCORBICO, 100MG/ML, INJ - AMPOLA 5 ML	FARMACE	1.000,00	Unidade	1,45	1,00	1.000,00
104	CEFTRIAXONA SÓDICA, 1 G, ENDOVENOSO (FRASCO-AMPOLA)	BLAU	600,00	Unidade	5,56	4,19	2.514,00
105	CEFTRIAXONA SÓDICA, 1 G, INTRAMUSCULAR, (FRASCO-AMPOLA)	TEUTO	600,00	Unidade	14,08	8,90	5.340,00
106	BENZILPENICILINA, BENZATINA, 600.000UI, INJETÁVEL - FRASCO AMPOLA	TEUTO	1.300,00	Unidade	9,11	7,19	9.347,00
107	BENZILPENICILINA, BENZATINA, 1.200.000UI, INJETÁVEL - FRASCO AMPOLA	TEUTO	1.300,00	Unidade	8,76	6,50	8.450,00
108	VITAMINAS DO COMPLEXO B, VITAMINAS: B1,B2,B6,B12 E PP, SOLUÇÃO INJETÁVEL - 2ML AMPOLA	HYPOFARMA	1.000,00	Unidade	1,69	1,09	1.090,00
109	OCITOCINA, 5 UI/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 1ML	BLAU	900,00	Unidade	3,89	3,00	2.700,00

110	LIDOCAÍNA CLORIDRATO, 2%, INJETÁVEL - 5ML	HYPOFARMA	600,00	Ampola	3,34	2,19	1.314,00
111	LIDOCAÍNA CLORIDRATO, 2%, GELÉIA, 30 G	PHARLAB	900,00	BIS	6,27	4,00	3.600,00
112	HIDROCORTISONA, 500MG, INJETÁVEL FRASCO-AMPOLA	BLAU	500,00	Unidade	6,96	5,13	2.565,00
113	HIDROCORTISONA, SAL ACETATO, 100 MG, PÓ LIÓFILO P/ INJETÁVEL - FRASCO AMPOLA	BLAU	500,00	Unidade	4,65	3,19	1.595,00
114	GENTAMICINA, 80 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2ML	HYPOFARMA	1.000,00	Unidade	1,50	1,09	1.090,00
115	FUROSEMIDA, 10 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2ML	TEUTO	1.200,00	Unidade	0,97	0,80	960,00
116	FENOTEROL BROMIDRATO,0,25 MG/ML, SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO - FRASCO 20ML	TEUTO	500,00	Unidade	8,91	5,40	2.700,00
117	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, 20 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, 1ML	HIPOLABOR	1.000,00	Unidade	1,96	1,29	1.290,00
118	ERGOMETRINA MALEATO, 0,2 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 1ML	UNIÃO QUIMICA	1.000,00	Unidade	3,66	2,59	2.590,00
119	DIPIRONA SÓDICA, 500 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2 ML	SANTISA	2.000,00	Unidade	1,30	0,85	1.700,00
120	DICLOFENACO, SAL SÓDICO, 25MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 3 ML	FARMACE	1.200,00	Unidade	1,23	0,90	1.080,00
121	DEXAMETASONA, 4 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, 2,50ML	FARMACE	1.000,00	Unidade	1,37	1,00	1.000,00
122	CEFALOTINA SÓDICA, 1 G, INJETÁVEL (FRASCO - AMPOLA)	BLAU	800,00	Unidade	5,91	4,29	3.432,00
123	BROMETO DE IPRATRÓPIO SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO 0,25 MG/ML, 20ML	HIPOLABOR	500,00	Unidade	1,86	1,29	645,00
124	ATROPINA SULFATO, 0,25 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 1ML	FARMACE	1.500,00	Unidade	1,89	1,09	1.635,00
125	AMINOFILINA, 24 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 10ML	FARMACE	1.000,00	Unidade	7,29	4,00	4.000,00
126	HALOPERIDOL, 5 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	CRISTALIA	1.000,00	Unidade	6,40	6,39	6.390,00
127	AMPICILINA, 1 G, INJETÁVEL	BLAU	500,00	Unidade	6,58	4,29	2.145,00
128	CLORIDRATO DE CETAMINA SOLUÇÃO INJETÁVEL - 50MG/ML 10ML	CRISTALIA	200,00	FR	190,96	106,50	21.300,00
129	XILAZINA CLORIDRATO, 20 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, USO VETERINÁRIO	SYNTEC	200,00	FR	60,35	40,00	8.000,00
130	PERÓXIDO DE HIDROGÊNIO (ÁGUA OXIGENADA) 40 VOLUMES	ASC	30,00	LITROS	21,33	12,49	374,70
131	FENOBARBITAL 100MG/ML INJETÁVEL AMPOLA 2ML	CRISTALIA	1.000,00	Ampola	7,38	7,37	7.370,00
132	GENTAMICINA, 40 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2ML	HYPOFARMA	800,00	Unidade	1,51	1,19	952,00
133	TENOXICAM 20MG INJETÁVEL 2 ML	GENOM	800,00	Unidade	10,08	7,00	5.600,00
134	HEPARINA SÓDICA 5.000UI/ML INJETÁVEL 5ML	CRISTALIA	500,00	Unidade	39,07	21,50	10.750,00
135	FENTANILA 50MG/ML INJETÁVEL	HIPOLABOR	600,00	Unidade	5,12	4,01	2.406,00
136	PROMETAZINA 50MG/2ML INJETÁVEL 2ML	HIPOLABOR	1.000,00	Unidade	4,66	3,82	3.820,00

137	METRONIDAZOL 5MG/ML INJ.	FARMACE	400,00	FR	8,14	5,09	2.036,00
139	PROFOLOL EMULSÃO INJETÁVEL	TEUTO	100,00	Unidade	24,67	22,50	2.250,00
140	OXIDO NITROSO GASOSO	ALGGASES	20,00	Unidade	103,33	79,89	1.597,80
141	CLORETO DE SUXAMETÔNIO SOL. INJ.	BLAU	20,00	Unidade	29,65	28,40	568,00
142	NITROPRUSSIATO DE SÓDIO 25MG/ML INJ.	HYPOFARMA	100,00	Unidade	32,87	29,00	2.900,00
143	FOSFATO DE CLINDAMICINA 150MG/ML INJ.	HYPOFARMA	500,00	Unidade	5,67	4,02	2.010,00
144	CLORIDRATO DE VANCOMICINA 500MG INJ.	TEUTO	500,00	Unidade	9,46	5,80	2.900,00
145	ENOXAPARINA 40MG, 60MG OU 80MG INJ.	CRISTALIA	500,00	Unidade	35,70	19,50	9.750,00
146	BICARBONATO DE SÓDIO 8,4% INJ.	SAMTEC	150,00	Unidade	1,57	1,00	150,00
147	CLORETO DE CÁLCIO 10% INJ.	CRISTALIA	150,00	Unidade	7,08	5,00	750,00
148	SULFATO DE MAGNÉSIO 10% INJ.	SAMTEC	100,00	Unidade	3,19	2,69	269,00
162	HIDROGEL POMADA	MISSNER	100,00	Unidade	28,96	16,00	1.600,00
163	CLORIDRATO DE HIDRALAZINA 20MG/ML INJ.	CRISTALIA	200,00	Unidade	11,77	10,52	2.104,00
166	LIDOCAÍNA COM VASOCONSTRITOR 2% INJ.	HYPOFARMA	600,00	Unidade	12,91	9,00	5.400,00
167	TENOXICAM 40MG INJETÁVEL 2 ML	GENOM	1.000,00	Unidade	14,39	12,50	12.500,00
168	SULFATO DE SALBUTAMOL 100MCG SPRAY	TEUTO	50,00	Unidade	20,65	14,50	725,00
173	CLOREXIDINA SOLUÇÃO ALCOOLICA 2%	VIC PHARMA	30,00	Unidade	29,33	20,00	600,00
174	CLOREXIDINA SOLUÇÃO AQUOSA 2%	VIC PHARMA	30,00	Unidade	34,21	20,00	600,00
175	CLOREXIDINA DEGERMANTE TÓPICO	VIC PHARMA	30,00	Unidade	30,65	20,00	600,00
212	BROMOPRIDA 5MG/ML INJ.	HIPOLABOR	1.500,00	Unidade	1,96	1,24	1.860,00
213	GLICOSE, 5%, SOLUÇÃO INJETÁVEL - FRASCO 10 ML	EQUIPLEX	1.500,00	Unidade	1,59	0,89	1.335,00
214	ETOMIDATO 2MG/ML INJ.	CRISTALIA	200,00	Unidade	25,71	25,70	5.140,00
218	ONDANSETRONA 1% INJ.	HIPOLABOR	1.500,00	Unidade	1,69	1,09	1.635,00
220	OMEPRAZOL 40MG, INJETÁVEL	BLAU	250,00	Unidade	11,45	7,00	1.750,00
221	CLORIDRATO DE NALOXONA 0,4MG/ML	CRISTALIA	50,00	Unidade	18,70	17,65	882,50
223	CLINDAMICINA 150MG/ML	HYPOFARMA	250,00	Unidade	6,08	3,80	950,00
VALOR TOTAL							222.500,00

Homologado para PRO SAUDE DISTRIBUIDORA LTDA inscrita no CNPJ/MF: 18.010.260/0001-03, pelo melhor valor de R$ 222.500,00 (duzentos e vinte e dois mil, quinhentos reais), em 22/09/2026.
50.894.798/0001-30 - DENTAL NUNES LTDA
2 - LOTE II - MATERIAL

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTD.	UND.	V. REF.	V. UNIT.	V. TOTAL
1	AGULHA, HIPODÉRMICA, 25 X 6, CORPO EM AÇO INÓX SILICONIZADO, BISEL CURTO TRIFACETADO, CONECTOR EM PLÁSTICO LUER, PROTETOR PLÁSTICO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	MEDIX	50,00	Caixa	11,02	5,51	275,50
2	ÁLCOOL 70% GEL - 500ML	ITAJA	200,00	FR	10,41	5,21	1.042,00

3	ALCOOL ETIL 99% 1 LITRO	PROLINK	200,00	Unidade	12,37	6,19	1.238,00
4	ÁLCOOL ETÍLICO, HIDRATADO, 70% (70°GL), LÍQUIDO 1 LITRO	ITAJA	500,00	Unidade	8,92	4,46	2.230,00
5	ALGODÃO, HIDRÓFILO, EM MANTAS, ALVEJADO, PURIFICADO, ISENTO DE IMPUREZAS, ENROLADO EM PAPEL APROPRIADO, NÃO ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL 500G - ROLO	NEVOA	200,00	Pacote	16,52	8,26	1.652,00
6	ALGODÃO, HIDRÓFILO, EM MANTAS, ALVEJADO, PURIFICADO, ISENTO DE IMPUREZAS, ENROLADO EM PAPEL APROPRIADO, NÃO ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL 250G - ROLO	NEVOA	100,00	Pacote	12,19	6,10	610,00
7	IODOPOLIVIDONA SOLUÇÃO HIDROALCOÓLICA USO TÓPICO 1 LITRO	VICPHARMA	100,00	Unidade	61,34	30,67	3.067,00
8	COMPRESSA DE GAZE ROLO 9,1CM X 9,1CM 13 FIOS	FORTCLEAN	120,00	Rolo	31,97	15,99	1.918,80
9	COMPRESSA DE GAZE 7,5CM X 7,5CM COM 500 UNIDADES	FORTCLEAN	6.000,00	Pacote	14,59	7,30	43.800,00
10	EQUIPO MACROGOTAS COM INJETOR LATERAL	MEDIX	1.000,00	Unidade	1,18	0,59	590,00
11	ESPARADRAPO ANTI-ALERGICO 10CM X 4,5M	CRAL	800,00	Unidade	9,19	4,60	3.680,00
12	ESPARADRAPO TECIDO IMPERMEAVEL 45MM, 10M	CRAL	800,00	Unidade	12,99	6,50	5.200,00
13	MÁSCARA, ANTIALÉRGICO, DESCARTÁVEL ÚNICO, CAIXA COM 100 UNIDADES	SSPLUS	300,00	Caixa	10,87	4,40	1.320,00
14	LUVA DE PROCEDIMENTO (G) C/100 UNIDADES	MEDIX	300,00	Caixa	31,30	15,65	4.695,00
15	LUVA DE PROCEDIMENTO (M) C/100 UNIDADES	MEDIX	400,00	Caixa	31,30	15,65	6.260,00
16	LUVA DE PROCEDIMENTO (P) C/100 UNIDADES	MEDIX	500,00	Caixa	31,30	15,65	7.825,00
17	LUVA DE PROCEDIMENTO (PP) C/100 UNIDADES	MEDIX	300,00	Caixa	31,30	15,65	4.695,00
18	LUVA CIRURGICA ESTERIL Nº 7,5	MEDIX	1.500,00	Par	1,74	0,87	1.305,00
19	LUVA CIRURGICA ESTERIL Nº 7,0	MEDIX	2.000,00	Par	1,77	0,89	1.780,00
20	LUVA CIRURGICA ESTERIL Nº 6,5	MEDIX	2.000,00	Par	1,82	0,91	1.820,00
21	ATADURA CREPOM 10CM	FORTCLEAN	1.000,00	Unidade	0,52	0,26	260,00
22	ATADURA, CREPOM, 100% ALGODÃO, 20 CM, 125 CM, EM REPOUSO, 13 FIOS UN/CM², EMBALAGEM INDIVIDUAL - ROLO	FORTCLEAN	600,00	Unidade	1,00	0,50	300,00
23	ATADURA CREPOM 15CM	FORTCLEAN	800,00	Unidade	1,10	0,55	440,00
24	SERINGA DESCARTAVEL 20ML COM AGULHA	SR	5.000,00	Unidade	1,31	0,66	3.300,00
25	SERINGA DESCARTAVEL 10ML COM AGULHA	SR	5.000,00	Unidade	0,72	0,36	1.800,00
26	SERINGA DESCARTAVEL 5ML COM AGULHA	SR	4.000,00	Unidade	0,39	0,20	800,00
27	SERINGA DESCARTAVEL 3ML COM AGULHA	SR	6.000,00	Unidade	0,41	0,21	1.260,00
28	SERINGA DESCARTAVEL 1ML COM AGULHA	SR	10.000,00	Unidade	0,38	0,19	1.900,00
29	APARELHO DE GLICEMIA	ONCALLPLUS	15,00	Unidade	51,73	25,87	388,05
30	FITA PARA GLICEMIA COM 50 UNIDADES	ONCALLPLUS	300,00	Caixa	25,13	12,57	3.771,00

31	SORO FISIOLOGICO 0,9% 500ML	FARMACE	1.500,00	Unidade	8,26	4,13	6.195,00
32	SORO FISIOLOGICO 0,9% 250ML	FARMACE	800,00	Unidade	6,65	3,33	2.664,00
33	SORO FISIOLOGICO 0,9% 100ML	FARMACE	500,00	Bolsa	4,42	2,21	1.105,00
34	SORO GLICOSADO 5% 500ML	FARMACE	500,00	Unidade	7,63	3,82	1.910,00
35	SORO RINGER SIMPLES COM 500ML	FARMACE	200,00	Unidade	7,68	3,84	768,00
36	ABAIXADOR DE LINGUA MADEIRA, DESCARTAVEL PCT C/ 100	THEOTO	250,00	Pacote	8,26	4,13	1.032,50
37	CATETER PARA OXIGENIO TIPO OCULOS	MARKMED	100,00	Unidade	2,01	1,01	101,00
38	SONDA URETRAL Nº 14	MARKMED	2.000,00	Unidade	0,97	0,49	980,00
39	SONDA URETRAL Nº 12	MARKMED	2.000,00	Unidade	1,01	0,51	1.020,00
40	SONDA URETRAL Nº 10	MARKMED	2.000,00	Unidade	0,85	0,43	860,00
41	SONDA URETRAL Nº 08	MARKMED	2.000,00	Unidade	0,88	0,44	880,00
42	AGUA DESTILADA COM 5 LITROS	SANAFARMA	100,00	Galão	21,06	9,40	940,00
43	PAPEL GRAU CIRURGICO 15CM	CIEX	100,00	Unidade	76,33	38,17	3.817,00
44	PAPEL GRAU CIRURGICO 10CM	CIEX	100,00	Unidade	58,29	29,15	2.915,00
45	DETERGENTE ENZIMÁTICO COM 1 LITRO	PROLINK	100,00	Unidade	26,73	13,37	1.337,00
46	COLETE PERFURO CORTANTE DE 13 LITROS	CRAL	200,00	Unidade	7,67	3,84	768,00
47	EQUIPO MACROGOTAS SIMPLES	MEDIX	1.000,00	Unidade	0,89	0,45	450,00
48	CATGUT 2-0 COM AGULHA CAIXA COM 24 UNIDADES	DONATI	20,00	Caixa	112,91	56,46	1.129,20
49	PAPEL GRAU CIRURGICO 30CM X 100M SEM FILME	CIEX	40,00	Unidade	203,91	101,96	4.078,40
50	SORO RINGER COM LACTATO COM 500ML	FARMACE	250,00	Unidade	7,81	3,91	977,50
51	CAMPO OPERATÓRIO FENESTRADO ESTÉRIL 50X50 PACOTE COM 50 UNIDADES	FORTCLEAN	40,00	Pacote	75,84	37,92	1.516,80
52	SONDA NASOGRASTICA Nº 14	MARKMED	120,00	Unidade	1,90	0,95	114,00
53	SONDA NASOGRASTICA Nº 10-	MARKMED	120,00	Unidade	1,09	0,55	66,00
54	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 12	MARKMED	200,00	Unidade	1,56	0,78	156,00
55	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 08	MARKMED	200,00	Unidade	0,92	0,46	92,00
56	SONDA FOLEY 2 VIAS Nº 18	MEDIX	200,00	Unidade	4,02	2,01	402,00
57	SONDA FOLEY 2 VIAS Nº 16	MEDIX	200,00	Unidade	3,79	1,90	380,00
58	SONDA FOLEY 2 VIAS Nº 14	MEDIX	150,00	Unidade	3,83	1,92	288,00
59	ÁCIDO GRAXOS ESSENCIAIS - OLÉO DE GIRASSOL CICATRIZANTE 200ML	CASEX	500,00	Unidade	7,25	3,63	1.815,00
60	PAPEL PARA IMPRESSORA DE ELETROCARDIÓGRAFO 216mmx30metros	TECNOPRINT	100,00	Rolo	39,13	19,57	1.957,00
61	ESCOVA CERVICAL PCT COM 100 UNIDADES	CRAL	80,00	Pacote	32,98	16,49	1.319,20
62	TENCIOMETRO + ESTETOSCOPIO KIT	ACCUMED	20,00	Kit	84,89	42,45	849,00

63	COLETOR UNIVERSAL 50ML	CRAL	3.000,00	Unidade	0,72	0,36	1.080,00
64	LÂMINA DE BISTURI Nº 12 CAIXA COM 100 UNIDADES	MEDIX	30,00	Caixa	34,50	17,25	517,50
65	LÂMINA DE BISTURI Nº 15 CAIXA COM 100 UNIDADES	MEDIX	30,00	Caixa	34,32	17,16	514,80
66	LÂMINA DE BISTURI Nº 23 CAIXA COM 100 UNIDADES	MEDIX	20,00	Caixa	35,35	17,68	353,60
67	LÂMINA DE BISTURI Nº 24 CAIXA COM 100 UNIDADES	MEDIX	50,00	Caixa	34,01	17,01	850,50
68	COLCHÃO USO HOSPITALAR PVC ATÓXICO, INDEFORMÁVEL, 190CM, 80CM, INFLÁVEL, TIPO CAIXA DE OVO	ASHER	30,00	Unidade	278,13	139,07	4.172,10
69	SCALP Nº 27	MEDIX	1.500,00	Unidade	0,30	0,15	225,00
70	SCALP Nº 23	MEDIX	1.200,00	Unidade	0,38	0,19	228,00
71	SCALP Nº 21	MEDIX	1.500,00	Unidade	0,33	0,17	255,00
72	ESPECULO VAGINAL DESCARTAVEL TAM G	CRAL	2.000,00	Unidade	1,90	0,95	1.900,00
73	ESPECULO VAGINAL DESCARTAVEL TAM M	CRAL	3.000,00	Unidade	1,93	0,97	2.910,00
74	ESPECULO VAGINAL DESCARTAVEL TAM P	CRAL	2.000,00	Unidade	1,74	0,87	1.740,00
75	ESPATULA DE AYRES EM MADEIRA PACOTE COM 100 UNIDADES	THEOTO	100,00	Pacote	15,28	7,64	764,00
76	LÂMINA FOSCA CAIXA COM 50 UNIDADES	CRAL	200,00	Caixa	9,56	4,78	956,00
77	FITA PARA AUTOCLAVE	CIEX	200,00	Rolo	7,55	3,78	756,00
78	TOUCA DESCARTAVEL PACOTE COM 100 UNIDADES	SSPLUS	100,00	Pacote	10,18	5,09	509,00
79	FIO NYLON 2-0 CAIXA C/ 24 ENVELOPE	MEDIX	50,00	Caixa	39,89	19,95	997,50
80	FIO NYLON 3-0 CAIXA C/ 24 ENVELOPE	MEDIX	50,00	Caixa	39,78	19,89	994,50
81	FIO NYLON 4-0 CAIXA C/ 24 ENVELOPE	MEDIX	50,00	Caixa	38,40	19,20	960,00
82	FIO NYLON 5-0 CAIXA C/ 24 ENVELOPE	MEDIX	50,00	Caixa	39,07	19,53	976,50
83	GEL P/ ULTRASSOM 1KG	MULTIGEL	60,00	Quilograma	9,43	4,73	283,80
84	SONDA ENDOTRAQUEAL N. 5.0 C/ BALÃO	SOLIDOR	100,00	Unidade	6,44	3,22	322,00
85	SONDA ENDOTRAQUEAL N. 7.5 C/ BALÃO	SOLIDOR	100,00	Unidade	6,89	3,45	345,00
86	CATETER Nº 27	SOLIDOR	600,00	Unidade	1,36	0,68	408,00
87	CATETER Nº 24	SOLIDOR	600,00	Unidade	1,24	0,62	372,00
88	GARROTE AUTOMATICO	CRAL	30,00	Unidade	8,91	4,46	133,80
89	GLICOSE, 5%, SOLUÇÃO INJETÁVEL, SISTEMA FECHADO - FRASCO 500 ML	FARMACE	1.000,00	Unidade	9,46	4,73	4.730,00
138	LUVA CIRURGICA ESTERIL Nº 8,0	MEDIX	240,00	Par	1,66	0,83	199,20
149	PROPÉS DESCARTÁVEL	MEDIX	2.000,00	Par	0,25	0,13	260,00
150	SONDA GÁSTRICA LEVINE 14 FR	MARKMED	100,00	Unidade	2,07	1,04	104,00
151	SONDA GÁSTRICA LEVINE 16 FR	MARKMED	100,00	Unidade	1,95	0,98	98,00

152	SONDA GÁSTRICA LEVINE 18 FR	MARKMED	120,00	Unidade	2,17	1,09	130,80
153	DRENO PENROSE ½ POLEGADA	CIRURGICA BRASIL	100,00	Unidade	2,61	1,31	131,00
154	DRENO PENROSE ¾ POLEGADA	CIRURGICA BRASIL	100,00	Unidade	2,61	1,31	131,00
155	SONDA RETAL 14 FR	MARKMED	100,00	Unidade	1,64	0,82	82,00
156	SONDA RETAL 16 FR	MARKMED	100,00	Unidade	1,82	0,91	91,00
157	FIO DE SUTURA VICRYL USP 2-0	VICRYL	200,00	Unidade	12,43	6,22	1.244,00
158	FIO DE SUTURA VICRYL USP 3-0	VICRYL	200,00	Unidade	14,04	7,02	1.404,00
159	INDICADOR CLASSE 2 BOWIE-DICK	2I	30,00	Unidade	25,60	12,80	384,00
160	INDICADOR QUÍMICO TESTE AUTOCLAVE	MAQUIRA	4.000,00	Unidade	5,70	2,85	11.400,00
161	INDICADOR BIOLÓGICO TESTE AUTOCLAVE	MAQUIRA	1.000,00	Unidade	19,88	9,94	9.940,00
164	COLETOR DE PERFUROCORTANTE 13L	CRAL	40,00	Unidade	9,08	4,54	181,60
165	COLETOR DE PERFUROCORTANTE 20L	CRAL	100,00	Unidade	12,50	6,25	625,00
169	COMPRESSAS CIRURGICAS	FORTCLEAN	50,00	Pacote	70,74	35,37	1.768,50
170	MASCARAS NÃO REINALANTES	PROTEC	20,00	Unidade	28,24	14,12	282,40
171	CATETER PERIFIX, PONTA ROMBA, 1000MM 20G	BBRAUN	500,00	Unidade	3,77	1,89	945,00
172	PULSEIRAS DE IDENTIFICAÇÃO HOSPITALAR	VISION	1.000,00	Unidade	0,67	0,34	340,00
176	CLAMP UMBILICAL DESCARTAVEL ESTÉRIL	MEDIX	150,00	Unidade	1,24	0,62	93,00
177	AGULHA LEBEL, MESOTERAPIA 32G, 0,23MM X 4MM	UNIQMED	1.000,00	Unidade	4,51	2,26	2.260,00
178	PUNCH CIRÚRGICO TAMANHO 6	UNIQMED	300,00	Unidade	22,63	11,32	3.396,00
179	PUNCH CIRÚRGICO TAMANHO 7	UNIQMED	300,00	Unidade	20,60	10,30	3.090,00
180	PUNCH CIRÚRGICO TAMANHO 8	UNIQMED	500,00	Unidade	23,46	11,73	5.865,00
181	PUNCH CIRÚRGICO TAMANHO 9	UNIQMED	500,00	Unidade	23,81	11,91	5.955,00
182	LANCETAS PARA MEDIÇÃO DE GLICOSE	GTECH	7.000,00	Unidade	0,11	0,06	420,00
183	SONDA NASOENTERAL DOBBHOFF 6MM (NÃO SERIA 6FR?)	TAYLOR	50,00	Unidade	17,00	8,50	425,00
184	SONDA NASOENTERAL DOBBHOFF 7MM (8 FR)	TAYLOR	10,00	Unidade	18,59	9,30	93,00
185	SONDA NASOENTERAL DOBBHOFF 8MM (10 FR)	TAYLOR	15,00	Unidade	18,59	9,30	139,50
186	SONDA NASOENTERAL DOBBHOFF 9MM (12 FR)	TAYLOR	70,00	Unidade	17,38	8,69	608,30
187	BOLSA COLETORA DE URINA, ESTÉRIL, SISTEMA FECHADO, 2L	MEDIX	500,00	Unidade	4,36	2,18	1.090,00
188	COLETOR DE URINA/SECREÇÃO, SISTEMA ABERTO,DESCARTÁVEL, 2L	MARKMED	2.000,00	Unidade	0,61	0,31	620,00
189	EQUIPO POLIFIX 2 VIAS, ACESSO VENENO	MEDIX	1.500,00	Unidade	1,51	0,76	1.140,00
190	FORMALDEIDO SOLUÇÃO TAMPONADA 10% 1L	ACS	2.000,00	FR	31,12	15,56	31.120,00

191	CATETER AGUHADO 14G	SOLIDOR	200,00	Unidade	1,20	0,61	122,00
192	CATETER AGUHADO 16G	SOLIDOR	500,00	Unidade	1,66	0,83	415,00
193	CATETER AGUHADO 18G	SOLIDOR	5.000,00	Unidade	1,69	0,85	4.250,00
194	CATETER AGUHADO 20G	SOLIDOR	5.000,00	Unidade	1,69	0,85	4.250,00
195	CATETER AGUHADO 22G	SOLIDOR	5.000,00	Unidade	1,69	0,85	4.250,00
196	CATETER AGUHADO 24G	SOLIDOR	5.000,00	Unidade	1,15	0,58	2.900,00
197	SONDA FOLEY 2 VIAS Nº 12	MEDIX	100,00	Unidade	4,25	2,13	213,00
198	SONDA FOLEY 2 VIAS Nº 20	MEDIX	100,00	Unidade	4,15	2,08	208,00
199	SONDA FOLEY 2 VIAS Nº 22	MEDIX	100,00	Unidade	4,24	2,12	212,00
200	MASCARA N95	SR	100,00	Unidade	1,90	0,95	95,00
201	ESCOVA COM CLOREXIDINA 2%, DESCARTÁVEL	VICPHARMA	1.500,00	Unidade	3,52	1,76	2.640,00
202	SOLUÇÃO GLICERINADA 12%, 500ML	EQUIPLEX	500,00	Unidade	13,08	6,54	3.270,00
203	AGULHA 13X0,45MM	MEDIX	5.000,00	Unidade	0,10	0,05	250,00
204	AGULHA 20X0,55MM	MEDIX	5.000,00	Unidade	0,10	0,05	250,00
205	AGULHA 25X0,8MM	MEDIX	5.000,00	Unidade	0,08	0,04	200,00
206	AGULHA 30X0,7MM	MEDIX	5.000,00	Unidade	0,11	0,06	300,00
207	AGULHA 40X1,2MM	MEDIX	5.000,00	Unidade	0,14	0,07	350,00
208	AGULHA 40X0,8MM	MEDIX	5.000,00	Unidade	0,16	0,08	400,00
209	EXTENSOR CONECTOR MULTIVIAS - 2 VIAS (mesma coisa que EQUIPO POLIFIX 2 VIAS, ACESSO VENENO)	MEDIX	1.500,00	Unidade	0,99	0,50	750,00
210	ÁGUA BIDESTILADA 10L	SANAFARMA	50,00	Galão	25,25	12,63	631,50
211	AVENTAL DESCARTÁVEL	FORTCLEAN	50,00	Pacote	24,15	12,08	604,00
215	FIO GUIA PARA INTUBAÇÃO	CIRURGICA BRASIL	10,00	Unidade	26,93	13,47	134,70
216	TERMÔMETRO DIGITAL	DELLAMED	30,00	Unidade	11,84	5,92	177,60
217	TUBO CIRURGICO DE SILICONE	CIRURGICA BRASIL	100,00	Unidade	45,02	22,51	2.251,00
219	CATGUT 3-0 COM AGULHA CAIXA COM 24 UNIDADES	DONATI	30,00	Caixa	110,12	55,06	1.651,80
222	OXIMETRO DIGITAL	DELLAMED	10,00	Unidade	77,54	38,77	387,70
224	CATGUT 5-0 COM AGULHA CAIXA COM 24 UNIDADES	DONATI	30,00	Caixa	110,28	55,14	1.654,20
VALOR TOTAL							299.233,35

Homologado para DENTAL NUNES LTDA inscrita no CNPJ/MF: 50.894.798/0001-30, pelo melhor valor de R$ 299.233,35 (duzentos e noventa e nove mil, duzentos e trinta e três reais e trinta e cinco centavos), em 22/09/2026.

ALBERONE NERI DE OLIVEIRA LIMA
Prefeito Municipal
Matrícula Nº 1632442

Publicado por:
Maria Josivania Nato da Silva
Código Identificador:ABD5A7E4

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DOS EDITAIS Nº 001/2026, Nº 002/2026 E Nº 003/2026 *REP. POR INCORREÇÃO*

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DOS EDITAIS Nº 001/2026, Nº 002/2026 E Nº 003/2026
POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

Entre os dias 20 e 27 de agosto de 2026, na sede da Secretaria Municipal de Cultura de Goianinha/RN, passado o prazo recursal, reuniram-se os membros do Comitê de Ação Cultural (CAC), nomeados pela Portaria nº 269/2026-GP, sendo eles: Antônio Augusto Lima da Rocha (CPF: 706.648.214-05) e Brunna Rafaella Cordeiro Machado (CPF: 017.449.514-54), representantes da Administração Pública Municipal; Creuza da Silva (CPF: 838.622.424-04) e José Wilson Gonçalves da Silva (CPF: 428.569.144-20), representantes do Governo do Estado; e Maria Clara Honório Ferreira da Silva (CPF: 716.191.674-76), representante da Sociedade Civil, para proceder à análise documental, avaliação de mérito cultural e consolidação do Resultado Final referente aos Editais de Chamamento Público nº 001/2026, nº 002/2026 e nº 003/2026, viabilizados com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB – Lei Federal nº 14.399/2022). Iniciados os trabalhos, a comissão realizou a conferência detalhada de todas as propostas submetidas ao certame e a análise dos recursos tempestivamente interpostos. No âmbito do Edital nº 001/2026, foram contabilizadas 88 inscrições no total, das quais 45 propostas restaram aprovadas preliminarmente, além das convocações por sobra de remanejamento de vaga e aproveitamento de suplentes e recursos, totalizando os contemplados habilitados conforme listagem, sem remanescentes na suplência, e restando 3 propostas inabilitadas por descumprimento de requisitos do certame. Dando prosseguimento, na análise do Edital nº 002/2026, registrou-se o total de 25 inscrições, resultando nas propostas aprovadas nesta fase final, incluindo a convocação de suplentes e o deferimento de proponente pós-recurso, sem suplentes remanescentes, e 12 propostas inabilitadas. Por fim, no Edital nº 003/2026, verificou-se a ocorrência de inscrição única (1 inscrito), sendo a referida proposta considerada aprovada após o devido exame documental e de mérito cultural. Somados todos os certames, a seleção pública alcançou o montante geral de 113 inscritos, consolidando o quantitativo final de propostas aprovadas, sem suplentes pendentes e com as inabilitações mantidas conforme os critérios dos editais. Sem mais nada a tratar, a comissão dá por encerrada a etapa de avaliação e torna público este Resultado Final, devendo esta ata ser assinada pelos membros presentes e encaminhada para a devida publicação oficial.

Edital 001/2026 – Premiação

Categoria Artesanato	Proponente	Situação
Pessoa Física	Maria Dulce da Silva Lima	HABILITADO
Pessoa Física	Selma Lima da Silva	HABILITADO
Pessoa Física	Maria de Fátima Berto da Silva	HABILITADO
Pessoa Física	Gilna de Castro Bezerra	HABILITADO
Pessoa Física	Eliege Ferreira	HABILITADO
Pessoa Física	Jhully Horrayla	HABILITADO
Pessoa Física	Maria da Paz da Silva	HABILITADO
Pessoa Física	Josilene Roque da Silva	HABILITADO
Pessoa Física	Janeide Francisca	HABILITADO
Pessoa Física	Maria José da Silva	HABILITADO
Pessoa Física	Maria Bernadete Torquato Pereira	HABILITADO
Pessoa Física	Clarisse de Oliveira Soares	HABILITADO
Pessoa Física	Maria Albertina da Silva Santos	HABILITADO
Pessoa Física	Maria Bethânia Silva	HABILITADO
Pessoa Física	Farleyane Araújo Patrício Cavalcante	HABILITADO
Pessoa Física	Priscila Farias de Lima	HABILITADO
Pessoa Física	Mayara Guedes da Silva de Amorim	HABILITADO
Pessoa Física	Marina do Nascimento Prazeres Silva	HABILITADO
Pessoa Física	Elizabete Batista de Andrade Santos	HABILITADO
Pessoa Física	Ana Laís de Oliveira Silva	HABILITADO
Pessoa Física	Micilene Dantas de Lima	HABILITADO COM SOBRA DE RECURSO
Pessoa Física	Maria dos Prazeres Rodrigues de Carvalho	HABILITADO COM SOBRA DE RECURSO
Pessoa Física	Gislaine Raquel de Oliveira	HABILITADO COM SOBRA DE RECURSO
Pessoa Física	Daniele Silva Barbosa	HABILITADO COM SOBRA DE RECURSO
Pessoa Física	Claudenice Rodrigues	HABILITADO COM SOBRA DE RECURSO

Categoria Arte Visual	Proponente	Situação
Pessoa Física	Ray Feliciano da Silva	HABILITADO
Pessoa Física	Lucas Emanuel Calixta da Silva	HABILITADO
Pessoa Física	Joyce Catarina de Araújo Campelo	HABILITADO
Pessoa Física	David Tomé do Nascimento	HABILITADO
Pessoa Física	Janilson de Lima Soares	HABILITADO
Pessoa Física	João Carlos	HABILITADO
Pessoa Física	Allisson Angelo da Silva	HABILITADO
Pessoa Física	Eriberto Pereira da Silva	HABILITADO
Pessoa Física	Rian Feliciano da Silva	HABILITADO

Categoria Músico	Proponente	Situação
Pessoa Física	Kerginaldo Fonseca Bezerra	HABILITADO
Pessoa Física	Alene Grasielle Lima Barbosa	HABILITADO
Pessoa Física	Tony Joab da Silva	HABILITADO
Pessoa Física	Luiz Barroso de Carvalho Neto	HABILITADO
Pessoa Física	Túlio Alves de Oliveira	HABILITADO
Pessoa Física	Jackson Feliciano Teixeira	HABILITADO COM SOBRA DE RECURSO

Pessoa Física	Elias Henrique Soares de Lima	HABILITADO COM SOBRA DE RECURSO
Pessoa Física	Joel da Silva Gomes dos Santos	HABILITADO COM SOBRA DE RECURSO
Pessoa Física	Thiago Moura	HABILITADO COM SOBRA DE RECURSO

Categoria Fazedores, Mestres e Produtores Culturais	**Proponente**	**Situação**
Pessoa Física	Itamar Barbosa da Silva	HABILITADO
Pessoa Física	Francisco Azevedo	HABILITADO
Pessoa Física	Carlos Henrique da Costa Araújo	HABILITADO
Pessoa Física	Marcone Narcizio da Silva	HABILITADO
Pessoa Física	José Carlos Silva de Lima	HABILITADO
Pessoa Física	Ítalo Ribeiro da Silva	HABILITADO
Pessoa Física	João Vinícius Martins da Silva	HABILITADO

Categoria Grupo de Teatro	**Proponente**	**Situação**
	Cia Sal com Açúcar	HABILITADO
	Grupo de Teatro Frenesi	HABILITADO
	Grupo de Teatro Auê	HABILITADO
	Grupo de Teatro Synthesis	HABILITADO

Categoria Grupo de Dança e Grupo Cultural	**Proponente**	**Situação**
	Grupo Mulheres da Resistência Katu	HABILITADO
	Pedro Cavalcante - Oficina de Portfólio para mulheres artesãs	HABILITADO ***CONFORME SOBRA DE REMANEJAMENTO DE VAGA**

Edital 002/2026 – Fomento Cultural

Audiovisual	**Proponente**	**Situação**
Pessoa Física	Andy Gomes da Silva	HABILITADO
Pessoa Física	Claudionor de Oliveira Neto	HABILITADO
Pessoa Jurídica	Éricles de Lima Freitas	HABILITADO PÓS RECURSO
Pessoa Física	Isaías Santana	HABILITADO
Pessoa Física	Raquel Barbosa	HABILITADO
Pessoa Física	Henrique Ferreira Mota Júnior	HABILITADO

Quadrilha Junina	**Proponente**	**Situação**
	Encanto Nordestino - José Kauandson Ferreira Teixeira	HABILITADO
	Balão Junino - Mayk Dhony da Silva	HABILITADO

Grupo de Dança e Grupo Cultural	**Proponente**	**Situação**
	Pedro Augusto da Silva Caminha	HABILITADO
	Pauliran Macena de Souza	HABILITADO

Grupo Musical	**Proponente**	**Situação**
	Orquestra de Frevo Asa Branca	HABILITADO
	The Kactos MPB Rock	HABILITADO

Edital 003/2026 – Fomento Cultural – Cinema Itinerante

Categoria Cinema Itinerante	**Proponente**	**Situação**
Pessoa Jurídica	52.333.808 ELLEN VITORIA SILVA MONTENEGRO TEODORO GOMES	HABILITADO

Goianinha/RN, 28 de agosto de 2026.

Comitê De Ação Cultural – CAC - Portaria Nº 269/2026
ANTÔNIO AUGUSTO LIMA DA ROCHA
CPF: 706.648.214-05
Representante da Administração Pública Municipal

BRUNNA RAFAELLA CORDEIRO MACHADO
CPF: 017.449.514-54
Representante da Administração Pública Municipal

CREUZA DA SILVA
CPF: 838.622.424-04
Representante do Governo do Estado

JOSÉ WILSON GONÇALVES DA SILVA
CPF: 428.569.144-20
Representante do Governo do Estado

MARIA CLARA HONÓRIO FERREIRA DA SILVA
CPF: 716.191.674-76
Representante da Sociedade Civil

Publicado por:
Erinelly Barbosa do Nascimento
Código Identificador:CEB984A1

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2026 *PUBLICADO POR INCORREÇÃO*

INCORREÇÃO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2026
PREMIAÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA (LEI Nº 14.399/2022)

• POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA

A Lei nº 14.399/2022 institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, baseada na parceria da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a sociedade civil no setor da cultura, bem como no respeito à diversidade, à democratização e à universalização do acesso à cultura no Brasil.
A Política Nacional Aldir Blanc objetiva também estruturar o sistema federativo de financiamento à cultura mediante repasses da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios de forma continuada.
As condições para a execução da Política Nacional Aldir Blanc foram criadas por meio do engajamento da sociedade e o presente edital destina-se a apoiar projetos apresentados pelos agentes culturais doMunicípio de Goianinha.
Deste modo, a Prefeitura Municipal de Goianinha, através da Secretaria Municipal de Cultura, torna público o presente edital elaborado com base na Lei nº 14.399/2022 (Política Nacional Aldir Blanc, na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto Política Nacional Aldir Blanc), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento) e na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN de Ações Afirmativas e Acessibilidade da Política Nacional Aldir Blanc).

• INFORMAÇÕES GERAIS

Objeto do edital
O objeto deste Edital é a seleção de projetos culturais para receberem apoio financeiro nas categorias descritas no Anexo I, com o objetivo de incentivar as diversas formas de manifestações culturais do Município de Goianinha.

Quantidade de projetos selecionados
Serão selecionados 10 projetos.
Contudo, caso haja orçamento e interesse público, o edital poderá ser suplementado, ou seja, caso haja saldo de recursos da Política Nacional Aldir Blanc oriundo de outros editais ou rendimentos, as vagas podem ser ampliadas.

Valor total do edital
Cada projeto receberá o valor descrito no Anexo I.
O valor total deste edital é de R$ 53.000,00 (cinquenta e três mil reais)
A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Unidade	13.001 - Secretaria Municipal de Cultura e Eventos
Função	13 – Cultura
Sub-função	392- Difusão Cultural
Atividade/projeto	1149– Incentivo da Lei Aldir Blanc
Elemento	3.3.90.31 3.3.90.39
Valor	R$ 53.000,00
Fonte de recurso	1.719 Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – Lei N° 14.399/2022

Sobre o valor total repassado pelo Município de Goianinha ao agente cultural, não incidirá Imposto de Renda, Imposto Sobre Serviços – ISS, e eventuais impostos próprios da contratação de serviços.

Prazo de inscrição
De dia 07/08/2026 até às 00 horas do dia 18/08/2026.
As inscrições serão realizadas conforme orientações descritas no item 4 deste edital.

PUBLICAÇÃO E SELEÇÃO PÚBLICA/ETAPAS	**DATAS**
Período de Inscrição	**07/08/2026 a 19/08/2026**
Resultado Parcial da Etapa de Avaliação	**25/08/2026**
Recursos da Etapa de Avaliação	**25/08/2026 a 27/08/2026**
Resultado Final	**28/08/2026**
Assinatura do Termo de Premiação.	**A partir de 28/08/2026**

Quem pode participar
Pode se inscrever no Edital qualquer agente cultural que atua ou reside noMunicípio de Goianinha há pelo menos1 ano.

Agente Cultural é toda pessoa ou grupo de pessoas responsável por criar, produzir e promover manifestações culturais, como artistas, músicos, escritores, cineastas, dançarinos, artesãos, curadores, produtores culturais, gestores de espaços culturais, entre outros.
O agente cultural pode ser:
I - Pessoa física ou Microempreendedor Individual (MEI)
II - Pessoa jurídica com fins lucrativos (Ex.: empresa de pequeno porte, empresa de grande porte, etc)
III - Pessoa jurídica sem fins lucrativos (Ex.: Associação, Fundação, Cooperativa, etc)
IV - Coletivo/Grupo sem CNPJ representado por pessoa física.
V – Certidões Negativas Municipais, Estaduais, Débitos Trabalhistas e Federal
Na hipótese de agentes culturais que atuem como grupo ou coletivo cultural sem constituição jurídica (ou seja, sem CNPJ), será indicada pessoa física como responsável legal para o ato da assinatura do Termo de Premiação Cultural e a representação será formalizada em declaração assinada pelos demais integrantes do grupo ou coletivo, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo VII.

Quem NÃO pode participar

Não pode se inscrever neste Edital, agentes culturais que:
I - tenham participado diretamente da etapa de elaboração do edital, da etapa de análise de propostas ou da etapa de julgamento de recursos;
II - sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e
III - sejam Chefes do Poder Executivo (Governadores, Prefeitos), Secretários de Estado ou de Município, membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).
Atenção! O agente cultural que integrar o Conselho de Cultura somente ficará impossibilitado de concorrer neste Edital quando se enquadrar nas vedações previstas no item 2.6.
Atenção! Quando se tratar de agentes culturais que constituem pessoas jurídicas, estarão impedidas de apresentar projetos aquelas cujos sócios, diretores e/ou administradores se enquadrarem nas situações descritas neste item.
Atenção! A participação de agentes culturais nas consultas públicas não caracteriza participação direta na etapa de elaboração do edital. Ou seja, a mera participação do agente cultural nas audiências e consultas públicas não inviabiliza a sua participação neste edital.

Quantos projetos cada agente cultural pode apresentar neste edital
Cada agente cultural poderá concorrer neste edital com, no máximo1 projetoe poderá ser contemplado com no máximo1 projeto cultural.

• ETAPAS

Este edital é composto pelas seguintes etapas:
Inscrições – etapa de apresentação dos projetos pelos agentes culturais, bem como para apresentar documentos.
Seleção – etapa em que uma comissão analisa e seleciona os projetos
Assinatura do Termo de Premiação Cultural – etapa em que os agentes culturais habilitados serão convocados para assinar o Termo de Premiação Cultural

• INSCRIÇÕES

O agente cultural deve encaminhar por meio do endereço https://secultura.web.app a seguinte documentação EM ARQUIVO ÚNICO, no formato PDF.
Documentação obrigatória:
a) Formulário de inscrição (Anexo II)
b) Plano de Trabalho (projeto), conforme Anexo III;
c) Documentos específicos relacionados na categoria de apoio em que o projeto será inscrito conforme Anexo I, quando houver;
d) Autodeclaração étnico-racial ou de pessoa com deficiência, se for concorrer às cotas;
e) Declaração de representação, se for concorrer como um coletivo sem CNPJ;
f) Outros documentos que o agente cultural julgar necessário para auxiliar na avaliação do mérito cultural do projeto.
g) Certidões Negativas Municipais, Estaduais, Débitos Trabalhistas e Federal
Atenção! O agente cultural é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações de seu projeto.
Atenção! A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei 14.399/2022 (Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório de fomento à cultura), no Decreto 11.740/2023 (Decreto Política Nacional Aldir Blanc) e no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de fomento).

• COTAS

Categoria de cotas
Ficam garantidas cotas em todas as categorias do edital para:
pessoas negras (pretas e pardas);
pessoas indígenas;
pessoas com deficiência.
A quantidade de cotas destinadas a cada categoria do edital está descrita no Anexo I.
Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão preencher uma autodeclaração.
A autodeclaração pode ser apresentada por escrito, em áudio, em vídeos ou em outros formatos acessíveis.

Concorrência concomitante
Os agentes culturais que optarem por concorrer às cotas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo seleção.
Os agentes culturais optantes por concorrer às cotas que atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.

Desistência do optante pela cota
Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.

Remanejamento das cotas
No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.
Caso não haja agentes culturais inscritos em outra categoria de cotas, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.

• COMO ELABORAR O PROJETO (PLANO DE TRABALHO)

Preenchimento do modelo
O agente cultural deve preencher o Anexo II - Formulário de Inscrição, documento que contém a ficha de inscrição, e o Anexo III - Plano de Trabalho, documento que contém a descrição do projeto e a planilha orçamentária.
O agente cultural será o único responsável pela veracidade do projeto e documentos encaminhados, isentando o Município de Goianinha de qualquer responsabilidade civil ou penal.

Recursos de acessibilidade
Os projetos devem contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional compatíveis com as suas caractetísticas, nos termos do disposto naLei nº 13.146, de 6 de julho de 2015(Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência).
São medidas de acessibilidade:
I - no aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;
II - no aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço; e
III - no aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral.
Especificamente para pessoas com deficiência, mecanismos de protagonismo e participação poderão ser concretizados também por meio das seguintes iniciativas, entre outras:
I - adaptação de espaços culturais com residências inclusivas;
II - utilização de tecnologias assistivas, ajudas técnicas e produtos com desenho universal;
III - medidas de prevenção e erradicação de barreiras atitudinais;
IV - contratação de serviços de assistência por acompanhante; ou
V - oferta de ações de formação e capacitação acessíveis a pessoas com deficiência.

• ETAPA DE SELEÇÃO

Quem analisa os projetos
Uma comissão de seleção vai avaliar os projetos. Todas as atividades serão registradas em ata.
Farão parte desta comissão o CAC – Comitê de Ação Cultural, instituído conforme decreto municipal, para análises das candidaturas.
Quem não pode analisar os projetos

Os membros da comissão de seleção e respectivos suplentes ficam impedidos de participar da apreciação dos projetos quando:
I - tiverem interesse direto na matéria;
II - tenham participado como colaborador na elaboração do projeto;
III - no caso de inscrição de pessoa jurídica, ou grupo/coletivo: tenham composto o quadro societário da pessoa jurídica ou tenham sido membros do grupo/coletivo nos últimos dois anos, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e
IV - sejam parte em ação judicial ou administrativa em face do agente cultural ou do respectivo cônjuge ou companheiro.
Caso o membro da comissão se enquadre nas situações de impedimento, deve comunicar à comissão, e deixar de atuar, imediatamente, caso contrário todos os atos praticados podem ser considerados nulos.
Atenção! Os parentes de que trata o item III são: pai, mãe, filho/filha, avô, avó, neto/neta, bisavô/bisavó, bisneto/bisneta, irmão/irmã, tio/tia, sobrinho/sobrinha, sogro/sogra, genro/nora, enteado/enteada, cunhado/cunhada.

Análise do mérito cultural
Os membros da comissão de seleção farão a análise de mérito cultural dos projetos.
Entende-se por “Análise de mérito cultural" a identificação, tanto individual quanto sobre seu contexto social, de aspectos relevantes dos projetos culturais, concorrentes em uma mesma categoria de apoio, realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos no Anexo IV deste edital.
Por análise comparativa compreende-se a análise dos itens individuais de cada projeto, e de seus impactos e relevância em relação a outros projetos inscritos na mesma categoria. A pontuação de cada projeto é atribuída em função desta comparação.

Análise da planilha orçamentária
Os membros da comissão de seleção vão avaliar se os valores informados pelo agente cultural são compatíveis com os preços praticados no mercado.
Os membros da comissão de seleção podem realizar a análise comparando os valores apresentados pelo agente cultural com tabelas referenciais de valores, ou com outros métodos de verificação.

Valores incompatíveis com o mercado
Os itens da planilha orçamentária poderão ser glosados, ou seja, vetados, total ou parcialmente, pela Comissão de Seleção, se, após análise, não forem considerados com preços compatíveis aos praticados no mercado ou forem considerados incoerentes e em desconformidade com o projeto apresentado.
Caso o agente cultural discorde dos valores glosados (vetados) poderá apresentar recurso da etapa de seleção, conforme dispõe o 7.6.

Recurso da etapa de seleção
O resultado provisório da etapa de seleção será divulgado no diário oficial do Município de Goianinha e no site oficial da FEMURN.
Contra a decisão da fase de seleção, caberá recurso destinado ao CAC – Comitê de Ação Cultural. Os recursos deverão ser enviados pela plataforma eletrônica https://secultura.web.app no prazo de 25 do julho a 27 de julho de 2026 a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação. Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados. Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de seleção será divulgado no diário oficial do Município e no site oficial do FEMURN.

• REMANEJAMENTO DE VAGAS

Caso alguma categoria não tenha todas as vagas preenchidas, os recursos que seriam inicialmente desta categoria poderão ser remanejados para outra, conforme as seguintes regras:

Serão chamados os suplentes, conforme a ordem de notas, conforme a quantidades de vagas desertas.
Caso não sejam preenchidas todas as vagas deste edital, os recursos remanescentes poderão ser utilizados em outro edital da Política Nacional Aldir Blanc.

• ASSINATURA DO TERMO DE PREMIAÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DOS RECURSOSFINANCEIROS

Termo de Premiação Cultural
Finalizada a fase de habilitação, o agente cultural contemplado será convocado a assinar o Termo de Premiação Cultural, conforme anexo V deste Edital, de forma presencial ou eletrônica.
O Termo de Premiação Cultural corresponde ao documento a ser assinado pelo agente cultural selecionado neste Edital e peloMunicípio contendo as obrigações dos assinantes do Termo.

Recebimento dos recursos financeiros
Após a assinatura do Termo de Premiação Cultural, o agente cultural receberá os recursos em conta bancária específica aberta para o recebimento dos recursos deste Edital, em desembolso único ou em parcelas.
Para recebimento dos recursos, o agente cultural deve abrir conta bancária específica, em instituição financeira pública isenta de tarifas bancárias ou em instituição financeira privada.
Atenção! A assinatura do Termo de Premiação Cultural e o recebimento dos recursos estão condicionados à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como expectativa de direito do agente cultural.

• DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS

Os produtos artístico-culturais e as peças de divulgação dos projetos exibirão as marcas do Governo federal e do Município de Goianinha, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições.
O material de divulgação dos projetos e seus produtos será disponibilizado em formatos acessíveis a pessoas com deficiência e conterá informações sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados.
O material de divulgação deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, nos termos do § 1ºdo art. 37 da Constituição Federal.

• MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

Monitoramento e avaliação realizados pelo CAC – Comitê de Ação Cultura e pela Secretaria Municipal de Cultural.
Os procedimentos de monitoramento e avaliação dos projetos culturais contemplados, assim como a prestação de informação à administração pública, observarão a Lei nº 14.903/2024 e o Decreto nº 11.453/2023 que dispõem sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, observadas às exigências legais de simplificação e de foco no cumprimento do objeto.

• DISPOSIÇÕES FINAIS

Desclassificação de projetos
Os projetos que apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificados, com fundamento no disposto noinciso IV do caput do art. 3º da Constituição Federal,garantidos o contraditório e a ampla defesa.
Atenção! Eventuais irregularidades constatadas a qualquer tempo, implicarão na desclassificação do agente cultural.

Acompanhamento das etapas do edital
O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no siteFEMURN.
O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos são de inteira responsabilidade dos agentes culturais. Para tanto, devem ficar atentos às publicações nosite da FEMURNe nas mídias sociais oficiais.

Informações adicionais
Demais informações podem ser obtidas pelo e-mailcultura.goianinha@gmail.com .
Os casos omissos ficarão a cargo do SECULT – Secretaria Municipal de Cultura.

Validade do resultado deste edital
O resultado do chamamento público regido por este Edital terá validade até 6 meses após a publicação do resultado final.

Anexos do edital

Este Edital é composto pelos seguintes anexos:
Anexo I – Categorias
Anexo II - Formulário de Inscrição
Anexo III – Critérios de seleção e bônus de pontuação
Anexo IV- Declaração de representação de grupo ou coletivo cultural
Anexo V - Termo de Premiação Cultural
Anexo VI - Autodeclaração Étnico-racial
Anexo VII - Autodeclaração para pessoa com deficiência
Anexo VIII– Formulário de Recurso

ANEXO I
CATEGORIAS

RECURSOS DO EDITAL

O presente edital possui valor total de R$ 53.000,00 (cinquenta e três mil reais).

Serão disponibilizadas 10 vagas.

CATEGORIAS	QTD DE VAGAS AMPLA CONCORRÊNCIA	COTAS PARA PESSOAS NEGRAS	COTAS PARA PESSOAS ÍNDIGENAS	COTAS PARA PCD	VALOR POR CATEGORIA	QUANTIDADE TOTAL DE VAGAS	VALOR TOTAL DA CATEGORIA
AGREMIAÇÃO JUNINA (com o sem cnpj)	2				5.000,00	2	R$ 10.000,00
DANÇA E GRUPOS CULTURAIS (com ou sem cnpj)	2				5.000,00	2	R$ 10.000,00
AUDIOVISUAL (com o sem cnpj)	3				7.000,00	3	R$ 21.000,00
GRUPOS MUSICAIS (com ou sem cnpj)	2				5.0000,00	2	R$ 10.000,00
Artes Manuais	1				R$ 2.000,00	1	R$ 2.000,00
Total						10	R$ 53.000,00

ANEXO II

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO
PESSOA FÍSICA, MEI OU PARA GRUPO E COLETIVO SEM PERSONALIDADE JURÍDICA (SEM CNPJ)

DADOS DA PROPOSTA DE PREMIAÇÃO

O agente concorre em alguma modalidade de reserva de vagas (cotas)?
( ) Ampla concorrência
( ) Reserva de vagas para pessoas negras
( ) Reserva de vagas para pessoas indígenas
( ) Reserva de vagas para pessoas com deficiência
( ) Reserva de vagas para outros grupos

Valor da premiação

Qual o principal segmento de atuação do agente premiado?
( ) Acervos
( ) Arquivos
( ) Artes Visuais
( ) Artesanato
( ) Audiovisual
( ) Capoeira
( ) Circo
( ) Cultura de Matriz Africana
( ) Cultura dos Povos Originários
( ) Culturas Tradicionais e Populares
( ) Dança
( ) Design
( ) Edição e produção editorial
( ) Festas e Celebrações
( ) Hip Hop
( ) Jogos eletrônicos
( ) Literatura
( ) Mediação e formação de leitores
( ) Moda
( ) Museu
( ) Música
( ) Patrimônio Arqueológico
( ) Patrimônio Cultural Material
( ) Patrimônio Cultural Imaterial
( ) Patrimônio Natural
( ) Performance
( ) Teatro
( ) Outros

O agente premiado trabalha prioritariamente com alguma pauta temática? Qual?
( ) Não se relaciona a nenhuma pauta temática
( ) Cultura Alimentar
( ) Cultura DEF
( ) Cultura Digital
( ) Culturas Imigrantes e Refugiadas
( ) Cultura LGBTQIAPN+
( ) Cultura, Memória e Direitos Humanos
( ) Cultura Nerd
( ) Culturas Periféricas
( ) Cultura Quilombola
( ) Culturas Rurais e Agroecológicas
( ) Culturas Urbanas
( ) Cultura do Sertão

( ) Cultura e Acessibilidade
( ) Cultura e Economia Criativa
( ) Cultura e Educação
( ) Cultura e Gênero
( ) Cultura e Idosos
( ) Cultura e Infância
( ) Cultura e Juventude
( ) Cultura e Meio ambiente
( ) Cultura e Negritude
( ) Cultura e Pessoas em Situação de Privação de Liberdade
( ) Cultura e População de Rua
( ) Cultura e Povos Ciganos
( ) Cultura e Saúde
( ) Cultura e Turismo
( ) Culturas Indígenas
( ) Culturas Tradicionais de Matriz Africana
( ) Outra (especificar)

O agente premiado atua em algum território prioritário?
( ) Não se aplica
( ) Área atingida por desastre natural
( ) Assentamento ou acampamento
( ) Conjunto ou empreendimento habitacional de interesse social
( ) Favelas e comunidades urbanas
( ) Periferia
( ) Regiões com menor histórico de acesso aos recursos da política pública de cultura
( ) Regiões com menor índice de Desenvolvimento Humano - IDH
( ) Sítios de arqueológicos e de patrimônio cultural
( ) Território de fronteira
( ) Território de povos e comunidades tradicionais
( ) Território indígena
( ) Território rural
( ) Zona especial de interesse social

I - PESSOA FÍSICA OU MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI

Tipo de agente cultural individual:
( ) Pessoa física
( ) Microempreendedor individual – MEI

Nome Completo:
[texto – 100 caracteres]

Nome artístico ou nome social (se houver):
[texto – 100 caracteres]

CPF:
[14 dígitos, apenas números]

CNPJ (Se a inscrição for realizada em nome do MEI):
[14 dígitos, apenas números]

Data de nascimento:
[dd/mm/aaaa]

E-mail:
[campo de e-mail validado]

Telefone:
[apenas números]

Endereço completo:
[Texto – 200 caracteres]

Cidade:
[lista municípios IBGE]

Estado:
[lista estados IBGE]

CEP:
[campo CEP validado]

Pertence a alguma comunidade tradicional?

( ) Não pertence a povos ou comunidades tradicionais.
( ) Andirobeiros
( ) Apanhadores de flores sempre vivas
( ) Benzedeiros
( ) Caatingueiros
( ) Caboclos
( ) Caiçaras
( ) Catadores de mangaba
( ) Cipozeiros
( ) Comunidades de fundos e fechos de pasto
( ) Comunidades quilombolas
( ) Extrativistas
( ) Extrativistas costeiros e marinhos
( ) Faxinalenses
( ) Geraizeiros
( ) Ilhéus
( ) Juventude de povos e comunidades tradicionais
( ) Morroquianos
( ) Pantaneiros
( ) Pescadores artesanais
( ) Povo pomerano
( ) Povos ciganos
( )Povos e comunidades de terreiro/de matriz africana
( ) Povos indígenas
( ) Quebradeiras de coco babaçu
( ) Raizeiros
( ) Retireiros do Araguaia
( ) Ribeirinhos
( ) Vazanteiros
( ) Veredeiros
( ) Outra comunidade tradicional, indicar qual

3. **É mestre ou mestra das culturas tradicionais e populares?**
( ) Sim
( ) Não

Gênero:
( ) Mulher cisgênero
( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero
( ) Homem Transgênero
( ) Pessoa Não Binária
( ) Travesti
( ) Outro

Orientação sexual:
( ) Lésbica
( ) Gay
( ) Heterossexual
( ) Bissexual
( ) Outra
( ) Prefere não responder

Raça, cor ou etnia:
( ) Branca
( ) Preta
( ) Parda
( ) Indígena
( ) Amarela

Você é uma Pessoa com Deficiência?
( ) Não
( ) Sim, Auditiva
( ) Sim, Física-motora
( ) Sim, Intelectual
( ) Sim, Visual
( ) Sim, Múltipla
( ) Sim, Transtorno do Espectro Autista
( ) Sim, Outra (indicar qual)

Qual o seu grau de escolaridade?
( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto
( ) Ensino Fundamental Completo

( ) Ensino Médio Incompleto
( ) Ensino Médio Completo
( ) Curso Técnico Completo
( ) Ensino Superior Incompleto
( ) Ensino Superior Completo
( ) Pós Graduação Completo
( ) Pós-Graduação Incompleto

Qual a sua renda mensal fixa individual (média mensal bruta aproximada) nos últimos 3 meses?
(Calcule fazendo uma média das suas remunerações nos últimos 3 meses. Em 2025, o salário mínimo foi fixado em R$ 1.525,00.)
( ) Nenhuma renda
( ) De 1,00 a 500,00
( ) De 501,00 a 1.000,00
( ) De 1.001,00 a 2.000,00
( ) De 2.001,00 a 3.000,00
( ) De 3.001,00 a 5.000,00
( ) De 5.001,00 a 10.000,00
( ) De 10.001,00 a 20.000,00
( ) De 20.001,00 a 100.000,00
( ) Acima de 100.000,00

Possui quantos anos de experiência na área cultural?
[Número inteiro]

Acessou recursos públicos de fomento à cultura nos últimos 5 (cinco) anos?
( ) Sim
( ) Não
( ) Não sei

II - PESSOA JURÍDICA

Tipo de agente cultural:
( ) Pessoa Jurídica com fins lucrativos (empresas)
( ) Pessoa Jurídica sem fins lucrativos (OSCs)

CNPJ:
[campo CNPJ validado]

Razão Social:
[texto – 100 caracteres]

Nome fantasia:
[texto – 100 caracteres]

Data de fundação:
[dd/mm/aaaa]

Nome do representante legal:
[Texto – 100 caracteres]

CPF do representante legal:
[campo CPF validado]

E-mail de contato:
[campo e-mail validado]

Telefone de contato:
[Apenas números]

CEP:
[campo CEP validado]

Endereço completo (da sede):
[texto – 200 caracteres]

Cidade:
[lista municípios IBGE]

Estado:
[lista estados IBGE]

Anos de atuação na área cultural?
[número inteiro]

Acessou recursos públicos de fomento à cultura nos últimos 5 (cinco) anos?
( ) Sim
( ) Não
( ) Não sei

III - COLETIVO SEM CONSTITUIÇÃO JURÍDICA

Nome do grupo ou coletivo
[Texto – 100 caracteres]

Quantas pessoas fazem parte do coletivo
[número inteiro]

Nome do representante:
[texto – 100 caracteres]

CPF do representante :
[campo CPF validado]

E-mail de contato:
[campo e-mail validado]

Telefone de contato:
[apenas números]

Endereço completo (da sede):
[texto – 200 caracteres]

Cidade:
[lista municípios IBGE]

Estado:
[lista estados IBGE]

CEP:
[campo CEP validado]

Anos de atuação na área cultural?
[número inteiro]

Acessou recursos públicos de fomento à cultura nos últimos 5 (cinco) anos?
( ) Sim
( ) Não
( ) Não sei

Por meio do preenchimento e envio deste documento, autorizo o uso das minhas informações pelo ente federativo responsável pelo edital e pelo Ministério da Cultura para fins de avaliação da execução da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018).

ANEXO III
CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E BÔNUS DE PONTUAÇÃO

A avaliação das candidaturas será realizada mediante atribuição de notas aos critérios de seleção, conforme descrição a seguir:
• Grau pleno de atendimento do critério - 10 pontos;
• Grau satisfatório de atendimento do critério – 6 pontos;
• Grau insatisfatório de atendimento do critério – 2 pontos;
• Não atendimento do critério – 0 pontos.

CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS		
Identificação do Critério	**Descrição do Critério**	**Pontuação Máxima**
A	Reconhecida atuação na categoria cultural inscrito(a)	10
B	Integração e inovação do agente cultural com outras esferas do conhecimento e da vida social. Ex.: integração entre cultura e educação, cultura e saúde, cultura e meio ambiente, etc	10
C	Obras com temáticas voltadas para manutenção do patrimônio cultural histórico, literário, artístico de Goianinha.	10
D	Contribuição do agente cultural à(s) comunidade(s) em que atua, tais como realização de ações dentro da comunidade, contratação de profissionais da comunidade, etc	10
E	Atuação no Município de Goianinha comprovada há mais de 5 anos	10
PONTUAÇÃO TOTAL:		50 PONTOS

Além da pontuação acima, o agente cultural pode receber bônus de pontuação, ou seja, uma pontuação extra, conforme critérios abaixo especificados:

PONTUAÇÃO BÔNUS PARA AGENTES CULTURAIS PESSOAS FÍSICAS		
Identificação do Ponto Extra	**Descrição do Ponto Extra**	**Pontuação**

F	Agente cultural do gênero feminino	5
G	Agente cultural negro ou indígena	5
H	Agente cultural com deficiência	5
PONTUAÇÃO EXTRA TOTAL		15 PONTOS

PONTUAÇÃO EXTRA PARA AGENTES CULTURAIS PESSOAS JURÍDICAS E COLETIVOS OU GRUPOS CULTURAIS SEM CNPJ		
Identificação do Ponto Extra	**Descrição do Ponto Extra**	**Pontuação**
J	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos compostos por mais de 50% de pessoas com deficiência	5
K	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos compostos por mais de 50% de pessoas negras ou indígenas	5
L	Pessoas jurídicas compostas por mais de 50% de mulheres	5
M	Pessoas jurídicas sediadas em regiões de menor IDH ou coletivos/grupos pertencentes a regiões de menor IDH.	5
N	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos com notória atuação em temáticas relacionadas a: pessoas negras, indígenas, pessoas com deficiência, mulheres, LGBTQIAP+, idosos, crianças, e demais grupos em situação de vulnerabilidade econômica e/ou social	5
PONTUAÇÃO EXTRA TOTAL		25 PONTOS

A pontuação final de cada candidatura será POR MÉDIA DAS NOTAS ATRIBUÍDAS INDIVIDUALMENTE POR CADA MEMBRO
Os critérios gerais são **eliminatórios**, de modo que, o agente cultural que receber pontuação 0 em algum dos critérios será desclassificado do Edital.
Os bônus de pontuação são cumulativos e não constituem critérios obrigatórios, de modo que a pontuação 0 em algum dos critérios não desclassifica o agente cultural.
Em caso de empate, serão utilizados para fins de classificação a maior nota nos critérios de acordo com a ordem abaixo definida: E, A, B, C e D respectivamente.
Caso nenhum dos critérios acima elencados seja capaz de promover o desempate serão adotados critérios de desempate na ordem a seguir:
AGENTE CULTURAL COM MAIOR IDADE
Serão considerados aptos os agentes culturais que receberem nota final igual ou superior a 30 pontos.
A falsidade de informações acarretará desclassificação, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanções administrativas ou criminais.A falsidade de informações acarretará desclassificação, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanções administrativas ou criminais.

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPO OU COLETIVO
ARTÍSTICO- CULTURAL
OBS.: Essa declaração deve ser preenchida somente por agentes culturais que integram um grupo ou coletivo sem personalidade jurídica, ou seja, sem CNPJ.

GRUPO ARTÍSTICO:
NOME DO REPRESENTANTE INTEGRANTE DO GRUPO OU COLETIVO ARTÍSTICO:

DADOS PESSOAIS DO REPRESENTANTE: [IDENTIDADE, CPF, E-MAIL E TELEFONE]

Os declarantes abaixo-assinados, integrantes do grupo artístico [NOME DO GRUPO OU COLETIVO], elegem a pessoa indicada no campo "REPRESENTANTE" como único representante neste edital, outorgando-lhe poderes para fazer cumprir todos os procedimentos exigidos nas etapas do edital, inclusive assinatura de recibo, troca de comunicações, podendo assumir compromissos, obrigações, transigir, receber pagamentos e dar quitação, renunciar direitos e qualquer outro ato relacionado ao referido edital. Os declarantes informam que não incorrem em quaisquer das vedações do item de participação previstas no edital.

NOME DO INTEGRANTE	DADOS PESSOAIS	ASSINATURAS

[LOCAL]
[DATA]

ANEXO V
TERMO DE PREMIAÇÃO CULTURAL

NOME DO AGENTE CULTURAL:
Nº DO CPF OU CNPJ:
DADOS BANCÁRIOS DO AGENTE CULTURAL:

Declaro que recebi a quantia de [VALOR NUMÉRICO E POR EXTENSO], na presente data, relativa ao Edital de Premiação Cultural [NOME E NÚMERO DO EDITAL].

NOME
LOCAL

ASSINATURA

ANEXO VI
DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL
(Para agentes culturais optantes pelas cotas étnico-raciais – pessoas negras ou pessoas indígenas)

Eu, _____, CPF nº_____, RG nº _____, DECLARO para fins de participação no Edital (Nome ou número do edital) que sou _____(informar se é pessoa NEGRA OU INDÍGENA).

Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

NOME
ASSINATURA DO DECLARANTE

ANEXO VIi
DECLARAÇÃO PESSOA COM DEFICIÊNCIA
(Para agentes culturais concorrentes às cotas destinadas a pessoas com deficiência)

Eu, _____, CPF nº_____, RG nº _____, DECLARO para fins de participação no Edital (Nome ou número do edital) que sou pessoa com deficiência.
Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

NOME
ASSINATURA DO DECLARANTE

ANEXO VIII
formulário de apresentação de recurso DA ETAPA DE SELEÇÃO

NOME DO AGENTE CULTURAL:
CPF/CNPJ:
CATEGORIA:

RECURSO:

À Comissão de Seleção,
Com base na **Etapa de Seleção** do Edital 002/2026, venho solicitar alteração do resultado preliminar de seleção, conforme justificativa a seguir.
Justificativa:_____.
Local, data.

_____
Assinatura
Nome Completo

Publicado por:
Erinelly Barbosa do Nascimento
Código Identificador:F7005F58

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GROSSOS

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/2026

PROCESSOnº521104/2026

Pregão EletrônicoSRPnº 5/2026

INTERESSADO: Prefeitura Municipal de Grossos/RN

CNPJ:08.077.273/0001-46

OBJETO: Aquisição de medicamentos injetáveis e insulinas destinados ao abastecimento das Unidades Básicas de Saúde, Centro de Saúde, serviços de urgência e demais estabelecimentos integrantes da rede pública municipal de saúde de Grossos/RN, visando garantir a continuidade dos atendimentos, tratamentos e procedimentos realizados no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), assegurando o fornecimento regular e adequado desses insumos essenciais à assistência farmacêutica e à promoção da saúde da população do município.

DATA DA ASSINATURA: 18 de setembro de 2026.
VIGÊNCIA: a contar da assinatura: 18 de setembro de 2026 ate 18 de setembro de 2027.

PREÇOS REGISTRADOS:

Fornecedor: **B. GOMES BEZERRA LTDA**		
CNPJ: **03.647.696/0001-30**	Telefone:	Email:
Endereço: **RUA EMILIO CASTELAR, 188 , SÃO JOSÉ, MOSSORÓ/RN, CEP: 59600-000**		
Representante: **Bertony Gomes Bezerra** - CPF: **067.490.754-01**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
7	0045893 - Benzilpenicilina Benzatina 600.000 UI	TEUTO	Frascos	15000,000000	6,730	100.950,00
20	0045906 - Clindamicina 150 mg/mL Amp 4 mL	HIPOLABOR	Ampolas	10000,000000	2,670	26.700,00
23	0045909 - Gentamicina 40 mg/mL 1 mL	SANTISA	Ampolas	12000,000000	1,020	12.240,00
34	0045920 - Dipirona 100 mg/Ml 2 mL	TEUTO	Ampolas	30000,000000	0,710	21.300,00
35	0045921 - Cetoprofeno 50 mg/mL 2 mL	HIPOLABOR	Ampolas	5000,000000	1,250	6.250,00
73	0045959 - Amiodarona 150 mg/mL Amp 3 mL	HIPOLABOR	Ampolas	8000,000000	3,280	26.240,00
91	0045977 - Prometazina 25 mg/mL Amp 2 mL	HIPOLABOR	Ampolas	14000,000000	3,850	53.900,00

92	0045978 - Cimetidina 150 mg/mL Amp 2 mL	HYPOFARMA	Ampolas	12000,000000	1,050	12.600,00
104	0045990 - Butilbrometo de escopolamina + dipirona 4 mg/mL + 500 mg/mL Amp 5 mL	HYPOFARMA	Ampolas	25000,000000	1,580	39.500,00
120	0046006 - Ácido ascórbico 100 mg/mL Amp 5 mL	HYPOFARMA	Ampolas	30000,000000	0,980	29.400,00

Grossos/RN, 18 de setembro de 2026.

Fundo Municipal de Saúde de Grossos/RN
LEILIANE SOUZA DE MOURA
Gestora do FMS

Prefeitura Municipal de Grossos/RN
CINTHIA SONALE SILVA ALVES E SOUZA
Prefeita Constitucional

B. Gomes Bezerra LTDA
BERTONY GOMES BEZERRA

Publicado por:
Mozaniel Alves de Sousa
Código Identificador:4E3E1753

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 27/2026

PROCESSOnº521104/2026

Pregão EletrônicoSRPnº 5/2026

INTERESSADO: Prefeitura Municipal de Grossos/RN

CNPJ:08.077.273/0001-46

OBJETO: Aquisição de medicamentos injetáveis e insulinas destinados ao abastecimento das Unidades Básicas de Saúde, Centro de Saúde, serviços de urgência e demais estabelecimentos integrantes da rede pública municipal de saúde de Grossos/RN, visando garantir a continuidade dos atendimentos, tratamentos e procedimentos realizados no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), assegurando o fornecimento regular e adequado desses insumos essenciais à assistência farmacêutica e à promoção da saúde da população do município.

DATA DA ASSINATURA: 18 de setembro de 2026.
VIGÊNCIA: a contar da assinatura: 18 de setembro de 2026 ate 18 de setembro de 2027.

PREÇOS REGISTRADOS:

Fornecedor: **CIRUFARMA COMERCIAL LTDA**		
CNPJ: **40.787.152/0001-09**	Telefone: **8432136146**	Email: **cirufarmalicitacoes@hotmail.com**
Endereço: **PRESIDENTE QUARESMA, 1105 , ALECRIM, NATAL/RN, CEP: 59031-150**		
Representante: **VICENTE DE PAULO AVELINO SOBRINHO** - CPF: **105.939.694-72**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
74	0045960 - Metoprolol 1 mg/mL Amp 5 mL	TEUTO	Ampolas	3000,000000	12,850	38.550,00
132	0046018 - Cloreto de sódio 0,9% Amp 10 mL	EQUIPLEX	Ampolas	2000,000000	0,260	520,00

Grossos/RN, 18 de setembro de 2026.

Fundo Municipal de Saúde de Grossos/RN
LEILIANE SOUZA DE MOURA
Gestora do FMS

Prefeitura Municipal de Grossos/RN
CINTHIA SONALE SILVA ALVES E SOUZA
Prefeita Constitucional

Cirufarma Comercial LTDA
VICENTE DE PAULO AVELINO SOBRINHO

Publicado por:
Mozaniel Alves de Sousa
Código Identificador:CC388196

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2026

PROCESSOnº 521104/2026

Pregão Eletrônico SRPnº 5/2026

INTERESSADO: Fundo Municipal de Saúde de Grossos/RN

CNPJ:11.418.305/0001-34

OBJETO: Aquisição de medicamentos injetáveis e insulinas destinados ao abastecimento das Unidades Básicas de Saúde, Centro de Saúde, serviços de urgência e demais estabelecimentos integrantes da rede pública municipal de saúde de Grossos/RN, visando garantir a continuidade dos atendimentos, tratamentos e procedimentos realizados no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), assegurando o fornecimento regular e adequado desses insumos essenciais à assistência farmacêutica e à promoção da saúde da população do município.

DATA DA ASSINATURA: 18 de setembro de 2026.
VIGÊNCIA: a contar da assinatura: 18 de setembro de 2026 ate 18 de setembro de 2027.

PREÇOS REGISTRADOS:

Fornecedor: **CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES-EIRELI**		
CNPJ: **12.418.191/0001-95**	Telefone: **473366-7867**	Email: **conquistamedicamentos@gmail.com**
Endereço: **RODOVIA BR 101, KM 131, 131 , VÁRZEA DO RANCHINHO, Camboriú/SC, CEP: 88349-175**		
Representante: **Adriano Rodrigues da Silva** - CPF: **143.179.058-33**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
38	0045924 - Diclofenaco Sódico 25 Mg/Ml Solução Injetável Amp C/ 3Ml	FARMACE	Ampolas	30000,000000	0,780	23.400,00
40	0045926 - Tenoxicam 20 mg	UNIAO QUIMICA	Frascos	10000,000000	5,980	59.800,00
42	0045928 - Dexametasona 2 Mg/Ml, Injetável Ampola 1Ml - Dexametasona 2 Mg/Ml, Injetável Ampola 1Ml	HYPOFARMA	Frascos	30000,000000	0,660	19.800,00
43	0045929 - Dexametasona 4 mg/mL	HYPOFARMA	Frascos	30000,000000	0,750	22.500,00
47	0045933 - Metilprednisolona 500 mg	BLAU	Frascos	5000,000000	22,440	112.200,00
79	0045965 - Adrenalina/Epinefrina 1 mg/mL Amp 1 mL	HIPOLABOR	Ampolas	6000,000000	0,950	5.700,00
80	0045966 - Noradrenalina/Norepinefrina 2 mg/mL Amp 4 mL	HYPOFARMA	Ampolas	6000,000000	1,330	7.980,00
82	0045968 - Nitroprussiato de sódio 25 mg/mL	HYPOFARMA	Frascos	2000,000000	16,930	33.860,00
89	0045975 - Metoclopramida 5 mg/mL Amp 2 mL	FARMACE	Ampolas	15000,000000	0,570	8.550,00
96	0045982 - Enoxaparina 40 mg/0,4 mL	VIATRIS	Seringas	5000,000000	11,800	59.000,00
101	0045987 - Ácido tranexâmico 50 mg/mL Amp 5 mL	HIPOLABOR	Ampolas	15000,000000	4,010	60.150,00
121	0046007 - Complexo B polivitamínico sol. Injetável nan Amp 2 mL	HYPOFARMA	Ampolas	30000,000000	1,030	30.900,00
124	0046010 - Lidocaína sem vasoconstrictor 20 mg/mL FA 20 mL	HIPOLABOR	Frascos	6000,000000	4,490	26.940,00
128	0046014 - Furosemida 10 mg/mL Amp 2 mL	HYPOFARMA	Ampolas	12000,000000	0,590	7.080,00

Grossos/RN, 18 de setembro de 2026.

Fundo Municipal de Saúde de Grossos/RN
LEILIANE SOUZA DE MOURA
Gestora do FMS

PrefeituraMunicipal de Grossos/RN
CINTHIA SONALE SILVA ALVES E SOUZA
Prefeita Constitucional

Conquista Distribuidora de Medicamentos e Produtos Hospitalares-EIRELI
ADRIANO RODRIGUES DA SILVA

Publicado por:
Mozaniel Alves de Sousa
Código Identificador:A177CE3F

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/2026

PROCESSOnº521104/2026

Pregão EletrônicoSRPnº 5/2026

INTERESSADO: Prefeitura Municipal de Grossos/RN

CNPJ:08.077.273/0001-46

OBJETO: Aquisição de medicamentos injetáveis e insulinas destinados ao abastecimento das Unidades Básicas de Saúde, Centro de Saúde, serviços de urgência e demais estabelecimentos integrantes da rede pública municipal de saúde de Grossos/RN, visando garantir a continuidade dos atendimentos, tratamentos e procedimentos realizados no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), assegurando o fornecimento regular e adequado desses insumos essenciais à assistência farmacêutica e à promoção da saúde da população do município.

DATA DA ASSINATURA: 18 de setembro de 2026.
VIGÊNCIA: a contar da assinatura: 18 de setembro de 2026 ate 18 de setembro de 2027.

PREÇOS REGISTRADOS:

Fornecedor: **GIULLITE B MEDEIROS**		
CNPJ: **21.437.704/0001-04**	Telefone: **5431969260**	Email:
Endereço: **AV RIO BRANCO, 1477 Em frente Hospital, Santa Cecilia, Jardim de Piranhas/RN, CEP: 59324-000**		
Representante: **GIULLITE BRENNER MEDEIROS** - CPF: **049.221.214-71**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
114	0046000 - Insulina glargina flextouch 100 UI/mL 3 mL	ELI LILLY	Frascos	100,000000	57,750	5.775,00
116	0046002 - Insulina glulisina flextouch 100 UI/mL 3 mL	SANOFI	Frascos	100,000000	45,730	4.573,00
117	0046003 - Insulina humana NPH 100 UI/mL 10 mL	NOVO NORDISK	Frascos	300,000000	59,860	17.958,00
118	0046004 - Insulina humana regular 100 UI/mL 10 mL	NOVO NORDISK	Frascos	300,000000	69,460	20.838,00

Grossos/RN, 18 de setembro de 2026.

Fundo Municipal de Saúde de Grossos/RN
LEILIANE SOUZA DE MOURA
Gestora do FMS

Prefeitura Municipal de Grossos/RN
CINTHIA SONALE SILVA ALVES E SOUZA
Prefeita Constitucional

Giullite B Medeiros
GIULLITE BRENNER MEDEIROS

Publicado por:
Mozaniel Alves de Sousa
Código Identificador:27DA388D

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2026

PROCESSOnº521104/2026

Pregão EletrônicoSRPnº 5/2026

INTERESSADO: Prefeitura Municipal de Grossos/RN

CNPJ:08.077.273/0001-46

OBJETO: Aquisição de medicamentos injetáveis e insulinas destinados ao abastecimento das Unidades Básicas de Saúde, Centro de Saúde, serviços de urgência e demais estabelecimentos integrantes da rede pública municipal de saúde de Grossos/RN, visando garantir a continuidade dos atendimentos, tratamentos e procedimentos realizados no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), assegurando o fornecimento regular e adequado desses insumos essenciais à assistência farmacêutica e à promoção da saúde da população do município.

DATA DA ASSINATURA: 18 de setembro de 2026.
VIGÊNCIA: a contar da assinatura: 18 de setembro de 2026 ate 18 de setembro de 2027.

PREÇOS REGISTRADOS:

Fornecedor: **INOVAMED HOSPITALAR LTDA**		
CNPJ: **12.889.035/0002-93**	Telefone: **87996327707**	Email:
Endereço: **R PARTICULAR, 110 GALPAO01, IPIRANGA - SETOR INDUSTRIAL, Pouso Alegre/MG, CEP: 37556-348**		
Representante: **Vanderlei Stievens** - CPF: **007.304.360-55**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
55	0045941 - Morfina 10 mg/mL Amp 1 mL	Hipolabor	Ampolas	10000,000000	1,670	16.700,00
60	0045946 - Midazolam 1 mg/mL Amp 5 mL	Hipolabor	Ampolas	5000,000000	2,190	10.950,00
86	0045972 - Bromoprida 5 mg/mL Amp 2 mL	Hipolabor	Ampolas	15000,000000	1,110	16.650,00
102	0045988 - Vitamina K (fitomenadiona) 10 mg/mL Amp 1 mL	Hipolabor	Ampolas	12000,000000	1,620	19.440,00
105	0045991 - Terbutalina 0,5 mg/mL Amp 1 mL	Hipolabor	Ampolas	2000,000000	1,350	2.700,00

Grossos/RN, 18 de setembro de 2026.

Fundo Municipal de Saúde de Grossos/RN
LEILIANE SOUZA DE MOURA
Gestora do FMS

Prefeitura Municipal de Grossos/RN
CINTHIA SONALE SILVA ALVES E SOUZA
Prefeita Constitucional

Inovamed Hospitalar LTDA
VANDERLEI STIEVENS

Publicado por:
Mozaniel Alves de Sousa
Código Identificador:C839CCB3

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2026

PROCESSOnº521104/2026

Pregão EletrônicoSRPnº 5/2026

INTERESSADO: Prefeitura Municipal de Grossos/RN

CNPJ:08.077.273/0001-46

OBJETO: Aquisição de medicamentos injetáveis e insulinas destinados ao abastecimento das Unidades Básicas de Saúde, Centro de Saúde, serviços de urgência e demais estabelecimentos integrantes da rede pública municipal de saúde de Grossos/RN, visando garantir a continuidade dos

atendimentos, tratamentos e procedimentos realizados no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), assegurando o fornecimento regular e adequado desses insumos essenciais à assistência farmacêutica e à promoção da saúde da população do município.

DATA DA ASSINATURA: 18 de setembro de 2026.
VIGÊNCIA: a contar da assinatura: 18 de setembro de 2026 ate 18 de setembro de 2027.

PREÇOS REGISTRADOS:

Fornecedor: **LABMED COMERCIO DE ARTIGOS MED. E LAB. LTDA - ME**		
CNPJ: **06.964.537/0001-58**	Telefone: **(84)3314-5827/996972400**	Email: **labmed.labmed@gmail.com**
Endereço: **RUA DR. JOÃO MARCELINO, 665 LOJA 01 - BLOCO 01, SANTO ANTÔNIO, MOSSORO/RN, CEP: 59611-200**		
Representante: **Erika Ramos da Cunha Medeiros** - CPF: **008.198.554-13**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
48	0045934 - Betametasona (acetato + fosfato dissódico) 3 mg/mL + 3mg/mL Amp 1 mL	EUROFARMA	Ampolas	8000,000000	6,720	53.760,00
99	0045985 - Heparina 5.000 UI/mL FA 5 mL	CRISTALIA	Frascos	4000,000000	13,290	53.160,00
133	0046019 - Cloreto de sódio 0,9% Amp 10 mL	HEKILEX	Ampolas	2000,000000	0,260	520,00

Grossos/RN, 18 de setembro de 2026.

Fundo Municipal de Saúde de Grossos/RN
LEILIANE SOUZA DE MOURA
Gestora do FMS

Prefeitura Municipal de Grossos/RN
CINTHIA SONALE SILVA ALVES E SOUZA
Prefeita Constitucional

Labmed Comercio de Artigos Med. e Lab. LTDA - ME
ERIKA RAMOS DA CUNHA MEDEIROS

Publicado por:
Mozaniel Alves de Sousa
Código Identificador:DD3710BA

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 32/2026

PROCESSOnº521104/2026

Pregão EletrônicoSRPnº 5/2026

INTERESSADO: Prefeitura Municipal de Grossos/RN

CNPJ:08.077.273/0001-46

OBJETO: Aquisição de medicamentos injetáveis e insulinas destinados ao abastecimento das Unidades Básicas de Saúde, Centro de Saúde, serviços de urgência e demais estabelecimentos integrantes da rede pública municipal de saúde de Grossos/RN, visando garantir a continuidade dos atendimentos, tratamentos e procedimentos realizados no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), assegurando o fornecimento regular e adequado desses insumos essenciais à assistência farmacêutica e à promoção da saúde da população do município.

DATA DA ASSINATURA: 18 de setembro de 2026.
VIGÊNCIA: a contar da assinatura: 18 de setembro de 2026 ate 18 de setembro de 2027.

PREÇOS REGISTRADOS:

Fornecedor: **LEVI MED DISTRIBUIDORA LTDA**		
CNPJ: **57.692.992/0001-82**	Telefone: **8421322432**	Email:
Endereço: **R JOSÉ ALVES DE AQUINO, 139 ., NOVA BETÂNIA, Mossoró/RN, CEP: 59612-097**		
Representante: **Caroline Germano de Queiroz Saldanha** - CPF: **016.468.414-09**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
2	0045888 - Amicacina 250 Mg/Ml - Solução Injetável - Ampola 2Ml	TEUTO	Ampolas	8000,000000	3,590	28.720,00
14	0045900 - Ceftriaxona 1 g	BLAU	Frascos	20000,000000	3,980	79.600,00
15	0045901 - Cefoxitina 1 g	BLAU	Frascos	6000,000000	8,380	50.280,00
22	0045908 - Gentamicina 20 mg/mL 1 mL	HYPOFARMA	Ampolas	10000,000000	1,290	12.900,00
26	0045912 - Meropenem 1 g	BLAU	Frascos	8000,000000	13,970	111.760,00
29	0045915 - Piperacilina + Tazobactam 4 g + 0,5 g	TEUTO	Frascos	10000,000000	13,460	134.600,00
39	0045925 - Diclofenaco Potássico Solução Injetável 25 Mg/Ml Ampola 3 Ml	TEUTO	Ampolas	10000,000000	1,610	16.100,00
52	0045938 - Propofol 10 mg/mL Amp 20 mL	TEUTO	Ampolas	5000,000000	7,600	38.000,00
53	0045939 - Fentanila 50 mcg/ mL	TEUTO	Ampolas	2000,000000	2,980	5.960,00
57	0045943 - Tramadol 50 Mg/ 2 Ml Ampola (Solução Injetável) Amp 1 mL	TEUTO	Ampolas	15000,000000	1,170	17.550,00
58	0045944 - Tramadol 100 mg/mL Amp 2 mL	TEUTO	Ampolas	15000,000000	1,220	18.300,00
76	0045962 - Atropina 0,25 mg/mL Amp 1 mL	SANTISA	Ampolas	6000,000000	0,760	4.560,00
90	0045976 - Ondasetrona 2 mg/mL Amp 2 mL	HIPOLABOR	Ampolas	15000,000000	1,100	16.500,00
100	0045986 - Ácido epsilon-aminocaproico 50 mg/mL FA 20 mL	NYKKHO	Frascos	3000,000000	31,470	94.410,00
103	0045989 - Butilbrometo de escopolamina 20 mg/mL Amp 1 mL	FARMACE	Ampolas	15000,000000	0,860	12.900,00
109	0045995 - Ocitocina 5 UI/mL Amp 1 mL	BLAU	Ampolas	6000,000000	3,330	19.980,00
127	0046013 - Noripurum 50 mg/mL Amp 2 mL	BLAU	Ampolas	3000,000000	16,400	49.200,00
136	0046022 - Glicose 25% Amp 10 mL	FARMACE	Ampolas	3000,000000	0,480	1.440,00

Grossos/RN, 18 de setembro de 2026.

Fundo Municipal de Saúde de Grossos/RN
LEILIANE SOUZA DE MOURA
Gestora do FMS

Prefeitura Municipal de Grossos/RN
CINTHIA SONALE SILVA ALVES E SOUZA
Prefeita Constitucional

Levi Med Distribuidora LTDA
CAROLINE GERMANO DE QUEIROZ SALDANHA

Publicado por:
Mozaniel Alves de Sousa
Código Identificador:F62A64E7

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 33/2026

PROCESSOnº521104/2026

Pregão EletrônicoSRPnº 5/2026

INTERESSADO: Prefeitura Municipal de Grossos/RN

CNPJ:08.077.273/0001-46

OBJETO: Aquisição de medicamentos injetáveis e insulinas destinados ao abastecimento das Unidades Básicas de Saúde, Centro de Saúde, serviços de urgência e demais estabelecimentos integrantes da rede pública municipal de saúde de Grossos/RN, visando garantir a continuidade dos atendimentos, tratamentos e procedimentos realizados no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), assegurando o fornecimento regular e adequado desses insumos essenciais à assistência farmacêutica e à promoção da saúde da população do município.

DATA DA ASSINATURA: 18 de setembro de 2026.
VIGÊNCIA: a contar da assinatura: 18 de setembro de 2026 ate 18 de setembro de 2027.

PREÇOS REGISTRADOS:

Fornecedor: **MEDMAX COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA**		
CNPJ: **16.553.940/0001-48**	Telefone: **8432136910**	Email:
Endereço: **RUA SERGIPE, 2017 ., MORADA DO SOL, Erechim/RS, CEP: 99704-320**		
Representante: **MILENA ZICATTO** - CPF: **032.018.940-60**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
130	0046016 - Cloreto de potássio 19,1% Amp 10 mL	samtec	Ampolas	2000,000000	0,510	1.020,00
131	0046017 - Cloreto de sódio 10% Amp 10 mL	samtec	Ampolas	2000,000000	0,510	1.020,00
134	0046020 - Cloreto de sódio 20% Amp 10 mL	samtec	Ampolas	2000,000000	0,510	1.020,00

Grossos/RN, 18 de setembro de 2026.
Fundo Municipal de Saúde de Grossos/RN
LEILIANE SOUZA DE MOURA
Gestora do FMS

Prefeitura Municipal de Grossos/RN
CINTHIA SONALE SILVA ALVES E SOUZA
Prefeita Constitucional

Medmax Comercio de Medicamentos LTDA
MILENA ZICATTO

Publicado por:
Mozaniel Alves de Sousa
Código Identificador:943976C9

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 34/2026

PROCESSOnº521104/2026

Pregão EletrônicoSRPnº 5/2026

INTERESSADO: Prefeitura Municipal de Grossos/RN

CNPJ:08.077.273/0001-46

OBJETO: Aquisição de medicamentos injetáveis e insulinas destinados ao abastecimento das Unidades Básicas de Saúde, Centro de Saúde, serviços de urgência e demais estabelecimentos integrantes da rede pública municipal de saúde de Grossos/RN, visando garantir a continuidade dos

atendimentos, tratamentos e procedimentos realizados no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), assegurando o fornecimento regular e adequado desses insumos essenciais à assistência farmacêutica e à promoção da saúde da população do município.

DATA DA ASSINATURA: 18 de setembro de 2026.
VIGÊNCIA: a contar da assinatura: 18 de setembro de 2026 ate 18 de setembro de 2027.

PREÇOS REGISTRADOS:

Fornecedor: **PHARMAPLUS LTDA**		
CNPJ: **03.817.043/0001-52**	Telefone: **(87)3838-1652/(87)3838-4210**	Email: **pharmaplusdistribuidora@hotmail.com**
Endereço: **RUA JOÃO DOMINGOS SOBRINHO, 91 , MANOELA VALADARES, Afogados da Ingazeira/PE, CEP: 56800-000**		
Representante: **JOSEPH DOMINGOS DA SILVA** - CPF: **125.517.594-04**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
70	0045956 - Haloperidol 5 mg/mL Amp 1 mL	UNIAO QUIMICA	Ampolas	5000,000000	1,640	8.200,00
85	0045971 - Deslanosídeo 0,2 mg/mL Amp 2 mL	UNIAO QUIMICA	Ampolas	10000,000000	2,620	26.200,00
107	0045993 - Ipratrópio 0,25 mg/mL Frasco 20 mL	HIPOLABOR	Frascos	1000,000000	1,490	1.490,00
123	0046009 - Bupivacaína + Glicose 5 mg/mL + 80 mg/mL Amp 4 mL	HYPOFARMA	Ampolas	5000,000000	2,670	13.350,00

Grossos/RN, 18 de setembro de 2026.

Fundo Municipal de Saúde de Grossos/RN
LEILIANE SOUZA DE MOURA
Gestora do FMS

Prefeitura Municipal de Grossos/RN
CINTHIA SONALE SILVA ALVES E SOUZA
Prefeita Constitucional

Pharmaplus LTDA
JOSEPH DOMINGOS DA SILVA

Publicado por:
Mozaniel Alves de Sousa
Código Identificador:41E68DE4

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 9/2026

PROCESSOnº507019/2026

Pregão EletrônicoSRPnº 6/2026

INTERESSADO: Prefeitura Municipal de Grossos/RN

CNPJ:08.077.273/0001-46

OBJETO: Constitui objeto da presente contratação a aquisição de materiais de copa, cozinha e utensílios domésticos, destinados ao atendimento das necessidades das diversas Secretarias Municipais do Município de Grossos/RN, compreendendo o fornecimento de itens necessários ao preparo, acondicionamento, armazenamento e distribuição de alimentos e bebidas, bem como materiais destinados à organização, limpeza e apoio às atividades administrativas e operacionais dos órgãos da Administração Pública Municipal, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Termo de Referência.

DATA DA ASSINATURA: 01 de setembro de 2026.
VIGÊNCIA: a contar da assinatura: 01 de setembro de 2026 ate 01 de setembro de 2027.

PREÇOS REGISTRADOS:

Fornecedor: **H C CORDEIRO - ME**		
CNPJ: **20.755.100/0001-35**	Telefone: **(84)3061-0491/99221-8208**	Email: **hilton_hcc@hotmail.com**
Endereço: **Rua Coronel Gurgel, 1311 Loja 4, Alto da Conceição, Mossoró/RN, CEP: 59600-322**		
Representante: **Hilton Costa Cordeiro** - CPF: **601.822.964-15**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
1	0046030 - BANDEJAS DE INOX de servir retangular para servir, com alças, tamanho 37x23 cm	KE HOME	Unidade	50,000000	25,800	1.290,00
4	0046033 - CAÇAROLA PANELA em alumínio Industrial Restaurante Hotel N 26	DESTAK	Unidade	30,000000	64,180	1.925,40
5	0046034 - CAÇAROLA PANELA em alumínio Industrial Restaurante Hotel N 22	BALDUINO	Unidade	30,000000	47,000	1.410,00
7	0046036 - DESCACADO DE LEGUMES, material aço inoxidável, características adicionais manual, aplicação cozinha, material cabo polipropileno.	UTIL BAZAR	Unidade	10,000000	12,000	120,00
8	0046037 - RALADOR DE LEGUMES, material aço inoxidável, características adicionais manual, aplicação cozinha, material polipropileno	UTIL BAZAR	Unidade	20,000000	18,900	378,00
10	0046039 - CUSCUZEIRA HOTEL N35 - em alumínio, tamanho 35, acabamento 02	DESTAK	Unidade	30,000000	95,000	2.850,00
11	0046040 - ESCORREDOR MACARRÃO 35- Escorredores de massa, em alumínio tamanho grande nº 35; Em alumínio polido. Tipo tacho. Com pé e asas em alumínio. Furado com furo grosso.	BALDUINO	Unidade	30,000000	88,880	2.666,40
12	0046041 - ESCORREDOR DE PRATO EM PLASTICO- escorredor de pratos em plástico resistente, medidas aproximadas 45x33, 5x7 cm	PLASMONT	Unidade	60,000000	15,980	958,80
13	0046042 - FACA PARA CARNE INOX 7 POLEGADA, tipo Açougueiro Profissional Lâmina fabricada com aço inox de altíssima qualidade, grande resistência ao desgaste do fio. Cabo de polipropileno.	KE HOME	Unidade	30,000000	17,000	510,00
16	0046045 - PLACA EM POLIETILENO BRANCA, Tábua Placa Polietileno Pead Profissional 40x30 Cm Esp. 10mm Cor Branco Retangular	KITPLAS	Unidade	20,000000	49,800	996,00
17	0046046 - PLACA EM POLIETILENO VERDE, Tábua Placa Polietileno Pead Profissional 40x30 Cm Esp. 10mm Cor Branco Retangular	KITPLAS	Unidade	20,000000	64,000	1.280,00
18	0046047 - GARFO SERVIR EM AÇO INOXIDÁVELGARFO MESA, material corpo aço inoxidável, material cabo aço inoxidável, tipo mesa, características adicionais liso e polido, comprimento 20 cm.	UTIL BAZAR	Unidade	50,000000	2,720	136,00
19	0046048 - COLHER DE SERVIR ARROZ EM AÇO INOXIDÁVEL, colher de aço inox com cabo liso, material de excelente qualidade medindo	MULTIMIX	Unidade	50,000000	8,950	447,50

	aproximadamente 33 cm.					
23	0046052 - CAIXA POTE RETANGULAR 5LTS COM TAMPA, plástica, de alta qualidade com capacidade 5 L.	UNINJET	Unidade	25,000000	9,990	249,75
24	0046053 - VASILHA ORGANIZADORA Multiuso De Plastico Com Tampa 10 Litros	PLASMONT	Unidade	50,000000	19,980	999,00
25	0046054 - PANQUEQUEIRA ALUMINIO 18 CM, com revestimento interno e externo antiaderente.	BALDUINO	Unidade	10,000000	19,990	199,90
26	0046055 - PEDRA DE AFIAR, dupla face aproximadamente 20 cm.	HUTTO	Unidade	10,000000	8,200	82,00
27	0046056 - PENEIRA DE PLASTICO 18,5 CM- peneira plástica em malha fina (poliéster), cabo resistente, com gancho para apoio, com medida aproximadamente 18,5 cm de diâmetro.	UTIL BAZAR	Unidade	30,000000	5,390	161,70
28	0046057 - JARRA PARA SUCO 4L DE PLASTICO, jarra de plástico com alça e tampa, em plástico resistente. Com capacidade para 4 litros.	PLASMONT	Unidade	100,000000	12,200	1.220,00
29	0046058 - TAÇA PAULISTA ÁGUA VIDRO 250ML Dimensões: 11cm de altura e 6cm de diâmetro da boca; Material: vidro para sucos e refrigerantes e água.	NADIR	Unidade	150,000000	7,650	1.147,50
30	0046059 - PRATO RASO Duralex Primavera em Vidro Transparente	NADIR	Unidade	250,000000	5,890	1.472,50
31	0046060 - PRATO FUNDO EM VIDRO TEMPERADO TRANSPARENTE, liso (referência duralex). tamanho: alt 3,2 cm x diâm 22 cM.	NADIR	Unidade	500,000000	6,350	3.175,00
32	0046061 - PRATO FUNDO de louça branca Branco 21cm	NADIR	Unidade	500,000000	9,400	4.700,00
33	0046062 - COPO DE VIDRO, capacidade 200 ml, diâmetro boca 64 mm, altura 96 mm, cor transparente, tipo uso água/suco/refrigerante, características adicionais fundo reforçado com no mínimo 15 mm10-caneca porcelana branca Lisa 250 Ml Cor Branco Branco Liso	NADIR	Unidade	500,000000	2,740	1.370,00
34	0046063 - ASSADEIRA OVAL DE VIDRO BORO SILICATO, resistente a choque térmico, para uso em forno até 300 graus, micro-ondas e freezer, capacidade 4000ml, medindo 39,5x27,5x6,6cm, peso 1640g, tipo marinex ou similar	NADIR	Unidade	50,000000	40,700	2.035,00
35	0046064 - CANECA DE PORCELANA BRANCA, CAPACIDADE 300ML, dimensões: altura 90mm, diâmetro do bocal 80mm, espessura das laterais 5mm. com alça lateral em porcelana branca espessura de 5mm.	UTIL BAZAR	Unidade	200,000000	12,000	2.400,00
37	0046066 - JARRA, MATERIAL VIDRO, CAPACIDADE 02 L, modelo com alça sem tampa, cor transparente incolor, aplicação água	NADIR	Unidade	50,000000	22,990	1.149,50
41	0046070 - PRATOS FUNDO AÇO Inox Creche Escola 22 Cm	KE HOME	Unidade	500,000000	9,000	4.500,00
42	0046071 - CANECAS AÇO INOX 7 Cm 200 Ml Inox Polido Cor Cinza Liso	KE HOME	Unidade	700,000000	7,100	4.970,00
43	0046072 - Bacia Multiuso De Plástico Redonda 9 Litros	POLYUTIL	Unidade	30,000000	11,200	336,00
44	0046073 - Bacia Multiuso De Plástico Redonda 15 Litros	POLYUTIL	Unidade	50,000000	19,800	990,00
49	0046078 - Bandeja De Plastico 50X30	POLYUTIL	Unidade	100,000000	30,200	3.020,00
50	0046079 - Panela De Pressão 4,5 Lts Aluminio - 1ª Qualidade	REAL	Unidade	20,000000	112,450	2.249,00
51	0046080 - Taça - Taça, Material: Vidro Transparente Incolor , Capacidade: Cerca 330 Ml, Uso: Água	NADIR	Unidade	100,000000	10,990	1.099,00
53	0046082 - Frigideira Antiaderente, Corpo De Aluminio, Cabos E Alcas Em Inox Revestidos De Silicone Com Dimensoes Aproximadas De 31,5 X 18 X 4,5 Cm; Sem Tampa	BALDUINO	Unidade	50,000000	43,000	2.150,00
54	0046083 - Caldeirão de Alumínio Hotel Nº 30	DESTAK	Unidade	20,000000	102,000	2.040,00
58	0046087 - Garrafa Térmica para Água, capacidade de 5 litros;	SOER	Unidade	20,000000	37,000	740,00
61	0046090 - Caixa Térmica 26 Litros com Alça – confeccionada em polietileno de alta densidade (PEAD) ou material equivalente de alta resistência, com isolamento térmico em poliuretano expandido (PU), tampa articulada ou removível com vedação adequada, alça reforçada para transporte, material atóxico, resistente a impactos e de fácil higienização, capacidade de 26 litros, indicada para conservação de bebidas, alimentos e gelo.	POLYPLAST	Unidade	20,000000	89,990	1.799,80
63	0046092 - Caixa Térmica 50 Litros com Alça – confeccionada em polietileno de alta densidade (PEAD) ou material equivalente de alta resistência, com isolamento térmico em poliuretano expandido (PU), tampa articulada ou removível com vedação adequada, alças reforçadas para transporte, material atóxico, resistente a impactos e de fácil higienização, capacidade de 50 litros, indicada para conservação de bebidas, alimentos e gelo.	MOR	Unidade	20,000000	149,000	2.980,00

Grossos/RN, 01 de setembro de 2026.

Prefeitura Municipal de Grossos/RN
CINTHIA SONALE SILVA ALVES E SOUZA
Prefeita Constitucional

H C Cordeiro - ME
HILTON COSTA CORDEIRO

Publicado por:
Mozaniel Alves de Sousa
Código Identificador:6C08A4FE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
DECRETO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº 35-2026

DECRETO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº 35/2026

Abre Crédito suplementar em favor de Unidades Orçamentárias do Executivo Municipal, no valor de R$ 84.767,00, para os fins que especifica.

A Prefeitura de Ipueira, Estado do Rio Grande Do Norte, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 6°, com base no artigo 42 da Lei Federal nº 4.320/1964 e autorizada pela Lei Municipal nº 604/2025, de 01 dezembro de 2025 - LOA 2026,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar no valor de R$ 84.767,00 (oitenta e quatro mil setecentos e sessenta e sete reais), em favor de Unidades Orçamentárias do Executivo Municipal, com as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 02 – EXECUTIVO		
Unidade: 003 - SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 36	02.003.04.122.0104.2017.3.3.90.30.1.500.0000	25.000,00
	Natureza de despesa - Material de Consumo	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
	Sub-Total:	**25.000,00**
Órgão: 02 - EXECUTIVO		
Unidade: 006 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 149	02.006.12.365.0112.2025.3.3.90.30.1.550.0000	30.000,00
	Natureza de despesa - Material de Consumo	
	Fonte de recurso - Transferência do Salário-Educação	
	Sub-Total:	**30.000,00**
Órgão: 02 - EXECUTIVO		
Unidade: 007 - SECRETARIA MUN. DE TURISMO, ESPORTE E LAZER		
Anulação parcial ou total de dotação		

Cód. red.: 222	02.007.27.813.0121.2032.3.3.90.39.1.500.0000	4.405,00
	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
	Sub-Total:	**4.405,00**
Órgão: 02 - EXECUTIVO		
Unidade: 008 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 236	02.008.13.392.0113.2030.3.3.90.30.1.500.0000	5.000,00
	Natureza de despesa - Material de Consumo	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 240	02.008.13.392.0113.2030.3.3.90.39.1.500.0000	2.810,00
	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
	Sub-Total:	**7.810,00**
Órgão: 02 - EXECUTIVO		
Unidade: 009 - SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 282	02.009.15.452.0124.2033.3.3.90.39.1.500.0000	6.000,00
	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
	Sub-Total:	**6.000,00**
Órgão: 02 - EXECUTIVO		
Unidade: 010 - SEC. MUN. DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 331	02.010.20.606.0127.2034.3.3.90.39.1.500.0000	2.650,00
	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
	Sub-Total:	**2.650,00**
Órgão: 03 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUEIRA		
Unidade: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUEIRA		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 447	03.001.10.301.0114.1078.3.3.90.30.1.600.3110	1.002,00
	Natureza de despesa - Material de Consumo	
	Fonte de recurso - Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais	
Cód. red.: 481	03.001.10.301.0114.2037.3.3.90.30.1.600.0000	5.900,00
	Natureza de despesa - Material de Consumo	
	Fonte de recurso - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
Cód. red.: 556	03.001.10.304.0115.2041.3.3.90.39.1.500.1002	2.000,00
	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
	Fonte de recurso - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	
	Sub-Total:	**8.902,00**
	Total Parcial Suplementado:	**84.767,00**

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o artigo anterior, decorrem de Anulação parcial ou total de dotação das seguintes dotações orçamentárias , conforme o inciso III, do § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/1964:

Órgão: 02 – EXECUTIVO		
Unidade: 003 - SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 34	02.003.04.122.0104.2017.3.3.71.70.1.500.0000	5.000,00
	Natureza de despesa - Rateio pela Participação em Consórcio Público	
	Fonte de recurso Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 45	02.003.04.122.0104.2017.4.4.90.61.1.500.0000	20.000,00
	Natureza de despesa - Aquisição de Imóveis	
	Fonte de recurso Recursos não Vinculados de Impostos	
	Sub-Total:	**25.000,00**
Órgão: 02 - EXECUTIVO		
Unidade: 005 - SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 76	02.005.04.122.0136.2020.3.3.50.41.1.500.0000	4.405,00
	Natureza de despesa - Contribuições	
	Fonte de recurso Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 79	02.005.04.122.0136.2020.3.3.90.33.1.500.0000	2.000,00
	Natureza de despesa - Passagens e Despesas com Locomoção	
	Fonte de recurso Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 80	02.005.04.122.0136.2020.3.3.90.35.1.500.0000	5.000,00
	Natureza de despesa - Serviços de Consultoria	
	Fonte de recurso Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 81	02.005.04.122.0136.2020.3.3.90.36.1.500.0000	4.000,00
	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	
	Fonte de recurso Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 84	02.005.23.333.0136.2085.3.3.90.30.1.500.0000	4.000,00
	Natureza de despesa - Material de Consumo	
	Fonte de recurso Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 85	02.005.23.333.0136.2085.3.3.90.35.1.500.0000	15.000,00
	Natureza de despesa - Serviços de Consultoria	
	Fonte de recurso Recursos não Vinculados de Impostos	
	Sub-Total:	**34.405,00**
Órgão: 02 - EXECUTIVO		
Unidade: 006 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 88	02.006.12.126.0110.2068.3.3.90.39.1.500.1001	3.500,00
	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
	Fonte de recurso Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	
Cód. red.: 88	02.006.12.126.0110.2068.3.3.90.39.1.569.0000	2.500,00
	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
	Fonte de recurso Outras Transferências de Recursos do FNDE	
	Sub-Total:	**6.000,00**

Órgão: 02 - EXECUTIVO		
Unidade: 008 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 233	02.008.13.392.0113.2030.3.1.90.91.1.500.0000	1.810,00
	Natureza de despesa - Sentenças Judiciais	
	Fonte de recurso Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 234	02.008.13.392.0113.2030.3.3.50.41.1.500.0000	3.000,00
	Natureza de despesa - Contribuições	
	Fonte de recurso Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 242	02.008.13.392.0113.2030.3.3.90.93.1.500.0000	1.000,00
	Natureza de despesa - Indenizações e Restituições	
	Fonte de recurso Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 242	02.008.13.392.0113.2030.3.3.90.93.1.749.0000	2.000,00
	Natureza de despesa - Indenizações e Restituições	
	Fonte de recurso Outras vinculações de transferências	
	Sub-Total:	**7.810,00**
Órgão: 02 - EXECUTIVO		
Unidade: 010 - SEC. MUN. DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 323	02.010.20.606.0127.2034.3.1.90.16.1.500.0000	2.650,00
	Natureza de despesa - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	
	Fonte de recurso Recursos não Vinculados de Impostos	
	Sub-Total:	**2.650,00**
Órgão: 03 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUEIRA		
Unidade: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUEIRA		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 441	03.001.10.128.0117.1077.3.3.90.14.1.500.1002	2.000,00
	Natureza de despesa - Diárias - Civil	
	Fonte de recurso Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	
Cód. red.: 441	03.001.10.128.0117.1077.3.3.90.14.1.600.0000	1.000,00
	Natureza de despesa - Diárias - Civil	
	Fonte de recurso Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
Cód. red.: 449	03.001.10.301.0114.1078.4.4.90.51.1.500.1002	3.480,00
	Natureza de despesa - Obras e Instalações	
	Fonte de recurso Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	
Cód. red.: 457	03.001.10.301.0114.2036.3.1.90.16.1.500.1002	2.422,00
	Natureza de despesa - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	
	Fonte de recurso Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	
	Sub-Total:	**8.902,00**
	Total Parcial Reduzido:	**84.767,00**

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ipueira - RN, 10 de agosto de 2026.

ADEMIR JOSE DE MEDEIROS
CPF: 038.973.444-67
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leonardo Cleriston Nóbrega Félix
Código Identificador:BF0C39FA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 170901/2026 PREGÃO ELERÔNICO Nº 011/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 170901/2026
PREGÃO ELERÔNICO Nº 011/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº *3.614/2026*
O(A) MUNÍCIPIO DE JOSÉ DA PENHA com sede no(a) Rua Francisco Fontes Leite, 22, Centro, José da Penha/RN., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 08.357.642/0001-54 , neste ato representado(a) pelo(a) JAIRO DE SOUZA MAFALDO, Prefeito Municipal,, considerando o julgamento da contratação, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS Pregão Eletrônico nº. 011/2026, processo administrativo n.º 3.614/2026, RESOLVE registrar os preços do fornecedor indicado e qualificado nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO
1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos psicotrópicos que restaram fracassados/desertos no procedimento licitatório anterior, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e à manutenção da assistência farmacêutica aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) do Município de José da Penha/RN, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidos no Termo de Referência., especificado(s) no(s) item(ns) Termo de Referência, anexo do Edital de Licitação nº 011/2026 , que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
2.1. O preço registrado no montante de R$ 19.412,58 (dezenove mil e quatrocentos e doze reais e cinquenta e oito centavos) as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:
2837 - MEDICINALI PRODUTOS PARA SAUDE LTDA (20.918.668/0001-20)

Lote	Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário(R$)	Valor total(R$)
	1	17219 - CLORIDRATO DE ATOMOXETINA 40MG - CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS Marca: APSEN ATENTAH/REFERENCIA/CX C 30	CX	66	129,53	8.548,98
	2	17264 - CLORIDRATO DE ATOMOXETINA 80MG. CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS Marca: APSEN ATENTAH/REFERENCIA/CX C 30	CX	40	271,59	10.863,60
Total						**19.412,58**

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(a) SEC. DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JOSÉ DA PENHA/RN

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1.Em atendimento ao § 3º do art. 86 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os licitantesregistrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no edital de licitação e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do edital de licitação, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de licitação de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante;

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital de licitação.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I DO EDITAL.
11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

JOSÉ DA PENHA/RN, dezessete de setembro de dois mil e vinte e seis

Município de José da Penha
CNJF/MF sob o nº. 08.357.642/0001-54
Prefeito Municipal
JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Contratante

MEDICINALI PRODUTOS PARA SAUDE LTDA
CNPJ: 20.918.668/0001-20
Representante Legal do Fornecedor Registrado

Publicado por:
Francisco de Assis Paulino e Silva
Código Identificador:36244474

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 170902/2026 PREGÃO ELERÔNICO Nº 011/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 170902/2026
PREGÃO ELERÔNICO Nº 011/2026
***PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº** 3.614/2026*
O(A) MUNÍCIPIO DE JOSÉ DA PENHA com sede no(a) Rua Francisco Fontes Leite, 22, Centro, José da Penha/RN., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 08.357.642/0001-54, neste ato representado(a) pelo(a) JAIRO DE SOUZA MAFALDO, Prefeito Municipal, considerando o julgamento da contratação, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS Pregão Eletrônico nº. 011/2026, processo administrativo n.º 3.614/2026, RESOLVE registrar os preços do fornecedor indicado e qualificado nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO
1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos psicotrópicos que restaram fracassados/desertos no procedimento licitatório anterior, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e à manutenção da assistência farmacêutica aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) do Município de José da Penha/RN, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidos no Termo de Referência., especificado(s) no(s) item(ns) Termo de Referência, anexo do Edital de Licitação nº 011/2026 , que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
2.1. O preço registrado no montante de R$ 99.960,00 (noventa e nove mil e novecentos e sessenta reais) as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:
3052 - 2M DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (59.479.274/0001-58)

Lote	Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário(R$)	Valor total(R$)
	4	17230 - CLOZAPINA, DOSAGEM: 25 MG - Marca: CRISTALIA CPR	CPR	3.000	2,05	6.150,00
	6	5333 - NORTRIPTILINA 10mg Marca: CELLERA CPR	CPR	3.000	1,33	3.990,00
	8	17253 - QUETIAPINA 50MG - Marca: EUROFARMA CPR	CPR	18.000	4,99	89.820,00
Total						**99.960,00**

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)
3.1. O órgão gerenciador será o(a) SEC. DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JOSÉ DA PENHA/RN.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
4.1.Em atendimento ao § 3º do art. 86 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
5.2. A contratação com os licitantesregistrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no edital de licitação e se obrigar nos limites dela;
5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que:
5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.
5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação; e
5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do edital de licitação, poderá:
5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de licitação de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante;

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital de licitação.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I DO EDITAL.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

JOSÉ DA PENHA/RN, dezessete de setembro de dois mil e vinte e seis

Município de José da Penha
CNJF/MF Sob o nº. 08.357.642/0001-54
Prefeito Municipal
JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Contratante

2M DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ: 59.479.274/0001-58
Representante Legal do Fornecedor Registrado

Publicado por:
Francisco de Assis Paulino e Silva
Código Identificador:04D5903C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE VELHOS

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 062/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 080/2026
OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de confecção, fornecimento e instalação de adesivos e letreiros destinados à identificação, sinalização e comunicação visual de prédios públicos, veículos e demais bens pertencentes ao município de Lagoa de Velhos/RN, conforme modelos, dimensões, materiais e especificações previamente definidos pela administração municipal, visando à padronização da identidade visual, à adequada identificação dos bens públicos e à melhoria da comunicação institucional.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE VELHOS/RN
CNPJ: 08.159.162/0001-89
CONTRATADO: AWA SINALIZAÇÃO E SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA
CNPJ: 15.313.592/0001-79
ENDEREÇO: Rua dos Paiatis, nº 1746A, Alecrim, Natal/RN, CEP: 59035-152

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD.	V. UNIT.	V. TOTAL
01	ADESIVO PARA SINALIZAÇÃO. ADESIVO VINIL 3M DE ALTA QUALIDADE COM IMPRESSÃO DIGITAL EM ALTA RESOLUÇÃO COM APLICAÇÕ, SEGUINDO OS MODELOS DEFINIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO, MEDIDA EM METRO QUADRADO.	M2	80	100,00	8.000,00
02	LONA 400G COM IMPRESSÃO DIGITAL EM ALTA RESOLUÇÃO COM APLICAÇÃO SEGUINDO OS MODELOS DEFINIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO, MEDIDA EM METRO QUADRADO.	M2	80	120,00	9.600,00
03	PLACA COM ESTRUTURA DE METALON 20X20 NA CHAPA 20 COM LONA 400G COM IMPRESSÃO DIGITAL EM ALTA RESOLUÇÃO COM APLICAÇÃO , SEGUINDO OS MODLOS DEFINIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO, MEDIDA EM METROS QUADRADO.	M2	80	180,00	14.400,00
04	ADESIVO IMANTADO PARA SINALIZAÇÃO, ADESIVO VINIL 3M DE ALTA QUALIDADE COM IMPESSÃO DIGITAL EM ALTA RESOLUÇÃO APLICADO EM MANTA MAGNÉTICA, SEGUINDO OS MODELOS DEFINIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO, MEDIDA EM METRO QUADRADO.	M2	20	180,00	3.600,00
05	PELÍCULA SOLAR OS 4000 ANTIVANDALISMO MODELO CLEAR 0,1MM, COM RESISTÊNCIA DE 35 KG/M2, 100% DE VISIBILIDADE, 99% DE BLOQUEIO DE RAIOS UV, DURABILIDADE ESTIMADA DE 5 ANOS, MAIS SEGURANÇA, IMPEDE O ESTILHAÇAMENTO DOS VIDROS.	M2	80	190,00	15.200,00
06	LETREIRO EM CAIXA ALTA DE CHAPA DE FERRO GALVANIZADO COM PINTURA AUTOMOTIVA MEDINDO NA LETRA 15CM DE ALTURA COM PERFIL DE 2,5CM	UND	40	65,00	2.600,00
07	LETREIRO EM CAIXA ALTA DE CHAPA DE FERRO GALVANIZADO COM PINTURA AUTOMOTIVA MEDINDO NA LETRA 25CM DE ALTURA COM PERFIL DE 3CM	UND	40	125,00	5.000,00
08	LETREIRO EM CAIXA ALTA DE CHAPA DE FERRO GALVANIZADO COM PINTURA AUTOMOTIVA MEDINDO NA LETRA 30CM DE ALTURA COM PERFIL DE 3CM	UND	40	150,00	6.000,00
VALOR TOTAL ESTIMADO				**R$ 64.400,00**	

VALOR GLOBAL ESTIMADO: R$ 64.400,00 (Sessenta e quatro mil e quatrocentos reais).
MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº 034/2026.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso II da Lei Federal 14.133/2021.
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 22 de setembro de 2026 a 22 de setembro de 2027
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Unidade Orçamentária: 02.03.01 – Secretaria Municipal de Administração
Projeto Atividade: 04.122.0001.2009 – Manutenção Secretaria Municipal de Administração
Natureza da despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros - PJ
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos

Lagoa de Velhos/RN, 22 de setembro de 2026.

Assinam pelas partes:

PELA CONTRATANTE: José Nildo Galdino
PELA CONTRATADA: Anderson Almeida da Silva

Publicado por:
João Maria Damascena
Código Identificador:4C991ED0

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 2.2552026 – GP

DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 2.2552026 – GP, Lagoa Nova/RN, 22 de setembro de 2026.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, NO VALOR DE R$ 1.453,00 PARA O EXERCÍCIO 2026 E ALTERA O QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

IRANILDO ACIOLE DA SILVA, Prefeito do Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições e em conformidade que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.
Considerando o art. 7º da Lei Municipal nº 927/2025 de 31 de dezembro de 2025 que Estima a Receita e Fixa a Despesa do município para o Exercício de 2026, combinado com o Art. 41 e 43, §1º, inciso II, c/c §3º e §4º, da Lei Federal nº 4.320/64; e, Artigo 5º, inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município do corrente Exercício, no valor de R$ 1.453,00 (um mil, quatrocentos e cinquenta e três reais) destinado a atender às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Fica alterado o Quadro de Detalhamento das Despesas – QDD, desta prefeitura para o Exercício 2026, em consonância ao § 5° do art. 7º da Lei Municipal n° 927/2025 de 31 de dezembro de 2025.
Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**1.453,00**
10.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**1.453,00**
	2035 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				**1.453,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001002	0001	1.453,00
Anexo II (Redução)					**1.453,00**
09.001 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**1.453,00**
	1039 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA				**1.453,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	1.453,00

Publicado por:
Zuclécia Reisy Aprigio de Carvalho
Código Identificador:14BAB703

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 2.2562026 – GP

DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 2.2562026 – GP, Lagoa Nova/RN, 22 de setembro de 2026.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, NO VALOR DE R$ 14.361,00 PARA O EXERCÍCIO 2026 E ALTERA O QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

IRANILDO ACIOLE DA SILVA, Prefeito do Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições e em conformidade que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.
Considerando o art. 7º da Lei Municipal nº 927/2025 de 31 de dezembro de 2025 que Estima a Receita e Fixa a Despesa do município para o Exercício de 2026, combinado com o Art. 41 e 43, §1º, inciso II, c/c §3º e §4º, da Lei Federal nº 4.320/64; e, Artigo 5º, inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município do corrente Exercício, no valor de R$ 14.361,00 (quatorze mil, trezentos e sessenta e um reais) destinado a atender às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, o Superávit Financeiro apurado no exercício financeiro anterior.
Art. 3º - Fica alterado o Quadro de Detalhamento das Despesas – QDD, desta prefeitura para o Exercício 2026, em consonância ao § 5° do art. 7º da Lei Municipal n° 927/2025 de 31 de dezembro de 2025.
Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**14.361,00**
08.001 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					**10.994,00**
	2024 MANUTENÇÃO DA QUOTA DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - QSE				**10.994,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	25500000	0001	10.994,00
10.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**3.367,00**
	2054 MANUTENÇÃO DO TETO FINANCEIRO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC/AIH				**3.367,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	26000000	0001	3.367,00

Publicado por:
Zuclécia Reisy Aprigio de Carvalho
Código Identificador:0DAB2C1F

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS
PORTARIA ORÇAMENTÁRIA Nº 082/2026 – SEMFIN

PORTARIA ORÇAMENTÁRIA Nº 082/2026 – SEMFIN
Lagoa Nova/RN, 22 de setembro de 2026.

ALTERA O "QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - QDD" DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, no uso de suas atribuições legais e,
Considerando o art. 7º, inciso I da Lei Municipal nº 927/2025 de 31 de dezembro de 2025 que estima a receita e fixa as despesas do município para o exercício de 2026, combinado com o Art. 41 e 43, §1º, Inciso II, c/c §3º e §4º, da Lei Federal nº 4.320/64; e, Artigo 5º, inciso III, da Lei Complementar Nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).
RESOLVE:

Art. 1º - Remanejar o valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais) constante no QDD - Quadro de Detalhamento das Despesas aprovado desta prefeitura, para reforço da dotação orçamentária especificada no Anexo I desta Portaria.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para efetivação do remanejamento de que trata o artigo anterior, a anulação de igual importância da dotação orçamentária discriminada no Anexo II desta Portaria.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ZUCLÉCIA REISY APRÍGIO DE CARVALHO
Secretaria Interina de Finanças

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**2.000,00**
12.001 SECRETARIA MUN. DE TURISMO E DES. ECONÔMICO					**2.000,00**
	1106 PROMOÇÃO DE EVENTOS FESTIVOS E/OU TURÍSTICOS				**2.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	2.000,00
Anexo II (Redução)					**2.000,00**
12.001 SECRETARIA MUN. DE TURISMO E DES. ECONÔMICO					**2.000,00**
	1106 PROMOÇÃO DE EVENTOS FESTIVOS E/OU TURÍSTICOS				**2.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	2.000,00

Publicado por:
Zuclécia Reisy Aprigio de Carvalho
Código Identificador:C6EB287F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2026

O **MUNICÍPIO DE LAJES/RN**, inscrito no CNPJ de nº 08.113.466/0001-05, com sede à Rua Ramiro Pereira da Silva Nº 17 – CENTRO – CEP: 59.535-000 neste ato representado pelo seu Prefeito Constitucional **FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAÚJO**, portador da Carteira de Identidade nº XXX.842.XXX expedida por SSP/RN, e inscrito no CPF nº 090.XXX.XXX-27, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 010/2026, publicada na impressa oficial do Município em 22/09/2026, processo administrativo n.º 02008.000022/2026, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e no DECRETO MUNICIPAL Nº 011 DE 24 DE MARÇO DE 2023 E DEMAIS LEGISLAÇÃO, e demais legislação pertinente, e, em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO
A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE CAMINHÕES-PIPA PARA TRANSPORTE E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR DO MUNICÍPIO DE LAJES/RN**, conforme condições estabelecidas no edital do Pregão Eletrônico nº 010/2026, e seus anexos, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem**:**

IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR		
RAZÃO SOCIAL: FR CONSTRUTORA LTDA		
CNPJ: 09.332.874/0001-10		
ENDEREÇO: Avenida Lima e Silva, nº 1564, Lagoa Nova, Natal/RN – CEP: 59.075-710.		
TELEFONE: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	**E-MAIL:** XXXXXXXXXXX@gmail.com	
DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL		
NOME: FABIO LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO	**CPF:** 073.XXX.XXX-24	**DOC IDENTIDADE:** XXX.059.XXX – ITEP/RN
FUNÇÃO NA EMPRESA: Sócio-Diretor		
ENDEREÇO: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX		
TELEFONE: XXXXXXXXXXXXXXX	**E-MAIL:** XXXXXXXXXXX@gmail.com	

Item	Objeto/Especificação Técnica	MODELO	MARCA/FABRICANTE	Un. de Medida	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total
1	Prestação de serviços auxiliares com caminhão pipa para transporte e distribuição de água, tipo toco, cabine simples, tração 4x2 ou superior, movido a diesel, com capacidade mínima de 8.000 litros, equipado com tacógrafo, bomba centrífuga multiplicada ou equipamento equivalente para sucção e recalque, sistema de lançamento traseiro de água por bico de pato, rabo de pavão ou equivalente, barra de irrigação traseira, mangueira mínima de 50 metros e demais acessórios necessários, incluindo motorista habilitado, combustível, manutenção preventiva e corretiva e demais despesas operacionais por conta exclusiva da contratada.	ATEGO 1719 P 4X2	MERCEDES BENZ	Hora	5.000,00	R$ 220,83	R$ 1.104.150,00

ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)
O órgão gerenciador será o Município de Lajes/RN.
Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.
Dos limites para as adesões
As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos
É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
A validade da ata de Registro de preços será de 1 (um) ano, a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante anuência do fornecedor, desde que seja comprovado o preço vantajoso.
O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
Mantiverem sua proposta original.
Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e
Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital ou do aviso de contratação direta*, poderá:
Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.3, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
O remanejamento somente poderá ser feito:
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

DAS PENALIDADES

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.
As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CONDIÇÕES GERAIS

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL OU AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA.
No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Lajes/RN, 22 de setembro de 2026.

FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAÚJO
CPF nº 090.XXX.XXX-27
Representante do Órgão Gerenciador

FABIO LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO
CPF nº 073.XXX.XXX-24
Representante Legal do Fornecedor Registrador

Publicado por:
Robson Edson Fernandes da Silva
Código Identificador:ACFDF789

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 86/2026 GAB/PMNF NÍSIA FLORESTA/RN, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de *R$ 455.491,00 (quatrocentos e cinquenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e um reais)*, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE Nisia Floresta/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.

DECRETA:

Art. 1º-Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de ***R$ 455.491,00 (quatrocentos e cinquenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e um reais),*** às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º- O Crédito de que trata o artigo anterior, encontra arrimo no art. 41, inciso I da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º- Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, nos termos do art. 43, § 1o, inciso III, da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 4º-Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GUSTAVO DA SILVA SANTOS
Prefeito Municipal

Nisia Floresta/RN, 22 de setembro de 2026

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**455.491,00**
02 .212 Fundo Municipal de Saúde					**455.491,00**
	2068 Atenção Especializada à Saúde da População para Procedimentos no MAC				**455.491,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	455.491,00
Anexo II (Redução)					**455.491,00**
02 .212 Fundo Municipal de Saúde					**455.491,00**
	1054 Construção, Reforma, Ampliação e Instalação de Unidade de Saúde				**165.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001002	0001	165.000,00
	1064 Implantação da Casa do Autista				**60.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001002	0001	60.000,00
	1070 Investimento em Exercicio Anterior				**15.000,00**
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	15.000,00
	1071 Aquisicao e Desapropiacao de Imoveis				**50.000,00**
		4.4.90.61 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	15001002	0001	50.000,00
	1132 Aquisição de Equipamentos e Material Permanente				**5,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	5,00
	1147 Implantação e Manutenção das Ações do CEO - Centro de Especialidades Odontológicas				**100.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001002	0001	100.000,00
	2173 Incentivo para Ações Estratégicas da Atenção Primária à Saúde - Prisional				**2.486,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	2.486,00
	1162 Construção e Instalação da Central de Abastecimento Farmacêutico - CAF				**63.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001002	0001	30.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	33.000,00

Publicado por:
Mary Lanne Machado de Lima
Código Identificador:F797D63F

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 07/2026 CREDENCIAMENTO DE ARTISTAS INDIVIDUAIS, GRUPOS E BANDAS LOCAIS DA ÁREA DA MÚSICA PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA - PNAB (LEI Nº 14.399/2022). ***

PREFEITURA MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA**, tornam público para conhecimento dos interessados que será realizado CREDENCIAMENTO de pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas prestadoras de atividades artísticas locais na área da música de pequeno, médio e grande porte, visando incentivar a cultura local, possibilitando a participação de pessoas físicas e jurídicas situadas no Município de Nísia Floresta que detenham objeto compatível, desejem participar e atendam às exigências descritas no presente Edital, a ser processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1 – OBJETO:

1.1 - O objeto deste Chamamento Público é o credenciamento de artistas individuais, bandas ou grupos musicais locais, de pequeno, médio e grande porte para compor a programação artística musical e cultural dos eventos realizados pela Prefeitura Municipal de Nísia Floresta/RN.

1.2 - O prazo de vigência do presente credenciamento será 12 (doze) meses, a contar da publicação do aviso do presente edital, podendo ser prorrogado, a critério da Administração, por igual período, ocasião em que será reaberto o prazo para a possível inserção de novos interessados, bem como, manutenção daqueles já credenciados.

2 - DO OBJETIVO GERAL:

2.1 - Constitui objeto deste chamamento público o credenciamento de artistas individuais, bandas ou grupos musicais locais de pequeno, médio e grande porte, para apresentações musicais culturais que se enquadrem nos objetivos e calendário cultural do Município, tais como: Réveillon, Carnaval, Festas de Padroeiros, Emancipação Política, eventos culturais, eventos esportivos, cavalgada, datas comemorativas (dia das mães, dia dos pais, dia das crianças, etc), forró dos idosos e demais eventos festivos, realizados e/ou apoiados pela Prefeitura Municipal de Nísia Floresta/RN, durante o período de 12 (doze) meses, atendendo às especificidades de cada evento e do público alvo, garantindo a excelência no serviço público.

2.2 - Este chamamento tem como intuito compor a programação artística dos eventos visando atender aos princípios da oportunidade e valorização da cultura do Município, resgatando/mantendo a valorização dos artistas locais, sendo esses eventos pré-programados ou que a Prefeitura apoie caso houver necessidade.

2.3 - Os artistas individuais e as bandas/grupos credenciados poderão ser convocados pelo período de 12 (doze) meses.

2.4 - DO OBJETIVO ESPECÍFICO:

2.4.1 - Constituem Objetivos Específicos do presente Chamamento Público:

a) Garantir o fomento e difusão das manifestações culturais para que não ocorram apenas a ação de contratações isoladas, não permitindo o processo de mercantilização das atividades culturais e incentivando o processo de formação permanente do artista.
b) Avaliar o potencial de formação de público e reflexão sobre a importância de nossa diversidade cultural e sua colaboração na composição da identidade social.
c) Valorizar o artista local, com sua trajetória e perspectiva de sua formação cultural e contínuo diálogo com a sociedade.

d) Agir com responsabilidade fiscal e orçamentária, com o objetivo de respeitar a Lei Orçamentária do Município e total transparência, valorizando a cultura local oferecendo meios de cadastramento, divulgação e inclusão a futuros projetos relacionados a cultura do município.
e) Diversificar a participação dos agentes e artistas locais, com o intuito de democratizar e universalizar o acesso aos mecanismos culturais e sociais.
f) Fazer a reflexão crítica e intelectual sobre a circulação dos bens culturais e suas contribuições para a formação de uma sociedade igualitária e que tenha sua organização cultural como cerne ontológica do indivíduo.

3 - DAS CONDIÇÕES PARA O CREDENCIAMENTO:

3.1 - A participação no processo de credenciamento implicará a aceitação integral e irrestrita das condições estabelecidas neste Edital, bem como na observância dos regulamentos e normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive no que se refere aos valores a serem pagos pelos shows musicais.

3.2 - Estar ciente de que o local do trabalho será em local a ser indicado pela Secretaria Municipal de Cultura ou órgão Demandante do evento.

3.3 - Ter disponibilidade de horário para atendimento ao calendário cultural, de acordo com a determinação do Município Credenciante.

3.4 - Poderão participar deste Chamamento Público as pessoas físicas e empresas do ramo da atividade pertinente ao objeto do presente, autorizadas na forma da lei, desde que atendam as exigências mínimas deste instrumento, e que não estejam suspensas ou declaradas inidôneas por parte do Poder Público.

3.5 – Artistas e grupos musicais que comprovem residência em Nísia Floresta ou tenho trabalho cultural prestado no municipio.

3.6 - Não poderão participar da presente Licitação:

a) As empresas em regime de recuperação de crédito e as que estejam em regime pré-falimentar ou falidas;
b) As empresas reunidas em consórcio, ou grupo de empresas;
c) Pessoa física em insolvência civil;
d) Servidor público do município de Nísia Floresta/RN;
e) Pessoas que tenham se envolvido diretamente na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise do credenciamento ou na etapa de julgamento de recursos;
f) Pessoas que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise do credenciamento ou na etapa de julgamento de recursos; e
g) sejam membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores) e do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), bem como membros do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros) e do Ministério Público (Promotor, Procurador);

4. INSCRIÇÕES

Como se inscrever:
O proponente deve encaminhar a documentação obrigatória no formato físico.
A documentação exigida para a inscrição deverá ser entregue na sede da Secretaria Municipal de Cultura em envelope tipo ofício com identificação do proponente e endereçado à referida instituição.

DESTINATÁRIO:
PREFEITURA MUNICIPALDE NÍSIA FLORESTA
Secretaria Municipal de Cultura
CREDENCIAMENTO DE APRESENTAÇÕES MUSICAIS - PNAB
Praça Coronel José Araújo, nº 135 – Centro, Nísia Floresta – RN

REMETENTE:
Nome do Projeto:
Nome do Proponente:
Endereço:

O proponente deve enviar a seguinte documentação para formalizar sua inscrição:

4.2 - DA DOCUMENTAÇÃO:

4.2.1- PARA PROPONENTE PESSOA JURÍDICA:

I - Termo de adesão/Ficha de inscrição – Anexo II;
II - Declaração de não impedimentos – Anexo III;
III - Comprovante de inscrição e de situação cadastral no CNPJ;
IV - Certificado da condição de Microempreendedor Individual (MEI);
V - Contrato social (ME); e-mail:
VI - Materiais que comprovem a atuação da proponente na área musical, de quaisquer natureza, tais como cartazes, folders, fotografias, DVDs, CDs, folhetos, matérias de jornal, sítios da internet, outros materiais, devendo o material estar relacionado à categoria para qual está sendo realizada a inscrição; VII - Cópia simples dos documentos do representante legal (CPF, RG);
VIII - Comprovante e/ou declaração de residência;
IX - Dados bancários do proponente;
X - Certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e dívida Ativa da União;
XI - Certidões negativas de débitos relativas ao créditos estaduais e a dívida ativa do Estado;
XII - Certidão negativa de débitos relativos ao crédito municipal;
XIII - Certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;

IXV - Consulta regularidade do empregador;
XV - Certidão Negativa de pedido falência;
XVI - Carta de Exclusividade das bandas, grupos, ou artistas que a empresa irá oferecer, quando for o caso.

4.2.2 - PARA PROPONENTE PESSOA FÍSICA: ARTISTA INDIVIDUAL, GRUPO OU BANDA MUSICAL INFORMAL:

I - Termo de adesão/Ficha de inscrição – **Anexo II**;
II - Declaração de não impedimentos – **Anexo III**
III - Declaração de representação de grupo musical, contendo no mínimo 02 (dois) componentes – **Anexo IV**;
IVMateriais que comprovem a atuação do proponente e/ou do grupo ou banda na área musical, de quaisquer natureza, tais como cartazes, folders, fotografias, DVDs, CDs, folhetos, matérias de jornal, sítios da internet, outros materiais, devendo o material estar relacionado à categoria para qual está sendo realizada a inscrição;
V - Cópia simples do CPF;
VI - Cópia simples do RG;
VII - Cópia simples do comprovante e/ou declaração de residência;
VIII - Comprovação de reconhecimento local ou regional na área musical, através de declaração emitida junto à Secretaria Municipal de Cultura;
IX - Dados bancários do proponente;
X - Certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e dívida Ativa da União; III - certidões negativas de débitos relativas ao créditos estaduais e a dívida ativa do Estado;
XI - Certidão negativa de débitos relativos ao crédito municipal);
XII - Certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho.

Atenção! O agente cultural é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações da sua inscrição.

Atenção! Ao se inscrever o agente cultural aceita todas as regras e condições descritas nesse edital e concorda com os termos da Lei 14.399/2022 (Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - PNAB), do Decreto 11.740/2023 (Decreto PNAB) e do Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento).

4.2.3 - DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO:

4.2.3.1 - Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas;

4.2.3.2 - Serão aceitas como prova de regularidade para com as Fazendas, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa;

4.2.3.3 - Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão estar em nome do proponente e, preferencialmente, com número do CNPJ e com o endereço respectivo, observando ainda o que segue, conforme preceitua a legislação vigente;

4.2.3.4 - A ausência de documento ou a apresentação dos documentos de habilitação em desacordo com o previsto neste título inabilitará o licitante;

4.2.3.5 - Os documentos poderão ser apresentados em fotocópias autenticadas por um tabelião, ou por servidor público desta Administração Pública Municipal, sendo dispensada a autenticação quando se tratar de cópia disponibilizada por intermédio da Internet.

4.2.4. DA DECLARAÇÃO COMPLEMENTAR:

4.2.4.1. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, que: Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição.

4.3. A proponente enquadrada como MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, receberá o tratamento diferenciado estabelecido pela Lei Complementar nº 123/06.

4.4 - Prazo de inscrição

Inscrições a partir da data de publicação ao encerramento da vigência desse edital.

5. DO ENVIO E ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

5.1 Aberto o período para solicitações de credenciamento, a documentação exigida para a inscrição deverá ser entregue na sede da Secretaria M unicipal de Cultura em envelope tipo ofício com identificação do proponente e endereçado à referida instituição.

5.2 A análise dos documentos de habilitação será realizada pela Agente de Contratações e Equipe de apoio em prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do encerramento do prazo para o cadastro da proposta e envio dos documentos habilitatórios.

5.3 A Agente de Contratações poderá, durante a análise da documentação, convocar os interessados para prestarem quaisquer esclarecimentos porventura necessários, bem como para complementarem, caso queiram, os documentos apresentados.

5.4 Serão considerados habilitados e credenciados os interessados que cumprirem todas as exigências deste Edital, sendo inabilitados e não credenciados aqueles que não cumprirem e não manifestarem interesse em complementar a documentação necessária.

6. DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO

6.1 A lista dos interessados habilitados/credenciados, segundo os critérios do edital, será divulgada e mantida atualizada por meio do Diário Oficial dos Municípios – FEMURN, no site da Prefeitura Municipal de Nísia Floresta/RN e em mural na Secretaria de Cultura.

6.2 Após ser habilitado o proponente será convocado para assinar o TERMO DE CONTRATO, no prazo de 05 (cinco) dias úteis de acordo com a demanda.

6.3 Os TERMOS DE CONTRATO que vierem a ser realizados, serão publicados nos seguintes endereços eletrônicos: I - Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP; II - Diário Oficial dos Municípios – FEMURN; e III – Portal da Transparência do Município, em obediência à Lei nº 12.527/2011.

7 - DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO:

7.1 - O presente Credenciamento terá validade de 12 (doze) meses, período este em que permanecerá aberto a qualquer interessado que, cumpridas as exigências deste Edital, poderá requerer seu credenciamento a qualquer tempo.

7.2 - A Administração Pública deverá convocar de acordo com sua necessidade os credenciados, sem privilegiar quaisquer que sejam, sendo de responsabilidade a ordem de chamada da Secretaria executante.
7.3 - Os artistas, bandas, grupos ou empresas credenciadas serão convocados conforme necessidade do município e/ou calendário cultural.

7.4 - O Município não será obrigado a convocar todos os credenciados deste processo para realização dos eventos, os artistas serão convocados conforme necessidade.

7.5 - Sempre que houver necessidade, o Município convocará o credenciado para prestar os serviços através de ordem de serviços que será enviada através de e-mail, em até 05 (cinco) dias que antecede a data do evento.

8. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

8.1. O(a) interessado(a) que preencher os requisitos exigidos neste Edital, no que a ele(a) for aplicável, será considerado habilitado(a) no credenciamento.

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. As contratações para a prestação dos serviços de que este instrumento convocatório trata dar se-ão de forma direta, por inexigibilidade de licitação, através do sistema de credenciamento, com arrimo no disposto no art. 74, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021.
9.1.1. O mencionado instrumento contratual será formalizado na conformidade dos termos da minuta constituinte do Anexo II deste Edital, presentes as disposições do art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021.
9.2. O credenciamento para prestação dos serviços de que o presente Edital trata não gera vínculo empregatício entre o(a) Credenciado(a) e o Município de Nísia Floresta/RN.
9.3. Até a data prevista para ocorrência de assinatura do Termo de Contrato, o Município de Nísia Floresta/RN, poderá inabilitar o convocado para prestação dos serviços, mediante despacho fundamentado, se tiver informação segura sobre qualquer fato ou circunstância, anterior ou posterior à fase de habilitação, que desabone a sua habilitação jurídica, regularidade fiscal, regularidade trabalhista ou qualificação técnica.
9.4. O termo de contrato será formalizado com presença, no que couber, das cláusulas previstas no art. 89 da Lei Federal nº 14.133/12021.
9.5. O contrato poderá ser alterado, com a devida motivação, nos casos previstos no art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.
9.6. Os CREDENCIADOS não terão vínculo empregatício com o Município, sendo de exclusiva responsabilidade daquele as despesas com seguros de natureza trabalhista vigentes, transporte, alimentação e quaisquer outros encargos que forem devidos, referentes à prestação dos serviços.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIANTE (MUNICÍPIO)

10.1 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
10.2 Permitir o livre acesso dos empregados, encarregados e/ou prepostos da CONTRATADA para a execução do contrato;
10.3 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados, encarregados e/ou prepostos da CONTRATADA, desde que inerentes ao objeto do Contrato.

11. DAS OBRIGAÇÕES DOS CREDENCIADOS:

11.1 As obrigações do Credenciado constam do item 12 do Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA.

12. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVA:

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, se enquadra nas previsões contidas no Art. 155, incisos IV, V, VI, VIII, IX, X, XI e XII da Lei Federal nº 14.133/2021.
12.2. Os licitantes que incorrerem nas infrações previstas no item anterior, após o devido processo administrativo, estarão sujeitas às sanções previstas no Art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021. 7

13. DA EXTINÇÃO:

13.1. As possibilidades de extinção do contrato estão previstas nos artigos 137, 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

14. DAS MEDIDAS ACAUTELATÓRIAS:

14.1. Em caso de risco iminente, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras sem a prévia manifestação do interessado.

15. DOS RECURSOS:

15.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará os prazos e a forma dispostos no art. 165 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
15.2. Os recursos deverão ser encaminhados para o seguinte e-mail: semuc@nisiafloresta.rn.gov.br

16. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL:

16.1. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o presente Edital por irregularidade na aplicação da Lei que o rege, devendo protocolar pedido até o prazo de 05 (cinco) dias úteis após a publicação oficial deste edital, e até 03 (três) dias úteis anteriores ao término do prazo para o credenciamento.

17. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E DA VIGÊNCIA:

17.1 A fiscalização e gestão do contrato será apontado no Termo de Referência, anexo a este edital, na qual apresenta os critérios a serem utilizados para a fiscalização do contrato.
17.2 O prazo de vigência da contratação, e demais ações relacionadas ao contrato será apresentado no Termo de Referência.

18. DA ESTIMATIVA DE VALOR, PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

18.1 - O valor para remuneração do artista individual, do grupo e banda musical estão pré-fixados conforme tabela no anexo I.
18.2 - O Pagamento será efetuado diretamente na conta bancária da pessoa física ou da pessoa jurídica contratada no prazo de até 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal, dos comprovantes de regularidade fiscal e do atesto pela área competente de que houve o cumprimento das obrigações pelo contratado.
18.3 - O pagamento dos impostos decorrentes da emissão da nota fiscal é de responsabilidade do contratado.
18.4 - As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária previsto no Plano de Ação da PNAB 2026, Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fom ento à Cultura - Lei nº 14.399/2022.

19. DO FORO:

19.1 - O Foro da Comarca de Nísia Floresta/RN é o competente para dirimir qualquer controvérsia que possa surgir sobre este credenciamento, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

20. Anexos do Edital:

20.1 - Este Edital é composto pelos seguintes anexos:
Anexo I – Categorias do Edital;
Anexo II - Termo de adesão ao Edital/ficha de inscrição;
Anexo III - Declaração de não impedimentos;
Anexo IV - Declaração de representação de grupo ou banda;
Anexo V - Declaração que não emprega mão de obra infantil;

Nísia Floresta/RN, 04 de junho de 2026.

JORGE JANUÁRIO DE CARVALHO
Secretário Municipal de Cultura

GUSTAVO DA SILVA SANTOS
Prefeito Municipal

ANEXO I

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 07/2026

CREDENCIAMENTO DE ARTISTAS INDIVIDUAIS, GRUPOS E BANDAS LOCAIS DA ÁREA DA MÚSICA PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO.

CATEGORIAS DO EDITAL

1.CATEGORIAS:

ITEM	CATEGORIAS	TEMPO DE APRESENTAÇÃO	VALOR
01	Músico individual;	2h	R$ 600,00
02	Músico instrumental	1h	R$ 600,00
03	Banda médio porte	2h	R$ 1.500,00
04	Banda grande porte	2h	R$ 3.300,00

2. QUEM PODE SE CREDENCIAR:

2.1 - Poderão se credenciar projetos artístico-cultural e artistas da área musical, que atua de forma individual, dupla, trio e grupos de todos os segmentos musicais, tais como: forró, axé, samba, embolada, coco, maracatu, baião, xote, xaxado, gospel, bossa nova, pop, rock, frevo, brega, funk, rap, hip hop, MC, eletrônica, sertanejo e demais gêneros musicais que compõem a Música Popular Brasileira - MPB.
2.2 - A prestação dos serviços objeto deste credenciamento estará condicionada à efetiva realização da apresentação pela banda credenciada. O pagamento e demais obrigações contratuais somente serão efetuados após a comprovação do cumprimento integral da apresentação, conforme previamente agendada e aprovada pela comissão organizadora do evento.
2.3 – A Comissão de Seleção, Avaliação e Credenciamento poderá, mediante análise técnica do portfólio, clipping, material audiovisual, repertório, histórico de apresentações, qualificação artística e demais documentos apresentados, promover o reenquadramento ou remanejamento do(a)

proponente para categoria diversa daquela inicialmente indicada na inscrição, desde que constatada maior compatibilidade técnica e artística. apresentado

ANEXO II

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 07/2026

CREDENCIAMENTO DE ARTISTAS INDIVIDUAIS, GRUPOS E BANDAS LOCAIS DA ÁREA DA MÚSICA PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO.

TERMO DE ADESÃO AO CREDENCIAMENTO/FICHA DE INSCRIÇÃO

À,
Prefeitura Municipal de Nísia Floresta

Por meio do presente, solicito inscrição no Edital de Chamamento Público para credenciamento nº 07/2026, e declaro estar ciente de que a mesma implica a total concordância e cumprimento de todas as normas estabelecidas neste chamamento, bem com declaro a veracidade da documentação e informações por mim apresentadas.

1. DADOS DO PROPONENTE

PROPONENTE:			CNPJ/CPF:
CIDADE:	UF:	EMAIL:	FONE:
CONTA CORRENTE:	AGÊNCIA:		BANCO:
NOME DO RESPONSÁVEL:			CPF:
ENDEREÇO:			CEP:

2. IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA
NOME ARTÍSTICO/DO GRUPO OU BANDA MUSICAL:

CATEGORIA:

( ) Músico individual;
( ) Músico individual instrumental;
( ) Banda médio porte (04 componentes);
( ) Banda Grande porte (a partir de 05 componentes)

GÊNERO MUSICAL:

REPERTÓRIO:

FICHA TÉCNICA:

DECLARAÇÃO

Envio em anexo a documentação exigida neste edital e declaro: Estar ciente de que meu credenciamento para integrar o banco de dados não gera direito subjetivo à minha efetiva contratação pela Prefeitura Municipal de Nísia Floresta/RN, e serem verdadeiras todas as informações contidas no formulário de inscrição por mim apresentado. Declaramos também, ter ciência e pleno conhecimento dos termos do Edital e Anexos do CHAMAMENTO PÚBLICO DE CREDENCIAMENTO Nº 07/2026, submetendo-nos às condições nele estabelecidas.

Nísia Floresta/RN, __ de _____de 2026.

_____
Assinatura

ANEXO III

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 07/2026

CREDENCIAMENTO DE ARTISTAS INDIVIDUAIS, GRUPOS E BANDAS LOCAIS DA ÁREA DA MÚSICA PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO.

DECLARAÇÃO DE NÃO IMPEDIMENTOS	
1.IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE	
NOME/RAZÃO SOCIAL:	**CNPJ/CPF:**
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL:	**CPF:**
Declaro, para os devidos fins, que não me enquadro nos impedimentos abaixo discriminados: a) As empresas em regime de recuperação de crédito e as que estejam em regime pré-falimentar ou falidas; b) As empresas reunidas em consórcio, ou grupo de empresas; c) Pessoa jurídica sem fins lucrativos; d) Pessoa física em insolvência civil; e) Servidor público do município de Nísia Floresta/RN; f) Pessoas que tenham se envolvido diretamente na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise do credenciamento ou na etapa de julgamento de recursos;	

g) Pessoas que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise do credenciamento ou na etapa de julgamento de recursos; e
h) sejam membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores) e do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), bem como membros do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros) e do Ministério Público (Promotor, Procurador);

LOCAL E DATA	ASSINATURA

ANEXO IV

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 07/2026

CREDENCIAMENTO DE ARTISTAS INDIVIDUAIS, GRUPOS E BANDAS LOCAIS DA ÁREA DA MÚSICA PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO.

DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPO OU BANDA

Os declarantes abaixo-assinados, integrantes do _____ (NOME DO GRUPO OU BANDA), elegem _____(NOME DO REPRESENTANTE), inscrito no CPF sob nº _____(número do CPF), como único e representante neste edital, outorgando-lhe poderes para fazer cumprir todos os procedimentos exigidos nas etapas do edital, inclusive assinatura do contrato, troca de comunicações, podendo assumir compromissos, obrigações, transigir, receber pagamentos e dar quitação, renunciar direitos e qualquer outro ato relacionado ao referido edital. Os declarantes informam que não incorrem em quaisquer das vedações do item de participação previstas no edital.

N°	NOME DO INTEGRANTE	CPF	ASSINATURA
01			
02			
03			
04			
05			
06			
07			
08			
09			
10			

Observação: O preenchimento deste documento deverá ser digitado. As assinaturas poderão ser eletrônicas/digitais ou manuscritas.

Nísia Floresta/RN, em ____ de _____ de 2026.

ANEXO V

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 07/2026

CREDENCIAMENTO DE ARTISTAS INDIVIDUAIS, GRUPOS E BANDAS LOCAIS DA ÁREA DA MÚSICA PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO.

DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MÃO DE OBRA INFANTIL

À
Prefeitura Municipal de Nísia Floresta

DECLARAÇÃO

Declaramos para fins do disposto no Art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, bem como em atendimento ao estabelecido no Edital e Anexos da Licitação – CREDENCIAMENTO Nº xx/2026, que não empregamos menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menor de 16 anos.

Empresa: _____.

CNPJ: _____.

Nísia Floresta/RN, em, _____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura e identificação do representante legal da empresa

**** Republicado por Incorreção**

Publicado por:
Mary Lanne Machado de Lima
Código Identificador:4E56ADB3

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 300/2026

O **PREFEITO** do Município de Nísia Floresta/RN, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e de acordo com o Art. 67, da Lei Federal n° 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os (as) servidores (as) abaixo relacionados, para, sem prejuízo de suas atribuições, para exercer a função de GESTOR (A) dos instrumentos contratuais abaixo listados:

Gestor (a)	Gestor (a) substituto (a)	Contrato/Ordem de Compra/Serviço nº	Contratado (a)	Objeto
Andrea da Silva Carvalho, mat. nº001901-1	Franco Alves da Silva, mat. nº 002572-1	33/2021	Loserv locações e serviços, CNPJ nº 40.131.217/0001-55	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM COMPLETA E LAVAGEM COM LUBRIFICAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E MAQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA/RN
Andrea da Silva Carvalho, mat. nº001901-1	Franco Alves da Silva, mat. nº 002572-	137/2026	P & P produções e Serviços ltda me CNPJ nº 14.433.017/0001-47	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO DE ESTRUTURA PARA EVENTOS, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO, TRANSPORTE, MONTAGEM, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO, OPERAÇÃO, DESMONTAGEM E RETIRADA DE ESTRUTURAS, EQUIPAMENTOS E DEMAIS ITENS NECESSÁRIOS À REALIZAÇÃO DE EVENTOS INSTITUCIONAIS, CULTURAIS, ESPORTIVOS, TURÍSTICOS, EDUCACIONAIS E DEMAIS AÇÕES PROMOVIDAS PELAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NÍSIA FLORESTA/RN.

Art. 2º Ao Gestor do contrato cabem as seguintes competências:

I - Tratar com o contratado, exigindo que este cumpra com o que foi pactuado;
II - Sugerir eventuais modificações contratuais;
III - Comunicar a falta de materiais e recusar o serviço, se for o caso, subsidiado pelas anotações do fiscal do contrato respectivo;
IV - Manter o(a) Secretário(a) da respectiva pasta, informado(a) de todas as ocorrências relativas ao Contrato, com o auxílio do Fiscal do Contrato, para adoção do procedimento administrativo próprio, quando ocorrer a inexecução parcial ou total do contrato nos termos dos arts. 77 e 78, e atendidos os requisitos do art. 87 e seguintes, todos da Lei de Licitações.

Art. 3° Em respeito ao princípio da segregação de funções, o servidor ora designado não se enquadra nas seguintes situações de impedimento:

a) Ser responsável pela execução do próprio contrato;
b) Figurar como pregoeiro ou ser membro de comissão de licitação;
c) Possuir condição que enseje conflito de interesses que importem em óbice à designação como Fiscal de Contrato.

Art. 4º Designar os (as) servidores (as) abaixo relacionados, para, sem prejuízo de suas atribuições, exercer a função de FISCAL dos instrumentos contratuais abaixo listados:

Fiscal	Contrato/Ordem de compra/Serviço nº	Contratado (a)	Objeto
Mauricio Viana da Silva, mat. nº 2375370	33/2021	Loserv locações e serviços, CNPJ nº 40.131.217/0001-55	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM COMPLETA E LAVAGEM COM LUBRIFICAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E MAQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA/RN
Mauricio Viana da Silva, mat. nº 2375370	137/2026	P & P produções e Serviços ltda me CNPJ nº 14.433.017/0001-47	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO DE ESTRUTURA PARA EVENTOS, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO, TRANSPORTE, MONTAGEM, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO, OPERAÇÃO, DESMONTAGEM E RETIRADA DE ESTRUTURAS, EQUIPAMENTOS E DEMAIS ITENS NECESSÁRIOS À REALIZAÇÃO DE EVENTOS INSTITUCIONAIS, CULTURAIS, ESPORTIVOS, TURÍSTICOS, EDUCACIONAIS E DEMAIS AÇÕES PROMOVIDAS PELAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NÍSIA FLORESTA/RN.

Art. 5º Ao Fiscal do contrato cabem as seguintes competências:

I – Acompanhar a execução objeto do contrato, tendo em vista garantir que estejam de acordo com as normas nele estabelecidas;
II – Fiscalizar se a contratada mantém durante a vigência do contrato, as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal;
III – Acompanhar o pagamento dos produtos efetivamente fornecidos;
IV – Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, durante o prazo de vigência do contrato, facilitando a obtenção dos dados técnicos necessários à elaboração dos documentos imprescindíveis ao cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA;
V – Autorizar o acesso dos empregados da CONTRATADA às instalações da CONTRATANTE, sempre que se fizer necessário, exclusivamente para o fornecimento do material;
VI – Notificar à CONTRATADA, quando da ocorrência e/ou anormalidades relacionadas com a execução do contrato, que resultem na inexecução parcial ou total do objeto do contrato, para que sejam adotadas as providências cabíveis;
VII – Rejeitar, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato;
VIII – Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
IX – Manter o Secretário da pasta e o Chefe do Executivo informados de todas as ocorrências relativas ao contrato, para adoção do procedimento administrativo próprio, quando ocorrer a inexecução parcial ou total do contrato, nos termos dos arts. 77 e 78, e atendidos os requisitos do art. 87 e seguintes, todos da Lei de Licitações.
Art. 3º. A atribuição do Fiscal de Contratos Administrativos não será remunerada.

Art. 6º Na ausência justificada do fiscal/gestor do contrato, a chefia imediata do setor encontra-se autorizada a atestar as notas fiscais / relatório do gestor, devendo este estar ciente da prestação do serviço e/ou recebimento do material.

Art. 7º As atribuições de fiscalização e gestão de contratos não serão remuneradas, nem poderão ser recusadas, salvo nos casos de impedimento legal.

Art. 8º Esta portaria retroage seus efeitos ao dia 05 de janeiro de 2026.

Nísia Floresta/RN, 17 de setembro de 2026.

GUSTAVO DA SILVA SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mary Lanne Machado de Lima
Código Identificador:33795EDD

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 301/2026

O PREFEITO do Município de Nísia Floresta/RN, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e, de acordo com o art. 117 da Lei Federal nº. 14.133/21, e dos arts.13 a 15 do Decreto Municipal nº 02/2024,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os (as) servidores (as) abaixo relacionados, para, sem prejuízo de suas atribuições, para exercer a função de GESTOR (A) dos instrumentos contratuais abaixo listados:

Gestor (a)	Gestor (a) substituto (a)	Contrato/Ordem de Compra/Serviço nº	Contratado (a)	Objeto
Andrea da Silva Carvalho, mat. nº001901-1	Franco Alves da Silva, mat. nº 002572-1	129/2025	ANDRE ALVES DA CRUZ - ME, CNPJ:08.661.972/0001-39,	Contratação de PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACESSO DEDICADO À INTERNET DE ALTA VELOCIDADE E BAIXA LATÊNCIA, E SERVIÇOS COMPLEMENTARES DE REDE INTERNA, PARA ATENDIMENTO ÀS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA/RN,
Andrea da Silva Carvalho, mat. nº001901-1	Franco Alves da Silva, mat. nº 002572-1	11/2025	CICCARELLI E FRANÇA LTDA CNPJ:07.096.443/0001-77	Contratação de SERVIÇO DE RECARGA DE TONER E TANQUE DE TINTA, COM REGIME DE COMODATO DE IMPRESSORAS E COPIADORAS MULTIFUNCIONAIS.
Andrea da Silva Carvalho, mat. nº001901-1	Franco Alves da Silva, mat. nº 002572-1	05/2025	D'LEON SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA, CNPJ: 24.295.246/0001-04.	Contratação de PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FORMA CONTÍNUA DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, SEM MOTORISTAS, SEM COMBUSTÍVEL, SEM FRANQUIA DE QUILOMETRAGEM, VISANDO SUPRIR AS NECESSIDADES DA FROTA DO MUNICÍPIO DE NÍSÍA FLORESTA/RN,
Andrea da Silva Carvalho, mat. nº001901-1	Franco Alves da Silva, mat. nº 002572-1	195/24	PAPARY COMERCIO EIRELI	QUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICO, FERRAMENTAS E INSUMOS PARA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DO MUNICÍPIO, POR MEIO DE MAIOR DESCONTO DE ACORDO COM A TABELA SINAPI

Art. 2º Ao Gestor do contrato cabem as seguintes competências:

I – Analisar a documentação que antecede o pagamento;
II – Analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;
III – Analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;
IV – Analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;
V – Acompanhar o desenvolvimento da execução através de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;
VI – Decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;
VII – Efetuar a digitalização e armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas da contratada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou portal adotado pelo Município;
VIII – Preencher o termo de avaliação de contratos administrativos disponibilizado pelo setor responsável pelo sistema de gestão de materiais, obras e serviços;
IX – Inserir os dados referentes aos contratos administrativos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou portal adotado pelo Município;
X – Outras atividades compatíveis com a função.

Art. 3º Designar os (as) servidores (as) abaixo relacionados, para, sem prejuízo de suas atribuições, exercer a função de FISCAL dos instrumentos contratuais abaixo listados:

Fiscal	Contrato/Ordem de compra nº	Contratado (a)	Objeto
Mauricio Viana da Silva, mat. nº 2375370	129/2025	ANDRE ALVES DA CRUZ - ME, CNPJ:08.661.972/0001-39,	Contratação de PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACESSO DEDICADO À INTERNET DE ALTA VELOCIDADE E BAIXA LATÊNCIA, E SERVIÇOS COMPLEMENTARES DE REDE INTERNA, PARA ATENDIMENTO ÀS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA/RN,
Mauricio Viana da Silva, mat. nº 2375370	11/2025	CICCARELLI E FRANÇA LTDA CNPJ:07.096.443/0001-77	Contratação de SERVIÇO DE RECARGA DE TONER E TANQUE DE TINTA, COM REGIME DE COMODATO DE IMPRESSORAS E COPIADORAS MULTIFUNCIONAIS
Mauricio Viana da Silva, mat. nº 2375370	05/2025	D'LEON SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA, CNPJ: 24.295.246/0001-04.	Contratação de PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FORMA CONTÍNUA DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, SEM MOTORISTAS, SEM COMBUSTÍVEL, SEM FRANQUIA DE QUILOMETRAGEM, VISANDO SUPRIR AS NECESSIDADES DA FROTA DO MUNICÍPIO DE NÍSÍA FLORESTA/RN,
Mauricio Viana da Silva, mat. nº 2375370	195/24	PAPARY COMERCIO EIRELI, CNPJ: 13.097.272/0001-01	QUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICO, FERRAMENTAS E INSUMOS PARA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DO MUNICÍPIO, POR MEIO DE MAIOR DESCONTO DE ACORDO COM A TABELA SINAPI

Art. 4º Ao Fiscal do contrato cabem as seguintes competências:

I – Esclarecer prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;
II – Expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, as ocorrências e fazer as determinações e comunicações necessárias à perfeita execução dos serviços;
III – Proceder, conforme cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovar a planilha de medição emitida pela contratada ou conforme disposto em contrato;
IV – Adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da entrega de bens, a realização de serviços ou a execução de obras;
V – Conferir e certificar as faturas relativas às aquisições, serviços ou obras;
VI – Proceder as avaliações dos serviços executados pela contratada;
VII – Determinar por todos os meios adequados a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;
VIII – Exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;
IX – Determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas, que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;
X – Receber designação e manter contato com o preposto da contratada, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;
XI – Dar parecer técnico nos pedidos de alterações contratuais;
XII – Verificar a correta aplicação dos materiais;
XIII – Requerer das empresas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos;
XIV – Realizar, na forma do art. 140 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;
XV – Propor à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;
XVI – No caso de obras e serviços de engenharia, além das atribuições constantes nos incisos I ao XV:
a) Manter pasta atualizada, com projetos, alvarás, ART's do CREA e/ou RRT's do CAU referente aos projetos arquitetônico e complementares, orçamentos e fiscalização, edital da licitação e respectivo contrato, cronograma físico-financeiro e os demais elementos instrutores;
b) Visitar o diário de obras, certificando-se de seu correto preenchimento;
c) Verificar a correta construção do canteiro de obras, inclusive quanto aos aspectos ambientais;
XVII – Outras atividades compatíveis com a função:

§1º. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 119 e 120 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

§2º. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

§3º. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, no que couber:

I – Os resultados alcançados em relação à contratada, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
II – Os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;
III – A qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;
IV – A adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
V – O cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e
VI – A satisfação do público usuário.

§4º. O fiscal do contrato deverá verificar se houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço e, em caso positivo, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no Capítulo VII da Lei Federal n.º 14.133/2021.
§5º. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada com o documento da contratada que contenha a relação detalhada deles, de acordo com o estabelecido no contrato, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

§6º. O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em extinção do contrato, conforme disposto no Capítulo VIII do Título III e Capítulo I do Título IV, ambos da Lei Federal n.º 14.133/21.

§7º. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais nas contratações continuadas com dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada, exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

I – No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis Trabalhistas:

a) Recolhimento da contribuição previdenciária estabelecida para o empregador e de seus empregados, conforme dispõe o artigo 195, §3º da Constituição Federal, sob pena de rescisão contratual;
b) Recolhimento do FGTS, referente ao mês anterior;
c) Pagamento de salários no prazo previsto em Lei, referente ao mês anterior;
d) Fornecimento de vale-transporte e auxílio-alimentação, quando cabível;
e) Pagamento do 13º salário;
f) Concessão de férias e correspondente pagamento do adicional de férias, na forma da Lei;
g) Realização de exames admissionais e demissionais e periódicos, quando for o caso;
h) Eventuais cursos de treinamento e reciclagem;

i) Encaminhamento das informações trabalhistas exigidas pela legislação, tais como a RAIS e o CAGED;
j) Cumprimento das obrigações contidas em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo de trabalho; e
k) Cumprimento das demais obrigações dispostas na CLT em relação aos empregados vinculados ao contrato.
II – No caso de cooperativas:
a) Recolhimento da contribuição previdenciária do INSS em relação à parcela de responsabilidade do cooperado;
b) Recolhimento da contribuição previdenciária em relação à parcela de responsabilidade da Cooperativa;
c) Comprovante de distribuição de sobras e produção;
d) Comprovante da aplicação do FATES – Fundo Assistência Técnica Educacional e Social;
e) Comprovante da aplicação em fundo de reserva;
f) Comprovação de criação do fundo para pagamento do 13º salário e férias; e
g) Eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as sociedades cooperativas.

III – No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Civis de Interesse Público – OSCIP's e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

§8º. Além do cumprimento do §7º deste artigo, na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais nas contratações continuadas com dedicação exclusiva, serão realizadas entrevistas, a partir de seleção por amostragem, com os trabalhadores da contratada para verificar as anotações contidas em, CTPS, devendo ser observadas, entre outras questões, a data de início do contrato de trabalho, função exercida, a remuneração, gozo de férias, horas extras, eventuais alterações dos contratos de trabalho e, se necessário, fiscalizar no local de trabalho do empregado.

Art. 5º Em respeito ao princípio da segregação de funções, os (as) servidor (as) designados (as) não se enquadra nas seguintes situações de impedimento:

a) Se responsável pela execução do próprio contrato;
b) Figurar como pregoeiro ou ser membro de comissão de licitação;
c) Possuir condição que enseje conflito de interesses que importem em óbice à designação como fiscal/gestor de Contrato.

Art. 6º Na ausência justificada do fiscal/gestor do contrato, a chefia imediata do setor encontra-se autorizada a atestar as notas fiscais / relatório do gestor, devendo este estar ciente da prestação do serviço e/ou recebimento do material.

Art. 7º As atribuições de fiscalização e gestão de contratos não serão remuneradas, nem poderão ser recusadas, salvo nos casos de impedimento legal.

Art. 8º Esta portaria retroage seus efeitos ao dia 05 de janeiro de 2026.

Nísia Floresta/RN, 17 de setembro de 2026.

GUSTAVO DA SILVA SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mary Lanne Machado de Lima
Código Identificador:E297F0C4

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARELHAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
AVISO DE CONVOCAÇÃO PARA COTAÇÃO

O Município de Parelhas/RN, por meio do Setor de contratações diretas, torna público o presente aviso, com o objetivo de convocar empresas interessadas a apresentarem cotação de preços para subsidiar a formação de valor de referência em processo de credenciamento, conforme descrito a seguir:

O prazo para envio das cotações será de até **03 (três) dias úteis**, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à publicação deste aviso no Diário Oficial dos Municípios – FEMURN.

As propostas deverão ser encaminhadas para o e-mail: **pmplicitacoes@gmail.com**

OBSERVAÇÃO: Para as empresas interessadas em participar da pesquisa de preços, o detalhamento do projeto dos móveis planejados, contendo as especificações e demais informações necessárias à elaboração da cotação, poderá ser disponibilizado mediante solicitação, por meio do e-mail destacado acima.

Parelhas, 22 de setembro de 2026.

COTAÇÃO DE PREÇOS

Ao Município de Parelhas/RN:

FORNECEDOR:	
CNPJ/CPF:	
RAZÃO SOCIAL:	
ENDEREÇO:	
CIDADE:	CEP:

FONE:
E-MAIL:
OBJETO: **CONFECÇÃO, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MÓVEIS PLANEJADOS**

Item	Descrição	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
1	0029125 - PORTAS MIMETIZADAS COM PUXADOR NA MARCENARIA E ESTRUTURA METALICA INTERNA	Unid	2		
2	0029126 - CADEIRAS DE ESCRITORIO EM COURINO COM REGULAGEM DE ALTURA	Unid	14		
3	0029127 - CADEIRAS POLTRANAS EM ALUMNIO DOURADO E ESTOFADO LINHO	Unid	27		
4	0029128 - ARMARIOS DE APOIO NO MDF ULTRA COM PUXADORES 45º NA MARCENARIA SALA DML 160X180X35	Unid	2		
5	0029129 - ARMARIO PARA MEDICAMENTOS 240X120X40	Unid	1		
6	0029130 - ESTAÇÃO DE TRABALHO COM 4 GAVETAS COM CORREDIÇAS SLOW 2 PORTAS DE GIRO NO MDF ULTRA ADMINISTRATIVO 115 X175 X180X59X78	Unid	1		
7	0029131 - ESTAÇÃO DE TRABALHO COM 4 GAVETAS COM CORREDIÇAS SLOW NO MDF ULTRA COM PUXADORES 45º NA MARCENARIA SALA DE COMANDO 135X50X75	Unid	1		
8	0029132 - ESTAÇÃO DE TRABALHO COM 4 GAVETAS COM CORREDIÇAS SLOW, COM PUXADORES NA MARCENARIA COM 45º SALA DE EXAMES 120X75X50	Unid	1		
9	0029133 - ESTAÇÃO DE TRABALHO NO MDF ULTRA 80X75	Unid	1		
10	0029134 - ESTANTE METALICA EM METALON 20X20 CHAPA 18	Unid	1		
11	0029135 - MOVEL PARA GELA ÁGUA NO MDF ULTRA COM PUAXDORES 45º NA MARCENARIA 40X 200	Unid	2		
12	0029136 - LUSTRE EM CRISTAL DOURADO	Unid	1		
13	0029137 - PLACA COM LOGO ILUMINADO EM ACM	Unid	1		
14	0029138 - DECORAÇÃO VARIAVEL VASOS, PLANTAS, ENFEITES	Unid	1		
15	0029139 - LOUSA DE VIDRO COM MARCADORES NO MDF ULTRA 1,50X100	Unid	2		
16	0029140 - ESPELHOS EM 4 MM	Unid	9		
17	0029141 - GABINETES PARA BANHEIROS COM PORTA DE GIRO 80X40	Unid	8		
18	0029142 - ARMARIOS PARA ARQUIVOS COM DROBRADIÇAS COM AMORTECIMENTO NO MDF ULTRA COM PUXADORES 45º NA MARCENARIA COM FECHADURAS 335X207X40	Unid	4		
19	0029143 - PRATELEIRAS 30X120 COM SUPORTE INVISIVEL	Unid	2		
20	0029144 - PANEIS MIMETIZADOS COM FRISO DE 20MM	Unid	6		
21	0029145 - PAINEL SALA DE REUNIÃO COM PRANCHA NO MDF ULTRA 270X260X30	Unid	1		
22	0029146 - PAINEL SALA DE ESPERA PAINEL COM FRISOS NO MDF ULTRA 334 X 260	Unid	1		
23	0029147 - MOVEL INFERIO DE PIA BANHEIROS NO MDF ULTRA 80X55X43	Unid	1		
24	0029148 - ARMARIO SUPERIOR COM 5 PORTAS DE GIROS, DROBRADIÇAS COM AMORTECIMENTO, PUXADORES 45º NA MARCENARIA MDF ULTRA 190X55	Unid	1		
25	0029149 - ARMARIOS INFERIORES COM 8 PORTAS DE GIRO, COM DROBRADIÇAS COM AMORTECIMENTO, GAVETEIRO COM 4 GAVETAS COM CORREDIÇAS SWOL, PUXADORES 45º NA MARCENARIA MDF ULTRA 375X55	Unid	1		
26	0029150 - ARMARIOS COM PORTA DE GIRO NO MDF ULTRA COM PUXADORES 45º NA MARCENARIA BANHEIROS MEDICOS/ FUNCIONARIOS	Unid	4		
27	0029151 - MESA COM APOIO PARA TECLADO NO MDF ULTRA COM CORREDIÇAS SLOW SALA DO DMO 86X77X80X40	Unid	1		
28	0029152 - MOVEL INFERIOR DE PIA NO MDF ULTRA COM DUAS PORTAS DE GIROS COM PUXADORES 45º NA MARCENARIA 57X50X40	Unid	1		
29	0029153 - GABINETE INFERIRO COM PORTAS DE GIROS COM DROBADIÇAS COM AMORTECIMENTO COM PUXADORES 45º GRAUS NO MDF ULTRA	Unid	1		
30	0029154 - MESA DE REUNIÃO 7 PESSOAS COM PONTOS ELETRICOS NO MDF ULTRA 110X256X72	Unid	1		
31	0029155 - ARMARIO SUPERIO COPA 189X55X30	Unid	2		
32	0029156 - ARMARIO INFERIOR COPA 255X120X58X55	Unid	2		
33	0029157 - TORRE COM 4 GAVETAS COM PUXADORES NA MARCENARIA	Unid	1		
34	0029158 - MESA PARA COPA 40 X 120	Unid	1		
35	0029159 - GAVETEIRO 75X45X50 COM PUXADORES NA MARCENARIA	Unid	3		
36	0029160 - CORTINA EM LINHO NATURAL	Unid	1		

Observações:
*Validade da proposta: 60 dias
*Informamos que nos preços propostos estão incluídos todos os custos, despesas, encargos e tributos para sua formação.
*Declaramos para fins de cumprimento da Lei Complementar 123/2016 e alterações que a empresa acima está enquadrada como:
( ) MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL-MEI
( ) MICROEMPRESA-ME
( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE –EPP
( ) NÃO ENQUADRADO COMO MEI/ME/EPP.

Para utilizarmos do tratamento diferenciado, previsto na legislação, nas aquisições públicas.

Parelhas/RN, ___de_____de 2026.

_____
Responsável

Publicado por:
Maria Das Vitórias Valentim de Azevedo
Código Identificador:0D12173C

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
SOLICITAÇÃO DE FORNECIMENTO DE COTAÇÃO

AVISO DE CONVOCAÇÃO PARA FORNECIMENTO DE COTAÇÃO O Município de Parelhas/RN, através do seu setor de Compras, vem por meio deste, convidar todos os interessados para apresentar cotação de preços para o objeto**: "SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA, MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E CONSERVAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO"**. O prazo para a apresentação das cotações pelas empresas interessadas é de 03 (três) dias úteis, a contar do 1º dia após a data da publicação no Diário Oficial dos Municípios – FEMURN.

E-mail para envio das cotações: setordecomprasparelhas01-rn@outlook.com

Parelhas, 22 de setembro de 2026.

COTAÇÃO DE PREÇOS

Ao Municipio de Parelhas/RN,

FORNECEDOR:	
CNPJ/CPF:	
RAZÃO SOCIAL:	
ENDEREÇO:	
CIDADE:	CEP:
FONE:	
EMAIL:	
OBJETO: SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA, MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E CONSERVAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO.	

LOTE 1

Item	Descrição	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
1	0029060 - CONTRATAÇÃO DE GARI COLETOR, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA PARA EXECUTAR OS SERVIÇOS DE COLETA MANUAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES, ACONDICIONAMENTO, CARREGAMENTO DOS CAMINHÕES COMPACTADORES E APOIO ÀS ATIVIDADES DE COLETA URBANA., CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA.	Mês	96		
2	0029061 - CONTRATAÇÃO DE MOTORISTA DE CAMINHÃO COMPACTADOR, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA PARA CONDUZIR OS CAMINHÕES COMPACTADORES, OPERAR OS EQUIPAMENTOS EMBARCADOS QUANDO NECESSÁRIO, CUMPRIR AS ROTAS DE COLETA E ZELAR PELA CONSERVAÇÃO DOS VEÍCULOS.	Mês	24		
3	0029062 - CONTRATAÇÃO DE GARIS DE VARRIÇÃO, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE VARRIÇÃO MANUAL DE VIAS PÚBLICAS, PRAÇAS, CANTEIROS E DEMAIS LOGRADOUROS PÚBLICOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA	Mês	96		
4	0029063 - CONTRATAÇÃO DE GARI DE SERVIÇOS CORRELATOS, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA PARA EXECUTAR ATIVIDADES DE CAPINAÇÃO, ROÇAGEM, PINTURA DE MEIO-FIO, LIMPEZA DE VALAS, LIMPEZA DE BOCAS DE LOBO, COLETA DE PODA, LIMPEZA DE ÁREAS PÚBLICAS, APOIO A FEIRAS LIVRES, EVENTOS PÚBLICOS E DEMAIS SERVIÇOS CORRELATOS DE LIMPEZA URBANA.., CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA	Mês	240		
5	0029064 - CONTRATAÇÃO DE 2 (DOIS) MOTORISTA DE CAMINHÃO BASCULANTE COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA OPERAR O CAMINHÃO BASCULANTE UTILIZADO NOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE RESÍDUOS VEGETAIS, ENTULHOS, MATERIAIS PROVENIENTES DA CAPINAÇÃO E DEMAIS SERVIÇOS CORRELATOS., CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA.	Mês	24		
6	0029065 - CONTRATAÇÃO DE 1 (UM) GERENTE OPERACIONAL COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA PARA COORDENAR A EXECUÇÃO CONTRATUAL, SUPERVISIONAR EQUIPES, CONTROLAR A OPERAÇÃO DOS SERVIÇOS, ACOMPANHAR INDICADORES DE DESEMPENHO E ATUAR COMO PRINCIPAL INTERLOCUTOR DA CONTRATADA PERANTE A ADMINISTRAÇÃO.CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA	Mês	12		
7	0029066 - CONTRATAÇÃO DE FISCAL/SUPERVISOR OPERACIONAL COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA PARA ACOMPANHAR AS FRENTES DE SERVIÇO, FISCALIZAR A EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES, CONTROLAR FREQUÊNCIA DAS EQUIPES, ELABORAR RELATÓRIOS OPERACIONAIS E ASSEGURAR O CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES DA FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL..CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA.	Mês	24		

LOTE 2

Item	Descrição	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
8	0029067 - CONTRATAÇÃO DE VEÍCULOS TIPO CAMINHÃO COMPACTADOR DE RESÍDUOS SÓLIDOS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 15 M³, EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO E FUNCIONAMENTO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA. MANUTENÇÃO DO VEICULO, MOTORISTA E COMBUSTIVEL POR CONTA DA CONTRATADA.	Mês	24		
9	0029068 - CONTRATAÇÃO DE VEÍCULOS TIPO CAMINHÃO BASCULANTE COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 12 M³, EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO E FUNCIONAMENTO PARA TRANSPORTE DE RESÍDUOS PROVENIENTES DA CAPINAÇÃO, LIMPEZA DE VALAS, COLETA DE PODA E DEMAIS SERVIÇOS CORRELATOS CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA. MANUTENÇÃO DO VEICULO, MOTORISTA E COMBUSTIVEL POR CONTA DA CONTRATADA.	Mês	24		
10	0029069 - CONTRATAÇÃO DE 01 (UM) TRITURADOR DE PODAS, EQUIPAMENTO APROPRIADO PARA TRITURAÇÃO DE GALHADAS, PODAS E RESÍDUOS VEGETAIS EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO E FUNCIONAMENTO PARA REDUÇÃO VOLUMÉTRICA E MANEJO ADEQUADO DOS RESÍDUOS PROVENIENTES DE PODAS URBANAS CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA. MANUTENÇÃO DO EQUIPAMENTO, COMBUSTIVEL POR CONTA DA CONTRATADA.	Mês	12		
11	0029070 - CONTRATAÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO DE APOIO OPERACIONAL, VEÍCULO LEVE EM CONDIÇÕES ADEQUADAS DE USO EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO E FUNCIONAMENTO PARA APOIO ÀS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO, SUPERVISÃO E DESLOCAMENTO DAS EQUIPES OPERACIONAIS CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA. MANUTENÇÃO DO VEICULO, MOTORISTA E COMBUSTIVEL POR CONTA DA CONTRATADA.	Mês	12		

LOTE 3

Item	Descrição	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
12	0029071 - CONTRATAÇÃO DE CONTÊINERES PARA RESÍDUOS SÓLIDOS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 1.000 LITROS, FABRICADOS EM PEAD (POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE), COM TAMPA E RODAS PARA ACONDICIONAMENTO TEMPORÁRIO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS EM PONTOS ESTRATÉGICOS DEFINIDOS PELA FISCALIZAÇÃO CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA.	Mês	120		
13	0029072 - CONTRATAÇÃO DE CARROS DE VARRIÇÃO EQUIPAMENTOS ADEQUADOS PARA COLETA MANUAL DE RESÍDUOS PROVENIENTES DA VARRIÇÃO PARA APOIO AOS SERVIÇOS DE LIMPEZA MANUAL DE VIAS, PRAÇAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA	Mês	120		

*Validade da proposta: 60 dias
*Informamos que nos preços propostos estão incluídos todos os custos, despesas, encargos e tributos para sua formação.
*declaramos para fins de cumprimento da Lei Complementar 123/2016 e alterações que a empresa acima está enquadrada como ( )MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL-MEI/ ( ) MICROEMPRESA-ME/ ( )EMPRESA DE PEQUENO PORTE –EPP/ ( )NÃO ENQUADRADO COMO MEI/ME/EPP, para utilizarmos do tratamento diferenciado, previsto na legislação, nas aquisições públicas.

Parelhas/RN, ___de_____de 2026.

_____
Responsável

Republicado por correção nos lotes

Publicado por:
Maria Das Vitórias Valentim de Azevedo
Código Identificador:23BCC51F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO FOGO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 023-SMF/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO FOGO/RN
Praça dos Pescadores, S/N, Centro, Rio do Fogo, RN - CEP: 59.578-000

CNPJ: 01.612.393/0001-57

PORTARIA Nº 23/SMF

Altera o "Quadro de Detalhamento das Despesas - QDD" da Unidade Orçamentária que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE RIO DO FOGO/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.

RESOLVE

Art. 1º - Remanejar o valor de R$ 514.171,00 (quinhentos e quatorze mil, cento e setenta e um reais) constante no QDD - Quadro de Detalhamento das Despesas aprovado desta prefeitura, para reforço da dotação orçamentária especificada no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º - Constitui fonte de recursos para efetivação do remanejamento de que trata o artigo anterior, a anulação de igual importância da dotação orçamentária discriminada no Anexo II desta Portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor a partir de 01 de julho de 2026, revogadas as disposições em contrário.

MARCIO LUIZ PEREIRA BARBOSA
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)				**514.171,00**
03 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE				**514.171,00**
	2030 MAN E GESTAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE			**60.600,00**
	3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	30.600,00
	3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001002	0001	30.000,00
	2031 MAN DA ATENÇÃO DE MEDIA E ALTA			**35.000,00**
	3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	35.000,00
	2032 MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMARIA			**418.571,00**
	3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16313120	0001	230.950,00
	3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	16313120	0001	1.621,00
	3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16313120	0001	100.000,00
	3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16313120	0001	86.000,00
Anexo II (Redução)				**514.171,00**
03 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE				**514.171,00**
	2030 MAN E GESTAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE			**60.600,00**
	3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	29.000,00
	3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	1.600,00
	3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	30.000,00
	2031 MAN DA ATENÇÃO DE MEDIA E ALTA			**35.000,00**
	3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16313110	0001	30.000,00
	4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	5.000,00
	2032 MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMARIA			**418.571,00**
	3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	5.000,00
	3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16310000	0001	381.000,00
	3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16313120	0001	30.950,00
	3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16313120	0001	1.621,00

Publicado por:
Elizandra Dos Santos Pereira
Código Identificador:CF1BC073

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RODOLFO FERNANDES

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 13030002/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 91009/2026

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Registro de Preços para eventual e futura Aquisição de medicamentos psicotrópicos destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Rodolfo Fernandes/RN, visando garantir o fornecimento contínuo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

BASE LEGAL: Lei n° 14.133/2021 e alterações posteriores.

LICITANTES VENCEDORES, ITENS E VALORES HOMOLOGADOS:

DISTRIMIX DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – CNPJ: 01.417.694/0001-20					
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**UNIDADE DE MEDIDA**	**QUANTIDADE**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL POR ITEM**
3	ALPRAZOLAM 2MG	COMPRIMIDO	12.000	R$ 0,194	R$ 2.328,00
9	BROMAZEPAM 6MG	COMPRIMIDO	25.000	R$ 0,154	R$ 3.850,00
10	CARBAMAZEPINA, 200 MG	COMPRIMIDO	10.000	R$ 0,160	R$ 1.600,00
11	CARBONATO DE LÍTIO, 300 MG	COMPRIMIDO	10.000	R$ 0,293	R$ 2.930,00

13	CLONAZEPAM, 0,5 MG	COMPRIMIDO	25.000	R$ 0,062	R$ 1.550,00
15	CLONAZEPAM, 2,5 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL – GOTAS, FRASCO COM 20ML.	FRASCO	400	R$ 2,454	R$ 981,60
22	DIAZEPAM, 10 MG	COMPRIMIDO	35.000	R$ 0,044	R$ 1.540,00
23	DIAZEPAM, 5 MG	COMPRIMIDO	20.000	R$ 0,044	R$ 880,00
25	FENITOINA 100MG COMP	COMPRIMIDO	20.000	R$ 0,175	R$ 3.500,00
29	FLUOXETINA, 20 MG	COMPRIMIDO	30.000	R$ 0,062	R$ 1.860,00
43	RISPERIDONA, 1 MG	COMPRIMIDO	8.000	R$ 0,090	R$ 720,00
44	RISPERIDONA, 1 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL, COM PIPETA DOSADORA – 30 ML	FRASCO	2.000	R$ 12,054	R$ 24.108,00
46	RISPERIDONA, 3 MG	COMPRIMIDO	10.000	R$ 0,127	R$ 1.270,00
47	SERTRALINA CLORIDRATO, 50 MG	COMPRIMIDO	30.000	R$ 0,099	R$ 2.970,00
48	TRAMADOL CLORIDRATO, 50 MG	COMPRIMIDO	20.000	R$ 0,155	R$ 3.100,00
49	VALPROATO DE SÓDIO 50 MG/ML, XAROPE – FRASCO COM 100 ML	FRASCO	2.000	R$ 6,027	R$ 12.054,00
50	VALPROATO DE SÓDIO, 500 MG	COMPRIMIDO	20.000	R$ 0,660	R$ 13.200,00
52	ESCITALOPRAM, OXALATO 10 MG	COMPRIMIDO	25.000	R$ 0,113	R$ 2.825,00
54	QUETIAPINA 25 MG, COMPRIMIDO REVESTIDO	COMPRIMIDO	5.000	R$ 0,148	R$ 740,00
57	SERTRALINA, CLORIDRATO, 100 MG	COMPRIMIDO	20.000	R$ 0,301	R$ 6.020,00
64	GABAPENTINA, 300 MG	COMPRIMIDO	10.000	R$ 0,255	R$ 2.550,00
65	GABAPENTINA, 400 MG	FRASCO	10.000	R$ 0,374	R$ 3.740,00
VALOR TOTAL:					**R$ 94.316,60**

PANORAMA COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E FARMACÊUTICOS LTDA – CNPJ: 01.722.296/0001-17					
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**UNIADE DE MEDIDA**	**QUANTIDADE**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL POR ITEM**
1	ALPRAZOLAM 0,5MG	COMPRIMIDO	15.000	R$ 0,070	R$ 1.050,000
4	AMITRIPTILINA CLORIDRATO, 10 MG	COMPRIMIDO	5.000	R$ 0,520	R$ 2.600,000
7	BIPERIDENO 2MG	COMPRIMIDO	6.000	R$ 0,320	R$ 1.920,000
8	BROMAZEPAM 3MG	COMPRIMIDO	30.000	R$ 0,100	R$ 3.000,000
14	CLONAZEPAM, 2 MG.	COMPRIMIDO	30.000	R$ 0,050	R$ 1.500,000
16	CLORIDRATO DE BUPROPIONA, 150MG	COMPRIMIDO	5.000	R$ 0,320	R$ 1.600,000
17	CARBAMAZEPINA, 400 MG	COMPRIMIDO	10.000	R$ 0,530	R$ 5.300,000
18	CARBAMAZEPINA, 20 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL – FRASCO COM 100 ML.	FRASCO	300	R$ 8,300	R$ 2.490,000
19	CLORPROMAZINA, 100 MG	COMPRIMIDO	10.000	R$ 0,320	R$ 3.200,000
20	CLORPROMAZINA, 25 MG	COMPRIMIDO	10.000	R$ 0,350	R$ 3.500,000
27	FENOBARBITAL SÓDICO, 40 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL – GOTAS, FRASCO COM 20 ML	FRASCO	500	R$ 5,250	R$ 2.625,000
31	HALOPERIDOL, 2MG/ML, SOLUÇÃO ORAL GOTAS 20ML	FRASCO	350	R$ 3,600	R$ 1.260,000
32	HALOPERIDOL, 5 MG	COMPRIMIDO	10.000	R$ 0,130	R$ 1.300,000
34	LEVOMEPROMAZINA, 100 MG	COMPRIMIDO	9.000	R$ 0,800	R$ 7.200,000
36	LORAZEPAM, 2 MG	COMPRIMIDO	10.000	R$ 0,120	R$ 1.200,000
37	NORTRIPTILINA CLORIDRATO, 25 MG	CAPSULA	10.000	R$ 0,320	R$ 3.200,000
38	NORTRIPTILINA CLORIDRATO, 50 MG	CAPSULA	10.000	R$ 0,670	R$ 6.700,000
39	PARACETAMOL, ASSOCIADO COM CODEÍNA, 500 MG 30 MG	COMPRIMIDO	10.000	R$ 0,530	R$ 5.300,000
40	PAROXETINA CLORIDRATO, 20 MG	COMPRIMIDO	7.000	R$ 0,210	R$ 1.470,000
41	PREGABALINA, 75 MG	CAPSULA	30.000	R$ 0,230	R$ 6.900,000
42	PREGABALINA, 150 MG	COMPRIMIDO	10.000	R$ 0,390	R$ 3.900,000
51	ESCITALOPRAM, OXALATO 20 MG	COMPRIMIDO	40.000	R$ 0,170	R$ 6.800,000
55	QUETIAPINA 50 MG, COMPRIMIDO REVESTIDO	COMPRIMIDO	10.000	R$ 5,500	R$ 55.000,000
56	QUETIAPINA 100 MG, COMPRIMIDO REVESTIDO	COMPRIMIDO	10.000	R$ 0,390	R$ 3.900,000
58	DIVALPROATO DE SÓDIO 250 MG	COMPRIMIDO	10.000	R$ 1,250	R$ 12.500,000
59	VENLAFAXINA 75 MG, CÁPSULA OU COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA	CAPSULA	20.000	R$ 0,460	R$ 9.200,000
60	VENLAFAXINA 150 MG, CÁPSULA OU COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA	CAPSULA	20.000	R$ 1,260	R$ 25.200,000
63	TOPIRAMATO, 100 MG	COMPRIMIDO	10.000	R$ 0,310	R$ 3.100,000
66	ARIPIPRAZOL 1MG/ML SUSPENSÃO ORAL 150ML	FRASCO	800	R$ 214,000	R$ 171.200,000
67	LEVETIRACETAM, 100 MG/ML.	FRASCO	300	R$ 79,000	R$ 23.700,000
VALOR TOTAL:					**R$ 377.815,000**

ITENS FRACASSADOS			
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**UNIDADE DE MEDIDA**	**VALOR UNITÁRIO**
2	ALPRAZOLAM 1MG	COMPRIMIDO	FRACASSADO
5	AMITRIPTILINA CLORIDRATO, 25MG	COMPRIMIDO	FRACASSADO
6	AMITRIPTILINA CLORIDRATO, 75 MG.	COMPRIMIDO	FRACASSADO
12	CITALOPRAM 20MG	COMPRIMIDO	FRACASSADO
21	CLORPROMAZINA, 40 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL – GOTAS – 20 ML	FRASCO	FRACASSADO
24	DIVALPROATO DE SÓDIO, 500 MG	COMPRIMIDO	FRACASSADO
26	FENOBARBITAL SÓDICO, 100MG	COMPRIMIDO	FRACASSADO
28	FLUOXETINA, 10 MG	CAPSULA	FRACASSADO
30	HALOPERIDOL 1 MG	COMPRIMIDO	FRACASSADO
33	LEVOMEPROMAZINA 40 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL – FRASCO COM 20 ML	FRASCO	FRACASSADO
35	LEVOMEPROMAZINA, 25 MG	COMPRIMIDO	FRACASSADO
45	RISPERIDONA, 2 MG	COMPRIMIDO	FRACASSADO
53	PARACETAMOL 325 MG TRAMADOL 37,5 MG, COMPRIMIDO REVESTIDO	COMPRIMIDO	FRACASSADO
61	PERICIAZINA 10 MG/ML 10), SOLUÇÃO ORAL GOTAS, FRASCO COM 20 ML	FRASCO	FRACASSADO
62	PERICIAZINA 40 MG/ML 40), SOLUÇÃO ORAL GOTAS, FRASCO COM 20 ML	FRASCO	FRACASSADO

Valor final do certame R$ 472.131,60 (quatrocentos e setenta e dois mil, cento e trinta e um e sessenta reais e sessenta centavos).

HOMOLOGAÇÃO: Declinado o direito de recorrer e considerada aceitável a melhor proposta, por atender as exigências do Edital e ofertar preço compatível com o praticado pelo Mercado, o Pregoeiro declarou vencedoras do certame as licitantes acima citadas e seus respectivos ITENS com o valor total, conforme já especificado, e a Autoridade superior decidiu HOMOLOGAR em favor das licitantes o objeto da licitação em epígrafe, com base legal no Art. 71, Inciso IV da Lei n° 14.133/2021.

Ficam convocados os licitantes vencedores para, no prazo estabelecido no instrumento convocatório, procederem à assinatura da respectiva Ata de Registro de Preços – ARP, nos termos da legislação vigente e das condições estabelecidas no edital. A respectiva Ata de Registro de Preços também será encaminhada, por meio eletrônico, ao endereço de e-mail informado pela empresa, para fins de assinatura. Demais informações, esclarecimentos e eventuais dúvidas poderão ser obtidos junto ao Setor de Contratações do Município, por meio do endereço eletrônico oficial: licitacao@rodolfofernandes.rn.gov.br.

Rodolfo Fernandes/RN, 08 de junho de 2026.

ANA CLÁUDIA ALMEIDA CAVALCANTE
Prefeita Municipal

Publicado por:
Larissa Maria Caroca Carneiro
Código Identificador:C1EFD86C

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 13030002/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 91009/2026

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Registro de Preços para eventual e futura Aquisição de medicamentos psicotrópicos destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Rodolfo Fernandes/RN, visando garantir o fornecimento contínuo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

BASE LEGAL: Lei n° 14.133/2021 e alterações posteriores.

LICITANTES VENCEDORES, ITENS E VALORES ADJUDICADOS:

DISTRIMIX DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – CNPJ: 01.417.694/0001-20					
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**UNIDADE DE MEDIDA**	**QUANTIDADE**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL POR ITEM**
3	ALPRAZOLAM 2MG	COMPRIMIDO	12.000	R$ 0,194	R$ 2.328,00
9	BROMAZEPAM 6MG	COMPRIMIDO	25.000	R$ 0,154	R$ 3.850,00
10	CARBAMAZEPINA, 200 MG	COMPRIMIDO	10.000	R$ 0,160	R$ 1.600,00
11	CARBONATO DE LÍTIO, 300 MG	COMPRIMIDO	10.000	R$ 0,293	R$ 2.930,00
13	CLONAZEPAM, 0,5 MG	COMPRIMIDO	25.000	R$ 0,062	R$ 1.550,00
15	CLONAZEPAM, 2,5 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL – GOTAS, FRASCO COM 20ML.	FRASCO	400	R$ 2,454	R$ 981,60
22	DIAZEPAM, 10 MG	COMPRIMIDO	35.000	R$ 0,044	R$ 1.540,00
23	DIAZEPAM, 5 MG	COMPRIMIDO	20.000	R$ 0,044	R$ 880,00
25	FENITOINA 100MG COMP	COMPRIMIDO	20.000	R$ 0,175	R$ 3.500,00
29	FLUOXETINA, 20 MG	COMPRIMIDO	30.000	R$ 0,062	R$ 1.860,00
43	RISPERIDONA, 1 MG	COMPRIMIDO	8.000	R$ 0,090	R$ 720,00
44	RISPERIDONA, 1 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL, COM PIPETA DOSADORA – 30 ML	FRASCO	2.000	R$ 12,054	R$ 24.108,00
46	RISPERIDONA, 3 MG	COMPRIMIDO	10.000	R$ 0,127	R$ 1.270,00
47	SERTRALINA CLORIDRATO, 50 MG	COMPRIMIDO	30.000	R$ 0,099	R$ 2.970,00
48	TRAMADOL CLORIDRATO, 50 MG	COMPRIMIDO	20.000	R$ 0,155	R$ 3.100,00
49	VALPROATO DE SÓDIO 50 MG/ML, XAROPE – FRASCO COM 100 ML	FRASCO	2.000	R$ 6,027	R$ 12.054,00
50	VALPROATO DE SÓDIO, 500 MG	COMPRIMIDO	20.000	R$ 0,660	R$ 13.200,00
52	ESCITALOPRAM, OXALATO 10 MG	COMPRIMIDO	25.000	R$ 0,113	R$ 2.825,00
54	QUETIAPINA 25 MG, COMPRIMIDO REVESTIDO	COMPRIMIDO	5.000	R$ 0,148	R$ 740,00
57	SERTRALINA, CLORIDRATO, 100 MG	COMPRIMIDO	20.000	R$ 0,301	R$ 6.020,00
64	GABAPENTINA, 300 MG	COMPRIMIDO	10.000	R$ 0,255	R$ 2.550,00
65	GABAPENTINA, 400 MG	FRASCO	10.000	R$ 0,374	R$ 3.740,00
VALOR TOTAL:					**R$ 94.316,60**

PANORAMA COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E FARMACÊUTICOS LTDA – CNPJ: 01.722.296/0001-17					
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**UNIADE DE MEDIDA**	**QUANTIDADE**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL POR ITEM**
1	ALPRAZOLAM 0,5MG	COMPRIMIDO	15.000	R$ 0,070	R$ 1.050,000
4	AMITRIPTILINA CLORIDRATO, 10 MG	COMPRIMIDO	5.000	R$ 0,520	R$ 2.600,000
7	BIPERIDENO 2MG	COMPRIMIDO	6.000	R$ 0,320	R$ 1.920,000
8	BROMAZEPAM 3MG	COMPRIMIDO	30.000	R$ 0,100	R$ 3.000,000
14	CLONAZEPAM, 2 MG.	COMPRIMIDO	30.000	R$ 0,050	R$ 1.500,000
16	CLORIDRATO DE BUPROPIONA, 150MG	COMPRIMIDO	5.000	R$ 0,320	R$ 1.600,000
17	CARBAMAZEPINA, 400 MG	COMPRIMIDO	10.000	R$ 0,530	R$ 5.300,000
18	CARBAMAZEPINA, 20 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL – FRASCO COM 100 ML.	FRASCO	300	R$ 8,300	R$ 2.490,000
19	CLORPROMAZINA, 100 MG	COMPRIMIDO	10.000	R$ 0,320	R$ 3.200,000
20	CLORPROMAZINA, 25 MG	COMPRIMIDO	10.000	R$ 0,350	R$ 3.500,000
27	FENOBARBITAL SÓDICO, 40 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL – GOTAS, FRASCO COM 20 ML	FRASCO	500	R$ 5,250	R$ 2.625,000

31	HALOPERIDOL, 2MG/ML, SOLUÇÃO ORAL GOTAS 20ML	FRASCO	350	R$ 3,600	R$ 1.260,000
32	HALOPERIDOL, 5 MG	COMPRIMIDO	10.000	R$ 0,130	R$ 1.300,000
34	LEVOMEPROMAZINA, 100 MG	COMPRIMIDO	9.000	R$ 0,800	R$ 7.200,000
36	LORAZEPAM, 2 MG	COMPRIMIDO	10.000	R$ 0,120	R$ 1.200,000
37	NORTRIPTILINA CLORIDRATO, 25 MG	CAPSULA	10.000	R$ 0,320	R$ 3.200,000
38	NORTRIPTILINA CLORIDRATO, 50 MG	CAPSULA	10.000	R$ 0,670	R$ 6.700,000
39	PARACETAMOL, ASSOCIADO COM CODEÍNA, 500 MG 30 MG	COMPRIMIDO	10.000	R$ 0,530	R$ 5.300,000
40	PAROXETINA CLORIDRATO, 20 MG	COMPRIMIDO	7.000	R$ 0,210	R$ 1.470,000
41	PREGABALINA, 75 MG	CAPSULA	30.000	R$ 0,230	R$ 6.900,000
42	PREGABALINA, 150 MG	COMPRIMIDO	10.000	R$ 0,390	R$ 3.900,000
51	ESCITALOPRAM, OXALATO 20 MG	COMPRIMIDO	40.000	R$ 0,170	R$ 6.800,000
55	QUETIAPINA 50 MG, COMPRIMIDO REVESTIDO	COMPRIMIDO	10.000	R$ 5,500	R$ 55.000,000
56	QUETIAPINA 100 MG, COMPRIMIDO REVESTIDO	COMPRIMIDO	10.000	R$ 0,390	R$ 3.900,000
58	DIVALPROATO DE SÓDIO 250 MG	COMPRIMIDO	10.000	R$ 1,250	R$ 12.500,000
59	VENLAFAXINA 75 MG, CÁPSULA OU COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA	CAPSULA	20.000	R$ 0,460	R$ 9.200,000
60	VENLAFAXINA 150 MG, CÁPSULA OU COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA	CAPSULA	20.000	R$ 1,260	R$ 25.200,000
63	TOPIRAMATO, 100 MG	COMPRIMIDO	10.000	R$ 0,310	R$ 3.100,000
66	ARIPIPRAZOL 1MG/ML SUSPENSÃO ORAL 150ML	FRASCO	800	R$ 214,000	R$ 171.200,000
67	LEVETIRACETAM, 100 MG/ML.	FRASCO	300	R$ 79,000	R$ 23.700,000
VALOR TOTAL:					**R$ 377.815,000**

ITENS FRACASSADOS			
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**UNIDADE DE MEDIDA**	**VALOR UNITÁRIO**
2	ALPRAZOLAM 1MG	COMPRIMIDO	FRACASSADO
5	AMITRIPTILINA CLORIDRATO, 25MG	COMPRIMIDO	FRACASSADO
6	AMITRIPTILINA CLORIDRATO, 75 MG.	COMPRIMIDO	FRACASSADO
12	CITALOPRAM 20MG	COMPRIMIDO	FRACASSADO
21	CLORPROMAZINA, 40 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL – GOTAS – 20 ML	FRASCO	FRACASSADO
24	DIVALPROATO DE SÓDIO, 500 MG	COMPRIMIDO	FRACASSADO
26	FENOBARBITAL SÓDICO, 100MG	COMPRIMIDO	FRACASSADO
28	FLUOXETINA, 10 MG	CAPSULA	FRACASSADO
30	HALOPERIDOL 1 MG	COMPRIMIDO	FRACASSADO
33	LEVOMEPROMAZINA 40 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL – FRASCO COM 20 ML	FRASCO	FRACASSADO
35	LEVOMEPROMAZINA, 25 MG	COMPRIMIDO	FRACASSADO
45	RISPERIDONA, 2 MG	COMPRIMIDO	FRACASSADO
53	PARACETAMOL 325 MG TRAMADOL 37,5 MG, COMPRIMIDO REVESTIDO	COMPRIMIDO	FRACASSADO
61	PERICIAZINA 10 MG/ML 10), SOLUÇÃO ORAL GOTAS, FRASCO COM 20 ML	FRASCO	FRACASSADO
62	PERICIAZINA 40 MG/ML 40), SOLUÇÃO ORAL GOTAS, FRASCO COM 20 ML	FRASCO	FRACASSADO

Valor final do certame R$ 472.131,60 (quatrocentos e setenta e dois mil, cento e trinta e um e sessenta reais e sessenta centavos).

ADJUDICAÇÃO: Declinado o direito de recorrer e considerada aceitável a melhor proposta, por atender as exigências do Edital e ofertar preço compatível com o praticado pelo Mercado, o Pregoeiro declarou vencedoras do certame as licitantes acima citadas e seus respectivos ITENS com o valor total, conforme já especificado, e a Autoridade superior decidiu adjudicar em favor das licitantes o objeto da licitação em epígrafe, com base legal no Art. 71, Inciso IV da Lei n° 14.133/2021.

Rodolfo Fernandes/RN, 08 de junho de 2026.

ANA CLÁUDIA ALMEIDA CAVALCANTE
Prefeita Municipal

Publicado por:
Larissa Maria Caroca Carneiro
Código Identificador:3A1A9AFB

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 005/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20250235/2026 (REPUBLICADO POR INCORREÇÃO)

RESULTADO PARCIAL DE HABILITAÇÃO E CREDENCIAMENTO

O MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ/RN, por intermédio da Agente de Contratação designada, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no **Edital de Credenciamento nº 005/2026**, torna público o **RESULTADO PARCIAL DA PRIMEIRA JANELA DE ANÁLISE** dos pedidos de credenciamento apresentados para a prestação, sob demanda, de serviços de transporte de passageiros, mediante disponibilização de veículos de passeio, veículos com capacidade ampliada, vans, micro-ônibus e ônibus, com condutor, combustível, manutenção, seguros e demais despesas operacionais incluídas, destinados aos deslocamentos previstos no instrumento convocatório. A análise dos pedidos foi realizada em conformidade com as exigências estabelecidas no Edital, especialmente quanto à documentação de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e declarações exigidas, bem como à conformidade da proposta e da Declaração de Aceitação dos Preços de Referência. Nos termos do item 4.8.2 do Edital, a primeira análise abrange os requerimentos e documentos apresentados até o encerramento da primeira janela de análise. Concluída a análise, os interessados regularmente habilitados passam a integrar as respectivas listas

de rodízio, observados os itens para os quais tenham sido habilitados. Após análise da documentação apresentada, **DECLARAM-SE HABILITADOS E CREDENCIADOS**, para os respectivos itens pleiteados e nos termos do Edital, os seguintes interessados:

Nº	CREDENCIADO	CNPJ	SITUAÇÃO
01	JOAO MARIA PONTES DA SILVA	61.337.579/0001-77	HABILITADO/CREDENCIADO
02	VADINHO TUR LTDA	32.061.033/0001-38	HABILITADO/CREDENCIADO
03	FRANCISCO DE ASSIS PONTES	60.930.722/0001-77	HABILITADO/CREDENCIADO
04	ERIBERTO MACEDO DA SILVA	61.057.430/0001-34	HABILITADO/CREDENCIADO
05	NILTON CEZAR RODRIGUES BEZERRA	61.115.505/0001-96	HABILITADO/CREDENCIADO
06	MARIA T DA SILVA	62.012.327/0001-30	HABILITADO/CREDENCIADO
07	MAGNUS AUGUSTO CORTES DE CARVALHO	60.996.090/0001-44	HABILITADO/CREDENCIADO
08	JOSINALDO VIANA PEREIRA	61.882.828/0001-05	HABILITADO/CREDENCIADO
09	JOAO BATISTA DOS SANTOS	23.279.765/0001-08	HABILITADO/CREDENCIADO
10	EDVAN DE OLIVEIRA PEREIRA	61.020.320/0001-06	HABILITADO/CREDENCIADO
11	MARIA EDMARA PEREIRA DA SILVA	68.871.836/0001-03	HABILITADO/CREDENCIADO
12	JOSE DIEGO DE SOUZA DAMASCENO	59.161.800/0001-37	HABILITADO/CREDENCIADO
13	RAIMUNDO DE LIMA SANTOS	59.662.442/0001-46	HABILITADO/CREDENCIADO
14	JOSE JANIEDSON DE OLIVEIRA FERNANDES	61.896.648/0001-82	HABILITADO/CREDENCIADO
15	IVAN BRANDÃO DE AZEVEDO	40.968.826/0001-63	HABILITADO/CREDENCIADO
16	ANILTON TEIXEIRA DA SILVA	61.033.526/0001-62	HABILITADO/CREDENCIADO
17	JOSE CLAUDINO COSTA DE SOUZA	54.870.437/0001-05	HABILITADO/CREDENCIADO
18	ALAN AMARANTE FERNANDES	44.886.954/0001-19	HABILITADO/CREDENCIADO
19	JOSE NILTON DOS SANTOS	36.713.192/0001-20	HABILITADO/CREDENCIADO
20	M CONFESSOR DA SILVA	61.030.158/0001-07	HABILITADO/CREDENCIADO
21	LUIZ ERIBALDO FERREIRA CAMPOS	18.273.525/0001-66	HABILITADO/CREDENCIADO
22	ROBERTO CIANCIO DE SOUZA	53.385.393/0001-65	HABILITADO/CREDENCIADO
23	LEANDRO FARIAS DE MEDEIROS	60.931.184/0001-35	HABILITADO/CREDENCIADO
24	JOSE CANDIDO PEREIRA	52.764.112/0001-12	HABILITADO/CREDENCIADO
25	FRANCISCA FERREIRA DO NASCIMENTO	61.040.269/0001-96	HABILITADO/CREDENCIADO
26	PEDRO RODRIGUES DA SILVA	61.057.549/0001-07	HABILITADO/CREDENCIADO
27	BRUNO CEZAR CONFESSOR	63.564.560/0001-99	HABILITADO/CREDENCIADO
28	JOSE IRANILDO PEREIRA DA SILVA	61.004.902/0001-90	HABILITADO/CREDENCIADO
29	LUIZ PEREIRA DE OLIVEIRA	61.805.058/0001-05	HABILITADO/CREDENCIADO
30	ANTONIO VIEIRA DA SILVA	61.027.811/0001-70	HABILITADO/CREDENCIADO
31	GERALDO FERNANDES DA SILVA	61.026.567/0001-21	HABILITADO/CREDENCIADO
32	FRANCISCO RICARDO FERREIRA DE PONTES	49.340.397/0001-50	HABILITADO/CREDENCIADO
33	FRANCISCO JANAILSON DE SOUZA FERREIRA	61.439.242/0001-70	HABILITADO/CREDENCIADO
34	J C DA COSTA	59.459.747/0001-55	HABILITADO/CREDENCIADO
35	J B DA COSTA	61.062.169/0001-60	HABILITADO/CREDENCIADO
36	JOSE JAILSON DE MEDEIROS	61.148.773/0001-04	HABILITADO/CREDENCIADO
37	EMANOEL FREIRE DA SILVA	61.016.862/0001-05	HABILITADO/CREDENCIADO
38	JOSE GILVAN BEZERRA FERREIRA	60.972.117/0001-69	HABILITADO/CREDENCIADO
39	LEONARDO CAIO SOARES DOS SANTOS	60.365.891/0001-01	HABILITADO/CREDENCIADO
40	JOAO FERREIRA SOBRINHO	68.849.163/0001-87	HABILITADO/CREDENCIADO
41	CARLOS JEAN PEREIRA DA LUZ	61.293.011/0001-00	HABILITADO/CREDENCIADO
42	SIMONY DA SILVA FERREIRA	61.146.990/0001-65	HABILITADO/CREDENCIADO
43	GENIVAL BEZERRA DA SILVA	61.077.372/0001-00	HABILITADO/CREDENCIADO
44	JOALISON EDIMAR DE OLIVEIRA CONFESSOR	60.996.447/0001-94	HABILITADO/CREDENCIADO
45	GENIVAL BEZERRA DA SILVA FILHO	61.085.341/0001-00	HABILITADO/CREDENCIADO
46	FRANCISCO DE ASSIS RIBEIRO	61.111.607/0001-33	HABILITADO/CREDENCIADO
47	JOSUE DA FONSECA NUNES	61.057.265/0001-10	HABILITADO/CREDENCIADO
48	MARIA DA GUIA JERONIMO DE SOUZA	61.017.258/0001-95	HABILITADO/CREDENCIADO
49	EDMILSON DA CRUZ SOUZA	30.671.017/0001-31	HABILITADO/CREDENCIADO
50	RAISSA JAMILY DOS SANTOS SILVA	65.606.231/0001-99	HABILITADO/CREDENCIADO
51	JOSE DEIVID DE SOUZA DAMASCENO	59.159.841/0001-99	HABILITADO/CREDENCIADO
52	MARIA LUCIENE DE FREITAS PENHA	61.030.238/0001-54	HABILITADO/CREDENCIADO
53	FRANCISCO EMIDIO DA SILVA	68.875.834/0001-84	HABILITADO/CREDENCIADO
54	ARTHUR JULIAO DOS SANTOS	61.149.390/0001-50	HABILITADO/CREDENCIADO
55	VIVIANE FONSECA DE OLIVEIRA SILVA	61.150.890/0001-02	HABILITADO/CREDENCIADO
56	DEVED RAÍ DA SILVA	61.030.044/0001-59	HABILITADO/CREDENCIADO
57	JUCIEL ANTERO BARBOSA	60.938.419/0001-10	HABILITADO/CREDENCIADO
58	JOSE WILTON DE SOUZA LIRA	61.480.495/0001-98	HABILITADO/CREDENCIADO
59	JUVENAL FRANKLIN BARROS DA SILVA	59.011.453/0001-66	HABILITADO/CREDENCIADO
60	F F B COSTA	61.031.642/0001-42	HABILITADO/CREDENCIADO
61	JOAO BATISTA DA SILVA	61.187.369/0001-40	HABILITADO/CREDENCIADO
62	ADRIANO VALCACIO DA SILVA	61.085.210/0001-14	HABILITADO/CREDENCIADO
63	MARIA APARECIDA PINHEIRO DA SILVA	58.450.761/0001-25	HABILITADO/CREDENCIADO
64	FRANKLIM CELIMAR DE OLIVEIRA LOPES	24.874.419/0001-30	HABILITADO/CREDENCIADO
65	FRANCISCO EUFRAZIO BETO	61.133.569/0001-10	HABILITADO/CREDENCIADO
66	AILTON SILVA DE FRANÇA	61.166.570/0001-40	HABILITADO/CREDENCIADO
67	FRANCISCO GUSTAVO CONFESSOR	61.057.658/0001-24	HABILITADO/CREDENCIADO
68	JOSEILTON DOS SANTOS SILVA	69.056.782/0001-87	HABILITADO/CREDENCIADO
69	C C S PONTES	61.106.135/0001-20	HABILITADO/CREDENCIADO
70	LUANA KARYNE PONTES	61.267.617/0001-62	HABILITADO/CREDENCIADO

1. DA HABILITAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

Os interessados relacionados acima foram considerados **habilitados e credenciados**, após a análise da documentação apresentada e a verificação do atendimento às condições estabelecidas no Edital de Credenciamento nº 005/2026. O credenciamento possui natureza **não excludente**, inexistindo competição entre os interessados por menor preço, maior desconto ou outro critério de classificação. Dessa forma, a presente relação não constitui classificação ou ordenação de vencedores, mas tão somente a relação dos interessados que atenderam aos requisitos estabelecidos no instrumento convocatório. Os credenciados ficam aptos a futuras contratações, quando convocados pela Administração, observados os itens para os quais tenham sido habilitados, a necessidade administrativa, a disponibilidade do prestador e as demais condições estabelecidas no Edital e no Termo de Referência.

2. DA FORMAÇÃO DAS LISTAS DE RODÍZIO

Os credenciados habilitados na primeira janela de análise integrarão as listas iniciais de rodízio dos respectivos itens, observada a ordem cronológica dos pedidos de credenciamento regularmente deferidos. A distribuição das Ordens de Serviço observará critérios objetivos, impessoais, transparentes

e previamente definidos, mediante rodízio sequencial entre os credenciados integrantes da respectiva lista, conforme estabelecido no item 14 do Edital.
A celebração do credenciamento não assegura exclusividade, faturamento mínimo, quantidade mínima de viagens ou preferência permanente na distribuição das demandas.

3. DOS RECURSOS
Nos termos do item 10.1 do Edital de Credenciamento nº 005/2026, da presente decisão referente à habilitação ou inabilitação caberá recurso no prazo de **03 (três) dias úteis**, contado da publicação da respectiva relação de habilitados, inabilitados e credenciados. Os recursos deverão ser protocolados presencialmente na Secretaria Municipal de Licitações e Contratos, dirigidos à Agente de Contratação, podendo, alternativamente, ser encaminhados por meio eletrônico ao endereço **licitacoes@santacruz.rn.gov.br**, conforme estabelecido no Edital. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos, observadas as demais disposições previstas no item 10 do instrumento convocatório.

4. DA CONTINUIDADE DO CREDENCIAMENTO
A publicação do presente resultado parcial não encerra o recebimento de novos pedidos de credenciamento. Durante toda a vigência do Edital, permanecerá assegurada a apresentação de novos pedidos pelos interessados que atendam integralmente às exigências do instrumento convocatório, os quais serão analisados na janela subsequente, conforme a sistemática estabelecida no item 4.8 do Edital. A lista de credenciados será permanentemente atualizada, com a inclusão dos novos prestadores regularmente habilitados nas respectivas listas de rodízio.

5. DA PUBLICAÇÃO
O presente Resultado Parcial será publicado no **Diário Oficial dos Municípios**, divulgado no **Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP** e disponibilizado no sítio eletrônico do Município de Santa Cruz/RN, em observância ao item 15 do Edital de Credenciamento nº 005/2026.

Santa Cruz/RN, 16 de setembro de 2026.

KARLA PATRICIA DOS SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Patrícia Valéria Florentino de Pontes
Código Identificador:1E2EABF8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 043/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3207/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE SANTANA DO MATOS/RN**, POR INTERMÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS/RN, E A PESSOA JURÍDICA ELENCADA NA CLÁUSULA SEGUNDA DESTA ATA, TENDO POR OBJETO O ***REGISTRO DE PREÇO VISANDO A FUTURA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DURÁVEIS E DIAGNÓSTICO DESTINADO AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E HOSPITAL DR. CLÓVIS AVELINO.***

O MUNICÍPIO DE SANTANA DO MATOS/RN inscrito no CNPJ/MF sob nº **08.110.439/0001- 89**, com sede na Rua Manoel Américo de Carvalho, nº 56 – Centro – CEP 59.520-000, por intermédio do Prefeito Municipal, o Sr. Claylton Ângelo Pinheiro da Silveira, brasileiro, separado, portador de RG sob nº **.467.*** - SSP/SP, e inscrito no CPF sob nº ***.079.094-**, residente na Rua Dr. Aprigio Câmara, S/N – Centro – Santana do Matos/RN - CEP 59.520-000, doravante denominada **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e de outro lado à empresa **DELTA SHOP – DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 19.316.524/0001-14, com sede na Rua Gomecindo Pagnussat, 150, sala 01 – Centro – Barão de Cotegipe/RS – CEP 99.740-000, neste ato representada pelo Sr. Cassiano Tiago Chies, brasileiro, casado, sócio diretor, portador do RG sob nº **90008*** – SJS/RS, inscrito no CPF sob nº ***.466.120-**, residente e domiciliado à Rua Gomecindo Pagnussat, 100 – Centro – Barão de Cotegipe/RS – CEP 99.740-000, doravante denominada **CONTRATADA** e seus valores registrados na cláusula segunda desta ata, considerando o julgamento da licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 015/2026**, bem como a classificação das propostas e a respectiva homologação do pregão eletrônico, resolvem registrar os preços da empresa, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alcançada por lote, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta ata de registro de preços, para formação do sistema de registro de preços destinado à aquisições futuras sujeitando-se as partes às normas constantes da lei, decretos e portarias supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

DO OBJETO.

A presente Ata de Registro de Preço tem por objeto a ***FUTURA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DURÁVEIS E DIAGNÓSTICO DESTINADO AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E HOSPITAL DR. CLÓVIS AVELINO,*** que é parte integrante desta ATA, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.
Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

EMPRESA: DELTA SHOP - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA						
CNPJ: 19.316.524/0001-14						
ENDEREÇO: Rua Gomecindo Pagnussat, 150, sala 01 – Centro – Barão de Cotegipe/RS – CEP 99.740-000.						
ITENS	**DESCRIÇÃO**	**MARCA**	**UNID**	**QTD**	**VALOR UNITARIO**	**VALOR TOTAL**
0013	**CAIXA TERMICA** com termômetro digital 5 litros, 19.5 x 26 x 20.5, alça em polipropileno	6 Litros	UN	9	R$ 248,63	R$ 2.237,67
0024	**ESTOJO DE INOX** 18x8x3	Flexinox	UN	15	R$ 134,45	R$ 2.016,75
0037	**MATERIAIS PARA PRANCHA** APH - jogo de cintos para prancha de resgate polipropileno - conjunto com 3 peças (cores: preto, amarelo e vermelho).	Resgate SP	UN	2	R$ 945,00	R$ 1.890,00
0045	**PINCA ANATOMICA** dente de rato 16 cm	Richards	UN	30	R$ 15,90	R$ 477,00

0046	**PINCA ANATOMICA** disseccao 14	Richards	UN	30	R$ 16,13	R$ 483,90
0050	**PINCAS HALSTED** mosquito curva	Richards	UN	30	R$ 26,30	R$ 789,00
0052	**PORTA AGULHA** de mayo hegar 16 cm	Richards	UN	15	R$ 32,35	R$ 485,25
0057	**TERMOMETRO DIGITAL** flexível, ponta flexível emborrachada, resistente a água, visor digital, bateria de longa duração	Digital	UN	20	R$ 34,90	R$ 698,00
0059	**TESOURA CIRURGICA** em aço inoxidável fina/fina reta 15cm	Richards	UN	18	R$ 26,60	R$ 478,80

VALOR TOTAL: R$ 9.556,37(nove mil quinhentos e cinquenta e seis reais e trinta e sete centavos).
A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação

VALIDADE DA ATA.
A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos do Art. 84, da Lei Federal nº 14.133/21.
O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
O instrumento contratual de que trata o item 4.1.1 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

DA REVISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO.
Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS.
O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado; ou
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 6.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado.

DAS PENALIDADES.
O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.
É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 155, da Lei Federal nº 14.133/2021), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.
O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CONDIÇÕES GERAIS.
As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02(duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Santana do Matos/RN, 10 de setembro de 2026.

Município Santana Do Matos/RN	Delta Shop – Distribuidora De Produtos Hospitalares LTDA
CNPJ/MF sob nº 08.110.439/0001-89	CNPJ/MF sob nº 19.316.524/0001-14
CLAYLTON ÂNGELO PINHEIRO DA SILVEIRA	***CASSIANO TIAGO CHIES***
CPF sob nº ***.079.094-**	CPF sob nº ***.466.120-**
Órgão Gerenciador	Representante Legal

Publicado por:
Monica Paula da Silva de Assis
Código Identificador:0EFC34BA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
RESULTADO PROVISÓRIO DA HABILITAÇÃO - EDITAL Nº 004/2026

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER EDITAL Nº 004/2026 – PRÊMIOS CULTURAIS
DISPÕE SOBRE O RESULTADO PROVISÓRIO DA HABILITAÇÃO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2026 – PREMIAÇÕES CULTURAIS E ARTÍSTICAS DAS DEMAIS ÁREAS – SANTANA DO MATOS/RN

RESULTADO PROVISÓRIO DA HABILITAÇÃO

Edital nº 004/2026 – Premiações Culturais e Artísticas das Demais Áreas

PROJETO	PROPONENTE	CATEGORIA	HABILITAÇÃO	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
2° Oficina de Crochê e Ponto Cruz na Escola Osvagrio Rodrigues	Katia Maria Macedo da Silva	ARTESANATO	APTO	83	1º
Flores que Geram Renda – Jardins de Memória, Artesanato em EVA e Autonomia	Francisco Odelson Pinheiro Caitano	ARTESANATO	APTO	73	2º
Arte que Conta Santana – Artesanato, Memória e Identidade	Josenilma Cabral de Araújo	ARTESANATO	APTO	66	3º
Marcenaria Criativa	Wellington Mário da Silva Adriano	ARTESANATO	APTO	65	4º
Artesanato com Tradição e Cor: Verão 2027	Leila Dayane Gomes	ARTESANATO	INAPTO	0	5º
Paixão de Cristo – Memória, Fé e Cultura: A Arte que Atravessa Gerações	Kayllane Beatriz Brandão Costa	ARTES CIRCENSES	INAPTO	80	1º
Carnaval Santana na Folia – Carnaval ao Vivo	Francisco Edlima Freire	CULTURA POPULAR/PROJETOS LIVRES	APTO	80	1º
Fatos, Fotos e Poesias	Francisco de Assis Adelino Braga	CULTURA POPULAR/PROJETOS LIVRES	APTO	78	2º
Carnaval de Santana: Entre Gerações e Tradições	Manoel Gildenilson dos Santos	CULTURA POPULAR/PROJETOS LIVRES	APTO / FORA DO NÚMERO DE VAGAS	73	3º
Teen Dance: Origens Nordestinas	João Marcos da Cunha	CULTURA POPULAR/PROJETOS LIVRES	APTO / FORA DO NÚMERO DE VAGAS	71	4º
Iniciação à Arte Sacra: Construção de Imagens	Welligton de Souza Palhares	CULTURA POPULAR/PROJETOS LIVRES	APTO / FORA DO NÚMERO DE VAGAS	69	5º
Bloco Reviver: GIGANTE DA MEMÓRIA: Restauração dos Bonecos Gigantes e Preservação dos Antigos Carnavais de Santana do Matos	João Bosco Rocha Júnior	CULTURA POPULAR/PROJETOS LIVRES	APTO / FORA DO NÚMERO DE VAGAS	67	6º
Natal que Abraça – São José da Passagem	Pedro Simão Fernandes da Silva	CULTURA POPULAR/PROJETOS LIVRES	APTO / FORA DO NÚMERO DE VAGAS	60	7º
Quadrilha Encanto Junino "A FÉ ME GUIA, A LUZ QUE ME ILUMINA"	Lorena Eunice da Silva	CULTURA POPULAR/PROJETOS LIVRES	INAPTO	49	8º
ISSO TAMBÉM É SANTANA: Um Curta-Metragem sobre os Artistas e Fazedores de Cultura que Relevam a Identidade de Santana do Matos	Maria Luíza Damasceno de Oliveira	MULTIMÍDIA/PRODUÇÃO, GRAVAÇÃO, PERFORMANCE, IMPRESSÃO, AUDIOBOOK, E-BOOK	APTO	80	1º
Vestígio do Sertão: Patrimônio Arqueológico, Memória e Identidade Cultural em Santana do Matos/RN	Gilmara Araújo Justino	MULTIMÍDIA/PRODUÇÃO, GRAVAÇÃO, PERFORMANCE, IMPRESSÃO, AUDIOBOOK, E-BOOK	APTO	70	2º
Jobson Moral	Jobson Pereira Regis	MÚSICA/ARTISTA SOLO	APTO	80	1º
Pedinho Show	Valderir Bento da Silva	MÚSICA/ARTISTA SOLO	APTO	80	2º
Neguinho do Piseiro	Edilson Carlos de Souza	MÚSICA/ARTISTA SOLO	APTO	80	3º
Lucijam dos Teclados: O Som da Nossa Terra	Lucijam Alfredo da Cunha	MÚSICA/ARTISTA SOLO	APTO	77	4º
Dêda Bambu Show	Gilberto da Fonseca	MÚSICA/ARTISTA SOLO	APTO	65	5º
Eró Guedes	Luiz da Cunha Lobato Neto	MÚSICA/GRUPO MUSICAL	APTO	80	1º
Sexteto Coração do RN nas Escolas: Música, Educação e Cultura	Alan Bruno Rodrigues da Silva	MÚSICA/GRUPO MUSICAL	APTO	72	2º
Acauã em Canto: Uma Noite de Música e Cultura	Thalisson Henrique Soares de Souza	VIOLEIRO	APTO	80	1º
Vem Jogar Mais Eu	José Marcones de Freitas Ribeiro	PROJETO DE FORMAÇÃO/CAPOEIRA	APTO	79	1º
Compasso de Ouro	Wosley Felipe da Silva	PROJETO DE FORMAÇÃO/CAPOEIRA	APTO	79	2º
FILARMÔNICA MAESTRO ROMILDO B. DOS SANTOS	André da Cunha Lobato	PONTO E PONTÕES	APTO	100	1º

APTO – FORA DO QUADRO DE VAGAS

O candidato foi considerado **APTO**, por atender aos requisitos e critérios estabelecidos no Edital, porém encontra-se **fora do número de vagas inicialmente disponibilizadas**, permanecendo em cadastro de reserva, podendo ser convocado posteriormente em caso de desistência, desclassificação ou surgimento de novas vagas, observadas as disposições do Edital.

COMITÊ GESTOR DE CULTURA
Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer

Publicado por:
Marcio Adriano Xavier da Silva
Código Identificador:D689187C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI COMPLEMENTAR Nº 026/2026

LEI COMPLEMENTAR Nº 026/2026

ALTERA O CAPUT DO ART. 2º E O ANEXO I DA LEI COMPLEMENTAR Nº 025 DE 19 DE MAIO DE 2026, QUE "*DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS E SEUS RESPECTIVOS SALÁRIOS, AMPLIA O QUANTITATIVO DE VAGAS EXISTENTES, AUTORIZA A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA O PREENCHIMENTO DE CARGOS NO QUADRO DE CARGOS PÚBLICOS DE PROVIMENTO EFETIVO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE SANTANA DO SERIDÓ/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS*".

A PREFEITA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ/RN, no uso de suas atribuições constitucionais faz saber que a Câmara Municipal aprova e EU sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - O caput do art. 2º da Lei Complementar nº 025 de 19 de maio de 2026, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a realizar concurso público para o preenchimento das 31 (trinta e uma) vagas, mais formação de cadastro reserva, do quadro de pessoal permanente de provimento efetivo, constantes no anexo único desta Lei."
Art. 2º O Anexo I da Lei Complementar nº 025 de 19 de maio de 2026, passa a vigorar com as alterações constantes no Anexo Único desta Lei Complementar.
Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santana do Seridó/RN, 22 de setembro de 2026.

TATIANA FÁTIMA FERREIRA DE ARAÚJO
Prefeita Municipal

ANEXO ÚNICO

Cargos vagos do quadro efetivo do Município submetidos ao concurso

CARGO	**Nº DE VAGAS**	**ESCOLARIDADE/HABILITAÇÃO**	**VENCIMENTO**	**CARGA HORÁRIA SEMANAL**
ADVOGADO	CR	Ensino Superior Completo em Direito em instituição de ensino devidamente reconhecido pelo MEC e registro na Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.	R$ 2.183,09	20h
ATRIBUIÇÕES:	Postular, em nome do Município, em juízo ou fora dele, propondo ou contestando ações; representar o Município em todas as instâncias judiciais e administrativas; elaborar minutas de petições, recursos, contratos, convênios e demais instrumentos jurídicos; participar de audiências e sustentações orais quando necessário; emitir pareceres e orientações jurídicas; analisar legislação e propor medidas para sua atualização e implementação; auxiliar na elaboração de projetos de lei e demais atos normativos; prestar consultoria e assessoramento jurídico aos órgãos da Administração Municipal; zelar pelos interesses do Município na manutenção e integridade de seus bens e direitos, observando os princípios éticos e o fortalecimento do Estado Democrático de Direito.			
REQUISITOS PARA INGRESSO NA FUNÇÃO:	-Ter sido aprovado no concurso público. -Ter a nacionalidade brasileira ou portuguesa e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do § 1º do artigo 12 da Constituição Federal. -Estar em gozo dos direitos políticos. -Estar quite com as obrigações militares, em caso de candidato do sexo masculino. -Estar quite com as obrigações eleitorais. -Possuir os requisitos exigidos para o exercício do cargo, ou seja, ter concluído nível superior em Ensino Superior Completo em Direito em instituição de ensino devidamente reconhecido pelo MEC e registro na Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. -Ter idade mínima de dezoito anos completos na data da posse. -Estar em pleno gozo de suas faculdades mentais e condições, que serão apurados em avaliação médica. -Firmar declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público e(ou) entidade da esfera federal, estadual e (ou) municipal.			
CARGO	**Nº DE VAGAS**	**ESCOLARIDADE/HABILITAÇÃO**	**VENCIMENTO**	**CARGA HORÁRIA SEMANAL**
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	01	Ensino médio completo.	R$ 3.242,00	40h
ATRIBUIÇÕES:	Desenvolver ações de promoção da saúde, prevenção de doenças e acompanhamento das famílias, por meio de visitas domiciliares e de atividades comunitárias; cadastrar e manter atualizados os dados das famílias de sua área de atuação; identificar situações de risco, encaminhando-as à equipe de saúde; acompanhar gestantes, nutrizes, crianças, idosos e demais grupos prioritários; incentivar práticas de promoção da saúde, como o aleitamento materno, a vacinação e a adoção de hábitos saudáveis; orientar a comunidade quanto à utilização adequada dos serviços de saúde; participar de ações de vigilância epidemiológica, incluindo o registro de nascimentos, óbitos e doenças de notificação compulsória; promover a integração entre a comunidade e os serviços de saúde; colaborar com atividades de educação em saúde, saneamento básico e melhoria da qualidade de vida da população; participar, quando solicitado, de conselhos e instâncias de controle social vinculadas ao SUS.			
REQUISITOS PARA INGRESSO NA FUNÇÃO:	-Ter sido aprovado no concurso público. -Ter a nacionalidade brasileira ou portuguesa e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do § 1º do artigo 12 da Constituição Federal. -Estar em gozo dos direitos políticos. -Estar quite com as obrigações militares, em caso de candidato do sexo masculino. -Estar quite com as obrigações eleitorais. -Possuir os requisitos exigidos para o exercício do cargo, ou seja, ter ensino médio completo e residir na área da comunidade que atuar desde a data da publicação do Edital, conforme art. 6º, inciso I da Lei Federal nº 11.350 de 05 de outubro de 2006. -Ter idade mínima de dezoito anos completos na data da posse. -Estar em pleno gozo de suas faculdades mentais e condições, que serão apurados em avaliação médica. -Firmar declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público e(ou) entidade da esfera federal, estadual e (ou) municipal.			
CARGO	**Nº DE VAGAS**	**ESCOLARIDADE/HABILITAÇÃO**	**VENCIMENTO**	**CARGA HORÁRIA SEMANAL**
ASSISTENTE SOCIAL	02	Nível Superior em Serviço Social, com certificado expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC e registro no conselho profissional competente.	R$ 2.183,09	30h
ATRIBUIÇÕES:	Planejar, organizar, coordenar, executar e avaliar serviços, programas e projetos na área de assistência social; realizar estudos e diagnósticos socioeconômicos de indivíduos, famílias, grupos e comunidades, visando à concessão de benefícios e acesso a serviços sociais; elaborar laudos, relatórios, pareceres e demais documentos técnicos; prestar orientação e encaminhamento aos usuários para acesso a políticas públicas e recursos sociais disponíveis; desenvolver ações de prevenção e promoção			

	social, articulando-se com órgãos da administração pública, entidades privadas e organizações da sociedade civil; participar da formulação e implementação de políticas sociais; atuar em programas de readaptação, reabilitação e reintegração social; colaborar em atividades de capacitação e educação permanente; participar de grupos de trabalho, comissões, conselhos e reuniões técnicas; desempenhar outras atribuições inerentes à profissão e compatíveis com sua área de atuação.			
REQUISITOS PARA INGRESSO NA FUNÇÃO:	-Ter sido aprovado no concurso público. -Ter a nacionalidade brasileira ou portuguesa e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do § 1º do artigo 12 da Constituição Federal. -Estar em gozo dos direitos políticos. -Estar quite com as obrigações militares, em caso de candidato do sexo masculino. -Estar quite com as obrigações eleitorais. -Possuir os requisitos exigidos para o exercício do cargo, ou seja, ter concluído nível superior em Ensino Superior Completo em Serviço Social em instituição de ensino devidamente reconhecido pelo MEC e registro no respectivo Conselho de Classe. -Ter idade mínima de dezoito anos completos na data da posse. -Estar em pleno gozo de suas faculdades mentais e condições, que serão apurados em avaliação médica. -Firmar declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público e(ou) entidade da esfera federal, estadual e (ou) municipal.			
CARGO	**Nº DE VAGAS**	**ESCOLARIDADE/HABILITAÇÃO**	**VENCIMENTO**	**CARGA HORÁRIA SEMANAL**
ATENDENTE DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO	01	Ensino médio completo + Curso técnico em Saúde Bucal (TSB), com certificado expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC + Registro de Classe.	R$ 1.621,00	40h
ATRIBUIÇÕES:	Recepcionar e orientar pacientes no consultório odontológico, identificando suas necessidades e encaminhando-os ao cirurgião-dentista; organizar e controlar a agenda de consultas; auxiliar o profissional durante os atendimentos, realizando tarefas como sucção, afastamento lingual, manipulação e preparo de materiais e instrumentos; preparar anestésicos, suturas, polimentos e demais materiais necessários aos procedimentos; preencher fichas clínicas com os dados fornecidos pelo cirurgião-dentista; organizar bandejas com materiais e instrumentos; realizar a limpeza, preparo, acondicionamento e esterilização de materiais e equipamentos; zelar pela conservação dos equipamentos e pela higiene do ambiente de trabalho; colaborar com ações de promoção da saúde bucal; executar outras atividades correlatas à função.			
REQUISITOS PARA INGRESSO NA FUNÇÃO:	-Ter sido aprovado no concurso público. -Ter a nacionalidade brasileira ou portuguesa e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do § 1º do artigo 12 da Constituição Federal. -Estar em gozo dos direitos políticos. -Estar quite com as obrigações militares, em caso de candidato do sexo masculino. -Estar quite com as obrigações eleitorais. -Possuir os requisitos exigidos para o exercício do cargo, ou seja, ter ensino médio completo com curso técnico em Saúde Bucal (TSB), com certificado expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC e registro no respectivo Conselho de Classe. -Ter idade mínima de dezoito anos completos na data da posse. -Estar em pleno gozo de suas faculdades mentais e condições, que serão apurados em avaliação médica. -Firmar declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público e(ou) entidade da esfera federal, estadual e (ou) municipal.			
CARGO	**Nº DE VAGAS**	**ESCOLARIDADE/HABILITAÇÃO**	**VENCIMENTO**	**CARGA HORÁRIA SEMANAL**
EDUCADOR FÍSICO	01	Nível superior em Educação Física na modalidade Bacharelado	R$ 2.183,09	40h
ATRIBUIÇÕES:	O Educador Físico é responsável por planejar, coordenar e executar atividades físicas, esportivas, recreativas e de promoção da saúde, voltadas para diferentes públicos e faixas etárias, em ambientes diversos como escolas, centros esportivos, unidades de saúde e espaços comunitários. Deve elaborar programas de treinamento, acompanhamento e reabilitação física, aplicando metodologias atualizadas e respeitando os princípios da educação inclusiva e da saúde preventiva. Compete-lhe ainda orientar grupos e indivíduos quanto à prática segura e eficaz de atividades físicas, monitorar resultados e realizar avaliações periódicas do condicionamento físico. O profissional deverá atuar em conformidade com as normas técnicas e éticas da profissão, participar de atividades educativas, projetos comunitários e eventos esportivos, além de desenvolver ações integradas com outras políticas públicas. Pode exercer outras atividades correlatas compatíveis com sua formação e as demandas da administração pública municipal, conforme determinação da chefia imediata.			
REQUISITOS PARA INGRESSO NA FUNÇÃO:	-Ter sido aprovado no concurso público. -Ter a nacionalidade brasileira ou portuguesa e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do § 1º do artigo 12 da Constituição Federal. -Estar em gozo dos direitos políticos. -Estar quite com as obrigações militares, em caso de candidato do sexo masculino. -Estar quite com as obrigações eleitorais. -Possuir os requisitos exigidos para o exercício do cargo, ou seja, ter concluído nível superior em Educação Física na modalidade Bacharelado, devidamente reconhecido pelo MEC, e registro ativo no Conselho Regional de Educação Física (CREF). -Ter idade mínima de dezoito anos completos na data da posse. -Estar em pleno gozo de suas faculdades mentais e condições, que serão apurados em avaliação médica. -Firmar declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público e(ou) entidade da esfera federal, estadual e (ou) municipal.			
CARGO	**Nº DE VAGAS**	**ESCOLARIDADE/HABILITAÇÃO**	**VENCIMENTO**	**CARGA HORÁRIA SEMANAL**
ENFERMEIRO	03	Nível superior em Enfermagem, com certificado expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC e registro no Conselho Profissional (COREN).	R$ 2.725,45 + complementação financeira do Piso Salarial Nacional, a ser repassada pelo Governo Federal, conforme legislação vigente.	40h
ATRIBUIÇÕES:	Planejar, organizar, coordenar, executar e avaliar ações de enfermagem em todos os níveis de atenção à saúde; elaborar planos de cuidados a partir do levantamento das necessidades dos usuários, estabelecendo prioridades quando necessário; prestar assistência de maior complexidade técnica; supervisionar e orientar a equipe de enfermagem em suas atividades; controlar e garantir os processos de esterilização de materiais, equipamentos e ambientes; requisitar, organizar e controlar materiais e medicamentos utilizados; desenvolver e coordenar programas educativos em saúde, promovendo palestras e atividades junto à comunidade e grupos específicos; participar de atividades administrativas, de apoio e de controle relacionadas à área de enfermagem; elaborar relatórios, pareceres e demais documentos técnicos; integrar grupos de trabalho, comissões e reuniões intersetoriais, colaborando com a formulação de diretrizes e programas de saúde; desempenhar outras atribuições compatíveis com sua profissão.			
REQUISITOS PARA INGRESSO NA FUNÇÃO:	-Ter sido aprovado no concurso público. -Ter a nacionalidade brasileira ou portuguesa e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do § 1º do artigo 12 da Constituição Federal. -Estar em gozo dos direitos políticos. -Estar quite com as obrigações militares, em caso de candidato do sexo masculino. -Estar quite com as obrigações eleitorais. -Possuir os requisitos exigidos para o exercício do cargo, ou seja, ter concluído o curso de Nivel Superior completo em Enfermagem e registro no Conselho Regional de Enfermagem (COREN), com certificado expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC. -Ter idade mínima de dezoito anos completos na data da posse. -Estar em pleno gozo de suas faculdades mentais e condições, que serão apurados em avaliação médica.			
CARGO	**Nº DE VAGAS**	**ESCOLARIDADE/HABILITAÇÃO**	**VENCIMENTO**	**CARGA HORÁRIA SEMANAL**
ELETRICISTA	01	Ensino médio completo com curso técnico em eletricidade ou eletrotécnica	R$ 2.183,09	40h
ATRIBUIÇÕES:	O Eletricista é responsável por executar, manter, reparar e instalar sistemas elétricos prediais e públicos, observando normas técnicas e de segurança aplicáveis. Compete a esse profissional realizar inspeções, identificar defeitos, substituir componentes, efetuar manutenção preventiva e corretiva em redes, equipamentos e instalações elétricas, garantindo o funcionamento seguro e eficiente. Deve elaborar relatórios técnicos simples sobre os serviços executados, colaborar com setores administrativos na aquisição de materiais e zelar pela conservação dos equipamentos e ferramentas de trabalho. Atua conforme as normas regulamentadoras de segurança do trabalho e outras legislações pertinentes, podendo executar outras tarefas compatíveis com sua função, conforme determinação da chefia imediata.			
REQUISITOS PARA INGRESSO NA FUNÇÃO:	-Ter sido aprovado no concurso público. -Ter a nacionalidade brasileira ou portuguesa e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do § 1º do artigo 12 da Constituição Federal. -Estar em gozo dos direitos políticos. -Estar quite com as obrigações militares, em caso de candidato do sexo masculino. -Estar quite com as obrigações eleitorais. -Possuir os requisitos exigidos para o exercício do cargo, ou seja, ter ensino médio completo com curso técnico em eletricidade ou eletrotécnica, com certificado expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC. -Ter idade mínima de dezoito anos completos na data da posse. -Estar em pleno gozo de suas faculdades mentais e condições, que serão apurados em avaliação médica. -Firmar declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público e(ou) entidade da esfera federal, estadual e (ou) municipal.			
CARGO	**Nº DE VAGAS**	**ESCOLARIDADE/HABILITAÇÃO**	**VENCIMENTO**	**CARGA HORÁRIA SEMANAL**
FARMACÊUTICO	01	Nível Superior completo em Farmácia, com registro ativo no Conselho Regional de Farmácia (CRF).	R$ 2.183,09	30h
ATRIBUIÇÕES:	Executar a manipulação farmacêutica e o aviamento de receitas médicas, controlar a requisição e guarda de medicamentos; Organizar e atualizar fichários e produtos farmacêuticos, químicos e biológicos, mantendo registro permanente do estoque de drogas; Participar de estudos e pesquisas microbiológicas e imunológicas químicas. físico-químicas e físicas; Colaborar na realização de estudos e pesquisas farmacodinâmicas e de estudos toxicológicos; Manter coleções de culturas microbianas - padrão;			

	Analisar os efeitos e substâncias adicionadas aos alimentos; Realizar estudos e pesquisas sobre efeitos de medicamentos; Detectar e identificar substâncias tóxicas; Efetuar análises clínicas, orientar, coordenar e supervisionar trabalhos a serem desenvolvidos por auxiliares; Executar outras tarefas afins.			
REQUISITOS PARA INGRESSO NA FUNÇÃO:	-Ter sido aprovado no concurso público. -Ter a nacionalidade brasileira ou portuguesa e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do § 1º do artigo 12 da Constituição Federal. -Estar em gozo dos direitos políticos. -Estar quite com as obrigações militares, em caso de candidato do sexo masculino. -Estar quite com as obrigações eleitorais. -Possuir os requisitos exigidos para o exercício do cargo, ou seja, ter concluído o curso de Nível Superior completo em Farmácia, com registro ativo no Conselho Regional de Farmácia (CRF), com certificado expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC. -Ter idade mínima de dezoito anos completos na data da posse. -Estar em pleno gozo de suas faculdades mentais e condições, que serão apurados em avaliação médica.			
CARGO	**Nº DE VAGAS**	**ESCOLARIDADE/HABILITAÇÃO**	**VENCIMENTO**	**CARGA HORÁRIA SEMANAL**
FISIOTERAPEUTA	01	Nível superior em Fisioterapia, devidamente registrado no Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (CREFITO).	R$ 2.183,09	30h
ATRIBUIÇÕES:	O Fisioterapeuta é responsável por realizar avaliação, diagnóstico, prevenção, reabilitação e tratamento de disfunções físicas, funcionais e motoras, utilizando técnicas e recursos terapêuticos específicos, com foco na promoção da saúde, recuperação da autonomia e qualidade de vida dos usuários. Compete a este profissional elaborar planos de tratamento individualizados, executar procedimentos fisioterapêuticos, acompanhar a evolução clínica dos pacientes e manter registros precisos conforme protocolos técnicos e normativos. Além disso, desenvolve ações educativas, participa de programas de prevenção, realiza orientações para pacientes, familiares e equipes multidisciplinares, e colabora com políticas públicas e projetos intersetoriais. Atua em conformidade com as normas éticas e técnicas da profissão, podendo desempenhar outras atividades compatíveis com sua formação e atribuições, conforme determinação da chefia imediata.			
REQUISITOS PARA INGRESSO NA FUNÇÃO:	-Ter sido aprovado no concurso público. -Ter a nacionalidade brasileira ou portuguesa e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do § 1º do artigo 12 da Constituição Federal. -Estar em gozo dos direitos políticos. -Estar quite com as obrigações militares, em caso de candidato do sexo masculino. -Estar quite com as obrigações eleitorais. -Possuir os requisitos exigidos para o exercício do cargo, ou seja, ter concluído o curso de nível superior em Fisioterapia, devidamente registrado no Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (CREFITO), com certificado expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC. -Ter idade mínima de dezoito anos completos na data da posse. -Estar em pleno gozo de suas faculdades mentais e condições, que serão apurados em avaliação médica. -Firmar declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público e(ou) entidade da esfera federal, estadual e (ou) municipal			
CARGO	**Nº DE VAGAS**	**ESCOLARIDADE/HABILITAÇÃO**	**VENCIMENTO**	**CARGA HORÁRIA SEMANAL**
FISCAL DE TRIBUTOS	01	Nível Superior em Direito, Contabilidade ou Administração, com certificado expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC.	R$ 2.183,09	40h
ATRIBUIÇÕES:	Realizar a fiscalização, o acompanhamento e o controle do cumprimento da legislação tributária municipal em estabelecimentos comerciais, prestadores de serviços e demais contribuintes; Apoiar administrativamente as atividades do setor de tributos do Município, incluindo atendimento ao público, orientação a contribuintes e suporte em procedimentos de arrecadação; Conferir, examinar, analisar e controlar documentos fiscais, como notas fiscais, guias de recolhimento, comprovantes de pagamento e demais registros vinculados à tributação municipal; Lavrar autos de infração, notificações, termos de intimação e demais documentos fiscais pertinentes, garantindo a formalização dos processos e o registro adequado dos atos fiscalizatórios; Analisar documentação enviada por instituições arrecadadoras e órgãos conveniados, identificando eventuais inconsistências ou irregularidades e adotando as medidas cabíveis; Realizar diligências externas, quando necessário, para verificação in loco do cumprimento das obrigações tributárias por parte dos contribuintes; Elaborar relatórios periódicos, pareceres e informativos sobre as atividades desenvolvidas, mantendo registros atualizados e organizados para subsidiar a tomada de decisão do setor e o controle da Administração Municipal; Participar de estudos e projetos de atualização cadastral, recadastramento de contribuintes e melhoria dos processos de fiscalização; Executar outras atividades correlatas ao cargo ou que venham a ser determinadas pela chefia imediata, relacionadas à fiscalização, arrecadação e administração tributária municipal.			
REQUISITOS PARA INGRESSO NA FUNÇÃO:	-Ter sido aprovado no concurso público. -Ter a nacionalidade brasileira ou portuguesa e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do § 1º do artigo 12 da Constituição Federal. -Estar em gozo dos direitos políticos. -Estar quite com as obrigações militares, em caso de candidato do sexo masculino. -Estar quite com as obrigações eleitorais. -Possuir os requisitos exigidos para o exercício do cargo, ou seja, ter concluído o curso de Nível Superior em Direito, Contabilidade ou Administração, com certificado expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC. -Ter idade mínima de dezoito anos completos na data da posse. -Estar em pleno gozo de suas faculdades mentais e condições, que serão apurados em avaliação médica.			
CARGO	**Nº DE VAGAS**	**ESCOLARIDADE/HABILITAÇÃO**	**VENCIMENTO**	**CARGA HORÁRIA SEMANAL**
FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	01	Ensino médio completo	R$ 1.621,00	40h
ATRIBUIÇÕES:	Identificar os problemas de saúde comuns ocasionados por medicamentos, cosméticos, saneastes e domissanitários, radiações, alimentos, zoonoses, condições do ambiente de trabalho e profissões ligadas à saúde, relacionando-os com as condições de vida da População. Identificar as opiniões, necessidades e problemas da população relacionada ao uso indevido de produtos e serviços de interesse da vigilância sanitária, ao exercício ilegal de profissões relacionadas com a saúde, ao controle sanitário dos alimentos e das principais zoonoses. Realizar e/ou atualizar o cadastro de estabelecimentos e profissionais de interesse da vigilância sanitária. Classificar os estabelecimentos e produtos segundo o critério de risco epidemiológico. Promover a participação de grupos da população (associação de bairros, entidades representantes e outros) no planejamento, controle e avaliação das atividades de vigilância sanitária. Participar de programação de atividades de inspeção sanitária para estabelecimentos, produtos e serviços de interesse da vigilância sanitária, segundo as prioridades definidas; participar na programação das atividades de colheita de mostras de produtos de interesse da vigilância sanitária (alimentos, água, medicamentos, cosméticos, saneastes, domissanitários e correlatos). Realizar levantamento de produtos alimentares disponíveis e de maior consumo, bem como o comportamento das doenças veiculadas por alimentos, condições sanitárias dos estabelecimentos e o perfil da contaminação dos alimentos. Realizar e/ou acompanhar inspeções de rotinas (programadas) e emergenciais (surtos, reclamações, registros e outros) em estabelecimentos alimentares e outros de interesse da vigilância Sanitária. Auxiliar na inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal. Realizar colheita de amostras de produtos de interesse da vigilância sanitária, com fins de análise fiscal, surto e controle de rotina. Participar da criação de mecanismos de notificação de casos e/ou surtos de doenças veiculadas por alimento e zoonoses. Participar da investigação epidemiológica de doenças veiculadas por alimentos e zoonoses. Aplicar, quando necessárias medidas previstas em legislação sanitária vigente (intimações, infrações e apreensões). Orientar responsáveis e manipuladores de estabelecimentos quando da emissão dos autos/termos. Validar a licença sanitária de estabelecimentos de menor risco epidemiológico, mediante aprovação das condições sanitárias encontradas por ocasião da inspeção. Participar da avaliação dos resultados das atividades desenvolvidas e do seu redirecionamento. Participar na promoção de atividades de informações de debates com a população, profissionais e entidades representantes de classe sobre temas da vigilância sanitária. Executar atividades internas administrativas relacionadas com execução de cadastro/arquivos, alimentar sistemas informatização de fiscalização, vigilância sanitária, controle, monitoramento e atendimento ao público. Emitir relatórios técnicos e/ou pareceres relativos à sua área de atuação. Efetuar vistoria e fiscalização em estabelecimentos públicos, comerciais e industriais verificando as condições gerais de higiene, limpeza de equipamentos, refrigeração, suprimento de água, instalações sanitárias, armazenagem, estado e graus de deterioração de produtos perecíveis e condições de asseio. Inspecionar imóveis antes de serem habitados, verificando condições físicas e sanitárias do local para assegurar as medidas profiláticas e de segurança necessárias, com o fim de obter alvarás. Vistoriar estabelecimentos de saúde, salão de beleza e outros, verificando as condições gerais, de higiene data de vencimento de medicamentos e registro psicotrópicos. Coletar para análise físico-química medicamentos e outros produtos relacionados à saúde. Entregar quando solicitadas notificações e correspondências diversas. Executar outras tarefas correlatas.			
REQUISITOS PARA INGRESSO NA FUNÇÃO	-Ter sido aprovado no concurso público. -Ter a nacionalidade brasileira ou portuguesa e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do § 1º do artigo 12 da Constituição Federal. -Estar em gozo dos direitos políticos. -Estar quite com as obrigações militares, em caso de candidato do sexo masculino. -Estar quite com as obrigações eleitorais. -Possuir os requisitos exigidos para o exercício do cargo, ou seja, ter ensino médio completo, com certificado expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC. -Ter idade mínima de dezoito anos completos na data da posse. -Estar em pleno gozo de suas faculdades mentais e condições, que serão apurados em avaliação médica. -Firmar declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público e(ou) entidade da esfera federal, estadual e (ou) municipal.			
CARGO	**Nº DE VAGAS**	**ESCOLARIDADE/HABILITAÇÃO**	**VENCIMENTO**	**CARGA HORÁRIA SEMANAL**
FISCAL DE OBRAS E ÁREA PÚBLICA	01	Ensino médio completo, com habilitação como técnico em edificações, construção civil, ou áreas afins.	R$ 2.183,09	40h
ATRIBUIÇÕES:	O Fiscal de Obras e Área Pública tem como responsabilidade acompanhar, fiscalizar e garantir a conformidade técnica, legal e ambiental das obras públicas e serviços urbanos municipais. Atua na verificação da execução de projetos, cronogramas, especificações técnicas, normas de segurança e qualidade, bem como no cumprimento de licenças, alvarás e regulamentações vigentes. Deve elaborar relatórios técnicos, notificações e pareceres, propondo medidas corretivas sempre que identificar irregularidades. Além disso, participa da análise de processos administrativos relacionados a obras, serviços e utilização de áreas públicas, colaborando com outros órgãos municipais e órgãos ambientais. Zela pela preservação do patrimônio público, assegurando o uso adequado do solo, áreas verdes, vias e espaços públicos. Pode exercer outras atividades correlatas e de apoio técnico conforme determinação da chefia imediata.			
REQUISITOS PARA INGRESSO NA FUNÇÃO:	-Ter sido aprovado no concurso público. -Ter a nacionalidade brasileira ou portuguesa e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do § 1º do artigo 12 da Constituição Federal.			

	-Estar em gozo dos direitos políticos. -Estar quite com as obrigações militares, em caso de candidato do sexo masculino. -Estar quite com as obrigações eleitorais. -Possuir os requisitos exigidos para o exercício do cargo, ou seja, ter ensino médio completo, com habilitação como técnico em edificações, construção civil, ou áreas afins, com certificado expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC. -Ter idade mínima de dezoito anos completos na data da posse. -Estar em pleno gozo de suas faculdades mentais e condições, que serão apurados em avaliação médica. -Firmar declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público e(ou) entidade da esfera federal, estadual e (ou) municipal.			
CARGO	**Nº DE VAGAS**	**ESCOLARIDADE/HABILITAÇÃO**	**VENCIMENTO**	**CARGA HORÁRIA SEMANAL**
FONOAUDIÓLOGO	01	Curso de nível superior em Fonoaudiologia, devidamente registrado no Conselho Regional de Fonoaudiologia (CREFONO)	R$ 2.183,09	30h
ATRIBUIÇÕES:	O Fonoaudiólogo é responsável por realizar avaliação, diagnóstico, prevenção, orientação e intervenção terapêutica nas áreas de linguagem oral e escrita, fala, voz, audição, motricidade orofacial e comunicação humana, visando à promoção da saúde e à melhoria da qualidade de vida dos usuários. Compete a este profissional elaborar planos individualizados de atendimento, executar procedimentos clínicos, realizar encaminhamentos, acompanhar a evolução dos pacientes e registrar as atividades conforme protocolos técnicos e normativos vigentes. Deve ainda desenvolver ações educativas, realizar palestras e treinamentos para pacientes, familiares e equipes multidisciplinares, além de colaborar com programas de saúde pública e projetos intersetoriais. O Fonoaudiólogo atua em conformidade com as legislações específicas da profissão, respeitando princípios éticos, técnicos e legais, e pode desempenhar outras atividades compatíveis com sua formação e atribuições, conforme determinação da chefia imediata.			
REQUISITOS PARA INGRESSO NA FUNÇÃO:	-Ter sido aprovado no concurso público. -Ter a nacionalidade brasileira ou portuguesa e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do § 1º do artigo 12 da Constituição Federal. -Estar em gozo dos direitos políticos. -Estar quite com as obrigações militares, em caso de candidato do sexo masculino. -Estar quite com as obrigações eleitorais. -Possuir os requisitos exigidos para o exercício do cargo, ou seja, ter concluído o curso de nível superior em Fonoaudiologia, devidamente registrado no Conselho Regional de Fonoaudiologia (CREFONO), com certificado expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC. -Ter idade mínima de dezoito anos completos na data da posse. -Estar em pleno gozo de suas faculdades mentais e condições, que serão apurados em avaliação médica. -Firmar declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público e(ou) entidade da esfera federal, estadual e (ou) municipal			
CARGO	**Nº DE VAGAS**	**ESCOLARIDADE/HABILITAÇÃO**	**VENCIMENTO**	**CARGA HORÁRIA SEMANAL**
INSTRUTOR MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA	01	Nível superior completo em Educação Física (Bacharelado e Licenciatura) e Registro ativo no Conselho Regional de Educação Física (CREF) da respectiva região	R$ 2.183,09	40h
ATRIBUIÇÕES:	O Instrutor Municipal de Educação Física é responsável por planejar, coordenar e executar atividades físicas, esportivas, recreativas e de promoção da saúde, voltadas a diferentes públicos e faixas etárias, atuando prioritariamente nas unidades escolares e em projetos esportivos promovidos pela Secretaria Municipal de Esporte. Compete-lhe também fomentar a participação em eventos esportivos, colaborar na organização de competições, apoiar iniciativas de lazer e contribuir para o desenvolvimento físico e social da comunidade municipal. Principais Atribuições: Planejar, desenvolver e aplicar aulas e atividades físicas para alunos da rede municipal de ensino, considerando a diversidade e inclusão de todos os estudantes; Elaborar e acompanhar programas de treinamento, avaliação condicional e recreação, adequados às diversas faixas etárias e níveis de aptidão; Atuar, em conjunto com a Secretaria de Esporte, na organização, coordenação e execução de eventos, projetos e campeonatos esportivos municipais; Orientar, acompanhar e incentivar atletas e desportistas municipais quanto à prática segura e eficaz de atividades físicas e esportivas; Monitorar resultados dos programas desenvolvidos, realizando avaliações periódicas e propondo ajustes necessários; Desenvolver ações integradas com outras secretarias do município (Educação, Saúde, Assistência Social) visando a promoção da saúde e do bem-estar; Participar de atividades educativas, projetos comunitários e eventos promovidos pela administração municipal; Cumprir e fazer cumprir as normas técnicas e éticas da profissão; Realizar outras atividades correlatas ao cargo, conforme determinação da chefia imediata.			
REQUISITOS PARA INGRESSO NA FUNÇÃO:	-Ter sido aprovado no concurso público. -Ter a nacionalidade brasileira ou portuguesa e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do § 1º do artigo 12 da Constituição Federal. -Estar em gozo dos direitos políticos. -Estar quite com as obrigações militares, em caso de candidato do sexo masculino. -Estar quite com as obrigações eleitorais. - Possuir os requisitos exigidos para o exercício do cargo, ou seja, formação de nível superior completa em Educação Física (Bacharelado e Licenciatura) e Registro ativo no Conselho Regional de Educação Física (CREF) da respectiva região, com certificado expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC. -Ter idade mínima de dezoito anos completos na data da posse. -Estar em pleno gozo de suas faculdades mentais e condições, que serão apurados em avaliação médica. -Firmar declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público e(ou) entidade da esfera federal, estadual e (ou) municipal			
CARGO	**Nº DE VAGAS**	**ESCOLARIDADE/HABILITAÇÃO**	**VENCIMENTO**	**CARGA HORÁRIA SEMANAL**
NUTRICIONISTA	02	Nível superior em Nutrição, com certificado expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC e registro do conselho profissional competente	R$ 2.183,09	30h
ATRIBUIÇÕES:	Elaborar, supervisionar e executar programas de alimentação e nutrição; avaliar hábitos alimentares e identificar deficiências nutricionais, propondo medidas corretivas; elaborar e acompanhar cardápios e dietas para escolas, creches e unidades de saúde; orientar e supervisionar atividades de educação alimentar desenvolvidas por professores e demais profissionais; planejar e executar programas voltados à melhoria das condições nutricionais da população; pesquisar e avaliar fornecedores, considerando custo e qualidade; registrar, analisar e fornecer dados estatísticos relativos à área de atuação; desempenhar outras atividades correlatas à função.			
REQUISITOS PARA INGRESSO NA FUNÇÃO:	-Ter sido aprovado no concurso público. -Ter a nacionalidade brasileira ou portuguesa e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do § 1º do artigo 12 da Constituição Federal. -Estar em gozo dos direitos políticos. -Estar quite com as obrigações militares, em caso de candidato do sexo masculino. -Estar quite com as obrigações eleitorais. - Possuir os requisitos exigidos para o exercício do cargo, ou seja, formação de nível superior completa em Nutrição e registro no Conselho Regional de Nutricionistas (CRN), com certificado expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC. -Ter idade mínima de dezoito anos completos na data da posse. -Estar em pleno gozo de suas faculdades mentais e condições, que serão apurados em avaliação médica. -Firmar declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público e(ou) entidade da esfera federal, estadual e (ou) municipal			
CARGO	**Nº DE VAGAS**	**ESCOLARIDADE/HABILITAÇÃO**	**VENCIMENTO**	**CARGA HORÁRIA SEMANAL**
ODONTÓLOGO	01	Nível superior em Odontologia, devidamente reconhecido pelo MEC, e registro ativo no Conselho Profissional competente	R$ 2.183,09	30h
ATRIBUIÇÕES:	Examinar tecidos duros e moles da boca e face, utilizando instrumentos e exames complementares para diagnóstico, prognóstico e planejamento do tratamento; prescrever e administrar medicamentos, inclusive homeopáticos quando habilitado; coordenar, supervisionar e registrar dados clínicos dos pacientes, acompanhando a evolução do tratamento; elaborar pareceres, relatórios e outros documentos técnicos; participar de atividades administrativas, de controle, planejamento e aperfeiçoamento de serviços odontológicos; colaborar na capacitação de pessoal técnico e auxiliar, ministrando treinamentos quando necessário; integrar grupos de trabalho, comissões e reuniões intersetoriais, contribuindo para a formulação de planos e programas municipais; desempenhar outras atividades compatíveis com a profissão.			
REQUISITOS PARA INGRESSO NA FUNÇÃO:	-Ter sido aprovado no concurso público. -Ter a nacionalidade brasileira ou portuguesa e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do § 1º do artigo 12 da Constituição Federal. -Estar em gozo dos direitos políticos. -Estar quite com as obrigações militares, em caso de candidato do sexo masculino. -Estar quite com as obrigações eleitorais. - Possuir os requisitos exigidos para o exercício do cargo, ou seja, possuir Diploma de conclusão de nível Superior completo em Odontologia e registro no Conselho Regional de Odontologia (CRO)., com certificado expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC. -Ter idade mínima de dezoito anos completos na data da posse. -Estar em pleno gozo de suas faculdades mentais e condições, que serão apurados em avaliação médica. -Firmar declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público e(ou) entidade da esfera federal, estadual e (ou) municipal			
CARGO	**Nº DE VAGAS**	**ESCOLARIDADE/HABILITAÇÃO**	**VENCIMENTO**	**CARGA HORÁRIA SEMANAL**
PROFESSOR ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL I	CR	Nível Superior em Licenciatura Plena em Educação Especial, ou Licenciatura em Pedagogia ou Superior com pós-graduação específica em Educação Especial	R$ 3.847,97	30h
ATRIBUIÇÕES:	Planejar, organizar e executar atividades pedagógicas, lúdicas e recreativas voltadas ao desenvolvimento integral da criança, considerando os aspectos físicos, cognitivos, afetivos e sociais; elaborar e aplicar planos de aula, projetos e práticas que estimulem a criatividade, a expressão, a socialização e a autonomia; observar, registrar e avaliar continuamente o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos, implementando estratégias de acompanhamento e apoio quando necessário; promover a integração escola-família-comunidade, orientando pais e responsáveis sobre o processo educativo; participar da elaboração, execução e avaliação do Projeto Político-Pedagógico da			

	unidade escolar, de reuniões pedagógicas, conselhos de classe e programas de formação continuada; zelar pela conservação dos materiais, equipamentos e ambientes escolares; desenvolver práticas inclusivas e respeitar a diversidade, a equidade e a legislação vigente; executar outras atividades compatíveis com a natureza do cargo, conforme determinação da chefia imediata.			
REQUISITOS PARA INGRESSO NA FUNÇÃO:	-Ter sido aprovado no concurso público. -Ter a nacionalidade brasileira ou portuguesa e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do § 1º do artigo 12 da Constituição Federal. -Estar em gozo dos direitos políticos. -Estar quite com as obrigações militares, em caso de candidato do sexo masculino. -Estar quite com as obrigações eleitorais. - Possuir os requisitos exigidos para o exercício do cargo, ou seja, possuir Diploma de conclusão de nível Superior em Licenciatura Plena em Pedagogia, com certificado expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC. -Ter idade mínima de dezoito anos completos na data da posse. -Estar em pleno gozo de suas faculdades mentais e condições, que serão apurados em avaliação médica. -Firmar declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público e(ou) entidade da esfera federal, estadual e (ou) municipal			
CARGO	**Nº DE VAGAS**	**ESCOLARIDADE/HABILITAÇÃO**	**VENCIMENTO**	**CARGA HORÁRIA SEMANAL**
PROFESSOR NÍVEL II (EDUCAÇÃO ESPECIAL)	01	Nível Superior em Licenciatura Plena em Educação Especial, ou Licenciatura em Pedagogia ou Superior com pós-graduação específica em Educação Especial	R$ 3.847,97	30h
ATRIBUIÇÕES:	O Professor de Educação Especial é responsável por planejar, elaborar e ministrar atividades pedagógico-especializadas, atendendo de forma individualizada alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação. Deve realizar avaliação diagnóstica dos estudantes, adaptando conteúdos curriculares e materiais didático-pedagógicos de acordo com as necessidades identificadas, respeitando as diretrizes legais e a proposta pedagógica da rede municipal. É atribuição desse professor elaborar e executar programas de intervenção pedagógica, promover o uso de recursos de acessibilidade (como Libras, softwares educativos, recursos táteis e visuais) e orientar alunos, famílias e professores da turma de classe comum (apoio inclusivo). Também competem a esse profissional o acompanhamento permanente do desenvolvimento dos alunos, a formação de relatórios individuais e a proposta de ajustes nos planos de ensino, além de participar de reuniões interdisciplinares, conselhos de classe, atividades de formação continuada e elaboração do Projeto Político-pedagógico. O docente deve atuar de forma colaborativa com a equipe escolar, apoiando professores regentes e contribuindo para o fortalecimento de práticas inclusivas e ambientes acessíveis. Além disso, deve zelar pela organização, conservação e uso adequado dos recursos pedagógicos e espaços destinados à Educação Especial. Por fim, pode executar tarefas correlatas compatíveis com sua formação e atribuições, conforme determinação da chefia imediata.			
REQUISITOS PARA INGRESSO NA FUNÇÃO:	-Ter sido aprovado no concurso público. -Ter a nacionalidade brasileira ou portuguesa e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do § 1º do artigo 12 da Constituição Federal. -Estar em gozo dos direitos políticos. -Estar quite com as obrigações militares, em caso de candidato do sexo masculino. -Estar quite com as obrigações eleitorais. - Possuir os requisitos exigidos para o exercício do cargo, ou seja, possuir Diploma de conclusão de nível Superior em Licenciatura Plena em Educação Especial, ou Licenciatura em Pedagogia ou Superior com pós-graduação específica em Educação Especial, com certificado expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC. -Ter idade mínima de dezoito anos completos na data da posse. -Estar em pleno gozo de suas faculdades mentais e condições, que serão apurados em avaliação médica. -Firmar declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público e(ou) entidade da esfera federal, estadual e (ou) municipal			
CARGO	**Nº DE VAGAS**	**ESCOLARIDADE/HABILITAÇÃO**	**VENCIMENTO**	**CARGA HORÁRIA SEMANAL**
PSICÓLOGO	03	Nível superior em Psicologia, com certificado expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC e registro no conselho profissional competente.	R$ 2.183,09	30h
ATRIBUIÇÕES:	Avaliar e acompanhar indivíduos com distúrbios psíquicos ou problemas de comportamento, aplicando técnicas psicológicas adequadas para diagnóstico, orientação e tratamento; prestar atendimento psicológico individual ou em grupo, incluindo familiares quando necessário; coletar e analisar informações psicopatológicas para subsidiar o diagnóstico e tratamento médico; participar de programas de treinamento, seleção e capacitação de pessoal, aplicando métodos da psicologia organizacional e ocupacional; desenvolver critérios de análise ocupacional e qualificação psicológica para diferentes funções; colaborar em programas de saúde, segurança, readaptação e reabilitação profissional; elaborar pareceres, relatórios e estudos técnicos; integrar grupos de trabalho, comissões e reuniões intersetoriais para formulação de diretrizes, planos e programas municipais; desempenhar outras atividades compatíveis com a profissão.			
REQUISITOS PARA INGRESSO NA FUNÇÃO:	-Ter sido aprovado no concurso público. -Ter a nacionalidade brasileira ou portuguesa e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do § 1º do artigo 12 da Constituição Federal. -Estar em gozo dos direitos políticos. -Estar quite com as obrigações militares, em caso de candidato do sexo masculino. -Estar quite com as obrigações eleitorais. - Possuir os requisitos exigidos para o exercício do cargo, ou seja, possuir Diploma de conclusão de nível Superior em Psicologia e registro no Conselho Regional de Psicologia (CRP), com certificado expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC. -Ter idade mínima de dezoito anos completos na data da posse. -Estar em pleno gozo de suas faculdades mentais e condições, que serão apurados em avaliação médica. -Firmar declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público e(ou) entidade da esfera federal, estadual e (ou) municipal.			
CARGO	**Nº DE VAGAS**	**ESCOLARIDADE/HABILITAÇÃO**	**VENCIMENTO**	**CARGA HORÁRIA SEMANAL**
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	07	Ensino Médio completo, curso Técnico de Enfermagem, com certificado expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC e registro no Conselho Regional de Enfermagem (COREN)	R$ 1.621,00 + complementação financeira do Piso Salarial Nacional, a ser repassada pelo Governo Federal, conforme legislação vigente.	40h
ATRIBUIÇÕES:	Executar atividades técnicas de enfermagem em hospitais, centros de saúde, postos de saúde, domicílios e demais unidades de atenção à saúde; atuar em áreas como cirurgia, terapia, puericultura, pediatria, psiquiatria, obstetrícia e saúde ocupacional; prestar assistência direta aos pacientes, zelando pelo conforto e bem-estar; administrar medicamentos e participar da instrumentação cirúrgica, posicionando adequadamente pacientes e materiais; organizar o ambiente de trabalho e dar continuidade aos plantões; atuar conforme normas, procedimentos e boas práticas de promoção da saúde; desempenhar outras atividades correlatas à função.			
REQUISITOS PARA INGRESSO NA FUNÇÃO:	-Ter sido aprovado no concurso público. -Ter a nacionalidade brasileira ou portuguesa e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do § 1º do artigo 12 da Constituição Federal. -Estar em gozo dos direitos políticos. -Estar quite com as obrigações militares, em caso de candidato do sexo masculino. -Estar quite com as obrigações eleitorais. -Possuir os requisitos exigidos para o exercício do cargo, ou seja, ter Ensino Médio completo, curso Técnico de Enfermagem com certificado expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC e registro no Conselho Regional de Enfermagem (COREN) -Ter idade mínima de dezoito anos completos na data da posse. -Estar em pleno gozo de suas faculdades mentais e condições, que serão apurados em avaliação médica. -Firmar declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público e(ou) entidade da esfera federal, estadual e (ou) municipal			
CARGO	**Nº DE VAGAS**	**ESCOLARIDADE/HABILITAÇÃO**	**VENCIMENTO**	**CARGA HORÁRIA SEMANAL**
AUDITOR DE CONTROLE INTERNO	01	Ensino Superior completo em Administração, Ciências Contábeis, Direito, Economia ou Gestão Pública, em instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC.	R$ 2.985,00	40h
ATRIBUIÇÕES:	Realizar auditorias e inspeções nos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal; acompanhar e avaliar a execução orçamentária, financeira e patrimonial do Município; propor medidas de aprimoramento dos controles internos administrativos; elaborar relatórios de auditoria e pareceres técnicos; fiscalizar o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA); garantir a conformidade dos atos administrativos com as normas legais e regulamentares; promover ações de transparência pública, incluindo a publicação de relatórios periódicos de auditoria no Portal da Transparência.			
REQUISITOS PARA INGRESSO NA FUNÇÃO:	-Ter sido aprovado no concurso público. -Ter a nacionalidade brasileira ou portuguesa e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do § 1º do artigo 12 da Constituição Federal. -Estar em gozo dos direitos políticos. -Estar quite com as obrigações militares, em caso de candidato do sexo masculino. -Estar quite com as obrigações eleitorais. -Possuir os requisitos exigidos para o exercício do cargo, ou seja, ter concluído curso de Nível Superior em Administração, Ciências Contábeis, Direito, Economia ou Gestão Pública, em instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC. -Ter idade mínima de dezoito anos completos na data da posse. -Estar em pleno gozo de suas faculdades mentais e condições, que serão apurados em avaliação médica. -Firmar declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público e(ou) entidade da esfera federal, estadual e (ou) municipal. -Possuir Carteira de Habilitação A ou B.			

Publicado por:
Erick Pontes Costa
Código Identificador:65028EB0

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 034-2026 - DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021-2026

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 034/2026 - DO PREGÃO ELETRÔNICO nº 021/2026.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO/RN E A PESSOA JURÍDICA ELENCADA NA CLÁUSULA SEGUNDA DESTA ATA, TENDO POR OBJETO A EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM E NARRAÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS (DIVERSAS MODALIDADES) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E TURISMO NO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO/RN**,** CONFORME AS INFORMAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

O MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO/RN, através da Prefeitura Municipal de Santo Antônio/RN, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob o número 08.144.800/0001-98, com sede à Rua Padre Cerveira, nº 505, centro, Santo Antônio/RN, neste ato representado pelo Senhor **RAULISON DE SENA RIBEIRO**, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF nº ***.560.014-**, residente e domiciliado no Município de Santo Antônio/RN, doravante denominado **CONTRATANTE**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, e conforme a classificação da proposta apresentada no **Processo Administrativo nº 727.006/2026**, **PREGÃO ELETRÔNICO - SRP - Nº 021/2026**, homologado em **18 de setembro de 2026**, resolve registrar os preços oferecido pela empresa, conforme os seguintes termos, bem como a classificação das propostas e a respectiva homologação do pregão eletrônico, resolvem registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por elas alcançadas por Menor Preços por Agrupamento de Itens "Lote", atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta ata de registro de preços, para formação do sistema de registro de preços destinado à aquisições futuras sujeitando-se as partes às normas constantes da lei, decretos e portarias supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM E NARRAÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS (DIVERSAS MODALIDADES) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E TURISMO NO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO/RN, conforme especificações constantes no Termo de Referência, Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 021/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS DADOS DA EMPRESA, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

EMPRESA: M E D SERVICOS LTDA						
CNPJ/MF Nº: 50.191.957/0001-30		**TELEFONE:** (84) 9.8102-2465				
ENDEREÇO: Rua José Correia de Andrade, 1 Sala 101, Centro - Serrinha/RN - CEP: 59.258-000						
E-MAIL: mdservicos23@gmail.com						
REPRESENTANTE LEGAL: Gilvan Alves de Lima						
RG Nº: 002.***.555 – ITEP/RN		**CPF/MF Nº:** 062.***.***-80				
LOTE 01						
ITENS	**DESCRIÇÃO**	**UNID**	**QNT**	**MARCA**	**VALOR UNIT. R$**	**VALOR TOTAL R$**
1	Serviço de arbitragem para futebol amador adulto, masculino e feminino. modalidade futebol de campo; jogo com dois tempos de no mínimo 45 minutos cada (podendo ser prorrogado); equipe completa de arbitragem para cada jogo (partida) composta por 1 árbitro federado e 2 auxiliares de arbitragem (proprio) fase classificatória (grupo) e fase eliminatória (oitava e quartas).	SERVIÇO	100	Próprio	R$ 390,00	R$ 39.000,00
2	Serviço de arbitragem para futebol amador adulto, masculino e feminino modalidade futebol de campo; jogo com dois tempos de no mínimo 45 minutos cada (podendo ser prorrogado); equipe completa de arbitragem para cada jogo (partida) composta por 1 árbitro federado e 2 auxiliares de arbitragem (1 delegado da partida).para jogos de semifinais e finais (proprio).	SERVIÇO	30	Próprio	R$ 500,00	R$ 15.000,00
3	Serviço de arbitragem para futebol de campo adulto, amador (futebol) torneio masculino e feminino; composição de arbitragem (diária) do torneio, composta por: 2 árbitros principal federados, 4 auxiliares (bandeirinha) para jogos eliminatórios (próprio).	DIÁRIA	20	Próprio	R$ 900,00	R$ 18.000,00
4	Serviço de arbitragem para futebol amador adulto, masculino e feminino. modalidade futebol de campo; jogo com dois tempos de no mínimo 45 minutos cada (podendo ser prorrogado); árbitro único para jogos classificatórios.	SERVIÇO	100	Próprio	R$ 200,00	R$ 20.000,00
VALOR TOTAL REGISTRADO LOTE 01						**R$ 92.000,00**

LOTE 02						
ITENS	**DESCRIÇÃO**	**UNID**	**QNT**	**MARCA**	**VALOR UNIT. R$**	**VALOR TOTAL R$**
1	Serviços de narração esportiva serviço para eventos esportivos de futebol de campo e futsal; equipe composta por 02 (dois) profissionais, 1 narrador e 1 comentarista (próprio).	Serviço	5	Próprio	R$ 600,00	R$ 3.000,00
VALOR TOTAL REGISTRADO LOTE 02					**R$ 3.000,00**	
VALOR TOTAL REGISTRADO					**R$ 95.000,00**	
Valor por extensor: R$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais).						

4.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.
5.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
5.1.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
5.1.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
5.1.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
5.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
5.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
5.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

5.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
5.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado.
5.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
5.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
5.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 3.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.
6. VALIDADE DA ATA.
6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da sua disponibilização no PNCP, podendo ser prorrogada, nos termos do Art. 84, da Lei Federal nº 14.133/21.
6.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
6.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6.1.3. O instrumento contratual de que trata o item **4.1.1** deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
6.1.4. A prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preço, na forma prevista no item 4.1 implicará no restabelecimento do saldo inicial existente por ocasião de sua celebração.
7. DA REVISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO.
7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
7.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
7.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
7.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS.
8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado; ou
8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
8.4.1. Por razão de interesse público;
8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

9. DAS PENALIDADES.
9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

9.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 155, da Lei Federal nº 14.133/2021), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.
9.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10. CONDIÇÕES GERAIS.
10.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
10.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Santo Antônio/RN, data da assinatura eletrônica.

RAULISON DE SENA RIBEIRO
Representante Legal Do Órgão Gerenciador

GILVAN ALVES DE LIMA
Representante(S) Legal(Is) Do(S) Fornecedor(S) Registrado(S)

Publicado por:
Jalmir Amador da Silva
Código Identificador:8B9E8AF5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 035-2026 - DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021-2026.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2026 - DO PREGÃO ELETRÔNICO nº 021/2026.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO/RN E A PESSOA JURÍDICA ELENCADA NA CLÁUSULA SEGUNDA DESTA ATA, TENDO POR OBJETO A EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM E NARRAÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS (DIVERSAS MODALIDADES) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E TURISMO NO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO/RN**,** CONFORME AS INFORMAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

O MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO/RN, através da Prefeitura Municipal de Santo Antônio/RN, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob o número 08.144.800/0001-98, com sede à Rua Padre Cerveira, nº 505, centro, Santo Antônio/RN, neste ato representado pelo Senhor **RAULISON DE SENA RIBEIRO**, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF nº ***.560.014-**, residente e domiciliado no Município de Santo Antônio/RN, doravante denominado **CONTRATANTE**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, e conforme a classificação da proposta apresentada no **Processo Administrativo nº 727.006/2026**, **PREGÃO ELETRÔNICO - SRP - Nº 021/2026**, homologado em **18 de setembro de 2026**, resolve registrar os preços oferecido pela empresa, conforme os seguintes termos, bem como a classificação das propostas e a respectiva homologação do pregão eletrônico, resolvem registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por elas alcançadas por Menor Preços por Agrupamento de Itens "Lote", atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta ata de registro de preços, para formação do sistema de registro de preços destinado à aquisições futuras sujeitando-se as partes à s normas constantes da lei, decretos e portarias supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM E NARRAÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS (DIVERSAS MODALIDADES) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E TURISMO NO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO/RN, conforme especificações constantes no Termo de Referência, Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 021/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS DADOS DA EMPRESA, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

EMPRESA: ELIALDO ELISVALDO DE MACEDO LTDA						
CNPJ/MF Nº: 51.421.885/0001-33			**TELEFONE:** (89) 9.9430-4705			
ENDEREÇO: Conjunto Petrônio Portela, S/N – Centro - Padre Marcos/PI - CEP: 64.680-000						
E-MAIL: juniorcontabeis2014@hotmail.com						
REPRESENTANTE LEGAL: Elialdo Elisvaldo de Macêdo						
RG Nº: 2.***.619 - SSP/PI			**CPF/MF Nº:** 036.***.***-32			
LOTE 02						
ITENS	**DESCRIÇÃO**	**UNID**	**QNT**	**MARCA**	**VALOR UNIT. R$**	**VALOR TOTAL R$**
1	Serviço de arbitragem para futebol de salão adulto, amador, masculino e feminino (futsal) equipe completa de arbitragem para cada jogo (partida), composta por: 2 árbitros federados e 1 auxiliar mesário de arbitragem (proprio) fase (classificatório, eliminatórios e finais).	Serviço	70	Próprio	R$ 372,48	R$ 26.073,60
2	Masculino e feminino composição de arbitragem para diário do torneio, composta por: 3 árbitros principais federado, 1 auxiliar mésario para jogos eliminatórios (proprio) serviço	Serviço	10	Próprio	R$ 732,64	R$ 7.326,40
VALOR TOTAL REGISTRADO LOTE 02					**R$ 33.400,00**	
Valor por extensor: R$ 33.400,00 (trinta e três mil e quatrocentos reais).						

4.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

5.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

5.1.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

5.1.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

5.1.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

5.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

5.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

5.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

5.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

5.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado.

5.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

5.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

5.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 3.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE DA ATA.

6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da sua disponibilização no PNCP, podendo ser prorrogada, nos termos do Art. 84, da Lei Federal nº 14.133/21.

6.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

6.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6.1.3. O instrumento contratual de que trata o item **4.1.1** deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

6.1.4. A prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preço, na forma prevista no item 4.1 implicará no restabelecimento do saldo inicial existente por ocasião de sua celebração.

7. DA REVISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO.

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

7.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

7.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS.

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

9. DAS PENALIDADES.

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

9.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 155, da Lei Federal nº 14.133/2021), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

9.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10. CONDIÇÕES GERAIS.

10.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
10.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Santo Antônio/RN, data da assinatura eletrônica.

RAULISON DE SENA RIBEIRO
Representante Legal Do Órgão Gerenciador

ELIALDO ELISVALDO DE MACÊDO
Representante(S) Legal(Is) Do(S) Fornecedor(S) Registrado(S)

Publicado por:
Jalmir Amador da Silva
Código Identificador:81E009CE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 071/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 525011/2026
UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO/RN
CPF/CNPJ DO CONTRATADO: 07.623.973/0001-26
NOME/RAZÃO SOCIAL DO CONTRATADO: P & C CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA - ME
ENDEREÇO DO CONTRATADO AV. MARIA LACERDA MONTENEGRO, 1732, PARNAMIRIM/RN CEP: 59.152-600
OBJETO DA DESPESA: contratação de empresa especializada na locação de veículos para atender às necessidades do Município de Santo Antônio/RN
DESCRIÇÃO DOS ITENS DA DESPESA:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UND	QTD	V. UNIT.	V. TOTAL
1	LOCAÇÃO DE VEÍCULO, COM MOTORISTA, TIPO TRATOR 4X2, COMBUSTÍVEL A DIESEL, EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, SENDO O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA.	AGRALE OU SIMILAR	MÊS	36,000000	5.300,000
2	LOCAÇÃO DE VEÍCULO, COM MOTORISTA, TIPO CAMINHÃO ¾, COMBUSTÍVEL A DIESEL, CAPACIDADE DE CARGA ÚTIL DE 4 TONELADAS, EM BOAS CONDIÇÕES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, SENDO O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA.	VOLKSWAGEN OU SIMILAR	MÊS	24,000000	5.220,000
3	LOCAÇÃO DE VEÍCULO, COM MOTORISTA, CAÇAMBA TIPO TOCO COM BASCULANTE, COMBUSTÍVEL A DIESEL EM BOAS CONDIÇÕES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, SENDO O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA.	VOLKSWAGEN OU SIMILAR	MÊS	24,000000	7.200,000
4	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO, COM MOTORISTA, TIPO TOCO, COMBUSTÍVEL DIESEL, CAPACIDADE DE 6 TONELADAS, EM BOAS CONDIÇÕES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, SENDO O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA.	MERCEDES-BENZ OU SIMILAR	MÊS	24,000000	6.900,000
5	LOCAÇÃO DE VEÍCULO, COM MOTORISTA, TIPO PICK-UP, CAPACIDADE ATÉ 500KG, EM BOAS CONDIÇÕES PÁRA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, SENDO O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA.	FIAT OU SIMILAR	MÊS	36,000000	4.850,000
6	LOCAÇÃO DE VEÍCULO, COM MOTORISTA, TIPO BESTA, COMBUSTÍVEL DIESEL, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 11 PASSAGEIROS, EM BOAS CONDIÇÕES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, SENDO O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA.	FIAT OU SIMILAR	MÊS	12,000000	5.350,000
7	VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA TIPO A, PICK UP 4X2, COM MOTORISTA, COM SIRENE, GIROFLEX; SINALIZADOR ÓTICO E ACÚSTICO; SUPORTE PARA SORO, MACA ARTICULADA COM RODAS; LOCOMOÇÃO DE PACIENTES SEM RISCO - COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATADA. ESTABELECER QUE OS VEÍCULOS DEVEM SER FABRICADOS A PARTIR DO ANO DE 2020. A QUILOMETRAGEM MENSAL ESTIMADA PARA CADA VEÍCULO CORRESPONDE A APROXIMADAMENTE 500 (QUINHENTOS) A 600 (SEISCENTOS) QUILÔMETROS EFETIVAMENTE PERCORRIDOS.	FIAT OU SIMILAR	MÊS	36,000000	6.650,000
8	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO FURGÃO, INCLUINDO MOTORISTA, COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATADA, VEÍCULO COM CARROCERIA FECHADA (TIPO FURGÃO), CAPACIDADE DE CARGA MÍNIMA DE 600 KG, MOTOR COM POTÊNCIA COMPATÍVEL COM A CATEGORIA, PORTAS TRASEIRAS COM ABERTURA DUPLA OU PORTA CORREDIÇA LATERAL; CÂMBIO MANUAL OU AUTOMÁTICO; FREIOS ABS ANTI-LOCK; AIR BAG DUPLO; DIREÇÃO HIDRÁULICA, ELÉTRICA OU ELETRO-HIDRÁULICA; AR-CONDICIONADO; RETROVISORES EXTERNOS; CINTOS DE SEGURANÇA CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. ESTABELECER QUE OS VEÍCULOS DEVEM SER FABRICADOS A PARTIR DO ANO DE 2010. A QUILOMETRAGEM MENSAL ESTIMADA PARA CADA VEÍCULO CORRESPONDE A APROXIMADAMENTE 500 (QUINHENTOS) A 600 (SEISCENTOS) QUILÔMETROS EFETIVAMENTE PERCORRIDOS.	FIAT OU SIMILAR	MÊS	12,000000	6.700,000
9	LOCAÇÃO DE VEÍCULO, COM MOTORISTA, TIPO PASSEIO, MOTORIZAÇÃO MÍNIMA 1.6 FLEX, CAPACIDADE PARA 7 LUGARES, COM AR-CONDICIONADO E VIDROS ELÉTRICOS, EM BOAS CONDIÇÕES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS, FICA EXPRESSAMENTE ESTABELECIDO QUE O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL, A DISPONIBILIZAÇÃO DE MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO E TODA A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA SERÃO DE INTEIRA E EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA.	CHEVROLET OU SIMILAR	MÊS	12,000000	6.200,000

TIPO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO: Pregão Eletrônico nº 015/2026
DATA DO TERMO: 21/09/2026
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/21.
VALOR GLOBAL DO CONTRATO: 1.287.480,00 (UM MILHÃO, DUZENTOS E OITENTA E SETE MIL, QUATROCENTOS E OITENTA REAIS)
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 21 de setembro de 2026 à 20 de setembro de 2027.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Unidade: 02.001 – Gabinete Civil do Prefeito

Ação: 2002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito
Natureza da Despesa: 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte: 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos

Unidade: 03.001 – Secretaria Municipal de Administração
Ação: 2004 – Manutenção da Secretaria Municipal de Administração
Natureza da Despesa: 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte: 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos

Unidade: 05.001 – Manutenção da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento
Ação: 2007 – Manutenção da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento
Natureza da Despesa: 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte: 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos

Unidade: 06.001 – Secretaria Municipal de Educação
Ação: 2008 – Manutenção da Secretaria Mul.Educação
Natureza da Despesa: 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte: 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos

Unidade: 07.001 – Secretaria Municipal de Esporte e Turismo
Ação: 2012 – Manutenção da Secretaria Municipal de Esporte e Turismo
Natureza da Despesa: 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte: 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos

Unidade: 08.002 – Fundo Municipal de Saúde
Ação: 2014 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Natureza da Despesa: 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte: 15001002 – Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde

Ação: 2206 – Manutenção dos Serviços da Média e Alta Complexidade – MAC
Ação: 2224 - Manutenção do Programa de Reabilitação
Natureza da Despesa: 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde
Fonte: 16000000 – Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde

Ação: 2257 – Manutenção dos Serviços de Saúde - Atenção Básica
Natureza da Despesa: 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte: 16000000 – Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde

Ação: 2223 – Manutenção do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS
Ação: 2215 - Vigilância Sanitária
Ação: 2213 - Manutenção do Programa Vigilância Epidemiológica
Natureza da Despesa: 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte: 16000000 – Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde

Unidade: 09.001 – Secretaria de Municipal de Meio Ambiente
Ação: 2016 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Natureza da Despesa: 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte: 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos

Unidade: 10.002 – Fundo Municipal de Assistência Social
Ação: 2268 – Gestão Administrativa do Fundo Municipal de Assistência Social
Natureza da Despesa: 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte: 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos

Unidade: 11.001 – Sec. Mun. De Transporte, Obras e Serviços Urbanos
Ação: 2015 – Manut.Sec.Mun.Transp.Obras Serv.Urbanos
Natureza da Despesa: 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte: 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos

Unidade: 12.001 – Secretaria Municipal de Comunicação e Eventos
Ação: 2019 – Manutenção da Secretaria Municipal de Comunicação e Eventos.
Natureza da Despesa: 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte: 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos

Unidade: 13.001 – Secretaria Municipal de Tributação
Ação: 2020 – Manutenção da Secretaria Municipal de Tributação
Natureza da Despesa: 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte: 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos

Unidade: 14.001 – Secretaria Municipal de Cultura
Ação: 2232 – Manutenção da Secretaria Municipal de Cultura
Natureza da Despesa: 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte: 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos

ASSINAM PELAS PARTES:

CONTRATANTE: Raulison de Sena Ribeiro
CONTRATADA: Mario Cesar Fernandes Canuto de Carvalho

Publicado por:
Maria Izabel Silva Barbosa Guilherme
Código Identificador:3790D128

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 01095/2026 – PMSF/RN

ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR PARA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, CONFORME DETALHAMENTO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO, no uso de suas atribuições legais, notadamente o que lhe confere a lei orgânica municipal e em conformidade com a Lei 0973/2025.

CONSIDERANDO, Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo;

CONSIDERANDO, Art. 43. § 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; II - os provenientes de excesso de arrecadação; III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei*;*

D E C R E T A

Art. 1º. - Fica aberto no corrente mês um crédito Suplementar no valor R$ 15.300,00 (quinze mil e trezentos reais), à dotação especificada a seguir:

Fonte de Suplementação: Anulação de Despesa			
2 - Prefeitura Municipal de São Fernando			
4001 - Sec. Mun. Planejamento e Administração			
2.5 - Manut. Ativ. Sec. Planej. e Administração			
796 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Fonte: 15000000	R$ 5.900,00	
Total da Ação:		**R$ 5.900,00**	
Total da Unidade Orçamentária:		**R$ 5.900,00**	
18001 - Secretaria Municipal de Transporte, Serviços e Mobilidade Urbana			
2.15 - Manutenção Serv. Obras e Serv. Urbanos			
890 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Fonte: 15000000	R$ 8.000,00	
Total da Ação:		**R$ 8.000,00**	
Total da Unidade Orçamentária:		**R$ 8.000,00**	
20001 - Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Abastecimento.			
2.75 - Prog . Abast .Dágua Zona Rural / u rb ana			
1465 - 3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	Fonte: 15000000	R$ 1.400,00	
Total da Ação:		**R$ 1.400,00**	
Total da Unidade Orçamentária:		**R$ 1.400,00**	

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o artigo anterior, será oriundo da anulação total ou parcial da dotação a seguir:

2 - Prefeitura Municipal de São Fernando			
4001 - Sec. Mun. Planejamento e Administração			
2.5 - Manut. Ativ. Sec. Planej. e Administração			
791 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo	Fonte: 15000000	R$ 5.900,00	
Total da Ação:		**R$ 5.900,00**	
Total da Unidade Orçamentária:		**R$ 5.900,00**	
18001 - Secretaria Municipal de Transporte, Serviços e Mobilidade Urbana			
2.15 - Manutenção Serv. Obras e Serv. Urbanos			
881 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo	Fonte: 15000000	R$ 8.000,00	
Total da Ação:		**R$ 8.000,00**	
Total da Unidade Orçamentária:		**R$ 8.000,00**	
20001 - Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Abastecimento.			
2.111 - Programa Garatia Safra			
1151 - 3.3.70.41.00 - Contribuições	Fonte: 15000000	R$ 1.400,00	
Total da Ação:		**R$ 1.400,00**	
Total da Unidade Orçamentária:		**R$ 1.400,00**	

Art. 3º. - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Fernando/RN, 22 de setembro de 2026.

GENILSON MEDEIROS MAIA
Prefeito do Município de São Fernando/RN

Publicado por:
Caio César de Medeiros
Código Identificador:9C8C131E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - CREDENCIAMENTO - - EDITAL N° 01/2026 – PROCESSO N° 201505615--6

A Autoridade Competente da(o) Prefeitura Municipal de São Miguel, Sr.(a) Leandro Michel do Rego Lima, no uso das atribuições legais, conforme legislação vigente (Lei 14.133/2021, Art. 79º, § 2º), após exame e deliberação do processo administrativo **N° 201505615--6,** em observância ao Instrumento Convocatório **(Edital) 01/2026**, que institui o(a) Credenciamento em epígrafe, resolve homologar a licitação realizada na forma eletrônica, no portal BBMNET Licitações, conforme as condições a seguir:
Termo gerado com as propostas da data 01/04/2026 até a data 30/09/2026
RESULTADO DO CREDENCIAMENTO:

Número do Lote: 1	***Situação: Homologação***
Finalidade da Licitação:	Contratação de Serviços Comuns
Item 1	
Objeto da Licitação:	15966 - Locação de veículo tipo caçamba 15m³
Quantidade:	12 Mês(s)
Valor de Referência:	R$ 142.800,00

Credenciados

Razão Social do Participante	Documento do Participante	Homologado	Data e Hora de cadastro da proposta
AF PRESTADORA DE SERVICOS LTDA	49.252.453/0001-02	Sim	21/04/2026, 13:22:43
58.994.715 JOSE MARCOS AURELIO BEZERRA DE FREITAS	58.994.715/0001-97	Sim	02/05/2026, 08:29:55
JF ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA	28.585.944/0001-97	Sim	07/05/2026, 14:40:50
CLINICA AUTOMOTIVA 4A LTDA	50.207.491/0001-14	Sim	12/05/2026, 18:51:04
AIANNE MIKAELLY GONCALVES DE HOLANDA	15.312.532/0001-31	Sim	19/05/2026, 16:36:06

Nenhum participante descredenciado no lote

Número do Lote: 2	***Situação: Homologação***
Finalidade da Licitação:	Contratação de Serviços Comuns
Item 1	
Objeto da Licitação:	15967 - Locação de veículo tipo caçamba 7m³
Quantidade:	12 Mês(s)
Valor de Referência:	R$ 82.320,00

Credenciados

Razão Social do Participante	Documento do Participante	Homologado	Data e Hora de cadastro da proposta
AF PRESTADORA DE SERVICOS LTDA	49.252.453/0001-02	Sim	21/04/2026, 13:23:18
58.994.715 JOSE MARCOS AURELIO BEZERRA DE FREITAS	58.994.715/0001-97	Sim	02/05/2026, 08:30:21
JF ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA	28.585.944/0001-97	Sim	07/05/2026, 14:41:09
CLINICA AUTOMOTIVA 4A LTDA	50.207.491/0001-14	Sim	12/05/2026, 18:51:32

Nenhum participante descredenciado no lote

Número do Lote: 3	***Situação: Homologação***
Finalidade da Licitação:	Contratação de Serviços Comuns
Item 1	
Objeto da Licitação:	15967 - Locação de veículo tipo caçamba 7m³
Quantidade:	12 Mês(s)
Valor de Referência:	R$ 82.320,00

Credenciados

Razão Social do Participante	Documento do Participante	Homologado	Data e Hora de cadastro da proposta
AF PRESTADORA DE SERVICOS LTDA	49.252.453/0001-02	Sim	21/04/2026, 13:23:51
58.994.715 JOSE MARCOS AURELIO BEZERRA DE FREITAS	58.994.715/0001-97	Sim	02/05/2026, 08:30:45
JF ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA	28.585.944/0001-97	Sim	07/05/2026, 14:41:27
CLINICA AUTOMOTIVA 4A LTDA	50.207.491/0001-14	Sim	12/05/2026, 18:51:59

Nenhum participante descredenciado no lote

Número do Lote: 4	***Situação: Homologação***
Finalidade da Licitação:	Contratação de Serviços Comuns
Item 1	
Objeto da Licitação:	15968 - Locação de máquina tipo retroescavadeira
Quantidade:	12 Mês(s)
Valor de Referência:	R$ 162.000,00

Credenciados

Razão Social do Participante	Documento do Participante	Homologado	Data e Hora de cadastro da proposta
AF PRESTADORA DE SERVICOS LTDA	49.252.453/0001-02	Sim	21/04/2026, 13:24:42
58.994.715 JOSE MARCOS AURELIO BEZERRA DE FREITAS	58.994.715/0001-97	Sim	02/05/2026, 08:31:11
JF ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA	28.585.944/0001-97	Sim	07/05/2026, 14:41:48
CLINICA AUTOMOTIVA 4A LTDA	50.207.491/0001-14	Sim	12/05/2026, 18:52:21

Nenhum participante descredenciado no lote

Número do Lote: 5	***Situação: Homologação***
Finalidade da Licitação:	Contratação de Serviços Comuns
Item 1	
Objeto da Licitação:	15968 - Locação de máquina tipo retroescavadeira
Quantidade:	12 Mês(s)
Valor de Referência:	R$ 162.000,00

Credenciados

Razão Social do Participante	Documento do Participante	Homologado	Data e Hora de cadastro da proposta
AF PRESTADORA DE SERVICOS LTDA	49.252.453/0001-02	Sim	21/04/2026, 13:25:10
58.994.715 JOSE MARCOS AURELIO BEZERRA DE FREITAS	58.994.715/0001-97	Sim	02/05/2026, 08:31:30
JF ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA	28.585.944/0001-97	Sim	07/05/2026, 14:42:06
CLINICA AUTOMOTIVA 4A LTDA	50.207.491/0001-14	Sim	12/05/2026, 18:52:42

Nenhum participante descredenciado no lote

Número do Lote: 6	*Situação: Homologação*
Finalidade da Licitação:	Contratação de Serviços Comuns
Item 1	
Objeto da Licitação:	15969 - Locação de veículo tipo caminhão pipa, capacidade 8000L
Quantidade:	12 Mês(s)
Valor de Referência:	R$ 120.000,00

Credenciados

Razão Social do Participante	Documento do Participante	Homologado	Data e Hora de cadastro da proposta
AF PRESTADORA DE SERVICOS LTDA	49.252.453/0001-02	Sim	21/04/2026, 13:25:46
RENATA KELLY DA SILVA LIMA	104.446.794-05	Sim	24/04/2026, 14:42:08
58.994.715 JOSE MARCOS AURELIO BEZERRA DE FREITAS	58.994.715/0001-97	Sim	02/05/2026, 08:31:52
CLINICA AUTOMOTIVA 4A LTDA	50.207.491/0001-14	Sim	12/05/2026, 18:53:03

Nenhum participante descredenciado no lote

Número do Lote: 7	*Situação: Homologação*
Finalidade da Licitação:	Contratação de Serviços Comuns
Item 1	
Objeto da Licitação:	15969 - Locação de veículo tipo caminhão pipa, capacidade 8000L
Quantidade:	12 Mês(s)

Valor de Referência: R$ 120.000,00

Credenciados			
Razão Social do Participante	**Documento do Participante**	**Homologado**	**Data e Hora de cadastro da proposta**
AF PRESTADORA DE SERVICOS LTDA	49.252.453/0001-02	Sim	21/04/2026, 13:26:20
58.994.715 JOSE MARCOS AURELIO BEZERRA DE FREITAS	58.994.715/0001-97	Sim	02/05/2026, 08:32:12
CLINICA AUTOMOTIVA 4A LTDA	50.207.491/0001-14	Sim	12/05/2026, 18:53:19

Nenhum participante descredenciado no lote

Número do Lote: 8	*Situação: Homologação*
Finalidade da Licitação:	Contratação de Serviços Comuns
Item 1	
Objeto da Licitação:	15970 - Locação de veículo tipo caminhão pipa, capacidade 14000L
Quantidade:	12 Mês(s)
Valor de Referência:	R$ 96.384,00

Credenciados

Razão Social do Participante	Documento do Participante	Homologado	Data e Hora de cadastro da proposta
AF PRESTADORA DE SERVICOS LTDA	49.252.453/0001-02	Sim	21/04/2026, 13:28:24
64.980.268 GUILHERME DEYVLY FERNANDES NOGUEIRA	64.980.268/0001-10	Sim	24/04/2026, 18:08:04
58.994.715 JOSE MARCOS AURELIO BEZERRA DE FREITAS	58.994.715/0001-97	Sim	02/05/2026, 08:32:31
CLINICA AUTOMOTIVA 4A LTDA	50.207.491/0001-14	Sim	12/05/2026, 18:53:42

Nenhum participante descredenciado no lote

Número do Lote: 9	*Situação: Homologação*
Finalidade da Licitação:	Contratação de Serviços Comuns
Item 1	
Objeto da Licitação:	15970 - Locação de veículo tipo caminhão pipa, capacidade 14000L
Quantidade:	12 Mês(s)
Valor de Referência:	R$ 96.384,00

Credenciados

Razão Social do Participante	Documento do Participante	Homologado	Data e Hora de cadastro da proposta
AF PRESTADORA DE SERVICOS LTDA	49.252.453/0001-02	Sim	21/04/2026, 13:28:52
64.980.268 GUILHERME DEYVLY FERNANDES NOGUEIRA	64.980.268/0001-10	Sim	24/04/2026, 18:09:19
58.994.715 JOSE MARCOS AURELIO BEZERRA DE FREITAS	58.994.715/0001-97	Sim	02/05/2026, 08:32:50
CLINICA AUTOMOTIVA 4A LTDA	50.207.491/0001-14	Sim	12/05/2026, 18:54:01

Nenhum participante descredenciado no lote

Número do Lote: 10	*Situação: Homologação*
Finalidade da Licitação:	Contratação de Serviços Comuns
Item 1	
Objeto da Licitação:	15971 - Locação de máquina tipo motoniveladora
Quantidade:	12 Mês(s)
Valor de Referência:	R$ 540.000,00

Credenciados

Razão Social do Participante	Documento do Participante	Homologado	Data e Hora de cadastro da proposta
AF PRESTADORA DE SERVICOS LTDA	49.252.453/0001-02	Sim	21/04/2026, 13:29:17
58.994.715 JOSE MARCOS AURELIO BEZERRA DE FREITAS	58.994.715/0001-97	Sim	02/05/2026, 08:33:13
PROSERN COMERCIO E EMPREENDIMENTOS LTDA	04.500.540/0001-95	Sim	12/05/2026, 12:25:18
CLINICA AUTOMOTIVA 4A LTDA	50.207.491/0001-14	Sim	12/05/2026, 18:54:25

Nenhum participante descredenciado no lote

Número do Lote: 11	*Situação: Homologação*
Finalidade da Licitação:	Contratação de Serviços Comuns
Item 1	
Objeto da Licitação:	15972 - Locação de máquina tipo escavadeira hidráulica (PC)
Quantidade:	100 Hora(s)
Valor de Referência:	R$ 60.000,00

Credenciados

Razão Social do Participante	Documento do Participante	Homologado	Data e Hora de cadastro da proposta
AF PRESTADORA DE SERVICOS LTDA	49.252.453/0001-02	Sim	21/04/2026, 13:29:48
58.994.715 JOSE MARCOS AURELIO BEZERRA DE FREITAS	58.994.715/0001-97	Sim	02/05/2026, 08:33:34
CLINICA AUTOMOTIVA 4A LTDA	50.207.491/0001-14	Sim	12/05/2026, 18:55:07

Nenhum participante descredenciado no lote

Número do Lote: 12	*Situação: Homologação*
Finalidade da Licitação:	Contratação de Serviços Comuns
Item 1	
Objeto da Licitação:	15973 - Locação de veículo tipo caminhão carga seca
Quantidade:	12 Mês(s)
Valor de Referência:	R$ 159.288,48

Credenciados

Razão Social do Participante	Documento do Participante	Homologado	Data e Hora de cadastro da proposta
AF PRESTADORA DE SERVICOS LTDA	49.252.453/0001-02	Sim	21/04/2026, 13:30:15
58.994.715 JOSE MARCOS AURELIO BEZERRA DE FREITAS	58.994.715/0001-97	Sim	02/05/2026, 08:33:54
CLINICA AUTOMOTIVA 4A LTDA	50.207.491/0001-14	Sim	12/05/2026, 18:55:22

Nenhum participante descredenciado no lote

Autoridade Competente: Leandro Michel do Rego Lima,
Promotor: Prefeitura Municipal de São Miguel,
Unidade de Compra: Prefeitura Municipal de São Miguel
Termo gerado na plataforma BBMNET pelo usuário Antonio Marcos de Freitas as 08:17:23 do dia 22/09/2026

Publicado por:
Erenice Ventura de Oliveira
Código Identificador:AB3A2DD6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026

O Município de São Vicente/RN, por meio do Pregoeiro oficial, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, torna público,a**convocação**da(s) empresa(s) abaixo relacionada(s), para que apresente-se a administração pública municipal para assinar a Ata de Registro de Preços relativa aoPregão eletrônico SRP Nº 009/2026, sob pena de decair o direito da contratação e sanções previstas na Lei nº 14.133/2021:

NOME DA EMPRESA	CNPJ	ENDEREÇO	TELEFONE
65.882.713 GUSTAVO BARROS DE FARIAS	65.882.713/0001-71	RUA.: LINO GOMES FILHO - CEP: 58406-110 - Município: Campina Grande - UF: PB	(83) 99983-7256
FAP TECNOLOGIA E SOLUCOES LTDA	55.935.697/0001-84	Rua 55 - CEP: 74810-230 - Município: Abadia de Goiás - UF: GO	(62) 99866-0394
FORMATO DIGITAL COMERCIO E COMUNICACAO MULTIMIDIA LTDA	31.070.939/0001-56	R EURIPEDES TAVARES - CEP: 58020-534 - Município: João Pessoa - UF: PB	(83) 99604-0246
HKA TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA	19.729.347/0001-06	R HUMBERTO MATTANA - CEP: 82810-240 - Município: Curitiba - UF: PR	(41) 3669-5033
SANTO ANTONIO INFORMATICA LTDA	70.307.939/0001-89	RUA RENATO DANTAS - CEP: 59300-000 - Município: Caicó - UF: RN	(84) 3417-2802
J RAFAEL DOS SANTOS COMERCIO E SERVICOS LTDA	50.614.681/0001-56	R COMENDADOR TORLOGO DAUNTRE - CEP: 13025-270 - Município: Campinas - UF: SP	(19) 99211-3785
K J DE M ANDRADE LTDA	49.385.374/0001-61	RUA CORONEL GURGEL - CEP: 59600-200 - Município: Mossoró - UF: RN	(84) 99810-0900
KATIA CILENE DOS SANTOS GOMES 03079802438	38.446.921/0001-55	Rua Parque dos Igarapés - CEP: 59144-134 - Município: Parnamirim - UF: RN	(84) 98872-7534
LICITA SHOP COMERCIO E SERVICOS LTDA	50.958.011/0001-57	RUA CACHOEIRA DO SUL, Nº 271 , APT 132 B - VILA JAGUARA - CEP: 05117010 - São Paulo/SP	(11) 91183-0688
MAMUTH TECNOLOGIA DISTRIBUIDORA LTDA	57.601.436/0001-53	Avenida Major Venâncio - CEP: 37002-500 - Município: Varginha - UF: MG	(35) 99751-1524
MATHEUS NUNES LIMA	41.186.111/0001-11	R AMBROSIO VITORINO DE PONTES - CEP: 58387-000 - Município: Juarez Távora - UF: PB	(83) 99895-0354
MULTMAIS COMERCIO DE INFORMATICA E ELETRODOMESTICOS LTDA	42.092.696/0001-73	Rua Joselita Reis Brasileiro - CEP: 58410-357 - Município: Campina Grande - UF: PB	(83) 99643-5615

Alertamos, em observância ao inciso XVI, do Art. 92, da Lei 14.133/2021, que o futuro contratado deverá comprovar, no ato da assinatura do contrato, que mantém todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

São Vicente/RN 22 de setembro de 2026.

JOSE TALIZ DA SILVA
Pregoeiro

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:7E6D45CB

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ELÓI DE SOUZA

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
AVISO DE COTAÇÃO - MATERIAL E INSUMO ODONTOLÓGICO

AVISO DE COTAÇÃO/SOLICITAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ELOI DE SOUZA/RN**, torna público interesse em contratação do serviço abaixo detalhado e solicita que eventuais interessados apresentem propostas para aferição de Preço de Mercado, em obediência aos parâmetros impostos pela Lei Federal nº 14.133/2021.

OBJETO:

Aquisição de materiais e insumos odontológicos destinados a atender as necessidades do município de Senador Elói de Souza/RN.

ITEM, DESCRIÇÃO E QUANTIDADE:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.
1	ACIDO GEL (CONDOUC 37)	PCT	65
2	ADESIVO DENTINÁRIO, FRASCO COM 4ML. REFERÊNCIA:PRIME & BOND OU SINELE BLOND	FRASCO	60
3	AGULHA DESCARTÁVEL GENGIVALBISEL TRIFACETADO E CÂNULA SILICONIZADA, CÂNULA ALTAMENTE FLEXÍVEL, COM 100 UNID.	CX	150
4	ALAVANCA SELDIN ADULTO DIREITA	UND	2
5	ALAVANCA SELDIN ADULTO ESQUERDA	UND	2
6	ALAVANCA SELDIN ADULTO RETA	UND	2
7	ALVEOLITEM PARA USO ODONTOLÓGICO	UND	5
8	ANESTÉSICO INJETÁVEL LOCAL,MEPICAVAÍNA3%,COM VASO CONSTRITOR,CX COM 50 TUBETES ACONDICIONADOS EM BLISTERS LACRADOS COM 10 TUBETES CADA.	CX	125
9	ANESTÉSICO INJETÁVEL LOCAL,MEPIVACAÍNA3%,SEM VASOCONSTRITOR,CX COM 50 TUBETES ACONDICIONADOS EM BLISTERS LACRADOS COM 10 TUBETES CADA.	CX	30
10	0013138 - ANESTÉSICO INJETÁVEL, CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA2% COM FENILEFRINA, CONTENDO 50 TUBETES PLÁSTICOS DE 1,8ML.	CX	125
11	ANESTESICO TOPICO (BENZOTOP)	CX	10
12	APLICADOR DENTAL REGULAR (1,5 MM)- (TIPO MICROBRUSH),EMBALAGEM COM 100 UNID.	CX	100
13	AVENTAL DE CHUMBO COM PROTETOR DE TIREOIDE.	UND	1
14	BROCA 3168 FF	CX	15
15	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO 1016	CX	10
16	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO 3118FF	CX	10
17	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO 3195FF	CX	10
18	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO ESFÉRICA 1014	CX	10
19	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO ESFÉRICA 1015	CX	10
20	BROCA PONTA SHOFU,EM MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL EM FORMATO DE VELA	UND	15
21	BROCA ZEKRYA CURTA	UND	5
22	BROCA ZEKYA LONGA (COR ROSA)	UND	5
23	BROCA,MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL DIAMANTADA,FORMATO ESFÉRICA,TIPO HASTE/HASTE CURTA, TIPO CORTE CIRÚRGICA, NUMERAÇÃO 1011.	CX	5
24	BROCA,MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL DIAMANTADA,FORMATO ESFÉRICA, TIPO HASTE/HASTE CURTA, TIPO CORTE CIRÚRGICA, NUMERAÇÃO 1012	CX	10
25	BROCA, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL DIAMANTADA, FORMATO ESFÉRICA, TIPO HASTE/HASTE CURTA, TIPO CORTE CIRÚRGICA, NUMERAÇÃO 1013	CX	10
26	BROCA, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL DIAMANTADA, FORMATO ESFÉRICA, TIPO HASTE/HASTE CURTA, TIPO CORTE CIRÚRGICA, NUMERAÇÃO 1014	CX	10
27	BROCA,MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL DIAMANTADA,FORMATO ESFÉRICA,TIPO HASTE/HASTE CURTA,TIPO CORTE CIRÚRGICA,NUMERAÇÃO 1015	CX	10
28	BROCA,MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL DIAMANTADA,FORMATO ESFÉRICA,TIPO HASTE/HASTE LONGA,TIPO CORTE CIRÚRGICA,NUMERAÇÃO 3118F DOURADA	CX	10
29	BROCA,MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL DIAMANTADA,FORMATO ESFÉRICA,TIPO HASTE/HASTE LONGA,TIPO CORTE CIRÚRGICA,NUMERAÇÃO 3195	CX	10
30	0013161 - BROCA,MATERIAL,AÇO INOXIDÁVEL DIAMANTADA,FORMATO ESFÉRICA,TIPO HASTE/HASTE LONGA,TIPO CORTE CIRÚRGICA,NUMERAÇÃO 1016	CX	15
31	CABO PARA BISTURI Nº 03	UND	5
32	CABO PARA ESPELHO EM AÇO INOXIDÁVEL E ESTERILIZÁVEL.	UND	10
33	CANETA DE ALTA ROTAÇÃO	UND	3
34	CLORETO DE ARTICAINA +EPINEFRINA 100 COM 50 UND	CX	25
35	CUNHA DE MADEIRA COLORIDA	UND	10
36	CURETA ALVEOLAR,CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL. RESISTENTE AOS MÉTODOS NORMALMENTE USADOS PARA DESINFECÇÃO E ESTERILIZAÇÃO.	UND	4
37	CURETA FILANDIA 14-15 C.O 8MM	UND	4
38	CURETA MCCALL Nº17-18,CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL,ESISTENTE AOS MÉTODOS NORMALMENTE USADOS PARA DESINFECÇÃO E ESTERILIZAÇÃO.	UND	4
39	ESCOVA DE ROBSON, TIPO COM CERDAS RETAS EM COR BRANCA.	UND	25
40	ESPÁTULA DE INSERÇÃO Nº01. CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL,COM CORPO RANHURADO PARA APOIO DIGITAL E PONTAS ATIVAS ADEQUADAS Á FUNÇÃO,SER RESISTENTE AOS MÉTODOS NORMALMENTE USADOS DE DESINFECÇÃO E ESTERILIZAÇÃO.	UND	10
41	ESPELHO ODONTOLÓGICO Nº 5	UND	25
42	EXPLORADOR 05	UND	6
43	FILME ODONTOLÓGICO ADICIONAL PARA PROCESSAMENTO,DIMENSÕES 20X25 E DIMENSÕES 12,7 X 30,5 COM,NO MÍNIMO,100 UNIDADES.	CX	7
44	FIO DE SUTURA DE SEDA,MATERIAL SEDA TRANÇADA,TIPO FIO 3-0,COR PRETA,CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM AGULHA, TIPO AGULHA 3/8 CÍRCULO CILÍNDRICA, COMPRIMENTO AGULHA 3.	CX	100
45	FIO DENTAL ODONTOLÓGICO 50 METROS E UNIDADE ÚNICA E COR BRANCO,EMBALAGEM TRANSPARENTE.	UND	25
46	FIXADOR PARA PELÍCULA RADIOGRÁFICA ODONTOLÓGICA COM 475ML	UND	15
47	FLUOR GEL PARA APLICAÇÃO TÓPICA,SABORES VARIADOS (MORANGO,TUTIFRUTI)COM 200ML	FRASCO	25
48	FOCEPS ODONTOLÓGICO ADULTO Nº 151	UND	2
49	FOCEPS ODONTOLÓGICO ADULTO Nº150	UND	4
50	FOCEPS ODONTOLÓGICO ADULTO Nº18 L	UND	4
51	FOCEPS ODONTOLÓGICO ADULTO Nº18R	UND	4

52	FOCEPS ODONTOLÓGICO ADULTO Nº65	UND	2
53	FOCEPS ODONTOLÓGICO ADULTO Nº69	UND	2
54	FORMOCRESOL, USO ODONTOLÓGICO, EM FRASCOS DE 10ML	FRASCO	1
55	GRAU CIRÚRGICO.BOBINA DE 10CM X 100 M	ROLO	25
56	GRAU CIRÚRGICO.BOBINA DE 15CM X 100 M	ROLO	75
57	GRAU CIRÚRGICO.BOBINA DE 20 CM X 100 M	ROLO	25
58	HEMOSTOP SOLUÇÃO 10 ML	FRASCO	4
59	HIDRÓXIDO DE CÁLCIO PA, PÓ 10 GRAMAS.	FRASCO	10
60	HIDRÓXIDO DE CÁLCIO, PASTA BASE/CATALIZADOR,13G	UND	7
61	IONÔMERO DE VIDRO RESTAURAÇÃO PO + LIQ.A3	UND	15
62	KIT DE SAÚDE BUCAL INFANTIL (ESCOVA+ FIO+CREME)	KIT	1.000
63	MÁSCARA DESCARTÁVEL,CONFECCIONADA EM TRÊS CAMADAS,SENDO DUAS EXTERNAS EM NÃO TECIDO,ATÓXICO,HIPOALERGÊNICO,INODO RO,COM TRATAMENTO REPELENTE AOS AGENTES LÍQUIDOS,CLIP NASAL DE FÁCIL ADAPTAÇÃO AO CONTORNO DO ROSTO,COM ELÁSTICOS CONFORTÁVEIS QUE SE AJUSTA.	CX	100
64	MATERIAL RESTAURADOR INTERMEDIÁRIO (IRM), CONJUNTO PÓ (38G) E LÍQUIDO 15ML.	KIT	15
65	MATRIZ DE AÇO INOX ODONTOLÓGICA 5MM½ M	UND	10
66	MATRIZ DE AÇO INOX ODONTOLÓGICA 7MM ½ M	UND	10
67	ÓLEO LUBRIFICANTE ALTA ROTAÇÃO,APRESENTAÇÃO AEROSOL,TIPO USO LUBRIFICANTE E ANTICORROSIVO,USO APARELHO ODONTOLÓGICO ALTA ROTAÇÃO.	FRASCO	5
68	PAPEL CARBONO PARA ARTICULAÇÃO COM 12 FOLHAS TAM.APROX. 11 CM X 2,5 CM.	CX	25
69	PASTA PROFILÁTICA,PARA USO ODONTOLÓGICO,NEUTRA,COM FLÚOR,SEM ÓLEO,BISNAGA COM 90G. APLICAÇÃO PROFILAXIA.	FRASCO	15
70	PINÇA CLINICA P/ALGODÃO 317	UND	7
71	PLACA DE VIDRO,BASE PARA,COM O USO DA ESPÁTULA, MANIPULAÇÃO DE MATERIAIS.	UND	1
72	PORTA AGULHA MAYO HEGAR 16 CM ABC	UND	7
73	PORTA MATRIZ EM AÇO INOX PARA USO ODONTOLÓGICO,TIPO TOFFLEMIRE,TAMANHO INFANTIL E ADULTO.	UND	10
74	RESINA FLOWER	CX	25
75	RESINA Z 100 CORES: A2	UND	40
76	RESINA Z 100 CORES: A3	UND	40
77	REVELADOR DENTAL 475ML	UND	7
78	ROLINHO DE ALGODAO	PCT	150
79	SELADORA PARA PAPEL GRAU CIRURGICO	UND	1
80	SERINGA CARPULE,INOX E DOBRÁVEL, PARA TUBETES DE LIDOCAÍNA, SEM PONTEIRAS.	UND	5
81	SINDESMÓTOMO, PARA USO ODONTOLÓGICO COM DUAS TERMINAÇÕES	UND	2
82	SUGADOR CIRURGICO	UND	15
83	SUGADOR ODONTOLÓGICO COM 40 UNIDADES.	CX	150
84	TAÇA DE BORRACHA ODONTOLÓGICA	UND	15
85	TESOURA RETA ÍRIS, PARA USO ODONTOLÓGICO, MEDINDO 12 CM, CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL.	UND	7
86	TIRA DE LIXA DE AÇO 4MM COM 12 UNIDADES.	CX	25
87	TIRA DE POLIÉSTER PARA RESTAURAÇÃO DE RESINA E SILICATO COM 50 UNID	CX	25
88	ULTASON ODONTOLÓGICO COM JATO BICARBONATO.	UND	1

As propostas apresentadas servirão para o levantamento preliminar de preços praticados no mercado e verificação da modalidade de licitação cabível.

As Cotações de Preços requeridas deverão ser encaminhadas para o e-mail licitacaoeloidesouza@gmail.com no formato portátil de documento eletrônico, tipo PDF (Portable Document Format), contendo no mínimo:

a) Descrição do objeto, item, unidade, quantidade, valor unitário e total;
b) Valor total por extenso;
c) Número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;
d) Endereços físico, eletrônico e telefone de contato;
e) Data de emissão;
f) Nome completo e identificação do responsável pela emissão;
g) Proposta em papel timbrado assinada e com validade no mínimo 60 (sessenta) dias.

A cotação deverá ser encaminhada até o dia **25/09/2026**.

Publique-se e Cumpra-se.

Senador Elói de Souza/RN, 22 de setembro de 2026.

ANA CELI DA COSTA NUNES GOMES
Secretária Municipal de Saúde e Saneamento
Senador Elói de Souza/RN

Publicado por:
Jose Lucio Junior da Silva
Código Identificador:8ADE319B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO MEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E COMUNICAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - LICITAÇÃO N.º 008/2026

LICITAÇÃO N.º 008/2026
OBJETO:Contratação de empresa especializada para reforma da segunda etapa do corredor cultural Neném Miguel, localizado na vila Brasília, Serra do Mel/RN.
MODALIDADE: 008/2026

ATO DE ADJUDICAÇÃO

Considerando, o resultado do procedimento de licitação, em tela, configurado na ata que integra os autos deste certame.
Considerando, que após os lances e negociações diretas com esse Pregoeiro, foi conseguido valor de acordo com a pratica do mercado local.
Considerando, que não houve qualquer manifestação no que concerne a interposição de recursos, estando, portanto, precluso o direito de interposição de recurso pelos licitantes.
Considerando, finalmente o que preconizado o artigo 71 inciso IV da Lei 14.13/21.
ADJUDICO o presente procedimento em favor da(s) licitante(s):

Vencedor: JHM EMPREENDIMENTOS LTDA							
CNPJ: 53534446000162							
Endereço: , Nº 13, , Açu/RN							
Representante:							
Item	**Código**	**Descrição**	**UNID**	**Marca**	**QUANT**	**Preço**	**Total**
1	**70563**	**Contratação de empresa especializada para reforma do corredor cultural Neném Miguel, localizado na vila Brasília, Serra do Mel/RN.**	**SER**		**1,00**	**461.000,0000**	**461.000,00**
						Total	461.000,00

Valor total da contratação 461.000,00
Encaminhe o processo ao Senhor Secretário da Pasta, para deliberação superior.

Serra do Mel/RN, 22/09/2026.

HUDSON KÊNIO DE MOURA AZEVEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
André Lima de Azevedo
Código Identificador:625BBCBD

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E COMUNICAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - LICITAÇÃO N.º 008/2026

LICITAÇÃO N.º 008/2026
OBJETO: Contratação de empresa especializada para reforma da segunda etapa do corredor cultural Neném Miguel, localizado na vila Brasília, Serra do Mel/RN.
MODALIDADE: 008/2026

ATO DE HOMOLOGAÇÃO

Considerando, o resultado do procedimento de licitação, em tela, configurado na ata que integra os autos deste certame.
Considerando, que após os lances e negociações diretas com esse Pregoeiro, foi conseguido valor de acordo com a pratica do mercado local.
Considerando, que não houve qualquer manifestação no que concerne a interposição de recursos, estando, portanto, precluso o direito de interposição de recurso pelos licitantes.
Considerando, finalmente o que preconizado o inciso IV, do artigo 71º, da Lei Federal n.º 14.133./2021.
HOMOLOGO o presente procedimento tendo em vista está elaborado de acordo com a legislação vigente.

Vencedor: JHM EMPREENDIMENTOS LTDA							
CNPJ: 53534446000162							
Endereço: , Nº 13, , Açu/RN							
Representante:							
Item	**Código**	**Descrição**	**UNID**	**Marca**	**QUANT**	**Preço**	**Total**
1	**70563**	**Contratação de empresa especializada para reforma do corredor cultural Neném Miguel, localizado na vila Brasília, Serra do Mel/RN.**	**SER**		**1,00**	**461.000,0000**	**461.000,00**
						Total	461.000,00

Valor total da contratação 461.000.00

Serra do Mel/RN, 22/09/2026.

HUDSON KÊNIO DE MOURA AZEVEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
André Lima de Azevedo
Código Identificador:7E794D15

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NEGRA DO NORTE

GABINETE CIVIL
LEI MUNICIPAL Nº 927, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

RATIFICA AS ALTERAÇÕES REALIZADAS NO PROTOCOLO DE INTENÇÕES, CONSUBSTANCIADO NO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO SERIDÓ - CIS SERIDÓ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Serra Negra do Norte, no uso de suas atribuições legais faz saber que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Nos termos do artigo 12-A, da Lei Federal nº 11.107/2005, ficam ratificadas, em todos os seus termos, as alterações realizadas no Protocolo de Intenções, consubstanciado no Contrato de Consórcio Público, firmado entre este município, mediante autorização da Lei Municipal nº 813/2023.
Art. 2º. O texto consolidado do Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Seridó, disposto no Anexo I, é parte integrante desta Lei, aprovada pela Resolução CIS nº 12/2026 e publicada no Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Norte, dia 06/08/2026, Edição 3850.

Serra Negra do Norte/RN, 22 de setembro de 2026.

ACÁCIO SÂNZIO DE BRITO
Prefeito

ANEXO I

Aprovado pela Resolução CIS nº 12/2026 e publicado no Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Norte, dia 06/08/2026, Edição 3850.

1ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO SERIDÓ - CIS SERIDÓ

Os entes consorciados ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Seridó - CIS SERIDÓ, deliberaram por unanimidade, em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 03 de junho de 2026, dar nova redação ao Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Seridó, que passa a ter a seguinte redação:

TÍTUTO I
DA DENOMINAÇÃO, CONSTITUIÇÃO, SEDE, ÁREA DE ATUAÇÃO, DURAÇÃO E FINALIDADE

CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO E CONSTITUIÇÃO

Cláusula 1ª O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO SERIDÓ - CIS SERIDÓ, constitui-se sob a forma de associação pública com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, regendo-se pelos dispositivos da Constituição da República Federativa do Brasil, Lei Federal 11.107/2005, Decreto Federal 6.017/2007, Lei Federal 8.080/90 (Lei Orgânica da Saúde), Lei Federal 8.142/90, pelo Contrato de Consórcio Público e pela regulamentação que vier a ser adotada pelos seus órgãos competentes.
§ 1º Somente será considerado consorciado o Ente da federação que ratificar por lei o Contrato de Consórcio Público e tiver a solicitação de ingresso homologada pela Assembleia Geral do Consórcio.
§ 2º O Consórcio gozará da imunidade tributária de que trata o art. 150, VI, "a", e § 2º, da Constituição Federal, bem como da isenção dos demais tributos instituídos pelos entes consorciados.
§ 3º Ao Consórcio fica delegada a capacidade tributária ativa para retenção de imposto de renda retido na fonte sobre rendimentos pagos por ele a qualquer título.
§ 4º A retenção de que trata o parágrafo anterior fica restrita às normas gerais emanadas pela União, vedada a adoção de qualquer outro critério pelo Consórcio.

Cláusula 2ª Integram o Consórcio os entes federativos relacionados no Anexo I, compreendendo os subscritores do Protocolo de Intenções e os que forem admitidos posteriormente, via ratificação por lei do Contrato de Consórcio Público e aprovação em Assembleia Geral.

Cláusula 3ª O Protocolo de Intenções originário, regularmente ratificado por lei pelos municípios relacionados no Anexo I deste contrato, converteu-se automaticamente em Contrato de Consórcio Público, constituindo o ato formal de criação do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO SERIDÓ, doravante denominado Consórcio.
§ 1º A alteração do Contrato de Consórcio de Público dependerá de aprovação pela Assembleia Geral, produzindo efeitos jurídicos após ratificação, mediante lei, pela maioria dos entes consorciados, nos termos do art. 12-A da Lei nº 11.107/2005.

CAPÍTULO II
DA SEDE, ÁREA DE ATUAÇÃO E DURAÇÃO

Cláusula 4ª O Consórcio tem sua sede e foro em Currais Novos, na ROD BR 226, S/N, QUADRA nº 0895, LOTE nº 0003, Paizinho Maria, CEP 59.380-000, Estado do Rio Grande do Norte.
§ 1º O local da sede poderá ser alterado mediante decisão da Assembleia Geral, dispensada a ratificação por lei pelos entes consorciados, devendo a alteração ser formalizada por meio de alteração contratual e devidamente publicada.
§ 2º A Assembleia Geral poderá deliberar pela mudança da sede, desde que venha a se estabelecer dentro da área de atuação do Consórcio.

Cláusula 5ª A área de atuação do consórcio corresponde ao somatório das áreas territoriais dos municípios que o integram, constituindo-se numa unidade territorial sem limites intermunicipais para as finalidades a que se propõe.

Cláusula 6ª O consórcio terá tempo de duração indeterminado.

CAPÍTULO III
DAS FINALIDADES

Cláusula 7ª São finalidades do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Seridó:
I - representar o conjunto dos municípios que o integram, em assuntos de saúde de interesse comum, perante outras esferas de Governo e perante quaisquer entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais;
II - assegurar a prestação de serviços de saúde em caráter suplementar e complementar à população dos municípios consorciados, em conformidade com as diretrizes do SUS e de maneira eficiente e eficaz, sempre que tais serviços não possam ser prestados diretamente somente pelo município;
III - fomentar o fortalecimento das especialidades de saúde existentes nos municípios consorciados ou que neles vierem a se estabelecer;
IV - estimular a integração das diversas instituições públicas e privadas para melhor operacionalização das atividades de saúde;

V - criar instrumentos de controle, acompanhamento e avaliação dos serviços de saúde prestados à população;
VI - planejar, adotar e executar programas e medidas destinados à promoção de saúde dos habitantes dos municípios consorciados, em especial apoiar serviços e campanhas do Ministério da Saúde e Secretaria de Estado da Saúde;
VII - desenvolver e executar serviços e atividades de interesse dos municípios consorciados de acordo com os projetos e programas de trabalho aprovados pelo Consórcio;
VIII - desenvolver, de acordo com as necessidades e interesses dos consorciados, ações conjuntas de vigilância em saúde, tanto sanitária quanto epidemiológica;
IX - realizar estudos de caráter permanente sobre as condições epidemiológicas da região oferecendo alternativas de ações que modifiquem tais condições;
X - viabilizar ações conjuntas na área de compra e/ou produção de equipamentos, materiais, medicamentos e outros insumos;
XI - incentivar e apoiar a estruturação dos serviços básicos de saúde nos entes consorciados, objetivando a uniformidade de atendimento médico e de auxílio diagnóstico para a correta utilização dos serviços oferecidos através do Consórcio;
XII - prestar assessoria na implantação de programas e medidas destinadas à promoção da saúde da população dos municípios consorciados;
XIII - estabelecer relações corporativas com outros consórcios regionais que por sua localização possibilite o desenvolvimento de ações conjuntas;
XIV - criar, alterar e adequar tabelas de procedimentos e valores, relativos à sua área de atuação, bem como reajustá-las financeiramente para suprir as necessidades dos municípios consorciados;
XV - outas finalidades definidas em Assembleia Geral.
§ 1º A implementação das ações, programas e projetos relacionados às finalidades do Consórcio será deliberada pela Assembleia Geral, observadas as diretrizes estabelecidas pelos entes consorciados.
§ 2º Para o desenvolvimento das ações estabelecidas no parágrafo anterior, poderão ser criados órgãos internos, cuja organização, competências e funcionamento serão definidos no Regimento Interno do Consórcio ou em regulamentação própria.
§ 3º Para cumprir as suas finalidades o Consórcio poderá:
I - adquirir e/ou receber em doação os bens que entender necessários, os quais integrarão seu patrimônio;
II - firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções de outras entidades e órgãos governamentais ou da iniciativa privada;
III - prestar a seus consorciados os serviços previstos nesta cláusula;
IV - efetuar o credenciamento e/ou licitação para contratação de serviços e insumos em nome dos municípios consorciados;
V - contratar e ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes consorciados, dispensada a licitação;
VI - solicitar apoio técnico e operacional de servidores dos entes consorciados e/ou associações representativas dos municípios, nos termos da legislação aplicável;
VII - contratar assessoria ou consultoria técnica especializada para o desenvolvimento de planos, projetos, estudos e demais atividades relacionadas com as finalidades do consórcio;
VIII - promover o compartilhamento ou o uso em comum de instrumentos e equipamentos, inclusive de gestão, de manutenção, de informática, de pessoal técnico e de procedimentos de licitação e de admissão de pessoal;

TÍTULO II
DA GESTÃO ASSOCIADA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

CAPÍTULO I
DA GESTÃO ASSOCIADA

Cláusula 8ª Os entes consorciados autorizam a gestão associada de serviços públicos de saúde, delegando ao consórcio a prestação de serviços previstas na cláusula 7ª, e seus incisos, deste Contrato de Consórcio.
Parágrafo único. Quando se tratar de prestação de serviço público em regime de gestão associada, observada a definição do art. 2º, inciso XIII do Decreto de nº 6.017/2007, poderá ser formalizado mediante a celebração de contrato de programa, quando envolver a prestação direta de serviços públicos pelo Consórcio, nos termos do art. 13 da Lei nº 11.107/2005

TÍTULO III
INSTRUMENTOS DE GESTÃO E CONTRATUALIZAÇÃO

Cláusula 9ª É dispensada a licitação para a realização contrato de rateio e/ou contrato interadministrativo de prestação de serviços ou fornecimento de bens, entre o Consórcio ente consorciado, nos termos do art. 2º, § 1º, III, da Lei Federal nº 11.107/2005 e do art. 18 do Decreto Federal nº 6.017/2007.

CAPÍTULO I
CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Cláusula 10 O contrato interadministrativo de prestação de serviços e/ou fornecimento de bens, consiste em instrumento que disciplinará a prestação de serviços e fornecimento de bens entre o Consórcio e os entes consorciados ou por entidade que integra a administração indireta deste último, onde o Consórcio receberá os recursos financeiros decorrentes da prestação de serviços e/ou entrega de bens, após a realização dos mesmos.

CAPÍTULO II
CONTRATO DE RATEIO

Cláusula 11 O contrato de rateio é o instrumento por meio do qual os entes consorciados comprometem-se a transferir recursos financeiros de forma antecipada para a realização de despesas do consórcio, consignados em suas respectivas leis orçamentárias anuais.
§ 1º O contrato de rateio será formalizado em cada exercício financeiro, e seu prazo de vigência não será superior ao das dotações que o suportam, com exceção dos contratos que tenham por objeto exclusivamente projetos consistentes em programas e ações contempladas em plano plurianual.
§ 2º É vedada a aplicação de recursos entregues por meio de contrato de rateio para o atendimento de despesas genéricas, inclusive transferência ou operações de crédito.
§ 3º Aplica-se ao contrato de rateio o disposto no § 2º do art. 12 da Lei Federal 4.620/64.
§ 4º Os entes consorciados, isolados ou em conjunto, bem como o Consórcio, são partes legítimas para exigir o cumprimento das obrigações previstas no contrato de rateio.
§ 5º O critério para fixação do rateio será deliberado pela Assembleia Geral.

§ 6º As cláusulas do contrato de rateio não poderão conter disposição tendente a afastar ou dificultar a fiscalização exercida pelos órgãos de controle interno e externo ou pela sociedade civil de quaisquer dos entes da federação consorciados.

Cláusula 12 Existindo restrição na realização de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira, ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, o Ente consorciado deverá informá-la, por escrito, ao Consórcio, indicando quais medidas foram tomadas para regularizar a situação, de modo a garantir a contribuição prevista no contrato de rateio.

Cláusula 13 Fica facultado o pagamento dos valores pactuados no contrato de rateio, administrativo e/ou de programa, conforme for o caso, mediante débito automático em conta bancária do Ente consorciado em favor do Consórcio, desde que atendidas, cumulativamente, as seguintes condições:
I - que todos os repasses ao Consórcio estejam previstos nas peças orçamentárias municipais, bem como no contrato;
II - que seja processado por instituição financeira oficial;
III - que observe os limites de prazo e valor pactuados no contrato;
IV - que o (a) chefe do Poder Executivo consorciado encaminhe ofício à instituição financeira autorizando o débito automático.

CAPÍTULO III
CONTRATO DE PROGRAMA

Cláusula 14 O contrato de programa consiste em instrumento pelo qual devem ser constituídas e reguladas as obrigações de ente consorciado para com o Consórcio, para a prestação de serviços públicos em regime de gestão associada, em que ocorra a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal ou de bens necessários à continuidade dos serviços transferidos.
§ 1º O contrato de programa deverá atender à legislação de concessões e permissões de serviços públicos e, especialmente no que se refere ao cálculo de tarifas e de outros preços públicos, à de regulação dos serviços a serem prestados.
§ 2º É dispensável a licitação para celebração de contrato de programa com ente federativo ou com entidade de sua Administração Pública indireta que envolva a prestação de serviços públicos de forma associada nos termos autorizados em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação, nos termos do inciso XI, do art. 75 da Lei Federal 14.133/2021.
§ 3º São cláusulas necessárias do contrato de programa aquelas descritas no art. 13, §2º, da Lei nº 11.107/2005, e art. 33 do Decreto nº 6.017/2007.
§ 4º A extinção do contrato de programa dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas, especialmente aquelas relativas a investimentos realizados e à continuidade e viabilidade econômico-financeira da prestação dos serviços.
§ 5º O contrato de programa continuará vigente nos casos de:
I - o titular se retirar do consórcio público ou da gestão associada;
II - extinção do consórcio público.

TÍTULO IV
DA ESTRUTURA E COMPETÊNCIAS

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 15 O Consórcio será organizado por Contrato de Consórcio Público, decorrente das leis dos entes que o ratificaram.
§ 1º O Consórcio regulamentará em Regimento Interno, aprovado pelo Conselho Administrativo, as demais situações não previstas neste Contrato de Consórcio Público.
§ 2º As deliberações em todos os órgãos do Consórcio deverão ser preferencialmente realizadas em consenso.
§ 3º O Poder Executivo de cada ente consorciado deverá incluir nas suas propostas orçamentárias anuais dotações suficientes à cobertura das responsabilidades financeiras decorrentes do Consórcio, insertas nos contratos de rateio e prestação de serviços a serem aprovados em Assembleia Geral.
§ 4º Não será admitido consorciamento parcial ou condicional.
§ 5º Fica autorizada a destinação de bens móveis e imóveis ao Consórcio, sob a forma de cessão de uso, desde que vinculados aos interesses e atribuições do Consórcio.

CAPÍTULO II
DA ESTRUTURA

Cláusula 16 O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Seridó terá a seguinte estrutura:
I - Assembleia Geral;
II - Conselho Administrativo;
III - Conselho Fiscal;
IV - Secretaria Executiva;
V - Colegiado de Saúde.

SEÇÃO I
DA ASSEMBLEIA GERAL

Cláusula 17 A Assembleia Geral, instância máxima do consórcio, é o órgão colegiado composto pelos Chefes do Poder Executivo de todos os entes consorciados e será comandada por um Conselho Administrativo, assim constituído:
I - Presidente;
II - 1º Vice-Presidente;
III - 2º Vice-Presidente.
§ 1º No caso de impedimento ou ausência do chefe do Poder Executivo, somente o vice-prefeito poderá assumir a sua representação, inclusive com direito a voz e voto.
§ 2º Ninguém poderá representar mais de um Ente consorciado na mesma Assembleia Geral.
§ 3º A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho Administrativo do Consórcio, ou pelo 1º Vice-Presidente na sua falta, ou ainda pelo 2º Vice-Presidente na ausência dos dois anteriores.

Cláusula 18 A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente duas vezes ao ano, para deliberação sobre o Balanço do Exercício e Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício anterior, sobre o orçamento para o exercício seguinte e ainda para a eleição do Conselho Administrativo e do Conselho Fiscal, e extraordinariamente quando convocado pelo Presidente do Conselho Administrativo do Consórcio, por um quinto de seus membros, ou pelo Conselho Fiscal, para outras finalidades.
§ 1º As Assembleias Gerais serão convocadas pelo presidente do consórcio, por meio de edital de convocação, em atenção aos seguintes prazos e requisitos:
I - para a Assembleia Geral ordinária, a convocação acontecerá com 5 (cinco) dias de antecedência da data estipulada, contados a partir da publicação do edital, contendo, resumidamente, a pauta de discussão, o dia, a hora e o local;
II - para a Assembleia Geral extraordinária, a convocação acontecerá com 3 (três) dias de antecedência da data estipulada, contados a partir da publicação do edital, contendo, resumidamente, a pauta de discussão, o dia, a hora e o local.
§ 2º O quórum de instalação da Assembleia Geral, em primeira convocação, será da maioria dos consorciados. Não se realizando em primeira convocação, considera-se automaticamente convocada para 30 (trinta) minutos depois, no mesmo local, quando se realizará com qualquer número de entes consorciados.
§ 3º As Assembleias Gerais poderão acontecer virtualmente, por meio do uso de métodos que garantam a autenticidade da participação dos membros convocados e de seus respectivos votos, sendo seu procedimento fixado no edital de convocação.

Cláusula 19 Cada ente consorciado terá direito a um voto na Assembleia Geral.
Parágrafo único. O voto será público e nominal.

Cláusula 20 Compete à Assembleia Geral:
I - eleger o Conselho Administrativo e o Conselho Fiscal;
II - homologar o ingresso no consórcio de municípios que tenham ratificado o contrato de consórcio;
III - autorizar o consorciamento de novos municípios;
IV - aprovar as alterações do Contrato de Consórcio Público, que deverá ser ratificada por lei pela maioria dos entes consorciados;
V - aplicar a penalidade de exclusão de Ente consorciado, observado o devido processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa;
VI - autorizar a alteração do quadro de pessoal do consórcio ou as atribuições dos empregos públicos;
VII - deliberar sobre os critérios das contribuições para manutenção do Consórcio por meio do contrato de rateio;
VIII - aprovar:
o orçamento anual do consórcio;
política patrimonial e financeira e os programas de investimento do consórcio;
relatório anual de atividades;
prestação de contas do Conselho Administrativo, após a análise do Conselho Fiscal;
a realização de operação de crédito;
a celebração de convênios;
a alienação e a oneração de bens imóveis do consórcio;
a mudança de sede do consórcio;
a extinção do consórcio.
IX - aceitar cessão onerosa ou não de servidores do ente consorciado ou conveniado;
X - contratar serviços de auditoria externa;
XI - deliberar sobre assuntos gerais do consórcio;
XII - deliberar sobre a remuneração de novos cargos, a concessão de vantagens pecuniárias, aumento real de remuneração dos empregados do Consórcio.

Cláusula 21 O quórum de deliberação da Assembleia Geral, ressalvadas as previsões estabelecidas ao longo deste instrumento que exigem maioria qualificada, será de:
I - unanimidade de votos de todos os consorciados para as competências dispostas no inciso VIII, alínea “i” da cláusula anterior;
II - maioria absoluta de todos os consorciados para as competências dispostas nos incisos II, III, IV, VII, VIII alíneas “g” e “h”, XIII do artigo anterior
III - maioria simples dos consorciados presentes às assembleias para as demais deliberações.
§ 1º Compete ao Presidente do Conselho Administrativo, além do voto normal, o voto de minerva.
§ 2º Havendo consenso entre seus membros, as deliberações tomadas por maioria simples dos consorciados presentes poderão ser efetivadas através de aclamação.

SEÇÃO II
DO CONSELHO ADMINISTRATIVO

Cláusula 22 O Conselho Administrativo é órgão de direção do consórcio, assim constituído:
I - Presidente;
II - 1º Vice-Presidente;
III - 2º Vice-Presidente.
§ 1º Os membros do Conselho Administrativo serão escolhidos em Assembleia Geral para mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição por apenas uma recondução consecutiva.
§ 2º Os membros do Conselho Administrativo não tem direito a remuneração pelo exercício de suas funções.
§ 3º Os membros do Conselho Administrativo não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas em nome do Consórcio, mas assumirão as responsabilidades pelos atos praticados de forma contrária à Lei ou às disposições contidas no presente Contrato de Consórcio.

Cláusula 23 Compete ao Conselho Administrativo:
I - deliberar sobre os assuntos gerais não atribuídos à Assembleia Geral;
II - aprovar e modificar o Regimento Interno do Consórcio, bem como resolver e dispor sobre os casos omissos;
III - analisar o plano de atividades e a proposta orçamentária anual, em consonância com os objetivos e as prioridades que podem ter sido sugeridas pelo Colegiado de Saúde, submetendo-se à aprovação da Assembleia Geral;
IV - definir a política patrimonial e financeira e os programas de investimentos do Consórcio;
V - admitir e demitir o Secretário Executivo do consórcio;
VI - analisar o relatório anual das atividades e submetê-lo à Assembleia Geral;

VII - propor à Assembleia Geral, para aprovação, as percentagens e/ou valores dos contratos de rateio a serem celebrados com os municípios consorciados;
VIII - autorizar a alienação dos bens móveis do consórcio;
IX - autorizar o provimento dos empregos públicos previstos no Anexo II deste Contrato de Consórcio Público, as contratações temporárias para atendimento de excepcional interesse público e a contratação de estagiários;
X - propor à Assembleia Geral a concessão de aumento real da remuneração dos empregados públicos;
XI - deliberar sobre a suspensão da prestação de serviços aos municípios que deixarem de cumprir com suas obrigações firmadas em contrato de programa, contrato interadministrativo de prestação de serviços ou contrato de rateio.

Cláusula 24 O presidente do Conselho Administrativo responderá como Presidente do Consórcio, a quem compete:
I - representar o Consórcio ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, podendo firmar contratos ou convênios, bem como constituir procuradores *ad negotia* e *ad judicia;*
II - convocar e presidir as assembleias e manifestar o voto de qualidade e de minerva, caso necessário;
III - dar posse aos membros do conselho fiscal;
IV - celebrar convênios e acordos congêneres;
V - prestar contas ao órgão concedente dos auxílios e subvenções que o consórcio venha a receber;
VI - ordenar as despesas do consórcio e responsabilizar-se por sua prestação de contas;
VII - na qualidade de ordenador de despesas, movimentar, em conjunto com o Secretário Executivo, as contas bancárias e os recursos financeiros do Consórcio;
VIII - aceitar a cessão de servidores, onerosa ou gratuita, do ente consorciado ao consórcio;
IX - instituir diárias para fins de ressarcimento das despesas de deslocamento dos empregados públicos no Brasil e exterior.
X - designar comissões ou equipe de apoio em processos de licitação, em processos administrativos disciplinares ou para coordenar os trabalhos de concurso público ou processo seletivo simplificado;
XI - conceder a revisão anual, conforme índices estabelecidos neste instrumento, dos vencimentos previstos para o quadro de pessoal, bem como dos valores referentes às gratificações;
XII - determinar a instauração de procedimentos administrativos disciplinares em razão de condutas dos empregados públicos;
XIII - dar cumprimento, por meio de Resoluções, às deliberações da Assembleia Geral, do Conselho Administrativo, da Secretaria Executiva e do Conselho Fiscal;
XIV - expedir portarias para dar força normativa às decisões monocráticas de sua competência;
XV - homologar e adjudicar processos licitatórios e assinar os respectivos contratos;
XVI - zelar pelos interesses do Consórcio, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas por este Contrato de Consórcio ou por outro órgão do Consórcio.
Parágrafo único. As competências arroladas nos incisos I, IX, e XV poderão ser delegadas ao Secretário Executivo.

Cláusula 25 O afastamento do cargo do Chefe do Poder Executivo é impedimento para exercer os cargos da Presidência, enquanto perdurar a situação.
Parágrafo único. O Vice-Presidente quando assumir o cargo de Presidente será considerado como Presidente em exercício.

SEÇÃO III
DO CONSELHO FISCAL

Cláusula 26 O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização do consórcio, será composto por 3 (três) membros titulares e 3 (três) membros suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, devendo o seu mandato coincidir com do Conselho Administrativo.
§ 1º O Conselho Fiscal será presidido por um dos seus membros, escolhido entre seus pares.
§ 2º Os membros do Conselho Fiscal não tem direito a remuneração pelo exercício de suas funções.

Cláusula 27 Compete ao Conselho Fiscal:
I - fiscalizar a administração financeira e contábil do consórcio;
II - acompanhar e fiscalizar, sempre que considerar oportuno e conveniente, quaisquer operações econômicas e financeiras da entidade e propor à Assembleia Geral a contratação de auditorias;
III - emitir parecer sobre a proposta orçamentária, balanços e relatórios de contas em geram a serem submetidas à Assembleia Geral.

Cláusula 28 O Conselho Fiscal, através do seu Presidente e por decisão da maioria absoluta de seus integrantes convocará, obrigatoriamente, a Secretaria Executiva para as devidas providências quando forem identificadas irregularidades na escrituração contábil, nos atos de gestão financeira ou ainda inobservância de normas legais, estatutárias ou regimentais.

SEÇÃO IV
DO COLEGIADO DE SAÚDE

Cláusula 29 O Colegiado de Saúde consistirá em órgão consultivo e propositivo, e será composto pelos Gestores de Saúde dos entes consorciados.

Cláusula 30 Ao Colegiado de Saúde cabe:
I - propor o plano de trabalho e as metas a serem alcançadas pelo consórcio;
II - sugerir as atividades a serem executadas pelo consórcio de acordo com as demandas apuradas nos municípios;
III - fomentar a transferência da execução de serviços de saúde da administração direta dos municípios ao consórcio, nos casos em que este prestar tais serviços;
IV - promover a interação entre as atividades de saúde prestadas no âmbito dos municípios e no consórcio;
V - atuar em aspectos relacionados às demais atribuições atinentes as suas funções na estrutura do consórcio.
§ 1º O Colegiado de Saúde será presidido por um dos seus membros, escolhido entre seus pares.
§ 2º Nenhum dos membros do Colegiado de Saúde perceberá remuneração pelo exercício de suas funções.
§ 3º O Colegiado de Saúde reunir-se-á, preferencialmente, uma vez por mês, para discutir as tarefas de sua competência.

SEÇÃO V
DA SECRETARIA EXECUTIVA

Cláusula 31 A Secretaria Executiva é o órgão executivo e de gestão do Consórcio e será administrada por um secretário executivo, cabendo-lhe exercer todos os atos atinentes ao cumprimento dos objetivos do Consórcio.
Parágrafo único. A Secretaria Executiva será exercida por um Secretário Executivo de livre nomeação e exoneração pelo Conselho Administrativo.

Cláusula 32 Compete ao Secretário Executivo:
I - promover a execução das atividades do Consórcio;
II - colher e avaliar as sugestões apontadas pelo Colegiado de Saúde e, se possível, promover sua execução no âmbito do consórcio;
III - propor ao presidente alterações na estrutura administrativa e no quadro de pessoal, bem como apresentar demais assuntos relacionados a esses temas que demandem aprovação do Conselho Administrativo ou da Assembleia Geral;
IV - elaborar o Plano de Atividades, Proposta Orçamentária Anual e Relatório Anual de Atividades;
V - elaborar os balancetes mensais para ciência do Conselho Fiscal e da Assembleia Geral;
VI - promover os atos de transparência do consórcio;
VII - movimentar em conjunto com o Presidente do Conselho Administrativo do consórcio as contas bancárias e os recursos financeiros;
VIII - designar seu substituto, em caso de impedimento ou ausência para responder pelo expediente;
IX - providenciar as convocações, agendas e locais para as reuniões da Assembleia Geral;
X - elaborar os processos de licitação para contratação de empresas e instituições e celebração de convênios ou termo de credenciamento com pessoas jurídicas;
XI - expedir certidões, declarações, passar recibos, receber citações e intimações, bem como dar adequado tratamento a todos os demais documentos a serem expedidos ou recebidos relativos a matérias administrativas do Consórcio;
XII - supervisionar e gerenciar a execução dos serviços pelos empregados do Consórcio;
XIII - quando autorizado, representar o presidente perante os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, incluindo as Administrações diretas e indiretas, bem como representá-lo junto a instituições financeiras, cartórios de registros públicos de pessoas físicas, jurídicas, títulos e documentos e de imóveis, e demais outros órgãos para o fiel cumprimento de suas obrigações;
XIV - assessorar os trabalhos das assembleias e demais reuniões do Consórcio.

CAPÍTULO III
DOS EMPREGADOS PÚBLICOS

Cláusula 33 O Regime de Trabalho dos empregados do consórcio é o da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, vinculados ao Regime Geral de Previdência Social e regidos, subsidiariamente, pelo que estabelece este Contrato de Consórcio, bem como o Regimento Interno.
§ 1º Os servidores efetivos dos municípios consorciados recebidos em cessão pelo consórcio, na forma deste regulamento, permanecerão no seu regime jurídico originário.
§ 2º O provimento dos empregos públicos permanentes dar-se-á mediante a prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos.
§ 3º Os empregados públicos incumbidos da gestão do consórcio não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas pelo consórcio, salvo pelos atos cometidos em desacordo com a lei ou com as disposições do Regimento Interno, Resoluções e Portarias do Consórcio.
§ 4º O cumprimento da jornada de trabalho e o respectivo controle serão definidos no Regimento Interno do Consórcio.
§ 5º Os empregados do Consórcio não poderão ser cedidos, nem mesmo para os entes consorciados.
§ 6º A estrutura administrativa do consórcio, obedecido ao disposto neste Contrato de Consórcio, será definida em Regimento Interno.

SEÇÃO I
QUADRO DE EMPREGADOS

Cláusula 34 O quadro de pessoal do Consórcio é composto por empregados permanentes e empregados públicos comissionados, de livre admissão e demissão, conforme consta no Anexo II deste Contrato de Consórcio Público.
§ 1º O emprego público de Secretário Executivo do Consórcio deverá ser ocupado por profissional de nível superior completo, em curso reconhecido pelo MEC, com experiência comprovada não inferior a 3 (três) anos em gestão pública ou privada, vedada a admissão de cônjuge, companheiro(a) ou parente, até terceiro grau, de qualquer membro do Conselho Administrativo e Fiscal.
§ 2º Fica vedada a admissão de cônjuge, companheiro(a) ou parente, até o terceiro grau, de qualquer membro do Conselho Administrativo e Fiscal, para empregos públicos de livre admissão e demissão.
§ 3º As atribuições dos empregos públicos, sempre que necessário e de interesse do consórcio, poderão ser alteradas ou adequadas, mediante aprovação pelo Conselho Administrativo.
§ 4º Os empregados públicos do Consórcio não tem direito à estabilidade no serviço público.
§ 5º O edital de concurso público para investidura nos empregos públicos definirá a forma da posse, validade do concurso, exigências, atribuições, salário, tipo de prova (escrita, prática e/ ou prático-orais), bem como todos os requisitos a serem satisfeitos pelos candidatos, tanto para inscrição como para o eventual exercício do emprego público.

Cláusula 35 É facultado ao consórcio público conceder estágio a aluno matriculado em curso regular de ensino mantido pelo poder público ou pela iniciativa privada, com funcionamento autorizado ou reconhecido pelos órgãos competentes, respeitando a legislação federal acerca do tema e as condições a serem disciplinadas pelo Conselho Administrativo.
§ 1º Os empregados públicos permanentes serão providos mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do emprego público, sem direito a estabilidade.
§ 2º Os empregados públicos comissionados são aqueles de livre nomeação e exoneração, em regime de integral dedicação ao serviço, destinados às atribuições de direção, chefia e assessoramento, regidos pelos critérios de confiança, podendo ser ocupados tanto por empregados públicos concursados como por empregados públicos nomeados especialmente para esse fim.

SEÇÃO II
CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

Cláusula 36 Fica autorizada a contratação temporária de empregados públicos, para fins de necessidade temporária de excepcional interesse público, em conformidade com o inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, nos seguintes casos:
I - afastamentos legais, licenças, calamidade pública, surtos epidemiológicos, aumento excepcional de demanda ou outras situações temporárias devidamente justificadas;
II - vacância de emprego permanente, até a admissão de novo empregado aprovado em concurso público;
III - aumento incomum de demanda dos serviços, devidamente justificada e por decisão do Conselho Administrativo;

IV - execução de serviços por profissional de notória especialização;
§ 1º Os empregados públicos temporários, mediante processo seletivo simplificado de contratação, exercerão funções – por prazo determinado – para atender às necessidades temporárias de interesse público.
§ 2º A duração do contrato temporário será limitada ao prazo de substituição ou da execução do programa, não podendo ultrapassar o limite de 2 (dois) anos.
§ 3º As contratações temporárias somente poderão ocorrer quando houver suficiência de dotação orçamentária e mediante autorização do Presidente do Conselho Administrativo e/ou da Secretaria Executiva.

SEÇÃO III
REMUNERAÇÃO

Cláusula 37 Os valores dos salários dos empregos são os constantes no Anexo II deste Contrato de Consórcio, assegurada a revisão geral anual.

Cláusula 38 Fica assegurada a revisão geral anual de salários, sempre no mês de janeiro de cada ano, nos termos da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou, na sua ausência, por outro que venha a substituí-lo, no período acumulado de janeiro a dezembro do ano anterior.
§ 1º A aplicação da revisão geral anual de salários dar-se-á mediante Resolução aprovada pelo Presidente do Conselho Administrativo do Consórcio.
§ 2º A revisão geral anual incidirá, uniformemente, em todas as referências constantes na Tabela de Salários (anexo II).

Cláusula 39 A Assembleia Geral poderá conceder aumento real da remuneração dos empregados do consórcio, única e exclusivamente com o objetivo de revisar os valores para adequá-los à realidade do mercado, mediante justificativa.
§ 1º Entende-se por realidade de mercado, a média salarial paga aos empregados que exerçam atividades semelhantes àquelas previstas neste instrumento, considerando-se a carga horária e a área de abrangência da região do município em que estiver sediado.
§ 2º O aumento real da remuneração poderá ser concedido em percentuais diferenciados para cada cargo.

SEÇÃO IV
DAS GRATIFICAÇÕES E ADICIONAIS

Cláusula 40 Além do salário e das demais vantagens previstas em lei, no Contrato de Consórcio Público ou no Regimento Interno, poderão ser deferidas aos empregados as seguintes gratificações e adicionais:
I - adicional por serviço extraordinário, na forma da lei;
II - adicional de férias, na forma da lei;
III - adicional pelo trabalho insalubre ou perigoso, na forma da lei;
IV - adicional noturno, na forma da lei;
V - gratificação especial, na forma estabelecida na cláusula 43 deste Contrato de Consórcio.

SEÇÃO V
DAS VANTAGENS

Cláusula 41 Além do salário, poderá ser pago ao empregado as seguintes vantagens:
I - indenizações;
II - auxílios pecuniários;
III - gratificações;
IV - adicionais previstos em lei.
§ 1º As indenizações e os auxílios pecuniários não se incorporam ao salário para nenhum efeito.
§ 2º As gratificações e os adicionais integram a remuneração do empregado, nos casos e condições indicados em Lei, no Contrato de Consórcio Público ou no Regimento Interno, devendo ser nominalmente identificado e destacado.
§ 3º As vantagens pecuniárias não serão acumuladas, para efeito de concessão de quaisquer outros acréscimos pecuniários, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.

Cláusula 42 Conceder-se-ão as seguintes indenizações aos empregados do consórcio:
I - a título de hospedagem e alimentação, denominada diária, ao empregado que realizar despesas para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias do emprego, ou atribuições alheias a função exercida, desde que autorizada pelo Consórcio, sempre que for necessário pernoitar em cidade distinta da do local de trabalho, paga em razão do número de dias e a ser regulamentada por resolução expedida pelo Presidente do Conselho Administrativo.
II - a título de deslocamento, ao empregado que deslocar-se a serviço do consórcio utilizando-se de veículo próprio, totalmente segurado, a ser regulamentada por Resolução expedida pelo Presidente do Conselho Administrativo.
III - pelas despesas efetuadas a serviço, excepcionalmente custeadas com recursos próprios do empregado a ser regulamentada por Resolução pelo Presidente do Conselho Administrativo do consórcio.
§ 1º Fica instituído o regime de adiantamento de despesas, a ser regulamentado por Resolução específica do Presidente, consistente na entrega de numerário ao empregado responsável pela realização da despesa, devendo ser requerido formalmente pelo interessado, cujo requerimento deverá ser aprovado pela Secretaria Executiva.

Cláusula 43 Fica instituída, a critério do Conselho Administrativo e conforme disponibilidade orçamentária e financeira do Consórcio, gratificação especial em razão do desempenho de função ou outros encargos de especial responsabilidade.
§ 1º A gratificação especial prevista no caput deste artigo compreende o exercício de uma ou mais das seguintes atividades
atividade de pregoeiro;
membro de comissão de licitação e/ou agente de contratação;
membro de comissão permanente e/ou especial de licitação;
membro de comissão de sindicância ou processo administrativo disciplinar;
membro de comissão especial para elaboração de concurso público e/ou processo seletivo;
membro de quaisquer outras comissões temporárias criadas no interesse do consórcio.
§ 2º Os respectivos valores e regramentos de cada desempenho de função ou outros encargos de especial responsabilidade serão descritos no Regimento Interno ou resolução específica.

§ 3º O empregado poderá participar de quantas comissões for convocado, porém perceberá somente o valor da maior comissão exercida por ele, de forma não cumulativa com as demais.
§ 4º Cessado o exercício da atividade gratificada, extingue-se automaticamente a respectiva gratificação, sem qualquer incorporação ou direito adquirido.

SEÇÃO VI
DA AVALIAÇÃO PERIÓDICA DE DESEMPENHO

Cláusula 44 A Avaliação Periódica de Desempenho aplica-se aos empregados públicos permanentes, será realizada semestralmente, a ser regulamentada em Regimento Interno, será realizada através de comissão instituída para tal finalidade, observando-se os critérios de eficiência, responsabilidade, assiduidade, pontualidade, relacionamento pessoal e penalidades disciplinares.

SEÇÃO VII
DO DESLIGAMENTO DO CONSÓRCIO

Cláusula 45 O empregado público permanente poderá se desligar ou ser desligado do Consórcio nos casos de:
I - extinção do consórcio público;
II - penalidade pós processo administrativo disciplinar;
III - insuficiência de desempenho, apontada após avaliação da Comissão de Desempenho, seja no seu ingresso ao quadro do consórcio ou em avaliação periódica, após o devido processo administrativo disciplinar;
IV - pedido de demissão;
V - demais condições previstas na CLT.
Parágrafo único. Os incisos acima poderão ser disciplinados no Regimento Interno do Consórcio.

SEÇÃO VIII
DA CESSÃO DE SERVIDORES DOS ENTES CONSORCIADOS AO CONSÓRCIO

Cláusula 46 É facultada a cessão de servidores dos entes consorciados, observadas a legislação de cada um, com ou sem ônus para origem e com a manutenção do regime originário, ainda que em estágio probatório, e mediante Decreto do Chefe do Poder Executivo, para o Consórcio.
§ 1º Os agentes públicos cedidos permanecerão no seu regime jurídico e previdenciário originário.
§ 2º Não será incorporada aos vencimentos ou à remuneração de origem do servidor cedido qualquer vantagem pecuniária que vier a ser paga pelo Consórcio.

TÍTULO V
DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

CAPÍTULO I
DOS AGENTES PÚBLICOS

Cláusula 47 O regime de trabalho dos empregados do consórcio é o da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, com ingresso mediante concurso público para os empregados permanentes e de livre admissão e demissão aos comissionados.
§ 1º A estrutura administrativa do consórcio, obedecido ao disposto neste Contrato de Consórcio, será definida no Regimento Interno.
§2º Os agentes públicos incumbidos da gestão do consórcio não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas pelo consórcio, salvo pelos atos cometidos em desacordo com a lei ou com as disposições deste Contrato de Consórcio.

Cláusula 48 O quadro de pessoal do consórcio é composto por empregados públicos, conforme Anexo II deste Contrato de Consórcio Público.

CAPÍTULO II
DAS CONTRATAÇÕES

Cláusula 49 As contratações de bens, obras e serviços realizadas pelo consórcio observarão as normas de licitações públicas e contratos administrativos.

Cláusula 50 Os editais de licitações e os extratos de contratos celebrados pelo consórcio deverão ser publicados em diário oficial eletrônico.

TÍTULO VI
DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 51 A execução das receitas e das despesas do Consórcio obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

Parágrafo único. O exercício fiscal coincidirá com o ano civil, para efeitos de execução do orçamento e prestação de contas.

Cláusula 52 O patrimônio do Consórcio será constituído:
I - Pelos bens e direitos que vier a adquirir a qualquer título;
II - Pelos bens e direitos que lhe forem transferidos por entidades públicas ou privadas.
§ 1º. Os bens do Consórcio são indisponíveis, imprescritíveis, impenhoráveis e somente serão alienados por apreciação da Assembleia Geral, observada a natureza jurídica do Consórcio e a legislação aplicável.
§2º. Os bens imóveis somente serão alienados mediante a aprovação da maioria absoluta dos Entes consorciados em Assembleia Geral.

Cláusula 53 Constituem recursos financeiros do Consórcio:
I - a entrega mensal de recursos financeiros, de acordo com o Contrato de Rateio;

II - a remuneração dos próprios serviços prestados;
III - os auxílios, contribuições e subvenções concedidas por entidades públicas ou privadas;
IV - os saldos dos exercícios;
V - as doações e legados;
VI - o produto de alienação de seus bens livres;
VII - o produto de operações de créditos;
VIII - as rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósito e de aplicação financeira;
IX - os valores do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título;
X - outros rendimentos que lhe caibam por disposição legal ou contratual ou por decisão judicial.

Cláusula 54 O saldo financeiro no final de cada exercício poderá ser utilizado como superávit financeiro, fortalecendo as ações previstas ou complementando ações em andamento do exercício anterior, incluídas no exercício seguinte.

Cláusula 55 Os Entes consorciados entregarão recursos ao Consórcio:
I - para o cumprimento dos objetivos estabelecidos neste instrumento, devidamente especificados;
II - Quando tenham contratado o Consórcio para a prestação de serviços na forma deste instrumento;
III - Na forma do respectivo contrato de rateio

Cláusula 56 O Consórcio estará sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas competente para apreciar as contas do chefe do Poder Executivo representante legal do Consórcio, inclusive quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos, contratos e renúncia de receitas, sem prejuízo do controle externo a ser exercido em razão de cada um dos contratos que os Entes consorciados vierem a celebrar com o Consórcio.

Cláusula 57 A contabilidade do Consórcio será realizada, sobretudo, de acordo com as normas de contabilidade pública, em especial a Lei Federal nº 4.320/1964, Lei Complementar Federal nº 101/2000, a Portaria nº 274/2016, da Secretaria do Tesouro Nacional, ou as que vierem a substituí-las.

Cláusula 58 Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar 101/2000, o Consórcio fornecerá as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas nas contas dos Entes consorciados todas as receitas e despesas realizadas, de forma que possam ser contabilizadas nas contas de cada Ente consorciado na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos

TÍTULO VII
DO USO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS

Cláusula 59 Os entes consorciados terão acesso aos bens adquiridos pelo consórcio e aos serviços prestados nos termos definidos em contrato de prestação de serviços, mediante entrega de recursos disciplinados no contrato de rateio.

Cláusula 60 Respeitadas as respectivas legislações municipais, cada ente consorciado poderá colocar à disposição do consórcio os bens e serviços de sua própria administração para uso comum, nos termos definidos em contrato de prestação de serviços e no contrato de rateio.

TÍTULO VIII
DA ADMISSÃO, RETIRADA, EXCLUSÃO E EXTINÇÃO

CAPÍTULO I
DA ADMISSÃO

Cláusula 61 É facultada a admissão de municípios ao Consórcio a qualquer tempo, desde que atendidas as condições estabelecidas neste Estatuto e, especificamente o seguinte:
I - o ente interessado deverá apresentar pedido formal assinado por seu representante legai à Presidência do Consórcio, para análise e aprovação da Assembleia Geral;
II - o ente interessado deverá dispor de Lei autorizativa, dotação orçamentária específica ou créditos adicionais suficientes para assumir as despesas fixadas em contrato de programa e/ou rateio;
III - o ente recém consorciado deve submeter-se a critérios técnicos para cálculo do valor dos custos a serem rateados, bem como reajustes e revisões.

CAPÍTULO II
DA RETIRADA

Cláusula 62 A retirada do ente consorciado dependerá de ato formal de seu representante, aprovado por lei, devendo ser comunicada à Assembleia Geral.
§ 1º O requerimento de retirada do Consórcio deverá ser ratificado, mediante lei, pelo Ente consorciado que se retira.
§ 2º A retirada não prejudicará as obrigações já constituídas entre o Ente consorciado que se retira e o Consórcio Público.
§ 3º Eventuais débitos do Ente consorciado que se retira, caso não sejam quitados em até 60 (sessenta) dias, poderão ser objeto de cobrança administrativa ou judicial, nos termos da legislação aplicável.
§ 4º Os bens destinados ao Consórcio Público pelo Ente consorciado que se retira não serão revertidos ou retrocedidos, excetuadas as hipóteses de:
I - Decisão de maioria absoluta dos Entes consorciados manifestada em Assembleia Geral;
II - Expressa previsão no instrumento de transferência ou de alienação

CAPÍTULO III
DA EXCLUSÃO

Cláusula 63 Serão excluídos do quadro social, ouvido a Assembleia Geral, os consorciados que tenham deixado de incluir, no orçamento da despesa, a dotação devida ao Consórcio, ou se incluída, deixar de cumprir as obrigações estabelecidas no contrato de repasse, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos, assegurada a ampla defesa nos termos do Regimento Interno.

Parágrafo único. A exclusão prevista nesta cláusula não exime o consorciado de pagamento de débitos decorrentes do tempo em que permaneceu inadimplente

CAPÍTULO IV
DA EXTINÇÃO

Cláusula 64 O Consórcio somente será extinto por decisão da Assembleia Geral, em reunião extraordinária especialmente convocada para esse fim, pelo voto unânime de todos os Entes consorciados.
§ 1º O instrumento aprovando a extinção do Consórcio será ratificado mediante lei por todos os Entes consorciados.
§ 2º Com a extinção do Consórcio, o pessoal cedido ao consórcio público retornará aos seus órgãos de origem, e os empregados públicos terão automaticamente rescindidos os seus contratos de trabalho com o Consórcio conforme previsão do § 2º, do art. 29, do Decreto Federal nº 6.017/2007, sem direito à estabilidade, fazendo jus às verbas rescisórias de acordo com o estabelecido na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).
§ 3º No caso de extinção do Consórcio, os bens próprios e recursos do Consórcio reverterão ao patrimônio dos Entes consorciados proporcionalmente aos investimentos feitos na entidade, apurados conforme o contrato de rateio.
§ 4º Até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, os Entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, observado os contratos de programa e de rateio, garantido o direito de regresso em face dos Entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 65 O exercício fiscal coincidirá com o ano civil, para efeitos de execução do orçamento e prestação de contas.

Cláusula 66 O Consórcio será regido pelo disposto na Lei Federal nº 11.107/2005, no Decreto Federal nº 6.017/2007; e, no que couber, pelas normas de direito público e, subsidiariamente, pela legislação aplicável à sua natureza jurídica.

Cláusula 67 A interpretação do disposto neste Contrato de Consórcio Público deverá ser compatível com as normas de direito público, bem como, aos seguintes princípios:
I - respeito à autonomia dos entes federativos consorciados, pelo que o ingresso ou retirada do Consórcio depende apenas da vontade de cada ente federativo, sendo vedadas práticas que comprometam a autonomia dos entes federativos;
II - solidariedade, em razão da qual os entes consorciados se comprometem a não praticar qualquer ato, comissivo ou omissivo, que venha a prejudicar a boa implementação de qualquer dos objetivos do Consórcio;
III - eletividade dos órgãos de direção do Consórcio;
IV - transparência, pelo que não se poderá negar que o Poder Executivo ou Legislativo do ente federativo consorciado tenha o acesso a qualquer reunião ou documento do Consórcio, ressalvadas as hipóteses legais de sigilo;
V - eficiência, o que exigirá que todas as decisões do Consórcio tenham explícita e prévia fundamentação técnica, sempre que cabível, que demonstre sua viabilidade e economicidade.

Cláusula 68 Quando adimplente com suas obrigações, qualquer ente consorciado é parte legítima para exigir o pleno cumprimento das cláusulas previstas neste instrumento.

Cláusula 69 Observados os índices oficiais aplicáveis, poderão ser corrigidos monetariamente os valores previstos neste instrumento, na forma que dispuser o regimento.

Cláusula 70 A contagem dos prazos estabelecidos em dias no presente protocolo de intenções será em dias úteis e os prazos serão contados excluindo o dia do começo e incluindo o do vencimento.

Parágrafo único. Os dias do começo e do vencimento do prazo serão protraídos para o primeiro dia útil seguinte, se coincidirem com feriado nacional, sábado ou domingo.

Cláusula 71 As publicações do Consórcio serão veiculadas em seu sítio eletrônico oficial, sem prejuízo de outros meios de publicação oficial previstos em lei ou regulamento.
Parágrafo único. Poderá ser instituído outro diário oficial no Estatuto ou em resolução específica.

Cláusula 72 Os casos omissos ao presente Contrato de Consórcio Público serão resolvidos pela Assembleia Geral e pelas legislações aplicáveis a espécie.

Cláusula 73 Os anexos, que seguem junto a este Contrato de Consórcio Público, integram o presente em todos os termos.

Cláusula 74 Fica estabelecido o foro da Comarca de Currais Novos/RN para dirimir quaisquer demandas envolvendo o Consórcio CIS SERIDÓ.

ANEXO II
ENTES DA FEDERAÇÃO SUBSCRITORES E CONSORCIADOS

ENTE DA FEDERAÇÃO	LEI DE RATIFICAÇÃO
ACARI	Lei nº 904, de 28 de julho de 2009
BODÓ	Lei nº 142, de 08 de março de 2010
CAMPO REDONDO	Lei nº 398, de 26 de agosto de 2013
CARNAÚBA DOS DANTAS	Lei nº 652, de 14 de dezembro de 2009
CERRO CORÁ	Lei nº 616, de 18 de dezembro de 2008
CRUZETA	Lei nº 929, de 1º de setembro de 2009
CURRAIS NOVOS	Lei nº 3.035, de 13 de junho de 2013
EQUADOR	Lei nº 602, de 06 de maio de 2013
FLORÂNIA	Lei nº 670, de 11 de março de 2011
IPUEIRA	Lei nº 467, de 22 de junho de 2018
JARDIM DO SERIDÓ	Lei nº 969, de 29 de maio de 2014

JAPI	Lei nº 414, de 24 de agosto de 2022
LAGOA NOVA	Lei nº 377, de 22 de dezembro de 2008
LAJES PINTADAS	Lei nº 282, de 10 de abril de 2017
OURO BRANCO	Lei nº 806, de 4 de novembro de 2013
PARELHAS	Lei nº 2.150, de 09 de abril de 2010
SANTA CRUZ	Lei nº 918, de 16 de agosto de 2024
SANTANA DO MATOS	Lei nº 840, de 30 de junho de 2017
SANTANA DO SERIDÓ	Lei nº 408, de 24 de novembro de 2010
SÃO JOÃO DO SABUGI	Lei nº 860, de 17 de maio de 2022
SÃO JOSÉ DO SERIDÓ	Lei nº 477, de 29 de março de 2022
SÃO VICENTE	Lei nº 419, de 25 de novembro de 2009
SERRA NEGRA DO NORTE	Lei nº 813, de 07 de março de 2023
TENENTE LAURENTINO CRUZ	Lei nº 199, de 20 de fevereiro de 2009
TIMBAÚBA DOS BATISTAS	Lei nº 458, de 17 de agosto de 2022
UPANEMA	Lei nº 908, de 1º de dezembro de 2025

ANEXO III

EMPREGOS PÚBLICOS

Emprego Público	Nº de vagas	Provimento	Vencimento	Carga horária semanal	Escolaridade mínima
Secretário Executivo	1	Em comissão	4.525,84	40h	Ensino Superior Completo
Diretor Administrativo e Financeiro	1	Em comissão	3.070,31	40h	Ensino Superior Completo
Gerente Administrativo	2	Em comissão	2.763,29	40h	Ensino Superior Completo
Assessor Jurídico	1	Em comissão	3.200,00	20h	Ensino Superior Completo em Direito
Auditor em saúde	1	Em comissão	2.873,32	20h	Ensino Superior Completo
Contador	1	Concurso Público	1.869,89	20h	Ensino Superior Completo em Ciências Contábeis
Técnico Administrativo	3	Concurso Público	2.456,24	40h	Ensino Superior Completo
Auxiliar Administrativo	3	Concurso Público	1.842,18	40h	Ensino Médio Completo
Controlador Interno	1	Concurso Público	1.869,89	20h	Ensino Superior Completo
Analista de Contas Médicas	1	Concurso Público	2.873,32	40h	Ensino Superior Completo
Condutor Socorrista	8	Concurso Público	2.276,00	Plantão – escala 24x96h	Ensino Médio Completo
Enfermeiro	6	Concurso Público	3.108,96	Plantão – escala 24x96h	Ensino Superior Completo em Enfermagem
Técnico em Enfermagem	8	Concurso Público	2.175,84	Plantão – escala 24x96h	Curso Técnico em Enfermagem

ATRIBUIÇÕES DOS EMPREGOS PÚBLICOS

• SECRETÁRIO EXECUTIVO

Administrar as ações desenvolvidas pelo Consórcio, na condição de gestor e articulador, fomentando discussões, debates e reuniões, no intuito de aprimorar a qualidade dos serviços prestados pelo Consórcio para seus entes e para a população da área de influência de uma maneira geral;
Controlar a movimentação de documentos internos e externos;
Implantar, na esfera do Consórcio, técnicas de organização e métodos, administração financeira, administração de recursos humanos, administração de materiais e compras, administração de patrimônio (bens, valores e capitais), administração de custos e administração de serviço público;
Coordenar as atividades dos outros empregos públicos vinculados ao Consórcio, como gestor delegado pela Presidência;
Elaborar as pautas das reuniões da Assembleia Geral e do colegiado de secretários de saúde;
Administrar o patrimônio e as questões orçamentárias do Consórcio, elaborando análises e relatórios contábil e financeiro, evidenciando a saúde financeira e defendendo estratégias adequadas a cada caso;
Propor pesquisas, estudos, análises, interpretação, planejamento, implantação, coordenação e controle dos trabalhos relacionados às atividades do Consórcio, perseguindo os objetivos definidos;
Quando cabível, subscrever documentos em nome do consórcio;
Encarregar-se da representação do Consórcio perante os agentes de controle e a opinião pública de maneira geral, prestando contas e apresentando realizações, balancetes e balanços, estratégias e ações de valorização e de qualificação ambiental, no âmbito das competências do Consórcio;
Exercer o autocontrole em cada operação/tarefa, observando os parâmetros de qualidade e segurança estabelecidos, avaliando-os e registrando, se necessário, os resultados obtidos;
Executar outras tarefas correlatas as acima descritas, de acordo com a solicitação dos superiores.

• DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

Planejar, coordenar, supervisionar e acompanhar as atividades administrativas, financeiras, orçamentárias, patrimoniais e operacionais do Consórcio, observadas as diretrizes estabelecidas pela Assembleia Geral, Conselho Administrativo, Presidência e Secretaria Executiva;
Supervisionar a execução orçamentária e financeira do Consórcio, acompanhando receitas, despesas, pagamentos, fluxo de caixa, investimentos e movimentações bancárias;
Coordenar as atividades diárias do Consórcio, em especial as administrativas e o envio de informações através dos sistemas obrigatórios;
Elaborar e implantar normas, procedendo ao levantamento, verificando a viabilidade de implantação através de repercussão nas áreas, criando instrumentos de controle e prestando orientação, a fim de padronizar procedimentos;
Executar, quando necessário, juntamente ou isoladamente aos outros empregados as atividades diárias ou na substituição destes;
Auxiliar na elaboração da proposta orçamentária anual, planos de trabalho, relatórios gerenciais, demonstrativos financeiros e instrumentos de planejamento institucional;
Operar sistemas informatizados necessários à execução das atividades do emprego;
Zelar pela guarda, conservação e utilização adequada dos documentos, equipamentos, bens e informações sob sua responsabilidade;
Apoio a interpretação e auxílio na aplicação e evolução das legislações que dispõem na área da saúde, quais sejam, Federais, Estaduais e Municipais, Portarias e deliberações MS, SESAP, CIB, CIR, CONASEMS, COSEMS;
Executar outras atividades compatíveis com a natureza do emprego, sua formação profissional e as finalidades institucionais do Consórcio.

• GERENTE ADMINISTRATIVO

Auxiliar o Secretário Executivo e o Diretor Administrativo em suas atribuições;
Organizar e executar a gestão administrativa do Consórcio, em especial a relativa a recursos humanos e aos processos burocráticos do Consórcio;
Executar os processos de licitação pública e os contratos administrativos;
Manter sob controle a agenda de atividades, o edital e atas do Consórcio e da Assembleia;

Auxiliar os prestadores de serviços e municípios consorciados no uso do sistema informatizado disponibilizado pelo Consórcio, bem como esclarecer dúvidas de sua área de competência
Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função;
Executar outras tarefas correlatas as acima descritas, de acordo com a solicitação dos superiores.

• ASSESSOR JURÍDICO

Prestar assessoria jurídica extrajudicial e judicial;
Emitir pareceres sobre questões jurídicas de interesse do Consórcio;
Examinar previamente e propor os ajustes necessários às minutas de editais, de contratos, acordos, convênios e demais instrumentos jurídicos, quando solicitados;
Redigir ou formatar documentos jurídicos, elaborar minutas de atos normativos;
Orientar e preparar processos administrativos e outros pertinentes a rotina de trabalho do consórcio;
Auxiliar nos trabalhos das comissões instituídas;
Analisar a legislação e suas atualizações e orientar a sua aplicação e adequação no âmbito do consórcio;
Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função;
Executar outras tarefas correlatas as acima descritas, de acordo com a solicitação dos superiores.

• CONTADOR

Executar, coordenar e supervisionar as atividades e serviços do setor contábil;
Cientificar a Secretaria Executiva de todas as irregularidades que se relacionam com o serviço;
Orientar, fiscalizar e exigir o cumprimento das tarefas e atribuições que forem delegadas aos empregados do serviço;
Preparar empenhos, liquidações, ordem e baixa de pagamentos de fornecedores, prestadores e pessoal para efeito de pagamento;
Emitir notas de empenho, liquidação e pagamento das despesas;
Executar os registros, controles, rotinas e atividades contábeis;
Fazer conciliações bancárias das contas correntes do Consórcio;
Atualizar e fazer a manutenção dos sistemas contábeis;
Elaborar balancetes, relatórios e demonstrativos de balanço, preparando os mesmos para publicação;
Elaborar a prestação anual de contas e o cumprimento das solicitações dos Conselhos Administrativo e Fiscal e do controle externo;
Elaborar a Prestação de Contas Anual (Balanço Anual);
Realizar o acompanhamento e controle da execução orçamentária do Consórcio;
Executar a alimentação da SEFIP, CAGED, GEFIP, E-SOCIAL, FGTS, RAIS, DIRF e seus programas informatizados, bem como a implementação das leis pertinentes aos mesmos;
Zelar pela limpeza e conservação do ambiente de trabalho e pela guarda dos bens que lhe forem confiados
Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função;
Executar outras tarefas correlatas as acima descritas, de acordo com a solicitação dos superiores.

• TÉCNICO ADMINISTRATIVO

Assessorar o consórcio em sua área de competência e formação, gerando dados e informações, subsidiando e compartilhando experiências no desenvolvimento das atividades da entidade;
Prestar assessoria técnica aos entes consorciados e ao próprio Consórcio na elaboração de estratégias e ações;
Desenvolver, analisar e emitir parecer sobre projetos, especificações, pareceres e normas técnicas;
Operar os programas informatizados do consórcio, quer sejam advindos do âmbito local, municipal, estadual ou federal, dando-lhes tratamento adequado, criando backups, alimentando-os e propondo inovações e implementações;
Elaborar e implantar normas, procedendo ao levantamento, verificando a viabilidade de implantação através de repercussão nas áreas, criando instrumentos de controle e prestando orientação, a fim de padronizar procedimentos.
Prestar assessoramento técnico, organizando e coordenando trabalhos, instruindo empregados;
Coordenar e exercer o controle, conferência e auditoria das guias emitidas pelos municípios e faturadas pelos prestadores de serviços;
Coordenar e operar o sistema informatizado, realizando o fechamento da produção mensal, cobrando dos prestadores de serviço os documentos necessários para o pagamento, realizando as glosas quando encontrar desconformidades, e realizar todo o encaminhamento da cobrança aos municípios e conferência de pagamentos realizados pelos mesmos;
Auxiliar os prestadores de serviços e municípios consorciados no uso dos sistemas informatizados disponibilizados pelo Consórcio, bem como esclarecer dúvidas de sua área de competência;
Zelar pela guarda, conservação, sigilo e utilização adequada dos documentos, equipamentos, materiais e informações sob sua responsabilidade;
Executar outras atividades compatíveis com a natureza técnica do emprego, sua formação profissional e as finalidades institucionais do Consórcio, de acordo com a solicitação dos superiores.

• AUXILIAR ADMINISTRATIVO

Auxiliar os cargos de níveis hierárquicos superiores em suas atribuições;
Responsabilizar-se pelo almoxarifado, patrimônio, arquivo morto, correspondências, secretaria geral do consórcio;
Participar nos processos de licitação;
Auxiliar a área técnica e gerencial no acompanhamento e auditoria da produção mensal;
Realizar o controle de documentos de pessoal do Consórcio;
Zelar pela guarda, conservação, sigilo e utilização adequada dos documentos, equipamentos, materiais e informações sob sua responsabilidade;
Executar outras atividades compatíveis com a natureza técnica do emprego, sua formação profissional e as finalidades institucionais do Consórcio, de acordo com a solicitação dos superiores.

• CONTROLADOR INTERNO

Planejar, coordenar, executar e supervisionar as atividades do Sistema de Controle Interno do Consórcio, observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e transparência administrativa;

Acompanhar e fiscalizar a gestão contábil, financeira, orçamentária, patrimonial, operacional e administrativa do Consórcio, em apoio ao controle externo e aos órgãos de fiscalização;
Verificar a legalidade, legitimidade e regularidade dos atos administrativos, contratos, convênios, licitações, despesas, receitas, pagamentos, prestação de contas e demais procedimentos administrativos;
Realizar auditorias preventivas, concomitantes e posteriores, ordinárias ou extraordinárias, com a finalidade de identificar falhas, irregularidades, inconsistências ou riscos à gestão pública;
Emitir relatórios técnicos, pareceres, recomendações, notificações e manifestações de controle interno sobre matérias submetidas à sua análise;
Acompanhar o cumprimento das metas previstas no planejamento institucional, instrumentos orçamentários e programas executados pelo Consórcio;
Propor medidas de aperfeiçoamento dos mecanismos de governança, integridade, transparência, compliance, gestão de riscos e controle administrativo;
Desenvolver, implementar e revisar normas, fluxos, rotinas e procedimentos internos voltados à prevenção de irregularidades, combate à corrupção e fortalecimento dos controles institucionais;
Acompanhar o cumprimento das obrigações relacionadas à transparência pública, acesso à informação e proteção de dados pessoais;
Atuar de forma integrada com os demais setores administrativos, preservada sua independência técnica e funcional no exercício das atribuições de controle;
Prestar orientações técnicas aos gestores e empregados públicos sobre boas práticas administrativas e observância da legislação aplicável;
Acompanhar e auxiliar os trabalhos dos órgãos de controle externo e fiscalização;
Operar sistemas informatizados necessários ao desempenho das atribuições do emprego;
Zelar pela guarda, sigilo, integridade e conservação de documentos, informações, equipamentos e bens sob sua responsabilidade;
Executar outras atividades compatíveis com a natureza técnica do emprego, sua formação profissional e as finalidades institucionais do Consórcio.

• ANALISTA DE CONTAS MÉDICAS

Coordenar e exercer o controle, conferência e auditoria das guias emitidas pelos municípios e faturadas pelos prestadores de serviços;
Verificar a conformidade de procedimentos, materiais, medicamentos, exames, internações, autorizações, faturamentos e demais registros assistenciais, observando protocolos clínicos, contratos, tabelas de referência e normas do Sistema Único de Saúde – SUS
Coordenar e operar o sistema informatizado, realizando o fechamento da produção mensal, cobrando dos prestadores de serviço os documentos necessários para o pagamento, realizando as glosas quando encontrar desconformidades, e realizar todo o encaminhamento da cobrança aos municípios e conferência de pagamentos realizados por eles;
Auxiliar na elaboração de fluxos, protocolos, rotinas administrativas e mecanismos de controle interno relacionados à auditoria e regulação em saúde;
Elaborar tabela com instruções para conferência e auditoria da produção mensal;
Operar sistemas informatizados de gestão, faturamento, regulação, auditoria e controle de contas médicas; zelar pela guarda, sigilo, integridade e confidencialidade das informações e documentos sob sua responsabilidade, observadas as normas de proteção de dados pessoais e sigilo profissional;
Zelar pela conservação dos bens, equipamentos e materiais utilizados no exercício de suas funções;
Executar outras atividades compatíveis com a natureza técnica do emprego, sua formação profissional e as finalidades institucionais do Consórcio.

• CONDUTOR SOCORRISTA

Trabalhar no SAMU como motorista de viatura de resgate, dirigindo-se imediatamente ao local do chamado quando acionado;
Guiar ambulância com segurança respeitando as normas de Legislação Básica de Trânsito e normas específicas para trânsito de ambulâncias, assim como de direção defensiva;
Atuar como parte da equipe no atendimento a vítima, sob orientação e fiscalização da equipe de enfermagem;
Comparecer, atuando ética e dignamente, ao seu local de trabalho, conforme escala de serviço pré-determinada;
Utilizar-se com zelo e cuidado das acomodações, veículos, aparelhos e instrumentos colocados para o exercício de sua profissão, ajudando na preservação do patrimônio e servindo como exemplo aos demais funcionários, sendo responsável pelo mau uso;
Acatar e respeitar as rotinas estabelecidas;
Zelar pela conservação dos bens, equipamentos e materiais utilizados no exercício de suas funções.

• ENFERMEIRO

Prestar assistência de enfermagem nas unidades de Suporte Avançado conforme protocolo existente e disposição pessoal para a atividade;
Possuir equilíbrio emocional e autocontrole; ter disposição para cumprir ações orientadas;
Supervisionar e avaliar as ações de enfermagem da equipe no atendimento pré-hospitalar móvel;
Executar prescrições médicas por telemedicina;
Prestar cuidados de enfermagem de maior complexidade técnica a pacientes graves e com risco de vida, que exijam conhecimentos científicos adequados e capacidade de tomar decisões imediatas;
Prestar assistência de enfermagem à gestante, a parturiente e ao recém-nato;
Fazer controle de qualidade do serviço nos aspectos inerentes à sua profissão;
Responsabilizar-se em controlar o uso e reposição de psicotrópicos e entorpecentes nas viaturas, mediante receita médica, contendo carimbo e CRM nos receituários;
Subsidiar os responsáveis pelo desenvolvimento de recursos humanos para as necessidades de educação continuada da equipe;
Fazer previsão de materiais, equipamentos e roupas necessários ao atendimento pré-hospitalar, conforme rotinas pré-estabelecidas;
Conhecer equipamentos e realizar manobras de extração/retirada no manual de vítimas;
Obedecer a Lei do Exercício Profissional e o Código de Ética de Enfermagem; acatar e respeitar as rotinas estabelecidas;
Respeitar e cumprir o contido no POP (Procedimento Operacional Padrão).

• TÉCNICO EM ENFERMAGEM

• Prestar assistência de enfermagem nas unidades de Suporte Básico conforme protocolo existente;

• Auxiliar o Enfermeiro na assistência de enfermagem;

• Prestar cuidados diretos de enfermagem a pacientes em estado grave, sob supervisão direta ou à distância do profissional enfermeiro;

• Observar, reconhecer e descrever sinais e sintomas, ao nível de sua qualificação;

• Ministrar medicamentos por via oral e parenteral mediante prescrição do médico regulador por telemedicina;

• Prestar cuidados de conforto ao paciente e zelar por sua segurança;

• Realizar manobras de extração/retirada manual de vítimas;

• Conhecer integralmente todos os equipamentos, materiais e medicamentos disponíveis na ambulância e realizar manutenção básica deles;

• Realizar *check-list* diário dos materiais, equipamentos e medicamentos da unidade móvel, seguindo os padrões estabelecidos e mantendo a unidade e mochilas de atendimento em perfeito estado de conservação e assepsia;

• Estabelecer contato radiofônico (ou telefônico) com a central de regulação médica e seguir suas orientações;

• Auxiliar a equipe de saúde nos gestos básicos de suporte à vida;

• Auxiliar a equipe nas imobilizações e transporte de vítimas;

• Realizar medidas de reanimação cardiorrespiratória básica;

• Identificar todos os tipos de materiais existentes nos veículos de socorro e sua utilidade, a fim de auxiliar a equipe de saúde;

• Obedecer a Lei do Exercício Profissional e o Código de Ética de Enfermagem;

• Respeitar e cumprir o contido no POP (Procedimento Operacional Padrão).

Publicado por:
Odilange Rande Medeiros de Souza
Código Identificador:ACB79E6B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
DECRETO MUNICIPAL Nº 202/2026 DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

DECRETO MUNICIPAL Nº 202/2026 DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO DE TIBAU, A FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, NO VALOR DE R$ 100.000,00 (CEM MIL REAIS), PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA Nº 00742/2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Tibau – Lidiane Marques da Costa, usando das atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Art. 55, XIV, da Lei Orgânica do Município de Tibau.

CONSIDERANDO a autorização para abertura de créditos adicionais, concedida pelos artigos 7º, da Lei Municipal nº 00742/2025, de 08 de dezembro de 2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, edição nº 3686, de 11 de dezembro de 2025, e

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento Fiscal do Município de Tibau (Lei nº 00742/2025, de 08 de dezembro de 2025), a favor da **Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social**, no valor de R$ 100.000,00 (Cem mil reais), nos termos dos artigos, 40, 41, I e 42 da Lei Federal nº 4.320/64, destinado ao reforço de dotação orçamentária, conforme especificações a seguir:

4000 – Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária	04.001	Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social				
Função	08	Assistência Social				
Subfunção	122	Administração Geral				
Programa	0002	Gestão Inteligente e Transparente para o Futuro de Tibau				
Ação	2111	Manutenção das Atividades e Serviços Administrativos da Secretaria de Trabalho e Assistência Social				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339039	Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica	Fonte de Recurso	17040000	R$	100.000,00
Valor do Crédito Suplementar (R$)						**100.000,00**
Total do Crédito Suplementar (R$)						**100.000,00**

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito a que se refere o art. 1º deste Decreto são provenientes de **anulação parcial ou total de dotações orçamentárias**, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, conforme especificações a seguir:

4000 – Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária	02.014	Secretaria Municipal de Turismo				
Função	23	Comércio e Serviços				
Subfunção	695	Turismo				
Programa	0011	Tibau – Onde o sol Encontra o Mar				
Ação	2073	Manutenção das Ações de Eventos Turísticos do Município de Tibau				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339039	Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica	Fonte de Recurso	17040000	R$	100.000,00
Valor da Anulação (R$)						**100.000,00**
Total da Anulação (R$)						**100.000,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tibau/RN, em 22 de setembro de 2026

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:0C0B74F6



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SERIDÓ ORIENTAL E TRAIRI(AMSO-TR)

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO SERIDÓ ORIENTAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - DESPESA COM PESSOAL RGF 2 QUADRIMESTRE

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO SERIDÓ-CIS/SERIDÓ													Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Relatório de Gestão Fiscal - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - CONSOLIDADO													Exercício: **2026**	
2º Quadrimestre/2026														
RGF - Anexo 1 (LRF, art 55, inciso I, alínea "a")														
Despesas Com Pessoal	Despesas Executadas (últimos 12 meses)													
	Liquidadas												Total (Últimos 12 meses) (a)	Inscritas em Restos a pagar não processados
	09/2025	10/2025	11/2025	12/2025	01/2026	02/2026	03/2026	04/2026	05/2026	06/2026	07/2026	08/2026		
Despesa Bruta Com Pessoal (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Não Computadas (§1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração[2]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinculados (CF, art. 198, §11)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º)[3]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Deduções Constitucionais ou Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Líquida com Pessoal (III) = (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	Valor	% Sobre a RCL Ajustada
Receita Corrente Líquida - RCL (IV)	6.252.962,41	0,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)	0,00	0,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF)	0,00	0,00
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)	0,00	0,00
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais	0,00	0,00
= Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos limites da Despesa com Pessoal (V)	6.252.962,41	0,00
Despesa Total com Pessoal - DTP (VI) = (IIIa + IIIb)	0,00	0,00
Limite Máximo (VII) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	3.751.777,45	60,00
Limite Prudencial (VIII) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	3.564.188,57	57,00
Limite de Alerta (IX) = (0,90 x IX) (inciso II do parágrafo 1º do art. 59 da LRF)	3.038.939,73	48,60
1 - Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre/primeiro semestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.		
2 - No mapeamento para geração automática no Siconfi, a regra estipulada foi a dedução das despesas com DEA - Despesas de Exercício Anterior, somente no último quadrimestre/semestre, não havendo, portanto, dedução nos dois primeiros quadrimestres/primeiro semestre. Assim, para fins de preenchimento do Siconfi, as despesas registradas no elemento 92 não será deduzida nos primeiros quadrimestres/semestre e será considerada integralmente no 3º quadrimestre/2º semestre do exercício de referência.		
3 - Considerar nesta célula o valor de 72% da ND: 31.XX.XX-00 + ND: 33.XX.34-00 + ND: 33.90.91-34 + ND: 33.90.92-34; da FR 605.		

FERNANDO ANTONIO BEZERRA	***ALEXSANDRO ROBERTO DA SILVA ROCHA***
###.179.234-##	###.200.284-##
Presidente	Contador

Publicado por:
Verônica Juliana Garcia Geraldo
Código Identificador:90DCFBC7

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE POTIGUAR (CIMOP)

DIRETORIA EXECUTIVA DO CIMOP
RREO – ANEXO I BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (LRF, ART. 52, INCISO I, ALÍNEAS "A" E "B" DO INCISO II E §1º) 5.PDF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE			RREO – Anexo I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)				
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE POTIGUAR			RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
Balanço Orçamentário							
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social			**JULHO-AGOSTO/2026**				
							R$ 1,00
RECEITAS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**				**SALDO A REALIZAR (a-c)**
			No Bimestre (b)	**% (b/a)**	**Até o Bimestre (c)**	**% (c/a)**	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**12.928.200,00**	**12.928.200,00**	**792.780,83**	**6,13**	**3.073.358,04**	**23,77**	**9.854.841,96**
Receitas Correntes	**4.702.201,00**	**4.702.201,00**	**792.780,83**	**16,85**	**3.068.025,16**	**65,24**	**1.634.175,84**
Receita Patrimonial	**60.000,00**	**60.000,00**	**6.467,78**	**10,77**	**21.654,37**	**36,09**	**38.345,63**
Valores Mobiliários	60.000,00	60.000,00	6.467,78	10,77	21.654,37	36,09	38.345,63
Transferências Correntes	**4.642.201,00**	**4.642.201,00**	**786.313,05**	**16,93**	**3.046.370,79**	**65,62**	**1.595.830,21**
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	4.642.201,00	4.642.201,00	786.313,05	16,93	3.046.370,79	65,62	1.595.830,21
Receitas de Capital	**8.225.999,00**	**8.225.999,00**	**0,00**	**0,00**	**5.332,88**	**0,06**	**8.220.666,12**
Transferências de Capital	**8.225.999,00**	**8.225.999,00**	**0,00**	**0,00**	**5.332,88**	**0,06**	**8.220.666,12**
Transferências da União e de suas Entidades	8.225.999,00	8.225.999,00	0,00	0,00	5.332,88	0,06	8.220.666,12
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	12.928.200,00	12.928.200,00	792.780,83	6,13	3.073.358,04	23,77	9.854.841,96
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	-	-	-		-		0
Operações de Crédito Internas	-	-	-		-	0,00	0
Mobiliária							0
Contratual							0
Operações de Crédito Externas	-	-	-		-	0,00	0
Mobiliária							0
Contratual							0
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	**12.928.200,00**	**12.928.200,00**	**792.780,83**	**6,13**	**3.073.358,04**	**23,77**	**9.854.841,96**
DÉFICIT (VI)	-	-	-		188.183,98		0
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	12.928.200,00	12.928.200,00	792.780,83	6,13	3.261.542,02	25,22	9.854.841,96
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00					0
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS							
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais							0

DESPESAS	**DOTAÇÃO INICIAL (d)**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**SALDO A EMPENHAR (g) = (e-f)**	**DESPESAS LIQUIDADAS**		**SALDO A LIQUIDAR (i) = (e-h)**	**DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)**	**INSCRITAS RP NÃO PROCESSADOS (k)**
			No Bimestre	**Até o Bimestre (f)**		**No Bimestre**	**Até o Bimestre (h)**			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	**12.928.200,00**	**12.928.200,00**	**1.258.221,50**	**3.841.106,78**	**9.087.093,22**	**913.560,42**	**3.261.542,02**	**9.666.657,98**	**3.071.997,74**	
DESPESAS CORRENTES	**4.679.201,00**	**4.683.201,00**	**1.258.221,50**	**3.841.106,78**	**842.094,22**	**913.560,42**	**3.261.542,02**	**1.421.658,98**	**3.071.997,74**	
Pessoal e encargos sociais	250.001,00	250.001,00	0,00	171.700,00	78.301,00	31.578,00	114.312,00	135.689,00	113.383,16	
Outras despesas correntes	4.429.200,00	4.433.200,00	1.258.221,50	3.669.406,78	763.793,22	881.982,42	3.147.230,02	1.285.969,98	2.958.614,58	
DESPESAS DE CAPITAL	**8.248.999,00**	**8.244.999,00**	**0,00**	**0,00**	**8.244.999,00**	**0,00**	**0,00**	**8.244.999,00**	**0,00**	
Investimentos	8.248.999,00	8.244.999,00	0,00	0,00	8.244.999,00	0,00	0,00	8.244.999,00	0,00	
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	
Amortização da Dívida Interna	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida Externa	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	-	-	-	-		-	-	-		
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	**12.928.200,00**	**12.928.200,00**	**1.258.221,50**	**3.841.106,78**	**9.087.093,22**	**913.560,42**	**3.261.542,02**	**9.666.657,98**	**3.071.997,74**	

TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	**12.928.200,00**	**12.928.200,00**	**1.258.221,50**	**3.841.106,78**	**9.087.093,22**	**913.560,42**	**3.261.542,02**	**9.666.657,98**	**3.071.997,74**	
SUPERÁVIT (XIII)								-	1.360,30	
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	**12.928.200,00**	**12.928.200,00**	**1.258.221,50**	**3.841.106,78**	**9.087.093,22**	**913.560,42**	**3.261.542,02**	**9.666.657,98**	**3.073.358,04**	
RESERVA DO RPPS			-	-		-	-		-	

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**				**SALDO A REALIZAR (a-c)**
			No Bimestre (b)	**% (b/a)**	**Até o Bimestre (c)**	**% (c/a)**	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	-	-	-	-	-	-

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**DOTAÇÃO INICIAL (d)**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**SALDO A EMPENHAR (g) = (e-f)**	**DESPESAS LIQUIDADAS**		**SALDO A LIQUIDAR (i) = (e-h)**	**DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)**	**INSCRITAS RP NÃO PROCESSADOS (k)**
			No Bimestre	**Até o Bimestre (f)**		**No Bimestre**	**Até o Bimestre (h)**			
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	-	-	-	-		-	-	-		

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO	***SUELDO LINO DE ANDRADE***
Presidente	CRC - 012763-O/8-RN
Mat.7	Mat.03

Publicado por:
Maria Bernadete Nunes Rego Gomes
Código Identificador:D394F0F5

DIRETORIA EXECUTIVA DO CIMOP
RREO – ANEXO II DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃOSUBFUNÇÃO (LRF, ART. 52, INCISO II, ALÍNEA “C”) 5.PDF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE POTIGUAR	RELATÓRIORESUMIDODAEXECUÇÃOORÇAMENTÁRIA
Demonstrativo da Execução das despesas por Função/SubFunção	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**JULHO-AGOSTO/2026**
R$ 1,00	

Função/SubFunção	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS**			**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDADAS**			**SALDO (e) = (a-d)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)**
			No Bimestre	**Até o Bimestre (b)**	**% (b) / t (b)**		**No Bimestre**	**Até o Bimestre (d)**	**% (d) / t (d)**		
DESPESAS (EXCETO INTRA- ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**12.928.200,00**	**12.928.200,00**	**1.258.221,50**	**3.841.106,78**	**100,00**	**9.087.093,22**	**913.560,42**	**3.261.542,02**	**100,00**	**9.666.657,98**	**0,00**
04 - Administração	**8.891.200,00**	**9.024.200,00**	**16.755,18**	**404.049,35**	**10,52**	**8.620.150,65**	**70.659,18**	**329.571,41**	**10,10**	**8.694.628,59**	**0,00**
122 - Administração Geral	8.891.200,00	9.024.200,00	16.755,18	404.049,35	10,52	8.620.150,65	70.659,18	329.571,41	10,10	8.694.628,59	0,00
10 - Saúde	**23.000,00**	**20.000,00**	**0,00**	**360,00**	**0,01**	**19.640,00**	**0,00**	**360,00**	**0,01**	**19.640,00**	**0,00**
122 - Administração Geral	23.000,00	20.000,00	0,00	360,00	0,01	19.640,00	0,00	360,00	0,01	19.640,00	0,00
17 - Saneamento	**4.014.000,00**	**3.884.000,00**	**1.241.466,32**	**3.436.697,43**	**89,47**	**447.302,57**	**842.901,24**	**2.931.610,61**	**89,88**	**952.389,39**	**0,00**
122 - Administração Geral	14.000,00	14.000,00	0,00	0,00	0,00	14.000,00	0,00	0,00	0,00	14.000,00	0,00
512 - Saneamento Basico Urbano	4.000.000,00	3.870.000,00	1.241.466,32	3.436.697,43	89,47	433.302,57	842.901,24	2.931.610,61	89,88	938.389,39	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	**12.928.200,00**	**12.928.200,00**	**1.258.221,50**	**3.841.106,78**	**100.00**	**9.087.093,22**	**913.560,42**	**3.261.542,02**	**100.00**	**9.666.657,98**	**0,00**

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO	***SUELDO LINO DE ANDRADE***
Presidente Mat.7	CRC - 012763-O/8-RN Mat.03

Publicado por:
Maria Bernadete Nunes Rego Gomes
Código Identificador:E6DF9C6C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS

SECRETARIA DE GOVERNO
RGF - ANEXO I DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

MUNICIPIO DE CARAÚBAS													Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Relatório de Gestão Fiscal - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - PODER EXECUTIVO													Exercício: **2026** -	
2º Quadrimestre/2026														
RGF - Anexo 1 (LRF, art 55, inciso I, alínea "a")														
Despesas Com Pessoal	Despesas Executadas (últimos 12 meses)													
	Liquidadas												Total (Últimos 12 meses) (a)	Inscritas em Restos a pagar não processados (b)
	09/2025	10/2025	11/2025	12/2025	01/2026	02/2026	03/2026	04/2026	05/2026	06/2026	07/2026	08/2026		
Despesa Bruta Com Pessoal (I)	3.320.048,34	4.096.469,95	4.802.164,42	4.864.632,57	3.647.413,07	3.405.959,22	4.265.576,48	3.937.440,64	4.605.986,79	5.014.839,07	4.001.952,71	4.397.099,95	50.359.583,21	133.656,11
Pessoal Ativo	3.320.048,34	4.096.469,95	4.802.164,42	4.864.632,57	3.647.413,07	3.405.959,22	4.265.576,48	3.937.440,64	4.605.986,79	5.014.839,07	4.001.952,71	4.397.099,95	50.359.583,21	133.656,11
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	3.106.909,30	3.925.998,32	4.588.319,96	4.455.988,67	3.383.230,44	3.097.900,18	3.807.035,03	3.880.904,92	3.823.468,09	4.595.161,35	3.853.544,74	3.916.643,49	46.435.104,49	133.656,11
Obrigações Patronais	213.139,04	170.471,63	213.844,46	408.643,90	264.182,63	308.059,04	458.541,45	56.535,72	782.518,70	419.677,72	148.407,97	480.456,46	3.924.478,72	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Não Computadas (§1º do art. 19 da LRF) (II)	205.569,63	181.731,91	190.551,15	304.013,17	214.137,22	244.261,73	229.016,05	204.049,54	192.979,56	222.739,34	191.034,21	217.244,45	2.597.327,96	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração[2]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinculados (CF, art. 198, §11)	195.712,70	171.874,98	183.592,54	284.790,07	206.995,13	237.119,64	222.927,27	195.854,53	187.320,20	214.114,53	183.892,12	210.102,36	2.494.296,07	0,00
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º)[3]	9.856,93	9.856,93	6.958,61	19.223,10	7.142,09	7.142,09	6.088,78	8.195,01	5.659,36	8.624,81	7.142,09	7.142,09	103.031,89	0,00
Outras Deduções Constitucionais ou Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Líquida com Pessoal (III) = (I-II)	3.114.478,71	3.914.738,04	4.611.613,27	4.560.619,40	3.433.275,85	3.161.697,49	4.036.560,43	3.733.391,10	4.413.007,23	4.792.099,73	3.810.918,50	4.179.855,50	47.762.255,25	133.656,11

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	Valor	% Sobre a RCL Ajustada
Receita Corrente Líquida - RCL (IV)	128.302.186,19	0,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)	2.524.402,00	0,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF)	3.400.222,00	0,00
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)	2.138.032,00	0,00
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais	0,00	0,00

= Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos limites da Despesa com Pessoal (V)	120.239.530,19	0,00
Despesa Total com Pessoal - DTP (VI) = (IIIa + IIIb)	47.895.911,36	39,83
Limite Máximo (VII) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	64.929.346,30	54,00
Limite Prudencial (VIII) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	61.682.878,99	51,30
Limite de Alerta (IX) = (0,90 x IX) (inciso II do parágrafo 1º do art. 59 da LRF)	58.436.411,67	48,60
1 - Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre/primeiro semestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.		
2 - No mapeamento para geração automática no Siconfi, a regra estipulada foi a dedução das despesas com DEA - Despesas de Exercício Anterior, somente no último quadrimestre/semestre, não havendo, portanto, dedução nos dois primeiros quadrimestres/primeiro semestre. Assim, para fins de preenchimento do Siconfi, as despesas registradas no elemento 92 não será deduzida nos primeiros quadrimestres/semestre e será considerada integralmente no 3º quadrimestre/2º semestre do exercício de referência.		
3 - Considerar nesta célula o valor de 72% da ND: 31.XX.XX-00 + ND: 33.XX.34-00 + ND: 33.90.91-34 + ND: 33.90.92-34; da FR 605.		

PAULO GIVAGO BARRETO ALVES	***RENATA LEANDRO FERREIRA***	***FRANCISCO MARINALDO DUARTE***	***HUDSON SALDANHA DE LIMA***
###.531.114-##	###.384.874-##	###.209.334-##	###.124.394-##
Prefeito Municipal	Contador(a)	Controlador(a)	Secretário de Finanças

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:80AA4EE2

SECRETARIA DE GOVERNO
RREO - ANEXO I BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

MUNICIPIO DE CARAÚBAS					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Relatório Resumido de Execução Orçamentária - Balanço Orçamentário					Exercício: **2026**		
Bimestre: 4/2026							
LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II § 1º - **Anexo 1**							
Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	112.405.367,00	1.124.053,67	22.393.996,09	19,92	92.644.557,04	8.242,00	-91.520.503,37
Receitas Correntes	106.656.461,00	1.066.564,61	20.892.839,19	19,59	86.572.383,36	8.116,94	-85.505.818,75
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	6.476.463,00	64.764,63	1.646.286,29	25,42	6.508.257,31	10.049,09	-6.443.492,68
Impostos	6.105.270,00	61.052,70	1.591.028,87	26,06	6.250.218,77	10.237,42	-6.189.166,07
Taxas	360.434,00	3.604,34	55.257,42	15,33	258.038,54	7.159,11	-254.434,20
Contribuição de Melhoria	10.759,00	107,59	0,00	0,00	0,00	0,00	107,59
Contribuições	610.915,00	6.109,15	262.908,56	43,04	1.035.739,55	16.953,91	-1.029.630,40
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	610.915,00	6.109,15	262.908,56	43,04	1.035.739,55	16.953,91	-1.029.630,40
Receita Patrimonial	822.071,00	8.220,71	400.596,77	48,73	1.290.852,84	15.702,45	-1.282.632,13
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	17.932,00	179,32	0,00	0,00	0,00	0,00	179,32
Valores Mobiliários	804.139,00	8.041,39	400.596,77	49,82	1.290.852,84	16.052,61	-1.282.811,45
Receita de Serviços	1.914.559,00	19.145,59	0,00	0,00	0,00	0,00	19.145,59
Outros Serviços	1.914.559,00	19.145,59	0,00	0,00	0,00	0,00	19.145,59
Transferências Correntes	96.778.657,00	967.786,57	18.549.681,05	19,17	77.680.911,41	8.026,66	-76.713.124,84
Transferências da União e de suas Entidades	65.297.316,00	652.973,16	12.580.962,05	19,27	52.327.671,20	8.013,76	-51.674.698,04
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	14.399.244,00	143.992,44	2.591.704,12	18,00	10.267.307,31	7.130,45	-10.123.314,87
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	-100.000,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	17.082.097,00	170.820,97	3.377.014,88	19,77	14.985.932,90	8.772,89	-14.815.111,93
Outras Receitas Correntes	53.796,00	537,96	33.366,52	62,02	56.622,25	10.525,36	-56.084,29
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	53.796,00	537,96	33.366,52	62,02	56.622,25	10.525,36	-56.084,29
Receitas de Capital	5.748.906,00	57.489,06	1.501.156,90	26,11	6.072.173,68	10.562,31	-6.014.684,62
Operações de Crédito	44.830,00	448,30	0,00	0,00	0,00	0,00	448,30
Operações de Crédito - Mercado Interno	44.830,00	448,30	0,00	0,00	0,00	0,00	448,30
Alienação de Bens	89.660,00	896,60	0,00	0,00	0,00	0,00	896,60
Alienação de Bens Imóveis	89.660,00	896,60	0,00	0,00	0,00	0,00	896,60
Transferências de Capital	5.614.416,00	56.144,16	1.501.156,90	26,74	6.072.173,68	10.815,33	-6.016.029,52
Transferências da União e de suas Entidades	5.488.892,00	54.888,92	1.401.156,90	25,53	5.972.173,68	10.880,47	-5.917.284,76
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	125.524,00	1.255,24	100.000,00	79,67	100.000,00	7.966,60	-98.744,76
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	112.405.367,00	112.405.367,00	22.393.996,09	19,92	92.644.557,04	82,42	-91.520.503,37
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	112.405.367,00	112.405.367,00	22.393.996,09	19,92	92.644.557,04	82,42	-91.520.503,37
DÉFICIT (VI) [1]					0,00		
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V+VI)					92.644.557,04		
Saldos de Exercícios Anteriores	0,00	5.720.259,96			5.720.259,96		
Recursos Arrecadados Em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00					
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	0,00	5.720.259,96			5.720.259,96		

Despesas	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas		Saldo (g)=(e-f)	Despesas Liquidadas		Saldo (i)=(e-h)	Despesas Pagas Até Bimestre (j)	Inscrição RP Não Processado (k)
			No Bimestre	Até Bimestre (f)		No Bimestre	Até Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	112.405.367,00	125.623.540,96	22.541.985,69	100.825.296,89	24.798.244,07	25.574.425,62	85.450.551,55	40.172.989,41	80.506.389,08	0,00
Despesas Correntes	91.572.262,00	106.521.287,10	19.290.477,64	87.716.514,41	18.804.772,69	21.526.746,96	76.566.262,51	29.955.024,59	73.182.008,97	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	44.111.354,00	45.742.549,12	7.155.779,69	38.496.092,78	7.246.456,34	8.873.028,58	35.047.801,48	10.694.747,64	34.016.809,55	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA INTERNA	1.516.035,00	1.366.035,00	40.445,25	1.175.670,86	190.364,14	235.492,25	942.669,63	423.365,37	921.988,05	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	45.944.873,00	59.412.702,98	12.094.252,70	48.044.750,77	11.367.952,21	12.418.226,13	40.575.791,40	18.836.911,58	38.243.211,37	0,00
Despesas de Capital	20.216.804,00	18.485.952,86	3.251.508,05	13.108.782,48	5.377.170,38	4.047.678,66	8.884.289,04	9.601.663,82	7.324.380,11	0,00
INVESTIMENTO	16.500.670,00	14.245.480,86	3.189.159,27	9.281.605,02	4.963.875,84	3.224.616,72	5.920.037,70	8.325.443,16	4.399.864,67	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	204.662,00	150.000,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	150.000,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	3.511.472,00	4.090.472,00	62.348,78	3.677.177,46	413.294,54	823.061,94	2.814.251,34	1.276.220,66	2.774.515,44	0,00
Reserva de Contingência	616.301,00	616.301,00	0,00	0,00	616.301,00	0,00	0,00	616.301,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	616.301,00	616.301,00	0,00	0,00	616.301,00	0,00	0,00	616.301,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)										0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	112.405.367,00	125.623.540,96	22.541.985,69	100.825.296,89	24.798.244,07	25.574.425,62	85.450.551,55	40.172.989,41	80.506.389,08	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	112.405.367,00	125.623.540,96	22.541.985,69	100.825.296,89	24.798.244,07	25.574.425,62	85.450.551,55	40.172.989,41	80.506.389,08	0,00
SUPERÁVIT (XIII)				-8.180.739,85			7.194.005,49		12.138.167,96	
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII+XIII)	112.405.367,00	125.623.540,96	22.541.985,69	92.644.557,04	24.798.244,07	25.574.425,62	92.644.557,04	40.172.989,41	92.644.557,04	0,00
RESERVA DO RPPS										
1 - O déficit será apurado pela diferença entre a receita realizada e a despesa liquidada nos cinco primeiros bimestres e a despesa empenhada no último bimestre.										

PAULO GIVAGO BARRETO ALVES	***RENATA LEANDRO FERREIRA***	***FRANCISCO MARINALDO DUARTE***	***HUDSON SALDANHA DE LIMA***
###.531.114-##	###.384.874-##	###.209.334-##	###.124.394-##
Prefeito Municipal	Contador(A)	Controlador(A)	Secretário De Finanças

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:D438738F

SECRETARIA DE GOVERNO
RREO - ANEXO II DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO SUBFUNÇÃO

MUNICIPIO DE CARAÚBAS						Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil					
Relatório Resumido de Execução Orçamentária - Demonstrativo das Despesas por Função/SubFunção						Exercício: **2026**					
Bimestre: 4/2026											
LRF Art . 52 , inciso II, alínea "c" - Anexo 2											
Função/SubFunção	Dotação		Despesa Empenhada			Saldo c (a-b)	Despesa Liquidada			Saldo e (a-d)	INSCR. EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
	Inicial	Atualizada (a)	No Bimestre	Até Bimestre (b)	%(b/total b)		No Bimestre	Até Bimestre (d)	%(d/total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**112.405.367,00**	**125.623.540,96**	**22.541.985,69**	**100.825.296,89**	**100,00**	**24.798.244,07**	**25.574.425,62**	**85.450.551,55**	**100,00**	**40.172.989,41**	**0,00**
01 LEGISLATIVA	4.450.000,00	4.689.000,00	412.973,95	4.200.242,67	4,17	488.757,33	948.418,76	3.058.827,62	3,58	1.630.172,38	0,00

031 AÇÃO LEGISLATIVA	4.450.000,00	4.689.000,00	412.973,95	4.200.242,67	4,17	488.757,33	948.418,76	3.058.827,62	3,58	1.630.172,38	0,00
04 ADMINISTRAÇÃO	11.596.892,00	12.048.725,92	3.185.476,55	11.019.635,49	10,93	1.029.090,43	2.640.371,22	8.582.612,49	10,04	3.466.113,43	0,00
121 PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	345.704,00	286.445,00	25.792,01	261.092,00	0,26	25.353,00	51.604,00	209.256,55	0,24	77.188,45	0,00
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	10.575.000,00	11.207.783,92	3.090.725,03	10.298.640,70	10,21	909.143,22	2.490.568,42	7.981.955,68	9,34	3.225.828,24	0,00
123 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	326.188,00	277.917,00	36.173,16	225.070,44	0,22	52.846,56	45.683,12	201.508,16	0,24	76.408,84	0,00
124 CONTROLE INTERNO	350.000,00	276.580,00	32.786,35	234.832,35	0,23	41.747,65	52.515,68	189.892,10	0,22	86.687,90	0,00
06 SEGURANÇA PÚBLICA	160.000,00	32.216,00	0,00	23.554,28	0,02	8.661,72	531,68	12.611,10	0,01	19.604,90	0,00
182 DEFESA CIVIL	160.000,00	32.216,00	0,00	23.554,28	0,02	8.661,72	531,68	12.611,10	0,01	19.604,90	0,00
08 ASSISTÊNCIA SOCIAL	4.049.848,00	4.267.001,51	722.892,85	3.060.776,30	3,04	1.206.225,21	646.882,56	2.658.791,01	3,11	1.608.210,50	0,00
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	979.337,00	1.000.175,00	233.069,28	885.436,05	0,88	114.738,95	208.964,07	757.514,71	0,89	242.660,29	0,00
241 ASSISTÊNCIA À PESSOA IDOSA	43.500,00	432.744,00	1.092,00	396.285,50	0,39	36.458,50	1.972,00	396.285,50	0,46	36.458,50	0,00
243 ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	535.000,00	504.811,00	108.179,43	321.570,41	0,32	183.240,59	74.115,52	279.750,33	0,33	225.060,67	0,00
244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	922.287,00	492.930,75	97.787,94	320.841,59	0,32	172.089,16	56.457,95	187.324,85	0,22	305.605,90	0,00
245 SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS	1.549.724,00	1.836.340,76	282.764,20	1.136.642,75	1,13	699.698,01	305.373,02	1.037.915,62	1,21	798.425,14	0,00
306 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10 SAÚDE	27.070.652,00	32.892.111,48	6.124.630,70	25.758.968,57	25,55	7.133.142,91	6.193.731,95	20.180.200,49	23,62	12.711.910,99	0,00
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.948.438,00	2.723.196,64	557.978,24	2.569.935,14	2,55	153.261,50	568.445,61	2.069.597,62	2,42	653.599,02	0,00
301 ATENÇÃO BÁSICA	13.593.459,00	16.704.877,98	2.825.576,00	12.485.855,17	12,38	4.219.022,81	3.044.567,40	10.625.507,79	12,43	6.079.370,19	0,00
302 ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	8.770.957,00	11.803.110,63	2.413.032,48	9.609.706,29	9,53	2.193.404,34	2.350.581,81	6.570.506,12	7,69	5.232.604,51	0,00
303 SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	547.798,00	554.142,00	167.542,00	278.584,10	0,28	275.557,90	95.299,20	202.799,65	0,24	351.342,35	0,00
304 VIGILÂNCIA SANITÁRIA	225.000,00	203.912,00	25.000,00	133.271,47	0,13	70.640,53	27.389,66	122.946,26	0,14	80.965,74	0,00
305 VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	985.000,00	902.872,23	135.501,98	681.616,40	0,68	221.255,83	107.448,27	588.843,05	0,69	314.029,18	0,00
12 EDUCAÇÃO	32.560.250,00	34.000.902,88	6.648.086,08	27.276.728,01	27,05	6.724.174,87	6.980.881,61	24.973.116,23	29,23	9.027.786,65	0,00
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.977.241,00	2.903.675,76	632.604,59	2.614.283,02	2,59	289.392,74	728.468,49	2.457.005,78	2,88	446.669,98	0,00
361 ENSINO FUNDAMENTAL	16.875.915,00	18.185.822,44	3.571.764,55	14.574.144,09	14,45	3.611.678,35	3.740.101,14	13.887.096,76	16,25	4.298.725,68	0,00
362 ENSINO MÉDIO	655.000,00	600.118,00	110.034,00	441.389,21	0,44	158.728,79	56.973,00	388.328,21	0,45	211.789,79	0,00

Função/SubFunção	Dotação		Despesa Empenhada			Saldo c (a-b)	Despesa Liquidada			Saldo e (a-d)	INSCR. EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
	Inicial	Atualizada (a)	No Bimestre	Até Bimestre (b)	%(b/total b)		No Bimestre	Até Bimestre (d)	%(d/total d)		
364 ENSINO SUPERIOR	767.876,00	880.407,00	127.166,62	736.852,87	0,73	143.554,13	122.227,46	550.695,04	0,64	329.711,96	0,00
365 EDUCAÇÃO INFANTIL	11.049.218,00	11.318.364,68	2.198.051,78	8.877.281,18	8,80	2.441.083,50	2.326.032,42	7.662.459,16	8,97	3.655.905,52	0,00
366 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	75.000,00	50.455,00	8.464,54	32.777,64	0,03	17.677,36	7.079,10	27.531,28	0,03	22.923,72	0,00
367 EDUCAÇÃO ESPECIAL	60.000,00	2.060,00	0,00	0,00	0,00	2.060,00	0,00	0,00	0,00	2.060,00	0,00
368 EDUCAÇÃO BÁSICA	100.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00
13 CULTURA	7.192.665,00	9.856.437,00	257.925,97	9.128.571,63	9,05	727.865,37	1.426.645,08	8.121.786,14	9,50	1.734.650,86	0,00
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	522.406,00	636.491,00	124.471,54	538.484,88	0,53	98.006,12	128.557,77	526.993,37	0,62	109.497,63	0,00
392 DIFUSÃO CULTURAL	6.583.959,00	9.219.946,00	133.454,43	8.590.086,75	8,52	629.859,25	1.298.087,31	7.594.792,77	8,89	1.625.153,23	0,00
695 TURISMO	86.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14 DIREITO DA CIDADANIA	0,00	165.570,00	52.526,00	52.526,00	0,05	113.044,00	23.987,15	23.987,15	0,03	141.582,85	0,00
422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	0,00	165.570,00	52.526,00	52.526,00	0,05	113.044,00	23.987,15	23.987,15	0,03	141.582,85	0,00
15 URBANISMO	6.792.377,00	9.133.083,23	1.922.810,07	7.461.884,89	7,40	1.671.198,34	2.079.539,10	6.608.209,65	7,73	2.524.873,58	0,00
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.788.591,00	4.202.832,45	1.315.352,04	4.083.466,82	4,05	119.365,63	1.254.047,31	3.728.210,47	4,36	474.621,98	0,00
451 INFRA-ESTRUTURA URBANA	4.003.786,00	4.930.250,78	607.458,03	3.378.418,07	3,35	1.551.832,71	825.491,79	2.879.999,18	3,37	2.050.251,60	0,00
16 HABITAÇÃO	1.984.977,00	836.977,00	0,00	0,00	0,00	836.977,00	0,00	0,00	0,00	836.977,00	0,00
244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	1.984.977,00	836.977,00	0,00	0,00	0,00	836.977,00	0,00	0,00	0,00	836.977,00	0,00
18 GESTÃO AMBIENTAL	2.586.898,00	3.751.399,23	618.088,98	2.515.709,67	2,50	1.235.689,56	693.642,56	2.403.693,08	2,81	1.347.706,15	0,00
542 CONTROLE AMBIENTAL	2.586.898,00	3.751.399,23	618.088,98	2.515.709,67	2,50	1.235.689,56	693.642,56	2.403.693,08	2,81	1.347.706,15	0,00
20 AGRICULTURA	4.915.000,00	4.902.560,90	1.794.932,11	4.259.473,73	4,22	643.087,17	2.223.799,94	4.018.990,26	4,70	883.570,64	0,00
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.550.000,00	1.474.097,90	275.023,61	1.207.047,42	1,20	267.050,48	316.434,07	990.110,56	1,16	483.987,34	0,00
605 ABASTECIMENTO	1.110.000,00	173.969,00	28.384,00	113.536,00	0,11	60.433,00	28.384,00	99.344,00	0,12	74.625,00	0,00
606 EXTENSÃO RURAL	10.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
608 PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	1.964.900,00	3.242.494,00	1.491.524,50	2.926.890,31	2,90	315.603,69	1.877.981,87	2.926.535,70	3,42	315.958,30	0,00
609 DEFESA AGROPECUÁRIA	210.000,00	12.000,00	0,00	12.000,00	0,01	0,00	1.000,00	3.000,00	0,00	9.000,00	0,00
631 REFORMA AGRÁRIA	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22 INDÚSTRIA	240.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00
334 FOMENTO AO TRABALHO	240.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00
26 TRANSPORTE	152.000,00	181.672,00	10.111,63	163.181,72	0,16	18.490,28	56.987,61	135.868,62	0,16	45.803,38	0,00
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	152.000,00	181.672,00	10.111,63	163.181,72	0,16	18.490,28	56.987,61	135.868,62	0,16	45.803,38	0,00

Função/SubFunção	Dotação		Despesa Empenhada			Saldo c (a-b)	Despesa Liquidada			Saldo e (a-d)	INSCR. EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
	Inicial	Atualizada (a)	No Bimestre	Até Bimestre (b)	%(b/total b)		No Bimestre	Até Bimestre (d)	%(d/total d)		
27 DESPORTO E LAZER	2.310.000,00	2.333.075,81	607.264,20	891.642,67	0,88	1.441.433,14	518.979,64	755.383,80	0,88	1.577.692,01	0,00
812 DESPORTO COMUNITÁRIO	2.310.000,00	2.333.075,81	607.264,20	891.642,67	0,88	1.441.433,14	518.979,64	755.383,80	0,88	1.577.692,01	0,00

28 ENCARGOS ESPECIAIS	5.727.507,00	5.836.507,00	184.266,60	5.012.401,26	4,97	824.105,74	1.140.026,76	3.916.473,91	4,58	1.920.033,09	0,00
843 SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	5.727.507,00	5.836.507,00	184.266,60	5.012.401,26	4,97	824.105,74	1.140.026,76	3.916.473,91	4,58	1.920.033,09	0,00
99 RESERVA DE CONTINGENCIA	616.301,00	616.301,00	0,00	0,00	0,00	616.301,00	0,00	0,00	0,00	616.301,00	0,00
999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	616.301,00	616.301,00	0,00	0,00	0,00	616.301,00	0,00	0,00	0,00	616.301,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	112.405.367,00	125.623.540,96	22.541.985,69	100.825.296,89	100,00	24.798.244,07	25.574.425,62	85.450.551,55	100,00	40.172.989,41	0,00
PAULO GIVAGO BARRETO ALVES			***RENATA LEANDRO FERREIRA***		***FRANCISCO MARINALDO DUARTE***			***HUDSON SALDANHA DE LIMA***			
###.531.114-##			###.384.874-##		###.209.334-##			###.124.394-##			
Prefeito Municipal			Contador(A)		Controlador(A)			Secretário De Finanças			

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:41205625

SECRETARIA DE GOVERNO
RREO - ANEXO III DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

MUNICIPIO DE CARAÚBAS													Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Relatório Resumido de Execução Orçamentária - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida													Exercício: **2026**	
Bimestre: 4/2026														
RREO - ANEXO 3 (LRF, art 53, inciso I)														
Especificação	**Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses**												**Total (Últimos 12 Meses)**	**Previsão Atualizada Exercício**
	Set/2025	**Out/2025**	**Nov/2025**	**Dez/2025**	**Jan/2026**	**Fev/2026**	**Mar/2026**	**Abr/2026**	**Mai/2026**	**Jun/2026**	**Jul/2026**	**Ago/2026**		
RECEITAS CORRENTES (I)	**10.157.406,85**	**10.979.170,36**	**10.354.788,88**	**13.847.317,52**	**10.758.746,48**	**11.980.376,44**	**9.631.856,70**	**10.104.416,27**	**13.801.203,48**	**15.439.521,68**	**11.690.170,08**	**10.985.759,11**	**139.730.733,85**	**116.874.177,00**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	**632.563,94**	**662.116,61**	**655.112,55**	**1.008.241,30**	**804.452,20**	**1.128.396,13**	**1.147.941,64**	**571.114,44**	**609.824,23**	**600.242,38**	**767.292,26**	**878.994,03**	**9.466.291,71**	**6.476.463,00**
IPTU	23.154,25	23.166,62	20.935,32	52.249,92	14.615,56	13.418,41	11.915,29	4.844,09	6.692,20	14.341,29	5.974,63	19.576,14	210.883,72	179.320,00
ISS	253.166,73	297.654,87	316.334,91	331.006,22	327.106,52	803.935,11	780.109,51	245.456,19	306.147,05	282.852,51	425.991,78	530.743,63	4.900.505,03	2.634.647,00
ITBI	20.404,05	18.716,92	21.142,07	26.627,50	6.437,84	403,66	18.481,09	8.083,75	19.048,05	14.212,76	19.267,46	16.408,99	189.234,14	139.870,00
IRRF	309.233,37	298.500,16	278.094,46	563.430,36	372.634,52	282.022,62	307.662,61	291.268,00	262.103,42	265.397,85	286.344,57	286.721,67	3.803.413,61	3.151.433,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	26.605,54	24.078,04	18.605,79	34.927,30	83.657,76	28.616,33	29.773,14	21.462,41	15.833,51	23.437,97	29.713,82	25.543,60	362.255,21	371.193,00
Contribuições	**93.447,81**	**96.388,27**	**191.593,03**	**0,00**	**125.402,77**	**127.376,71**	**137.198,08**	**125.262,47**	**132.264,93**	**125.326,03**	**130.236,75**	**132.671,81**	**1.417.168,66**	**610.915,00**
Receita Patrimonial	**120.829,65**	**133.718,30**	**126.386,08**	**148.389,91**	**125.996,89**	**129.263,29**	**153.609,15**	**151.087,19**	**157.740,74**	**172.558,81**	**218.179,12**	**182.417,65**	**1.820.176,78**	**822.071,00**
Rendimentos de Aplicação Financeira	120.829,65	133.718,30	126.386,08	148.389,91	125.996,89	129.263,29	153.609,15	151.087,19	157.740,74	172.558,81	218.179,12	182.417,65	1.820.176,78	804.139,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.932,00
Receita Agropecuária	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Receita Industrial	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Receita de Serviços	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.914.559,00**
Transferências Correntes	**9.309.286,15**	**10.086.395,42**	**9.334.440,40**	**12.645.870,81**	**9.700.838,26**	**10.594.840,31**	**8.190.310,12**	**9.251.670,33**	**12.891.981,29**	**14.538.166,93**	**10.543.347,22**	**9.789.423,83**	**126.876.571,07**	**106.996.373,00**
Cota-Parte do FPM	3.615.425,35	2.424.738,77	3.296.043,73	5.307.858,62	3.374.903,78	4.243.265,09	2.569.553,85	3.025.400,04	3.661.694,56	3.857.929,77	4.102.557,07	3.255.823,36	42.735.193,99	39.490.554,00
Cota-Parte do ICMS	1.414.059,61	1.681.541,40	1.397.846,32	1.565.570,36	1.725.058,94	1.317.166,80	1.391.350,76	1.597.098,58	1.422.156,36	1.350.479,02	1.642.056,28	1.456.874,10	17.961.258,53	13.707.344,00
Cota-Parte do IPVA	71.214,67	62.024,75	24.802,22	43.592,43	46.385,14	49.644,20	66.143,40	114.547,93	182.186,82	150.511,21	40.316,74	76.815,58	928.185,09	998.392,00
Cota-Parte do ITR	2.177,30	6.675,02	2.380,67	4.702,37	30,31	262,64	247,89	313,68	179,47	53,09	34,40	375,74	17.432,58	7.711,00
Transferências da LC 61/1989	6.531,46	6.263,71	6.190,81	7.498,96	5.532,02	5.805,28	5.746,66	5.055,25	6.074,91	8.112,75	7.343,99	7.908,01	78.063,81	13.718,00
Transferências do FUNDEB	1.980.109,51	2.112.094,92	2.134.580,30	2.562.198,18	2.712.585,39	2.634.062,03	1.820.881,30	2.349.387,26	2.467.323,27	2.641.027,48	1.999.196,70	2.427.285,03	27.840.731,37	20.150.377,00
Outras Transferências Correntes	2.219.768,25	3.793.056,85	2.472.596,35	3.154.449,89	1.836.342,68	2.344.634,27	2.336.386,26	2.159.867,59	5.152.365,90	6.530.053,61	2.751.842,04	2.564.342,01	37.315.705,70	32.628.277,00
Outras Receitas Correntes	**1.279,30**	**551,76**	**47.256,82**	**44.815,50**	**2.056,36**	**500,00**	**2.797,71**	**5.281,84**	**9.392,29**	**3.227,53**	**31.114,73**	**2.251,79**	**150.525,63**	**53.796,00**
DEDUÇÕES (II)	**-758.843,86**	**-836.248,42**	**-945.452,57**	**-1.068.335,93**	**-1.030.381,90**	**-1.123.228,63**	**-806.608,33**	**-948.482,90**	**-1.054.458,17**	**-1.073.416,95**	**-823.530,77**	**-959.559,23**	**-11.428.547,66**	**10.217.716,00**
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Rendimentos de aplicações de recursos previdênciários	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	**-758.843,86**	**-836.248,42**	**-945.452,57**	**-1.068.335,93**	**-1.030.381,90**	**-1.123.228,63**	**-806.608,33**	**-948.482,90**	**-1.054.458,17**	**-1.073.416,95**	**-823.530,77**	**-959.559,23**	**-11.428.547,66**	**10.217.716,00**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	**9.398.562,99**	**10.142.921,94**	**9.409.336,31**	**12.778.981,59**	**9.728.364,58**	**10.857.147,81**	**8.825.248,37**	**9.155.933,37**	**12.746.745,31**	**14.366.104,73**	**10.866.639,31**	**10.026.199,88**	**128.302.186,19**	**106.656.461,00**

Especificação	**Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses**												**Total (Últimos 12 Meses)**	**Previsão Atualizada Exercício**
	Set/2025	**Out/2025**	**Nov/2025**	**Dez/2025**	**Jan/2026**	**Fev/2026**	**Mar/2026**	**Abr/2026**	**Mai/2026**	**Jun/2026**	**Jul/2026**	**Ago/2026**		
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	**862.201,00**	**200.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**100.000,00**	**0,00**	**1.362.201,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2.524.402,00**	**0,00**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	**8.536.361,99**	**9.942.921,94**	**9.409.336,31**	**12.778.981,59**	**9.728.364,58**	**10.857.147,81**	**8.725.248,37**	**9.155.933,37**	**11.384.544,31**	**14.366.104,73**	**10.866.639,31**	**10.026.199,88**	**125.777.784,19**	**106.656.461,00**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	**0,00**	**2.200.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.200.222,00**	**0,00**	**0,00**	**3.400.222,00**	**0,00**

(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art 198, $11) (VII)	**157.872,00**	**157.872,00**	**157.872,00**	**315.744,00**	**168.584,00**	**168.584,00**	**168.584,00**	**168.584,00**	**168.584,00**	**168.584,00**	**168.584,00**	**168.584,00**	**2.138.032,00**	**1.966.199,00**
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (V - VI - VII - VIII)	**8.378.489,99**	**7.585.049,94**	**9.251.464,31**	**12.463.237,59**	**9.559.780,58**	**10.688.563,81**	**8.556.664,37**	**8.987.349,37**	**11.215.960,31**	**12.997.298,73**	**10.698.055,31**	**9.857.615,88**	**120.239.530,19**	**104.690.262,00**

PAULO GIVAGO BARRETO ALVES	*RENATA LEANDRO FERREIRA*	*FRANCISCO MARINALDO DUARTE*	*HUDSON SALDANHA DE LIMA*
###.531.114-##	###.384.874-##	###.209.334-##	###.124.394-##
Prefeito Municipal	Contador(A)	Controlador(A)	Secretário De Finanças

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:DD3C839F

SECRETARIA DE GOVERNO
RREO - ANEXO VII DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

MUNICIPIO DE CARAÚBAS												Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Relatório Resumido de Execução Orçamentária - Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão												Exercício: **2026** -
Bimestre: 4/2026												
LRF Art . 53 , inciso V - Anexo 7												
Poder/Órgão	Restos a Pagar Processados					Restos a Pagar Não Processados						Saldo Total L = (e + k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e=(a+b)-(c+d)	Inscritos Em Exercícios Anteriores (f)	Inscritos em 31 de dezembro de 2025 (g)	Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k=(f+g)-(i-j)	
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro de 2025 (b)										
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIA)(I)	1.543.773,09	1.754.269,12	1.649.840,91	45.413,24	1.602.788,06	528.169,09	3.919.595,39	3.292.429,26	3.280.252,73	6.987,48	1.160.524,27	2.763.312,33
PODER EXECUTIVO	1.543.773,09	1.752.669,12	1.648.240,91	45.413,24	1.602.788,06	528.169,09	3.809.445,39	3.182.279,26	3.170.102,73	6.987,48	1.160.524,27	2.763.312,33
PODER LEGISLATIVO	0,00	1.600,00	1.600,00	0,00	0,00	0,00	110.150,00	110.150,00	110.150,00	0,00	0,00	0,00
Câmara Municipal	0,00	1.600,00	1.600,00	0,00	0,00	0,00	110.150,00	110.150,00	110.150,00	0,00	0,00	0,00
Tribunal de Contas do Município	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIA)(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	1.543.773,09	1.754.269,12	1.649.840,91	45.413,24	1.602.788,06	528.169,09	3.919.595,39	3.292.429,26	3.280.252,73	6.987,48	1.160.524,27	2.763.312,33

PAULO GIVAGO BARRETO ALVES	*RENATA LEANDRO FERREIRA*	*FRANCISCO MARINALDO DUARTE*	*HUDSON SALDANHA DE LIMA*
###.531.114-##	###.384.874-##	###.209.334-##	###.124.394-##
Prefeito Municipal	Contador(A)	Controlador(A)	Secretário De Finanças

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:6906FC28

SECRETARIA DE GOVERNO
RREO - ANEXO XIII DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS

MUNICIPIO DE CARAÚBAS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Demonstrativo das Parcerias Público Privadas	Exercício: **2026**		
Bimestre: 4/2026			
RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)			
IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	REGISTROS EFETUADOS EM 2026	
		No Bimestre	Até o Bimestre
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos	0,00	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00	0,00
Obrigações Contratuais	0,00	0,00	0,00

Riscos não Provisionados	0,00	0,00	0,00
Garantias Concedidas	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00	0,00

DESPESAS DE PPP	Exercício Anterior	Exercício Corrente	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Das Estatais Não-Dependentes (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)	114.580.078,63	106.656.461,00	108.691.212,49	110.764.782,21	112.877.910,69	115.031.352,64	117.225.877,14	119.462.267,95	121.741.323,77	124.063.858,55	126.430.701,77
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
NOTA: As projeções da RCL foram calculadas com base no Fator de Projeção de 1,019077620570 divulgado pela Secretaria do Tesouro Nacional no Manual de Instrução de Pleitos publicado em 31/10/2025.											

PAULO GIVAGO BARRETO ALVES	***RENATA LEANDRO FERREIRA***	***FRANCISCO MARINALDO DUARTE***	***HUDSON SALDANHA DE LIMA***
###.531.114-##	###.384.874-##	###.209.334-##	###.124.394-##
Prefeito Municipal	Contador(A)	Controlador(A)	Secretário De Finanças

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:66777D13

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZETA

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO
RGF 02-2026 PMC ANEXO 1

MUNICIPIO DE CRUZETA													Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Relatório de Gestão Fiscal - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - PODER EXECUTIVO													Exercício: **2026**	
2º Quadrimestre/2026														
RGF - Anexo 1 (LRF, art 55, inciso I, alínea "a")														
Despesas Com Pessoal	Despesas Executadas (últimos 12 meses)													
	Liquidadas												Total (Últimos 12 meses) (a)	Inscritas em Restos a pagar não processados
	09/2025	10/2025	11/2025	12/2025	01/2026	02/2026	03/2026	04/2026	05/2026	06/2026	07/2026	08/2026		
Despesa Bruta Com Pessoal (I)	2.310.693,45	2.656.310,04	2.250.878,11	5.503.052,40	2.200.738,38	2.103.738,86	2.448.809,31	2.439.576,80	2.798.039,17	2.135.781,38	2.808.736,04	2.824.361,27	32.480.715,21	0,00
Pessoal Ativo	1.734.457,38	2.080.073,97	1.663.965,18	4.618.863,58	1.561.803,42	1.465.342,49	1.809.730,32	1.794.190,13	2.152.174,31	1.487.253,28	1.843.245,13	2.171.517,67	24.382.616,86	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	1.389.470,75	1.733.126,81	1.317.030,96	3.590.389,36	1.227.136,87	1.421.824,72	1.414.661,09	1.398.514,84	1.433.791,65	1.424.036,55	1.456.959,83	1.444.576,22	19.251.519,65	0,00
Obrigações Patronais	344.986,63	346.947,16	346.934,22	1.028.474,22	334.666,55	43.517,77	395.069,23	395.675,29	718.382,66	63.216,73	386.285,30	726.941,45	5.131.097,21	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	576.236,07	576.236,07	586.912,93	884.188,82	638.934,96	638.396,37	639.078,99	645.386,67	645.864,86	648.528,10	965.490,91	652.843,60	8.098.098,35	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	554.401,57	554.401,57	565.078,43	851.437,11	610.455,78	613.196,04	613.878,66	620.186,34	620.664,53	623.628,51	930.697,71	629.648,16	7.787.674,41	0,00
Pensões	21.834,50	21.834,50	21.834,50	32.751,71	28.479,18	25.200,33	25.200,33	25.200,33	25.200,33	24.899,59	34.793,20	23.195,44	310.423,94	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Não Computadas (§1º do art. 19 da LRF) (II)	770.081,71	760.772,37	820.724,33	1.480.095,79	768.108,47	770.022,90	765.238,44	776.418,38	777.942,98	784.457,23	1.097.054,92	781.778,57	10.352.696,09	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	172.512,06	2.897,85	96.806,03	497.400,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	769.616,52	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração[2]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	576.236,07	576.236,07	586.912,93	884.188,82	638.934,96	638.396,37	639.078,99	645.386,67	645.864,86	648.528,10	965.490,91	652.843,60	8.098.098,35	0,00
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinculados (CF, art. 198, §11)	0,00	160.304,87	115.671,79	55.839,24	115.292,20	117.900,68	113.607,13	118.479,39	119.551,70	123.402,71	119.958,02	117.328,98	1.277.336,71	0,00
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º)[3]	21.333,58	21.333,58	21.333,58	42.667,15	13.881,31	13.725,85	12.552,32	12.552,32	12.526,42	12.526,42	11.605,99	11.605,99	207.644,51	0,00
Outras Deduções Constitucionais ou Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Líquida com Pessoal (III) = (I-II)	1.540.611,74	1.895.537,67	1.430.153,78	4.022.956,61	1.432.629,91	1.333.715,96	1.683.570,87	1.663.158,42	2.020.096,19	1.351.324,15	1.711.681,12	2.042.582,70	22.128.019,12	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	Valor	% Sobre a RCL Ajustada
Receita Corrente Líquida - RCL (IV)	70.279.661,30	0,00

(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)	0,00	0,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF)	0,00	0,00
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)	0,00	0,00
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais	0,00	0,00
= Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos limites da Despesa com Pessoal (V)	70.279.661,30	0,00
Despesa Total com Pessoal - DTP (VI) = (IIIa + IIIb)	22.128.019,12	31,49
Limite Máximo (VII) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	37.951.017,10	54,00
Limite Prudencial (VIII) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	36.053.466,25	51,30
Limite de Alerta (IX) = (0,90 x IX) (inciso II do parágrafo 1º do art. 59 da LRF)	34.155.915,39	48,60
1 - Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre/primeiro semestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.		
2 - No mapeamento para geração automática no Siconfi, a regra estipulada foi a dedução das despesas com DEA - Despesas de Exercício Anterior, somente no último quadrimestre/semestre, não havendo, portanto, dedução nos dois primeiros quadrimestres/primeiro semestre. Assim, para fins de preenchimento do Siconfi, as despesas registradas no elemento 92 não será deduzida nos primeiros quadrimestres/semestre e será considerada integralmente no 3º quadrimestre/2º semestre do exercício de referência.		
3 - Considerar nesta célula o valor de 72% da ND: 31.XX.XX-00 + ND: 33.XX.34-00 + ND: 33.90.91-34 + ND: 33.90.92-34; da FR 605.		

MUNICIPIO DE CRUZETA	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Relatório de Gestão Fiscal - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - PODER EXECUTIVO	Exercício: **2026**
2º Quadrimestre/2026	

Publicado por:
Joao Maria Alves de Assuncao
Código Identificador:0E3F19EB

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO
RREO 04-2026 PMCRUZETA ANEXO 01

MUNICIPIO DE CRUZETA					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Relatório Resumido de Execução Orçamentária - Balanço Orçamentário					Exercício: **2026** -		
Bimestre: 4/2026							
LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II § 1º - **Anexo 1**							
Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	64.672.327,00	646.723,27	10.138.077,50	15,68	50.520.278,81	7.811,73	-49.873.555,54
Receitas Correntes	63.033.126,00	630.331,26	10.115.331,40	16,05	49.339.743,17	7.827,59	-48.709.411,91
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.679.705,00	26.797,05	525.653,13	19,62	2.000.304,72	7.464,65	-1.973.507,67
Impostos	2.456.041,00	24.560,41	519.295,70	21,14	1.957.606,88	7.970,58	-1.933.046,47
Taxas	223.664,00	2.236,64	6.357,43	2,84	42.697,84	1.909,02	-40.461,20
Contribuições	3.139.830,00	31.398,30	518.723,75	16,52	1.675.750,77	5.337,07	-1.644.352,47
Contribuições Sociais	2.514.141,00	25.141,41	421.287,13	16,76	1.293.150,61	5.143,51	-1.268.009,20
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	625.689,00	6.256,89	97.436,62	15,57	382.600,16	6.114,86	-376.343,27
Receita Patrimonial	1.992.535,00	19.925,35	873.626,07	43,84	2.934.849,12	14.729,22	-2.914.923,77
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	10.038,00	100,38	0,00	0,00	0,00	0,00	100,38
Valores Mobiliários	1.940.673,00	19.406,73	872.692,74	44,97	2.933.194,15	15.114,31	-2.913.787,42
Demais Receitas Patrimoniais	41.824,00	418,24	933,33	2,23	1.654,97	395,70	-1.236,73
Receita de Serviços	11.712,00	117,12	0,00	0,00	0,00	0,00	117,12
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	3.347,00	33,47	0,00	0,00	0,00	0,00	33,47
Outros Serviços	8.365,00	83,65	0,00	0,00	0,00	0,00	83,65
Transferências Correntes	52.337.511,00	523.375,11	7.784.893,40	14,87	41.631.761,37	7.954,48	-41.108.386,26
Transferências da União e de suas Entidades	40.822.316,00	408.223,16	4.940.132,00	12,10	31.563.478,32	7.731,92	-31.155.255,16
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	4.560.681,00	45.606,81	1.408.199,08	30,88	3.693.068,18	8.097,62	-3.647.461,37
Transferências de Outras Instituições Públicas	6.954.514,00	69.545,14	1.436.562,32	20,66	6.375.214,87	9.167,02	-6.305.669,73
Outras Receitas Correntes	2.871.833,00	28.718,33	412.435,05	14,36	1.097.077,19	3.820,13	-1.068.358,86
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	38.060,00	380,60	2.995,29	7,87	3.535,62	928,96	-3.155,02
Demais Receitas Correntes	2.833.773,00	28.337,73	409.439,76	14,45	1.093.541,57	3.858,96	-1.065.203,84
Receitas de Capital	1.639.201,00	16.392,01	22.746,10	1,39	1.180.535,64	7.201,90	-1.164.143,63
Alienação de Bens	85.013,00	850,13	22.746,10	26,76	66.039,85	7.768,21	-65.189,72
Alienação de Bens Móveis	76.648,00	766,48	22.746,10	29,68	53.126,17	6.931,19	-52.359,69
Alienação de Bens Imóveis	8.365,00	83,65	0,00	0,00	12.913,68	15.437,75	-12.830,03
Transferências de Capital	1.470.539,00	14.705,39	0,00	0,00	1.108.735,79	7.539,66	-1.094.030,40
Transferências da União e de suas Entidades	655.803,00	6.558,03	0,00	0,00	858.735,79	13.094,42	-852.177,76

Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	814.736,00	8.147,36	0,00	0,00	250.000,00	3.068,48	-241.852,64
Outras Receitas de Capital	83.649,00	836,49	0,00	0,00	5.760,00	688,59	-4.923,51
Demais Receitas de Capital	83.649,00	836,49	0,00	0,00	5.760,00	688,59	-4.923,51
Receitas (Intra-Orçamentária) (II)	4.533.443,00	45.334,43	946.621,55	20,88	3.019.796,29	6.661,15	-2.974.461,86
Contribuições	3.722.169,00	37.221,69	946.621,55	25,43	3.014.441,93	8.098,62	-2.977.220,24
Contribuições Sociais	3.722.169,00	37.221,69	946.621,55	25,43	3.014.441,93	8.098,62	-2.977.220,24
Outras Receitas Correntes	811.274,00	8.112,74	0,00	0,00	5.354,36	66,00	2.758,38
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	353.378,00	3.533,78	0,00	0,00	5.354,36	151,52	-1.820,58
Demais Receitas Correntes	457.896,00	4.578,96	0,00	0,00	0,00	0,00	4.578,96
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	69.205.770,00	69.205.770,00	11.084.699,05	16,02	53.540.075,10	77,36	-52.848.017,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	69.205.770,00	69.205.770,00	11.084.699,05	16,02	53.540.075,10	77,36	-52.848.017,40
DÉFICIT (VI) [1]					0,00		
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V+VI)					53.540.075,10		
Saldos de Exercícios Anteriores	0,00	0,00			0,00		
Recursos Arrecadados Em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00					
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	0,00	0,00			0,00		

MUNICIPIO DE CRUZETA						Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil				
Relatório Resumido de Execução Orçamentária - Balanço Orçamentário						Exercício: **2026** -				
Bimestre: 4/2026										
Despesas	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas		Saldo (g)=(e-f)	Despesas Liquidadas		Saldo (i)=(e-h)	Despesas Pagas Até Bimestre (j)	Inscrição RP Não Processado (k)
			No Bimestre	Até Bimestre (f)		No Bimestre	Até Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	65.561.854,00	64.912.352,00	6.992.139,37	43.392.821,69	21.519.530,31	10.588.741,48	33.576.535,53	31.335.816,47	33.481.517,19	0,00
Despesas Correntes	49.411.922,00	52.380.646,63	6.589.790,19	41.107.073,58	11.273.573,05	9.800.626,54	32.048.327,39	20.332.319,24	31.956.210,87	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	30.099.136,00	29.584.198,36	2.049.088,99	24.164.613,38	5.419.584,98	4.887.692,73	17.955.583,77	11.628.614,59	17.955.583,77	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA INTERNA	38.764,00	273.764,00	0,00	240.177,06	33.586,94	52.297,54	211.933,27	61.830,73	211.933,27	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	19.274.022,00	22.522.684,27	4.540.701,20	16.702.283,14	5.820.401,13	4.860.636,27	13.880.810,35	8.641.873,92	13.788.693,83	0,00
Despesas de Capital	16.023.432,00	12.405.205,37	402.349,18	2.285.748,11	10.119.457,26	788.114,94	1.528.208,14	10.876.997,23	1.525.306,32	0,00
INVESTIMENTO	14.031.689,00	10.507.462,37	357.427,18	1.428.605,01	9.078.857,36	624.704,49	1.077.678,14	9.429.784,23	1.077.678,14	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	1.991.743,00	1.897.743,00	44.922,00	857.143,10	1.040.599,90	163.410,45	450.530,00	1.447.213,00	447.628,18	0,00
Reserva de Contingência	126.500,00	126.500,00	0,00	0,00	126.500,00	0,00	0,00	126.500,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	126.500,00	126.500,00	0,00	0,00	126.500,00	0,00	0,00	126.500,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	3.390.916,00	4.039.418,00	862.370,00	3.293.328,75	746.089,25	939.842,61	2.602.625,89	1.436.792,11	2.596.823,92	0,00
Despesas Correntes	3.307.267,00	3.955.769,00	862.370,00	3.293.328,75	662.440,25	939.842,61	2.602.625,89	1.353.143,11	2.596.823,92	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.307.267,00	3.955.769,00	862.370,00	3.293.328,75	662.440,25	939.842,61	2.602.625,89	1.353.143,11	2.596.823,92	0,00
Despesas de Capital	83.649,00	83.649,00	0,00	0,00	83.649,00	0,00	0,00	83.649,00	0,00	0,00
INVESTIMENTO	83.649,00	83.649,00	0,00	0,00	83.649,00	0,00	0,00	83.649,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	68.952.770,00	68.951.770,00	7.854.509,37	46.686.150,44	22.265.619,56	11.528.584,09	36.179.161,42	32.772.608,58	36.078.341,11	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	68.952.770,00	68.951.770,00	7.854.509,37	46.686.150,44	22.265.619,56	11.528.584,09	36.179.161,42	32.772.608,58	36.078.341,11	0,00
SUPERÁVIT (XIII)				6.853.924,66			17.360.913,68		17.461.733,99	
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) =	68.952.770,00	68.951.770,00	7.854.509,37	53.540.075,10	22.265.619,56	11.528.584,09	53.540.075,10	32.772.608,58	53.540.075,10	0,00

(XII+XIII)											
RESERVA DO RPPS	253.000,00	253.000,00									
1 - O déficit será apurado pela diferença entre a receita realizada e a despesa liquidada nos cinco primeiros bimestres e a despesa empenhada no último bimestre.											

Publicado por:
Joao Maria Alves de Assuncao
Código Identificador:C8CF3831

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO
RREO 04-2026 PMCRUZETA ANEXO 02

MUNICIPIO DE CRUZETA							Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil				
Relatório Resumido de Execução Orçamentária - Demonstrativo das Despesas por Função/SubFunção							Exercício: **2026** 4				
Bimestre: 4/2026											
LRF Art . 52 , inciso II, alínea "c" - Anexo 2											
Função/SubFunção	Dotação		Despesa Empenhada			Saldo c (a-b)	Despesa Liquidada			Saldo e (a-d)	INSCR. EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
	Inicial	Atualizada (a)	No Bimestre	Até Bimestre (b)	%(b/total b)		No Bimestre	Até Bimestre (d)	%(d/total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**65.561.854,00**	**64.912.352,00**	**6.992.139,37**	**43.392.821,69**	**92,95**	**21.519.530,31**	**10.588.741,48**	**33.576.535,53**	**92,81**	**31.335.816,47**	**0,00**
01 LEGISLATIVA	2.637.525,00	2.637.525,00	60.594,34	1.725.627,05	3,70	911.897,95	255.223,09	1.088.306,18	3,01	1.549.218,82	0,00
031 AÇÃO LEGISLATIVA	2.068.275,00	2.145.275,00	60.594,34	1.725.627,05	3,70	419.647,95	255.223,09	1.088.306,18	3,01	1.056.968,82	0,00
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	569.250,00	492.250,00	0,00	0,00	0,00	492.250,00	0,00	0,00	0,00	492.250,00	0,00
04 ADMINISTRAÇÃO	10.997.102,00	11.778.772,00	956.267,62	8.811.737,85	18,87	2.967.034,15	1.654.956,18	5.875.620,19	16,24	5.903.151,81	0,00
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	9.252.034,00	10.148.704,00	890.418,55	8.403.304,11	18,00	1.745.399,89	1.598.798,70	5.603.001,40	15,49	4.545.702,60	0,00
123 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	700.178,00	700.178,00	65.849,07	408.433,74	0,87	291.744,26	56.157,48	272.618,79	0,75	427.559,21	0,00
452 SERVIÇOS URBANOS	208.725,00	208.725,00	0,00	0,00	0,00	208.725,00	0,00	0,00	0,00	208.725,00	0,00
843 SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	836.165,00	721.165,00	0,00	0,00	0,00	721.165,00	0,00	0,00	0,00	721.165,00	0,00
06 SEGURANÇA PÚBLICA	37.950,00	37.950,00	0,00	0,00	0,00	37.950,00	0,00	0,00	0,00	37.950,00	0,00
181 POLICIAMENTO	37.950,00	37.950,00	0,00	0,00	0,00	37.950,00	0,00	0,00	0,00	37.950,00	0,00
08 ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.641.696,00	2.377.595,00	152.326,51	1.046.476,80	2,24	1.331.118,20	165.657,07	776.741,10	2,15	1.600.853,90	0,00
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	5.750,00	5.750,00	0,00	0,00	0,00	5.750,00	0,00	0,00	0,00	5.750,00	0,00
243 ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	758.201,00	677.451,00	69.475,71	415.901,42	0,89	261.549,58	89.440,24	272.524,01	0,75	404.926,99	0,00
244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	1.877.745,00	1.694.394,00	82.850,80	630.575,38	1,35	1.063.818,62	76.216,83	504.217,09	1,39	1.190.176,91	0,00
09 PREVIDÊNCIA SOCIAL	9.652.716,00	9.652.716,00	224.932,24	7.718.228,00	16,53	1.934.488,00	1.727.376,36	5.815.709,27	16,07	3.837.006,73	0,00
272 PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	9.652.716,00	9.652.716,00	224.932,24	7.718.228,00	16,53	1.934.488,00	1.727.376,36	5.815.709,27	16,07	3.837.006,73	0,00
10 SAÚDE	14.686.340,00	14.782.320,00	2.070.833,44	9.812.600,89	21,02	4.969.719,11	2.592.906,76	8.339.571,82	23,05	6.442.748,18	0,00
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.942.252,00	1.948.252,00	265.186,43	1.296.001,83	2,78	652.250,17	162.798,74	1.106.016,89	3,06	842.235,11	0,00
301 ATENÇÃO BÁSICA	6.631.068,00	7.475.018,00	1.270.486,17	5.369.964,03	11,50	2.105.053,97	1.716.430,42	4.487.271,19	12,40	2.987.746,81	0,00
302 ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	5.342.982,00	4.583.462,00	471.969,00	2.786.295,41	5,97	1.797.166,59	611.539,39	2.416.525,71	6,68	2.166.936,29	0,00
303 SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	92.014,00	253.514,00	57.020,18	165.835,32	0,36	87.678,68	52.856,64	145.792,58	0,40	107.721,42	0,00
304 VIGILÂNCIA SANITÁRIA	80.011,00	80.011,00	0,00	0,00	0,00	80.011,00	0,00	0,00	0,00	80.011,00	0,00
305 VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	598.013,00	442.063,00	6.171,66	194.504,30	0,42	247.558,70	49.281,57	183.965,45	0,51	258.097,55	0,00
12 EDUCAÇÃO	12.443.365,00	11.092.480,00	1.604.335,66	8.643.723,74	18,51	2.448.756,26	2.200.321,61	7.296.361,26	20,17	3.796.118,74	0,00
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	602.717,00	741.624,00	218.455,61	706.421,71	1,51	35.202,29	282.858,06	602.297,28	1,66	139.326,72	0,00
361 ENSINO FUNDAMENTAL	7.036.076,00	6.799.257,24	1.054.123,37	5.297.587,86	11,35	1.501.669,38	1.378.800,02	4.829.580,60	13,35	1.969.676,64	0,00
363 ENSINO PROFISSIONAL	158.933,00	17.278,00	0,00	0,00	0,00	17.278,00	0,00	0,00	0,00	17.278,00	0,00
Função/SubFunção	Dotação		Despesa Empenhada			Saldo c (a-b)	Despesa Liquidada			Saldo e (a-d)	INSCR. EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
	Inicial	Atualizada (a)	No Bimestre	Até Bimestre (b)	%(b/total b)		No Bimestre	Até Bimestre (d)	%(d/total d)		
365 EDUCAÇÃO INFANTIL	4.406.400,00	3.453.481,76	325.056,68	2.614.114,17	5,60	839.367,59	531.963,53	1.838.883,38	5,08	1.614.598,38	0,00
366 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	71.942,00	80.642,00	6.700,00	25.600,00	0,05	55.042,00	6.700,00	25.600,00	0,07	55.042,00	0,00
392 DIFUSÃO CULTURAL	167.297,00	197,00	0,00	0,00	0,00	197,00	0,00	0,00	0,00	197,00	0,00
13 CULTURA	423.077,00	1.534.377,00	-74.040,06	1.352.750,52	2,90	181.626,48	178.946,90	1.162.215,35	3,21	372.161,65	0,00
392 DIFUSÃO CULTURAL	423.077,00	1.534.377,00	-74.040,06	1.352.750,52	2,90	181.626,48	178.946,90	1.162.215,35	3,21	372.161,65	0,00
14 DIREITO DA CIDADANIA	950.247,00	1.094.077,00	121.521,81	675.727,23	1,45	418.349,77	123.926,51	390.908,31	1,08	703.168,69	0,00
422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	950.247,00	1.094.077,00	121.521,81	675.727,23	1,45	418.349,77	123.926,51	390.908,31	1,08	703.168,69	0,00
15 URBANISMO	5.503.734,00	4.185.627,06	55.206,54	229.434,08	0,49	3.956.192,98	55.206,54	229.434,08	0,63	3.956.192,98	0,00
244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	58.553,00	58.553,00	0,00	0,00	0,00	58.553,00	0,00	0,00	0,00	58.553,00	0,00
451 INFRA-ESTRUTURA URBANA	2.675.906,00	1.397.799,06	55.206,54	229.434,08	0,49	1.168.364,98	55.206,54	229.434,08	0,63	1.168.364,98	0,00
452 SERVIÇOS URBANOS	2.535.060,00	2.535.060,00	0,00	0,00	0,00	2.535.060,00	0,00	0,00	0,00	2.535.060,00	0,00
512 SANEAMENTO BÁSICO URBANO	234.215,00	194.215,00	0,00	0,00	0,00	194.215,00	0,00	0,00	0,00	194.215,00	0,00
16 HABITAÇÃO	259.314,00	259.314,00	0,00	0,00	0,00	259.314,00	0,00	0,00	0,00	259.314,00	0,00

482 HABITAÇÃO URBANA	259.314,00	259.314,00	0,00	0,00	0,00	259.314,00	0,00	0,00	0,00	259.314,00	0,00
18 GESTÃO AMBIENTAL	33.459,00	28.459,00	0,00	0,00	0,00	28.459,00	0,00	0,00	0,00	28.459,00	0,00
541 PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	33.459,00	28.459,00	0,00	0,00	0,00	28.459,00	0,00	0,00	0,00	28.459,00	0,00
20 AGRICULTURA	2.286.039,00	3.098.145,94	1.738.308,32	2.760.435,19	5,91	337.710,75	1.512.163,61	2.209.408,89	6,11	888.737,05	0,00
541 PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	102.528,00	8.650,00	0,00	0,00	0,00	8.650,00	0,00	0,00	0,00	8.650,00	0,00
605 ABASTECIMENTO	1.429.299,00	2.087.928,94	917.152,27	1.937.252,64	4,15	150.676,30	705.828,61	1.403.073,89	3,88	684.855,05	0,00
606 EXTENSÃO RURAL	261.694,00	957.649,00	821.156,05	823.182,55	1,76	134.466,45	806.335,00	806.335,00	2,23	151.314,00	0,00
607 IRRIGAÇÃO	94.263,00	7.363,00	0,00	0,00	0,00	7.363,00	0,00	0,00	0,00	7.363,00	0,00
608 PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	113.850,00	10.150,00	0,00	0,00	0,00	10.150,00	0,00	0,00	0,00	10.150,00	0,00
609 DEFESA AGROPECUÁRIA	284.405,00	26.405,00	0,00	0,00	0,00	26.405,00	0,00	0,00	0,00	26.405,00	0,00
23 COMERCIO E SERVIÇOS	322.616,00	322.616,00	31.927,20	101.221,47	0,22	221.394,53	16.747,95	61.163,54	0,17	261.452,46	0,00
451 INFRA-ESTRUTURA URBANA	47.122,00	47.122,00	0,00	0,00	0,00	47.122,00	0,00	0,00	0,00	47.122,00	0,00
691 PROMOÇÃO COMERCIAL	174.784,00	144.784,00	1.927,20	8.188,07	0,02	136.595,93	805,20	6.260,87	0,02	138.523,13	0,00
695 TURISMO	100.710,00	130.710,00	30.000,00	93.033,40	0,20	37.676,60	15.942,75	54.902,67	0,15	75.807,33	0,00
25 ENERGIA	772.837,00	492.837,00	48.637,50	211.237,24	0,45	281.599,76	18.797,50	109.397,24	0,30	383.439,76	0,00
752 ENERGIA ELÉTRICA	772.837,00	492.837,00	48.637,50	211.237,24	0,45	281.599,76	18.797,50	109.397,24	0,30	383.439,76	0,00
Função/SubFunção	Dotação		Despesa Empenhada			Saldo c (a-b)	Despesa Liquidada			Saldo e (a-d)	INSCR. EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
	Inicial	Atualizada (a)	No Bimestre	Até Bimestre (b)	%(b/total b)		No Bimestre	Até Bimestre (d)	%(d/total d)		
26 TRANSPORTE	451.704,00	222.704,00	0,00	0,00	0,00	222.704,00	0,00	0,00	0,00	222.704,00	0,00
451 INFRA-ESTRUTURA URBANA	451.704,00	222.704,00	0,00	0,00	0,00	222.704,00	0,00	0,00	0,00	222.704,00	0,00
27 DESPORTO E LAZER	1.462.133,00	1.314.837,00	1.288,25	303.621,63	0,65	1.011.215,37	86.511,40	221.698,30	0,61	1.093.138,70	0,00
812 DESPORTO COMUNITÁRIO	1.462.133,00	1.314.837,00	1.288,25	303.621,63	0,65	1.011.215,37	86.511,40	221.698,30	0,61	1.093.138,70	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	**3.390.916,00**	**4.039.418,00**	**862.370,00**	**3.293.328,75**	**7,05**	**746.089,25**	**939.842,61**	**2.602.625,89**	**7,19**	**1.436.792,11**	**0,00**
01 LEGISLATIVA	82.225,00	82.225,00	0,00	71.500,00	0,15	10.725,00	11.539,80	39.004,63	0,11	43.220,37	0,00
031 AÇÃO LEGISLATIVA	82.225,00	82.225,00	0,00	71.500,00	0,15	10.725,00	11.539,80	39.004,63	0,11	43.220,37	0,00
04 ADMINISTRAÇÃO	779.240,00	698.840,00	0,00	483.474,00	1,04	215.366,00	82.016,96	268.708,95	0,74	430.131,05	0,00
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	753.940,00	673.540,00	0,00	467.214,00	1,00	206.326,00	79.302,22	259.219,90	0,72	414.320,10	0,00
123 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	25.300,00	25.300,00	0,00	16.260,00	0,03	9.040,00	2.714,74	9.489,05	0,03	15.810,95	0,00
08 ASSISTÊNCIA SOCIAL	131.328,00	114.029,00	0,00	67.608,00	0,14	46.421,00	13.483,04	42.241,26	0,12	71.787,74	0,00
243 ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	64.409,00	52.909,00	0,00	31.200,00	0,07	21.709,00	5.652,08	17.893,67	0,05	35.015,33	0,00
244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	66.919,00	61.120,00	0,00	36.408,00	0,08	24.712,00	7.830,96	24.347,59	0,07	36.772,41	0,00
10 SAÚDE	1.218.005,00	1.218.025,00	234.000,00	846.178,01	1,81	371.846,99	227.638,06	734.481,69	2,03	483.543,31	0,00
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	133.837,00	123.837,00	30.000,00	73.150,00	0,16	50.687,00	13.927,69	44.500,13	0,12	79.336,87	0,00
301 ATENÇÃO BÁSICA	578.845,00	566.845,00	72.000,00	397.610,00	0,85	169.235,00	104.748,47	338.952,29	0,94	227.892,71	0,00
302 ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	456.721,00	456.741,00	110.000,00	325.018,01	0,70	131.722,99	96.035,96	310.190,76	0,86	146.550,24	0,00
305 VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	48.602,00	70.602,00	22.000,00	50.400,00	0,11	20.202,00	12.925,94	40.838,51	0,11	29.763,49	0,00
12 EDUCAÇÃO	1.042.260,00	1.596.141,00	628.370,00	1.580.108,74	3,38	16.032,26	563.000,07	1.382.318,93	3,82	213.822,07	0,00
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.673,00	1.673,00	0,00	0,00	0,00	1.673,00	0,00	0,00	0,00	1.673,00	0,00
361 ENSINO FUNDAMENTAL	418.242,00	1.004.823,00	400.000,00	1.004.520,00	2,15	303,00	401.465,96	981.989,80	2,71	22.833,20	0,00
365 EDUCAÇÃO INFANTIL	618.999,00	587.899,00	228.370,00	575.588,74	1,23	12.310,26	161.534,11	400.329,13	1,11	187.569,87	0,00
366 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	3.346,00	1.746,00	0,00	0,00	0,00	1.746,00	0,00	0,00	0,00	1.746,00	0,00
13 CULTURA	0,00	116.000,00	0,00	115.992,00	0,25	8,00	18.250,35	62.966,86	0,17	53.033,14	0,00
392 DIFUSÃO CULTURAL	0,00	116.000,00	0,00	115.992,00	0,25	8,00	18.250,35	62.966,86	0,17	53.033,14	0,00
14 DIREITO DA CIDADANIA	2.344,00	41.644,00	0,00	39.608,00	0,08	2.036,00	7.856,60	21.433,90	0,06	20.210,10	0,00
422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	2.344,00	41.644,00	0,00	39.608,00	0,08	2.036,00	7.856,60	21.433,90	0,06	20.210,10	0,00
20 AGRICULTURA	51.865,00	51.865,00	0,00	51.864,00	0,11	1,00	9.846,72	31.467,66	0,09	20.397,34	0,00
Função/SubFunção	Dotação		Despesa Empenhada			Saldo c (a-b)	Despesa Liquidada			Saldo e (a-d)	INSCR. EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
	Inicial	Atualizada (a)	No Bimestre	Até Bimestre (b)	%(b/total b)		No Bimestre	Até Bimestre (d)	%(d/total d)		
605 ABASTECIMENTO	51.865,00	51.865,00	0,00	51.864,00	0,11	1,00	9.846,72	31.467,66	0,09	20.397,34	0,00
26 TRANSPORTE	83.649,00	83.649,00	0,00	0,00	0,00	83.649,00	0,00	0,00	0,00	83.649,00	0,00
451 INFRA-ESTRUTURA URBANA	83.649,00	83.649,00	0,00	0,00	0,00	83.649,00	0,00	0,00	0,00	83.649,00	0,00
27 DESPORTO E LAZER	0,00	37.000,00	0,00	36.996,00	0,08	4,00	6.211,01	20.002,01	0,06	16.997,99	0,00
812 DESPORTO COMUNITÁRIO	0,00	37.000,00	0,00	36.996,00	0,08	4,00	6.211,01	20.002,01	0,06	16.997,99	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	68.952.770,00	68.951.770,00	7.854.509,37	46.686.150,44	100,00	22.265.619,56	11.528.584,09	36.179.161,42	100,00	32.772.608,58	0,00

Publicado por:
Joao Maria Alves de Assuncao
Código Identificador:74F05A00

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO
RREO 04-2026 PMCRUZETA ANEXO 03

MUNICIPIO DE CRUZETA													Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Relatório Resumido de Execução Orçamentária - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida													Exercício: **2026**	
Bimestre: 4/2026														
RREO - ANEXO 3 (LRF, art 53, inciso I)														
Especificação	**Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses**												**Total (Últimos 12 Meses)**	**Previsão Atualizada Exercício**
	Set/2025	**Out/2025**	**Nov/2025**	**Dez/2025**	**Jan/2026**	**Fev/2026**	**Mar/2026**	**Abr/2026**	**Mai/2026**	**Jun/2026**	**Jul/2026**	**Ago/2026**		
RECEITAS CORRENTES (I)	**4.902.722,37**	**6.931.238,26**	**5.214.043,31**	**11.355.864,09**	**5.668.577,76**	**11.504.778,18**	**3.874.701,54**	**5.093.173,70**	**8.307.565,89**	**7.381.955,70**	**6.225.784,15**	**4.645.902,23**	**81.106.307,18**	**69.763.992,00**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	**318.533,26**	**288.251,69**	**166.635,49**	**535.115,62**	**459.494,15**	**188.903,07**	**252.226,97**	**181.535,28**	**119.446,73**	**273.045,39**	**308.170,39**	**217.482,74**	**3.308.840,78**	**2.679.705,00**
IPTU	144.681,13	9.544,82	32.585,46	4.353,62	21.485,31	26.748,38	73.995,19	14.709,41	3.276,44	4.149,34	7.688,64	12.200,13	355.417,87	624.559,00
ISS	66.909,48	108.883,59	83.841,75	206.624,73	53.713,06	63.149,85	71.268,14	74.340,78	59.752,79	92.126,07	159.591,81	86.287,62	1.126.489,67	898.689,00
ITBI	4.130,55	3.229,08	6.264,92	14.378,85	1.000,00	6.000,00	3.354,65	0,00	15.653,45	6.164,18	10.999,87	5.000,91	76.176,46	112.090,00
IRRF	100.893,04	163.405,52	41.291,40	294.866,05	377.037,13	88.883,30	101.188,44	89.790,23	36.270,06	154.254,98	127.130,72	110.396,00	1.685.406,87	820.703,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.919,06	3.188,68	2.651,96	14.892,37	6.258,65	4.121,54	2.420,55	2.694,86	4.493,99	16.350,82	2.759,35	3.598,08	65.349,91	223.664,00
Contribuições	**186.093,02**	**298.041,13**	**184.672,67**	**419.317,00**	**238.915,19**	**93.761,83**	**211.673,56**	**212.490,55**	**205.792,90**	**194.392,99**	**226.297,23**	**292.426,52**	**2.763.874,59**	**3.139.830,00**
Receita Patrimonial	**318.882,11**	**344.667,00**	**278.026,36**	**267.082,00**	**332.744,04**	**288.126,61**	**169.430,60**	**421.809,01**	**359.587,49**	**489.525,30**	**361.446,74**	**512.179,33**	**4.143.506,59**	**1.992.535,00**
Rendimentos de Aplicação Financeira	318.882,11	344.473,43	278.026,36	266.874,78	332.524,55	288.126,61	169.430,60	421.500,23	359.587,49	489.331,93	360.513,41	512.179,33	4.141.450,83	1.940.673,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	193,57	0,00	207,22	219,49	0,00	0,00	308,78	0,00	193,37	933,33	0,00	2.055,76	51.862,00
Receita Agropecuária	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Receita Industrial	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Receita de Serviços	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**11.712,00**
Transferências Correntes	**4.079.213,98**	**5.913.264,62**	**4.260.617,91**	**9.955.617,66**	**4.376.887,18**	**10.851.731,77**	**3.155.907,90**	**4.191.876,35**	**7.537.276,26**	**6.339.529,51**	**4.917.434,74**	**3.623.813,64**	**69.203.171,52**	**59.068.377,00**
Cota-Parte do FPM	1.806.350,63	1.212.369,39	1.648.021,87	2.653.229,50	1.687.451,88	2.121.632,54	1.284.776,92	1.512.700,04	1.830.847,29	1.928.964,90	2.051.278,54	1.627.911,67	21.365.535,17	29.704.622,00
Cota-Parte do ICMS	363.807,03	432.624,34	359.635,70	402.787,47	474.968,01	373.707,04	381.551,99	453.129,38	403.494,72	383.158,40	465.884,81	413.344,85	4.908.093,74	4.273.415,00
Cota-Parte do IPVA	41.465,69	32.590,17	6.624,10	16.979,07	12.871,20	19.184,56	34.517,69	39.513,00	63.420,65	67.440,14	20.192,75	36.085,00	390.884,02	593.903,00
Cota-Parte do ITR	994,01	1.930,36	99,14	264,16	0,00	339,88	44,94	35,11	459,87	0,00	0,00	77,65	4.245,12	2.509,00
Transferências da LC 61/1989	1.680,41	1.611,53	1.592,77	1.929,33	1.569,55	1.647,07	1.630,46	1.434,29	1.723,58	2.301,77	2.083,65	2.243,66	21.448,07	8.365,00
Transferências do FUNDEB	950.141,23	1.026.069,67	1.025.691,77	1.216.687,09	1.352.268,76	1.142.859,08	799.056,93	1.025.334,37	1.098.658,37	1.154.046,15	881.022,95	1.065.165,26	12.737.001,63	7.004.703,00
Outras Transferências Correntes	914.774,98	3.206.069,16	1.218.952,56	5.663.741,04	847.757,78	7.192.361,60	654.328,97	1.159.730,16	4.138.671,78	2.803.618,15	1.496.972,04	478.985,55	29.775.963,77	17.480.860,00
Outras Receitas Correntes	**0,00**	**87.013,82**	**324.090,88**	**178.731,81**	**260.537,20**	**82.254,90**	**85.462,51**	**85.462,51**	**85.462,51**	**85.462,51**	**412.435,05**	**0,00**	**1.686.913,70**	**2.871.833,00**
DEDUÇÕES (II)	**-690.102,54**	**-918.031,29**	**-1.057.175,31**	**-1.144.862,29**	**-1.131.476,88**	**-690.630,80**	**-586.938,88**	**-904.142,74**	**-887.477,50**	**-765.068,64**	**-1.065.238,02**	**-985.500,99**	**-10.826.645,88**	**12.243.439,00**
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	**-153.434,17**	**-263.709,85**	**-151.206,07**	**-384.392,59**	**-188.224,68**	**-41.829,84**	**-158.625,94**	**-163.457,09**	**-156.798,53**	**-162.927,40**	**-178.374,15**	**-242.912,98**	**-2.245.893,29**	**2.514.141,00**
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	**0,00**	**-81.022,72**	**-324.090,88**	**-162.045,44**	**-259.996,87**	**-82.254,90**	**-85.462,51**	**-85.462,51**	**-85.462,51**	**-85.462,51**	**-409.439,76**	**0,00**	**-1.660.700,61**	**1.494.063,00**
Rendimentos de aplicações de recursos previdênciários	**-225.055,27**	**-237.073,64**	**-178.683,71**	**-142.493,28**	**-247.883,26**	**-63.243,90**	**-12.908,12**	**-253.860,84**	**-185.227,29**	**-40.305,74**	**-137.001,63**	**-326.655,51**	**-2.050.392,19**	**1.504.369,00**
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	**-311.613,10**	**-336.225,08**	**-403.194,65**	**-455.930,98**	**-435.372,07**	**-503.302,16**	**-329.942,31**	**-401.362,30**	**-459.989,17**	**-476.372,99**	**-340.422,48**	**-415.932,50**	**-4.869.659,79**	**6.730.866,00**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	**4.212.619,83**	**6.013.206,97**	**4.156.868,00**	**10.211.001,80**	**4.537.100,88**	**10.814.147,38**	**3.287.762,66**	**4.189.030,96**	**7.420.088,39**	**6.616.887,06**	**5.160.546,13**	**3.660.401,24**	**70.279.661,30**	**57.520.553,00**
Especificação	**Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses**												**Total (Últimos 12 Meses)**	**Previsão Atualizada Exercício**
	Set/2025	**Out/2025**	**Nov/2025**	**Dez/2025**	**Jan/2026**	**Fev/2026**	**Mar/2026**	**Abr/2026**	**Mai/2026**	**Jun/2026**	**Jul/2026**	**Ago/2026**		
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	**4.212.619,83**	**6.013.206,97**	**4.156.868,00**	**10.211.001,80**	**4.537.100,88**	**10.814.147,38**	**3.287.762,66**	**4.189.030,96**	**7.420.088,39**	**6.616.887,06**	**5.160.546,13**	**3.660.401,24**	**70.279.661,30**	**57.520.553,00**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art 198, $11) (VII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (V - VI - VII - VIII)	**4.212.619,83**	**6.013.206,97**	**4.156.868,00**	**10.211.001,80**	**4.537.100,88**	**10.814.147,38**	**3.287.762,66**	**4.189.030,96**	**7.420.088,39**	**6.616.887,06**	**5.160.546,13**	**3.660.401,24**	**70.279.661,30**	**57.520.553,00**

Publicado por:
Joao Maria Alves de Assuncao
Código Identificador:1D20077E

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO
RREO 04-2026 PMCRUZETA ANEXO 07

MUNICIPIO DE CRUZETA													Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Relatório Resumido de Execução Orçamentária - Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão													Exercício: **2026**
Bimestre: 4/2026													
LRF Art . 53 , inciso V - Anexo 7													
Poder/Órgão	Restos a Pagar Processados					Restos a Pagar Não Processados							Saldo Total L = (e + k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e=(a+b)-(c+d)	Inscritos Em Exercícios Anteriores (f)	Inscritos em 31 de dezembro de 2025 (g)	Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k=(f+g)-(i-j)		
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro de 2025 (b)											
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIA)(I)	112.787,11	1.791.235,17	1.751.865,17	0,00	152.157,11	1.500,00	5.624.763,13	4.830.808,44	4.830.808,44	3.650,00	791.804,69	943.961,80	
PODER EXECUTIVO	112.787,11	1.791.235,17	1.751.865,17	0,00	152.157,11	1.500,00	5.588.440,13	4.794.485,44	4.794.485,44	3.650,00	791.804,69	943.961,80	
PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.323,00	36.323,00	36.323,00	0,00	0,00	0,00	
Câmara Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.323,00	36.323,00	36.323,00	0,00	0,00	0,00	
Tribunal de Contas do Município	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIA)(II)	10.828,68	327.064,82	316.686,05	0,00	21.207,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.207,45	
TOTAL (III) = (I + II)	123.615,79	2.118.299,99	2.068.551,22	0,00	173.364,56	1.500,00	5.624.763,13	4.830.808,44	4.830.808,44	3.650,00	791.804,69	965.169,25	

Publicado por:
Joao Maria Alves de Assuncao
Código Identificador:7C06DA14

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO
RREO 04-2026 PMCRUZETA ANEXO 12

MUNICIPIO DE CRUZETA				Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Relatório Resumido de Execução Orçamentária - Demonstrativo das Receitas de Impostos e Despesas Próprias com Saúde				Exercício: **2026**
Bimestre: 4/2026				
RREO - ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35				
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Período (b)	% (b/a)x100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	2.456.041,00	2.456.041,00	1.957.606,88	79,70
Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano - IPTU	624.559,00	624.559,00	164.252,84	26,29
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	112.090,00	112.090,00	48.173,06	42,97
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	898.689,00	898.689,00	660.230,12	73,46
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	820.703,00	820.703,00	1.084.950,86	132,19
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUICIONAIS E LEGAIS (II)	33.654.319,00	33.654.319,00	16.866.292,50	50,11
Cota-Parte FPM	28.776.127,00	28.776.127,00	13.208.236,83	45,89
Cota-Parte ITR	2.509,00	2.509,00	957,45	38,16
Cota-Parte IPVA	593.903,00	593.903,00	293.224,99	49,37
Cota-Parte ICMS	4.273.415,00	4.273.415,00	3.349.239,20	78,37
Cota-Parte IPI-Exportação	8.365,00	8.365,00	14.634,03	174,94
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	36.110.360,00	36.110.360,00	18.823.899,38	52,12

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o Bimestre (d)	% Até o Bimestre (d/c)x100	(e)	% (e/c)x100	Até o Bimestre (f)	% (f/c)x100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	2.493.099,00	1.880.499,00	1.080.477,70	57,45	878.947,76	46,74	877.254,86	46,65	0,00
Despesas Correntes	2.407.378,00	1.791.778,00	1.078.392,00	60,18	878.947,76	49,05	877.254,86	48,96	0,00
Despesas de Capital	85.721,00	88.721,00	2.085,70	2,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	4.283.992,00	2.834.922,00	1.650.995,35	58,23	1.537.927,29	54,24	1.537.895,22	54,24	0,00
Despesas Correntes	4.247.404,00	2.798.334,00	1.649.646,75	58,95	1.537.297,29	54,93	1.537.265,22	54,93	0,00
Despesas de Capital	36.588,00	36.588,00	1.348,60	3,68	630,00	1,72	630,00	1,72	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	0,00	98.500,00	93.151,44	94,56	77.526,44	78,70	77.526,44	78,70	0,00
Despesas Correntes	0,00	98.500,00	93.151,44	94,56	77.526,44	78,70	77.526,44	78,70	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	21.821,00	21.821,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Despesas de Capital	21.821,00	21.821,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	166.969,00	181.469,00	61.895,51	34,10	46.335,19	25,53	46.335,19	25,53	0,00
Despesas Correntes	148.900,00	173.400,00	61.895,51	35,69	46.335,19	26,72	46.335,19	26,72	0,00
Despesas de Capital	18.069,00	8.069,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	1.548.503,00	1.363.503,00	814.233,96	59,71	597.935,17	43,85	597.935,17	43,85	0,00
Despesas Correntes	1.494.967,00	1.312.967,00	813.874,66	61,98	597.935,17	45,54	597.935,17	45,54	0,00
Despesas de Capital	53.536,00	50.536,00	359,30	0,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	8.514.384,00	6.380.714,00	3.700.753,96	57,99	3.138.671,85	49,18	3.136.946,88	49,16	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	3.700.753,96	3.138.671,85	3.136.946,88
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Desp. Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do % Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exerc.Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	3.700.753,96	3.138.671,85	3.136.946,88
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)	2.823.584,91	2.823.584,91	2.823.584,91
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)	2.823.584,91	2.823.584,91	2.823.584,91
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)1	877.169,05	315.086,94	313.361,97
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00	0,00	0,00
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	19,65	16,67	16,66

CONTROLE DO VLR REF. AO % MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERC. ANTERIORES P/FINS DE APLIC. DOS RECURSOS VINCULADOS CONF. ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	**LIMITE NÃO CUMPRIDO**				
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (Não Aplicado) (I) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2025 (saldo final = XIXd)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2024 (X-1) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR											
EXERCÍCIO DO EMPENHO²	**Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)**	**Valor aplicado em ASPS no exercício (n)**	**Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0**	**Total inscrito em RP no exercício (p)**	**RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIIId)**	**Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)**	**Total de RP pagos (s)**	**Total de RP a pagar (t)**	**Total de RP cancelados ou prescritos (u)**	**Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u))**
Empenhos de 2025	2.823.584,91	3.138.671,85	315.086,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	315.086,94
Empenhos de 2024	0,00	0,00	0,00	227.967,73	0,00	227.967,73	199.336,75	28.630,98	0,00	0,00
Empenhos de 2023	0,00	0,00	0,00	11.692,80	0,00	11.692,80	0,00	11.692,80	0,00	0,00
Empenhos de 2022	3.075.283,94	5.413.661,87	2.338.377,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.338.377,93
Empenhos de 2021 e anteriores	2.887.808,83	4.752.805,71	1.864.996,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.864.996,88
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI) (soma dos saldos negativos da coluna "v")										
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) (valor informado no demonstrativo do exercício anterior)										0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012)										

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º E 2º DA LC 141/2012	**RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS**				
	Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (Não Aplicado)¹ (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2025 a serem compensados (XXIV) (saldo inicial = XXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2024 a serem compens. (XXV) (saldo inicial igual ao saldo final do demonst. do exerc. anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancel. ou prescritos em exerc. anteriores a serem compens. (XXVI) (saldo inicial igual ao saldo final do demonst. do exerc. anteriores)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Período (b)	% (b/a)x100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	7.283.045,00	7.283.045,00	15.338.590,66	210,60

Proveniente da União	7.049.665,00	7.049.665,00	15.258.590,66	216,44
Proveniente dos Estados	233.380,00	233.380,00	80.000,00	34,27
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	7.283.045,00	7.283.045,00	15.338.590,66	210,60

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**		**Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)**
			Até o bimestre (d)	**% (d/c) x 100**	**Até o bimestre (e)**	**% (e/c) x 100**	**Até o bimestre (f)**	**% (f/c) x 100**	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	4.716.814,00	6.161.364,00	4.687.096,33	76,07	3.947.275,72	64,06	3.947.265,72	64,06	0,00
Despesas Correntes	3.921.719,00	5.426.269,00	4.205.347,62	77,49	3.465.527,01	63,86	3.465.517,01	63,86	0,00
Despesas de Capital	795.095,00	735.095,00	481.748,71	65,53	481.748,71	65,53	481.748,71	65,53	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	1.515.711,00	2.205.281,00	1.460.318,07	66,21	1.188.789,18	53,90	1.188.789,18	53,90	0,00
Despesas Correntes	1.316.555,00	2.016.125,00	1.455.978,09	72,21	1.184.449,20	58,74	1.184.449,20	58,74	0,00
Despesas de Capital	199.156,00	189.156,00	4.339,98	2,29	4.339,98	2,29	4.339,98	2,29	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	92.014,00	155.014,00	72.683,88	46,88	68.266,14	44,03	68.266,14	44,03	0,00
Despesas Correntes	83.649,00	146.649,00	72.683,88	49,56	68.266,14	46,55	68.266,14	46,55	0,00
Despesas de Capital	8.365,00	8.365,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	58.190,00	58.190,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	58.190,00	58.190,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	479.646,00	331.196,00	183.008,79	55,25	178.468,77	53,88	178.468,77	53,88	0,00
Despesas Correntes	320.714,00	281.264,00	183.008,79	65,06	178.468,77	63,45	178.468,77	63,45	0,00
Despesas de Capital	158.932,00	49.932,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	527.586,00	707.586,00	554.258,94	78,33	551.922,92	78,00	551.922,92	78,00	0,00
Despesas Correntes	410.478,00	590.478,00	554.258,94	93,86	551.922,92	93,47	551.922,92	93,47	0,00
Despesas de Capital	117.108,00	117.108,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	7.389.961,00	9.618.631,00	6.957.366,01	72,33	5.934.722,73	61,70	5.934.712,73	61,70	0,00
DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**		**Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)**
			Até o bimestre (d)	**% (d/c) x 100**	**Até o bimestre (e)**	**% (e/c) x 100**	**Até o bimestre (f)**	**% (f/c) x 100**	
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	7.209.913,00	8.041.863,00	5.767.574,03	71,71	4.826.223,48	60,01	4.824.520,58	59,99	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	5.799.703,00	5.040.203,00	3.111.313,42	61,72	2.726.716,47	54,09	2.726.684,40	54,09	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	92.014,00	253.514,00	165.835,32	65,41	145.792,58	57,50	145.792,58	57,50	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	80.011,00	80.011,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	646.615,00	512.665,00	244.904,30	47,77	224.803,96	43,85	224.803,96	43,85	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	2.076.089,00	2.071.089,00	1.368.492,90	66,07	1.149.858,09	55,51	1.149.858,09	55,51	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	15.904.345,00	15.999.345,00	10.658.119,97	66,61	9.073.394,58	56,71	9.071.659,61	56,70	0,00
1 - Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.									
2 - Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados. A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados.									

Publicado por:
Joao Maria Alves de Assuncao
Código Identificador:88F71EE4

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO
RREO 04-2026 PMCRUZETA ANEXO 13

MUNICIPIO DE CRUZETA	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Demonstrativo das Parcerias Público Privadas	Exercício: **2026**		
Bimestre: 4/2026			
RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)			
IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	REGISTROS EFETUADOS EM 2026	
		No Bimestre	Até o Bimestre
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos	0,00	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00	0,00
Obrigações Contratuais	0,00	0,00	0,00
Riscos não Provisionados	0,00	0,00	0,00
Garantias Concedidas	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00	0,00

DESPESAS DE PPP	Exercício Anterior	Exercício Corrente	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Das Estatais Não-Dependentes (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)	54.481.881,11	57.520.553,00	58.617.908,29	59.736.198,50	60.875.823,03	62.037.188,88	63.220.710,83	64.426.811,56	65.655.921,83	66.908.480,60	68.184.935,20
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
NOTA: As projeções da RCL foram calculadas com base no Fator de Projeção de 1,019077620570 divulgado pela Secretaria do Tesouro Nacional no Manual de Instrução de Pleitos publicado em 31/10/2025.											

Publicado por:
Joao Maria Alves de Assuncao
Código Identificador:FA657BE1

